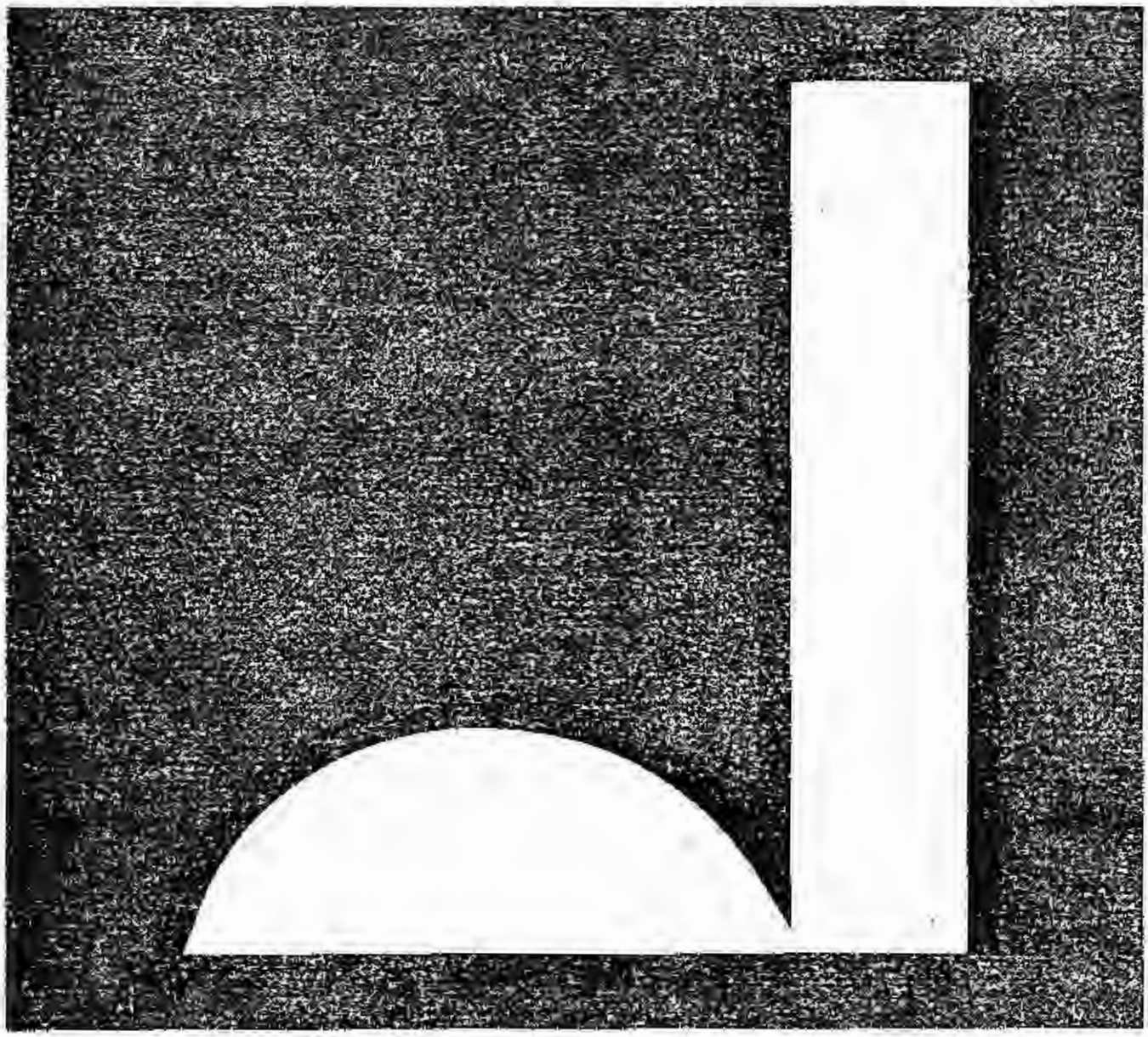
PARLAMENTO BRASILEIRO

EXEMPLAR ÚNICO

SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Arquivo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

VOLUME II

ATAS DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN, "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL".

ANO LIX – SUP. 'C' AO Nº 140 – QUINTA-FEIRA, 02 DE SETEMBRO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente
José Sarney – PMDB – AP
1º Vice-Presidente
Paulo Paim – BLOCO – PT – RS
2º Vice-Presidente
Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO
1º Secretário
Romeu Tuma – PFL – SP
2º Secretário
Alberto Silva – PMDB – PI

3º Secretário
Heráclito Fortes – PFL – PI
4º Secretário
Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS

Suplentes de Secretário
1º João Alberto Souza – PMDB – MA
2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT
3º Geraldo Mesquita Júnior– BLOCO – PSB – AC
4º Marcelo Crivella - PL – RJ

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)

LÍDER – PT
Ideli Salvatti – PT

Vice-Líderes

Roberto Saturnino – PT
Ana Júlia Carepa – PT
Flávio Arns – PT
Fátima Cleide – PT

LÍDER - PSB - 3

João Capiberibe – PSB

Vice-Líder PSB
Geraldo Mesquita Junior

LÍDER - PTB – 3
Duciomar Costa – PTB

LIDERANÇA DO PMDB - 22
LÍDER
Renan Calheiros – PMDB
Vice-Líderes
Hélio Costa
Sérgio Cabral
Luiz Otávio
Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá
Papaléo Paes

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12

LÍDER
Efraim Morais - PFL

Vice-Líderes
Tasso Jereissati – PSDB
César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB
Rodolpho Tourinho – PFL

LÍDER – PFL – 17
José Agripino – PFL

Vice-Líderes
Paulo Octávio
Demóstenes Torres
César Borges
Rodolpho Tourinho
José Jorge
João Ribeiro

LÍDER - PSDB – 12
Arthur Virgílio – PSDB – AM
Vice-Líderes
Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia
Leonel Pavan
Álvaro Dias

LIDERANÇA DO PDT – 5
LÍDER
Jefferson Péres – PDT
Vice-Líder
Almeida Lima

LÍDER – PL – 3
Magno Malta – PL

Vice-Líder
Aelton Freitas

LIDERANÇA DO PPS – 2

LÍDER
Mozarildo Cavalcanti – PPS

LIDERANÇA DO GOVERNO
LÍDER

Aloizio Mercadante – PT

Vice-Líderes

Fernando Bezerra – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PPS
Hélio Costa – PMDB
Marcelo Crivella – PL
Ney Suassuna – PMDB
Ideli Salvatti – PT

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Ronald Cavalcante Gonçalves
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) Atualizado em 23.4.2004

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – ATAS DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN, "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

12ª Reunião, realizada em 04 de setembro de 2003.....

13ª Reunião, realizada em 18 de setembro de 2003.....

14ª Reunião, realizada em 24 de setembro de 2003.....

15ª Reunião, realizada em 02 de outubro de 2003.....

16ª Reunião, realizada em 09 de outubro de 2003.....

17ª Reunião, realizada em 22 de outubro de 2003.....

18ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2003.....

19ª Reunião, realizada em 05 de novembro de 2003.....

20ª Reunião, realizada em 06 de novembro de 2003.....

21ª Reunião, realizada em 25 de novembro de 2003.....

22ª Reunião, realizada em 02 de dezembro de 2003.....

23ª Reunião, realizada em 03 de dezembro de 2003.....

24ª Reunião, realizada em 09 de fevereiro de 2004.....

25ª Reunião, realizada em 11 de março de 2004.....

26ª Reunião, realizada em 16 de março de 2004.....

VOLUME II

27ª Reunião, realizada em 24 de março de 2004.....

28ª Reunião, realizada em 26 de março de 2004.....

29ª Reunião, realizada em 30 de março de 2004.....

30ª Reunião, realizada em 15 de abril de 2004.....

31ª Reunião, realizada em 19 de abril de 2004.....

32ª Reunião, realizada em 20 de abril de 2004.....

33ª Reunião, realizada em 04 de maio de 2004.....

34ª Reunião, realizada em 20 de maio de 2004.....

35ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2004.....

36ª Reunião, realizada em 1º de junho de 2004.....

37ª Reunião, realizada em 08 de junho de 2004.....

38ª Reunião, realizada em 15 de junho de 2004.....

39ª Reunião, realizada em 23 de junho de 2004.....

40ª Reunião, realizada em 07 de julho de 2004.....

41ª Reunião, realizada em 13 de julho de 2004.....

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2003-CN

"Com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".

Ata da 27ª Reunião realizada em 24 de março de 2004

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, às dez horas e quarenta e cinco minutos, na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, presentes os Senhores Parlamentares reúnem-se os Senhores Senadores: Eduardo Azeredo, Ana Júlia Carepa, Fátima Cleide, Augusto Botelho, e, os Senhores Deputados: Maria do Rosário, Terezinha Fernandes, Celcita Pinheiro, Laura Carneiro, Ann Pontes, Eduardo Barbosa, Suely Campos, Almerinda de Carvalho e Thelma de Oliveira, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 02/2003-CN **"com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".** Havendo número regimental, a Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a presente reunião dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente informa que a presente reunião destina-se à discussão do Bloco Temático: Defesa, Responsabilização e Marco Legal para o Enfrentamento da Violência Sexual". A seguir, a Senhora Presidente convida, para tomar assento à Mesa dos Trabalhos as Senhoras Expositoras: *Dra. Claudia Chagas* – Secretária Nacional de Justiça; *Dra. Eliane Araque* – Sub-Procuradora em exercício do Estado da Bahia; *Dra. Hélia Barbosa* – Defensora Pública do Estado da Bahia e a *Dra. Patrícia Calmon Rangel* –Promotora Pública. Ao iniciar o debate, a Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes esclarece aos presentes que os convidados da presente reunião formam um grupo de trabalho que vêm-se reunindo há alguns meses, buscando algumas alternativas e soluções que possam ajudar a esta Comissão, no sentido do enfrentamento ao problema da violência sexual contra crianças e adolescentes no nosso País. Em seguida, a Presidência concede a palavra a Deputada Maria do Rosário, Relatora da Comissão que cumprimenta às expositoras e a todos os presentes e faz algumas considerações concernentes ao tema da presente reunião. Após, a Senhora Presidente registra a presença das Senhoras Drª Nena Lentine, da Usaid, e do Alisson Suton, da Unicef. Dando início ao Bloco Temático, a Presidência concede a palavra a Dra. Claudia Chagas, em seguida às Senhoras Eliana Araque, Patrícia Calmon Rangel e Hélia Barbosa. Fizeram uso da palavra para questionarem às expositoras, as Senhoras Deputadas Laura Carneiro, Ann Pontes e Almerinda de Carvalho. Ao encerrar a discussão do Bloco Temático, a Senhora Presidente agradece a todas as Senhoras Expositoras pela contribuição com os trabalhos desta CPMI e aos Parlamentares que se fizeram presentes nesta Reunião da Comissão. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Dulcidia Ramos Calhão, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, parte integrante da presente ata.

A SRª. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Bom-dia a todos. Agradeço a presença de todos os convidados e das Srªs e dos Srs. Parlamentares. Cumprimento a Relatora, Deputada Maria do Rosário, e o Vice-Presidente da Comissão, Senador Eduardo Azeredo. S. Exª irá participar da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas, em seguida, retornará para acompanhar a nossa audiência pública.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 02, de 2003 – CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e a rede de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Indago ao Plenário se considera necessária a leitura da Ata ou se podemos considerá-la aprovada.

A SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, requeiro a dispensa da leitura da Ata, Srª Presidente.

A SRª. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Laura Carneiro.

A presente reunião de audiência pública destina-se à discussão do seguinte tema: Defesa, Responsabilização e o Marco Legal para o Enfrentamento da Violência Sexual.

Convido para tomar assento à Mesa as seguintes expositoras: Drª Cláudia Chagas, Secretária Nacional de Justiça; Drª Eliane Araque dos Santos, Subprocuradora-Geral do Trabalho em Exercício do Estado da Bahia; e a Drª Patrícia Calmon Rangel, Promotora Pública.

Antes de conceder a palavra a Drª Cláudia Chagas, explico àqueles que vieram participar desta audiência pública que este grupo de trabalho tem-se reunido há alguns meses, buscando algumas alternativas e soluções que possam nos ajudar a enfrentar o problema da violência sexual contra crianças e adolescentes no nosso País.

Neste primeiro encontro público, que reúne Parlamentares da Câmara e do Senado, teremos oportunidade de analisar as propostas. Evidentemente, elas não serão formalizadas hoje, porque ainda dependem de futuras discussões e debates que buscaremos travar. Neste primeiro momento, é muito importante a participação das Srªs e dos Srs. Parlamentares para que escutem, analisem e amadureçam suas propostas. Ao final, no relatório que será entregue pela Deputada Maria do Rosário, certamente as sugestões nos ajudarão a enfrentar o grande problema da exploração de crianças e adolescentes no País.

Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, inicio minha fala cumprimentando todos os Parlamentares presentes, as Deputadas e Senadoras que estão conosco neste momento, e aproveito para agradecer as expositoras que compõem a Mesa pela dedicação e pelo trabalho desenvolvido.

Em concordância com a nossa Presidente, quero dizer que um dos eixos que consideramos prioritário para o trabalho desta CPMI é precisamente que, ao final dos trabalhos, o relatório contenha recomendações a todos os Poderes. Queremos que seja assim.

Como Parlamento brasileiro, deveremos estar realizando algumas tarefas, além do acompanhamento daquilo que deliberarmos no relatório final. Existem matérias que dizem respeito à natureza das instituições que compomos, do Senado e da Câmara, pois se referem à atualização legislativa.

O ponto de partida para a avaliação e para as análises que todos estarão fazendo é exatamente a realidade que estamos observando frente às dificuldades vividas para a responsabilização de pessoas que cometem esse crime, frente ao abandono de meninas e meninos. Essas propostas estão surgindo à luz de pessoas que entendem, que estudam o Direito e que trabalham com ele, além do nosso trabalho na CPMI, portanto, desses que integram a Mesa, do Ministério Público, da Procuradoria-Geral da República, do Ministério da Justiça, que, de forma tão importante, compõem este grupo de trabalho, formado ao longo da CPMI, com um trabalho de assessoria e de excelência, para que possamos, ao final, apresentar esses resultados.

Srª Presidente, apenas pediria um impacto entre elas, porque mesmo conhecedora dessas matérias e acompanhando o grupo de trabalho ao longo desse tempo, optamos por apresentar essas alterações legislativas ao final dos trabalhos em nome da CPMI. Sabemos que, no Parlamento, as propostas tramitam e serão discutidas.

De toda forma, para os nossos Partidos, para as nossas organizações, é importante dizer que essas propostas estão em estudo na CPMI. Elas estão sendo apresentadas antes, para que possamos apurá-las até o relatório final. Isso nos pareceu que não seria adequado, por isso apresentamos somente no relatório final.

Em todos os grupos temáticos, na verdade, estaremos adiantando elementos do relatório final, mas com o acordo entre nós de que este é o produto de um trabalho coletivo e de que estaremos desdobrando nas matérias que a CPMI apresentará aos diferentes Poderes.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Maria do Rosário.

Gostaria de registrar a presença da Drª Nena Lentine, da Usaid, e do Alisson Suton, da Unicef.

Passo imediatamente a palavra à Drª Cláudia Chagas, para que se pronuncie a respeito do nosso tema.

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Srª Presidente, Srª Relatora, demais membros da Mesa, gostaria inicialmente de agradecer o convite para estar aqui, hoje, e de dizer que é com muito prazer e muita honra que o Ministério da Justiça tem participado, ao lado da CPMI, dessas discussões sobre o combate à exploração sexual infanto-juvenil.

É de se salientar que esta audiência de hoje é de grande importância, dando continuidade a este trabalho que temos desenvolvido, ao reunir membros do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da sociedade civil, de organismos internacionais, todos com a mesma finalidade.

Desde 2003, como os senhores sabem, o Governo Federal instituiu uma Comissão Intersetorial, em que esses órgãos vêm se reunindo, não só órgãos estatais como organismos internacionais e sociedade civil. Essa Comissão foi dividida em subgrupos temáticos. A idéia é articular as ações do Governo e verificar de que forma podemos trabalhar melhor para implementar o Plano Nacional de Enfrentamento. É coordenado pela Drª Eliane Araque justamente o subgrupo que discute a legislação.

Esse subgrupo já se reuniu algumas vezes e trouxe, hoje, um primeiro relatório. Devemos esclarecer que esse relatório ainda não foi submetido ao plenário da Comissão. Trata-se de um embrião de uma discussão fruto de muito esforço do grupo, que já fez uma compilação de sugestões que existiam em outros trabalhos.

Hoje, vamos iniciar. Estamos inteiramente abertos a críticas e outras sugestões. Este é o primeiro

encontro, mas gostaria de acrescentar que algumas contribuições serão ainda agregadas.

Existe, no Ministério da Justiça, um projeto, com apoio das Nações Unidas, de combate ao tráfico de seres humanos. Um dos trabalhos que estão sendo elaborados por esse projeto é justamente o aprimoramento da legislação no que se refere ao tráfico de seres humanos, para que seja a legislação brasileira adaptada ao Protocolo de Palermo.

Isso estará sendo realizado nos próximos dias. Deve ser encaminhado à subcomissão como contribuição para este trabalho. Já houve o oferecimento de juristas renomados, como, por exemplo, o Professor Damásio de Jesus, que estão dispostos a se reunir conosco ou virem em audiência pública ou anteriormente, também, em reuniões, discutir esse projeto e procurar a melhor forma de elaboração, uma técnica legislativa e o conteúdo.

Enfim, é importante termos a complexidade deste debate no qual estamos engajados e que tenhamos também a ótica de alguns problemas que o Brasil vem enfrentando. Com todo este excesso de violência, existe uma tendência muito grande a achar que o simples aumento de pena pode resolver os problemas no Brasil, e é exatamente o que não vem acontecendo. Há muitos anos, isso vem sendo "vendido" como uma solução fácil para a sociedade, mas leis como a Lei dos Crimes Hediondos e várias outras não resolveram; pensávamos que com penas maiores tudo estaria resolvido. Na verdade, sabemos que isso não acontece.

O Ministério da Justiça, o Ministro, a Secretaria Nacional de Justiça e os outros órgãos, temos debatido muito isso e colocado externamente que é muito mais importante que consigamos estruturar melhor as nossas instituições, principalmente nesta questão da exploração sexual de crianças, pois é muito importante que a polícia seja capacitada a trabalhar adequadamente com este assunto, que possa receber essa criança vítima e sua família com olhos diferenciados. Não é possível que seja tratada e recebida numa delegacia de polícia como qualquer outra vítima de outro crime. Esta é uma experiência que vem dando certo em vários Estados do País, onde já existem delegacias especializadas, não só em adolescentes infratores, mas adolescentes e crianças vítimas, delegacias especiais separadas. O policial tem que ter essa capacitação, pois são crimes que acontecem entre quatro paredes, sem testemunhas e, grande parte das vezes, com a conivência de parentes, de pai, de mãe e até praticados por eles mesmos. Então, a questão da produção da prova com relação a esses crimes é muito complexa, muito complicada. Penso que aí tem que haver uma atenção especial nossa.

Assim como da Polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário, da mesma forma, têm que receber essas crianças de maneira diferente. Uma criança que sofreu uma violência sexual e entra numa sala de audiências e encontra um juiz todo vestido de preto, de toga, um promotor, ao seu lado, todo vestido de preto, que, formalmente, lhe pede que descreva o ato ao qual foi submetida, sabe-se que é uma situação muito constrangedora e que, na verdade, não funciona, pois, a criança, muitas vezes, fica amendrontada, não se sente à vontade.

Então, são passos que o Brasil tem que dar para aprimorar e dar um tratamento especial para a criança vítima.

A questão da adaptação do crime de tráfico ao Protocolo de Palermo também é muito importante; a questão da legitimidade do Ministério Público para propor a ação nesses casos também é muito importante.

Essas são apenas algumas considerações que eu gostaria de fazer, além de comemorar o fato de estar aqui hoje, publicamente, para discutir, pois estamos querendo contribuir para o relatório final da CPI. Esperamos que, após esta discussão, outras reuniões sejam feitas dentro da Comissão e, depois também com a participação de juristas, para que, em tempo hábil – sabemos que o calendário da CPI está chegando ao final – até o meio de abril, consigamos encaminhar uma proposta mais concreta de alteração legislativa.

Gostaria só de aproveitar a oportunidade também para comentar uma modificação que está sendo feita nessa Comissão Intersetorial do Governo: durante o ano de 2003 todo, a Secretaria Nacional de Justiça do MJ ficou responsável pela coordenação da Comissão Intersetorial. Como essa Comissão tem um trabalho de articulação dentro do Governo Federal, de todos os órgãos e organismos internacionais e sociedade civil, pensamos que seria salutar e interessante haver um rodízio dessa Coordenação. Então, para 2004, assume hoje à tarde a Coordenação a Secretaria Especial de Direitos Humanos. O Ministro Nilmário Miranda, que tem dentre as suas atribuições justamente a articulação entre os órgãos do Governo nas questões de direitos humanos, hoje à tarde estará recebendo a Coordenação da Comissão. Vamos continuar participando como membros da Comissão, mas a ótica da Secretaria Nacional de Justiça no ano de 2004 será a da responsabilização, enquanto a Comissão continua atuando em prevenção, assistência, repressão. Na verdade, a Secretaria Nacional de Justiça pretende, no ano de 2004, trabalhar especialmente com polícia, ministério público, Poder Judiciário, enfim, pretende tratar da responsabilização dos procedimentos.

Então, gostaria de agradecer.

Vamos ouvir, então, o relatório da Drª Eliane Araque.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ouvimos as palavras da Drª Cláudia Chagas.

Agora, passamos a palavra à Drª Eliane Araque.

A SRA. ELIANE ARAQUE DOS SANTOS – Bom-dia a todos.

Inicialmente, cumprimento a Senadora Patrícia Saboya, a Deputada Maria do Rosário, a Drª Cláudia Chagas, a Patrícia Calmon, que está aqui para discutir conosco essa proposta.

Parabenizo esta CPMI por este momento, por esta audiência pública em que vamos discutir uma questão que afeta diretamente a criança e o adolescente. Estes acabam ficando expostos, vitimizados e em risco, sem nenhuma ou quase nenhuma, proteção com relação à garantia dos seus direitos plenos, conforme prevê o art. 227 da Constituição Federal.

Embora não tenhamos um trabalho finalizado, ainda assim, na pendência de uma finalização e necessitando de contribuições para tornar-se um produto que vá realmente atender aos reclamos de proteção da criança e do adolescente, impedindo-os também de sofrer qualquer violência sexual, entendemos que é um momento pertinente, pela possibilidade de realização de um trabalho conjunto com outras participações, sugestões e contribuições que as pessoas e os Parlamentares possam dar no sentido do aperfeiçoamento.

Gostaria, enfatizando justamente essa questão, que V.Exªs vissem esse produto, o resultado que está em suas mãos, justamente como algo que ainda está sendo elaborado. Com certeza, quando V. Exªs forem analisar profundamente cada um dos pontos, não só dúvidas irão surgir, como também verão uma ou outra falha, justamente porque a tarefa não é fácil.

O grupo de trabalho, por sua vez, é composto de várias instituições, não só na esfera do Governo Federal, mas também da sociedade civil, com a colaboração de agência internacional. Então, o Ministério da Justiça está representado, assim como a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a própria Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que atua com relação ao tema, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, a Organização Internacional do Trabalho, a ABMP – Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e da Juventude e a Defensoria Pública da União.

Temos um grupo representativo, no sentido de que há elementos ou uma formação para elaborar uma proposta nesse sentido. Evidentemente, o trabalho não partiu apenas desse grupo. Esse grupo partiu, sim, de estudos feitos por outros grupos da sociedade civil e outros grupos que, por lidarem com a matéria, por terem interesse em dar um tratamento adequado à matéria, realizaram estudos e fizeram algumas pontuações com relação à necessidade de tratamento criminal de algumas situações que não estão atendidas na legislação. Fizeram ainda uma atualização de nossa legislação com relação à terminologia e a uma maior proteção da criança e do adolescente.

Partimos de estudos realizados pela ABMP, pela OIT e também pelo Sedec/Amaús. Também utilizamos e compilamos todas as sugestões que foram feitas, que estão contidas na pesquisa feita pelo Secria sobre tráfico de pessoas e exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes, que é conhecida como Pestraf.

Por que resolvemos partir desses estudos? Porque compilamos todos os projetos de lei que estão em tramitação nas duas Casas, fazendo propostas de alteração do Código Penal, fazendo propostas de expedição de uma norma legal, tratando determinadas situações e também de alteração do ECA.

Achamos por bem não partir desses projetos de lei, mesmo porque eles já estão propostos e em tramitação. Partimos, sim, desses estudos, porque representavam, vamos dizer, todo o entendimento daquelas pessoas que estavam lidando com situações concretas, com a exploração de crianças e adolescentes, de pessoas em particular, de mulheres, e também de homens ou de adolescentes do sexo masculino e que justamente por estarem lidando com situação concreta viam que ela não tinha ou não tem um tratamento legal adequado, para que possa haver a devida punição.

Com relação à criança e ao adolescente, em que pese o que a Drª Cláudia falou e que também compartilhamos; ou seja, não adiante criar vários tipos penais ou aumentar a pena pensando que só isso irá resolver a questão em si. Não podemos esquecer, com relação à criança e ao adolescente, que justamente por eles serem pessoas especiais e em desenvolvimento, é obrigação da sociedade, do Estado e da sua família dar-lhe proteção para que esse desenvolvimento se dê de forma sadia. Disposição expressa da Constituição diz que: a lei punirá severamente violência, abuso e exploração sexual de criança e adolescente.

Nós precisamos concretizar isso, mas sabendo também que quando falamos em punição severa não estamos apenas atuando na questão da punibilidade em termos de criminalização e de uma pena severa, mas também pensando em não deixar isso ficar impune. Embora não seja esse o escopo do nosso trabalho, é preciso prever todo um sistema de garantias – penso que a Drª Patrícia e a Drª Hélia vão falar sobre isso, vão enfatizar isso – articulado e eficaz em termos da sua atuação e que realmente possa oferecer as respostas para que essa proteção se dê de forma eficaz.

Vou pontuar porque não teria tempo de ir comentando, artigo por artigo, essa proposta. E tenho que me penitenciar com vocês. Por isso gostaria de alertá-los, pois ontem, revisando, vi alguns erros, algumas inadequações. E até me comprometo a passar essas alterações para a Senadora Patrícia e também para a Deputada, para os Parlamentares presentes, porque uma ou outra questão apresentou-se inadequada. Mas penso que isso é de menor importância, porque não é um trabalho acabado. O importante, neste momento, é travarmos uma discussão a respeito e recebermos as contribuições que cada um entenda por bem oferecer, justamente porque está preocupado e empenhado em dar um tratamento adequado a essa questão.

Inicialmente, a primeira alteração que propomos é a mudança do Título VI do Código Penal, onde temos a denominação dos crimes contra os costumes e propomos que seja dos crimes sexuais. Por quê? Porque, diante dessa terminologia e de outras contidas no atual Código, estamos voltados mais para a questão moral, embora protegendo a pessoa, mas num contexto ou com uma premissa de proteção, de observação ou de priorização da moralidade. Dentro de uma perspectiva mais atual, moderna e coerente com a realidade e com as exigências não só da sociedade brasileira, mas mundial, na qual nos inserimos e da qual não temos como nos descartar, porque somos um todo, estamos priorizando a proteção da liberdade sexual da pessoa e, com isso, dando a devida proteção à criança e ao adolescente para que tenham um desenvolvimento sadio da sua sexualidade. Diante dos fatos compilados pela CPMI, percebemos que se colocam a descoberto a criança e o adolescente, de forma a que sejam atingidos no seu crescimento sadio e no desenvolvimento da sua sexualidade, que não é um fator de segundo plano, mas um fator fundamental, porque se trata da consistência psíquica da pessoa como um todo.

Então a primeira proposta substancial e que atende aos reclames e ao momento da nossa sociedade é que a denominação do Título VI passe a ser Dos Crimes Sexuais. E aí uma primeira modificação se faz importante. Fomos buscar no Estatuto de Roma o tratamento não mais do estupro, porque voltado à agressão sexual à mulher, mas tratar da agressão sexual à pessoa, da violência sexual, justamente do desrespeito à essa liberdade sexual da pessoa, seja ela do sexo que for. Na proposta será respeitado o que estiver em tramitação ou aprovado. Num tipo só, reunimos o estupro e o atentado violento ao pudor.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas aqui a discussão é se é possível conjunção carnal ou não. Com dois homens, é impossível.

A SRA. ELIANE ARAQUE DOS SANTOS – Por isso mesmo, fazemos o tratamento da conjunção carnal e de qualquer outro ato libidinoso, porque se retiramos de foco a mulher para enfocar a pessoa. Não podemos restringir o tipo; temos que colocar o tipo de uma forma ampla para dar essa proteção.

Depois, tratamos das qualificadoras do tipo, que agora compõem o art. 213, como proposto, que é a violação sexual, com uma nova denominação, porque o estupro se dirige a uma situação muito específica e restrita. Uma das qualificadoras, que colocamos como §1º, agora compõe o art. 223 nas Disposições Gerais. Então, trouxemos para cá para enfatizar essa questão, porque o art. 223 estava se referindo aos dois tipos penais diferenciados. Já que foi reunido num tipo só, trouxemos a qualificadora para cá.

Também tem a qualificadora com relação à vítima de violência com idade inferior a 18 anos, justamente para dar essa proteção de desenvolvimento da sexualidade sadia da criança e do adolescente.

Tem também uma outra qualificadora, que está no art. 223, que trouxemos para cá, que é a questão de a pena ser duplicada quando da conduta resultar morte.

Então, já que estávamos reunindo os dois tipos, trouxemos as qualificadoras desses tipos que estariam nas Disposições Gerais, num outro capítulo, para serem parágrafos desse Título.

Depois, seguimos propondo também – vou apenas nomear, porque enfocarei outras questões que me parecem mais importantes no sentido dos reclamos desses estudos e das entidades da sociedade civil que lidam com essa problemática – violação sexual contra vulneráveis, justamente para poder dar proteção adequada à pessoa com idade inferior a 14 anos, violação sexual mediante fraude ou outros meios, indução à violação sexual mediante fraudes ou outros meios.

Quero colocar que alguns tipos penais foram suprimidos. Só numa hipótese ele está inadequado, ultrapassado, porque foram absorvidos pelo tipo penal do 213. Então, na verdade, por ser um tipo abrangente, acabou pegando situações que suprimimos para não ocorrer um **bis in idem**.

Isso diz respeito à supressão do Capítulo III, rapto com violência, ao rapto consentido, porque está descrito no 213. E aquele que está protegendo, que tem como bem jurídico a proteção do pátrio poder, porque embora seja um adolescente que consentiu com aquele rapto, com aquela situação, na verdade, é uma pessoa ainda que não tem a capacidade plena. Ela é considerada incapaz; então, está sob o pátrio poder. O que está sendo protegido é o pátrio poder, a autoridade dos pais. E isso é um tipo penal que está previsto no 248.

Consideramos por bem suprimir, embora fiquemos naquela questão romântica, será que não estaríamos deixando de fora alguma situação. E pensamos que não, porque estão já contemplados nesse 213 com a nova redação. Então, estamos suprimindo, propondo a supressão desse capítulo. Precisei pontuar isso, porque é uma retirada de todo um capítulo desse título do Código Penal.

Uma questão crucial, e isso realmente atende aos reclamos daqueles que lidam com a questão, é que tiramos a possibilidade de que a ação seja privada. A ação penal será sempre pública. Pública mediante representação ou pública incondicionada. E sempre será pública incondicionada em se tratando de pessoa com idade inferior a 18 anos, e daquelas pessoas que têm uma enfermidade ou uma deficiência mental que as impeçam de ter um discernimento, para saber qual é a situação em que está sofrendo aquela ação.

Entendemos que seja um grande passo porque o que vemos pelas estatísticas é que a grande maioria – não sei quanto, Drª Cláudia –, talvez mais de 70% das crianças e dos adolescentes que sofrem violência e abuso sexual, isso acontece no seio familiar. Se depender de queixa, se for ação privada, acaba não havendo a devida punição, embora o Código hoje enfatize que a ação penal será pública quando os pais da vítima não puderem arcar com as despesas e quando o crime é cometido com o abuso do pátrio poder.

Veja bem, a criança, justamente aquela que está sofrendo essa violência, e pior ainda, no seio familiar, quando tem que ter um tratamento todo especial de atendimento inclusive à família, porque vai sofrer muito mais se retirada da família ou se perder esse contato. Então, a família deverá também sofrer um tratamento. Justamente essa criança está totalmente desprotegida. Não alcança nessa situação qualquer punição. Se eu tivesse que destacar um ponto importante dessa proposta, seria esse.

Outro aspecto é que estamos sempre tratando o crime ou a violação com relação à pessoa, tirando de vista, de perspectiva, a mulher, principalmente as qualificadoras do tipo "mulher virgem", "mulher honesta". Isso é absolutamente inadequado, e as mulheres realmente têm toda a razão, porque se trata de uma discriminação, ou pior, de uma não proteção, uma desigualdade de tratamento. É realmente uma discriminação.

Portanto, foram retiradas todas essas referências à mulher. Qualquer crime que esteja descrito nesse título é crime contra a pessoa, qualificada em termos da punição por idade – quando atinge pessoa com idade inferior a 14 anos ou com idade inferior a 18 anos –, dependendo da gravidade ou do tipo penal. E, com relação à idade, eu gostaria de ressaltar que tivemos muitas dúvidas sobre como tratar esses limites de idade.

Como estamos em sede de Código Penal, que é uma legislação atual – e não farei crítica, pois não é o momento adequado –, um texto legal que tem toda uma coerência, em relação à forma como tratou a questão de criminalização, a questão de punição, de penas, não temos como sair desse contexto. Então, estamos procurando não sair desse contexto, porque estamos em sede de Código Penal, para que o texto não discrepe ou não haja uma aberração em uma legislação atual, mas atualizando-a.

Entendemos, inclusive – apenas para retomar o assunto, pontuando-o –, que havia a necessidade de explicitação de alguns tipos penais, porque, da forma como estão dispostos agora, dão ensejo, ainda assim, a uma jurisprudência que acaba também não sendo protetora. Então, uma vez que se atualiza o texto, ou se amplia ou se dá uma definição mais objetiva, direta, acabamos abrindo espaço para que se firme também toda uma jurisprudência que efetivamente vá proteger – muitas vezes, a jurisprudência não tem como dar essa proteção, porque não tem onde firmar todo o seu entendimento ou buscar as analogias necessárias ou a interpretação mais adequada.

Outro ponto bastante importante de se pontuar aqui é a questão do tráfico, a que o atual Código se refere como tráfico de mulheres, mas que tratamos como tráfico de pessoas. Esse também é um reclamo de todas aquelas entidades dos estudos, porque efetivamente não se justifica fazer um tratamento tão restrito de uma questão que é tão maior e que atinge pessoas de ambos os sexos.

Além disso, fazemos também uma diferenciação, porque o tráfico de pessoas – já me permito tratar assim – acaba abrangendo a questão do tráfico entre países, e sabemos que há um todo um tráfico interno, que ocorre dentro do território nacional. Então, criamos um tipo. Na verdade, agora, temos dois tipos: um tratando do tráfico internacional de pessoas e outro tratando do tráfico interno de pessoas, que se dá dentro do território nacional.

A nossa proposta não contempla, ainda, a questão da punição do cliente. Entendo que se trata de uma questão polêmica, mas o cliente não pode estar fora desse arcabouço legal, desse tratamento legal da questão, porque toda a exploração se faz em função da existência do cliente, e toda a exploração se faz em função de também criar ou motivar esse cliente. Então, temos essa preocupação, pois ainda não se fez esse tratamento.

Outro ponto seria prever a violência doméstica, que, inclusive, é objeto de projeto de lei que está em

tramitação, da nobre Deputada, para que essa questão seja contemplada e receba um tratamento legal devido, pois sabemos que a violência doméstica é uma realidade.

Então, em linhas gerais, eu queria pontuar essas questões que nos pareceram as mais cruciais em termos de modificação e da necessidade de atualização do título "Dos Crimes Contra os Costumes", do Código Penal.

Ainda não construímos, embora já exista uma minuta de exposição de motivos, um relatório para a Comissão. Ele terá que ser bem elaborado no sentido não de não só mostrar todo o caminho adotado pelo grupo como também para justificar cada uma das propostas feitas: por que ou em que ela se baseia; onde estamos buscando a fundamentação?

Também não nos esquecemos de fazer essa proposta à luz dos tratados internacionais que, ainda que não estejam promulgados, estão em tramitação no Congresso Nacional e que, certamente, serão aprovados e encaminhados ao Presidente para promulgação.

Coloco-me à disposição dos senhores. Considero importante e imprescindível que os senhores façam contribuições, sugestões e críticas. Não nos sentiremos constrangidos em receber essas críticas, porque o trabalho está no ponto, justamente, de ainda sofrê-las, para que possamos construir algo sólido que, efetivamente, atenda a necessidade de tratamento adequado da questão.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço a Drª Eliane Araque pela sua exposição e, em seguida, passo a palavra a Drª Patrícia Calmon, para que também se pronuncie sobre o tema.

Aproveito para convidar a Drª Hélia, que também já esta aqui conosco, para compor a Mesa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Senadora, como o Plenário da Câmara está atuando hoje pela manhã, assim como as Comissões, pergunto se haveria necessidade de algum Parlamentar fazer questionamentos, pois teremos que sair e retornar. Talvez, V. Exª pudesse destinar um momento agora, entre a intervenção da Drª Eliane e os demais, para alguma questão que possa surgir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Desculpe, mas efetivamente eu tinha que estar na Comissão de Constituição e Justiça há meia hora.

Primeiro, quero dizer que este é um tema absolutamente importante. É uma mudança de título no Código Penal. Não sou capaz de ler isso agora e dar a minha opinião global, mas fiquei com uma dúvida em decorrência da supressão "Do Rapto e Da Sedução". Nós tiramos a pena de dois a quatro, que vai para seis a dez. Nós simplesmente não retiramos "Do Rapto e Da Sedução". Ampliamos a pena, que é de dois a quatro, para seis a dez. A diferença é muito grande.

A título de sugestão, até porque não discutiremos tudo isso agora, talvez numa reunião de trabalho mesmo com os Deputados – não precisa ser audiência pública, não precisa de televisão, nada disso – vamos repensar isso. Sabemos que o Código Penal está, mais ou menos, há 15 anos sendo discutido nesta Casa.

Quando realizamos a Comissão Especial de Segurança Pública, discutimos durante seis meses com todas as autoridades. Não adiantou nada. Está tudo parado. Por quê? Porque é um tema muito complicado. Então, se pudesse haver uma prévia entre nós, poderíamos nos articular e tentar, principalmente com o Ministério da Justiça, verificar como vamos proceder, senão será mais um projeto maravilhoso e morto nesta Casa. Como não gosto de trabalhar à toa, poderíamos realizar uma reunião mais objetiva para discutir. Tudo bem, estamos retirando o rapto, mas estamos aumentando a pena? No fundo, vamos aumentar a pena da sedução.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Esta audiência pública seria o primeiro momento de discussão, pois partilharíamos com todos os Deputados desta CPMI algumas propostas que estão sendo amadurecidas. Essas propostas não estão prontas e acabadas. Conforme foi dito pela Drª Cláudia e pela Drª Eliane, este é apenas um primeiro momento em que gostaríamos de expor a todos os parlamentares, e não simplesmente que isso constasse do relatório.

O perfil de atuação desta CPMI é de repartir com todos os Parlamentares da Câmara e do Senado este primeiro momento em que o grupo nos apresenta uma proposta que não está pronta nem acabada. Não teremos agora os argumentos para defender ou não as propostas apresentadas. É evidente que haverá um prazo a mais. Hoje ouviremos. É claro que os Parlamentares podem participar, tirar as suas dúvidas. Esse material que foi distribuído poderá ser levado para casa, para que possamos pensar e, num segundo momento, aprofundar um pouco mais essa discussão, até porque o próprio grupo precisa de mais algum tempo para dar continuidade a essa discussão. A Drª Cláudia e algumas outras pessoas já se ofereceram para nos ajudar, inclusive com uma espécie de parecer, com relação às propostas que estão sendo apresentadas.

Então, para que os Parlamentares fiquem tranqüilos, este é o nosso primeiro momento, é a primeira reunião em que estamos discutindo com cada um dos senhores, mas aprofundaremos, até porque a Depu-

tada Maria do Rosário, ao inserir essas propostas no relatório, deverá ter a segurança e a tranqüilidade de que todos concordamos com elas. Serão mudanças essenciais no sentido de agilizar cada vez mais o desbaratamento dessas redes que exploram crianças e adolescentes no nosso País, assim como dos crimes sexuais, sobre os quais teremos oportunidade de discutir.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, registro a importância deste momento em que estamos vivendo, quando nos aproximamos de maio, que é o prazo que estabelecemos para a apresentação do relatório final. Realmente os eixos temáticos que definimos, sobre os quais teremos reuniões específicas, como a defesa e responsabilização, as políticas públicas. Ao serem tratados dessa forma, esses temas darão corpo e consistência ao relatório, além dos casos para os quais definiremos providências necessárias a serem tomadas pelo Ministério Público, indicações claras que a CPMI vai mostrar acerca de casos os mais diversos em todo o território nacional, nos quais coletamos, trabalhamos e investigamos. Quanto àqueles em que não chegarmos ao final, solidariamente buscaremos apoio, conforme os pressupostos legais, para que seja feita a denúncia posteriormente pelo Ministério Público.

A Presidente esclarece que não estamos trazendo o relatório final antes de procedermos ao debate. Estamos apresentando a proposta para que seja amadurecida. O grupo de trabalho teve uma atuação excelente, mas depende de nós fazer com que essas propostas sejam viabilizadas nos nossos partidos, na Casa, nas lideranças, na Mesa Diretora, para que haja um efeito prático.

Então precisamos estar convictos, conscientes, todos assumindo, a partir de um debate, medidas que possam dar efeitos reais ao que investigamos e onde verificamos que há problemas. O Poder Judiciário tem dificuldades, as investigações não acontecem, então como poderemos trabalhar isso. A pergunta é sempre como melhorar o sistema de Justiça, para que, efetivamente, os direitos das crianças possam estar garantidos.

Esse é o exercício que estaremos fazendo até o relatório final, de forma muito cooperativa e coletiva e nos valendo especialmente das experiências importantes trazidas por cada um, pela sociedade e pelas organizações.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Maria do Rosário.

Registro a presença da Drª Graça Gadelha, representante do POMMAR/USAID. Cumprimento e agradeço a presença à Drª Karina Figueiredo, do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Registro também a presença do Sr. Pedro Américo, da OIT.

Concedo a palavra à Drª Patrícia Calmon.

A SRA. PATRÍCIA CALMON RANGEL – Bom dia a todos.

Agradeço o convite que me foi formulado para participar desse que considero um grande momento, porque representa um passo concreto para a resolução de um problema que há pouco tempo considerávamos inatingível na defesa dos direitos da criança e do adolescente, qual seja, o enfrentamento dessas lacunas legais.

Sou Promotora de Justiça da Infância e Juventude e Membro da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância. Posso afirmar, não só em meu nome, mas em nome da ABMP, que essas lacunas legais são um motivo de antiga angústia dos operadores de Direito no enfrentamento da violência sexual.

Discutir esse tema nesta sede com os senhores é realmente um motivo de grande satisfação, e, principalmente, saber que propostas apresentadas pela sociedade civil foram sistematizadas, analisadas e aprofundadas por uma Comissão, composta por pessoas tão significativas, com atuação na área e, hoje, aqui discutidas de forma tão ampla significa para nós, uma prova de que o Brasil realmente está mudando e caminhando em rumo ao primado da dignidade da pessoa humana.

Por isso, não poderia deixar de parabenizar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a Comissão Intersetorial de Combate à Violência contra a Criança e o Adolescente e o Grupo de Trabalho, que hoje apresenta esse trabalho excelente, uma grande conquista na implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, de cujo Comitê fazemos parte, que luta tanto pela implementação do Plano.

Sabemos que os crimes sexuais não são nenhuma novidade, e sim a nova visão da pessoa merecedora de dignidade. Nesse sentido, o paradigma ético da compreensão desses direitos – ser contemplado em todas as suas dimensões – diz respeito ao enfrentamento da violência sexual.

Especificamente em relação à criança e ao adolescente, que são a preocupação maior da Associação que represento, a construção ética e estatutária, fundamentada na doutrina da proteção integral e nas normativas internacionais de maior expressividade, tem como corolário não só o direito à vida da pessoa humana criança, mas também a uma vida com dignidade, livre da opressão e da violência.

Nesse contexto, a violência sexual, tanto de natureza interpessoal quanto comercial, constitui-se viola-

ção intolerável aos direitos desses sujeitos, a quem é prometida proteção integral, violação ao direito à sua integridade física e psicológica, ao seu desenvolvimento sexual e moral saudáveis, ao direito de não ter seu trabalho explorado, nem exercido sob condições indignas, enfim, violação ao seu direito ao respeito e à dignidade, base e fundamento de todo o conjunto normativo acima mencionado.

Temos, portanto, o desafio inadiável de materializar esses direitos já tão repetidamente declarados. É mister que sejam reconhecidos e protegidos por uma legislação material e instrumental que os contemple com clareza, operacionalidade e atualidade e que possa se constituir um instrumento de sua efetivação, viabilizando o seu exercício em plenitude.

É inadiável o suprimento das gritantes falhas na legislação processual e penal que dificultam e mesmo impedem em algumas situações a defesa dos direitos, em especial quanto à criança, à efetiva proteção integral que devem ser assegurados à vítima.

A base jurídica para o tratamento da questão é o tripé: a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Penal. Não obstante a excelência do Estatuto da Criança e do Adolescente, que requer poucas alterações, e da Constituição Federal, por ter abraçado com muita clareza a doutrina da proteção integral, o Código Penal demanda atualização de conceitos e ampliação de um elenco de condutas urgente.

Todo o Título VI, como bem frisado pela Drª Eliane, requer alterações porque se encontra defasado em virtude de um grande hiato entre os costumes, hábitos e cultura da época em que foi elaborado e dos paradigmas atuais das mais recentes legislações internacionais e nacionais.

Pensamos que essas alterações, para agirem com seriedade e realmente proporcionar alteração no quadro da realidade atual do Brasil, devem abarcar duas vertentes primordiais: a ampliação do elenco de conduta passíveis de criminalização e o redimensionamento da posição da vítima dos crimes sexuais.

A proposta apresentada contempla com excelência, no meu entendimento, essas duas vertentes. Consideramos necessária a ampliação do elenco de condutas porque a evolução tecnológica abre possibilidades para um sem número de condutos impensáveis na época da elaboração do Código. Da mesma forma, avaliamos como primordial o redimensionamento da posição da vítima dos crimes sexuais para alcançarmos efetivamente o primado da pessoa humana.

Entendo que temos de romper com a visão de que o crime contra os costumes é um crime contra práticas sexuais anormais ou contra o bom comportamento social e, sim, atingirmos efetivamente o paradigma da dignidade pessoa humana. Temos de ver na vítima a pessoa atingida em sua dignidade. A partir daí, os tipos penais devem visar efetivamente esse paradigma e não mais o paradigma dos costumes.

Penso que a proposta contempla com excelência todas essas vertentes e, só para justificar minha presença, daria algumas sugestões para reflexão do grupo de trabalho. A título de contribuição, frisaria o que a Dr. Eliane já destacou em relação ao usuário da prostituição infantil porque, apesar das condutas desse usuário poderem ser tipificadas na maior parte das vezes como outros tipos penais, penso que a construção de um tipo penal específico para essa conduta teria um caráter intimidatório positivo, em especial quanto ao turismo sexual e ao uso efetivo da prostituição infantil, que avalio merecedor de reflexão.

Nem sempre logramos êxito em tipificar a conduta do usuário da prostituição. Às vezes, a tipificamos inadequadamente, o que gera absolvição, impunidade ou penalização em desconformidade com o real dano causado pela conduta dele.

Outra hipótese é a questão de prática de conjunção carnal ou outro ato libidinoso na presença de quatorze anos a dezoito anos, excluída pela nova proposta. Penso que poderíamos refletir um pouco mais sobre isso devido à vulnerabilidade das pessoas dessa faixa etária. Apesar de não contemplarmos, obviamente, a mesma proteção legal dos menores de quatorze anos, penso que poderíamos pensar em uma previsão legal específica para elas.

Antes de finalizar, agradeço a oportunidade de discutir com os senhores esse tema tão complexo, grave e necessário. Parabenizo a Comissão interministerial e parlamentar pela iniciativa. Saliento que temos consciência de que essas alterações legislativas são somente um dos passos que o nosso País precisa para enfrentar a questão. Há necessidade de construção de políticas públicas e de investimentos de recursos, sem os quais a letra fria da lei tem poucos resultados práticos.

De qualquer forma, essa é uma grande conquista pois simboliza que agenda nacional está coerente com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, que estamos tratando com seriedade essa questão e, talvez, caminhando com passos firmes para a garantia da dignidade da pessoa humana em nosso País, na busca da extirpação a escravização e a subjugação das pessoas.

Só merece parabéns essa manifestação.

Coloco-me à disposição para a discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Drª Patrícia Calmon pela exposição.

Antes de passar a palavra à Drª Hélia, registro também a presença do Dr. Jânio Cândido, Defensor Público Geral do Estado da Bahia. Agradecemos a sua presença neste dia de debate e discussão nesta Comissão, que investiga as redes de exploração sexual contra crianças e adolescentes.

A Drª Cláudia terá que se retirar em função de uma agenda cheia que tem no dia de hoje. Agradeço, em nome de todos os membros desta CPI, a presença e a colaboração da Drª Cláudia Chagas. Obrigada por ter também feito a sua exposição nesta reunião.

Concedo a palavra à Drª Hélia Barbosa para expor seu pensamento em relação ao assunto.

A SRA. HÉLIA BARBOSA – Obrigada, Senadora Patrícia Saboya Gomes. Tenho grande satisfação em cumprimentar V. Exª. Peço permissão às demais ilustres componentes da Mesa para saudar a todos, pedindo desculpas pelo meu atraso. O vôo não saiu de Salvador, mas de Recife. A chegada também foi muito tumultuada. Foi difícil encontrar um estacionamento. Consegui que a Graça Gadelha, gentilmente, me buscasse no aeroporto.

Da mesma forma, antecipadamente, peço desculpas por não trazer nada escrito porque havia uma possibilidade de esta reunião se realizar na Bahia. Não foi possível. Sei do tempo curto para conclusão dos trabalhos. E, somente ontem, tive condição de acessar à tarde. Li à noite. Já estou com as idéias previamente de todo um trabalho de muitos anos, mas, se permite V. Exª, poderei fazê-lo com mais reflexão e mandá-lo por escrito. É uma honra muito grande. Vinha dizendo para Graça que até estou muito emocionada.

Desde 1995, estamos lutando por essa reforma, especificamente do capítulo dos crimes contra os costumes, que estamos ousadamente definindo de crimes sexuais há algum tempo. Há muitas coisas que precisam ser mudadas na lei, embora saibamos – isto já foi dito aqui – que o combate não é único e exclusivamente de legislação. A reforma urge e, junto a ela, instâncias de apuração e responsabilização devem ser reformadas. Mudança de cultura e uma série de atos e ações têm que ser desenvolvidos.

Fiz alguns comentários – peço permissão à Drª Eliane Araque –, apenas como sugestões, nenhuma crítica ao trabalho. Antes de mais nada, concordo com a Drª Patrícia em que realmente é um ganho, e estamos em estado de graça, estarmos dentro do Senado, discutindo a reforma do Código Penal em relação a esses crimes, que tanto tornam vítimas crianças e adolescentes. Por incrível que pareça, por mais que o mundo esteja atuando e agindo contra, é crescente e maior o número daqueles, pessoas físicas e jurídicas, que estão usando, abusando, explorando, violando os direitos de crianças e adolescentes em relação à exploração e ao abuso sexual, portanto, às violências sexuais.

Essa notícia chega do Equipat internacional, uma entidade com sede em Bangcoc, na Tailândia, com assento nas Nações Unidas, que tem representação em 70 países e é responsável, junto com a Unicef e outras instâncias, por terem realizado dois grandes congressos que nos deram condições para estarmos aqui agora, inclusive com o nosso plano nacional decorrente dessa entidade.

Não me identifiquei, embora já esteja no convite. Sou defensora pública, estudiosa e professora acadêmica da área do Direito da Criança. Coordenei o Cedeca – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente por quase dez anos e, hoje, sou Superintendente dos Direitos Humanos no Estado da Bahia.

Como não assisti às exposições anteriores – pecamos por chegar atrasados –, tenho que dar mão à palmatória, não por conta própria, mas é um erro, um equívoco e um risco muito grande; então, peço desculpas a V. Exªs, se já foram explicadas algumas questões. Irei fazer a minha exposição em termos de questionamento, de reflexão, ponderações e sugestões.

Quando iniciarmos, estará lá o título 6º Dos Crimes Sexuais. Ele sai do título dos crimes contra os costumes. Estamos lutando para passar os crimes sexuais para o capítulo dos crimes contra as pessoas; então esse título já deveria ir como subtítulo dos crimes sexuais. Consideramos perfeita a justificativa, no que se refere à escolha desse título. É com isso mesmo que estamos sonhando e nos empenhando.

Requer-se maior reflexão acerca das terminologias, dos significados e das diferenças entre "violação" e "violência". Não sei se devemos mudar culturas, buscar mais aliados comprometidos, pessoas que realmente assumam os seus mistérios nas funções – quer os operadores do Direito, quer outras envolvidas, responsáveis: nós, atores todos, sociedade civil e Governo. Ao retirarmos duas palavras na tipificação desse delito, embora já tentando compreender a necessidade e a importância da junção dos dois dispositivos – o 213, que trata do estupro, e o 214, do atentado violento ao pudor -, que tenham vindo com essa terminologia "violação sexual" e não "violência sexual", estaremos seguindo os estudos do próprio plano nacional, que já é uma manifestação da sociedade civil e da área governamental, refletindo que os abusos e as explorações são violências sexuais.

Causa-me mais surpresa, Drª Eliana, e fico a perguntar-me se não vai causar um impacto negativo, prejudicial à nossa luta e ao nosso interesse, retirarmos a palavra "estupro"; há termos que devem ser mudados e outros, não. Como é que o imaginário social vai re-

ceber isso? Se já estamos tendo dificuldades enormes de decisões e temos de atacar, com todo o respeito, os Tribunais de Justiça dos Estados, os Ministros, os Desembargadores e a Suprema Corte e temos de discutir valores neste século XXI, qual é o direito dado, seja a um juiz comum, seja a um juiz desembargador, seja a um juiz ministro, de qualificar as meninas de promíscuas, sem-vergonhas, "prostitutazinhas", levianas? E tudo isso por causa de uma chamada presunção de violência que eles não aceitam.

Se o estupro, que é forte e causa repugnância até mesmo às próprias pessoas que estão encarceradas, estão em conflito com a lei – e há uma regra mundial de se fazer justiça pelas próprias mãos quando lá chegam os estupradores –, como é que nós vamos mudar? Será que a sociedade brasileira está preparada para uma mudança no sentido de retirar o que é estupro para uma violência sexual?

O significado e a definição estão perfeitos. Retirou-se "mulher" porque entra homem também. A forma como está qualificado o estupro no Código Penal atual – ou seja, a relação, a penetração, o ato sexual à força – deve ser também aplicada se esse mesmo ato for feito com a mulher, via relação anal, ou com o homem, contrariamente à vontade? É um estupro, uma violência da mesma forma. Essa é a primeira reflexão que quero fazer a V. Exª. Porém, se colocarmos todos os atos considerados libidinosos dentro da interpretação de todos os atos que são considerados estupro, poderá haver, também, equívocos para nossos julgadores. Isso precisa de muito mais clareza.

Gostei bastante quando foi inserido o § 1.º com relação às penas.

Há outra coisa que observei e sobre a qual gostaria de ser esclarecida para contribuir melhor. Refiro-me às idades. O grande problema é a presunção de violência. O Código diz que qualquer ato libidinoso praticado com menor de 14 anos é estupro, e as decisões da Suprema Corte – já não falo das outras – não vêm sendo pacíficas. Predominantemente, são no sentido de que a presunção não é absoluta, mas relativa. Eu queria chamar a atenção para essa reflexão sobre o estupro e a presunção de violência, que leva a essas qualificações. Estão absolvendo réus que cometeram esses delitos, porque as meninas já tinham uma prática da sexualidade; já eram prostitutas, e não estavam sendo prostituídas. Ora, se o tipo é "qualquer relação violenta sem o consentimento", não têm os julgadores que estar dizendo se ela já era afeita a uma prática da vida, dessa violência, de estar nessa violência, nessa vulnerabilidade. Se olhamos a conduta que é colocada pela norma penal vigente – "constranger, seduzir, induzir, aproveitar, tirar proveito, facilitar" –, tudo levam à interpretação de que as meninas são seduzidas, induzidas, levadas a essas práticas. Então, eu queria fazer essa reflexão para que possamos avançar nesse aspecto da alteração da expressão, trocando a palavra "estupro" por "violação sexual".

Em relação às idades, ora observei que se mantêm os 18 anos – e é o que pretendemos –, ora se mantêm os 14 anos. E me parece que em alguns dispositivos isso não ficou muito claro. Talvez devamos aprofundar um pouco mais para decidir se vamos deixar mesmo os 18, ou se vamos manter essa presunção aos 14, porque "entre os 14 e os 18" entende-se que há consentimento. As legislações nas diversas partes do mundo são divergentes em relação a esse consentimento. Quando há o consentimento, que é a violência presumida, não se configuram as penas mais elevadas, vai desqualificando, o que é pior e que me choca profundamente. Basta abrir o livro de Celso Delmanto para vermos inúmeras decisões do Supremo Tribunal Federal, que dizem: "O estupro e o atentado violento ao pudor são crimes hediondos" – há uma lei específica. Lá na lei não diz que tem que ser somente considerada a hediondez quando esses delitos, essas práticas, causarem lesões graves ou morte. Vem a jurisprudência, que, inversamente ao entendimento de que deve julgar o direito, ou aplicar o direito com sabedoria, tem entendido que, se não houver lesão grave e não houver morte, não é crime hediondo. Com que fundamento legal eles estão fazendo essa jurisprudência? Nosso Código, ao ser reformado, tem de ser mais claro nesse sentido. Talvez até mesmo considerar esses tipos crimes hediondos. Então, temos de ver juridicamente essa possibilidade, para evitar essa gama de jurisprudência, que, ao final, termina beneficiando esses violadores e e facilitando essas práticas.

Foi mais o que eu tinha colocado aqui.

Também não entendi, queria que V. Sª me explicasse por gentileza, como é que vamos – não sei se em sua justificativa saiu isso aqui; no que eu tenho não está... Em dois momentos, em dois dispositivos, com a mudança dessa nova tipificação, fala-se em violação sexual contra vulneráveis. Se isso não ficar, também, muito claro, como é que o magistrado, o delegado, o promotor, o defensor vão identificar ao proferir a decisão, os vulneráveis? Talvez não mereça clarear mais esses tipos, para facilitar esses julgamentos de vulnerabilidade?

Quanto ao art. 215, tenho uma observação, doutora, trata-se de violação sexual mediante fraude ou outros meios, ter conjunção carnal ou praticar ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outros meios que impeçam ou dificultem a livre manifestação de vontade da vítima. Mas, houve uma alteração e não há um resguardo quanto aos menores de 14 anos,

talvez deva também fazer essa reflexão, como já está no Código Penal.

É muito importante colocar alguém. Não entendi por que foi tirado – talvez eu esteja defasada nos meus conceitos e nas minhas avaliações – o assédio sexual. Causou-me surpresa. Já não falo mais da justificativa.

Quanto à satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente, novamente vejo o problema dos 14 anos para V. Exª observar e dos 18 anos.

O 223 é mantido? Aqui não há.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Drª Eliane disse que está mantido o assédio sexual, que havia sido retirado. Essa é uma informação para os Parlamentares que estão acompanhando. Foi um erro, está mantido.

A SRA. HÉLIA BARBOSA – Foi um erro. O 223 foi mantido também, antes da presunção de violência?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, ele está no 216, nas qualificadoras.

A SRA. HÉLIA BARBOSA – Devo verificar se vai ser feita a reflexão sobre a questão do estupro do atentado. Se mantido, deverá ser feito, senão, não precisa.

Quanto à presunção de violência. Acompanhei o Código, porque não pude escrever e completei tudo isso no avião mesmo. Observei que deixou o **caput** do artigo, mas foi mantida, não é maior de 14 anos, alínea "a".

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Drª Hélia, só para os Parlamentares acompanharem, diga qual é o artigo.

A SRA. HÉLIA BARBOSA – Eu disse, art. 224, se puderem me acompanhar. Não ficou claro aqui se foi mantida a alínea. Fiquei na dúvida exatamente sobre essa questão da idade dos 14 anos. Se retirar, não compreendo.

Com relação à ação penal. Peço-lhe permissão e imploro que faça uma reflexão, porque a grande luta, o que temos ouvido, o que temos escrito e lutado. Ouvi exatamente isso ontem em Recife, com os especialistas daquela cidade, que estão trabalhando a questão do enfrentamento, é que se mantemos ou substituímos a palavra queixa para representação, ela continua sendo uma ação não pública, seria pública. Mas quem vai fazer a representação? O Ministério Público ou ele só fará se a parte interessada não o fizer?

Nós entendemos, dada a complexidade, dadas as dificuldades e o teor elevado dessa violência, que devam todas as ações em relação aos crimes sexuais serem de autoria do MP, porque assim está-se evitando e dando um corte na quebra da impunidade. O que leva à impunidade é que, se deixar que seja uma ação civil pública – eu ousaria dizer incondicionada – sugiro que deva ser incondicionada. O MP sempre está propondo essas ações. Teremos muito mais ações e muito mais processos, daremos um corte na quebra da impunidade. O significado que tem o Direito Penal de estar ora reprimindo e ora socializando poderemos estar alcançando.

Eu gostaria de fazer essa reflexão em nome de todos os lugares em que já estive e de apelos de todos aqueles que vêm trabalhando.

Com relação aos incisos do art. 225, houve uma mudança na tipificação em relação ao 1 e ao 2. Depois eu gostaria que fosse explicado. Eliminaram-se os incisos anteriores por quê?

A maior parte das vítimas é pobre. Essa condição de miserabilidade se mantém. Se vai manter todas as ações – ação civil pública –, não temos mais que questionar. Se não mantém, acho que talvez deva manter isso porque a ação já é proposta nessas condições pelo Ministério Público. Então, a senhora deve ter feito essa reflexão. Como não está claro aqui, só estou trazendo porque sei que o momento é oportuno.

O art. 226, como sugestão na manutenção do parágrafo segundo, que realmente está mais amplo e muito mais claro – parabenizo-o por isso –, quando fala em autoridade, não sei se não pudéssemos trazer a questão da reflexão do poder de família, o antigo pátrio poder, que o Código Civil traz como poder de família. Por quê? Como fica a questão dos vizinhos, dos tios, que são os maiores, talvez em percentuais, que abusam, os noivos, os parentes próximos – que estariam fora do padrasto, da madrasta, do irmão, da irmã, do pai adotivo, da mãe adotiva, do cônjuge, do companheiro, da companheira. É outra reflexão que eu trouxe para ver se é possível.

O que realmente está incluído no art. 226, 227? Favorecimento da prostituição. Realmente aqui acho que foi bem pertinente ter feito essa observação. Todos nós precisamos apoiá-la, ajudá-la, devemos convocar todos estudiosos e **experts** que detenham esse conhecimento, com relação ao favorecimento da prostituição.

Há muitas dúvidas quanto à melhor redação, quanto à melhor tipificação. Os crimes de abuso sexual não estão claros no Código Penal; os de exploração sexual; o turismo sexual infanto-juvenil não está contemplado; a pornografia, embora esteja no Estatuto, tem que ser trazida para cá, com novas ousadias. Há pelo menos três anos que a nova legislação dos países tem normas mais novas sobre isso como forma de coibir essa prática que circula bilhões de dólares com o corpo das meninas e dos meninos, muitas das vezes escravizadas, que não conseguimos conter nem deter, porque a Internet é uma dinâmica muito grande, muito mais rápida que o próprio pensamento, é que pudéssemos tipificar.

Por exemplo, a Espanha, que é uma das mais novas, diz que o provedor tem que, no mínimo, guardar as imagens por três anos. E ser crime a posse – é preciso tipificar isso. Há várias sugestões em relação aos tipos de pornografia. Queremos, se possível, oferecer esses elementos para facilitar a melhor compreensão de V. Exª. Acho que esses tipos têm que ficar bastante claros dentro do Código Penal.

De novo vêm os vulneráveis.

Pergunto se o 230 permanece.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Permanece.

A SRA. HÉLIA BARBOSA – Vejo que houve essa preocupação com o art. 227 e o art. 228 em relação a essa expressão "prostituição", que a reflexão que nos levou por muito tempo a chamar prostituição infanto-juvenil ou infantil e que mudamos para a terminologia e o congresso mundial, e o mundo vêm aceitando exploração sexual comercial, porque é um negócio, é um enriquecimento ilícito sem causa, é um estelionato com o corpo das meninas e dos meninos, e entendemos que elas não fazem porque querem, mas porque são induzidas, levadas, o que diferencia da prostituição, que é a profissão mais antiga do mundo. Na verdade, a prostituição do adulto não é crime, para não confundir, principalmente agora, que é um direito que as mulheres prostituídas têm e estão querendo normatizar e muitos países já o fizeram, para que elas tenham seus direitos e garantias. Mas isso traz muito mais complicadores e vai favorecer muito mais àqueles que exploram, vai favorecer à rede. A prostituição não, é permitida – como dizem e já disseram muitos adolescentes – não vai responsabilizar. E muitos meninos foram nessa.

Então, temos uma preocupação com essa interpretação. Se realmente vamos entender, talvez até retire a palavra prostituição e se mantenha 'exploração sexual'. Portanto, após reflexões dessas análises, concluiu-se que esses tipos devem ficar claros pelas dificuldades que têm causado nas apurações.

Verifiquei ainda outro fato. Foram tiradas as multas nesses últimos tipos, a partir do art. 230. Por favor, incluam, e bem altas, as multas pecuniárias para que pesem no bolso do cidadão. Decisões de legislações internacionais bem mais positivas têm demonstrado que essas multas são mais eficazes do que talvez a privação do direito de ir e vir. Se o cidadão tem boa conduta, família, trabalho, basta impetrar um **habeas corpus**. Nesse caso, a menina é considerada sem-vergonha, e o cidadão fica solto por aí. Como se trata de crime hediondo, ele não poderia responder em liberdade, mas o faz porque a Justiça está concedendo os **habeas corpus**. Precisamos intervir nessa situação.

Creio que é fundamental trazer as multas, as penas alternativas, para essas tipificações. Essa é a minha sugestão.

Para concluir a minha fala, abordarei algumas questões. Ouvi aqui que o Unicef também está pedindo isso. Estamos trabalhando bastante nesse aspecto. Conforme essa perspectiva e as manifestações anteriores – não ouvi as primeiras, apenas a Drª Patrícia –, chamo a atenção de todos para que saibamos qual é a ótica do Estado e da sociedade em relação aos crimes sexuais e à ética. Ainda vamos tratar esses crimes como na época do Código de 1940, quando o pudor e a moral prevaleciam a esses tipos? Não se via o crime contra a pessoa, contra a mulher e contra o homem, sequer se imaginava que ele pudesse ser vítima, mas hoje ampliamos esse entendimento, porque os valores são outros. Devemos ter essa ótica com essa análise.

Há algumas preocupações realmente fortes nesses estudos, como a liberdade sexual – assunto bastante abordado por V. Exª – e a presunção da violência. Gostaria de fazer uma maior reflexão sobre esse tema, tomando como referência as decisões da Suprema Corte principalmente sobre a morosidade da Justiça e o consentimento. Sobre a morosidade da Justiça, podemos estar ganhando. Não sei se cabe aqui, mas no próprio estudo, na CPMI, a implantação imediata, no Brasil, pelos Tribunais de Justiça, com o apoio dos Governos dos Estados, de delegacias especializadas, varas criminais especializadas, defensorias públicas especializadas, com o núcleo da defensoria pública, e promotorias. Posso assegurar-lhes o porquê desse apelo. O Unicef fez uma consultoria sobre as instâncias que estão funcionando bem no Brasil e são consideradas boas práticas e deverá lançar o resultado em um congresso na Bahia. E há muito o que fazer.

Trago o resultado da Bahia: o tripé da Justiça está sendo respeitado no Estado. Foi dito aqui que o tripé da Justiça é composto pelo juiz, pelo promotor e pelo assistente de acusação do promotor – advogado de uma ONG – e, do outro lado, pelo defensor público, porque, sem ele, os processos demoram. Quanto ao prazo, pasmem senhores, alguns tribunais proferem decisão sobre crimes sexuais em um ano de julgamento, de processo, e, quando o réu está preso, em seis meses. Há penas mais elevadas de até 26 anos de reclusão e prevalecem 10, 12 anos. As sentenças são bem fundamentadas, e os juízes estão em dia.

Podemos dizer que, se existe morosidade no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com todo o respeito à estrutura e aos Srs. Juízes, todos nós somos parte, as duas varas especializadas criminais estão em dia com seus processos, porque acompanhamos,

monitoramos e fizemos convênios. Falando ainda como uma ONG, nós, do Cedeca, estamos lançando um livro revelando esse trabalho.

É urgente que pensemos nesse assunto. Eu não poderia analisar a parte técnica legislativa sem fazer essa reflexão que considero da maior importância. Agradeço ao Alisson, que me lembrou desse ponto.

Deixo um recado aos Srs. Legisladores. Ainda vão pensar na tutela do pudor público individual para os crimes sexuais ou realmente estão absorvendo as idéias conclamadas pela nossa Senadora de que precisamos sacudir o País para mudar essa ótica? Esta CPMI hoje é a nossa grande força.

Eram essas as minhas colaborações.

Peço desculpas, Senadora, por não me ter dedicado mais ao estudo. Eu gostaria de ter feito isso com pelo menos uma semana de prazo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Imaginem se ela tivesse-se dedicado mais!

A SRA. HÉLIA BARBOSA – A experiência é a prática do dia-a-dia. Se eu puder colaborar, coloco-me, já, em nome do Estado da Bahia, da Defensoria Pública – ainda continuo sendo Defensora Pública – e do próprio Cedeca, à disposição, com a equipe, para contribuir com V. Exªs.

Quero agradecer esta honrosa e maravilhosa oportunidade que me encanta. O País está avançando.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Drª Hélia. Nós é que temos que agradecer a sua participação.

Mesmo não tendo tido tempo para se preparar, como disse, deu um show aqui. Cutucou todos nós para que pudéssemos refletir cada vez mais sobre suas ponderações e sugestões.

Há uma pequena dificuldade que eu queria dividir com os Parlamentares. Eu sei que agora a Câmara está em votação, e é necessária a presença das Srªs e dos Srs Parlamentares. A Deputada Maria do Rosário, nossa Relatora, teve de se ausentar em função do momento de votação.

A Deputada Maria do Rosário sugeriu que os senhores pudessem fazer um revezamento. Talvez, assim que ela chegasse, mais dois Parlamentares se dirigissem à Câmara, porque esta nossa audiência é de fundamental importância para que possamos fazer esta reflexão.

Evidentemente, como já se disse no início da audiência, aqui não estaremos prontos ou preparados para argumentar e debater.

A SRA. TELMA DE SOUZA (PT-SP) – Srª Presidente, apenas uma informação. Meu gabinete me ligou e informou-me que são duas votações.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vamos aguardar o retorno da Deputada Maria do Rosário, que poderá trazer informações mais precisas da Câmara.

Eu gostaria de fazer uma sugestão – não sei se todos concordarão. Há uma lista de três inscritos: as Deputadas Ann Pontes, Almerinda e Telma de Oliveira. Talvez fosse melhor ouvirmos a Drª Eliane, que poderá esclarecer algumas dúvidas que os Parlamentares tenham e que queiram perguntar. Em seguida, concederei a palavra a todos os Parlamentares que estão inscritos.

A SRA. (Não Identificada) – Senadora, estou inscrita, mas o que disse a Deputada Laura Carneiro procede, porque realmente precisamos de mais informações.

Imaginem se a Drª Hélia tivesse tido muito mais de uma semana para preparar o material e sanar as dúvidas! Mas foi importante a sua contribuição.

Convém ouvirmos agora a Drª Eliana, para nos prepararmos com uma contribuição melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vou pedir à equipe que, de forma mais didática, faça a comparação da atual legislação e daquilo que foi alterado. Isso é um trabalho rápido.

A SRA. ELIANA ARAQUE DOS SANTOS – Já estamos fazendo isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Drª Eliana já está fazendo isso, o que facilitará a nossa visão sobre as propostas.

Concedo a palavra à Drª Eliana, para tecer seus comentários.

A SRA. ELIANA ARAQUE DOS SANTOS – Em relação aos comentários feitos aqui, começando pelos da Senadora Patrícia Saboya Gomes, da Deputada Laura Carneiro, incluindo as observações feitas pela Drª Hélia, já foi anotada a questão suscitada pela Senadora Patrícia Saboya Gomes, que diz respeito à proposição contida no art. 218, que limita o tipo à pessoa com idade até 14 anos.

Sem dúvida, é pertinente a observação feita com relação à proteção a ser dada à pessoa entre 16 e 18 anos, o que já foi anotada.

No tocante aos limites de idade, não foi fácil ao grupo – a Senadora Patrícia Saboya Gomes também sabe disso – buscar coerência de tratamento com relação a que idade iríamos considerar. Então, optamos, Drª Hélia, pelas idades, pelos limites já definidos no próprio Código Penal, justamente para guardar coerência com toda a sistemática do Código, para não alterarmos e ficarmos incoerente com a proposição que justifica a norma legal como um todo. Todavia, essa questão tem merecido reflexão, que não está fechada. De repente,

podemos encontrar um caminho, com um tratamento que, efetivamente, possa atingir toda pessoa com idade até dezoito anos.

Entendo pertinentes as observações da Deputada Laura Carneiro, mas, sem dúvida, isso exigirá que discutamos melhor, até para justificarmos a nossa posição. Houve uma grande discussão com relação à retirada ou não desse Capítulo III, que trata do rapto. Isso exigiu uma reflexão bastante profunda para que o grupo todo chegasse ao consenso de que a melhor proposição seria a retirada. Assim, teríamos que sentar, amadurecer a idéia e justificar, conjuntamente, se realmente seria adequada ou não a retirada e como tratar a questão.

Chego às observações da Drª Hélia, com muita felicidade. Ela pediu desculpas, ao que respondi que não teria que desculpá-la e, sim, agradecê-la. Assim, fico emocionada de poder ouvir toda uma série de colocações e sugestões no sentido do melhoramento de uma proposição, demonstrando toda a vivência e sensibilidade da Drª Hélia com relação à questão.

Comentarei algumas posições do grupo que, logicamente, não seriam coisas fechadas, mas o grupo adotou uma serie de posicionamentos dos quais vou abordar as justificativas.

Com relação ao título, discutimos se seria melhor inseri-lo como um capítulo do título dos Crimes Contra a Pessoa, mas achamos que iria diminuir ou deixar a questão submersa, ou meio diluída no título dos Crimes Contra a Pessoa. Assim, quisemos dar destaque.

A SRA. PATRÍCIA CALMON RANGEL – Lembro-me de que haveria uma alteração, uma recolocação muito grande nos artigos do Código Penal.

A SRA. ELIANA ARAQUE DOS SANTOS – Patrícia, muito obrigada por nos lembrar. Realmente, ao fazer essa mudança, a nossa tarefa seria muito mais árdua, porque teríamos que buscar muitas adequações ao contexto daquele título e talvez não conseguíssemos, ou fosse mais árduo o caminho de buscar um tratamento adequado para a questão.

Assim, optamos por manter um título específico, dando destaque a esses crimes para, vamos dizer, que se pudesse sensibilizar e haver o tratamento mais adequado e a atenção da sociedade.

Com relação à questão do **nomen juris** do art. 213, há uma primeira reflexão que é o estupro ter, no seu conteúdo e também no imaginário da sociedade, todo um contexto específico que diz respeito à mulher, que diz respeito à conjunção carnal e que, de repente, não iria atender toda uma intenção de ampliação e de tratamento adequado do tipo penal.

Então, preferimos tirar, embora haja toda a justificativa que a Drª Hélia colocou e que, pela sua ótica, teria essa pertinência, mas há os dois lados da questão. Acabamos optando pelo outro lado porque achamos que era melhor para, colocando violação ou, por que não, como você propôs, violência sexual, mostrar que é uma coisa maior, que não diz respeito apenas à mulher e que isso tem que ser tirado do imaginário das pessoas. O estupro tem que ser retirado porque o que estamos tratando é uma questão maior. Então, optamos por dar um nome diverso. Então, por isso optamos por outro caminho. Está certo?

Quanto à questão da idade, é o que colocamos. Nós também entendemos e sabemos que, infelizmente, a jurisprudência exige o consentimento que acaba retirando toda uma proteção que é devida. A questão não é do consentimento. Porque muitas vezes ele é obtido viciado, e ainda que nem se possa provar esse vício ou... Não é? Então, na verdade, o que tem que ser protegido é a pessoa, é a integridade da pessoa, é a liberdade da pessoa. E, com relação à criança e ao adolescente, é o desenvolvimento sadio, sexual sadio dessa criança e do adolescente. Então, nós estamos atentos à questão do consentimento. Não sei, acho que poderíamos refletir, e até talvez retomar, porque fizemos essa análise de como a jurisprudência entende a questão, e quisemos justamente retirar o fundamento dessa jurisprudência para entender dessa forma, construindo o tipo de uma outra maneira para não dar ensejo a essa exigência de consentimento. Agora, não sei. De repente, necessitaria da análise dos juristas ou daqueles que julgam para saber se realmente iria estar ou não atendendo essa questão. Mas tivemos esse cuidado sim.

Com relação à idade, embora tenhamos optado pelos limites já estabelecidos no Código Penal, é evidente que pensamos, sim, em seguir o caminho traçado pelos tratados internacionais. Criança de zero a 18 anos. Então, o limite da proteção é 18 anos. Também buscar ou tratar a questão juntamente com o ECA. Mas não quisemos suscitar tanta polêmica em relação à idade porque achamos que aí poderíamos desviar toda discussão do contexto do capítulo como um todo para simplesmente ficar focalizado na idade. Então, achamos que iríamos respeitar os limites já estabelecidos no Código, mas dando a proteção devida ao escopo, vamos dizer, uma proteção mais específica ou uma qualificação maior com relação a zero e 14, e uma outra com relação a 16/18 anos. É difícil. Muitas vezes não conseguimos isso. Tanto que a Drª Patrícia ressaltou o 218, que fica difícil, dentro do 218, dar proteção às pessoas de 16 a 18 porque, na tipificação, no tipo penal, tem o limite de idade, mas sem dúvida é uma observação que levaremos para não deixar de

fora a proteção dessa faixa etária, das pessoas dentro dessa faixa etária.

Com relação à ação penal, a modificação do 225 é total. Porque ação penal prevista é ação penal pública. Então, talvez, até uma observação que a Drª Patrícia não fez aqui, mas que já tinha feito pessoalmente. Por uma questão de técnica jurídica, achamos que não haveria necessidade de colocar ação pública mediante representação. E depois ação pública incondicionada. Mas talvez, justamente para não suscitar nenhuma dúvida, para ficar absolutamente claro dentro do artigo, colocar a expressão ação penal pública mediante representação e incondicionada. Eu acho aí que estariam contempladas todas as suas preocupações. Correto?

A SRA. HÉLIA BARBOSA – Por conta do parágrafo único, não é?

A SRA. ELIANA ARAQUE DOS SANTOS – É.

A SRA. HÉLIA BARBOSA – Porque aí ele excepciona...

A SRA. ELIANA ARAQUE DOS SANTOS – Isso.

A SRA. HÉLIA BARBOSA – ...processo mediante ação pública. Então, sabemos que a representação é do MP, mas não ficou claro. Temos que ter clareza nesses...

A SRA. ELIANA ARAQUE DOS SANTOS – Sem dúvida. A ação prevista é a ação penal...

A SRA. HÉLIA BARBOSA – Graças a Deus.

A SRA. ELIANA ARAQUE DOS SANTOS – Pode ficar tranqüila. Presunção de violência...

A SRA. HÉLIA BARBOSA – É mais trabalho para o MP...

A SRA. ELIANA ARAQUE DOS SANTOS – Mas é isso mesmo. Como membros do Ministério Público, consideramos que é uma obrigação ter esse trabalho. Mesmo porque nós temos que dar resposta à sociedade da sua necessidade da proteção devida e que a lei se cumpra.

Com relação ao art. 224, Doutora, ele está mantido. A única alteração que estamos propondo é a da alínea b, porque estamos fazendo uma adequação dos termos; quem tiver enfermidade ou deficiência mental, porque essa é a nova nomenclatura contida no Código Civil, que entrou recentemente em vigor, e retirar a expressão "e o agente conhecia essa circunstância". Porque é absolutamente inadequado que ela fique. Então, ele está mantido, assim como estão mantidas as multas, embora elas não tenham ficado expressas, também achamos que é importante manter a multa.

Ao tentar fazer com que o Item 2 do 226 fosse abrangente, procuramos contemplar "ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela". Para não ficar numa enumeração exaustiva e, por isso, não contemplando todas as possibilidades. Então, enumeramos aquelas principais, colocando "ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela". Acho que isso também contempla sua preocupação, não?

O Item 3 entendemos por bem suprimir, porque se for casado, por quê? Então, entendemos por bem suprimi-lo.

Há também uma preocupação nossa: se deixaríamos no tipo penal a expressão "prostituição" ou a substituiria por "exploração sexual". Acabamos optando, pelo menos por enquanto – vamos refletir melhor sobre isso – pelo termo "prostituição", por já estar dentro do próprio tipo e consolidado. Foi por isso. Mas isso também foi um ponto, um item de reflexão nossa, qual seria a melhor a adotar.

E sem dúvida a questão do turismo, do abuso. Até anotei aqui para que reflitamos e vejamos como tratar dessas duas situações.

A questão da pornografia, deixamos de lado, porque o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente está contemplando e é uma alteração recente. Não coloquei aqui para os senhores, mas dividimos nosso trabalho no Código Penal e no ECA e acabamos nos detendo no Código Penal, que está a nos exigir toda uma maior atenção, e as reuniões acabam acontecendo. Já estamos em 2004 e ainda não fechamos o Código Penal. Mas, sem dúvida, vamos tratar também do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ficamos mais tranqüilos com as alterações recentes, porque elas contemplam uma questão que era nossa preocupação, que é a questão da publicidade, da Internet, da mídia. Então, ele contempla. Até pensamos, analisando toda uma alteração, que talvez precisasse, para ser mais eficaz o tipo, de uma explicitação melhor, para não ser restritiva, que talvez a redação como foi sancionada pode vir numa jurisprudência, numa interpretação de alguns artigos, ser restritiva, não ser tão abrangente. Mas ainda não passamos para o Estatuto da Criança e do Adolescente, para podermos fazer essa reflexão. Mas, ficamos menos ansiosos, menos preocupados, vamos dizer, ao nos deter tanto no Código Penal porque as alterações recentes no Estatuto acabaram contemplando uma gama de situações que era nossa preocupação, porque não havia todo um tratamento legal da questão.

De um modo geral, respondi as suas perguntas, doutora?

A SRA. HÉLIA BARBOSA – Com certeza.

A SRA. ELIANA ARAQUE DOS SANTOS – Agradeço muito toda essa contribuição. Eu gostaria de ter tido esse texto há um mês para trazer mais.

A SRA. HÉLIA BARBOSA – Ainda estou com dúvida com relação à autoridade, porque acho que

vai dar uma amplitude para quem vai julgar. Por via de regra, o violador que é beneficiado. Então, não sei se mereceria de V. Exª e do grupo uma reflexão maior para ver como contemplaria esses outros autores: os vizinhos, os outros parentes que não estão contemplados. Quanto à prostituição, realmente, é preciso fazer-se uma reflexão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço à Drª Eliane e passo a palavra também à Drª Patrícia, que quer fazer algum comentário.

A SRA. PATRÍCIA CALMON RANGEL – A título de complementação, gostaria de acrescentar que participei de parte das discussões do grupo e posso asseverar – estou aqui dando meu testemunho – que muitas dessas discussões que a senhora traz, Drª Hélia Barbosa, foram discutidas pelo grupo. Não estou aqui fazendo a defesa do grupo, mas foram discutidas. Recordo-me de algumas reuniões de que participei, e isso tinha de constar nos crimes contra a pessoa – o que considero extremamente pertinente. Havia, porém, uma dificuldade muito grande na nova enumeração de muitos artigos e seria necessário fazer-se uma alteração muito grande em relação a isso. E consolidar os arts. 213, 214, já conhecidos, para que todo o Código fosse renumerado a partir dos crimes contra a pessoa, ou seja, do art. 121 em diante, o que seria uma grande dificuldade. Uma das propostas era, então, para se manter da forma como está.

A SRA. HÉLIA BARBOSA – A justificativa dada pela Drª Eliane foi de, na especificidade, chamar a atenção.

A SRA. PATRÍCIA CALMON RANGEL – Também. E considero ainda de extrema pertinência a questão da vulnerabilidade, mas penso que a vulnerabilidade tem que decorrer, como está claro no tipo, da idade. Precisamos acabar com essa visão de que a idade é presunção relativa; ela tem de continuar sendo uma presunção absoluta de vulnerabilidade. Daí por que o título diz: ...contra vulneráveis, mediação contra vulneráveis, violação contra vulneráveis. Sempre batendo na tecla da idade.

Penso que temos que efetivamente enfrentar essa tendência jurisprudencial de relativizar a idade, colocando a vulnerabilidade exatamente na idade, fazendo com clareza essa aproximação entre a vulnerabilidade e a idade.

Quanto à questão da ação incondicionada, esqueci de falar, mas ontem já havíamos conversado sobre o assunto e, no meu entendimento, a ação deveria ser pública incondicionada para todos. Não vejo por que o adulto deva submeter-se a uma representação se a criança não comparece. Se o objetivo e a justificativa da ação pública condicionada é preservar a honra, a moral da vítima, mais ainda as do adolescente e da criança. Então, se a criança e adolescente são passíveis de ação penal pública incondicionada, mais ainda o adulto. Não vejo motivo para essa distinção e concordo com a senhora no sentido de que seja ação penal pública incondicionada para todos, como já conversamos ontem, não é Eliane? Ontem até altas madrugadas.

A SRA. ELIANE ARAQUE DOS SANTOS – E não houve consenso, mas é um item que podemos retomar.

A SRA. PATRÍCIA CALMON RANGEL – Penso que, se para a criança e o adolescente a ação é incondicionada, por que o adulto vai ser mais preservado em sua honra? Há uma incoerência de bem tutelado aí. Acabamos esbarrando naquela questão de honra, de costumes e tal.

A questão dos colaterais. A sua inclusão como agravante penso que pode ser refletida, mas deve-se salientar que os colaterais não agravam pena de nenhum outro crime. Então, devemos fazer essa sintonia com o restante do Código. É uma reflexão que deve ser feita com mais profundidade.

Os termos prostituição e estupro. Fez-se uma opção por excluir o estupro em nome desse tipo maior – e abro parênteses para parabenizar o grupo de trabalho. Embora o estupro seja uma marca, não sei se o estigma do estuprador interessa muito ao enfrentamento da violência sexual como queremos. Se havia duas preocupações, creio que a opção por um tipo maior que contemple homens e mulheres e a exclusão do estigma do estuprador foram benéficas. Entendo que valeu a pena ser retirado o estupro em nome desse tipo maior e mais bem construído.

Em relação à prostituição, concordo com a Drª Hélia Barbosa. Creio que vale a pena uma reflexão melhor quanto à nomenclatura "exploração sexual".

E, finalizando, em relação aos tipos já contemplados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, penso que puxá-los para o Código Penal, trazendo um **bis in idem**, uma nova discussão sobre um tipo já contemplado, não sei se seria politicamente interessante. Se já conseguimos o êxito de ter esse tipo, seja no Estatuto, seja no Código Penal, esses tipo existem, são puníveis, são passíveis de punição seus autores. Não vejo muita necessidade em mexermos nisso. São essas considerações.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Drª Patrícia. Agora, vamos à lista de oradores. Antes, no entanto, vamos passar a palavra a nossa Relatora, Deputada Maria do Rosário, a não ser...

Então, só estão presentes a Deputada Ann Pontes e a Deputada Maria do Rosário, em função de que

os outros Parlamentares foram ao plenário registrar suas presenças.

Passo a palavra à Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Srª Presidenta, Srª Relatora, demais membros componentes da Mesa. Infelizmente, com essa correria, acaba ficando truncado o que conseguimos acompanhar. Então me perdoem se, porventura, eu fizer algum questionamento que já tenha sido esclarecido. Inicialmente, a Drª Hélia respondeu algumas das minhas angústias que estavam aqui anotadas. A necessidade de precisarmos essa questão, na hora que vai qualificar o título, quem são esses vulneráveis, para que não se deixe brecha na lei. Então, seria bastante interessante deixar bem claro quem se enquadra nessa questão de vulnerabilidade.

A segunda questão também já foi colocada é que estamos discutindo muito baseados no Código Penal e a Promotora, Drª Patrícia, disse que também teria algumas contribuições ao ECA. Então, se **a posteriori** pudesse nos repassar seria interessante para não perdermos a oportunidade de fazer as implementações necessárias. Participo de uma outra comissão especial que está estudando o estatuto propriamente dito e iria contribuir para aquele grupo de trabalho.

Com relação às redes de exploração sexual, que é um forte desta CPMI. De que forma as senhoras entendem que elas estariam de alguma forma contempladas nessas alterações? Elas são fortíssimas, elas têm um poder de articulação, mobilização muito rápido. Toda vez que sai alguma coisa na imprensa, elas mudam a forma de agir, mas continuam agindo e, na grande maioria das vezes, já podemos detectar, que está associado ao tráfico de drogas. Essas crianças, adolescentes e mulheres, muitas vezes, são utilizadas e colocadas na condição de dependentes químicas para oferecerem aos clientes. Então, há um entranhamento de outros tipos penais.

Essas alterações contemplam para o enquadramento dessas redes? Fiquei em dúvida na questão do tráfico interno ou no favorecimento à prostituição. Onde elas poderiam ser enquadradas?

Uma sugestão que eu iria fazer, mas também já foi colocada pela Drª Hélia é a questão de criarmos uma vara específica para tratarmos da questão. Um exemplo que dou é no Estado do Pará. Tivemos uma promotora corajosa que conseguiu instaurar o processo e há dez anos espera a sentença. Veio até aqui, deu sua contribuição e disse que se sente frustrada porque o trabalho dela até hoje não surtiu o efeito esperado.

Seria interessante a propositura de uma vara específica de Defensoria Pública, de Promotoria, para que os agentes, os operadores do Direito tivessem condições de atuar. Isso porque o Estado oferece uma estrutura para quando o jovem, o adolescente comete uma inflação, mas não tem essa estrutura quando ele sofre a violência. Então acaba ficando capenga. Temos que olhar estes dois viés: quando ele sofre e quando ele pratica a violência.

Uma consideração, porque a Drª Hélia também levantou a questão da multa. Pelo que tenho acompanhado nas reuniões, via de regra, temos os abusadores, do vendedor de pipoca ao grande empresário, ao atleta, ao político, ao religioso. Tenho para mim, que só a pena prevista no Código Penal não é suficiente porque a vítima acaba ficando sem a proteção. A pena pecuniária seria para destinar um fundo para que essa pessoa pudesse ser atendida ou que a própria vítima custeasse o tratamento psicológico, cirúrgico de quem ele causou o dano.

Temos vários mecanismos. Isso bem foi colocado aqui: "é réu primário, **habeas corpus**..." E se inverte completamente o papel. Elas é que acabam ficando como as que provocam, as insinuadoras, e a opinião pública acaba ficando contra elas.

Então, é preciso rever essa questão. No meu ponto de vista, o que abunda não prejudica: a pena penal e a pecuniária também. Áquele que tivesse baixo poder aquisitivo, a prestação de serviços à comunidade. Mas que não ficasse de fora de maneira alguma.

De maneira geral, Senadora, eram essas as minhas colocações. Quero parabenizar pela contribuição que vem dar esta CPMI, porque o desafio é grande.

Como último comentário, estive conversando com uma Deputada Estadual, do Pará, que está tentando instaurar uma CPI para analisar de forma mais detalhada e aprofundada os casos do Estado, e ela está sentindo muita dificuldade. Ela está com a esperança de que, com a ida da CPMI ao Estado, consiga fazer com que a CPI estadual seja instaurada para detalhar os casos.

É um assunto que incomoda, que todo mundo tem medo de se envolver, de estar associado a ela, mas está na hora do enfrentamento. Chega de fazer de conta que o problema não existe. Como ficou colocado no relatório, se o Brasil não tomar um posicionamento sério, só em 2776 – isso é um absurdo e uma vergonha – nós teríamos dado encaminhamento para a questão.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Muito obrigada pela colaboração, Deputada Anne Pontes. Mais uma vez, é sempre importante destacar o desempenho da Deputada nesta Comissão, no enfrentamento do problema. Nós sabemos da situação no Pará. A CPI estará lá, certamente, colaborando para

que a Deputada a que V. Exª se refere possa realmente ver os trabalhos da CPI instalados naquele Estado.

Passo a palavra à Deputada Almerinda.

A SRA. ALMERINDA FIGUEIRAS DE CARVALHO (PMDB-RJ) – Srª Presidente, primeiramente, agradeço a presença das nossas convidadas. Quero dizer da importância desta Comissão e da urgência de encontrarmos uma solução, talvez não a definitiva, que é muito difícil, mas que possamos nos aproximar ao máximo.

Já está comprovado que, no Brasil, nos esbarramos na corrupção em todo tipo de crime. E a corrupção leva à certeza da impunidade. Essa é a grande questão.

A Deputada Anne Ponte falou sobre a questão que eu gostaria de colocar. Nós sabemos muito bem da certeza da impunidade e também do corporativismo de alguns segmentos, principalmente o religioso. Ouvimos, isso não é novidade para ninguém, que o Vaticano gasta milhões e milhões em defesa de seus padres. Há mais de quatro mil padres envolvidos com a prostituição, com pedofilia, que é a mesma coisa. Nós sabemos também de casos de pastores, políticos, Deputados Federais e Estaduais, Governadores e Vereadores. E não tomamos conhecimento de que essas pessoas foram punidas.

Muitas vezes, colocamos um pobre coitado na cadeia e, talvez, a formação dele o tenha levado a praticar determinados atos, de modo que ele precisa muito mais de um tratamento do que de uma punição. E empresários, por exemplo, se prevalecem da situação de uma menina que, como vimos aqui, não tem condição de comprar uma roupa, e a levam para a prostituição, seviciam-na.

A minha preocupação é quanto ao relatório final desta CPI. Como vamos punir essas pessoas que encontram amparo nos colegas e, muitas vezes, nas próprias leis? E não conseguimos fazer nada para que essa situação seja revertida.

O exemplo vem de cima. Quando as pessoas vêem que um Deputado, um Governador ou um juiz pratica esse tipo de ato pensam: "Eu também posso. Se eles fazem, por que eu não faço?".

É o mesmo que a corrupção na política. Hoje, somos vistos todos como corruptos. Se um faz, por que também não posso fazer? É muito complicada essa situação. A minha ansiedade, a minha preocupação, nesta Comissão, é exatamente se conseguiremos atingir essa parcela da sociedade que mais explora, porque possui condição financeira, aqueles que não têm. Justamente os que não têm acreditam em mil palavras, em mil promessas. Acaba acontecendo o que temos visto. Minha preocupação é essa.

Creio que temos aqui pessoas que vão nos ajudar a pensar sobre o que vamos conseguir, sobre o que vamos fazer a respeito da situação. Não me preocupo tanto com o pobre coitado, pois esse merece tratamento. No entanto, preocupo-me com essa camada que usa meninas e meninos, homens e mulheres. Não ficamos sabendo de nenhuma punição. Muitas vezes, vão lá, dão um dinheiro para o pai ou a mãe calarem a boca e a situação fica por isso mesmo. Tivemos audiências públicas com esse tipo de abordagem.

Gostaria de saber como vamos realmente atuar nessa situação para que possamos, um pouco mais, saber que vamos chegar a um relatório satisfatório. Tenho certeza de que não estamos aqui trabalhando em vão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Muito obrigada, Deputada Almerinda de Carvalho. V. Exª tem dado uma grande contribuição a esta CPMI.

Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário. S. Exª vai fazer alguns questionamentos e respondê-los em bloco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cumprimento as pessoas por todas as intervenções, por todos os posicionamentos.

O mais importante é que possamos fazer um debate que, inclusive, não se restrinja aos que estão presentes neste momento. Deve envolver mais amplamente as entidades ligadas aos direitos humanos, aos direitos das crianças e dos adolescentes. Falo das entidades que compuseram o pacto de enfrentamento, toda a luta desses últimos dez anos. E também o movimento de mulheres, as organizações de mulheres. Como Parlamentares, compomos, participamos, da bancada feminina. Sobre uma série de temas de que estamos tratando – praticamente todos com relação a este capítulo – deveremos interagir também com essa perspectiva de gênero que temos procurado abordar por meio da bancada feminina e da organização de mulheres no Parlamento, que busca promover também a presença feminina.

Quero precisar a amplitude da mudança que estamos propondo a partir da perspectiva de direitos humanos de crianças e adolescentes. Temos a tarefa de fazer com que a legislação se firme da melhor forma neste momento e, ao mesmo tempo, de buscar um consenso com esse segmento, até que seja, de fato, aprovada.

Sob um ponto de vista mais específico, avalio como muito importante, como uma bandeira história, a mudança de conceito, não apenas de nomenclatura, no Título VI, superando a visão de crime contra os costumes, adotando-se o entendimento dos crimes sexuais. É uma bandeira história. Há um entendimento, um consenso, dos setores que têm contribuído para uma mudança cultural importante no Brasil. Não há dúvida de que, com essa modificação, estamos avaliando a

questão dos direitos humanos e dos crimes contra a pessoa como algo a ser enfrentado com esse conteúdo. É claro que, quando falamos em violação sexual, há, antes de tudo, um princípio de igualdade entre homens e mulheres atingidos pela violência sexual. A legislação atual não prevê isso. Esse sentido é fundamental. Não podemos mais atuar a partir de uma legislação discriminatória na sua origem, que concebe o estupro a partir da conjunção carnal, abrindo espaço para todas as jurisprudências que têm sido constituídas, inclusive negando-se como estupro aquele ato que não é cometido com seqüelas físicas evidentes, como observamos ao longo do último período, que aqui foi destacado também.

E mais: é preciso superar mesmo essa questão do atentado violento ao pudor, como algo que é considerado menor do que o crime de estupro. Se a nossa CPMI tem uma contribuição legislativa para oferecer, é absolutamente importante que esteja na proposta.

Eu mesma tinha dito à Drª Eliane que tenho dúvidas sobre a nomenclatura que devemos usar; sobre se devemos utilizar "violência sexual", "violação sexual" ou ampliar a figura do estupro a todas as circunstâncias, dizendo "estupro é tudo isto", ou seja, chamar de estupro tudo que estamos caracterizando como violação, na medida em que conquistamos, por meio dessa palavra, a idéia de algo muito grave, muito sério, a ser enfrentado.

O perigo disso, por outro lado, é justamente continuarmos, não apenas do ponto de vista legislativo, mas, depois, nos tribunais, concebendo estupro – que já está caracterizado historicamente – na visão atual, e não na que queremos estabelecer, porque há, também, na cabeça dos operadores do Direito, o estupro com essa restrição que existe hoje.

Então, se, como proposta, a CPMI optar pelo caminho de realmente conjugar os tipos descritos, como aqui está previsto, adotando "violência sexual" ou "violação sexual", teremos um benefício que é orientarmos os operadores do Direito e a sociedade dessa igualdade, da gravidade idêntica e, portanto, avançarmos na legislação, caminharmos para frente.

Mas, se concluirmos que a palavra "violação" não é tão forte quanto "estupro" e oferecermos como proposta universalizar a idéia do estupro, simplesmente substituindo onde está proposto "violação sexual" por "estupro", teremos o benefício de contar com uma palavra que foi alcunhada forte e gravemente na sociedade, mas também com a dificuldade de modificar a cabeça dos operadores do Direito e com o risco de o conceito objetivamente continuar sendo pensado em paradigmas anteriores.

Vamos ter que pesar isso tudo. Não sei se fui didática, mas vamos ter que fazer ponderações, pensar, estudar.

Enquanto propomos essas mudanças, precisamos pensar, inclusive, do ponto de vista de como esses conceitos estão estabelecidos e, psiquicamente, como podem avançar em quem opera o Direito. Há uma dimensão psicológica, por meio da qual precisaremos orientar-nos.

Concordo com o trabalho aqui desenvolvido para o §1º. É muito importante que estejam precisas essas circunstâncias em que a pena é aumentada. Vejam que temos uma dificuldade quando falamos na idade. Agora, por que, meus colegas, temos essa dificuldade? Porque nenhum de nós – pelo menos, compreendo assim – soma-se, grosso modo, à perspectiva da redução da idade penal. E, quando interagimos com idade nas outras áreas que não esta que determina a imputabilidade penal, precisamos ser coerentes com o pensamento de outras áreas também. Então, essa talvez seja a nossa dificuldade quando falamos em idade; por isso, estamos tendo como referência também os 18 anos.

Nós aqui trabalhamos com matéria seguras e muito importantes. Por exemplo, no caso do Maranhão – vou referir-me genericamente –, há o argumento de que a responsabilidade de determinado autor – e penso assim – cessa pelo casamento que teve; até se julgado na legislação atual, o autor do crime poderá beneficiar-se. Mas, conforme estamos prevendo a mudança legal, estaríamos retirando da extinção de punibilidade o casamento. Ou seja, cometida a situação de violência e de exploração, não cessa, permanece; estaríamos, portanto, avançando com base em experiências vivas que os operadores do direito têm e que nós mesmos, como CPMI, estamos vivendo. Outro dia, a Senadora Patrícia Saboya dizia sobre outra circunstância: não é que esse cidadão vai casar com essa menina? E o casamento vai durar até que a sentença seja proferida. Então, isso é absolutamente importante.

É importantíssimo que a acão penal seja sempre pública, como penso estar previsto, de forma a nos orientarmos nesse sentido. Considero, sobre as propostas da minha cara Hélia Barbosa, importante trabalharmos melhor o tipo penal sobre o turismo sexual e a sua cadeia e a construção da especificidade do cliente, como também a Drª Eliane já tinha abordado; no art. 226, a questão da família ampliada – penso que poderíamos trabalhar, no Código Civil, com esse conceito de família ampliada.

Eu quero perguntar à Drª Eliane e também à Drª Patrícia se já há dispositivos claros o suficiente sobre o abrigamento, a responsabilidade penal de quem age.

Senadora Patrícia, permita-me fazer um relato. Recebi, hoje, pela manhã, uma denúncia: em Lajeado, no Rio Grande do Sul, três meninas, entre 12 e 18 anos, abrigadas, sem família – portanto, com medidas de proteção de abrigamento; o abrigo deveria ser a residência delas –, durante longo período, exploradas sexualmente pelo dirigente principal do abrigo. E isso é constante, permanente.

Então, tanto em abrigos voltados para a proteção de crianças que não têm família natural ou substituta, quanto em instituições de privação de liberdade, de internação como medida sócio-educativa, acontecem permanentemente circunstâncias...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pela ordem, Srª Relatora. Eu queria fazer uma sugestão sobre o que a Relatora está expondo: a inclusão em um dos incisos do art. 226 dos agentes políticos no exercício de mandato, que também devem sofrer agravamento da pena, já que têm a obrigação precípua de garantir a proteção dessas adolescentes nos abrigos. Assim, pegaríamos não só as instituições, mas também quem está exercendo cargo público.

Essa é a sugestão que acabou passando.

Muito obrigada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso é importantíssimo. Eu até diria que também é nossa a preocupação da Deputada Ann, no sentido de que quem exerce função de responsabilidade pública tenha uma responsabilidade distinta aqui. Pergunto se isso é possível. Creio que seria interessante.

Além disso, há a questão do abrigamento – eu até tenho um debate na Comissão de Seguridade Social com a Deputada Laura Carneiro sobre isso. Alguns Estados, por meio do ECA, também normatizaram assunto e determinaram medidas administrativas para afastar da função aquele que cuida do abrigo, se cometer determinado ato, até com referência no ECA. Entretanto, depois, esse funcionário afastado entra em Juízo, até na Justiça do Trabalho, e é devolvido, reintegrado, sem que outro procedimento tenha sido tomado. Então, eu gostaria de obrigar a responsabilização penal, no caso de violência sexual por funcionário de abrigos também.

Por último, pergunto se poderíamos trabalhar... Não sei se é na legislação de Execução Penal. Na verdade, às vezes, temos posicionamentos contraditórios. Às vezes nos posicionamos sobre a questão dos crimes sexuais, defendendo que a pessoa poderia substituir sua função, enfim, sua responsabilização com privação de liberdade, por multa. Mas creio que a Deputada Ann tratou bem a questão, ou seja, desde que seja concomitante, porque, do ponto de vista do agressor sexual, do explorador, a pena de privação de liberdade é a garantia de que cesse a violência, na medida em que a violência está no explorador.

No entanto, se essa violência se dá como um ciclo, penso que essa figura do explorador sexual – bem como sua família – tem o direito, dentro da execução da pena que está cumprindo, de ser devidamente tratado, porque não há prisão perpétua no Brasil – e não tem que haver mesmo. Sinceramente, até defendo, considerando que existe uma Lei de Crimes Hediondos, que o estupro seja considerado um crime hediondo, mas discordo das decisões judiciais que enveredam por esse caminho discriminatório, transformando esse crime como menor em relação a outros.

No entanto, realmente, a existência da Lei de Crimes Hediondos não impediu um crime hediondo no Brasil. Considerando os crimes contra a pessoa, de modo geral, mas especialmente os crimes sexuais, ninguém pensa que, por ser hediondo, não se vá fazer. Esse criminoso age por determinações culturais, históricas, pela impunidade, por determinações psíquicas também.

Então, devemos saber que esse indivíduo, mais cedo ou mais tarde, sairá dessa prisão. E como ele sai? Isso nos interessa, até porque esse prisioneiro, esse detento, esse reeducando – como alguns chamam –, na verdade, tem o direito a uma família, e a família tem direito a ele, mesmo que ele tenha agido dessa forma.

Se, dentro das penitenciárias, a única abordagem que existe da situação que o levou até lá é precisamente o estupro que ele encontra dos outros contra ele – é a lei existente dentro das penitenciárias –, essa pessoa certamente não vai cessar a violência e, na interação com essa família ou com outras que ele constitua, ele continuará sendo um agente violador sexual.

Então, penso que o nosso sistema penal precisa dar conta de enfrentar o ciclo da violência que, em geral, se inicia no homem violento. E quero lhe perguntar se não temos como incluir na legislação, na Lei de Execuções Penais, o direito ao tratamento para quando ele for responsabilizado pelos crimes que estarão, no Código Penal, determinados como crimes sexuais. Se poderíamos fazer isso, se seria na própria LEP, não sei, mas estou perguntando a V. Exª porque acho que temos que caminhar por aí. Era isso.

Cumprimento a todos. Muito obrigada pelo trabalho. O Brasil viverá isso com muita energia.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Parece-me que vai haver votação na Câmara dos Deputados, portanto o ideal, Deputada Maria do Rosário, seria encerrar neste momento a audiência pública, para que pudéssemos colher essas sugestões e levar ao grupo de trabalho novamente, havendo ain-

da um segundo momento em que discutiríamos mais detalhadamente. Inclusive, agora, dominando mais o assunto, teremos mais facilidade para discutir com cada um dos especialistas que nos ajudaram com essa contribuição.

Portanto, agradeço a presença de cada um dos senhores e das senhoras, principalmente das nossas debatedoras que vieram aqui hoje. Parabenizo e agradeço pelo trabalho que nos apresentaram hoje, que é de fundamental importância, como disse a Deputada Maria do Rosário, para que sejamos capazes de enfrentar o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes em nosso País.

Agradeço a participação da Drª Cláudia Chagas, que não está mais aqui porque tinha um compromisso, da Drª Patrícia Calmon Rangel, da Drª Eliane Araque, da Drª Hélia Barbosa, de todos que já vêm se destacando na sociedade brasileira pelo trabalho, pelo desempenho, pelo carinho e pelo amor com que tratam essa questão dos direitos das nossas crianças e adolescentes.

Tenho certeza de que a contribuição que está sendo dada hoje a esta CPMI será de fundamental importância para que possamos também avançar em todo o País para garantir esses direitos e, mais do que isso, mostrar à sociedade brasileira que chega de impunidade quanto às nossas crianças e adolescentes.

Muito obrigada a todos os Parlamentares, pela presença e sua participação no debate.

Está encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h09min)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº **02**, DE 2003-CN

"Com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".

Ata da 28ª Reunião realizada em 26 de março de 2004

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, às onze horas e nove minutos, na Câmara de Vereadores da cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul, reúnem-se os Senhores Deputados: Maria do Rosário, Luiz Couto e Thelma de Oliveira, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN** "**com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**". Havendo número regimental, a Presidente em exercício, Deputada Thelma de Oliveira, declara aberta a presente Reunião de Audiência Pública e informa que a mesma destina-se a ouvir diversos depoimentos à respeito da exploração sexual de crianças e adolescentes que vem ocorrendo em todo o País. A seguir, a Senhora Presidente determina a Secretaria que adentre ao recinto a primeira Testemunha, Senhor Aldoino Lodi, sendo a Presidência interpelada pelo advogada da Testemunha que estava presente no recinto da Reunião, Dr. Amadeu de Almeida Weinann e, em resposta ao mesmo, a Presidente solicita constar em ata o que se segue: "quanto à questão de ordem do advogado, não há dúvida de que a solicitação do defensor, será registrado e que o resguardo da imagem pública de qualquer pessoa, cidadão ou cidadã, é dispositivo constitucional, tanto quanto o é o interesse público no sentido da divulgação dos atos do Parlamento, que esta é uma Comissão que representa o Senado e a Câmara dos Deputados tendo, portanto, a definição, inclusive corroborando a nossa decisão com base constitucional, de que a restrição "à exposição abusiva da imagem não sacrifica o interesse público, figurado no livre trabalho de apuração da CPI e na publicidade dos atos que o empresário, aliás, não deseja impedir, estando presente quando convocado a depor pela CPI.". Trata-se do caso de um empresário também aqui, no qual houve a decisão acima do STF, do Ministro Antônio Cezar Peluso, devidamente votada pelo Supremo Tribunal Federal. Sentimo-nos absolutamente resguardados constitucionalmente, tanto pela peça constitucional quanto pela decisão do STF, que estamos cumprindo apenas a nossa tarefa, assim como o papel do Advogado." Ato contínuo, a Presidência informa que o depoente já preencheu e assinou o Termo de Compromisso, sendo qualificado. Após, a Senhora Presidente pergunta ao depoente se o mesmo gostaria de fazer alguma colocação a esta Comissão, tendo da parte do mesmo como resposta que só iria falar em juízo. Ao iniciar os questionamentos ao depoente, a Senhora Relatora, Deputada Maria do Rosário foi interrompida por diversas vezes pelo Advogado do depoente, Dr. Amadeu de Almeida Weinann. A Deputada Maria do Rosário, Relatora da Comissão, expressa a sua indignação com a atitude do advogado do Sr. Aldoino Lodi, uma vez que o depoente estava respondendo às indagações, cooperando com os trabalhos da Comissão e a atitude de seu advogado era de expressa interrupção e obstrução dos trabalhos deste órgão técnico do Congresso Nacional, sediada na Câmara de Vereadores da cidade de Soledade. Fizeram uso da palavra para questionar ao depoente o Deputado Luiz Couto e a Deputada Thelma de Oliveira. Em seguida, a Senhora Presidente solicita a entrada ao recinto do Senhor Jandir Lodi, que também preencheu

e assinou o Termo de Compromisso, sendo qualificado pela Presidência. Ao dar início aos questionamentos, fizeram uso da palavra para questionar ao depoente, a Relatora, Deputada Maria do Rosário, após, o Deputado Luiz Couto e a Deputada Thelma de Oliveira. A seguir, a Senhora Presidente solicita a entrada ao recinto da Comissão, o Senhor Itajubá Borges, que também preencheu e assinou o Termo de Compromisso sendo qualificado em seguida. Após, a Senhora Presidente concede a palavra a Relatora, Deputada Maria do Rosário para questionar ao depoente. Fizeram uso da palavra, os Deputados Luiz Couto e Thelma de Oliveira que também fizeram diversas perguntas ao depoente. Após, a Senhora Presidente suspende a Reunião de Audiência Pública para viabilizar aos Senhores Parlamentares membros da CPMI a tomarem os outros depoimentos, todos, em caráter reservado, concluindo portanto os trabalhos da Comissão na cidade de Soledade. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Barbosa Ferreira Cruz, Secretária em exercício, da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, parte integrante da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – **(falha na gravação)** agradecer ao Presidente desta Casa, Vereador Marcos, que está acolhendo esta oitiva da CPMI para investigar os casos de abuso e exploração sexual aqui nesta cidade.

Havendo número regimental, declaro aberta a **28ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**, criada pelo Requerimento 02, de 2003, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Estamos aqui com a Deputada Maria do Rosário, pelo PT do Rio Grande do Sul, e com o Deputado Luiz Couto, pelo PT da Paraíba.

Nesse momento estamos representando a Presidente da nossa Comissão, Senadora Patrícia Saboya Gomes. Sou Deputada pelo PSDB do Mato Grosso, Thelma de Oliveira.

Esclareço ao Plenário que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública na cidade de Soledade, Rio Grande do Sul, sediada nesta Câmara Municipal, em cumprimento ao Requerimento nº 76/2003, deliberado por esta Comissão.

Informo aos Presidentes que, devido à ausência da nossa Presidente, como já disse, estamos aqui a substituindo neste momento.

Agradeço, em meu nome, em nome de todos os membros desta CPMI, pela receptividade com que esta Casa Legislativa acolheu a nossa Comissão em cumprimento da missão a que se destina.

Esclareço aos presentes que esta audiência pública destina-se à tomada de vários depoimentos dos casos que estão sendo investigados por esta Comissão. (Pausa.)

Antes de fazer entrar ao recinto a primeira testemunha, queremos esclarecer que a CPMI está atuando em todo o Brasil. Assim como estamos realizando esta audiência pública aqui, já realizamos em Mato Grosso do Sul, na Paraíba, no Maranhão e vamos realizar no meu Estado, Mato Grosso. Além disso, esta CPMI tem como objetivo principal não apenas detectar as redes de exploração sexual e abuso de nossas crianças e adolescentes, mas também responsabilizar os que possam estar realizando esses atos.

Esta CPMI tem alguns eixos estratégicos. Além de estarmos avaliando as políticas públicas desenvolvidas ou em desenvolvimento para a proteção de crianças e adolescentes, buscamos desbaratar, denunciar toda essa situação que acontece com as nossas crianças e adolescentes. O papel da CPMI é amplo para ouvir, mas também para propor medidas legislativas a fim de que minimizemos essa triste realidade que acontece com as nossas crianças e adolescentes. Nosso papel é trabalhar em prol dessas crianças e adolescentes que são vítimas, que sofrem e que, provavelmente, após essa situação, não terão talvez uma condição de vida como cidadãos normais. Esse é o papel desta CPMI.

Gostaria de determinar à Secretaria que determine a entrada no recinto da nossa primeira testemunha. (Pausa.)

O SR. ADVOGADO (Amadeu Wagner) – **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Está certo. Então, gostaríamos de chamar...

O SR. ADVOGADO (Amadeu Wagner) – **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Já está acatado.

O SR. ADVOGADO (Amadeu Wagner) – **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Nós conversamos, e chegamos à conclusão que se o nosso depoente, se ele quisesse responder todas as perguntas que fossem ser formuladas por esta comitiva que aqui está, nós poderíamos fazer com ele uma reunião secreta, onde ele, então, responderia todas as perguntas; ao que o senhor nos disse que isso seria impossível. Então, nós também da CPMI, nós também queremos nos reservar o direito...

O SR. ADVOGADO (Amadeu Wagner) – **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas a CPMI vai manter a posição de que, da mesma forma como isso está na Constituição, e temos aqui em mãos uma resolução do Supremo Tribunal Federal, que gostaria que a nossa Relatora pudesse ler, que tem uma posição já definida e que nós iremos estar nos orientando por ela...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por determinação de V. Exª, então, e para contribuir com a resposta que V. Exª dá à questão de ordem do nobre advogado, do nobre defensor, não havendo dúvida de que estará registrado em Ata a solicitação do defensor, registramos que o resguardo da imagem pública de qualquer pessoa, cidadão ou cidadã, é dispositivo constitucional, tanto quanto o é o interesse público no sentido da divulgação dos atos do Parlamento.

Esclareço a S. Srª, nobre Advogado, Dr. Wagner, de que estamos em uma reunião do Congresso Nacional. Aqui representamos, portanto, o Senado e a Câmara dos Deputados. Trata-se de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. E na representação do Senado e da Câmara dos Deputados temos, portanto, a definição, inclusive corroborando a nossa decisão com base constitucional, de que a restrição "a exposição abusiva da imagem não sacrifica o interesse público, figurado no livre trabalho de apuração da CPI e na publicidade dos atos que o empresário, aliás, não deseja impedir, estando presente quando convocado a depor pela CPI." Trata-se do caso de um empresário também aqui, no qual houve a decisão acima do STF, do Ministro Antônio Cezar Peluso, devidamente votada pelo Supremo Tribunal Federal. Sentimo-nos absolutamente resguardados constitucionalmente, tanto pela peça constitucional quanto pela decisão do STF, que estamos cumprindo apenas a nossa tarefa, assim como V. Sª.

Está registrado em Ata.

Se a Presidência já definiu pela questão de ordem, não vejo porque continuarmos nesse debate.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Solicitamos, então, mais uma vez, que a nossa Secretaria providencie a entrada no recinto do Sr. Aldoino Antonio Lodi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por favor, a Assessoria, com o termo de compromisso... (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Gostaríamos de proceder à identificação.

Nome completo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Aldoino Antonio Lodi.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Identidade? Está aqui.

Idade?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sessenta e dois anos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – CPF está aqui. CPF?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Está aí, não está?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, aqui não tem. Se você puder dizer o número.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Do CPF?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Estado civil?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Viúvo, solteiro.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Endereço residencial?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Rua Maurício Cardoso 1636.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Bairro?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Bairro Missões.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Cidade?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Soledade.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Soledade, Rio Grande do Sul.

Profissão?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Comerciante.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Local onde o senhor exerce sua atividade atualmente?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Lodi Pedras Preciosas.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – É parente em algum grau da parte envolvida? (Pausa.)

Advirto ao depoente que o mesmo está sob compromisso de dizer a verdade no que lhe for perguntado e no que souber, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, tendo o direito de permanecer calado quando a depor contra si próprio, conforme preceitua a Constituição Federal, art. 5º, inciso I, do § 13º.

Pergunto ao senhor...

O SR. ADVOGADO (Amadeu Wagner) – V. Exª não tem validade para indiciá-lo **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu queria fazer uma questão de ordem, Srª Presidente. Se V. Exª pode convidar o nobre advogado a ocupar

uma cadeira aqui. Porque ficaremos com alguma dificuldade, se tivermos sempre isso.

O SR. ADVOGADO (Amadeu Wagner) – Muito obrigado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, se V. Sª poderia ser convidado, porque temos todas essas cadeiras vazias, afinal, e ficamos com alguma dificuldade. Vamos ter que fazer perguntas ao Sr. Lodi, não ao senhor. O senhor sabe que o representa, mas neste momento é ele que está depondo, e não o senhor.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Estamos abrindo uma...

O SR. ADVOGADO (Amadeu Wagner) – Apenas quero ver uma questão legal: se ele aqui está depondo como testemunha ou como indiciado. Como ele já está indiciado em inquérito policial, que inclusive foi enviado a juízo pedindo mais prazo, ele não é mais testemunha.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Então, estamos perguntando ao Sr. Aldoino Lodi se gostaria de fazer inicialmente alguma colocação a esta Comissão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, volto na minha questão de ordem. Eu gostaria que, pelo menos aqui, acho que não devemos fazer nenhum tipo de pressão. Precisamos desenvolver nosso trabalho com tranqüilidade.

Portanto, meu caro Dr. Amadeu Wagner, peço à Presidente, nunca trabalhamos com essa presença física do advogado sobre o cliente dessa forma. O senhor pode sentar aqui conosco, mas precisamos de algum espaço para poder nos dirigir a ele sem que o senhor diga a resposta, sem que o senhor o oriente todo tempo. Porque é preciso ter alguma espontaneidade no depoimento dele.

Então, quero pedir à Presidente que o advogado pudesse permanecer com algum distanciamento, sob pena de haver prejuízo no depoimento.

O SR. ADVOGADO (Amadeu Wagner) – Fico distanciado aqui. Aqui é que vou ficar, não quero me sentar...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Senhor, por gentileza, venha sentar aqui na nossa frente. Então, vamos mudar...

O SR. ADVOGADO (Amadeu Wagner) – Ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Por gentileza, providenciem uma cadeira nessa outra... **(Pausa.)**

Aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que fique registrado que não se trata de obstrução do trabalho de ninguém, os advogados estão presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Pergunto mais uma vez ao senhor se não gostaria de fazer inicialmente nenhuma declaração a esta Comissão.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, só vou falar em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Concedo a palavra a nossa Relatora, Deputada Maria do Rosário, para iniciar seus questionamentos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bom dia, Sr. Aldoino Antonio Lodi.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Bom dia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nosso papel, como o seu, enfim, é buscar esclarecimentos. Na verdade, quando o chamamos para este depoimento, antes de tudo estamos resguardando o seu direito de oferecer a sua versão sobre os fatos que lhe são imputados, naqueles em que o senhor é mencionado.

Gostaria de que o senhor compreendesse que é esse o sentido, o nosso trabalho deve ter um espírito público, mas não podemos ouvir apenas um lado, para chegarmos a uma conclusão, e até porque não somos juízes, nem a Deputada Telma, nem o Deputado Luiz Couto, nem a Senadora Patrícia Saboya, nossa Presidente, ou o Vice-Presidente, o Senador Eduardo Azeredo, não somos juízes.

Todas nossas definições são enviadas para o Poder Judiciário, as nossas conclusões e, como disse, não se pode chegar a uma conclusão ouvindo apenas uma parte, por isso insistimos, ao longo dos meses, por esse momento aqui, encontrar o senhor, encontrar outras pessoas e ouvirmos sua posição. Digo isso até em respeito ao senhor como cidadão, mas até mesmo aos seus concidadãos da cidade de Soledade, que respeitamos muito.

As perguntas que vou lhe fazer, e claro que as faço com a intenção de que as responda, mas o senhor tem o direito constitucional de dizer, como foi argüido, que não vai responder, que vai responder em juízo. Essa é uma avaliação que o senhor deve fazer, no entanto todas as perguntas serão feitas, obviamente porque na nossa avaliação essa é a nossa missão, esse é o nosso trabalho, e isso contribui para as pessoas se esclarecerem ou não. Então cada um de nós cumprindo a sua parte vamos caminhar bem.

Senhor Arduíno, qual a sua formação profissional?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Formação de estudo?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De estudo e em que o senhor trabalha, no que sempre trabalhou.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Eu me criei na roça, agora estou lidando com pedras preciosas, com fábrica, com comércio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há quantos anos o senhor está na cidade de Soledade?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Trinta anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Trinta anos? E quando o senhor diz que trabalhou na roça em que lugar o senhor trabalhou?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Aqui na Fontoura Xavier.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na própria região?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Era Soledade antigamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é de uma família grande?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nós era em 11 irmãos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos homens?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nós estávamos em oito, agora tem uns falecidos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas mulheres?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tem duas, uma falecida.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é o mais novo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Do meio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde o senhor trabalha atualmente?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Na firma Irmãos Lodi Pedras Preciosas?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Irmãos Lodi Pedras Preciosas.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Agora é Lodi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há quanto anos o senhor tem essa firma?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Uns 30.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que tipo de atividade ela desenvolve?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – tem indústria, comércio e exportação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Indústria, comércio e exportação.

Quanto o senhor movimenta em termos de caixa na sua empresa, é uma empresa potente?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Mais ou menos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É? O senhor tem contas no Brasil e fora do Brasil?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem alguma conta no exterior?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor se relaciona com estrangeiros?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Eles vêm à firma comprar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De que países são os estrangeiros?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Vários. Quase do mundo inteiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor poderia citar o principal?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – O principal é China.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E da Europa? Tem algum? Países europeus?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Estados Unidos. Alemanha, França, Espanha, Japão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa presença internacional aqui acontece em qual período? Durante todo o ano?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Todo o ano.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Toda semana, o senhor tem estrangeiros aqui?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É difícil não ter.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É um bom fluxo esse?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A sua empresa trabalha mais com exportação ou mais aqui dentro do País?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Mais exportação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, a freqüência de estrangeiros é...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É grande?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É grande não, mas é difícil passar uma semana sem ter alguém de fora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – São representantes comerciais?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – São. Vem e compram as pedras **(inaudível)** e manda.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – São pessoas com poder aquisitivo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Uns têm, uns dão calote.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor afirma que não tem conta fora do Brasil.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só aqui dentro? Suas operações são somente dentro do Brasil?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – No Brasil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor somente recebe divisas?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Vendemos em dólar, recebemos em reais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual seu estado civil? O senhor respondeu, agora há pouco, solteiro e viúvo.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Viúvo para dez anos. Sou solteiro agora. Viúvo, não é?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dez anos que o senhor é viúvo. O senhor tem filhos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tenho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Quatro com a primeira mulher. Tenho um pequenino com a outra, de três anos e meio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Os outros três são da sua esposa falecida?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, quatro com a falecida e um pequenino com a outra.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já são moços?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – O guri tem três anos e meio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem quatro filhos moços?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É tenho moça...Tenho três filhas e um filho. O filho da primeira tem 32 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor tem uma criança pequena de três anos e meio?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Com uma outra pessoa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos anos tem essa pessoa?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – 28.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Depois, eu gostaria que o senhor escrevesse para mim o nome dela. Essa pessoa é daqui de Soledade mesmo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – De Soledade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou escrever o nome das adolescentes, porque não posso declinã-los em público. Então, vamos tratá-los pelo número, Deputado? (Pausa.)

Pela condição de adolescentes...

O SR. ADVOGADO (Amadeu Wagner) – Agora, vai entrar na parte de mérito do processo **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Presidente, eu faço as perguntas ao Sr. Lodi, como é minha tarefa. Ele responde ou não. Até agora, ele cooperou. Ele está aí, disposto a responder. Ele também não pode ser induzido, todo o tempo, a fazer isso ou aquilo. As combinações com o advogado devem se restringir ao momento anterior. Agora, ele está em depoimento. Se o advogado quiser falar com ele, enfim, é possível, mas não se pode ficar interrompendo todo o tempo.

Eu vou lhe passar o nome das adolescentes. (Pausa.)

Depois eu lhe passo outros nomes.

O senhor sabe ler? É alfabetizado?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Pouco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor consegue ler os nomes que estão aí? Consegue? **(Pausa.)**

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – **(inaudível)**

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso.

Tenho que tratar pelo número, por causa da prerrogativa de idade delas. Então, combinamos o número e vamos falar apenas o número. Não precisamos dizer o nome. Se o senhor for se referir a alguma delas, o senhor diz o número e nós entendemos. (Pausa.)

O senhor conhece essas moças?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. O senhor nega que conhece? O senhor nunca sequer cruzou na rua com elas?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor sabe o que elas disseram a respeito do senhor?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ouvi comentário, não é.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor ouviu algum comentário?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem comentou com o senhor? Na rua, em um bar?

O SR. ADVOGADO (Amadeu Wagner) – Não é obrigado a falar.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não vou falar. Vou responder só no juízo e pronto. (Pausa)

A SRA. PRESIDENTE (Theima de Oliveira) – Como está havendo muita interferência nessa questão de estar aqui orientando o depoente, vamos pedir que a partir de agora seja fechada para que a gente possa realmente...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Permanece apenas o advogado.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Permanece apenas o advogado. Mas nós vamos pedir porque não estamos conseguindo conduzir os nossos trabalhos da forma como deveríamos. (Pausa.)

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Então, vou pedir para o público que está presente e vou reiterar mais uma vez ao advogado para que não haja manifestação para que a gente possa conduzir tranqüilamente os nossos trabalhos.

O SR. ADVOGADO (Amadeu Wagner) – **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não vai haver a interrupção, porque vamos continuar da forma como estamos. Já sabemos da responsabilidade do senhor, estamos cientes disso. Também temos uma responsabilidade que vamos procurar cumprir, agora os trabalhos tem de ser desenvolvidos, respeitando que estamos em uma audiência pública do Congresso Nacional. A manifestação não é permitida, mas atendendo o pedido do Deputado Luiz Couto, ainda não vamos fechar e vamos continuar com ela aberta.

O SR. ADVOGADO (Amadeu Wagner) – **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas o senhor está querendo orientá-lo neste momento. Ele estava respondendo as perguntas normalmente.

O SR. ADVOGADO *(Amadeu Wagner)* – (fora do microfone – inaudível)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, eu quero, em uma questão de ordem, para deixar registrado também, dizer que a meu ver não deverá ser tolerada a interrupção dos nossos trabalhos por quem quer que seja. Aqui não há autoridade maior do que a direção desta Casa que nos cedeu o espaço, a quem agradecemos, e a representação do Congresso Nacional.

Respeitamos a todos, em suas funções, mas não vamos deixar pois obstruir os trabalhos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o que também imputa responsabilidade.

Portanto, para que não precisemos fechar a reunião, aqueles que agirem de forma a impedir que façamos, eu, o Deputado Couto ou V. Exª, ou que respondam pelas pessoas, penso que isso não é adequado.

Mesmo quanto à questão da água, eu gostaria de pedir à Casa que as pessoas a fazer o serviço de água, se não houver garçom, fossem a nossa própria assessoria da CPMI, que se propõe a fazer o oferecimento.

Ninguém está fazendo tortura ao Sr. Lodi. Estamos fazendo perguntas. Estamos na terceira sessão em que estamos tentando fazer. Se a todo tempo formos interrompidos será impossível.

Então, peço à assessoria do Senado que ficassem aqui para contribuir, até para fornecer água, café, caneta ou mesmo se o senhor quiser ir ao toalete. A Presidência é sensível. A Deputada Thelma vai lhe garantir todos os direitos e prerrogativas.

Agora, vamos lhe fazer as perguntas. Esse é a nossa obrigação.

Então, Deputada Thelma, seria isso: que a obstrução dos trabalhos de uma CPI também imputa responsabilidade a quem a pratica.

Posso prosseguir nas perguntas Srª Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – V. Exª tem a palavra para prosseguir.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu perguntei se o senhor conhece e o senhor disse que não.

Vou acrescentar um terceiro aí e vou acrescentar para a Deputada Thelma. Depois, talvez, haja outras. Mas é só para a gente avançar... (Pausa.)

Essa última é até maior de idade. Depois vou fazer-lhe algumas perguntas sobre ela. Vou deixar aqui. (Pausa.)

Vamos lá. O senhor conhece essas duas primeiras moças?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E essa terceira chamada Elisete? Dessa posso dizer o nome porque é maior de idade.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Também não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É também chamada de Fernanda.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca esteve com o senhor?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esteve na sua firma alguma vez vendendo cartões para jantares?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Isso sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso sim?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sim

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então o senhor a conhece?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Foi vender uns cartões lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas vezes ela esteve lá para vender cartões?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Uma vez.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma vez? O senhor se lembra de um jantar?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não fui ao jantar. Comprei uns cartões porque ela estava com o marido doente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não ouvi.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ela estava com o marido doente. Tinha feito uma cirurgia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi só aquela vez?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ela foi outra vez.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor comprou os cartões.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Comprei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos cartões o senhor comprou?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não me lembro mais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto custavam?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Uns dez cartões.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uns dez cartões a quanto cada um?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não me lembro mais. R$5 ou R$6.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cinco ou seis anos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não. R$5 ou R$6.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há quanto tempo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Foi em 2002. Teve um caso em que ela queria vender cartão e estava com o marido que tinha que fazer uma cirurgia. Ela queria me vender um Passat. Eu disse: "Não. Faz o seguinte: vende o Passat..." Ela veio me pedir um dinheiro emprestado, R$3 mil. E queria me vender o auto. Eu disse que não. " Eu te empresto o dinheiro e quanto você vender o auto ..." Daria para por só R$2 mil e R$1 mil me devolver. Depois foi pagando aos poucos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor costuma fazer isso?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Se dá para ajudar eu ajudo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas R$3 mil não é uma quantia pequena.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Como?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor acha pouco R$3 mil?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Mas me pagou. Era emprestado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É bastante ou pouco?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Para a cirurgia do marido dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela pediu-lhe para a cirurgia do marido dela?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Do marido dela. Quero me vender o auto. Disse-lhe: "Fica com o auto. Tu vendes o auto e depois me paga".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – R$3 mil?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não ocupou os R$3 mil. Ocupou só R$2 mil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ocupou R$2 mil?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Mil me devolveu. Eu dei um cheque para ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mil ela lhe devolveu?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Dei um cheque de R$3 mil. Ela trocou e depois me devolveu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando foi que o senhor deu esse cheque a ela?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Foi em 2002. Lá para setembro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não é comum o senhor ficar emprestando dinheiro ou o senhor empresta dinheiro para todo mundo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor cuida disso? Às vezes, a gente empresta o dinheiro e perde o amigo. É o que dizem. Há um ditado que diz que a gente empresta dinheiro e perde o amigo.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor emprestou para essa moça R$3mil. O senhor já está me falando desses R$3 mil. Então, o senhor emprestou.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor ficou compadecido e emprestou para ela.

Diga-me uma coisa. O senhor emprestou esses R$3 mil para ela a troco de ela dizer que precisava para a cirurgia?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Do marido dela. Ela estava desesperada. Chorava, chorava...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Chorava?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Chorava. Disse: "Venda o auto e depois você me paga."

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi um negócio de amizade. O senhor não pediu uma nota dela.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela deu-lhe naquela época, da época, registrado em cartório? Emprestei dinheiro? O senhor emprestou R$3 mil para a pessoa! O senhor não pegou nota, recibo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor foi camaradão!

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sou assim. Confio nas pessoas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não pegou nota nem recibo. Disse: "Leva o dinheiro."

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não peguei nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela disse como ia pagar?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ia vender o auto e depois me pagava aos poucos a diferença.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas não vendeu esse carro.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Depois não sei mais de nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela pagou quanto?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Pagou os R$3 mil. Ocupou só R$2 mil. Mil me devolveu. Pagou R$2 mil, e ainda foi fazendo janta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela devolveu R$1 mil ou R$2 mil?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Eram R$3 mil. Ela ocupou R$2 mil e me devolveu daquele cheque de R$3 mil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela lhe devolveu o próprio cheque?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, ela me devolveu...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela sacou no caixa o cheque.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sacou um cheque do Bradesco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em setembro de 2002.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Por ali. 2002.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor fez um negócio sem garantia. O senhor não sabia se ia receber, ou não, de volta. Estou dizendo a partir do que o senhor está-me contando.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Pior que sou assim mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E para essa senhora aí, a Dona Elisete. E o senhor me disse que não faz isso muito para as pessoas. Mas eu lhe coloquei o nome dela, e o senhor disse quem nem lembrava quem era.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não lembrava qual Fernanda que era.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer que o senhor não se lembrava da pessoa para quem o senhor emprestou R$3 mil. Eu, se emprestasse R$3 mil, ter-me-ia que lembrar.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Agora lembrei. Agora lembrei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, quando lhe coloquei o nome, o senhor ficou em dúvida.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, não lembro assim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer que o senhor lembra e conhece muito bem a Dona Elisete?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Elisete, não!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Fernanda?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Fernanda.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como Fernanda, que se chama Elisete também.

Essa Elisete, que tem um nome de guerra e um outro nome chamado Fernanda, então, é sua conhecida, a ponto de o senhor emprestar R$3 mil ou pagar um serviço para ela por R$3 mil.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É. Já pagou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos ver, então!

A SRA. (Oradora não identificada) – (fora do microfone – inaudível)

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Srª Relatora...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, é difícil trabalhar assim.

O senhor já teve algum envolvimento sexual com a Elisete?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É uma mulher casada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas não é isso o que lhe estou perguntando. Não lhe estou perguntando se é casada ou solteira, estou perguntando se o senhor teve envolvimento sexual com ela.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não?

E com a irmã dela, a número um aí.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega que tenha tido? De onde o senhor conhece, então, essa número um aí?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não conhece.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela foi vender cartão junto?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor a encontrou na saída da escola?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não lembro mais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não lembra.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não. Foi na firma ....

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que carro o senhor tem hoje?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tenho uma camionete e uma M3.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desculpe-me, mas não sou muito boa em carro...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tenho uma M3.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – M3. É assim que chama?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É. Uma camionete.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma camionete. É o seu único veículo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E que veículos o senhor tinha em 2002?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Acho que tinha um Eclypse.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um Eclypse.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um Eclypse de que cor?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Vermelha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Depois o senhor teve uma?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – BM3.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – BM?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – 3.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor teve uma BMW?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É, BMW.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Amarela?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor confirma uma BMW amarela? (Pausa.)

O senhor costuma dar carona no seu carro?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Hã?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não leva ninguém no seu carro?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas esta moça, a Elisete, ...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor deu carona para ela, para a número um?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor freqüenta motéis em Soledade?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Pior que não freqüento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SR. RELATORA (Maria do Rosário) – Não? A resposta é não?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora, vou-lhe fazer umas perguntas de outro nível.

O senhor realiza, o senhor disse que realiza transações comerciais com empresários do exterior. O senhor poderia, de forma mais objetiva, explicar-me que tipo de trabalho fazem os estrangeiros aqui?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Vêm comprar pedra. Fazem um pedido, depois, a gente manda. Comércio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além das reuniões de negócio, o senhor tem reuniões de negócios, são reuniões, ou eles visitam a sua empresa? Onde é que o senhor os recebe?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Na firma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde é que eles ficam hospedados? O senhor tem hospedagem para eles?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tem no Vila Branca, tem nos hotéis, tem apartamentos que eles ficam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que é o apartamento que eles ficam?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tem apartamento lá do nosso edifício ali.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem um edifício?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – A firma tem um edifício.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual o endereço do edifício?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Maurício Cardoso. Logo aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Rua Maurício Cardoso. Número?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não sabe o número?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Perto do quê? Na frente do quê?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, do Vila Branca ali.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse edifício é de sua propriedade particular?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não. Tem da minha filha, de um terceiro também junto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode me dizer quem são os proprietários?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Os meus filhos moram lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual o nome do seu filho?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – A Roseane **(inaudível)**

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não esse...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – A Roseane já não mora mais lá. Construiu, não é.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mais do que um filho ou um filho?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É duas filhas que moram lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos apartamentos têm neste prédio?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Doze.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Doze apartamentos. Quantos por andar?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Quatro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quatro por andar. Quais são os apartamentos que ficam para o senhor hospedar os estrangeiros?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sabe que eu não sei. Não sei.

A SRA. **RELATORA** (Maria do Rosário) – Mas é um apartamento que o senhor tem ou dois para os visitantes?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Dois.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem dois apartamentos ali que o senhor guarda que é para visitas, empresários ou comerciantes que vêm até aqui. Seus clientes.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Uns trazem casal, trazem crianças e tudo. Ela foi embora ontem, foi um italiano, veio com a esposa com um gurizinho pequeninho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nem todo o mundo traz a família. Não é?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nem todo o mundo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem homem que não anda com a família por aí.

Pois bem! Então, além dessas reuniões de negócios que o senhor cita, que outros eventos sociais vocês fazem para integrar esses estrangeiros aqui, para tratar bem, para receber bem?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Bem vou almoçar e jantar com eles.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em que locais normalmente?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – No Itálias, em restaurantes, não é?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Chácaras? Sítios?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Eu tenho uma, mas é familiar. Quando vão lá vai só família.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor fala outros idiomas além do Português?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Eu falo um Português fraco ainda.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor fala bem, o senhor está contribuindo.

Algum empresário estrangeiro já solicitou ao senhor que lhe arranjasse acompanhantes? Meninas?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mulheres adultas ou homens?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca teve assim um estrangeiro que dissesse: olha, eu estou aqui no Brasil, então, eu quero agora conhecer meninas do Rio Grande do Sul, do Brasil.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, mas vão ali. Na esquina aqui é cheio de gente ali. Falava assim: vão ali que está cheio de gente. Falava, né?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que esquina que está cheio de gente?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – O antigo Ratão aqui na Rasque que se encontravam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem se encontrava ali, que tipo de meninas?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Eles iam jantar e depois iam ali. Na sexta-feira dava sempre movimento ali.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É como é que é o nome do lugar?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Rasque. O Ratan é o apelido dele, do dono.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A está bom é que eu não tinha entendido. Desculpe. Mas neste local então o senhor indicava que era o local que eles iam encontrar meninas.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Eles iam ali.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas se eles lhe pediam eu conhecer uma menina brasileira.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Eles ali olham por tudo, vai...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É comum? Porque nós vemos muito o turismo sexual.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Vão no De Pauli também, a boate que vai gente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor que nós estamos viajando o Brasil inteiro, a gente vê assim nos lugares muitos estrangeiros que vem para o Brasil com essa idéia do Brasil. Não, nós vamos chegar lá no Brasil, lá no Brasil é tudo liberado, é uma visão que eles têm do Brasil. Então, é comum que os empresários, às vezes, tem um representante comercial chega e diz assim: Olha, até uma visão errada que tem do nosso País, a gente não quer que tenham, mas eles forçam a barra e dizem: Eu quero saber se aqui não tem umas meninas com quem eu possa andar? E por isso é que eu estou lhe perguntando, alguma vez, algum empresário ou algum representante comercial que o senhor tenha recebido lhe pediu: Oh, meu amigo aí...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Pode ter pedido, mas eu digo: Não sei, se vira, vai para as bodegas ali.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nesse lugar aí que o senhor está dizendo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É, ali ou outro lugar, tem a boate aqui do baixinho, também, agora está fechada, aí tu encontra.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que tipo de perfil eles procuravam?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, não lembro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Idade?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, não queriam de menor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não queriam?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ah, eu não pensei que o senhor fosse me responder diferente, mas isso aí, não queriam mesmo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, eles falavam assim: Vamos nas bodega.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Etnia? Alguma etnia específica? Alguma raça, cor de pele, olhos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor atendeu a essas solicitações alguma vez?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca atendeu?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor então só fornecia informações sobre onde eles podiam...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, eles perguntavam, não é, eu digo, vão pra cá, vão pra lá...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor então fornecia as informações.

Hoje o senhor só tem esse veículo, o senhor me disse?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É dois.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só essa BMW?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – E uma caminhonete, Toyota.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma Toyota e uma BMW, o senhor tem os dois veículos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tenho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor mantém então aquela BMW amarela que já foi citada?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tenho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E tem uma caminhonete Toyota. O senhor utiliza um ou outro na sua locomoção diária?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor possui motorista?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não? O senhor mesmo é que dirige?

O senhor nunca possuiu motorista?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca teve qualquer pessoa que tivesse a missão, junto ao senhor de dirigir o carro? Que o senhor dissesse: Dirige o meu carro!

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não?

O Toyota é branco?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Branco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bom, Srª Presidente, eu vou fazer uma pausa nas minhas questões para ouvir as do Deputado Luiz Couto.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Então, passo a palavra ao Deputado Luiz Couto para que ele faça os seus questionamentos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Aldoino, o senhor fala que muitos empresários que vêm para comprar pedras preciosas, há chineses e franceses.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Vem muito.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Muito francês também?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Vem muito italiano, chinês, japonês...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conhece um francês conhecido por Dominique?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor tem conhecimento de que ele tem uma filha, aqui em Soledade com...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tem. Ele tem uma filha. Na semana passada veio a família dele conhecer esse gurião, guri. Encantaram-se, gostaram, estão ajudando ela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E um japonês conhecido por Nilo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sim, conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conhece também, né?

Quando eles vêm, além das atividades empresariais eles participam de alguns outros eventos aqui em Soledade?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Que eu saiba não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De festas, assim...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei. Nunca, nunca nem me encontrei com esses caras, só no almoço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem umas pessoas aqui que.... Por exemplo, hoje o senhor está solteiro. O senhor mora sozinho ou com filhos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Com um filho mais velho.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O nome dele é...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Solteiro. É Cleomar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor disse que tem um filho mais novo. Esse aqui não mora com o senhor, mora com...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É eu vou lá toda hora.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mora com a mãe.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Dei uma casa para ele, né?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tá bom.

Esses empresários chineses, coreanos, japoneses, alemães, espanhóis, franceses, americanos, ingleses vêm aqui com qual periodicidade? Uma vez por ano, quatro vezes por ano?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Por ano, de dois em dois anos, a cada seis meses, a pedido...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E quem vem de forma mais permanente desses empresários? Os chineses?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – O chinês toda a hora está vindo aqui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E aí o senhor diz que esse pessoal fica hospedado no prédio...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Quando está ocupado vão para o hotel.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando os apartamentos não dão vão para o hotel. Algum desses empresários solicitou alguma vez para que o senhor arranjasse acompanhantes ou garotas?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor falou do empréstimo feito à Elisete, ou seja, no primeiro momento o senhor falou que não conhecia e pergunto se o senhor costuma fazer empréstimos a pessoas que o senhor não conhece profundamente?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não faço. Esse foi um caso raro...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, desse fato, é porque o senhor conhecia a Elisete.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – O caso **(inaudível)** o cartão, por causa da doença do marido dela, ela tinha um auto Passat, nem quis conhecer o carro e me pediu os R$3 mil. Tudo bem, quando vender o auto você me paga. Só R$3 mil e sobrou R$1 mil e me devolveu. Depois do resto acabou fazendo janta e me pagou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem pessoas adultas aqui e vou perguntar. O senhor nunca teve um motorista conhecido pelo apelido de Seco, que trabalhou com o senhor?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conheceu algum motorista com esse apelido?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E uma pessoa conhecida por Jussara Oliveira Soares o senhor conhece?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei quem é.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Outra conhecida como Margareth?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Também não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Fátima?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Também não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conhece o Sr. José Turela?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Advogado?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual a relação que o senhor tem?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele não é advogado do senhor?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E Denise Corrêa? Conhece?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem uns nomes que gostaria de colocar aqui. O senhor conhece o Vereador José Geovanoni Neto?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nunca falei com ele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas já tem conhecimento da presença dele em Soledade. O senhor nunca falou com ele, mas conhece o Vereador?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Conheço de vista.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De vista. No caso da... O senhor falou que teve um Eclypse vermelho. O ano desse...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – 1995.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando o senhor o vendeu?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Faz dois anos agora.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor ainda possui a BMW amarela hoje?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Comprou quando essa BMW?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Eu troquei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Trocou por?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Pelo Eclypse.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E a Toyota?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – A Toyota, eu comprei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando o senhor comprou?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Vai fazer dois anos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor disse que trabalhou na roça e depois veio trabalhar aqui com pedras preciosas e semi-preciosas. Na roça, o senhor vivia de quê? Da pecuária?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Era pecuária. Era pouca coisa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor estudou até que série?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Até a quarta série.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor é acusado de ter desvirginado algumas adolescentes. O senhor confirma ou nega isso?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nego.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor costuma freqüentar chácaras ou imóveis nos arredores de Soledade?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não. **(inaudível)** um sobrinho meu, despedida de solteiro, fizeram uma janta. Fizeram umas festas lá. Veio uma turma grande de Passo Fundo, naquela vez.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Festa do irmão do senhor?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aí, o senhor participou de festa lá?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É, numa despedida de solteiro. Veio uma turma de Passo Fundo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Onde fica essa chácara?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Fica lá para Espraiado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Colocou o nome das pessoas para ele ver?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já está lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Olhe aí que já tem o número.

O senhor conhece a número 4 que está aí?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não tenho nem noção.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E a número 5?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Também não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não conhece? (Pausa.)

Não conhece a número 5?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E a número 6? (Pausa.)

Conhece ou não?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Essa, eu vou falar só no juiz.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só no juiz?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Só.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E a número 7?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor freqüentou alguma vez um local chamado Novilho Preto?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – No Novilho Preto, entro lá toda hora.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Toda hora.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – O Novilho Preto é um churrascaria. Por exemplo, se vão almoçar lá, vão almoçar muito bem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Novilho Preto é uma churrascaria.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É. É restaurante, churrascaria. Vão almoçar lá que vão almoçar bem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A proprietária é uma pessoa conhecida como...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Quem investiu foi um italiano.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A Gringa?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – A Gringa é dona ali, mas quem construiu foi um filho dela que mora na Itália.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando esses empresários vêm, eles se alimentam também nessa churrascaria ou no próprio edifício onde moram?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não entendi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Os empresários que vêm também fazem a refeição nessa...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Às vezes, fazem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o senhor também freqüenta normalmente?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Às vezes, vou muito; às vezes, não vou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Além do senhor, o ramo de pedras preciosas é da família como um todo, não é?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele inclui o senhor e quem mais?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Há, tem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, e da sua família?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Da família, são os quatro sócios.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem são os sócios?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É meu, o Luís, o mais velho; o Jandir; o Aldoino e, depois, vem o Wellington. Depois, vem o Cílios. Por isso, agora, ele é Lodi Pedras Preciosas. Antes, era Irmãos Lodi. Como havia muitos sócios...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E quem comanda é o senhor?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – A diretoria é o Wellington.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É o Wellington que comanda. É um negócio lucrativo. Qual é a renda mensal média disso?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não dá para dizer, porque **(inaudível)** muito baixa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Depende.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É muito difícil.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sei, depende da busca dos empresários.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, às vezes dá prejuízo também.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E quem mais compra são os chineses?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, são os chineses.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor falou que emprestou à Elisete um cheque no valor de R$3 mil, e esse cheque era do Bradesco.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aí, ela descontou esse cheque e já devolveu algo para o senhor?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Deu R$3 mil e devolveu... R$2 mil ela gastou com a doença do marido dela. Ela chorava como uma criança. O meu coração não é de pedra. Ele me vendeu um auto velho. Então, vende o auto, depois vai me pagando. De R$3 mil, ela ocupou R$2 mil, porque R$1 mil, já me devolveram. Aí, vendeu o auto e sobrou pouca coisa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E como ela pagou ao senhor esse empréstimo de R$2mil?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ela vendeu o auto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, ela pagou de uma só vez esses R$2 mil?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ela foi pagando aos poucos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, como?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ela vendeu o auto, me deu um pouco. Depois, fez mais janta.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, quanto do empréstimo ela te deu na primeira parcela?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – R$2 mil, R$3 mil. R$1 mil, ela me deu na hora.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Depois de trocar o cheque, ela disse "Olha, vou passar só R$2mil".

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Mas, quando ela foi pagar para o senhor, a primeira parcela que ela lhe pagou, foi de quanto?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ela vendeu o auto. Eu não me lembro mais. Foi R$1 mil e pouco.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – R$1 mil e pouco.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Era um auto velho.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor, alguma vez, foi preso ou processado?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Graças a Deus, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu vou fazer ainda algumas perguntas. O senhor conhece uma pessoa de nome Alessandra Portela?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E Renata?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Também não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Entre as pessoas citadas, há uma conhecida pelo nome Pascoal. Ele é empresário ou ...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Pascoal? Eu sei que tem um Pascoal no restaurante da BR. É aquele?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não sei. O Pascoal que o senhor conhece é esse?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Há um Pascoal na BR 386. Há um restaurante.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É esse que o senhor conhece?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – De vista, assim... Eu fui lá uma vez.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conhece essa pessoa que está aí, o número oito?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, o senhor pode responder "sim" ou "não", ou tem o direito de somente responder em juízo. Há uma acusação de que o senhor, ao abordar adolescentes, dizia: "Fique comigo até às dezoito e depois eu dou uma casa". O senhor confirma ou nega essa acusação?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nego.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor, no caso, para essa pessoa com quem o senhor tem um filho o senhor deu uma casa pra ela?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, eu paro aqui e retorno as questões para a Deputada Maria do Rosário e depois eu posso retomá-las.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Antes de passar para a Deputada Maria do Rosário, eu queria perguntar ao senhor se o senhor entende perfeitamente o tema que nós estamos tratando nessa audiência hoje, da exploração e de abuso sexual de crianças e adolescentes? O senhor entende?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Eu estou escutando vocês falarem.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não, eu estou perguntando ao senhor se o senhor sabe por que o senhor está sendo chamado? Se o senhor sabe da profundidade do que representa a exploração e o abuso de crianças e adolescentes? O senhor sabe, então, da gravidade da situação?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Da gravidade que vocês estão falando, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não, eu estou perguntando ao senhor. Porque nós estamos, como dissemos no início, atuando em todos os Estados...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – ...onde nós estamos...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Hã, hã.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – ...fiscalizando e estamos verificando onde existam redes...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – ... de pessoas que exploram menores.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Está certo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O senhor sabe como se dá essa exploração?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Hã? Não sei. Eu sou inocente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não, eu não estou perguntando se o senhor é inocente, ou não. Eu estou perguntando se o senhor sabe como é isso. Que essa é uma relação de poder que se dá...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Hã.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – ... entre quem tem dinheiro e quem não tem.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Hum.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Entra desigualdade, não é? Há alguns anos atrás até se poderia considerar que fosse uma relação normal, mas no momento em que nós temos um abuso de poder, há aí uma classificação como exploração. O senhor entende isso?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Hum, hum.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Perfeitamente?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Entendo, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Passo agora para a Deputada Maria do Rosário, nossa Relatora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Deputada Thelma de Oliveira. Então, retomando, o senhor me disse que não tem motorista?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Naquele momento eu até disse: bom, ele não... dirige o próprio carro. Eu também dirijo. Então, acho normal a pessoa dirigir o próprio carro. Mas a sua firma tem motorista?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – A firma?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – A firma tem motorista pra ir buscar os fregueses, levar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desculpa, eu não... às vezes eu não entendo muito bem. O senhor podia falar mais perto do microfone?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – A firma tem motorista.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A firma tem motorista?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem. Qual é o nome do motorista da firma?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Beto Antonioly.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E sempre foi o mesmo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Às vezes, quando não pode ele ir buscar, vai outra pessoa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está. Mas não havia... Desde quando que este senhor é o motorista principal?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, faz tempo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Faz tempo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Faz.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não havia nenhum outro?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, deve ter. De repente teve, não é?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que era comum que dirigisse o carro?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Meu auto, não, da firma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Algum dos seus funcionários foi morto no último período?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Acho que não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nenhuma pessoa ligada ao senhor do ponto de vista profissional, que trabalhasse com o senhor?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ninguém?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não lembra de nenhum nome?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nenhum dos seus funcionários na firma, ou pessoais?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não. Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bem, esse motorista da firma costuma fazer trabalhos também para o senhor, individualmente?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Buscar coisas para a sua casa, atender demandas suas

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, depende, não é?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Necessidades particulares suas?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Às vezes, não é?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pagar contas?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não. Não pode acontecer...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Transportar pessoas que o senhor pede para ele?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sim, ele é motorista da firma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, mas o senhor também pede para ele transportar...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Vai pegar um freguês leva numa outra firma, leva num hotel...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem, então era isso que eu queria...Está certo.

Qual é o número do seu telefone atual?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – O meu é 9981-4283.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse é o seu telefone atual, celular?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde quando o senhor tem esse telefone?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Acho que faz uns 6 meses.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E antes dele, qual era o seu número?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não me lembro mais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Senhor não lembra?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não me lembro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o da sua casa?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É ...66381.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E os da sua firma, quais são os telefones?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tens uns quatro ou cinco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Podemos pegar também. Está bem, vou lhe perguntar e gostaria que o senhor me passasse oficialmente, depois, os números que vocês utilizam na empresa.

O senhor tem negócios regionais?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Como?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor trabalha, aliás, a sua empresa é sediada aqui em Soledade?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, a extração de pedra ela faz aqui em Soledade ou em toda a região?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Em toda a região, que vai até Lagoão, Ágata, Ametista do Sul, Ametista...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quais são os municípios? Ametista do Sul, Ametista...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ametista do Sul, Ametista, é o nome da cidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, são esses quatro?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sim, lá de Ametista. E para...Ágata.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor costuma visitar Espumoso? É vizinha.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem negócios?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Carazinho?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Também não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem negócios de algum tipo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, Carazinho não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguma pendência que lhe leve freqüentemente a Carazinho, alguma necessidade?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Soledade, sim. E Santa Maria?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não-Me-Toque?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não. Em Santa Maria só quando compro um gado, o cara liga.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Quando compra um gado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aí vai a Santa Maria?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, o cara liga de lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que faz negócio lá?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Negócio de casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor tem relações mais comerciais, de trabalho, com Santa Maria?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, sim, claro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não-Me-Toque?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Passo Fundo? Onde o Senhor tem conhecidos que o senhor freqüenta, visita?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Mas, eu não freqüento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esses municípios não?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quero voltar aqui a uma questão que o senhor me disse sobre a Elisete, a cerca do depoimento dela. O senhor disse que emprestou dinheiro para a cirurgia do marido. O que era mesmo que o marido tinha?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Câncer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Do quê?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Câncer do intestino.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ele fez a cirurgia?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Fez.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Fez com o dinheiro que o senhor emprestou?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Fez.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não tem a informação de que essa cirurgia tenha sido feita pelo Sistema Único de Saúde?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei. Eu emprestei dinheiro...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tenho que te perguntar isso, porque, no depoimento dela, tem alguma coisa errada aqui. Se ela lhe pediu emprestado para uma cirurgia...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei. Ela queria me vender um auto velho e eu não quis comprar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor diz que agiu...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Daí me ocupou R$2 mil. Depois foi me pagando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como o senhor conheceu a Elisete?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Vendendo cartão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já a conhecia de algum outro lugar?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor freqüenta essas boates noturnas que o senhor chegou a citar?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não freqüento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor freqüenta?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor freqüentava esse lugar que o senhor disse para os estrangeiros para que fossem lá?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não. Também nunca fui lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca foi?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não. Faziam janta lá também. Vamos jantar no Ratan. **(inaudível)** eu falei: eu não vou. ...mas, nunca fui junto, nenhuma vez.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer que o senhor comprava os cartões, mas não ia?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Na janta também. Comprava para ajudar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E fazia o quê com os cartões?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Benefício. Dava para os empregados, para a turma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O pessoal ia?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – O pessoal ia...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conheceu Elisete em que ano?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Acho que foi em 2000.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – 2000?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não foi antes disso?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Primeiro o senhor a conheceu vendendo cartão então?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela não participou de eventos que o senhor promoveu de alguma forma?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque, no depoimento dela – e isso não tem nenhum problema em dizer –, ela disse que conheceu em comitê eleitoral.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Pode ser, é.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Poderia ser isso?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sim, vender cartão justamente na época de eleição.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em época de eleição. Então, antes de 2000?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, acho que foi na última eleição.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pagou... Há pendência sobre os números de telefone que eu pediria que a assessoria me lembrasse para a gente pegar devidamente, tanto os da empresa quanto os pessoais do Sr. Lodi. Mas o senhor poderme-ia ceder o número da sua conta bancária na Caixa Econômica?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Caixa Econômica?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem uma conta bancária na Caixa Econômica Federal ou no Bradesco?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – No Bradesco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No Bradesco. Nós podemos solicitar, mas, de toda a forma, se o senhor puder-nos situar... Essa sua conta bancária é a única que o senhor movimenta?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É a única.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem alguma conta bancária da firma? Já vou-lhe requerer.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que o senhor movimenta?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – A firma trabalha... Não, só a firma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor assina cheques da firma?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Assino.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor também é autorizado a assinar, é sua, não é? Então seria interessante; seria interessante, não, já faço requerimento no sentido das contas bancárias da empresa e das contas pessoais que o depoente diz ter apenas uma no Bradesco e uma no Exterior.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor reitera isso. Algum dos seus irmãos tem conta no Exterior?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, ninguém tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então o senhor não tem conhecimento sobre a cirurgia do marido para o qual o senhor emprestou... O senhor conhece o marido?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Pior que não conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nem conhece?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor costuma freqüentar chácaras ou imóveis nos arredores de Soledade?

A SRA. (Oradora não identificada) – De novo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas vezes eu achar que devo. O senhor costuma freqüentar chácaras?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem alguma chácara em seu nome?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tem na família.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas chácaras a família tem?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Uma só. Tem a fazendinha e tem a chácara junto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma fazendinha e uma chácara.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em nome de quem?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Em nome da família. Agora que viuvei, fica o inventário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde é que fica?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Aqui no Pontão, Dispraiado, aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então é sua e dos seus irmãos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, dos filhos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sua e de seus filhos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem alguma outra dos seus irmãos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Meu irmão tem outra.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor veja, estou-lhe fazendo a pergunta, o pessoal diz: de novo, mas é que o senhor não me respondeu. Família, para mim, é o senhor, os seus irmãos, os seus filhos; são toda a sua família. Quantas chácaras a sua família tem, repito? Tem uma que é sua e dos seus filhos.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Meu irmão tem uma chácara aqui, na cidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é a localização da sua?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Pontão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pontão. Qual é a localização da do seu irmão Jandir?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Dispraiado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O seu irmão Hélio tem alguma?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual dos seus irmãos tem?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – O Luiz tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sobrinho? Algum dos seus sobrinhos tem?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É, sobrinho tem aqui perto, é a do Luiz, meu irmão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então são quatro chácaras?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Três.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Três chácaras. Está bem, agora o senhor me respondeu, são três chácaras que a sua família mantém na região.

O senhor sabe quem faz o agenciamento de meninas virgens em Soledade.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não sabe? O senhor sabe sobre o pagamento diferenciado pela violência e abuso contra meninas virgens? Há um pagamento diferenciado?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não existe pagamento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto se paga, normalmente.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Paguei caro, mas faz quarenta e poucos anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quarenta anos.

Esse depoimento, espontaneamente, o senhor mantinha relações... Neste caso o senhor...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Mas a pergunta que V. Exª fez foi com a ex-esposa, mais ninguém.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe que o depoimento que temos aqui é de estupro. Então para nós é absolutamente difícil a gente fazer as perguntas. Mas queremos que o senhor nos responda devidamente. O depoimento é de que uma irmã teria levada a outra a uma casa. O senhor mantém quantas casas, quantas residências?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – A casa onde eu moro e a que dei para a mãe do meu filhinho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem essa sua casa que o senhor mora, tem a casa onde mora seu filho pequeno; o senhor tem os dois apartamentos do prédio.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Da firma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas a firma é sua. O senhor é um dos proprietários. O senhor tem alguma outra casa que o senhor mantenha?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Próxima ao Novilho Preto?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tinha. Que morava um cunhado meu de Brasília, aí comprei uma casinha lá. Agora quem mora um casado, Novilho Preto, naquela casa...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode repetir, porque não entendi. Um cunhado seu...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Morava naquela casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É de Brasília ele?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Foi morar em Brasília.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi agora há pouco tempo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, faz alguns anos já.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A casa era de sua propriedade.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Agora está alugada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor alugava aquela casa.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não. Agora está alugada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde quando que está alugada? Contrato assinado né?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, não tem contrato. Mora os donos do Novilho Preto lá. Não assinei nem contrato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Novilho Preto é seu? O lugar é seu?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não. Para ir lá para jogar uma canastra, para almoçar. Vocês vão almoçar, vão almoçar bem, tratam bem, podem ir lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acredito.

Mas me diga uma coisa. Novilho Preto é um lanchonete, um restaurante?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Uma churrascaria.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma churrascaria. Atrás do Novilho Preto, tem uma casa.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É. Está morando o casal do Novilho Preto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Hoje mora um casal que gerencia o Novilho Preto. Mas aquela casa é sua, sua propriedade?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então o senhor tem essa sua casa aqui no centro de Soledade, os dois apartamentos que são da firma – mas são teus também -, mais a casa do seu filho e mais essa casa nos fundos do Novilho Preto.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Mas está alugada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que hoje está alugada.

Quando é que este casal mudou para lá?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não tenho idéia. Acho que uns dois anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dois anos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Mais ou menos. Não lembro mais. Não tem contrato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é essa casa aí?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Casa de madeira.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Casa de madeira. Quantos quartos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Dois, ou três.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dois ou três? A casa é sua e o senhor não lembra?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Acho que é dois.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem uma garagem para carro, uma churrasqueira?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tem uma churrasqueira. Morava um cunhado meu. Fez uma casinha mais ou menos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem uma churrasqueira, que não poderia faltar.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Os móveis que estão lá hoje são da mesma época que o senhor tinha a casa.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Os móveis, meu cunhado foi morar para Brasília e deixou os móveis ali.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O seu cunhado morou até quando?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não lembro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas teve um período que seu cunhando tinha mudado e não tinha entrado esse casal ainda?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sim, teve.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Teve um período que estava vazio.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Teve.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E a casa era sua?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem. Isso mesmo. Então, a casa foi usada por um cunhado seu? Desde quando o senhor tem essa casa? Há muito tempo.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não lembro.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Há uns dez anos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não lembro.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Mais?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Um pouco menos, eu acho. Não lembro.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – É uma casa antiga sua?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já morou lá alguma vez?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca morou lá. Mas, durante um tempo, o senhor emprestou para o seu cunhado. Depois ficou vazio, o seu cunhado deixou os móveis. Nem levou os móveis para Brasília?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – O que ele deixou lá? Geladeira, essas coisas?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Deixou as "coiseradas" dele.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele não precisou levar?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não. Daí outro entrou no lugar. Aí venderam, e venderam...

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – E acabou ficando?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Teve gente morando. Moraram. E a gente que morava lá não tinha contato com ninguém. Primeiro foi uma tal de professora, lá. Nunca nem tive contato com ela.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Desculpe, Sr. Lodi, eu não entendi de novo.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Depois que o meu cunhado saiu, foi para Brasília, eu aluguei a casa. Morou uma tal, eu sei que é professora, não é?

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é o nome dela?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não lembro mais. Mas não fiz contrato com ela.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Também não fez contrato?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ela passava lá: "Vem cá, veio me cobrar o aluguel?" Não. Ela tem uma criancinha assim. "Ah, vim ver como está, não é?" Ela dizia: "Estou até passando fome."

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Daí, então, durante um período a casa ficou vazia, ali naquele meio, daí, depois, o senhor alugou para o pessoal do Novilho Preto?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ficou pouco tempo vazio.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bom.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Aquela mulher professora morava lá.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Aquela mulher. Qual é o nome dela? O nome dela agora. Também não adianta esquentar uma professora e me dizer que foi aquela ali.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Acho que é Elisa.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Como?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Elisa. Professora.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Elisa.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Dá aula onde?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece de onde?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ela morou lá.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que o senhor a conheceu e alugou a casa para ela?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ela morou lá.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que o senhor...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Era funcionária.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Funcionária de onde?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Era professora.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Professora de onde?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, não sei. Professora. Não sei, não.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Lodi, espere aí um pouquinho. O senhor já emprestou R$3 mil para uma pessoa que...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Não sei, não, Sr. Lodi.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor emprestou R$3 mil para ela, ela fez uma cirurgia pelo SUS, agora o senhor botou lá, o senhor falou sobre a...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – E não fiz contrato nenhum.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem. Vamos falar da professora. Eu quero saber melhor dessa professora. Mora em Soledade ainda?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Eu não sei.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Morava em Soledade?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Morava.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que a pessoa bateu à sua porta, como é que a pessoa chegou ao senhor e pediu para alugar sem...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ela sabia que morava um cunhado meu lá, sabia que ele foi para Brasília, sabendo que ele foi embora, veio para alugar. Eu aluguei para ela.

A SRª. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Quanto vale o aluguel dessa casa?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, baratinho. Cem pilas ou R$150.

A SRª. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Cento e cinqüenta. Ela só tem churrasqueira, não tem garagem?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não. Fizeram uma garagem.

A SRª. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Fizeram uma garagem?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Fizeram.

A SRª. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Aí tem uma escada para subir, alguma coisa?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tem do lado.

A SRª. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Do lado?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRª. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Embaixo só tem isso? Só a garagem e a churrasqueira?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não. A churrasqueira é na cozinha.

A SRª. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – A churrasqueira é na cozinha.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRª. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Tem o que em cima, então?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tem os dois quartos...

A SRª. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Os dois quartos.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – ... a cozinha...

A SRª. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – A cozinha.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – ... a sala.

A SRª. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – A sala. Banheiro?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tem.

A SRª. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Quer dizer que o cunhado do senhor deixou os móveis?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRª. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Todos os ambientes tinham móveis?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tinha. Móveis velhos já, mas tinha.

A SRª. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O que tinha no quarto?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tinha uma cama, tinha roupeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Tinha uma cama e tinha um roupeiro. O que mais? E na sala?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Na sala tinha um sofazinho velho.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Tinha algum quarto que não tivesse nada?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O que tinha no outro quarto?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tinha uma cama velha também.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Tinha outra cama lá. Eu queria perguntar ao senhor se, quando esses estrangeiros vêm aqui, o senhor disse que apenas dá as informações para eles a respeito dos locais onde eles podem encontrar algum tipo de programa, fazer algum tipo de programa.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Hum, hum.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E o senhor disse que eles não perguntavam por menores, mas o senhor não tem certeza se eles não se encontravam com as menores.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Esse nem gosta de menor.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não gostam?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Então, devem ser os únicos estrangeiros que vêm aqui em Soledade, porque não é este o normal.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Pois é.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Então, eles não gostavam de menores?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Eles falavam **(inaudível)** vamos por ali, mas não queremos... até que um conseguiu essa guria ali, essa era de menor...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Qual?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – ...mas se encontrou...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Qual?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Essa que ele fez um filho, um francês.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Que o francês...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É, fez um filho.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Quer dizer, então, que não é bem isso, que eles não gostam de menor.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ele assumiu o filho.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Ele assumiu?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Assumiu.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Apenas para que ele não seja penalizado, o senhor sabe.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – De repente, não sabia que era de menor, né?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Por que não sabia?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei, ou não é de menor porque tem 20 anos a guria, não é de menor, de 20 anos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Agora.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Agora que ela tem 20 anos.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É. 20, 21, não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Tá. E o senhor tem conhecimento de que numa das chácaras acontece algum tipo de festa com meninas...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – ...envolvendo empresários, o senhor não sabe de nada disso?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nada, nada, nada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O senhor nunca participou?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nunca, nunca.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Nunca esteve lá.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nunca.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E o que o senhor acha, por exemplo, desses que abusam dessas meninas menores, qual é o pensamento do senhor a respeito disso.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Negativo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Negativo? Como assim negativo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sem resposta.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas o que o senhor falou para esse cliente, então, quando ele abusou dessa menina que era menor e que fez o filho?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ele não sabia que era de menor.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Ele não sabia?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Eu acho que não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Quer dizer que ele sai com a menina e não sabe se ela é de menor ou de maior.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei, depois não sei o que aconteceu. Vão nas bodegas, vão no De Pauli.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Sr. Aldoino, o senhor sabe que temos aqui os depoimentos e que todos eles têm uma concordância muito forte e que o senhor disse aqui que vai estar contribuindo conosco, só que o que o senhor está dizendo não está batendo com o que temos em mãos. Por isso, estamos fazendo essas perguntas ao senhor, porque o que o senhor disse...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Eu respondi, né.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Eu sei que o senhor respondeu, mas não combina com todos os depoimentos de todas as pessoas que temos aqui.

Mais uma vez com relação aos estrangeiros, o senhor sabe que eles, está certo o senhor tem negócios com eles, mas o senhor não faz nenhum tipo de evento social com eles, são só negócios?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Só negócios.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não promove nenhuma festa?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, nada

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Eles nunca lhe pediram que enviasse, quando estão solteiros no apartamento, acompanhantes para eles?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, nunca.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Nunca pediram.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nunca.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Quer fazer algum questionamento, Deputado?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Aldoino, quando os estrangeiros vêm para cá, normalmente a empresa de que o senhor é sócio banca a estada deles aqui, ficam no apartamento e não pagam nada?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Quando ficam no apartamento, não pagam nada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não pagam nada?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Quando vão nos hotéis, se viram com tudo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Também o transporte que eles usam é a empresa que banca?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – A gente busca e leva a Porto Alegre. Às vezes, é de táxi, às vezes, de carro próprio, às vezes, aluga, né.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas é a empresa que paga?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, quando alugam não, é por conta deles.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conta deles?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E, aqui, para eles circularem aqui, é a empresa...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Emprestam o carro ou leva e traz.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Falei daquela pessoa que tem o apelido de "seco", mas o nome dele é Cláudio Roberto Andrés.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei quem é.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conhece?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Conheço não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Este telefone 981-3534 é do senhor ou já mudou?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Como?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – 9813534.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É aquele que já tinha esquecido.

O SR. – E o que tem esse?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o telefone do senhor.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, o meu é diferente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O seu telefone é diferente?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer, não é este telefone aqui não?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor podia escrever, depois, o telefone do senhor para a gente está bom?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Está.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aqui, tem uma feira internacional de pedras preciosas e semipreciosas.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tem. Até agora está aí.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Acontece em que tempo, em que mês acontece? Mês de...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Fim de abril, agora.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De abril.

E, aí, nesse período, é que aparece que vem mais os empresários da...

O SR. – Mais visitantes, não é?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor sabe que quando tem festas, eventos, assim, quer dizer, tem corre, quer dizer, como circula muito dinheiro há também aqueles que estão ligados ao crime gostam de também fazer as suas ações. Também, nessa coisa, o senhor teve conhecimento de que rolou droga nesses eventos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nunca vi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nem conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nem conhece.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nem conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está bom.

O senhor conhece Fabiano e Rodrigo Barela?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conhece. Qual é relação que tem o senhor?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, não tenho.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só de amizade.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Era amigo do pai deles.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Do pai dele.

Lauri?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Lauri.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conhece?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Lauri?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Conheço, mas, sim, conheço...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conhece.

Dr. Rogério?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Itajubá?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dr. Getulio?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Conheço. É o meu médico.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É o seu médico.

E sua relação com Itajubá?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É amigo da gente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Amigo. Eles não têm nenhum tipo de relacionamento com a empresa do senhor, prestando serviço, não.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ele ligou para cá, através dele também. Ele compra carro através dele também.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah, ele compra carro através dele, do Itajubá!

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E uma pessoa de nome Quênio.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Quênio.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quênio.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei quem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Os apartamentos no prédio que é conhecido pela população como o Edifício dos Lordes – não é assim?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não é assim que o pessoal conhece? É o 4004 e o 4002, que são os dois...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Os dois. Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – São esses dois: 4004 e 4002.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – E 4002.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quantos desse apartamento ele é dividido em quantas? Quantos cubículos nesse apartamento? Quantos compartimentos tem?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, é um apartamento normal.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como? Mas ele tem o quê?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Dois ou três quartos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dois ou três quartos...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...e cozinha, sala...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...escritório. Tem não?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não. Está.

Tem uma casa aqui que é uma casa conhecida de baile, conhecida por Banhadal. O senhor já esteve nesta casa?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não. Já ouvi falar de nome.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só ouviu falar de nome.

Quando o senhor falou do empréstimo da Fernanda ou Elisete ou Fernanda, o senhor disse que ela pegou o cheque, trocou, ficou com dois e já passou para o senhor o meu. Não é isso?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É isto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O meu. E o senhor disse que ela depois vendeu o carro e pagou...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – E pagou outra parte...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Outra parte.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – ...e, depois, fez janta e me pagou tudo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pagou. Ela disse o seguinte: que ficou com os três mil, colocando um mil numa poupança, e, dois mil, ele ficou em casa para ver os gastos que tinha. Então, significa que o senhor confirma que ela lhe devolveu – dos três mil – um mil reais.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo? Correto? O senhor ficou com outro mil, depois, lá, não é? (Pausa.)

E o pagamento foi feito, primeiro, uma parcela de R$1 mil. Foi de uma vez só?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sim, mil, me devolveu;depois, foi aos poucos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas ela pagou, quando vendeu o carro, já pagou de uma vez ao senhor o empréstimo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, pagou um pouco.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como é que foi assim?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não me lembro mais direito. Pagou um pouco, depois, fazer a janta e...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi duzentos cinqüenta a parcela?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não lembro mais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi de trezentos, foi de quatrocentos, foi de quinhentos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não me lembro. Conforme o que recebia, o lucrinho que dava, ela me paga.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por que ela também vendeu o carro a prestação?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor disse que ela vendeu o carro para pagar a sua dívida.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Pagou um pouco.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Mas se eram R$2 mil, o senhor não cobrou juros dela, ela já tinha devolvido R$1 mil, eram R$2 mil, quer dizer, um carro que ela vendeu qual seria o preço médio?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei por quanto vendeu.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

O senhor alguma vez teve, quando o senhor disse que conheceu Elisete quando ela foi vender os cartões de um jantar, para conseguir dinheiro para a operação do ...?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Marido.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas ela não esteve antes vendendo cartão para o senhor antes disso daí?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Deve ter ido, não é?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A primeira vez foi pela doença do marido ou para outra doença?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não me lembro mais direito, acho que foi até por outras coisas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela alguma vez telefonou para o senhor?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não me lembro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o senhor telefonou para ela?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer, o senhor nunca teve um telefonema para a casa da Elisete?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Fernanda.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Sr. Lodi, o senhor tinha conhecimento de que a Elisete ou Fernanda, como o senhor, tinha irmãs menores?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O senhor não sabia que ela tinha irmãs que eram menores? Não tinha conhecimento disso?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Ela não lhe falou sobre isso?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não falou nunca sobre a família dela?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Vou passar agora para a Deputada Maria do Rosário para mais alguns questionamentos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Aldo, me diz uma coisa, o senhor me falou de quatro casos,

não é isso, recuperando os apartamentos, a sua casa, a casa do seu filho e essa do Novilho Preto?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tenho três casas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bom. E esta no posto dos Eucaliptos, BR 386, próxima ao Posto dos Eucaliptos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não tenho nada, não é?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca teve casa ali?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega que tenha tido?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega que alguém da família tenha casa ali?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Que eu saiba não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor confirma ou nega que o senhor alugou ou manteve aquela casa durante algum período?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que o senhor não confirma que manteve essa casa durante algum período?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, porque aquela casa é onde mora o Novilho Preto agora, não é? Onde morava um cunhado meu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Está fazendo confusão agora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Casa do Novilho Preto o senhor confirma? Esta casa aqui? O senhor conhece essa casa na BR 386, próxima ao Posto dos Eucaliptos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Essa eu não sei. Não sei quem ...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor confirma ou nega?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, essa eu não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não alugou essa casa?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não. Tenho aquela do Novilho Preto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega então esta casa? O senhor nunca esteve nessa casa?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa casa não é sua?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

Tenho aquela onde moro, a do Novilho Preto, porque ....

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Entendi, o senhor disse que não é propriedade sua, mas assim como o senhor alugou casas suas para as pessoas, conforme o senhor disse, sem papel ...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sem papel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ... o senhor pode também se beneficiar de uma casa, sem ter papel.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah! tá!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca precisou desta casa?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tenho só aquela onde moro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para os seus encontros com as pessoas o senhor nunca precisou daquela casa na BR-386, próxima ao Posto dos Eucaliptos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, tenho só aquela onde moro, a do Novilho Preto, onde morava a professora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma casa de dois pisos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tenho só aquela onde mora o dono do Novilho Preto, onde morava a professora, onde morava um cunhado meu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu não estou perguntando se a propriedade é sua. Eu entendi que não é propriedade sua. A casa que eu estou falando, na BR-386, próxima do Posto dos Eucaliptos, não é sua propriedade?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não. Tenho só essa que estou falando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Entendi, mas o senhor alugou casa de alguém?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Já citei. Quando o meu cunhado foi para Brasília...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu não estou falando da casa do Novilho Preto. Essa casa da BR-386 o senhor alugou?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Essa eu não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor utilizou essa casa? De quem é essa casa?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Eu não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas todo mundo se conhece numa cidade como esta!

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Mas eu não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma casa de dois pisos, branca e rosa.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Mas não é a mesma do Novilho Preto?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Novilho Preto está próximo do Posto dos Eucaliptos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Está atrás do Novilho Preto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor poderia me descrever melhor a casa do Novilho Preto para eu verificar se é a mesma?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É branca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Branca? De que cor são as janelas?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Parece-me que lilás.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é a parte de baixo? São dois pisos.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tem um porão e fizeram uma garagem na parte de baixo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um porão e uma garagem. E na parte de cima?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Na de cima estão a sala e cozinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sala, cozinha, quartos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos quartos?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Dois.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As peças estão todas vazias?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, a casa está mobiliada. São móveis velhos, mas há móveis.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – São móveis antigos? Algumas dessas peças fazem parte do depósito de material da empresa?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As peças estão vazias?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É uma casinha pequena.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem alguma peça vazia ali?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde fica o banheiro?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Encostado na cozinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor se lembra dos móveis?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sim, estão lá até hoje.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esses móveis eram seus?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Eram. Ele foi para Brasília e os deixou lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas já eram seus?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Eu os comprei junto com a casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então o senhor se lembra deles?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como são os móveis dessa casa?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tem uma cama, um roupeiro, cozinha...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Roupeiro pequeno ou daqueles que têm maleiro?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Um roupeiro simples....

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas qual a cor?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Acho que marrom.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A casa tem geladeira, fogão?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Espelho?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI– Acho que não tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Espelho?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Só se tiver no banheiro.O banheiro tem um espelhinho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é a escada?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – A escada é do lado de fora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ao lado da cama, tapetes, bidês?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não. Bidê tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Penteadeira?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Penteadeira tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem penteadeira. Então tem espelho na penteadeira.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tudo isso é dentro do quarto. O quarto tem roupeiro marrom, cama amarronzada também, dois bidês, confirma?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Acho que tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ainda uma penteadeira com espelho?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Acho que é. Não lembro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor tem uma peça vazia na casa?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ou já colocaram móveis?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, não tenho peça vazia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É fácil levar os móveis de um lado para outro? Isso é mais difícil de ser caracterizado.

O senhor conhece Zilá Bertel?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – De vista. Não me lembro dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se é só de vista, como é que sabe o nome dela?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei. Já ouvi falar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Conhece ou não?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Já ouvi falar dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ouviu falar e já encontrou, já conversou com ela? Nunca falou com ela?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca falou com essa pessoa?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela nunca lhe telefonou ou recebeu telefonema?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela nunca o visitou?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só ouviu falar?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Só ouvi falar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que ela faz?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o que o senhor ouviu falar dela?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não tenho nem resposta. Ouvi falar... Deve ser irmã dos outros Bertel, do Juarez Bertel, acho que é.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Também não sei, mas, nessas festas que acontecem, ela leva as adolescentes?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei de nada. Nunca, nunca, nunca, nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas há um público para adolescentes, que procura as meninas mais novas?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque o senhor veja, ninguém aqui faz juízo da atitude de ninguém, desde que seja com mulher adulta ou com homem adulto. Quem é adulto que se resolva, mas com as crianças, convenhamos, meninas de 13, 12 anos...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não tem nem cabimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Também acho. Qual a sua relação com a Zilá Bertel?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nada, zero.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a sua relação com um senhor chamado de Juá?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É pai do Fábio, jogador. Nada relação, nada, nada. Eu o conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é João Comum?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É um pecuarista.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Senhor o conhece? Qual a sua relação com ele?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Conheço. Ele compra produto para gado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a relação com essas três pessoas citadas?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Só com o João Comum que a gente joga canastra lá na de Gringa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor afirma que isso que lhe perguntei sobre a casa do Posto Eucalipto, o senhor disse que a casa que eu lhe estava perguntando, do Posto Eucalipto, é a do Novilho Preto, o senhor está dizendo isso. O senhor descreveu a casa do Novilho Preto como aquela que eu pensava que era no Posto Eucalipto porque eu estava enganada, pois as duas são próximas, é a mesma região. É isso o que o senhor está me afirmando? Essa descrição que o senhor fez é a do Novilho Preto, que é a mesma do Posto Eucalipto. Vamos adiante. O senhor nega ou confirma que conheceu a adolescente de nº1 quando ela tinha 13 anos de idade?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega ou confirma que conheceu a de nº 3 e que essa de nº 3 levou a de nº 1 até essa casa, que

o Senhor disse que é no Novilho Preto, onde ela foi abusada sexualmente?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor confirma que essa casa no restaurante dos Eucaliptos é a casa que o senhor utilizava para encontros sexuais com essa menina dos 13 aos 16 anos de idade?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega ou confirma que essa menina era obrigada a ir todo sábado ao seu encontro, levada pela irmã, e que o Senhor pagava?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega ou confirma que essa menina foi estuprada quando tinha 13 anos de idade, com a presença da irmã, e que era obrigada a participar de orgias sexuais com grupos de pessoas.?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega ou confirma ameaças à menina, de que a família seria morta no caso dela fazer denúncias?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor confirma que a menina era levada no seu Eclipse vermelho ou na caminhonete Toyota, e posteriormente num carro amarelo, MC amarelo.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor confirma que entregou R$3 mil para a irmã dela?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Empréstimo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que ela denuncia ter sido pelo pagamento do seu silêncio.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor confirma o valor que entregou à irmã dela?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É um cheque de R$ 3 mil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E confirma que entregou à irmã dela no mesmo período em que ela denuncia?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Da doença do marido dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Confirma, cheque da sua conta no Bradesco?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que o senhor vai me passar o número, que foi sacado, pela irmã dela, precisamente aquela que ela denuncia de levá-la todo o sábado para exploração sexual?

O senhor nega ou confirma a participação do seu irmão Jandir Lodi nessas reuniões?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com outras duas adolescentes já citadas e numeradas pelo Deputado Luiz Couto?

O senhor confirma a realização de festas para os compradores de pedras?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor confirma ter conhecimento de que uma adolescente ficou grávida de um francês?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Comprador de pedras da sua empresa, hospedado...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Eu não se a senhora sabe...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Hospedado no seu apartamento.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega que esse francês tenha se hospedado alguma vez no seu apartamento?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Com ela sim, nunca. Não, apartamento só para freguês, casais, bebês, crianças, com as mulheres.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega então que os apartamentos fossem usados para encontros sexuais?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, nego. Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem convicção de que os apartamentos...

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nego, cem por cento certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega ou confirma a realização de festas nas chácaras de sua propriedade, de sua família, nos arredores de Soledade?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O uso de drogas?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sem resposta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sem resposta é uma resposta, o senhor não responde sobre o tráfico de drogas, sobre o uso de drogas. Não negou nem confirmou.

O senhor poderia me descrever a sua casa na cidade?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Minha casa? Estilo colonial. Branca, abertura preta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No andar embaixo, o que o senhor tem?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tem garagem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Garagem. Quantos degraus entre a garagem e a sala?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não sei, só contando, nunca contei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor mora há quantos anos nessa casa?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Uns vinte anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Declara que há vinte anos mora na casa, nunca contou, não sabe quantos degraus existem. É uma longa escada ou uma escada pequena?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Uma escada normal.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe que eu lhe pergunto porque eu tenho depoimento das meninas apresentados por dentro da sua casa.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, tá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu quero apenas confirmar se o que elas estão me dizendo é verdade ou não. Eu até explico para as pessoas que não conseguiram perceber, é que há um depoimento de que o senhor também levava as meninas à sua casa.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Mentira.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, por isso é que eu estou aqui lhe perguntando. Lamento ter que lhe explicar, eu só lhe fiz a pergunta, mas eu tenho que explicar, o senhor não respondeu.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ah, tá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E talvez as pessoas não tenham entendido por que eu perguntei quantos degraus, mas é porque ele é citado como um detalhe da sua casa. Como uma escada não pode ser transformada a menos por uma obra.

O senhor confirma ou nega que buscava de carro a menina de nº 1 na escola?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em casa? (Pausa.)

Concluí, se tiver mais uma ou outra.

Pois não. Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Sr. Lodi, o senhor já teve algum problema grave de saúde?.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tenho próstata...

A SRA. (Oradora não identificada) – Coração.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Coração.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Estou perguntando para o depoente.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tenho uma válvula.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Quando?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Faz uns dois anos e meio, vai fazer três agora.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Que o senhor foi operado. O senhor ficou internado então?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Fiquei.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Para fazer essa cirurgia.

O senhor fuma, bebe?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não fumo e nem bebo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Pratica alguma atividade física?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Pouca coisa, faço esteira.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Quantos anos o senhor tem?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Sessenta e dois anos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Durante os dias de lazer, o que o senhor faz nos dias de lazer?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Nos dias de lazer jogo uma canastra, vou pescar no açude.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Certo. E nos dias de trabalho é trabalho normal?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Normal.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Nesse trabalho que o senhor tem, essa atividade empresarial, exatamente por que trabalha com pedras preciosas, é uma atividade de certa forma arriscada, porque é uma atividade que gera lucro. O senhor tem segurança?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tenho.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Por algum acaso alguém já tentou assaltá-lo, já levou algum tiro ou alguma coisa assim?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não, tentaram assaltar lá nos fundos, daí os guardas já notaram e chamaram a polícia.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas o senhor nunca levou um tiro?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O senhor tem alguma cicatriz no corpo?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tenho.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Só tem essa da cirurgia no peito. Não tem em nenhum outro lugar mais?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tenho atrás, porque fui assaltado há uns quinze anos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Quinze anos atrás foi assaltado e aí foi um tiro, uma facada?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Tiro.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Levou um tiro nas costas e aí ficou uma cicatriz nas costas.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Ficou.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – É grande ou pequena?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Pequena.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Pequeninha. Alguma outra cicatriz que o senhor tenha?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Que tenha alguma relevância, alguma importância?

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Nenhuma outra.

Queremos então encerrar essa fase do depoimento com o senhor. Queremos agradecer a sua colaboração, que tenho certeza de que vai ajudar a esclarecer inúmeras situações que foram colocadas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, apenas gostaria que o Sr. Lodi, antes de deixar aqui o recinto, deixasse registrado algumas questões, além daquelas que foram solicitadas.

Então, pediria se o senhor precisar de alguém que lembre números, enfim, não tem problema para nós, desde que fiquemos com esse documento registrado na CPMI. Só vou passar ao senhor para não...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Precisamos desses dados agora. Podemos até liberar o depoente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Lodi, o senhor pode responder ali para nós.

O SR. ALDOINO ANTONIO LODI – Para quem?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não, pode responder aqui mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, não, é lá, é lá.

A SRA. PRESIDENTE (Telma Oliveira) – Muito obrigada, Sr. Lodi.

Gostaríamos de informar que, devido ao tempo, vamos continuar a audiência, não vamos ter o intervalo para o almoço em função de que vamos ter que ouvir diversos outros depoentes. Está certo?

Então, vamos solicitar a entrada do nosso segundo depoente, o Sr. Jandir Lodi. (Pausa.)

Boa tarde, Sr. Jandir.

O SR. JANDIR LODI – Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Então, estamos reiniciando os nossos trabalhos, Sr. Jandir, e aí vou fazer algumas perguntas pessoais que gostaria que o senhor respondesse.

O nome completo do senhor?

O SR. JANDIR LODI – Jandir Lodi.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – Gostaríamos do número da identidade ou se o senhor tiver a identidade e o CPF. Quanto anos o senhor tem?

O SR. JANDIR LODI – Quase 67. **(inaudível)** de maio de 1937.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – O estado civil do senhor? É casado ou solteiro?

O SR. JANDIR LODI – Casado.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – O endereço residencial do senhor.

O SR. JANDIR LODI – Rua Oswaldo Vieira, 79. Soledade.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – Qual é o bairro?

O SR. JANDIR LODI – Centro.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – Qual é a profissão do senhor?

O SR. JANDIR LODI – Comércio.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – E o local onde o senhor exerce a sua atividade de comerciante?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo responderei.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – o local onde o senhor trabalha?

O SR. JANDIR LODI – Também.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – O senhor só vai responder em juízo?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – Está certo.

O SR. JANDIR LODI – Gostaria de perguntar ao senhor se o senhor gostaria de fazer inicialmente alguma colocação a esta comissão.

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – Só em juízo.

Então, vou conceder a palavra a nossa Relatora, Deputada Maria do Rosário, para dar início aos seus questionamentos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Boa tarde, Sr. Jandir!

A nossa Presidente é a Deputada Thelma Oliveira, nesta reunião. O senhor sabe que estamos numa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. A Presidente da

nossa Comissão é a Senadora Patrícia Saboya Gomes. E estamos representando o conjunto da Comissão, que tem pessoas de todos os Estados. Digo isso ao senhor porque já o convidamos outras vezes, já o chamamos outras vezes e o senhor não pôde comparecer. Hoje o senhor comparece, e quero lhe dizer que fizemos questão de virmos aqui a Soledade para ouvi-los, para fazer esse depoimento, como uma consideração inclusive às pessoas que foram citadas em depoimentos anteriores. Então, de fato o senhor tem a prerrogativa, é um direito seu não responder as perguntas, mas vamos fazer as perguntas porque essa é a nossa tarefa parlamentar. Queremos esclarecer fatos. E gostaria que o senhor compreendesse que a pergunta é uma forma de lhe dar oportunidade de responder, mas a decisão obviamente que é sua. Todas as pessoas que participam são absolutamente respeitadas. O senhor já deve ter visto CPMIs em que as pessoas não são respeitadas, mas não é o nosso objetivo. Nós nos pautamos pelo respeito a todas as pessoas. Depois, quem vai julgar não somos nós – é o Poder Judiciário. Nós vamos levantando fatos, chegando a conclusões e é um juiz, uma juíza que irá determinar sobre os fatos que nós estamos levantando em todo o Brasil e não só aqui no Rio Grande do Sul.

A nossa Presidência perguntou – e vou reiterar: qual é a sua profissão? No que o senhor trabalha ao longo da vida? O senhor nasceu em Soledade?

O SR. JANDIR LODI – Eu vou responder isto em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Inclusive aonde o senhor nasceu?

O SR. JANDIR LODI – Também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor trabalha há quantos anos em Soledade

O SR. JANDIR LODI – Eu vou responder em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde o senhor trabalha atualmente?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que atividade o senhor desenvolve?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a sua remuneração anual ou mensal?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde quando o senhor trabalha nesse ramo de pedras?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O seu estado civil o senhor já nos respondeu – o senhor é casado. Isto o senhor disse que nos responderia e não nos respondeu.

O senhor tem filhos?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor mora em Soledade?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se o senhor mora com a sua família?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se mantém relacionamentos fora do seu casamento?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se tem mais de uma residência?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor freqüenta motéis em Soledade?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quais os motéis que o senhor freqüenta?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a última vez em que o senhor esteve em algum motel?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor dispensa o uso motéis e tem casa ou apartamento para encontros?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece as adolescentes – Sr. Jandir, a lista dos adolescentes, o senhor pode providenciar para mim?

O senhor realiza ou já realizou – eu vou deixar esta pergunta até para depois... O senhor pode ficar com esses papeizinhos aqui porque eu vou lhe fazer outra pergunta.

O senhor realiza – o senhor é proprietário de uma empresa que trabalha com pedras preciosas?

O SR. JANDIR LODI – Eu vou responder isto só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor realiza ou já realizou transações comerciais com empresários do exterior?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem conta no exterior?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se o senhor tem conta no exterior, quais os países em que o senhor não tem conta?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem alguma parceria comercial ou empresarial com empresa de fora do País – contratos com empresas de fora do País?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor recebe estrangeiros que vêm atuar comercialmente em Soledade e no Brasil?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De que nacionalidade são esses estrangeiros?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando esses empresários ou representantes comerciais vêm ao Brasil e a Soledade, além das reuniões de negócios ou trabalho de negócios, que atividade o senhor e o seu irmão, Aldo Lorde, proporcionam a esses estrangeiros?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Algum empresário estrangeiro já solicitou ao senhor que lhe arranjasse acompanhantes?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguma predileção por acompanhantes menores de idade?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Disposição de pagamento por esses empresários, diferenciada para o caso das meninas serem virgens?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual o perfil das mulheres solicitadas pelos estrangeiros ou pelos seus clientes?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Idade, etnia...

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor atendeu algumas vezes a essas solicitações?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor chegou a fornecer informações a este respeito – aonde é que eles poderiam encontrar as meninas?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor considera que em Soledade existe a exploração sexual de meninas e adolescentes?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ao contrário, os empresários não lhe solicitaram que meninas lhe fossem oferecidas, mas o senhor ofereceu as meninas sexualmente aos empresários?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor utiliza serviços sexuais de crianças e adolescentes, explorando sexualmente crianças e adolescentes?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor presenciou ou participou de festas em chácaras para onde adolescentes dessa região foram levadas para a exploração sexual?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos veículos e quais são os veículos que o senhor utiliza em sua locomoção diária em Soledade?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor possui motorista?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor anda sempre com esses motoristas inclusive em atividades sociais e de lazer?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor teve um motorista na sua empresa ou pessoal que foi morto no último período?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem ou já teve que carros?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pagou serviços sexuais diferenciados para adolescentes virgens?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual as idades das adolescentes?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor costuma freqüentar imóveis nos arredores de Soledade?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Conhece uma casa nos fundos do Restaurante Novilho Preto?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem relação com sua atual proprietária ou inquilina, atual ocupante da casa?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Chamada Gringa?

O senhor pode explicar qual a sua relação profissional e pessoal com autoridades locais?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem comanda os negócios da sua família?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já foi preso ou processado?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece A SRA. Elisete, também conhecida como Fernanda?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a sua relação com A SRA. Elisete?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela promovia o agenciamento de adolescentes?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ajudou financeiramente esta senhora?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem conhecimento de que o seu irmão pagou R$3 mil para que essa senhora ficasse em silêncio quanto à exploração sexual promovida por ele de uma adolescente?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Entre os treze e os dezesseis anos?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem algum problema de saúde?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Fez alguma cirurgia?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputado Luiz Couto, V. Exª pode fazer as suas perguntas. Depois eu tenho outras ainda.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Estaria disposto a falar, responder as perguntas numa reunião secreta, só com os membros da CPI, só o senhor e o seu advogado?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor estudou até que série?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor diz que tem filhos. Quantos filhos o senhor tem?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi dito pelo seu irmão que muitos empresários de diversos países vêm de forma periódica aqui para a compra de pedras preciosas. O senhor confirma essa presença de diversos empresários, entre eles os que mais vêm aqui são empresários da China?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor foi preso ou processado alguma vez?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor sofreu algum tiro na sua vida?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conhece um francês que vem, que é empresário de nome Dominique?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem conhecimento de que ele tem um filho ou filha com uma brasileira?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conhece uma pessoa conhecida por Margarete?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Uma outra pessoa conhecida por Fátima?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Jussara Oliveira Soares?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Denise Correa?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor é sócio da empresa. Quando esses empresários vêm, a estada deles aqui é bancada pela empresa que o senhor também é sócio?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o transporte para locomoção deles, também é bancada pela sua empresa?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conhece uma pessoa de nome Cláudio Roberto Andrés, conhecido como Seco?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conhece Fabiano Barela?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Rodrigo Barela?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Lauri?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dr. Rogério?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Itajubá?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dr. Getúlio?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quênio?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor confirma que os apartamentos 4.002 e 4.004 do edifício conhecido como Edifício dos Lordes são os apartamentos que são fornecidos para os empresários que vêm aqui, na busca de comprar pedras preciosas e semipreciosas?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor é possuidor de uma chácara onde são realizadas festas?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Participou de alguma festa onde todas aquelas pessoas que eu citei, além do seu irmão, estavam presentes?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conhece a pessoa que está aí, de número 01?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A pessoa de número 02?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A pessoa de número 03, que é Elisete ou Fernanda?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conhece a pessoa que está de número 04?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De número 05?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De número 06?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De número 07?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De número 08?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor já esteve no local onde funciona um baile conhecido como Banhadal?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Já esteve no estabelecimento Novilho Preto?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor tem alguma relação com a proprietária conhecida como Gringa?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor pode dizer quem comanda os negócios da família Lodi?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Poderia informar qual é a renda mensal média da empresa?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor comprou cartões de festas ou mesmo de jantares promovidos pelA SRA. Elisete ou Fernanda?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Alguma vez, o senhor chegou a ficar internado?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor tem algum problema grave de saúde?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor poderia falar sobre a sua rotina nos dias úteis e nos dias de descanso?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor possui quantos automóveis?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor tem motorista?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pode dizer o nome do motorista?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando os empresários vêm a Soledade, além das reuniões de negócio propriamente ditas, eles participam com vocês de outros eventos sociais?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Antes de exercer a sua atividade aqui, o senhor também exerceu atividade ligada ao campo?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor já desvirginou alguma adolescente?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor é irmão do Prefeito Municipal de Soledade?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Passo a palavra à Deputada Thelma de Oliveira para que possa continuar as indagações, enquanto preparamos outras questões.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Sr. Lodi, o senhor nega, então, que não conhece nenhuma dessas pessoas que estão aí enumeradas?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo vou responder.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Só em juízo o senhor vai responder? Mas o senhor entende o objeto desta CPI, não é? Nós estamos aqui para

investigarmos todos os casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes que acontecem em todo o Brasil. Isso não acontece apenas no Rio Grande do Sul, mas também no meu Estado, Mato Grosso, na Paraíba, Estado do Deputado Luiz Couto. Essa é uma situação que acontece com crianças e adolescentes no mundo inteiro. Uma das questões mais graves que temos é exatamente o turismo sexual. Estrangeiros vêm ao Brasil e abusam das nossas crianças. O senhor tem conhecimento dessa situação?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Quando esses estrangeiros vêm aqui, não há da parte deles a solicitação para ter algum encontro com alguma criança ou adolescente?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – O senhor, que é proprietário de uma empresa, que trabalha, comercialmente, com pedras preciosas e que sabemos que é bastante visado por ladrões, nunca sofreu nenhum acidente, nunca levou um tiro ou algo assim na tentativa de roubá-lo?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – O senhor tem alguma cicatriz no corpo?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – O senhor já foi operado?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – Esteve internado com problemas de saúde?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – Srª Relatora, estou satisfeita. V. Exª tem mais algum questionamento a fazer? (Pausa.)

Antes de passar a palavra à Relatora, com base na explicação que fiz a respeito do objeto desta CPMI do Congresso Nacional, o senhor tem uma idéia do que realmente representa o abuso e a exploração de crianças e adolescentes?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – Quer dizer que o senhor não consegue perceber que estamos tratando de um assunto extremamente grave do qual somos apenas, enquanto Parlamentares, portadores? As perguntas que estamos fazendo podem parecer agressivas, mas, na verdade, têm apenas o objetivo de tentar esclarecer os depoimentos aqui prestados por pessoas abusadas e que denunciaram. Em seu depoimento, o senhor tem claro conhecimento disso?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – Mas o senhor entende o que representa um crime como este, que é o de abusar das nossas crianças e dos nossos adolescentes?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – O senhor, certamente, abomina e repudia a atitude não apenas dos estrangeiros que vêm ao Brasil para praticar esse crime, mas de todos aqueles que fazem isso, sejam as nossas crianças meninas ou meninos? O senhor não iria praticá-la nunca?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Oliveira) – Srª Relatora, V. Exª quer fazer algum questionamento?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor confirma ou nega que participou de programas envolvendo adolescentes em companhia do irmão numa casa próxima à Santa Rita?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Seus números de telefone?

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos requerê-los, então, ao juiz, assim como a sua conta bancária, porque imagino que o senhor irá dizer "só em juízo" também.

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O banco também?

O SR. JANDIR LODI – Também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não se preocupe porque farei todos esses requerimentos, que, em breve, estarão deferidos pelo juiz.

O SR. JANDIR LODI – Só, em juízo, vou responder.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não será necessário. O juiz irá nos informar. Vamos requerer tudo em juízo.

O SR. JANDIR LODI – Só em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não se preocupe, pois, antes de seu depoimento em juízo, vamos requerer o número de sua conta bancária e dos seus telefones para que possamos fazer uma análise das suas contas telefônicas, dos seus pagamentos. Já solicito, portanto, a quebra dos sigilos telefônico e bancário do indiciado.

O senhor gostaria de dizer mais alguma coisa? (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Nós vamos certamente deferir o pedido da Deputada Maria do Rosário, vamos tomar as providências para que tenhamos isso em mãos o mais breve possível, para encaminhar à nossa Presidente, a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Pois não, Relatora. Mais alguma coisa? (Pausa.)

O senhor teria mais alguma coisa a acrescentar?

O SR. JANDIR LODI – Somente em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Então, queremos, Sr. Aldo, agradecer a sua participação, a sua presença aqui, em estar atendendo a CPMI, e dizer que estaremos trabalhando para esclarecer todos esses fatos que envolvem toda a comunidade de Soledade.

Muito obrigada. (Pausa.)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Então, queríamos pedir à nossa secretaria que providenciasse a entrada do nosso próximo depoente, o Sr. Itajubá Borges. (Pausa)

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Boa tarde!

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Boa tarde! Sr. Itajubá, precisamos registrar esse termo de compromisso que o senhor assinou. Então, eu vou perguntar, e o senhor responda, por favor.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Está ok.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O seu nome completo.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Ilicério Itajubá Borges Portela.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Identidade e CPF, por favor.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – A identidade está junto.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – A sua idade.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Quarenta e dois anos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Estado civil.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Casado.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O endereço residencial.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Avenida Marechal Floriano Peixoto, 2049.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Bairro.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Missões.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Cidade.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Soledade.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Profissão.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Comerciante.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Local onde o senhor exerce a sua atividade atualmente.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – É o mesmo. Na Marechal Floriano Peixoto, 2049.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – É parente em algum grau da parte envolvida, do objeto desta CPMI?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não sei de qual parte a senhora está falando. Seria dos acusados, dos irmãos Lodi?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Ou das vítimas.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Só que não sei o nome deles. Acho que não. Pelo menos dos Lodi, não sou parente, nada deles.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Está bem. Aqui está "não'. Bem, o senhor deve saber o objeto por que estamos aqui.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Esta CPMI é presidida pela nossa Senadora Patrícia Saboya Gomes, e estamos hoje aqui representando a CPMI: o Deputado Luiz Couto, que é do PT da Paraíba; a nossa Relatora, a Deputada Maria do Rosário, que é do PT do Rio Grande do Sul e eu, que estou presidindo esta Comissão neste momento, Thelma de Oliveira, do PSDB do Mato Grosso.

Como o senhor já preencheu e já assinou o termo de compromisso, perguntaríamos se o senhor gostaria de fazer alguma declaração para esta Comissão.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Olha, estou à livre disposição das senhoras, né, nobre Deputada, de quem quer que seja, eu vim aqui de livre e espontânea vontade, fui convidado, para esclarecer. A senhora pode ficar à vontade de me perguntar aquilo que a senhora desejar.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Está certo. Então, eu vou passar a palavra ao Deputado Luiz Couto, que vai fazer os seus questionamentos.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Tá ok.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A sua formação acadêmica...

O SR. ITAJUBÁ BORGES – É segundo grau, Deputado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Segundo grau. E além da atividade de comerciante você exerceu alguma outra atividade profissional?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Exerci. Eu fui militar treze anos na Base Aérea.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Na Base Aérea.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O seu ramo de atividade é...

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu tenho uma revenda de veículos e tenho uma propriedade para fora.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Revenda de veículos...

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Tenho revenda de veículos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor vende nessa revenda para os irmãos Lodi também? Tem vendido?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Já, já fiz vários negócios com eles.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vários negócios?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Vários.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor lembra de que negócio o senhor fez, assim, em termos de carros que o senhor vendeu para os Lodis?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Vendi, inclusive, a caminhonete que o Seu Jandir está usando fui eu que vendi para ele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Seu Jandir?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Da firma, que eles transportam pedra. Vendi umas seis, sete caminhonetes novas para eles.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A **(inaudível)** também foi vendida pelo senhor?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Toyota?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – A Toyota branca do seu Aldo fui eu que vendi para ele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi? E o Eclypse vermelho?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não, os automóveis, não. Somente as caminhonetes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só a caminhonete?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Caminhonete. O senhor é casado, tem quantos filhos?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu tenho dois filhos, Deputados. É um garoto com doze anos e uma moça com vinte e um.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor nasceu aqui em Soledade, morou sempre em Soledade, ou veio de outro local?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não, eu nasci aqui no interior, me criei aqui, só fiquei treze anos e meio, quando fiquei na Base Aérea, né?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Aí eu morei em Canoas, no Nordeste, andei por aí tudo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A Deputada Maria do Rosário, que é a Relatora, já retornou aqui e ela tem precedência, então nós passamos para que ela possa fazer. Eu fiz as três primeiras perguntas e V. Exª pode continuar fazendo os questionamentos, depois nós retornamos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Deputado Luiz Couto.

Boa tarde, Sr. Itajubá.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Boa tarde, Deputada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor utiliza que veículos na sua locomoção diária, pessoal?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu utilizo um Uno, um Uno Fire 2003, quatro portas, emblemado da firma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sempre este veículo? O senhor tem outro veículo particular?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Tenho uma D-20 também que eu utilizo para ir para fora, para ir para os rodeios, né? Uma D-20 branca, 95.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece... Eu vou lhe passar uma lista com alguns nomes. Eu lhe pergunto se o senhor conhece essa adolescente de número 1.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Pelo nome eu não me lembro: Jocimara... Se é uma pessoa...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Ah, tá. Acho que a número 2 eu conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conhece ou não conhece?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Se for a pessoa que eu estou achando que é... Posso citar, ela tem uma deficiência no braço?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – É, conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De onde o senhor conhece?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Olha, ela é, inclusive, filha de uma prima minha. Minha parente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor a conhece, portanto, há muito tempo.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Conheço desde pequeninha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela veio morar em Soledade, o senhor sabe mais ou menos sabe quando? Chegou a acompanhar isso?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Ela casou, segundo eu me lembre, com um rapaz ali perto do Panteiro, se desquitou, tem um filhinho, separou dele, e anda por aí, pedindo... sei lá... até foi me pedir emprego uma vez, eu não tinha lugar para ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor encontrou essa jovem em que circunstâncias nas últimas vezes que a encontrou?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Nas últimas vezes que eu vi ela, ela estava como eu estava falando para a senhora: ela estava pedindo emprego. Até ela foi na minha loja me pedir para arrumar um carro, fazer uma mudança para ela. Emprestei quatro mil. Ela mora um pouco em cada lugar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela morava e depois se separou?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem conhecimento dos lugares em que ela morava e o senhor ajudou a fazer a mudança?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Mandei meu empregado ajudar a fazer a mudança, porque ela é minha parente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É comum a gente se ajudar.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor sabe com quem ela morava?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não, não sei. Uma vez que ela pediu para a gente fazer a mudança eu acho que ela morava na casa de um parente dela, de um tio ou de uma tia dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas não era sozinha?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Nessa vez, creio que não, acho que ela morava com a tia. Depois acho que ela foi morar sozinha com alguma amiga dela. Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece a adolescente de nº 3? Não, acho que a de nº 3 não é adolescente.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Pelo nome não me lembro, Deputada, sinceramente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor lembra de conhecer a adolescente de nº 1?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não. Às vezes a gente conhece as pessoas da cidade visualmente, Deputada. Não lembro o nome. Da Jocimara sei, porque ela é minha parente e eu conheci desde novinha, desde que nasceu, praticamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor a conhece de muito tempo. Alguma vez o senhor teve algum desentendimento com ela?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não, pelo contrário, eu nunca tive nenhum desentendimento com ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem algum vínculo familiar com uma adolescente? Vou lhe passar um novo nome. O senhor pode me dizer que tipo de conhecimento o senhor já travou com essa moça de nº 9?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Tenho uma sobrinha com o mesmo nome da nº 9.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem uma relação familiar, portanto, com uma pessoa que tem esse nome?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Tem esse nome, é a minha sobrinha, Alessandra.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece os Srs. Aldo Lodi e Jandir Lodi?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde os conheceu e que tipo de relacionamento tem com eles?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu os conheci desde que comecei a lidar com veículos. A gente começou a negociar com a família Lodi. Eu os conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que tipo de relacionamento você tem com eles?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Relacionamento comercial.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pessoal de que natureza? Freqüenta os mesmos lugares?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Pessoal, tenho um envolvimento com eles no sentido de laçarmos com os filhos deles. Quando eles fazem lida na fazenda sou convidado, estou sempre junto. Esse é o relacionamento pessoal que tenho com ele. Visito a firma, tomo chimarrão com ele, o irmão dele mais velho é meu compadre.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, inclusive, faz visitas a ele nas propriedades rurais, nas chácaras.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Quando há lidas campeiras, vou sempre, com o filho dele, o Volnei. Laçamos juntos em rodeio e sempre que há lida e marcação de gado vou ajudá-los.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor freqüenta com eles um local chamado de Novilho Preto?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Vou ao Novilho Preto por horas, faz tempo que não vou lá. Mas às vezes eu vou e os vejo lá jogando. À tarde eles estão jogando canastra lá. Mas não participo de jogos, então vou lá, levo clientes meus para jantar e almoçar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem alguma relação com a proprietária, conhece-a?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Conheço ela e o filho dela. São pessoas ótimas, um lugar bom de almoçar e jantar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estrangeiros vêm à cidade para compra de pedras, especificamente das empresas dos Srs. Lodi. Sabemos que vários estrangeiros vêm para outras também, é importante não estabelecer nenhuma generalização. O senhor já foi procurado por estrangeiros que vêm à cidade solicitando agenciamento de acompanhantes, já que o senhor é daqui?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não. Fui procurado já por estrangeiro, inclusive pessoas da firma Lodi, às vezes manda para negócios de carro, para eu alugar periodicamente para serviços, clientes. Mas não tenho relação nenhuma com estrangeiro. Nunca nenhum deles me pediu para arrumar acompanhante, e sim veículos. Já aluguei, já emprestei carros para clientes da firma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já alugou e já emprestou?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor se lembra para que clientes o senhor alugou ou emprestou?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – A última vez foi para um senhor, um italiano, até ele tem uma propriedade aqui em Soledade, aluguei um veículo e ele ficou dois meses.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E era cliente?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Cliente da firma Lodi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor alugou um carro e há um negócio registrado.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Senhora?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É um negócio registrado. O senhor registra esse aluguel de carro, de veículo?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não. Eu tenho os carros para venda, Deputada, mas só porque ele era amigo deles e daí eu aluguei um carro por um tempo para ele. Era um senhor de idade, ele estava precisando do veículo e eu aluguei um carro para ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não é um negócio?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu não tenho locadora de veículos. Até para mim é dificultoso, porque se batem ou se roubam a gente não tem o seguro, como tem uma locadora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso quer dizer que o senhor não tem uma locadora?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não tenho. Tenho uma revenda de carros.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E empresta?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Na verdade foi um empréstimo, só que ele me pagou. Ele usou o carro um mês, um mês e pouco, e me pagou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aqui em Soledade as pessoas, talvez no nosso interior as pessoas nem registrem as coisas, mas é complicado do ponto de vista até dos impostos, porque é uma negociação que em princípio deveria implicar impostos.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Seria o certo não é? Agora tem uma locadora em Soledade que antes não tinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora tem uma locadora.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Tem uma locadora, mas isso faz um tempo, uns 6 ou 8 meses. A única relação que tive com o cliente da firma que estou falando para a senhora foi essa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece Andréa?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Pelo nome não me lembro, Deputada. Talvez eu conheça, se visse a pessoa poderia dizer se conheço ou não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não se lembra?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Pelo nome sinceramente não me lembro. Lembro-me dessas outras duas porque...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode me descrever as festas que acontecem na região de Soledade?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Existem várias festas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nas chácaras.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Quem tem chácara para fora promove festa dos amigos com a família. Às vezes empresta a chácara para outros, depende do tipo de festa que a senhora está perguntando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Até tenho tempo para ouvir sobre variados tipos de festas, mas o senhor sabe de que tipo de festa estou perguntando.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Já fui inclusive em festas assim como a senhora está perguntando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aonde o senhor foi?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Fui em vários lugares. Inclusive fui numa festa na chácara da família Lodi, que emprestou a chácara para um dos meninos. Eles fizeram uma festa, uma despedida de solteiro. Fui convidado para essa festa, participei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então essa despedida de solteiro é um exemplo do tipo de festas que...

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não vou dizer que seja um exemplo, a senhora me perguntou e eu estou sendo honesto com a senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E eu lhe cumprimento por isso.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Estou falando a verdade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acho que é bem importante isso. A transparência ajuda.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Acho que a verdade deve ser dita. Simplesmente eu poderia dizer para a senhora: não vi, não fui, não sei. Mas fui a essa festa, fui inclusive a duas festas dessas, que foram promovidas por garotos, com parentes deles, inclusive sobrinho, filho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E essas festas envolviam a presença de... era uma despedida de solteiro envolvendo a presença de adolescentes, de moças, de meninas de prostituição?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Teve a presença de vários rapazes amigos deles, rapazes que estavam casando, rapazes da idade deles. E teve inclusive mulheres na festas. Mas mulheres que vieram de outros lugares. Não me lembro de crianças, de adolescentes, daqui da cidade praticamente ninguém. Uma porque ficaria ruim convidar pessoas da cidade. Creio que não caberia agir assim.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, as pessoas eram de outras cidades.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Vieram pessoas de outras cidades.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor se lembra de ter conversado com alguém de outra cidade? Citarei Santa Maria.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Vieram mulheres de Passo Fundo, Deputada. Sei que eram de Passo Fundo. Veio uma van lotada, com mulheres de boates, de faculdades. Sendo bem sincero, foi isso aí.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor viu a van?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Vi.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Era de cor branca? O senhor conhece carro e pode dar as informações.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Era uma van. Parece-me que era uma Topic.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma Topic. Esse fato ocorreu na sexta-feira ou no sábado?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Faz tempo. Isso ocorreu há dois anos, dois anos e pouco. Não me lembro. Creio que foi numa sexta-feira ou num sábado. Não posso precisar a data.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor poderia escrever o nome do noivo? Por que lhe estou pedindo isso? Depois, precisaremos a época do casamento e saberemos a data da festa. O casamento ocorreu.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não quero comprometer o nome dessa pessoa.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Claro. Por isso, não lhe estou perguntando publicamente, já que o senhor está contribuindo.

Sr. Itajubá, fale-me sobre a outra festa a que o senhor foi.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Fui a duas festas desse gênero na propriedade do citado, Sr. Jandir Lodi. Duas despedidas de solteiro.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Os dois noivos casaram.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Sim.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Por favor, escreva o nome dos dois noivos.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Posso.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Faremos uma incursão entre as festas e o casamento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nessa festa que o senhor participou na granja do Sr. Aldoino Lodi...

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Deputado, foi numa propriedade do Sr. Jandir, na fazenda.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Estava presente – olhe a relação – a pessoa citada no número 7?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Deputado, não havia qualquer dessas pessoas nas festas que participei. Como falei, havia mulheres que vieram de Passo Fundo para animar a festa. Essas mulheres foram contratadas e pagas pelos participantes da festa, inclusive a gente...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Itajubá, há um depoimento de que, numa festa, algumas menores foram convidadas pelo motorista, que tem o apelido de Seco – Cláudio Roberto Andrés. Ele teria levado algumas adolescentes para lá. Nessa festa, estavam presentes o Aldo, o Jandir, você e o Seco, segundo depoimento de uma delas. Dessa relação, estavam presentes as pessoas citadas nos seguintes números: 6, 7, 8, 10, 11, 12 e outras que não estão numeradas aqui e que eu poderia citar.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Deputado, fui a duas festas, conforme disse a V. Exªs, e não vi qualquer dessas pessoas, se bem que eram festas grandes e havia 25, 30 mulheres que vieram de Passo Fundo. Não me lembro de ter visto qualquer dessas pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Sr. Itajubá, quero fazer uma pergunta, porque não estou conseguindo entender muito bem a situação.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Primeiro, o senhor disse que não conhecia nenhuma dessas pessoas que citamos. Agora o senhor está dizendo que elas não estavam na festa. Como sabe que elas não estavam, se o senhor não as conhecia?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu tenho que lembrar à senhora que, pelo nome, eu não as conheço. Mas, se eu as vir pessoalmente, direi para a senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Pelos nomes, o senhor não lembra?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Pelos nomes, não lembro, não conheço. Mas se a senhora me dissesse: "Está aqui esta pessoa, que esteve em tal lugar", se eu a visse, eu diria para a senhora.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Segundo consta, tanto o senhor como o Jandir e o seu Aldo se engraçaram – foi a palavra usada - dessa adolescente de número sete, mas, na disputa, o senhor perdeu. O que me diz?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Deputado, não me lembro de ter acontecido isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Seu Itajubá, que tipo de coisa acontecia nestas festas?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Quanto a essas duas festas que fui de despedida de solteiro, em que estavam essas mulheres, havia música, churrasco, jantar. Inclusive, essas pessoas foram contratadas para - a senhora sabe - para uma despedida de solteiro. Uma despedida de solteiro é uma despedida de solteiro. Os amigos do noivo querem é alegria, festa, dança. Então, justamente foram vindo essas mulheres, que são para isso. Elas vieram para se divertir, para animar os convidados dos guris.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem agenciava essas mulheres? Quem recolheu essas mulheres?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Essas mulheres vieram com um rapaz que tem uma Topic, Deputada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual o nome do rapaz?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu não lembro. Eu não as conheço. Eu as conheci na festa. Não me lembro de nenhum nome. Fui convidado para a festa e, quando lá cheguei, elas já estavam. Elas são pessoas que creio que, se alguém for a Passo Fundo e perguntar... Eles fazem isso em todos os lugares. Elas estão aí para isso. Inclusive, conversei com elas. Uma delas que era enfermeira do São Vicente, uma outra era de Itapejara, fazia faculdade, era mãe solteira. A gente ficou conversando um tempo com ela. Ela disse que precisava sustentar o filho, que saía, que tinha que pagar a faculdade. Então, segundo o que eu deduzi foi isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor me garante que todo o mundo apresentou a carteira de identidade na porta?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não, creio que não. Acredito que ninguém apresentou identidade nenhuma. Pelo menos não me pediram identidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que o senhor tem tanta certeza de que todas eram maiores de idade?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Porque a gente conhece as pessoas pela aparência, Deputada. A gente conversa com alguém e sabe mais ou menos que idade tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor me confirma que existe nesse meio, porque até o senhor disse-me: "A senhor sabe como é". Eu não sei muito. Sei por estudar.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Está certo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque as mulheres têm um papel diferenciado na sociedade e creio que é um papel melhor. Penso que essas mulheres não estão lá para isto ou para aquilo. Não faço juízo de valor de ninguém. Vamos ter cuidado!

O senhor me confirma que existe um valor diferenciado para meninas mais novas – é óbvio.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu não entendi. Como assim: "para meninas mais novas, é óbvio"?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Existe um valor a ser pago diferente quando a menina é mais nova e até virgem, porque é claro que essas meninas estavam ali para atividade sexual, para dançar. Temos um depoimento de festa que todo o mundo se joga nu na piscina. É neste nível que as coisas acontecem, segundo o que consta aqui. Então, verificamos que não se trata de festa de igreja, nem de festa de família, nem de festa com os filhos pequenos.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Inclusive, essas mulheres que vieram são profissionais no ramo, na atividade delas. Como lhe falei, elas vieram para, creio que se alguém estivesse a fim de transar com elas, transaria, mas elas cobrariam por isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E qual é o pagamento para isso?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – A senhora vai me desculpar, mas não cheguei a esse ponto com nenhuma delas e não...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor vive nesse meio com seus amigos, com seus colegas.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Creio que sim. Para elas se deslocarem de lá, elas cobraram acho que R$50 cada um para vir nessa festa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem conhecimento de que algumas dessas jovens, pelo menos, foram iniciadas sexualmente na exploração sexual?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Essas duas jovens que conheço, Deputada, uma é minha parente e a outra é minha sobrinha, se for as pessoas que estou pensando, como lhe falei, essa pessoa que tem o problema da deficiência, casou de livre e espontânea vontade, teve o marido dela, teve um filho, só que acho que ela não soube cultivar o seu lar. Segundo sei, ela abandonou a criança, o marido porque não soube se conter como mãe e como esposa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor veja como a vida é. A gente fica julgando as outras pessoas e não aquele que paga a conta da exploração sexual. Agora só existe exploração porque existe cliente de um lado e uma pessoa necessitada ou que não lhe deram um emprego em uma porta que ela conhecia.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – É verdade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, quem julga os outros pode ser julgado também. Por isso lhe digo que preferiria que não enveredássemos por uma seara de julgar quem quer que fosse.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não estou julgando ninguém, Deputada. Estou perguntando...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas essa moça que o senhor citou que conhece bem por ser sua parente, qual o vínculo dela com essa rede? Qual é o papel dela?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Olha, eu nunca a vi em rede nenhuma. Não a vi com nenhum dos acusados. Eu a vi, como relatei para a senhora, pedindo emprego, mudando de casa, tentando ganhar a vida, mas onde e com quem ela foi não posso responder, Deputada, porque não vi. Se eu visse, falaria.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Itajubá, o senhor alguma vez, desses estrangeiros que vêm de forma periódica para atividades empresariais, mas também participam da Feira Internacional de Pedras Preciosas e Semipreciosas, desses empresários que vieram, o senhor falou de um italiano. O senhor sabe o primeiro nome dele?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Ele veio a falecer, Sr. Deputado. O nome dele era Alberto não sei de quê. Ele tem uma propriedade perto do parque e vinha todos os anos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Tem um outro também que fiz negócio de carro que seria o Michael que seria chinês que vem uma vez por ano.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Com o Dominique o senhor fez alguma vez algum...

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não, a única amizade que fiz foi com o Michael e com o Sr. Alberto com quem jantava junto, íamos na chácara dele, ele ia na chácara do Sr. Luiz Lodi, fazia peixe, às vezes, fazia churrasco para eles.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Além dessas chácaras onde havia essas festas que o senhor chamava de "festas de solteiro", o senhor esteve alguma vez nos apartamentos 2002, 4002 e 4004 do edifício dos Lodis?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não, Deputado, não conheço esse apartamento. Conheço o edifício Lodi porque sou cliente do Bradesco, mas nunca subi e nunca estive em lugar algum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Perguntei para o senhor a questão do Cláudio Roberto Andrés e posso até dizer que é filho de Diva, conhecido como Seco.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Segundo a informação é de que em uma das festas foi, embora tivesse chegado esse carro de pessoas de fora, o Seco teria levado meninas adolescentes daqui e que teria usado inclusive um carro da revenda. Utilizou um Gol da revenda do senhor, em uma das festas.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Só se ele chegou após eu ter saído, porque eu não o vi, como eu lhe falei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor, no caso, nessas festas, o senhor...

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu ficava até umas horas, não é?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas alugou o carro para alguém?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não. Nunca aluguei carro para o Seco.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois nessa informação aqui tem um depoimento, sabe?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Ele pode ter pedido emprestado para alguém...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sei lá.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – E dizer que foi meu. Mas eu não aluguei carro. Uma porque o Seco é uma pessoa meio andarilha, assim, não tem por que eu emprestar ou alugar um carro para ele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É. Talvez o senhor, naquele momento, o senhor não estivesse mais. Porque aquela nº 7 que o senhor não se lembra, e que foi motivo de disputa lá...

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela teria ido para o apartamento, para a casa do Sr. Aldoino Lodi, e talvez o senhor tenha saído e não tenha verificado...

O SR. ITAJUBÁ BORGES – É. Eu não vi. Se não, eu falaria para o senhor. Não vi essas pessoas chegarem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Quando eu vim embora, a festa ainda continuou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor esteve alguma vez em uma casa próxima a Santa Rita de cor branca com as aberturas roxas, com uma garagem em baixo? Já esteve nessa casa?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Pela descrição, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conhece uma... Essa acho que o senhor deve ter, pelo menos pelo nome... Jussara. É Jussara Oliveira Soares.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não me lembro também, Deputado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela... Há um termo de declaração e que ela estaria nessa festa da qual o senhor participou. Uma das festas na chácara do Sr. Jandir.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não a conheço. Talvez da rua eu a conheça. Moramos aqui e conhecemos todo mundo. Mas, assim pelo nome, participar de festa, realmente não... Comigo não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Alguma dessas pessoas que estavam na festa, depois iriam para Santa Maria, numa boate chamada Califa. O senhor tomou conhecimento disso aqui?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não, Deputado. É como eu falei para o senhor, eu conversei com duas dessas mulheres que vieram de Passo Fundo para animar a festa. Uma era de Itapejara D'Oeste e a outra era de Passo Fundo mesmo, enfermeira do São Vicente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O quê é essa expressão que foi dita por Jussara? Que se elas contassem que seriam levadas para esse local, inclusive com falsificação de idade, porque eram colocadas como de maior idade, quando eram de menor idade. Elas eram colocadas como de 18 anos, quando não tinham essa idade. Essa pessoa teria dito esta expressão: "se elas contassem, ela levava as gurias para Santa Maria e iria dar uma tunda de deixar babando na rua".

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Expressão meio drástica, não é?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o que significa isso? Esta expressão: "dar uma tunda de deixar babando na rua"? Significa uma surra mesmo, é?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – É. Se for assim que o senhor está relatando, é uma surra das bem grandes mesmo, não é?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Das bem grandes?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Das piores que pode ter.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Vou perguntar algumas outras: o senhor, na sua atividade como solteiro, nas suas festas, o senhor costumava freqüentar motéis em Soledade?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não, inclusive o motel que tem aqui faz pouco tempo que foi criado, né, Deputado?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor falou do Michel, um chinês, que o senhor fez uma venda ou foi aluguel do carro?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu vendi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vendeu?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Vendi três, quatro camionetes já para ele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Só que eu vi ele duas vezes, aí. Ele foi apresentado para ele pelo seu Luiz Lodi, o mais velho dos Lodi, numa janta na casa dele. E aí ele passou a me comprar carro. Inclusive faz, questão de um ano e pouco, ele tem uma loja de pedra em Ametista ou no Salto, não me lembro. Ele mandou o secretário dele me comprar mais uma camionete. É um cara que vem pouco ao Brasil. Ele vem uma ou duas vezes só.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Essa camionete ele levou?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Foi entregue na empresa dele. Uma está aqui no Salto. E uma 4.000, mandei entregar para ele lá em Minas Gerais, Curvelo ou Cordeiro, alguma coisa assim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Curvelo, certo.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Ele é um cara muito, como se diz, tem várias coisas pelo mundo inteiro, né?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando esses empresários vêm aqui para realizar transações comerciais, eles, é claro, que não ficam aqui só pensando nas pedras preciosas, o senhor teve oportunidade de participar de algum evento em que eles estavam também presentes?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Um evento que participei quando eu conheci o Michel e esse senhor que já faleceu, o seu Alberto, foi na casa do seu Luiz Lodi, como lhe falei, em jantas, que fui convidado, né,

inclusive pra ajudar na janta pra participar, aí que me foi apresentado esse dois senhores.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o senhor teve alguma vez algum desses empresários que vieram solicitando para o senhor que arranjasse algumas meninas?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não, inclusive esse seu Alberto, que já faleceu, era um senhor bem de idade. E o Michel, ele veio sei lá com uma acompanhante dele, se era noiva, namorada, inclusive eles são chineses, a gente quase não entende o que eles falam.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conhece o seu Fabiano Barela?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem também, fez negócio com ele?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Já fiz negócio com eles, com a família, com o pai dele. Tenho...são proprietários, negócios de... eram esquadrias, agora estão fabricando móveis.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor quantos automóveis mais ou menos?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu vendi para o pai dele dois carros e, para um deles, o guri mais novo, eu vendi...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É o Rodrigo?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – É o Rodrigo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Para o Rodrigo, vendeu quantos?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Vendi um carro para o Rodrigo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o Fabiano?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – O Fabiano, eu nunca vendi carro para ele. Vendi para o pai dele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Lauri, o senhor conhece o seu Lauri?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Lauri Cheacobo?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Também vendeu carro para ele?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Vendi. Eu tinha... quando eu iniciei a minha revenda, eu tinha uma revenda na frente da loja dele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quantos carros mais ou menos o senhor vendeu.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Ah, vendi questão de também dois, três carros para o Lauri.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual média assim em termos de preço dos carros que o senhor vendia? Por exemplo, uma camionete dessas que o senhor vendeu, qual a média?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Qual seria, pro Lauri ou para os outros? Para o Lauri é uma coisinha leve, carrinho velho.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando é uma empresa, tem um preço?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – É no caso pra...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas a média, só a média de tirar, quanto fica?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Uma camionete hoje, a Toyota, uma 250, uma média de R$70, 75, 78 mil.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. E o Dr. Rogério, o senhor conhece?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Conheço o Dr. Rogério.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Também vendeu carro para ele?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu não, não me lembro certo, mas me parece que vendi pra filha dele. Um tempo atrás, mas por intermédio dele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dr. Getúlio?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Dr. Getúlio, também acho que vendi um carro para a filha dele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. E um nome conhecido por Quênio ou Ênio, não sei?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Quênio Davis, é um rapaz que tem firma de pedras lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Já, já fiz negócios com o Quênio, dois ou três negócios.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O senhor conhece a Elisete que também gosta de ser conhecida como Fernanda?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Elisete, conhecida como Fernanda? Pelo nome não me lembro, Deputado.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O senhor nunca comprou dela, porque ela disse que costuma fazer janta, para arrecadar os cartões, porque o senhor é empresário, e normalmente ela fala no depoimento que ela vendia para os empresários para poder arrecadar recursos.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não, nunca fui procurado por essa pessoa, para comprar cartões. A não ser que seguido vão na minha firma vender cartões para janta, para ajuda, para igreja, e a gente não se lembro, porque inclusive às vezes eu compro, dou para os empregados, porque final de semana quase não fico aqui vou para o sítio, vou para outros lugares.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas o senhor em Itajubá primeiro o senhor disse não conhecia ninguém aí, aí o senhor falou dos nomes, aí o senhor há pouco, essa contradição não estou conseguindo entender.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Ao mesmo tempo o senhor acabou, há pouco tempo, de afirmar que aqui é uma cidade pequena, que todo mundo conhece todo mundo, e aí o Deputado Luiz Couto apresenta uma lista de pessoas, o senhor conhece todo mundo, e, por coincidência, só não conhece as pessoas dessa lista. O senhor que conhece todo mundo, que trabalho com comércio, que falou que aqui é uma cidade pequena e que todo mundo conhece todo mundo.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – A senhora é deputada, não é? (Pausa.) Se a senhora me mostrasse, não precisa ser do público, essa pessoa e dissesse se você conhece essa pessoa, eu diria para senhora, é que não guardo nomes. A gente trabalha todo dia com muita gente, com várias pessoas e não me lembro do nome da pessoa, me lembrei do nome daquelas duas pessoas, porque são gente minha, como se diz, são parente, uma é minha sobrinha, a outra é minha prima. Então me lembrei desses nomes. Agora, talvez até conheça todas que estão na lista se a senhora disser: essa é a fulana. Estou sendo sincero com a senhora. Se a senhora me dissesse: conhece essa pessoa, olhando

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas estou fazendo uma apresentação para o senhor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O nome dela é Elisete Elisia de Almeida Machado.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Pelo nome não me lembro, Deputado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Talvez eu conheça, tenha visto, já tenha conversado, mas assim, o senhor perguntar o nome não me lembro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No caso da Elisete, ela, pelas informações, que foram confirmadas pelo Sr. Aldo, tomou emprestado um cheque de R$ 3 mil, que, segundo o sr. Aldo, ela descontou e ficou com R$ 2 mil e devolveu R$ 1 mil para o sr. Aldo. Alguém costuma pedir dinheiro emprestado ao senhor?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Já, tem pessoas que às vezes me pedem dinheiro emprestado, mas não no caso. Nenhuma guria dessas me pediu dinheiro emprestado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nenhuma guria. Certo.

Na relação que nós... Alguma vez o senhor ficou um tempo ausente daqui, porque foi para a base aérea, alguma vez na sua vida o senhor foi preso ou processado?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não, creio que não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sofreu algum atentado, algum ato de violência?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Quando estava na base aérea eu sofri, em serviço uma vez, a gente, eu era segurança do comandante e houve um problema com o filho do comandante e fui baleado numa mão, no braço, mas quando estava na ativa ainda, mas aqui em Soledade nunca.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor chega a vender, em média, por mês, quantos carros?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Olha, agora as coisas estão difíceis, não é Deputado, mas já vendi 20, 30 carros mensal, porque tenho três firmas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, e aí o senhor também, embora não tenha uma empresa de locação, em algum momento, faz uma espécie de locação para empresas ou para empresários.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – É como eu falei: eu fiz essas duas locações para esses dois senhores, que eu falei antes, em consideração, porque eles vieram...Inclusive, o Sr. Alberto tinha propriedade aí, era um senhor de idade e estava precisando do veículo. Quando vêm os clientes da pedra, normalmente os proprietários das pedras já os buscam no aeroporto, com carro próprio. Eles têm os veículos para isso. Só que esse senhor iria ficar um tempo e, então, ficaria ruim para eles dar um carro para ele deslocar por, por exemplo, um mês ou dois meses.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o Sr. Jandir e o Sr. Aldo deslocaram o carro para fazer também transporte de empresários, não?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Pelo que eu sei da firma deles, Deputado, essas camionetes que eu vendi para eles são para uso pessoal deles. A firma tem uma ou duas camionetes que é de uso exclusivo para transportar os clientes, buscar no aeroporto, ir para Ametista, para Salto do Jacuí, para o interior.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Consideramos importante que o senhor esteja respondendo a todas as indagações. É importante que tenhamos a verdade. Não há qualquer perspectiva de julgamento. Queremos as informações e quero agradecer pela sua postura.

Pergunto: no dia a dia, qual a sua rotina? E nos dias de descanso?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – A minha rotina pessoal?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu procuro sempre levantar cedo. É algo que eu aprendi desde criança. Levanto cedo. Normalmente, vou ao calçadão caminhar – chamo de calçadão a entrada do trevo, porque nosso calçadão é diferente. Após isso, abro a firma. Às sete horas e quinze, às sete horas e meia, abro a firma. Eu

estou construindo na frente, então tenho de abrir para os empregados que chegam cedo. Trabalho a semana inteira. Viajo bastante, Passo Fundo, Porto Alegre. Busco carro, troco, levo. A minha rotina de descanso é... Eu gosto de rodeio. No fim de semana, aliás, hoje, está se realizando um rodeio no parque. Eu faço parte do CTG, patronagem. E vou para a chácara no final de semana, para minha chácara, com minha família.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor não considera, como pai, como cidadão, uma infâmia alguém se utilizar de uma criança, de uma adolescente para explorá-la sexualmente, até tirando a virgindade de adolescentes de doze ou treze anos?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu considero, sinceramente. Se alguém fez isso, se alguém faz isso, penso que deve ser punido com rigor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ainda vou voltar à questão de um depoimento que tem aqui e que era sobre uma das festas de que o senhor participou. Há diversos depoimentos, em que é dito, por exemplo, que há uma tabela de preços. Não tem nenhuma acusação contra o senhor, mas, para algumas pessoas que exploram sexualmente os adolescentes, a virgindade tem um preço maior. Há uma denúncia de que alguns deles usam os adolescentes de treze até dezesseis. Quando eles chegam a dezesseis, eles os descartam – como fosse descartável – para os amigos. Quando eles chegam a dezoito, eles são descartados de forma permanente. O senhor já ouviu falar nisso?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Olha, eu ouvi falar depois que foi criada a CPMI. Mas nunca me foram oferecidas inclusive gurias mulheres, porque a gente também não chega a essa liberdade, não é Deputada. Claro, porque tem gurias, como o senhor sabe em todos os lugares tem. Tem em Soledade, tem no Brasil inteiro.

Inclusive, aqui em Soledade é uma cidade que necessita de muitas coisas. Se o senhor for aqui na rodovia federal, no posto da D. Adélia - não estou citando, estou citando por nome -, se o senhor passar ali à tarde. Às vezes a gente vai jantar lá, vai tomar um chimarrão a gente fica até com pena. Tem guria lá de 12, 13 anos, creio que seja esta a idade, pegando carona com caminhoneiro, fazendo assim com o dedo para a pessoa parar.

Então, isso é uma coisa como a fome, a miséria, a criança e maltratada de forma que a vida, às vezes, coloca esse ponto. Então, há em todos os lugares.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Estou satisfeito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em concordância com essa sua observação, e é exatamente isso que estamos querendo enfrentar, o senhor disse que nesta festas iam...mais ou menos quantas mulheres?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu creio, Deputada, que nessas duas festas em que fui seriam umas 20 ou 25 mulheres, pela capacidade do veículo, porque um microônibus, uma vã cabe essas pessoas. E estavam assim um amontoado de mulheres. Creio que seja esse, ma não vou lhe afirmar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E convidados?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Convidados também seriam em torno de 50, 60 rapazes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem trabalhava nessas festas, porque isso dá trabalho?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem era o porteiro?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não era porteiro. Essas festas em que eu fui, é uma chácara aberta, Deputada. É na beira do rio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas churrasqueiro tinha, porque tinha de fazer o churrasco. Quem era o churrasqueiro?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Inclusive a gente mesmo ajudava, ou ia algum empregado. Eu não me lembro exatamente quem...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor era o churrasqueiro?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não. Eu ajudei a assar carne, mas não era propriamente churrasqueiro. Também não tenho esse dom para churrasqueiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O churrasqueiro é sempre uma figura que a gente conhece, o churrasqueiro é uma figura que a gente conhece, que a gente prestigia... Nós aqui no Sul, a senhora também não é deputada, porque lá no Mato Grosso há muita gente do Sul, e o churrasco anda por lá também. Tem CTG em todo canto do Brasil, não é. Mas aqui, isso é um orgulho para nós.

Então, o churrasqueiro a gente prestigia, sempre se vai comer a melhor carne com o churrasqueiro, o senhor sabe quem era o churrasqueiro. Quem era o churrasqueiro?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu não me lembro exatamente do nome, já faz questão de... mas era uma pessoa conhecida. Às vezes era um convidado ou até um participante da festa. Um senhor ou às vezes alguém ajudava. E não era exatamente... Fazia linguicinha, fazia coisas assim mais. Não era para assar, como se chama, quando se vai a uma festa, um churrasco, no CTG, "assar uma vaca, meia vaca". Isso é coisa de...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Assar meia vaca dá trabalho. Olha, quem quer se divertir vai delegar esse trabalho para alguém, porque chamam 50 mulheres ou 25, que seja, como o senhor disse, e aí vai ficar lá assando churrasco?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não, claro. Tinha pessoa para isso. Como eu falei para a senhora, eu não me lembro exatamente o nome, quem era. Era pessoas conhecidas, inclusive, os próprios convidados que iam lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, tá. Convidados da festa.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Várias pessoas. Pessoal, parentes deles, primos, eles mesmos, o pessoal do jipe clube, a gurizada. Várias pessoas da sociedade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, esse Aldoino Lodi e Jandir Lodi estavam presentes?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – O Sr. Aldo eu não me lembro. Acho até que o Sr. Aldo não estava. O seu Jandir, no início da festa foi lá, inclusive. Ele é o dono, foi lá ver como é que estava e tal. Eu não vi mais ele por lá, se ele ficou até o final. Creio que ele tenha ido embora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que outras pessoas estavam presentes? O Prefeito estava presente?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não. O Prefeito, não. Os filhos dele estariam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem estava trabalhando na festa, quem servia bebida? (Pausa.) O senhor não vai contribuir com a CPI, não vai dizer os nomes? Alguma contribuição o senhor vai ter de fazer, porque nós estamos nessa conversa assim: estamos indo, estamos indo. O Deputado Couto foi indo, indo. S. Exª é um sacerdote, tem essa paciência de ouvir ...

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu não tenho motivo para lhe ocultar nomes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por isso estou lhe perguntando.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu teria de ocultar o meu. Estou dizendo para a senhora que participei, que tenho vários amigos. Se não me engano, uma vez quem estava servindo bebida era o Laurica, um rapaz filho de um advogado aí, e uns guris que trabalham na firma própria deles. Se a senhora quiser que eu cito os nomes. eu citarei dois ou três nomes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era bom o senhor contribuir e dizer quem estava trabalhando para poder conferir.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Um deles era o Batista. Parece-me que o Márcio e um outro moreninho lá que trabalha nas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pelo que estou entendendo, se o senhor está reconhecendo essas festas imagino as outras. Se já está difícil eu tirar alguma coisa sobre essas festas.... O senhor disse que só tinha gente maior de idade. Era quase um convento essa festa. O senhor não me diz nada do que aconteceu lá. E o senhor vai indo, vai indo....Imagino como vou saber das outras. Tenho uma denúncia aqui. Tenho uma denúncia de violência, de estupro. Tenho uma série de denúncias de adolescentes dessa cidade, dessa região, exploradas. Então, temos que ficar de algum lado. É preciso ficar do lado das que estão pressionadas. Alguém tem que dar conta disso. Isso está andando pelo Brasil.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Até concordo com a senhora. Creio que deve ser esclarecido. Só que sobre essas festas não posso esclarecer o que não aconteceu. Creio que a senhora deve deduzir que se alguém tirou a virgindade de alguém, se fez algum ato nesse sentido, não foi em uma festa. Com certeza, levou para um motel, para a casa, para outro lugar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que casa o senhor sabe que existe para servir a esse interesse? O senhor tem conhecimento de alguma casa mantida por Aldo Lodi?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não tenho conhecimento. Tenho conhecimento da casa dele. Inclusive, o Sr. Aldo é uma pessoa reservada. É até meio inacessível, particular. Nunca participei. Ele nunca me convidou para nada. Nunca fui à casa dele. Nunca fui à chácara dele. É o que estou dizendo para a senhora. Essas duas festas a que fui foram na chácara do Jandir.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem, nessa lista, duas pessoas que são de suas relações pessoais, entre as meninas.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Sim, creio se forem as pessoas de quem estou falando...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa segunda pessoa... realmente não sei a idade dela agora para saber se posso dizer o nome ou não. (Pausa.)

Quantos anos tem essa pessoa aqui? (Pausa.)

A segunda. Essa pessoa é das suas relações?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Se for a pessoa que estou pensando...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É. Nós sabemos que é.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – É minha sobrinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não precisamos nem dizer para que ela não fique difamada na cidade

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Tudo bem. A verdade deve ser dita.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem. Que tipo de relação o senhor tem com essa moça além do parentesco? O que essa moça faz?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Ela estuda, eu sei. Inclusive, neste momento, ela está lá na minha loja. Às vezes, ela vai durante a tarde, fica por lá, ajuda a atender o telefone. No final de semana, às vezes, vai para o sítio comigo e minha esposa. Ela mora com a mãe e o irmão. Ela tem um pai, que é separado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o seu relacionamento com o pai dela?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Ele é meu irmão. Infelizmente, meu relacionamento com ele é péssimo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por quê?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Porque não concordo com as idéias dele, com suas atitudes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por acaso, cobra-lhe de ser conivente com alguma atitude que essa moça tenha sido levada a praticar por amigos seus?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Ele não me cobra. Ele não tem, porque eu o ajudo muito, inclusive aos filhos. Meu sobrinho e essa própria guria. Procuro levá-la, encaminhá-la.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Levar para onde?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Para o sítio, para a praia. Minha esposa...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tenho vários depoimentos falando sobre a ida dela para sítios, mas não para divertir-se. Não nesse sentido.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Ao menos no meu sítio ela vai para ser companheira nossa. Ela foi à praia com minha esposa. Ficaram 15 ou 20 dias. Agora, o que ela faz durante o colégio não posso falar. Na cabeça dessas adolescentes de hoje não sei o que se passa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E esses adultos de hoje vou lhe dizer! A gente fica julgando os adolescentes. Mas já que o senhor entrou por essa seara vai me permitir, novamente. E os adultos que andam atrás dessas meninas na porta das escolas? O senhor não acha que são sem-vergonhas?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Inclusive.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então! Ficou parecendo que são só as meninas que andam por aí.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Pessoas que andam pegando crianças, menores, devem ser sem moral.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E essa menina? Qual é a contradição que o senhor tem com o pai dela?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Com a Alessan... com essa minha sobrinha?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É. O senhor tem uma contradição com o pai dela. Por quê?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Porque ele tem um sistema de vida, Deputada, que não é condizente com o meu. Ele não é uma pessoa correta. Ele é uma pessoa que teve vários crimes na vida. Não é uma pessoa, infelizmente, é meu irmão, mas não é uma pessoa correta, não tem a minha índole, não faz parte do meu sistema.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece Zilá?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que ela faz para sobreviver?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Ela vende roupas. Vende roupas, vende perfume. Compro dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É uma pessoa bastante próxima ao senhor.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não entendi. Você pode repetir?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Próxima ao senhor ela é.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – É, me dou com ela, não sei se é próxima. Ela vende perfume, vende roupa, vende para a minha esposa. Inclusive, hoje, ela esteve de manhã lá na loja. Ela é uma pessoa que batalha bastante. Está sempre trabalhando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela levaria as adolescentes até a chácara?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Olha, acho que não, deputada. Nunca ouvi falar que a Zilá levasse alguém para a chácara, ou coisa assim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor levou alguma adolescente para essas festas?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não, deputada, nunca levei adolescente para essas festas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já freqüentou esses apartamentos na rua Maurício Cardoso?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – A Maurício Cardoso sei. Nunca estive em apartamento de ninguém na Maurício Cardoso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor teve ou vendeu alguma relação comercial com uma pessoa conhecida por Pascoal.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Creio que seja um rapaz que teve, ou tem, um restaurante lá na saída. Já negociei um carro com ele. Um ou dois carros.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o advogado José Torela?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Também já negociei com ele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Já negociou?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Já.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, no seu negócio, pode dizer que o seu negócio é favorecido, obviamente, pelo movimento do Sr. Lodi. O senhor tem clientes comuns, clientes que vêm até aqui para comprar pedras, que lhe são remetidos.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – É, já tive negócios, como lhe falei, já tive 2 ou 3 negócios com cliente dele, mas foi negócio. Chegaram, compraram, me pagaram, e ficou por aí. Porque é uma firma muito grande que movimenta muita gente. Não são só eles, são todas as firmas de pedras. São 3, 4 firmas grandes aí que movimentam bastante.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No caso, não temos denúncia alguma envolvendo pessoa outra alguma na sociedade, por isso que ficamos restritos. Até faço questão de dizer isso no sentido de...

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Sim, para esclarecer, é claro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque, senão, parece que estamos falando da categoria dos empresários de pedra, o que não é verdade. Aqui, é pessoal e intransferível o nosso questionamento.

Acho que é isso, deputado!

Gostaria que o senhor dissesse o seu telefone atual, quando o senhor trocou de telefone.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – O meu celular particular, Deputada, sempre, desde quando foi lançado o primeiro celular em Soledade é 9981-3656. E os telefones da minha empresa....

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode passar depois para a Secretaria, não há necessidade de ser público.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Está ok.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Itajubá, que é como creio você deve ser conhecido, não é?

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Sou bastante conhecido, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Juá?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Itajubá.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Itajubá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Gostaríamos de agradecer, em nome da CPMI, a sua colaboração para com esta CPMI. De forma livre, respondeu todas as perguntas, e isso prova que o senhor, como cidadão, sabe da responsabilidade que todos temos de combater as redes de exploração sexual e essa violência que é praticada contra a criança e o adolescente. Então gostaríamos de agradecer e dizer que ficamos contentes com as suas informações, porque elas nos ajudarão no sentido de que possamos ir no caminho da verdade, que, embora possa doer, em alguns casos, liberta-nos. É muito melhor sofrermos por uma verdade do que ficar alegre por uma mentira, porque, depois, vem uma tristeza e um sofrimento permanente. Gostaria de agradecer e perguntar se o senhor tem mais alguma coisa a acrescentar no seu depoimento

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Não, Deputado, vim aqui para responder às perguntas que me forem feitas. Também quero agradecer pela gentileza de vocês e dizer que estou disponível para qualquer hora, onde vocês precisarem, se eu puder ajudar, se a minha empresa puder ajudar em qualquer coisa para poder combater o que o senhor falou. Estarei sempre às ordens. Se o senhor precisar de mim, para ir a outros lugares depor, também estarei às ordens.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Muito obrigado.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Eu que agradeço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor está liberado.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Boa tarde.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor vai agora para a sua vaquejada. Tem uma vaquejada por aí.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Vou para o rodeio.

O SR. RELATORA (Maria do Rosário) – Vaquejada é lá na Paraíba.

O SR. ITAJUBÁ BORGES – Aqui é rodeio, Deputado. Aqui no Parque, muito bonito, inclusive.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Quero informá-los de que foram convocadas duas testemunhas para virem aqui depor e que estão desaparecidas. Não conseguimos localizá-las. Por isso nos sentimos prejudicados, porque estava tudo acertado, combinado, para ouvi-las.

A partir deste momento, esta comitiva vai ouvir outros depoimentos, mas de forma reservada. Portanto, vamos encerrar os trabalhos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Pois não. Concedo a palavra para uma questão de ordem A SRA. Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, apenas para que fique devidamente consignado, mais uma vez, que a nossa investigação trata-se de um inquerito e, no trabalho que estamos desenvolvendo, deveremos aferir se o não-comparecimento das pessoas se deve a qualquer forma de pressão, porque, se não justificada a ausência perante a convocação, nós poderemos perceber que existem pressões e uma tentativa de que as pessoas não façam o seu depoi-

mento. E o pior cenário para quem pretende defender-se é agir pressionando testemunhas.

O nosso trabalho está em andamento, vamos chegar às nossas conclusões, ao final, que indicaremos ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, e o nosso trabalho não será prejudicado por ausência, porque, a ausência de quem combinou vir aqui e não apareceu será reveladora de uma prática intimidatória para o depoimento, o que poderá falar por si próprio.

Faço questão de deixar esse registro aqui, porque como trabalhamos de forma transparente, se as testemunhas não comparecerem, conforme a convocação for expedida e feita, teremos procedimentos a tomar e chegaremos a conclusões, também, frente ao não-comparecimento, depois, ao longo dos desdobramentos investigativos.

Quero deixar isso registrado até pelo respeito que temos, porque sabemos que a maior parte, a comunidade como um todo, deseja que as pessoas manifestem sua opinião e falem sobre o que acontece. Esta situação de exploração sexual não é para ficar velada, porque ela já expôs demasiadamente as pessoas. É preciso que ela seja esclarecida, sob pena de toda uma comunidade responder por atos que são individuais e que a comunidade não tem a ver com isto.

E digo a V. Exª, Srª Presidente, como integrante, que, no Rio Grande do Sul, tenho certeza que nós não toleramos esse tipo de questão. Então, as pessoas que têm informações, que dêem a sua informação, as pessoas que têm que falar que falem, porque uma comunidade não pode ser refém de atos que são individuais. Cada um é responsável pelos seus atos.

Nesse sentido apelamos à comunidade para que não tenha medo, que não se preocupe, que faça o seu depoimento e, se estiver sendo ameaçada, que faça isso chegar a nós, que diga: Não vim, porque estou sendo ameaçado. Isso é melhor do que, simplesmente, não vir. Simplesmente não vir é um ato de desobediência a um pacto estabelecido com quem tem poder de justiça, que é a CPMI.

Obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Deputado Luiz Couto?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, concordo plenamente com o que a Deputada Maria do Rosário afirma, que para nós interessa que as investigações tragam, no seu bojo, a verdade, elementos que vamos apresentar às autoridades, encaminhamentos, indícios, evidências, que serão encaminhadas a quem de direito, aos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, ao Ministério Público, enfim, a todos aqueles que têm a missão de resguardar a dignidade e de respeitar a cidadania, que é um elemento fundamental na vida da sociedade.

Fico ainda preocupado porque uma das testemunhas aqui presente estava no programa de proteção e agora seria ouvida e, de forma misteriosa, não compareceu e, pela informação, estaria desaparecida. Então, isso nos preocupa bastante e estou requerendo a Relatora para intermediar, junto às forças de segurança do Estado e da Polícia Federal, no sentido de identificar o paradeiro dessas duas pessoas e a razão pela qual não compareceram. Caso elas queiram prestar algum depoimento que lhes seja assegurado pela CPI que será feito em lugar seguro e novamente sejam colocadas no programa de proteção a testemunhas.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Gostaria de reafirmar tudo o que disse a nossa Relatora. Acho que o fato de não ouvirmos mais essas duas testemunhas não prejudicará, como falou a Deputada Maria do Rosário, tanto o nosso trabalho mas acredito que prejudica o bom desenvolvimento, a formação de nossas crianças e adolescentes que sofrem esse tipo de abuso e exploração que representa um envolvimento de poder, que se manifesta tanto sob o aspecto financeiro como pela questão cultural e étnica. Então, o prejuízo maior é para a sociedade como um todo, a sociedade que tem o dever de contribuir para a formação de bons cidadãos para que possamos ter uma vida digna.

Ficamos muito sentidos de não poder ouvi-los mas o Deputado Luiz Couto já colocou de maneira clara as providências que iremos tomar.

Não havendo mais nada a tratar, gostaria de dizer que vamos encerrar os trabalhos nesta audiência pública e iremos continuá-lo, de forma reservada, para que possamos ouvir ainda algumas outras pessoas.

Agradeço a presença de todos. Obrigada. Boa tarde.

(Levanta-se a reunião às 15h15min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº **02**, DE 2003-CN

"Com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".

Ata da 29ª Reunião realizada em 30 de março de 2004

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, às dez horas e quarenta e sete minutos, na

Assembléia Legislativa, em Belo-Horizonte, Estado de Minas Gerais, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, presentes os Senhores Parlamentares reúnem-se os Senhores Senadores: Eduardo Azeredo e os Senhores Deputados: Maria do Rosário, Eduardo Barbosa, João Magno, Almerinda de Carvalho e Thelma de Oliveira, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".** Havendo número regimental, a Senhora Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, declara aberta a presente Reunião de Audiência Pública e informa que a mesma destina-se à discussão do Bloco Temático, sobre a exploração sexual de crianças e de adolescentes nas Rodovias, tendo como convidados os Senhores Expositores: Inspetor *Junnie Penna* – Delegado da 11ª Delegacia da 4ª Regional da Polícia Rodoviária Federal do Estado de Minas Gerais; o *Dr. Lourivaldo Fernandes* – Secretário do Sindicato dos Caminhoneiros – Sindicam; *Sra. Abgail Gonçalves Silva Correia* – Coordenadora do Fórum DCA e Conselheira Municipal de Direitos da cidade de Governador Valadares/MG; Sra. *Cássia Maria Campos de Souza* – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes do Município de Francisco Badaró/MG; o Jornalista *Antônio Coquito* – Representante da Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, de Minas Gerais, *Dr. José Ronald Albergaria* – Promotor de Justiça e Coordenador Operacional das Promotorias de Infância e Juventude do Estado de Minas-Gerais e, a Senhora *Maria Tereza Pantoja* – Representante da Confederação Nacional de Transportes – CNT. A Senhora Presidente registra a presença dos Senhores: Deputados Estaduais, André Quintão, Rogério Costa, João Batista de Oliveira – Presidente do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente; da Dra. Elizabeth Leitão – Assessora Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; do Dr. João Batista – Presidente do Conselho Estadual e do Irmão Mesquita – Vice-Presidente do Conselho Estadual de Direitos da Criança e Adolescente. Usam da palavra sobre o Bloco Temático, pela ordem, os Senhores convidados: Dr. Junie Penna; Jornalista Antonio Coquito; Sra. Abgail Gonçalves da Silva Correia; Cássia Maria Campos de Souza; Maria Tereza Pantoja; Deputado Joao Batista de Oliveira; Irmão Mesquita; Dr. José Ronald Albergaria e a Dra. Elizabeth Leitão. Fizeram uso da palavra pela ordem, Senador Eduardo Azeredo, Senadora Patrícia Saboya Gomes, Deputada Maria do Rosário. Após, devido à necessidade se ausentarem da presente Reunião de Audiência Pública no Estado de Minas-Gerais, a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o Senador Eduardo Azeredo, assume a Presidência interinamente o Deputado Eduardo Barbosa, dando continuidade aos trabalhos, concede a palavra a Senhora Relatora e em seguida aos Deputados Almerinda de Carvalho e Thelma de Oliveira para questionarem aos expositores. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados Antonio Coquito e Abgail Correia para as suas considerações finais. Na segunda fase da Reunião de Audiência Pública da CPMI na Assembléia Legislativa do Estado de Minas-Gerais, tendo como Presidente eventual o Deputado Eduardo Barbosa, este registra e agradece a presença do Deputado Biel Rocha e, esclarece aos presentes que a Audiência com o Governador, anteriormente agendada, foi desmarcada, devido a falta de ajustamento de horários, dessa forma, o Presidente esclarece que o fato da não realização da referida Audiência com o Governador não impede aos membros da CPMI de encaminharem ao Governador qualquer deliberação ou proposição aqui abordada. A Presidência concede a palavra aos seguintes convidados: Deputado Estadual Rogério Correa – Ex-Presidente da Comissão Especial que levantou casos de exploração sexual de crianças e adolescentes no Norte do Estado de Minas-Gerais e faz a entrega do mesmo à Deputada Maria do Rosário. O Senhor Presidente franqueia o uso da palavra aos outros representantes de diversos órgãos interessados e envolvidos com o assunto em pauta: a Senhora Gislene Martins – Assistente Social; Deputada Estadual Maria José; a Senhora Elizabete Vieira Gomes – Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra a criança e adolescentes de Minas-Gerais e o Dr. Celso Penna Fernandes – Promotor da Infância e Juventude. Fizeram uso da palavra o Deputado Eduardo Barbosa e a Deputada Maria do Rosário.Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Barbosa Ferreira Cruz, Secretária em exercício, da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, parte integrante da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Declaro aberta a reunião.

Bom dia a todos, antes de mais nada, gostaria de agradecer a todos pela presença nesta dia tão importante para a CPMI que busca investigar as redes de violência sexual contra as crianças e os adolescentes.

Cumprimento os companheiros e companheiras que nos têm ajudado dando uma contribuição muito importante e extraordinária para que essa CPMI possa, no final dos seus trabalhos, apresentar um relatório

que busque ajudar a milhares e milhares de crianças e de adolescentes em nosso País.

Cumprimento o Deputado estadual André, que está aqui conosco, que nos recebeu desde manhã no aeroporto e agradeço, já de antemão, a gentileza do seu ato e o trabalho que vem buscando realizar também na Assembléia. Cumprimento também o Senador Eduardo Azeredo, Vice-Presidente desta Comissão, que também tem dado uma grande contribuição e nos recebe hoje tão gentilmente no seu Estado. Cumprimento a nossa Deputada Maria do Rosário, Relatora desta CPI e certamente o Brasil vai reconhecer – já reconhece, mas mais ainda o fará ao final dos trabalhos – na Deputada Maria do Rosário uma das principais mulheres lutadoras em prol, em benefício das crianças e dos adolescentes do Brasil. Cumprimento a todos os companheiros, na pessoa do João Magno, também este grande companheiro da CPI, Eduardo Barbosa, também aqui desta Terra e agradeço por nos receber aqui hoje a Deputada Almerinda, a Deputada Thelma, a nossa equipe que nos acompanha neste minuto e todos os convidados aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a **29ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito** criada por intermédio do Requerimento nº 02, de 2003/CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e as redes de exploração sexual de crianças e de adolescentes no Brasil.

Esclareço ao Plenário da **Assembléia de Minas Gerais** pela oportunidade da realização desta audiência pública, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, nesta Assembléia Legislativa, em cumprimento a requerimento deliberado nesta Comissão.

Agradeço em meu nome e em nome de todos os membros desta CPMI, pela receptividade que esta Casa Legislativa acolheu a nossa Comissão em cumprimento da missão a que ela se destina.

Esclareço aos presentes que esta audiência destina-se à discussão do bloco temático, sobre a exploração sexual de crianças e de adolescentes nas rodovias.

Temos quatro convidados que vão falar. É importante que os Parlamentares permaneçam nesta Mesa. Para que todos possam proceder aos seus questionamentos, as suas indagações, perguntas e dúvidas, iremos convidá-los de um a um.

A CPI fez um plano de trabalho dentro do qual definiu que alguns blocos temáticos seriam importantes para a formulação do relatório final, em que pudéssemos propor não só alterações na atual legislação, como também políticas públicas capazes de enfrentar esse problema da exploração sexual de crianças e de adolescentes. Tive o privilégio de receber agora o plano estadual de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes do Estado de Minas Gerais.

Antecipadamente gostaria de parabenizá-los por mais essa iniciativa. Essa contribuição será para nós muito preciosa e válida para que possa constar também no relatório final da CPMI.

Um dos problemas que acabamos detectando é o das rodovias brasileiras. Minas Gerais consegue ter uma experiência positiva nesse sentido de uma atuação que busca colaborar e ajudar para enfrentar este problema.

Convidamos hoje algumas pessoas com atuação específica nesta área.

Iremos ouvir o Inspetor Junnie Penna, Delegado da 11ª Delegacia da 4ª Regional da Polícia Rodoviária Federal do Estado de Minas Gerais; o Dr. Lourivaldo Fernandes, Secretário do Sindicato dos Caminhoneiros – Sindicam; o jornalista Antônio Coquito, representante da Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, de Minas Gerais e, ainda, A SRA. Maria Tereza Pantoja, representante da CNT.

Fixaremos um prazo para todos falar. Claro que, se for preciso estender um pouco mais, certamente a Mesa assim autorizará, mas estamos estipulando um tempo de dez minutos para que cada um faça sua exposição. Chamaremos um por um.

Gostaria de convidar para compor a Mesa o inspetor Junnie Penna, Delegado da 11ª Delegacia, da 4ª Regional da Polícia Rodoviária Federal do Estado de Minas Gerais.

Agradeço ao Dr. Junnie Penna por ter aceitado o nosso convite. Passo a palavra ao senhor neste instante, que terá dez minutos ou um pouco mais, se necessário, para fazer sua exposição.

Em seguida, convidaremos os outros convidados para fazerem parte da Mesa, e os Srs. Parlamentares farão as suas perguntas.

Muito obrigada.

O SR. JUNNIE PENNA – Exmª Srª Senadora Patrícia Gomes, ilustres membros desta CPMI, ilustres Parlamentares, Srªs e Srs. aqui presentes, bom dia.

Gostaria, inicialmente, de agradecer a oportunidade e dizer a todos os presentes que encaramos a responsabilidade com muita contundência.

Neste período curto de tempo, tentaremos dar uma panorâmica do que conseguimos apurar sobre exploração sexual infantil em rodovias, com um trabalho que tem a vocação primeira, não de pesquisa, mas de direcionar ações mais aprofundadas e pesquisas mais contundentes a respeito do tema.

Nesse contexto, nós cruzamos os dados das pesquisas da sociedade civil organizada que já existem com relação à exploração sexual infantil com a experiência,

a vivência operacional, da Polícia Rodoviária Federal e ainda com os dados estatísticos sobre exploração sexual infantil em rodovias.

Pudemos concluir que alguns aspectos permeiam as ocorrências de exploração sexual infantil em rodovias federais. O primeiro e mais importante deles é o aspecto social. Se não todas, a maioria das rodovias que apresentam problemas contundentes nessa área, cortam regiões com dificuldades sociais muito grandes. Aqui em Minas Gerais, seria interessante citar a BR-116 e a BR-251, onde encontramos casos recorrentes, principalmente na região do Vale do Mucuri, no Norte do nosso Estado e no Vale do Jequitinhonha.

Há ainda o aspecto geográfico e econômico. Constatamos que rotas migratórias também apresentam índices contundentes com relação a esse tipo de crime. Em Minas Gerais, seria interessante citar a BR-116, onde temos casos recorrentes, talvez em virtude também de se tratar de rota migratória, Nordeste – São Paulo; São Paulo – Nordeste.

Há algumas questões mais profundas que tratamos com grande preocupação. Uma delas é o tráfico internacional de crianças e de adolescentes, do qual, infelizmente, temos algumas notícias e estatísticas.

No Estado de Roraima há casos de adolescentes brasileiras que foram traficadas via rodoviária. Gostaria de reiterar aqui que falamos sempre de vias rodoviárias. Existem, evidentemente, outras rotas que não as rodoviárias, mas entre as rodoviárias que apuramos estão a de Roraima, através da BR-174, que dá acesso ao interior da Venezuela, a BR-401, que dá acesso à Guiana, sendo que, pela BR-174, temos notícias de oito adolescentes brasileiras que foram traficadas para a Venezuela.

No Rio Grande do Sul, na região de Barra do Quaraí, na BR-472, existem também notícias de tráfico de crianças e de adolescentes para o Uruguai.

Infelizmente, temos uma notícia também de uma adolescente boliviana que deu entrada no Brasil de forma ilegal, através da nossa fronteira seca na região do Mato Grosso do Sul, e que, apesar de não haver provas de que se tratava de adolescente que seria explorada sexualmente, todos os indícios levam a crer que sofreria algum tipo de exploração, mesmo que não a sexual.

Na região das fronteiras, então, qualificamos também como muitíssimo grave o problema, em virtude de haver o risco de termos crianças e adolescentes brasileiras saindo do País para esse fim, e crianças e adolescentes estrangeiras entrando também no Brasil para esse fim.

Na região do Mato Grosso do Sul, temos também um problema que deve ser citado, com relação ao turismo pantaneiro, onde sabidamente temos episódios de exploração sexual, inclusive infantil, alguns deles vinculados a pessoas de origem indígena e também ao tráfico internacional de adolescentes e de crianças para esse fim.

Descobrimos outros aspectos – já falamos do aspecto social –, descobrimos também que alguns contextos específicos trazem muita contundência para a questão da exploração sexual, inclusive infantil, nas rodovias, quais sejam, rotas de turismo apresentam sempre um número mais elevado de possibilidades, de probabilidades com relação a esse crime.

Temos ainda, como eu já disse, os aspectos geográficos e econômicos, rotas migratórias. Estas também apresentam indícios fortíssimos e estatísticas, infelizmente, também fortíssimas, quanto à questão da exploração sexual infantil.

Temos rodovias com grande volume de tráfego que favorecem a questão da exploração sexual na medida em que a característica principal da exploração sexual em rodovias é a volatilidade do crime.

A experiência da Polícia Rodoviária Federal em São Paulo, por exemplo, narra-nos que a grande dificuldade na repressão a esse crime é exatamente o fato de a adolescente ou a criança que está se prostituindo hoje no interior de São Paulo amanhã estará no Triângulo Mineiro, depois de amanhã pode estar em Goiás. O **modus operandi**, por assim dizer, traz essa volatilidade e essa dificuldade para a repressão. Então, são aspectos ligados ao grande volume de tráfego.

Temos indícios, notícias que nos levam a crer que em regiões fronteiriças, como a BR-277, na região de Foz do Iguaçu, há também prováveis vínculos com outras modalidades criminosas, da exploração sexual infantil com o narcotráfico, por exemplo. Então, é uma outra grande preocupação que temos. Ainda não temos notícias oficiais, mas temos essa preocupação e achamos muito provável que esse vínculo já exista.

Além de todos esses fatos, evidentemente existe no Norte do País uma questão cultural muito forte, que favorece também a exploração sexual infantil em rodovias, que é a questão do hábito ou da forma com que relacionamentos de todas as espécies são feitos com meninas muito novas. Já é uma questão cultural, realmente, e temos essa preocupação também no Norte do País.

São esses os fatores que vinculamos diretamente. Voltamos a reiterar que nosso trabalho tem uma vocação de aprofundar a pesquisa nesse sentido. Tratamos o trabalho de forma muito responsável, com o uso contundente das pesquisas já existentes e com as estatísticas e as rotinas operacionais com que a Polícia Rodoviária Federal convive diariamente,

podendo ser testemunha da gravidade e da tragédia que é esse crime.

Agradeço novamente a oportunidade, colocando-me à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas e agradecendo a todos pela atenção.

Muito bom dia a todos.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Agradecemos ao inspetor Junnie Penna pela exposição. Gostaria ainda, na qualidade de Vice-Presidente, saber se a Polícia Rodoviária tem trabalhado rotineiramente com esse problema ou se existe uma rotina de ir atrás do problema. Uma seria quando a patrulha passa na estrada ou quando, em uma cidade que é cortada por uma estrada, vê-se o menor, mas pode ter também o outro ponto que, dentre as funções diversas da Polícia Rodoviária, estivesse também uma rotina de atenção à questão.

O SR. JUNNIE PENNA – Eu respondo a V. Exª dizendo que a Polícia Rodoviária Federal como instituição tem a questão do combate à exploração sexual infantil como uma de suas prioridades, mas observamos de forma contundente, não só no contexto policial como no contexto social como um todo, que determinadas situações são de forma tácita anuídas pela sociedade, e buscamos o nosso policial no meio social, buscamos o policial formado com todos os conceitos que a sociedade já o impõe.

Temos um processo de convencimento dentro da nossa instituição em curso para a gravidade do problema. Tivemos algumas diretrizes operacionais já criadas neste sentido, muitas delas com resultado estatístico muito importante. Na região norte do Estado, tivemos o recolhimento de 21 menores que se prostituíam em apenas 2 dias de operação. Nessa ocasião, nos foi narrado pelos companheiros que lá desenvolveram essa operação, que possivelmente algo em torno de 100% das menores reincidiram no problema.

Então, o acompanhamento pós-infração se torna inexeqüível, dentro das circunstâncias que temos hoje em curso.

Então, gostaríamos de reiterar a necessidade não só da repreensão como do acompanhamento pós-infração.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Agradeço ao inspetor Junnie Penna e pediria que permanecesse na Mesa, pois vamos ter as perguntas logo depois das apresentações. Então, convidaria para fazer parte da Mesa o jornalista Antônio Coquito, representante da rede de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes de Minas e a Drª Maria Tereza Pantoja, representante da Confederação Nacional de Transportes.

Quero registrar também a presença da Drª Elizabeth Leitão, Assessora Especial de Direitos Humanos; do ex-Deputado João Batista, Presidente do Conselho Estadual e Subsecretário da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Esportes de Minas; o irmão Mesquita, que é Vice-Presidente do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente.

Passo a palavra ao jornalista Antônio Coquito, representante da Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Minas Gerais.

O SR. ANTÔNIO COQUITO – Bom dia a todos, bom dia ao Sr. Senador Eduardo Azeredo, Vice-Presidente da CPMI. Sr. Presidente, gostaria de tomar a liberdade de dividir a minha fala com companheiros que estão na ponta desta luta de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Temos dois companheiros do Vale do Aço e do Vale do Jequitinhonha com os quais gostaria de dividir o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Tudo bem.

O SR. ANTÔNIO COQUITO – Gostaria de convidar a companheira Abigail, da região do Vale do Aço, do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e a companheira Cássia, da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Vale do Jequitinhonha.

Como a sociedade civil tem um jeito muito familiar de desenvolver seus trabalhos, e nós, como jornalistas, também temos essa nuance de ser essa coisa povo mesmo, gostaria de abrir minha fala enaltecendo a CPMI por eleger Minas Gerais na questão da investigação ou da discussão dos temas das rodovias, porque Minas Gerais tem a maior malha rodoviária do País, sendo que é diagnosticado pelos nossos companheiros, nos fóruns espalhados nas mesorregiões do Estado, que realmente, em torno das rodovias, desenvolve-se todo processo de exploração sexual de crianças e de adolescentes, essa não – temos o cuidado de dizer – só caracterizada por caminhoneiros, mas uma rede que se estabelece diante das rodovias que também têm os caminhoneiros como exploradores sexuais das crianças e dos adolescentes.

Aproveitando a oportunidade, também elogio a presença da Polícia Rodoviária Federal nesta Mesa de discussão, como mobilizadores da sociedade civil. Falo aqui em nome da Rede. Ela é uma parceira que temos tentado e tentado e, até que enfim, temos conseguido que ela seja uma aliada nesse enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Também elogio a CNT, do meu lado, porque tentamos interlocução, várias vezes, com ela, e eles se restringiam

a participar das discussões como se nós, enquanto sociedade civil, que dá sua parcela de contribuição, estivéssemos carimbando os caminhoneiros como exploradores sexuais. Não os estamos carimbando. Estamos discutindo uma constatação real de que há caminhoneiros que são exploradores sexuais. Os companheiros da região podem constatar isso e falar muito mais e melhor do que eu, que estou na capital.

Minas Gerais tem uma rede estadual de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Essa rede é um movimento da sociedade civil, articulado com o Ministério Público do Estado, e tem dado a sua parcela de contribuição. Acredito ser importante ressaltar isso porque a sociedade civil sempre tem dado a sua parcela de contribuição. Construímos e entregamos ao Governo Estadual o plano estadual de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Estamos nas diversas mesorregiões do Estado, dando a nossa parcela de contribuição nessa temática de combater a violência contra a criança e o adolescente. Temos esse processo de articulação mesorregional numa rede estadual de combate à violência contra a criança.

Quero dizer, com isso, que a sociedade civil mostra o fato e contribui para o processo de mobilização social. Agora o que falta? Não vou me embasar muito em dados, em questões numéricas, porque a CPMI já tem esses dados a partir de um relatório que a Comissão Especial da Assembléia apresentou e das pesquisas que tem.

Gostaria de discutir questões propositivas, apontar, enquanto sociedade civil, questões que possamos discutir, como: o que precisamos fazer a partir de agora? Diria, num primeiro momento, que é preciso ter claro, pelos Governos estadual ou municipal, a importância e a prioridade absoluta da criança e do adolescente. Se a criança e o adolescente for prioridade absoluta, deixaremos de ver a exploração sexual contra eles. De certa forma, é um diagnóstico que mostra que a criança e o adolescente ainda não se tornaram prioridade absoluta para os diversos Governos. Falo isso com muita liberdade, porque o PPAG do Governo estadual não contemplou, de forma efetiva, o enfrentamento dessa pior violência contra a criança e o adolescente, que é a sexual. É sinal que o Governo estadual e muitos governos municipais ainda não acordaram para a importância de se enfrentar essa pior violação do desenvolvimento do cidadão brasileiro, do cidadão mineiro em desenvolvimento, que são nossas crianças e nossos adolescentes.

Digo que não são apenas políticas públicas para crianças e adolescentes para resolver e enfrentar a questão da violência sexual, porque, como disse o nosso representante da Polícia Rodoviária Federal, há uma cadeia sócio-político-econômica que contribui para a exploração sexual da criança e do adolescente. Já temos o dado, o diagnóstico há muito tempo. Precisa vontade política para solucionar esses problemas. As pesquisas datam de cinco, dez, vários anos. Temos os dados. Precisamos buscar políticas públicas e ações efetivas para solucionar esse problema. Discutir o quê? Há um problema sócio-econômico no Vale do Jequitinhonha, no Vale do Mucuri, em determinadas regiões. O que falta? Faltam políticas públicas para contrapor essa realidade. Senão, vamos continuar: CPMI vem desta vez; daqui um tempo, volta; e continuamos diagnosticando esse problema.

Eu estava conversando com a companheira Abigail, antes de vir para a Mesa, sobre crianças que eram exploradas, há um tempo, por R$1,99. Daqui um tempo, já serão mães; daqui um tempo, serão avós, e o problema não foi solucionado. Ainda não se buscou uma solução efetiva. Simplesmente, constatou-se que se trata de um problema social, político e econômico. Qual a resposta dos Parlamentares e do Governo para solucionar esse problema de forma efetiva?

O problema não é somente da criança e do adolescente, mas, sim, do contexto social, do entorno social. Com certeza, é isso. Quando estivemos num fórum de discussão na região de Almenara e fizemos uma pesquisa para entender por que se dava essa fragmentação familiar e comunitária que contribuía para a criança ser fragilizada e se tornar vítima da exploração sexual, verificamos, em primeiro lugar, o abandono do lar pelos pais – pelo pai, e, muitas vezes, pela mãe. Conseqüentemente, desestruturou, fragmentou e fragilizou a família; e, conseqüentemente, fragilizou essa criança, que se tornou presa das redes de exploração sexual que existem ao longo das rodovias, dos caminhoneiros ou de quem quer que seja que explora crianças e adolescentes ao longo das rodovias. Ressalto que não estou dizendo que os caminhoneiros são os únicos exploradores, porque ao longo das rodovias se estabelecem os bordéis, as redes de exploração e também, nesse meio, estão os caminhoneiros. Em Minas – deve ser do conhecimento da CPMI –, não são apenas os caminhoneiros que estão envolvidos nessa chaga, que é a exploração sexual de crianças e de adolescentes. Existem, inclusive, autoridades e pessoas com outra conotação.

Uma outra questão que gostaria de levantar, como entendimento, para que ganhássemos, como CPMI, ações efetivas, é uma ação que trata com uma estrutura espinhosa – eu, como sociedade civil, preciso falar disso –, que é o entendimento do Judiciário no trabalho com essa temática.

Vamos a diversas regiões do Estado, e o juizado sente-se ainda dono do poder, dono da condução dos rumos da sociedade. É preciso democratizar o Judiciário para haver uma interlocução, um entendimento maior com a sociedade civil. Por que digo isso? Em muitas regiões aonde vamos, o juiz chega a dizer "essa menina está nessa exploração sexual porque ela quer, ela gosta". Ouvimos isso de quem deveria operar o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Quem deveria fazer a lei ser cumprida faz vista grossa, com uma interpretação equivocada do desenvolvimento da afetividade e da sexualidade das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Retorno à questão de priorizar em orçamentos uma ação efetiva de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, porque, até o presente momento, sei da existência de um projeto da sociedade civil, aprovado com recursos do Fundo da Infância e da Adolescência, para tentar amenizar esse problema. Existe muito pouco do Governo estadual para buscar uma solução efetiva para a problemática do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Chamo atenção para a priorização dessas ações, dessas intervenções, para não ficarmos assistindo durante anos, anos e anos à repetição e à constatação desses fatos.

Gostaria de partilhar a minha fala com as pessoas que estão na ponta e que fazem o dia-a-dia, que põem a mão na massa, que não estão nos gabinetes. Os gabinetes fazem parte do dia-a-dia dessas pessoas, mas elas estão na luta, tentando buscar soluções efetivas para os problemas das nossas crianças e adolescentes.

Finalizando a minha participação, coloco muito crédito nessa CPMI, mas que ela não seja mais uma comissão de enfrentamento ao abuso sexual de nossas crianças e adolescentes.

Muito obrigado.

A SRA. MARIA JÚLIA ROSA CHAVES DEPTULSKI – Bom dia para todas as autoridades da Mesa. Agradeço ao companheiro Antônio Coquito por nos haver cedido espaço.

Falo como coordenadora do Fórum DCA de Governador Valadares; Conselheira municipal de direitos, também em Governador Valadares; e Secretária do Juizado de Conciliação, que funciona no Bairro Santa Rita, também em Governador Valadares.

Esse problema da exploração sexual contra crianças e adolescentes não começou ontem, porque venho de uma caminhada de dois mandatos de conselheira tutelar, há quatro anos, não sou mais conselheira tutelar, mas guardo depoimentos de adolescentes que surpreendi em boléias de caminhão, nas BRs da vida, nas madrugadas, quando a Polícia chegava, entregando-as para nós.

Eu me lembro bem de uma adolescente de treze anos que, fugindo da cidade de Caratinga, pegando uma carona, chegou a Governador Valadares com algumas moedinhas na mão e uma sandália enrolada numa folha de jornal que ela tinha ganhado de presente. Vejo aquela menina até hoje. Fazendo uma retrospecção no tempo, essa menina hoje é maior, não tem mais treze anos. O tempo passou, e tudo continua do mesmo jeito. Ela é mãe; nós temos contato, ela já é mãe.

Se não acordarmos e ficarmos nessa de CPI e discussão, discussão e CPI, vai acontecer o que estávamos comentando: a filha dela vai também ser explorada, bem como a neta, não vamos avançar.

Então, precisamos urgente de ações efetivas e concretas. Vamos nos preocupar em agir de maneira simples e objetiva para resolver o problema. Muitas vezes quer se criar um programa miraculoso, que dá muito trabalho, que gera grande investimento. Ah, mas não tem recurso. E muitas vezes de maneira simples, com humildade, ouvindo, com a participação efetiva da sociedade, se consegue avançar, e muito.

Temos alguns exemplos do bairro Santa Rita, no Juizado de Conciliação, onde temos feito alguns trabalhos para tentar amenizar esse tipo de constrangimento que as nossas crianças e adolescentes vivem.

Agora, o que nos indigna é que vemos e acompanhamos na BR-116 crianças que recebemos em Governador Valadares. Temos uma demanda muito grande e uma falta de estrutura também maior ainda. Recebemos meninas de Pernambuco, da Bahia, com 12, 13, 14 anos; elas vêm de carona, e não temos um programa para acolher essas meninas até retornarem.

Aí, o que costumamos fazer? Encaminhamos para a única instituição que abriga menina na cidade, que é apenas uma casa em uma cidade de quase 300 mil habitantes. E o que acontece? Essa menina conta para as internas do antigo orfanato – é um abrigo – as suas experiências, as suas maravilhas e às vezes acaba até indo embora, fugindo da casa e levando alguma das internas. Então, ao invés de se resolver um problema, criam-se mais dois ou três. A situação é muito séria. O caso é gritante e é para ontem.

Desde que deixei de militar no Conselho Tutelar, temos acompanhado casos. Às vezes, muitos da comunidade ainda não sabem que não estou mais no Conselho e freqüentemente chegam até minha casa notícias de meninas de 12, 13 anos vindas de lugares distantes, das mais diferentes formas. Não queremos aqui rotular somente os caminhoneiros. Elas chegam de todas as formas possíveis à cidade.

Temos também um outro problema: a questão do vôo livre. Governador Valadares sedia o Campeonato Mundial de Vôo Livre. Nessa época do Campeonato, temos um grande aumento da exploração sexual, porque a adolescente, a criança está tão carente e abandonada que se apega e é conquistada por qualquer meia dúzia de elogios, ou se vende por qualquer migalha, ou pratinha de dez centavos.

Então, vemos essa situação e entendemos que precisamos de ações concretas e objetivas. Parece que todos estão dormindo. Costumo dizer que parece que as pessoas estão dormindo, pois nos reunimos em seminário, debatemos, discutimos e rediscutimos, acaba-se a discussão e o problema continua da mesma forma.

Então, acho que já passou da hora de procurarmos ações concretas para resolver esse fantasma que está destruindo a nossa população infanto-juvenil.

A SRA. CÁSSIA MARIA – Bom dia! Meu nome é Cássia Maria. Estou representando aqui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Francisco Badaró. Estamos aqui, eu e outro companheiro do Conselho Municipal, para relatar um fato de tamanha crueldade também e tão importante quanto esse.

Estamos numa região próxima à BR-116, porém, no nosso Município, não há asfalto e nenhuma BR. Então, do ponto de vista do Conselho de Direito, do Conselho Tutelar, a exploração sexual se dá, muitas vezes, quando crianças e adolescentes são seduzidas por homens mais velhos, do próprio Município ou dos Municípios vizinhos. Elas "se vendem" por uma voltinha de moto, por um carro, por **status** social. Essa situação, para nós, está fatalmente se encaminhando para a abertura de um bordel. Não temos um bordel, um prostíbulo. Mas, pelo que estamos vendo, pelo andar da carruagem, não está tão longe da nossa região, Francisco Badaró, que não tem nenhuma BR, que está distante a uma hora, uma hora e meia de lá. Isso é uma crueldade, é uma covardia, e temos que pensar a respeito dessa situação.

Acontece exploração sexual nas rodovias? Sim. Temos que atacá-la para defender nossas crianças, mas temos que pensar também que essas crianças, que estão se relacionando com homens mais velhos, recebem uma promessa de casamento, de uma vida melhor. Elas vão trabalhar como empregada doméstica na zona urbana para poder estudar e acabam engravidando. Quando isso ocorre, esse cidadão – não sei se ele pode ser chamado de cidadão – inicia um círculo perverso com uma outra coleguinha, e aqui estamos falando de meninas de 10 anos, 11 anos, 12 anos, 13 anos, 14 anos e 15 anos, que se deixam explorar por um vidro de perfume, o que mostra a vulnerabilidade emocional, que se intensifica muito de acordo com a condição econômica delas.

Foi implantado um Conselho Tutelar, no nosso Município, há pouco tempo. O Estado e a União despejaram tudo na mão de um Município. Estamos falando de municípios pequenos, que não têm receita própria, em que um Promotor e a Polícia Militar ficam desesperados sem saber para onde encaminhar a criança que lhe é entregue pelo Conselho Tutelar. Não dispomos de equipamento social, regional, que trabalhe a família, mas apenas de algumas ações isoladas, alguns programas que pensam somente nos jovens. Todavia, esses programas desconhecem que esses jovens vêm de famílias que também acreditam que aquele cidadão vai dar uma vida melhor para a filha deles, uma vida que vai acabar com esse círculo de pobreza.

Então, temos meninas com sonhos: "Não, Cássia, é meu namorado". E elas o defendem. E, na família, a mãe diz que é o namorado da filha. Até que ela engravide uma, duas, três vezes. Se é namorado, então, por que não se apresenta formalmente? É só namorado nos becos escuros.

Estamos aqui também relatando que não estamos em rodovia, porém, estamos caminhando para esse enorme problema. Não vou falar somente das famílias com vulnerabilidade econômica e financeira, porque existem muitas famílias fragmentadas, – o Antônio Coquito falou aqui, e eu até anotei, da fragmentação da família em qualquer classe social. Quando falamos que tudo é permitido, é porque tem criança de onze, de doze anos que está grávida e que, quando perguntamos se sabe quanto custa um litro de leite, responde: "Então posso abortar".

O que é isso? Onde estamos? Que sociedade é essa? Que futuro é esse que estamos pensando para as nossas crianças?

Realmente, precisamos de políticas sérias, punitivas, para essas pessoas, para esses animais. Um homem de trinta anos que mantêm relação sexual com uma criança de dez, onze, doze, treze, quatorze, quinze anos – isso é algo que não tem explicação, isso é algo que não há como definir – não é um ser humano.

Precisamos também de políticas de prevenção. Fazemos muitas palestras nas escolas. Mas não é só isso. Precisamos resgatar o conceito de família. Não podemos colocar a questão da exploração sexual somente na pobreza. Ela se intensifica na pobreza, mas não é só nela não.

O depoimento que venho fazer aqui hoje é este: vamos olhar para aqueles Municípios que estão também caminhando para isso apesar de não terem rodovia. O Senador Eduardo Azeredo conhece o nosso

Município. Não temos nenhum asfalto lá, mas está acontecendo isso.

O que tenho para relatar são esses problemas que, na maioria das vezes, não há como punir. Quando chega uma denúncia na Polícia Militar, ou no Conselho Tutelar, os pais são os primeiros a dizer: "Não, é namorado da minha filha". Ela com onze anos, e o rapaz com trinta! E a mãe o defende. Como vamos punir? Como vamos encaminhar, se não há uma denúncia formal? O que tenho para relatar é isto: vamos olhar para o lado de cá da BR-116, que não tem asfalto, mas onde o problema está grave.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada. Não tive oportunidade, porque tinha me retirado, de agradecer, mais uma vez, a participação do jornalista Antônio Coquito, da Cássia Maria e da Abigail.

Concedo a palavra à Srª Maria Tereza Pantoja, que é representante da Confederação Nacional dos Transportes.

A SRA. MARIA TEREZA PANTOJA – Bom dia a todos. Estou aqui representado o Presidente da Confederação e dos Conselhos Nacionais do Sest e do Senat, Dr. Clésio Andrade.

O Sest, Serviço Social do Transporte, e o Senat, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, são duas entidades que compõem o sistema CNT, que é coordenado pela Confederação Nacional do Transporte.

Primeiramente gostaria de me desculpar com o jornalista que está aqui ao meu lado. Desconheço o fato de ele ter nos procurado, porque não sou diretora da CNT. Sou do Sest e do Senat. Atuamos em cem unidades em todo o Brasil. Com certeza, se ele nos procurar, será muito bem-vindo, porque temos o objetivo comum não de estigmatizar o caminhoneiro, ou algum tipo de categoria do transporte, mas sim de conscientizar essas pessoas da importância do enfrentamento da violência contra as crianças e os adolescentes.

Gostaria de agradecer ao convite, especialmente do Senador Eduardo Azeredo e da Senadora Patrícia Gomes, para estar aqui e ter esta oportunidade de expor um pouco o nosso trabalho.

A CNT atua há alguns anos tentando fazer a conscientização e a sensibilização para a importância do tema prostituição infantil, mais direcionadas às estradas e a todos os atores do transporte, não só aos trabalhadores, não só aos caminhoneiros, mas a todos os trabalhadores e empresários. Há uma parcela de responsabilidade que é das empresas, e uma parcela de responsabilidade que é dos trabalhadores – não só dos motoristas, mas de todos os trabalhadores do setor de transporte. Temos feito alguns trabalhos de campanha, alguma conscientização.

Você falou um pouco sobre as estatísticas, já as discutimos muito, mas acho que não podemos olhar esse problema sem considerar a pobreza no Brasil, que não pode ser uma desculpa para a não solução de questões específicas, mas também não pode ser desprezado, na medida em que podemos fazer uma série de programas, dos quais a CNT tem participado, para a inclusão e para a criação de oportunidades de emprego para jovens em risco. Existe uma situação, um cenário econômico nacional que nos impede de crescer.

Lembro alguns dados que considero extremamente relevantes para entendermos o contexto – os dados são da Maria Lúcia Pinto Leal, autora do estudo de exploração sexual comercial de meninas, meninos e adolescentes na América Latina e Caribe.

No Brasil, a parcela de renda dos 50% mais pobres, que era de 18%, em 1960, reduziu-se para 15% nos anos 70; 14% nos anos 80; e 12% nos anos 90. Significa que os 10% mais ricos detêm 48% dos rendimentos, que existem 42 milhões de pobres, 30% da população, que não dispõem de meios para atender as necessidades de alimentação, nem as demais necessidades de vestuário, educação, despesas pessoais, habitação, etc., que sejam compatíveis com o nível de despesa alimentar. Temos 16,6 milhões de indigentes. Eles nem sequer são capazes de atender as necessidades de alimentação. Isso explica parte do problema. Não justifica, mas explica.

Há maior incidência de indigentes e pobres nas zonas rurais e no Nordeste, acumulando-se a desigualdade regional com a desigualdade social, o que é muito perverso. Nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, no entanto, a pobreza é um fenômeno predominantemente metropolitano. Metade das crianças e adolescentes está em famílias que têm até meio salário mínimo de renda **per capita**. Mais da metade – 51,3% das crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos – está no mercado de trabalho, mas somente um terço tem carteira assinada.

Dados do IBGE mostram que 20% dos brasileiros trabalham antes dos 10 anos, e 65,7%, antes dos 15. Dos adolescentes brasileiros de 12 a 15 anos, 63,5% não têm quatro anos de estudo. Dos estudantes, 95% repetem alguma série e somente 33% completam a oitava série. Um terço das crianças brasileiras padece de alto grau de desnutrição. Em 17 das 27 Unidades Federativas, mais de 47% das crianças de 0 a 6 anos vivem em domicílios com abastecimento de água inadequado. Segundo a PNAD de 1988, 200 mil crianças e adolescentes se declararam vítimas de agressão física. Mais de 4.000 adolescentes podem estar sendo

exterminados nas ruas a cada ano se as tendências dos últimos anos se mantiverem.

A violência social se articula à violência doméstica, obrigando meninas e meninos a viverem da prostituição para sobreviver, com maior incidência de meninas, configurando a dominação de gênero. A idade das crianças e adolescentes submetidos à exploração sexual no Brasil oscila entre 10 e 19 anos e tanto pode ser do sexo feminino quanto do masculino, de todas as classes sociais e etnias. Em todo o mundo há cerca de 1 milhão de crianças inseridas no comércio sexual e na pornografia. A situação de pobreza e a violência doméstica intrafamiliar e extrafamiliar têm sido condição fundamental para que milhares de crianças e adolescentes se transformem em grupos vulneráveis à exploração sexual comercial e outros tipos de violência.

Por que resolvi fazer esse pano de fundo? Por causa da atuação do sistema CNT e do Sest/Senat, que se propõem ser um serviço social atuante onde essas pessoas vivem, onde os problemas ocorrem. Esses serviços não atuam só nas rodovias. Temos postos de atendimento nas estradas e também nas grandes cidades. Desejamos contribuir não só para conscientizar, mas também para ajudar os pais no cuidado com os filhos, mesmo com uma renda bastante limitada, a fim de que ajudem os filhos a se inserirem no mercado de trabalho e não saírem do núcleo familiar, porque é isso que faz com que se prostituam.

Penso que demos alguns passos com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei nº 8.069, que trouxe para o campo da norma legal vários avanços e conquistas, frutos de uma intensa articulação dos movimentos sociais na área da infância e da adolescência.

No ano de 2002, foi criado o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente, e ele tem esse plano, do qual recebi uma versão mineira. Esse comitê é composto tanto por entidades governamentais como não-governamentais, entidades da sociedade civil, organismos internacionais. Todos nós, no mundo inteiro, enfrentamos esse problema da violência contra a criança e o adolescente.

Fiquei satisfeita de ver aqui a Bete Leitão. Vai haver uma reunião depois de amanhã em Brasília sobre esse assunto. Queremos fazer uma articulação nacional para uma paralisação, um momento de reflexão sobre a importância desse enfrentamento, de forma bastante objetiva. Como nós temos 100 unidades no País inteiro, grande parte em estradas, mais de 50, e outras em algumas cidades de grande porte, estamos pensando em fazer uma grande campanha.

Esse problema existe, é da sociedade toda, é dos caminhoneiros, é dos empresários de transportes, dos adolescentes, da sociedade inteira como um todo, da dona-de-casa, é um problema meu, é dos senhores que são parlamentares, é um problema do País.

O Sesc/Senat vem tentando fazer alguma coisa e este ano estamos desenvolvendo o plano nacional do setor de transporte em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Esse plano visa posicionar o setor de transporte diante dessa essa questão e é composto por duas questões: ações de mobilização, sobre as quais só posso dizer que estamos em planejamento, junto com o pessoal da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que vai nos ajudar a elaborar isso; e ações de prevenção, que são as nossas ações cotidianas dentro das unidades do Sesc/Senat.

As ações de mobilização envolvem o lançamento do plano do setor de transportes especificamente, a participação nesse comitê que já está formado, a organização em âmbito nacional, estadual e municipal, conjuntamente com setores governamentais e sociedade civil, da mobilização no dia 18, a distribuição de uma carta aberta do setor de transporte em defesa desses direitos da criança e do adolescente, a articulação dos conselhos regionais, que têm um peso político dentro de cada uma das regiões do país e nacionais do Sesc/Senat, junto às empresas, para que elas assumam parte da sua responsabilidade nessa questão, e a questão da promoção da campanha em si, sobre a qual estamos discutindo como pessoal da Secretaria.

A primeira das nossas ações de prevenção são ações de capacitação do corpo de instrutores do Sesc/Senat, com o objetivo de preparar o trabalhador do setor de transporte para atuar na defesa do direito da criança e do adolescente no enfrentamento da exploração sexual.

Isso é muito importante, porque eles atuam como multiplicadores de uma idéia. Os caminhoneiros, os arrumadores de carga, os motoristas, os cobradores de ônibus urbanos, enfim, todos os tipos de trabalhadores têm a capacidade de multiplicar esse tipo de idéia. Fazemos uma formação muito específica com eles.

Fizemos uma inserção no Programa de Desenvolvimento Profissional do Sesc/Senat de conteúdos referentes aos direitos da criança e do adolescente e da responsabilidade social de todos os membros da sociedade, para romper o tabu e o silêncio que cercam a questão. Isso é uma coisa muito importante. Se não discutirmos essa questão, não vamos resolver problema nenhum, vamos ver como se fosse um problema de longe.

Temos parcerias com o Governo e instituições não-governamentais para inclusão de jovens em risco nos cursos de capacitação do Sesc/Senat, prevenindo sua inclusão na rede de exploração sexual – por exemplo, o Programa Segundo Tempo, em articulação com o Ministério dos Esportes. São muito importantes essas parcerias no esporte, com o objetivo de ampliar a atividade esportiva entre crianças e jovens.

O programa é realizado fora do turno escolar, por meio de ações integradas com o setor educacional do Sesi/Senat, com a meta de apoiar oito mil crianças em todo o País. Esse programa está articulado com o nosso programa de escolas esportivas. Há várias modalidades, como natação, hidroginástica, ginástica, capoeira, artes marciais, futebol, handebol. Atendemos, no ano passado, 15 mil crianças. Esse programa de iniciação esportiva dá ênfase ao caráter educativo, à formação e ao desenvolvimento de valores, a atitudes e mudanças de comportamento, com o foco no companheirismo e no respeito ao adversário. São conceitos a que principalmente as crianças de baixa renda precisam ter acesso, porque, às vezes, as famílias não estão capacitadas para oferecer isso a elas.

Há uma oferta de bolsa de estudos para o jovem em situação de risco. Há um determinado número de vagas em cada turma que abrimos em todo o País para esses jovens, para que eles possam se inserir no mercado depois.

Temos realizado campanhas, como a chamada Empresa de Transporte em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é diretamente veiculada para os empresários por uma rede interna de televisão e que atinge 1,5 mil pontos em todo o País. E há uma segunda campanha, O Motorista Voluntário em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que visa muito a se tirar esse estigma, dizendo: "Vocês podem ser agentes de enfrentamento, sem ser vistos pela sociedade como responsáveis por isso".

Há o projeto de preparação de jovens para o primeiro emprego. Há um projeto piloto, para o qual já capacitamos este ano 250 jovens em Montes Claros – a Neide é de lá, e estávamos conversando – e em Fortaleza e que foi implantado este ano em nível nacional.

Há o projeto do menor aprendiz, que compreende um curso de 480 horas, já implantado em Goiânia, em Natal e em Porto Alegre – esse curso está se iniciando este ano em Curitiba. Há o programa de serviço civil voluntário – foi feito um piloto em Manaus muito interessante, em que atendemos 500 jovens –, que atende jovens em risco de exclusão social na faixa de 18 e 21 anos. São jovens socialmente vulneráveis e carentes que vivem em situação de pobreza crítica e que estão sujeitos à discriminação racial e sexual. Oferecemos cursos nas áreas de mecânica, arrumação de cargas, cobradores, informática, direcionando esses jovens para o mercado de trabalho.

Sabemos que muito precisa ser feito e que precisaríamos não só de recursos, mas de uma ação conjunta da sociedade, para, efetivamente, resolvermos isso. O sistema CNT, por meio do Sesi/Senat, está tentando fazer a sua parte. Obviamente, podemos multiplicar isso, se parcerias profícuas vierem.

Sabedores dessa importância – sabemos que estamos presentes em âmbito nacional, pois mais de 100 unidades estão distribuídas por todos os Estados brasileiros – e da nossa obrigação em cumprir nossa missão de educar, no sentido amplo, o trabalhador de transporte, o sistema CNT está se dispondo a colaborar com quaisquer ações que surjam a partir desta oportunidade.

Gostaria de agradecer muito a atenção de todos e fico à disposição para maiores esclarecimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Gostaria de agradecer também a exposição dA SRA. Maria Tereza Pantoja.

Num segundo momento da audiência pública, iremos discutir com a sociedade civil as questões relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes. Mas, com o imprevisto do grande atraso do Sr. Lourivaldo Fernandes, que é Secretário do Sindicato dos Caminhoneiros – a última informação é a de que ele ainda se encontra bem distante de Belo Horizonte, com um problema no carro –, por sugestão do Senador Eduardo Azeredo e do Deputado Eduardo Barbosa, poderíamos ouvir algumas pessoas nesta nossa audiência antes da chegada do representante do Sindicato dos Caminhoneiros. Eu só pediria que fosse uma palavra breve, para que os Parlamentares que compõem a CPMI pudessem proceder às perguntas, às sugestões e aos encaminhamentos. Logo em seguida, eu passaria a palavra à Deputada Maria do Rosário, para que possa iniciar as suas perguntas.

Eu gostaria de perguntar àquelas pessoas que vou citar se estariam dispostas, neste momento, usando o microfone – aqui embaixo, porque, infelizmente, na mesa não há mais condições –, a fazer, em três minutos, uma intervenção.

Consulto o Subsecretário dos Direitos Humanos e Presidente da Comissão Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Deputado João Batista de Oliveira. Em seguida, falará o Vice-Presidente do Conselho Estadual, Irmão Mesquita, e o Dr. Ronald, Procurador de Justiça também presente aqui.

Agradeço à Secretária Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Drª Beth Leitão,

que também nos dá o privilégio e a honra de contar com sua presença aqui hoje.

Concedo a palavra ao Sr. João Batista de Oliveira.

O SR. JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos!

Srª Presidente desta CPMI, Senadora Patrícia Saboya Gomes; meu caro Senador Eduardo Azeredo; Deputado Eduardo Barbosa; componentes da Mesa; Srªs e Srs. Deputados; convidados; conselheiros aqui presentes, como gestor do sistema e Subsecretário dos Direitos Humanos do Governo de Minas Gerais, não me cabe aqui, em respeito à pauta, aos Parlamentares e aos convidados, fazer nenhuma defesa do Governo de Minas. Mas, em relação à fala do jornalista Antônio Coquito, eu gostaria de dizer que, neste momento, não dá para ficar apontando Governo Estadual, Federal ou Municipal, porque se trata de uma questão de toda a sociedade brasileira.

Ele falou sobre a omissão do Governo Estadual. O Governo de Minas Gerais tem um programa que, na minha opinião, se não for o melhor, empata com os melhores do Brasil, o Criança na Escola aos Seis Anos de Idade, que começou este ano. Isso, por si só, mostra que, com toda a dificuldade financeira por que passam os Estados, o Governo de Minas tem compromissos, sim.

Eu gostaria de encerrar esta minha fala neste ponto. Mas quero dizer que não concordo, até porque o Ministro esteve aqui representando o Governo Federal, falou que ia mandar cinco mil computadores para os Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas todo dia recebo a cobrança de que os computadores não chegaram. E não foi o Governo de Minas que prometeu esses computadores. Então, encerro esta parte.

Como Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, eu gostaria de dizer que temos propostas. Tomamos posse na semana passada, mas temos propostas, e uma delas, em conjunto com a Sociedade Mineira de Pediatria e a Associação dos Conselhos Tutelares, vai em direção à questão dos caminhoneiros do Brasil. Nós, que moramos no interior do Estado, temos uma abordagem um pouco diferente em relação a isso. Vemos que os caminhoneiros são vítimas até de constrangimento, porque muitos levam as suas famílias. Vemos o caminhoneiro com a sua esposa e os filhos fazendo comida no mesmo posto onde há exploração sexual. Então, gostaríamos de trabalhar mais a figura do caminhoneiro cidadão.

Temos um projeto com a Sociedade Mineira de Pediatria e a Associação dos Conselheiros, em parceria com o Ministério Público – é um grupo de trabalho –, para divulgar o Disque Direitos Humanos de Minas Gerais, o serviço de número 0800311119, que recebe quinze mil chamadas por ano. E mais de 50% dessas chamadas são relativas a crianças e adolescentes.

Gostaríamos de compartilhar com os caminhoneiros uma espécie de adesivo, algo com a inscrição: "Movimento Caminhoneiro Cidadão. De prostituição infantil, eu não participo. Denuncie". Queremos, em vez de expor os caminhoneiros como agentes, convocar aqueles que não participam dessa prática, bem como as empresas-cidadãs que empregam esses caminhoneiros. A nossa proposta se dá nessa direção.

E outro programa com que estamos trabalhando se refere à capacitação. Amanhã mesmo, começam os cursos em Montes Claros, em parceria com o Ministério Público e o Instituto Telemig/Celular, que é um exemplo para todo o Brasil em relação à capacitação de conselheiros. Agora, vamos criar a Escola de Conselhos, que é o que existe de mais importante, porque o conselheiro tem uma rotatividade muito grande. Quando ele sai do Conselho, não deixa de ser conselheiro, passa a ser uma reserva moral daquela comunidade. Então, quanto mais conselheiros capacitarmos, mais estaremos transformando essa realidade, por meio dos conselheiros que estão da ativa e também dos ex-conselheiros, que continuam atuantes nas suas comunidades.

Um programa em que atuamos e estamos montando agora para trabalharmos junto ao Conselho e ao próprio Governo do Estado, buscando recursos junto ao Governo Federal, é o Programa de Volta para a Casa. Minas Gerais é por onde passam as pessoas, as crianças e os adolescentes vêm de outros Estados. Precisamos que o Governo faça um investimento financeiro mesmo, a exemplo do que acontece, Senadora, em relação a "O Agente Jovem". Nesse Programa, o menor em conflito com a lei ou naquela divisa recebe um recurso financeiro, para terminar a suplência. Por que não combater essa prostituição, conforme foi dito aqui, essa exploração disfarçada pelo namorado, etc? Poder-se-ia combater, dando algum recurso financeiro para que elas freqüentem a escola e voltem para a casa. Minas Gerais é uma rota de passagem, desce de um carro e passa para o outro e não é só caminhoneiro, é carona também, ônibus, dinheiro pagando passagem, não é só caminhoneiro.

Gostaríamos de montar um programa tipo de "Volta para a Casa".

Agradeço e cumprimento a Comissão.

Contem conosco aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Muito obrigada ao Sr. João Batista de Oliveira.

Passo a palavra, neste momento, ao irmão Mesquita, para que também possa, em três minutos, se assim for possível, fazer a sua intervenção.

O SR. IRMÃO MESQUITA – Só peço que o relógio fique parado durante esses três minutos.

Uma saudação à Mesa, às pessoas conhecidas dessa luta e a todos os presentes aqui.

Não sei de quantas CPIs já tive a oportunidade de participar nesta Casa, não sei de quantas conferências municipais, estaduais e nacionais sobre crianças e adolescentes temos participado. Acredito que muitos dos presentes aqui também.

A grande tristeza que temos é que o assunto é o mesmo, o repeteco é o mesmo. Perguntamos: e a prática?

Esta CPI está tratando desse tentáculo terrível, que é a massa que sufoca a infância brasileira, Digo tentáculo porque hoje estamos discutindo aqui o abuso, a violência sexual nas estradas. Depois, há a violência e o abuso de crianças e adolescentes nas cidades, pelas ruas afora, e dentro da própria família, dentro da realidade turística. No final, o que vamos ter de positivo e de concreto para fazer?

Um grande valor, um grande pedido que considero que posso fazer em nome de Minas Gerais é que esta CPI não demore um ano, um ano e meio ou dois anos para nos trazer os resultados, porque conhecemos a realidade. Os resultados, para todos nós que militamos nessa realidade brasileira, sabemos quais são, onde vai acabar aquela menina ou até aquele garoto de programa. Onde vão parar, mas queremos um resultado concreto, para que possamos trabalhar.

Nesse ponto, daríamos uma sugestão para que não esperem que esta CPI acabe. Na medida em que vão surgindo os assuntos concretos, distribuam para os Conselhos Estaduais, para os Conselhos Municipais, para que a ação venha de imediato, para que, depois de tanto trabalho, não caia no esquecimento, como aconteceu com tantas outras CPI's.

O jornalista Coquito falou muito sobre as políticas públicas. A solução, tanto do trabalho infantil, dessa realidade da criança e do adolescentes explorados sexualmente, está dentro de um artigo de lei, o de nº 227, que tem a sua base também em leis internacionais, na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; um art. 227 encontra a sua possibilidade de ação no Estatuto da Criança e do Adolescente; um Estatuto que necessita do Conselho Estadual de Conselheiros Municipais eficiente e funcionando.

Hoje se fala do trabalho em rede, mas a rede nem sempre é constituída. A partir do momento, srs. participantes desta Comissão, que tomarmos a consciência de que os governos, nos diversos níveis, tomaram a consciência do que significa política e socialmente um conselho estadual, um conselho municipal e um conselho tutelar, compreenderemos que a arma está aí para podermos acabar com toda essa desorganização da política em torno dessas realidades sociais da criança e do adolescente. É necessário tomar essa consciência. Há uma lei, considerada a melhor do mundo, mas fragilizada por falta dessa consciência que nós, brasileiros, não tomamos.

Assim, uma CPI para poder realizar os seus propósitos terá que fortalecer os conselhos, principalmente os conselhos estaduais, procurando regionalizá-los, a fim de que se organize a rede de proteção à criança e ao adolescente nas diversas áreas; ou seja, na área da violência sexual, na área do trabalho infantil, na área do trabalho doméstico e em todas as outras áreas.

Aqui se falou muito de todas as situações, mas em nenhum momento se falou da escola. É necessário profissionalizar e preparar quem está na direção dessas escolas, para que essa pessoa tenha a consciência desse dever. Não se pode estabelecer a cultura no Brasil de que a criança da escola da periferia, a criança da escola rural é produto fácil para o caminhoneiro, para o posto de gasolina ou para a violência sexual.

Concluindo, é preciso dar atenção às escolas, a fim de se formar a consciência de que a responsabilidade começa também ali.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Passo a palavra ao Dr. José Ronald de Albergaria, Promotor de Justiça, para que possa se pronunciar.

O SR. JOSÉ RONALD DE ALBERGARIA – Primeiramente, gostaria de parabenizar V. Exª, ilustre Senadora Patrícia Saboya, em função do seu empenho em combater esse grave problema que assola a nossa infância e juventude no Brasil; ou seja, a exploração sexual infanto-juvenil.

O irmão Mesquita foi muito feliz quando falou a respeito da criação e da necessidade de se fortalecer os conselhos municipais dos direitos, dos conselhos tutelares e dos fundos da infância e adolescência. A própria Constituição da República, em seu art. 227, e também o Estatuto da Criança e do Adolescente são muito claros quando definem o alicerce desse sistema de garantias e de proteção à nossa infância e juventude e que vem centrado em dois pilares fundamentais: a prioridade absoluta de atendimento e a doutrina da proteção integral; ou seja, querer para os filhos dos outros os mesmos direitos que eu desejo ver aplicados para os meus próprios filhos. Eu venho dizendo isso sempre, quando me dão a palavra. Essa é realmente a questão básica que devemos discutir aqui. Por quê? O que acontece hoje no Brasil? Há um grande contraste:

de um lado, um País riquíssimo, 11º PIB, 13ª economia, 5º maior produtor de alimentos: de outro lado, o contraste, a tragédia, uma Nação paupérrima, a 69ª em qualidade de vida, 30 milhões de crianças e adolescentes vivendo abaixo da linha da miséria. Tudo isso já foi dito aqui hoje. Nós podemos ficar aqui chorando, lamentando indefinidamente, uma CPI, mais outra e mais outra e daqui a trinta anos estaremos caminhando da mesmíssima forma. A solução do problema, volto a fazer minhas as palavras do irmão Mesquita, é o fortalecimento das redes de atendimento. É preciso então que exista uma interlocução, um congraçamento entre o primeiro setor, o Poder Público, o segundo setor, o mundo empresarial e o terceiro setor, as ONGs. Minas Gerais dá um exemplo disso, com um projeto de excelência, tanto que, em nível federal, ele vai ser copiado e multiplicado para todos os Estados da Federação.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Instituto Telemig Celular, Governo do Estado – o que estamos fazendo aqui, hoje? Criando os Conselhos Municipais nas nossas 853 cidades, Conselhos Tutelares e os Fundos da Infância e Adolescência. Em 11 anos e meio de vigência do Estatuto não chegávamos aqui a 300 Conselhos funcionando. Um ano e meio depois dessa parceria, já chegamos a mais de mil Conselhos, entre os de Direito, os Tutelares e os Fundos criados em Minas Gerais.

Na prática, o que isso significa? Para que vocês tenham uma idéia, estamos falando, aqui, de exploração sexual infanto-juvenil. O policial rodoviário federal vê o problema, faz a primeira abordagem e, depois, o que acontece com o aliciador, com o abusador da criança ou do adolescente? Ele pode até ser processado, vai até para a cadeia, quem sabe, mas e a criança, o que acontece com ela? E com a adolescente?

Hoje, o Márcio Rogério, Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, que trabalha no Centro de Apoio Profissional à Infância, vai a São Francisco em função de uma denúncia do Conselho Tutelar. O que se apurou? Que autoridades civis da Comarca vinham abusando de mais de 20 adolescentes. A Promotoria local, tomando ciência do absurdo, já se posicionou, ouviu essas crianças, e o Márcio Rogério sobe, hoje, para São Francisco, juntamente com uma equipe da Polícia Civil de Minas Gerais, da própria Corregedoria da Polícia Civil, os exploradores serão, acredito eu, com a participação efetiva do Judiciário local – peço a Deus que isso aconteça – presos preventivamente, o processo vai ter a sua seqüência e, mais do que isso, a comunidade, agora – e estávamos falando da formação de uma rede de atendimento – vai dizer: "Olha, alguma coisa está acontecendo aqui."

Precisamos criar programas de família específicos para esse caos e, pasmem, desde o ano de 2000 há um documento da Promotoria de Teófilo Otoni, Vale do Mucuri, Promotor Márcio Rogério de Oliveira, à época endereçado ao então Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretário de Educação, Professor Murilo Hinguel, denunciando todas essas práticas que vinham acontecendo em Minas Gerais e propondo algumas sugestões, quais sejam: compor uma Comissão – gostaria, **a posteriori**, de passar às mãos de V. Exª, porque o problema é o mesmo – específica para a elaboração e implantação de um Plano Estadual de Combate e Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com representantes do Poder Judiciário, porque, como aqui foi dito, os juízes nada fazem, encastelam-se, engessam-se dentro de seus gabinetes, Ministério Público, Polícia Judiciária, Polícias Rodoviária, Federal e Estadual, Assembléia Legislativa e, evidentemente, daqui da Secretaria de Defesa Social também.

A segunda providência: na elaboração do Plano estabelecer algumas diretrizes básicas como, por exemplo, a elaboração de um diagnóstico. Parece-me que esse diagnóstico não existe em Minas Gerais. Talvez com base nas conclusões e dados apurados por esta CPMI, identificando-se os Municípios mais afetados pelo problema a serem atendidos prioritariamente. Sensibilização e engajamento efetivo do Governo do Estado, Municípios envolvidos e sociedade civil, visando a garantir o financiamento e a manutenção de programas de apoio, com os respectivos programas pedagógicos e projetos de profissionalização e geração de renda, bem como a contratação de pessoal capacitado e mobilização de voluntariado para a condução de tais projetos.

Terceiro: engajamento, por meio de parcerias, incentivos e aparelhamento adequado, das Prefeituras municipais, Conselhos Tutelares e entidades não governamentais existentes nos Municípios envolvidos, bem como de entidades representativas das classes dos caminhoneiros, donos dos postos de gasolina existentes nas estradas e empresários do ramo de hotelaria.

Quarto: estabelecimento de um sistema integrado entre os diversos órgãos envolvidos, com ênfase para o Ministério Público Estadual, o Ministério Público do Trabalho, as Polícias Rodoviária e Judiciária, que já dispoem de pessoal e veículos, visando a encontrar e resgatar as adolescentes dos pontos ou locais onde estiverem se prostituindo, identificando os possíveis aliciadores e levando-as para casa de passagem, onde seriam recepcionadas por pessoas capacitadas, apurando-se a situação sócio-familiar de cada uma e aplicando, com eficiência, as medidas protetivas e

repressivas necessárias, de modo individualizado e abrangente.

Quinto: estender o Programa Sentinela, do Governo Federal, a todos os municípios afetados pelo problema e não apenas a alguns, principalmente nas regiões Norte: Mucuri e Jequetinhonha.

Finalmente, exigir maior participação das prefeituras municipais, na elaboração e condução dos programas de apoio.

Com relação à mobilização, é um trabalho do Ministério Público Estadual – são 287 colegas no interior nas Promotorias da Infância e Juventude, que já começam a criar e a fortalecer as redes de atendimento local.

Gostaria de ressaltar para esta ilustre Comissão e, evidentemente, também para a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – contra isso venho me debatendo e dizendo e não vou cansar de repetir – que não existe em Minas Gerais, em Belo Horizonte, uma vara criminal específica para o julgamento dos abusadores sexuais, não existe. Não sei por quê. Fui promotor do crime em Belo Horizonte durante seis anos. Quando se processava alguém, víamos que geralmente a violência sexual era intrafamiliar. Dessa forma, quando essa violência chegava ao conhecimento público, e o abusador era denunciado e processado criminalmente, como geralmente esses delitos são cometidos às escondidas, às ocultas, não existindo o flagrante, o abusador continuava dentro de casa, e o processo tramitava em vara criminal durante dois anos. Quando a sentença condenatória era lavrada, havia possibilidade de recurso ao Tribunal de Justiça. Em média, tínhamos de quatro a cinco anos para que houvesse uma condenação criminal transitada em julgado, o que é um absurdo.

Gostaria, então de solicitar a V. Exªs que houvesse um esforço comum, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, no sentido de que tivéssemos, não só em Minas Gerais, mas de resto em todos os Estados Federados, varas criminais especializadas para o julgamento de abusadores.

Em Minas Gerais, não temos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço. Muito obrigada.

Agradeço também a participação do Dr. Ronald e passo a palavra à nossa querida parceira Beth Leitão.

A SRA ELIZABETH LEITÃO -- Bom dia a todos, bom dia à Mesa. Quero falar que carinhosamente a Senadora Patrícia me convidou para fazer uso da palavra. Agradeço a S. Exª o convite.

Meu nome é Elizabeth Leitão, atualmente estou trabalhando com o Ministro Nilmário de Miranda, coordenando a área de enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual de crianças e de adolescentes.

Quero dizer, Deputada, Senadoras, Senadores e a todos presentes, que, assim como V. Exª veio do Ceará, eu vim de Minas, mas de uma cidade plantada à margem da Rio/Bahia. Sei muito de perto o que é isso de estar nas linhas que cortam este País e nessa relação de ir e vir, e sei também, com o trabalho que temos feito dentro da Secretaria, quanto essa questão nos angustia. Estamos com muita ansiedade para a chegada desse relatório.

Esse relatório, pela seriedade com que tem sido conduzido – e somos prova disso –, vai nos dar cada vez mais condições de qualificar aquilo que estamos fazendo, aprofundar o que estamos fazendo, aumentar a abrangência daquilo que estamos fazendo, não só porque essa é uma prioridade da Secretaria Geral dos Direitos Humanos, mas essa também é uma prioridade do Governo do Presidente Lula. Dizer "não" a essa iniqüidade é o que nos move a cada dia. Sei que move cada um dos senhores aqui como militares que são da área da criança e do adolescente.

Rapidamente, agradeço a todos por estarem em Minas Gerais. Muito obrigada por estarem justamente apurando esse crime da exploração sexual que acontece no entorno de nossas cidades. Certamente, Caratinga também será vista por esta CPI.

Muito Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Drª Beth, por suas palavras.

Antes de passar a palavra à Deputada Maria do Rosário, ao Senador Eduardo Azeredo e aos demais Parlamentares, gostaria de fazer um breve relato sobre esta CPMI, até para facilitar o nosso debate e a nossa discussão.

Ouvi atentamente algumas sugestões e idéias aqui apresentadas. No entanto, gostaria de dizer da angústia de todos nós que militamos nessa área há muitos anos, como a Deputada Maria do Rosário, o Senador Eduardo Azeredo, eu e tantos outros presentes nesta audiência, da nossa vontade em ver as coisas acontecendo na prática. Ou seja, pararmos de discutir e colocar em prática o de melhor que aqui foi proposto.

Quem milita nessa área sabe da nossa vontade de tomarmos iniciativas, às vezes em áreas que sequer são da nossa competência -- tantas e tantas vezes desabafamos entre nós mesmos – enfim, angustia-nos esperarmos as coisas acontecerem. Quantas e quantas vezes ouvimos, nos depoimentos a esta CPMI dados por Policiais Federais, Rodoviários, Estaduais, ou mesmo dos Conselhos Municipais e dos Conselhos

Tutelares dizerem-nos que basta irmos à rua tal, a tal hora para encontrarmos essas meninas lá, sendo exploradas sexualmente.

Vejo isso na minha terra, no Estado do Ceará, em Fortaleza, uma cidade tão linda, quando passo pela beira-mar. Realmente, ali estão as meninas. Por que as coisas não se resolvem depois disso tudo? Por isso, instalou-se esta CPMI. A última CPMI do Congresso Nacional ocorreu a mais ou menos dez anos, isso depois de amadurecermos essa possibilidade, depois de discutirmos, inclusive com a própria sociedade, chegamos à conclusão de que esse era o momento de instalarmos uma CPMI que pudesse investigar e tivesse como foco as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no nosso País.

É isso que temos feito desde junho, quando a CPMI foi instalada: ouvimos as denúncias e as realidades de todas as cidades do nosso País, buscando alternativas para que possamos encontrar soluções que nos ajudem a enfrentar o fenômeno da violência sexual, que certamente não será resolvido do dia para a noite.

Nós, que militamos nessa área, podemos dizer que há muito temos conhecimento desses fatos. Então, a CPMI foi instalada em junho do ano passado, tendo como objeto as redes de exploração sexual. Buscamos, por meio de um plano de trabalho ter um olhar por todo o País, realmente regionalizar alguns desses casos para que pudéssemos ter uma visão e uma atuação efetiva de todos os Parlamentares que desejam ver, em seus Estados, o problema da exploração sexual sendo enfrentado.

Portanto, esta CPI, além de ter um eixo investigativo, que busca desbaratar as redes que exploram crianças e adolescentes, também tem o eixo das políticas públicas, que oferecerá, em seu relatório final, alternativas e propostas, as quais estão sendo amadurecidas, juntamente com toda a sociedade, que tem nos ajudado de forma espetacular, que tem sido nossa principal aliada em todos os momentos, tais como, nos depoimentos e nas contribuições.

Além das políticas públicas, e já estamos trabalhando nisso, nos reunimos, na semana passada – a primeira reunião – com o grupo que está elaborando algumas alterações legislativas que irão facilitar o trabalho daqueles que militam na causa dos direitos de crianças e de adolescentes.

Portanto, essa CPMI tem buscado uma visão ampla sobre todos os problemas relacionados à questão da exploração sexual. Escolhemos, sim, alguns casos, que estamos chamando de casos emblemáticos, que estão sendo investigados pelo Ministério da Justiça e pela Polícia Federal. Esses casos, na verdade, representam esse olhar amplo que a CPMI tem buscado ao longo dos seus meses de funcionamento.

Considero de fundamental importância os depoimentos que ouvimos aqui hoje. Penso que eles irão dar também uma grande contribuição ao relatório, da Deputada Maria do Rosário, que tem estado atenta a todas as audiências públicas, a todas as diligências, a tudo, enfim, a todo processo que essa CPMI tem colocado para dar uma resposta positiva a toda nossa sociedade, como colocou tão bem aqui o Irmão Mesquita, que milita há tanto tempo nessa área, que tem sido também um grande parceiro. E percebo na sua fala a angústia de ver que algumas coisas possam na verdade ser resolvidas, porque muitas vezes não é o recurso, muitas vezes também é uma mudança cultural que precisa acontecer neste País.

E esta CPI também tem esse objetivo: que é justamente buscar fazer uma mobilização na sociedade sobre esse problema, que todos já conhecemos, mas muitos certamente precisam ainda acordar no nosso País para essa realidade, tendo uma atuação mobilizadora e conseguir na verdade romper o silêncio que circunda a questão dos crimes sexuais no nosso País, principalmente aqueles relacionados a crianças e a adolescentes, que têm rompido esse medo, a vergonha, o preconceito, e têm ido dar o seu testemunho, o seu depoimento.

Imaginem aqueles que têm filhos e filhos pequenos e sabem como é difícil, como é doloroso para uma criança de dez, onze, doze anos, diante de uma CPMI, com Parlamentares de diversos Estados, abrirem o seu coração para dizerem o que aconteceu consigo, a sua história. E essa história hoje tem a nossa responsabilidade, a responsabilidade de cada Membro desta CPI, o cuidado, a cautela de enfrentar um problema tão difícil. Mas ao mesmo tempo sabemos que existem, sim, soluções que podem ser praticadas e que podem transformar essa situação, essa realidade tão dura, tão perversa, tão difícil, como ouvi hoje aqui nos depoimentos de cada uma das pessoas que nos falaram.

Portanto, faço esse esclarecimento para mostrar o trabalho que a CPMI vem fazendo. Não temos a ingenuidade – e tenho dito isso desde o início – de imaginar que a CPI, por si só, irá resolver o problema da exploração sexual de crianças e de adolescentes no Brasil, mas ela pode, sim – e está dando e estará dando ainda mais –, ao final desse relatório, dar uma grande contribuição na questão da mobilização da sociedade, na questão da construção dessas políticas públicas, das alterações legislativas que se fazem necessárias para que a gente possa partir certamente, e se Deus quiser, para uma outra pauta, para uma outra

agenda, em que, certamente, a sociedade irá contar também com a atuação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos de Crianças e de Adolescentes do nosso País, que os Parlamentares desta Mesa, desta CPI também fazem parte.

Agradecço a todos pelos depoimentos.

Gostaria de passar a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, Vice-Presidente desta Comissão, para que possa dar uma palavra, e, em seguida, imediatamente, à Deputada Maria do Rosário para que possa iniciar as suas perguntas e os seus questionamentos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Srª Presidente, senhoras e senhores, quero apenas dizer da minha crença de que a solução de toda essa problemática que estamos discutindo aqui está na educação. Não vejo outro caminho mais duradouro do que esse. É na educação das crianças, na educação dos jovens, na educação dos caminhoneiros, no preparo dos professores, em todos os pontos em que a educação está presente. Evidentemente que a repressão é um ponto importante, é a repressão atuando onde a educação não tiver conseguido agir. São panfletos, são papéis que podem alertar os caminhoneiros para evitarem aqueles pontos onde existe uma exploração de crianças e adolescentes e onde houver essa definição, que haja, então, a punição exemplar daqueles que são os atravessadores. Como tudo na vida, os intermediários é que acabam sendo os agentes mais complicados no processo. São aqueles intermediários que iludem os jovens e as jovens e acabam ganhando dinheiro nessa rede de exploração.

Portanto, acredito na questão da educação. A dificuldade existe ainda, às vezes, do ponto de vista legal. Vejam bem que a sociedade moderna vai-se reciclando. Há o problema da Internet, que é grave e que não é fácil elaborar-se uma legislação.

Sou da área de Informática, da área de tecnologia e tenho estudado lá. Existem projetos no Senado, mas só que não temos como barrar a entrada de Internet de fora do Brasil. As mensagens de provedores brasileiros, até temos como fazer uma restrição, mas o que acontece, por exemplo, de pedofilia no exterior é alarmante, e contra isto não temos como agir. Só se fizermos como Fidel Castro fez em Cuba, que proibiu a Internet. Seria uma solução radical que, evidentemente, não queremos. Isto é só para se ter uma idéia. Nós ainda estamos discutindo muito como fazer para colocar regras em cima da questão da Internet e localizar aqueles que também exploram a rede por esse caminho da tecnologia moderna.

Portanto, Srª Presidente, quero apenas agradecer também a presença de todos aqui e por esta oportunidade de podermos participar e discutir essa grave questão para a sociedade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, nobre Senador Eduardo Azeredo, pela sua contribuição, também, a esta CPI e, mais uma vez, agradecendo por nos receber em seu Estado.

Antes de passar a palavra à Deputada Maria do Rosário, peço desculpas por ter que me ausentar, já que eu e o Senador Eduardo Azeredo devemos ir a Brasília para uma votação importante que acontecerá hoje no Senado. Os demais membros da CPI irão permanecer nesta audiência para que possam ouvir toda a sociedade civil que foi convidada a participar deste evento.

Assumirá a Presidência desta audiência pública um conterrâneo dos senhores, o Deputado Eduardo Barbosa.

Agradeço a participação de todos aqui presentes, a grande contribuição que todos estão dando e que certamente continuarão a dar até o final dessa audiência pública.

Com a palavra A SRA. Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS) – Saúdo a Senadora Patrícia Saboya Gomes com muito carinho, pelo trabalho desenvolvido, tanto na CPMI quanto pela prioridade absoluta para o tema da infância e dos adolescentes brasileiros. Estamos compondo um grupo de trabalho entre Parlamentares que tem essa prioridade. O Senador Eduardo Azeredo, nosso Vice-Presidente, é uma alegria contarmos com esta convivência e com uma energia muito boa que flui aqui no nosso trabalho entre todos que abraçam esta causa, os colegas: a Deputada Almerinda de Carvalho, do Rio de Janeiro, a Deputada Telma de Oliveira, de Mato Grosso, o Deputado Eduardo Barbosa, de Minas Gerais. É um prazer muito grande estarmos convivendo. O Deputado João Magno esteve conosco com a tarefa de objetivamente respondermos sobre o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Aos nossos painelistas, nesta manhã, ao nosso Secretário, à Srª Elizabeth Leitão e a todos que utilizaram da palavra nesta audiência da CPMI.

Gostaria antes de dizer que produzimos esse trabalho aqui em Minas Gerais com dois momentos. O primeiro momento sobre o tema da exploração sexual nas rodovias e, após, com um pequeno intervalo, um momento de diálogo com a sociedade civil, com a rede de enfrentamento, que consideramos ser igualmente importante.

Escolhemos Minas Gerais para tratarmos de um dos eixos estruturantes daquilo que queremos estar realizando e apresentando no relatório final que é a

situação a partir das rodovias. Como a Senadora Patrícia Saboya Gomes apresentou, estaremos trabalhando com as políticas públicas de um modo geral, com a questão do enfrentamento da criminalidade em si, fazendo a indicação precisa de redes que atuam no tráfico de seres humanos, na exploração sexual de crianças e de adolescentes. Portanto, nossos eixos vão desde a priorização e uma situação não apenas protetiva, mas que se antecipa à violência sexual, que deve estar vista pelas políticas públicas e na própria cultura, uma dimensão importante por onde a exploração sexual se realiza, até a situação de responsabilização.

O eixo de enfrentamento da realidade das rodovias não é uma situação secundária, por todas as pesquisas que temos observado, sem prejuízo de indicarmos circunstâncias específicas por onde a criminalidade está acontecendo no Estado de Minas Gerais, porque já temos denúncias por meio do Disque-Denúncia nacional. Depois, oportunamente, solicitaremos um relatório do Disque-Denúncia do Estado de Minas para o cruzamento dos dados. Inclusive, já temos denúncias feitas diretamente à CPMI. Não há dúvidas de que Minas terá um olhar da CPMI não apenas pelo eixo rodoviário, mas pelo conjunto do fenômeno que foi apresentado aqui, inclusive por meio da fala da Cássia, quando ela diz que não há exploração sexual apenas onde há rodovia. Estamos atentos à dimensão pulverizada desse fenômeno.

A Senadora Patrícia Saboya Gomes tem nos chamado a atenção muitas vezes. Todos estamos convictos de que estamos aqui trabalhando com um fenômeno – a exploração sexual contra crianças e adolescentes – múltiplo na sua abordagem, com múltiplas causas, e também altamente pulverizado na sociedade brasileira. Não há uma só região do Brasil, um só Estado e, possivelmente, uma só cidade que possamos dizer que esteja livre da exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Esse fenômeno, no entanto, ao longo dos últimos anos, foi-se refinando e ocupando um lugar não apenas movido pelo empobrecimento e pela cultura da exploração, mas também pela atuação do crime organizado, que é o que estamos aqui investigando.

Portanto, quando atuamos nas rodovias, procuramos identificar a situação da menina, por que ela – na maior parte dos casos, do sexo feminino – está vivenciando essa condição de exploração. Também há meninos. Além de enfocarmos nas meninas, perguntamos por que este adulto – homem trabalhador, muitas vezes – é o cliente, o agenciador, o que promove o favorecimento, porque a violência não está, em primeiro lugar, na menina. A violência está, em primeiro lugar, na rede de exploração que utiliza a vulnerabilidade vivida por esta menina, por esta criança e agencia, de forma vil, as circunstâncias vividas por ela para uma exploração sem limite.

As minhas primeiras questões se dirigem ao inspetor Junnie Penna. Ouvimos a sua fala e percebemos que o senhor, por meio do seu trabalho na Polícia Rodoviária Federal, confirma a indicação, a conclusão, a que já chegamos, de que se trata de um fenômeno presente em todas as regiões. Assim, gostaria de saber se o senhor verifica, entre as regiões, diferença no agenciamento, se a Polícia Rodoviária Federal chega a fazer uma análise desse agenciamento, como ele existe nas rodovias, se vocês já têm um quadro das rotas entre os Estados e como é que vocês operam a partir da identificação dessas circunstâncias.

Identifica-se, portanto, que uma menina foi levada de São Paulo até Foz do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Barbosa) – Deputado João Batista, só um minutinho. Quero apenas agradecer a sua presença nesta CPMI. Sei que V. Exª precisa se ausentar, mas queria ressaltar que, para nós, foi muito importante a sua presença e participação.

Muito obrigado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada.

Casualmente, aqui, é uma rota que já conhecemos. São Paulo até Foz do Iguaçu, ou então no Rio Grande do Sul, passando por Santa Vitória do Palmar ou por Uruguaiana, ou aqui, como identificamos, na própria Região Sudeste – Minas Gerais, BR-381, entre Belo Horizonte e Guarulhos.

Quando os senhores identificam essas rotas, como os senhores operam? Com quem os senhores contam? Só com a Polícia Rodoviária Federal? Uma menina saída de Minas Gerais, identificada a sua presença no Rio de Janeiro, qual é a operação que é montada entre os Estados? Os senhores conseguem organizar uma operação entre os Estados? Porque estamos identificando limitações na atuação da Polícia. É a Polícia Rodoviária Federal que atuará? Qual a retaguarda que a Polícia Rodoviária Federal conta em termos de estrutura de proteção da criança e da adolescente? O que conta de um Estado para outro?

Verificamos que, se identificarmos essa exploração como ocorrida no Estado do Rio de Janeiro, mobiliza a Polícia Rodoviária ou a Polícia Estadual do Rio de Janeiro, mas há limitação das operações dessas Polícias quando ocorre tráfico entre os Estados. Então, é uma operação que as Polícias Federais estão assumindo? Como é que acontece hoje, e que condições de trabalho os senhores precisam ter para realmente conseguirem enfrentar esse fenômeno?

Vou lhe fazer uma série de questões, se o senhor pudesse anotar.

Dentro do perfil do explorador, nós aqui não queremos fazer parte – até me dirijo à representante da Senast, que está aqui conosco, A SRA. Maria Tereza Pantoja –, porque não queremos estabelecer um estereótipo da figura do caminhoneiro, mas sabemos que, não vamos fechar os olhos, se tem construído uma facilitação do tráfico de seres humanos pelas rodovias federais, tanto por caminhoneiros quanto por turistas ou outros agentes e representantes comerciais, não por meio de caminhões, mas de carros ou outros veículos que trafegam nas rodovias.

Podemos dizer que esse tipo de perfil realmente é mais amplo? A quem cabe a fiscalização dos restaurantes e bares, postos de gasolina, que servem como lugar onde se efetiva a exploração sexual? Assim como temos o pessoal de transporte, da área rodoviária – e estamos fazendo uma boa análise da mobilidade -precisamos ver que entrepostos existem nesses lugares, que podem estar servindo à exploração sexual? Assim, poderemos trazer como parceiros os donos de postos, as associações, as confederações dos postos de gasolina. Isso já está sendo feito ou não? Quem fiscaliza?

Então, a primeira questão é acerca das rotinas operacionais, como se constitui e quais as necessidades; a segunda questão, sobre os postos de gasolina.

Até para não me estender demais, vou fazer as minhas observações para os demais membros da Mesa.

Tenho total concordância com o Sr. Antônio Coquito, quando ele fala da democratização do Judiciário. Uma das áreas que estamos pesquisando para o relatório é sobre as sentenças, justamente porque queremos estabelecer um diálogo com o Judiciário, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, da legalidade brasileira e de determinações absolutamente negativas a um direito da criança e do adolescente, sentenças que têm sido proferidas nos Judiciários dos Estados e mesmo nas câmaras maiores do País. Se os senhores têm aqui em Minas levantamentos de sentenças proferidas que acabam desfavorecendo a criança e constituindo sobre ela a responsabilidade da violência cometida contra ela própria, com viés de gênero de toda forma de exploração, nós gostaríamos de ter acesso a elas.

Concordo com a afirmação do Sr. Coquito no sentido de que o tempo da criança edo adolescente é diferente do nosso. É especialmente diferente o tempo da criança e do adolescente explorado sexualmente do tempo da criança e do adolescente das camadas médias da sociedade.

A Cássia também destacou que essas crianças começam a ser exploradas sexualmente ainda muito novas, começam a ser levadas para essas redes e têm seus filhos. Realmente, qual é o tempo de crescer e de amadurecer para essas crianças? Em dez anos, fecha-se um ciclo completo de violência em que a menina explorada já tem seus filhos explorados também. Isso nos dá a dimensão da urgência que temos.

Quero estabelecer essa parceria.

A Abigail abordou a questão do abrigo de meninas exploradas sexualmente e destacou o quanto é difícil fazer o abrigamento, mesmo que seja como medida de proteção, de uma menina em um contexto de outras meninas que não vivenciaram a exploração sexual, porque, uma vez no mesmo abrigo, esse acaba sendo um lugar de divulgação das redes de exploração sexual. Aconteceu no Rio de Janeiro, dentro do Programa Sentinela, o aliciamento por adolescentes de outras adolescentes e até mesmo de crianças.

Foi citado o campeonato de vôo livre. Agora, até no vôo livre temos esse problema. Teremos que observar melhor essas festas, esses momentos de concentração popular que acontecem no Brasil inteiro, como é o caso da Festa da Pedra, em Soledade, e a Festa do Vôo Livre, que acontece aqui.

Por último, gostei muito de saber que o Sest/Senast está trabalhando com um plano nacional no setor de transporte para os direitos da criança e o adolescente. É absolutamente importante que isso esteja sendo feito, e queremos participar disso porque haverá recomendações desta CPMI para o enfrentamento dos problemas nesse setor. Especialmente, queremos que as categorias não estabeleçam primeiramente sua proteção porque, em nenhuma categoria profissional, verificamos que 100% dos seus integrantes têm compromisso com os direitos humanos. Encontramos em São Paulo um médico, especialista em adolescência, que promovia a exploração sexual. Todos sabemos disso porque foi notícia nacional. Encontramos professores envolvidos na exploração sexual, cujo objetivo de vida é proteção à vida. Em todas as áreas, encontramos esses casos.

É importante que as categorias profissionais, por meio de seus representantes, consigam atuar, compreendendo que essas pessoas devem ser vistas como exceções que merecem ser denunciadas e responsabilizadas criminalmente, inclusive para que toda uma categoria não seja estereotipada por um contexto em que alguns dos seus agentes promovem a exploração sexual. Acredito que com os caminhoneiros precisamos passar por esta nova fase.

Se não passamos pela fase em que se separa o joio do trigo, talvez seja porque fechamos os olhos e realmente não enfrentamos o problema até este momento. Talvez seja justamente por medo do estereótipo

e por proteção às categorias que ainda não tenham sido colocadas a responsabilização e a prisão para quem promove o crime do tráfico dos seres humanos, algo que já deveria ter sido feito e é o objetivo desta CPMI.

Sr. Presidente, fiz algumas considerações e proposições e proponho que as nossas colegas também as façam para que a palavra final seja...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Barbosa) – Temos um problema técnico. Teremos de esvaziar esta sala até, no máximo, às 13h30min. Acreditamos que temos condições de, pelo menos, vencer essa etapa do trabalho até esse horário. Avaliaremos se há necessidade de prosseguirmos ou não à tarde, em outro espaço, mas entendemos que talvez possamos concluir os trabalhos até o final desse momento. (Pausa.)

Pedimos à Assessoria que já avalie uma sala – que pode ser pequena – para algum contato mais próximo com as organizações da sociedade civil.

Concedo a palavra à Deputada Almerinda de Carvalho, que também formulará suas questões.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB-RJ) – Boa tarde para todos. Agradeço a presença dos nossos expositores, dos Parlamentares, do Deputado Eduardo Barbosa, que está na função de Presidente, no lugar da Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Serei bem breve, até porque acredito que quase todos tenham compromissos. Farei uma pergunta ao representante da Polícia Rodoviária Federal. Antes, farei uma colocação: foi dito que muitas CPMIs já aconteceram. Tive a informação de que a última foi realizada há dez anos. Como sou Parlamentar de segundo mandato, estou há cinco anos no Congresso Nacional. Acredito que esta CPMI não será como as outras, até porque é presidida e relatada por mulher e conta com a presença de várias Deputadas. Nós, mulheres, jamais olhamos uma criança sem o olhar de mãe. Esta CPMI fará tudo para acabar com essa situação. Sei que é difícil, porque, muitas vezes, a violência é praticada dentro de casa. Não temos como olhar dentro da casa de cada pessoa. Mas, na CPMI, hoje, há um padre, vários Parlamentares, que, com a convivência, sabemos que têm também esse olhar para as nossas crianças. A CPMI tem muito mais motivos para dar certo. Em lugar nenhum – eu, pelo menos, nunca soube –, uma mulher teve qualquer tipo de manifestação sexual com uma criança, seja menino ou menina. Os homens, muitas vezes, praticam esse tipo de abuso com meninos também. Por tudo isso, repito, há uma grande razão para a CPMI dar certo.

Além da miséria e da pobreza da nossa população, além da educação – como foi dito pelo Senador – a grande questão, não só da exploração sexual, mas de tudo que acontece hoje em nosso País, é a certeza da impunidade. Hoje, há em torno de quatro mil padres. Foi publicado nos jornais – não é novidade para ninguém, pois acompanhamos os jornais e não estou falando nada de mais – que o Vaticano gasta muito com processos, pagando advogados para proteger os padres pedófilos. Há pastores, políticos, deputados federais e estaduais, vereadores, empresários, várias pessoas que se dizem importantes e que abusam pelo poder aquisitivo que têm, aproveitando-se da miséria das nossas crianças. Muitas vezes, vemos ir para a cadeia um infeliz que, às vezes, foi abusado na infância e hoje pratica esse tipo de ato e precisa mais de tratamento do que de cadeia. A base de tudo é a impunidade. Na hora em que virmos um governador, um deputado federal, um deputado estadual, um grande empresário na cadeia, por abuso sexual, com certeza, as coisas vão mudar. Para mim, a situação é muito mais séria: é a certeza da impunidade.

Assim, gostaria de lhe fazer uma pergunta, Sr. Junnie Penna. Só queria saber se há, desde a Superintendência até os agentes, um consenso para realmente combater esse mal e qual o recurso que vocês têm, porque muitas vezes queremos agir, mas não temos recursos. Então, fica tudo parado.

Sabemos que existem pontos nas rodovias – sou do Rio de Janeiro e convivemos com esse problema. Temos, por exemplo, na Presidente Dutra, muito mais os homossexuais nas rodovias, mas sabemos que em outros locais existe a exploração sexual tanto infantil quanto adulta. Indago qual o recurso que vocês têm, tanto de combate à prostituição nas rodovias, quanto na questão dos caminhoneiros. Sabemos que em todos os setores existem – não apenas os caminhoneiros, não podemos estigmatizar – pessoas, em todas as categorias, que praticam... Também no caso deve haver pessoas que pegam carona de um Estado para outro. Gostaria de saber qual é o recurso que vocês têm para esse problema.

Basicamente é isso. Penso que não precisamos falar muito, porque todo mundo conhece... Gostaria de, mais uma vez, agradecer à representante dos transportes, ao representante dos caminhoneiros. Gostaria também de conhecer o projeto, para que possamos levá-lo para nosso Estado, e agradecer de coração a presença de todos. E que cada um faça a sua parte. Importante também é isso: que cada um comece a fazer um pouquinho, dar uma contribuição, para que possamos realmente diminuir esse crime, que, para mim, é hediondo, e não poderia acontecer, mas cada vez está aumentando mais, e, se não o combatermos agora, não vamos conseguir combatê-lo daqui a alguns anos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Barbosa) – Obrigada Deputada, passamos a palavra para a Deputada Thelma de Oliveira.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Boa tarde a todos, queria muito rapidamente agradecer a presença dos parlamentares e, em especial, agradeço ao Deputado Eduardo Barbosa, nosso companheiro que está na Câmara dos Deputados e que faz um brilhante trabalho nas diversas comissões de que é membro. Também agradeço a recepção que tivemos, pois nos cederam espaço para desenvolvermos aqui nossos trabalhos.

Sou de Mato Grosso e lá temos uma fronteira seca de quase 800km sem fiscalização. Então, ali temos um trânsito intenso. Por isso, penso que a exploração está se tornando um crime de colarinho branco. Ali existe hoje, no meu Estado, especialmente em Cárceres, que o delegado citou, todo um vai-e-vem de crianças, de adolescentes, de drogas e de armas.

Não sei como acontece essa articulação, se vocês fazem um programa, se existe um plano em nível nacional para essa situação, para combater todo esse tráfico que vem acontecendo, porque não se trata apenas do fato de levarem nossas meninas de Cárceres para Bolívia, mas também do tráfico de drogas que ocorre de lá para cá.O que estamos sentindo é a falta de aparelhamento da Polícia para combater esse crime.

Sr. Antônio Coquito, um dos eixos que apresentamos dentro da questão da CPMI é a questão da comunicação. A comunicação é fundamental para que possamos mobilizar a sociedade e apresentar esse problema de uma outra forma, porque, muitas vezes, lemos nos jornais que as meninas estariam se insinuando para o adulto, como se elas fossem culpadas por algum tipo de crime e que o adulto apenas se sentiu sugestionado para abusar daquela criança, daquela menina, que é ainda uma menina adolescente.

Então, entendemos – e é um de nossos objetivos, uma de nossas lutas – que a comunicação, a mídia tem um papel fundamental, desde o momento em que vai dar uma outra visão do problema... Foi colocado até por ele que, muitas vezes, as pessoas acreditam que é uma questão cultural e, assim mesmo, é normal, isso acontece mesmo. Dessa forma, fica-se com essa visão de que é normal. E não só isso, mas também o trabalho que a mídia pode fazer no sentido de mobilizar a sociedade e de mudar conceitos que estão arraigados dentro da nossa cultura por anos e anos.

Então, eu queria saber se aqui já existe um trabalho nesse sentido, de trabalhar os profissionais da área de mídia, para que eles possam mudar conceitos e ajudar, mobilizando, para que essa possa ser uma responsabilidade não apenas da CPMI, do Governo Federal, do Governo Estadual, do Governo municipal, mas de cada cidadão. Creio que essa é uma luta de cada um de nós. Então, eu queria saber se existe algum trabalho nesse sentido.

Era só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Barbosa) – Agradecemos a presença do Deputado Rogério Correia. A CPMI se sente orgulhosa de poder contar com sua participação aqui em nosso encontro. Muito obrigado.

Eu gostaria de passar a palavra aos nossos convidados, para responderem às perguntas aqui formuladas, mas também formulo mais uma, para tentar fechar esse bloco.

Vimos que a Abigail, em sua experiência de ponta – como foi colocado pelo jornalista Antônio Coquito –, trouxe-nos, além de um diagnóstico real, um chamamento para avaliarmos ações efetivas e simples que podem ser efetuadas em relação à questão, ao problema.

Como foi falado por nossa Presidente, pela Relatora e por todas as demais Deputadas que me antecederam, esta Comissão tem uma preocupação muito grande não apenas no processo investigatório, porque ele tem sido para nós uma alavanca para suscitar outras discussões que entendemos que, neste momento, são muito oportunas, sobretudo em consolidação de políticas públicas, para responsabilizar Estados nas três instâncias no processo de se comprometerem em ter o olhar para essa criança e para essa adolescente e, mais do que isso, tendo um olhar comprometido com o processo de seu desenvolvimento, fazendo com que ela tenha acesso a alguns programas, a algum tipo de apoio, a algum tipo de ajuda, que faça com que ela possa ter contraposição e contra-referência a esta que ela está vivenciando.

Então, nossa Relatora tem tido uma preocupação – e é uma deliberação da Comissão – de dividir o relatório em várias etapas, e há uma específica de políticas públicas. E é muito importante você, que está na ponta, nos sinalizar: quais as medidas simples que, de fato, deveriam compor uma política nacional de atendimento à criança e ao adolescente explorado sexualmente? Existe, por sua parte, uma comprovação de que algumas medidas extremamente simples, mas efetivas, fazem com que haja uma transformação da situação?

Pretendo até entender um pouco se isso tem sido feito em Governador Valadares também; se esta casa a que você fez referência, que é um abrigo, tem tido assistência de algum programa governamental, seja ele de qualquer esfera, ou se é também uma atuação muito ainda isolada da entidade – ela sozinha lutando contra todas as questões –; e se a experiência dos

abrigos tem realmente surtido algum resultado efetivo na região que você representa.

Tivemos um período de construção de casas de passagem, justamente para fazer essa abordagem. Não sei se a Maria do Rosário tem, mas não temos uma avaliação, uma medição do que representou a casa de passagem para os nossos programas de atendimento a essa criança e a essa adolescente. Realmente isso trouxe efeito? Eu gostaria que você fizesse também um comentário sobre qual tipo de abordagem a ser feita.

Passamos ao inspetor Junnie Penna, para iniciar a resposta aos Srs. Parlamentares.

O SR. JUNNIE PENNA – Muito obrigado. Inicialmente, quando os ilustres Parlamentares nos questionam quanto à forma com que a repressão da Polícia tem sido feita, se ela está estruturada ou não, se vem em cadeia ou não, se são ações isoladas ou não, gostaríamos de reiterar que, na realidade, quando falamos de problema cultural, falamos também das nossas polícias – e eu fico muito à vontade para falar na condição de policial. Temos que passar por um processo de convencimento do policial de que o problema é sério e grave, para esse policial se convencer de que, em detrimento de outras circunstâncias, ele deve estar atuando também na exploração sexual infantil.

Hoje chefio uma delegacia, que é uma unidade operacional da Polícia Rodoviária Federal e tenho a experiência de observar, quando criamos diretrizes nesse sentido, a reação de determinados policiais, que são idênticas às reações que encontramos fora da corporação policial.

Essa menina está aí porque quer. Uma menina de tem 17 ou 16 anos hoje já escolhe e tem experiência, até mais do que eu, às vezes. A realidade passa também por um processo educacional e cultural na atividade policial, seja ela Polícia Rodoviária Federal ou outra qualquer.

Nós gostaríamos ainda de, na questão das deficiências, falar da falta de credibilidade na persecução criminal. Como o ilustre representante do Ministério Público colocou muito bem, temos isso em estatística. Em algumas operações foram recolhidas 21 menores que eram exploradas e, após algum tempo, em torno de um mês, 100% delas reincidiram no problema, porque o acompanhamento pós-recolhimento não é feito de forma exeqüível, ele não é eficiente no sentido de trazer contundência da presença do Estado como gestor da segurança social daquela adolescente, daquela criança.

Nesse sentido, passa a deixar de ser crível ao próprio policial a repressão. Já vivemos um outro problema. Quando convencemos o policial de que o problema é importante, precisamos também convencer o policial de que a persecução de tudo que envolve a questão também é crível,

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sem interromper seu raciocínio, eu queria que o senhor complementasse. Considero muito importante essa sua pesquisa sobre a reincidência das meninas. Mas, num conceito de reincidência da exploração, vocês, que no caso são policiais, têm alguma pesquisa sobre a verdadeira responsabilização daqueles que estavam promovendo a exploração delas? Porque elas foram identificadas na rodovia, foram atendidas, mas, certamente, havia bares, caminhoneiros, taxistas ou motoristas que estavam ganhando dinheiro ou explorando diretamente, como clientes, sexualmente essas meninas. Eles foram presos? Há efetividade do trabalho de repressão a esses clientes ao mesmo tempo em que vocês conseguem identificar a menina e retirá-la daquele contexto? Há a mesma pesquisa no que trata do criminoso?

Considero muito importante sua pesquisa, mas há esse outro lado: o policial também pode se sentir mal e até desmotivado pelo fato de ele prender um cidadão lá e o cidadão estar solto no outro dia, porque aquele crime não foi considerado, não foi visto um flagrante, não foi definida realmente a responsabilidade do crime. Vocês têm isso presente também?

O SR. JUNNIE PENNA – Afirmo à ilustre Parlamentar que não temos essa estatística, mas posso garantir, do ponto de vista de experiência profissional, que é um contexto muitíssimo importante também a falta de credibilidade nesse contexto, de punir o responsável pelo aliciamento, pela exploração.

Hoje enviamos esse contexto. E costumo dizer que falamos às vezes em déficit de segurança, de defesa social. E esse contexto nos parece mais importante do que é num primeiro momento, porque esse déficit já gera um outro déficit, que é mental, é déficit de atitude no momento da ação, tanto do policial ostensivo quanto da Polícia Judiciária quanto do Ministério Público quanto da magistratura.

Todos nós consideramos esse déficit na hora de determos, de autuarmos, de denunciarmos e de julgarmos. Tomo a liberdade de falar em nome de toda a persecução, mas penso que a audiência toda é um fato a ser considerado e a se refletir.

Então, temos esse primeiro déficit e depois nos deparamos também com um déficit físico, um déficit de material, de estrutura. E dentro desse contexto, gostaríamos de colocar que nós, Polícia Rodoviária Federal, especificamente, assim como todo o Serviço Público Federal passamos por um momento de grande dificuldade orçamentária. Temos dificuldades não só com relação a quantitativo de material humano como

também quanto à questão de logística. Tenho a experiência clara de querer fazer e não ter condição de fazer em determinados momentos, e isso para o policial da atividade fim é muito cruel, para o profissional é muito cruel, porque lidamos com defesa social e ter a necessidade de fazer quando a polícia é acionada. Quando chega ao conhecimento da Polícia, a situação já extrapolou todos os limites da defesa social, vamos assim dizer.

E a Polícia Rodoviária Federal, ainda tentando responder à questão da ilustre Parlamentar, hoje é a única presença física do Estado nas rodovias federais. Então, aquele policial que hoje está sozinho às 2, 3, 4, 5 horas da manhã dentro de um posto de observação na rodovia, ali ele é o Estado. Ele faz parto, ele encaminha cidadão com surto psicótico para o hospital, ele atende acidente, ele se depara com toda a sorte de situações e faz as vezes ali do Estado ambulante. Ele ali é o Estado ambulante, o Estado que está presente.

E, dentro desse contexto, gostaríamos inclusive de reiterar que esse contexto de policiamento comunitário nós já o fazíamos empiricamente, nós o fazíamos já há muitos anos, até pela realidade da nossa atividade fim.

Então, há uma grande dificuldade hoje estrutural, de efetivo, e essa dificuldade, vamos dizer assim, cultural da atividade policial rodoviária federal.

Com relação às redes de enfrentamento, quero afirmar que nós, Polícia Rodoviária Federal, estamos dando os primeiros passos no enfrentamento de forma contundente, de forma pontual e ainda de forma planejada. Sou envolvido com a questão de direitos humanos já há algum tempo e nesse contexto me envolvi com a questão da exploração sexual infantil. O convencimento da instituição já aconteceu; precisamos convencer o elemento, o policial. Esse realmente faz parte de um grupo social que, via de regra, ainda não se convenceu da importância da tragédia em curso.

Com relação à questão do agenciamento, gostaríamos de colocar um dado – que me parece não constar aí no meu relatório –: a maioria absoluta dos casos de exploração sexual infantil registrados pela Polícia Rodoviária Federal não acontece nas proximidades de grandes cidades, mas no interior.

No interior, o agenciamento acontece da seguinte forma, e a sociedade acaba anuindo – como muito felizmente disse a companheira –: é o namorado de 30 anos de uma menina de 12 ou 13 anos; é o carreteiro que passa na BR-381, por exemplo, ou o motorista de automóvel. Para não direcionar a questão, refiro-me ao usuário de rodovia que passa e pára em determinado local. A menina sai da sua casa, localizada próxima à rodovia, vai até o local e encontra-se com o rapaz, com a anuência da sociedade inclusive da família.

Quando os ilustres Parlamentares nos questionavam sobre o agenciamento, eu refletia e pensava que esse comportamento, na realidade, é social. O agenciamento envolve não apenas a anuência da sociedade, mas também a ausência do Estado em alguns lugares. Nas rodovias, parece-me que esse fator deve ser considerado com muita contundência, porque, comprovadamente, as estatísticas relativas à exploração sexual em rodovias demonstram que essa prática ocorre sempre no interior. Poucas se referem à proximidade das grandes cidades, até porque, no interior, conta-se com a ingenuidade de determinadas famílias.

Com relação à fiscalização de posto de gasolina e de estabelecimentos comerciais às margens das rodovias, há um calendário de operações anual e, conforme esse calendário, também são realizadas operações direcionadas à exploração sexual infantil. Portanto, essas operações permeiam o nosso calendário e têm como objetivo principal a exploração sexual infantil. Evidentemente, esse já é um início, porque, até pouco tempo atrás, não havia tal programação em nosso calendário e agora ela existe.

Nesse contexto, ainda há dificuldades de agirmos por uma questão de efetivo, de falta de estrutura logística. Se V. Exªs me permitem, sem querer me delongar, registro que, em 1997, na BR-116, nas proximidades do Município de Leopoldina, às três horas da manhã, durante um dia de semana que não lembro qual é, particularmente me deparei com uma situação. Um veículo de carga conhecido como cegonha – transportador de automóveis – vinha descendo vazio do Nordeste para São Paulo. Havia feito a viagem transportando aqueles carros para o Nordeste e retornava vazio. Abordamos esse veículo em virtude de uma denúncia de que estaria conduzindo passageiros no compartimento de carga, ou seja, naquelas pranchas, o que seria uma ilegalidade, uma insegurança gritante. Quando abordamos o veículo, comprovamos que realmente o fato era verídico. Ao ser questionado, o motorista narrou que, ao retornar, parou em Feira de Santana, interior da Bahia, onde se encontrava uma família – pai, mãe e três crianças, sendo a maior delas uma menina de 12 anos – que lhe implorou uma carona até São Paulo ou até onde ele pudesse levá-los. Eles diziam que passavam fome há muito tempo naquele estabelecimento comercial etc. O motorista deu essa carona, da forma que lhe era possível – e a possibilidade naquele momento foi essa insegurança imensa –, e conduziu essas pessoas até Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri. Ele nos narrou que, naquela cidade, avisou ao pai da família que não haveria mais condições de conduzi-los, porque ele não

dispunha de mais dinheiro para pagar a alimentação da família e também a dele próprio. Então, o motorista disse para eles ficarem ali. De acordo com o que nos narrou o motorista, o pai vendeu a filha de 12 anos em um estabelecimento comercial por R$50,00 para que o resto da família chegasse a São Paulo.

Nós, da Polícia Rodoviária Federal, deparamo-nos com essa situação a 500km do ocorrido e até hoje não tivemos notícia dessa criança: se ela realmente foi vendida e, se o foi, para que fim.

Enfrentamos um problema social e, naquela ocasião, não havia a quem encaminhar aquela família.

A título de história profissional, fica esse registro.

O SR. JOSÉ RONALD DE ALBERGARIA – (Intervenção fora do microfone.) Permita-me fazer uma intervenção. **(Inaudível)** 21 adolescentes **(inaudível)** o encaminhamento à Polícia Rodoviária Federal se deu a quem? As vítimas adolescentes foram encaminhadas à Delegacia de Polícia, ao Conselho Tutelar – se havia Conselho Tutelar –, alguma medida de proteção foi dada às adolescentes?

O SR. JUNNIE PENNA – Foi uma operação realizada no dia 25 e 26 de janeiro de 2003, com participação do Ministério Público, do Tribunal de Justiça de Minas, operação que rendeu, do ponto de vista estatístico, ótimos resultados. A partir de então, não houve, evidentemente, como não há, via de regra – se me permite esta ilação –, um acompanhamento, pós-recolhimento, de efetividade. Narra-nos a experiência da 15ª Delegacia com circunscrição sobre esse local em que todas as meninas recolhidas naquela ocasião tiveram novamente problemas com exploração sexual, mudando somente o local onde eram exploradas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Concedo a palavra ao jornalista Antônio Coquito.

O SR. ANTÔNIO COQUITO – Fiz várias anotações. Então, vamos começar.

Sinto a ausência de representantes do Governo Estadual para dar uma resposta à questão colocada pelo Subsecretário. Mas vamos começar pela questão que a Deputada Thelma coloca: a relação com os meios de comunicação. Participamos dos dois momentos de Conferência Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, de forma incisiva, para que se inserisse no Pacto pela Paz o eixo comunicação e que a Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente pautasse uma interlocução com o Congresso para a criação dos Conselhos de Comunicação Social no modelo democrático e participativo. A gente tem vários questionamentos em relação ao modelo do Conselho Nacional de Comunicação Social para que ele realmente seja um interlocutor com a sociedade civil, para que a mídia, de fato, paute a sociedade com suas nuanças e peculiaridades, e numa visão intersetorial. E aí trago uma ressalva de uma discussão que fizemos nesta Casa, na semana passada, quando já estava sendo viabilizada a criação do Conselho de Comunicação Social no Estado de Minas Gerais.

Além desse mecanismo, eu vejo o seguinte: um dos únicos temas que ainda não foi democratizado no modelo de Conselho participativo é a comunicação. Por que disso? Levantamos inúmeras indagações.

Agora, dizer o que a gente tem feito enquanto jornalista, enquanto militante do movimento social, fazendo esse híbrido de jornalista e movimento social da criança e adolescente, a gente contribuiu numa pesquisa, em 2001/2002, juntamente com a Oficina de Imagens, que é uma agência da rede Andi, cujo objetivo é pautar os profissionais de comunicação social para uma cobertura de alto nível dos direitos da criança e do adolescente. Pena que eu não tenha nenhuma das pesquisas aqui, mas a gente pode encaminhá-las para a CPMI, para que possa conhecer o material que foi elaborado em Minas, norteando a pauta dos profissionais de comunicação.

E, também, o Sindicato Profissional dos Jornalistas, do Estado de Minas Gerais, tem assumido um papel incisivo de pautar, nas discussões com os profissionais de comunicação, a defesa dos direitos humanos. E, dentre eles, os direitos da criança e do adolescente, discussão que a gente tem acompanhado, como profissional, no sindicato.A gente pode encaminhar essa experiência que existe no Estado de Minas Gerais de pautar os profissionais com terminologias corretas, como pautar essa área da infância, a gente pode encaminhar para a CPMI.

Agora, vou falar da provocação que me foi feita e de contribuições que considero pertinentes. Pena que a representação do Governo Estadual não esteja presente, mas, como a CPMI vai-se reunir com o nosso Governador à tarde, como previsto na agenda, poderá fazer esse questionamento da sociedade civil.

No ano passado, quando fomos discutir o PPAG do Estado – e eu gostaria de colocar isso aqui –, era previsto para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes um orçamento de R$10 mil – está constando lá. Esta Casa fez uma suplementação de orçamento. Como se combate, com uma ação governamental do gestor-executor da política, com R$10 mil, um problema que está constatado, diagnosticado, carimbado e rotulado no Estado de Minas Gerais? Então, o orçamento subiu, com a suplementação desta Casa, de R$10 mil para R$310 mil.

Além disso – e aí digo que não temos uma postura inimiga do Governo Estadual, mas uma postura,

como prevê a Constituição Federal, de uma democracia participativa, em que a sociedade contribui no monitoramento das políticas sociais, dá a sua parcela de contribuição –, o Governo Estadual desmantelou o modelo que estava colocado no Estado para contribuir no assessoramento dos municípios para as políticas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, que era o Centro Estadual de Referência, Estudos em Abuso e Exploração Sexual do Estado de Minas Gerais, um centro que previa a nucleação nas diversas regiões do Estado.

Quando o Subsecretário coloca que um programa de educação é um programa de combate à violência sexual contra a criança e o adolescente, levanto meu questionamento: ele é um programa de educação; um programa de enfrentamento da exploração sexual vai além. A educação pode ser um elemento dentro do cenário de enfrentamento da violência sexual. É preciso pensar em políticas intersetoriais, intercambiadas, que trabalhem a comunidade, a família, essa reversão cultural que está colocada aí, porque senão vamos conscientizar crianças, mas quem explora as crianças não são as próprias crianças – a gente sabe que essa exploração acontece por uma violação do mundo adulto.

Digo isso porque, historicamente, o nosso País assiste à descontinuidade das políticas sociais. Assim, quem foi prejudicado nessa área do combate à exploração sexual da criança e do adolescente foram as crianças e os adolescentes do nosso Estado, por uma visão descontinuada de políticas que já vinham acontecendo, por uma conquista da interlocução entre a sociedade civil e o Governo.

Volto a dizer: não estamos aqui em uma atitude inimiga a um Governo, estamos aqui numa postura de que queremos interlocução, para dizer o seguinte: Tá, não funciona? Por quê? Vamos dialogar? Que modelos devem ser suprimidos, devem ser avançados, devem ser ampliados?

Quando eu digo – e aí eu reforço a fala do Dr. Ronald Albergaria e do Irmão Mesquita – quando eu digo da interlocução para a efetivação das políticas sociais, digo interlocução do âmbito estadual com a sociedade civil, interlocução do estadual com o interior e do interior entre si para a efetivação de políticas sociais para o enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente.

O que a gente vê ainda persistir é que se cria o conselho, mas não se implementa de fato o conselho, não se implementam de fato as políticas que vão garantir os direitos da criança e do adolescente. Isso, tanto no âmbito estadual quanto no âmbito municipal. A gente tem participado dos espaços e a gente vê isso. É muito mais difícil no interior abrir para essa consciência de democracia participativa, de participação popular. Tenta-se muito mais o cabresto da Prefeitura – desculpem a expressão, mas é isso mesmo – do que a efetivação do que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente para que nossas crianças e adolescentes sejam protegidos.

E colocar também o seguinte, que a CPMI – estou colocando aí uma provocação para que a CPMI leve esta conversa ao Governador Aécio Neves para priorizar também essa ação, porque, praticamente, acho que não tem um adjetivo, colocar na PPAG R$10 mil reais previstos do Governo Estadual para enfrentar um problema que está em todo o Estado? Mas também que a CPMI amplie – provavelmente já deve estar ampliando – o seu olhar para entender aquilo que coloquei no início. A rede de exploração sexual nas rodovias se enfronha para o interior das rodovias, como bem colocou nossa companheira Cássia, numa perspectiva que aponta o seguinte: regiões em que a gente já esteve, que a gente tenha discussão de gabinete, como eu disse, mas que tenha discussão de lá, de andar com nossos companheiros onde os problemas acontecem, que muitas vezes têm lá... E aí entra outro setor, outra categoria nessa necessidade de interlocução para reverter esse processo cultural de exploração sexual das crianças e adolescentes, que são os viajantes e representantes comerciais também. Muitas vezes, regiões que a gente verificou, como Araçuaí, têm problemas como o de viajantes que aliciam meninas, porque tem essa relação de consentimento familiar, por uma questão de sobrevivência e tudo mais.

Também é preciso a gente pensar isso como um projeto talvez nacional, de um debate nacional, como a gente reeducar ou reverter o processo de educação afetivo-sexual da nossa sociedade. Porque existe uma questão de gênero, porque as meninas são as maiores vítimas da exploração sexual. Quando a gente se enfronha nesse interior mais rústico, mais bravo, de falta de entendimento, porque hoje o Brasil e o mundo vivem um olhar de política de direitos humanos, para entender que a política é feita de forma fechada, sem discutir com a sociedade, para entender o quê? Que é preciso conscientizar famílias a respeitar a afetividade e a sexualidade das suas crianças e adolescentes. Porque uma família que desrespeita a afetividade, a sexualidade e o desenvolvimento dessa criança a empurra para a exploração sexual nas rodovias. Aí vem o viajante, vem o representante comercial, vem o caminhoneiro. Por quê? Existe uma cultura de gênero que explora sexualmente, na maior parte, nossas meninas.

Finalizando, queria deixar minha esperança nesta CPMI. Quando falei "mais uma CPMI" foi porque ou-

vimos isso no Movimento Social, mas vou aproveitar para falar que eu também acredito na CPMI porque presenciamos na Conferência Nacional e também pela mídia que esta CPMI tem mulheres guerreiras. Não vou nominar, mas a mídia mostrou o papel da Deputada Maria do Rosário, ao enfrentar o machismo dentro do Congresso Nacional para defender nossos direitos, os direitos da criança e do adolescente. Não quero dizer especificamente da Deputada Maria do Rosário, quero dizer das mulheres que conduzem o trabalho desta CPMI com olhar terno, da emoção, da justiça social e da esperança nas crianças e adolescentes. Eu, como jornalista, às vezes me pauto muito pela emoção. Creio que o olhar social, para construirmos um cenário de justiça social, também tem que envolver a nossa emoção porque estamos lidando com seres humanos, com a dignidade humana. Eu reforço aqui minha esperança nesta CPMI para que consigamos apontar perspectivas de uma sociedade mais justa e cheia de esperança para nossas crianças e adolescentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Barbosa) – Registro e agradeço a presença do Deputado Biel Rocha. Só para esclarecimento, informo que nossa audiência com o Governador foi desmarcada. Então, não há culpados. Foi por uma questão de ajustamento de horários. Não teremos condição de estar com S. Exª. Mas isso não impede de a CPI encaminhar ao Governador qualquer deliberação ou proposição aqui abordada. E a CPMI fará isso com tranqüilidade.

Quero passar a palavra para a Abigail, encerrando assim a fase dos questionamentos.

Lembro a todos que tenho que encerrar a reunião à 1h30min.

A SRA. ABIGAIL – Gostaria de começar pelas ações concretas e simples de que falei. Temos um exemplo, em Valadares, que serve para o Brasil inteiro: a ação e a atuação da Pastoral da Criança. Cada criança recebe R$1,35 por mês. A Pastoral da Criança trabalha milagrosamente com voluntários, sabemos disso, e é um trabalho que dá resultado, resultado que mostra para todo mundo que não precisa ser um projeto mirabolante e que vai investir aí milhões e milhões para ficar anos e anos no papel, porque não tem recursos para implementar. Então, quando eu falei de ações concretas e simples, pensei no envolvimento...

A principal ação: abrir os olhos de todos, o envolvimento de todos nessa questão da exploração sexual, a perda do medo de admitir o problema. Quando falamos que no Campeonato de Vôo Livre também há exploração, por que na nossa região não se pode falar isso? Por que vai envolver milhões de interesses? Então, não se deve falar isso? Não, não é assim, não pode ser assim para não... Então, devemos ser mais realistas e abrir os olhos, enxergar as coisas com mais realidade e parar de ficar mascarando as coisas.

No caso da instituição Casa da Menina, que citei, a única lá, ela tem uma pequena participação do Poder Público, um grande apoio das pequenas empresas que temos em nossa região, uma grande participação das igrejas que estão engajadas, ou seja, a sociedade civil abraçou essa Casa.

No que diz respeito à Casa de Passagem, ou abrigamento da adolescente vítima da exploração sexual, este é o grande nó de todo Conselho Tutelar, quando, nas madrugadas, a Polícia lhes entrega uma menina que estava sendo vítima de exploração e não se sabe para onde encaminhá-la.

Então, digo que nunca se deve encaminhar essa menina para um abrigo. Nunca!

E, nesse ponto, o nosso colega, o Coquito, alertou para uma coisa sobre a qual eu tinha falado: a Casa de Passagem, na minha concepção, seria um passo decisivo para se resolver esse problema. Porém, durante esta reunião, o Coquito acabou me convencendo pelo seguinte: se começarmos com essa mania de casa de passagem, vamos encher o Brasil, o Estado de Minas Gerais, de casinhas – casa de passagem amarela, azul, verde –, e não vamos atacar o problema.

Por isso, entendo que a casa de passagem seria um pronto-socorro, um paliativo, provisório. E como deve ser o abrigo? Quando falamos em nossos abrigos devemos manter em mente que o abrigo é provisório. Deus me livre daquela coisa de amontoarem-se as crianças – "Coitadinho, põe lá para aprender uma profissão, para ser um homem." Sabemos que temos que varrer mesmo isso aí da mente de todo mundo. Assim como o abrigo é provisório, essa casa de passagem deve existir, mas não podemos cair no erro de centrar a nossa... "Então, agora vamos construir, vamos povoar o Brasil de casa de passagem para levar as meninas." Sabemos que isso vai apenas piorar o problema, mesmo porque isso vai ser uma grande propaganda para a rede, porque cada casa vai ter a sua... Sabemos que não vai resolver.

Concluí, então, que se deve construir mecanismos para amenizar esse problema de maneira objetiva, tirando essa mania que existe no Brasil de ficar-se elaborando um projeto mirabolante, que vai custar milhões e milhões, para ficar 10 anos na gaveta... "Fizemos um projeto lindo, de família não sei o quê", mas está lá no fundo da gaveta, porque não se tem recurso.

Então, devemos começar a trabalhar com o que temos, envolvendo todo mundo, esquecendo a maldição da política partidária, que também estraga tudo, a vaidade pessoal, que é uma doença também, porque,

às vezes, a coisa está indo bem, e a vaidade pessoal chega e joga tudo por terra, por interesse político.

Devemos deixar essas coisas de lado, abrir os olhos, encarar a realidade e buscar alternativas simples envolvendo todo mundo, porque todos nós somos responsáveis, não é um problema somente para a Polícia, para o Promotor, para o Juiz, nem somente para a Comunicação: é um problema de todos nós.

Penso que essa seria a melhor maneira de minimizarmos o problema ou extirpar de vez esse caos que está aí, pois somente eu, na minha trajetória, na minha caminhada, tenho mais de 10 anos debatendo de frente esse problema de exploração sexual. Não é possível ficarmos mais 10 anos, mais 20 anos...

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Barbosa) – Estamos quase no término de nossa reunião. Antes de encerrar, informo a todos que definimos, como a nossa Presidente já salientou no início dos trabalhos, um roteiro de trabalho, de forma que, em cada Estado, tentamos enfocar ou visualizar uma das questões que já foram mencionadas no diagnóstico preliminar desta CPMI.

Aqui, em Minas Gerais, conseguimos realizar essa audiência pública enfocando o processo da exploração sexual nas rodovias, não só porque temos a maior malha rodoviária federal, mas também porque entendemos que a CPI realizada na Assembléia demonstrou claramente que isso é uma grande mazela que o Estado tem que enfrentar, lembrando que isso não é a realidade só de Minas, como foi dito pelo inspetor, pois acontece em todas as rodovias brasileiras.

É importante salientar que a nossa vinda aqui também teve outro objetivo: aquilo que a CPMI tem trabalhado no processo de buscar articulação dos diversos atores sociais. E o fato de estar nesta mesa a Polícia Rodoviária Federal, a Confederação Nacional dos Transportes e também a sociedade civil organizada, inclusive buscando membros de conselhos municipais, mostra-nos que a CPMI também não está em vão num processo de provocação da grande articulação da sociedade civil para assumir a questão.

Quando foi dito várias vezes "mais uma CPMI" – e nós também vivemos esse drama dentro do Congresso, mas para nós é muito claro –, vimos que houve mudança nesses dez anos. O fato de termos, por exemplo, a Polícia Rodoviária Federal conosco, falando com transparência daquilo que enfrenta, era uma coisa que não conseguíamos ter há 10 anos. Isso mostra o quanto o levantamento dessas questões vai criando uma nova cultura, porque a figura de fundo **(falha na gravação)** nossa CPMI tem clareza e que nosso grande obstáculo é a cultura do nosso povo, que ainda entende que jovens exploradas sexualmente estão nessa situação porque quiseram, porque têm vocação para isso. E muitas vezes o que observamos nos processos que analisamos é inclusive sentenças de juízes com esse tipo de argumentação: que essa menina não tem jeito, que essa menina é perdida e que a vida dela é isso mesmo, inclusive fazendo com que várias sentenças judiciais criminalize a ré em vez de criminalizar o abusador. Temos observado isso, quando foi colocado aqui, por exemplo, o nome de pessoas notórias da sociedade, de expressão, envolvidas na questão, muitas vezes observamos que o dinheiro fala mais alto. Os pais são subornados financeiramente, retiram a queixa, e o processo morre, porque o interessado retira a queixa.

No entanto, um dos trabalhos mais importantes que a CPMI está fazendo é a proposição de alteração do Código Penal. Já existe uma proposta clara de fazer a denúncia por representação do Ministério Público – acho que isso para nós é um ganho muito grande, porque a partir daí não vamos ficar à mercê de uma denúncia por parte da pessoa interessada, o próprio Estado pode assumir essa função, que para nós é muito interessante, justamente condicionada à representação. E talvez isso mude todo um quadro de um arcabouço legal que vai nos proteger em relação àquilo que queremos caminhar em nosso País.

Temos aqui uma transparência passada pelo inspetor, que mostra que menores suspeitas de prostituição são presas em Cachoeiro. Então, menores suspeitas; a culpa é sempre delas. E dentro também da mudança do Código Penal, um dos trabalhos que têm sido feitos, realizados é justamente tentarmos atualizar os conceitos, porque ele como é escrito hoje é arcaico, ultrapassado, e também temos, dentro do Código Penal, que redimensionar a posição da vítima, tentando inserir no Código Penal o paradigma da dignidade humana, porque, quando você o lê hoje friamente, não está explícito essa luta pela conquista de dignidade das pessoas.

Acredito que, desta forma, Belo Horizonte e Minas Gerais também contribuem com a CPMI. Todos os desabafos aqui feitos são importantes, pois mostram que a sociedade está ávida para contribuir efetivamente com as políticas públicas. Isso para nós é até um estímulo. No entanto, entendemos que o Congresso Nacional está cumprindo seu papel, porque estamos colocando na pauta da agenda social do nosso País essa temática específica. Se não fosse esta CPMI, talvez não tivéssemos a condição de colocá-lo dentro das grandes propostas de Governo.

Portanto, muito obrigado a todos vocês. Agradeço ao Inspetor Júlio Pena, ao jornalista Antônio

Coquito, à Abgail, à Cássia, que esteve aqui conosco e também à Maria Tereza, que parece que se ausentou. Lamentamos que um representante do Sindicato dos Caminhoneiros não estivesse presente, porque a CPI quer o Sindicato como aliado. Queremos que eles possam, com sua linguagem adequada, chegar a cada caminhoneiro, fazendo também a defesa da criança e do adolescente que estão, infelizmente, ainda nas estradas do Brasil.

Um abraço e muito obrigado.

(Suspende-se a reunião às 13h25min.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Barbosa) – Vamos iniciar a nossa reunião da tarde. Como tínhamos planejado, esta reunião seria um momento de interlocução com as organizações da sociedade civil. Acredito que muitas delas não retornarão à tarde, porque estiveram conosco até o término dos trabalhos da manhã.

Também queremos ouvir o Deputado Rogério Correia, que foi o Presidente da CPI da Assembléia Legislativa da Exploração Sexual. Estamos gravando todos os depoimentos e consideramos interessante também levar para a CPMI o depoimento do Deputado Rogério Correia e suas impressões gerais sobre a CPI que se desenvolveu na Assembléia Legislativa.

Convidamos o Deputado para estar conosco na mesa e também as Deputadas Maria do Rosário e Thelma de Oliveira. (Pausa.)

Logo depois da fala do Deputado Rogério Correia, queremos saber se existe alguma outra organização que queira se manifestar. Se houver, passaremos a palavra a ela e, em seguida, encaminharemos para a Deputada Maria do Rosário para algum questionamento e conclusão do trabalho.

O SR. ROGÉRIO CORREIA – Tentarei ser bastante sucinto. Na verdade, o que realizamos em Minas Gerais foi uma comissão especial, não chegou a ser uma comissão parlamentar de inquérito. Tivemos uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa há mais tempo, que investigou a exploração sexual de crianças e de adolescentes no norte de Minas, mas isso foi há duas legislaturas, há cerca de dez anos. O trabalho dessa comissão parlamentar de inquérito não serviu de base também para a elaboração depois do relatório dos trabalhos todos da comissão especial. Em razão de já ter existido uma CPI, optamos por fazer uma comissão especial. O resultado foi que o trabalho da comissão especial se desenvolveu até mais do que os da própria CPI que existiu no passado, isso também porque a situação se agravou muito em Minas Gerais, em termos de denúncias, tanto em quantidade quanto em relação ao problema da exploração sexual nos últimos anos.

Iniciamos o nosso trabalho em novembro de 2001. A motivação para a instituição dessa comissão especial foram denúncias contra um prefeito de uma cidade no norte de Minas, Taiobeiras, que tinha contra ele várias denúncias e vários inquéritos abertos por exploração sexual de crianças e de adolescentes. Aliás, trata-se de ex-prefeito. Depois disso, ele saiu do cargo de prefeito, se candidatou à vaga de deputado estadual. Felizmente, perdeu as eleições e não retomou, portanto, à prefeitura. Foi pedida a sua prisão preventiva; ele fugiu; já há inquérito relativo a esse fato de exploração sexual na cidade, mas infelizmente ele recorreu ao Pleno do Tribunal de Justiça e conseguiu cassar essa liminar. Hoje ele continua na cidade, embora exista um processo contra ele.

Essa foi a motivação, a gota d'água por que pedimos a implantação dessa comissão especial, para averiguar de início esse caso. Mas como outras denúncias já chegaram assim que o caso de Taiobeiras veio à tona, tivemos o cuidado de pedir uma comissão especial mais ampla que olhasse esse caso específico e também os demais casos referentes à exploração sexual no Estado. Não tínhamos a dimensão do que ocorreria. Tínhamos 60 dias para fazer o trabalho – a idéia era novembro e dezembro, mesmo porque 2002 já seria um ano eleitoral. Mas, em virtude do número de denúncias e da dimensão que o trabalho ganhou, esse trabalho se estendeu até 2 de julho 2002. Essa comissão foi recebendo prazos maiores e, tendo unanimidade para isso, o Presidente da Assembléia foi renovando o prazo da comissão especial, que funcionou até 2 de julho de 2002.

Tivemos uma colaboração muito grande das entidades representativas de defesa das crianças e dos adolescentes. O Antônio Coquito, da Visão Mundial, estava conosco e nos ajudou bastante, assim como também ajudou a aglutinar os conselhos tutelares de defesa das crianças e dos adolescentes. Esses conselhos foram fundamentais para termos um panorama geral do que acontecia no Estado.

Vou tentar rapidamente fazer uma síntese desse nosso trabalho. O relatório é muito rico em propostas. Tanto conseguimos fazer um quadro geral do Estado como também, em conjunto com as entidades, ao final do trabalho, fizemos um seminário, que nos ajudou na elaboração do relatório e das propostas.

O que eu diria que tem Minas Gerais acerca do quadro da prostituição infantil ou da exploração sexual, como seria mais correto dizer? Isso está disseminado pelo Estado como um todo. Esse já não é mais um problema do norte de Minas, do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, as regiões mais áridas e pobres, mas já se disseminou pelo Estado como um todo. É claro

que, nessas regiões mais pobres, o quadro é mais grave do ponto de vista da exploração sexual econômica. Pudemos ver isso **in loco**, em visitas que fizemos depois de denúncias recebidas. O quadro nessas regiões mais pobres é impressionante, porque a sociedade, ou uma parcela dela, nessas localidades mais pobres, acostumou-se ao o fato de as adolescentes de 12, 13 ou 14 anos, ao completarem essa idade, já terem o corpo como um ganho econômico. Então, essas adolescentes já têm isso como "hábito". Vamos colocar entre aspas a palavra hábito, mas a sociedade já se acostumou com aquilo. Então, na maioria das vezes, isso é feito com a aquiescência da família.

Vou citar um exemplo que ilustra isso bem. Estivemos em Teófilo Otoni, uma das maiores cidades do Vale do Mucuri. Na praça de Teófilo Otoni, as meninas mesmas fazem os seus programas e são exploradas sexualmente com elas próprias tendo os telefones daqueles que usam o corpo delas. Fazem isso no orelhão, nas praças da cidade; e são muitas. Nós chegamos a ver dezenas de meninas que ficam na praça central da cidade – ali é o ponto delas – fazendo esse trabalho elas próprias ou individualmente. Portanto, elas mesmas têm os telefones e ganham a vida a partir dali.

Então, elas vêm das comunidades mais pobres em torno da cidade de Teófilo Otoni, da periferia da cidade ou de cidades mais pobres da região, e vão lá começar a ganhar a vida.

Isso, então, virou algo infelizmente muito comum nessas regiões. Tanto no Jequitinhonha, no Vale do Mucuri, quanto no norte do Estado.

Isso também vai se reproduzir nos grandes centros. Na região metropolitana de Belo Horizonte também vemos essa modalidade de exploração da criança e do adolescente do ponto de vista econômico – exploração sexual econômica.

Pudemos ver que, além disso, existe uma certa sofisticação, que é exatamente a exploração econômica feita por agenciadores. Um exemplo também de Montes Claros: uma juíza teve acesso a uma denúncia de uma agenciadora de crianças e adolescentes e, por meio de ação judicial, apreendeu na residência dessa agenciadora uma caderneta onde havia o nome das crianças que eram exploradas, o nome de quem explorava e o valor. Somando aquilo mensalmente, essa agenciadora recebia muito mais do que a juíza da cidade de Montes Claros. Geralmente essa agenciadora fazia o intercâmbio das meninas de Montes Claros para Brasília. Posteriormente a isso, também tivemos acesso a outras que agenciavam para o sul da Bahia, cidades praieiras. É muito comum, também, esse tipo de agenciamento. Começaram a existir, de fato, agências de prostituição infantil e de adolescentes. É uma modalidade de exploração econômica. Vimos, de certa forma, tornar-se comum nas regiões mais pobres. Mas existe também em outras regiões do Estado, em especial em cidades maiores. É o caso da região metropolitana de Belo Horizonte. Vários foram os exemplos, na região da Pampulha, no alto da Afonso Pena. Misturam-se às mulheres de programa menores que estão envolvidos nesse tipo de agenciamento, de exploração. Nas cidades maiores, isso não é algo apenas relacionado à pobreza do norte mineiro, já virou mesmo um "meio de vida", infelizmente!

Há uma modalidade que vimos nas estradas. É impressionante. Na Rio/Bahia – mais próxima do Rio de Janeiro, na região da Zona da Mata mineira e cortando o Estado inteiro do sul até o norte – é muito grande a presença de meninas exploradas à beira da rodovia, por caminhoneiros. Há muitos hotéis e motéis na beira da estrada, e a ausência de controle é muito grande. Chamamos a atenção para a necessidade de uma campanha mais efetiva nas estradas.

A Rio/Bahia passa por Governador Valadares. Lá, o Conselho Tutelar conseguiu fechar uma casa de prostituição de menores que recebia meninas da Bahia. Nesse caso assemelhava-se até a escravidão. As meninas não tinham como sair, chegavam lá e não tinham dinheiro. Tinham que ficar, pois não conseguiam sair. Elas fizeram uma denúncia e conseguiram fechar a casa. Existem outras, evidentemente, com essa modalidade.

Em termos de exploração econômica, esse foi o quadro encontrado. Vimos, também, outra modalidade de exploração, que é a participação das autoridades. São autoridades de diversos tipos. Recebemos várias denúncias nesse sentido. Citei o caso de Taiobeiras, onde o Prefeito era acusado por diversas meninas menores. A Comissão esteve lá, a Deputada Elbe Brandão, relatora, o Deputado Paulo Peterson e eu. Eram quatro Deputados. Escutamos, das meninas, diversas formas de denúncia. Esse Prefeito, depois, foi investigado pelo delegado local. Já havia sido investigado por dois outros delegados. Chegou um terceiro e também o investigou, descobrindo várias coisas concretas sobre ele. Entregou o relatório ao Ministério Público e solicitou a prisão preventiva, que foi concedida. Ele fugiu e conseguiu, depois no tribunal, cassar a liminar.

Esse Prefeito está, certamente, envolvido. As denúncias são muitas e as provas são concretas. Infelizmente, o Prefeito fez escola na cidade. As meninas mantinham relações com ele – meninas de 14, 13 e 12 anos – em um local determinado. A prática foi disseminada pela cidade como algo comum, pois o "Prefeito fazia". Virou uma certa cultura na cidade. As pessoas tinham medo de denunciar. Mas, pelo menos, o Prefeito foi punido nas urnas, perdeu a eleição para

Deputado e não é mais Prefeito. Na cidade, é uma figura desmoralizada. A própria Justiça chegou a pedir a sua prisão preventiva.

O caso foi mencionado para demonstrar o envolvimento de autoridades, o que é um outro problema grave. Tivemos um outro problema na cidade de Araxá. Dois promotores – um inclusive era promotor de defesa da Criança e do Adolescente, foi denunciado. Os dois promotores tinham envolvimento com a exploração de menores. Esse promotor foi afastado, e o Ministério Público o puniu com a pena máxima. Foi comprovado realmente o seu envolvimento com esse episódio.

Ele era ajudado, acobertado pela delegada, na cidade, e um determinado juiz também acobertava esse processo. Dois juízes tentaram denunciá-lo. O promotor fazia denúncias outras dos juízes, e isso perpetuou pela Cidade de Araxá durante 12 anos.

Ele formou um Conselho Tutelar, nesse caso, viciado, que o temia, que era subordinado a ele, a quem dava emprego e, assim, ele foi dominando a situação. Até que uma conselheira tutelar se encorajou a fazer essa denúncia e foi até o fim.

No início, ninguém colocava muita fé nas suas denúncias, por denunciar promotor ligado à criança e ao adolescente; os juízes não tinham coragem de fazer isso. Mas essa moça veio à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia. O Deputado Durval Ângelo esteve em Araxá, verificou, fez uma investigação inicial e, depois, passou o caso à nossa Comissão. Comprovamos, então, aquilo que o Deputado já havia, de fato, conseguido vislumbrar como realidade.

Esses promotores foram afastados do Ministério Público com a pena máxima administrativa, que, infelizmente, é a pena de aposentadoria compulsória, mas continuam recebendo; continuam respondendo na Justiça a pena criminal, mas foram afastados.

Tivemos o caso de um padre mariano, que também foi afastado da arquidiocese – isso em relação às autoridades. Tivemos um juiz na Cidade de Arinos.

Em todos esse casos, houve punição. O Ministério Público puniu; esse prefeito foi punido e o padre também. O juiz, não. Houve uma série de provas contra ele na cidade de Arinos, havia várias denúncias. O corregedor atestou, como já tínhamos atestado, a veracidade das denúncias. Então, o corregedor pediu a ele pena máxima, que era o afastamento do juiz. A corte, por unanimidade, absolveu o juiz.

Hoje, ele continua na cidade de Arinos, dizendo que tudo aquilo foi perseguição política, que ele é praticamente um santo; e continua na cidade, aprontando das suas ainda. Isso mostra que a Justiça é mais complicada ainda se se tentar qualquer tipo de punição ou de se fazer justiça. O corporativismo é algo impressionante. Por unanimidade, ele foi absolvido, dizendo que não havia prova concreta. Mas havia denúncia inclusive da filha da conselheira tutelar, para se ter uma idéia. A própria conselheira tutelar fazia a denúncia, e o juiz foi absolvido na corte depois de o corregedor, na Justiça, pedir a pena máxima a ele. Esse juiz continua lá, e seria útil se conseguíssemos remexer nesse caso, porque ele conta vantagem e diz que não acharam nada contra ele; e as denúncias eram enormes!

Uma menina foi extremamente prejudicada, teve que sair da cidade. Ela tinha, à época, 14 anos, e teve a coragem de fazer a denúncia. Hoje, evidentemente, não pode nem lá aparecer.

Portanto, o problema do envolvimento de autoridades nesse caso é algo que também não podemos deixar impune, exatamente para que isso não se perpetue. Enfim, isso daria aqui a dimensão do problema.

Há casos absurdos, como o de Itaobim, que acabou ganhando projeção nacional. Trata-se de denúncia feita por um conselheiro, na cidade, de crianças tanto do sexo masculino como do feminino que faziam sexo por um preço que variava entre R$0,50 (cinqüenta centavos) e R$5,00 (cinco reais), na beira da estrada, na cidade de Itaobim, no Vale do Jequitinhonha. Estivemos lá também; posteriormente, o Ministro Nilmário Miranda esteve lá. Hoje, essa situação, na cidade, já não é mais como era, graças a essa intervenção. Mas foi um caso que acabou tendo uma projeção nacional pela sua dimensão.

Entregamos esse relatório ao Ministério Público, ao Governador e a todos os prefeitos. O relatório tem muitas sugestões, que foram feitas, em conjunto, com os Conselhos Tutelares. Onde existe o Conselho Tutelar, a situação é melhor, no sentido de as denúncias aparecerem. Então, um esforço que fizemos, junto ao Ministério Público, foi o de obrigar a criação dos Conselhos Tutelares onde as prefeituras não o tinham feito e onde os Prefeitos não tinham vontade de fazer. O Ministério Público, inclusive, ameaçou denunciar todos os Prefeitos que, em um determinado prazo, não estabelecessem a existência dos conselhos tutelares.

Em várias cidades aonde nós íamos, começávamos a perguntar para todas as autoridades e todas eram unânimes em dizer que na cidade quase não se tinha nada: "Não, aqui quase não tem denúncia", para o juiz não tinha chegado nenhuma denúncia, o delegado não tinha conhecimento, a Polícia Militar já ouviu dizer alguma coisa, mas quando se passava a palavra aos conselheiros tutelares, eles davam um quadro completamente diferente do que as autoridades tinham. Não até de má fé das autoridades, mas porque esses casos são escondidos e chegam muito

nos ouvidos dos conselheiros tutelares, porque se adquire com eles confiança.

Então, o fortalecimento dos conselhos foi algo a que nós demos muita importância nesse nosso relatório.

O relatório pediu, ainda, muito que a questão da impunidade fosse combatida de forma predominante, como? Nós conseguimos fazer aqui, em Belo Horizonte, um convênio entre a Polícia Militar e o Ministério Público, por intermédio da Promotoria de Defesa da Criança e do Adolescente. Qualquer crime, seja ele sexual ou não, contra a criança a Polícia Militar entrega diretamente à Promotoria da Defesa da Criança e do Adolescente.

Então, essa Promotoria vai também abrir o inquérito em delegacia especializada de crimes contra crianças e adolescentes, e, daí, diretamente para o Juizado, embora ainda não tenhamos conseguido criar a Vara especializada que seria fundamental para um julgamento rápido, para que tivesse uma cadeia completa desde a denúncia até o julgamento, que fosse exemplar para que crimes contra a criança e o adolescente não pudessem prosperar e não tivessem impunidade.

Essa é uma preocupação nossa e pedimos muito ao Governo que nos ajudasse a cuidar disso. Pedimos ao Executivo, também, campanhas de denúncia constante em beira de estrada, cartazes, enfim, que tivesse uma campanha de disque-denúncia e que isso fosse feito constantemente, para conscientizar a população de que isso, de fato, é crime e que a população não se acostume com isso. Não vou me alongar, mas fora também, evidentemente, ações de prevenção, como casas de passagem. Reclama-se muito, no interior, que se tenta fazer alguma coisa mas que na hora de se tirarem as meninas da rua elas não têm para onde ir. Então, que se tivesse um cuidado especial para geração de emprego e que o socorro seja posterior, porque os conselheiros abordam as crianças mas, depois, não têm o que fazer com elas, elas voltam, são reincidentes e vocês já devem ter-se deparado com esses casos.

Então, são várias as sugestões que nós fizemos. Eu diria que o relato, a grosso modo, foi esse do trabalho que fizemos na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Barbosa) – Nós agradecemos a sua presença e queremos saber se tem mais alguma organização que queira fazer uso da palavra.

Se não tiver, concedo a palavra a nobre Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS) -- Quero cumprimentá-lo, Deputado Rogério Correa. Por seu intermédio e de todos os Deputados e Deputadas que integraram a Comissão Especial, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que hoje nos recebe, fez um importante trabalho de mobilização que, pelo que percebemos, foi além de um trabalho, em si, de mobilização e levantamento sobre o tema, porque sabemos que uma Comissão Especial não tem a mesma possibilidade investigativa que uma CPI. Mas V. Exªs conseguiram trabalhar em um nível que, de fato, trouxe as denúncias daquela invisibilidade que normalmente elas têm para um lugar de responsabilidade pública de diversos atores, instituições mesmo do Ministério Público e do Poder Judiciário. Conseguiram, também, trabalhar com eixos que, neste momento, nos orientam também e contribuem para o nosso trabalho, a partir de Minas Gerais, sendo estes eixos que percebi aqui entre os principais: a questão das estradas, da participação de autoridades e pessoas com poder diferenciado, o papel das instituições que o Estatuto da Criança e do Adolescente constituiu, o papel de proteção e o das políticas de apoio, como os próprios Conselhos Tutelares e os organismos de direito das crianças e adolescentes. Isso nos traz uma importante questão, com um grau de aprofundamento interessante, identificando, de um lado, circunstâncias em que as meninas, as crianças e adolescentes estão em um grau de abandono e exploração, em que elas próprias, numa praça, como foi citado aqui, em Teófilo Otoni, já articulam a circunstância da exploração, com iniciativa própria, seja pelo grau de debilidade certamente dos vínculos familiares e do apoio de adultos, o grau de exploração realmente vivenciado por elas, seja por meio da ação criminosa de agenciadores.

Nas duas circunstâncias percebemos, como elementos que movem essa situação, tanto os determinantes econômicos e sociais vividos pelas crianças e pelos adolescentes, quanto a dimensão cultural, inclusive essa resguardada numa absurda situação jurídica, que ainda permanece no País e que estamos tentando recompor, que deixa livres verdadeiros criminosos que são responsáveis por esse crime.

Eu perguntaria se, na sua avaliação, o senhor poderia nos confirmar aquilo que foi dito pela manhã. O senhor não estava conosco pela manhã, em razão de outras tarefas, mas tivemos a presença da Polícia Rodoviária Federal, que nos apresentou um relatório, certamente não concluído, com base no trabalho desenvolvido pela Polícia Rodoviária Federal no ano de 2004, portanto, este ano. Estamos no final de março, e já é possível, pelo sistema de informações da Polícia Rodoviária Federal, determinar pelo menos três lugares em que foram identificadas crianças e adolescentes em situação de exploração sexual.

Penso que o nosso representante da Polícia Rodoviária Federal não expressou, o Inspetor Junnie Penna, mas, no relatório que recebemos consta que, em Juiz de Fora, no Km 765 da BR-040, à uma hora

e trinta minutos, uma adolescente é detida sem documentos, transitando à margem da rodovia, e que fora encaminhada para o Conselho Tutelar local, sendo identificada em situação de exploração sexual. Isso no dia 2 de janeiro.

Pergunto ao senhor sobre esses casos para verificar se o senhor os têm na memória ou no relatório, à época da comissão especial. Em Frutal, no quilômetro 195 da BR-153, às 10 horas, do dia 16 de janeiro, duas adolescentes, de 15 e 16 anos, pediam carona na rodovia, sendo comprovada a situação da exploração sexual.

No dia 29 de janeiro, em Sete Lagoas, no km 471 da BR-040, às 11h05min, é detido e encaminhado ao Conselho Tutelar José Francisco Fernandes, que transportava em seu veículo, um táxi Fiat Palio, duas crianças sem autorização dos pais.

Esses casos são absolutamente atuais. Há outros dados, estão no relatório feito em momentos anteriores, que nos foi enviado, tais como: BR-116, BR-381, BR-050 e a BR-251. Eu lhe perguntaria sobre essas situações em Minas.

O senhor identificou, aqui na Zona da Mata, próximo ao Rio de Janeiro...

O SR. ROGÉRIO CORREIA – Frutal, no Triângulo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É porque eu não tenho muito presente as regiões dos municípios, por isso repito as perguntas. Peço desculpas pelo desconhecimento da geografia mineira, se for redundante. Durante os trabalhos da Comissão Especial vocês identificaram o tráfico interno como algo relevante, ou seja, meninas, crianças e adolescentes de outros Estados em Minas e de Minas em outros Estados.

Também interessa muito à CPI o processo do Prefeito de Taiobeiras. Devemos nos dedicar a uma análise da tramitação da organização dos inquéritos, da capacidade de esses inquéritos definirem a comprovação e do perfil de resposta que o Poder Judiciário dá em casos emblemáticos como este. É um elemento que pode nos dar uma pista. E do juiz citado da cidade Arinos. O Prefeito de Taiobeiras, o juiz de Arinos, o padre de Mariano, os Promotores da defesa dos direitos da criança e o outro em Araxá. A CPMI não tem uma fixação na situação das autoridades, ela busca um enfrentamento da exploração sexual por quem quer que a cometa. O Deputado Rogério Correia apresenta bem quando fala em Taiobeiras acerca da permissividade que vai-se constituindo quando autoridades públicas estão envolvidas em crimes dessa natureza. Nossa responsabilidade também é emblemática, assim como para o mal. Há uma característica simbólica, além de realmente violenta. A formação de uma cultura dentro de todo um contexto de violência, reforçando as circunstâncias que permitem essa violência se reproduzir. Quando uma autoridade se envolve, quando alguém com poder aquisitivo, famoso, que tem autoridade, um Vereador, um Prefeito, um Juiz, enfim, um Deputado ou uma Deputada se envolvem, assim como há um exemplo negativo daquela parte, justamente no sentido de neutralizar esse efeito negativo é que, na medida em que temos essa tarefa investigativa, precisamos atuar sobre isso de forma particular para enfrentar esse exemplo negativo e constituir um outro modo de pensar na sociedade, porque aqui também estamos compondo a cultura da sociedade, estamos dizendo que isso não é natural.

Hoje, pela manhã, na fala do jornalista Antônio pela rede, surgiu novamente a idéia de que boa parte da sociedade avalia como natural. Realmente, acaba naturalizando essa circunstância da exploração. Estamos aqui para dizer que não é natural, que toda abordagem da criança e do adolescente quanto a sua sexualidade tem que ser respeitosa do desenvolvimento dessa sexualidade. Aliás, a criança e o adolescente, não somente conceitualmente, mas mesmo na legalidade brasileira, estão em peculiar situação de desenvolvimento e precisam assim ser respeitadas. Estamos aqui para fazer com que esse trabalho avance.

Eu queria também saber da sua consideração. O senhor fala de hotéis e de motéis na beira da estrada. Estou preocupada com isso em todo o Brasil. Não sei como o Deputado Eduardo Barbosa e as Deputadas Almerinda e Thelma percebem, mas nas estradas de norte a sul identifico que é uma terra sem lei, é uma área onde tudo pode acontecer, onde um criminoso que atua aqui logo está em outro lugar, é de difícil identificação, a vítima também é de difícil localização, mas há prepostos fixos. Se é difícil se pegar um carro... Se bem que não acredito nisso, porque, com radares, com sistemas de informação e com a tecnologia que temos hoje, mesmo com placas frias, é possível identificar mais ou menos o que vai acontecendo e ter um sistema de comunicação em que os vigilantes das estradas operem de um lugar para outro. Hoje foi dito que a Polícia Rodoviária Federal já tem compromisso institucional, mas foi dito também pelo policial rodoviário que é muito importante o convencimento dos policiais rodoviários que estão lá na ponta. Ele próprio disse que muitas vezes os seus colegas vêem esse crime como algo banal e natural e que têm outras coisas para fazer.

Precisamos redimensionar essa questão e também analisar se esses motéis, hotéis, postos de gasolina não só prepostos do crime. Em que medida o dispositivo do ECA, onde crianças e adolescentes não podem estar

dentro de hotéis, motéis, pensões e congêneres desacompanhadas dos pais ou responsáveis está sendo cumprido por esses proprietários de estabelecimentos ou não. Na verdade, temos um sistema opressivo e vamos precisar ter um sistema de garantias.

Recentemente, no Rio Grande do Sul, 14 meninos foram mortos, abusados sexualmente e mortos, com seus corpos jogados em valas e matos. Um caso me chamou muito a atenção, dentre todos: depois de aparecer no jornal a fotografia desse menino morto, a recepcionista do hotel procurou a polícia e disse que aquele menino havia estado no hotel, acompanhando um hóspede. Ela viu que o menino esteve no hotel, caso contrário ela não lembraria, ela identificou posteriormente o assassino, mas não agiu quando o menino entrou no hotel com quem veio a ser o seu algoz, o seu assassino.

Há na nossa rede hoteleira, com todo respeito – estamos buscando parceria com este segmento, precisamos dele –, um fechar de olhos para circunstâncias que não podemos deixar. Se identificamos na beira das estradas, onde não há qualquer fiscalização, já temos denúncias de cidades maiores, cidades turísticas.

Por mais que essa moça e esse hotel tenham contribuído para a elucidação do crime, poderiam ter sido ainda mais presente e esse crime até evitado, assim como outros, porque depois daquele menino mais seis ou sete ainda vieram a ser mortos.

Temos uma responsabilidade muito grande. Cumprimento-lhe e quero fazer a parceria da CPMI com o seu trabalho, com o trabalho da Assembléia Legislativa, agradecendo o trabalho desenvolvido. Parabéns.

O SR. ROGÉRIO CORREIA – Primeiramente, também gostaria de parabenizá-los pelo trabalho que o Congresso Nacional vem fazendo, porque ficamos nos sentindo impotentes por fazermos o trabalho e depois não conseguirmos ver a sua seqüência. Considero importante que o Congresso Nacional tenha formado essa Comissão Parlamentar de Inquérito, que fará com que os governos estaduais, os Municípios e o próprio Governo Federal coloquem essa questão como prioritária.

Fiz um relato rapidamente sobre os problemas das estradas mineiras, em especial as que dão acesso do Estado de Minas Gerais para outro e que é grave. Citei a Rio-Bahia, que é a pior delas, pega parte do sul vai até o norte e as crianças transitam com determinada folga de um Estado para outro.

Esse caso que citei, de Valadares, que o Conselho Tutelar conseguiu desativar uma casa de prostituição de menores, é exemplo disso. As meninas de 14 e 15 anos vinham da Bahia e paravam perto de Valadares, de onde era difícil saírem, até por não terem mais dinheiro para retorno. Elas vinham de lá e eram trazidas com esse objetivo. Foi o Conselho Tutelar que descobriu e denunciou, com o apoio da Polícia Militar, levando à prisão de quem fazia isso e, nesse caso, foi desmantelado, mas mostra esse vaivém de crianças pelas estradas. Mas a Rio-Bahia não é a única. Já tivemos denúncias dessas que você citou. No caso de Juiz de Fora, é exatamente passagem para o Rio de Janeiro. No Triângulo Mineiro, Frutal fica lá, provavelmente é na BR que dá acesso principal até Brasília, inclusive, e Sete Lagoas, que é aqui perto e faz parte da região metropolitana, a BR-040. Nessa região, são extremamente utilizadas crianças que ficam por essa estrada. Esses três casos citados estão no contexto dessas estradas que havíamos visto.

A polícia conseguiu e isso foi denunciado, inclusive, pela imprensa aqui em Minas... Duas crianças que estavam sendo exploradas sexualmente em uma determinada estrada. Penso que é essa estrada que liga ao norte de Minas. Uma tinha 12 anos e a outra, em torno de 15. Eles perguntaram à menina de 12 por que ela estava fazendo aquilo, como ela estava sendo explorada. Ela disse: a minha coleguinha de 15 anos chegou com dinheiro, mostrou uma nota de R$10. Aí eu perguntei como ela conseguia aquele dinheiro e ela me ensinou. Ela passou aquilo: a partir do que a colega dela ensinou. Como tem facilidade nessas estradas, demonstra mesmo facilidade. A outra colega dela disse para ela como é que era e ela passou então a receber dinheiro, achando natural aquilo, aquele meio de vida.

Essa questão da naturalidade também é um problema grave. Às vezes, falamos em crianças de 12 anos e as pessoas assustam. Se você disser que o adolescente tem 16 anos, uma grande parte pensa: tudo bem, já tem 16 anos. Parece algo, infelizmente... Essa é a realidade contra a qual precisamos trabalhar. Esse é um dos pontos fundamentais da conscientização em relação a isso ser crime e não se deixar que isso seja costume.

Em relação à questão das autoridades, o caso do Prefeito de Taiobeiras é isso. Ele continua lá. Ele conseguiu cassar a liminar e está solto. Não chegou a ser preso porque fugiu. Outros que estavam no caso dele estão presos até hoje. Foram presos quatro: três estão presos e o Prefeito conseguiu ganhar essa liminar. Está até agora impune, embora o processo contra ele esteja na Justiça, que é extremamente morosa também neste caso. Ela não coloca isso como... Por isso, penso que juizados especiais são fundamentais, porque isso cai em câmara comum e o julgamento é tão lento como todos os outros. Ter as varas especiais para julgamento desse crime é fundamental. Creio que, se isso existisse, o Prefeito de Taiobeiras não estaria solto. Os promotores de Araxá foram punidos pelo Ministério Público,

mas, em relação à Justiça, o caso continua correndo e eles ainda estão sem punição criminal.

Esse juiz de Arinos nem se fala. Nem a própria Justiça deu um jeito nele. Continua lá como juiz na cidade. Está operando. É o juiz na própria cidade. Cheguei a fazer, pelo menos, uma tentativa de que ele fosse deslocado para outras comarcas. Isso não resolveria tudo, mas, pelo menos, não ficaria na cidade, porque é uma afronta a presença dele lá. Não, nem isso o Tribunal de Justiça quis fazer. Ele continua lá como símbolo da impunidade na cidade de Arinos. Repito: o Corregedor pediu a pena máxima para ele, que era o afastamento dele como juiz, aposentadoria compulsória. Escutou as pessoas. Ele chegou a ligar aqui para a Assembléia Legislativa – tínhamos o Disque-Denúncia –, ameaçando funcionários aqui. Ele é uma pessoa extremamente autoritária e tem contra ele uma série de denúncias de meninas. O caso desse juiz não é nem só meninas menores, mas advogadas que ele desfez. Tentou abusar sexualmente de advogadas. E esse juiz está lá impune na cidade de Arinos, o que é um verdadeiro absurdo. Mostra mesmo a má-vontade da Justiça em se reciclar e...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já foi julgado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA – O caso dele na Corte já foi julgado, mas foi inocentado. Na Corte, ele foi inocentado. O Corregedor pediu o afastamento dele, e a Corte, por unanimidade, disse que não havia prova concreta. Ora, prova concreta, literal, evidentemente que não havia, porque o acontecido foi relatado depois, pelas meninas. Mas havia muitas denúncias. O próprio Corregedor julgou que as denúncias eram fortíssimas e que havia indícios muito graves. A prova concreta, evidentemente, não, pois ele não foi pego em flagrante. Como nos outros casos também não houve outra forma de verificação e punição.

O caso do padre de Mariana, que foi afastado também. Ele já era reincidente. A Igreja também havia escondido esse caso na primeira vez, quando ele era pároco de outra cidade. Depois, ele foi para Mariana e foi reincidente. E, dessa vez, ele foi afastado. Mas isso demonstra que a questão das autoridades é problemática.

Eu me esqueci de tratar de uma questão que vimos muito, fugindo da modalidade da exploração econômica, que trata da exploração na família. Foram muitas as denúncias de padrastos; às vezes, de tios. Essas inúmeras denúncias foram aumentando na medida em que a Comissão foi ganhando projeção na imprensa. No disque-denúncia, do Governo do Estado e das entidades, também recebemos muitas denúncias.

Se quiserem complementar, podem me ajudar.

Enfim, isso foi aumentando. Quanto mais o caso tomava projeção, mais havia denúncias. Não que aumentasse o número de casos, mas as pessoas se encorajaram a fazer a denúncia. Por isso são importantes as campanhas publicitárias.

Havia locais onde as pessoas não diziam praticamente nada. Fomos à cidade de Carangola, na Zona da Mata Mineira, perto da Rio-Bahia. Era impressionante, fazíamos perguntas e ninguém sabia absolutamente nada, a cidade parecia perfeita. Não tinha um caso. Eu até pensei: até que enfim viemos a uma cidade onde não existe problema. Isso porque não havia nenhum caso com o juiz, na delegacia, não tinha nenhum caso sequer com a promotora. A Polícia Militar, uma vez, mas fora da cidade, perto da Rio-Bahia, tinha tomado conhecimento de um caso. Quando passamos a palavra para os Conselhos Tutelares, é impressionante o número de casos que eles tinham e o que acontecia na beira da rodoviária. Eles foram dizendo os casos. Havia uma pesquisa de que o número era extremamente grande. Então, além de haver desconhecimento, tenta-se acobertar o problema.

Para finalizar, essa experiência é interessante. Em Mariana, não chegamos a ir, foi o caso do padre, e a Igreja agiu de forma mais rápida. Mas em Taiobeiras, Araxá e Arinos, fomos algumas vezes. No final das contas, o prefeito, em Taiobeiras; os promotores, em Araxá; e o juiz, em Arinos, trabalham juntamente com outras autoridades, que geralmente não estão envolvidas, mas acobertam esse tipo de questão, contra as denúncias que fazemos, como se o problema fosse nosso: "Vocês é que estão sujando a imagem da nossa cidade". Como se a cidade passasse a ter o problema porque fomos lá. Essa é uma outra questão que vivenciamos muito. Eles nos denunciavam: "Os deputados estão fazendo isso para aparecer e para ganhar voto".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nós também estamos vivendo esse problema.

O SR. ROGÉRIO CORREIA – Vocês devem estar vivendo isso.

Votos mesmo, tivemos pouco, porque a cidade tinha até medo de nós. Então, não era verdade. Era um problema que existia e que precisava ser resolvido. Mas o preconceito é muito grande, e há um mecanismo de autodefesa de esconder, de omitir.

Em Itaobim, a Deputada Maria José é de Teófilo Otoni, falei sobre o caso dessa cidade. Em Itaobim, a Deputada esteve lá conosco, também começaram a dizer que nós, da Assembléia Legislativa, fomos lá para sujar a imagem da cidade. Pressionaram o Conselheiro Tutelar...Como ele se chama mesmo? Eugênio. O Conselheiro Tutelar era pressionado, de diversas for-

mas, como se tivesse feito um malefício enorme para a cidade ao fazer as denúncias.

Então, é preciso, sim, haver uma campanha nacional contra o problema. Por isso o trabalho de V. Exªs certamente nos ajudará muito a colocar isso como um problema nacional e real, que tem solução. Claro que isso advém também de melhorar as condições de pobreza no Brasil e de fazermos transformações mais profundas na sociedade, mas é preciso abordar o caso específico da exploração sexual de crianças e de adolescentes dando a esses casos soluções mais imediatas.

Então, eu queria parabenizá-los pelo trabalho que estão realizando, que eu tenho na medida do possível acompanhado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Barbosa) – Apesar de já ter sido citada, eu quero cumprimentar a Deputada Maria José Haueisen. É um prazer muito grande V. Exª estar aqui conosco.

Eu gostaria de abrir um tempo para alguma organização que queira fazer uso da palavra. Usem agora ou calem-se para sempre. Bom, alguém deseja fazer uso da palavra?

Deputada Maria José, o Deputado fez uma síntese, para nós, do relatório da Comissão Especial. Ele nos repassou também o próprio relatório, que está aqui na íntegra.

Nós temos a presença do Dr. Celso, que é do Ministério Público. É isso?

A SRA. GISLENE MARTINS – (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Barbosa) – Você poderia fazer uso do microfone, porque nós estamos gravando? Poderia vir até aqui na frente? Gostaria que você falasse o seu nome e o da entidade ou organização representa.

A SRA. GISLENE MARTINS – Boa tarde. Meu nome é Gislene, sou da UBEE-Marista, e trabalhamos com alguns institutos e obras sociais que recolhem algumas crianças em risco social e pessoal e delas cuidam.

Eu gostaria de saber, em meio a tudo isso que foi exposto, como a sociedade civil e as instituições podem intervir para trabalhar, para ajudar até a própria Comissão, ou ajudar as outras instituições e organizações que trabalham nessa área? Porque a nossa preocupação é desenvolver o trabalho com essas crianças que sofrem desses abusos e de outros também. Como podemos intervir na prática mesmo, para ajudar?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Barbosa) – Bom, ela nos está fazendo uma pergunta. Creio que pela manhã acredito que foi o irmão Mesquita que fez a citação de que na realidade até hoje nós não conseguimos construir o sistema de rede de atendimento à criança e ao adolescente. Na realidade, isso tem que ser muitas vezes puxado e coordenado pelo próprio Poder Público, que identifica as organizações e estabelece um trabalho de parceria de relação em rede, com responsabilidades definidas, que promova um trânsito entre as organizações, fazendo com que o usuário, ou a criança e o adolescente tenham nessas organizações a identificação de que elas poderiam corresponder ou responder às suas necessidades.

O que observamos hoje e foi falado também na mesa pela manhã é que muitas vezes isso tem sido de iniciativa da própria sociedade civil; as organizações tentam se articular.

Outro dia eu até estava conversando com a Deputada Maria do Rosário, em uma outra comissão da qual nós também fazemos parte, que é a do rebaixamento da idade penal, que muitas vezes o juiz define a medida sócio-educativa encaminhando uma jovem, ou um jovem, para um regime semi-aberto e às vezes até existe um regime semi-aberto conveniado com o sistema público, mas os outros atendimentos necessários para essa criança e adolescente que estão ali muitas vezes aquela organização conveniada é que precisa buscar sozinha, por meio de uma articulação da própria entidade, e não temos já, de fato, um sistema organizado, no qual ela pode buscar os outros apoios necessários que não tem como oferecer dentro de uma casa-lar ou de uma casa que está ali com uma obrigação e um objetivo muito claro de dar um contexto familiar para aquela família.

Então, o que você nos coloca é o grande desafio que nós temos hoje, que é de realmente estabelecer o trabalho em rede.

Em relação à Comissão, a Deputada Maria do Rosário também vai fazer uso da palavra em relação a sua pergunta. Estamos já na fase de elaboração do relatório final. Já há prazo para a finalização dos nossos trabalhos. Na realidade, sugestões, ainda não trabalhamos o processo de fechamento. Não sei se a Deputada Maria do Rosário já definiu se haverá um relatório prévio, inclusive para conhecimento da sociedade, que tem interesse em, às vezes, apresentar sugestões em cima de um relatório preliminar. Todas as nossas reuniões são gravadas, há também o **site** do Senado, as atas são públicas e disponibilizadas. E quanto às contribuições a partir das discussões que foram feitas, a Relatora as receberá com a maior satisfação.

E, em cima do relatório preliminar – se é que a Deputada vai fazê-lo, é uma prerrogativa dela, ela pode simplesmente apresentar um relatório para ser apreciado, ou colocar um relatório preliminar em discussão, e ela vai poder falar sobre isso. Mas, com cer-

teza, pelo conhecimento que temos da Deputada, ela estará aberta para também buscar a avaliação de um relatório preliminar. Não sei se contemplo, em parte, mas a Deputada Maria do Rosário vai completar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Barbosa) – Sim, Deputada. A casa é da Senhora. É nossa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cumprimento a todos. Parabenizo vocês que vieram se somar conosco aqui esforços para ver se resolvemos um problema, que acho que é nacional, pelo que escuto de um lado e de outro, e vejo, às vezes, em revistas, em jornais, em comentários, é um problema nacional.

E também quando chegamos a uma reunião, que já se iniciou há algum tempo, não sei o que o outro falou e o que está para falar. Estou correndo de uma reunião para outra, agora mesmo tenho de participar de uma reunião, da qual faço parte, para discutir problemas de mulheres.

Mas quero saber do Sr. Rogério se ele falou no problema dos conselhos tutelares. Porque há dificuldade quando não há aparelhamento do Conselho Tutelar. Os prefeitos se recusam a dar qualquer apoio, qualquer ajuda a um conselho tutelar. Na minha cidade, por exemplo, o prefeito cortou o telefone. Não tenho telefone e, para conseguir dar um telefonema, preciso pedir autorização à prefeitura. E, quando está havendo qualquer abuso sexual num lugar, e a pessoa precisa de rapidez para noticiar, para pegar, para ver, precisa licença da prefeitura para poder telefonar. Não tem um transporte, não tem um ambiente em que as pessoas possam ouvir aqueles que vão lá contar o fato, para que haja uma certa intimidade para a pessoa – pois já é constrangedor falar de um assunto desses a respeito da sua filha ou dela mesma –, e ela tem que fazer uma exposição na vista de todo mundo, porque é a única sala que existe. E, ainda essas conselheiras ou conselheiros que se dispõem a ajudar são ameaçados pelos malandros que estão usando e abusando de crianças e de menores, e o Conselho Tutelar fica de pés e mãos amarrados. Só estou repetindo aqui, caso o Rogério tenha falado sobre isso, me desculpe. Não tem um transporte, não tem nada. Isso acontece na minha cidade, mas não é a única. Sei de muitas outras que são assim.

E já que vocês estão fazendo um relatório em que essas dificuldades vão aparecer e para que seja tomada alguma providência, gostaria, então, de lembrar a importância de fortalecimento, de maneira legal, se fosse o caso, exigir dos prefeitos, exigir das autoridades, que cumpram essa função.

Falo e peço licença para me retirar, porque tenho outra reunião agora e tenho que correr para lá.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Barbosa) – Entendemos, Srª Deputada. Creio que foi muito bem lembrado, mais uma vez, o reforço dessa questão. Apenas lembro que, no final do ano passado, houve o Encontro Nacional dos Conselhos Tutelares em Brasília. E isso é realidade nacional. Em todos os Estados brasileiros eles não estão aparelhados e não recebem apoio das prefeituras. Quando existe, é uma experiência inédita, rara. Existem exceções, não estou falando que não existem, mas, numa realidade nacional, num mapeamento que temos. Inclusive, com dificuldades de sobrevivência dos próprios conselheiros, porque, muitos deles, não têm remuneração justa, digna, alguns se negam a remunerá-los. E sabemos que, pelo próprio Estatuto, é dedicação exclusiva daquela pessoa, num trabalho para a comunidade, à disposição do trabalho comunitário. Mas essa é uma questão que sempre vem à tona nessas discussões, para a qual, com certeza, o relatório vai apontar.

Quero acusar a presença do Dr. Celso Pena Fernandes, que é Promotor da Infância e Juventude de Belo Horizonte. Agradecemos-lhe a presença.

A SRA. ELIZABETH VIEIRA GOMES – Meu nome é Elizabeth, faço parte da Rede Estadual de Enfrentamento da Exploração e Abuso Sexual de Crianças e de Adolescentes. Como a Deputada, também tive problemas para chegar antes.

Queria reforçar o seguinte: temos tentado, nesses últimos anos, conseguir enxergar um pouco da política do Estado em relação ao enfrentamento do abuso e exploração sexual e não temos conseguido. Acho que as pessoas que estão aqui participaram – e nós, ativamente – até da construção do plano estadual de enfrentamento, que infelizmente lançamos, mas não tornarmos efetivo – nem monitoramos, nem fizemos uma avaliação. Pelo contrário, em alguns momentos, aquilo que no plano constava como diretriz e conquistas conseguimos perder.

Então, fica esse alerta mesmo, para continuarmos essa articulação. Acreditamos no Governo, mas acho que temos que ser mais objetivos agora. Com esse pouco recurso que temos e com esse diagnóstico que se apresenta, como vamos conseguir investir de alguma forma?

Rememorando o que temos trazido para as discussões da Rede, além, é claro, do fortalecimento dos Conselhos Tutelares e de Direitos, há a questão da ampliação do Programa Sentinela. O que acontece nesses Municípios? Eles ficam, muitas vezes, vulneráveis com o nosso estímulo às denúncias ou com os casos que chegam até nós e não têm um suporte permanente

para levar essa questão adiante e, muito menos, uma política de atendimento e de apoio a essas vítimas. Fizemos um levantamento, há dois anos, de alguns municípios que, a partir do diagnóstico, dos casos, da realidade, poderiam estar recebendo o Programa e, na verdade, não continuamos essa articulação.

Quanto à questão da responsabilização criminal, como já foi dito, infelizmente não conseguimos avançar. Acredito que, agora, em Belo Horizonte, com a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, ganhamos um espaço fundamental. Paralelamente a isso, há a questão das Varas Criminais. Trata-se de como nos organizaremos para explicitar essa política no Estado de Minas Gerais e como daremos suporte a essas cidades do interior, que muitas vezes ficam isoladas. Damos, às vezes, um apoio temporário, e não conseguimos dar um suporte permanente.

Creio que temos de pensar como fortalecer os pólos regionais, para que fiquem cada vez menos na dependência, geralmente, das capitais.

Parece-me que é essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Barbosa) – Só uma informação, da qual não sei se todos têm conhecimento. Há, em Minas Gerais, apenas nove cidades contempladas com o Programa Sentinela. Então, dentro do quadro apresentado, quanto precisamos, de fato, expandir e apoiar.

O SR. ROGERIO CORREIA – Antes de a Deputada Maria do Rosário fazer suas colocações, gostaria de dizer que tivemos aqui uma experiência positiva, que espero que ainda esteja funcionando: uma parceria com a Telemig Celular. A Telemig Celular capacitava um telefone celular para cada Conselho Tutelar que fizesse a parceria. Esse telefone é gratuito. Então, a Telemig tinha essa parceria, que foi importante; parece pouco, mas, diante da carência, que é muito grande – como a Maria José e a Beth citaram –, é importante ressaltar isso como algo que pode ser vivenciado em outros Estados também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A primeira questão refere-se a como contribuir com a CPMI. Na verdade, a CPMI quer contribuir e faz parte de um processo de mobilização articulado pela sociedade brasileira nos últimos dez ou quinze anos, ampliando um pouco. Trata-se de uma experiência muito interessante, porque é uma iniciativa do Congresso Nacional. Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas interagem, constituindo uma comissão de caráter misto, simbolizando unidade até na interlocução com os demais Poderes da República para o enfrentamento do problema. Isso nos dá uma possibilidade muito interessante de atuação na sociedade, para suscitar novamente o tema, em uma remobilização, sempre em um nível superior.

Na condição de integrante deste movimento, como alguém que participa deste movimento em defesa dos direitos da criança e do enfrentamento da exploração sexual, penso que, ao longo do tempo, fomos conquistando espaços, articulando uns sobre os outros, sempre em um nível superior. E o momento que estamos vivendo demonstra essa síntese.

Se tivéssemos tomado a iniciativa desta CPMI, no Senado e na Câmara, sem termos vivido os momentos anteriores, de campanhas, de pactos, de conferências sobre direitos da criança, do desafio da estruturação do ECA, das pesquisas importantes no universo acadêmico e da interação com a sociedade e com os movimentos, talvez não chegássemos a ter o fruto que pretendemos ao final dos nossos trabalhos.

Então, é preciso acumular. Acredito muito nisso, e creio que estamos acumulando, por meio da participação da Comissão Especial da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, da rede que vocês mantêm, assim como de redes, fóruns, comitês e campanhas permanentes que existem em todo o Brasil, muitas delas iniciadas em 1993, quando a CPI da Câmara dos Deputados iniciou seus trabalhos.

Temos de trabalhar a CPMI no contexto. Ela não é uma solução definitiva – que não existe – para o tema da exploração e da violência sexual contra crianças e adolescentes. Digo isso com muita tranqüilidade, apesar de ficar muito triste com a constatação, porque não existe uma solução tão simples para um fenômeno tão complexo, com tantos determinantes. Não depende unicamente da nossa vontade de fazê-lo dissipar-se, até pelo grau de disseminação desse fenômeno na sociedade brasileira e pela complexidade com que ocorre em cada lugar. Se, no universo de um Estado como Minas Gerais, onde o sul e o norte falam a mesma linguagem, já é complexo fazer o enfrentamento do problema, pela particularidade econômica e geográfica de cada pólo deste Estado, imaginem em nível nacional.

Esse enfrentamento precisa das iniciativas locais, entre elas o apoio e a garantia de condições de trabalho para os conselhos tutelares, reforçando a diretriz do ECA para que as políticas ocorram, primeiramente, nos municípios. No entanto, estou convencida de que é preciso que esse trabalho e essa ação se desenvolvam tanto em nível local, quanto a partir da República, como um tema do País, porque, nesse caso, o global e o local estão absolutamente articulados. A situação vivida por uma menina em Montes Claros, em Teófilo Otoni ou em Governador Valadares diz respeito a esse Município, mas também a uma vulnerabilidade nacional, à migração humana, às dificuldades no en-

frentamento desse crime por parte das Polícias, do Poder Judiciário. Então, isso é um sistema nacional. Um fenômeno visto e vivido localmente, ali, é decorrência de contradições locais e de uma verdadeira cultura nacional perversa, que permite a exploração sexual de crianças e adolescentes e constituiu essa naturalização para o fenômeno.

Dessa forma, quero dizer que estamos com a tarefa de não erguer sobre a CPMI – e eu lhes pediria muita atenção para isso – um castelo para o qual não possamos dar resposta, porque essa seria a primeira porta para a frustração. Não vamos permitir-nos frustrar; vamos fazer um relatório que identifique responsáveis por esse crime, que verifique por que as polícias não realizam bons inquéritos, por que não obtemos tantas denúncias ou por que, quando há denunciado, os processos permanecem parados durante longo tempo ou porque depois, esses denunciados são julgados e absolvidos pelo Poder Judiciário. Onde está a falha no sistema de Justiça? Em essência, acho que é isso que precisamos enfrentar. Se todos nós estamos falhando, o que é preciso fazer?

É a Delegacia especializada em criança e adolescente vítima? São Varas especializadas no Poder Judiciário? São elementos que eu considero imprescindíveis, para que o Poder Judiciário esteja à altura do Estatuto da Criança e do Adolescente. De todos os Poderes da república, avalio que o Poder Judiciário foi o que menos caminhou na preocupação de se adequar a uma proposta de especialização no atendimento das crianças e adolescentes brasileiros. Isso me preocupa, porque, de fato, precisamos do Poder Judiciário. Não podemos prescindir do Poder Judiciário. Obviamente, a responsabilidade não é só dele. Existem inquéritos mal instruídos e existem também problemas na legislação.

A propósito, o Deputado Eduardo Barbosa, pela manhã, adiantou os estudos que estamos fazendo no sentido de dar possibilidade a que todas as ações sejam de caráter público e possam ser iniciativas do próprio Ministério Público, sem a necessidade de representação da vítima e da circunstância, para que possamos agir com mais agilidade.

Além disso, pensamos em unificar – e estamos estudando a legislação penal – os tipos do estupro com atentado violento ao pudor, conferindo igual responsabilização quando a vítima é menino e quando a vítima é menina. Hoje existe uma diferenciação para circunstância de estupro: só as meninas são vítimas de estupro; e os meninos são vítimas de atentado violento ao pudor. Há sobre as meninas também uma discriminação muito forte. Sabemos que elas são as principais vítimas dessa violência, mas queremos constituir modificações no capítulo que trata dos crimes contra os costumes, adequando esse capítulo ao momento que estamos vivendo e tratando de crimes sexuais, garantindo um atendimento adequado aos meninos.

Além disso, pretendemos outras mudanças legislativas – entre elas o tráfico de crianças. No ECA, por exemplo, o tráfico está devidamente tratado, quando o caso é retirar uma criança de sua família original, do seu meio familiar para uma adoção irregular. Mas não contempla outras formas de tráfico de crianças. Fala o Código Penal no tráfico de mulheres, mas não de crianças e homens. Então, precisamos modificar essa legislação para proteção de seres humanos vítimas da violência e, para isso, estamos estudando como produzir essas mudanças na legislação brasileira.

Pretendemos que o relatório trate das políticas públicas. E aqui entra a ampliação do Programa Sentinela, que garantiu recursos importantes. A propósito, verificamos esta semana pelos jornais a existência de um atraso muito forte no repasse dos recursos, para quem estava ali aplicando, realizando o Programa Sentinela, ainda referente a meses do ano passado.

Fizemos um contato com o Ministério do Desenvolvimento Social, com o nobre Parlamentar e Ministro, querido por nós, Patrus Ananias, e recebemos dele e de sua equipe duas questões: a primeira é que, de fato, há um reconhecimento dessa dívida do ano passado, para a qual se busca solução jurídica de como pagá-la, porque não é comum que se pague um recurso não pago por tanto tempo. Então, é preciso haver o reconhecimento dessa dívida – o que se procura estabelecer agora neste momento. E o próprio Ministro tem o compromisso com esse pagamento.

Agora, sobre a atualidade, existe orçamento, precisamos garantir que seja liberado, e essa liberação dos recursos já prevê 400 novos espaços de implantação do Programa Sentinela nos próximos 3 anos. Considero isso muito bom. Talvez, inclusive, não dê conta do que precisamos – vou dizer isso muito claramente –, porque o Programa Sentinela, na maior parte dos Municípios, é a única coisa que existe. Aqui, em Minas, vocês têm 8; no Rio Grande do Sul, 4.

O SR. (Orador não identificado) – Nove.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como nós, temos 4. Penso que realmente precisamos lutar pela ampliação, renovação e ressignificação deste Programa, inclusive com avaliação de seus resultados, porque isso ainda não foi feito. É claro que, na ausência de outras políticas públicas, dizemos: "Que bom que isso existe". Não se pode fechar o que existe, mas o que existe talvez não seja o ideal.

Precisamos que as redes, os foros, os Conselhos Estaduais de Direito, os Conselhos Municipais de Di-

reito tenham uma política de rede de atendimento e de assistência social, de modo a produzir uma visão muito mais ampla da sociedade. Como disse o Deputado Eduardo Barbosa, é preciso avaliar as várias unidades do Programa Sentinela, fazer uma análise se estão realmente dando resultados, se estão conseguindo operar o vínculo dessas crianças com suas famílias e se estão estabelecendo um resgate da condição humana dessas crianças, que tantas vezes foram retiradas dessa situação.

Então, penso que a avaliação do Programa Sentinela é uma exigência que não sei se vamos conseguir concluir, de nossa parte, até o final da CPMI; mas, ao mesmo tempo em que defendemos a ampliação do Programa, defendemos, com igual ênfase, que seja analisado, que os resultados dele, coerentemente, sejam avaliados, inclusive com a sociedade civil.

Quanto aos conselhos tutelares, existe uma única solução para tê-los em funcionamento, porque há aqui um binômio: queremos que os prefeitos paguem, mas não queremos que se metam no trabalho dos conselheiros. Também já vi município que tem conselho tutelar, e o conselheiro vira uma peça na mão do prefeito, que diz que, como ele banca o pagamento daquele conselho, não quer que o conselheiro fique levantando denúncia e tratando de criança com problemas o tempo todo. Já ouvi no meu Estado, não em outro — por isso, falo com muita tranqüilidade —, que o conselho tutelar implementado passa a ser um problema para o prefeito, porque ele tem que pagar a conta. Então, penso que nós...

O SR. (Orador não identificado) – Principalmente se ele também abusa sexualmente, como já vimos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, principalmente nesse caso.

O que penso sobre o conselho tutelar é que ele é necessário — não há dúvida sobre isso; mas precisamos dele em condições de funcionamento. Penso que temos que ter amarrações no repasse dos recursos federais.

O SR. (Orador não identificado) – Condicionamentos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – São necessários condicionamentos para o repasse, como existem em outras áreas. Por exemplo, os municípios todos foram obrigados a fazer Conselho sobre merenda escolar; se não tiverem Conselho, os recursos não chegam. Então, penso que essa é uma política. Que cada um use o espaço de convencimento.

O SR. (Orador não identificado) – A contrapartida, não é?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É isso mesmo. É uma contrapartida básica para as políticas sociais. Se o Município quer estar inscrito nos programas do Ministério que têm à frente o Ministro Patrus Ananias ou nos programas da Secretaria Especial de Direitos Humanos, tem que ter o conselho tutelar funcionando. E acredito que o Ministério Público pode ajudar nesse sentido. Devemos ter um debate com a ABMP (Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude) e com as instituições, para verificar como é mesmo a fiscalização dos conselhos tutelares. E também há este outro lado: não podemos constituir políticas fechadas em si próprias; temos que constituir políticas e sempre delegar à sociedade algum espaço de análise sobre elas. Do contrário, esse poder acaba sendo exercido contra a própria sociedade.

Os conselhos tutelares também precisam ter clareza de qual a sua corregedoria, como devem funcionar, a quem prestam contas. Além disso, o grau de autonomia deve ser firmemente defendido no trabalho do conselho tutelar. É tão importante uma atitude, uma disposição do conselho tutelar que o que o conselheiro faz só pode ser desfeito por determinação de um juiz – espero que por um juiz honesto, como na maioria dos casos. Ou seja, o conselheiro tem poder de determinar uma medida sobre uma criança! E isso marca aquela criança para o resto da vida. Então, é claro que tem que ser um conselheiro bem preparado.

Temos tido muitas dificuldades com os conselhos tutelares. Não vamos fechar os olhos. Mas é uma política das mais importantes para o Brasil; por isso, tem que dar certo, não pode dar errado.

E também temos tido dificuldades, talvez, em certos processos — e digo isso não pela CPMI, mas, permitam-me, por conta e risco meu: observo que nem sempre uma visão mais democrática do processo de escolha dos conselhos tutelares favorece a melhor escolha dos conselheiros. É só observar as iniciativas que tomamos, cada uma de nós e cada um de nós, nos nossos Municípios, por escolhas públicas, por eleições diretas. Para as crianças, que não estão inseridas nesse processo, nem sempre os conselheiros escolhidos são os melhores. As eleições de conselhos tutelares são verdadeiras eleições de vereadores, de parlamentares. Mais cedo ou mais tarde, teremos que analisar isso.

O SR. (Orador não identificado) – Existem apoiamentos políticos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, apoiamentos e trampolins também. Acredito que todos têm direito a ser candidatos a tudo, mas esse espaço do conselho tutelar deveria ser visto com outra natu-

reza de intervenção, mais importante do que qualquer outra. Teremos que analisar a qualificação dos conselheiros. Teremos que pensar sobre isso. Basta ser um representante eleito pela comunidade? Não precisamos determinar a qualificação que essa pessoa deve ter? Não precisamos determinar uma qualificação inclusive profissional? Digo isso por minha absoluta conta e risco.

Não sei a Senadora Patrícia Saboya Gomes e os demais parlamentares concordam ou não comigo, mas sou de Porto Alegre, cidade que, desde o primeiro momento, escolheu eleição; no entanto, estamos em uma crise enorme com o conselho tutelar, ao ponto que, quando a CPMI foi realizar o seu trabalho lá, fizemos uma abordagem na rua com crianças, elas foram identificadas, e então a Senadora Patrícia pediu aos conselheiros que nos acompanhassem, porque havia crianças pequenas conosco, e não podíamos fazer a abordagem da criança pequena, tinha que ser o conselho tutelar. O conselheiro mandou responder para a Senadora, para mim e para todas nós que estávamos lá que fôssemos até ao Conselho, porque ele não sairia de lá. E posso dizer-lhes que lá temos estrutura, porque foi conquistada pela própria cidade. Realmente, temos sedes para oito conselhos tutelares. Temos carros, telefones. Enfim, não precisamos da iniciativa privada, porque há recursos que foram determinados para isso. Mas não depende só da estrutura; depende também de processos. Já elegemos lá uma pessoa que foi afastada porque era traficante de drogas. E estamos com esses problemas. Então, abro aqui o meu coração com vocês. Perdoem-me.

Queremos concluir o processo em maio. Claro que apresentaremos relatório preliminar, discutiremos com os Parlamentares e com a sociedade. Entre o dia 10 e 18 de maio, vamos apresentar o relatório. Mas queremos votá-lo na Comissão até o final de maio. Então, será um processo enxuto. E aí a nossa referência aqui é tanto a Comissão Especial, que, mesmo que não exista nesse momento, foi presidida pelo Deputado, com a nossa imensa consideração, quanto a própria rede aqui. Queríamos deixar combinados com Minas Gerais esses dois contatos, por intermédio da Assembléia Legislativa e por intermédio da Rede de Enfrentamento, que receberá o nosso material, que vai dar a sua opinião. Seguramente, a partir do relatório final, vamos estar numa nova etapa, como militantes, lutando para que as medidas sejam implementadas não só as do relatório, mas as medidas que já foram tomadas no pacto pela paz, nos resultados das conferências, nos próprios documentos, no Plano Nacional e nos Planos Estaduais de Enfrentamento.

Muito obrigada, Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Barbosa) – Bom, a minha função também é encerrar, mas tínhamos mais um inscrito e temos que ir embora, pois vamos pegar o avião daqui a pouco. Queríamos ouvir o Dr. Celso, que pediu para fazer uso da palavra. S. Exª é promotor da Infância e da Juventude de Belo Horizonte.

Com S. Exª, encerraremos a nossa reunião, senão perderemos o nosso vôo.

O SR. CELSO PENNA FERNANDES – Boa tarde, Deputado.

Ouvi as palavras dos senhores, dA SRA. Deputada. Penso que V. Exª resgatou a realidade do que ocorre no Brasil.

Como Promotor de Justiça da Infância, penso que nós promotores temos a obrigação de resolver certos problemas. Essa questão do pano de fundo da violência contra a criança e contra o adolescente, sexual inclusive, não terá solução enquanto não houver no Brasil Conselhos de Direito e Conselhos Tutelares formados e organizados.

Sob esse aspecto, não sei se foi dito aqui pela manhã, existe uma parceria do Ministério Público com o Instituto Telemig Celular para criação desse Conselho em Minas que me parece que será estendido para todo o Brasil, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Trata-se de um trabalho muito interessante, que vem sendo feito pelo CAO, com o Dr. Ronei e com o Dr. Márcio Rogério. Penso que é o primeiro passo que se dá para podermos estabelecer essa rede de combate à violência.

Em Belo Horizonte, recentemente na Promotoria, estamos nos organizando e estamos tentando evitar que todos esses problemas ocorram.

Tive a oportunidade de fazer algumas palestras no interior para conselheiros tutelares, para conselheiros de direito e pude perceber que existe até uma certa concorrência entre o Conselho Tutelar, o Juiz e o Promotor. Há um desentendimento. Aqui em Belo Horizonte, é uma regra. O que estamos tentando fazer para solucionar esse problema?

Neste mês, espero que consigamos criar a Rede de Conselhos Tutelares em Belo Horizonte, para começarmos a discutir essa questão.

Quanto à Promotoria, neste ano, de acordo com o nosso plano de metas, uma das nossas metas é a aproximação com os Conselhos Tutelares, participando, inclusive, de todos os cursos que serão ministrados aos conselheiros tutelares.

Estou acompanhando o Conselho Municipal, acompanho as plenárias e tomei conhecimento de vários cursos para os quais o Ministério Público nem

havia sido convidado. Então, isso gera um problema muito grave.

No ano passado, quando entrei na Promotoria, entramos com uma ação para afastar todos os conselheiros tutelares do Conselho Tela Leste, exatamente em razão disso que a V. Exª falou. É uma incompreensão da função, uma arrogância. Entramos com uma ação civil de improbidade administrativa, eles foram afastados, perderam a eleição, não foram reconduzidos e agora estão respondendo a essa ação, inclusive por danos morais contra o Município.

Trata-se de um problema. Penso que esse é um papel do Ministério Público essencialmente. Até tenho as minhas dúvidas se estamos preparados para exercer esse papel. Acho que vamos aprendendo, mas a partir da formação desses Conselheiros Tutelares. Esse exemplo de Carangola, para mim, é uma coisa sintomática, ou seja, ninguém sabe nada, e os conselheiros tutelares sabem e não comentam, não têm uma relação, um canal com os poderes públicos.

Agora, com relação a essa questão do combate à violência, criamos, junto com várias entidades, órgãos governamentais e da sociedade civil, a rede de combate à violência contra a criança e o adolescente, em setembro de 2002. Ela funciona há um ano e meio e se reúne periodicamente na Promotoria de Justiça e tem conseguido alguns avanços, um deles é a criação dessa Delegacia Especializada contra Crimes contra a Criança e contra o Adolescente.

Penso que esse é um passo importante, assim como, quem sabe, a criação de uma vara especializada. Mas talvez a especialização, ou seja, colocar todos os processos de crimes contra crianças e contra adolescentes numa vara específica, ainda que ela não julgue apenas esses processos. Isso deve ser feito pelo menos aqui em Belo Horizonte. Essa seria uma solução barata, pois não implicaria a criação de mais uma vara. Creio que é muito importante ficar vinculado a um juiz, porque esse é um dos problemas que temos lá. Em uma cidade em que existe apenas uma vara para esse tema, ou seja, o promotor e o juiz são responsáveis por tudo, esse problema não existe, mas aqui em Belo Horizonte enfrentamos esse problema. Entramos na Promotoria da Infância com ações, por exemplo, para afastar o agressor do lar conjugal. Mas, na verdade, eles sempre voltam. Por isso, às vezes, uma providência criminal é mais adequada, mas nunca conseguimos essa providência com a vara criminal, porque são vários juízes, cada um tem uma cabeça, e isso dificulta muito uma providência padronizada no caso de violência sexual. Temos tido muita dificuldade com a questão da prova, como os senhores viram nos processos aí, principalmente contra autoridade. Na verdade, não é só contra autoridade, não.

Fui promotor na vara criminal aqui em Belo Horizonte e tive um processo em que um pai fazia sexo oral com as três filhas e com uma enteada, de cinco a dez anos de idade. Isso foi descoberto, veio à tona, sua esposa se separou dele e, no processo, constava que não havia prova material, porque era sexo oral. A palavra das meninas não valeu, apesar de todas elas dizerem a mesma coisa, e esse cidadão foi absolvido. Não sei se ele foi condenado no Tribunal, mas o juiz o absolveu. Era a palavra dele contra a palavra das quatro meninas, e palavra dele valeu mais.

Creio que isso é um problema de... Não se trata apenas de prova processual, é uma questão de mentalidade mesmo. Penso que isso somente vai ser resolvido no dia que realmente pudermos estruturar essa rede de atendimento, os conselhos, e termos um contato da sociedade civil, do poder público, do Ministério Público e do Poder Judiciário entre si.

Agradeço a atenção dos senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Barbosa) – Nós é que agradecemos a sua contribuição. Acreditamos que, para todos nós da Comissão, estamos em um processo de elaboração de um pensamento que possa culminar num resultado positivo.

E esse encontro em Belo Horizonte, com certeza, facilitou a elaboração de muitos caminhos que já havíamos iniciado, mas não tínhamos tido a oportunidade ainda de aprofundá-los, debatê-los e talvez até criar algum caminho que possa influenciar o relatório. Então, creio que esse trabalho muito positivo.

Entendo que a sua explanação, doutora, reiterou aquilo que a Relatora Maria do Rosário também nos mostrou, que ainda prevalece a visão do menor, ou seja, a sua fala também não tem crédito e, por isso, a fala do maior prevalece, inclusive, nos julgamentos. A Maria do Rosário nos alertou para o fato de que essa criança só pôde fazer a descrição de um sexo oral porque teve experiência. Isso, por si só, já deveria ter sido avaliado pelo próprio juiz. Isso seria uma prova de demonstração do que ocorreu.

Tivemos muitas contribuições durante esse nosso dia. Houve uma explanação muito importante, da Polícia Rodoviária Federal, que traduz um pouco aquilo que não toleramos mais, sobre o que temos que estar atentos no relatório: o diagnóstico feito pela Polícia Rodoviária Federal aponta sempre para a questão da menor que está na estrada, sua retirada, e a reincidência dessas menores, mas não se fala dos maiores, os abusadores.

Como reverter esse processo e se canalizar o olhar para o que pratica o crime pode, de fato, traduzir um pensamento com o qual a Comissão hoje está muito preocupada: temos que mudar toda uma concepção ainda, apesar de termos uma legislação – o próprio Estatuto – a nosso favor, constatamos que não conseguimos mudar, ainda, essa concepção. O adolescente e a criança ainda estão sendo culpabilizados pelos delitos pelos delitos que o adulto pratica com eles. Isso é lastimável.

No mais, agradeço, mais uma vez, à Assembléia Legislativa por ter cedido o espaço para a nossa reunião. Agradeço também ao Deputado Rogério Correia pela sua participação efetiva, pois S. Exª não só trouxe o relatório, mas também a sua visão, a sua avaliação sobre tudo aquilo que acompanhou na Comissão Especial desta Casa. Por intermédio do Deputado Rogério Correia, quero estender à Presidência da Casa e aos demais Deputados os nossos agradecimentos pelo acolhimento que aqui tivemos.

Estamos à disposição de todos. Um abraço e muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h05min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº **02**, DE 2003-CN

"Com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".

Ata da 30ª Reunião realizada em 15 de abril de 2004

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, às quinze horas e quarenta e minutos, na Assembléia Legislativa, em Belém, Estado do Pará, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, presentes os Senhores Parlamentares reúnem-se os Senhores Parlamentares: Ana Júlia Carepa e os Senhores Deputados: Maria do Rosário, Ann Pontes e Luiz Couto, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".** Havendo número regimental, a Senhora Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, declara aberta a presente Reunião de Audiência Pública e informa que a mesma destina-se à tomada de diversos depoimentos públicos e reservados, todos, a respeito da exploração sexual de crianças e adolescentes em todo o País. A Presidência informa que a presente Reunião de Audiência Pública será dividida em três blocos, onde a Comissão irá ouvir expositores de diversos órgãos e entidades convidados por esta CPMI. Assume a Presidência interinamente, a Senadora Ana Júlia Carepa, que passa a palavra a expositora convidada do primeiro bloco, Dra. Leane Barros Fiúza de Mello – Promotora, à respeito do Caso de Itaituba. A seguir, a Senhora Presidente concede a palavra aos expositores convidados do segundo bloco, a respeito do Tema "Sociedade Civil", os Senhores: Dra. Simone Fonseca – Representante do CEDECA; Dr. Luiz Dantas – Representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; Dra. Mônica Silva – Representante do Fundação FUNPAPA e Dr. Jacques Schwarstein – Representante da UNICEF. A seguir, a Presidência passa a palavra aos convidados do terceiro bloco, Senhores: Major Carlos Emílio – Comandante Especial do Policiamento e Assistência Social – CEPAS; Dr. José Ferreira Sales – Superintendente da Polícia Federal; Dr. Isnar Alves Ferreira – Superintendente da Polícia Rodoviária Federal e o Dr. Itamar Dantas – Representante da Divisão de Atendimento à Criança e ao Adolescente da Polícia Civil – DATA. Fizeram uso da palavra para questionar aos convidados expositores os Senhores Parlamentares a Deputada Maria do Rosário, Deputado Luiz Couto, Deputada Ann Pontes, Deputada Estadual Araceli Lemos – Representante da Assembléia de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, Deputadas Estaduais Regina Barata e Sandra Batista e o Vereador Paulo Fonteles. .Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Barbosa Ferreira Cruz, Secretária em exercício, da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, parte integrante da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Araceli Lemos) – Boa tarde a todos!

Em nome do Deputado Mário Couto, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, tenho a incumbência de dar as boas-vindas a todos que compõem a CPMI, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por representantes do Senado e da Câmara Federal. Ao dar as boas-vindas em nome da Casa e do Presidente, também anunciamos a presença das Deputadas Sandra Batista e Regina Barata. que acompanham também esta sessão, em nome do Presidente da Assembléia.

Desejamos um bom trabalho na tarde de hoje, agradecemos a todas as entidades que receberam o convite da CPMI, que foi reforçado pela Assembléia Legislativa, e que possamos, ao final desta tarde, sair

daqui com propostas cada vez mais firmes no sentido de combater, de erradicar esta que é, para nós, uma das grandes mazelas desses tempos modernos, a exploração sexual, o abuso cometido contra nossas crianças e adolescentes.Neste sentido, queremos convidar para compor e coordenar os trabalhos na tarde hoje a Senadora da República Patrícia Saboya Gomes, que preside a CPMI e que coordenará os trabalhos na tarde hoje.

(Palmas.)

Convidamos também a Senadora da República Federativa do Brasil, pelo Estado do Pará, Senadora Ana Júlia Carepa.(Palmas.)

Convidamos a Deputada Federal, pelo Estado do Pará, Ann Pontes. (Palmas.)

Enquanto a Deputada se dirige à Mesa, uma vez que está na sala ao lado, queremos convidar também a Deputada Federal, pelo Rio Grande do Sul, Maria do Rosário.

(Palmas.)

E, para aqueles que estão achando que a CPMI é apenas de mulheres, queremos convidar o Deputado Federal Luiz Couto, pela Paraíba.

(Palmas.)

Composta a Mesa pelos representantes da CPMI, passamos a Presidência dos trabalhos à Senadora Patrícia Saboya, que coordenará os trabalhos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Boa tarde a todos! Antes de iniciarmos esta sessão, gostaria também de convidar a Deputada Araceli Lemos para compor a Mesa, agradecendo, de antemão, pela gentileza do Presidente da Assembléia, Deputado Mário Couto, que, por intermédio da Deputada Araceli, ajudou a organizar esta audiência pública, a fim de que pudéssemos discutir, com bastante profundidade, um tema e um problema muito grave no nosso País, o qual, certamente, as senhoras e os senhores aqui presentes bem conhecem pela dedicação, pelo trabalho e pelo empenho que vêm realizando ao longo de sua vida.

Gostaria de agradecer, portanto, a presença de todos, cumprimentando a nossa Relatora, Deputada Maria do Rosário, a Senadora Ana Júlia Carepa, que tem sido uma grande parceira na luta em busca de uma solução para esse drama em que vivem milhares de crianças e adolescentes em nosso País. Gostaria de cumprimentar essa outra companheira e amiga, com uma sensibilidade impressionante e que certamente nos toca a todos, que é a Deputada Ann Pontes, bem como esse companheiro de todas as horas, esse amigo que está conosco também, o Deputado Luiz Couto. Cumprimento também a Deputada Araceli.

O que nos traz hoje a Belém é basicamente aquilo que estamos buscando fazer em todo o País. Um pouco antes de junho, a Deputada Maria do Rosário e eu nos conhecemos e começamos a discutir o que poderíamos fazer para contribuir nessa luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nosso País. E achamos por bem convidar a sociedade civil, organizada para amadurecermos uma possibilidade, que seria a instalação de uma CPI.

Naquele momento discutimos, amadurecemos a idéia, quando, para nossa grata surpresa, o Presidente Lula manifestou o seu desejo e o seu compromisso já na sua primeira reunião com os Ministros de que gostaria, e passou essa responsabilidade para as mãos do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que pudesse ajudar a enfrentar essa problema. Na verdade, foi mais radical, erradicar a exploração sexual de crianças e adolescentes do nosso País. Esse o seu compromisso.

Essa palavra do Presidente ganhou uma força muito grande dentro do movimento social e no Congresso, tanto na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Foi aí então que decidimos que era o momento importante de instalarmos uma CPMI, mesmo vivendo um momento difícil, delicado do nosso País, em que votamos reformas importantes, difíceis e polêmicas dentro do Congresso, mas que não deveríamos aguardar mais tempo, até porque a última CPI que se investigou o problema da prostituição infantil naquela ocasião foi há dez anos. Uma CPI que certamente levantou esse problema.

Uma CPI, na minha compreensão, deve além de investigar essas redes que exploração as nossas crianças, deve buscar mobilizar a sociedade brasileira como um todo para que juntos, com a nossa criatividade, com a inteligência do povo brasileiro, buscar alternativas, soluções para enfrentar o problema da violência sexual contra as crianças no nosso País. E foi assim que iniciamos a CPI.

Logo no início, começamos a receber muitas denúncias, de todo o País, de todas as regiões, de cidades pequenas, de cidades de médio porte, de grande porte, cidades ricas, pobres, lugares mais humildes, lugares mais sofisticados, e percebemos que esse é um fenômeno muito complexo, e que tem atingindo infelizmente todo o nosso País. Por isso era preciso não só dar uma resposta concreta à sociedade, buscando investigar e desbaratar essas redes, esses agentes que têm explorado nossas crianças, mas propor políticas que sejam também capazes de enfrentar esse fenômeno. Políticas na verdade que sejam criativas, ousadas e que tirem nossas crianças e nossos adolescentes

das ruas, das avenidas, das estradas, das rodovias do nosso País, da fronteira do nosso País.

Baseado inclusive na Pestraf, a pesquisa realizada que detectou 241 rotas de tráfico de mulheres, crianças, adolescentes do nosso País, começamos a nossa caminhada por todo o País, com a parceria, com a colaboração principalmente dos Parlamentares das suas regiões, que têm buscado dentro da sociedade trazer essas demandas, essas dificuldades e essas denúncias de crimes cometidos contra as nossas crianças para a CPMI. Hoje, se somarmos, temos mais de oitocentos casos que deram entrada na CPMI. Esses oitocentos casos não significam que são todos casos de violência, de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, talvez esse seja um número muito pequeno em relação àquilo que acontece todos os dias, principalmente nos lares, nas ruas, onde crianças têm sido vítimas, onde crianças são abusadas, onde crianças são violentadas por pessoas, muitas vezes, que deveriam estar acima de qualquer suspeita, autoridades, empresários, políticos, como a CPI tem visto, ajudado e colaborado para que essas pessoas possam ser punidas pelos crimes que têm cometido. Portanto, hoje estamos aqui em um trabalho de ouvir a sociedade.

A Deputada Maria do Rosário, certamente, falará daqui a pouco sobre a construção desse relatório e da necessidade que temos de ouvir as pessoas, principalmente as que têm dedicado a sua vida nesta causa e têm nos ajudado muito, por onde passamos, por todos os lugares em que temos passado. Na verdade, tem sido o nosso braço mais forte, aliado nessa luta para que a sociedade tenha a tranqüilidade de poder ver seus filhos criados, na pequena idade, com a oportunidade e o direito de serem simplesmente crianças. É esse o nosso objetivo, é essa a nossa vontade, é essa a nossa determinação, mesmo por cima de muitas dificuldades que temos enfrentado, não só do drama de estarmos tendo e tomando conhecimento de coisas terríveis que têm acontecido no País com as nossas crianças, que têm chocado a todas as pessoas que têm tido a oportunidade de presenciar e participar da Comissão que investiga as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Portanto, elegemos alguns casos que temos chamado de emblemáticos ou simbólicos. Na verdade, esses casos estão espalhados nas cinco Regiões do País e tratam de diferentes tipos de exploração, desde o tráfico interno de crianças que acontece dentro do País. Muitas vezes, de uma pequena cidade até a capital, desta capital para um outro Estado e, desse outro Estado, para outro País e, muitas vezes, simplesmente, perdemos o contato com essas crianças e adolescentes. Portanto, tem sido muito difícil o trabalho que a CPMI tem buscado realizar, porque muitas dessas crianças sequer sabemos do seu paradeiro, mas, mesmo assim, a luta continua. Temos buscado, ao longo desses dez meses de trabalho, um debate que busque entender por que isso acontece no nosso País.

Certamente, a primeira idéia que nos vem à cabeça, quando abrimos os jornais, quando ligamos uma televisão ou ouvimos um programa de rádio, é que a prostituição, a exploração sexual das nossas crianças está diretamente ligada à questão da pobreza e miséria. Por exemplo, no Rio de Janeiro, faixas espalhadas em alguns bairros dão o preço e o valor de uma criança ou de um adolescente. Ou mesmo no Vale do Jequitinhonha, onde uma criança vende o seu corpo por cinqüenta centavos. Ou em outros depoimentos dramáticos em que uma criança, muitas vezes, vendeu o seu corpo por um picolé, para ter o direito de ir a uma sorveteria, para ter o direito de ir a uma pizzaria porque são seduzidas pelo bombardeamento, infelizmente, muitas vezes, dos meios de comunicação, do consumo de possuir as coisas. Digo isso em todos os lugares, com uma certa tranqüilidade, porque também sou mãe de filhos adolescentes e sei que, nessa idade, os nossos filhos querem descobrir o mundo, querem possuir as coisas, querem ter direito a ter acesso a tudo, querem, como dizemos, abraçar o mundo com as pernas.

É normal que uma criança pobre, uma criança, muitas vezes, com seu lar destruído, com o pai desempregado, com a mãe desempregada, procure, nas ruas, liberar toda a energia e adrenalina, que é natural, saudável e tão bonito de se olhar, tantas vezes, nas nossas crianças e nos nossos adolescentes, mas, quando, infelizmente, não temos políticas públicas que sejam capazes de tirar essas crianças ou de compensá-las da miséria e da pobreza em que vivem, muitas vezes, elas são seduzidas e atraídas por essas pessoas que, muitas vezes, estão acima de qualquer suspeita. E assim entram nesta rede que explora as nossas crianças e os nossos adolescentes. É preciso cortar esse ciclo. É preciso tirar a poeira debaixo do tapete. É preciso romper o silêncio. E essa CPMI tem uma grande responsabilidade. Crianças e adolescentes têm vindo depor na CPMI, rompendo o silêncio, o medo, a vergonha e o preconceito com que a sociedade brasileira ainda tem em relação aos casos de crimes sexuais cometidos, principalmente contra crianças, adolescentes e mulheres no nosso País. E estamos buscando abraçar essas crianças, construir políticas públicas que sejam definitivamente capazes de tirar essas crianças das ruas, de retorná-las às escolas e aos lares.

Portanto, acreditamos que o fenômeno da violência sexual não está única e exclusivamente ligada à pobreza e à miséria, mas também é uma questão cultural que precisa ser vencida. Quando, muitas vezes, conversamos com as pessoas, algumas ainda têm, na sua consciência, na sua cabeça, pelos valores que foram adquiridos e repassados a cada uma delas, que isso é algo normal. Que o adulto se aproximar de uma criança ou de uma adolescente de 13, de 14 anos de idade ainda pode ser considerado normal.

Infelizmente ainda existem pessoas - e muitas - que assim pensam. E se não conseguirmos romper essa mentalidade, mudar essa cultura, iremos continuar tendo de conviver com crianças sendo violentadas, massacradas, e, muitas vezes, mortas. Elas não têm idade. Não são somente crianças de 13, de 10 anos de idade. São recém-nascidos. Eu tenho visto o drama dessas crianças. Muitas vezes, elas são violentadas por seus pais, pelos familiares, pelas pessoas que convivem de perto com essas crianças ou por esses agentes que acabam as seduzindo e as atraindo para que elas possam entrar nessa rede. Aí, é só o começo, porque muitas, como vimos em depoimentos, pessoalmente, acabam sendo viciadas em algum tipo de droga. Muitas ficam doentes; muitas outras ficam grávidas e perdem o direito da sua infância, da sua adolescência.

Portanto, é com imensa satisfação que hoje estamos aqui, ao lado, certamente, de Parlamentares desse Estado que têm dado essa contribuição, que têm nos alertado, bem como a sociedade e os governos da necessidade de enfrentarmos o mais rápido possível esse problema. Não tenho ilusão de que uma CPI, por si só, resolverá o problema da violência sexual contra crianças e adolescentes. Mas, tenho certeza de que essa mobilização que temos conseguido fazer com a sociedade tendo, em cada lugar onde passamos aqueles agentes multiplicadores que têm alertado, conversado, discutido e denunciado para que possamos chegar ao final e dar uma resposta àquilo que a sociedade tanto quer: chega de impunidade! É preciso punir essas pessoas que estão violentando as nossas crianças. Mas não só isso. É preciso propor algo que seja capaz de definitivamente acabar com esse drama, com essa mancha, com essa chaga, com essa doença que toma conta do nosso País.

Assim, hoje, aqui, teremos diversos momentos, por etapas, em que iremos ouvir a sociedade e as instituições para recolher daqui o que for mais importante e melhor para propormos também no relatório final da Deputada Maria do Rosário.

Encerro aqui as minhas palavras, agradecendo a presença, a colaboração, o empenho, a dedicação o amor e a paixão com que cada um dos senhores e das senhoras têm nos ajudado nessa luta.

Muito obrigada a todos pela presença!

(Palmas.)

Passo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, parlamentar que, no Senado Federal, tem tido uma voz firme na luta dos direitos de crianças e adolescentes do nosso País e certamente da sua terra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senadora Patrícia Saboya Gomes; Deputado Luiz Couto; Deputada Maria do Rosário, Relatora; minha companheira de Bancada paraense Deputada Ann Pontes. Eu e a Deputada Ann somos únicas, eu a única mulher Senadora, ela a única mulher Deputada Federal, atualmente, do Estado do Pará. Nossa Deputada Araceli Lemos, aqui representando não só o Deputado Mário Couto, mas também a Comissão de Direitos Humanos. Quero registrar também a presença de duas Deputadas Estaduais que aqui eu vejo: Deputada Regina Barata e Deputada Sandra Batista. Há outros Parlamentares aqui? Não.

Bom, vejo aqui representantes de entidades. Como já colocamos, a Senadora Patrícia veio muito mais para ouvir. Nós já viemos aqui, eu e a Deputada Ann, e colhemos depoimentos, fizemos diligências; inclusive técnicos da CPMI vieram também com esse papel. Acompanhamos parte do julgamento daquele caso que ganhou notoriedade nacional e internacional, que foi das crianças emasculadas em Altamira, no Estado do Pará. Eu acho que o nosso papel aqui... Vamos ouvir alguns casos emblemáticos, sim. O nosso papel será, a partir do relatório da Deputada Maria do Rosário, cumprindo o que é o nosso papel principal como legisladores que somos, propor alterações na própria legislação do Congresso Nacional, porque isso com certeza será um dos resultados dessa CPMI. Mas também deveremos propor, como já colocou aqui a Senadora Patrícia, políticas públicas.

Agora eu queria levantar um aspecto desta CPMI que para mim é fundamental. A Senadora Patrícia tem dedicado o seu mandato a essa causa, não somente agora, mas há muitos anos, quando Deputada Estadual, no Ceará, e quando Vereadora. O aspecto fundamental é de nós retirarmos o véu que existe e que a sociedade coloca sobre este tema, porque o que nós percebemos claramente é que existe, infelizmente, uma parte significativa da sociedade que se em alguns momentos aparenta se chocar com essa situação, em outros momentos age com absoluta tranqüilidade e impunidade em relação a isso. E vemos isso inclusive nas instituições públicas, o que é mais grave na minha opinião.

Nós estamos numa região, Senadora Patrícia, em que isso acontece. Aqui na Amazônia, nos nossos interiores inclusive, é normal se ver. Numa casa, eu vi há poucos dias atrás o relato de um italiano que veio ao Brasil, está há muitos anos no País e a primeira cidade que ele veio foi Belém. Ele foi convidado para ir a um município, uma praia da qual não se lembrava o nome e o choque maior que teve foi quando ficou hospedado na casa de uma família da região, porque quando ele entrou, encontrou uma menina de doze anos chupando o dedo, assistindo televisão e grávida. E isso é uma situação que as famílias consideram normal. A violência doméstica, muitas vezes, na nossa região, culturalmente é considerada por muitos como normal. Então, a sociedade tem que tirar o véu, as Instituições Públicas têm que colocar, divulgar; a educação é fundamental, isso é crime. Para algumas pessoas, elas nem consideram que seja crime, nem sabem que é crime. Acham que é natural, quer dizer, e essa criança tem a sua infância absolutamente interrompida, e a sua vida comprometida, com certeza. Alguns depoimentos que ouvimos são tão impressionantes, que as próprias meninas se auto-condenam, elas se sentem como pessoas não-dignas, por conta do que aconteceu com elas.

Então, acho que o nosso papel aqui é esse, é ouvir. Existem situações, como por exemplo, relato inclusive um caso aqui do Pará, que foi preso um empresário, em flagrante, e depois a impunidade imperou, porque conta com uma conivência, é empresário, é o poder econômico ou, muitas vezes, infelizmente, da nossa classe de políticos. Acho que temos que dar um fim e só faremos isso se a sociedade tirar o véu sobre isso e encarar isso como um problema que é desse País e é do futuro. É do presente, mas, é do futuro, porque que país estaremos construindo, que futuro estaremos construindo nesse País, se acharmos normal que uma criança seja violentada, explorada sexualmente. É lógico, às vezes, a presença mais forte de mulheres, porque a maioria aqui é mãe, e a gente sente muito na pele isso.

Queria registrar também a presença do nosso Vereador Paulo Fontelles, meu ex-colega da Câmara Municipal de Belém, como também a Deputada Regina Barata, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Belém. Então, acho que o meu papel é saudar vocês. A gente tenta, às vezes, fazer 300 papéis, não é Patrícia, no Senado. Mas, acho que o importante é isso.

E também gostaria de enfatizar uma outra questão. Acho que essa CPMI terá um papel importante, Senadora Patrícia. Mas, se cada estado brasileiro, onde inclusive foram identificadas rotas importantes, instalar uma CPI no seu estado, para aprofundar as investigações, já que a CPI nacional não vai, é impossível uma CPI nacional investigar aprofundadamente situações em cada estado brasileiro. Acho que será uma contribuição imensa que esses estados estarão dando para o enfrentamento e para a erradicação desse problema, como já falou o nosso Presidente Lula, que quer a erradicação da exploração sexual, não só das crianças e adolescentes, das mulheres, da violência, mas, também a erradicação do trabalho escravo.

Enfim, queria agradecer a presença de vocês e dar oportunidade para outros, para que a gente possa ouvir e agir, na verdade, para que possamos colocar um ponto final nessa questão.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Agora, com a palavra a Deputada Ann Pontes, que tem sido também essa grande aliada, grande parceira, com tanta sensibilidade para ajudar as nossas crianças no nosso País.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigada, Senadora Patrícia. Também nutro por V. Exª um respeito e um carinho muito grande.

Faço também uma saudação aos companheiros de Plenário, à Senadora Ana Júlia, do nosso Estado, e que mais recentemente estou tendo um contato mais amiúde com a Deputada Araceli, aos Deputados aqui presentes, ao Vereador, enfim, à sociedade como um todo, obrigada pela participação.

A mim, coube passar um relato sobre o que foi feito nas duas diligências realizadas em Belém, no Estado do Pará. Então, infelizmente, terei que fazer uma leitura, mas, prometo que serei bastante objetiva para contextualizá-los do que foi feito.

O trabalho da CPMI partiu de indicações colhidas, na Pestraf, denúncias, estudos e pesquisas do Cedeca Emaús. Orientada pelas informações documentais colhidas a CPMI, que é a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, realizou duas diligências técnicas em Belém, onde foram ouvidas testemunhas, autoridades, além de coleta de documentos referente a situação de violência sexual na região.

Foram realizadas, além das oitivas, observações de pontos de exploração sexual: Praça da República – a nossa velha conhecida Praça da República -, o Porto de Belém, Rodovia Artur Bernardes, Distrito de Icoaraci, Ilha de Cotijuba, nos postos de combustíveis às margens da Rodovia Artur Bernardes, de aproximadamente de 26 documentos autuados na CPMI, referente ao Estado do Pará, apurou-se até o momento, um total de cinco casos de abuso e exploração sexual; quatro casos de tráfico, cinco casos de pornografia e pedofilia na internet, cinco casos de estupro, um caso

de atentado violento ao pudor, três casos de favorecimento à prostituição, quatro casos de tráfico de mulheres, envolvendo seis municípios do Estado, fazendo conexões com os Estados de Rondônia, Acre, Amapá, Manaus, Maranhão, Piauí e Pernambuco.

A análise dos dados colhidos e identificados pela CPMI, levou à elaboração de um dossiê, que foi entregue ao Ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, para que a Polícia Federal proceda investigação especial a respeito das conexões e redes de tráfico internacional de adolescentes para fins de exploração sexual.

O dossiê apontou os indícios de crime de tráfico interestadual, intermunicipal e internacional, sendo crianças e adolescentes sendo aliciadas em portos de gasolina, nos portos, nas travessias dos rios, nas rodovias, prestando serviços sexuais nos bordéis, bares, praças dentre outros.

Neste contexto de graves violações de direitos humanos das crianças e adolescentes, necessário se faz um envolvimento de todos os segmentos da sociedade no combate e enfrentamento desta violência. É importante que a CPMI, com seu caráter investigatório esteja articulada com todos esses setores, entendendo que a violência e exploração sexual é um crime e não deve permanecer na impunidade.

De um modo geral foram esses os trabalhos feito pelas duas diligência aqui na capital do Estado. E como bem foi colocada pelas Deputadas e Senadoras que me antecederam, é uma questão de envolvimento, é uma questão de parceria.

É preciso transformar a questão da exploração sexual e infanto-juvenil com uma questão de política, uma questão de ética, uma questão de direitos humanos.

Temos vários instrumentos legais, temos a Constituição, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, temos a Convenção de Proteção dos Direitos da Criança que o País, o Brasil é signatário. Mas o principal é dar concretude a esses instrumentos legais.

E passa, como foi também colocado, pela formulação de políticas públicas, garantindo o acesso efetivo de nossas crianças e adolescentes para a proteção desse direito.Eis o nosso desafio, de nós Parlamentares, de nós da sociedade civil organizada para de fato erradicarmos do nosso País esse cancro, essa mazela. É um assunto que incomoda. Comentado com a Senadora, quando estávamos no avião, uma moça conversando que nós iríamos no Estado dela participar de uma CPI, ela ficou na defensiva. Ninguém gosta de vê o seu Estado, sua cidade, associada a essa prática; mas infelizmente acontece em todo o País e não só no Estado do Pará.

Muito obrigada.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Boa tarde a todos! É um prazer estar aqui participando desta Audiência Pública, por isso vamos ouvir muito mais do que questionar.

Quero dizer que, atualmente, o tráfico internacional para fins de exploração sexual só perde para o tráfico de armas e para o tráfico de drogas, ou seja, é um comércio ou uma indústria muito lucrativa que funciona a partir de redes que se organizam. Não é mais a cafetina ou o cafetão quem alicia, mas redes que agem como o crime organizado; são uma das vertentes do crime organizado. Em alguns locais, adolescentes são trocadas por armas e por drogas. Se o traficante não tem dinheiro para pagar, oferece adolescentes e crianças para fins de exploração sexual.

Estivemos no Município de Soledade, no Rio Grande do Sul, com a Deputada Maria do Rosário e verificamos que empresários de pedras preciosas oferecem às pessoas vindas da Europa, dos Estados Unidos, da Ásia e da África, como brinde, adolescentes aliciadas. Eles vendem até a virgindade das crianças. Depois as repassam para empresários do exterior que vêm comprar pedras preciosas.

Atualmente a exploração sexual faz parte do tripé violência, corrupção e impunidade. Digo corrupção, porque o próprio Poder Público, que tem a obrigação de combater esse crime, é o primeiro a se omitir, a ser conivente e a prevaricar, não levando à frente os inquéritos. Abafam inquéritos, principalmente quando deles constam nomes de pessoas influentes e de aliados, tanto do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, quanto do Ministério Público, órgãos que deveriam fazer o combate efetivo desse crime e estabelecer políticas para que as crianças e os adolescentes pudessem viver com dignidade.

É preciso mudar, construir uma nova cultura, como dizia a Senadora Patrícia Saboya Gomes. É preciso uma cultura de respeito à dignidade da criança, que deve estudar, ter lazer e se preparar para a vida, gastando sua energia na construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária. A criança não deve ser explorada, aliciada e pisoteada, como verificamos. Há crianças aliciadas que ficam em cárcere privado sendo exploradas. Ficam amarradas, como aconteceu no Rio de Janeiro. O próprio Ministério Público foi a esse Estado soltar crianças que vinham do Nordeste para serem exploradas.

Devemos combater a impunidade, que é a grande força. Temos conhecimento de inquéritos em que estavam envolvidos prefeitos, vereadores e deputados, mas normalmente não dão em nada; são abafados. Na

hora H, as pessoas pressionam e ameaçam as vítimas dizendo a elas que têm duas escolhas: calar a boca e receber uma casa ou um emprego ou continuar. Mas se continuarem, ficarão com a boca aberta cheia de formiga, ou seja, irão morrer se não se calarem. A impunidade e a corrupção são muito fortes. Muitas vezes agentes públicos da Polícia Civil ou da Polícia Militar são protetores ou até mesmo seguranças das redes de exploração sexual.

Estamos aqui para ouvir. Com certeza, será de muito proveito essa audiência pública aqui em Belém.

Muito obrigado.

(Palmas.)

A SRª. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Concedo a palavra à Relatora, Deputada Maria do Rosário, para que faça suas considerações.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Saúdo a Senadora Patrícia Saboya Gomes com muito carinho pelo trabalho desenvolvido, a Senadora Ana Júlia Carepa, também pelo sem trabalho, pela sua presença sempre constante na CPMI, a Deputada Ann Pontes, companheira de muitas caminhadas já por este Brasil, em muitos estados estivemos juntas no enfrentamento da exploração sexual e da mesma forma o Deputado Luis Couto, o Norte e o Nordeste do país estão dando uma contribuição para o Brasil inteiro.

Uma das primeiras tarefas que colocamos no enfrentamento da exploração sexual é desfazermos uma falsa idéia de que o Norte e o Nordeste do país são aquelas regiões que unicamente vivenciam as circunstâncias da exploração sexual de crianças e adolescentes. Talvez, pela primeira vez, no Congresso Nacional, tenhamos primeiro o Congresso Nacional direcionado ao enfrentamento de um tema como esse, trata-se da Câmara dos Deputados e do Senado. Um trabalho, portanto, que integra as duas Casas num símbolo de que podemos nos articular com as melhores causas que o povo brasileiro tem e certamente a defesa dos diretos da infância deve estar entre as primeiras.

Segundo, conseguimos estabelecer uma amplitude nacional e com responsabilidade está produzindo esse relatório, a partir do trabalho desenvolvido em todas as regiões, por todos os colegas da CPMI. De pronto, digo a vocês, posso assegurar a vocês que esse fenômeno está tristemente pulverizado na sociedade brasileira como um problema que diz respeito a todas as regiões do Brasil, a todos os estados brasileiros e que encontra outros determinantes que não são apenas aqueles regionais que anteriormente nós buscávamos como esclarecedores da sua realização.

É um fenômeno, portanto, que na suas causas encontra-se especialmente no que trata a violação sexual por interesses financeiros e comerciais, trata-se de um fenômeno vinculado à lógica do mercado. Portanto, a mercadoria que sendo ser humano, esse ser humano criança, esse ser humano criança e preferencialmente na esmagadora maioria dos casos, menina, do sexo feminino, negra, indígena, não branca, afro-descendente, brasileira, enfim, essas crianças com essas características, empobrecidas, aquelas que vivenciam a maior vulnerabilidade para fins da exploração sexual.

O nosso trabalho é conseguirmos, como disse a Senadora Ana Júlia Carepa, retirarmos o véu desse fenômeno, não para que a sociedade brasileira veja de forma naturalizada, quase que banal, mas, ao contrário, para conseguirmos gerar na sociedade brasileira uma indignação ativa. Essa indignação ativa deve produzir mudanças no comportamento de todas as autoridades brasileiras. Não tenho qualquer dúvida que esse fenômeno só tem a magnitude que tem no Brasil porque encontramos aqui, ao longo dos últimos anos, uma perversa inter-relação entre aquilo que já estava determinado pelo empobrecimento, somado à cultura de tolerância na exploração sexual de crianças e adolescentes, da sexualização precoce com o crime organizado, com o interesse do mercado. Onde há crime organizado, há autoridades envolvidas, há conivência ou há omissão de autoridades nas diferentes esferas.

A CPMI não tem, como também foi dito, pela própria Senadora Patrícia, a possibilidade de responder a tudo, mas o que está sob nossa responsabilidade, quero assumir aqui junto ao povo do Pará, especialmente a sociedade civil, as organizações não governamentais que aqui acompanham essa reunião e que tem dado contribuições importantíssimas para o Brasil, as denúncias que têm chegado a nós, pelo trabalho importante, seja de Conselheiros Tutelares atuantes, comprometidos realmente com a defesa dos direitos da criança, seja de organizações não governamentais, instituições como o Cedeca Emaús.

Nós aqui num reconhecimento da nossa responsabilidade, queremos dizer a vocês que aquilo que chegou a CPMI estaremos encaminhando, estaremos trabalhando junto às autoridades para que, de forma compartilhada, a responsabilidade da investigação seja processada. Vivemos agora um período de grande dificuldade. De um lado, essa dificuldade é determinada pela situação de greve da Polícia Federal. Com a greve da Polícia Federal, estamos com dificuldade de avançarmos nas investigações. No entanto, aqueles que praticam esse crime saibam que por diversos caminhos, especialmente buscando que se resolva essa situação de greve, porque a Polícia Federal é uma instituição das mais importantes para a nação brasileira. É uma instituição da segurança pública e é a instituição que precisamos, fundamentalmente ati-

va no sentido de enfrentar-se à situação do tráfico de seres humanos, que se constitui num crime federal, objetivamente, e que precisa ter respostas objetivas também. Não fiquem tranqüilos os que cometem esse crime, porque por diversos caminhos vamos procurar ter respostas também claras para o oferecimento da denúncia das redes criminosas.

A CPMI recebeu mais de oitocentas denúncias. Boa parte dessas denúncias referem-se ainda a circunstâncias do abuso sexual, que as pessoas, não encontrando uma rede de apoio local onde possam denunciar, levam ao conhecimento de uma instituição de caráter mais amplo e com outro enfoque, no caso a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Mesmo as questões relacionadas ao abuso sexual estamos dando encaminhamento. Precisamente, através dessas questões, estamos vendo a precariedade da nossa rede de conselhos tutelares ainda no Brasil e a importância de agirmos sobre o funcionamento dos conselhos tutelares como o fundamento, o início de uma política a que as pessoas possam recorrer, no sentido da proteção integral dos direitos da criança e do adolescente. Mas observamos também, pelo encaminhamento das denúncias, a precariedade do funcionamento do funcionamento do Poder Judiciário quando se trata das condições objetivos de julgar e definir responsabilidade de crimes que são praticados contra crianças e adolescentes. E, nesse sentido, o relatório final também deverá estar se pronunciando.

Portanto, com medidas que dirão respeito ao Poder Executivo, nos seus diferentes níveis, desde os Municípios até a União, com medidas para o Poder Judiciário, frente à necessária adequação desse poder aos instrumentos que estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo a criança como prioridade, e ainda, também, para o Poder Legislativo, como disse a Senadora Patrícia Saboya Gomes e a Senadora Ana Júlia Carepa, com dispositivos que modificarão a legislação brasileira, particularmente também o Código Penal, para que possamos atender com mais prontidão e, com melhores condições, realizarmos um trabalho investigativo que leve à responsabilização dos criminosos.

Para a comunidade paraense o que procuramos, as nossas linhas de atuação dizem respeito aos fundamentos da violência sexual contra criança e adolescente na Região Amazônica e em especial nesse Estado, especialmente ao projeto de desenvolvimento que devemos observar, em especial à questão de políticas de geração de emprego que sejam extensivas, observem, a necessidade de as mulheres estarem atendidas no sentido da empregabilidade, do acesso ao emprego e da atenção integral a circunstâncias de vida das meninas. Chama-me a atenção uma fala do Sr. Marcel Hauseu, quando esteve conosco em Brasília, quando ele disse que em muitos lugares da Região Amazônica, para as meninas, a primeira experiência de empregabilidade, de emprego, de renda, obviamente que ele não se referia a um emprego como deve ser, a um emprego formal, mas a primeira forma de ganhar um sustento próprio para boa parte das meninas seria a situação da exploração sexual. Isso nos desafia para políticas de desenvolvimento de atenção às meninas, de atenção às crianças que digam respeito também à situação das meninas, à situação das mulheres.

Por último, preocupa-nos a questão da impunidade. Porque também, a Deputada Ann Pontes conhece e todos nós, alguns exemplos, que se somam a outros de outros Estados, mas que são gritantes no Estado do Pará, de impunidade, onde tudo estava dado, dentro do processo, para a responsabilização dos criminosos, e eles estão soltos e, ainda bem, existem instituições e existem organizações que denunciam essa circunstância de impunidade que alimenta a própria situação do crime.

Na audiência de hoje teremos alguns blocos. O primeiro diz respeito à sociedade civil. Vamos ter um bloco destinado ao ouvirmos a sociedade civil. No primeiro bloco vamos fazer uma inversão na ordem, para ouvirmos a respeito do caso de Itaituba.

Então, iniciaríamos pelo caso de Itaituba com a promotora Leane Barros Fiúza de Mello, com seu importante trabalho. Em seguida, ouviremos um bloco da sociedade civil. Após, retomamos com a Varada Infância e da Juventude, com o Sindicato dos Postos de Gasolina. Depois, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. Em seguida, as organizações de Governo, os representantes do Governo do Estado, Secretaria de Justiça do Pará, Comandante Geral da Polícia Militar, Superintendência da Polícia Federal e Superintendência da Polícia Rodoviária. Por último, a Secretaria Especial do Estado de Promoção Social.

Senadora Patrícia, este é o ordenamento que propomos e acredito que dessa forma estaremos ouvindo, encaminhando ao relatório aqueles aspectos que V. Sªs consideram que sejam importantes tanto para o povo do Pará, quanto para a sociedade brasileira.

Muito obrigada.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboia Gomes) – Gostaria, portanto, de solicitar à promotora Drª Leane Barros Fiúza de Mello que componha a Mesa para falar sobre o nosso primeiro caso a ser discutido, o caso de Itaituba.

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Vou tentar fazer uma síntese do que efetivamente

aconteceu na situação desse processo que foi por mim denunciado, porque à época era titular na Segunda Promotoria de Justiça da Comarca de Itaituba, que assumi em janeiro de 1997. Fui promovida, na época, para aquele município e o que percebi, tão logo cheguei para residir na Comarca e ali trabalhar, é que havia uma situação manifesta de tolerância social e complacência a situações visíveis, mesmo nas vias públicas, de meninas que tínhamos essa visão, sentadas em restaurantes, meninas de tenra idade, crianças com homens já maduros, adultos e que percebemos bem que não se tratava de nenhuma situação de caridade, mas de uma manifesta situação de exploração.

Logo, tentei acionar as autoridades policiais para que, efetivamente, investigassem e apurasse o que estava acontecendo, o que era aquilo. E extra-oficialmente, o que chegava ao nosso conhecimento é que de fato havia uma incidência muito grande de prostituição infanto-juvenil, em razão de que muitas mulheres, mães, tinham necessidade de trabalhar nas áreas de garimpo, de se deslocarem para áreas de difícil acesso no Município, a sua grande maioria por meio de transporte aéreo, monomotor, e que tinham necessidade então, pelas condições de insalubridade que são bem características dos garimpos daquela região, grande incidência de malária e outros tipos de doenças tropicais, deixar as crianças na sede, na cidade, em Itaituba.

Só que essas crianças acabavam ficando nas mãos de terceiros. Em regra também os garimpeiros eram pessoas oriundas de outros Municípios, na grande maioria do Nordeste, do Estado do Maranhão e do Ceará. Então, não tinham famílias ali fixadas, outras pessoas, outros parentes que residissem efetivamente em Itaituba, e dependiam da boa vontade, da caridade de terceiros que se comprometiam, a princípio, ficar cuidando daquelas crianças, daquelas meninas, daqueles meninos. E, às vezes, funcionava mais ou menos.

A princípio, a mulher, o garimpeiro, a garimpeira remetiam dinheiro mensalmente, mas depois a situação acabava ficando difícil e paravam de fazer essa remessa de ajuda no sentido de contribuir para a manutenção dos filhos, e as famílias que ficavam com esse encargo acabavam também descuidando na criação dessas crianças, meninos e meninas, que iam para as ruas. Lá também há um apelo muito grande do consumo, como se sabe, Itaipu, nos anos dourados, anos em que a exploração do ouro efetivamente fez determinar um crescimento humano e uma rotatividade econômica bastante intensa,já peguei a fase da decadência, em 1997, não estava mais no ápice daquela fase do ouro, fase áurea da exploração, mais ainda se percebia muito na cidade essa questão do apego, do consumismo, das lojas de grife, lojas de roupa, havia uma certa ostentação que era bastante peculiar, porque conheço outras regiões do Estado, trabalhamos no interior e não são próprias de outras regiões interioranas aqui no Estado do Pará, e isso acabava fazendo também que as meninas tivessem, e antes já foi colocado na mesa, essa atração pelo consumo, pela aquisição de bens e acabavam sendo bastante suscetíveis a esse tipo de comportamento.

Então o que acontece? Passei a cobrar efetivamente das autoridades policiais, Delegado Antonio Carlos, à época, que procedesse efetivamente uma investigação, a fim de apurar responsabilidade a respeito de quem eram as pessoas que estavam envolvidas naquela situação que eu via, eu mesma constatava, lógico que explicitamente, dava para perceber. E aí acabou que uma das mães retornou do garimpo e encontrou nos pertences da sua filha, uma garota na época com onze anos, uma foto em que a criança estava despida num quarto de motel. E aí, chocada com a situação, vai à delegacia, olha o que encontrei, tiraram uma foto da minha filha no motel, que história é essa, pelo amor de Deus, quero providências. E o que soube depois, extra-oficialmente, na cidade corria o boato de que existia um álbum de fotografias em que eram catalogadas fotos das meninas na situação de prostituição. E acabou que o delegado de polícia, então, ou o senhor tem efetivamente que conseguir, descobrir onde estão as fotos, esses documentos, porque vamos ter que instaurar o processo. E ele conseguiu e, no caso, era o proprietário de um bar que fica na beira do rio Tapajós, que margeia a cidade, inclusive dentre os acusados teve um outro que era comerciante ambulante, eram os de menor poder econômico dentro do universo de acusados que depois acabamos averiguando. Conseguimos esse álbum com mais de uma centena de fotografias e era exibidas fotos de crianças, mesmo impúberes ainda, as vítimas tinham uma faixa etária de nove a doze anos. A polícia conseguiu, de imediato, porque circulavam nas vias dos municípios, sobretudo na região ribeirinha que tinha aquele trânsito muito grande de barco, navios, aquela coisa bem característica da prostituição de área portuária. Aí conseguimos uma média de oito a nove meninas, e, a partir dessa identificação, foram levadas para a delegacia.

E a estratégia que, à época, busquei idealizar, e conhecendo que, infelizmente, a estrutura da polícia não estava adequada, hoje avançou muito mais ainda precisa de um aprimoramento, mas o que verificamos muitas das vezes é que a vítima sente-se como acusada na momento em que chega para depor naquela unidade policial, pela própria maneira de falar, pelas expressões utilizadas, angustiada e que isso não

viesse prejudicar os depoimentos que sabia que eram fundamentais, porque a prova principal nesse tipo de atividade, nesse tipo de processo é a palavra da vítima, é o relato da vítima. O que busquei fazer? Procurei mobilizar, articular com o conselho tutelar e conselho tutelar e conselho de direitos no municípios, com os assistentes sociais que eram vinculados ao Poder Judiciário, ao fórum, para que ficassem na retaguarda já na fase policial, dando a assessoria, assistindo as meninas nos depoimentos para que tivessem segurança de saber que estavam depondo numa situação confiável, porque, via de regra, chegam muito desconfiadas. O que estão pretendendo, afinal de contas? Elas colocavam muito isso, vão colocar a gente no fogo e depois a gente se vira, porque é lógico, como de fato aconteceu, elas sabiam da retaliação e do que viria logo a seguir quando colocassem a boca no mundo nas expressões que elas mesmas utilizavam.

Colocamos toda a situação da necessidade de resgatar e que com certeza a vida delas não era uma vida digna, não era uma vida que elas próprias desejassem, até porque o que fomos apurando é que paralelamente à exploração sexual, que já é uma violência por si mesma, mas é aquela violência que a gente chama invisível e muitas das vezes imperceptível, que não tem consciência da própria ofendida, elas eram vítimas de violência real mesmo. Alguns dos acusados, depois apuramos no processo, eles eram extremamente agressivos e agrediam, espancavam, elas sentiam na pele efetivamente esse tipo de agressão física, elas tinham isso muito vivo nelas. E aí, a partir do momento do depoimento das meninas nessa primeira fase, elas então relataram. Em sua grande maioria, todas foram unânimes em apontar as mesmas pessoas. A dificuldade que tivemos, no processo, é em razão mesmo da idade, elas eram muito crianças, tinha uma menina de nove anos, algumas de dez, outras de onze e algumas de doze, mas, na verdade, a própria dificuldade de comunicação, elas expressavam alguns relatos que indiretamente nos faziam entender situações, por exemplo, em que eram submetidas à embriaguez, elas diziam que ao beber alguns refrigerantes sentiam algum tipo de tontura, viam as imagens em duplicidade, mas elas próprias não diziam: – Olha, eu estava embriagada, estava bêbada, elas davam a entendera. Então, a gente tinha que tentar assimilar aquilo que elas relatavam. E a grande resistência também que, particularmente o Ministério Público, eu enfrentei foi social, porque, eu dizia assim: que era eu contra o mundo, ali no município, a critica toda era: – O que essa promotora está querendo? Isso sempre aconteceu aqui. Que história é essa? Por que está colocando a gente na berlinda? Isso acontece em qualquer lugar do mundo. Tive que ouvir coisa desse tipo. – O que a senhora quer? A senhora pensa que é só aqui que acontece isso? Por que está fazendo esse escândalo? É aquela coisa da impunidade, da intolerância. Eu disse: – Não, alto lá, na comarca em que eu esteja efetivamente trabalhando não vou poder permitir uma situação dessa, porque vou estar sendo conivente. E vou apurar sim.

Então, tínhamos a opinião pública, nacional e internacional, tentando, apoiando a nossa luta para persecução, para a responsabilização, e tinha, dentro da comarca, ameaças de morte. A própria crítica social, maciça. A questão de que as meninas passaram a ser vítimas de agressões na rua. Porque foi aí que chegou logo depois ao meu conhecimento: – Olha, estão agredindo; elas estão sendo ofendidas moralmente, até fisicamente, por populares, que as responsabilizam, dizendo que elas são as culpadas, elas que na realidade estão pervertendo os pais de família, quando eram crianças mesmo, digo no processo, são meninas de nove a doze anos. E aí o que aconteceu? Até mesmo nas instituições locais, para realização das perícias, a gente não tinha apoio. Chegaram os primeiros laudos de exames todos atestando a virgindade das vítimas, que as vítimas todas eram virgens. Eu disse: Como que são virgens? Elas já relataram que efetivamente já praticam atos sexuais. E aí, depois então, contatando com a chefia, conseguimos técnicos da capital, do Instituto Médico Legal, foi um médico daqui, e sim, de fato algumas eram virgens, porque tinham o hímen complacente, e depois a gente foi perceber que as que tinham uma constituição franzina e suportavam a prática sexual era exatamente em razão mesmo da constituição himenial, mas todas tinham vestígios de violência sexual de outra natureza, que era praticada e que conseguimos através dos exames. Elas prestaram os depoimentos, imediatamente sustentando que se tratava de um crime de caráter permanente.

E outra grande dificuldade que enfrentei foi a escassez de jurisprudência, no caso de decisões judiciais versando sobre o assunto. Não encontrávamos no repertório jurisprudencial, busquei, logicamente, fazer uma pesquisa para embasar os pedidos e embasar a denúncia, e a gente tem raríssimas decisões no País a respeito do crime de favorecimento à prostituição, que era o caso, e alguma coisa versando sobre estupro e atentado violento ao pudor. Mas logo sustentei que era um crime permanente, que então ensejava prisão em flagrante a qualquer tempo, desde que comprovado efetivamente que aquela pessoa estava naquela situação habitual de explorar as vítimas. Foram presos oito acusados, salvo engano, não tenho mais certeza, mas, se não me engano, foram oito acusados, dentre empresários. O que tínhamos? Era um dono de mo-

tel, tínhamos donos de lojas, de comércio, tínhamos o dono de uma farmácia, que as vítimas relatavam que, no caso dele, elas iam até a farmácia para adquirir remédios para tratamento das doenças venéreas que elas acabavam contraindo, e ele aproveitava a doação de remédio para também abusar das vítimas. Ele tinha um quarto no segundo pavimento, onde funcionava a farmácia, e elas relatavam isso. Dono de motel, dono de boate, que permitia, por exemplo, a entrada gratuita de crianças durante as festas que ali eram promovidas e, após o término das festas, ele promovia orgias com as crianças também no local. Elas relatavam que acordavam de manhã despidas e se sentiam entorpecidas, por isso a gente deduzia. Elas também chegaram a falar de situações de amigas que teriam sido levadas para outros Estados e para ouros países em busca de uma vida melhor, tanto que, a princípio, o Ministério Público Federal buscou intervir para apurar a questão do tráfico internacional de mulheres, mas, pela pouca idade, a gente não conseguiu maiores informações e a maioria das meninas expostas nas fotografias não foram localizadas. Por isso, deduzimos que elas, de fato, não mais residiam no Município, tinham mesmo se transferido. Mas há a dificuldade de saber quem eram as famílias por esse grande trânsito de pessoas, por haver uma mobilidade populacional muito grande, as pessoas vinham e iam com muita facilidade.

Do ponto de vista do processo, nós denunciamos 12 pessoas. Alguns fugiram, conseguiram ter conhecimento de que iria realmente haver essa atuação, alguns se evadiram, houve então a decretação, acatando o pedido do Ministério Público de prisão preventiva de oito acusados. Eles ainda permaneceram presos durante sete meses, foi um processo extremamente difícil, porque eram muitos acusados, a maioria com seu respectivo advogado, contra um membro do Ministério Público, contra a Promotora, que fazia parte do pólo de acusação. Tivemos, do outro lado, cinco ou seis advogados, então, era uma pessoa trabalhando em relação a peças de seis. Eles ainda permaneceram presos sete meses, o que, na época, foi um marco no Município, porque nunca antes houve esse tipo de atuação do Estado, mesmo em caráter de prisão cautelar. Na época, firmei compromisso com minha chefia de que eu somente sairia da Comarca quando tivesse concluído esse processo, o que efetivamente aconteceu. Foram processadas todas as provas no sentido do que tínhamos pedido na acusação, que seria a oitiva do depoimento das vítimas, que é a prova mais relevante, a palavra, porque esse tipo de crime é cometido longe dos olhos das pessoas, entre quatro paredes, não podemos querer esperar prova testemunhal, testemunha ocular, porque, em regra, não existe. Tínhamos depoimentos de pessoas. A prova que a defesa arrolou também foi produzida e eu, efetivamente, fui removida de Itaituba para a Comarca de Abaetetuba em 1998, deixando a parte de instrução processual concluída, toda fase de colheita de provas foi devidamente encerrada. O processo ficou, então, pronto para prolação de sentença de decisão. Eu soube depois que houve um pedido – inadequado no meu ponto de vista – para que fosse retomada a fase processual para instrução de testemunhas, o que não cabia mais e, ao que me consta, foi indeferido pelo juiz à época. O que prejudicou o fato desse julgamento, no meu entendimento, de não ter ainda não ter havido a sentença no processo é a questão da grande mobilidade de juízes, existe uma sucessão muito grande de juízes naquela região. Pelo que me consta, o processo está concluído aguardando decisão para absolvição ou para condenação. Mas tudo aquilo que o Ministério Público se propôs a apresentar a título de prova e postulando a condenação dos acusados naqueles delitos de favorecimento à prostituição, estupro e atentado violento ao pudor foi realizado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Passarei a palavra à Relatora, Deputada Maria do Rosário, para que possa fazer algumas perguntas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Objetivamente, esse caso nos chama atenção por sua determinação no enfrentamento, demonstrando que a autoridade pública sabe da sua responsabilidade e vai a fundo, cumprimento-lhe por isso. Mas ele chama a atenção também pelo fato de até os dias de hoje estar impune quando, na realidade, todos os elementos estavam colocados no processo para efetiva responsabilidade das pessoas.

A senhora considera que no momento do seu afastamento o processo tinha todos os elementos para uma efetiva condenação? A senhora ofereceu a denúncia com esta consideração? E por que motivo, afinal, isso não teve um desenvolvimento posterior?

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – No processo, na fase de inquérito, atuou uma juíza, que foi exatamente a responsável pela decretação de preventiva. Após a formulação da denúncia, que é a peça processual que dá início efetivamente ao processo judicial propriamente dito, na instrução funcionou outra juíza, e, após o encerramento da Instrução Processual, já nessa fase em que a Defesa estava tentando, a todo o custo, retomar os trabalhos que já haviam sido concluídos e voltar ao processo – porque isto aí não é previsto na legislação mas era o que eles buscavam para a oitiva... Porque o que acontece na maior parte desses processos é que se tenta, de toda maneira, cooptar as vítimas – fazer com que elas retirem o que

elas disseram antes e modifiquem os depoimentos. Eu sofri muita pressão no sentido de que "olhem, tem uma fita gravada" ou que "a promotora recebeu dinheiro para denunciar essas pessoas e uma das meninas colocou para o repórter que ela ouviu dizer que isto foi tudo uma armação." Aí, mandava chamar a menina e ela dizia: "Não é nada disto. Quiseram, a todo o custo, que eu gravasse essa fita mas eu disse que de jeito nenhum eu iria falar aquilo porque eu poderia ser também responsabilizada porque aquilo não era verdade." E tudo isto é o que complica nesse tipo de processo que é o que nós percebemos na maior parte dos casos.

Na fase de Inquérito, elas relatam, tudo bonitinho. Contam o que aconteceu efetivamente e, depois, os envolvidos conseguem corrompê-las – conseguem fazer com que elas retirem. Neste caso, nós conseguimos êxito porque elas foram todas colocadas em abrigo. Elas não tinham família e, depois, elas vieram até aqui para a capital e permaneceram aqui um período. Nós, então, conseguimos resguardar os depoimentos mas algumas que não foram colocadas sobre abrigo, tiveram essa situação – deles tentarem, a todo o custo, desmoralizar os depoimentos produzidos anteriormente. Foi nessa fase, efetivamente, que assumiu um terceiro juiz que estava deliberando sobre esses incidentes processuais e foi quando eu fui removida. Ao que me consta, ele, logo em seguida, foi também removido. Então, comigo, no Processo, desde a fase de inquérito até a fase em que atuei – que foi a fase que encerrou – de inquirição de testemunhas – atuaram três juízes. Depois disto, também, pelo que tomei conhecimento, vários juízes já passaram pela Comarca. É um processo extremamente complexo para julgamento – como eu coloquei. É um fato que, muito dificilmente, qualquer um desses juízes possa ter atuado antes em situação similar mas que exige julgamento.

Nós não temos parâmetros de julgamento no próprio repertório em todo o País, em termos de julgamento por juízes e tribunais e eu entendo que, em parte, essa questão do juiz, da mudança sucessiva de juizes, se deve muito a isto mas eu, também, como vocês, fico extremamente decepcionada pelo fato de que tanto esforço e tanto trabalho, por parte da polícia, por parte mesmo do Ministério Público e dos órgãos que fizeram a perícia, fiquem nessa perspectiva de até mesmo haver a prescrição porque nós temos prazos na lei para que, efetivamente, sejam julgados e condenados por fatos dessa natureza. Eu até costumo dizer assim: "Eu quero a decisão". Nem que seja pela absolvição, mesmo que seja para dizer "Não, não foi provado, não tem provas suficientes para que haja recurso." O que não pode é ficar a situação em suspenso. Agora, dizer, efetivamente, o porque que não houve esse julgamento, eu não poderia fazê-lo. O que eu sei é vários juízes passaram, efetivamente, e devem ter tido acesso a esse processo mas não houve, até hoje, decisão alguma nem no sentido de absolver e nem no sentido de condenar. O que acho que tem que ter é a sentença – dizendo, considerando e fazendo a análise das provas dos autos que, no meu entendimento, comprovam que houve efetivamente e que pode até resultar no convencimento diverso do juiz, só para dizer que, efetivamente, vai ser prolatada uma sentença condenatória. Eu entendo que dentro de tudo o que foi produzido existem provas suficientes à condenação. Basta que se prolate a sentença.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – E a senhora entende que na cidade de Itaituba e no Estado, enfim, estava construída, também, na sociedade, uma idéia das responsabilidade daqueles autores – como a senhora concluiu – e que o fato de não ter sido levado adiante, pode construir uma cultura de permissividade e de impunidade?

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Com certeza. Àquela altura, também, nós percebemos muito isto: que aquela situação que eu constatava antes nas ruas – muitas crianças jantando, almoçando e reunidas com homens adultos maduros – aquilo cessou imediatamente, à época do processo. Então, houve muito essa questão simbólica, mesmo da atuação. Tinha pessoas presas. Então, tinha muito esse raciocínio. Não vamos vacilar porque pode, também, acontecer isto conosco. Então, de uma certa forma, houve uma moralização. Naquele período, eu senti que houve isto ali, às vistas das pessoas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Obrigada.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu quero, ainda, fazer uma pergunta, Leane, que é a seguinte: em algum momento, é possível – já que, por exemplo, só na sua passagem como membro do Ministério Público na comarca de Itaituba – eu conheço Itaituba, já vi e morei em Itaituba – três juízes, só durante a sua passagem. Quer dizer: é possível perceber algum caso de negligência e com isto, inclusive, solicitar à Corregedoria de Justiça?

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Os três que efetivamente atuaram...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não, de quaisquer...

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Dos posteriores eu não posso afirmar, eu não estava mais.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pois é, mas veja bem: é possível se perceber no caso, veja bem, vários juízes chegam, nenhum dos

próximos julga depois de estar absolutamente pronto para o julgamento.

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Não, o tribunal pode e deve intervir, com certeza. O Tribunal de Justiça é que tem, sim, essa atribuição.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – A CPMI, o Ministério Público podem solicitar inclusive isso à Justiça porque a mim está parecendo que pode ser feita uma representação ao Ministério Público.

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Postulando que haja decisão no processo. Isso.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Porque a mim está parecendo uma negligência da Justiça nesse caso, que é aquilo que havíamos comentado antes que muitas vezes nessa situação, por haver uma certa conivência velada da sociedade e muitas vezes das instituições, que, como a promotora mesma, Drª Leane, aqui relatou, ela enfrentou a própria sociedade, de repente a Justiça também se sentiu pressionada, mas a Justiça não pode se sentir pressionada, então ela negligencia nesse momento.

Então eu pergunto se é possível fazer uma representação junto ao Tribunal de Justiça do Estado, primeiro, solicitando o imediato julgamento antes da prescrição, sob pena de negligência, inclusive da Justiça e desses juízes.

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Pode. Pode haver sim. O Tribunal de Justiça pode determinar que seja dada prioridade mais do que absoluta nesse processo.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O Ministério Público também pode pedir? A CPMI também pode pedir?

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – O Ministério Público e a CPMI também podem pedir. Com certeza.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Ann Pontes, V. Exª tem a palavra.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Drª Leane, só queria saber com relação às crianças localizadas, que espécie de tratamento elas tiveram, acompanhamento psicológico, enfim, que tratamento elas receberam? Como V. Sª vê a possibilidade de uma vara específica? Essa vara específica de alguma forma daria essa agilidade, ou ainda, conteria essa idéia de impunidade?

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Àquela altura, Itaituba não contava com nenhuma forma de abrigo, de estrutura adequada para o recebimento desse tipo de situação, de vitimização. Nós, então com a incidência do caso, é que procuramos compelir a que o poder público municipal estruturasse em caráter emergencial um abrigo que, no caso, foi o local para onde a princípio elas foram encaminhadas, mas houve tentativa de agressão mesmo após ao fato de elas estarem aqui resguardadas, houve tentativa de invasão, de agressão e elas tiveram então que ser recambiadas pra capital. Naquele ano de 97, nós não tínhamos sequer, aqui na capital, Belém, um local adequado. E à época, foi um fato que me causou revolta, eu briguei e disse que não estava certo. Elas foram colocadas no centro de internação feminina, ou seja, o local que recebia as adolescentes que eram autoras de ato infracional. Mas eu dizia que elas não haviam praticado ato infracional algum; elas são vítimas no processo. À época eu disse que aquilo estava errada e elas não tinham por que estar sendo tratadas como adolescentes infratoras. Depois é que elas retornaram ao Município e tinha, minimamente falando, dentro daquela falta de estrutura que em 97, imaginem, era bem pior do que hoje, tínhamos psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, todos fazendo acompanhamento.

Esse foi um fato que me marcou muito, aquele contato que tive muito próximo das meninas, até porque precisamos criar nas vítimas, até mesmo o próprio profissional operador do Direito, a confiança. Eu tinha que fazer com que elas verificassem que eu estava ali cumprindo, logicamente, o meu dever, o meu papel, mas que elas podiam confiar. Então eu tinha um contato muito próximo com elas, mas o que eu percebia muito é que, uma vez destruída a dignidade dessas meninas, nessas situações de abuso e exploração sexual, é muito difícil resgatá-la. É muito, muito, extremamente difícil. Do que eu tomei conhecimento é que algumas que tinham ainda mães residindo no Município elas conseguiram efetivamente retornar ao convívio social. Mas outras voltaram para a situação de prostituição. Já depois que eu saí do Município, soube que elas efetivamente retornaram para a situação da prostituição.

A segunda parte que a senhora mencionou foi em relação à criação da vara específica. Depois desse caso, eu me identifiquei tanto com a questão da criança e adolescente que eu acabei me agregando a instituições e hoje sou membro da Associação Brasileira de Juiz e Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, que é a ABMP, a única dessas associações de juízes e promotores que congregam as duas atividades.

O que a gente busca, uma das nossas bandeiras, é que haja essa reestruturação do Judiciário em todo o País, com a criação das Varas. Alguns estados já o fizeram.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Três Estados.

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Em três Estados já implementaram isso. Para que tenhamos juízes dedicados, especificamente, a julgar os processos em que as vítimas sejam crianças e adolescentes, sobretudo, esses casos sexuais. O que a defesa, o tempo todo tenta fazer é desmoralizar, é desconsertar emocionalmente, é tentar atingir a honra daquela menina que está ali na condição de vitima, mas acaba se sentido como acusada. Esse é um trabalho que o juiz tem que ter muita sensibilidade e tem que estar muito atento para não deixar acontecer ao longo do processo.

Precisamos capacitar os juizes nesse sentido e também os agentes do Ministério Público porque, nas faculdades não temos, na maioria das universidades brasileiras, nos cursos de Direito especificamente a disciplina do direito da criança e do adolescente, para fazer o estudo, aprofundado de toda legislação, desde o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e da própria Constituição Federal até a legislação infraconstitucional que verse sobre assuntos importantes que digam diretamente respeito à questão da criança e do adolescente, matéria de educação, a matéria da saúde pertinente à população infanto-juvenil, não temos essa formação acadêmica. As pessoas que ingressam na Magistratura, muitas vezes, não têm conhecimento da legislação. Se você não conhece as ferramentas que você tem à disposição para atuar, fica dificultosa mesmo essa atuação.

É esse o trabalho dentro da ABMP que posso falar porque sou membro da diretoria que a gente vem buscando fazer. Uma das bandeiras é a criação – agora mesmo em Belém, tivemos uma mobilização, uma campanha, tivemos ma palestra buscando tentar sensibilizar o Judiciário para a necessidade de criação dessas Varas, para que esses juizes tratem diretamente desse tipo de assunto. Numa pilha de processos que você tem todo tipo de crime, envolvendo ou não criança e adolescente, muitas vezes acaba que se prioriza processos de réus presos, aquelas pessoas que estão efetivamente encarceradas, que têm o direito a julgamento célere e acaba ficando para o fundo da pilha casos que envolvem, algumas das vezes, crianças e adolescentes que tem que haver prioridade.

Infelizmente, são poucos os juizes que atentam hoje para isso. Posso falar também isso porque conheço a realidade nacional nessas duas esferas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Sabota Gomes. PPS – CE) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto para que também possa fazer suas perguntas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Drª Leane, quero parabenizá-la em primeiro lugar pela ação que a sra. teve como representante da sociedade, através do Ministério Público.

Primeiro, gostaria de perguntar: houve uma tentativa de desqualificar o seu trabalho e dizer o que a sra. estava fazendo. Houve pressão e ameaça também?

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Houve. A minha vida na comarca acabou, a vida social, a vida pessoal. Temos aquela dificuldade que em regra, no interior, no Pará, a gente diz muito isso, para quem não é do Pará, temos um estado de proporções territoriais imensa em que algumas comarcas, estamos mais distantes do que de outros estados.

No meu caso, para que eu me deslocasse daqui de Belém, que é a minha cidade de origem, onde eu nasci, até Itaituba, tinha que pegar um avião durante três horas. Estava mais próxima de Manaus do que de Belém. Então, já tem toda essa dificuldade, largar sua família, se deslocar, para poder efetuar. Quando teve esse processo, a Juíza, no caso, era casada, eu era casada, mas meu esposo teve que continuar residindo em Belém. Ela morava com o esposo dela lá. Pelo menos, ela tinha o consolo da presença do marido, eu nem isso tinha, estava sozinha. Começaram as ameaças de morte, fomos ameaçadas de morte. No dia do interrogatório dos acusados, mesmo com todo aparato de PMs, seguranças que tivemos, encontraram balas, alguns projéteis de pistola num dos banheiros e estava tendo revista.

Hoje, não sei se aquilo foi um aviso, uma ameaça ou se alguém, efetivamente, ingressou nas dependências do fórum armado, quando percebeu o aparato de segurança, largou. Houve muitas cartas ameaçadoras, telefonemas, a partir dali tive que conviver 24 horas por dia com 2 ou 3 PMs. Interrompi tudo que fazia antes, ginástica, jantar fora, alguma coisa assim, não podia mais fazer porque não era também para ficar me arriscando. Apesar de saber que se quisessem acabar comigo eles acabavam, tendo ou não PM do meu lado.

Mas, dessa pressão, senti, percebi, mas era aquela história, eu tinha que fazer, não podia recuar, já tinha chegado até ali tinha que ir adiante.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E as adolescentes e as testemunhas?

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Elas foram agredidas, foi exatamente quando intervim e pedi na época para o Dr. Manuel Santino, que era Procurador-Geral de Justiça, que não tinha condições de manter as meninas no Município por conta da segurança. Como relatei, naquela ocasião, elas vieram para o Centro de Internamento Feminino na capital. Eu disse que não poderia ter sido feito dessa forma porque elas não são infratoras, são vítimas porque foram agredidas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E as testemunhas também?

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Quanto às testemunhas, não chegou nada ao meu conhecimento. Eu tinha muito medo, mas não recebi diretamente ameaças na época.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Alguma adolescente chegou a mudar seu depoimento por pressão ou por ameaça dos aliciadores, dos exploradores?

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Não. Só houve uma hipótese no final do processo da qual só tomamos conhecimento depois. Havia uma pessoa no Município que não era repórter, mas dizia que o era. Era sócia do acusado e dono da boate e tentou corromper uma das vítimas, querendo que ela gravasse uma fita dizendo que eu, a promotora, teria sido subornada para entrar com o processo. Mas a própria garota nos disse o que estava acontecendo. Inclusive, o advogado do acusado saiu do caso porque disse que não concordava com aquele tipo de atitude e que não seria conivente com ela. A situação foi devidamente esclarecida, e essa pessoa respondeu a processo de crime de calúnia contra a minha pessoa. Houve um processo criminal porque elas estavam atentando contra mim. Houve reportagens locais tentando, a todo custo, macular e denegrir a minha pessoa e a pessoa da juíza, mas sempre me vali do direito de resposta e a situação não tomou maiores proporções.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No caso, foram doze indiciados.

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Foram doze acusados.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Além desses doze acusados, a senhora tomou conhecimento de outras pessoas que estariam envolvidas no caso. Parece-me que lá e no Município de Itaituba também há os casos dos garimpos de Cuiú-cuiú e Crepurizinho.

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Paralelamente a esse caso que teve esse número elevado de pessoas envolvidas como acusadas, fiz denúncias de outros processos relativos a casos pontuais de pessoas que estavam favorecendo à prostituição.

Houve um lado positivo. Depois desse caso, muitas pessoas tiveram coragem de denunciar casos que já estavam acontecendo. Esse caso do Crepurizão e do Cuiú-cuiú foi anterior à minha chegada na Comarca. Salvo engano, ele remonta ao ano de 1993. Tive acesso a esse processo para me manifestar. Conheço o caso do Cuiú-cuiú porque li o processo.

Na realidade, foi uma situação na área de garimpo em que adolescentes e mulheres adultas estavam submetidas à exploração de prostituição em situação de escravidão porque estavam vinculadas economicamente. Naquela ocasião, houve a prisão dos donos dos bordéis e dos locais em que eram mantidas em cativeiro. Contudo, houve uma questão jurídica porque o Ministério Público Federal entendeu que estavam configurados os crimes de estupro, de favorecimento à prostituição, atentado violento ao pudor, assim como o crime de redução da pessoa humana à condição análoga de escravo, esse último da competência da Justiça Federal. O Ministério Público Federal ofereceu a denúncia dos acusados por esses ilícitos, mas a defesa ingressou com um pedido argumentando que não havia de se falar no crime de redução da pessoa humana à condição análoga de escravo porque prostituição não seria trabalho ilícito. Um juiz em Brasília acatou essa tese, decretando a nulidade da acusação e a nulidade do juízo que antes havia decidido a questão, inclusive em relação às prisões preventivas decretadas. Tudo foi declarado nulo e todos os envolvidos foram postos em liberdade. Quando recebi o processo em 1998, estava aguardando somente que o Ministério Público estadual ratificasse a denúncia naquilo que coubesse para que o processo prosseguisse. Foi exatamente o que fiz. Contudo, àquela altura do campeonato, as testemunhas, cuja maioria eram garimpeiros nordestinos, já haviam transferido domicílio de Itaituba e não era mais possível localizá-los nos Estado do Maranhão e do Ceará. Tivemos essa dificuldade.

Esse processo de Cuiú-cuiú, se não estou enganada, dificilmente vai resultar em condenação porque creio que, sequer, se conseguiu inquirir as testemunhas. Ocorre este problema lá porque as pessoas vão embora, somem e não se consegue mais localizá-las. Por isso, tive a preocupação de acelerar ao máximo a instrução do processo das meninas prostituídas para produzir logo a prova e garantir seu andamento.

Em relação aos processos do Crepurizão e do Cuiú-cuiú, com os incidentes processuais e discussão jurídica a respeito do crime, a prova se esvaiu.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No caso dos indiciados, seis são de um bairro chamado Boa Vista; três são do Centro; outros do Bom Jardim, Cidade Baixa e o outro também do bairro São José. Deu para perceber uma vinculação entre todos eles?

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Não, são todos bairros contíguos ali na área urbana. Exatamente no Boa Vista, é uma parte da cidade bastante pobre, onde a maioria das meninas residiam, onde era o domicílio das garotas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E, com relação à origem, pelo que verificamos aqui, apenas dois são paraenses, os outros são de Mato Grosso, do Rio Grande do Sul...

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Os mais pobres, os menos poderosos economicamente eram paraenses. Os outros todos eram oriundos de outros Estados. Tinha um gaúcho ...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Paraná, Mato Grosso, Maranhão, Ceará?

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Tinha. De várias naturalidades.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Isso. Eles moravam há muito tempo na cidade, ou eles faziam...

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Eles vieram exatamente naquela fase que coloquei, do **boom** do ouro. Foi quando exatamente a cidade abriu, cresceu, que pessoas do País inteiro foram atraídas pela questão do garimpo, da estação.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para finalizar, as fotografias, as 187 fotografias...

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Estão no processo. Elas instruem o processo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Estão no processo.

Obrigado.

A SRA. ARACELI LEMOS – Queria só perguntar à doutora, com relação ao apoio do Ministério Público. Queria que ela pudesse falar para a gente.

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Na época em que atuei, era total. Dr. Manoel Santino era o chefe, porque o Promotor, sozinho, coitado ... ele tem que ter o apoio da chefia. Tive apoio total tanto em relação a essa questão da segurança. No primeiro momento, até a Polícia Federal nos apoiou também porque o Ministério Público Federal estava apoiando. Houve contato até com o próprio Exército. Existe lá um batalhão, eles se colocaram à disposição, inclusive se eu quisesse residir na vila militar, caso fosse necessário, mas não me transferi da residência oficial.

O Dr. Manoel Santino e também o Governo do Estado, à época, tiveram contato direto com o Governador, e tudo aquilo que eu postulava em relação ao atendimento das meninas, bem ou mal – porque teve aquela questão do internamento no centro, que não achei adequado –, se buscou atender. Também, à época, o poder público municipal, o Prefeito, de todas as formas, sempre que a gente solicitava, eles buscavam colaborar e adotar as medidas que a gente precisava.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Bem, queria iniciar, agora, o segundo bloco de discussões, mas queria agradecer à Drª Leane Fiúza, pela sua contribuição. Uma contribuição, evidentemente, não só à CPMI, mas ao trabalho que vem realizando, ao longo de todos esses anos todos; a dedicação, o entusiasmo. Nós percebemos a sua sensibilidade, a garra, a vontade e a coragem com que lutou por esse caso e por tantos outros.

Por isso, essa CPMI agradece, em nome do Congresso Nacional, por essa contribuição. Muitas vezes, a gente meio que se decepciona. Conversava isso com a Deputada Ann Pontes*. Quantas vezes nos frustramos, quando vê as coisas não acontecerem neste País. As coisas são tão fáceis aos nossos olhos. Passamos nas avenidas, nas BRs, nas casas, nos bares, nas boates, nos prostíbulos. As meninas estão ali. Todo mundo sabe que elas estão ali, todo mundo quem são aqueles que agenciam essas meninas, quem são aqueles que cometem crimes de violência contra as nossas crianças e os nossos adolescentes, mas é impressionante, às vezes, a conivência que existe para que isso não seja apurado, para que essas pessoas não sejam julgadas e punidas por esses atos.

Mas tenho certeza, Drª Leane, que a sua contribuição, o trabalho que a gente vem buscando desenvolver, e que a sociedade vem contribuindo de forma tão efetiva, vai-nos levar a um rumo, a um caminho, que tenho certeza e fé de que vamos conseguir ao final, apurar isso.

Como tantos têm falado em seus depoimentos, a gente vai poder dar uma resposta concreta à sociedade e, mais do que isso, a essas crianças e a esses adolescentes que têm rompido o medo, o silêncio, a vergonha e o preconceito para também nos ajudar.

Quantas e quantas vezes, a gente viu, de forma tão emocionada, crianças e adolescentes, por onde andamos neste País, que tiveram suas vidas destruídas. O depoimento de que me lembro muito bem, Deputado Luiz Couto, de uma menina que veio à CPMI, na Paraíba, que teve praticamente a sua vida inteira destruída. Uma menina que hoje tem 19 anos de idade, mas que com 12 ou 13 anos entrou nessa rede de exploração sexual e, quando percebeu no que estava envolvida, resolveu denunciar. Quando denunciou, foi levada sempre na chacota, na brincadeira, como se, por ter a vida que tinha, não pudesse ter a responsabilidade de denunciar o que estava acontecendo com ela. Ela é uma menina de 19 anos de idade. Quando pude conversar com ela em particular, ela dizia que quando era jovem, quando era bonita, quando era... Uma menina de 19 anos de idade. Isso me chocou muito, porque ela está na flor da idade, mas sentindo sua vida praticamente finalizada. Ela deu uma lição que deve ser ouvida por todos nós. Ela está há dois anos sob proteção, inclusive, sem ter contato com sua família, mas disse que conseguirá se formar, será advogada e defenderá essas outras crianças.

Acredito que esses testemunhos e esses depoimentos devem nos dar mais força e coragem para que,

mesmo com todos esses obstáculos e todas essas dificuldades sigamos em frente.

Portanto, muito obrigada, Drª Leane Fiúza, por mais essa contribuição importante que traz hoje aqui.

Muito obrigada.

(Palmas.)

Eu gostaria de iniciar o segundo bloco, convidando para ocupar a mesa a representante do Cedeca, Simone Fonseca.

(Palmas.)

Eu gostaria de convidar o representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Luís Dantas.

(Palmas.).

Gostaria de convidar o representante da Funpapa, Mônica Silva, da Fundação Municipal.

(Palmas.)

Gostaria também de convidar o representante do Unicef, Sr. Jacques Schwarstein.

(Palmas.)

Passo a palavra à Simone Fonseca, representante do Cedeca. Buscaremos ser um pouco mais breves nos depoimentos e, certamente, nas perguntas, para que possamos cumprir toda a audiência pública, que visa ouvir todos os blocos que já estão aqui. Peço um pouco de paciência àqueles que aqui estão, porque é muito importante o depoimento daqueles que foram convidados hoje para estarem aqui.

A SRA. SIMONE FONSECA – Obrigada.

Primeiramente, eu gostaria de declarar que é uma honra para o Estado ter a presença da CPMI, movimento que, para nós, tem sido justamente o que a fala da Senadora Patrícia coloca, um processo de mobilização, que tem garantido um processo de ampla mobilização da sociedade civil local em todo o Brasil. Temos elementos fundamentais nesse processo de mobilização, que é o próprio Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual: Esta CMPI tem sempre se valido desse Comitê, com o qual também tem-se articulado em todo esse processo que vem desenvolvendo. Para nós, isso tem sido fundamental.

Na verdade, o que nos traz a esta Comissão é a expectativa, muito mais do que um depoimento, porque demos à CPMI todas as informações de que dispúnhamos e que poderíamos passar à Comissão. Nós do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente apresentamos, com destaque, dois casos à CPMI. Para nós, trata-se de casos emblemáticos que merecem respostas urgentes.

Um deles foi o caso de Itaituba, abordado pela Drª Leane, que também acompanhamos. Realizamos, inclusive, uma pesquisa para analisar a resolubilidade em casos de violência sexual. O que significa analisar a resolubilidade? Significa examinar os passos que essa denúncia percorreu até chegar a um ponto final em um nível de resolubilidade superior, em que as vítimas tiveram seu direito restituído e os agressores foram responsabilizados. Percebemos, nesse caso, grandes altos e baixos. A Dr. Leane informou a conclusão do caso, a denúncia apresentada e todo o processo investigatório, mas até hoje não obtivemos uma resposta para toda essa gama juntada e apresentada. Há um nó que não sabemos explicar. A Senadora Ana Júlia Carepa abordou perfeitamente esse assunto. Não há outra solução. Em determinado momento, Marcel Hazeu, nosso pesquisador, declarou que o juiz engavetou o caso. Alguns questionaram: "Ele usou o verbo engavetar"? Porém, não há outra resposta. O que ocorre para que uma sentença não seja dada? Essa atitude obrigou uma gama de meninas, hoje mulheres, a abandonarem o Município com suas famílias por terem sido ameaças. Se até uma promotora foi ameaça, imaginem crianças e adolescentes envolvidas naquele momento.

Para nós, a CPMI é justamente o instrumento que pode estar ajudando no processo de mobilização a dar respostas concretas às situações que foram apresentadas e dando exemplaridade para determinados casos. Esse é o ponto fundamental.

Cito agora outro caso, que estamos chamando hoje de Suriname e que envolve possibilidade de tráfico. Esse caso também traz "n" interrogações. Falou-se de uma pessoa que se suicidou e que depois não se suicidou; de um pai que reconheceu um corpo, mas que não poderia tê-lo feito por estar preso em Belém há muitos meses. Depois, obtivemos a informação de que a moça não havia morrido; ela estava viva e em Belém. Porém, ninguém nunca viu a moça; ninguém sabe da moça. A família apenas dá a informação de que ela desapareceu. Essa denúncia foi apresentada à CPMI, e a Polícia Federal começou a acompanhar o caso. Entretanto, o que há efetivamente hoje? Meninas continuam a sair do mesmo bairro para o Suriname. A pessoa que vem sendo denunciada por facilitar essas saídas continua agindo. V. Exªs também devem ter esse sentimento de angústia muito grande que nós da sociedade civil sentimos. Imaginem as pessoas – familiares e vizinhos – que estão vendo esses fatos e convivendo com essa situação. No nosso caso, há muitos vizinhos que sabem dos fatos, ouvem, têm medo e, por isso, não se dispõem a dar depoimento. No entanto, eles têm algo a dizer. Portanto, tudo isso cria para nós situações muito complexas. E falar sobre esse assunto significa estar envolvido em uma trama que não é fácil e que gera medo e insegurança para quem está falando e talvez se expondo.

Como sociedade civil, o nosso objetivo é este: articular com a CPMI para buscar essas respostas; saber efetivamente da Polícia Federal o que está sendo feito, o que já foi apurado; e saber do Judiciário de Itaituba quais são as respostas que oficialmente podem ser dadas para esse caso. É importante que esses sejam os casos de exemplaridade, para mostrar que a Justiça pode ser feita, que os casos podem ser apurados efetivamente. Essa é a idéia. Esses não são os únicos casos. Existem "n" outros casos, como V. Exªs já relataram. Enumeramos alguns casos com o intuito de mostrar que podem ser dadas respostas à altura daquilo que merecem os casos, com as suas dimensões. Portanto, a nossa contribuição é no sentido de nos colocarmos à disposição da CPMI a fim de qualquer outra informação que estiver ao nosso alcance disponibilizaremos não só à CPMI, mas também à Polícia Federal e demais órgãos competentes que estão acompanhando os casos.

Ressaltamos que esta Comissão vai dar certo. Cremos muito nisso. Estamos nos disponibilizando a fazer este processo de articulação, mas a angústia continua. Os casos estão aí. Queremos compartilhar isso com V. Exªs. Muito obrigada.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Sr. Luiz Dantas.

O SR. LUIZ DANTAS – Muito obrigado, Senadora. Nós, do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Belém, acreditamos que a mobilização para levar a sociedade a discutir esta questão é muito importante.

Desde 1998, no Município de Belém, desenvolvemos uma campanha permanente que tem sua culminância no dia 18 de maio. Como fruto desta campanha, conseguimos instituir no município um fórum misto envolvendo todos os organismos da sociedade civil relacionados com a criança e o adolescente e também as instituições, federais, estaduais ou municipais. E temos tido avanços.

Como parte do compromisso que conseguimos desenvolver no Município, parte do recurso do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente é destinada à realização destas campanhas e a atividades correlatas.

Também tivemos um avanço do qual inclusive a minha colega de mesa a Senadora Ana Julia Carepa fez parte, instituindo na Câmara Municipal de Belém uma comissão da criança que trata de assuntos pertinentes.

De 2003 para cá, o nobre Vereador que preside a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Belém, Paulo Fonteles, tem dado uma grande parcela de contribuição para que pudéssemos avançar no sentido de chamar a atenção da sociedade civil para a questão da violência, especialmente a sexual.

Por último, gostaria de destacar a nossa mais recente experiência, que é a instalação de um 0800 local, para o qual a população pode ligar gratuitamente e fazer denúncia.

É fundamental que possamos fazer cada vez este trabalho e discutir Constituições no seu dia-a-dia para que elas possam incluir nas suas atribuições esta atenção especial à criança e ao adolescente.

Sabemos, por todas as dificuldades que o País tem, pela sua história, que grande parte da população ainda não reconhece a violência contra a criança e a adolescente. Nas palavras do próprio Deputado, não somente no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil – e Belém do Pará não foge à regra –, grande parte da sociedade acaba sendo conivente ou, no mínimo, omissa, porque não reconhece a violência sexual contra a criança e o adolescente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Concedo a palavra à Srª Mônica Silva, da Funpapa.

A SRA. MÔNICA SILVA – Boa tarde a todos! Estou aqui representando a Fundação Papa João XXIII, que trabalha com assistência social no Município.

Faço minhas as palavras da Simone quando parabeniza a CPMI, que se faz presente aqui em Belém hoje, reforçando ou mostrando mais um avanço nesse processo todo de enfrentamento de uma problemática que não é recente, mas que apenas recentemente tomou relevância e passou ser alvo da intervenção dos organismos governamentais e não-governamentais.

Não tenho, na verdade, nenhuma denúncia a ser colocada, mas uma constatação. Coordeno um projeto que se chama Tambatajá, que trabalha no atendimento de crianças e adolescentes vitimas de violência sexual em Belém. Ele foi fruto do Programa Nacional Sentinela e atualmente assumido, em certa medida, pelo Município quanto a uma política pública. E, a partir do momento em que o Governo Federal deixar de financiar, temos a garantia de que o Município assume o projeto.

Uma das coisas que podemos constatar, por exemplo, quando se trabalha com a categoria da violência sexual, e que ela engloba abuso e exploração. Temos dois anos e meio de funcionamento e um total de trezentos e setenta situações que deram entrada no projeto.

Quando verificamos o numero de situações de exploração esse numero é extremamente reduzido.

De trezentos e setenta, trinta e seis, quarenta, no máximo, são casos de exploração sexual, ou seja, 10% das situações que recebemos. Desses mais ou menos quarenta, verificamos quantos deles estão efetivamente em atendimento e vamos pegar um ou dois.

Assim, a evasão é muito grande. No ano passado, no colóquio em Brasília, mas vivemos essa angustia em Belém, mas não estamos conseguindo trabalhar com a exploração. Dentro desses avanços, pensamos primeiro na implantação de um serviço especializado no atendimento a essas situações.

Quando começamos a atender, percebemos que as categorias são diferentes, que abuso e exploração são diferentes, que o modelo responde ao abuso, mas não responde a exploração. Vivemos essa angustia questionando o nosso modelo e quando chegamos no colóquio em Brasília em que todos os sentinelas estão reunidos verificamos que não e só nosso. Todos os demais também tem dificuldades para trabalhar com a exploração sexual.

Primeiro, pela dificuldade de se chegar até a denuncia e, mais, pela dificuldade de se chegar ao atendimento. Pudemos perceber a evasão. Não chega e, quando chega, não se mantém no atendimento.

Uma das coisas que percebemos como dificuldade e a questão da justiça. Daí, a importância fundamental desse momento para a discussão da CPMI. O que acontece? Faz-se um trabalho com a menina em situação de exploração sexual para retirá-la desse lugar, mas retira-se a adolescente ou a criança. A rede permanece lá, sedutora, chamando para ir, ou pela via do dinheiro, ou pela via de qualquer outra oferta que se faça.

Trata-se de um espaço que acaba oferecendo meios de tampar alguns buracos sejam econômicos ou afetivos. Uma coisa que também pudemos perceber são relações familiares extremamente frágeis, pouco consistentes afetivamente. Por exemplo, em casos pontuais que não tratam de rede, mas um homem adulto que oferece um dinheiro para ter.

Quando ele oferece o dinheiro, também oferece afeto e carinho. Um carinho que não tem em casa, um lugar que ela não tem em casa, ele acaba dando para ela por uma via que talvez não seja a convencional, mas para ela que nunca teve nem dinheiro, nem afeto, nem carinho vai conseguir nesse espaço, com essa pessoa.

Digo isso pensando no caso pontual. Quando passamos para redes, a situação toma outra dimensão. O nosso confronto – costumo dizer que somos, desse percurso inteiro – o finalzinho porque quando chega para a gente já passou pela denúncia, pela delegacia, pelo conselho tutelar e em várias dessas instancias até chegar até nós, para poder fazer o atendimento dentro da perspectiva mesmo dos traumas que a violência sexual traz para esse usuário.

Então, uma das coisas que apontamos como evasão é essa: a Justiça não atuar de forma consistente no sentido, por exemplo, de desmantelar as redes. Então, estamos aqui fazendo um trabalho e a rede está lá fazendo um outro. Nós numa ação dentro de limitações, que são reais e que não são poucas, e eles lá com uma rede extremamente articulada. Então, acaba que fica uma luta, um enfrentamento desigual, nesse sentido. Portanto, acho que é assim: minha fala aqui, primeiro, é para referendar, pontuar inúmeras coisas que exigem intervenção, mas é importante também pontuar que tivemos alguns avanços. A CPMI é um exemplo dela, o atendimento especializado é um outro exemplo disso. Mas, na medida em que vamos construindo esse percurso que pretendemos que seja exitoso, vamos esbarrando em algumas dificuldades. Então, quando temos a chance de socializar essas dificuldades, e juntos temos mais chances de conseguir encaminhar e realmente chegar a esse resultado exitoso. Então, acho que vive essa dificuldade em, primeiro, estar fundamentando ou reforçando as denúncias dos casos de exploração e, mais, estar sustentando essas adolescentes nesses espaços de atendimento.

Portanto, de contribuição, eu queria colocar isso para vocês e espero que, ao final, tenhamos êxito nesse momento de trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – A nossa Relatora quer fazer logo a sua pergunta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Srª Mônica Silva, quero lhe perguntar: de 370 situações de atendimento, em dois anos, em torno de 40 casos de exploração sexual. Dois, efetivamente, permanecem em atendimento. Então, vocês identificam tanto a dificuldade em chegar nas crianças e adolescentes quanto a dificuldade de mantê-los no programa. Essa análise é bastante importante, até para a avaliação que temos que fazer para o programa Sentinela, para o Brasil inteiro.

A senhora considera que outro tipo de abordagem deveria ser feito? O Sentinela, ou outro programa, deveria não apenas ser esse ponto de chegada depois de se passar por todos esses lugares? Mas quem faz a abordagem primeira dessas meninas? Qual é a porta de entrada delas em uma circunstância de rompimento com a exploração sexual?

A SRA. MÔNICA SILVA – Pelo menos, na experiência de Belém, somos um espaço que recebe. Então, são situações encaminhadas via Conselho Tutelar, via Delegacia Especializada, via Santa Casa, que é um dos

hospitais aqui de Belém, os próprios projetos internos da fundação e tantos outros também nos encaminham situações. Temos um projeto que é de educação de rua, que faz esse movimento de aproximação e, na identificação, pode também nos encaminhar as situações de exploração sexual.

Mas uma das coisas que conseguimos perceber é a concepção. Então, dentro do abuso e da exploração, é muito claro o lugar das crianças e dos adolescentes vítimas de abuso o lugar de vítima. Normalmente chegam extremamente abalados, a família muito mobilizada, muito mexida pela ocorrência disso. Então, eles estão muito mais predispostos a entrar nesse processo de intervenção por esse lugar, que é muito mais claro. Já a exploração, pudemos identificar que esse lugar de vítima ainda não é consensual, nem para a sociedade de um modo geral e nem para eles, que de um modo geral negam que vivam uma situação, mesmo que a situação tenha chegado na delegacia, esteja no Ministério Público, enfim, com a intervenção já nessas instâncias, mas negam. E, assim, tem alguns discursos do tipo: "não sei o que estou fazendo aqui". Então, essa concepção ou esse lugar de quem precisa desse auxílio, desse apoio, para as meninas em situação de exploração sexual, não é algo presente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Você acha que seria interessante uma política pública adequada o incentivo ao protagonismo juvenil. Porque, na verdade, o nosso discurso de adultos, nossa fala de adultos para essas meninas, de homens adultos, de mulheres adultas é absolutamente diversa da possibilidade de interação que elas têm entre si. Será que estamos agora... E não me refiro só a Belém, mas até pela sua experiência no Sentinela, na relação com os demais, porque isso nos importa para uma avaliação mais ampla, de como formular políticas públicas para o Brasil.

Será que nós poderíamos, em termos de política pública, organizar de fato uma rede onde exista esse protagonismo e onde exista, pela fala das adolescentes, uma abordagem da história de vida das próprias adolescentes conscientizadora da circunstância de violência que estão sofrendo?

A SRA. MÔNICA SILVA – Sim. Acredito que esse é o caminho, tanto que, hoje – não experimentamos ainda – temos alguns elementos para apontar que o trabalho com grupo para as meninas de exploração, em especial, surta mais resultado que um outro modelo de trabalho. Primeiro, como não se identificam como vítimas e como sujeitos desse processo de intervenção, então precisamos ir por um outro viés.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Mas normalmente são lideranças.

A SRA. MÔNICA SILVA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Até porque já vivenciaram vários tipos de relação, não apenas no âmbito da sua sexualidade, mas muito precoces em tudo, inclusive no seu auto-sustento.

O meu viés de educadora, muito mais do que de Parlamentar, e de interação que vivenciam essa situação diz que esse processo de precocidade da sexualização determina a precocidade de todos os demais fatores, o que acaba fazendo com que a nossa necessidade de interação não seja com a criança, como nós classicamente a compreendemos, aquela criança frágil. Ela é frágil, mas encontra força em si para conseguir superar isso, justamente em uma atitude de liderança em seu grupo, até de agressividade, para conseguir sobreviver, porque a criança que nós trabalhamos e que vocês trabalham é agressiva também.

A SRA. MÔNICA SILVA – Quando você faz essa fala, me ocorre, quando a questão é econômica ou prioritariamente econômica, existe um sustento da família. Então, existe um lugar colocado para essa menina, que é talvez de chefia digamos assim, que não seja essa liderança com outros grupos de jovens, mas existe uma liderança colocada dentro do seio da família. E essa relação que ela estabelece não é com alguém que está sendo usada, mas de alguém que está usando, porque está havendo um retorno.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Uma identidade dúbia.

A SRA. MÔNICA SILVA – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Eu te perguntaria ainda: qual é o perfil dessa menina? O perfil psíquico nós vamos avaliando que ele se desenvolve, ele se desencadeia. Mas é uma menina empobrecida?

A SRA. MÔNICA SILVA – Não só economicamente...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Quanto é necessária de renda ali? Que tipo de renda? A que a gente propõe, que é a mínima da mínima, consegue responder à necessidade de renda?

A SRA. MÔNICA SILVA – Eu vim do colóquio em Brasília com uma fala que não me sai da cabeça. Eu fiquei justamente no grupo para discutir a exploração sexual, porque é um grande nó.

Depois das discussões todas feitas – e ela estava indo pelo viés econômico prioritariamente -, uma pessoa da Bahia levantou-se e disse que não podemos entrar em um leilão social, do tipo quem dá mais: se é a rede ou a gente. Então, 50 reais não são suficientes, vamos aumentar para 100, vamos aumentar para 200, vamos aumentar para tirá-la desse lugar, colocando a questão apenas econômica...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Financeira.

A SRA. MÔNICA SILVA – Financeira.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Até porque vamos perder sempre.

A SRA. MÔNICA SILVA – Isso. É claro que vamos encontrar especificidades. Nós em Belém, aqui no Estado, na verdade, fazemos reuniões mensais com os sentinelas. Então, vamos identificar que as meninas exploradas aqui em Belém não têm as mesmas características das meninas de Muaná, por exemplo.

Então, hoje fazemos uma discussão em torno de uma objetividade. Uma discussão que em certa medida você não vai poder fazer com as meninas de Muaná, por exemplo, que não têm, de fato, nada para comer em casa. Então, você não vai entrar com discurso de subjetividade quando a questão dela, aí sim, é econômica, porque ela não tem dinheiro.

Quando falo de subjetividade, estou querendo colocar que esse trato com o outro passa pelo viés do dinheiro, mas também passa pelo viés do afeto, tanto que algumas delas estabelecem relações afetivas e pretendem que eles as assumam, ou seja, que estabeleçam uma relação de constituir família e tudo o mais.

Então, quando você vai na base dessa relação familiar você vai encontrar famílias desagregadas afetivamente; meninas muito pouco constituídas na coisa da preservação de si enquanto sujeito.

Para a gente fica muito claro esse embate, que é econômico, financeiro, mas também é de subjetividade. Uma construção que foi pela via da falta, que não é só econômica, mas afetiva. Aí constitui pouco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Você poderia me confirmar se esses lugares são publicamente reconhecidos aqui em Belém como de exploração sexual: a Praça da República?

A SRA. MÔNICA SILVA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – O porto?

A SRA. MÔNICA SILVA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – A rodovia Arthur Bernardes?

A SRA. MÔNICA SILVA – Todos eles.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Distrito de Icoaraci?

A SRA. MÔNICA SILVA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Ilha de Cotijuba?

A SRA. MÔNICA SILVA – Isso. Todos esses espaços.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Postos de combustíveis.

A SRA. MÔNICA SILVA – É, enfim, eu teria propriedade para te falar. A praça é consenso... Há inclusive um trabalho de intervenção na Praça. Eu não sei se ainda existe, na verdade, mas a República do pequeno vendedor tinha esse trabalho.

Outeiro também é um outro espaço. Inclusive, hoje se reivindica uma ação consistente em Outeiro, por ser uma ilha distante, esses aparatos, esses espaços para intervenção são muito escassos lá. Há ainda a Ilha de Cotijuba. Então, os portos, por conta dos navios que chegam...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Navios? As meninas que tu atendes mantêm relações com pessoas de navios?

A SRA. MÔNICA SILVA – As situações que chegaram a nós, até então, são situações de exploração sem rede. É mais uma prática assim: a menina vai a uma festa, à noite, e não tem dinheiro. Fica com alguém que paga, ou um vizinho, um senhor, uma pessoa mais velha, na maioria das vezes, que compra roupa de marca para ela e praticamente sustenta a família.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Não são meninas advindas desses lugares?

A SRA. MÔNICA SILVA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Quem atende as meninas desses lugares?

A SRA. MÔNICA SILVA – A República tem uma experiência com isso. Mas até nós, essas meninas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Mas há política pública para atender as meninas desses lugares?

A SRA. MÔNICA SILVA – O Sentinela é um espaço para receber, mas elas não estão chegando. Aí entra o que estou colocando enquanto dificuldade nesse trabalho. É difícil chegar a denúncia, o atendimento. Então, há todo um percurso que dificulta essa chegada. A situação que nós temos, por exemplo, são situações que o vizinho denunciou. Essas coisas da praça, essas meninas da praça...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Isso já é visto como normal?

A SRA. MÔNICA SILVA – Não. Não está no lugar do normal. Tem o lugar, digamos assim, de uma rede. A aproximação com elas é mais lenta. É um trabalho de convencimento nesse espaço para, depois, ir para um espaço fechado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Nessas áreas podemos dizer que há agenciadores, que há quem lucre. É um mercado. As meninas estão dentro de um esquema em que estão em bares que lucram com sua presença direta ou indiretamente.

Pois não, Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – As redes atuam aqui em nosso Estado. De que forma chegam até essas crianças? É como a Relatora estava falando. É uma abordagem mais próxima, em casa mesmo ou nesses bares, nos postos, nos portos? Como é a rede? Como e que a senhora vê que a rede atua aqui em nosso Estado, com sua experiência de vida?

A SRA. MÔNICA SILVA – Os casos de redes que passaram por nós. Eu citaria, inclusive, as meninas gêmeas. A ponte para esse espaço foi o taxista. Primeiro foi uma e depois foi a outra, a que já estava levou a outra. Teve o taxista. Era uma casa, um espaço fechado, enfim, de certo conhecimento. A ponte foi o taxista.

A SRA. SIMONE FONSECA – A senhora fala em estratégias. Até para repensar o desenho do Sentinela, que é algo que impera, o que é necessário?. A gente está discutindo a necessidade de um processo de articulação com a educação de rua. Temos programas de articulação de rua em Belém e em várias outras capitais que atuam tanto em nível de entidades governamentais e quanto em nível não-governamentais para identificar as redes. Têm atuado no sentido de garantir que esse grupo de meninas chegue até programas de serviços. É como a Mônica colocou. É um processo emaranhado em que ainda não se conseguiu uma intervenção mais eficaz. Em certo momento, a República do Pequeno Vendedor, que atua nessa área, apresentou um relatório ao Ministério Público do Estado do Pará apresentando todos os indicadores de uma rede organizada próxima à praça Valdemar Henrique. Quem é de Belém sabe que é na área central. Deram entrada no Ministério Público com essas informações. Só que não vemos, não seguimos. Parece-me que a educação de rua faz a identificação porque esse é o seu papel. Além de trabalhar na abordagem das meninas, de trabalhar no processo de ressocialização, por estar na base, identifica todas as situações nessas áreas. Parece-me que a coisa não têm caminhado muito bem. Ainda estamos muito aquém no processo de investigação para dar conta dessa realidade.

O que acontece? As meninas não acessam os serviços. Fica inviabilizado o acesso ao serviço. Temos um projeto, hoje, que trabalha só com meninas em situação de exploração sexual, em Belém, lá na República do Pequeno Vendedor. Vêm, justamente, por essa conexão: taxistas, mulheres que estão na prostituição, que fazem o contato no bairro, e aí mudamos a nossa estratégia, a gente não está mais na área central, a gente está no bairro de periferia, trabalhando lá para saber como é que está a situação. Hoje, a estratégia é essa. Então a gente está no Bairro do Juruna, no Bairro do Guamá, que são os bairros justamente onde se identifica um número grande de meninas, e aí se identificou isso indo para o exterior, a partir da pesquisa de tráfico.

Então essas pontas vêm se ligando e dando base para o processo de intervenção das organizações governamentais e não governamentais, no sentido de fazer a prevenção a partir do bairro da localidade. Mas as meninas continuam lá na praça. O trabalho está localizado, hoje, nos bairros.

A SRA. MÔNICA SILVA – Deixe-me só fazer um complemento?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Pois não, doutora!

A SRA. MÔNICA SILVA – Só para reforçar o que a Simone acabou de colocar em torno da importância do trabalho da educação de rua.

Estamos, hoje, em Belém, com o Projeto "Conquistando a vida", que é uma ação município, estado e organizações não governamentais. Então o projeto está em 22 áreas que foram mapeadas, em Belém, para trabalhar com a questão da vulnerabilidade social, e, dentro dela, a questão da exploração. Então uma expectativa nossa é o aumento de demanda, porque, se está mais próximo, vai-se fazer todo esse trabalho de aproximação para poder elevar para os espaços de atendimento. Então a gente está com esta expectativa mesmo de que essa demanda aumente, de que essas meninas sejam encontradas e identificadas, e algumas já foram, mas que sejam alcançadas efetivamente e possam, a partir de então, estar num trabalho efetivo e consistente de intervenção.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Drª Mônica Silva.

Passarei a palavra ao representante da Unicef, Dr. Jacques Schwarzstein.

O SR. JACQUES SCHWARZSTEIN – Muito obrigado, Senadora! Na verdade, vim acompanhar os trabalhos despreparado para uma participação à mesa. E, já que falamos do meu nome complicado, até preferiria falar como cidadão brasileiro a falar como representante do Unicef, justamente por não saber exatamente como se coloca uma organização internacional numa comissão parlamentar como esta, e não ter mandato, de alguma maneira, para dar a contribuição.

É muito difícil separar o cidadão do profissional. É difícil explicar onde começa o cidadão e onde termina o oficial do Unicef, e essas coisas se misturam.

Não sei se ficou clara a minha posição, enquanto representante do Unicef? Não?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Não, a Senadora Patrícia disse que não! Na verdade, queremos ouvir; a CPMI tem este papel de ouvir as pessoas, ou entidades ou órgãos públicos,

ou uma agência também internacional, que sabemos que tem um trabalho.

O SR. JACQUES SCHWARZSTEIN – Perfeitamente! Está ótimo!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – E me reporto à Unicef como uma das instituições mais importantes que faz um trabalho em relação à criança e ao adolescente no mundo.

O SR. JACQUES SCHWARZSTEIN – É claro que estamos diretamente relacionados ao esforço da CPMI!

O nosso trabalho é muito menos diretamente com as crianças e muito mais com os atores sociais que estão em campo, sejam eles governamentais ou não governamentais. Observamos muito mais o desempenho de cada um dos atores, os sucessos, os fracassos, as dificuldades que têm, tentamos fortalecê-los e articulá-los, de maneira que esse sistema de garantias de direitos da infância, que é complexo, possa funcionar. É complexo, como todos sabem, porque envolve diferentes poderes da sociedade em diferentes níveis administrativos, além de envolver estado e sociedade civil, configurando, portanto, realmente, uma experiência nova para a Democracia brasileira e de difícil funcionamento. Estamos em processo de construir esse sistema.

O que me chamou atenção, nos debates de hoje, e o que me chama atenção, já há algum tempo, é que, no caso da exploração sexual, quem mais investiga, aparentemente, é o Ministério Público e a sociedade civil.

Tivemos aqui o depoimento de uma Promotora do interior, de Capanema, e percebemos, em sua fala, como ela, relativamente isolada, tentou reunir informações importantes para se compreender qual era o processo e qual eram os mecanismos de exploração sexual de crianças na sua comarca.

Ouvimos, agora, a Simone falando dos educadores de rua, que de alguma maneira também, no seu trabalho, procuram entender quem é quem, quem faz o que e quem é responsável pelo quê.

Chama a atenção nesse sentido o fraco potencial investigativo da própria polícia. Parece-me que, no caso da exploração sexual, esse fator é muito importante.

Com relação à violação dos direitos da criança de um modo geral, há sempre problemas culturais complicados que são determinantes e no caso da exploração sexual há também problemas culturais que devem ser abordados e que não são, de maneira alguma, da alçada da polícia.

Por outro lado, quando se ouve o relato de uma Promotora de Capanema* ou quando se ouve a fala – se não me engano foi da Senadora Patrícia Saboya Gomes – sobre a frustração de andar pelo País, ver, perceber, ir aos postos de gasolina, aos portos, às estradas, às praças, ver, dar-se conta das práticas cotidianas de exploração sexual, e ao mesmo tempo, na hora que se tenta investigar, tropeçar rapidamente na falta de material que possa levar à responsabilização e posteriormente às condenações.

Então me parece que temos aí um ponto nevrálgico muito importante porque seria importante, de fato, fortalecer a Polícia Civil na sua capacidade investigativa, no seu serviço de inteligência para investigação desses processos. Acho que um dos calcanhares-de-aquiles nessa área está de fato na polícia. Não faço aqui nenhuma apologia à repressão, não deixo de lado as questões culturais, não deixo de lado a responsabilidade da família e da sociedade como um todo, mas em casos de processos como esses, que rapidamente envolvem ameaças de vida, exclusão da vida social de quem denuncia, parece-me que a polícia tem um papel muito importante a assumir e me parece que no momento ela não tem tido condições de assumir isso devidamente. Acho que esse não é só o caso no Estado do Pará, é uma situação que se repete no País como um todo.

Eu queria deixar essa fala e queria aproveitar a idéia da Senadora Ana Júlia Carepa, que sugeriu a realização de uma CPI estadual sobre a exploração sexual, aqui no Estado do Pará mas, de uma maneira geral, nos demais Estados da Região também, imagino.

Acho, sim, que é necessária que essa articulação nacional, esse esforço nacional de investigação parlamentar se desdobre nos Estados; acho, sim, que é necessário chegar às regiões do Estado, às regiões de proteção, tentar reunir Juízes, Promotores, ONGs, levantar o problema, colocá-lo em discussão, tentar implementar mecanismos de escuta, mecanismos de denúncia, para que se possa compor um quadro mais preciso do que acontece nas áreas mais distantes aqui da região, que, como sabemos, é uma região de difícil acesso, de comunicação difícil.

Eu queria apenas colocar esses dois pontos, para não me alongar demais, e agradecer pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Jacques Schwarzstein, pela importante contribuição.

Eu queria agradecer a todos os representantes, do Cedeca (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente), à Drª Simone; do Conselho da Criança e do Adolescente, Sr. Luiz Dantas; da Funpapa (Fundação Papa João XXIII), Drª Mônica, e da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), Dr. Jacques Schwarzstein. Os senhores podem retornar. Neste momen-

to, chamamos o próximo grupo para que possamos ouvi-lo aqui.

Chamamos o Secretário Adjunto da Justiça do Pará, Sr. Francisco Sávio Mileu ou o seu representante. (Pausa.)

Não está presente ninguém da Secretaria de Justiça do Estado do Pará.

Chamamos o Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará, Major Carlos Emílio; o Superintendente da Polícia Federal, Dr. José Ferreira Sales e o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, Dr. Isnar Ferreira, representando o Comandante, em exercício, da Companhia Especial de Polícia Assistencial, da CEPAS.

Chamo, então, o Major Carlos Emílio, Comandante da Companhia Especial de Polícia Assistencial e, para atender a nossa relatora, Deputada Maria do Rosário, ela quer que o senhor explique o que significa.

O SR. CARLOS EMÍLIO – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O que é e o que traz?

O SR. CARLOS EMÍLIO – Boa noite a todos.

Agradeço a Senadora Patrícia Saboya pela oportunidade de a Polícia estar aqui presente neste ato. Representando o Comandante-Geral, quero esclarecer a CPMI qual o papel da Polícia Militar, em especial, da Companhia de Policiamento Assistencial que, com certeza, causou alguma surpresa.

A companhia foi criada no ano de 1992, com a missão, inclusive oriunda do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que concerne ao trabalho policial, de fazer o atendimento específico da criança e do adolescente em situação de risco pessoal e social e no cometimento de ato infracional.

Então, a companhia atua com policiais e viaturas específicas que atendem as determinações do Estatuto nesse trabalho e dá o encaminhamento aos órgãos competentes para o seu atendimento dentro da especificidade da situação em que ela se encontra.

A Cepas já alcançou os doze anos de serviços prestados nessa área. O Estado do Pará hoje trabalha, dentro da parte preventiva, de forma integrada. A Polícia Militar, através da Companhia, faz parte do Conselho Estadual e do Fórum de Violência Sexual. Enquanto Polícia Militar, nós discutimos essa problemática, atendemos inúmeros casos e damos o encaminhamento a esses casos no que concerne ao atendimento policial propriamente dito.

O que foi dito pela Dona Mônica, que muitos casos não chegam a mim, me causa até surpresa, em virtude do atendimento que fazemos e das situações diversas em que esses atendimentos ocorrem, seja por denúncias de populares, da sociedade como um todo ou das operações que são desenvolvidas, em que várias situações de exploração sexual são constatadas e levadas às autoridades para que sejam tomadas as providências.

Então, basicamente, a Polícia Militar atua na capital, nessa situação. A Companhia também faz treinamento de policiais no interior do Estado para o atendimento de ocorrências com crianças e adolescentes e desenvolve todo um trabalho voltado especificamente para esse tipo de atendimento.

Complementando, a polícia seleciona os policiais dentro de um perfil específico, e eles passam por todo um treinamento que envolve a legislação, o conhecimento da rede de atendimento, os encaminhamentos a serem efetuados, enfim, todo tipo de atendimento, inclusive apoio aos órgãos do Judiciário, no sentido de fazerem busca e apreensão, investigação, acompanhamento, deslocamento, segurança, enfim, toda a problemática da criança e do adolescente.

Quanto à questão específica da exploração sexual em nossas operações e investigações nos deparamos com esses problemas, logicamente num patamar bem menor em virtude da própria caracterização da atuação, o policial caracterizado muitas vezes é mais difícil constatar o problema. Na maioria das vezes essa constatação ocorre muito mais pela vontade do próprio adolescente de falar no momento em que ele é vítima ou está envolvido numa rede e dentro do trabalho positivo da polícia, que é constitucional e que é eminentemente preventivo, encaminhamos às autoridades competentes para que haja investigação, haja complemento das diversas situações que ocorrem.

Os locais que foram falados são de conhecimento, nós atuamos nesses locais e a exploração sexual, no caso, é uma das formas de atuação, mas não podemos nos ater apenas à exploração sexual, já que o problema tem várias vertentes e atendemos em todas, porque como estamos atuando de forma preventiva e ostensiva a própria atuação não enseja uma situação específica e tenho que atuar atendendo a toda a problemática e não só exploração.

Então, as nossas estatísticas de Cepas, de Polícia Militar, ocorrem em nível modesto, daria algo em torno, em média, por ano, de 40 a 50 ocorrências de exploração sexual constatada no local.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O que aconteceu então? Qual é o procedimento nesses 40 a 50 casos por parte do Cepas?

O SR. CARLOS EMÍLIO – Constatada a situação, se houver apreensão de quem está efetivamente aliciando ou utilizando ou explorando sexualmente o adolescente, é levado à autoridade competente, Polícia Civil, através da Data, para que seja feita a investigação. O adolescente, no caso, é encaminhado aos conselhos

tutelares ou abrigos, se houver, porque cada região tem uma especificidade. Muitas vezes as crianças de Belém que são exploradas são oriundas de abrigos, de casas de passagem e são levadas novamente para lá para que sejam tomadas as providências cabíveis em cada situação. Caso constatado realmente, as autoridades competentes tomarão as providências cabíveis e nós ficamos apenas com o boletim de ocorrência para fins internos, para fins de constatação mais tarde.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Vocês oferecem denúncia?

O SR. CARLOS EMÍLIO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Vocês fazem o que com ele?

O SR. CARLOS EMÍLIO – Nós fazemos a prevenção, ou seja, nós combatemos na rua através do policiamento ostensivo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Mas vocês têm uma atuação integrada com a Polícia.

O SR. CARLOS EMÍLIO – Integrada com Polícia Civil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Vocês fazem boletim circunstanciado?

O SR. CARLOS EMÍLIO – Não, o nosso boletim é apenas interno, para controle interno.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Porque aqui no Estado do Pará só a Polícia Civil faz o registro de ocorrência.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Mas essa pessoa é encaminhada à Polícia Civil?

O SR. CARLOS EMÍLIO – Sim, com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Vocês têm uma idéia desses 40 a 50 casos resultaram e punição?

O SR. CARLOS EMÍLIO – Isso eu não posso lhe responder porque, como já disse, a nossa atuação é preventiva, não entra na esfera judicial nem investigativa, que é a parte da Polícia Civil.

Até a título de exemplo, o superintendente da Polícia Rodoviária depois deve falar, desenvolvemos uma operação no final do ano passado, ao longo da BR – 316, em que tivemos algo em torno de 25 casos de exploração sexual constatado a nível de crianças e adolescentes, inclusive em postos de gasolina, locais de festa, enfim, que foram levadas às autoridades competentes para que fossem tomadas as devidas providência, isso em Ananindeua, que é uma cidade da grande Belém.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Quando foi essa operação?

O SR. CARLOS EMÍLIO – Foi no final de 2003.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Vocês como polícia assistencial, Companhia de Polícia Assistencial, vocês atuam em todo o Estado?

O SR. CARLOS EMÍLIO – A companhia existe especificamente na cidade de Belém, na capital, mas ela atua, como disse, em treinamento dos policiais no interior do Estado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Então, há uma competência comum...

O SR. CARLOS EMÍLIO – Comum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Comum de todas outras companhias também quando se trata de policiamento ostensivo e preventivo?

O SR. CARLOS EMÍLIO – Veja bem...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Vocês são polícia militar?

O SR. CARLOS EMÍLIO – Polícia militar. Por exemplo, na capital, qualquer ocorrência envolvendo criança, adolescente, mesmo que seja atendida por uma viatura do policiamento ordinário, é chamada uma viatura da Cepas para que ela atenda.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Qual o contingente que o Sr. conta na capital?

O SR. CARLOS EMÍLIO – Conto com 160 policiais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Só para tratar da infância?

O SR. CARLOS EMÍLIO – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Cento e sessenta policiais tratam de prevenir crimes contra crianças e adolescentes?

O SR. CARLOS EMÍLIO – Sim, de forma ostensiva.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – E o Sr. nos disse que... Esses policiais só tratam disso?

O SR. CARLOS EMÍLIO – Especificamente sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – É um número significativo até. O Sr. me disse que não trata só desse crime.

O SR. CARLOS EMÍLIO – Não trato toda a problemática que envolve a criança e o adolescente. Situação de risco ou ato infracional.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Ou ato infracional. Qual é o percentual que o senhor poderia referir da atuação dessa companhia, se fosse dividir, a grosso modo, em duas áreas: quando a criança é a vítima e quando é autor de ato infracional? Diria que prioritariamente vocês são chamados quando é autor de ato infracional o adolescente?

O SR. CARLOS EMÍLIO – Não; a maioria dos nossos casos de atendimento é de situação de risco,

a maioria, a grande maioria. Tivemos no ano passado 7276 ocorrências atendidas, entre elas a que lidera a estatística é a situação de risco. No caso específico da exploração sexual.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – O que senhor chama de situação de risco?

O SR. CARLOS EMÍLIO – São todas as situações que temos adolescentes em sinais de trânsito vendendo os mais diversos produtos, cheirando cola, se colocando em grupos abandonados na rua, dormindo, moradores de rua. São situações específicas de situação de risco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Vocês investigam, nas abordagem de vocês, a intersecção que há entre essas circunstâncias de estar ali no trabalho infantil e a exploração sexual, de estar dormindo na rua e ser explorado sexualmente? Da nossa experiência também as crianças que são atendidas no Conselho Tutelar, a maior parte delas quando chega no Conselho Tutelar, nem se fala em exploração sexual, depois, com um atendimento, vai se perceber que além da vulnerabilidade de vida, econômica, existe a exploração sexual, está colado. Vocês investigam isso para ter um diagnóstico se vocês estão conseguindo atender dois tipos de vulnerabilidade ao mesmo tempo ou mais?

O SR. CARLOS EMÍLIO – É aquela situação que falei anteriormente, muitas das vezes pode até haver essa situação, mas é difícil constatar no momento do atendimento, até porque poucas são as que realmente admitem que estão nesta situação. Na maioria das vezes, mesmo estando na situação e omitindo o fato, que é difícil de se constatar na maioria das vezes, ela acaba caindo na situação de risco propriamente dita, porque ela vai estar no horário incompatível fora de casa, freqüentando locais incompatíveis, o dono, por exemplo, pode vir a ser responsabilizado, ele é responsabilizado por isso. Quando ela levada ao conselho, os pais são chamados, enfim, todo atendimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – O senhor conta com uma retaguarda investigativa? Por exemplo, o senhor acha que um lugar incompatível pode ser essa Praça da República o do porto, oito, dez da noite, enfim, um bar onde se vende bebidas alcoólicas é incompatível com uma criança ou com adolescente. O senhor considera que é um local incompatível? O senhor atende aquela menina? Ela é retirada dali, qual o procedimento que o senhor tem em relação a ela? E quem investiga se além de presença em local incompatível, ela estava sendo explorada sexualmente.

O SR. CARLOS EMÍLIO – Bom, para A SRA. entender melhor a situação, o Estado do Pará atua na área se segurança pública de forma integrada. Todas as ações que ocorrem, elas ocorrem de forma integrada, Polícia Civil, Polícia Militar em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, até às vezes Polícia Federal, enfim todo o aparato de segurança pública. Quando há a constatação de numa situação dessa, ela é levada ao conselho tutelar. Eu fico com a informação. Entre nós, Polícia Militar e Polícia Civil, há uma troca de informações. A competência constitucional da Polícia Militar não é investigativa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Eu sei, conheço bem.

O SR. CARLOS EMÍLIO – Pois é. Quem faz a investigação é a Polícia Civil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Sabe por que estou lhe perguntando? É porque eu não tenho aqui a Polícia Civil.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Deputada Maria do Rosário, tem. Eu queria dizer exatamente isso. Já chegou e eu estava ansiosa para chamar o Dr. Itamar Dantas, que é da Data, Divisão de Atendimento ao Adolescente, da Polícia Civil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Eu lhe agradeço. Eu estava lhe fazendo todas essas perguntas porque, como não havia ninguém da Polícia Civil...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – É porque eu só estava esperando acabar – desculpa – para poder chamar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – É exatamente essa linha.

O SR. CARLOS EMÍLIO – Sim; mas é uma...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Na verdade, a minha pergunta ao senhor é no sentido de esclarecer se é efetivo o trabalho que o senhor desenvolve, se depois conta com uma retaguarda investigativa que comprove que o cidadão lá explora as crianças aqui na Praça da República ou nas regiões que estão indicadas.

O SR. CARLOS EMÍLIO – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – É isso. Está bem. Acho que a Deputada Ann tinha uma questão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Acho que eu poderia passar, neste caso, logo para o representante da Polícia Civil porque está nesse trabalho integrado e pode complementar bem.

Vamos fazer o contrário: vou pela ordem à esquerda, pela Polícia Federal, Dr. José Sales, porque o Dr. Isnar está esclarecendo que o trabalho é conjunto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Mas depois tem perguntas para cada um.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Com certeza.

O SR. JOSÉ SALES – Senadora Ana Júlia, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa e os senhores presentes. A história da Polícia Federal nesta questão tem uma tradição. O registro da única condenação por esse crime que temos ciência na área federal foi em decorrência do inquérito que fizemos do dono de uma boate do Suriname, que foi condenado, recentemente, pela Justiça Federal. A operação no garimpo no Vale do Tapajós, no Cuiú-cuiú, antes mencionada pela nossa promotora, também numa tentativa pioneira de ação nessa área, foi perpetrada pela Drª Graça, hoje superintendente da Polícia Federal no Amazonas.

Registro, com satisfação, a evolução – é um adendo, neste momento – da investigação sobre as crianças emasculadas em Altamira. Nossa delegada, Drª Daniele, voltou a São Luís porque fatos novos estão surgindo, em volume significativo, sobre os casos de São Luís e também de Altamira. Então, em breve, teremos novidades bastante esclarecedoras sobre os crimes de Altamira.

É verdade que temos atuado em casos pontuais quando somos chamados. Temos uma baixa capilaridade. Nosso efetivo é pequeno. Não é muito da tradição da Polícia Federal nem da característica essa investigações de campo nessa área. Trabalhamos muito com dados de inteligência e – repito – não é da nossa tradição, mas, por uma questão de consciência pessoal e cidadã, estamos empenhando a Polícia Federal nessa área, estamos tentando especializar uma equipe.

Desculpe-me a indiscrição, só para parafrasear o livro da Deputada, "todo poder às mulheres!". Todo esse poder de investigação, estamos credenciando a Drª Cristiane – a Drª Daniele se encontra lá – e mais uma delegada, com toda a valentia da mulher cearense. Portanto, são três delegadas ficarão encarregadas desse combate sistemático, que é um compromisso nosso conforme discurso de posse. Também estamos recrutando os operadores, os agentes, algumas especialidades no combate a alguns crimes. Confesso que não temos um grupo de policiais especializados nesse combate à exploração sexual. Temos entorpecentes e outros crimes como, até hoje, os sofisticados crimes cibernéticos, mas, paradoxalmente, não temos nessa modalidade que tanto nos aflige, particularmente nesse cenário amazônico, onde tudo é difícil.

A Drª Cristiane já começou. Já temos dados significativos. Ainda há pouco as Srªs Simone e Mônica falaram com muita propriedade, e são duas das maiores operadoras no combate a esse crime na região. Temos de ganhar a confiança dessas pessoas, das vítimas. É muito difícil para o policial - os outros colegas aqui presentes sabem disso - conseguir detalhes, ou seja, a ampliação dos dados presentes. Esse aprofundamento é sempre feito mediante o testemunho de um caso recente de Manaus, pelas psicólogas e pelas assistentes sociais que cuidam do primeiro atendimento. Dificilmente o depoimento prestado a um policial conseguirá chegar muito longe. Temos um caso do Suriname, de uma pessoa que teria se suicidado. Isso não aconteceu. Estamos aguardando o depoimento de uma pessoa que - não sei o nome - iria acompanhada da Celina. Por uma coincidência de agenda, não pôde ser pelo Cedeca Emaús. Não adianta ela prestar o depoimento sozinha, pois ela não vai falar nada. Nem na frente da mãe, pois ela quer esconder algumas coisas da mãe. É diferente do que ocorre com a assistente social.

Então, quero oferecer a Polícia Federal como essa opção. Fiquei realmente preocupado e atento ao depoimento da Mônica, que disse que, apesar dos dados levantados e colocados ao Ministério Público, em certo momento, eles param, parece que desaparecem. Não sei exatamente a razão disso nem a carência de meios. Temos algumas carências de meios, mas temos muito boa vontade.

Como diria São Paulo "Se eu tivesse o dom da profecia e falasse a língua dos anjos, se não tivesse o amor, nada adiantaria." Assim, posso ter todos os meios, mas, se não tivesse o comprometimento, não vou a lugar nenhum. Então a minha palavra, a da equipe que estou apresentando, e a de toda a Polícia Federal é o comprometimento nesse combate.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Dr. José Sales.

Eu gostaria de ouvir, então, o Dr. Isnar Ferreira, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, a quem passo a palavra.

O SR. ISNAR ALVES FERREIRA – Boa tarde. Depois que viemos aqui, para cima, todos confiantes em fazer uma exposição, a Deputada coloca esse livro diante de nós "Todo o poder às mulheres!". Realmente, isso quebrou um pouco a nossa força, mas tentaremos levar isso adiante.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Vocês ficaram impressionados mesmo.

O SR. ISNAR ALVES FERREIRA – Mas precisamos nos impressionar um pouco com as mulheres mesmo. Não negligencie as mulheres, por favor.

Eu gostaria primeiro, para nós que estamos aqui desde o início, de fazer um pouco de justiça a uma colocação do Dr. Jacques, quando o senhor falou da Polícia Civil. Existem várias situações. Não sei se o senhor se encontrava no início, mas a promotora de Itaituba, na época, parece, hoje, de Capanema, fez uma declaração de que teve todo o apoio da Polícia

Civil. Foram montados os inquéritos que tramitaram até o final. Se eles esbarraram em algum lugar, não foi com a polícia civil, realmente.

Seguindo o que temos a dizer, a Polícia Rodoviária Federal, desde que assumi o controle de policiamento ainda, passamos a fazer alguns trabalhos isolados na repressão à prostituição infantil na área dos postos de gasolina. Recordo-me de uma vez em que saímos e prendemos quarenta e poucas meninas, na idade entre 12 e 16 anos. E não tínhamos onde deixá-las. Rodamos a noite toda com essas crianças dentro de uma viatura, de um microônibus, e não tivemos onde deixá-las na época, há uns três ou quatro anos. Somente ficamos com uma, porque ela era do Maranhão. Ela tinha 12 anos, era do Maranhão, e não havia onde deixá-la, até que a deixamos em um centro de atendimento na Almirante Barroso, em frente à Escola Técnica. Na época, não me lembro do nome. Na época não era SOS Criança, era outro nome, mas foi a única com que conseguimos ficar, por esse motivo.

Temos de analisar que a falta real foi nossa, por não termos um trabalho em conjunto. Hoje, fazemos um trabalho em conjunto com a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal, da seguinte forma. Primeiro, já existe um trabalho de investigação, em todo o Estado. Após a constatação, nós nos dirigimos para lá, para a situação de risco.

A situação de prostituição infantil é bem... Nós temos que defini-la bastante, porque ela começa primeiro com situação de risco. Você chega num bar, num posto de gasolina e vê menores sentando e ingerindo bebida alcoólica. A partir daí é que vai se seguir uma situação que nós, enquanto polícia ostensiva, não vamos presenciar. Ninguém vai entrar num quarto, numa área assim. Para isso é que nós fazemos esse trabalho conjunto com a Polícia Civil.

Nós encaminhamos, nos últimos seis meses, a Brasília, eu não sei se chegou à Comissão, uma detenção de mais de cento e cinqüenta crianças em situação de risco. De uma só vez nós três aqui presentes, as três Forças aqui, fizemos uma detenção. Não sei se o termo jurídico seria esse, ou retenção; eu realmente estou dizendo, porque não entendo muito da área, eu sou administrador. Foram noventa e duas crianças em uma só noite. Condução, não é? Inclusive, existia um Conselho Tutelar conosco.

Agora, qual é o nosso problema? Na BR-316, Somente na BR-316 nós fizemos quatro ou cinco comandos operacionais para situações de risco. Em todos eles, com crianças em situação de risco, – eu gosto bem de definir, não é? – o menor de condução foram trinta, ou trinta e dois. O que teve menos. Agora, qual é o nosso problema? Nós não temos o acompanhamento da Polícia Judiciária depois, ou dos conselhos tutelares, mas se nós formos olhar, nesses três comandos eu tenho certeza – três ou quatro comandos – de que crianças repetiram a condução. Por quê? A nossa preocupação é a área de atrativo, do entroncamento até Marituba.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O entroncamento é o final de Belém, o início da BR.

O SR. ISNAR ALVES FERREIRA – Que é a nossa circunscrição.

Então, qual é o nosso problema? O que a Polícia Rodoviária Federal...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Marituba é um Município – só para explicar para a Deputada – da área metropolitana.

O SR. ISNAR ALVES FERREIRA – O problema que a Polícia Rodoviária Federal vem sentindo é que se não houver um trabalho, uma política paralela a esse trabalho da Comissão que crie um outro pólo atrativo para essas crianças, elas vão retornar para lá.

Nós já ouvimos várias vezes aqui, mas nós temos constatado que essas crianças retornam para lá. Isso nós constatamos.

A segunda constatação. Com todas essas crianças, com raras exceções, nós tivemos algumas situações de risco na rodovia mesmo, na rodovia. Mas a maior parte, 70%, 80%, foi em locais distintos. Aí a pergunta: o que acontece com esses locais distintos? Eu chego no local, é proibida a venda de bebida alcoólica para menores de dezoito anos; é proibida a permanência de criança, de menores de dezoito anos em locais de risco, mas essas crianças voltam para lá.

Então, como Polícia Rodoviária Federal há três meses mais o menos nós paramos esses comandos, porque nós estamos começando a sentir chover no molhado. Essas crianças estão voltando para os mesmos lugares, os mesmos postos de gasolina.

Quem sabe a BR aqui, nesse trecho, existe um número muito grande de locais de bailes, de festas. Aí você chega na mesa, tem adultos e aquele monte de menores sentados ingerindo bebida alcoólica, aí você tira essa criança e no outro dia ela está de volta.

Então o que sentimos, para que possamos continuar desenvolvendo o nosso trabalho, inclusive no interior do Estado, que esse trabalho é feito, quando nós encontramos menor em companhia de caminhoneiros. E por incrível que pareça, quando você pega uma situação dessa a criança geralmente tem entre doze e quatorze anos. Dificilmente você encontra um menor, um adolescente de dezesseis, dezessete anos; geralmente é entre doze e quatorze anos. Então, esses nós encaminhamos para a Polícia Civil.

O caminhoneiro todo. O trabalho é feito completo, não é? Encontrou, o caminhoneiro vai para a Polícia Civil, que no interior do Estado é quem nos dá esse suporte todo. À Polícia Civil o caminhoneiro. E a criança... E nós não temos esse acompanhamento, até porque existe um trabalho de confiança mútua, então não há necessidade que nós façamos esse acompanhamento. Mas, agora, se ficarmos indo à rodovia, pegando – acho que a senhora deve ter recebido nosso pessoal em Brasília – de uma vez só, 92 crianças em situação de risco, e que não foi dado nenhum – pode ter sido dada uma seqüência – na esfera Judiciária, eu não sei, mas, em relação aos estabelecimentos onde estavam essas crianças. Então, é essa a nossa preocupação de se fazer um trabalho e se montar uma equipe. Por exemplo, a promotora de Itaituba, que estava aqui, fez um trabalho, mas e esses locais onde acontecia isso, o que aconteceu com esses locais? Foi isso que passamos nas rodovias. Então, temos que nos preocupar em não pecar, quando nos sentamos numa posição de decisão sobre a situação, não condenar essa ou aquela Instituição, sem que se dê condições de continuidade a esse trabalho.

Vou dizer a vocês o que sentimos, é muito difícil, só as pessoas vendo, você com 30 ou 40 menores, a noite toda dentro de uma viatura, rodando a cidade toda, procurando um lugar para deixar essas crianças e não achando. E chegar no fim da noite e dizer: olha, as outras moram em Belém, em Ananindeua, essas nós vamos largar e elas vão embora para casa. E essa outra do Maranhão, que achamos num posto de gasolina?

Então, acreditamos que há necessidade de um trabalho conjunto, mas um trabalho muito forte, para que esse trabalho não fique no papel.

E gostaria de pedir permissão à Presidente da Comissão e para a minha Senadora, para fazer um protesto, não como superintendente, mas como brasileiro, de que não fui convidado oficialmente para cá, não recebi o convite, senão teria trazido dados e números. Fui informado, na última hora, pelo Superintendente da Polícia Federal, que me ligou e perguntou se eu não havia recebido nada. Eu disse que não havia recebido e vim para cá. Liguei para a minha Superintendência, mas não deu tempo de chegarem dados para nós aqui. Mas, a partir do momento em que ele me disse e que vi a importância do ato em si, vim imediatamente para cá. E sinto, essa é a minha posição que gostaria de colocar à Presidente, que o Plenário esteja tão vazio, mediante uma situação grave pela qual estamos passando. Estava sentado ali, e estava muito calado e triste, toda hora olhava para trás, por ver que estamos tentando, vocês estão tentando, espero que com o apoio da gente, e olhamos que esse interesse é muito pouco. Parece que quando se trata, tem certos assuntos que as pessoas têm medo até de olhar, para dizerem: não tem nada com isso, não me coloquem nisso aí.

Então, é esse o posicionamento, em termos de Polícia Rodoviária Federal, que estamos tentando fazer, há mais de quatro anos, por iniciativa própria. E hoje, em conjunto com a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Polícia Federal. Mas, se faltar um elo da corrente, esse nó górdio nunca será desatado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Dr. Isnar Ferreira. Eu, aqui nesse momento, substituindo a Senadora Patrícia Saboya Gomes, inclusive peço desculpas por não ter havido um convite. Mas, de qualquer forma, agradeço a sua sensibilidade de ter comparecido aqui, a esse ato importante.

Desconheço que tenha chegado à CPI, mas solicito, inclusive, que o Senhor encaminhe à CPMI esses dados a que V. Sª se refere.

Gostaria de ouvir o Dr. Itamar, que representa a DATA, da Polícia Civil.

O SR. ITAMAR DANTAS – Primeiramente, boa noite a todas as pessoas que estão aqui presentes. E faço um pouco minhas as palavras do Sr. Isnar, porque, não é a primeira vez que somos convidados a uma Casa como esta e encontramos poucas pessoas.

O que temos a dizer aqui é que ainda não conseguimos ir para casa, dormir, colocar a cabeça no travesseiro e ficar tranqüilo. Por que também somos pais, também temos uma juventude toda para auxiliar e temos essa preocupação muito grande com a situação do abuso sexual. A Polícia Civil tem um órgão aqui no Estado do Pará, que é a Divisão de Atendimento ao Adolescente, que inicialmente trabalhava apenas com ato infracional e, com o passar dos tempos, depois de alguns trabalhos realizados por pessoas da equipe, passou a trabalhar com a proteção à criança e ao adolescente, e foram criadas duas delegacias: a primeira, a Divisão que realmente trabalha praticamente 24 horas, que é a Delegacia do Adolescente Infrator; e a segunda, a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

Desde que assumi a Divisão, no ano de 2000, e mesmo antes, eu conheci alguns parceiros que são elementares, que são fundamentais para o nosso trabalho, e eles são, na realidade, as ONGs. Nós temos sempre, com toda a situaçao que temos dificuldade, recorrido a eles para fazer valer a prioridade, inclusive no atendimento policial.

Hoje tenho alguns dados que posso fornecer para vocês. No ano de 2003, 2.094 ocorrências foram

registradas com a gente, sendo dessas, 1.570 foram solucionadas. Na Delegacia do Infrator, de 2.094, 1.527; na de Proteção, 567. Dessas 567, podemos dizer a situação prévia de apenas 244 casos já estão solucionados. Em termo de abuso sexual, 108 ocorrências foram registradas, apenas 45 delas estão resolvidas, estão solucionadas, sendo que, dessas 45, 32 na área em que o agressor era um adolescente. São 48 registros contra adolescente praticando abuso sexual e 60 praticados contra crianças e adolescentes, onde nós, lamentavelmente, só conseguimos resolver 13 casos. Poderia vir a pergunta para a gente para saber o porquê tão poucos casos estão sendo resolvidos pela nossa Divisão. É pelo efetivo. Para fazer um trabalho com criança e adolescente vítima, o policial, na realidade, tem que contar com um aparato muito grande. Uma das pessoas que nos tem auxiliado bastante no primeiro atendimento a uma pessoa violentada é o pessoal da Mônica, a equipe dela.

Não é muito fácil para um policial chegar às informações de uma vítima de violência sexual. Primeiro, ele não teve um trabalho direcionado para tratar de vítimas de violência sexual, porque esse atendimento é totalmente diferenciado, se não for o mais diferenciado de todos. E os parceiros aqui como a Simone tem visto o que tenho reclamado desse tipo de atendimento, inclusive reclamo porque a nossa Divisão, com apenas 48 policiais, tem que resolver ato infracional em toda a metrópole e a proteção apenas em determinados casos. Inclusive já solicitamos para que essa Divisão seja específica para casos envolvendo homicídio e abuso sexual, e os outros casos sejam diversificados pelas outras unidades policiais.

É uma coisa que a gente vem dizendo, inclusive quando a gente dá aula para os nossos comandados, para os nossos colegas e recebe as aulas, a gente tem verificado o quanto a sociedade brasileira incentiva o abuso sexual. Não há o que a gente negar que a gente incentiva. Vejamos alguns casos: a televisão brasileira hoje não tem uma família feliz dentro das suas novelas, nenhum programa mostra a família feliz; a maioria das músicas hoje está vinculada ao erotismo e, por incrível que pareça, nós levamos nossas crianças para essas festas e erotizamos nossas crianças, que não sabem sequer o que está acontecendo.

Nós temos um caso que a gente quase por sinal nos faz desistir da carreira, que foi um caso em que uma mãe chegou conosco e nos apresentou uma foto onde sua filha estava praticando relação sexual com o cidadão, se é que a gente pode utilizar um termo desse para ele. Passamos quatro meses no trabalho para localização e pegamos testemunhas no caso. E você não consegue falar com uma testemunha no primeiro dia: é necessário que você faça uma visita, faça uma nova visita, solicite para uma outra pessoa ir até ela conversar para fazer com ela venha até nós e preste essa declaração, porque senão fica uma situação de eu falo contra ele, e ele faz aquela situação que a gente tem que evitar, ou seja, faz a revitimização: uma criança, um adolescente que foi violentado passa a ter que falar durante várias horas para várias pessoas. Já tivemos devolução de procedimento porque deixamos de ouvir uma criança de 6 anos que estava sendo violentada, para que tomássemos as declarações. E mostramos que não é por aí que se faz. O que precisamos, hoje, sabendo das falhas da polícia civil e dos nossos erros, é abrir a porta e pedir: precisamos de uma integração. Não dá mais para ficar tudo isso na mão de uma única equipe.

Acredito que, de 100 casos de violência sexual, de abuso sexual deste Estado, apenas 30% chegam até a polícia, não tenho os dados, mas pelo que assisto, que vejo, não acredito que passe de 30% a chegar até nós, fora que a nossa legislação é uma das mais difíceis para ser aplicada a uma prisão em flagrante, é muito difícil aplicar a legislação brasileira num flagrante. A criança, se não for violentada, porque o próprio laudo falaria por ela, fica com vergonha de falar. Temos aqui no Estado uma situação de que, no interior, às vezes, a violentação de crianças é fabricada pela família porque é esse cara que vai alimentar minha família, existe a situação do pai, que, por ser este que dá o dinheiro, que alimenta aquela casa, a mãe encobre e deixa sua filha ser violentada. O que precisamos, sim, tenho dito para os nossos colegas que pertencemos a uma rede, mas, em Belém, a melhor rede é depois do açaí que nos deitamos e damos uma descansada. Precisamos, sim, passar por aquela situação de operacionalização. Estamos, agora, sentados com a OAB para tentar reunir vários locais que elencamos como de facilitação de prostituição. Já fizemos o convite, vamos convidar outras pessoas que fazem parte da situação operacional e vamos com o apoio da OAB, sentar com todos eles e dizer que o nosso objetivo, se continuar, é fechá-los.

Foram colocados aqui alguns locais de prostituição na nossa Cidade, posso elencar outros para vocês. Estamos perto de um, o Ver-o-peso, que é um verdadeiro celeiro; a Praça da República, também; Batista Campos. Eu perguntaria para quem mora em Belém qual é a praça daqui que não é um facilitador. Não existe. Temos os *shoppings*.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Eu já ia dizer até *shoppings*.

O SR. ITAMAR DANTAS – Isso, mas não é só o *shopping*. Hoje, agora, se alguém me emprestar um

jornal, posso contratar uma garota de programa agora, aqui, na frente de todos vocês, sem problema nenhum. E vejo a mídia cobrar, cobrar, cobrar, mas ela mesma abre espaço para a prostituição. E tenho cobrado muito isso, às vezes, até sendo chato com as pessoas, às vezes, cometendo os meus erros, mas buscando o acerto. O que precisamos é operacionalizar, precisamos tirar nossas crianças dessas situações consideradas de risco. Como foi falado aqui no início, quero até lembrar algumas pessoas, estou aqui desde o início, assistindo à palestra desde o início porque acho importante a nossa presença aqui, o que temos que colocar na realidade é que estamos passando, mas nossos filhos estão chegando, e existe uma situação que diz que a criança e o adolescente são o futuro do País, eu, há muito tempo, tenho dito que, com essa situação, crianças e adolescentes jamais serão futuro, sempre serão presente. E, se não trabalharmos neste presente, deixarão de ter futuro, e não serão futuro. São presente, são realidade, e temos discutido muito em todos os pólos que vamos, é necessário uma revisão cultural neste País. Tenho dito, nunca vi um Estado colher tantas informações dos outros e mudar sua cultura quanto o nosso. Cantamos as músicas dos outros, e deixamos as nossas músicas serem vendidas. Dançamos as danças dos outros, e esquecemos as nossas danças. Absorvermos tradições dos outros – até o *Halloween* querem transformar em tradição no Estado do Pará –, e esquecemos as nossas tradições.

Precisamos trabalhar em conjunto, mas nos despindo daquele conceito que não é a ONG, mas o Governo quem tem de agir. Não. Todos nós temos de agir, porque todos somos vítimas desse tipo de violência. A prostituição existe muito antes de todos nós. Vamos acabar com ela? Não. Não somos loucos de dizer que um dia terminará, mas podemos reduzi-la a um nível suportável, sim.

É preciso fazer valer uma regra inserida no Estatuto da Criança e do Adolescente que é gerar prioridades. É preciso tratar crianças e adolescentes como prioridade na realidade, fora do papel. Ouvimos dizer que criança e adolescente é prioridade, mas tenho visto isso apenas no papel. Tenho discutido essa questão com meus colegas da Polícia Civil. Digo a eles que considero a criança e o adolescente prioridade onde quer que eu esteja. Não preciso esperar o delegado dizer que eu, Itamar, costumo agir assim porque estudei essa área e gosto dela.

As crianças nos apelidam de tio. A polícia que trabalha com criança e adolescente não faz apenas o trabalho da polícia, mas dá assistência completa. Toda a polícia deveria desenvolver um trabalho assistencial, a fim de que os policiais saibam tratar as pessoas. Se soubéssemos tratar bem a todos, não precisaríamos de divisões especializadas. Uma mulher seria bem atendida e teria seus direitos respeitados em qualquer unidade policial; uma criança e um adolescente seriam bem atendidos e respeitados em qualquer unidade policial.

Temos discutido a seguinte questão: na realidade, quem trata o tratador? Lembro-me de duas situações que ocorreram na polícia, em investigações que fizemos, que me fizeram ter raiva. Pela primeira vez, tive vontade de matar alguém. Alguns meses depois de um trabalho que realizamos, li a sentença de uma juíza em que S. Exª dizia que a criança com a qual trabalhamos para prender um cidadão que a explorava sexualmente era uma prostituta-mirim, por isso, o cidadão não merecia ser preso. Quero deixar bem claro que não estou criticando o Judiciário, tanto que uma das primeiras críticas que fiz foi ao órgão onde trabalho.

Temos discutido, ainda, desde muito tempo, para que seja criado um juizado especial, uma vara que trabalhe apenas com criança e adolescente. Foi criada uma vara agrária, mas a vara da criança e do adolescente não o foi. Qual é a diferença? Precisamos, sim, nos desnudar de preconceitos e de conceitos.

Hoje, participei de uma reunião onde estavam várias pessoas ligadas à área. Falando com a Mônica eu disse: "Está aí uma área da polícia onde é difícil permanecer por muito tanto tempo, porque se luta muito, mas as derrotas são tantas que uma vitória não é valorizada". Ficamos pensando: até quando a criança e o adolescente serão o futuro? Elas são o presente. Se demorarmos a cuidar das crianças, passarão a ser adultos e não serão mais problema nosso.

Desculpem-me pelas considerações, mas eu precisava transmiti-las a V. Exªs. Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Muito obrigada, Dr. Itamar Dantas. Agradecemos a sua presença e o seu depoimento.

Infelizmente, propus aos colegas de trabalho um problema que pensávamos que iríamos resolver. Nosso horário está terminado, terei de sair, mas queria apenas lhe fazer uma pergunta, com uma declaração inicial.

Acredito que não existe futuro sem presente. Então, essa questão do futuro não existe se não tiver o presente, o futuro é agora, o futuro inicia agora. Mas, o senhor, como o dirigente do órgão, solicitou ao dirigente do órgão estadual um reforço e um treinamento no caso dessa área da polícia?

O SR. ITAMAR DANTAS – Tanto a Polícia Civil como a Militar pertencem ao Conselho de Segurança Pública da qual vários órgãos não governamentais fazem parte. Esse fato já foi levado ao Conselho de

Segurança Pública, inclusive, sempre reclamamos da situação que deve ser priorizada na área da criança e do adolescente, conforme a gente pode comprovar pelo testemunho dA SRA. Simone, que é uma das representantes do Conselho de Segurança Pública que está aqui presente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Perguntaria novamente: o Conselho de Segurança Pública já solicitou, porque, de qualquer jeito, a Polícia Civil e a Polícia Militar, por exemplo, são diretamente ligadas ao Governo do Estado, são subordinadas a ele.

Pergunto, então, se o Conselho de Segurança já fez essa solicitação ao Governo do Estado, ou seja, de que se supra essa necessidade evidente?

O SR. ITAMAR DANTAS – A SRA. Simone, como membro permanente do Conselho Permanente de Segurança Pública...

A SRA. SIMONE FONSECA – Já apresentamos sim essa demanda tanto da Cepas como da Data, mas ainda temos muita dificuldade no processo de interlocução na nova gestão do Governo do Estado, principalmente no que tange à representação do Sr. Secretário de Defesa Social. Na nossa concepção, enquanto sociedade civil naquele conselho, essa área não é prioridade – e gostaria de deixar isso bem claro.

A Data e a Cepas, para nós, são órgãos fundamentais em todo processo de intervenção na área de segurança pública para criança e adolescente, mas elas estão passando por um processo muito distante no que tange a garantia, a eficácia que deveriam garantir. Para isso, a gente vem tentando fazer enquanto estratégia.

Estamos fazendo um processo de monitoramento, Itamar e o Major sabem disso, para ver se conseguimos montar e apresentar para o Conselho de Segurança Pública um quadro. Um quadro que demonstre como as duas especializadas estão desenvolvendo suas funções e quais as necessidades a serem apresentadas. Para isso, estamos chamando os Conselhos Tutelares, todos os abrigos, todos os órgãos daqui de Belém que fazem interlocução com os serviços. Já fizemos esse primeiro momento, os órgãos compareceram no processo de reunião, a gente tem um questionário e eles vêm respondendo como isso está sendo feito, o que não está sendo feito – como diz o Itamar, a gente erra, acerta, levanta, o que precisa ser feito. Esse material espero apresentar no Conselho até o final deste primeiro semestre solicitando recomendações ao Conselho. Recomendações no sentido de indicar o que é necessário para o fortalecimento das especialidades. Reforço que está sendo complicado.

Estava até conversando com o Jacques...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Como é o nome do Secretário?

A SRA. SIMONE FONSECA – Dr. Manuel Santino.

A gente esteve no Maranhão, conheceu o Centro Integrado de lá, como funciona, a maravilha que é, pelo menos em estrutura, o atendimento a gente não pode acompanhar. A gente faz uma comparação e diz que o nosso é praticamente o Carandiru, em estrutura, como não agrega, não é acolhedor. Então, a nossa intenção tanto na mobilização quanto da Vara especializada é também mudar a cara desse centro, fazer de fato com que a área de proteção seja prioritária.

Na Delegacia, temos uma direção, que é o Itamar, para as duas Delegacias, a de proteção e a de ato infracional. E no mexer nos caldos da panela, a de ato infracional é sempre mais priorizada; então, ela tem o maior número de Delegados. A de proteção fica sempre prejudicada. Para nós, isso é prioridade, mas é um processo difícil.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Muito obrigada. Só peço ao Dr. Itamar que não desista.

Pois não, Dr. Jacques Schwarzstein.

O SR. JACQUES SCHWARZSTEIN – Muito obrigado.

Eu queria apenas retificar algumas coisas. Quando fiz a minha fala anterior, eu tinha absoluta consciência de que possivelmente iria suscitar reações e cometer injustiças de alguma forma, mas como estamos aqui discutindo um problema dramático e, para a solução de problemas dramáticos, às vezes, é preciso colocar o dedo em determinadas feridas, tomei esta liberdade. Não quis, de maneira nenhuma, fazer pouco do trabalho da Polícia Federal, da Polícia Militar ou da Polícia Civil, mas, na medida em que o enfrentamento da exploração sexual se torna uma prioridade nacional, expressão da vontade do Presidente da República, que repercute naturalmente na Polícia federal e em toda a sociedade, é preciso verificar que a capacidade de investigação de inteligência para o desbaratamento das redes é muito fraca. Todos sabemos onde as coisas acontecem porque vemos, e ouvimos falar de mil coisas, de maneira que a sociedade sabe o que acontece, e o Estado, não. Quando isso acontece, é porque a relação entre a sociedade e o Estado não está funcionando. E, no caso de delitos ou de crimes como esses, a relação se faz através de uma investigação policial. Então, de fato, continuo convencido disso, queria deixar esta fala para os membros da Comissão Parlamentar, é fundamental o investimento no potencial de investigação de inteligência para o desbaratamento das redes.

Aqui, em Belém, se fala que as meninas são levadas para os barcos que ancoram lá na frente, no bairro "X", são carregadas para lá, agora estão chegando mais turistas, então, naquela região, as coisas já estão acontecendo. Num posto de gasolina freqüentado por crianças, há adultos por trás, coniventes, testemunhas, permitindo e deixando que a coisa aconteça. Evidentemente, um trabalho muito ingrato de tentar reconduzir essas crianças as suas famílias. É necessário saber quem são os adultos, acompanhá-los durante um mês, dois meses; estar ali naquele posto de gasolina para ver quem é quem e quem faz o quê. Isso é investimento, demanda policiais especializados, capacitados, com o devido respaldo e não deve ser tão difícil, porque, realmente, um policial civil, à paisana, que tenha a sua identidade preservada e que tenha o tempo necessário, em alguns dias ou em algumas semanas, descobre o que acontece numa determinada área. A partir daí, sim, deve-se abrir o processo de responsabilização.

Então, minha fala foi muito nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Dr. Jacques Schwarzstein.

Eu queria só fazer ainda uma pergunta. Vou, infelizmente, infelizmente mesmo, pedir desculpas a vocês por ter que me retirar, mas queria saber a retaguarda que o senhor conta no Data.

O SR. ITAMAR DANTAS – Possuímos, na realidade, apenas um único assistente social – eram dois, mas por motivo de incompatibilidade com o serviço, solicitei a saída de um e ficamos com um. O apoio que temos sempre é do Projeto Sentinela, por meio do Tambatajá.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O Projeto Sentinela a que o senhor faz referência é o Projeto...

O SR. ITAMAR DANTAS – Tambatajá.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – ...feito através da Funpapa, pela Prefeitura Municipal de Belém, não é isso?

O SR. ITAMAR DANTAS – Isso, mas aqui, em Belém, é chamado de Tambatajá.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Qual é a outra entidade que faz?

O SR. *(Não identificado. Sem registro de áudio.)* – A Funpapa, o Cedeca Emaús...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Sim; o Cedeca Emaús está aqui representado.

O SR. ITAMAR DANTAS – Desculpe, mas a retaguarda que a Data conta é com o Projeto Tambatajá.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Era essa a pergunta: qual era a retaguarda que contava. Então, parece-me que é esse.

Como terei de me ausentar, passarei a Presidência à Deputada Ann Pontes. Antes, porém, enquanto a nossa Senadora Patrícia está ausente, porque teve que atender uma situação especial, eu gostaria de agradecer a todos vocês, independente da quantidade. Sei dos problemas que aconteceram, inclusive, a reunião seria de manhã, depois, foi transferida para a tarde, realmente poderíamos ter uma mobilização maior, mas gostaria de agradecer a presença de todos aqui e dizer que só estamos dando passos, só estamos começando; há ainda muito trabalho, e reafirmo a minha sugestão – e, aqui, feita por outras pessoas – de que se abra uma CPI no Estado, porque acredito que só uma CPI, no Estado, vai aprofundar a CPMI do Congresso Nacional; porque ela não é suficiente para resolver o problema de cada Estado brasileiro. Ela ajuda, mas acho que o Estado tem maior capacidade de aprofundar e, aí sim, apontar caminhos para soluções.

Antes, eu queria agradecer muito à Deputada Araceli Lemos, porque sei que S. Exª foi de uma imensa gentileza, um imenso esforço que S. Exª fez para que isso aqui acontecesse. Agradeço a presença das Deputadas Regina Barata e Sandra Rosado e do Vereador Paulino Fontelles, que até o momento estão aqui. Gostaria de agradecer, também, a todos vocês que estão aqui.

Como disse, não existirá futuro sem presente. Isso é líquido e certo. Acho que esse é um pensamento unânime aqui.

Acredito que há ações que estamos pensando que podem ser feitas. Uma delas – é acho que já estão prontas para solicitar justiça ao Governo do Estado – inclusive é que Governo do Estado dê reais condições de trabalho a um órgão tão importante. Porque eu vejo, às vezes, tanta propaganda do Governo do Estado, na televisão, nos jornais e nas rádios, que eu penso que este Estado é a sétima maravilha do mundo, e nós descobrimos que é muito diferente.

Agradeço a todos.

Desculpem-me por ter que me retirar.

Passo a Presidência à Deputada Ann Pontes.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Ann Pontes. PMDB – PA) – Dando prosseguimento, eu gostaria só de fazer uma pergunta aqui aos colegas da Mesa. Nós encerraríamos este bloco e, em seguida, deixaríamos a Deputada Araceli para fazer a conclusão dos trabalhos? (Pausa.)

A Relatora gostaria de fazer algumas considerações.

Com a palavra V. Exª.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Serei muito breve.

Mas nós temos aqui uma proposição, talvez, não seja o caso de aprofundarmos agora. E, por isso mesmo, inclusive, filio-me à posição aqui defendida pela Senadora Ana Júlia Carepa, qual seja, a de que uma CPI, no Estado, tem só a contribuir. Inclusive, a informação de que tivemos, em Brasília, é que o requerimento já está não apenas apresentado, mas com todos os trâmites superados do ponto de vista da regimentalidade. E nós estamos incentivamos que os Estados dêem conta dessa tarefa na medida em que, ao nos aproximarmos dos nossos trabalhos, percebemos que para cada Estado muitas questões, acima do que gostaríamos, ficarão em aberto com a necessidade de investigação.

Portanto, aqui, no Pará, meus caros representantes das Polícias que estão conosco, nós temos aqui tanto circunstâncias que dizem respeito ao tráfico internacional. Delegado Sales, V.Sª fez uma fala acerca do caso da menina que foi inicialmente se disse que estaria morta no Suriname; depois, existem outras indicações. Mas até o momento as informações que nós temos é que este caso, em si, ele é apenas a ponta grave por si – pela situação das meninas, das quais temos os nomes, sabemos – não apenas por dizermos que a quantidade de meninas é maior do que aparece. Porque esse fenômeno da exploração sexual, às vezes, pela quantificação nós imaginamos que ele não é tão sério. E, no entanto, quão perversa a idéia de quantificar um crime dessa natureza que é tão severo na destruição das crianças e dos adolescentes. De forma que, aqui pelas duas questões, grave pelo circunstância e grave também porque a informação que nós temos é de que se trata de uma rede de tráfico internacional que tem, no Suriname, um entreposto, inclusive, para a Europa.

Bom; precisamos que a Polícia Federal – e nos colocamos à disposição do senhor – mas nós precisamos – o Dr. Paulo Lacerda nos disse que isso seria feito via Polícia Federal do Estado do Pará – dar conta dessa situação. Não me refiro unicamente ao Suriname, mas também às demais rotas que estão identificadas na região e também entre os Estados da Região Norte, entre o Nordeste e o Norte brasileiro, entre o Norte brasileiro e a Venezuela, e mesmo saindo do Norte brasileiro para o Centro-Oeste, rotas as mais variadas. Se nós temos acesso a essas rotas, no nosso trabalho de educadoras, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, imagino que V. Sª, na Polícia Federal – de fato o Dr. Paulo Lacerda remeteu isso ao senhor – possa nos dar explicações objetivas sobre esses casos. Eu diria inclusive que não é nosso objetivo avançar, mas manter e aprofundar o nosso diálogo, para que possamos ter um resultado,no relatório final, que preste contas do nosso trabalho e do trabalho dos senhores também, da nossa responsabilidade comum aqui.

No que diz respeito à operação da Polícia Rodoviária Federal, fico satisfeita em observar essa atividade conjunta. Nós também vamos aprendendo e construindo. Acho que esse aprendizado é importante para todos nós. Estivemos recentemente com o eixo das rodovias brasileiras, no Estado de Minas Gerais, e identificamos com a Polícia Rodoviária Federal essa mesma questão, Dr. Isnar, de dificuldades de retaguarda social. Por outro lado, nós sempre nos centramos nas meninas. Isso não é por acaso, porque na maioria elas são meninas por determinantes óbvios. Nós temos a lista de meninas, mas não sabemos o que será delas no futuro. Normalmente não sabemos quantos exploradores aqui prendemos. Nós nunca sabemos disso. Nós não acompanhamos isso.

Eu vou imaginando isso do meu jeito, que é um olhar de não polícia, para dizer aos senhores como é que eu acho que nós vamos ter que trabalhar isso, como é que nós vamos ter que construir isso como política pública no Brasil. Esse trabalho não é só dos senhores ou da polícia. É um trabalho também do Ministério Público, que tem que dar conta de oferecer a denúncia, de verificar se o inquérito foi bem feito, de devolver o inquérito se não foi bem feito. Quer dizer, nós precisamos que tudo isso funcione. Se algo não funcionar não haverá responsabilização.

Deputada Ann, o que nós precisamos saber, mas não precisa necessariamente ser agora – vou pedir para a Senadora Patrícia oficiar -, onde é que os senhores acham que isso não está bem, como é que nós podemos funcionar como um sistema de justiça. Isso porque um sistema de justiça é um sistema de garantias. A única possibilidade de os direitos humanos se efetivarem é com um sistema de garantias, que é o que vemos que não funciona, pois em algum lugar pára. Isso ocorre, inclusive, pelo fato de esses estabelecimentos permanecerem abertos. Já existe legislação que permite fechá-los. Eu não tenho dó nem piedade. Acho que a autoridade pública dos municípios, inclusive, deve configurar na sua legislação municipal instrumentos fiscalizatórios das secretarias de comércio, de indústria, de diversão pública e isso varia de município para município. É preciso que a legislação diga que (?) do Estatuto da Criança e do Adolescente e que casse o alvará, feche imediatamente o estabelecimento. Os municípios brasileiros que fizeram isso estão conseguindo avançar. Na verdade, não podemos conviver com isso. Se uma pessoa pedir um alvará de funcionamento à prefeitura municipal, por exemplo, para abrir

ou um posto de gasolina ou um restaurante, estará sendo absolutamente desvirtuada a utilização desse espaço para uma atuação criminosa. Assim, o alvará pode ser cassado imediatamente, com base tanto na lei federal quando no desdobramento dessa lei para atribuição municipal. Acho que devemos fechar esses lugares. Acho que os prefeitos, o Governo do Estado, as polícias, deviam fechar, não deviam permanecer abertos porque isso seria uma forma de orientar a sociedade no sentido inclusive de uma responsabilização que também é criminal, de favorecimento à prostituição do dono do estabelecimento, se bem que ninguém é condenado por favorecimento à prostituição neste país, mas, de outro lado, uma pena direta que bate no bolso também. Perder o alvará, fechar a casa, perder o ponto. Então, acho que algumas dessas questões...

Essas rotas internacionais, esses vôos que estão saindo daqui com essas meninas. As pessoas fazem chegar a nós o número do vôo, o horário do vôo em que preferencialmente as meninas vão. Não é possível chegar ali e fazer um diagnóstico de qual é a listagem de passageiros? Outra questão que aqui, no Pará, chama-me muito a atenção é que é muito comum ter documentos falsos nas denúncias que nos chegam. Todo mundo tem documento falso, as meninas todas têm documentos falsos. Mas, então, tem vazamento de documento na Secretaria de Segurança Pública no Estado do Pará, porque se o espelho de uma carteira de identidade diz que uma menina tem 18 ou 19 anos e ela tem 14, de onde é que veio esse espelho da carteira de identidade, que é documento oficial do Governo do Estado do Pará? Sobre isso o Estado vai ter que dar conta, porque as informações que temos é que tem carteira de identidade do Pará em vários Estados do Brasil. Queremos uma resposta sobre isso, o que está acontecendo. Acho que o Governo do Estado do Pará tem que fazer uma auditoria interna para verificar o vazamento de documentos falsos, a falsificação de documentos com base em documentos legais, que são falsos nas informações, mas que utilizam papel reconhecido como papel oficial do Estado do Pará. Isso existe em outros Estados também, é verdade, não é só o Pará, mas acho que isso vale uma auditoria interna no Estado do Pará e um trabalho que o Ministério Público mesmo poderia acionar. Digo isso porque entendo a fala do delegado, quando ele diz que sentiu vontade de matar alguém, acho que foi muito forte isso para uma autoridade pública do Direito, da Justiça, mas entendo a sua fala, porque imagino como é alguém que quer fazer um trabalho ver o seu trabalho desfeito em outra Instância.

Então, as pessoas que têm essa determinação precisam estar somadas e percebo que temos autoridades aqui com essa disposição. Podemos trabalhar muito bem, vamos fazer chegar a vocês, antes do relatório, algumas preocupações que vamos ter e apresentar, porque não sabemos mais que vocês, estamos apenas colhendo para dar uma dimensão de país, mas a parte mais importante é que a gente possa ter muita sintonia com a realidade para realmente conseguir fazer propostas que valham à pena serem cumpridas.

De minha parte, agradeço.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Ann Pontes. PT – RS) – Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em primeiro lugar, sabemos que há uma vontade muito grande das forças policiais de fazerem um trabalho integrado, mas isso ainda é muito longe. Quer dizer, o discurso, a vontade, nem sempre se expressam na ação. Primeiro porque a gente sabe que em qualquer tipo de trabalho precisa-se de um trabalho integrado na área de inteligência e a gente sabe que as informações vazam porque, infelizmente, nas corporações, há pessoas que estão do lado do crime, estão lá para favorecer, passam informações. Enfim, se não tiver uma força especial... Daí acho que, como existem rotas internacionais de tráfico de crianças e adolescentes, cabe à Polícia Federal ter uma delegacia especial para tratar da questão do tráfico internacional de crianças e adolescentes, porque aqui são 76 rotas na Região Norte. Então, é preciso ter uma ação integrada e não basta só o Estado do Pará. Tem que ser o Estado do Amapá, do Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas, enfim, todos os Estados de forma integrada, porque aqui a maneira de fugir é fácil. Estamos vendo a própria Polícia Federal no Amazonas (falha na fita) fará como hoje estão conseguindo, mesmo tendo a Base do Anzol, perto de Letícia, como hoje estão os traficantes da Colômbia estão aliciando índios a trazer drogas através dos rios menores, para fugir da Base do Anzol.

O crime organizado está à frente, muitas vezes à frente em tecnologia, em armamento, em marketing, das nossas polícias. Essa é uma realidade. E aí temos que de fato colocar esse aspecto; primeiro o aspecto educativo que a polícia deve ter, porque normalmente nós, os agentes da segurança pública, a primeira idéia é repreensão, prender, apreender, etc. Além do trabalho educativo existe o trabalho preventivo, que é fundamental. São três aspectos que não podem fugir.

Perguntaria, primeiro, ao representante da Polícia Militar, ao Comandante da Companhia Especial de Polícia Assistencial. Veja, a ação de vocês se dá mais aqui na grande Belém. Foi dito em todos os depoimentos que, em todas as cidades que estão às margens

dos rios, a exploração sexual corre solta. Há um tráfico permanente, onde há o tráfico interno e o internacional. Primeiro, quem fiscaliza os barcos? A Marinha diz que só fiscalizam se o barco está em ordem e se os documentos do condutor estão em ordem. Não fiscalizam mais nada. Dizem eles: olha essa é a competência da Polícia Civil e da Polícia Federal. Mas como a Polícia Civil e Federal podem fazer essa fiscalização, primeiro, com o número de policiais que tem? Depois, não tem nem barco para isso, como vão fazer a fiscalização? Sabemos que nessa balsa que vai à Barcarena, o que vai e vem de adolescentes para lá e para cá é grande. Não tem fiscalização nenhuma.

Na realidade, eu perguntaria se esse trabalho... porque vocês dizem que é um trabalho mais de formação de pessoas. Mas se não existir também essa ação nos municípios que são ribeirinhos, normalmente não se vai ter muita atuação.

Outra coisa que eu perguntaria: é fácil – e o Delegado Itamar tem toda a razão –, é fácil, ou seja ir à Praça da República, ir a todas as praças de Belém, no Ver-o-Peso, é fácil de identificar. Agora, por exemplo, as explorações que ocorrem nas chácaras, nas fazendas, nas boates, nos motéis, nos hotéis, inclusive de alta, não é ..., hotel mesmo, que tem um aliciador que já encontra a adolescente no quarto aonde ele vai; nos postos, nas portas de colégios também, onde funciona muito o aliciamento, nas coberturas – esse tráfico é difícil de identificar -, porque aí não é mais aquela exploração que acontece no dia-a-dia de meninas e adolescentes que são exploradas e que vão lá até para ganhar o seu pão para poder ajudar a família. O fato é que nesses outros locais são pessoas de classe média que estão sendo exploradas. É gente de classe média que está sendo utilizada. E aí pergunto: tem alguma ação na Polícia Civil, na Polícia Militar para o enfrentamento dessa questão?

Outra coisa é a questão dos caminhoneiros. A Polícia Rodoviária Federal, caminhoneiros de madeiras, tem várias denúncias de que eles exploram sexualmente crianças, principalmente adolescentes que habitam em áreas de invasões ocorridas às margens da rodovia. E na rodovia Arthur Bernardes, aquela que vai para Icoaraci, onde há muitas madeireiras, basta ir até lá para verificar que o número, que foi dito aqui, de pessoas que estão sendo exploradas é muito maior do que aquilo que coloca nas referências.

Nesse caso, tem tido alguma ação da Polícia Rodoviária Federal na questão de caminhoneiros de madeireiras? Este é um dado que gostaria de verificar.

Dr. Itamar levantou uma questão que para mim é fundamental. Ele disse que a coisa mais fácil que tem hoje é você conseguir, através de um telefonema, para aqueles classificados que saem nos jornais de grande circulação, e uma características, os nomes são os mesmos em todos os locais. A Roberta daqui está na Paraíba, em Pernambuco, no Ceará. Podem ler os jornais lá que tem.

Fiz um levantamento, quando Deputado Estadual, e verifiquei que normalmente a idade delas é de 18 anos. Depois de oito anos que fiz esse levantamento, as mesmas "Robertas" continuam com 18 anos, ou encontraram o elixir da juventude ou encontraram uma forma do tempo parar.

Naquele momento uma assessora nossa telefonou para um desses números de telefone que constava e disse: sou uma moça que venho do interior, estou desempregada e estou vendo agora que tem aí para acompanhar executivo, O que eu faço? Disse: venha cá que você faz um treinamento e depois a gente bota você no circuito. E ela disse: mas eu tenho uma prima de 14 anos. Disse: traga também que a gente prepara.

Aí tem que se ver na legislação para obrigar esse classificado a colocar lá – pode até não publicar, no jornal o nome, o endereço, o CPF, enfim todos os dados, para fazer o controle. É importante fazer isso, porque, de fato, os classificados hoje no nosso País têm sido uma fonte inesgotável de aliciamento de exploração sexual de adolescentes.

Outro aspecto que chama a atenção, e tem razão quando se diz que no posto de gasolina tem as meninas que foram conduzidas, naquele momento, tinha alguma pessoa ali que deu toda a proteção, que deu todo o apoio e dá guarida. Então, não basta só conduzir as menores para uma casa de recuperação, ou seja, um centro, mas é preciso verificar quem está aliciando ali, quem é o aliciador, o agenciador. E até punir o posto de gasolina que deixa fazer daquele local um ponto, onde as adolescentes são levadas por caminhoneiros, taxistas, mototaxistas, enfim, por uma série de pessoas que exploram.

No caso das saídas de passaportes de Belém-Caiana, há algum tipo de controle? A Deputada Maria do Rosário levantava: seria possível verificar isso aqui através do passaporte? Só a Polícia Federal pode emitir passaporte. Mas acontece que é um dado que ela chama a atenção que é a falsificação de documentos, adulteração de idade. E aí tem alguma coisa a ver com os cartórios, que devem emitir certidões de nascimento falsas e também o instituto de polícia científica ou técnica que emite uma carteira identificando que aquela pessoa que está ali na frente, mesmo tendo um registro de nascimento com 18 anos não é 18 anos. Enfim, há uma conivência, há uma omissão aí nesse momento.

E, para concluir, perguntaria para todos, no caso quando um policial está envolvido nessa exploração, e

verificamos que em algumas corporações mais e em outras menos, qual tem sido a ação da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e da Polícia Militar? Era isso que gostaria de colocar como comentário e também dizer que embora não seja, concordo como Dr. Sales, a Polícia Federal não tem uma cultura nessa questão, porque a Polícia Federal teve sempre o aspecto do combate ao crime organizado, ao narcotráfico, ao tráfico de armas e aos crimes nacionais, ou seja, os crimes interestaduais, hoje mais do que nunca, Dr. Sales, há de se colocar a Polícia Federal do país, ou seja, um dado é que hoje não se tem mais exploração sexual de cafetinas e cafetões que sabemos onde estão, hoje as redes de exploração sexual fazem parte do crime organizado, são instrumentos de lavagem de dinheiro, e nesse caso a Polícia Federal tem que entrar.

A SRA. PRESIDENTE (Ann Pontes. PMDB – PA) – Dando prosseguimento, para as suas considerações finais, Major Carlos Emílio.

O SR. CARLOS EMÍLIO – Primeiramente responder aos questionamentos do Sr. Deputado com relação à situação da fiscalização dos rios. Assim como na Segurança Pública, o Brasil tem uma organização que tem "n" órgãos com competências definidas, e cad uma age dentro da sua competência. E a fiscalização específica dos rios e dos portos da mesma forma tem uma legislação específica. Isso não quer dizer que a Polícia Militar, como órgão de segurança, vá se furtar à fiscalização específica na área de segurança dos rios especificamente; ou seja, policiamento ostensivo dos rios. A polícia do Pará conta com uma companhia fluvial equipada com barcos que executa fiscalizações em barcos, inclusive, buscando essas situações. Não tenho dados para lhe falar se há algum tipo de constatação, mas a própria ... já atendeu a ocorrências envolvendo essas situações em barcos, no meio da baía foram constatadas ações envolvendo crianças e adolescentes, e quando chegaram ao porto ou foram encaminhadas.

A outra situação que o senhor colocou com relação à investigação dos integrantes da instituição no possível envolvimento em redes de prostituição ou exploração sexual. Contamos uma corregedoria que trabalha em conjunto, civil e militar, e é encarregada das investigações e da abertura de inquéritos policiais, civis ou militares que vão investigar essas situações que porventura venham a ocorrer. E logicamente, dentro da competência da Justiça Militar ou da Justiça Comum, os inquéritos e as situações são encaminhadas. Num caso como esse, toda vez que é constatado, e isso vai de encontro aos princípios da própria polícia, todos sabem que somos regidos por estatuto e o nosso estatuto é rígido, e logicamente o policial passa por todo processo administrativo, culminando inclusive com a expulsão dele da corporação. Então, esse acompanhamento tem sido feito. Também não tenho dados para lhe dizer aqui se houve algum tipo de situação como essa, mas todo e qualquer policial que é envolvido com algum tipo de irregularidade ele é expulso da corporação. E temos feito essa depuração no Estado do Pará.

Com relação às considerações, finais, temos a colocar aqui que o problema tem várias causas e muitos efeitos. Tenho certeza que todos aqui, em Brasília, a sociedade como um todo, está preocupada e tem sentido na pele o problema. O abuso, a exploração sexual é uma das portas de entrada desse problema. O que precisamos, enquanto Estado, sociedade é trabalhar, unirmo-nos, como estamos fazendo aqui, rever estruturalmente o Estado e quando se fala Estado, as três instâncias, federal, estadual, municipal, o Judiciário. E penso que os senhores, enquanto CPI, têm esbarrado justamente, as reclamações são muitas com relação a isso, tanto no trabalho policial, como até do próprio cidadão, do acesso a essas situações. Os senhores viram a situação lá de Itaituba, em que até levantar essa situação de que houve denúncias, as testemunhas foram ouvidas, foram pressionadas, perseguidas muitas das vezes, tiveram que mudar de suas casas, sair de seus lares para poder se protegerem. E esse é um ponto que precisa também ser atacado. As pessoas que denunciam, que se predispõem a ir até as autoridades e fazer o seu trabalho, até o cidadão comum realmente tem que ser protegido, precisa ser protegido, porque só assim, foi falado aqui da distância entre sociedade e as autoridades, só assim, com essas garantias, a sociedade vai estar do nosso lado, ajudando-nos a combater. Que é um problema que, quer queira, quer não, vai atingir a sociedade mais cedo ou mais tarde, como já tem atingido.

Então, são essas as considerações finais. Agradeço pelo espaço. A Polícia Militar do Pará está à disposição para quaisquer outros esclarecimentos. Temos relatórios anuais que podem servir de subsídio, é só requisitar, e vamos ter o maior prazer de ajudá-los nessa cruzada dos senhores. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ann Pontes. PMDB – PA) – Obrigada, Major Carlos Emílio, e, de antemão, até já vamos garantir a formalização da entrega desses dados.

Com a palavra o Dr. Itamar Dantas, da Data, para as considerações finais.

O SR. ITAMAR DANTAS – Bem, o que queremos colocar é que várias investigações sobre prostituição e exploração sexual estão sendo realizadas pela nossa divisão. As dificuldades todos os senhores conhecem,

mas esperamos ter um resultado melhor do que tivemos no ano passado. O que queremos é fazer com que da próximas vezes que nos reunamos tenhamos mais gente para ouvir e mais gente para ouvir resultados positivos.

Os dados da polícia civil da Divisão de Atendimento ao Adolescente também estão à disposição dos senhores. E, precisando de qualquer tipo de informação nossa, estamos abertos à passagem.

Obrigado pelo convite.

A SRA. PRESIDENTE (Ann Pontes. PMDB – PA) – Gostaria de deixar registrado que o Sindicato dos Estabelecimentos de Hotelaria e Hospedagem do Estado do Pará foi convidado e confirmada a presença; que o Sindicato dos Portuários do Estado do Pará foi convidado e confirmada a presença; que o Sindicato dos Postos de Gasolina da cidade de Belém foi convidado e confirmada a presença; o Sindicato das Empresas de Navegação foi convidado e confirmada a presença, sem falar na Secretaria Especial de Estado, de promoção social, também confirmada a presença; o Conselho Tutelar; a Coordenadoria da Promotoria da Infância e da Juventude; Promotoria da Infância e Juventude, Vara da Infância e da Juventude e Presidente da OAB. Todos, invariavelmente, foram convidados, temos a confirmação. É preciso que fique registrado que, de forma alguma, a CPMI se omitiu, deixando de convidar. Foi aberto esse espaço para que ouvíssemos as coisas boas e também as coisas ruins.

Dando prosseguimento, com a palavra o Dr. Sales, da Polícia Federal.

O SR. JOSÉ SALES – Muito obrigado. Nosso Delegado da Unicef, quero avisar que, em absoluto, eu não me melindro nem me choco com as observações no que concerne à ausência da ação ou à falta de integração da Polícia com a sociedade. Faço a ressalva de que foi dito e reconhecido que as vítimas e seus familiares são refratários à ação policial. Dificilmente se vai obter dessas pessoas diretamente colaboração ou ampliação de dados já conhecidos. Reiteramos aqui nossa disposição de trabalhar em conjunto com os órgãos que primeiramente tomam conhecimento dele, que tem tecnologia, *Know-how* e pedagogia para abordar. Portanto, insistimos em andar lado a lado com essas instituições, citando aqui Emaús, Tambatajá e tantas outras mencionadas aqui.

Lembrei que o Estado do Pará tem operando ou prestes a operar treze portos internacionais, nenhum outro Estado do Brasil tem essa abundância. Imaginem o que isso representará de problema. Isso falei de portos internacionais. Estão sendo criados os Nepoms, os Núcleos Especiais de Polícia Marítima e Fiscalização. Já existem em Foz do Iguaçu, Rio, São Paulo, etc. As áreas em que existem esses portos são reconhecidamente promíscuas, sempre de risco, sempre com marinheiros, o que pressupõe dólares, movimento, forasteiros etc. Toda área é crítica, não conheço nenhuma no mundo todo que não seja assim. A Polícia Federal ainda não está aparelhada, mas o será. Sabem por quê? Por pressão internacional, necessidade de certificação, por questão de segurança. Não se falou isso com relação ao combate a esse crime de exploração de seres humanos nessa área. Estamos, evidentemente, Sr. Deputado, na carona, faremos um trabalho, não fugiremos.

Foi colocado que quando a Marinha fiscaliza e aborda o barco só quer conhecer a parte da segurança da navegação, os documentos. A Polícia Rodoviária poderia fazer a mesma coisa, olhar se o cidadão está usando cinto, se está habilitado e o documento do carro, mas o comprometimento, o engajamento desse órgão do Ministério da Justiça faz com que tenha uma ação muito ativa e positiva, conforme constatamos pessoalmente e ouvimos no relato.

Sr. Deputado, minha crítica, minha constatação e minha inquietação é com os resultados, que considero modestos, considerando nosso padrão de investigação. Temos muita gente especializada no combate ao narcotráfico, nos crimes cibernéticos, de contrabando, de ordem política e parece – como falei à nobre Relatora – que se tratava de um crime menor o combate à exploração infantil e ao tráfico de seres humanos. Não especializamos, ao longo do tempo, um grupo significativo de policiais nessa área, o que reitero, estamos fazendo agora e já temos entendimentos e colocamos as portas abertas para todos os órgãos empenhados no combate a esse crime.

Mencionando que não é originariamente competência da Polícia Federal, mas é comprometimento, até por programa de Governo. Não seria diferente do Ministério chefiado pelo Dr. Márcio Thomaz Bastos, que tem o Dr. Paulo Lacerda na direção da Polícia Federal, ficar ausente de uma causa tão nobre como esta e um combate tão bom.

O que me inquieta – repito: para os nossos padrões – são os resultados que acho modestos e, também, para toda a sociedade. O combate, até agora, no que pese o engajamento de tantas pessoas como as autoridades presentes. São resultados pífios, ainda, para o quadro que ainda se apresenta crítico, mas nós já estamos e vamos intensificar esse combate.

A SRA. PRESIDENTE (Ann Pontes. PMDB – PA) – Obrigada, Dr. Salles.

E, para as suas considerações finais, o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, Dr. Isnar Ferreira.

O SR. ISNAR ALVES FERREIRA – O que temos para passar é que, até pelos próprios dados que foram colocados na abertura desse trabalho, demonstra que a Comissão – e a Comissão, mesmo, já disse isto aqui – que ela está começando. Ela está dando os primeiros passos porque nós temos dados – acredito, inclusive, que se somássemos as quatro polícias, aqui, nós temos um dado muito maior – em termos de Estado do Pará – nesse tipo de combate de crime, muito maior do que a Comissão tem. O que está faltando aí é, exatamente, aquele trabalho unificado – de se correr atrás de todos os dados para se formar um juízo. Nos notamos que esta se formando um antes da coleta desses dados.

O maior problema, contudo, é que, quando surgiu a idéia da formação da Comissão – e nós, em termos de serviço público federal, sabemos: nós, basicamente, estamos em Brasília. Foi uma correria danada. Foi quando falaram: "Olhem, vamos fazer um trabalho em cima disto. No Pará – tudo o que acontece de prostituição infantil é lá – tudo é lá." Foi aquela correria danada. Então, começou a se disparar para nós, aqui, enquanto Polícia Federal – ordem: "Olhem, chegou, aqui, uma denúncia de que no posto "tal" tem prostituição infantil. Vai para lá com a equipe e acabe com o pessoal lá." Lá no sul do Pará aconteceu também. Na Transamazônica aconteceu também e nós ficamos loucos aqui. Espere aí. Nós somos Polícia de Trânsito. De repente, nós temos que sair combatendo um crime que nós nunca vimos em termos institucionais? Então, o que nós fizemos? Nós fizemos o nosso papel. Nós fomos ao posto de gasolina, nós fomos aos prostíbulos à beira das rodovias e fizemos o nosso trabalho e trouxemos. Tanto que começou como um trabalho isolado. Foi depois que nós começamos a descobrir que sozinhos nós não tínhamos condições de trabalhar. Nós, então, começamos a nos aproximar de quem? De quem tinha experiência no ramo. Fomos atrás da Polícia Civil, da Polícia Federal e da Polícia Militar que tem um ramo especializado para isto. Mas nós continuamos na mesma situação. Hoje, não se defini uma política – e foi muito bem falado da iniciativa – e eu estive lendo aqui – da Deputada Araceli Lemos – de regionalizar a situação. Até agora, nós trabalhamos com uma situação nacional. Chega-se ao Ministro da Justiça e o Ministro da Justiça chega aos nossos Diretores Gerais. Eles jogam para nós, aqui – eu tenho certeza de que quem está lá determinando isto não sabe da situação e do tamanho do Estado do Pará e as suas dimensões continentais. É por isto que é muito complicado se definir que esse, esse ou aquele órgão não está agindo. Será que nós não estamos agindo errado? Porque estamos recebendo informações para fazer uma ação errada.

Então, acredito que uma CPI, aqui, no Estado do Pará, vá direcionar, exatamente, a nossa ação. A Polícia Rodoviária Federal cobre todo o Estado do Pará. Em qualquer lugar que aqui foi tratado, nós temos alguém da Polícia Rodoviária Federal mas essa ação tem que direcionada. Quem faz as denúncias – as denúncias chegam através de órgãos que não são operacionais. E nós somos operacionais. Nós precisamos para que, quando essa denúncia chegar, ela venha ao Pará e que nós nos sentemos, em termos operacionais para ver como nós vamos agir? Nós vamos agir – primeiro, vai a inteligência e identifica, segura o pessoal porque, pelo que nós vemos, não adianta você chegar e pegar a pessoa lá, o menor lá. Nós precisamos pegar quem está fazendo o trabalho mas para pegar quem está fazendo, é preciso que se regionalize a coisa – porque, aqui, se falou do Suriname. Eu só sei a direção. Eu nunca fui lá, mas a gente sabe que existe alguma coisa. Como eu estava falando com a Deputada Araceli aqui, que ela estranhou: em qualquer hotel daqui da capital – eu desafio quem disser pra mim que é mentira – em qualquer hotel que você chega tem um *book* com um rapaz lá na porta. Qualquer um chega lá... Doutor, o senhor vai ficar aqui até amanhã? O senhor vai querer alguma coisa? E abre o *book*. Eu não estou dizendo que é menor de idade, que é adolescente, eu não sei, mas que tem um *book*, todos os hotéis daqui têm. Todos, indiscriminadamente.

Então, tem que ser feito um trabalho no sentido de baixar, regionalizar, porque a ordem vem de Brasília, mas como é que a ordem chega aqui? A ordem chega... Se ela vier via Ministério da Justiça, a ordem só chega para mim e para a Polícia Federal. Ela não alcança as polícias estaduais, que são as legítimas representantes do Estado, que deveriam fazer esse trabalho em conjunto conosco. Então, a Secretaria de Defesa Social deveria ser cientificada imediatamente quando somos informados para que nós sentássemos e decidir o lugar da ação, como vamos fazer. Senão, o que é que vai acontecer? A mesma coisa que se fazer um trabalho de combate ao contrabando. Quando você chega lá todo mundo saca a arma e quando você olhar: os quatro – um eu sou da Polícia Civil; eu sou da polícia... um mostrando a arma pro outro porque os quatro foram para uma ação sem saber que o outro também agiu da mesma forma. É o que nós estamos constatando aqui. Por isso que não está chegando informação à Comissão. Por quê? Porque a informação não está saindo das fontes que estão fazendo a coisa acontecer. E em resposta ao Deputado eu gostaria de informar que as rodovias, apesar do nome "rodo-

vias", elas são dentro do Município de Belém. Então, não é uma ação da Polícia Rodoviária Federal, apesar desses locais serem de porte, locais das grandes transportadoras, é onde fica nesse horário, 8 horas da noite, deverá ter por volta de quinhentos a seiscentos caminhões. Se sairmos daqui agora e formos lá vamos ver que a prostituição está correndo à solta, mas são áreas municipais, não são na rodovia. Na rodovia federal é muito mais fácil termos esse tipo de controle porque a população é menor e é muito mais fácil se controlar; é maior nos grandes municípios.

Eu só queria deixar aqui, e como vimos tentando dizer, para que não se forme juízo da nossa atuação porque aí, sim, aí concordo com o Dr. Jacques, nós estamos trabalhando de forma separada, por isso dispersa. Por isso que temos resultado mas o resultado não tem seqüência porque eu posso fazer a prisão de um elemento mas não posso fazer a condução judiciária dele e assim por diante. O que precisa realmente é que a CPMI faça um trabalho regional para que possamos nos encontrar. Senão a CPMI vai constatar situação, vai para o nosso ministro, ele vai passar para nós e nós vamos continuar agindo de forma espalhada. A minha proposta é que se faça um trabalho, que se centralize aqui em Belém, no nosso caso, estamos concentrados aqui em Belém, para que possamos ... A situação não é... o meu diretor me liga e diz: Isnar, vá no posto tal que tal hora acontece isso. Não. Eu vou à Polícia Civil, vou à Polícia Federal, vamos mandar o pessoal lá para quando a gente chegar, a pessoa pode estar até dormindo, mas vamos lá dentro porque nós sabemos que é ele que está mandando o pessoal lá fora.

É essa compreensão que pedimos sobre a nossa atuação, que tem que ser orquestrada e vir de cima para baixo.

A SRA. PRESIDENTE (Ann Pontes. PMDB – PA) – Agradeço a presença de todos e informo, na oportunidade, que todas as contribuições e informações aqui dadas estão sendo gravadas, de modo que elas servirão de subsídios ao relatório da Deputada Maria do Rosário.

Nesse momento passo a Presidência à Senadora Patrícia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Eu gostaria de agradecer a esse bloco pela presença e participação e convido a Deputada Araceli para que possa se pronunciar nesta audiência pública.

Antes da Deputada Araceli, quero me desculpar com todos, porque tive que me ausentar por um outro problema da CPMI um tanto urgente, em outro Estado, meio urgente.

Então, queria justificar essa minha saída em função desse outro problema, mas, certamente, com toda a nossa equipe, todos os Parlamentares aqui, ouvindo. De qualquer forma, quero me desculpar com todos.

A SRA. ARACELI LEMOS – Senadora Patrícia Saboya, Deputada Maria do Rosário, Relatora da CPMI, Deputada Ann Pontes, a todos os presentes aqui, Deputada Sandra Batista, Deputada Regina Barata, Vereador Paulo Fonteles e os demais aqui de grande importância nesta audiência pública.

Quero inicialmente dizer que fico feliz pelo fato de que os poucos que vieram ficaram até o final, dando demonstração de compromisso com uma causa tão justa.

Mais do que falar dos que não vieram – e creio que, além do discurso de que a prostituição, de que o que fazem com as nossas crianças e as nossas adolescentes, há um discurso consenso de que isso é um crime que precisa ser combatido e é muito diferente da prática de alguns em se colocar à disposição para efetivamente combater e erradicar essa mazela da nossa sociedade, é muito comum encontrarmos pessoas que compreendem a gravidade do problema. O difícil é assumir posturas e desenvolver políticas no sentido de combater e erradicar. Por isso, muitos são os convidados, como diz uma passagem bíblica, poucos os escolhidos para ficarem do início até o fim numa atividade como esta.

Da parte da Comissão de Direitos Humanos, da parte dos Parlamentares comprometidos com essa causa, não faltaram esforços para que, hoje, pudéssemos ter aqui... Até duvidaria de uma audiência que tivesse aqui milhares de pessoas, porque duvidaria do resultado concreto.

Creio que nós que trabalhamos com essas questões eminentemente sociais sabemos das dificuldades. A dificuldade é no Pará e em outros lugares. Talvez no Pará é um pouquinho mais difícil, por uma série de razões aqui já apresentadas.

Ficar para o final pressupõe já abrir mão de uma série de falas, para não ser repetitiva, mas quero aqui fazer uma retrospectiva que considero muito importante.

Em 1999, meu primeiro ano de mandato como Deputada Estadual, realizamos na Assembléia uma sessão especial para debater o tema exploração sexual de criança e adolescente.

Àquela altura, as entidades presentes traziam dados extremamente estarrecedores, que dizem respeito diretamente ao nosso Estado.

Diria que mesmo que não tivéssemos, hoje, a felicidade de ter uma CPMI visitando o nosso Estado, se não tivéssemos já dado alguns outros passos, só

por ocasião da realização daquela sessão especial em 1999 – Deputada Sandra Batista se lembra bem disso -, já teríamos elementos de sobra para instalar uma CPI no Estado do Pará.

Casos como o aqui retratado de Itaituba foram trazidos pelas entidades, pelos movimentos que compareceram àquela sessão, mas não apenas esses. Vou citar muito rapidamente alguns desses casos que consideramos estarrecedores e que não é possível compreender por que a dificuldade da punição a casos graves como alguns aqui citados.

Além do caso de Itaituba e do caso de Altamira, que aqui foram lembrados, há ainda um caso de uma morte de uma menor de quinze anos, que foi estrangulada por um marinheiro em um navio estrangeiro, de bandeira turca.

Barcarena é um Município próximo a Belém, o qual podemos dizer que faz parte da grande Belém, onde aconteceu a morte de uma jovem de quinze anos em um navio de bandeira turca. Esse crime desencadeou matérias e reportagens nacionais que passaram a denunciar a prostituição e o consumo de drogas por menores, além da prática de *strip-tease* por meninas de doze anos em boates do nosso Estado.

Em Belém, há denúncias freqüentes de que estrangeiros controlam a exploração sexual de menores em pelo 73 pontos de prostituição. A crescente prostituição em Belém se explica pela pobreza e pela renda familiar, mas não apenas em Belém. Apresentarei um dado à Senadora, às Deputadas e ao Deputado Luis Couto: o Estado do Pará tem 60% dos Municípios com indicadores abaixo dos aceitáveis. Do total de 143 Municípios, 60% têm indicadores sociais sofríveis, abaixo da linha da pobreza.

Em Castanhal, minha cidade, há denúncias de pontos de prostituição em postos de gasolina ao longo da BR-316, nos quais, em três anos, foram registrados 73 casos de prostituição.

Na semana que passou, Belém e o Estado do Pará inteiro assistiu denúncias da prática de um esporte perigoso. Jovens se encontravam em um posto de gasolina, nas rodovias Júlio César e Pedro Álvares Cabral, para fazer pegas. O problema é que não existia apenas a situação dos pegas. Associados aos pegas, havia os problemas do uso de drogas e da prostituição. Foram veiculadas imagens na televisão de jovens nuas em cima de motos e de carros. A Polícia fez uma operação conjunta, entretanto, dois dias depois, ninguém mais falava no assunto porque, na verdade, como comentávamos com o Superintendente da Polícia Federal, jovens possivelmente da classe média alta eram filhos de pais renomados e, portanto, a situação foi anulada. Deixaram de ser publicadas matérias na imprensa e não houve resultado da ação conjunta realizada, embora houvesse uma combinação dos elementos jovens, drogas e sexo. Tudo isso aconteceu em um posto de gasolina que, naturalmente, tem dono, sendo impossível que ele não visse o que ocorreu lá, assim como as pessoas que lá trabalhavam.

Cito esses casos e ainda o caso do Vice-Prefeito do Município de Augusto Corrêa, denúncia recebida pela Deputada Regina Barata, que passou às mãos da Comissão de Direitos Humanos para as devidas providências, e que recolhemos exatamente na esperança da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito estadual. O Vice-Prefeito de Augusto Corrêa foi flagrado e preso. A denúncia foi apresentada, entretanto, inexplicavelmente, o Ministério Público decidiu por seu arquivamento. Tenho os autos que posso passar à Comissão até que a Comissão Parlamentar de Inquérito estadual seja instalada.

Falo da sessão especial realizada em 1999, da sessão especial realizada pela Deputada Regina Barata neste ano e mais precisamente da sessão especial realizada no final do mês de março de 2003. Também faço referência à visita do Relator da ONU Juan Miguel Petit, que recebemos e que àquela altura visitou o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, tendo ouvido entidades e várias manifestações. Dizia ele, na vinda à Assembléia, que perguntava por que, primeiro, não havia ainda sido instalada uma comissão parlamentar de inquérito estadual.

Na oportunidade, a Deputada Regina Barata me acompanhava a essa altura, ao darmos as explicações, fez uma solicitação pública, mediante a imprensa, que o Estado do Pará precisava instalar uma CPI estadual, porque estava claro ao Relator da ONU a existência de redes no nosso Estado, ou seja, gente que estava ganhando dinheiro com essa prática.

Junte-se a tudo isso a instalação da CPMI, das denúncias que chegam, talvez de um pouco mais de liberdade que as pessoas estejam tendo de recorrer, porque, por estarem mais distante do Congresso, elas conseguem fazer a denúncia lá para o Congresso, para a CPMI. A pressão aqui, via de regra, é muito grande, e as pessoas estavam deixando de fazer aquilo que deveria ser um ganho, na verdade, para esse combate.

Então, faço referência a tudo isso para dizer que apresentamos o pedido de CPI estadual. Conforme as exigências regimentais da Casa, para que seja instalada uma CPI, é necessário que haja um fato determinante e um número mínimo de assinaturas. No caso, nove assinaturas devem ser coletadas para que se tenha o pedido de instalação da CPMI.

Fizemos referência, nas várias pesquisas amplamente divulgadas, à vinda do Relator da ONU e a

esse clamor da CPMI, por entender que esta não vai dar conta. Não é o fato de não se querer: aqui estão mulheres e aqui está um homem, pais de família, naturalmente com todos com filhos e responsabilidades, com as demandas e as exigências que o cargo impõe a todos nós, com tarefas em nossos Estados.

A Senadora Patrícia Saboya não vai ganhar um único voto no Estado do Pará – quem sabe quando for candidata a Presidenta da República –, a Deputada Maria do Rosário, a Deputado Ann Pontes, sim, é claro, tem tido um desempenho enorme à frente de causas que consideramos de enorme contribuição para o nosso Estado. Faço essa referência ao trabalho da Deputada Ann Pontes.

Na verdade, não nos move a questão meramente política, eleitoreira, move-nos, na verdade, a compreensão de que, como mulheres e como homens, temos de que esse futuro tão cantado em verso e prosa pode estar comprometido na medida em que se faz vista grossa para situações como essa, como ser permite a banalização de verdadeiros crimes como esse que são cometidos.

Compreendemos que, pelos relatos, por tudo aquilo que pudemos ouvir na tarde de hoje, que a CPMI deva traçar um conjunto de recomendações e eu sugeriria, em nome de um conjunto que acredita na eficácia desse mecanismo chamado de Comissão Parlamentar de Inquérito, com as devidas orientações para os órgãos competentes após o seu funcionamento. Acreditando nisso e no papel disso.

Ainda deve estar aqui a data presente e o representante da delegacia especial que cuida dessas questões. Vivenciei uma situação na travessia do Município de Barcarena para Belém, onde, às 10 horas da noite, havia crianças e caminhoneiros aliciando as menores e serviam um jantar no local em que parei para fazer um lanche. Quando eu percebi aquilo, ao meu lado havia um policial militar e fora havia outro policial. Eu percebi que terminou o jantar e ele levou as crianças para a cabine do caminhão. Percebi aquela situação, fiquei observando, sabia que ali não residia um ato de generosidade, chamei o policial e pedi providências. Ele disse que conhecia as crianças, disse que já tinha feito o recolhimento dessas crianças uma certa vez, já tinha conversado com os pais, mas eles não tomaram nenhuma providência, elas tinham voltado e eles não tinham mais o que fazer. Considerei a atitude deles extremamente irresponsável a atitude deles, porque não posso acreditar que não tenhamos mais nada para fazer. Sou daquelas que – juntamente com as companheiras e com os companheiros da CPMI – acredito que ainda temos muito a fazer. Aliás, talvez ainda não tenhamos feito nada para passar para a promoção das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Neste sentido, apelo para que, entre as várias recomendações para o Poder Executivo, para o Poder Judiciário e para o Ministério Público, que haja também uma recomendação a esta Casa, no sentido de agilizar a instalação, levando em consideração que ela já tem o número de assinaturas além do exigido, que falta vontade política para que esta CPI seja instalada com a maior brevidade possível, sob pena de sermos acusados, no futuro, de não termos feito o que deveríamos para promover as nossas crianças e as nossas adolescentes.

Quero fazer um apelo. Sei que avançamos na hora, mas os que permaneceram nesta Comissão demonstraram muito compromisso. Sugiro que a palavra seja dada às Deputadas presentes por cerca de dois ou três minutos, porque considero que S. Exªs poderão contribuir com esse debate.

Obrigada, Senadora.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Obrigada.

Antes de passar a palavra ao Deputado Luiz Couto, quero agradecer à Deputada não apenas a participação, mas a grande contribuição na mobilização dessa audiência pública, demonstrando, na sua história, seu compromisso e sua luta. Certamente o que V. Exª nos revela agora é importante para a nossa CPMI. Compreendo a situação, porque estamos vivendo um momento difícil ao participarmos desta CPMI. Eu disse há pouco – assim como V. Exª – que tantas e tantas vezes nos deparamos com essa situação, sabemos onde e como ocorre, mas as coisas não andam. Às vezes, dá um desânimo, mas, como disse V. Exª, esse é apenas o começo, e não podemos desanimar de forma alguma.

Assumimos um compromisso com essas crianças e com essas adolescentes. Essa é a responsabilidade da CPMI e de tantos outros parceiros e aliados por este Brasil afora. Se somos poucos, a nossa responsabilidade e o nosso compromisso devem ser de nos multiplicarmos e de sermos ouvidos para transformarmos essa situação. Certamente V. Exª tem sido esse exemplo, demonstrando seu carinho e seu amor. Tenho o costume de falar muito sobre isso, porque creio que as coisas devem ser feitas com muito amor. E quando são feitas com paixão e com amor, conseguimos encontrar uma solução.

Nesta Comissão, reúnem-se homens e mulheres que têm boa-fé e esperança e que acreditam na transformação da sociedade e no rompimento dessa injustiça, dessa crueldade, dessa impunidade absurda,

vergonhosa e nojenta que existe no País, com a conivência de autoridades, sim. É preciso dizer isso de uma vez por todas, porque existem provas, testemunhas. Além disso, crianças, jovens e familiares estão com suas vidas completamente destruídas. Portanto, não podemos sequer nos dar o direito de desanimarmos. É hora de reunirmos mais força, mais coragem, mais vontade e mais determinação para irmos até o fim, sem importar o que aconteça, desde que possamos dar uma resposta a essas meninas e a esses meninos que estão dispersos pelo nosso País e que são nossa responsabilidade, sim.

Portanto, quero agradecer, do fundo do coração, a V. Exª a sua participação, o seu entusiasmo e a sua determinação hoje nesta CPMI, com o trabalho que vem desenvolvendo. Muito obrigada.

Passo a palavra ao Deputado Luiz Couto

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Após o pronunciamento da Senadora Patrícia Saboya Gomes, podemos apenas dizer amém.

Primeiramente, quero dizer à Deputada Araceli Lemos que devemos reclamar daqueles que foram convocados e não compareceram. Esta é uma audiência pública que se destina a ouvir representantes de entidades e de órgãos públicos. Esse não é o local para se fazer uma grande palestra sobre exploração sexual. As pessoas que estavam presentes foram convocadas e convidadas. Alguns não compareceram e devem explicações.

Além disso, cumprimento V. Exª pela luta. Enfrentamos obstáculos de diversas direções, mas é assim mesmo. Acreditamos nesse trabalho por convicção. V. Exª disse que todos eram mães e pais de família. Eu tenho apenas filhos espirituais, pois sou padre.

A SRª. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – V. Exª é pai de todos nós.

A SRª. ARACELI LEMOS – Necessariamente os filhos não são apenas aqueles que geramos, mas também os que adotamos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Evidentemente. Quero dizer a V. Exª que, com certeza – e essa deve ser uma orientação inclusive da CMPI –, cada Estado deve dar continuidade às investigações. Devemos já ponderar nas próximas audiências que haja uma convocação ao Presidente do Poder Legislativo para que instale uma CPI específica em cada Estado.

Outra coisa importante que o senhor disse é que se trata de uma luta histórica. Infelizmente, não verificamos providências. Ou seja, prender, conduzir quem é explorado é dupla punição. É punição, porque as vítimas são exploradas sexualmente e levadas de camburão para um centro de referência, embora, na realidade, a grande luta do poder público seja, sim, prender, julgar e condenar os aliciadores, os exploradores.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Antes de encerrar a reunião, gostaríamos de dar a nossa palavra e o nosso compromisso quanto à instalação da CPI no Estado do Pará, a qual é de fundamental importância. A CPMI assume este compromisso com V. Exª e com as demais Deputadas que participam desta audiência pública para que possamos encaminhar provavelmente um ofício a esta Casa, dizendo da importância da sua luta, do seu trabalho e dos demais Parlamentares desta Casa, e certamente a CPMI vai contribuir nessa direção.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Pois não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Prometo ser sucinta. Antigamente, eu o era bem mais. Hoje estou ficando um pouco mais prolixa.

Gostaria de registrar meu testemunho. A Deputada Araceli tem sido uma verdadeira companheira. V. Exªs não têm idéia do quão é difícil para mim. Eu venho do interior e os meus contatos aqui na capital são parcos. E a Deputada Araceli foi de uma receptividade muito grande. Então, atribuo que foi um sucesso, sim, esta audiência pública. Não estou preocupada com quantidade, mas com qualidade.

Deputada, V. Exª fez todo o diferencial. V. Exª iniciou a sua manifestação no sentido de assumir posturas. Isso ouvi de V. Exª e esta deve ser a postura de todo e qualquer político no País.

Acredito que chamar à responsabilidade esta causa tem mais ônus do que bônus. É um assunto incômodo. Mencionei no início do meu pronunciamento que, quando estava dizendo a uma moça no avião que iríamos fazer uma audiência pública no Mato Grosso, ela, surpresa, perguntou-me: "No meu Estado, há exploração?!" Ninguém quer o seu Estado, a sua cidade associada à exploração sexual. Mas é fato. O Brasil tem – não apenas o Estado do Pará – de enfrentar a situação e apresentar alternativas.

Tenho certeza de que a Senadora não só vai fazer a recomendação, mas também vai colocar à disposição de V. Exª todo o material que conseguimos coletar nas duas diligências realizadas no Estado. Obrigada. Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Obrigada, Deputada Ann Ponte, pelo trabalho que vem realizando, pela dedicação e o carinho, que certamente não nos cansamos de registrar em todas as ocasiões.

Concedo a palavra à Deputada Regina Barata, para que também possa pronunciar-se e, em seguida, à Deputada Sandra Batista.

A SRA. REGINA BARATA – Boa noite! Com certeza, se ficamos aqui até agora, não é pelo fato de sermos Parlamentares. Sou defensora pública e sempre trabalhei na área da defesa da mulher, da criança e do adolescente, o que talvez me fez contribuir com todo este trabalho que a Deputado Araceli tem abordado na Assembléia.

O que temos que deixar bem claro – gostaria que o Dr. Isnar ainda estivesse aqui – é que a decepção não é só dele, mas nossa quando sabemos que, dos 41 Deputados, com certeza, no máximo, cinco têm compromisso com esta causa. Isso é o óbvio; é o natural.

Quando percebemos que a própria polícia vem aqui e coloca que, em suas ações, as crianças e os adolescentes não são prioridade, não será prioridade quando retratamos isso no orçamento do Estado.

Todas as vezes que tratamos desse tipo de assunto que se relaciona aos direitos humanos, este Estado do Pará, podemos falar todos os dias, infringe todos os dias, todas as horas e em todos os momentos os direitos humanos mais básicos e fundamentais do ser humano e isso não se aceita.

É óbvio que quem dirige, quem comanda esse Estado tem uma concepção diferenciada de ser humano. É o que está posto e é por isso que não se instala essa CPI que já foi pedida e foi colocado que ela teria que ter sido instalada para que quando vocês estivessem aqui, com certeza, estaríamos com os dados concluídos para que pudéssemos contribuir de maneira melhor e caminhar conjuntamente.

Temos que admitir que precisa ser tomada uma ação muito mais efetiva do que apenas uma solicitação de que se instale, Senadora, conheço esta Casa, com certeza, seu pedido não será atendido. Se há alguma outra medida que possa ser colocada, eu reivindico, desde já, possamos fazer ações que façam com que essa CPI se instale porque não se instalará.

Dessa forma, estamos dentro da questão da exploração do trabalho escravo. Estamos sendo apontados dentro da exploração, do abuso sexual seja de criança, seja de adolescente. Onde tiver crime contra os direitos humanos o Estado do Pará está sendo apontado por ser uma questão de concepção de Estado.

Nós que estamos sempre aqui não é por sermos oposição a esse Governo, mas temos que ter clareza que nesta Casa só vai se instalar se houver algo que possa vir de decisão, que possa pressionar. Não basta um pedido por que pedidos fizemos de todas as formas, já subsidiamos e queremos concretamente que se instale pois sabemos que os interesses que serão feridos no Estado do Pará envolvem interesses de Parlamentares.

É isso que, com certeza, quando instalarmos a CPI, não teremos o corporativismo de preservá-lo e disso eles têm certeza por que quando está a Deputada Sandra Batista, a Deputada Araceli, a bancada do Partido dos Trabalhadores, com certeza, vamos até o fim para que possamos lutar para que se resgate minimamente a questão dos direitos humanos.

Quero fazer a minha fala para que possamos garantir que a CPI no Estado do Pará possa ser instalada. Caso contrário, ficaremos apenas no muro das lamentações como ficou aqui o órgão do Governo do Estado e, quando falo disso, é porque trabalho há vinte anos em uma defensoria pública e sei tanto quanto o pai da Deputada Ann Pontes, que trabalhava comigo como Defensor Público, que não existe retaguarda.

Trabalho justamente com a questão da criança e do adolescente e sei que não existe retaguarda na aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que estamos na luta há mais de dez anos. Imagina se criar retaguardas para as crianças vitimizadas. É quase que ilusório para não dizer que seria uma decisão que precisaríamos para reverter a situação.

Como Defensora Pública tenho muito mais compromisso dentro dessa causa do que verdadeiramente de me autopromover nessa questão político-partidária ou fazer disso um palanque. Eu não gostaria de me envergonhar do meu Estado, dentro dessa situação criminosa que cometem contra nossas crianças e adolescentes. Portanto, o apoio de vocês é de suma importância para que tenhamos a CPI instalada neste Estado e por essas mulheres que não têm medo de colocar o dedo justamente na ferida e nas mazelas deste poder.

Obrigada.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Eu queria agradecer à Deputada Regina Barata não só pela participação, por ter ficado conosco durante todo este dia, mas também pela mobilização, pela forma como tem se comportado. E a Deputada Araceli dizia do companheirismo, da solidariedade e da vontade que cada um de vocês tem.

V. Exª tem razão: é difícil, às vezes, talvez uma carta, uma recomendação da CPMI, porque essa é uma questão política, de decisão. Mas eu estávamos conversando, eu e a Deputada Maria do Rosário, sobre quem sabe podemos também fazer esse trabalho político em Brasília, com as Lideranças do meu próprio partido e de outros partidos, para que possam, eu diria, fazer uma espécie de pressão legítima para

que esta CPI possa sair o mais breve, o mais urgente possível. Por isso, além do compromisso de mandar esse ofício recomendando não só ao Presidente da Assembléia Legislativa, mas também ao Governador do Estado, que possamos fazer essa articulação política em Brasília com alguns Líderes partidários daqueles partidos que se recusam, que impedem que esta CPI possa ser instalada. Esse é outro compromisso que assumimos neste momento, o de procurar os outros Líderes ou Presidentes de partidos, mostrar o trabalho que a CPMI vem fazendo em âmbito nacional, mostrar que no Estado do Pará esse problema é um dos mais graves do País e que, portanto, há a necessidade, a urgência e certamente a obrigação que todos temos de instalar essa CPI.

Parabéns, Deputada, pelo seu compromisso, pelos seus sonhos e evidentemente pela forma tão corajosa com que V. Exª expõe esses sentimentos e essa vontade de que esse quadro possa ser completamente transformado para que essas crianças possam ser felizes.

Passo a palavra à Deputada Sandra Batista, para que também possa se pronunciar.

A SRA. SANDRA BATISTA – Boa noite. Quero cumprimentar a Senadora Patrícia Saboya, a Deputada Maria do Rosária, Deputada Ann Pontes, que, além dessa luta, estamos juntas também em outras lutas – tive a grata satisfação de ter a Deputada Ann Pontes numa sessão especial onde tratávamos da biopirataria, do roubo da patente dos nossos produtos, inclusive o cupuaçu, e também a preservação da nossa biodiversidade, haja vista que a Deputada Ann Pontes é uma estudiosa dessa matéria, estudiosa do meio ambiente aqui na nossa Amazônia. Para mim também é uma grande satisfação tê-la hoje nesta reunião da CPMI e nos juntarmos em mais uma luta, também o Deputado Luiz Couto. Quero dizer que também estamos nessa luta há muito tempo, desde quando éramos vereadoras.

A propósito, quero dizer à CPMI que, quando estive na Câmara Municipal, deixei um projeto – que acho que agora já virou lei, vou verificar isso para ver se o Prefeito Edmílson Rodrigues a sancionou – de cassação de alvará exatamente dos estabelecimentos comerciais que foram flagrados explorando crianças e adolescentes – hotéis, motéis, bares e similares –, para que possamos realmente ter esse combate efetivo, e que a Prefeitura de Belém dê também a sua contribuição nesta questão, como disse a Deputada Rosário, mexendo no bolso daqueles que admitem uma crueldade tão grande com as nossas crianças. Quero dizer também que estamos aqui com o Vereador Paulo Fonteles, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal. O Vereador Paulo Fonteles tem se empenhado muito a esta causa, puxou inclusive um seminário lá na Câmara Municipal, do qual participei, sobre este tema, e também é autor de uma CPI na Câmara Municipal. Ele me dizia agora que já a subscreveram 25 vereadores na Câmara municipal de Belém, porque vai ser instalada uma CPI sobre a exploração sexual e o abuso sexual de crianças.

Parabéns, vereador Paulo Fonteles!

(Palmas.)

Um combatente incansável dos direitos humanos no nosso Estado. Tem razão a Deputada Regina Barata, quando fala que lamentavelmente o Estado do Pará tem despontado como um dos campeões de violação dos direitos humanos.

Temos uma solicitação de uma CPI do trabalho escravo que não conseguimos instalar nesta casa. Não conseguimos. Essa CPI da exploração sexual estamos tendo muitas dificuldades políticas para a sua instalação, porque com certeza mexe em interesses profundos que existem no Estado, interesses inclusive que se juntam aos políticos, assim como também o trabalho escravo, que é um crime do latifúndio, que, lamentavelmente, no Estado é uma força poderosa. Somos os campões em trabalho escravo, em conflitos de terras, em assassinatos no campo, e agora somos um dos Estados que também mais explora as crianças e adolescentes.

Quero dizer do meu empenho nessa causa. Estamos juntos, para que possamos realmente instalar essa CPI, para nós é de vital importância. Vamos até o fim, vamos pressionar, lutar, não vamos nos intimidar, não importa quem esteja envolvido, precisamos resgatar a dignidade das nossas crianças, não podemos pactuar com isso, inclusive não só na busca dos responsáveis e de sua punição, mas também na procura de solução, para que possamos dispor de uma rede de integração, então disputarmos com o crime organizado, e nessa disputa sairmos vitoriosos. Isso que é importante. Não podemos deixar reféns nossas crianças e adolescentes, para aqueles que infelizmente os utilizam para ganhar dinheiro.

Quero chamar a atenção para a necessidade de se resgatar – e a Deputada Rosário dizia que não por acaso que a maioria dos explorados são meninas – a imagem da mulher, da imagem positiva que ela deve ter na sociedade, mas que lamentavelmente não tem. Faço aqui referência a uma propaganda da cerveja Skol. Extremamente constrangedora, absurda. Estamos inclusive mandando um requerimento para a Skol, falando sobre esse tipo de propaganda que está sendo veiculada. A propaganda mostra um rapaz no altar com uma moça e o rapaz diz: ah, ela é muito gostosa, mas a

mãe é um bucho. Quer dizer, essa imagem negativa da mulher, carregada de preconceito, é que faz com que as nossas crianças e adolescentes sejam reféns. Exatamente com essas palavras que disse, é dessa forma que é veiculada a propaganda da cerveja Skol.

São essas as dificuldades que estamos encontrando, porque enquanto lutamos para que as mulheres tenham uma imagem positiva, há aqueles que usam o veículo de massa para denegrir a imagem da mulher. E isso deságua exatamente na prostituição infantil, na exploração sexual, porque reforça a exploração sexual de crianças e adolescentes na medida em que a mulher é olhada dessa forma na nossa sociedade.

Então lamentamos, gostaríamos de que as deputadas tivessem a iniciativa de fazer com que essa empresa tire do ar essa propaganda, para que não tenhamos na verdade o desrespeito pela imagem da mulher.

Gostaria de dizer do nosso empenho, Deputada Araceli, na CPI que V. Exª propõe, estamos à disposição, vamos nos empenhar. Gostaria de solicitar à Deputada Ann Pontes que ouvisse também as vereadoras de Marabá e alguns vereadores que fizeram uma sessão especial na Câmara Municipal da cidade sobre essa questão de exploração sexual de crianças e adolescentes naquele município. V. Exª que é daquela região sabe que o município de Marabá tem o entroncamento de rodovias e que para lá também se dirigem muitos caminhoneiros, muitas pessoas que vêm de fora do nosso Estado, muitos empresários e a Câmara Municipal de Marabá fez uma sessão e eu gostaria que V. Exª solicitasse o que foi apurado o que foi discutido naquele Parlamento para que conste também no relatório da CPMI pois se trata de um Município importante do nosso Estado e que precisa, realmente, ter a atenção necessária.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Muito obrigada também à Deputada Sandra Batista pelo seu depoimento, pela força, pela coragem e disposição e certamente pelo entusiasmo que tem. Pode contar com o nosso apoio e o nosso empenho para que esta CPI possa ser instalada.

Eu gostaria de passar, por último, antes de encerrar, a palavra ao Vereador Paulo Fonteles para que possa se pronunciar e, em seguida, encerraremos esta sessão e tornaremos a audiência numa reunião reservada para que possamos dar continuidade a alguns depoimentos.

O SR. PAULO FONTELES (PT – PI) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, Deputada Ann Pontes, Deputada Araceli Lemos, Deputada Regina Barata. Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar a presença da CPMI em nossa cidade. Uma presença importante, naturalmente que contou ao longo da tarde e desta noite com um debate com os protagonistas importantes na luta em defesa da infância no Estado do Pará e também com instituições importantes para fazer frente a esse abuso, a essa cultura da violência que está instalada no nosso País. Digo isso tendo como referência aquilo que dizia o antropólogo Darcy Ribeiro*, no sentido da formação do nosso País, formação essa baseada e calcada na violência. Naturalmente essa violência se reproduzindo contra a infância brasileira. E o Estado do Pará, como afirmou e afirmaram as Deputadas do nosso Estado, é um Estado marcado pelo impunidade, pela violência; um Estado em que grande parte do seu povo que vive em situação abaixo da linha da pobreza, um Estado marcado pela violência dos latifúndios, das oligarquias, do poder econômico. Naturalmente isso se desdobra contra a infância. Esse é um aspecto importante, o Estado é marcado pela própria impunidade – uma das marcas e características centrais do Estado do Pará.

Isso foi relatado aqui em verso e prosa nesta audiência. Gostaria, para concluir a minha intervenção, de saudar esta CPMI porque ela deixa exemplo muito importantes a serem seguidos pelo País afora, como o da Deputada Araceli Lemos, que apresentou um requerimento para instalar a CPI aqui no Estado do Pará. Dessa forma, também apresentamos um requerimento na Câmara Municipal de Belém que pudesse também, do ponto de vista da Câmara e do Município de Belém podermos também instalar a nossa CPI. Contamos com 25 Parlamentares que estão subscrevendo o nosso requerimento para a CPI. Considero que seja importante a instalação aqui na Assembléia Legislativa, pois, do ponto de vista da Câmara Municipal de Belém, o ambiente é mais arejado politicamente. É claro que há setores reacionários, conservadores, mas o que prevalece naquela Casa de Leis é uma postura mais avançada.

Para que possamos, digamos, fazer frente e instalar essa CPI na Assembléia Legislativa seria muito importante a anuência e a posição política da própria CPMI para que possamos do ponto de vista do Estado e do Município também desenvolver esse trabalho, tendo a compreensão e a consciência de que o nosso trabalho é de complementação a partir dos indicadores e dos indícios que nos deixam a CPMI como também as entidades do movimento social que tratam da infância. Serão esses que nos dirão o caminho a seguir para desbaratar as redes e aqueles que fazem isso com a nossa infância e com a nossa juventude.

No mais, eu gostaria de saudar a presença da comissão, que importante. Quiçá que, em todos os

Municípios do nosso País, possamos fazer frente a essa questão.

Nós nos colocamos à disposição. A Câmara Municipal de Belém e seus 25 Vereadores que subscreveram o nosso requerimento se colocam à disposição, numa casa que tem 33 Vereadores.

Muito obrigado.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Obrigada, Vereador Paulo Fonteles, e parabéns pelo trabalho. Parabéns à Câmara de Vereadores, que tomou essa decisão tão importante, com a sua liderança e com a vontade de fazer com que isso aconteça. Certamente, a CPMI acontecendo na Assembléia Legislativa seria uma grande parceria para que, no Estado do Pará, essa questão se tornasse clara, pública, transparente, para que aqueles que realmente estão envolvidos sejam punidos e para que as nossas crianças possam viver livres.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os participantes neste dia de hoje, que chegaram conosco e permaneceram aqui por tantas horas, nesta CPMI. Tenho certeza de que todos os depoimentos que colhemos hoje serão muito importantes e não somente constarão do relatório da Deputada Maria do Rosário, mas também servirão como sugestões importantes para que possamos dar continuidade ao nosso trabalho. A CPMI provavelmente se encerrará no final do mês de maio, mas, no Congresso Nacional, temos uma Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente que não irá descansar enquanto todos os casos denunciados, todos os problemas que ainda estão encobertos e todos os problemas que ainda não tiveram solução possam ser resolvidos.

Agradeço à Assembléia Legislativa, na pessoa da Deputada Araceli Lemos. Agradeço ao cerimonial, aos funcionários do apoio, principalmente aos da copa, que ficaram indo e vindo, atendendo-nos com tanto carinho, aos seguranças, à Taquigrafia, enfim, agradeço a hospitalidade de todos aqueles que nos receberam neste momento. Muito obrigada ao nosso apoio do som - o seu trabalho é de fundamental importância para o relatório da Deputada Maria do Rosário. Enfim, obrigada a todas as entidades, às organizações não-governamentais, às organizações governamentais, às instituições presentes, a todos, com a certeza de que possamos dar continuidade a esse trabalho.

Muito obrigada a todos.

A partir deste momento, a reunião se torna reservada.

(A reunião é tornada secreta às 20 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº **02**, DE 2003-CN

"Com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".

Ata da 31ª Reunião realizada em 19 de abril de 2004

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, às quinze horas e trinta e dois minutos, na Assembléia Legislativa, em João Pessoa, Estado da Paraíba, reúnem-se os Senhores Deputados: Luiz Couto, Maria do Rosário, Ann Pontes e Almerinda de Carvalho, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".** O Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa da Paraíba, Deputado Rodrigo Soares saúda os membros da CPMI e passa a palavra ao Deputado Luiz Couto que assume a Presidência interinamente. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara aberta a presente Reunião de Audiência Pública e convida para compor a mesa dos trabalhos o Deputado Estadual Rodrigo Soares, a Deputada Estadual Francisca Mota, além das Deputadas Federais Maria do Rosário, Ann Pontes e Almerinda de Carvalho. O Presidente registra a presença dos Deputados Estaduais Frei Anastácio, Jeanina e Irai Lucena e, informa que a presente Reunião de Audiência Pública destina-se à tomada de depoimentos públicos onde serão ouvidas diversas autoridades e entidades ligadas ao assunto, assim como serão ouvidos de forma reservada outros depoimentos necessários aos esclarecimentos de fatos relacionados com exploração sexual de crianças e adolescentes. O Senhor Presidente convida para adentrar ao recinto dos trabalhos a Conselheira Tutelar de Cabedelo/PB, Sra. Ana Nóbrega da Silva, que preencheu e assinou o Termo de Compromisso, sendo qualificada em seguida. O Senhor Presidente concede a palavra a Senhora Ana Nóbrega que, ao decorrer do seu depoimento, a respeito do Caso Cabedelo, foi questionada pelas Senhoras Deputadas Maria do Rosário – Relatora da CPMI, Ann Pontes e Almerinda de Carvalho. Após, a Presidência registra a presença dos Senhores Luciane Araújo – Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de João Pessoa, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, Paraíba – Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto, Setor de Estudos e

Assessoria de Movimentos Populares – SEAMPO, da Universidade Federal da Paraíba – Dra. Marlene de Melo B. Araújo, Setor de Estudos de Assessoria de Movimentos Populares – SEAMPO/UFPB, e membro da rede EDEX/PB – Dr. Lutzemberg Antônio da Silva, Casa da Menina/Bayeux; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bayeux; Zuleide Ferreira da Silva, Pastoral do Menor; Mário Inácio da Cunha, Pastoral do Menor; Roseana Cavalcanti da Cunha, Programa Sentinela, Campina Grande, Paraíba; Ricardo Brindeiro, Projeto Beira da Linha; Dimas Gomes da Silva, Casa Pequeno Davi; Edson da Silva de Figueiredo, Pastoral do Menor; Maria Lígia Malta de Farias, Comissão de Direitos Humanos da UFPB; Temis Gondim de Oliveira, Edex; José Landi de Lopes Jacomi. Presentes também os Senhores: Giuseppe Tosi – Representante da Comissão de Direitos Humanos da UFPB; Inez Eunice Bassanezi e Rosinete Veloso Camilo – Representantes da Pastoral do Menor; Badha Diógenes Palitot y Palitot – Vereadora pelo PSB e Marina T. Sobrinho – Representante do Centro da Mulher 8 de Março. A seguir, o Senhor Presidente determina a Secretaria que conduza ao recinto dos trabalhos a Senhora Liliane Félix Pessoa – Conselheira Tutelar, que preencheu e assinou o Termo de Compromisso sendo a mesma qualificada. A Presidência concede a palavra a Senhora Liliane Pessoa e após, a depoente é questionada sobre o Caso Cabedelo pela Senhora Relatora, Deputada Maria do Rosário. Fizeram uso da palavra para perguntar a depoente as Senhoras Deputadas Almerinda de Carvalho e Ann Pontes. Ato contínuo, a Presidência solicita a entrada do Senhor Josemir Fernando de Oliveira da Silva, que preencheu e assinou o Termo de Compromisso sendo qualificado pelo Presidente e que em seguida, concede-lhe a palavra para as suas considerações a respeito do Caso Cabedelo. O Presidente concede a palavra a Senhora Relatora para questionar o depoente e após, as Senhoras Deputadas Ann Pontes e Almerinda de Carvalho também fazem perguntas. A Presidência informa que ouvirá juntamente com a Deputada Almerinda de Carvalho as Deputadas Estaduais Iraí Lucena e Francisca Motta, após, a Drª Roseane, do Programa Sentinela, enquanto isso, a Senhora Deputada Ann Pontes, juntamente com a Relatora Maria do Rosário, irão ouvir de forma reservada outros depoimentos. Dando continuidade aos trabalhos, o Deputado Luiz Couto, Presidente interino da Comissão, concede a palavra à Deputada Irai Lucena e em seguida, concede a palavra a Deputada Francisca Mota, que lê um Projeto de Lei Estadual e o entrega ao Presidente após a sua leitura, sendo registrada da seguinte forma: *dispõe sobre a colocação de cartazes nos hotéis da Paraíba, contendo o texto "Diga Não ao Turismo Sexual", e dá outras providências.* Ao Governador do Estado da Paraíba: Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei: Art. 1º – Os estabelecimentos da rede hoteleira do Estado da Paraíba fixarão cartazes junto aos painéis que exigem os preços dos seus serviços, contendo a frase: Diga não ao turismo sexual; Art. 2º – Caberá a PBTUR a orientação necessária para que os hotéis fixem os cartazes de que trata esta lei; Art. 3º – O Ministério Público fiscalizará o cumprimento desta legislação e penalizará os hotéis que estejam em desacordo com a presente lei; Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário. A Senhora Deputada Francisca Mota ressalta que se encontra anexa ao Projeto, sua justificativa. Após, o Senhor Presidente convida o Senhor Jorge Edson da Silva Figueiredo, membro da Coordenação da Pastora do Menor Diocesana, que entrega ao Senhor Presidente um dossiê do Caso Lelo, que segundo o depoente, é um caso que aconteceu há dois anos no Estado da Paraíba, especificamente em Santa Rita, na Comunidade Marcos Moura, a respeito de um fiscal de Estado que vinha abusando e explorando de várias adolescentes daquela comunidade. A seguir, o Deputado Luiz Couto, convida o Senhor Jorge Arzabe – Representante do Fórum DCA-PB, que relata aos membros da Comissão a respeito do Fórum Estadual da Criança e do Adolescente do Estado da Paraíba, realizado nos dias 17 e 18, no Município de Patos resultando um encontro com Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos originados em mais de nove Municípios da região. A temática desse encontro foi justamente, violência sexual na suas interfaces de abusos e exploração sexual. O expositor passa às mãos do Presidente da Comissão cópia do documento contendo o relato dos casos lá expostos. A Presidência agradece a participação dos convidados pela contribuição com os trabalhos da Comissão e solicito a entrada do Senhor Raimundo Lázaro Pessoa Ciríaco, que preencheu e assinou o Termo de Compromisso e ao ser concedida a palavra ao depoente o mesmo disse que gostaria de ser ouvido de forma reservada, sendo acatado o seu pedido. Em seguida o Senhor Presidente convida a Senhora Maria de Fátima de Souza que solicitou ao Presidente a não exposição de sua imagem em público sem ser filmada pelos Operadores de Câmeras de vídeo que ali se encontravam. Fizeram uso da palavra para questionar a depoente, o Deputado Luiz Couto e a Deputada Almerinda de Carvalho. A Deputada Irai Lucena solicita a palavra pela ordem e faz a observação quanto a não presença de nenhum representante do Governo Estadual na presente reu-

nião sendo esta, uma reunião de grande importância e obtém da parte da Presidência a posição de que, a Comissão expediu diversos convites para autoridades governamentais e não-governamentais para que as mesmas pudessem participar da Audiência Pública no Estado da Paraíba. O Presidente concede a palavra, a pedido, para a Defensora Pública, Dra. Francialta Batista Parente e, em seguida o Presidente suspende a presente reunião por dez minutos. Ao reabrir a reunião de Audiência Pública, a Presidência convida o Irmão Mario Fortuna para tomar dar início ao seu depoimento, esclarecendo aos presentes que o depoente já preencheu e assinou o Termo de Compromisso, passando a lê-lo. A seguir, o Presidente concede a palavra ao Irmão Mário Fortuna para seus esclarecimentos iniciais a respeito do Caso Lelo. Fizeram uso da palavra para questionar o depoente, o Deputado Luiz Couto, a Deputada Maria do Rosário – Relatora da Comissão, a Deputada Almerinda de Carvalho e a Deputada Ann Pontes. Após, a Presidência convida o Dr. Rogério Rodrigues Lucas de Oliveira, Promotor de Justiça e Membro da Comissão de Combate à Improbidade Administrativa, concedendo-lhe a palavra para seus esclarecimentos a respeito do Caso Lelo. O Senhor Presidente concede a palavra a Senhora Relatora para questionar o Dr. Rogério. Fizeram uso da palavra para questionar o convidado as Senhoras Deputadas Ann Pontes e Almerinda de Carvalho. A Senhora Relatora solicita providências no sentido de questionar à Secretaria de Segurança do Estado da Paraíba pelo fato de não ter dado cumprimento a solicitação da CPMI para efetivar a entrega da convocação do Sr. José Carlos Batista dos Santos, certificando de que a Polícia Civil não localizou o endereço, sendo que a Comissão enviou um Assessor ao Estado para entregar todas as convocações aos depoentes. Ato contínuo, a Presidência convida o Sr. José Carlos de Souza Batista, que já preencheu e assinou o Termo de Compromisso sendo qualificado pelo Senhor Presidente. Questionaram o depoente, o Deputado Luiz Couto e a Relatora da Comissão, Deputada Maria do Rosário. Prestaram depoimento à Comissão os Senhores: José Carlos Batista dos Santos, Kenildo Soares de Moura, Francinaldo do Nascimento Silva e Josivaldo Farias de Albuquerque. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Barbosa Ferreira Cruz, Secretária em exercício, da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, parte integrante da presente ata.

(Falha na gravação.)

...da CPMI e também fazer o seu pronunciamento inicial sobre essa vinda da CPMI aqui em João Pessoa.

O SR. RODRIGO SOARES – Exmº Sr. Deputado Federal Luiz Couto, Presidente desta audiência; Exmª Deputada Maria do Rosário, Relatora da CPMI do Congresso Nacional que trata da investigação da exploração sexual infantil, Exmªs Srªs Deputadas Almerinda de Carvalho e Ann Pontes, sejam bem-vindas também ao nosso Estado, que também são membros desta CPMI, é com muito prazer e é muito importante para o Estado da Paraíba estar recebendo hoje a Comissão Parlamentar Mista do Congresso Nacional, composta por Deputados e Senadores, que investiga a exploração sexual infantil.

Nós já tínhamos, enquanto Comissão de Direitos Humanos desta Casa, solicitado a vinda desta audiência pública para a Assembléia Legislativa da Paraíba, ao mesmo tempo em que o Deputado Federal Luiz Couto, membro da CPMI, já tinha colocado a necessidade de nos reunirmos, de escutarmos entidades, de escutarmos testemunhas, de escutarmos pessoas que vão esclarecer e trazer mais informações e que esta CPMI pudesse fazer diligências aqui, no Estado da Paraíba, sobre a exploração sexual infantil.

O nosso Estado já teve outras CPIs: já tivemos CPIs na Assembléia Legislativa em legislaturas passadas, nas quais o Deputado Luiz Couto, a Deputada Francisca Mota, que aqui se encontra – quero saudar também Iraí Lucena, Jeanina e Frei Anastácio, que estão aqui presentes, como também as entidades –, e nós já levantávamos dados, através dos quais comprovávamos que, se os dados já não deixavam muito claro de que já existia uma rede organizada, mostravam os indícios da presença da exploração sexual infantil não só na grande João Pessoa, mas também em pequenas e médias cidades do Estado da Paraíba.

Queremos, em nome da Casa Legislativa Epitácio Pessoa, saudar os Parlamentares que hoje estão aqui presentes, saudar as entidades, agradecer aos servidores da Casa e à Presidência desta Assembléia, que vem organizando toda essa audiência desde há semana passada, recebendo informações, recebendo as assessorias do Congresso Nacional, e dizer que se sintam em casa para fazerem o trabalho proposto. Nós, que compomos a Comissão de Direitos Humanos, nós, Parlamentares desta Casa Legislativa, confiamos e acreditamos na CPMI do Congresso Nacional, fundamental para a luta dos direitos humanos deste Estado, para as famílias deste Estado, que lutam para acabar com a exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho que a CPMI vem fazendo.

Queremos aproveitar a oportunidade para conclamar o Poder Judiciário, o Ministério Público, estes sim, organismos que podem e devem, a partir dos relatos e dados colhidos pelos Parlamentares, tomar as medidas necessárias para que as pessoas envolvidas nas denúncias, caso comprovadas, sejam punidas e para que haja também uma ação preventiva evitando que outras pessoas venham a cometer esse tipo de crime.

Então, em nome da Assembléia Legislativa da Paraíba, nós recebemos os Parlamentares do Congresso Nacional e as entidades de braços abertos e desejamos uma boa audiência pública para todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Convido o Deputado Rodrigo Soares, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para compor a mesa. Também convido para compor a mesa a Deputada Estadual Francisca Mota, que foi Presidente da Comissão que apurou a exploração sexual de crianças e adolescentes aqui, na Paraíba. (Palmas.)

Além da minha presença, anuncio a presença da Deputada Federal e Relatora Maria do Rosário, do PT do Rio Grande do Sul; da Deputada Federal Almerinda de Carvalho, pelo PMDB do Rio de Janeiro; a Deputada Federal Ann Pontes, do PMDB do Pará. Vamos registrar também a presença da Deputada Jeanina, do Deputado Frei Anastácio, da Deputada Iraí Lucena e também faremos depois o registro das entidades e de Vereadores que aqui estejam. A nossa assessoria está pegando os nomes para que possamos fazer o devido registro.

Declaro aberta a audiência pública da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 02, de 2003, com a finalidade de investigar as situações de violência em redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Esclareço ao Plenário que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, sediada na Assembléia Legislativa, em cumprimento ao Requerimento nº 025, de 2003, deliberado por esta Comissão.

Agradeço em meu nome e em nome de todos os membros desta CPMI pela receptividade que esta Casa Legislativa acolheu a nossa Comissão em cumprimento da missão a que ela se destina.

Esclareço aos presentes que esta audiência pública destina-se à tomada de depoimentos, assim como ouvir convidados, a respeito de práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Quero informar que além de pessoas que já estão agendadas para falarem sobre casos específicos – são cinco casos que estão aqui identificados -, nós também poderemos ouvir pessoas que estejam aqui e queiram também colaborar. A audiência é pública, se alguém quiser prestar um depoimento em caráter reservado, busque a assessoria para isso. Agora, o depoimento, no caso de menores, é claro que será reservado e também de pessoas que estão sob ameaça de morte; essas pessoas deverão ser ouvidas de forma reservada.

Ouviremos, também, depois, entidades que poderão prestar seu depoimento se caso tenham dados que mereçam uma conversa mais reservada com a Comissão, e que procurem a assessoria para que possamos agendar.

Determino à secretaria que providencie a entrada ao recinto de Ana Nóbrega da Silva, Conselheira Tutelar de Cabedelo. (Pausa.)

Termo de compromisso: nome completo?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Ana Nóbrega da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Número da Identidade?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Não sei de cor. RG nº1665603.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A depoente se compromete, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigada a depor contra si própria, nos termos do art. 5º, Inciso LIII, da Constituição Federal.

Ana Nóbrega, você é Conselheira Tutelar de Cabedelo?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Você, então, terá um tempo para dizer a esta CPMI o que sabe sobre a rede de exploração sexual em Cabedelo, e, depois, os Parlamentares lhe farão perguntas. Você quer que já comecemos a fazer as perguntas? Você terá um tempo de vinte minutos para expor o que sabe. Se houver algo que você prefira falar em caráter reservado, diga na hora. Certo?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Pode começar.

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Boa-tarde. É um prazer poder colaborar com a CPMI. Como o Deputado falou, já depus na outra vez em que a CPMI veio a João Pessoa. O caso já foi passado em caráter sigiloso. Não gostaria de expor aqui o caso que coloquei para preservar minha pessoa, pois trabalho junto à comunidade de Cabedelo. O que passei já foi suficiente. Inclusive, já dei o nome de outra Conselheira Tutelar, que acompanhou o caso mais de perto e que também veio disposta a colaborar. Estou à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Em termos gerais, como Conselheira Tutelar, a exploração sexual no Município de Cabedelo existe ou não?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Existe. Existem casos de prostituição na área em que atuamos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Você atua em todo o Município de Cabedelo?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Cabedelo tem dois conselhos tutelares. O Setor 1, que compreende a área do Centro, Camalaú, Jardim Manguinhos, parte de Camboinha; e o Setor 2, área em que atuo, compreendendo a praia do Poço, Recanto do Poço, Jacaré, Vila Feliz, Oceania, Renascer II, III, IV e Salinas Ribamar. É essa a área em que atuamos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Essa situação acontece em toda área ou é localizada?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – O caso que trouxemos é localizado. Não gostaria de expor aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Você não pode dizer nem a área?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário para fazer suas perguntas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Boa-tarde, Ana Nóbrega.

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Boa-tarde.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Meu nome é Maria do Rosário e sou Relatora da CPMI. Nosso objetivo é buscarmos informações sobre as situações de exploração sexual e a enfrentarmos. De quantos casos de exploração sexual de crianças o Conselho Tutelar tem recebido denúncia?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Só esse caso que trouxe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só esse caso de que temos conhecimento?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Só. Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você prefere não falar desse caso de forma mais objetiva para preservar seu depoimento?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Para preservar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você se dispõe a falar, de novo, reservadamente, se tivermos dúvidas? Existem dúvidas ainda.

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a tua formação profissional?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Sou psicóloga clínica.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há quanto tempo você trabalho no Conselho Tutelar?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Há cinco anos. Esta é a minha segunda gestão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nestes cinco anos, você só teve conhecimento deste caso de exploração sexual que chegou ao Conselho Tutelar?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Que eu tenha conhecimento, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É comum as crianças chegarem ao Conselho Tutelar por alguma outra forma de violência ou de negligência e, depois, vocês identificarem situação de exploração sexual?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Já nos chegaram casos de crianças espancadas ou trazidas pelas escolas por mal comportamento em que verificamos ter havido abuso sexual.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você considera que a violência sexual é uma forma velada de violência, mais difícil de ser identificada?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você tem conhecimento de autoridades envolvidas com a exploração sexual em Cabedelo?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Até o momento, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pergunto ao Deputado Luiz Couto e às colegas Parlamentares se não é o caso de ouvir a depoente posteriormente, de forma reservada, já que ela tem a disposição de colaborar e de contribuir, mas manifesta claramente que não deseja tratar do caso em si publicamente, embora seja Conselheira Tutelar em atividade?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a palavra a Deputada Almerinda.

A SRª ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Como ela quer falar reservadamente e se formos fazer qualquer tipo de pergunta entraremos num assunto talvez mais delicado, creio que é melhor que tenhamos outra oportunidade e passemos para outro caso.

Agora, quase todos os casos aqui comprometem a alguém, autoridades. Temos de saber quais os casos que poderemos ouvir aqui. De repente, poderíamos ouvir pessoas voluntárias que estão presentes, porque creio que isso enriqueceria seu trabalho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Creio que a Deputada Ann Pontes quer fazer uma consideração. Depois, quero fazer uma pergunta à depoente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Srª Relatora, só para ilustrar, já que estou chegando agora,

sou do Estado do Pará. E você, Drª Ana, poderia nos informar qual é a estrutura que o Conselho Tutelar no qual atua dispõe para o trabalho? Na sua avaliação, ele atende às demandas, é suficiente para o bom desenvolvimento do seu trabalho? Você teme ou já sofreu algum tipo de pressão política no exercício das suas atividades? Mais ainda, na sua opinião, qual a maior dificuldade para que o Conselho Tutelar consiga enfrentar a contento o combate à exploração sexual, no tocante à sua área? Você falou que existem duas áreas. Relate-nos a sua realidade. E mais: quando chega uma denúncia, que tipo de parcerias o Conselho Tutelar procura estabelecer? Aciona o Ministério Público ou a Polícia? Como é que se dá o trabalho propriamente dito?

Sr. Relatora, eram essas as perguntas que eu tinha a fazer.

Muito obrigada.

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – A realidade em que atuo é muito difícil e problemática porque são favelas. Há dificuldades no Conselho. A estrutura não é cem por cento boa em relação a outros Conselhos Tutelares do País. Temos uma estrutura que dá para trabalhar, mas ainda não está ótima. Faltam ainda algumas conquistas.

Em relação às parcerias, quando chegam casos de qualquer natureza, como envolvimento de drogas ou adolescentes infratores, passamos para a polícia, para a 7ª DD. Em alguns casos, têm dado excelentes resultados, mas, em outros, ainda há uma morosidade muito grande.

Em relação a ter havido algumas pressões políticas, até o momento, não tem havido nenhum tipo. Pelo contrário, a administração procura sempre ajudar, na medida do possível, a estrutura, quando esta necessita ser melhorada.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por gentileza, Drª Ana, então, só exemplifique qual seria a estrutura que faltaria para implementar, já que pode servir de subsídios de contribuição ao relatório da Deputada Maria do Rosário. A senhora atribui a que essa morosidade junto à questão da polícia em determinados casos?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – As estruturas na instalação. No caso, precisaria de um transporte específico que permanecesse à noite, viaturas que ficassem à disposição. À noite, não temos a devida estrutura para funcionar. Então, as conselheiras ficam sob aviso, e atuamos nos casos que aparecem durante à noite. Seria preciso que o Conselho ficasse aberto à noite também. Então, precisa dessa estrutura.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu lhe perguntaria como essas denúncias que a senhora recebeu acerca da exploração sexual chegaram ao conhecimento do Conselho?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – São cinco conselheiras, e acredito todas elas receberam esse tipo de denúncia. Uma mãe nos procurou e relatou o caso dessa casa de prostituição. Então, havia outra conselheira que já estava atendendo esse caso, e a denúncia foi repassada. Depois, outra conselheira recebeu uma carta anônima, e ainda houve o caso de outra conselheira que recebeu telefonema anônimo. Então, são várias denúncias...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Do mesmo caso.

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA –...do mesmo caso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, é um caso de conhecimento dos vários membros do Conselho Tutelar.

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Isso. Então, as denúncias foram...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E qual o procedimento que o Conselho Tutelar tomou?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Foi passado para a 7ª DD, através de ofício – inclusive, a outra conselheira está aí está com a documentação –, e também para o Ministério Público.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora observou que esse caso foi devidamente tratado, no âmbito da 7ª DD?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Olha, quando nós recebemos a primeira denúncia, ela estava numa determinada localidade. Aí, a polícia foi até lá e acabou nesse local e depois transferiu-se para outro. Entendeu? Acredito que ainda continue.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Foi aberto inquérito ou não?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Aí não sei dizer os procedimentos na delegacia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A primeira notícia que a senhora obteve foi em que mês?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Não decorei a data, mas a documentação que está com a outra conselheira está.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, já vamos requerer cópia da documentação, para que possamos verificar se houve... porque, por parte do Conselho Tutelar, a senhora considera que este tomou o seu procedimento: avisou quem, notificou devidamente, no caso, a Polícia Civil. Todos sabemos que não é tarefa do Conselho estabelecer uma ação de repressão a um lugar de exploração sexual de crianças e de adolescentes. O Conselho tem que proteger as crianças e os adolescentes, mas a polícia foi avisada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quem é o Delegado da 7ª DD?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – O titular é o Dr. Alberto do Egito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Foi ele que recebeu?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Recebeu. E você disse que a atuação da polícia foi fechar o local, que depois foi reaberto.

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Foi reaberto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Vocês acompanharam esse processo na polícia ou não?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – A conselheira, que está aí também, até procurou saber o endereço de onde está morando essa pessoa. Dizem que ela não tem local fixo. Na documentação, vocês vão ver com mais detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Você foi eleita conselheira tutelar quando? Você está exercendo esse cargo desde quando?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Já é o segundo mandato.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Essa pessoa que você diz que não quer revelar – e aí você coloca que quer continuar o seu trabalho, mas eu pergunto: você também tem receio de que algo possa acontecer contra a sua pessoa ou contra alguma pessoa de algum conselheiro?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Temos, assim, por atuar na área. Então, segundo informações, não são pessoas de boa índole e a outra conselheira tutelar mora até próximo lá do local.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E você recebeu alguma vez alguma ameaça, explícita ou velada, dessa pessoa?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Não, em relação a esse caso não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – No caso da denúncia que foi encaminhada à polícia e ao Ministério Público, vocês têm conhecimento das providências que foram tomadas pelo Ministério Público? Que providências foram tomadas?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Até, assim, depois que foi fechado lá nesse local e foi reaberto em outro, então aí, eu, minha pessoa, não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quem foi o promotor que recebeu a denúncia?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Não estou bem lembrada se na época foi a Drª Anita, não sei, está na documentação. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas não tem como ou não tem conhecimento das providências que foram tomadas para que as investigações pudessem ser feitas?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Não, assim, ultimamente eu não estou sabendo não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa mãe que procurou vocês, a filha dela estava envolvida?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – O filho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O filho? O filho era explorado sexualmente?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Era, isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era a mãe de um menino...

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – De um menino.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) –... que era explorado sexualmente?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela que fez essa procura... Outras mães procuraram também, ou não?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Não sei com as outras conselheiras...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vocês chegaram a conversar...

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Inclusive, na denúncia em que nós trouxemos a documentação, tem nome e endereço dessa mãe. Não sei se ainda é o mesmo da época que ela fez a denúncia. Tinha nome, endereço, telefone...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vocês chegaram a atender o menino, ou não?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele foi incluído em algum programa de atendimento?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Eu não sei, porque assim: quando recebi a denúncia, aí foi passado para outra conselheira, que já estava com esse caso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E Cabedelo conta com o Programa Sentinela?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Conta, Cabedelo conta com o Programa Sentinela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas crianças são atendidas no Programa Sentinela?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Eu não sei, assim, te dizer os dados lá do Programa Sentinela, certo? Mas, assim, nós já encaminhamos algumas crianças, com exploração sexual doméstica.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Deputado Luiz Couto lhe perguntou e para mim seria

importante saber: tem o histórico dessas pessoas que estão promovendo a exploração sexual, de violência contra pessoas? Tu conheces de alguma forma... Justamente por isso é que tu não queres depor agora, dizendo o nome das pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Que você falou que são pessoas perigosas.

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Então, se essas pessoas já têm uma história de violência na cidade de Cabedelo?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – De Cabedelo e, assim, dizem também que essa pessoa já veio de outra cidade...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E que teria alguma vinculação com alguma atividade criminosa além da exploração?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Tem. Drogas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Drogas. É isso que eu gostaria de lhe perguntar. Vinculada a essa questão da exploração, está também a questão do tráfico de drogas?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Isso? Pode falar...

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – De uso de drogas, que também foi repassado, junto...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E essas pessoas seriam...

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA –... com a exploração e uso de drogas nessa casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E esses menores seriam utilizados como "aviões" para essa pessoa que tem essa casa?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Agora aí, assim, eu não sei...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Desde que ela...

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA –... confirmar a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – ... repassa droga para que eles possam vender para outras pessoas? Isso ficou...

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Aí eu não sei, assim, afirmar não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só mais uma questão: o esquema criminoso continua em curso, está acontecendo ainda hoje, muda o endereço, mas continua acontecendo, é isso?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Você, no caso, teria dados novos para além daqueles que você disse para aquela diligência que aconteceu e que lhe ouviu durante um tempo que esteve aqui, se você teria mais alguma coisa a acrescentar, de forma reservada, para esta CPMI?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Não, não teria dados novos, não é? Só que veio outra conselheira, que era a que estava acompanhando o caso, e ela está com a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muito obrigado, Ana Nóbrega.

Solicito que faça entrar a este recinto...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputado Luiz Couto, pela ordem. Vamos combinar com A SRA. Ana Nóbrega para posteriormente retomarmos o depoimento dela de forma reservada. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. No final.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Sª poderia aguardar então em outra sala, para ouvirmos a outra conselheira?

A SRA. ANA NÓBREGA DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Solicito que faça entrar Liliane Félix Pessoa, que é também conselheira.

Registro as presenças de Luciane Araújo, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de João Pessoa, vice-Presidente da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, Paraíba; de Maria de Fátima Pereira Alberto, Setor de Estudos e Assessoria de Movimentos Populares – Seampo, da Universidade Federal da Paraíba; de Marlene de Melo B. Araújo, Setor de Estudos de Assessoria de Movimentos Populares – Seampo/UFPB, e membro da rede Edex/PB; Lutzemberg Antônio da Silva, Casa da Menina/Bayeux; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bayeux; Zuleide Ferreira da Silva, Pastoral do Menor; Mário Inácio da Cunha, Pastoral do Menor; Roseana Cavalcanti da Cunha, Programa Sentinela, Campina Grande, Paraíba; Ricardo Brindeiro, Projeto Beira da Linha; Dimas Gomes da Silva, Casa Pequeno Davi; Edson da Silva de Figueiredo, Pastoral do Menor; Maria Lígia Malta de Farias, Comissão de Direitos Humanos da UFPB; José Tosi, Comissão de Direitos Humanos da UFPB; Inês Eunice, Pastoral do Menor; Nadja Diógenes Paletó, Vereadora do PSB; Marina Sobrinho, Centro da Mulher Oito de Março; Temis Gondim de Oliveira, Edex; José Landi de Lopes Jácomi e outras pessoas que depois deverão ter registradas as suas presenças aqui.

Liliane Félix Pessoa, Identidade nº 796.581, SSP/PB; CPF nº 395.602.014-68, casada; endereço: Rua

Sol Nascente, Q. 30-B, lote 24, Oceania, cidade de Cabedelo, Conselheira Tutelar. O local onde exerce a sua atividade atualmente é o Conselho Tutelar de Cabedelo, Setor 2, e não é parente em nenhum grau de pessoa envolvida.

A depoente compromete-se, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigada a depor contra si própria, nos termos do art. 5º, Inciso LIII, da Constituição Federal.

Liliane Félix, esta é uma audiência pública onde todos os depoimentos são colocados. Se você tiver alguma coisa que se reserva de dizer numa reunião de caráter reservado, no momento, você diz que gostaria.

Gostaríamos que você falasse sobre o fato que aconteceu na região onde você atua como Conselheira Tutelar, envolvendo a prática de exploração sexual com vinculação com droga. Parece que você tem documentação para entregar a esta CPMI.

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Boa-tarde para todos. Assim que cheguei ao conselho, na minha primeira gestão, recebi essa denúncia. Estávamos eu e a menina que foi afastada do conselho, a Gisele. Recebi uma denúncia da Praia do Jacaré, da Vila dos Pescadores e falei com a moça que ligou para a minha casa, chamada Márcia. Quando trabalhamos numa comunidade, logicamente sabemos que existem vários fatos, e muitos não podemos falar abertamente, como disse a ela. Não estou me omitindo de falar a verdade; jamais. Preservo a minha família, assim como a minha vida. Creio que se eu abrir a boca abertamente aqui, amanhã poderei amanhecer morta, assim como as minhas filhas e a minha família.

A Ana Nóbrega já esteve nesta Comissão e creio que ela já falou... Eu estava ouvindo dali e ela falou... Faço minhas as palavras proferidas por ela. Ela falou exatamente o que está ocorrendo.

Realmente recebi esse caso. Tirei até uma cópia do material que posso passar a V. Exªs. Sinceramente, não tenho muito o que falar. Agora, essa audiência aqui chegou... E quando recebi a carta, mandei uma cópia da documentação para o Delegado, Dr. Alberto do Egito. Na época, a Promotora era a Drª Anita; foi assim que eu cheguei. Mandei esse relatório e depois fui convocada para a CPMI, o que me pegou de surpresa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Na realidade, quantas adolescentes estão envolvidas nessa questão?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Nessa?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim.

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Na denúncia, as adolescentes têm 10, 11, 12 até 17 anos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E essa casa é freqüentada? Essas adolescentes são também usadas?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Segundo a denúncia...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim.

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – A partir de 08 horas da noite, eles fazem essa baderna nessa casa – é o termo falado. Com certeza, V. Exªs entenderão o meu linguajar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certamente. Pode falar.

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Eu trabalho em favela e falarei de forma que V. Exªs possam entender e que eu sei me expressar melhor.

Então, a partir de 08 horas, eles passam a beber. Segundo informações, meninas com 10 e 12 anos fazem sexo uma com a outra. Veio um rapaz de Recife que faz tatuagem nas adolescentes, ou seja, nas crianças – 10, 12 anos – e nas adolescentes. O negócio é sério. Registramos a denúncia e passamos adiante, e o Conselho Tutelar tem a sua parte a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E essa casa é freqüentada por quem? Na denúncia, não há informações de quem freqüenta essa casa?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Está tudo registrado e escrito aqui, inclusive sobre a pessoa que responde pela casa e pelo aluguel. Quanto às pessoas que freqüentam, não sei falar o nome delas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Você sabe, mais ou menos, quem freqüenta essa casa sem dizer nome? São pessoas da área ou de outros locais?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Têm aquelas crianças e aqueles adolescentes pobres da Vila Feliz, de Jacaré...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo.

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – E têm alguns filhos de papai, sim. Há cinco conselheiros, e cada um dá plantão em dia diferente, mesmo auxiliando uns aos outros. Então, uma mãe chegou lá muito desesperada e pediu para a Gisele que, por favor, fizesse algo, porque os filhos dela – de situação até mais ou menos – estavam tirando as coisas de casa e roubando para pagar o aluguel, segundo está aqui. Quero lembrar para não falar palavras que não estão escritas. Eles estavam roubando as coisas de casa para dar dinheiro a determinada pessoa para pagar aluguel, sabendo até que eles faziam tatuagem nas partes...

No caso, quando a denúncia chegou, disfarçadamente, comecei a andar em Jacaré olhando para analisar a situação. Faço parte da evangelização da Igreja e sempre observo uma coisa com a outra. Então, eu sempre perguntava: "Essa pessoa ainda está aqui?"

Respondiam: "Está, mas só depois de 8 horas." "E a polícia veio aqui?", eu questionava. Diziam: "Veio, mas já passou". Sempre há aqueles comentários que não nos convém falar. E já passaram para outra casa.

Na verdade, se alguém quiser descobrir algo, com certeza, chegando lá, não será difícil encontrar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quer dizer que a polícia sabe?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Sabe.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sabe da existência e do local, passava e...

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – É o que as pessoas falam.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – ...não fazia nada.

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Com certeza, a polícia sabe, porque entreguei essa documentação na 7ª DD, na Delegacia de Cabedelo, e há uma cópia de que entreguei. Quer dizer, entreguei o papel. Saber, a polícia sabe, mas não sei quais as providências que foram tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Qual é mesmo a faixa etária dos adolescentes que você disse?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Na denúncia, consta de 10, 11, 12 até 17 anos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quais seriam as pessoas que se utilizariam desses adolescentes, que seriam exploradoras, que usam e abusam desses adolescentes? A senhora disse que há filho de papai?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Como a menina disse, vem um pessoal do Intermares, um pessoal que já vem para lá. Tenho aqui a denúncia de uma mãe que, desesperada, foi ao conselho. Então, está confirmando as denúncias que estão fazendo. Todo mundo diz tudo, mas, na hora de provar, todo mundo tira o corpo fora e, se a gente for enfrentar, mostrar, termina sobrando para nós. A corda quebra do lado do mais fraco. Então, não posso saber as pessoas, porque verdadeiramente...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A senhora tem receio de que, se revelasse, algo poderia acontecer contra a sua pessoa ou contra a sua família?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Na verdade, eu moro bem perto da favela. Com certeza, existem pessoas que freqüentam também a mesma área. Quer dizer, termina chegando lá os assuntos e sobra pra quem está lá. Com certeza, posso passar xérox do documento, mas, como falei para a moça, não tem como a gente abrir abertamente em nome de "a", de "b" ou de "c". Isto não vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas, no depoimento da mãe, ela cita essas pessoas?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Sim. Inclusive, ela deixou o nome dela, os telefones. Se não me engano, um celular e um residencial. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Seria importante ouvirmos a mãe, se ela quiser colaborar, pois o caso é importante.

Concedo a palavra à Relatora e, em seguida, à Deputada Almerinda.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando vocês receberam a denúncia dessa mãe, vocês já haviam ouvido falar dessa situação? A denúncia da mãe apenas comprovou aquilo que vocês, de outra forma, já tinham conhecimento?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Antes deu entrar no Conselho Tutelar, eu já conhecia isso, eu já sabia dessas coisas que aconteciam, porque as pessoas comentavam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora está há cinco anos no Conselho Tutelar?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Não, estou há mais ou menos um ano e oito meses.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, a senhora é da nova gestão.

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Da nova gestão – é verdade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, antes, a senhora já tinha conhecimento? As pessoas comentavam?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Que essa determinada pessoa dizia que não queria casar, que não queria namorado, nem família, mas gostava de manter a casa dela muito animada. Essas coisas assim que vocês devem entender, não é?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há quanto tempo a senhora tem informação sobre o funcionamento dessa casa? A senhora poderia dizer que funciona há uns cinco anos?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ou mais?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Não sei. Quando eu entrei no conselho, as pessoas já comentavam: "Fulano é assim, assim". Mas era aquela conversa normal, do dia-a-dia, que as pessoas comentam: "Fulano bebe demais, sicrano se droga mais". Essas coisas do dia-a-dia. Agora, em termos de saber mesmo que funcionava, foi depois que eu entrei no conselho e as pessoas começavam a comentar e coincidiu de mandar uma carta para o conselho e sempre as pessoas denunciavam. Inclusive, eu recebi uma denúncia e a Gisele recebeu outra. Sempre as pessoas comentavam e nós dizíamos que já havíamos mandado para o ministério.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora disse que a Gisele foi afastada do Conselho Tutelar, por quê?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Porque ela vai ser Vereadora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque ela é candidata. Não foi afastada por nenhuma irregularidade?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Não, não. Ela é uma pessoa séria.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, ela se afastou por outro motivo. Quantas adolescentes e crianças a denúncia diz que estão na casa sendo exploradas sexualmente?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Não diz a quantidade, mas são várias.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vocês estiveram no local, depois de receberem a denúncia? Alguma dessas ações da polícia vocês acompanharam, uma vez que há crianças entre 10 e 12 anos?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Eu passei disfarçadamente como motorista, procurei saber. Ela já havia mudado dessa casa, já estava em outra casa. Entendeu? Na semana passada, ouvi um comentário de que já havia outra pessoa envolvida, que ela já teria desistido. Inclusive, até a moça que ligou lá para casa me pegou de surpresa, eu já estava dormindo, e disse: "Olha, já até me falaram que já tinha acabado, fechado, sei lá". Depois, falaram assim que já tinha outra pessoa fazendo o mesmo serviço que ela. Mas isso oficialmente não chegou até os meus ouvidos, no conselho, até o momento. Entendeu?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, oficialmente, vocês tem a denúncia de uma casa, mas pode existir mais do que uma casa no Cabedelo?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – É. Na praia do Jacaré.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na praia do Jacaré?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – É. (Pausa.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em nenhuma das operações feitas pela polícia, o Conselho Tutelar esteve presente?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Nós não acompanhamos assim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A polícia nunca chamou o Conselho Tutelar para...

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o Conselho Tutelar nunca propôs à polícia uma ação conjunta?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Nós já tivemos algumas palestras, pedimos realmente parceria, apesar de que a Polícia Militar tem me apoiado sempre que eu preciso, eles têm me ajudado. Agora, o trabalho do conselheiro é muito difícil mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu reconheço que é difícil, mas seria natural que houvesse um trabalho integrado, porque envolve crianças e que uma operação da polícia deveria necessariamente ser acompanhada pelo Conselho Tutelar para verificar a situação das próprias crianças. Essa iniciativa vocês nunca tomaram também. E por que não tomaram essa iniciativa? Vocês têm medo de represálias?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Eu, particularmente, não tenho medo. Agora, o nosso trabalho, o pessoal denuncia. Nos fazemos relatório, fazemos visitas. Por exemplo, uma casa que está funcionando com pessoas drogadas, com adolescentes e crianças. A gente chega lá para quê? Não temos voz de prisão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois é. Por isso, junto com a polícia.

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – E a polícia, eles me procuram à meia-noite, às duas horas da madrugada já me tiraram para resolver algumas coisas nas delegacias, mas fazer isso assim não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso não aconteceria?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Não, nunca aconteceu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora respondeu ao Deputado Padre Couto que a situação ali era de exploração sexual e também de envolvimento com drogas.

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – No depoimento... nas cartas aqui tem: drogas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De onde é que vêm as crianças e adolescentes exploradas sexualmente ali? Como é que são aliciados?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – De acordo com a denúncia, pessoas de lá se juntam para beber e se drogar. Quanto à droga, tem aqui dizendo que era um rapaz do Recife que vem tatuar as meninas e traz a droga de lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas meninas são encontradas numa praça ou na escola? Tem meninos e meninas também?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Nós que vivemos na comunidade sabemos que não precisa encontrar em lugar nenhum. Eles vivem soltos mesmo e se juntam para fazer o que eles querem. Na nossa situação de conselheiro – sei que a senhora não fez essa pergunta –, muitas vezes tenho até chorado porque nos deparamos com aquelas crianças que, muitas vezes, os pais estão drogados, bêbados, a moradia é terrível, não têm alimento. Muitas vezes, ficamos com

aquela criança, sem ter onde abrigar, porque não temos uma casa decente onde possamos manter a criança. Cheguei até a levar uma criança para minha casa e ficar com ela alguns dias, tratar do pé dela, que estava apodrecendo. E depois, o que é que eu faço? (a depoente chora.) Desculpe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Imagina. Está claro que a senhora não conta com uma retaguarda, não tem política...

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Não tenho. Fica difícil o nosso trabalho. Então, ficamos apelando, para quando nos depararmos com uma criança com uma situação dessas tenhamos onde colocá-la. Para nossa casa não podemos levar. Não tem abrigo. Uma vez, até escondemos uma família no conselho. Fizemos isso no ano passado, escondendo de marginais. Juntamos cinco conselheiras, demos comida à mãe e às crianças, porque não tínhamos para aonde mandá-los. Pedimos ao Dr. Alberto que prendesse o marginal e a gente deu uma de polícia mesmo. Até uma conselheira que está afastada foi lá levar a intimação. Depois que ele foi embora, a família retornou. Mas é muito difícil o trabalho do conselho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Liliane, eu te cumprimento porque sabemos que é difícil. Vocês estão aqui na ponta do atendimento. Nós aqui também viemos de atendimento da área social, de crianças... A gente conhece, todos nós Parlamentares que estamos aqui: lá no Pará, lá no Rio de Janeiro, aqui mesmo na Paraíba, lá no Rio Grande do Sul. Então, a gente sabe que existem bolsões de pobreza, de abandono em todos os lugares, quando a gente fala em Brasil, mas o Conselho Tutelar está ali na frente precisando realizar um atendimento e não tem com quem contar, e o Conselho Tutelar não faz milagres. Então, somente a existência do conselho não vai resolver os problemas das crianças brasileiras; é preciso que as famílias estejam numa situação melhor de vida, mas é necessário que existam também políticas públicas. E aqui nós precisamos saber quem é que está cometendo esses crimes, porque além de toda a situação de pobreza e de abandono, vêm os criminosos, porque são, abusar e explorar sexualmente crianças, oferecer drogas...Que tipo de coisas eles oferecem para crianças de 10 anos? Tu não sabes isso? A denúncia não trouxe isso?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – **Não, eu não tenho conhecimento.**

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque as vezes é um jantar, é um perfume, é um enfeite, até que elas comecem a usar drogas dentro daquele esquema, começando pelo álcool... Isso vocês não tiveram notícia?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Quanto a esse caso aqui que estamos falando, não. Mas temos outros casos, que são pessoas um pouco idosas, de meninas entre 12 e 13 anos que estão crescendo eles oferecem, crianças que não têm o que comer em casa, moram em barraco, em situação miserável em que os pais muitas vezes estão presos – temos casos assim no conselho. Então, chega aquele homem e bota dez reais na mão de uma criança, não vou falar nem adolescente, e ali eles levam para determinados lugares e fazem o que eles querem – às vezes, eles nem completam o ato, não é? – e deixam a criança totalmente viciada nessas coisas. Temos casos assim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vocês têm muitos casos no Conselho Tutelar assim? Tem sido comum?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Eu tenho compartilhado de um bocado de casos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Diga-me uma coisa Liliane: em alguns desses casos, você já viu o criminoso responder e ficar preso?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Sim. Teve casos em que conseguimos colocar, não a minha pessoa, mas outras conselheiras com a ajuda da polícia e do Sr. Promotor. Tem caso de pessoas presas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu te perguntaria ainda: no Porto de Cabedelo, os navios que atracam, chegam lá e vão oferecendo coisas que trazem, entendeu? Tem acontecido isso? Vocês têm registro de pessoas tanto estrangeiras quanto daqui que estejam utilizando o porto como lugar de exploração das crianças?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Quanto ao Porto de Cabedelo eu não tenho conhecimento de nada não, porque lá quem atua é o Conselho 1. Porque temos dois conselhos: o Conselho 1 e o Conselho 2 e eu já moro um pouco distante, por isso não é do meu conhecimento assim que eu possa falar. Agora, na base do dia-a-dia, sabemos que em toda a área tem isso, não é? É muito difícil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – São as minhas questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Passo a palavra à Deputada Almerinda

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Veja, Liliane, o quadro que, realmente, nós convivemos em todo o Brasil. Eu mesma que sou do Rio de Janeiro vivo isso, vocês devem acompanhar a situação em que vivemos lá. Mas gostaria de saber: além de você e da outra conselheira, têm quantos conselheiros?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Nós três.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – E todos são empenhados em tentar, pelo menos, em ajudar a essas crianças, porque nem todos às vezes forma uma equipe coesa. Todos são interessados?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Eu posso falar da minha casa, do Conselho 2. Realmente nós entramos lá, tem mais dois conselheiros que são a Ana Nóbrega e a Francinéia, que está afastada. E no início, quando chegamos lá, encontramos algumas coisas desorganizadas, mas louvo a Deus pela vida das outras meninas que trabalham comigo. É uma equipe muito boa, uma saiu, mas estão sempre muito empenhadas, mas gostaríamos de ter condições para trabalhar.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Nós sabemos que os conselhos, normalmente, não têm uma estrutura que dê condições de trabalho. Você tem filhos nessa faixa etária ou são mais velhos?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Tenho duas filhas, uma com 21 e outra com 22 anos, já todas formadas, e crio uma de 3 aninhos.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Pelo menos já passaram dessa fase.

Agora, e nas autoridades? Porque muitas vezes a gente não encontra amparo nelas. Além do conselho, você precisa da ajuda da polícia, do Ministério Público, você precisa do Juizado da Infância e da Juventude. Vocês encontram o apoio nessas instituições?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Sinceramente encontramos, de acordo como eles querem dar esse apoio. Porque a conselheira tutelar, muitas vezes chego na delegacia, a sala está cheia e tenho duas a três visitas para fazer, duas de aconselhamento, de averiguação e pronto: eu tenho que passar duas horas esperando que o delegado possa me atender. Aí tem que ter aquele conhecimento, tem que estar... Mesmo assim, ele tem me atendido. No fórum, quando vou falar com o promotor, também é difícil da gente falar, mas a gente tem aquele tempo de espera, mas se perde muito tempo. A situação de trabalho, temos um carro que funciona para os dois conselhos; aí dificulta tudo, mas o que a gente pode fazer?

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Sabemos dessa situação de desestruturação das famílias que vemos hoje, da omissão do Estado também em manter essas famílias. Também no meu caso, há uma luta que travo para que seja feito o planejamento familiar. Sabemos que hoje nas comunidades mais carentes as pessoas, principalmente as meninas, estão começando a ter filhos muito cedo. Então é uma questão que também precisamos resolver junto aos Conselhos Tutelares. Trata-se de informação. Sabemos que é muito difícil, porque a juventude não quer saber de conselhos, nos acham quadrados, que não temos nada a ver com a vida deles. Mas esta é uma questão que precisamos começar a trabalhar: o planejamento familiar, quer dizer, a gravidez na hora certa. Ninguém está aqui para dizer que não tem que ter filho, claro que todos querem ter um filho, mas que seja uma gravidez na hora certa. Esse é um problema que acontece muito nessas comunidades mais carentes.

Como você se sente como mãe, e além disso, trabalhando numa instituição e vendo toda essa situação?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Sofri muito os primeiros meses. Teve um dia que cheguei chorando muito, pegamos um caso do Renascer, e minha mãe pensou até que eu tinha sido violentada; entrei no meu quarto chorando muito, chorava e não conseguia me conter. Realmente é muito difícil. Agora, quanto ao que a senhora falou sobre o planejamento familiar, isso funciona nas nossas cabeças, nas pessoas que querem vencer. Mas aquelas pessoas, a maior parte delas, não têm interesse de ter menos filhos. Eles não têm interesse.

A SRA ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Sim, mas não podemos desistir disso.

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – É verdade.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Temos que insistir, porque realmente filho só é bom quando temos condição de dar o mínimo de dignidade.

Liliane, sabemos o quanto é difícil esse trabalho, mas não podemos em, hipótese alguma, desistir porque senão a tendência é piorar. Gostaria de parabenizá-la pelo trabalho que faz. Percebemos que é uma pessoa sensível, mas além da sensibilidade, muitas das vezes, fica impotente para agir.

Penso que deve haver algumas coisas a mais que você deve passar para nós.

O que você acha que leva essas meninas a fazer isso? Porque além da pobreza – e não é só a pobreza, porque tem tantas pessoas que vivem na pobreza, tem tantas pessoas que vieram de família muito pobre e que não tiveram esse comportamento. E como você mesma disse, há meninas de 10 anos tatuando as partes íntimas, fazendo até coisas entre as próprias meninas. O que você acha que leva a tudo isso?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Creio que é a pobreza e a falta de emprego para eles, porque se eles se ocupassem eles não faziam tanta da ... É a falta de trabalho.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Seria, no caso, para os pais, porque nessa

idade elas nem podem trabalhar. E estudar, essas meninas estão estudando?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – A maior parte não. E estuda porque a gente sempre está em cima, na nossa região lá, pedindo que tem de freqüentar as aulas, mas eles gazeiam no trabalho, faltam à escola.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Mas o Estado oferece vagas para elas nas escolas ou não? Também existe essa dificuldade de vaga na escola?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Tem dificuldade, mas sempre a gente tem encontrado, conseguido colocar alguns que estão fora de sala de aula. A gente vai lá, ameaça a diretora de representar e essas coisas, e eles conseguem, terminam abrindo vaga.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – OK!

Obrigada, Srª Relatora, são essas as minhas perguntas.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a palavra a Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Srª Liliane, a senhora nos disse há pouco que teria vindo um rapaz de Recife fazer essas tatuagens. O que a senhora poderia mais acrescentar para ilustrar. É apenas uma pessoa ou mais de uma pessoa que vem fazer essa tatuagem? Em que momento ela é feita, se é na casa dessa pessoa que explora sexualmente; se a polícia já teve conhecimento desse fato novo da questão da tatuagem nas crianças e se há casos de gravidez dessas crianças que atuam nessas casas?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Quanto à denúncia, só tinha um rapaz que vinha do Recife fazer essas tatuagens e trazer as drogas. Não tenho conhecimento do nome dele nem dos adolescentes, nem quanto ao trabalho da polícia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A polícia foi informada?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Foi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tem conhecimento do fato?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Tem, porque passei o documento para lá.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O tipo de tatuagem, a senhora chegou a ver em alguma criança aonde é feita essa tatuagem?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como a senhora tomou conhecimento desse fato?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Através da denúncia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Através da denúncia. A denúncia não detalha?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Não, senhora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Só cita que há uma pessoa que faz tatuagem?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Exato. De um homem que vem do Recife.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – De um homem, especificamente.

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – É verdade.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Caso de crianças grávidas que atuam, que estão sendo exploradas?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Quanto às crianças grávidas lá, não tomei conhecimento não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Só confirme comigo: a clientela, a senhora acredita que são pessoas da região, do Estado, ou são estrangeiros, já que, pelo visto, é uma praia?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Creio que as pessoas que freqüentam mesmo são as pessoas da área, aquele pessoal da favela, da vila, aquele pessoal de lá mesmo, que gosta de tomar cachaça, beber e fazer essas coisas. E em termos das drogas, só falei desse rapaz que vinha trazer drogas para eles e fazer tatuagem. Só isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tem uma idéia de quanto as meninas receberiam para fazer esse tipo de atividade, de programa?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Na denúncia, não foi colocado, em momento algum, quanto elas recebiam?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigada, Srª Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Dª Liliane, a senhora falou que a polícia tomou conhecimento de tudo. Como a Polícia Civil se comporta no combate a esse tipo de atividade criminosa em geral? Também faz de conta que vê, que toma providência ou freqüenta também a casa, passa por lá? Como é isso?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Eu nunca vi nenhum poli... Quer dizer, não sei onde é a casa desse pessoal, onde sempre acontece, né? Inclusive estava voltando da igreja e perguntei à irmã: "O negócio lá ainda funciona?" Ela disse: "Ah, começou, a partir de 8 horas, a senhora pode ir lá." Eu disse: "Vou nada." Então, nunca vi nenhum policial passar lá, não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não. E sabe onde é o local?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Sei onde é o lugar. Assim, a vila onde funcionava. Não sei se ainda está para lá ou onde está.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Uma outra coisa, Dª Liliane: essa pessoa que tem essa casa, que, segundo sabemos, já mudou para outro local, porque a senhora falou que tem uma outra pessoa que estaria exercendo a mesma atividade num outro local, como é que ela se coloca? Qual é a profissão dela, a atividade profissional dela?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Da outra pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Dessa primeira.

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Que eu saiba, creio que ela não trabalha, não faz nada não. Só isso mesmo na vida dela.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Essas crianças são aliciadas e a senhora disse que também freqüentam esse local, além do pessoal da vila, gente da Intermares e filhos de papai.

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – É, inclusive essa mãe. O pessoal falou, não foi registrado. Também não recebi denúncia de que tinha vindo pessoas de Intermares para falar. As pessoas comentaram sobre os filhinhos de papai, porque um lugar que tem meninas, crianças, velhos bebendo, então vem aquele pessoal. Inclusive essa mãe só veio nos confirmar o que falavam. Foi uma denúncia escrita de uma mãe que esteve no conselho falando isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sei. A senhora tem conhecimento se a polícia, o delegado recebeu a denúncia? Qual foi o delegado?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – A que eu mandei para ele foi o Dr. Alberto do Egito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A senhora sabe se ele abriu inquérito?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não sabe. O Conselho Tutelar não tem acompanhado para saber se o inquérito foi aberto ou não?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Não. Eu não tenho esse conhecimento não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A Promotora foi a Drª Anita?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sabe que providência ela tomou para investigar essa situação?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Assim que nós enviamos o caso, creio que algum tempo depois, não sei determinar o tempo, mas ela saiu e entrou o Dr. Eudes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Doutor quem?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – O Dr. Eudes Saraiva.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim. A senhora disse que tem um documento para entregar.

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Tenho uma xérox da denúncia da mãe que tem dois telefones e os demais tem...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Eu gostaria que a senhora entregasse... A senhora tem alguma coisa que gostaria de dizer de forma reservada e tem receio de que algo aconteça com a senhora? A senhora tem receio de dizer isso agora publicamente?

A SRA. LILIANE FÉLIX PESSOA – Na verdade, eu não tenho nada para falar assim, como o senhor falou, coisa reservada. O que eu não gostaria de falar diante de tudo e de todos é o nome da pessoa, onde mora e daí por diante.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Presidente, nós temos algumas questões à depoente, que gostaríamos de fazer reservadamente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Então, a senhora espera depois com a Drª Ana falar para que a gente possa fazer no final.

Então, agradecemos à Srª Liliane pela contribuição. Tenha a certeza de que toda essa investigação é para que cheguemos àqueles que aliciam, mas também aos exploradores, às conexões que existem, já que a senhora coloca que há o aspecto de uma pessoa que vem de Pernambuco e que traz a droga que é consumida, além de tirar proveito, porque deve ganhar dinheiro também fazendo essas marcas nos adolescentes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem. Fui informada pela Deputada Francisca que aqui no Estado foi sancionada, em 1997, uma lei que estipula que toda e qualquer tatuagem feita em menores, em adolescentes requer autorização expressa dos pais. Então, essa pessoa, caso consigamos localizá-la, já seria enquadrada nessa lei vigente no Estado.

Obrigada. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Ainda no caso de Cabedelo, solicitamos à Secretaria que faça adentrar o Sr. Josemir Fernando de Oliveira da Silva. (Pausa.)

Após esse primeiro caso, deveremos ouvir a Drª Roseane, do Programa Sentinela, de Campina Grande, que precisa falar, porque precisa retornar a Campina Grande. Também ouviremos a Deputada Iraí Lucena. (Pausa.)

O Sr. Josemir Fernandes de Oliveira da Silva está qualificado.

O depoente se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade no que soube e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si. Foi assinado o termo.

Em primeiro lugar, Josemir, você tem tempo para coloque o que sabe sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade de Cabedelo, região em que vive e em que trabalha. Você tem esse tempo para que fale sobre o que você sabe.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Boa-tarde a todos. Informo que na cidade portuária de Cabedelo à noite, por volta das 07h da noite até às 07h da manhã, a prostituição por pessoas envolvidas... ao sair de dentro do porto, a pessoa que é embarcadiço, de outro mundo, de outro país, que vem para Cabedelo, por idioma de palavras diferentes, não paraibana... Há pessoas da cidade, tipo cafetão, que levam eles. E as meninas vão ficar "enlicitadas" com eles, de menor também, e há aquela prostituição com drogas também. Eu, que trabalho à noite, dentro da cidade, presenciei. Houve também negligência da própria polícia. A gente chama, chega atrasada. Não consegue ter êxito para fazer o flagrante do fato ocorrido na cidade. Às vezes, faz vista grossa. Ninguém quer prender ninguém. Soltam no meio do caminho por propina. Liberam.

Sou ameaçado de morte. Já levei tiros. Alguns traficantes da cidade que vendem *crack*, cocaína e maconha, já tentaram tirar minha própria vida. O senhor sabe que não tenho o que esconder. Peço a todos do Poder Legislativo que façam alguma coisa a respeito da cidade. Nunca mais teve *blitz*. Os menores estão armados de revolveres, pistolas, dentro dos colégios municipais. Fui comprar droga, mandei comprar, para saber onde tem. Consegui, dentro de um colégio, um revólver 38, pistola. É isso o que está acontecendo na cidade. Por mais que a polícia trabalhe, por mais que a Polícia Civil trabalhe, lamentavelmente, o índice de drogas, de tóxico, de prostituição, é grande dentro da cidade. Quer comprar *crack* dentro da cidade? Por R$25,00, por R$10,00, você compra. O que estou falando para V. Exª é que o uso da droga é o início, o começo do que está acontecendo. O desemprego também. Muitos não querem fazer nada na cidade e vão arrombar a casa das pessoas para roubar o patrimônio e, com isso, comprar tóxico. Do tóxico vão para a prostituição.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Isso funciona em toda Cabedelo?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Perfeitamente. Temos na Renascença, ali na Ribamar, em Camboinha. Houve um carnaval há pouco e a droga foi fácil, era possível comprar cocaína tranqüilamente dentro da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E em termos de exploração sexual de crianças e de adolescentes, funciona também nessas áreas?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Também. Inclusive a travessia de balsa não tem fiscalização. As menores passam abertamente de lá para cá e vão se prostituir em Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Em Camboinha e Lucena?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – O pessoal vai para o outro lado e volta. Há uns ambientes fechados lá. No horário da noite, de seis da noite, ninguém pode entrar na casa de ninguém. Então, a droga rola fácil, a prostituição... As menores ficam na esquina do Banco do Brasil, juntamente com meliantes. Peço a V. Exª que me coloque em um reservado que vou falar. Quero evitar a perseguição contra a minha pessoa. O que se passa é isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – No caso, você fala que existem cafetinas, aliciadores, que arranjam adolescentes para estrangeiros.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Perfeitamente. Inclusive, na cidade portuária, temos umas jangadas. O camarada chegava de jangada, encostava no navio, subia pela âncora. O pessoal saía de dentro do navio, iam farrear lá fora. Elas entravam com os camaradas, iam se prostituir.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quer dizer que a exploração se dá, inclusive, dentro dos próprios navios?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Perfeitamente, dentro do navio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor presenciou casos de barcas...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Já. Inclusive teve inquérito. O procedimento era chamado de ninja, os ninjas portuários. Os elementos chegavam na jangada, entravam. Eles traziam elas, elas pulavam e eles roubavam dentro do navio. Elas iam fazer sexo com os camaradas dentro do navio. Em seguida, se retiravam levando a quantidade de dinheiro e o que queriam.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor tem o nome desses ninjas?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – No inquérito que rolou na distrital, até a Polícia Federal fez umas prisões. Na Polícia Federal tem que eles foram intimados. Alguns foram presos, alguns que caíram na água. Foram buscá-los dentro d'água e levaram para a Polícia Federal. Foram indiciados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E os estrangeiros são de que origem? Eles são coreanos?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – De todos os países que vêm para Cabedelo. Tem uns meliantes que ficam ali na frente da igreja incomodando a missa católica. Ficam ali vendendo *crack*, cocaína, incitando as menores, às vezes assaltando os camaradas que vêm no navio. Às vezes, não pagam o ato da prostituição que a meliante fez com ele. Além disso, o pessoal sabe da situação. Não sei o que se passa na cidade que dificulta. Tem envolvimento, também, com gente da portaria, da entrada do porto. Alguns seguranças da portaria que facilitam a entrada delas lá para o navio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Josemir, há denúncias de que, além dessa conivência de funcionários do porto que deixam entrar, há também denúncias de envolvimento de policiais civis, de seguranças e também de políticos locais. Você...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Envolvimento eu vi. Não posso citar nomes. Vi dois políticos que estão no poder.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. Você tem o nome desses políticos?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Tenho. Pediria a V. Exª falar em sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Em sigilo. Mas tem envolvimento?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Porque é minha vida que está em jogo também. Vi eles de madrugada, com as duas menores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – São Vereadores?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – São Vereadores. Aí, chegaram lá, saíram, foram curtir o que queriam; voltaram e deixaram elas e se retiraram.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E você tem receio de quê?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – De levar um projétil, porque o senhor sabe que eles estão no poder, têm dinheiro. E elas são do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E isso é de muito tempo que eles estariam...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Não. Diariamente. Eu, que trabalho à noite, via. Então eu digo: Oxente, e esses dois políticos e essas meninas vão para onde? Aí, saíam, voltavam elas todas ajeitando a roupa, tudinho, com as alpercatas na mão. E olhando assim, eu digo: Oxe, na esquina do banco.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E você viu isso?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Vi.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quer dizer, você presenciou...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Aí, procurei informação. Digo: rapaz, e aqueles dois políticos com aquelas meninas? "Ah, foram para o esquema! Vai com elas pro esquema e voltam!" Eu digo: como é menino? "Pro esquema". Ah, ela vai batalhar outro dia, e assim vai.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E você quer revelar o nome desses Vereadores?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Não, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Em caráter reservado.

Uma outra que ainda pergunto é também quanto a denúncias daqueles que fazem o trabalho de atracar os navios, se eles teriam também alguma vinculação com essa atividade criminosa?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Alguns têm, porque o senhor sabe que a cidade portuária de pescaria, que acontece sob pesca, alguns cidadãos de bem que vão para o alto-mar pescar são pessoas de bem. Alguns meliantes que usufruem do poder de pescaria e vão satisfazer para outro país trazer o tóxico, não é? Bota dentro da boca de um peixe uma pistola, cocaína. Eu, que sou dentro do sistema do trabalho, da segurança, o senhor sabe que a gente fica, às vezes... "rapaz, dentro de um peixe, uma pistola TP-40, uma 12 de cano cerrado, dentro de um peixe, e um peixe do tamanho de V. Exª, do grande, não é?". O cara deixa marcado, naquele esquema todo. Aí, vem cocaína, vem maconha, vem *crack*, vem todo o tipo de droga. E, por mais que a polícia investigue, por mais que há investigações, mas há facilidade. "Aquele lá vem? Vai ter **blitz** hoje?" Pronto, se for fazer uma **blitz**, antes de...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E há muito vazamento de informação, quando...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Há. Se V. Exª for lá em Cabedelo, vai ver que até hoje não teve mais **blitz**. Se for fazer uma **blitz**, antes de a polícia chegar, já estão sabendo. Se for fazer uma **blitz**, tem que ser surpresa. Porque, se for fazer uma **blitz**, antes, "olha, esconde a cocaína, a maconha, não manda as meninas batalhar, não, porque lá vem a polícia, vai fazer **blitz**, hoje". É esse sistema que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto.) – Deputada Maria do Rosário, Relatora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Boa-tarde, Josemir!

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Boa-tarde!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Deputado Luiz Couto lhe perguntou sobre a questão do Porto de Cabedelo. O senhor já depôs, registrou que pessoas de outras nacionalidades ali desembarcam e realizam ações de aliciamento de adolescentes. Adolescentes ou crianças? Crianças e adolescentes?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Crianças e adolescentes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De que nacionalidade esses estrangeiros o senhor já chegou a ver?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Japonês, coreano. A gente não entende muito, porque eles lá vêm, os que ficam lá na portaria do porto, por ali, os que não querem nada com a vida ficam trazendo eles, levam para Ismael Faria, que é a cidade conhecida como cabaré, mas Ismael Faria, Center Lanche; vai para um ambiente que tem agora no porto, um birinaite, que é o encontro de toda a massa de elementos de alta periculosidade, uso de tóxico, e todo o aparato é ali.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então essa exploração acontece tanto dentro dos navios quanto em casas de prostituição.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – É. Tem uns ambientes lá que é dentro de casa, pensão de fulana, "ciclana". Aí, ficam tudo lá dentro do prédio, e nisso é prostituição, porque lá já tem uns "quartozinhos" reservados, não é? Então eles estão bebendo, farreando, usando o tóxico e vão para a sala reservada usar o sexo com as meninas de menor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas existe um agenciamento dessas meninas. Há pessoas que organizam isso, que lucram, que oferecem as meninas?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Tem sim, porque algumas vêm de Natal, outras vêm do Recife, chamadas pelas da cidade, por um intercâmbio entre elas. Chamam para vir, porque está tendo futuro, ganhará tantos por cento. Assim vai.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já verificou, já tomou conhecimento *in loco*, já conversou com meninas vindas do Recife e de Natal?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Vi. Como trabalhamos à noite, vemos a prostituição delas na rua com eles, andando abertamente, bebendo pelo meio da rua, dopadas de drogas, fumando maconha ou cheirando cola também. Tudo isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As autoridades tomam alguma providência ou nenhuma providência foi tomada?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Quando o fato ocorre, é de 1 hora da madrugada às 2 horas. Quando elas vão saber, já é por volta das 7 ou 8 horas da manhã, porque alguém levou uma facada, levou um tiro, há uma menina no hospital, porque não pagou, os camaradas amigos delas vão espancar e assaltá-los. Tudo isso acontece.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas essa situação que o senhor relata é volumosa, as pessoas têm conhecimento disso na cidade?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Têm. Um "senegalense" foi assaltado e o mataram, isso abalou a cidade. Quando se quer sair de dentro do navio deve-se tomar cuidado, porque se for andar por aí, você vai mas não volta. Se não fizer o jogo deles lá fora, fique aí mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas é uma atividade comum? Só o senhor tem conhecimento disso, ou o senhor e toda a cidade têm conhecimento disso, as autoridades têm conhecimento disso e o senhor é quem está trazendo a público, mas todos sabem?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Acho que todos sabem, porque lá temos que fechar a casa cedo, por volta das 7 horas da noite, e deve estar todo mundo trancado em casa, de portas fechadas, porque nas ruas da cidade andam os meliantes armados, as meninas de menor juntamente com os caras, a prostituição rolando e a lei do silêncio vem pairando no Renascer, no Jacaré, na cidade, como quem vai para a balsa para ir para o outro lado, para Lucena. Na praça ficam vários meliantes usando tóxicos, mas as meninas com programação para a prostituição. Tendo dinheiro, saem e voltam. É aquela coisa toda.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem conhecimento de alguma iniciativa que a polícia tenha tomado no sentido de coibir a ação desses exploradores, desses aliciadores, ou que o Ministério Público da cidade tenha tomado?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Detrás do fórum da cidade tem uma casa que é de prostituição. Já levei ao conhecimento e já avisei, mas menor... Mostrei até a um cidadão da Polícia Federal, falei que havia droga com força a noite toda, é maconha, cocaína, *crack* e menor, todos envolvidos. Como digo para a senhora, lamentavelmente estão lentos, está faltando gente, o efetivo está pouco, quando se chama o Siop é uma dificuldade, vem uma viatura velha com os pneus carecas. Então, é uma

dificuldade, as condições são precárias de trabalho. Quando se chega para registrar um flagrante, ninguém quer registrar, é o que está acontecendo. O índice de criminalidade e de homicídios que está rolando na Paraíba é em virtude disso, porque o elemento vai ter uma relação, não quer pagar, o traficante já manda logo derrubá-lo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor trabalha em que atualmente?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Sou funcionário público.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Da Prefeitura ou do Estado?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Do Município.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Do Município de Cabedelo?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Tomo conta do fórum à noite.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde quando o senhor é funcionário público?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Faz 14 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor decidiu falar sobre isso por quê?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA. DA SILVA – Em virtude da insegurança. Pagamos nossos impostos, confiamos no cidadão e ele, na frente da população, presencia-se como cidadão e, nas madrugadas, ele fica usando de má-fé, do poder público que ele tem também, confiável pela população e envolvido com a criminalidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, portanto, registra que tem conhecimento de autoridades envolvidas?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Lamentavelmente, quando vi aqueles dois cidadãos pegarem as meninas na frente do banco, assim que terminou o debate deles... Foram e pouco depois das 2 horas da madrugada voltaram e as deixaram. Como pode um negócio desses, todos os dois?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já fez diretamente à polícia alguma denúncia?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Eu liguei para a Polícia Militar sobre o fato ocorrido, mas quiseram logo o nome, o endereço e o telefone. pensaram que eu estava com trote. Ligavam de madrugada, eles tiram o telefone do gancho para não atender ocorrência, a DP tira o telefone do gancho. Lamentavelmente, temos o problema deles fazerem vista grossa. Muitas coisas eles não estão indo no encalço. Só se alguém chegar e trouxer de mão beijada, está aqui o serviço, o marginal é aquele ali, está se passando isso, aí eles vão fazer. Chamam o DML para levar e pronto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou escrever o nome aqui e vou perguntar se o senhor conhece essa pessoa. Não vou perguntar publicamente no sentido da sua preservação, porque sinto que o senhor é uma pessoa com disposição de contribuir. Se o senhor quiser dizer publicamente, tudo bem, mas inclusive no sentido de não exaltar os ânimos e avançarmos na identificação, gostaria que o senhor dissesse se conhece essa pessoa. (Pausa.)

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa pessoa tem envolvimento com exploração sexual de meninas no Porto de Cabedelo?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que tipo de envolvimento?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Tudo o que a senhora possa imaginar. Levar os elementos para prostituição, tóxico, drogas. Inclusive acho que foi bom. É bom no debate aqui termos pessoas envolvidas mesmo, porque é melhor perante o público o descaso social. Lamentavelmente, o tóxico é o principal, o *crack*, cocaína, maconha, bebidas e levam meninas para o sistema. Nesse carnaval agora foi um deus-nos-acuda na cidade. Abertamente a droga, tudo à vontade. Como eu sou ameaçado também, pediria a V. Exª um apoio, porque não tenho porte de arma, porque só podemos usar arma fardado, à paisana não pode. A gente que combate e vai mesmo... porque, por mim, eles estavam algemados, presos, perante o público prestando esclarecimentos, porque ele é um patriota brasileiro, confiável pela população em não fazer um negócio desse; em vez dele ajudar a sociedade já está indo contra a sociedade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa pessoa então tem função pública?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Esse que a senhora me deu o nome não. Ele só fica ali na programação do porto, é o cafetão do porto, dando as coordenadas, mandando os cabras roubar, entrar no navio... agir pra cima do cara, se tiver dinheiro no bolso bom, segurar para rasgar mesmo; as muiheres tomam do cara também os dóiares. as mulheres tomam do cara também, porque as meninas de menor não têm trabalho, não têm o que comer, estão passando fome, é o desemprego; a mãe vai trabalhar e a filha vai se prostituir.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou encerrar por aqui e as minhas colegas certamente têm

algumas considerações, mas, talvez, antes de ouvirmos a próxima testemunha, fosse o caso de fazermos algumas considerações em reservado com o Josemir com o objetivo de inquirirmos a próxima testemunha com informações mais...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A Presidência está propondo que após a oitiva de Josemir a Relatora e mais uma Deputada possam ter dificuldade de permanecer aqui. Poderia ser ouvida lá de forma reservada, e nós ficaríamos aqui e teríamos a conselheira de Campina Grande, a Deputada Iraí e a Deputada Francisca Motta, enquanto pegamos o segundo caso.

Tem a palavra a Deputada Almerinda.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Tenho muito pouco a perguntar, Sr. Presidente.

O que o senhor demonstrou para nós é que existe uma total omissão das autoridades deste local, principalmente no porto...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Tem. Lamentavelmente, a insegurança é muito grande. O cidadão saiu do navio, foi curtir e não voltou nunca mais, voltou para o país dele dentro de um caixão, morto, porque não satisfez a vontade dos meliantes, que não têm o que fazer, não trabalham e ficam prostituindo, levando as meninas para a prostituição e além disso deu aquele clima na cidade.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – O senhor disse que as autoridades, no caso a polícia, comparece quando há um caso, ou seja, quando morreu alguém...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Só chega depois, porque a viatura está longe, em Cabo Branco ou no Siop ou seja lá onde for, e com dificuldade para chegar no local, e só chega quando já está...

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – E se é algo que todo mundo sabe, isso tinha que ser uma ação contínua.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Conjunta.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Diária para que a coisa diminuísse pelo menos, porque eliminar a gente sabe que é difícil, mas pelo menos diminuir. A tendência é aumentar já que há omissão total das autoridades.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Informa que o efetivo está pouco, relata isso, ta? Diz que o contingente está pouco, com dificuldade, com viatura também incapacitada para chegar no local, às vezes com pneu furado, rebocado, aquela coisa toda.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – É. Vamos ouvi-lo reservadamente, e algumas coisas mais graves que você tenha a dizer, vamos anotar na outra sala.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Tem a palavra a Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Josemir.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Pois não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Confirmando com você. Das 19 horas às 7 horas da manhã, não há só exploração sexual, mas também venda de drogas, não é isso?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Perfeitamente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E é uma situação perfeitamente detectável. Se eu for lá, percebo tranqüilamente?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Tranqüilo, tranqüilo. Se a senhora chegar lá... inclusive têm pessoas que quer comprar drogas, vai ali e compra. Tem arma pra vender, chega lá e compra.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Chegam a oferecer?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Têm pessoas que compra. Tem arma pra vender aonde? Uma menina de programa tem ali, tal e é tanto. E por assim vai.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É o comércio de drogas e do corpo das meninas. Isso se dá ao longo da semana, de segunda a segunda, ou tem um dia que o movimento é maior?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Isso é... é porque a programação agita mais é quinta, sexta, sábado e domingo, né?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O movimento é maior nesse período? E quem seriam os aliciadores dessas crianças e adolescentes?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Quem seriam os aliciadores?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É, elas não atuam sozinhas.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Tem participação dos traficantes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Somente deles? Quem mais estaria também além dos traficantes?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Político envolvido também, porque estamos naquele clima, ele quer ganhar, ele vai investir pra ganhar. Tá me entendendo? Nós já estamos no clima de eleição, então, alguns meliantes vão investir pra ganhar a eleição dele, ele vai querer: toma aí tanto, investe lá na farra, e aí rola tudo lá, no ambiente onde vai rolar, menor, prostituição e tudo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E os taxistas?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Taxista é... eu sei pouco. Agora o pessoal lá cada um faz o seu, já é uma alternativa, né? A senhora sabe que eles trabalham, faz a viagem deles também, faz a viagem pra onde vai. Motoboy também que é mais fácil; motoboy está aberto também dentro da cidade, não está tendo fiscalização, e tem alguns que estão recadastrados, mas outros não. Você liga para o moto-táxi, pega uma menor, vai ali para um programa, volta, deixa ela lá e pronto. E assim vai. A droga do mesmo jeito. Manda comprar *crack* e vai ali na moto-táxi e compra, daquelas que estão de "bolo", porque não tem ninguém com carteira de motoqueiro, né?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor é segurança do Fórum, não é isso?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – É, trabalho.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Diante do que o senhor quase que diariamente, quem o senhor procurou? Conselho Tutelar, Ministério Público, o próprio juiz do Fórum que o senhor...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Há denúncia, a Justiça...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor chegou a fazer, a formalizar?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Todo mundo sabe da denúncia. O Conselho Tutelar tem feito o máximo que pode.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eu falo se o senhor chegou a formalizar isso que vê diariamente?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Eu sei, todo mundo sabe. Eu avisei: rapaz, como pode um negócio desse?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem o senhor avisou?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Todo mundo sabe, dentro da... o próprio comando da Polícia Militar, que trabalha lá dentro, todo mundo sabe.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Preste bem atenção para a pergunta que estou lhe fazendo: o senhor constata isso no exercício de sua profissão, mas em momento algum, fora da sua atividade profissional, o senhor chegou a ir ao Conselho Tutelar para formalizar uma espécie de denúncia?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Eu falei pessoalmente no Conselho Tutelar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor lembra da pessoa que o senhor formalizou?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Não, acho que nessas alturas já houve eleição, o pessoal se afastou.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – No seu local de trabalho, no Fórum, o senhor chegou a falar na Vara da Infância e da Adolescência?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Não, eu trabalho é de noite, de dia...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor não vai lá informar o que o senhor vê durante o dia?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Não, porque quando eu cheguei lá de noite, tive até um problema, de trás do Fórum tem uma bocada de fumo rolando no muro do Fórum. Eu tive que acionar a Polícia Militar, deram uma batida lá, prenderam uns meliantes lá de trás, foi uma correria tão grande. Eu disse: como é que vocês estão tomando conta da cidade, de trás do Fórum o uso de tóxico está rolando, abertamente?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E ao juiz do Fórum que o senhor trabalha, o senhor chegou a informar?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Informei. Ele mandou fazer diligência, mas a senhora sabe a dificuldade. Eles dizem: "Quem foi, aponte, aonde é". E vou entregar o serviço para eles de graça? Porque eles quer que eu leve o serviço na mão, que chegue assim e entregue. Como é, lá vai. Não é assim também não. A Polícia Militar quer que a gente leve na mão para levantar o nome do tenente, do capitão, quem danado for, quer que faz o serviço bem organizado. O grupo de inteligência que eles têm lá quer que traga o serviço na mão. Digo: assim, você quer fazer o serviço e ganhar no meu suor, né? Chamar na imprensa, a Polícia Militar, a guarnição, sei lá o quê, pegou um meliante assim, assim. Digo: assim, é bom demais ser polícia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas, Sr. Josemir, falo com relação ao juiz da Comarca. O senhor chegou a formalizar?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Não, eles sabem. Houve diligência, mas ninguém conseguiu pegar ninguém, porque as meninas, algumas fugiram. O Conselho Tutelar foi acionado, todo mundo foi alertado, só que na diligência de endereço, de itinerário, algumas vão para o Recife, muitas vão para Natal. É aquela dificuldade de diligência para detê-los.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor tem conhecimento da participação de adolescentes e crianças de outros Estados?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Tenho.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Do Estado do Pará, por exemplo? De que Estados?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Vem de Natal e de Recife, é o que vem mais.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mais da Região Nordeste?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Vem dos interiores.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor não tem conhecimento da ida delas pro Norte, pro Sul, Sudeste?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Vai, vai pra Natal.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem as leva? Como elas vão?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Às vezes, vão de caminhão, de carona com os caminhoneiros. Tranqüilo na BR, vai-se embora e atravessa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – De caminhão?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – É.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor teria idéia de quanto elas recebem pra praticar os programas?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – É negócio de R$50,00, R$25,00, vai dependendo do cidadão com ela, né, para satisfazer. Já o camarada do navio, elas vão querer uns dólares, um dinheiro que dê...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Elas recebem em dólares?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – É, recebem dinheiro que dê para fazer uma feira, às vezes, comprar um carro, uma conduçãozinha, um casebre simples, uns móveis dentro de casa, aquela coisa toda.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor chegou a presenciar o caso dessas crianças e adolescentes serem espancadas ou maltratadas pelos cafetões?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Às vezes, acontece, porque não racham o dinheiro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ah, elas não querem dar o dinheiro, o percentual?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – É.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Josemir, você falou o seguinte: como em geral se comporta a Polícia Civil nessa situação toda?

O SR. JOSEMIR – Faz diligência de praxe, mas ninguém localiza ninguém, ninguém pega ninguém. Diz que fugiram...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Há envolvimento de policiais com essa atividade criminosa?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Pelo que eu saiba, no momento da situação, há desinteresse da polícia de pegar os elementos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas você tem algum policial que esteja dando proteção ou apoiando?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Pelo que eu saiba, não. Só, no momento, há dificuldade. Está faltando gente que não tem condição de "amparato", de chegar ao local, de se dirigir ao inquilino para detê-los.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Você diz que conhece essa pessoa que a Deputada Maria do Rosário escreveu e que tem não apenas ação de aliciamento de pessoas para a prática da exploração sexual, mas também de tráfico de drogas.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Uma pessoa magra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É magra? Como é essa pessoa?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Uma pessoa magra, morena, que usa tóxico...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas ela usa droga também?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Usa, inclusive foi preso pela Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Foi preso?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – É, porque ele faz parte dos ninjas, aquela turma que entra nos navios, aquela coisa toda.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Esse é um dos ninjas?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – É.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Esse que você diz que conhece?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – É, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Pode falar. Você falou: inclusive...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Inclusive, no domingo, uma equipe foi lá e viu a situação dele.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. No caso específico dos estrangeiros, ele também alicia menores para esses estrangeiros?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Perfeitamente. Há envolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É menina na faixa de idade de quanto? Qual é a idade?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – De 14 anos, 17 anos, 18 anos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E tem envolvimento também de meninos nessa situação?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Tem. De meninos também, em geral.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Está certo. Você falou que, por trás do Fórum, tem uma casa...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – ...que funciona, tem droga e também exploração...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Droga, menor e tudo, a noite todinha. A Polícia Militar vem, mas não pode entrar dentro de casa. Tem que ter um mandado de prisão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Você teria condições, porque você conhece Cabedelo, de identificar os pontos onde existe exploração em caráter reservado para que depois possamos fazer diligência?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Está bom?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Inclusive, se quiser filmar, é melhor ainda.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Hein?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Filmar, né?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, você poderia mostrar para a equipe...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Melhor ainda.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Como? Você poderia mostrar para a equipe que locais são esses?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Tranqüilo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E a equipe pode ir lá filmar?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Pode filmar tranqüilo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. É verdade que, além da exploração, há também a vinculação com o tráfico de drogas? Porque a maior parte das menores também são usuárias ou aviões de drogas. Mas você falou também em tráfico de armas, principalmente nos navios de pesca.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Nos de pesca não há aquela fiscalização toda. Tanto eles levam como trazem. Levam tóxicos e trazem armas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Algumas vezes, o navio fica em alto-mar, esperando a entrada. Você já presenciou menores serem levadas para esses navios que ficam esperando ser atracados no porto?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Não. Quando eles atracam no porto, elas entram.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – No porto?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – No porto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não é em alto-mar?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Não, porque em alto-mar quem vai é o prático, para trazer navio para o porto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – O desenrolar mesmo é no cais do porto. Eles saem todos, e eles encostam.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Os Promotores de Justiça de Cabedelo também têm conhecimento de toda essa situação?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – É. Eles mandam a diligência para a delegacia fazer; é de praxe. Mas, a dificuldade é que está faltando equipe, e ninguém pega ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas, eles têm conhecimento?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – As pessoas vão denunciar eles lá. Há denúncias e tudo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Dos promotores?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Tem. Eles têm feito diligências, mas...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quem são os Promotores de Cabedelo?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – São quatro. Eu sei que há as diligências. O promotor manda fazer as diligências que são para fazer. Mas a dificuldade é que elas não se encontram no local. Elas mudam de residência.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Há algo mais que o senhor gostaria de dizer aqui? O seu depoimento será feito em caráter reservado, será ouvido, mas o senhor tem algo mais a acrescentar nesta CPMI?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA DA SILVA – Eu só peço a V. Exª que a justiça seja feita, para que a sociedade paraibana seja respeitada também. Apesar de que, de dentro de sala de aula, o aluno sai e não fica nem na sala de aula. Outras pessoas já levam os menores para a prostituição. Depois, a mãe e o pai pensam que eles estavam na sala de aula, estudando. É isso. O que eu puder, para beneficiar, também agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muito obrigado, Josemir.

Uma vez que temos dados importantes e que há a necessidade de ouvirmos, em caráter reservado, ouviremos Josemir e as duas conselheiras, porque depois teremos de ouvir uma pessoa que é acusada, e os dados são importantes, para que possamos fazer esse confronto.

Agora, vamos ouvir a Deputada Iraí Lucena. Depois, a Deputada Francisca Motta. Ouviremos também a Drª Roseane, do Sentinela. Ficaremos aqui eu e a Deputada Almerinda. E a Deputada Ann Pontes, juntamente com a Deputada Maria do Rosário, irão fazer a audiência reservada.

O senhor pode acompanhá-las.

Tem a palavra a Deputada Iraí Lucena.

A SRA. IRAÍ LUCENA (PMDB – PB) – Deputado Luiz Couto, Sr. Presidente dos trabalhos da CPMI, aqui, em nossa Assembléia, os meus cumprimentos; Deputadas Almerinda e Francisca Motta, também os meus cumprimentos. O Deputado Rodrigo estava aqui. Quero cumprimentar também a Deputada Maria do Rosário, Relatora da CPMI. Antes de mais nada, cumprimento também todas as entidades aqui presentes; Luciene Araújo, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e demais autoridades, entidades que estão acompanhando todos os depoimentos para a CPMI.

Deputado Luiz Couto, primeiramente, quero parabenizar V. Exª por ter trazido esta tão importante CPMI aqui para o nosso Estado; V. Exª, que foi Relator da CPI, aqui nesta Casa, sobre esse mesmo tema de exploração sexual. Na época, a Deputada Francisca Motta era a Relatora e o Deputado Luiz Couto foi o Presidente. Então, é muito importante para nós a Paraíba estar inserida na visita da CPMI.

Eu fiz um requerimento de minha autoria, Deputada, inclusive votado neste plenário por todos, por unanimidade dos colegas, onde solicitei que a CPMI fizesse essa visita à Paraíba, devido ao fato de terem surgido novas denúncias aqui no Estado sobre a exploração sexual e devido ao fato também desta Casa, como eu já citei, ter tido uma CPI sobre esse tema. Então este requerimento chegou às mãos de V. Exªs, em Brasília. Eu tive a oportunidade de ir a Brasília e me encontrei pessoalmente com a Senadora Patrícia Saboya Gomes, Presidente da CPMI, e ela já tinha me confirmado a vinda da CPMI aqui para o nosso Estado.

Então, antes de mais nada, dou os meus parabéns por este trabalho que daqui, distante, nós temos acompanhado, principalmente nós mulheres. Eu gostaria também de fazer um registro de que a Deputada Jeanine teve que se ausentar, Deputado Luiz Couto, mas ela está voltando, porque é de interesse de S. Exª acompanhar todos esses depoimentos, já que é Deputada pela cidade de Cabedelo.

E também eu trabalhei com o Deputado Luiz Couto. Nós fizemos parte de uma mesma CPI da qual ele foi o Presidente, aqui nesta Casa, no ano retrasado, sobre narcotráfico, enquanto eu fui a Relatora. Então, pelos depoimentos que já escutamos, nós constatamos o vínculo, realmente, Deputado Luiz Couto, que existe entre o narcotráfico, as drogas e a exploração sexual.

Eu vou ser bem breve, porque sei que nós temos outras pessoas para falar e outros depoimentos. Eu quero passar às mãos de V. Exª, de acordo com o meu requerimento, que foi embasado em cima do Jornal O Contraponto, que vem, Deputada, mencionando e divulgando amplamente todos esses casos de exploração sexual aqui no nosso Estado, que diz: "Empresários e políticos envolvidos na prostituição infantil na Paraíba". Aqui também: "Câmara quer nomes de envolvidos com a exploração sexual de menores no Estado". Outro aqui: "Paraíba é primeiro no *ranking* de prostituição infantil". Então, realmente, a Paraíba não poderia deixar de receber esta visita honrosa da CPMI do Congresso Nacional.

Digo que nós criamos, Deputado Luiz Couto, aqui na Assembléia, a Comissão dos Direitos da Mulher e de Igualdade de Oportunidades e estamos atentas a tudo que venha a dizer respeito à mulher, à criança e ao jovem. E uma das sugestões, aqui conversando com a Presidente do Conselho Municipal, Drª Luciane Araújo, é que nós estamos escutando os depoimentos da cidade de Cabedelo, o que acontece com aquelas crianças e a Drª Luciene deu a sugestão à Deputada Francisca Motta, que faz parte também, é Membro da Comissão dos Direitos da Mulher nesta Casa, de a própria Comissão ir à cidade de Cabedelo, inclusive com um tema que seria da cidadania da mulher, da criança e do adolescente. Nós propomos um debate para darmos mais cidadania, principalmente a essas crianças e adolescentes.

Então, passo às mãos da Comissão estes jornais e também não posso deixar de passar também "A Criança e o Adolescente na Mídia", que é um trabalho belíssimo. Inclusive apresentei um voto de aplauso

nesta Casa à Jornalista Janaína, que fez esse trabalho belíssimo chamado "Paraíba", que é uma análise da cobertura jornalística nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Então, é importante que a CPI tenha esse material.

E queria dizer também que entrei em contato com o Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Campina Grande, Vereador Romero Rodrigues. Falamos ao telefone, ele inclusive ficou de entrar em contato com a Itamirã, Assessora da CPMI, que ficou de vir hoje a esta Casa. Inclusive, me entregaram um dossiê para mostrar também. Ele tem um dossiê, Deputado Luiz Couto, que é importante. Não foi possível ele vir a esta audiência pública, mas, com certeza, ele me entregará e passarei às mãos de V. Exª, porque está justamente se tratando do caso de prostituição infantil na cidade de Campina Grande e nas redondezas, como o Município de Lagoa Seca.

Eram essas as minhas palavras. Parabéns, mais uma vez, Deputado Luiz Couto. Tenho acompanhado o trabalho de V. Exª no Congresso Nacional. V. Exª também que é Relator de uma nova CPI, do Crime Organizado. E agora, como Deputado Federal, V. Exª tem maiores condições do que nós aqui, como Deputada Estadual, de conseguirmos pelo menos, não digo acabar com a prostituição infantil e com as drogas, mas, pelo menos, minimizar esses problemas tão graves para a nossa Paraíba.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muito obrigado, Deputada Iraí Lucena, pela documentação. E, caso o Vereador Romero queira ainda entregar hoje a documentação, vamos ficar, pelo que estamos vendo, até tarde da noite, porque só sairemos depois de ouvir a todos – inclusive, têm pessoas de menor – e isso seria importante.

Eu gostaria de dizer que uma das orientações da CPMI é de que cada assembléia continue esse trabalho de investigação. Por que é tanta coisa que temos recebido, que não dá. Então, é preciso que as assembléias possam constituir Comissões Parlamentares de Inquérito, para continuar a investigação no que diz respeito aos seus Estados, porque temos bastante informação, mas é impossível aprofundar todas elas, porque a rede é grande. E verificamos que crianças e adolescentes da Paraíba estão sendo exportadas para Recife, para Natal e para Fortaleza e, de lá, ninguém sabe o que acontece. Sabem que elas saíram da Paraíba. E as redes internacionais acontecem inclusive com a rota Recife/Fortaleza/Natal. Então, é possível que essas menores estejam em alguns países da América do Sul, da América do Norte ou da Europa, onde, muitas vezes, o documento é adulterado para que aumentem a idade, e elas saem como se fossem de maiores, com passaporte, muitas vezes, falsificados.

Agradeço e passo a palavra agora à Deputada Estadual Francisca Motta, que foi Presidente da Comissão que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes aqui na Paraíba.

A SRA. FRANCISCA MOTTA (....) – Deputado Luiz Couto, Deputada Iraí, pessoas que estão aqui presentes, eu gostaria de dizer à Deputada Almerinda que S. Exª está muito bem acompanhada. Esse Deputado fez um trabalho brilhante aqui. Falar sobre a nossa Comissão aqui nesta CPI foi uma dificuldade muito grande. O Deputado queria um trabalho mais fechado, quanto mais fechado talvez melhor, porque na hora em que os documentos são entregues e alguém toma conhecimento, as coisas talvez não funcionem tão bem. Mas, tanto a minha pessoa como o Deputado, nós tínhamos motoristas nossos, motorista particular, não é, Deputado Luiz Couto, para entregar aquela documentação a fim de que fosse feito um trabalho mais fechado e sigiloso possível.

Então, o Deputado Luiz Couto, eu agora ouvindo-o, vi que tem tanta prática de interrogar, e fez um trabalho importantíssimo aqui. Graças a ele, existe hoje na assembléia... Fizemos um trabalho e o Deputado Luiz Couto fez um trabalho maravilhoso. Nós temos, também, Deputada Almerinda, o Estado da Paraíba também tem uma CPI da Câmara dos Vereadores. CPI nós já temos duas: a da Câmara e Vereadores que, por sinal, dizem que foi uma CPI muito bem estruturada e organizada, e também a CPI do Estado da Paraíba. Hoje nós temos a felicidade de estarmos com uma CPI, em nível nacional, formada por 11 Deputados Federais e 11 Senadores. O que esperamos, a cada CPI formada e finalizada, é que alguma coisa de concreto saia. Que essas pessoas que aqui ouvimos, com depoimentos, cada um mais sério – e este rapaz me chamou muito a atenção –, é que esses depoimentos sirvam, realmente, e que se resolvam de uma maneira mais concreta. Estávamos com o Superintendente da Polícia Federal, não é Deputado Luiz Couto? Foi muito bom ele vir aqui. Ele viu que estávamos ouvindo e que esta Comissão leve lá para Brasília o nosso perfil e, junto à CPI do Estado, à CPI da Câmara de Vereadores, tenhamos um resultado o mais breve possível.

Gostaria de dizer que tenho em mão um documento que julgo importante, Deputada. É lei na Paraíba... Sabemos que o Nordeste é muito procurado e exaltado com relação ao turismo e muita gente diz que o Nordeste só crescerá quando o turismo tomar conta dos Estados. E hoje os Estados crescem com geração de emprego e renda muito forte. Nós estamos preocupados e muito para que esse turismo venha,

mas venha de maneira sadia e não aconteça o que está acontecendo – e nós ouvimos aqui. Que venha de uma maneira sadia e seja fiscalizado. Nós estamos com um projeto que passo às mãos de V. Exª. Então, é um projeto... É lei, o projeto já foi sancionado. É uma lei no Estado da Paraíba. Está aqui o projeto já sancionado. É lei no Estado da Paraíba, que *dispõe sobre a colocação de cartazes nos hotéis da Paraíba, contendo o texto "Diga Não ao Turismo Sexual", e dá outras providências.*

Ao Governador do Estado da Paraíba:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os estabelecimentos da rede hoteleira do Estado da Paraíba fixarão cartazes junto aos painéis que exigem os preços dos seus serviços, contendo a frase: Diga não ao turismo sexual;

Art. 2º Caberá à PBTur a orientação necessária para que os hotéis fixem os cartazes de que trata esta lei;

Art. 3º O Ministério Público fiscalizará o cumprimento desta legislação e penalizará os hotéis que estejam em desacordo com a presente lei;

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Aqui está o projeto. Aqui está a justificativa.

Eu gostaria de anexar aos documentos, já que nós temos uma lei, porque sabemos e estamos preocupados com o trabalho que existe hoje em nível de Nordeste. Sabemos que é verdade que o turismo é uma geração de emprego e renda. Nós queremos o turismo, mas não aquele que venha, mais uma vez, aumentar o número que já existe neste Estado de pessoas que saiam do exterior, que vêm de outros Estados, como este moço relatou aqui, para explorar as nossas adolescentes e até as nossas crianças. Estamos cientes e queremos que esta lei, porque hoje é lei, que seja cumprida; que o Ministério Público e a PBTur encontrem mecanismos para que ela entra em vigência o mais rápido possível. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muito obrigado, Deputada Francisca Motta. Tenha certeza de que a CPI que fizemos aqui, nós tivemos uma importância fundamental porque foi a sua presença firme, ajudando para que aquele relatório pudesse trazer aqueles dados, embora não pudéssemos investigar com muito mais profundidade porque as condições não foram dadas. Mas têm algumas pessoas com documentos para entregar à Comissão. Eu perguntaria quem está presente? E também dizer à Deputada que aqui os superintendentes não estão, mas têm três delegados da Polícia Federal que estão aqui e dois agentes, que, com certeza, estão ouvindo, e as providências deverão ser encaminhadas e tomadas.

Quem gostaria de entregar documentos, só entregar documentos? (Pausa.) Já foi entregue? A Pastoral do Menor também não tinha que entregar os documentos?

(Fora do microfone alguém diz: "O Fórum também tem".)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O Fórum também. Então eu gostaria que a assessoria tomasse o nome das pessoas para a gente poder... a assessoria tomar nota das pessoas que vão... Certo? Eu preciso desses nomes aqui.

Então, para a entrega de documentos, Jorge Edson da Silva de Figueiredo, da Pastoral do Menor.

O SR. JORGE EDSON DA SILVA DE FIGUEIREDO – Boa-tarde a todos os presentes e a todas as presentes, à Mesa. Meu nome é Edson, sou da Coordenação da Pastoral do Menor Diocesana, e a gente está entregando um dossiê do Caso Lelo, um caso que aconteceu há dois anos aqui no Estado, especificamente em Santa Rita, na Comunidade Marcos Moura, de um fiscal do Estado que vinha abusando e explorando de várias adolescentes daquela comunidade. Então, aqui está o dossiê, que a gente já entregou em outro momento e agora está entregando novamente. Eu queria só ler um pouco o resumo deste relatório para dizer como está a situação atual do caso:

Comunicado da Pamen para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito: o Caso Lelo.

Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: o Caso Lelo.

Tudo começou no início de 2002 quando os agentes da Pastoral, do Núcleo da Pastoral do Menor de Santa Rita, perceberam uma mudança no comportamento de algumas meninas da Comunidade Marcos Moura. As meninas, pertencentes a famílias muito pobres, começaram a aparecer comprando balas, chocolates, cigarros, roupas novas, fato que chamou a atenção. Os educadores também recolheram relatos de mães que afirmavam que as suas filhas pediram várias vezes permissão para ir visitar a casa de um homem rico, que dava dinheiro para elas. As mães afirmavam que essas meninas voltavam com R$10,00, R$15,00, e, quando foram perguntadas sobre a origem do dinheiro, acabaram de confessar para as mães que elas recebiam dinheiro em troca de sexo oral com um homem. Por isso algumas mães decidiram pedir ajuda do Núcleo da Pastoral do Menor de Santa Rita. A partir de uma primeira investigação junto às famílias e às vizinhanças, os agentes da Pastoral souberam que havia uma pessoa que passava pelo bairro com um carro aliciando, carregando algumas menores de idade entre

9 e 14 anos. Diante de relatos chocantes feitos pelas meninas e pelas mães, os responsáveis pela Pastoral do Menor procuraram ajuda do Deputado Estadual Luiz Couto, que havia sido Relator da CPI de Abuso e Exploração Sexual no Estado, para denunciar o caso e pedir providências. O Deputado Luiz Couto, através da CPI, havia levantado as evidências da existência de um forte esquema de prostituição, de abuso e exploração no sertão paraibano, tendo Patos como cidade pólo. Em função dessas denúncias, o Deputado havia entrado em contacto com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Câmara Federal, Deputado Orlando Fantazzini, do PT de São Paulo.

O Deputado esteve na Paraíba acompanhado também pelo Corregedor Geral da Polícia Federal, e nessas visitas ficou determinado a entrada da Polícia Federal, no caso, para apuração das denúncias nos Municípios de Patos, João Pessoa e Santa Rita.

Em reunião com o Delegado da Polícia Federal e com o Procurador da República na Paraíba, Antônio Edílio, no mês de abril, foi montado um esquema policial para apuração das denúncias que resultou, no dia 17 de abril de 2002, na prisão em flagrante do engenheiro civil e agente fiscal, Aureliano Fernandes Mendes Leite, 41 anos, conhecido como Lelo.

O engenheiro foi acusado pela prática de estupro, com a presunção de violência por serem as vítimas de menor, atentado violento ao pudor, corrupção de menores, porte ilegal de armas e divulgação de material pornográfico na *internet*, com meninas menores de idade do bairro de Marcos Moura, em Santa Rita. Eram levadas para a sua residência, localizada na Rua Rui Costa, nº 800, no Altiplano do Cabo Branco. E nela foi encontrado farto material pornográfico, produzido pelo acusado, fruto dos encontros com as menores, fitas de vídeo, fotos e material na *internet*, que foi seqüestrado pela polícia. Segunda informações, recolhidas pelo agente da Pastoral do Menor, treze meninas na faixa etária de 9 a 14 anos foram aliciadas pelo engenheiro, desde o dia 15 de janeiro de 2001.

O Agente da Pastoral do Menor explicou que essas pessoas têm facilidade de agir na comunidade por conta do grau de pobreza, e acredita que outros casos estejam acontecendo em outros Municípios, onde a pobreza é acentuada.

A polícia prendeu o engenheiro em flagrante no dia de 27 de abril de 2002, e sequestrou o material pornográfico nela encontrada. Mas foi solto poucos dias depois, mediante pagamento de fiança.

Cerca de um mês depois, em 18 de maio de 2002, o juiz determinou sua prisão preventiva, mas o acusado foragiu-se e até o presente momento está em local ignorado.

Na situação atual, o engenheiro civil e agente fiscal, Aureliano Fernandes Mendes Leite, encontra-se foragido e respondendo um processo, que tramita na 9ª Vara Criminal da Comarca de João Pessoa, com o Juiz titular, Dr. Leandro dos Santos.

As mães e as meninas já foram depor. As provas que estão nos autos são abundantes, e se espera que o réu seja condenado, dando assim um exemplo para acabar com a prática de abuso e exploração sexual e comercial a crianças e adolescentes na Paraíba.

Ademais, espera-se também que as autoridades policiais empreendam buscas na tentativa de capturá-lo.

Tem um dossiê explicando melhor como aconteceu todo o caso, com matérias, reportagens, com depoimento e a gente vai entregar à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muito obrigado, Edson. (Palmas.)

Para a entrega também de documento, tem a palavra Jorge Arzabe, do Fórum Estadual/DCA-PB.

O SR. JORGE ARZABE – Exmº Sr. Deputado Luiz Couto; Exmª Banca da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nesse final de semana, dias 17 e 18, o Fórum Estadual da Criança e do Adolescente do Estado da Paraíba, realizou no Município de Patos um encontro com Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos originados em mais de nove Municípios da região. A temática desse encontro foi justamente a violência sexual na suas interfaces de abusos e exploração sexual.

Foi pedido pelo Fórum que cada Conselho Tutelar fizesse um relato dos casos resolvidos e dos casos não resolvidos ou não justamente encaminhados que tenham a sua interface com a violência sexual.

Todos esses relatos foram entregues. Não vou ler, até porque a relatoria poderá fazer. Se houver necessidade de maior averiguação, estamos à disposição para colaborar no que for necessário.

Gostaria ainda de falar sobre alguns problemas de políticas públicas que inviabilizam a persecução penal e a repressão dos crimes de exploração sexual e de abuso sexual no meu Estado, principalmente na sua área mais atingida: o sertão da Paraíba. É importante ressaltar que atualmente a cidade de Patos não tem condições de fazer perícias legais, o que inviabiliza a persecução, uma vez que todo o conteúdo probatório necessário para a persecução penal e para a instauração de um processo e a condenação dos criminosos torna-se inócua.

A única cidade onde há um IML é Campina Grande, que fica à 180 quilômetros de Patos. Não há transporte para as vítimas. Muitas vezes ocorrem casos de violência no final de semana, numa sexta ou num

sábado, e a vítima é encaminhada para o Instituto Médico Legal apenas na quarta-feira. É um absurdo uma situação como essa ocorrer num Estado, pois inviabiliza totalmente a repressão e estimula o crime contra crianças e adolescentes.

Embora talvez este não seja o local adequado, devo dizer que fizemos um levantamento, junto com os Conselheiros Tutelares e os Conselheiros de Direitos, que mostrou quais seriam as políticas públicas necessárias para a repressão e prevenção dos crimes. O nosso trabalho envolve a estruturação de planos de ação para os conselhos. Creio ser necessário dizer isso para que fique registrado, porque algumas medidas são de caráter municipal e outras de caráter estadual e federal.

Passo a ler o documento rapidamente. As propostas incluídas para o Poder Público municipal, ou seja, nos planos de ação municipal, são as seguintes: criação de disque-denúncia nos Municípios, que ainda não existe e dificulta muito o surgimento de denúncias; construção de casas de abrigo para crianças e adolescentes; melhoria das estruturas dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos de Direito – esses órgãos estão completamente desestruturados atualmente e são o ponto mais próximo da violência de direitos humanos. O Conselho Tutelar é o órgão que mais próximo está da comunidade, mas a falta de equipamentos e material para o trabalho desses conselheiros inviabiliza um melhor trabalho de combate à violência sexual.

Volto às propostas: capacitação dos professores e dos profissionais de saúde para trabalhar com o tema; promoção de atendimento psicossocial de parentes e abusadores, possibilitando o tratamento psicológico e psiquiátrico e a criação de atendimento móvel de famílias para trabalhar a prevenção de abuso sexual; orientação jurídica; oficinas de cidadania; palestras e ouvidorias para identificar os principais pontos de aliciadores.

As medidas a serem pleiteadas no âmbito estadual e federal são as seguintes: inclusão do Programa Sentinela nas cidades que ainda não dispõem desse serviço no sertão paraibano; criação de uma delegacia especializada para crianças e adolescentes na cidade de Patos com uma equipe profissional que tenha perfil multidisciplinar; recomendação ao Ministério Público estadual para a observação do princípio constitucional da prioridade absoluta, o que não tem ocorrido, nos casos que envolvem violência sexual contra crianças e adolescentes.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Agradecemos ao Sr. Jorge, representante do Fórum. V. Sª vai entregar o documento? (Pausa.) Já entregou.

Com relação ao que o Edson falou sobre o Sr. Aureliano Fernandes Mendes Leite, a CPMI está encaminhando um documento para saber se esse homem está recebendo salário e comparecendo ao serviço. A informação que temos é de que há um mandado de prisão e de que ele estaria foragido. Caso se comprove que ele esteja recebendo, pediremos que providências sejam tomadas.

A Drª Roseana Cavalcante da Cunha, do Projeto Sentinela, está presente? (Pausa.)

Ela saiu, mas não podia, porque está aqui sob termo de compromisso; ela não pode sair.

Ela está sendo convocada, intimada, e não pode sair sem que a Presidência saiba. Solicito a assessoria que verifique isso.

Ela foi intimada para comparecer, então está sob termo de compromisso, sem poder sair do recinto a não ser com autorização da Mesa, da Presidência. Espero que se resolva este caso da Roseana Cavalcante Cunha que está aqui sob o termo de dizer a verdade e ela não pode sair.

(Intervenção fora do microfone, em que alguém fala: "Roseana foi embora, alguém me disse.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – As pessoas têm que saber que são convocadas, são intimadas e aí vamos ter que ouvir todas as pessoas, ou seja, se há problema no final, todos têm que permanecer no local, porque não pode, elas são intimadas. É como se você fosse a uma delegacia, você não pode sair enquanto não prestar o depoimento. Espero que as pessoas compreendam, porque não podemos ouvir todos ao mesmo tempo, já que é uma CPI; cada um tem que prestar depoimento para que a outra pessoa não verifique o que a outra falou.

A CPI vai ficar funcionando até ouvir a última testemunha.

Solicito que faça adentrar ao plenário, o Sr. Raimundo Lázaro Pessoa Ciríaco. (Pausa.)

Já devidamente qualificado, o Sr. Raimundo Lázaro Pessoa Ciríaco se compromete a dizer a verdade, no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio.

Está assinado o termo de compromisso.

Sr. Raimundo, aqui está a CPMI reunida e o senhor tem a oportunidade de falar o que souber acerca da exploração sexual. No caso, parece que algo de uma vinculação familiar.

O senhor poderia dizer tudo o que sabe e o que deseja falar nesta CPMI.

Pode usar da palavra e falar o que o senhor quiser.

O SR. RAIMUNDO LÁZARO PESSOA CIRÍACO – Queria falar em particular.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor queria falar em caráter reservado?

O SR. RAIMUNDO LÁZARO PESSOA CIRÍACO – Acharia melhor para não expor a minha família.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas tem coisas gerais que o senhor pode falar e depois o senhor poderia falar individualmente.

O SR. RAIMUNDO LÁZARO PESSOA CIRÍACO – Não seria muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor não quer falar?

O SR. RAIMUNDO LÁZARO PESSOA CIRÍACO – Não, queria falar reservado. O senhor poderia me ouvir? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Então, o senhor vai ter que esperar que a Comissão possa ouvi-lo porque já tem outras pessoas que estão sendo ouvidas em caráter reservado. Certo?

O SR. RAIMUNDO LÁZARO PESSOA CIRÍACO – Certo. Muito obrigado. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A SRA. Maria de Fátima de Souza, está aí? (Pausa.)

D. Maria de Fátima de Souza está devidamente qualificada...

A SRA. MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA – Nada de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não. Peço à imprensa que respeite porque ela não quer que seja filmado, para que ela possa dizer o que sabe e, se tiver coisas que ela queira de forma reservada, já está devidamente qualificada e se compromete a dizer a verdade no que souber e for perguntada, não sendo obrigada a depor contra si própria. (Pausa.)

D. Maria de Fátima de Souza, a senhora veio aqui para falar sobre o quê?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muito obrigado, Dª Maria de Fátima.

Vamos ouvir agora o depoimento do Irmão Mário Fortuna. Solicito à assessoria que faça o Irmão Mário entrar no plenário. (Pausa.)

A SRA. IRAÍ LUCENA – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Pois não, nobre Deputada.

A SRA. IRAÍ LUCENA – Foi encaminhado pela CPMI um convite às autoridades aqui do Estado?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim.

A SRA. IRAÍ LUCENA – Porque é lamentável que numa CPMI de tamanha importância do Congresso, as autoridades do Estado não estarem presentes hoje à ela.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Enviei cerca de 250 convites a entidades governamentais e não-governamentais. (Pausa.)

Solicitou a palavra a Defensora Pública aposentada Francialta Batista Parente. V. Sª tem dois minutos.

A SRA. FRANCIALTA BATISTA PARENTE – Deputado Presidente, quero lhe pedir desculpas porque o momento não é oportuno, mas a cada direito corresponde um dever; aquele que não cumpre o seu dever não pode exigir direito. E o que estou lhe pedindo é que a Paraíba não está sendo cumprida por precatório. Em 2002, infringiram a Emenda Constitucional nº 30, no seu art. 100, §5º, que diz "que o Presidente do Tribunal que não pagar os precatórios em ordem cronológica é crime de responsabilidade". Eu fui criminalista, adorava atuar na área do Direito Criminal. Acompanhava o pobre e via o pobre sendo processado porque ia votar no outro lugar; pobre processado porque furtava galinha e porque a Justiça não cumpre o seu direito, porque a cada direito corresponde um dever, aquele que não cumpre o dever não pode exigir direito.

E é por isso que peço que cumpram e paguem os precatórios, porque eu sou pobre, eu sou órfão, mataram os meus pais, não tenho marido, mataram o meu marido e até agora ainda não sei quem foi quem matou. E não fumava droga, nunca roubei, nunca furtei. Então, exijo o meu direito. E digo que nós, mulheres, não temos a força física, mas temos a força moral e sabemos dar a volta por cima. O silêncio é a nossa arma, o caráter é a nossa vingança. Sorria para o mundo e o mundo voltará a sorrir para você. E quero sorrir, porque quero cumprir os meus compromissos. E peço a Deus e digo sempre: Maior que a maldade e a justiça dos homens é a bondade e a onipotência de Deus. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Obrigado.

Estamos esperando o retorno da Deputada Maria do Rosário e Deputada Ann Pontes, que estavam ouvindo em caráter reservado, porque temos duas pessoas que devem ser ouvidas publicamente e que têm a ver com os depoimentos que foram prestados em caráter reservado, porque são pessoas acusadas. Então, estamos esperando e, por isso, vamos suspender a sessão por dez minutos, até que tenhamos o retorno dessas pessoas. Porque depois teremos que ouvir também outras pessoas, pois são seis casos que estamos ouvindo e temos ainda uma mãe que vai ser ouvida em caráter reservado, um caso de Campina Grande; temos também duas mães e duas adolescentes que vão falar reservadamente sobre o caso de Santa Rita, do funcionário público Aureliano; e também deveremos

ouvir dois acusados em caráter público. Depois, ouviremos três depoentes de Bayeux, que querem também ser ouvidos em caráter reservado.

Verificamos que, em decorrência da impunidade, a lei do silêncio parece um medo de represálias, porque envolve pessoas de grande poder aquisitivo e de influência. As pessoas têm receio, porque já sofreram represálias, já sofreram ameaças, inclusive de forjamento de autos para prejudicar pessoas. Então, elas têm o direito sagrado de manter a sua vida, e a gente não pode exigir isso aqui. Então, vamos esperar que as pessoas possam ser ouvidas para que depois nós possamos ouvir os dois depoimentos públicos. Então nós vamos, em caráter reservado – só a Comissão, todos os outros deverão sair do plenário – ouvir apenas as pessoas que vão prestar o seu depoimento em caráter reservado.

Está suspensa a reunião por até 10 minutos. (Pausa.)

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Está reaberta a reunião.

Convidamos o Sr. Mário Fortuna para prestar o seu depoimento. (Pausa.)

O Irmão Mário Fortuna já está devidamente qualificado. O depoente compromete-se a dizer a verdade sobre o que for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio. Digo inclusive para o depoente que, no caso dele ter informações que ache deva ser colocado em caráter reservado, esse direito é sagrado.

Então, Irmão Mário Fortuna, nós passamos a palavra ao senhor para que conte mais ou menos o conhecido Caso Lelo.

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Obrigado, Presidente Luiz Couto, obrigado a todas essas pessoas dedicadas a essa situação, a realidade da nossa Paraíba, particularmente de Santa Rita, onde eu vivi junto com os companheiros, companheiras da Pastoral do Menor esse drama, esse furacão que chegou, assim, ainda, e com certeza, no ano de 2001. Esse furacão chegou lá, mais ou menos, nesta ou talvez no ano 2000. Esse homem rico, poderoso apareceu para explorar, tirar a dignidade das nossas crianças e adolescentes. Quantas famílias perderam a paz, a tranqüilidade, a serenidade, porque essas meninas foram violentadas moralmente, psicologicamente, humanamente? E o furacão ainda está continuando.

Depois de várias tentativas e ouvindo pessoas da comunidade, nós chegamos a localizar esse homem, que vamos chamar de homem sim, porque merece. Localizamos, ficamos atentos até conseguirmos localizar, através das meninas que nos ajudaram a descobrir, para desmascarar esse homem. Chegamos a casa dele, uma mansão que raramente se encontra na nossa Paraíba. Como é que ele chegou a ter tanto dinheiro assim? É a pergunta que fazemos.

Bom, eu acompanhei o relatório, o depoimento de treze meninas. Treze. Acompanhei junto com o nosso amigo Luiz Couto as mães, a Edinalma que está aqui. Gente, eu fico triste, aborrecido, angustiado, porque houve tantas coisas na minha vida, eu tenho 65 anos, mas nunca tinha pensado que houvesse pessoas imorais, sem consciência, abusando dessas crianças de 9 anos, 11 anos! E que hoje têm 12, 13 anos. Hoje, talvez, estão percebendo o que aconteceu na vida delas e, daí, esse homem foi preso. Na casa dele encontraram tantas coisas, fotos e fotos, fotos na *internet*. Ele, com certeza, usava no Brasil e no mundo inteiro esse abuso que ele tinha com essas meninas – uma cama, assim, rotatória, com uma telecâmara que fotografava tudo. Mostrava para as meninas algumas coisas e deduzimos que a *internet* estava funcionando e, daí, as coisas estão aqui.

Passaram-se dois anos. Fomos ouvidos algumas vezes e, também, as mães. Depois, morreu tudo, ficou calado. O povo pergunta: "Irmão Mário, o que aconteceu? E agora, como é que vai ficar?" Nós, da Pastoral, demos o total apoio a essas meninas e a essas mães mais angustiadas. Hoje, não vieram. Por que? Porque, às vezes, não acreditam mais na Justiça. Digo com toda a verdade: não acreditam mais. Por que? Porque vocês nos jogaram numa fria e me falaram na cara: "O que o senhor fez? Por que denunciou?" Eu tenho escrúpulo e não seria hoje e nem mais, porque o meu dever é, sim, anunciar e denunciar. Faria totalmente... eu não tenho medo de morrer. Falo toda a verdade, mas a comunidade diz: "Marco Moura é pobre, angustiada e empobrecida, mas mantém aa consciência. Tem família, sim, boa. Tem e o nosso trabalho na Pastoral está fazendo um trabalho de prevenção. Eu também tenho o acompanhamento com o Programa Liberdade Assistida. Entramos nessa porque estamos vendo o quanto é importante este trabalho, quer através do Ministério e através da CNBB – a federal – nós temos que acompanhar esses programas e não temos nenhuma ajuda não. A ajuda vem de fora, dos meus amigos e parentes italianos. A Prefeitura passa por uma miséria e temos mais de 120 crianças adolescentes de 9 a 15 anos que estão lá todos os dias.

Quero dizer agora que, nesses dias, apareceu uma grande construção na entrada de Marco Moura. As pessoas perguntavam: "Ah, com certeza será uma fábrica e vai dar emprego às nossas adolescentes, ao nosso povo." Sabe o que fizeram? Um motel e está para ser inaugurado nesses dias. Um motel na entrada, onde as nossas adolescentes saiam de carro junto com

o nosso amigo Aureliano. Saiam de carro dali. Agora, construíram um motel. Falamos um pouquinho com os políticos locais. Nada feito. Ele paga os impostos e tem direito de construir o que ele quer. Está certo. A gente se pergunta: onde está o Ministério Público? O que está fazendo?

Nesses últimos tempos, nós fomos depor – são quatro advogados que protegem este amigo e os nossos, também, estão sempre prontos para nos acompanhar. Eu, então, não sei. Eu acho que dois anos são demais – são demais, minha gente. Tenham paciência se eu digo assim, mas são demais.

Eu agradeço à CPMI e aos outros organismos que estão se preocupando para encaminhar e solucionar a nossa Paraíba. Parece que está entregue às baratas – me desculpem, mas é o que parece que acontece às vezes. O que nós estamos vivendo nessa realidade, na periferia da periferia de João Pessoa, periferia de Santa Rita, o que estamos vendo é descaso, frieza; estamos vendo pessoas que não querem perder a esperança. Nós temos mães, famílias, pessoas que perderam a confiança na gente porque viram que até agora não fizemos nada. Eles sabem que não depende de nós; depende da Justiça.

Então, nós gostaríamos de saber se esse Lelo, esse fiscal civil, se ele está ganhando ainda outra vez o salário, mesmo que esteja escondido. Quem está apurando esse homem?

Nós temos medo, sim. As mães têm medo, têm terror porque elas sabem que ele está foragido. Um poderoso, grande, quem não tem medo? Mas nós não temos medo, não.

Então, termino aqui. Eu respondo mais através de pergunta do que através da minha fala. Eu teria muitas coisas a dizer, mas os senhores sabem o que passamos, o que estamos passando atualmente. Gostaríamos só que fosse feita justiça, sim, o mais cedo possível, porque viver essa angústia não é fácil, não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Irmão Mário, agradecendo pelo seu depoimento, passamos agora a fazer-lhe alguns questionamentos.

Em relação ao trabalho da Pastoral do Menor, nós queremos saber se A SRA. Dinalva teria algo a acrescentar ao depoimento do Irmão Mário. (Pausa.)

Então nós vamos perguntar: Qual foi a posição do Conselho Tutelar de Santa Rita nessa questão do Caso Lelo?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Bom, nós procuramos o Conselho Tutelar, até que teve uma boa participação. Aliás, eles entraram também a denunciar, procurar pessoas, comerciantes de Itibiri e Santa Rita que exploravam as mesmas meninas que vinham aqui em João Pessoa, eram exploradas por uns comerciantes locais. Então nós entregamos esses casos à Sentinela e ao Conselho Tutelar. Eu sei, porque também fui como testemunha, ano passado, ao Fórum de Santa Rita e foram ouvidas umas mães, uma das meninas, dois incriminados estavam lá, mas depois não soubemos mais de nada. Foi um apoio bastante positivo e temos que agradecer, de verdade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E a situação das vítimas e das famílias dessas vítimas hoje em dia? Nós tivemos conhecimento de que algumas mães inclusive deixaram de freqüentar e até modificaram o depoimento. Isso corresponde à verdade?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Bom, a gente percebe um certo afastamento dessas mães, pois inicialmente tínhamos mães que estavam sabendo do caso – um pouco cafetina, não é, vamos dizer a verdade. Uma das mães, ela mesma acompanhava e procurava meninas bonitas para entregar, através da filha, porque esse homem era bem organizado: ele tinha equipes de meninas adolescentes, cada grupo de três ou quatro meninas tinha uma chefe, que se organizava e entrava em contato com esse Lelo para o lugar de, quando ele sair, onde encontrá-los ou ele; às vezes – como nós vimos, eu vi duas vezes –, ele vinha buscar essas meninas que se encontravam em lugares meio fora do centro. Nós o vimos, procuramos acompanhá-los de carro, mas ele era um doido. Ele conhecia a área mais do que qualquer um desta área. Ele não fazia a estrada assim... ele fazia a estrada secundária, que somente ele conhecia. Ele saía de Santiago, entrava e saía. Era doido, doido de tudo.

Agora, essas mães assim, talvez, não sei... a gente pode dizer com medo, mas ele sabia. Algumas mães recebiam em casa alguma coisa, soubemos que recebiam, ele freqüentava algumas das casas dessas mães de Santa Rita e de Itibiri.

Então, com certeza, umas fugiram, não se encontram mais aí. A maioria não se encontra: nem mães tanto menos as meninas, que se prostituíram, foram para Campina Grande, Cabedelo, ou sei lá. Poucas meninas que acompanhamos, das treze que acompanhei com o senhor, pouquíssima. Uma vive com um moço incriminado de Itibiri. Ele já foi ouvido no Fórum de Santa Rita, mas está tudo aí.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – No caso da... O senhor disse que o Lelo sempre pedia para que as meninas arranjassem outras meninas.

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Ele dava uma gratificação maior à coordenadora, vamos dizer, porque tinha, pelo menos, três equipes. Ele vinha aí, com ele iam duas vezes por semana, uma equipe, outra equipe. Era na base de três equipes.

Com certeza, em Marco Moura, não tenho dúvida não, mas passaram cinqüenta crianças e adolescentes nas mãos desse Lelo.

Depois tivemos também outros casos. Depois da nossa denúncia, apareceram outras denúncias de mães que reconheceram na TV esse moço que é de Mangabeira, Grotão etc. Tiveram outros casos, sempre o mesmo fulano que freqüentava esses bairros pobres. Então, depois encontramos essas mães nos depoimentos, tanto que a gente nem sabia disso, mas depois encontramos na Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E no depoimento das adolescentes, em que ele obrigava as pessoas a colocarem armas na cabeça da outra adolescente, quando também solicitava que fosse fotografado ou filmado os atos sexuais que ele praticava com outras meninas?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – É claro. Uma das meninas manobrava a máquina e ela tinha que obedecer mesmo. Umas meninas que se revoltaram ele ameaçou: "se vocês não aceitarem a minha proposta, você não vai receber a gratificação, não vai receber o dinheiro e vai ficar aqui. Não vai voltar para casa, não."

As meninas deram esse depoimento. Então, ele usava todos os métodos, todos os meios para amedrontar essas meninas, tanto que depois, claro, elas gostaram até de ouvir e ver a posição desse homem, tanto que elas chegaram ao ponto de chamá-lo de Tio Lelo. Veja quanta intimidade cresceu entre as meninas e esse homem!? Tanto que uma menina falou bem claro: mas por que vocês não gostam mais do Tio Lelo? Ele nos ajuda, dá dinheiro, ele dá comida gostosa. Em casa não temos nada mesmo. Por que nós temos que denunciar ele e dizer que ele está provocando, está agindo conosco? Não, você não seja boba,não. Menina de 10 anos com esse sentimento. Veja lá! Hoje ninguém mais consegue botar na cabeça dela. Já saiu da Pastoral. Não quer mais saber de nada. E diz que já era. Espero que não seja verdade, mas construiu na mentalidade uma cultura que as meninas não queriam mais ficar em casa. "Mamãe, a minha casa é pobre. A tua casa, mãe, não presta. Lá na casa de Tio Lelo, lá, sim, que é bom viver. Mãe, não fico mais com você. Vou viver lá em João Pessoa".

Veja que trauma que construíram dentro das famílias na comunidade!?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Irmão Mário, o senhor já recebeu ou ouviu falar sobre alguém que tenha recebido ameaça para não depor sobre esse caso?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Eu ouvi alguma coisa, mas não ouvi diretamente das pessoas, mas pensamos que umas mães fugiram. Isso temos certeza. Saíram de lá, sumiram do Jardim Carolina. Não tínhamos muito conhecimento, mas sabíamos. Logo no começo, fizemos nosso trabalho de levantamento, de pesquisa. Várias mães, depois da nossa denúncia, fugiram, se mandaram e não foram mais encontradas. Falaram que ele prometeu dinheiro se ela depusesse a favor dele quando fosse chamada. Pessoalmente, não tive essa conversa direta com ele. Porém, havia uma pessoa que já estava convivendo conosco e nos passava informações a título informativo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor tem algum informação de onde se encontra, atualmente, o Sr. Aureliano?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Não sei, não. Também gostaria de saber. Todos nós gostaríamos que ele fosse colocado em público, como estamos aqui em público.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Ele foi intimado a comparecer. A informação é de que ele estava em Recife. Mandamos um ofício ao órgão onde ele trabalha para sabermos se ele está freqüentando o trabalho e se está recebendo. Se ele está foragido e recebendo o pagamento, iremos também responsabilizar quem, efetivamente, estiver pagando salário a quem não está trabalhando. Ao mesmo tempo, solicitamos também o laudo da Polícia Federal, fotografias, CD's, disquetes encontrados na casa do Sr. Lelo. Mesmo com a sua preocupação de que a impunidade vai tendo força, a CPMI está tratando dessa questão.

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – No que depender desta Comissão, ela tomará providências dentro da sua competência. Outras competências cabem ao Poder Executivo, ao Judiciário, ao Ministério Público. Depois, vamos ouvir o promotor que está trabalhando no caso, que nos falará como se encontra a tramitação e que providências está tomando.

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Gostaria de juntar um particular. Fomos denunciados pelos parentes, talvez uma sobrinho, advogado dele, dizendo que nós da Pastoral incentivamos as meninas a denunciar para extorquir dinheiro desse rico e repassá-lo à Pastoral do Menor. Então, ele nos detratou mesmo, nos julgou, sinceramente. Disseram que nós estamos explorando as meninas para extorquir dinheiro desse homem. Até nos jornais, aparecemos como se nós fôssemos os incriminados disso tudo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Deputada Almerinda.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Boa-noite, Irmão Mário.

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Boa-noite.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Primeiro, parabenizo o senhor pelo trabalho junto à Pastoral do Menor.

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Obrigado.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Conhecemos o trabalho da Drª Zilda Arns, Dom Mauro, na Pastoral da Criança. Menor é criança.

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Só cresceram um pouco mais, mas são sempre do mesmo grupo.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Menor é criança, não é maior. Também compreendemos a sua angústia e sabemos o quanto é difícil para a pessoa que faz um trabalho justamente para impedir que essas coisas aconteçam e vê-las acontecendo. Como o senhor vê a atuação do Conselho Tutelar e do Sentinela?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Como já falei, em Santa Rita...

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Dentro do possível.

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA –... tivemos um bom apoio. Procuramos por eles, e, como estava dizendo, eles acompanharam o caso dessas meninas. Como estava dizendo antes, essas meninas e outras freqüentavam pessoas que moram na nossa área. Assim, o Conselho Tutelar se encarregou, junto com o Sentinela, de denunciar o caso juntamente com o Ministério Público de lá e com a Promotoria da Criança e do Adolescente, e o juiz já encaminhou esse caso.

Falei esses dias com minha advogada que acompanhou o processo. Ela me disse que uma mãe dessas incriminadas fugiu esses dias, que se mandou da área e que não se sabe onde ela está. Mas não houve até agora outros acompanhamentos e outra solução.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Ouvimos hoje duas conselheiras – devem ser de outro Conselho, mas não sei se é da mesma região – que deixaram bem claro que têm dificuldades junto à delegacia e ao juizado. Como demonstraram essa dificuldade, perguntei isso.

Além desse caso, o senhor deve conhecer outros casos de pessoas influentes, inclusive financeiramente. Às vezes, as pessoas falam que a pessoa é importante porque tem dinheiro, mas nem sempre quem tem dinheiro é importante. Portanto, falo de pessoas influentes, que compram essas meninas. O senhor deve conhecer outros casos e não somente esse do Lelo?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Acompanhei o trabalho do Sr. Luiz Couto e ficamos sempre atentos a todos os acontecimentos mais relacionados à criança e ao adolescente. É claro que há os casos de Campina Grande, Patos, Cajazeiras e Cabedelo que acompanhamos sempre na tevê, nos jornais ou mesmos nos nossos encontros com os educadores e com a Coordenação da Pastoral do Menor Diocesana. Sempre somos informados dos acontecimentos e informamos o que está acontecendo em nossa área para termos sempre o conhecimento da nossa realidade, sobretudo da Paraíba. Também fomos informados do que aconteceu naquela cidade da periferia de São Paulo e também de outro caso em Brasília, parece-me que de um dentista ou médico.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Deixe-me perguntar uma coisa. A Igreja sempre cria polêmica sobre o planejamento familiar no sentido da gravidez desejada. Muitas vezes, as pessoas pensam que o planejamento familiar se refere à esterilização e não é somente isso. Como o senhor vê esta questão no Brasil que estamos vivendo hoje, com todas as dificuldades, como o desemprego, em que as meninas estão tendo filhos muito cedo?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Temos de planejar com critérios e com muito bom senso, deixando a liberdade aos pais. Infelizmente – e a senhora sabe mais do que eu – falta educação, formação.

A nossa Pastoral tem informado aos adolescentes sobre a maternidade e a paternidade consciente e tudo o mais. É claro que existem crianças e adolescentes que não sabem usar camisinha, e as propagandas passam sempre na tevê. Ficam atentos à novela, mas não ficam atentos às propagandas.

A Pastoral do Menor procura organizar conferências, palestras, com relação à higiene, à saúde, aos filhos e à procriação, mas poucas mães as freqüentam. Isso é um problema.

Este ano, nós programamos um levantamento na nossa área, particularmente na área de Marco Moura, para fazer o retrato de todos os problemas da pobreza e da miséria, mas sobretudo da escola, da saúde, do desemprego e moradia para, depois, procurarmos as autoridades e ver o que podemos para fazer para melhorar a situação. Há adolescentes de 12 ou 13 anos que estão na 4ª, na 5ª série e ainda não sabem ler ou escrever. O que podemos esperar? Que futuro podemos dar? Então, temos que fazer reforço escolar. Ao invés de dar outras palestras ou oficinas, temos que gastar tempo, alfabetizando meninos, adolescentes que já vão à escola, mas não aprendem, pois os professores não são pagos e não têm vontade de fazê-lo por vários motivos.

Não estou culpando ninguém, mas esta é a nossa realidade gravíssima: a nossa escola está péssima.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – A rede municipal atende bem às crianças? O senhor tem conhecimento de que ela absorve todas

as crianças, pelo menos de 1ª à 8ª série? Há vaga suficiente?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Sim. Porque ela recebe a bolsa-escola. Às vezes, dizem que a maioria vai para a escola para encher a barriga, por causa da merenda escolar. Agora, ultimamente, nem isso tem. Então, o trabalho infantil, o Pet, não está sendo colocado em prática. Outro organismo em Santa Rita está perdido. A nossa Prefeitura está perdida. Nem o Peti eles têm. É uma vergonha!

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Está bem. Sr. Presidente, encerro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Passo a palavra à Deputada Maria do Rosário para os questionamentos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu o cumprimento pelo seu envolvimento na busca de soluções para casos tão graves, Irmão Mário Fortuna, e quero lhe fazer algumas perguntas bem objetivas, considerando que o senhor, nas suas respostas, nas suas considerações, aos Parlamentares, ao Deputado Luiz Couto e à Deputada Almerinda, já nos trouxe bastante conhecimento sobre esse caso. Esse é um caso que chamou a atenção da comunidade da Paraíba?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nós poderíamos afirmar que esse Aureliano, estando impune até hoje, constrói que sentimento na comunidade paraibana?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Ressentimento. Pessoas que não acreditam mais na Justiça, que, por sua vez, também não acreditam mais no nosso trabalho da Pastoral, porque fomos nós que provocamos essa denúncia e, até agora, depois de dois anos, está tudo na estaca zero.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Das informações que o senhor tem, onde o senhor pensa que emperrou esse caso?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Para mim, emperrou aqui, no Ministério Público.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No próprio Ministério Público?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Sim. Sim, com certeza. Não tenho dúvida.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Lendo os depoimentos das meninas, a gente verifica, até mesmo, crianças de 8 anos de idade...

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Sim, é verdade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ... que eram obrigadas a realizar toda a forma de sexo com esse Aureliano, chamado Lelo. Elas eram fotografadas por ele, crianças pequenas fotografadas em posições sexuais, fazendo ato sexual com ele. Isso realmente nos revolta...

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Pois é.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) ... porque vamos percebendo que a impunidade é parte do nosso quotidiano. Então, solidarizo-me com o senhor e com a comunidade da Paraíba, porque vamos buscar identificar onde está essa pessoa. O senhor poderia informar-nos – se já não o fez, porque estive acompanhando outro depoimento – qual a situação das vítimas hoje?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – As vítimas, infelizmente, estão em um estado de choque, sobretudo as mães. As meninas que acompanhamos estão mostrando um outro rosto. Estão começando a ter esperança, está mudando a auto-estima, e a de suas mães também, mas a maioria delas já está prostituída, perdida por ali. Não temos condições de fazer mais nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As meninas permanecem na situação de exploração sexual? Uma ou duas?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – As que conhecemos, não. As quatro ou cinco crianças que acompanhamos, com certeza, não. As outras já estão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E elas foram atendidas no Programa Sentinela e na Pastoral também?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Sim, senhora. Fizemos questão de tudo, mesmo com as críticas de certas mães – entre aspas –, dizendo: "mas vocês ficam aí, né, com menina prostituída, menina..." É nosso trabalho, minha irmã. Se você quer... "Ah, minha filha não vai ficar lá". Tranqüila. Pode tirar sua menina, que nós vamos ficar com esta menina, preferivelmente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Irmão, nos depoimentos que eu li, eu percebi que havia quase um ritual, um triste ritual. As meninas eram levadas para casa daquela pessoa, desse Lelo, e essa pessoa oferecia um almoço, uma refeição, depois da refeição, um banho, e aí já começavam as sevícias, a violência, os estupros, toda forma de violência contra as meninas.

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Todinha, psicológica, sobretudo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas meninas são de famílias empobrecidas?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – "Miserenta" mesmo. Demais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nós poderíamos compreender que, até pela alimentação, elas estavam indo até ali?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Sim, senhora. Verdade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pelo prato de comida?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Sim. Lá se come bem. Em casa, não tenho nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pelo oferecimento de bala, de qualquer presentinho, já havia... era uma forma de aliciamento mesmo desse criminoso...

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Pois é.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu o caracterizo assim, porque lendo e tendo contato inclusive com as informações é revoltante, é algo de revoltante o que observamos em relação a esse caso. E é uma vergonha, inclusive, que, sendo esse cidadão funcionário público, não é, Irmão?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Sim, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Funcionário Público do Estado, do Município...

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Do Estado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É uma vergonha que essa pessoa permaneça impune, foragida... ele, que já esteve preso, teve relaxada sua prisão temporária...

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Pois é.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...e, posteriormente, esteja solto por aí com outras meninas, talvez. E isso é o que não podemos rejeitar como hipótese, o que ele fazia com essas meninas aqui na Paraíba. Se estiver em outro Estado pode estar hoje com uma falsa identidade, agindo da mesma forma com outras crianças, e a nossa Justiça, a nossa Polícia, especialmente aqui do Estado da Paraíba, neste caso, é incapaz, ineficiente, e, se não resolver este caso, que vamos tomar todas as medidas para que seja resolvido, vamos observar que talvez esteja sendo conivente com esse tipo de crime.

Eu não tenho mais questões, mas quero lhe dizer que, lendo e vendo o relato das meninas estupradas de todas as formas ali, indo se alimentar numa casa de uma pessoa que tristemente ainda está à solta, só me resta uma indignação muito grande, porque a demora em se resolver este caso é uma demora que pode estar levando à morte ou ao estupro, à violência, outras meninas pequenas de 7 e de 8 anos por aí.

Eu me solidarizo com o senhor, porque o senhor observa que a impunidade é irmã do crime; a autoridade que não ajuda a combater a impunidade está sendo criminosa também. Então me solidarizo com o senhor e quero dizer que a CPMI vai tomar medidas no que lhe couber, é o nosso trabalho, para que a Polícia do Estado da Paraíba, e se ele não estiver aqui, que a Polícia Federal, se ele estiver em outro Estado, possa localizá-lo, para que esse criminoso seja preso, que é o lugar dele, pagando pelo que cometeu contra essas crianças.

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Eu agradeço em nome das crianças, das mães e da comunidade, doutora, porque essa é a nossa preocupação, grande preocupação.

O SR. LUIZ COUTO (Luiz Couto) – Tem a palavra a Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Irmão Mário, é isso, Irmão?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Antes desse fato, em Santa Rita já tinham sido identificados outros casos de exploração sexual?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Não, doutora, acho... Claro, tem sempre alguns casos, né, que acontecem nas melhores famílias, nas melhores comunidades. A gente não dava valor, sim, claro; depois quando apareceu esse caso é claro que a gente não pode ficar calado. Doutora, ficamos dois meses de tocaia, antes, junto com o doutor nosso, Luiz Couto, dois meses, antes de denunciar, para termos toda a certeza, não termos dúvida nenhuma, e as meninas nos ajudaram...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – As vítimas?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Foram... Uma das meninas que nos ajudaram a descobrir a casa desse senhor. Ela mesma acompanhava. Ela sabia chegar de ônibus, e não de carro, porque quando chegava de carro mandava abaixar para não reconhecer o caminho. Veja quanto...Ele era "10", em todos os sentidos. Nas fotos não aparece uma unha desse homem, então ele sabia o que estava fazendo. Ele sabia. Era uma exploração mesmo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então de forma ostensiva, irmão Mário, não há pontos de exploração sexual em Santa Riba, como se vê em outros locais, como em Cabedelo, que tem a Praça do Marinheiro, lá não é de forma assim ostensiva?

O SR. IRMÃO MÁRIO FOTRUNA – Tem vários motéis escondidos, chácaras. Infelizmente, como a doutora terminou de falar, a Justiça, os Conselhos Tutelares, às vezes, não têm quem acompanha eles à noite nesses locais, há falta de policiais. Dependemos dos policiais de Bayeux. Em Itibiri não tem um Posto de Polícia, não tem um carro, sábado e domingo está fechado, não tem ninguém. Estamos entregues às baratas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eu queria só uma última colocação para encerrar a minha contribuição. Estivemos na sexta-feira fazendo audiência pública em Belém, Capital do Estado do Pará, e uma psicóloga colocou da seguinte forma: que o País mereceria dar tratamento diferenciado às crianças e adolescentes que sofrem abuso e que sofrem exploração sexual propriamente dita. As primeiras vítimas de abuso se sentem vítimas e as que são exploradas não se sentem vítimas. O senhor concorda com essa colocação? Na sua experiência, trabalhando com crianças e adolescentes, nesse caso específico das que foram exploradas sexualmente, elas se sentem vítimas ou não?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Às vezes, não. Às vezes não se sentem vítima – esse é o problema para mim. Vêm-se sentir vítimas agora, depois de crescer. Para uma menina de 9 anos era brincadeira, era ganhar R$10,00, R$15,00. O que é pior é que não levavam o dinheiro para casa para a mãe não saber. Gastavam tudo com estupidez. Não entendi a psicologia dessas crianças, porque nunca as mães que acompanhamos, ainda hoje acompanhamos, não sabiam. Elas saiam de casa para ir para a escola, voltavam na hora certa, era tudo combinado, direitinho, horário de saída, horário de retorno; as mães não viram uma calcinha nova em casa comprada com dinheiro que não era da casa, que era um dinheiro que podia entrar na lavagem de roupa ou pedindo mesmo esmola. Então, quase tenho certeza de que umas delas não tinham ainda a consciência do que estavam fazendo. Este é o mal desse homem e dos homens. Tirou o melhor que tinha dentro dessas crianças, desses adolescentes: a consciência, a esperança, violentou o espírito. Agora é difícil reconstruir uma vida melhor, tendo acompanhamento. Quando fizeram o depoimento, que acompanhei, prometeram acompanhamento, o Ministério Público. Prometeram assim até dar uma ajuda financeira a essas famílias pobres. Até hoje não apareceu ninguém, nem para dizer obrigado, nem para pedir desculpas. Nada. Abandonados mais uma vez à sorte de quê? Tiveram a sorte que nós da Pastoral, da comunidade, demos maior apoio, sem ter medo, sem ter receio também de escandalizar alguém. Vocês ficam com essa criança, vocês são loucos? O nosso perfil, a nossa mística está nesse pé. É por aí.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Irmão Mário, o senhor tem conhecimento de um bar Heleno? O senhor acredita que todas as pessoas envolvidas foram efetivamente arroladas nesse processo?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Heleno de Marco Moura?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É um bar.

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Tinha um Heleno nessa história toda. Agora não é mais bar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Mudaram para outros cantos, com certeza.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – No entanto, o senhor acredita que ainda ficaram pessoas de fora que não foram arroladas nesse processo?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Acredito que sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Há o risco de ficarem impunes?

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Claro. Com toda a certeza. Não tenho dúvida nenhuma, não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigada.

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Sou eu que agradeço a V. Exª.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Agradecemos ao Irmão Mário pelo seu depoimento. Como A SRA. Edinalva Chaves Nunes era quem seria ouvida mas, conforme declarou, foi o Irmão Mário que informou no seu depoimento e também nos questionamentos que foram feitos, nós dispensamos a oitiva dA SRA. Edinalva Chaves Nunes e agradecemos ao Irmão Mário a contribuição que tem dado ao combate à exploração. Com certeza, como disse a Deputada Maria do Rosário, no que depender de nós, a CPMI tomará as medidas necessárias e responsabilizará aqueles que deveriam ter tomado as providências, mas não o fizeram.

O SR. IRMÃO MÁRIO FORTUNA – Agradeço muito, Sr. Presidente, e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muito obrigado. Está certo.

Ouviremos agora o Dr. Rogério Rodrigues Lucas de Oliveira, Promotor de Justiça e Membro da Comissão de Combate à Improbidade Administrativa. S. Sª já está devidamente qualificado.

Dr. Rogério, fique à vontade. V. Sª dispõe de um prazo para falar sobre o motivo de sua vinda a esta CPMI.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar V. Exª, Deputado Luiz Couto, demais integrantes da Comissão de Combate à Prostituição Infantil, nobres Deputadas que estão no Estado da Paraíba neste importante trabalho de investigação para combater tão nefasto comportamento do homem de explorar sexualmente crianças. Como disse o padre nesta Comissão,

muitas delas sofrem traumas, sendo difícil um encaminhamento em suas vidas devido aos abusos de que foram vítimas. Realmente este trabalho é importante. Posso apenas louvá-los e cumprimentá-los por esta difícil missão em todo o Brasil.

Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – V. Sª é o promotor que acompanha...

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, substituí, no mês passado, a 9ª Vara Criminal e, naturalmente, como substituto naquela Vara, tive acesso ao processo do acusado conhecido por Lelo. O nome dele é...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Aureliano...

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Aureliano Fernandes Mendes Leite. Faltou-me o primeiro nome. E participei de uma das audiências em que foram ouvidas algumas vítimas. Posso adiantar à Comissão que a prova colhida até então é robusta, é contundente, no sentido de incriminar o Aureliano. Pelo que foi colhido até agora nos autos, não há meios, juridicamente, processualmente falando, de o acusado lograr êxito na sua defesa, porque tanto a prova testemunhal quanto a prova documental são suficientemente fortes para um veredicto condenatório. As vítimas que foram ouvidas na esfera policial, perante alguns Procuradores da República, como o Dr. Antônio Edílio, as meninas e as mães que foram ouvidas nessa fase da investigação foram ouvidas em juízo, confirmaram os depoimentos e acrescentaram mais detalhes sobre a conduta do acusado Aureliano. Estou tranqüilo e repasso à Comissão de que as chances de condenação são de 100% pelo que foi colhido até agora.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Passo a palavra à Deputada Maria do Rosário, Relatora, para que possa fazer as indagações ao Dr. Rogério.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Boa-noite, Dr. Rogério.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Boa-noite, Deputada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dr. Rogério, pelo que se observa da leitura dos documentos e dos depoimentos, tanto os tomados no âmbito da Polícia quanto no Ministério Público, concordo com V. Sª acerca da comprovação do crime vil e hediondo, com várias formas de violência conjugada por longo período continuado. Chamo a atenção, inclusive, pelo grau de violência, de envolvimento pelos registros que foram feitos tanto em fitas de vídeo quanto em fotografias, que possivelmente foram disponibilizadas na *internet*. Trata-se de documentos que foram periciados posteriormente, que estão absolutamente definidos como autenticamente estabelecidos por esse Aureliano Fernandes Mendes Leite, vulgo Lelo. Usava também ele armas de fogo, que fazia com que as crianças manipulassem. Existe isso nos depoimentos, o que me parece bastante grave também. Houve um ofício no sentido de que a preventiva fosse decretada, quando ele não compareceu à primeira audiência. Essa preventiva decretada ele chegou a cumprir?

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Ele, primeiramente, entrou com um **habeas corpus** preventivo, porque pressentia que seria decretada a preventiva. Tanto que o Tribunal negou esse **habeas corpus** e, com isso, ele não se dispôs a comparecer ao interrogatório. Seria a primeira presença dele em juízo. Mas ele se ausentou, não compareceu. Foi certificado nos autos que ele não foi encontrado no endereço para ser citado com a cópia da denúncia e, como ele não compareceu, o magistrado, Dr. Leandro, fez o termo negativo da audiência, mas, nesse mesmo termo, decretou a preventiva. Cópia da preventiva foi enviada ao Delegado Federal, Dr. Gilmar Santos, se não me engano, no dia 27 de novembro de 2003, para que fosse cumprido o mandado de prisão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde aquele momento esse Lelo nunca mais foi localizado?

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Não foi encontrado. Está desaparecido.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Ministério Público chegou a se manifestar neste processo quando o mandado de prisão foi expedido? Há cerca de seis meses, os senhores já se manifestaram?

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Foi decretado de ofício, porque houve requisição do delegado sobre a preventiva dele e o juiz, diante da ausência dele para o interrogatório, pela gravidade do fato, que teve repercussão em toda a sociedade paraibana, aliado ao fato de ele não haver comparecido ao ato processual de interrogatório, decretou a preventiva. Não só tornou público, porque aqueles crimes praticados por ele se revestiram, como também para a aplicação da lei penal, pelo fato de ele ter-se ausentado, não ter comparecido.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não caberia ao Ministério Público acompanhar o motivo pelo qual, saber se, de fato, essa busca, essa tentativa de colocar na cadeia alguém que tem um mandado de prisão por algo tão grave estava sendo efetivamente desenvolvida pelas polícias...

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – É como eu disse no início. No mês passado, em uma das audiências de instrução, de coleta de

prova... V. Exª quer saber se o promotor acompanhou o pedido de preventiva?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Exatamente. O pedido de preventiva e eu lhe perguntaria...

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Não o pedido, mas o cumprimento do mandado de preventiva.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É o cumprimento. Exatamente.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Não tenho esta informação para lhe fornecer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor, durante um mês e meio, também não teve como obtê-la?

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Não, porque, na verdade, foi decretada a preventiva e, quando se faz isso, envia-se aos órgãos policiais – à Superintendência da Polícia Civil, à Polícia Federal –, para que se cumpra o mandado de prisão. O que o juiz faz é reiterar, renovar o ofício, lembrando à autoridade policial que cumpra determinado mandado de prisão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há um processo já?

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – É claro que o promotor pode provocar o juiz, mediante petição, para que o juiz renove o mandado de prisão, solicite mais uma vez. Isso, naturalmente, pode ser feito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já há um processo?

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Existe um processo criminal.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Existe um processo criminal. Não está apenas em fase de inquérito.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Não, não está em fase de inquérito. Está quase em fase de alegações finais, porque algumas vítimas ainda não foram localizadas. Foram dez e, delas, umas três e suas genitoras não foram localizadas ainda, mas o processo está na culminância. Ou seja, como o réu não apresentou testemunha de defesa, a tendência é, depois que se ouvir as últimas pessoas arroladas na denúncia, três vítimas e mais duas testemunhas, vai-se abrir vista às partes para as alegações finais e, posteriormente, o magistrado proferirá a sentença.

Pelo que vi dos autos será uma sentença condenatória pela prova robusta que lá existe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Exatamente. Dr. Rogério, o acusado Aureliano Fernandes Mendes Leite Melo é funcionário público?

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Estadual.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, como promotor do caso, ou o seu colega...

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Um outro colega que assumiu agora. Não estou mais na criminal.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um outro colega seu que assumiu agora?

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor era anteriormente?

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Só no mês passado, porque eu também não era o titular da 9ª Criminal. Eu estava em outra.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É comum assim passar de um para o outro? Como é que a população fica sabendo quem é o promotor do caso? Esse é um problema, me parece.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Na verdade, tem que se informar.

O Ministério Público é único. Na capital há um rodízio e, sendo o titular designado para uma assessoria, para uma comissão, ou está de férias e o colega o substitui. Em uma cidade grande, isso é comum.

No interior, como há o titular que fica muito tempo na comarca, é natural que permaneça mais tempo à frente de um processo, mas na capital isso não é comum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bom, de toda forma, vou lhe dirigir as questões e vejamos o que podemos conseguir.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Claro, no que eu puder ser útil na informação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dr. Rogério, ele é funcionário público estadual?

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Ministério Público oficiou ao Poder Executivo, ou a seu órgão de origem, onde trabalhava esse Aureliano para saber se ele, de alguma forma, mantém os seus proventos, se está recendo pois já seria abandono de emprego, mas de toda forma...

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Nos autos não vi isso, mas conversando com uma colega de Brasília e lhe dizia que falaria com a juíza, mesmo sem estar mais, para que ela oficiasse à secretaria onde ele trabalha para saber qual é a situação funcional do réu, mas pelo que pude constatar

do Deputado Luiz Couto, isso foi feito e a Comissão já oficiou.

A minha iniciativa seria a de contactar o colega que está lá e a juíza para que fosse feita essa indagação ao setor onde trabalha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mesmo que tomemos iniciativas comuns, acho que seria importante V. Sª seguir esse procedimento.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Farei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além disso, precisaríamos saber exatamente pelo Poder Executivo qual a conta corrente que era movimentada pelo funcionário para o recebimento dos seus proventos para que possamos, por meio disso, verificar onde tem recebido ou recebeu durante um período.

O que precisamos aqui é de uma ação de investigação para localização desse acusado. Eu também não tenho nenhuma dúvida da responsabilidade dele. Observamos que é um daqueles casos que comprovam tudo aquilo que gostaríamos que não existisse. Porque na medida em que o sujeito fotografa e filma, apresenta para todos aquilo que estamos coibindo, que buscamos enfrentar, que estamos dizendo que existe, mas que as vezes não temos muito comprovar um crime dessa natureza, que só se comprova com um flagrante. Na medida em que está fotografado, vemos aquele barbarismo ocorrer com crianças pequenas e com adolescentes.

De fato, isso chama atenção pela crueldade desse sujeito.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Há uma questão que gostaria de ressaltar para a Comissão e que vai determinar o êxito da acusação em relação ao acusado. A violência é presumida.

Pelo que as Deputadas puderam recolher dos depoimentos, havia de certa forma a anuência daquelas vítimas, coitadas, que eram levadas para a casa dele, faziam lanches, tomavam banho e depois iniciavam os atos sexuais libidinosos. Em uma das vítimas, foi feito o exame de conjunção carnal e foi positivo, ou seja, uma criança de 14 anos com conjunção carnal completa.

Nesse caso, isso é um estupro presumido, embora não tenha havido violência nem grave ameaça, mas pela idade da vítima, há violência presumida. Por isso é que ele vai ser responsabilizado. Porque a maneira como ele levava as vítimas para a casa dele... ele dava dinheiro, dava R$10,00. Teve uma delas que não aceitou fazer o sexo oral, ele pagou só R$7,00. Foi a justificativa que ela deu para a mãe, está no depoimento que ela prestou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, Dr. Rogério, há crianças que saíram dali com doenças nas suas bocas, doenças de todo tipo, doenças venéreas, problemas na boca. Há crianças que saíram dali machucadas, que tiveram sangramento, essas está comprovado a conjunção carnal completo, o estupro portanto. Então, observamos, na leitura do caso, que há muitas formas de comprovação.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Claro. O que quero dizer, que estou reforçando é aquilo que o padre falou. É que muitas delas ficavam até aborrecidas, algumas mães, as próprias vítimas, com a Pastoral porque a Pastoral estava à frente daquela investigação. Elas não queriam ser controladas. Por quê? Porque elas não estavam recebendo presentes, recebendo dinheiro, comida. Quer dizer, a responsabilidade penal do réu vai ser pela violência presumida, pela idade das vítimas. Porque, se elas tivessem idade superior a 14 anos, talvez fosse difícil responsabilizá-lo criminalmente. É isso que quero esclarecer juridicamente para a Comissão.

Mas entendo que o ato dele é altamente reprovável, ele merece a punição, uma punição severa, porque ele, abusando da condição econômica que ele tinha, pegou crianças – são crianças mesmo – pobres para cometer aqueles atos; quer dizer, ele estragou a infância daquelas crianças, estragou a infância. Isso aí é injustificável, imperdoável. Ele tem que ser punido severamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora, ele também, promotor, praticava ato sexual com uma mulher adulta na frente daquelas crianças. Gostaríamos que a polícia também identificasse quem é essa mulher adulta, para tratar da responsabilidade dessa mulher adulta também, como sua comparsa...

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Isso eu posso falar com o colega promotor...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) –...nesse crime, e há também a participação das mães. Porque a pobreza não justifica nenhuma forma de exploração. Então, se havia aqui mães coniventes, peço ao senhor que também nos ajude a esclarecer, porque não temos, pela extensão do Brasil e o número de casos que temos, como detalhar cada um deles. Apenas nos somamos com aquelas autoridades justas no sentido de buscar responsabilização para quem é criminoso em casos que estão impunes. Se existem mães que foram coniventes, não sejamos coniventes com elas.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Claro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Também as tratemos de forma exemplar, porque nem todas as mães são coniventes. E as que foram talvez precisem de um processo de reeducação, tudo bem,

mas também precisam ser responsabilizadas. Essa é uma forma de mostrar que os adultos não podem agir assim com as crianças.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Criminalmente até.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Até criminalmente.

Obrigada, promotor. De minha um bom trabalho. Somos parceiros nessa caminhada.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Por nada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Deputada Almerinda quer fazer alguma indagação? (Pausa.)

Tem a palavra a Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dr. Rogério, apenas duas considerações, bem rápido. Primeiro, acabo sendo repetitiva, mas me vem à memória. No caso do Pará, no interior do Pará, na cidade de Itaituba, um caso muito parecido com este ocorrido em 1997. Graças a atuação de uma promotora, foi instaurado o processo, os acusados chegaram a ser presos, mas até hoje (foi em 1997, estamos em 2004), o processo não foi sentenciado. Ela disse, em audiência pública, que, se fosse dada a sentença, serviria de norte para os demais juízes, que essa é a dificuldade em garantir a punibilidade.

Faço um apelo a V. Sª no sentido de que não deixe acontecer o mesmo que aconteceu em Itaituba. Faça com que esse processo chegue a ser sentenciado, que as pessoas envolvidas sejam finalmente culpadas, porque o que mais nos aperreia, nos desestimula é essa noção de impunidade, e as pessoas acabam não acreditando no nosso trabalho, no trabalho de V. Sª, enfim, fica como se valesse a pena explorar e desrespeitar todos os direitos de nossas crianças e adolescentes. É um apelo.

Ainda que V. Sª tenha que assumir outras atividades, faça com que o Ministério Público deste Estado assuma essa causa e dê exemplo para o País de que aqui a apuração chega ao seu término e com a justiça que merece.

Com relação ao longo do dia, nós ouvimos depoimentos, e alguns lugares foram citados como de prática de exploração sexual. Cabedelo, foi dito aqui por um rapaz, que durante a semana toda, de 7 da noite às 7 da manhã, se nota ostensivamente a prática de exploração sexual, mas há outros pontos também: Praia do Tambaú, não sei se a pronúncia é essa.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Tambaú.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Há o Parque Solón de Lucena, o terminal rodoviário... De que forma é feito um trabalho articulado do Ministério Público com a polícia para de alguma fora coibir, para dar um acompanhamento mais de perto dessa questão da exploração?

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Temos a Curadoria da Infância e na qual não trabalho, e são três ou quatro promotores, se não me engano, mas sei que há esse trabalho de combate a esse tipo de crime aqui.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor confirma que no Porto de Cabedelo acontece essa exploração a olho nu, intensificando-se na quinta, sexta, sábado e domingo?

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Por ser uma cidade portuária, temos sempre informações, através da imprensa, de haver prostituição adulta; agora, infantil, tomei conhecimento aqui pelo depoimento daquele Josemir. Não é?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Exato.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Fiquei até surpreso com o que ele estava falando, ele trabalha no Fórum.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Com a veemência que ele falava.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Inclusive estava conversando com uma colega para que ele pudesse encaminhar ao Promotor da Infância de Cabedelo, Dr. Hilton Saraiva, um promotor muito bom, atuante. E até sugiro à Comissão que remeta informações ao Curador da Infância de Cabedelo, Dr. Hilton Saraiva, relatando esses fatos.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E no terminal rodoviário?

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Também tenho informações.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor tem informações também? Então é mais um outro pedido que faço a V. Sª para estreitar essa parceria, porque acredito também que uma ação mais presente da Administração Pública nesses locais pode de alguma forma coibir.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Inclusive a Comissão poderia ter até convidado o Curador da Infância e da Juventude da capital, seria pertinente. Não sei se esses trabalhos se estenderão até amanhã, poderiam convocar os curadores da capital.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Foi convidado.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Para hoje?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Todas as autoridades.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Eu digo os Curadores da Infância aqui da capital, porque fui convidado para aquele caso do Aureliano, do qual participei, mas seria adequado que a Comissão ouvisse os Curadores da Infância daqui, aqueles que atuam: Drª Regina, Dr. Noarlindo, Dr. Aderbaldo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigada, Dr. Rogério.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Agora posso garantir para a nobre Deputada, porque não podemos dizer que o Processo do Aureliano esteja, digamos assim, demorado, que haja impunidade; é porque a denúncia foi recebida em agosto de 2003, mês de agosto, ano passado, e estamos em abril, e o processo está na fase derradeira, está quase na fase de alegações finais, após a oitiva de algumas pessoas a mais, e o processo vai culminar, a sentença está prestes a ser, acho que este ano já sai a sentença do caso Aureliano, este ano sairá ainda.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Tem a palavra a Deputada Almerinda.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Dr. Rogério, gostaria de fazer-lhe uma pergunta. Além da conivência dos pais, e sabemos que isso é uma agravante bastante séria para nosso trabalho, principalmente nessa situação de miséria, porque há meninas, por exemplo, no Rio de Janeiro, adolescentes, que se prostituem, mas, muitas das vezes, são até garotas com situação financeira boa, filhas de pais que apesar da situação financeira boa se envolvem com traficantes. É aquela história toda, não são meninas exploradas porque não têm um prato de comida dento de casa, o que é muito comum nessas regiões mais pobres.

Queria perguntar ao senhor sobre empresários, políticos. O senhor, claro, tomou conhecimento de que aqui em Bayeux, um local aqui, há um Juiz da Infância e da Juventude. Como é que o senhor vê, o senhor que é um promotor, como vê esta situação: termos um Juiz da Infância e da Juventude envolvido com a prostituição de crianças e adolescentes?

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Realmente é lamentável. Tanto que até me perguntava ali nos comentários...

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Agora eu pergunto quem é que vai colocar esse juiz na cadeia?

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Eu comentava assim, por que ele não foi denunciado? Também não tive acesso aos autos investigatórios daquele caso de Bayeux. Não posso afirmar com certeza qual foi o fundamento de ele não ter sido denunciado, não tenho com o que informar à Comissão.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Mas, realmente, é lamentável.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Foi um a fato com uma repercussão altamente negativa.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Esse não é o único. Sabemos que em outros Estados há também: são juízes, prefeitos, deputados etc.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – O que eu sei é que ele não é mais magistrado. Foi aposentado compulsoriamente.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Mas parece que voltou. Pelo que ouvi, comentários...

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Não. Pelo que sei, não.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Mas isso é ótimo, não é, se aposentar com o salário dele, normal. Uma maravilha! Quem não quer uma punição dessas?

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Realmente.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Obrigada.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – De nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Presidente, desejo expressar ao Dr. Rogério, rapidamente, o agradecimento da nossa equipe da CPMI, que nos relatou da sua disposição, do seu trabalho e da sua agilidade em atender as nossas solicitações, nesse último período quando estivemos preparando esta audiência. Esperamos que estejamos dando início a uma caminhada de trabalho conjunto. Nossa CPMI deve concluir seus trabalhos até o final de maio, mas continuaremos atuando. Somos Parlamentares da área do Direito da Criança e do Adolescente no Congresso Nacional e o senhor contará conosco. Estaremos acompanhando os resultados da CPMI, e estarem aqui em sintonia para contribuir.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Embora eu não esteja na área da infância mas posso servir de elo da Comissão junto ao MP estadual. Pode me encaminhar que irei aos colegas que estão à frente da Infância e Juventude.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Dr. Rogério, agradecemos sua contribuição. Quando encaminhamos a intimação para o Sr. Aureliano, no endereço dos autos, quem recebeu a intimação foi a senhora mãe, com o seguinte despacho: "Ciente", dizendo que o Aureliano

estava em Recife. Então, pela informação, é possível que uma ação possa decretar a sua prisão preventiva para que o mesmo possa ser preso e julgado. Como o senhor disse, as provas são robustas...

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Contundentes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Contundentes. Então significa que isso deve servir de exemplo para que a impunidade não venha novamente a sorrir como tem acontecido sempre.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Só para acrescentar, Deputado, os laudos feitos na Polícia Federal já chegaram – aquele material pornográfico dos computadores já estão nos autos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Então, agradecemos ao Dr. Rogério e colocamo-nos à disposição, assim como o Ministério Público nesse combate ao crime organizado, de cuja Comissão de Combate à Improbidade Administrativa o senhor também faz parte. E a improbidade administrativa é também um crime organizado.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, não sei se poderíamos tomar essa atitude. Seria uma sugestão. É que já no Rio de Janeiro, estamos procurando um bandido que está querendo invadir a Rocinha, o Dudu, e tem hoje em todos os postos, em todos os cantos a foto dele: "Procura-se o Dudu", com uma recompensa de R$2.000,00, se não me engano. É até barato. Teria que ser mais para alguém denunciar mais rápido.

Não poderíamos fazer um retrato do Sr. Aureliano e dizer "Procura-se um bandido – não deixa de ser um bandido – um estuprador de menores", e colocar em todos os postes da cidade? Penso que seria muito bom, pois todos iriam tomar ciência de quem é esse Sr. Aureliano, inclusive nas cidades vizinhas onde ele possa estar. Penso que seria muito bom fazer isso. Assim começamos a pegar essas pessoas ou conseguir impedir que tomem essas atitudes. Dessa forma, a família dele ficará sabendo, os filhos, se é que ele os tem, de saber realmente quem é esse Sr. Aureliano. Penso que seria uma boa iniciativa para começarmos. Na *internet* também. Obrigada.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES LUCAS DE OLIVEIRA – Estou à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muito obrigado. Está dispensado.

Vamos agora ouvir o Sr. José Carlos de Souza Batista.

A CPMI encaminhou uma intimação para o Sr. José Carlos Batista dos Santos, que mora na Rua Nova, 229, em Cabedelo.

Para surpresa nossa, a pessoa que foi entregar a intimação, foi um Policial Civil, tem uma certidão que leio:

Certifico que não foi possível dar fiel cumprimento à convocação do Sr. José Carlos Batista dos Santos, pois não foi localizado o número do endereço onde o mesmo mora para prestar esclarecimentos a esta CPMI.

João Pessoa, 17 de abril de 2004.

Escrivão da Polícia Civil: João Arquimedes Tomé de Souza.

E mais o policial conhecido por Marcos Olho de Gato.

Depois, a nossa Assessoria da CPMI conseguiu identificar no mesmo local a figura. Isso prova que nem sempre as intimações chegam onde deveriam chegar e foi necessário que nossa equipe técnica fosse lá e verificasse e ele fosse notificado. Ele está aqui por causa desta segunda notificação.

Eu gostaria de registrar o fato isso que, infelizmente, acontece.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Presidente, solicito que esse fato fosse oficialmente relatado, com pedido de explicações, à Secretaria de Justiça e Segurança do Estado da Paraíba, porque nos parece que é absolutamente irregular que isso tenha ocorrido. Solicitamos esse apoio ao Estado da Paraíba e nos foi garantido esse apoio gentilmente pelo Sr. Secretário, na medida em que os agentes da Polícia Federal estão em greve.

Mas o fato de a informação, registrada inclusive na notificação, ser errada; de a notificação não ter sido entregue e a informação do porquê de não ter sido entregue ser para nós uma informação para nos induzir a erro ou equivocada, penso que, pelo menos, merecemos uma explicação sobre isso, na medida em que a nossa assessoria não teve qualquer dificuldade em encontrar essa localização. Encontrou facilmente tanto a rua quanto a casa e o número. Tanto é que em prazo hábil a notificação chegou ao depoente.

Então, exijo alguma explicação que seja aceitável das autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sr. José Carlos de Souza Batista, o senhor não tem o número da identidade?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Tenho não. Esqueci de trazer. Eu vim tão rápido, deixei em Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor é solteiro?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Sou solteiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O endereço é Rua Nova, nº 229, Centro, Cabedelo? E sua profissão é pescador?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Sim, sou pescador.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E o senhor trabalha na praia de Cabedelo?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E o senhor se compromete nos termos do art. 203 dizer a verdade, no que souber, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da nossa Constituição. Isso está assinado aqui.

Sr. José Carlos, o senhor sabe por que está sendo intimado para prestar esclarecimentos nesta CPMI?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não. Eu estava dormindo quando chegaram com esse papel me entregando e perguntei: "Pra que estão me dando isso aqui?" Aí disseram: "Não, vá lá. Tem de dar depoimento sobre meninas de menor e sobre negócios de drogas."

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E o que o senhor sabe sobre isso aí?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Sei poucas coisa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Então, o que o senhor sabe de poucas coisas que poderia dizer?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Tem lá na beira do cais é muitas menina de menor, de 12 a 13 ano, envolvida a droga, prostituição de gringo, os caminhoneiro.

Tem vez que, quando saio da minha casa à noite, para dar uma volta pela praça, fica três, quatro, cinco fumando maconha. Tem muito agora chegando *crack*, dentro de Cabedelo. Muitos deles bota as menina de menor pra viajarem pra Natal e trazer droga pra Cabedelo pra revender.

Eu conheço muitos amigo e amiga por ali. Não gosto de ficar perto pra polícia não pegar eu e não pegar meus amigos que estavam junto.

Aí, eu digo: "ó, vão mais pra lá com essas droga pra não me prejudicar, pra depois eu estar preso por causa de vocês". "Nada, não. Isso aqui não tem nada a ver, não. Qualquer coisa, joga fora".

Isso, tem um vizinho, uma vizinha, lá perto de casa, tem uma casa que é 4, 7, 8 meninas de menor, fora os de menor também, compram droga, corre tudo lá pra dentro da casa, não deixa ninguém dormir de madrugada. É uma bagunça, é uma catinga de maconha, de *crack*, rolando dentro da casa a noite toda. Então isso...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor falou que tem menina de quanto?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – De 12 a 13 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – De 12 anos de idade. E essas meninas são...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Da vida. Batalha lá no cais, na beira do cais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas elas são exploradas por estrangeiros também?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É. Tem deles que bate, tem deles que não paga.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Que batem, espancam as meninas...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É. Mete droga nas bebidas, fazem sexo no...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas o senhor tem conhecimento, por exemplo, de onde essas meninas fazem essa atividade? É lá em...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Em Cabedelo mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E tem pousadas e...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Tem pousada, tem cabaré que vende até droga dentro pra elas mesma.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E o senhor sabe o nome desses cabarés que vendem droga para elas também?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Doutor, não sei dizer, porque me esqueci o nome. Se eu soubesse, eu dizia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Esqueceu o nome, não é? Mas funciona só no cais ou há outras regiões de Cabedelo onde também acontece isso?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, só por ali mesmo, por aquele setor ali mesmo. Tem uma boate que fica de frente pro porto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Que boate é essa?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – A boate chama Baburrai's Bar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Como?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Bamburrai's Bar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sei.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Ali, chegam os motoqueiro, tudo de João Pessoa, e manda elas pegar de R$100,00, R$200,00, R$300,00, e ali eles fica vendendo pra um, fica vendendo pra outro. E eu, de vez em quando, gosto de olhar a festa. Enquanto eu estou ali sentado, fica tudo em cima do muro do cais, fumando o *crack*, fumando maconha, ali,

direto. A polícia passa, eles só faz esconder. A polícia nem pára pra dar uma geral, nem pára pra investigar, nem nada. Só faz olhar de dentro do carro, sai pra fora e deixa todo mundo à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. O senhor, por exemplo, já ouviu, ou já viu, meninas também sendo levadas para os navios?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Já, isso já vi muitas vez. Eu, em cima do barco, ou lavando o barco, ou pintando, levam de 13 a 14 pessoas, mas de uma vez em uma vez. Não leva de uma vez só, não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quem é que leva? É um barco que leva para lá?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É. São barcos pequenos, canoas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Barcos pequenos, canoas. Normalmente, são pessoas que aliciam e levam lá para o pessoal que está lá nos navios.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Exatamente. Eles desce, fala com os colegas meu lá. Os colegas meu tem vez que me chamam. "Não, não vou entrar nesse meio, não, porque vários amigos meu já foi pro Roje, por causa desse negócio de levar meninas de menor pros navios, pros gringos se prostituírem com elas lá dentro".

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E aí, o senhor é pescador. E, nessa atividade de pesca, o senhor tem verificado também, tem visto, que essas meninas são levadas para os...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Os navios.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E o senhor também tomou conhecimento ou já viu meninas que são levadas nas balsas para Lucena e também para Camboinha?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, isso não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Camboinha, não! Para o outro lado.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor nunca ouviu, não?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, isso aí nunca vi, não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E ali próximo, na praça, no Center Lanche, o senhor nunca tomou conhecimento de que ali também rola essa questão de exploração e de tráfico de droga também?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Rola, porque já bebi ali muito e já vi muitas coisa já. Já vi até cena de morte, assim, por causa de bebida, de drogas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E o senhor já ouviu dizer, ou já viu, pescadores que pescam aqueles peixes grandes trazerem armas ou drogas dentro dos peixes?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, não. Isso nunca vi, não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Nunca ouviu falar nem nunca viu?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, nunca vi, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sr. José Carlos, o senhor, como pescador, normalmente, sai para o trabalho a que horas?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Quando o barco está pra sair pro mar, a gente abastece, vamos "sipor", hoje, e, quando for 5 horas da manhã, a gente já começa a viajar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E o retorno é que horas?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Pra trabalhar?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – A gente, pra chegar no mar, passa 8 horas de viaje. Aí, deve chegar lá a partir de 5 horas da tarde, aí começa a arriar o material, aí, pronto, começa a pescar, no outro dia, passa de 20 a 25 dias no mar, venho pra terra, dou uns peixinhos pros amigos, eles fazem o que eles querem, fico por ali, chamo eu pra passear. quando tem muito navio na beira do cais, essa boate que eu tô dizendo pro senhor, vou dar uma olhadinha, tomar umas cervejinha e por ali rola tudo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor nunca foi chamado por estrangeiro para arranjar umas meninas para eles não?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, meus amigos já me chamaram, mas já vi outros colega sendo preso por causa disso. Tenho medo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Amigos seus já chamaram?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Já chamaram. É muito dinheiro, rola dólar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quanto eles pagam, mais ou menos?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Vinte dólar cada menina.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É verdade que além de explorarem eles espancam muitas vezes?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Tem deles que batem, e não pagam elas, tem vez que até empurra dentro d'água.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quem são esses estrangeiros? São de qual origem, de que país?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Russo, chinês e coreano.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Japonês não aparece não?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, japonês é muito raro aparecer ali em Cabedelo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Russo, chinês e coreano. Essa atividade de exploração está associada também às drogas. É isso?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Exato. tem delas que vão sair com os gringo só pra comprar droga. Tem vez que as mães pede dinheiro pra comprar uma carne, pra fazer uma feira e elas não dão, gritam, esculhambam. Tem vez que vou pra casa de algumas delas tomar uma bebida, uma cervejinha, e vejo cada cena que fico até morto de vergonha, dá vontade de sair, peço pra elas não fazer isso e elas não estão nem aí.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Por exemplo, o senhor já freqüentou ou já viu a Pensão da Carminha?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Já fui muito. Quando ela era viva, a maioria dos pescador ia muito pra lá beber.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Nessa pensão também rola essa questão de exploração?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Antes, quando ela era viva, só havia mulher de maior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E agora?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Agora é outra dona, a maioria é tudo de menor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E o cabaré de Nicola?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Esse cabaré de Nicola já foi fechado há muito tempo, mas havia muitas menina de menor também lá. Nesse não havia droga não, mas nesse da finada Carminha, até hoje, de vez em quando, aparece muitas meninas. Chegou há pouco umas menina...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quando essa Dona Carminha morreu?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não tenho recordação, mas já faz um bom tempo, mais de um ano.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E a Boate Ismael Farias diz alguma coisa para o senhor?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E no Center Lanches o senhor já falou que tem.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – No Center Lanches, agora não. Depois que teve dois assassinatos lá, fecharam tudo. Mas antes, quando havia muita barraca lá, havia muitas menina de menor, os caras metendo droga, maconha, botando pra fumar, bebida, comprimido pra elas ficarem doidona, fazerem besteira. Isso, na outra barraca, tomando minha cervejinha com meus colega, a gente via tudo de longe. Só que a gente não podia fazer nada, porque dentro daquele Center Lanches todo mundo ia lá pra dentro com revólver, com faca, com todo tipo de arma.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E a pensão de Nevinha?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – A Pensão da Dona Neve?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Ela já morreu. Ali ela botava também menina de maior e de menor pra se hospedar ali.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Rolava também droga?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não. Lá não rolava.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Só exploração?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Só exploração. Os gringo entrava pra dentro...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Os gringos vão mais para que local desses que falei para o senhor?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Os gringo vão mais pra perto da frente do porto. Tem uma pousada de uma senhora de idade, que também gosta de fazer caridade quando chega menina de menor e de fora, pede pra ficar lá e ela deixa. Quando os gringo acha as meninas novinhas bonitas, aí começa...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Qual é o nome dessa, da dona?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – O nome dela se chama Dona Rosa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A Dona Rosa faz caridade pegando as meninas, depois passando para os gringos?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, ela não passa. Os menino que anda com os gringo diz pra eles que ali tem um bocado de menina bonita e de menina nova. Aí, os gringo pergunta: "Aonde?" "Aqui." Aí eles entra e quando vê as menina...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas a Dona Rosa está lá tomando conta das meninas?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Tomando conta...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E deixa que as meninas saiam com os gringos, não é?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Passo a palavra à Deputada Maria do Rosário para que possa fazer as questões e depois retornamos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Boa-noite, Sr. José Carlos. A primeira questão: O senhor trabalha atualmente?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Boa-noite. Eu agora tô mais pescando de linha de peixe, mas quando da época da lagosta eu pesco mais lagosta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa é uma atividade que o senhor não tem registro em carteira, nada, e vai lá trabalha e tem o seu ganho?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a sua renda mensal? Quanto o senhor ganha por mês de dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – A gente não ganha por mês, a gente ganha por produção.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vende a produção?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – E depois o dono do barco vai e paga a gente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De onde sai o seu barco?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – O barco da gente sai do final do cais do porto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No próprio Porto de Cabedelo? Como é o nome do barco?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – De Cabedelo. O nome é Areia Dourada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas pessoas trabalham nesse barco?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Seis.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é o comandante, o coordenador?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – O nome dele se chama Pedro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pedro. É um bom nome para pescador Há quanto tempo o senhor vive em Cabedelo?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Desde quando eu nasci.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sempre viveu lá?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Sempre vivi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) –E quando vem do mar onde o senhor costuma se divertir?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Por ali pela praça, pela frente do porto, o único canto que tá mais movimentado, onde fica a maioria do povo pra olhar o que se passa, porque em Cabedelo só tem o quê? "Corujão", gosta de ver as coisa pra falar, tá entendendo, e a única coisa pra pessoa se entreter é ficar ali mesmo pelas boate, olhando as prostituta fazendo o que não deve; não tem outra coisa, não tem passeio...É por ali mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer que podemos dizer que o senhor mora ali?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É, moro junto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde o senhor mora?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – De lado do Banco do Brasil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é o nome da rua?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Rua Nova.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está aqui identificado direitinho. O senhor mora com a família?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, minha família agora mora em Lucena, mas de vez em quando, quando chego do mar e não quero ficar em Cabedelo, eu passo pra lá, passo alguns dias lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é casado?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, solteiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não mora com a sua mãe?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sua mãe já morou com o senhor?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, por enquanto minha mãe está morando com outro rapaz agora. Ela saiu da minha casa e está morando agora em Lucena.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já foi preso, processado?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Já, só uma vez.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma vez foi preso, por qual motivo?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, processado só.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Processado. Chegou a ser preso?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Cheguei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual foi o motivo?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – O motivo foi que bebi demais e comecei a sair chutando lixo na rua, garrafa de 2 litro, aí os guarda foi e chamou a polícia e me levaram.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem conta bancária?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Tenho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode declarar para a CPMI o número da sua conta bancária? Ela vai lhe passar um papel para escrever o número da sua conta bancária.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – A senha do banco?

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Só o n´mero da conta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o banco que o senhor tem conta bancária?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Banco do Brasil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o número do seu telefone celular?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não tenho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como podemos falar com o senhor pelo telefone convencional se precisar?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Se precisar tem o telefone de lá do Procon. Eu moro vizinho, na frente do Procon.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o Procon funciona aonde?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Em Cabedelo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas é um prédio público?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, é pequeno.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É um prédio da Prefeitura?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é responsável pelo Procon?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não sei lhe informar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas se ligar para o Procon o pessoal lhe chama?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E com quem eu falo do Procon que é seu amigo?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Pode chamar a Drª Lúcia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Drª Lúcia. Essa pessoa lhe conhece bem?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Conhece bem. Foi no dia que eu levei o processo, aí o juiz foi e me botou pra trabalhar lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ah, prestou serviço comunitário lá com a Drª Lúcia. Ótimo! Então, é uma boa pessoa para falarmos sobre o senhor. E o senhor pode anotar para mim a sua conta bancária?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não sei não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor não disse para ele? O senhor sabe o número da sua conta bancária?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – A senha eu sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, a senha eu não quero. Só o número da conta. A senha do banco o senhor não dê para ninguém. Se alguém lhe pedir a senha não dê. Nem na CPI. Está bem aí? O senhor não pode dizer errado. (Pausa.)

Vamos seguir. O senhor tem certeza que é este número aqui? Porque depois vou conferir. O senhor sabe que pode falar qualquer coisa aqui, mas não pode mentir.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Tá certo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bom. O senhor jurou aqui dizer a verdade. O senhor é nossa testemunha. E por que escolhemos o senhor? Porque sabemos que o senhor sabe como é que funciona o esquema da exploração das meninas ali, e o senhor agorinha mesmo nos disse que uns amigos lhe convidaram para fazer.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Foi. Me chamaram pra levar as menina de menor pra navio. Digo que não gosto de levar porque já tenho o meu trabalho. Pra que vou entrar no meio de uma prostituição pra depois estar lascado num presídio por causa dos outro? Muitos amigos meu de levar mulher pra navio estão presos hoje dentro de um presídio. Então,

melhor pra mim evitar isso do que de "repentemente" eu tá prejudicado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem. Quem são esses amigos que lhe convidaram para explorar as adolescentes?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Quem são?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Exatamente. Se são seus amigos, o senhor sabe o nome.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Sei, sei. Um tá em Santa Catarina, se chama Nicola.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Nicola que é dono desse bordel aqui, O Cabaré?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Era, era.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse que tem um mandado de prisão expedido contra ele?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bom. O Nicola é seu amigo?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ele lhe pediu o quê?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Amigo, não, colega, né?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que ele lhe pedia?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Ele dizia: "E aí, vamos levar essas menina lá pro navio?" Digo: "eu mesmo não vou levar, não. Se tu quiser, tu leva tu só, ou tu ou os outros, porque eu mesmo não vou levar não, pra depois tá prejudicado, levar um tiro de um guarda, arriscar a morrer, ser prejudicado, ser preso".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Nicola está em Santa Catarina, então?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem certeza, não é Paraná?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não é.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Rio Grande do Sul? São Paulo?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Santa Catarina. A mulher, a esposa dele mesmo me falou que ele tá em Santa Catarina, embarcado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bom. Espero que ele fique em Santa Catarina um tempo ainda, porque ele está foragido e podemos identificá-lo a partir do seu depoimento. É uma grande contribuição.

Vamos ver: que outros?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – O outro também que está sendo "curpado" por esse negócio do roubo dos alho, o nome dele chama Zé. Esse também levava muitas menina pro navio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor estava metido nesse negócio do roubo do alho, da *gang* do alho.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É, quer dizer, metido não tava. Me botaram pra ser como fosse testemunha de formação de quadrilha, porque eu não vi, eu não tava na hora. Eu tava na minha casa dormindo. Quando me acordei, num domingo de manhã, logo cedo, que eu fui no barco fazer escabeche de um peixe, que quando venho de volta pra minha casa, eu vejo o "contane" de alho dentro do porto, todo escancarado. Quando vou andando na pista direto, vem uma blitz da federal, e digo: "oxe! o que é que aconteceu? Tem tanta polícia ali no "trapicho"? Voltei, e quando voltei e perguntei a uns pessoal: "o que é que houve?" "A turma lá da praça arrombou esse "contane" de alho". Por isso fiquei normal, né? Eu e meu colega, o Buiuzinho, o Cremildo que recebeu esse papel igual a mim. Aí tá, nós dois sentado na praça e, de "repentemente", chegam os P2.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E quem é que estava metido mesmo nesse negócio do alho?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Nesse negócio do alho tem um bocado de rapaz que tão envolvido nesse roubo. Aí nós dois tava sentado na praça, chegou esses P2, com a pistola na mão. "Você que é o Carlinhos?" Eu sem saber, inocente, disse: "sou eu". Aí chegou em cima do meu amigo perguntou também: "Tu que é o Buiuzinho?" "É". "Vamos ali". E aí levaram a gente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Buiuzinho mora contigo?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É. Não mora comigo. Tem a casa dele, mas só que quando eu vou pra Lucena, pra casa da minha família, deixo minha casa com ele, tá entendendo? Aí no caso, quando a gente tava sentado na praça bem à vontade, esperando descansar da janta pra jogar de bola, a polícia começou a espancar a gente, sem a gente saber de nada. E tinha um rapaz que tava dentro do carro que tava entregando a turma. E aí eu perguntava pra esse colega: "o que que tá havendo? O que tá havendo? O que é que foi?" E nada de querer me dizer. Levei choque, levei coronhada, levei tapa na cara.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde o senhor foi preso por isso? Ficou onde?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Na central. Isso...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso é uma questão que a Comissão de Direitos Humanos inclusive pode ver, Deputado Rodrigo. Porque a pessoa não pode ser presa e sofrer violência.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Por nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já está preso, tem que se tratado com dignidade.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Eu ia correr atrás desse prejuízo, só que me falaram assim: "tu não vai correr atrás porque tu é um pobre lascado".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou-lhe indicar aqui para a Comissão de Direitos Humanos ouvir sobre esse caso que o senhor tomou choque. Isso não pode acontecer em prisão brasileira.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Saco na cabeça, saco cheio d'água, por nada, querendo que eu dissesse coisas sem saber, porque eu vou dizer uma coisa que eu sei. Não vou dizer uma coisa que eu não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Olha só, sobre este caso, depois nós estamos à disposição do senhor para conversar. Agora, vamos falar sobre essa situação das meninas ali no porto. Está bom? Falou do Nicola, falou do Buiuzinho...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – O Buiuzinho foi o que foi preso comigo nesse problema do alho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele não está no esquema da exploração sexual?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, não. Nem eu nem ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é que está então?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Os que levava essas menina pro navio, dois estão foragidos e um está...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas você vai me dar o nome dos foragidos?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – O que eu sabia que eles levava as meninas só são esses só.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Nicolas, Zé e Edílson.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Edílson?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, esses três aqui são os três foragidos.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – O que levava muito...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu entendo. O senhor vai me dar o nome só dos foragidos aqui, mas vamos ter que voltar a conversar sobre os nomes. Agora, vamos ver o seguinte: tu disseste sobre a Pensão da Carminha na Rua do Porto. Estou certa nisso?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Está.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas meninas se pode saber que estão na Pensão da Carminha, adolescentes?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Na época quando ela era viva, ficava 5, 4, 6 meninas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sempre tinham meninas?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esses lugares que o Deputado Couto perguntou, todos com adolescentes?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Todos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pensão da Carminha, Boate Ismael Farias...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – A boate em frente ao porto. O que dá mais menina de menor é essa boate.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto – PT – PB) – Nome da boate é?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Bamburrai's Bar. Tem donas de pensão lá que têm até filhas de menor e bota pra se prostituir também.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto PT – PB) – A dona?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – A dona.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, a exploração sexual aqui é comum, é corriqueira, acontece todo o tempo?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É, e toda hora. Tendo bastante navio, chega menina de tudo quanto é canto, de menor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, a polícia dá mole aqui! A polícia está envolvida! Quanto é que a polícia ganha aqui?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto é que tem que pagar para a polícia?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não sei se lhe explicar. Esse negócio de polícia...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas como é que não prende aqui?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Porque... Quando vem a polícia, o povo se esconde. Muitas delas de menor, quando vai a polícia: "a polícia está aí, se esconde!" Aí se escondem e, quando a polícia vai embora, aí volta pra mesa de novo do gringo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora, eu tenho uma denúncia contra o senhor dizendo que o senhor traz adolescentes de outras cidades.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Eu não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Inclusive de Natal e de Recife.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Eu nunca fui pra Natal nem pra Recife.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas que recebe as moças aqui. Como é que é isto?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, não. Isso aí eu digo a senhora que nunca viajei pra esse Natal nem Recife não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu quero lhe dizer que nós estamos com uma denúncia contra o senhor aqui.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Contra a minha pessoa?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Contra a sua pessoa.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, isso aí doutora... Sinto muito, mas nunca trouxe menina de Natal nem de Recife não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor vai colaborar conosco ou vai me levar a acreditar que o senhor está metido nisto aqui: anda levando menina pra dentro de barco...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, nunca levei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) –...levando pra dentro de prostíbulo, explora, pega o dinheiro delas, bate...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Nunca fiz isso. Graças a Deus, nunca fiz isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E que não é pescador coisa nenhuma.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, pescador eu sou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, como é isso aqui?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Pescador eu sou...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor vai colaborar com a CPMI ou não?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Como assim?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor vai ter que relatar pra gente essa situação das adolescentes ali. Como é que é feito o esquema? Tem carros?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por exemplo, chega um grupo de pessoas num navio, essas pessoas descem em grupo e, digamos, querem procurar meninas aqui a partir do porto...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – O porto é perto, não é muito longe. O navio atracou, eles descem de grupo e cada um vai pra um lado, vai pro outro...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é que aborda esses homens para oferecer as meninas?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Pra levar pro navio? Era essas pessoas. Depois que aconteceu o roubo no porto, a maioria dos menino lá não quiseram mais levar as menina de menor pro navio. Agora, eles estão com medo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas as pessoas descem e procuram alguém que diga onde estão as meninas? E quem leva as meninas até eles?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Exatamente. Só que tem vez que...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E como eles saem, é de carro?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Eles saem andando mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De vez em quando, eles levam o pessoal para dar um passeio.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Quem mais sai de carro é espanhol. Filipino, chinês, coreano e russo saem mais de pés, porque as boates que tem as menina de menor são perto. Saiu de dentro do porto, já...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, mas depois que encontram com as meninas, não querem sair de carro?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Sair sai, pra levar para o hotel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que carro o senhor chama?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Um monza, Fiat, Gol.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Chama tudo quanto é tipo de carro?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E chama de onde esses carros?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – De Cabedelo mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, de quem são os carros, seus?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, meu não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De quem?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Da praça de táxi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Da praça de táxi.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É. Como eu iria ter um carro?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eles chamam táxi, então?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É. Na praça de táxi de lá do...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto custa um táxi para dar uma volta na cidade?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Trinta reais, vinte e cinco que eles cobram.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há taxista que já é do esquema?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É. Tem taxista que os navios quando viaja e voltam, os gringos só escolhe aquele. Quando não está aquele taxista que o gringo quer, eles pega qualquer um.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há taxistas que oferecem as meninas também?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há taxistas que já são desse esquema de exploração sexual e trazem as meninas?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Tem taxista que os gringos espanhol pergunta se tem algum canto que tem menina bonita, se tem menina a partir de 18. 19 anos...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, eu só pergunto sobre isso. Então, Cabedelo está mudado, porque agora há pouco, as pessoas que se sentaram aqui, para prestar depoimento, disseram que até 17 anos é o máximo em que as pessoas estão interessadas. O senhor não quer me enrolar também?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não. Não estou enrolando não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está sim.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Tô não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer que as pessoas só querem meninas a partir dos 18 anos?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – A partir de 18 em diante.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, o senhor não está contribuindo.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Tô sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não está, não.

Então, vejamos aqui. Eles chegam e chamam um táxi?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É, eles chamam um táxi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ou outros carros?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um Fiat vermelho. De quem é o Fiat vermelho que o senhor costuma andar?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – O Fiat vermelho se chama Bita.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Bita.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bita pessoa, que é o dono do carro? O que o Bita faz?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Ele bota os gringo dentro do carro e leva pra boate da finada Carminha. Quando chega lá, tem as menina de menor, tem as de maior. Quando chega lá, o gringo manda ele esperar. Se conseguir alguma menina, eles bota dentro do carro e vão-se embora pro hotel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E quanto a pessoa que agencia ganha?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – As menina? Tem vez que, se fizer um programa melhor, ganha US$100. US$60. US$70.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A menina ganha?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, quanto o senhor ganha?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Eu não ganho nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto que ganha em cima do programa da menina?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Quem? O taxista?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma parte é para a menina e a outra para quem chamou e diz para os gringos: "É aquele lugar"?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, eles mesmos pega o táxi e pergunta ao taxista, ao motorista. E o motorista vai até lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não há ninguém no porto fazendo esse agenciamento?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não. Tem os menino lá que, desde pequeno, anda com os gringos, aí levam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há meninos nesse esquema? Há pessoas que preferem meninos para sexo? Homens que prefiram meninos?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não. Tinha dois "viado" lá, mas viajaram pra outro porto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, eram menores de idade?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não. Um era de maior e o outro era de menor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Somente esses dois meninos?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É, que leva os gringo para as casas de programa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas é costume um gringo chegar e dizer "eu quero um menino"?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eles preferem meninas?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É, mais menina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eles falam mais nas meninas. Há uma fama, uma idéia sobre as meninas ali?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Os gringos chegam e perguntam mesmo?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Eles chegam e pergunta onde tem um bar bom, onde tem mulher bonita. É misturado. Tanto faz ter de menor, como ter de maior.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas há muitas pessoas menores de 18 anos?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem, e nós não estamos pensando que...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Tem muito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem muito. Por que essas meninas estão aí, o que o senhor acha?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não sei. Ou porque gostam ou porque as mãe não têm força de segurar ela pra não ir...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ou porque há homens safados também.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Pode ser.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É. Por que as mães? Tudo é culpa das mães das gurias?

O senhor pode me dizer se as autoridades do porto têm conhecimento disso?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Os guardas?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É, guarda...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Só conheço, mais ou menos, quatro, só.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como, tem quatro guardas no porto todo?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, só os que eu conheço. Os outros são todos novato, são todos negócio de guarda da Ceval...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tá, mas todo mundo vê que as meninas estão ali, né? Todo mundo vê, também, que os agenciadores estão ali?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Fica tudo na frente da igreja esperando os gringo descer na calçada da igreja.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tá bom, mas todo mundo vê, também, que tem, por ali, cafetão, gigolô...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Ah, isso tem. Lá, tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem, né?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Os guardas do porto também?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Os guardas do porto, quando os gringo estão querendo, até pela frente do porto os guardas recebe um trocadinho e elas passa pela frente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer que os caras do porto ganham sua grana também para elas poderem entrar?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E isso é bom da gente saber mesmo, né?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – De vez em quando, quando eu tô sentado na praça, o gringo tira US$50, tira US$100 e dá pra três assim, aí dão uma capa a ela, um capacete, bota na cabeça, "droba" o cabelo e entra pra dentro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Hum, hum. E entra lá pra dentro dos navios?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E essa violência que acontece lá dentro dos navios acaba que os guardas também não fazem nada, não é?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Eles ali, doutora, só querem saber de ganhar. Eles ali não querem saber de serem responsável pelas coisa; eles não querem saber o que tá acontecendo. De "repentemente", se um gringo mata uma menina dentro de um navio, como é que vai ficar o Porto de Cabedelo? Como é que vai ficar Cabedelo? Me explique?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Hum, hum.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Muitos deles, quando chega navio pesqueiro ali, até roubar eles roubam peixe, até roubar eles roubam peixe. Muitas vezes eu já trabalhei em navio pesqueiro, de "alimpar frigorifo", de fazer faxina, de fazer isso, eu e os meus colega, e eles botar o revólver em cima da gente e se a gente não der um peixe, ou dá um tiro, ou leva preso. Isso, a gente não pula o muro, nem pega eles pra entrar pela frente; a gente vamos por trás, pega uma canoazinha, encosta de lado do navio, raspa o navio, limpa o navio todinho e depois nós temos o nosso peixe pra vender, pra ter um trocado depois. Aí, no caso...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Puxa vida, vocês trabalham pelo peixe, daí no caso, né?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aí vocês vão pelo lado, para chegar no navio. Aí se oferecem para trabalhar, para levar o peixe. Quer dizer, não ganham nem dinheiro, ganham peixe.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Ganha em peixe. No caso, teve já duas canoa que a gente teve que pagar do nosso bolso, porque a gente não demo dois peixes a dois guardas de lá, aí eles deram quatro tiros, furou a canoa e perdemos tudo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E daí os guardas pegam o peixe de vocês.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Pegam o peixe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vocês trabalharam pelo peixe. É quase que um trabalho escravo. Trabalharam pelo peixe e os guardas pegam o peixe de vocês.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Exatamente. E o frio dentro do frigorifo é muito grande. Eu já estourei esses dois meus ouvidos de tanto trabalhar lá dentro, debaixo do frio, pra ganhar um trocadinho pra manter minha família, que o meu pai já é morto e minha mãe só tem eu de homem. Então eu tenho que...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ah, sua mãe está longe. Seu pai já é morto?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Já, meu pai já é morto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor mora sozinho?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É, sozinho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, pra quê tem que manter a família, mesmo?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – De vez em quando, quando eu ganho duzentos, trezentos contos de pescaria, dou cento e cinqüenta a ela e fico com cento e cinqüenta pra comprar uma roupa, uma sandália, uma feirinha, um bujão de gás, qualquer coisa pra me manter, tá entendendo? E isso, quando tem navio pesqueiro que já faz...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem muita gente que trabalha assim, encostando assim uma canoa do lado? Tem muita gente que trabalha assim?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Tem, tem muita gente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O brasileiro dá jeito em tudo, né? O povo brasileiro é impressionante.

A polícia também sabe desse esquema das adolescentes que entram lá pra dentro?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Sabe, sabe. Os gringo solta até dinheiro pra eles. A polícia, hoje em dia, não quer saber de prender, não; eles quer saber quem tem. Vamos "sipor", se tiver um traficante ali dentro de Cabedelo com um saco de maconha e tiver dinheiro no bolso, deu dinheiro pra eles é "banho". Eles vão levar só a droga...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A polícia deixa até passar o negócio da droga, faz vista grossa. É isso?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É: "Leva, vai embora, vai embora". Como eu mesmo já vi, ali na praça. Um rapaz, com um saco de maconha, deu R$100,00 pra eles, ele foi e nem quis a maconha, mandou... deu uns tapas e mandou o rapaz ir embora com maconha e tudo, tá entendendo?

E tem deles que quando a gente sai pelo "trapicho", com a canoa cheia de peixe, tem deles que toma até peixe da gente, pensa que é peixe roubado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto é que a polícia ganha nisso aí? Quanto é que cobram para aliviar um flagrante?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Deve cobrar uma grana imensa, né? Um trocado bom. Isso eu não posso nem lhe explicar, não dá pra ver direito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E quem é que é a polícia que você diz assim que recebe essa propina? É militar, civil...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É militar. Isso é mais militar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Civil, não? Civil, sim ou não?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, civil, não. Civil só fica mais na delegacia. Só vem resolver um "pobrema" quando é chamado pelo telefone. E a militar, não; militar fica rondando direto pela cidade, tá entendendo?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bom, aqui das meninas, quanto ganha o cara que agencia?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não sei. Tanto faz. O gringo dá qualquer coisa a eles e eles agradece. Tanto faz dar 50...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas ele não é quase o dono da menina?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A idéia não é esta: não, essa menina aqui eu que ponho ela na zona.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Tem deles que é sim. Tem deles que faz isso. Faz amizade com meninas novata e começa a dizer que na beira do cais ganha muito dinheiro, está entendendo?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Novata a partir de que idade? Qual é a mais nova que você viu?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – A mais nova até agora que eu vi foi de 17 a 18 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ah, sim, aí o senhor quer que eu acredite! Mas não vou acreditar, não. Por que também não nasci ontem, não estou aqui pra brincadeira. (Risos.) Aí não é possível! Vou encerrar agora; depois eu volto com as minhas perguntas para o senhor. Talvez as minhas colegas tenham mais talento para o senhor dizer, porque não vou acreditar que o senhor está me contando aqui e vai achar que vou ser enrolada desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sr. José Carlos, o senhor é conhecido como Carlinhos, apelido que colocaram desde o início?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Desde o início, desde quando eu cresci.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Qual a relação que existe do senhor com o Buiú e o Buiuzinho?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – A gente crescemos tudo junto. Eu, quando era mais pequeno, andava também com gringos. Mas, depois que eu botei na cabeça que não dá certo ficar andando com gringo até ficar adulto, isso é feio. Então, fiz o quê? Comecei a ir para a beira do trapicho, ajudar a carregar gelo, ajudar a carregar os peixe, conhecendo os pescador, conhecendo gente mais velha. Fui pedindo: " dá pra me levar pro alto-mar pra mim trabalhar?" E aí foram me levando pro alto-mar, fui pescando, fui me afastando, fui me afastando...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quer dizer que o Buiú e o Buiuzinho, o senhor, por um tempo com eles, convivia lá com os gringos?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – É, quando era mais pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E arranjava meninas para os gringos?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, a gente só andava com eles só.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Como é que era? Andava só...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Só pra passear, comprar roupa, comprar sandália, fazer feira...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, e eles davam presente para vocês?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Davam presente, davam...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas, em troca de quê?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Só por andar mesmo, "amostrar" as coisa, onde é que é uma máquina, se ele quer tirar foto, se ele quer ir no supermercado, se ele quer saber onde é um depósito de bebida, se eles querem saber onde é João Pessoa, eles querem ir...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas não era também porque vocês mostravam os locais onde tinham as meninas, na casa de D. Rosa, na pensão de Nazinha e companhia, não era assim também?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, com a gente era mais...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Porque vocês mostravam tudo, não é? Mostrava até o barco que podia levar as meninas para o navio, não era? Mostrava também quem eram os funcionários do porto que deixavam passar, desde que descem um trocado em dólar para eles. Não era isso?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Pois é. Então, o senhor já ouviu falar de um grupo, em Cabedelo, conhecido como "Os Ninjas"? Então, fale sobre esses ninjas.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Esse grupo que o senhor está falando foi o grupo que arrombou o "contaner" de alho. Foi sete ninjas que arrombaram esse "contaner" de alho. E foram roubos do ar condicionado, de vários tipos de coisas que fizeram por lá.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, e aí, o senhor não fazia parte desse grupo?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não. Graças a Deus, nunca gostei de roubar. Prefiro batalhar, sofrer, mas roubar tenho o maior medo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Pois é. Há uma acusação de que o senhor, além de aliciador de menores para os estrangeiros, que o senhor diz: "Ó, meninas, tem um estrangeiro ali, tem um coreano, tem um espanhol, tem um filipino, tem um russo, tem um coreano, tem um chinês, tem um japonês. Tem também português lá ou não?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, português não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas, espanhol tem e filipino você falou.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Tem isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Aí a acusação é que o senhor diz: "olha, tem lá". E, mais do que isso, o senhor também fornece a droga para eles fazerem rolar as festas deles. Ou seja, há uma acusação contra o senhor, que o senhor é aliciador e traficante de droga.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Eu?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, Carlinhos. José Carlos e tal... e que o senhor faz isso juntamente com Buiú e Buiuzinho. O que o senhor diz disso?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, senhor. Vou falar ao senhor agora.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Diga.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Esse rapaz que fez esse depoimento pra mim, ele é doido pra me meter no Roje...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quem o senhor acha que é?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Já sei, foi o Josemir.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não, não foi o senhor...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Ele não vai com a minha cara. Ele quer me prejudicar de todo o jeito, tá entendendo? Nesse termo que eu levei um processo na bagunça de jogar lixo pelo meio da rua, ele correu atrás de mim com a polícia e me acertou um tiro aqui na minha canela. Até hoje eu tenho um pouco manquejando da minha perna. Ele é louco. O sonho dele é me ver no Roje. Entende? Eu nunca roubei, eu nunca fiz tráfico, eu nunca botei droga na mão de meninas de menor. Deus o livre. Eu prefiro mais trabalhar pra manter o meu suor do que fazer isso. Quando chega gringo que já conheço nos tempos antigos, eu digo: "olha, menina, tem um bocado de gringo lá no bar". "Aonde?" "Lá na frente do porto". E isso continua andando.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas o senhor diz que avisa para as meninas que tem lá. O senhor faz isso como uma caridade ou o senhor recebe alguma coisa por isso?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BATISTA – Não, é por caridade mesmo. "Olha, vocês não querem ganhar dinheiro não? Tem um bocado de gringo lá no cabaré lá". "Quantos gringos têm?" "Tem tanto".

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas essa acusação que o senhor diz é uma acusação que não é da pessoa que o senhor diz. Tem mais acusações lá contra o senhor, inclusive de autoridades. Então, é bom que o senhor diga. O senhor está colocando como de outra pessoa, mas essa acusação existe, inclusive, no inquérito dos ninjas; ou seja, o senhor é citado como fazendo parte daquele grupo dos ninjas: o senhor, o Buiú e o Buiuzinho. O senhor disse que esteve lá, a polícia estava lá... O senhor foi olhar e ver "o que está acontecendo aqui?" Depois o senhor foi preso e foi para a delegacia. Apanhou, foi espancado, torturado. Deram choques no senhor, botaram...

(Falha na gravação.)

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Josemir, de que forma você poderia contribuir para a CPMI na

indicação de nomes? Efetivamente você trabalha onde e faz o quê?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Sou funcionário público, exerço a função de Guarda Civil Municipal da cidade, tomo conta de uma Comarca da cidade de Cabedelo, à noite, das 19 às 7 da manhã, como Guarda Municipal.

O que presenciei, o que vi – porque trabalhei em outro Fórum, que é o Ministério Público – foi a presença de dois Vereadores: Cláudio Lucena e o Luizinho do Depósito, com duas menores, dentro de uma blazer branca, indo para um motel com elas, se prostituir. Voltando, elas ficaram ajeitando a roupa na frente do banco, sendo às duas e pouca da madrugada.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quando foi isso?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Sempre acontece quando eles têm Plenário deles lá na Câmara Municipal à noite. Quando tem pauta de reunião dos Vereadores e após terminar eles saem para prostituir com essas duas menor.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Qual seria a idade delas?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Devem ter 17, 16 anos de idade.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Isso com que freqüência acontece?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Sempre quando eles estão lá na Câmara Municipal.

Inclusive uma das menina mora no beco da Câmara Municipal. É filha de Dona Socorro, o número da casa dela é 41. Mora na Vila da Câmara Municipal, uma rua sem saída.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quando você tomou conhecimento desse fato você comunicou para quem?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Liguei para a Polícia Militar, pedindo que mandem uma viatura, dando as coordenadas: era um blazer branca, com duas menor dentro, em diligência que eles iam. Aí eles não fizeram o serviço. Na delegacia à noite eles tiram o telefone do gancho, vão tomar cachaça, ou vão... deixam a delegacia abandonada. Fica só um na permanência. Se chegar preso recebe, se não chegar não está nem aí.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas meninas, você as viu somente com esses Vereadores, ou elas estão fazendo programa com outras pessoas também?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Hoje uma está buchuda, está com um caminhoneiro. A outra, ainda se encontra lá. Mas é de programa geral. Tendo dinheiro sai, não tem problema.

A situação foi tão agravante que uma teve que ir "se" embora. A outra ficou. Se "separou" elas duas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Esse fato foi comunicado ao delegado?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Lá na Delegacia de Cabedelo há convivência entre os delegados e o fato ocorrido. O Promotor da Comarca também sabe.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Qual o nome dele?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Aloísio Cavalcante Bezerra. Inclusive a esposa do Promotor é candidata a Vereadora. E ele está soltando, as vezes, da penitenciária marginais, ajudando para liberar os marginais, porque politicamente vão votar na esposa dele. É isso que está acontecendo, existe um medo dentro da cidade, ninguém está podendo fazer nada. O próprio Conselho Tutelar está com as mãos atadas, porque chegam lá pra fazer a denúncia, ele vira as costas, amassa o papel e joga no tambor do lixo, e fica por isso mesmo. Diz o Promotor que ninguém pegou ninguém, não localizou e fica ao Deus dará. E as menina com tóxicos, drogas, tudo abertamente, com os envolvimento das casa de prostituição.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E o nome do delegado que também estaria comprometido e não toma as medidas necessárias?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Todos os quatro delegados de plantão da cidade.

O certo mesmo era tirar tudinho dali.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você sabe o nome deles?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Paulo Josafá, João Elias, Dr. Fábio Pontes e o titular, Alberto do Egito, que é muito amigo da comunidade, da população, todo mundo trata ele como rei: é peixe, é uísque, só você vendo o "desmantelo".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E essa menina que está grávida permanece morando no beco da Câmara de Vereadores?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Não, ela foi se embora. Uma foi-se embora com o caminhoneiro, se achou tão desprezada pelo político... Inclusive esses dois políticos, um é Cláudio Lucena e o outro ele bebe esse tal de Luizinho do Depósito, que é o dono da blazer, que é o proprietário da blazer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É Vereador também?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – É Vereador. Todos dois "é Vereador".

Peço que façam alguma coisa pela cidade: a droga está rolando, a prostituição está abertamente, e a polícia está com as mãos atadas. De noite, a gen-

te tem de ficar trancado dentro de casa, não pode tá de bobeira na rua porque, senão, é arriscado levar um balaço de menores armados, mandado pelos de maior, porque pra eles não dá nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas nesse caso dos Vereadores, precisaríamos ter alguma comprovação. O que você poderia nos oferecer além do depoimento?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Nessas altura, eles estão ligados. O Conselho Tutelar 1 não tá podendo fazer nada, porque tem gente do Conselho Tutelar lá – do 2 não, mas do 1 – que é amigo deles.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Um tal de Márcio que é candidato. Afastou-se para ser candidato a Vereador.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Conselho Tutelar 1 também é conivente, que é da área?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – O Conselho Tutelar 1 tem denúncias pra eles lá, eles estão sabendo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem, além de você, viu isso e pode depor? Há fotografias? Onde está o filho dessa menina que está grávida? Onde ela está? De quem seria o filho dela?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Nessas altura, o caminhoneiro já assumiu o pepino. Se for fazer o DNA é de outras pessoa, mas já como ele abraçou junto com ela, não é? Agora, é como eu lhe digo: os dois políticos lá passaram muito tempo. Inclusive, a gente não teve condição de filmar, porque acontecia às duas horas da madrugada. Eu trabalhava dentro de um prédio. Quando eu ligava pra um amigo denunciando a ele o que estava acontecendo, ele não podia sair do local onde ele tava também, à distância, para filmar e bater fotografia. Mas, tranqüilamente, todo mundo lá na cidade sabe que essas duas menina fazia relação sexual com os dois Vereador. Saíam na blazer...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas relações sexuais eram pagas?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Paga.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você conversou alguma vez com as meninas?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Não. Várias vezes eu via eles com elas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E as relações sexuais eram pagas?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Era pago. Inclusive, é pago, tem dinheiro... primeiro vão beber, fumar maconha, tomar uma cervejinha, tal, aquela coisa toda, e sai pra um programa com eles pra onde eles quiser.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A mãe das meninas permanece morando no mesmo lugar?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – A mãe mora no beco da Câmara Municipal nº 41. Inclusive, a mãe trabalha à noite no Varanda's Bar. A mãe trabalha e a filha sai pra se prostituir. A mãe pensando que a filha está dentro de casa, e a filha está na rua.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que a mãe faz nesse Varanda's Bar?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – É cozinheira do Varanda's Bar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela não faria aqui um depoimento?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A mãe não sabe que a filha se prostitui?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Com o Vereador, não, porque ela dá uma de moça. Usa preservativo, toma remédio pra abortar. A senhora sabe como é a situação. A senhora, como mulher, sabe.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor acha que ela viria aqui, se nós a chamássemos, para colaborar dando informações, ou não?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Acho que, na situação em que a gente tá, a gente deveria trabalhar com uma equipe sigilosamente pra prendê-los em "fragante", todos os políticos de lá que tiver com esses "arrumadinhos", porque houve uma denúncia, denunciei, mas ninguém fez nada lá. Não prenderam, não fizeram o fragante porque não quiseram. O próprio Conselho Tutelar 1 sabia, quando eu disse pra elas: "Olhe, não prenderam porque não quiseram". Porque eu apontei, eu era testemunha, condutor. Testemunha mesmo, que presenciei o fato ocorrido e tudo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pergunto o seguinte, Josemir: Se hoje nós ficássemos, nós flagraríamos eles?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – No momento, que tá a situação em Cabedelo, as menina eu não avistei. Eles eu também não avistei, porque o setor que estou é distante agora. De um setor de ambiente que tem no final de semana, que é o Cabedelo Clube, que é o encontro de todas as mídias ali naquele baile, tem bebedeira, farra e tudo. Tem que ter uns dias pra poder tentar chegar, analisar, ver que só tem uma, que cada passo que eles estão dando tem que analisar o que eles estão fazendo. Porque eles estão atento, tá todo mundo atento, ligado, sabendo como é que tá a situação. Já tão naquele clima

de política, porque eles quer ganhar a eleição. Ali está rolando cocaína, droga, bebedeira, farra, tudo bêbado. Todos tomando uma cervejinha, naquela alegria toda, aí leva pra se prostituir.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E eles andam com outras adolescentes ou eram só essas?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Deve ter outras, deve ter. O Vereador anda num corsa vermelho. O outro anda num branco.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem anda no corsa vermelho?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – O Cláudio Lucena anda num corsa vermelho. O outro anda na blazer branca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bom, nós não estamos aqui apenas por conta dos Vereadores; se os vereadores estão cometendo esse ato, temos que atuar para que eles parem com isso e que sejam responsabilizados. Mas existem outras situações que você conhece.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Pelo que eu saiba é só isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por exemplo, essa questão do porto, deste que vai depor ainda, como é o nome dele?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – É chamado de Carlinhos. Esse tá envolvido.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que ele é envolvido? Preciso saber tudo sobre isso.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Ele é envolvido em tóxico, em convivência de incitação de menor levando pra se prostituir com os caras, né? Com os elementos do navio vêm, ele apresenta, aí vai ter relação com elas, vão fumar maconha, vão pegar *crack*, vão pegar cocaína e vão pra um ambiente do pessoal lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além das adolescentes serem exploradas sexualmente elas são utilizadas para o tráfico de drogas também?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – É, inclusive, ele manda assaltar os cara também. Entra no navio na bateira.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde ele fica? De onde ele despacha? Onde é o QG dele, o Quartel General dele?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Ele fica ali na Praça do Marinheiro de lado da igreja católica. Agora o prédio está em reforma, que era o mercado de artesanato. De frente o porto, que agora está em reforma. Era droga e tudo naquele mercado de artesanato, que é um prédio panorâmico que tem, bem bonito, um cartaz postal logo na entrada da cidade; vê logo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, ele fica ali e ele conhece essas adolescentes de onde?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – De lá mesmo, ele é quem encaminha, ele quem fica incitando "os menor e as menor".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Diga-me o nome de uma, duas ou três adolescentes que tu tenhas te envolvido ou tu tenhas visto?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Lá a gente só sabe de apelido. De apelido, as duas, essas que estavam uma buchuda e a outra que se separou e foi com um caminhoneiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa da rua da Câmara de Vereadores? Também eram agenciadas por esse cara?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Estavam envolvidas junto com ele, agora é porque esse elemento aí arrumava carro do "alternativa" pra carregar as meninas dentro. Tem um traficante que carrega tudinho dentro do carro, tudo doidão, um Fiat vermelho. O nome do cara é "Cacundinha", que faz a "alternativa" em Cabedelo, é ele quem carrega de madrugada, vão pros esquema...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que é alternativa?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – É o pessoal que faz alternativa pra carregar o pessoal, tem um Fiat vermelho que carrega o pessoal. Não pude falar...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É van, um carro utilitário?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – O carro alternativo é um Fiat vermelho, 4 portas, um tal de "Cacundinha", que os irmãos dele, junto com esse meliante, é quem comanda no pedaço na área do porto. Tem um tal de "Peixeiro", o "Cacundinha", tem um tal de "Toreba", que é um traficante que faz mototáxi, que anda na moto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse Carlinhos é o chefão do tráfico e da exploração?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Chefão do pedaço, foi bom ter trazido ele, ele veio de surpresa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi bom? Mas nós não temos nada ainda, não temos nada para pegar ele, tu vais ter que nos dizer alguma coisa que realmente eu possa depois perguntar para ele.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Ele fugiu pela Polícia Federal numa prisão que teve dentro do porto, que foi a gangue do alho. Ele participou, se escondeu dentro do pó, aquela coisa toda; tiveram que chamar a Polícia Federal pra prender porque estavam entrando dentro do navio e ele conseguiu fugir.

A ficha dele é péssima na cidade. Dia de quinta, sexta, sábado e domingo ele comanda: é *crack*, é maconha, é prostituição, é tudo.

Na área da Miramar tem uns ambientezinhos na beira da praia, uns ambientes do Vaval, uns baile que tem na beira da praia, onde está rolando as droga e o esquema de prostituição. No Bar Costa, naquelas adjacências do Bar Costa, porque as festa tanto ficava no Cabedelo Clube, mas os cabras do navio iam pra o Bar Costa, que é a área da praia onde tem os barracos da beira da praia, amanheciam o dia e tudo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele não trabalha, ele vive disso?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Ele fica ali, "veve" de, como se diz, ficar vigiando o carro, né, ganhando dinheiro na frente do porto, quando os cabras do navio sai, ele fica falando os idioma dos cara, apresentar a cidade aos caras e está levando os cabras pra "bocada"; quer comprar droga vai lá e compra. É desse trabalho que ele faz.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que poderemos fazer aqui para...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Prostituindo com a menina. Aí, nisso, ele tá ganhando o dele, a comissão dele. Aí, vamos pra onde? Aí sai tudo. Vou chamar o carro de fulano, aí chama o carro do dito cujo, do Fiat vermelho; bota dentro do carro, vamos passear, tudo doidão, fumando maconha, pegando tóxico e assim tá feito. Amanhece o dia, tudo fazendo bagunça na rua, jogando garrafa, tudo brabo, tá entendendo? Várias e várias diligência foram feita, a Polícia Militar foi chamada pra prender esse elemento dopado de droga, doidão; dá na mãe, a mãe dele saiu de casa, a avó dele teve de sair de casa e foi pra Lucena, porque não agüentou ele. A casa dele lá, se vocês forem ver a situação à noite, o que chega de marginal dentro da casa dele pro esquema da droga, da prostituição... na esquina do banco, a casa dele, e o número, parece que é 229.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas eu preciso ter alguma coisa sobre ele. Nós estamos chamando ele aqui porque tu apresentaste este cidadão como responsável por todos esses crimes e do crime de explorar sexualmente crianças. Agora, eu preciso ter nome de crianças. Eu perguntei sobre crianças, e tu me falaste só daquelas duas que já tinhas me falado do caso dos vereadores.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – É porque a maior parte das menor, eu não conheço o nome delas, porque eles traz pessoa do Recife, de Natal, tudo junto com ele.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele traz?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – É. Ele não tem um contato? É as menina lá da pensão: "Ah! é fulana? Liga pra sicrana, vem pra cá, aqui tu vais ter dormida, comida, fica com a gente aqui e tal..." e tá feita a situação entre eles.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Qual seria o nome dessas pensões?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – A pensão de Carminha lá na rua do porto mesmo, a pensão de Carminha; a pensão que tem de frente pro porto, uma pensão que tem lá, descendo do navio, tem as boates...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Ele leva na pensão da Carminha?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Leva. Inclusive, tem a boate do Silva, uma boate que tem lá em Cabedelo que é de frente pro porto. Não, ali pra estação ferroviária tem uma boate ali e entra a turma do navio e tal e aquela cachorrada toda, só que esse elemento, o Carlinhos, é um dos autores do comando da máfia lá dentro, da cidade de Cabedelo. Ele manda e desmanda ali dentro, tem conhecimento com os políticos e tudo dali.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E as autoridades do porto tomaram alguma medida?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Sabe, sabe, há convivência entre alguns vigilantes do porto que deixa eles entrar, porque sabe que vão ganhar um "trocozinho", um peixe aí e tal, aquela coisa toda, uma camisa de outro país, aquela gíria da malandragem deles lá; um uísque importado, um negócio... é isso que acontece.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O Carlinhos tem passagem pela polícia?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Tem e grande, viu? Tem passagem pela polícia, até pela Polícia Federal, porque ele foi preso sobre o inquérito daqueles negócio do porto também que roubaram: ar condicionado dentro do porto, roubaram cargas de alho, que levaram pra vender. Houve a prisão de uns elemento pela Polícia Civil e foram liberados, porque parece que houve um "discurso" entre o delegado e os marginal que comeram propina, devolveram televisão, som, uns negócio... foi uma confusão danada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas da tua memória, quantas meninas tu já viste lá indo para esses esquemas de exploração sexual?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Acho que... porque lá, na Cidade de Cabedelo, de quantidade assim, a gente não vai contar porque a cidade é grande.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas uma idéia assim. Só essas duas lá do...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Não, tem mais, porque as que sae de dentro do colégio também vão pra ali e, quando tem navio, corre tudinho pra banda lá debaixo, o que conseguir, 9 ou...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu mesmo viste isso ou as pessoas comentam?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Não, a gente viu já, tudo agarrada com os cara, sentadas em mesa de bar, bebendo, no amanhecer do dia, quatro e meia da manhã, estão tudo bêbado, tudo agarrado, vão pra beira da praia, vindo já. Eu digo: oxe, esses casal agarrado vindo lá da praia! Tudo isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Esse Carlinhos, além de ser traficante, é cafetão?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – É. Ele trabalha dos dois lado e rouba também, facilitou, ele rouba, não quer nem saber. Fora essas duas meninas, tem...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem algum homicídio pelo qual ele seja responsável?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Não tem, mas tem envolvimento e participação, que foi um "senegalense" que tava também com os cara, um tal de Buiuzinho. Inclusive, ele anda com um Buiuzinho de menor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que é Buiuzinho?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Buiuzinho que anda com ele, na casa dele; é um de menor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a idade?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Deve ter 16 anos, ou 17. Que ele incita ele sobre o tóxico também. Fica com o Buiuzinho, na casa dele, pegando *crack*. Na casa dele, na rua, lá, onde o pessoal foi intimar, à noite, ali, é uma festa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tu dissestes há pouco que esse Carlinhos tem conhecimento político. Quem são esses políticos? De que é nível? É Vereador, é Deputado Estadual? Quem são esses políticos que dão proteção ou é do conhecimento do Carlinhos?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Ele chega lá tem o Vereador, não é... O Vereador, esse Luizinho do Depósito, o Vereador Cláudio Lucena, eles têm acesso também; enfim, na Câmara Municipal, ele vai lá. Tanto vai pedir as coisas aos Vereador, como tem conhecimento das amizade, aqueles apadrinhamento com ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Umas pessoas, como essas, convenhamos, não deviam ser Vereadores, numa cidade.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – É, a cidade teve culpa na situação de eleição. Votaram em pessoas...Eu porque não tenho câmera de filmar. Se eu tivesse, eu garanto a senhora que já tinha sido filmado presos que houve negligência da polícia, que eu chamei, denunciei. Eles têm participação naquela situação dos Vereador. É o medo ou é incompetência deles de não querer fazer o serviço que é pra fazer. Porque acho que o Vereador, lá, tem dinheiro, aí ameniza e libera.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O nosso problema é que nós não vamos comprovar. Se a gente não tiver comprovação, nós também não vamos ajudar muito, ouviu, Josemir.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Acredito. Porque a menina, uma tem. Ainda tem uma menina, tem uma; uma buchuda foi se embora; e a outra, ficou. Inclusive, o meu amigo que falei com ele, eu pedi a ele que era pra gente fazer no "fraga": câmera de filmar e pegar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A que ficou é que mora no Nº 41...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Número 41.

A SRA. REALTORA (Maria do Rosário) -...da Rua...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA –...Ismael Faria, nos fundos da Câmara Municipal. Inclusive, aqui é a Câmara, aqui é a rua sem saída; tem uma que fica lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que é o nome dela?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Está no...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está aqui abaixo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Josemir, se nós quiséssemos flagrar as atividades do Carlinhos é fácil isso?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Tranqüilo. Inclusive, a senhora fala com aquele magro, o Pereira, o Sr. Pereira. Toda confiança perante o Pereira. Pediria o que a senhora quisesse, conversasse com o Sr. Pereira, porque do Sargento Pereira a gente já tinha conseguido tudo que vocês quiserem. Porque ele está dentro da cidade, cada passo que ele está dando dentro de Cabedelo, ele tem de cor, tudo na mão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sargento o quê? Pereira?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Sargento Pereira, o da PM. Através do Sargento Pereira dá pra gente conseguir câmera de filmar, filmar o inquilino, conseguir os menores envolvidos com par-

ticipação sexual com pessoas de maiores. A mototaxi é um caminho andado pra chamar as mototaxis e as meninas vão pro birinaite, para qualquer ambiente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E esse Sargento Pereira ele já tem conhecimento disso tudo?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Tem que eu chamei ele. Eu que liguei pra ele, informando a ele não hora...Cada passo que os dois Vereadores tava dando, eu ligava pra ele. Disse: Ó, chegaram, deixaram agora de madrugada, quase três horas, duas e pouco, nessa faixa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O que acontece na Praça do Marinho? É isso?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Do Marinheiro, é droga, é prostituição. Ficam, às vezes, tendo relação sexual na praça as menina com os cara, abertamente, ali.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E as autoridades têm conhecimento disso?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Têm. Fazem as "blitzinhas", vêm com os "giroflex" ligado, já avisando que lá vem a polícia. Aí, pronto, tira de tempo. A idéia é telemensagem. Já foi se embora, aí á feita a situação.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem são essas autoridades?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Entre civil e militar. Todo mundo sabe. O Cabedelo Clube, no final de semana, quando tem baile lá é um "pobrema": birinaite no Recanto do Poço é quando dá as maiores prostituição.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De crianças e de adolescentes?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Também. O que bebe vão sentar lá, beber cerveja, aquela coisa toda e está feita a prostituição.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, os locais de prostituição, vamos responder que é o cais de Cabedelo...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Tem o cais de Cabedelo, tem a balsa...a balsa atravessa. Tem uns ambientes na frente da balsa ali, uns quiosque, senta tudo ali, vão bater papo, beber cachaça, tomar cerveja e tudo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A Praça do Marinheiro?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – A Praça do Marinheiro também, o Cabedelo Clube, a São Sebastião, que dá o trajeto pra balsa, que fica na praça ali, rolando droga e encontros.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Há alguma Cabana de Cabedelo?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Sim, lá pra banda do Da Costa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O que é isso?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Um quiosque bar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem são os donos desse bar?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Tem um que é o Bar do Sumé, que é um ambiente de pessoas que chegam lá envolvidas com tóxico, que vão pra lá, é o ambiente deles. Enfim, abertamente, lá, a pessoa, através do tóxico, das farras, aí rola a sexualidade de menor com maior.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você tem os nomes dos adolescentes?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Nome a gente não sabe, só vê elas junto com os elemento. Elas ficam chamando na gíria: "é, meu irmão, vamos lá, tal, é figura nossa e tal..." e por aí vai.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tem mais alguma coisa que o senhor acha que precisamos saber para pegar? Tem alguma casa de *show*?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – O Cabedelo Clube, ambiente do Cabedelo Clube. Agora utilizam dentro do teatro de Santa Catarina, não é? apresentações de dança, aquelas coisa toda.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Isso fica em frente a quê?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Não, o Cabedelo Clube é normal, no centro da cidade, no começo da Transamazônica. Há um ambiente também que é posto de gasolina, Petrônio Furtado, que ficam umas lanchonetezinhas, ficam tudo aglomerado, a massa da droga, tudo realmente. Na rua da delegacia – veja bem, na rua da delegacia – tem um bar agora que é de pagode. Esse negócio do pagode, quando entra, leva uma geral: os segurança lá dá uma geral, lá dentro rola tudo: é maconha, tudo abertamente lá dentro, na rua da delegacia, a prostituição com força, na porta lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse Carlinhos freqüenta que lugares? Esse Cabedelo Clube?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – O Cabedelo Clube, esse bar que eu falei agora, o bar do gaúcho, lá na rua da delegacia, que no final de semana vem gente de Santa Rita, de Bayeux, de todas as adjacências de João Pessoa pro baile lá, porque o baile é considerado, não entra polícia...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O bar do gaúcho ou baile do gaúcho?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – É bar, é bar mesmo. Agora, tem som, é negócio de pagode na rua da delegacia, tranqüilamente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tu colocaste há pouco que há dois Vereadores de Cabedelo envolvidos na exploração sexual...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Cláudio Lucena e Luizinho do Depósito.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Algum deles tem o cargo de Presidência da Câmara?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – O Presidente da Câmara é José Lúcio. O Presidente da Câmara é Lúcio.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele também está envolvido nessa exploração? Ele tem conhecimento dessa situação?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Tem, inclusive houve denúncia contra ele. Um advogado lá do CEAV me falou que teve uma denúncia contra Lúcio, o Presidente da Câmara, que ele tinha envolvimento com menores. Mas só que houve... Possivelmente, deram um cala-boca, e a parte lá que foi pedir providência não teve mais interesse de dar continuidade ao caso.

O CEAV – Centro de Atendimento contra a Violência possui muitas queixas lá registradas, de denúncia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além do Buiú, quem mais ajuda o Carlinhos?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Tem mais outros elementos, que não sei de nome, mas tem um que já foi pro Roje, não sei se saiu agora há pouco... enfim, chega uns nove, todos reunidos com ele, porque tem o Cacundinha, que tem um carro; o Peixeiro, que é irmão de Cacundinha, que é marginal também; o irmão de Peixeiro também, quer dizer, é uma convivência de meliantes. A gangue lá é chamada de "gangue da graxa", a gangue que age na adjacência do porto é chamada de "gangue da graxa", os meliantes que tem lá.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E o Carlinhos faz parte desta gangue?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Faz parte dessa gangue. Tem até um beco de João Nola, que é um local de prostituição, tem umas casa que o rapaz fica vendendo *crack* e as menina vão pros esquemas com eles lá. E a polícia não está fazendo nada, tá tudo à vontade, tudo tranqüilo, tranqüilo, tranqüilo, fecham o prédio e vão dormir. Amanhece o dia, o relatório de plantão diz que tá tudo em ordem e pronto.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Josemir, deixe-me ver se entendi. Há uma relação de conveniência, como tu colocaste, entre o Presidente da Câmara Municipal, mais dois Vereadores, o delegado...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – O delegado é "amiguíssimo" do Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara manda e desmanda.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Onde?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Na delegacia. Os Vereador chega lá, pega o marginal dele e leva. Dá uma propinazinha e libera. Por isso é que não teve êxito nenhum.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como é o nome desse delegado?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Todos os quatro delegado.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quer dizer que eles mandam e desmandam? O Presidente da Câmara manda e desmanda nos quatro delegados?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Manda.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E os promotores?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Com o promotor é pior. O promotor da comarca não tem interesse em nada não. O Promotor Aloizio manda e desmanda dentro da delegacia. Ele manda soltar o marginal e prejudicar a guarnição. Qualquer guarnição que fizer alguma coisa pode se preparar, porque vai ser afastada ou responder sindicância.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E com relação ao envolvimento de policiais civis?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Envolvimento... Participar eles não vão, porque não vão poder fazer muita coisa. Isso parte do delegado: "vá lá, faça alguma coisa". Eles não faz, faz vista grossa porque o delegado não mandou fazer nada lá. Seguram a viatura, ninguém vai pra diligência nenhuma.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E com relação aos policiais militares?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Eles têm envolvimento, porque eles vão ganhar dinheiro. Facilitam, liberam, ganham propina, faz vista grossa. E assim vai. Tão fazendo segurança assim bem por longe, parado. Tem uma diligência ali e eles não vai fazer. A gente chama, como eu denunciei, e não foram. Eu chamei pelo Siop, denunciando todo o horário. A menina do Copom pensou que era brincadeira. De madrugada..."Pode ir em diligência ali que dois elemento pegaram duas menor. Eles tão dentro de um carro e vão fazer prostituição, neste momento, numa blazer branca"... tudinho. Dei as coordenadas, a fisionomia da roupa que eles tavam, paletó, tudinho. Ela não me ajudou em nada.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eles sabem que tu sabes disso e que tu estás de alguma forma denunciando-os? Tu já sofreste algum tipo de ameaça? Como está tua situação hoje?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Eu to ameaçado pelos traficante. O sistema também não me ajuda lá dentro, eles são contra. Então, uma pessoa que sabe das coisa, eles ficam contra a pessoa. Eles quer que a gente apóie as arbitrariedade deles. Só que a gente não apóia. Eu sei que tô ameaçado de morte pelos traficante também. Os políticos também não gosta, alguns Vereadores também. Eles pra lá e eu pra cá. E assim vai: eles faz o papel deles e eu faço o meu.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Esse pessoal que você listou sabe que tu estás vindo aqui?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Não. Eu pediria compreensão "inté" pra isso. Não sei se pela imprensa eles vão falar alguma coisa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas eles vão saber. Não vão saber o que tu disseste totalmente, mas vão saber que tu vieste aqui.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Os vereador?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certamente. Só que eles não vão saber que tu falaste dos Vereadores. Mas imagino que o Carlinhos vai ter informações.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – O Carlinhos é um marginal de alta periculosidade, é um marginal do crime. Se ele puder ficar preso, pra mim seria uma vitória. Se ele ficar preso, abriria o serviço. Ele tem envolvimento, ele tem participação em tudo. À noite, lá, ninguém tá podendo fazer nada. Que ele pode falar pros dois Vereador, o problema é deles. Se os Vereador vier pra cima de minha pessoa, contra minha pessoa, eu vou lá e aponto as duas menina na cara deles dois, na presença deles. Só que houve negligência, a polícia foi chamada, tiraram o telefone do gancho, dificultaram as diligência. A Polícia Civil não quer fazer nada de noite. Quer só amanhecer o dia, passar o plantão e dizer que tá tudo em ordem; homicídios e investigação eles não tão nem aí, nem tão chegando. Essa é a situação que tá o caos na Paraíba. E diz que tá uma segurança, que tá tudo organizado; tá não.

É fato o que eu disse, que eu fui trabalhar e tive que chamar a Polícia Militar porque tinha uma bocada de fumo atrás do Fórum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A gente pode dizer para o Carlinhos que temos conhecimento de que ele agencia quantas meninas?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Três menina. A questão é aparecer, tendo os camaradas que tiver, tá tudo na rodada ali, o bolo, e vai tudinho dentro do carro. Vão pra uma pensão, pra onde tiver lá e tudo aglomerado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o que você tem conhecimento, realmente, são quantas meninas que ele agencia?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – A questão é aparecer quantos camarada chegar do navio.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O que a Deputada está perguntando é o seguinte: se aparecerem três camaradas, quatro, cinco, qualquer quantidade ele arranja?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Ele arruma porque ele tá ganhando o dinheiro dele, ele arruma tranqüilamente. Ele já trabalha pra isso, pra trazer os camaradas do navio que vem e arrumar as comadre lá, no local, pra satisfazer a vontade deles. E aí ele tá ganhando o dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas e o nome de meninas, de adolescentes? Com mulheres adultas a gente não pode fazer nada, a gente fica triste, mas, enfim, não tem muito como a gente...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Essas duas que tá no papel?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Aninha...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – A Aninha e a outra.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas duas tu tens certeza de que entraram no esquema do Carlinhos?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Tenho. Essa vivia por ali também, pelo cais do porto, junto com ele, todas elas batalhando... Com eles também, tranquilo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tenho alguma dificuldade na objetividade, eu precisaria saber o que mais...

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Era pra ir pro local fazer diligência, investigar, analisar, prender tudinho, conduzir, apresentar ao Promotor de Justiça, uma bronca segura, tudinho; leva pra delegacia, enrola e ninguém faz nada. Pensa na situação que tá a cidade. menor armado de revólver 38. Esqueci de dizer que um menor puxou um revólver 38 na frente do Fórum, de noite. Um menorzinho deste tamanho... O apelido dele é Digrace. Puxou um revólver, doidão, pra fazer assalto. Foi uma correria danada.

O SR. FABIANO – Então, você está retificando, porque lá na audiência você disse que os promotores

pediam e a polícia não fazia nada. Não foi isso? Não ouvi bem?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Eles pedia, mas não pode fazer nada. Mandar fazer uma diligência, você diz o quê? Não localizara, ninguém localizou ninguém. Ninguém saiu da residência ignorada. Tudo isso. Eles não têm interesse em fazer nada. O senhor é promotor, o cidadão aqui é o delegado, pede pra fazer a diligência. Você vai fazer se quiser. Chega no local, ninguém achou ninguém, pronto. Apresenta, por seu ofício: comunica que a diligência foi feita, de praxe, e ninguém localizou o meliante e pronto, tá feita a diligência. Ele não foi... Eu que tô lá dentro vejo a situação como é. Eu digo é assim...E aí liga pro camarada... Tá em ordem!... E assim vai. O que tá acontecendo é isso, uma pilha de inquérito lá parado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Josemir.

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Eu que lhe agradeço.

Eu liguei avisando, só que eles...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando é tu começaste a ver isso, a se indignar com isso?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Quando eu trabalhava à noite. Eu trabalhava num prédio próximo do clube e tudo ali. Comecei a procurar e todo mundo me dizia: "Ah, isso é velho, todo mundo sabe. Eles vão pro esquema com elas e voltam. Fora os embarcadiço. Tem uns embarcadiço lá em Cabedelo com menor. Saem dos navios e ficam se encontrando com as menina. A senhora sabe da situação. Eles vêem a insegurança que ta; tão tudo parado, ninguém quer fazer nada, tá abertamente. A gente que deve fazer tá tudo no "escanteio". Quem sabe o que é pra fazer coloca quatro meliante de autoridade dentro da cidade que só faz chegar atrasado, dá os horário e depois vão tudo embora e pronto.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tu trabalhas na delegacia?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Eu não fui promovido, eu trabalho na carceragem, tenho acesso diretamente com os preso, com as prisões que chegavam e tudo, a Polícia Militar trazendo os casais preso, bronca de menor envolvido com maior, aquela cachorrada toda, eu só vendo as ficha do Siop. Quer dizer, sou uma pessoa que já tem acesso antigo dentro do sistema.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E tu falaste, tu informaste para o delegado isso tudo que tu estás me falando agora?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Ele tem envolvimento, é amigo do dono da pensão, é amigo da dona do motel. Quem livra as bronca na delegacia, porque não sei quem não pagou a bebedeira, a farra, os esquema lá deles, da confusão dos baile.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o delegado é amigo, recebe propina do Carlinhos?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Dos outros amigos do Carlinhos, foi... leva uísque, uma lagosta, um marisco. Eu digo porque lá vi. Agora, é dois peso e duas medida, ele é do mundo do crime, esse elemento que veio pra aí. Qualquer coisa é isso mesmo. Mas o que eu pude falar é isso que está acontecendo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu se sentes ameaçado?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – É, estou ameaçado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele te ameaçou alguma vez?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Já, ele já, esse dito cujo que está aí, já registrei queixa na delegacia, de ameaça. O que eu fiz foi só registrar, porque lá é só isso, você registra a queixa e se lasca pra lá, com licença da palavra. Eu até pediria qualquer coisa... eu não, porque o porte de arma que eu uso só é em serviço, fardado. Eu não tenho. "Inté" eu passei quatro dia em coma, no hospital, eu sofri uma emboscada, mas graças a Deus eu tô vivo, eu não tive interesse de tirar a vida de ninguém e assim vai...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde foi isso?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Lá no Cabedelo mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas quem fez isso contigo?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Traficante que mandou uns marginal me derrubar, sempre o marginal anda de moto, os cabras tudo naquele clima de querer me derrubar, e eu fico na minha. Pois é, qualquer coisa, eu pediria a senhora que o que puder fazer eu lhe agradeço. No momento eu não tenho condições pra fazer um treinamento. O único treinamento que eu fiz agora foi gerenciamento e táticas policiais, entrada de residência, como é que faz pra negociação...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A emboscada foi quando?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Faz tempo já, passei quatro dias no hospital, isto aqui ficou ponteado, aqui foi faca, mas estou vivo, estou tranqüilo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E as pessoas estão em Cabedelo ainda?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Tão, os marginal estão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Algum foi punido, responsabilizado? E tem a ver com exploração sexual infanto-juvenil também?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Tem, tóxico, droga e tudo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É a mesma turma do Carlinhos?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Não, é outra turma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu havias denunciado esse pessoal?

O SR. JOSEMIR FERNANDES DE OLIVEIRA – Foi, denunciado. Porque eles não gosta de mim porque eu denuncio, né? Eu entrego mesmo, eu denuncio, olho, e tudo ... tá tendo droga ali, vou lá e dou a batida. Faço o que posso; agora eu não pego, os cabras corre. Chega na delegacia o Vereador vai lá soltar, dá propina e o delegado solta. Quem sabe, eles vão ganhar o voto deles, né?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar aqui, encerro a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(Levanta-se a reunião.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL"

Ata da 32ª Reunião realizada em 20 de abril de 2004

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, às dezesseis horas, na Assembléia Legislativa, em Natal, Estado do Rio Grande do Norte, reúnem-se os Senhores Deputados Sandra Rosado, Maria do Rosário e Luiz Couto, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".** A Presidente interina da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, Deputada Estadual Larissa Rosado, abre a presente Reunião, dando início ao Lançamento da Frente Parlamentar Estadual da Criança e Adolescente e convida para compor a Mesa as seguintes autoridades: Deputada Federal do Rio de Janeiro Almerinda Carvalho; Deputada Federal do Estado do Pará Ann Pontes; Deputada Federal do Estado do Rio Grande do Norte Fátima Bezerra; Deputado Federal do Estado da Paraíba Luiz Couto; Deputada Maria do Rosário, do Rio Grande do Sul; Deputada Federal do Estado do Rio Grande do Norte Sandra Rosado; a Representante do Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Norte Doutora Isbelita Garcia Gomes Neto Rosas; o Representante do Prefeito do Município de Natal, Coordenação-Geral do Departamento de Atenção à Criança e ao Adolescente, Carlos Roberto de Morais e Silva. Em seguida, a Deputada Larissa Rosado registra a presença do Vereador Hugo Manso e dos Deputados Estaduais José Lins, Fernando Mineiro e Paulo Davim. A Deputada Larissa Rosado convida os presentes para ouvirem o Hino Nacional e após, agradece em nome dos membros da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, o trabalho desenvolvido a frente da luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, aos Deputados Estaduais Francisco José, José Lins, Fernando Mineiro, Cláudio Porpino, Ruth Ciarlini, Larissa Rosado, Paulo Davim, Getúlio Rego, Ricardo Motta e GesAnn Marinho. A Deputada Maria do Rosário, Relatora da CPMI, agradece em nome dos membros do Congresso Nacional, a colaboração aos trabalhos desta Comissão, a todos os Parlamentares, autoridades e representantes da sociedade civil que se encontram presentes. A presidente interina, Deputada Larissa Rosado, concede a palavra ao Deputado Paulo Davim e após a Promotora de Justiça Isabelita Rosas, e convida a Dra. Ana Paula Felizardo para fazer uso da palavra. A seguir, registra também a presença dos Senhores Deputados Cláudio Portino, Elias Fernandes e Adécio. A Presidente interina da CPMI, Deputada Sandra Rosado declara aberto os trabalhos da 32ª reunião da CPMI, esclarecendo ao plenário que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Assembléia Legislativa, em cumprimento ao Requerimento nº 001, de 2003, deliberado por esta Comissão. Agradece, em seu nome e em nome de todos os membros da CPMI, a receptividade com que esta Casa Legislativa acolheu a nossa Comissão em cumprimento da missão a que se destina. Esclarece também que, esta reunião destina-se à tomada de depoimentos, assim como ouvir convidados a respeito da prática de exploração sexual de crianças e adolescentes. A Senhora Presidente determina à Secretaria que providencie a entrada no recinto das primeiras depoentes, registra o agradecimento aos companheiros da CPMI, na pessoa do Deputado Luiz Couto, do PT. da Paraíba. da Deputada Ann Pontes. do PMDB do Pará, da Deputada Maria do Rosário, do PT do Rio Grande do Sul, da Deputada Almerinda de Carvalho, do PMDB do Rio de Janeiro, além da Deputada Fátima Ribeiro, do PT do Rio Grande do Norte. A Presidência determina à Secretaria que providencie a entrada no recinto da Doutora Juíza Fátima Maria,que acom-

panhará a adolescente Maria de Fátima. A Deputada Sandra Rosado informa que a Doutora Fátima Maria participa desta audiência que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes como colaboradora, tendo em vista o trabalho que desenvolve na cidade de Mossoró, então se dispensa o preenchimento do Termo de Compromisso, porque está implícito na sua colaboração que a verdade será absolutamente dita. Outrossim, a Senhora Presidente salienta que a presença da adolescente Maria de Fátima está sendo permitida e autorizada pela Doutora Juíza Fátima Maria, da cidade de Mossoró, exatamente porque pela sua história de ser uma jovem que não apareceu na cidade e a necessidade da localização da sua família em algum Estado brasileiro. Tendo em vista a dificuldade de comunicação com a menor, pois a mesma tem deficiência auditiva, tornando-se muito difícil o esclarecimento da sua origem. Enquanto a Presidência aguarda a chegada da adolescente Maria de Fátima, concede a palavra pela ordem a Relatora da Comissão, Deputada Maria do Rosário, que sugere ser ouvida inicialmente a Doutora Fátima Maria e após a adolescente Maria de Fátima. A sugestão da Senhora Relatora é acatada pela Presidente que convida a Juíza para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe a palavra para seus esclarecimentos a esta Comissão. A seguir, a Senhora Presidente concede a palavra a Deputada Maria do Rosário para questionar a Doutora Fátima. Fizeram uso da palavra para questionar a convidada, os Senhores Deputados Luiz Couto e Almerinda de Carvalho. Após, a Presidência determina à Secretaria que providencie a entrada ao recinto da Promotora de Justiça Armele Marques Brenan, que assinou e assinou e preencheu o Termo de Compromisso passando a ler. A Senhora Presidente concede a palavra a Senhora Promotora Armele para suas considerações iniciais e concede a palavra a Senhora Relatora para questionar a convidada. Fizeram uso da palavra para perguntar a expositora, os Senhores Deputados Luiz Couto, Almerinda de Carvalho e Ann Pontes. Ato contínuo, a Senhora Presidente convida para adentrar ao recinto o Promotor de Justiça Pedro Lopes de Lima Júnior, que preencheu e assinou o Termo de Compromisso, que a Presidente passa a ler. A Deputada Sandra Rosado, Presidente da Comissão concede a palavra ao Dr. Pedro Lopes e em seguida a Relatora, Deputada Maria do Rosário para questionar ao convidado. Fizeram uso da palavra para perguntar ao convidado os Senhores Deputados Luiz Couto e Ann Pontes. Após, a Senhora Presidente concede a palavra a Deputada Estadual Fátima Bezerra para as suas considerações finais. A Presidência registra a presença do Advogado do Senhor Joacir, Dr. Clenio Clei Cunha Maciel, OAB-RN 2973, e após, lê o Termo de Compromisso que já se encontra preenchido e assinado pelo Senhor Joacir Oliveira da Silva e após, concede a palavra ao depoente para suas considerações. A Presidente passa a palavra a Senhora Relatora para dar início aos questionamentos ao depoente. Fizeram uso da palavra para questionar o depoente, o Deputado Luiz Couto e a Deputada Ann Pontes. A Presidente registra que o Gledson José Silva de Araújo, participa desta Audiência como testemunha colaboradora, e o mesmo preencheu e assinou o Termo de Compromisso, sendo qualificado pela Presidente que após, concede-lhe a palavra para suas considerações e em seguida, concede a palavra a Senhora Relatora para dar início aos seus questionamentos. Fizeram uso da palavra para perguntar ao depoente, os Senhores Deputados Luiz Couto e Ann Pontes. A Presidência agradece a todos e à imprensa que deu uma cobertura a reunião desta Comissão, pois certamente trará resultados dada a cobertura, no caso de Maria de Fátima. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Barbosa Ferreira Cruz, Secretária em exercício, da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, parte integrante da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Larissa Rosado) – Boa tarde, senhoras e senhores. Damos início à audiência pública do lançamento da Frente Parlamentar Estadual da Criança e do Adolescente.

Convidamos para compor a Mesa as seguintes autoridades: Exmª Srª Deputada Federal do Rio de Janeiro Almerinda Carvalho; Deputada Federal do Estado do Pará Ann Pontes; Deputada Federal do Estado do Rio Grande do Norte Fátima Bezerra; Deputado Federal do Estado da Paraíba Luiz Couto; Deputada Maria do Rosário, do Rio Grande do Sul; Deputada Federal do Estado do Rio Grande do Norte Sandra Rosado; Exmª Srª Representante do Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Norte Drª Isbelita Garcia Gomes Neto Rosas; Exmº Sr. Representante do Prefeito do Município de Natal, Coordenação-Geral do Departamento de Atenção à Criança e ao Adolescente Carlos Roberto de Morais e Silva.

Registramos ainda a presença do Vereador Hugo Manso e dos Deputados Estaduais José Lins, Fernando Mineiro e Paulo Davim.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional)

A SRA. PRESIDENTE (Larissa Rosado) – Inicialmente, quero agradecer e dizer o nome dos Deputados que compõem essa Frente e que estão sensíveis à cau-

sa da criança e do adolescente, conscientes do nosso papel de luta pela inserção social dessas crianças e adolescentes na nossa sociedade. São os Deputados Francisco José, José Lins, Fernando Mineiro, Cláudio Porpino, Ruth Ciarlini, Larissa Rosado, Paulo Davim, Getúlio Rego, Ricardo Motta e GesAnn Marinho.

As obras do Parlamento são feitas com idéias e iniciativas que, mesmo não adquirindo a forma física de praças e edifícios, por exemplo, servem de trincheira de luta pelo engrandecimento da nossa sociedade.

Hoje a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte realiza mais uma obra inspirada na força de vontade, na fé em Deus, na democracia, na Justiça e no engajamento dos homens e mulheres na causa social.

Temos a honra de declarar instalada a Frente Parlamentar Estadual da Criança e do Adolescente, um marco na história desta Casa, um instrumento político a serviço da infância e da juventude do nosso Estado.

Este movimento tem um caráter suprapartidário, é fruto de intensa pesquisa e de debates realizados por Deputados Estaduais sensíveis à causa, com o apoio de entidades governamentais e não-governamentais, a exemplo do Grupo Resposta, coordenado por Ana Paula Félix Felizardo, que, solidária e voluntariamente, vem fornecendo subsídios para o sucesso das ações que encaminhamos e das que pretendemos encaminhar ainda.

Na visão do Unicef – Fundo das Nações Unidas para Infância, para se fazerem valer os direitos das crianças e dos adolescentes, é necessário que sejam criadas políticas públicas que lhes garantam os direitos à sobrevivência, ao desenvolvimento, à proteção e à participação.

A Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Norte acredita no pensamento e se propõe a defender o cumprimento da Constituição, que estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, de discriminação, de exploração, de violência, de crueldade e de opressão.

Defenderemos esses princípios por meio de um trabalho permanente e de interação com outras entidades, para que o Estado garanta as condições necessárias ao cumprimento integral do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Propomos também aperfeiçoar a legislação sobre a criança e o adolescente no Rio Grande do Norte, buscando apoio e agilizando projetos; fiscalizando os atos do Executivo que digam respeito à infância e à juventude; discutindo, acompanhando e sugerindo medidas que permitam o seu aperfeiçoamento; mobilizando a sociedade contra toda e qualquer forma de violência, abuso e exploração de meninas e meninos; defendendo a autonomia dos conselhos tutelares; combatendo o trabalho infantil e defendendo o direito do jovem ingressar no mercado de trabalho e na vida política de sua comunidade sem sofrer discriminação ou constrangimentos; combatendo a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

A exploração de crianças e adolescentes no turismo é uma triste realidade no Rio Grande do Norte, sobretudo em Natal, onde desembarca a maior parte dos turistas internacionais. O problema é grave, fere a nossa alma, rouba a nossa dignidade e o futuro de pessoas inocentes, envergonha a sociedade e, além de todos os males físicos e psicológicos, pode decretar a morte de um setor importante na economia do nosso País, porque o turismo sexual é autodestrutivo, contamina e aniquila os setores sadios da atividade turística.

O combate a essa modalidade criminosa e desumana exige duas providências principais: a identificação e punição dos culpados e o combate à miséria, para que crianças e adolescentes não sejam explorados por estranhos e até mesmo por elementos de seu ciclo familiar. Enquanto houver desemprego e fome haverá exploração infanto-juvenil.

Não somos um movimento investigativo; colocamo-nos à disposição da polícia, do Ministério Público, da Justiça, para exigir do Governo condições necessárias para apuração de denúncias. Colocamo-nos também ao inteiro dispor da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso, que nos honra com a presença dos seus representantes que vieram ao Rio Grande do Norte ajudar a vencer a guerra contra quadrilhas de exploradores.

Em nome de nosso povo, agradecemos a ajuda e parabenizamos os membros da CPMI pelo despreendimento e a coragem de aceitar o desafio a um inimigo forte, perigoso e que, na maioria das vezes, se oculta na falta de clareza de certas investigações e se escuda na impunidade.

Informamos ainda que, esta semana, a Frente dará encaminhamento a algumas sugestões, dentre as quais a implantação das delegacias especializadas no atendimento de crianças e adolescentes nas cidades pólo, no interior do Estado – aqui só temos uma delegacia desse tipo -, a criação da divisão especializada em violência sexual na Secretaria de Segurança e Defesa Social e o fortalecimento das redes de atendi-

mento que incluam vítimas do sexo masculino, tema pouco abordado.

Contamos com o apoio de todos. As barreiras são muitas e podem parecer instransponíveis, mas temos a nosso favor a coragem, a força, a vontade e a certeza de que juntos construiremos instrumentos sólidos de apoio à proteção da infância e juventude do Estado do Rio Grande do Norte. (Palmas)

Passo a palavra agora à Coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Congresso Nacional, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Exmª Srª Presidente em exercício da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, Deputada Larissa Rosado, em nome de quem cumprimento todos os Deputados e Deputadas estaduais desta Casa, Parlamentares do Rio Grande do Norte, das câmaras municipais.

Exmªs Srªs Sandra Rosado e Fátima Bezerra, Deputadas Federais representantes do povo do Rio Grande do Norte por intermédio de quem cumprimento todos os colegas que compõem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional, instituída para investigar as redes de exploração sexual e a violência contra crianças e adolescentes no Brasil.

Dignos representantes da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos das Crianças dos Estados, Deputada Ann Pontes, do Pará, Deputado Luiz Couto, da Paraíba, Deputada Almerinda de Carvalho, do Rio de Janeiro, senhoras e senhores, sem dúvida é uma honra muito grande participar deste momento, quando a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte institui a sua Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

As frentes parlamentares têm se afirmado no Brasil nesta área com base em um princípio basilar: a filosofia de que a proteção dos direitos de crianças e adolescentes em todas as circunstâncias é uma tarefa a ser compartilhada por todos nós, nos diferentes lugares onde estivermos, pelo princípio ético que encerra, da responsabilidade que devemos ter entre gerações. Como adultos que somos, é a nossa missão, entre as primeiras, não podendo ser interrompida por qualquer contradição que diante dela se transforma em uma contradição secundária. É nossa tarefa a proteção dos direitos da criança e do adolescente, em especial no Brasil, quando tristemente nos acostumamos às notícias de jornais que dão conta da violência como algo corriqueiro na vida das famílias, e da destruição da vida das crianças e dos adolescentes como algo absolutamente normal.

A Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, nesta legislatura, estabeleceu-se no Congresso Nacional com a tarefa primeira de compor uma ação integrada entre a Câmara dos Deputados e o Senado da República, estabelecendo uma coordenação compartilhada entre as duas Casas pela primeira vez, ao longo dessa história de trabalho da Frente Parlamentar, iniciada no processo constituinte, integrada que foi justamente na elaboração dos dispositivos constitucionais que dão conta dos direitos da infância e do desdobramento da Constituição, garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A origem da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Congresso Nacional é a ação para compor os arts. 227 e 228 da Constituição Federal e o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, mas, em nível nacional, a Deputada Larissa Rosado foi encontrando novos contornos, exatamente na medida em que o grande desafio dos Parlamentares que vieram compor as Casas Legislativas no momento posterior à elaboração da Constituição Federal e da Constituição dos Estados é a garantia do cumprimento das legislações maiores do País, justamente pelo significado que, cumpridas e atendidas, essas legislações podem ter na vida das crianças e adolescentes brasileiros.

Justamente por isso em nenhuma medida o trabalho das frentes parlamentares deve diminuir. Ao contrário, a tarefa que nos impomos é a da qualificação permanente para sermos, nos parlamentos, a ponte com a sociedade civil, valorizando, sobretudo, o trabalho daqueles que de forma generosa e dedicada, em organizações as mais variadas do movimento social e popular, estão nos dando respostas permanentes de quanto é possível desenvolvermos políticas que não apenas tornem menores os sofrimentos da infância brasileira, mas que consigam enfrentar as próprias condições que determinam as condições de violência que compõem esse cotidiano.

O trabalho da Frente Parlamentar em nível nacional e nos Estados, onde está estabelecida, acontece, portanto, a partir de um princípio aqui destacado pela Deputada Larissa Rosado, de enfrentamento de uma lógica tantas vezes presente no Parlamento, da disputa como algo maior do que tudo.

A atuação da Frente Parlamentar é, em si, uma atuação de unidade, de transcendência à vivência partidária de cada um de nós, homens e mulheres, que, em nome do nosso povo, estamos nos Parlamentos, exercendo mandatos que devem se somar às causas mais importantes da nossa gente.

Esse caráter plural e suprapartidário que nos caracteriza está absolutamente sintonizado com a necessidade de uma relação aberta e transparente com

a sociedade civil, que é profundamente dona dessa característica.

A sociedade é plural e tem diferentes representações. As organizações da sociedade civil são assim também representadas; não são filiadas a qualquer dessas organizações partidárias; têm, no seu âmago, a noção de serviço público, mesmo não tendo origem na ação estatal. Mas o serviço público se desdobra na característica justamente da sua atuação e na natureza da sua atuação de servir à população brasileira, em especial à infância.

Assim pensamos, assim somamos e nos organizamos com tarefas as mais importantes para o Brasil. Não somos nós, os Parlamentares da área da infância, ingênuos para não reconhecer que o que determina, por exemplo, as circunstâncias do trabalho infantil, da violência doméstica, da violência urbana, o que determina as circunstâncias da exploração sexual e de todas as formas da violação dos direitos humanos não tem nexo absolutamente vinculado às circunstâncias históricas, sociais e econômicas de classe, determinadas também por circunstâncias da formação cultural, da desvalorização de gênero das mulheres, étnica da população negra ou indígena. Sabemos que é um somatório de fatores que determina a vulnerabilidade de parcelas muito significativas da sociedade brasileira.

Estamos irmanados nesse enfrentamento. Muitas vezes, enfrentamos setores poderosos, como, por exemplo, agora, não por coincidência, os integrantes da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente somam-se na iniciativa da organização de uma Comissão Parlamentar Mista do Congresso Nacional, justamente para investigar a exploração sexual.

E V. Exª, Deputada Larissa, os Deputados aqui presentes e os colegas Deputados Estaduais, nas Comissões temáticas, certamente já têm uma vivência de encontros e demonstram maturidade na organização de uma frente, precisamente porque o trabalho até hoje desenvolvido faz com que essas pessoas tenham estabelecido um contato permanente na defesa dos direitos da criança. Da mesma forma, no Congresso Nacional.

A coordenação que desenvolvemos e realizamos na Câmara dos Deputados em conjunto com os Parlamentares que estão aqui, nos diferentes Estados e regiões, a coordenação que elaboramos e seguimos em conjunto com a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que coordena, no Senado da República, a Frente Parlamentar, ao lado das iniciativas que tomamos na Câmara, são fruto dos nossos encontros ativos para a denúncia e a busca de soluções para os direitos da criança e do adolescente no Brasil.

Portanto, com essas tarefas nas nossas mãos, para transformar o País em um lugar de justiça, de plenitude de direitos, de unidade de ação para o bem comum, não é possível que não tenhamos a real dimensão de que essa tarefa se inicia precisamente pela própria proteção da infância, pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo seu desdobramento em legislações estaduais e municipais e pela sua efetiva implantação em todo território nacional.

Com certeza, a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Norte dará frutos muito saborosos à população deste Estado. O nosso desejo e, mais do que isso, a nossa parceria devem estar postos, para que possamos colher as iniciativas e os trabalhos positivos que já estão em andamento. Entre eles o próprio Código de Conduta acerca do enfrentamento do turismo para fins de exploração sexual, desenvolvido por iniciativa da própria sociedade civil com parcerias importantes no Poder Público. Essa iniciativa já transcende a geografia do Rio Grande do Norte, e o Brasil inteiro se orgulha dela.

Certamente, em todos os demais temas que forem produzidos no âmbito parlamentar, na relação do Parlamento com a sociedade civil, contem com a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança da Câmara Federal do Senado da República, portanto, do Congresso Nacional, para que possamos estabelecer esse elo com as demais assembléias legislativas diretamente, para que o Brasil saiba que este movimento dos direitos da criança e do adolescente tem uma bandeira acima de tudo; e essa bandeira é um olhar de proteção, é o sorriso de uma criança, é a alegria de ver a proteção onde já existiu a violência; é a alegria e a satisfação de ver que nós também, com a nossa atitude e o nosso compromisso, fazemos parte dessa caminhada e contribuímos para mudar este País, transformando-o num lugar de proteção e justiça para as crianças brasileiras.

Em nome dos Parlamentares e das Parlamentares do Congresso Nacional que compõem a Frente, parabéns e obrigada pela determinação, pela coragem, pelo trabalho e pela coerência. Somos irmãs e irmãos nessa luta. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Larissa Rosado) – Também fará uso da palavra o Deputado Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (PT – RN) – Srª Presidente, Deputada Larissa Rosado, Srªs e Srs. Deputados Federais que compõem a CPMI, demais autoridades presentes, o que hoje acontece nesta Casa será um marco. Afinal de contas não poderíamos assistir a tanta demonstração de brutalidade e desrespeito à criança e

ao adolescente sem que o Poder Legislativo assumisse um pouco da sua responsabilidade para coibir.

Entendo que quem age dessa forma contra a nossa criança e o nosso adolescente já atingiu tal requinte de brutalidade que não se dobra aos apelos dos menores, dos fracos, dos jovens e dos indefesos. Portanto teremos que despertar, na consciência de todos, o interesse e a responsabilidade em se aliarem às forças que querem proteger o jovem e o adolescente e resgatar a cidadania de quem está sendo agredido, sobretudo quando esse cidadão ou essa cidadão é uma criança.

Há pouco tempo, levantei uma estatística do nosso Estado que me deixou profundamente envergonhado. São números que ruborizam a face de qualquer cidadão que tenha respeito pelo jovem e pela criança. É inadmissível que no Rio Grande do Norte uma quantidade muito grande de crianças de dez a quatorze anos engravide e dê a luz outra criança.

É inadmissível que dezessete mil jovens de quinze a dezenove anos, no Rio Grande do Norte, apenas no ano de 2003, tenham gerado filhos. Esses números são estarrecedores. É preciso, urgentemente, uma ação do poder público; é preciso que nós, do Legislativo, assumamos também essa responsabilidade e fortaleçamos o propósito de combater os abusos e proteger a nossa criança e o nosso adolescente.

Não é mais possível conviver com as omissões, pois, se existe um pecado que não deveria ser perdoado, esse pecado seria o da omissão. E não podemos pecar por omissão.

Fico satisfeito e feliz por hoje estar sendo implantada nesta Casa esta Frente Parlamentar que será muito útil, sobretudo na vigilância constante e incansável para não permitir que ocorram esses desrespeitos.

Vamos combatê-los incessantemente.

Parabéns, Deputada Larissa. Esta Casa está de parabéns, assim como todos que defendem essa bandeira de luta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Larissa Rosado) – Com a palavra a Promotora de Justiça Isabelita Rosas.

A SRA. ISABELITA ROSAS – Exmª Srª Larissa Rosado, digníssima Deputada Estadual do Rio Grande do Norte e Presidente em exercício desta insígne Casa Legislativa, em nome de quem cumprimento as Exmªs Srªs Deputadas Estaduais que compõem a presente Mesa, Exmºs Srs. Deputados Estaduais deste Estado, Exmºs Srs. Juízes de Direito, caros colegas promotores de justiça, demais autoridades presentes, senhoras e senhores, é com grande satisfação que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte participa desta solenidade de lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, porque esta iniciativa vem concretizar a política de atendimento dispensada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente à população infanto-juvenil, mormente considerando que recentemente em nosso Estado, caros Deputados, foi instalada a Frente Inter-Institucional Aliança em favor da criança e do adolescente que esta Casa, vale ressaltar, abraçou com imensa aptidão e afinco para disponibilizar, no nosso Estado, uma frente em prol desse segmento infanto-juvenil tão fragilizado e hipossuficiente que realmente merece a atenção de todos nós, conforme estabelecido no diploma legal anteriormente referido.

A Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente vem somar esforços com a Frente Inter-Institucional Aliança em favor da criança e do adolescente, lançada no nosso Estado, na medida em que, por meio de ações articuladas e em parceria em prol do universo infanto-juvenil é possível concretizar direitos fundamentais como saúde, educação, lazer e convivência familiar.

Sabe-se que é uma missão bastante árdua e difícil, mas quando nos deparamos com essas crianças e adolescentes sorrindo, com um futuro promissor, com perspectivas de vida digna, nós nos contentamos, realmente aprimoramos os nossos trabalhos e empreendemos esforços para construir algo mais que venha a dignificar a vida dessas crianças e adolescentes.

A violência sexual infanto-juvenil no nosso Estado infelizmente é uma realidade, mas acredito que algumas iniciativas já lançadas, que merecem ser citadas, como o Plano Estadual de Enfrentamento à Exploração Sexual Infanto-Juvenil e o Código de Ética no Turismo, são medidas que com certeza reverterão com significativos frutos essa situação.

A criação, viabilização e consolidação dos conselhos que são uma meta da Frente Inter-Institucional Aliança em favor da criança e do adolescente também vem ao encontro das iniciativas da Frente Parlamentar, isso porque não se pode falar em atender criança e adolescente em situação de risco, dentre elas aquelas que são vítimas do fenômeno da exploração sexual, sem garantir o mínimo da estrutura de retaguarda ao atendimento dessa população infanto-juvenil. E esse atendimento começa pelos Conselhos Tutelares que vão atender a essa demanda que merece esse tratamento prioritário que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente em nossa Carta Magna. Tratamento prioritário que significa preferência na formulação das políticas públicas, na sua execução e na destinação privilegiada de recursos públicos.

Isso significa que não fica à margem do discricionário do agente administrativo, ou seja, o critério

da oportunidade e conveniência, dispensar recursos públicos para atender às demandas infanto-juvenis. O legislador constitucional foi muito claro quando disse que compete à criança e adolescente um atendimento prioritário. Isso significa que recursos públicos devem ser destinados prioritariamente ao universo infanto-juvenil. E é nesse desiderato que trabalha hoje o Ministério Público.

Todos os promotores de justiça estão imbuídos em fazer com que o tratamento prioritário estabelecido na Constituição Federal seja realidade viva na sociedade potiguar. E, unidos com os demais entes competentes, trabalhando de mãos dadas em parcerias com ações particulares é que acreditamos ser possível que esse mandamento constitucional seja realmente concretizado em nosso Estado.

Parabéns, Deputadas, pela iniciativa. Saibam que a Frente Inter-Institucional Aliança, da qual o Ministério Público faz parte, está de braços abertos para juntos unirmos as nossas mãos em prol das crianças e adolescentes no Estado do Rio Grande do Norte.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Larissa Rosado) – Convido Ana Paula Felizardo para usar a palavra.

A SRA. ANA PAULA FELIZARDO – Boa tarde. Cumprimento os integrantes da CPMI da Exploração Sexual, as Deputadas e os Deputados desta Casa Legislativa e demais autoridades aqui presentes.

Para nós, que fazemos a organização não-governamental Resposta, Responsabilidade Social Posta em Prática, que é resultante de uma conseqüência lógica das ações do Código de Conduta do Turismo contra a exploração sexual infanto-juvenil, é razão de muita alegria a materialização da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, constituída de parlamentares sensibilizados com as causas da promoção dos direitos infanto-juvenis, uma demonstração de abertura desta Casa conferida à sociedade civil quando a nossa proposição foi aceita e implementada.

Há um ano, em audiência pública nesta Casa, realizada em função do dia 18 de maio, Dia Internacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, apresentei as seguintes questões: por quanto tempo, crianças e adolescentes ficarão expostas a múltiplas vulnerabilidades? Por quanto tempo ainda iremos conviver com nossos álibis repletos de anunciados clichês que ora culpabilizam a pobreza, a falta de estrutura das instituições públicas e até a erotização precoce das nossas adolescentes? Quando deixaremos de buscar culpados e assumiremos a nossa omissão diante da fragmentação das nossas ações? Como romper com as relações de silêncio que revestem o fenômeno? Quando daremos retaguardas para proteger os denunciantes? Até quando amargaremos a cultura da impunidade? Quando teremos instrumentos compatíveis de investigação diante da complexidade do fenômeno? O que sabemos das adolescentes que se encontram na exploração sexual? Quem são elas? Onde moram? Já estão em algum programa de políticas compensatórias? E o que temos a dizer dos acusados? Ainda culpamos somente os turistas pela motivação sexual? Há agenciamento?

Compreendo que a muitas dessas questões não nos compete dar resposta. Reafirmamos o papel dos órgãos públicos na execução dessas políticas. Em um ano, algumas alianças foram celebradas e possibilitaram a existência do comitê estadual responsável pela elaboração do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, resultante de uma parceria da Casa Renascer e o Unicef.

A Casa Renascer é uma entidade de referência no atendimento à criança vítima de abuso e exploração sexual.

Temos o Fórum DCA, que aglutina 33 instituições da área da criança e do adolescente, a Frente Inter-Institucional, a Frente Parlamentar e o Código de Conduta do Turismo contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil, que é uma declaração elaborada para promover condutas éticas e socialmente responsáveis de empresas vinculadas à indústria do turismo para a proteção da criança e do adolescente. Já está implantado em 27 empresas, em 8 instituições de ensino superior, e mais 40 estão pleiteando adesão. É reconhecido como referência pelo Ministério do Turismo, com experiência replicada agora no Estado do Ceará.

Estamos certos de que há um longo caminho a ser percorrido, que implica o envolvimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e da sociedade civil para a adoção de medidas prioritárias que possibilitem definir o fenômeno da exploração sexual como o foco de nossas intervenções.

Nessa perspectiva, a proposta é a implantação das delegacias nas cidades-pólo, a criação de divisão especializada e uma central única de notificação.

Essas propostas já foram apresentadas à Frente Parlamentar e serão objeto de atenção.

Encerramos a nossa manifestação lembrando uma frase do Hebert Viana, que diz: "E a cidade, que tem braços abertos no cartão postal, com os punhos fechados para a vida real".

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Larissa Rosado) – Agradecemos a todos que se fizeram presentes a esta audiência de lançamento da Frente Parlamentar Estadual da Criança e do Adolescente.

Registro ainda a presença do Deputado Cláudio Portino e do Deputado Elias Fernandes.

Agradeço a todas as autoridades, as Deputadas e Deputados – o Deputado Adécio acaba de entrar aqui –, Senadores e Senadoras que compõem a CPMI e que permitiram que fizéssemos esse lançamento juntos, a Promotoria Pública, o Juizado, todas as ONGs, todos que estão presentes nesta ocasião.

Vamos passar agora a condução dos trabalhos para a Deputada Federal Sandra Rosado, que iniciará os trabalhos da CPMI no nosso Estado.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 02, de 2003, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Esclareço ao plenário que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Assembléia Legislativa, em cumprimento ao Requerimento nº 001, de 2003, deliberado por esta Comissão.

Agradeço, em meu nome e em nome de todos os membros da CPMI, a receptividade com que esta Casa Legislativa acolheu a nossa Comissão em cumprimento da missão a que se destina.

Esclareço aos presentes que esta audiência pública destina-se à tomada de depoimentos, assim como ouvir convidados a respeito da prática de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Antes de determinar à Secretaria que providencie a entrada no recinto das primeiras depoentes, registro o agradecimento aos companheiros da CPMI, na pessoa do Deputado Luiz Couto, do PT, da Paraíba, da Deputada Ann Pontes, do PMDB do Pará, da Deputada Maria do Rosário, do PT do Rio Grande do Sul, da Deputada Almerinda de Carvalho, do PMDB do Rio de Janeiro, além da Deputada Fátima Ribeiro, do PT do Rio Grande do Norte.

Determino à Secretaria que providencie a entrada no recinto da Drª Juíza Fátima Maria,que acompanhará a adolescente Maria de Fátima.

Esclareço que a Drª Fátima Maria participa desta audiência que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes como colaboradora, tendo em vista o trabalho que desenvolve na cidade de Mossoró, então se dispensa o preenchimento do termo de compromisso, porque está implícito na sua colaboração que a verdade será absolutamente dita.

Estamos aguardando a presença da adolescente Maria de Fátima.

Saliento que a presença da menor Maria de Fátima está sendo permitida e autorizada pelA SRA. Juíza Fátima Maria, da cidade de Mossoró, exatamente porque pela sua história de ser uma jovem que não apareceu na cidade e a necessidade da localização da sua família em algum Estado brasileiro. Tendo em vista que não temos facilidade de comunicação com a menor, pois a mesma tem deficiência auditiva, torna-se muito difícil o esclarecimento da sua origem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Concedo a palavra a Deputada Maria do Rosário, Relatora da CPMI.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, apenas para uma questão de ordem, na medida que a Drª Fátima Maria já está conosco, no sentido de iniciar com S. Exª enquanto a nossa Assessoria traz a Maria de Fátima até aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Acolho plenamente a sugestão de V. Exª.

Concedo a palavra a Drª Juíza Fátima Maria.

A SRA. FÁTIMA MARIA – Srª Deputada Sandra Rosado, na pessoa da qual cumprimento os demais membros que compõem a Mesa desta CPMI, Srªs autoridades aqui presentes, senhoras e senhores, para mim é motivo de muita satisfação estar prestando esse serviço à CPMI e desde já agradeço esta oportunidade que permite ao Juizado da Infância e da Juventude de Mossoró a abertura do nosso trabalho.

Essa jovem, Maria de Fátima Cleiton da Silva, apareceu na cidade de Mossoró em 9 de setembro de 2002 e foi levada pela comunicante Ivanete Ermídia da Costa Souza, que compareceu ao meu gabinete para apresentar a adolescente, dizendo que ela foi encontrada num posto de gasolina, provavelmente trazida por caminhoneiros.

Imediatamente tomei a termo as declarações prestadas pela comunicante e a primeira providência foi abrigar a adolescente no NUP, que é o Núcleo de Proteção a Criança e Adolescente de Mossoró.

Desde essa data ela se encontra abrigada no NUP e as providências adotadas foram no sentido de identificar a sua família e a sua procedência.

Comunicamos o fato anteriormente à CPMI, por intermédio da Deputada Sandra Rosado, que abriu esta oportunidade para chegarmos até a família dessa adolescente.

Ela é surda e muda, não utiliza o método convencional dos surdos-mudos, faz alguns desenhos e há dificuldade de comunicação. Apesar disso, ela expressa algumas figuras mostrando a sua família, deixando entender que tem um filho na idade aproximada de cinco

anos. Quando fala nessa criança, ela chora muito. Em determinados momentos, ela nos diz que mora perto de algum lugar onde existe aeroporto.

Então estamos enfrentando muito dificuldade para encontrar a família dessa jovem que, pelo tempo em que se encontra desaparecida, deve estar bastante aflita.

O motivo pelo qual ela está aqui é justamente para tentarmos chegar à sua família e evitar que haja algum abuso contra a sua pessoa.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Passo a palavra à Srª Relatora, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, gostaria apenas de fazer algumas considerações.

A primeira é no sentido de registrar o importante trabalho desenvolvido em Mossoró, relativo a essa situação.

Segunda, solicitaria à senhora precisar exatamente o que foi feito no sentido da identificação da origem da adolescente.

Como ela está ali, se for importante que a senhora a busque, não há problema para nós.

A assistente social a está acompanhando. É importante avaliarmos uma situação como essa, porque, no aspecto positivo, a Maria de Fátima está sendo atendida por uma política social. Podemos observar que esse atendimento existe. Mas reconstruir a sua história, com a possibilidade de encontrar a sua origem, é um desafio para todos nós, diante do agravante de que ela não consegue se comunicar como nós. Ela utiliza outras formas de comunicação que a Deputada Sandra Rosado inclusive nos relatou na reunião de trabalho da CPMI, que convidou uma pessoa portadora de deficiência auditiva para estabelecer uma comunicação direta com a Maria de Fátima a partir da linguagem de sinais e de outras formas de comunicação que essas pessoas desenvolvem como um potencial para se comunicarem.

E observamos, pelo relato da própria Deputada Sandra, que ela realmente não se comunica pela Libras, que é a língua brasileira de sinais. O que relatamos à CPI – faço questão de tornar público – é que quando estivemos em diligência no Rio de Janeiro, no ano passado, um promotor da área da infância havia identificado em uma casa de exploração sexual de crianças e adolescentes a presença de uma adolescente que não se comunicava verbalmente e também tinha uma que era surda, que não conseguia se comunicar verbalmente. No entanto, quando o Ministério Público chegou àquela casa, o relato das meninas que lá permaneciam de que essa menina já havia sido deslocada da casa e tinha sido levada por caminhoneiros, por taxistas para outro lugar.

Temos esse relato do Rio de Janeiro na CPMI, e, em Mossoró, a Deputada Sandra, em diligência que realizou junto à Juíza, identificou uma menina com iguais características. Lá, no Rio de Janeiro, não existe qualquer fotografia, apenas levantamento. Então, o sentido, Drª Fátima Maria – a Deputada Almerinda inclusive é do Rio de Janeiro –, é uma pista que temos, como foi identificado pela Deputada Sandra. Há outras pistas que levam ao Ceará e a Salvador como lugares em que ela esteve.

Gostaríamos de pedir aos meios de comunicação, com a devida autorização do Poder Judiciário, que façam imagens para serem divulgadas a fim de que a Maria de Fátima reencontre a sua família e possamos reconstruir essa história na qual há todas as indicações de exploração sexual.

É isso de minha parte.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Algum Parlamentar quer fazer alguma indagação à Drª Fátima Maria?

Deputada Almerinda de Carvalho.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PSB – RJ) – Boa-tarde a todos.

Eu ia justamente me propor junto aos meios de comunicação do Rio de Janeiro, já que ela, às vezes, manifesta alguma informação de que tenha até morado naquele Estado, uma colaboração para que a imagem dela chegue aos meios de comunicação do Rio de Janeiro.

Doutora, eu gostaria de lhe fazer uma pergunta: a senhora poderia esclarecer as dificuldades encontradas no tocante ao combate à exploração sexual de crianças e adolescentes aqui, no Rio grande do Norte, mais especificamente em Natal?

A SRA. FÁTIMA MARIA – Eu gostaria de esclarecer que a minha jurisdição é na comarca de Mossoró. Então, com relação aos problemas vinculados à Comarca de Natal, não tenho dados concretos para responder à Deputada.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PSB – RJ) – Então vamos transferir a pergunta para Mossoró.

A SRA. FÁTIMA MARIA – Com relação à minha Comarca, a cidade de Mossoró, que tem crescido em termos econômicos e populacionais, está desenvolvendo algumas atividades também e vem crescendo no que diz respeito a turismo, constituindo-se numa cidade-elo entre as capitais: Natal, Fortaleza, João Pessoa e a cidade de Campina Grande. Nestes últimos anos, tem apresentado um crescimento também significativo no que diz respeito à exploração sexual envolvendo adolescentes.

No nosso trabalho, estamos iniciando o combate através da conscientização da sociedade, pedindo apoio também aos órgãos e entidades públicas e não-governamentais, através dos agentes de proteção das equipes interprofissionais. Tudo isso tem sido feito.

Eu gostaria também de deixar o registro de que tomei posse recentemente na Comarca, não faz ainda um ano, dia 20 de agosto. E, para a minha surpresa, até então não tinha sido designado pela Justiça nenhum juiz como titular da Vara da Infância e da Juventude, em que pese ter sido criada essa Vara há dois anos. Os juízes que lá assumiram os trabalhos eram apenas substitutos, sem deixar nenhum trabalho maior em termos de vinculação, permanente e duradouro. Então, da nossa atividade, em termos de titularidade, o que eu posso falar é com relação ao início que estamos fazendo lá na comarca.

Realmente temos problemas e podemos citar o caso dessa adolescente, Fátima, que chegou lá trazida por caminhoneiros. Como tem sido ponto debatido na imprensa a falta de emprego, muitos adolescentes aparecem sem instrução, sem formação para conseguir um emprego. E a fórmula que eles encontram é a prostituição.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PSB – RJ) – Eu gostaria de fazer mais uma pergunta: há quanto tempo a senhora trabalha na área da criança e do adolescente?

A SRA. FÁTIMA MARIA – Especificamente como titular da Vara, eu assumi dia 20 de agosto nessa comarca. Eu trabalhava como juíza da área cível, em que pese ter trabalho em outras comarcas como juíza única.

Mas o número de adolescentes envolvidos com drogas, com exploração sexual e problemas de abuso sexual tem crescido. O que eu vejo mais nas cidades do interior são atos libidinosos envolvendo adolescentes do sexo masculino também.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PSB – RJ) – Obrigada, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Drª Fátima Maria, quero parabenizá-la pelo trabalho que vem realizando em favor da criança e do adolescente no Juizado da Infância e da Juventude.

A primeira pergunta é a seguinte: no caso de Maria de Fátima, ela aparece num posto de gasolina e seria trazido por caminhoneiros. Quando se faz referência a caminhoneiro, ela muda o seu humor. É verdade isso?

A SRA. FÁTIMA MARIA – Tem sido assim. Em alguns momentos, quando as assistentes sociais vão entrevistá-la, tem sido feito esse registro. É como se ela tivesse sido abusada sexualmente durante esse período.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nesse caso, se existem contradições sobre de onde ela poderia ser, ou do Rio de Janeiro ou de Fortaleza ou de Salvador, existe um dado: há uma Maria de Fátima Celestino da Silva, que é o nome dela, nascida em 19/07/80, com endereço da zona rural de Santo Cedro, Maravilha, Alagoas. Pergunto se já foi encaminhada uma correspondência para a Polícia ou mesmo para o Juizado.

A SRA. FÁTIMA MARIA – Com relação às informações, nós já oficiamos aos órgãos competentes. Sempre que nos chegam dados quanto à sua procedência, temos buscado.

Quanto a esse do Rio de Janeiro que a Deputada citou, ainda não havia nenhum registro concreto. E ficamos aguardando.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A sugestão é a seguinte: pode alguém da família de Maria de Fátima, numa delegacia, ter feito um boletim de ocorrência do desaparecimento dela. E de uma fotografia de Maria...

A SRA. FÁTIMA MARIA – Já foi feito.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Já foi? Encaminhada para todas as...

A SRA. FÁTIMA MARIA – Inclusive, assim que ela chegou em Mossoró, foi apresentada a uma delegada, inicialmente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas foi mandada para todos os...

A SRA. FÁTIMA MARIA – Os delegados.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E para as Curadorias da Infância e da Juventude?

A SRA. FÁTIMA MARIA – Nós oficiamos, sim. Divulgamos, através do Juizado, aqui em Natal, na Internet, mas ainda não tivemos nenhuma informação concreta. A última porta em que bati foi a da CPI, por intermédio da Deputada Sandra Rosado, que se sensibilizou com a situação e tem nos dado essa abertura para divulgar esse caso concreto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A Maria de Fátima é surda-muda?

A SRA. FÁTIMA MARIA – Sim. E ela muda o seu depoimento dela, não tem muita uniformidade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu queria saber sobre a postura dela quando foi encontrada e o que mudou hoje.

A SRA. FÁTIMA MARIA – Quando ela foi encontrada, inicialmente foi levada para um abrigo em Mossoró, Lar da Criança, sob a responsabilidade da Irmã Helen. É uma entidade não-governamental vinculada à Igreja Católica.

Segundo informações da própria Irmã Helen e dessa senhora comunicante, Ivanete Ermínia, que esteve perante o Juizado e prestou informações, ela teria saído do abrigo da Irmã Helen porque teria realizado um aborto em Mossoró. Então, logo que ela foi apresentada ao Juizado, tomamos essa iniciativa de abrigá-la no NUP e, de alguma forma, chegar aos seus parentes, buscar o seu paradeiro.

Onde posso ver uma luz para chegar à família e rever a história dessa adolescente, como bem disse a nossa Deputada Federal Relatora da CPMI, temos feito esse trabalho. Até então, ela está sob a proteção do NUP e não tenho dados concretos. Ela não tem documento algum. Esse nome que ela deu, que registramos aqui, pode nem ser o nome dela. Quer dizer, não temos nenhum documento oficial que diga que ela é realmente Maria de Fátima, como ela coloca no papel. Pode até ser um nome fantasioso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas ela lê e escreve?

A SRA. FÁTIMA MARIA – Ela escreve, desenha e expressa. Para mim, ela fez um gesto demonstrando que tinha um filhinho, mostrou umas estrias na barriga, dando a entender que tinha sido mãe.

Nesse período em Mossoró, a Irmã Helen tentou adverti-la, demonstrar algum comportamento pela falta de bons modos. Ela não quer voltar. Já tentei até reaproximá-la da Irmã Helen, mas nem a Irmã Helen a recebe e tampouco ela tem mais afinidade. Então, ela se encontra no NUP.

A preocupação que gostaria de registrar é que o NUP, que é o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco, faz um trabalho muito importante que tem nos dado muita ajuda, mas não temos uma estrutura com segurança. Então a minha preocupação é muito grande no sentido de que essa jovem fuja novamente.

Não sei qual é o envolvimento dela em termos de periculosidade, não temos nenhum dado concreto; alguém pode até estar tentando perseguí-la, não sei. Tudo isso nos causa uma certa preocupação, porque a própria presença dela no NUP pode estar causando risco às outras crianças que ali estão.

Então espero que com essa divulgação, porque estamos divulgando a sua imagem... o seu desaparecimento...

Gostaria que ficasse registrado para tentar rever a sua história e levá-la até o seio da sua família, para que seja reativado esse convívio familiar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Muito obrigado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Apenas no sentindo de colaborar com a Drª Fátima Maria e no que ela diz, que não temos maiores esclarecimentos acerca da vida pregressa e da possibilidade inclusive dessa jovem, de alguma forma, ter sido ameaçada, conhecer as circunstâncias que possam colocá-la em risco. É com esse sentido e com essa preocupação que a própria Juíza poderia tomar essa medida, mas penso que nós, como CPMI, temos que oficiar A SRA. Governadora do Estado, para que essa menina receba de forma subseqüente a divulgação da sua fotografia, pelo menos por algum período, a ser analisada inclusive com a Juíza a proteção devida ao local em que ela está. Que isso não seja apenas uma responsabilidade do Município, das pessoas que estão atendendo, mas uma tarefa do Estado e da segurança com a qual ela possa contar.

Queria fazer esse encaminhamento formalmente para que, por ofício, a CPMI oficie à Srª Governadora, justamente com esse objetivo, diante do alerta da Juíza, que é muito pertinente. Ao mesmo tempo que queremos fazer alguma coisa positiva, poderemos estar, de alguma forma, vulnerabilizando a adolescente.

A SRA. FÁTIMA MARIA – Gostaria só de registrar que o NUP, Núcleo de Apoio e Proteção à Criança, é um órgão de atendimento do Governo do Estado. Quer dizer, de certa forma, o governo já está participando.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Diante da sugestão da Deputada Maria do Rosário, determino à Secretaria da CPMI que providencie a solicitação ao Sr. Governador em exercício, Deputado Robson Faria, para que seja reforçado, mesmo levando em consideração as informações da Drª Juíza Fátima Maria de que o NUP é um órgão vinculado ao Governo do Estado. Para maior segurança, entendemos que isso seja necessário, em face do conhecimento de que aquela instituição não conta com a proteção devida após a publicação da imagem da adolescente, provavelmente adolescente, podemos dizer assim, Maria de Fátima.

Então, para encerrar esta primeira fase da nossa audiência pública, gostaria apenas de obter da Juíza a autorização para a fotografia da menor, provavelmente menor, como eu falei, e de agradecer a gentileza da Assistente Social Ivanilda Pereira Xavier, que acompanhou Maria de Fátima a esta audiência pública.

Pediria a sua palavra de autorização para a gravação das imagens.

A SRA. FÁTIMA MARIA – Tendo em vista a finalidade de trazer a adolescente ao seu convívio familiar, para reaver a sua história e diminuir essa aflição que ela manifesta para ver seu filho e sua família, por esses

motivos e também da proteção, que é princípio fundamental do Eca, eu autorizo publicamente a divulgação da imagem dessa adolescente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Muito obrigada, Drª Fátima Maria.

Solicito à Assistente Social Ivanilda Pereira Xavier que pergunte a Maria de Fátima se ela deseja se expressar de alguma forma, da forma peculiar como ela...(Pausa)

Então, muito obrigada pela participação da Drª Juíza Fátima Maria. Agradecemos à jovem Maria de Fátima e também à Assistente Social Ivanilda Pereira Xavier.

De acordo com a autorização da Drª Juíza, estão autorizadas as imagens da adolescente Maria de Fátima, para que possamos, com essa ação, contribuir para a localização dessa família.

Antes de chamar os depoentes seguintes, gostaria de agradecer a Assembléia Legislativa e também a presença dos Deputados Elias Fernandes, José Lins, Fernando Mineiro, Paulo Davim, Larissa Rosado, Ricardo Mota, Cláudio Pompino e José Adécio.

Nome completo: Armele Marques Brenan, identidade: 539.002 – SSP-RN, 43 anos, CPF: 254.528.949-20, estado civil: divorciada, endereço residencial: Rua Rodolpho Fernandes, nº125, Nova Parnamirim, Cidade: Parnamirim – RN. Profissão: Promotora de Justiça. Onde exerce a sua atividade atualmente: na 38ª Promotoria de Justiça na rua Tiradentes, s/nº, Nazaré, Natal, 59.060-370. Não tem nenhum parente envolvido nas declarações que em seguida dará. A depoente comprometeu-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigada a depor contra si própria nos termos do art. 5º da Constituição Federal.

Com a palavra a Drª Armele Marques Brenan.

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Exmª Srª Deputada Federal Sandra Rosado, Presidente da Mesa, pessoa na qual eu cumprimento, e expresso os meus respeitos aos demais componentes, coloco-me à disposição da CPMI para responder às perguntas que me forem dirigidas.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Com a palavra A SRA. Relatora Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Drª Armele, boa tarde. Obrigada por estar conosco na CPMI. Há quanto tempo a senhora trabalha na área da criança e do adolescente.

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Desde março de 1993, há 11 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sempre como Promotora da Infância...

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – De Justiça da Infância e da Juventude. No Ministério Público ingressei em 1988 como Promotora de Justiça, com atribuição em defesa da infância e juventude desde o ano de 1993, mês de março.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora já atuou sempre na cidade de Natal ou em diferentes localidades no Rio Grande do Norte?

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Como titular na Promotoria da Infância e Juventude em Natal, mas como Promotora de Justiça em outras comarcas antes de chegar à terceira entrância em Natal eu também tinha atribuição de Promotor de Infância e Juventude depois da edição do Estatuto. Antes, como entrei em 1988, tinha a função de Curador de menores. E também tenho a atribuição desde o ano de 2001 de integrar uma Comissão Especial, criada pela Procuradoria-Geral de Justiça, por ato do Procurador, para investigar todas as formas de violência e exploração sexual contra crianças, adolescentes e adultos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então podemos concordar, e portanto é uma honra estarmos tratando com V. Sª, que se trata de uma pessoa com histórico importante na defesa dos direitos da criança.

Como a senhora, enquanto Promotora de Justiça da área da infância, não somente quando nos referimos a Natal, mas ao tratarmos do Rio Grande do Norte, avalia a situação da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes? É possível falarmos em redes organizadas atuando?

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – É, Excelência.

Quando vim para Natal, em 1993, iniciamos a implementação de ações com vistas a investigar estabelecimentos comerciais de diversão, lazer e hospedagem por força do dispositivo estatutário que prevê a fiscalização por parte do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Conselhos Tutelares, com vistas a combater e punir as infrações administrativas cometidas contra os direitos infanto-juvenis, dentre as quais se pode pontuar a hospedagem de crianças e adolescentes em locais como hotéis, motéis, pensões ou congêneres.

No início dessa atividade, pudemos perceber que foram encontras principalmente adolescentes em motéis ou em pensões e pousadas sem a devida autorização ou o acompanhamento de seus pais.

Isso nos mostrava que existia... porque as denúncias já corriam a boca miúda de que Natal especialmente, por ser uma cidade litorânea, com vocação turística natural, albergava as sementes que proliferavam do sexo turístico, do uso e abuso de crianças e adolescentes com fins sexuais.

Com esse trabalho que se iniciava nessa época, porque em 1993 estava-se ainda a lutar pela implementação do Estatuto, que era recém-nascido, verificava-se que essas presenças eram constantes em pousadas, motéis e pensões.

A partir daí iniciou-se também um trabalho na tentativa de construir uma ação integrada para coibir as práticas de exploração sexual.

Em 2001, essa situação se agrava a olhos vistos. A sociedade reclamava, as autoridades tinham conhecimento e era preciso que se buscasse a implementação de ações mais efetivas com esse fim.

Foi quando se formou uma parceria através de uma operação cujo esboço V. Exªs provavelmente têm, porque essa proposta foi encaminhada pelo Ministério Público.

Com essa ação, começamos a estender os braços não só sobre a fiscalização para combater os atos administrativos, porque infelizmente não é da atribuição do Juiz e do Ministério Público da Infância e do Adolescente processar e julgar os crimes contra a liberdade sexual e de violência contra crianças e adolescentes, mas, pela possibilidade de fiscalização das infrações administrativas para permitir a fiscalização de hotéis, motéis e congêneres, estendemos também, conjugando a interpretação do dispositivo da infração administrativa com o dispositivo do art. 201, inciso VIII, que determina ao Ministério Público a responsabilidade e a atribuição de zelar de todas as formas pela garantia dos direitos infanto-juvenis, começamos também a trabalhar em parceria com a 1ª Vara da Infância e da Juventude, que tem atribuição da infração administrativa, bem como com as polícias civil e militar e os órgãos de fiscalização, Covisa, meio ambiente, Corpo de Bombeiros, etc., fazendo fiscalização nesses estabelecimentos de diversão, em casas noturnas e em prostíbulos. Ali encontrávamos adolescentes sendo vítimas da exploração sexual.

Nesse trabalho pudemos perceber que a rede existe e que ela não é voltada exclusivamente para a exploração sexual de crianças e adolescentes, mas também, porque faz a exploração do adulto. Daí por que a comissão que também integro investiga os crimes de violência e exploração sexual de crianças, adolescentes e adultos, porque, nesse trabalho de investigação, detectamos que a exploração sexual de crianças e adolescentes, à exceção daquelas meninas que são encontradas pelas ruas fazendo programas, as quais são conhecidas – todos que são da cidade conhecem –, as meninas da Bernardo Vieira que se prostituem por R$1,99, existem meninas que são exploradas sexualmente pela rede de prostituição. Mas essa não é uma oferta que se encontra no prostíbulo. Nesse encontramos mulheres que têm acima de 18 anos, porque a rede é muito bem formada. E as menores adolescentes são contactadas e contratadas por um esquema difícil de se desmontar por diversos aspectos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora adianta uma série de considerações acerca do enfrentamento, quando fala dos resultados encontrados com a articulação da fiscalização administrativa com as atribuições do próprio Ministério Público, como se diferenciam e que existe uma conexão entre a exploração sexual dos adultos e das crianças e adolescentes. Mas, quando se refere à rede, esclarece que é difícil desbaratá-la.

O que caracteriza as redes no Rio Grande do Norte e que ações o Ministério Público tem desenvolvido de forma mais objetiva, no sentido de garantir o desbaratamento dessas redes?

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Excelência, a certeza da existência da rede decorre de que, quando as ações das operações foram realizadas, encontramos em prostíbulos da cidade de Natal jovens que faziam programas para pessoas que mantinham essas casas. Noventa e nove por cento dessas mulheres eram originárias de outros estados do Brasil, como Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Brasília, Pernambuco, Fortaleza, Maranhão e Pará.

Encontramos inclusive mulheres estrangeiras, da Argentina e do Paraguai.

Numa das nossas operações, nove mulheres nos pediram socorro, alegando que se encontravam em cárcere privado. Elas eram adultas, mas o crime estava configurado. Então tínhamos o dever de atuar, e atuamos ouvindo o depoimento informal dessas mulheres, porque começamos a fazer a fiscalização à noite, quase madrugada, em casas de prostituição.

Dessas nove mulheres, três prestaram depoimentos que devem estar enxertados no processo-crime que tramita, salvo engano, na 6ª Vara Criminal de Natal, tendo como réu o proprietário da casa noturna Senzala Casa Show, que é um prostíbulo existente na nossa capital.

Essas mulheres relataram que vinham dos seus estados de origem trazidas por um homem que prestava serviço para o dono da casa de prostituição, mas estavam conscientes de que viriam trabalhar como prostitutas. Teriam as suas passagens pagas pelo proprietário da casa de shows e aqui teriam hospedagem e alimentação.

Essas mulheres noticiaram que vinham trazidas por um cidadão que ia buscá-las nas suas cidades – ele trazia essas mulheres para Natal...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele ia, por exemplo, ao Rio Grande do Sul, aliciava...

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Sim, trazia essas mulheres para São Paulo, de onde elas eram levadas, salvo engano, para a Paraíba e de lá vinham de avião...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não saberia precisar o município da Paraíba?

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Excelência, elas vinham até a Paraíba de avião. De João Pessoa para Natal, elas vinham em um veículo pela estrada. Elas relataram que vinham em uma van. Isso consta do depoimento dessas mulheres.

Encontramos, nas casas que hospedavam essas mulheres e soubemos que elas eram impedidas de sair de lá enquanto não quitassem a dívida com os proprietários da casa de prostituição, que não era o mesmo espaço que as hospedava. Elas iam para lá para trabalhar.

Nessas casas, elas tinham que pagar mensalmente um valor pela hospedagem e essa dívida ia crescendo.

Ali encontramos agendas com a anotação das dívidas e cartões de taxistas contratados para prestar serviços específicos àqueles grupos, levando e trazendo essas mulheres, além de diversos contatos telefônicos que obtivemos à época nos telefones celulares daquelas pessoas que foram presas. Obtivemos sete mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão. Isso nos permitiu verificar que havia uma rede, porque várias pessoas estavam envolvidas nesse trabalho: taxistas, cidadãos que buscavam e traziam essas mulheres para o prostíbulo, algumas pessoas que trabalhavam contratadas nas casas para garantir segurança para que elas não pudessem ir embora, e isso nos leva a verificar que existe uma rede. Por que essa rede é difícil de penetrar? Porque os instrumentos dos eixos defesa e responsabilização não estão concretizados e solidificados.

V. Exª perguntou que ações o Ministério Público tem adotado objetivamente. O Ministério Público, através do seu Centro de Apoio Operacional às Promotorias e das Promotorias de Justiça, tem buscado, de um lado, trabalhar em parceria com instituições governamentais e com organizações não-governamentais em termos de conscientização e de divulgação do problema, estimulando a denúncia e, paralelamente, buscando fortalecer os eixos de defesa e responsabilização, porque nós nos sentimos, muitas vezes, angustiados até em estimular a denúncia se sabemos que ela chega e não temos os mecanismos investigativos.

O Rio Grande do Norte conta com um departamento de inteligência capaz de atuar e de fazer frente a essa questão.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário) – O Rio Grande do Norte tem um departamento de inteligência, e a senhora afirma que ele não está equipado suficiente.

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Até o ano passado, posso assegurar a V. Exª que a inteligência do Rio Grande do Norte na Polícia Civil não tinha equipamento nem a designação de profissionais suficientes para atender à sua demanda.

Então contamos, no ano passado, com grande apoio da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, em parceria, na proposta de ação integrada, mas um elemento dificultador que nos entristece quando buscamos trabalhar a defesa e responsabilização está na deficiência do inquérito policial.

Só contamos, no Estado do Rio Grande do Norte, com uma Delegacia de Defesa da Criança e do Adolescente que tem a atribuição de investigar para a instauração dos inquéritos que apuram o abuso sexual de crianças e adolescentes.

Essa delegacia, em que pese ter uma equipe por demais competente, a começar de sua Delegada Titular, que demonstrou e tem demonstrado até hoje empenho e competência, não tem condições humanas e materiais para desempenhar todo o trabalho que a demanda vem demonstrando.

Então, os mecanismos de investigação são obstáculos difíceis de vencer para a responsabilização, porque, se nós não temos um bom inquérito, se não temos uma boa produção de prova, essa prova vai falir no processo-crime...

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário) – Drª Armele, desculpe, eu vou interrompê-la apenas porque a minha colega, Deputada Almerinda, volta agora, e gostaria de lhe fazer uma pergunta. Então, eu a interrompo unicamente com esse objetivo; depois nós retomaremos.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PSB – RJ) – Eu terei que sair, então a senhora dará a resposta depois.

Sabemos que a grande maioria dos exploradores, dos abusadores de crianças e adolescentes, são os turistas, empresários, religiosos, políticos, vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, juízes, promotores, sempre pessoas com poder aquisitivo alto se prevalecendo, na sua grande maioria, da miséria, da exclusão social dessas crianças.

Nos casos que a senhora conhece, a responsabilidade criminal tem dado uma resposta eficiente, haja

vista que, em João Pessoa, onde estávamos ontem, há um juiz envolvido com a exploração de uma menor?

Eu só queria deixar esta pergunta: como a senhora vê esses casos? A Justiça tem dado uma resposta eficiente nos casos dessas pessoas?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As suas observações acerca das questões da Deputada Almerinda poderão ser feitas para nós, que as manteremos registradas.

Compreendi o empenho de V. Exª e do Ministério Público e a sua abordagem acerca das dificuldades, até porque a constatação que a senhora apresenta serve como diagnóstico para o Brasil, com o agravante de que a exploração sexual de crianças e adolescentes se desenvolve em determinados estados com facilitadores, como, por exemplo, o alto número de turistas, a vocação econômica do próprio estado, que não vulnerabiliza unicamente as pessoas daquele local, como a senhora muito bem apresentou quando demonstrou a existência do crime organizado pela atuação de redes que estão claramente identificadas pela situação de mulheres que vêm de outros estados para esta região turística.

Em termos de resolutividade, além desse empenho, da qualidade do trabalho e das ações que chegam às casas de prostituição e reúnem o tema da fiscalização administrativa, utilizando todos os instrumentos que tem, pelo que a cumprimento, porque realmente notamos que há uma tentativa de se resolver o problema, utilizando todos os instrumentos que estão à disposição do agente e da lei, podemos dizer que há dificuldades para chegar, lá na ponta, à condenação. Isso atua, muitas vezes, como uma erosão sobre a sociedade e a vontade das pessoas.

Nesses casos em que a senhora identificou agentes criminosos, eles estão presos, foram responsabilizados? Como a senhora se sente diante de tanto empenho e dedicação de uma vida em relação a esse tema? O trabalho é efetivo? Na outra ponta, existem inquéritos bem feitos e condenação objetiva pelo sistema de Justiça do Brasil?

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – No Rio Grande do Norte especificamente, Excelência, só tenho notícia de duas condenações e atribuo isso à fragilidade da prova. Na minha humilde avaliação como Promotora de Justiça, isso decorre da fragilidade da prova pela falta de instrumentos que possam garantir um processo investigativo sólido. E ficamos presos ao que se conhece no jargão jurídico como prostituta da prova, que é a testemunha. É uma prova exclusivamente testemunhal, mas poderíamos – tenho certeza – produzir excelentes provas irrefutáveis se tivéssemos os elementos necessários a que me referi antes: um bom departamento de inteligência bem equipado, delegacias com condições materiais de trabalho e pessoal e a criação de varas especializadas, como a demanda já justifica, o que ainda não existe no Rio Grande do Norte.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu lhe agradeço. Talvez surjam outras questões pois as minhas colegas deverão questioná-la também.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Drª Armele, parabenizo-a pelo trabalho e concordo com aquilo que V. Exª disse quanto à falta de condições para que haja uma prova que condene aqueles que exploram e abusam sexualmente de crianças e adolescentes.

Infelizmente, sabemos que essas redes têm proteção, apoio, conivência e, na maioria, omissão de autoridades da força policial que, muitas vezes, são aliadas também. Verificamos isso na Paraíba e em outros Estados. Parece que é algo generalizado. Há sempre vazamento de informação. Mesmo quando o Ministério Público determina a investigação, a informação é vazada.

Em uma missão na Paraíba, foi designada uma comissão para investigar uma casa que explorava menores e adolescentes. Vejam quem a polícia mandou para fazer a missão: dois policiais que tinham dois cabarés. Imaginem como se faz uma missão desse jeito!

Assim, parabéns a senhora.

Em que outras comarcas a senhora atuou como Promotora? A senhora disse outras comarcas, mas não as citou.

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Foram muitas. Seria difícil citá-las.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quais foram as principais além de Natal?

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Pendências, Arês, Pau dos Ferros, Alexandria, Apodi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A senhora atuou na divisa com o sertão da Paraíba onde há uma ação muito grande do crime organizado nas suas diversas vertentes, desde roubo, tráfico de armas, tráfico de drogas, roubo de cargas, assalto a banco, arrombamento, etc. até a exploração sexual. A senhora falou de casas de diversões, prostíbulos, casas de lazer e hospedagem. Identificou também em mansões, flats, chácaras, granjas, fazendas, coberturas, postos de gasolina, zona portuária?

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Na ação da operação batizada pela comunidade como Operação Saturação, fomos a algumas cidades do interior, dentre elas Mossoró. Lá a situação de exploração sexual também é muito grave e exige ação efetiva.

Visitamos algumas casas alugadas chamadas de **night club**, coisas assim, onde funciona prostíbulo, e também postos de gasolina, sobretudo aqueles que são freqüentados precipuamente por caminhoneiros.

Em Mossoró, existe uma rua – não me recordo o nome dela agora – onde ficam vários barracos perto do posto de gasolina, que parece que é chamado de Posto do Caminhoneiro. Não tenho exata certeza do nome. Lá, inclusive fizemos uma prisão em flagrante de um cidadão que era traficante, foragido e que estava sendo perseguido. A Polícia Rodoviária, junto com a Polícia Federal, identificou-o e ele foi preso no local.

Temos notícia do Município de Areia Branca. Não trabalhei lá como Promotora, mas, participando dessa comissão especial com a qual fomos até a região oeste do Estado, tivemos notícia, em Mossoró, de que Areia Branca era uma cidade que necessitava também de intervenção. É uma área portuária que tem um índice preocupante de exploração sexual para fins de prostituição, bem como aliado o tráfico de entorpecentes. Não é diferente da cidade de Macau, onde também recebemos notícia de situações de prostituição. É uma área onde, como existe atividade salineira, atividade de perfuração de poços, algumas pessoas que lá moram na condição de trabalhadores ou da Petrobras ou de empresas subsidiárias da Petrobras utilizam-se de prostitutas adultas e adolescentes.

Na cidade de Pendências, fui Promotora de Justiça em 1988, há muitos anos, portanto não poderia dar o perfil de hoje. Mas, já naquela época, tínhamos notícia do consumo de drogas, da exploração sexual e do tráfico de entorpecentes naquela região petrolífera. Também no Vale do Açu, a região do Vale, em postos de gasolina, postos de caminhoneiros. E outras cidades litorâneas do Rio Grande do Norte, como, por exemplo, a praia de Pipa.

Essa é uma cidade que todos do Rio Grande do Norte têm conhecimento de que é preciso uma ação efetiva, porque lá existe prostituição e o tráfico de entorpecentes. Inclusive algumas das garotas que foram encontradas nas casas de prostituição que nós fiscalizamos relatam que durante o dia elas trabalham em Pipa e à noite elas trabalham no prostíbulo aqui em Natal, fazendo programa. Isso é do conhecimento de todos, necessitando de ações efetivas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Correto. E, no caso, há identificação também da relação entre a exploração e o tráfico de drogas?

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Ao que se pode perceber, sobretudo nas entrelinhas do depoimento de algumas jovens, o uso de entorpecente, o mais das vezes, está aliado também à prática da prostituição. Em um ou dois desses depoimentos que mencionei, de um processo que deve tramitar, salvo engano, na 6ª Vara Criminal, duas das moças que atendemos, que estavam em cárcere privado, relataram que usaram cocaína induzidas pelo proprietário do prostíbulo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu citaria agora a zona portuária aqui de Natal. Nós identificamos, ontem, no depoimento prestado lá em João Pessoa, que adolescentes de Natal são levadas daqui para a zona portuária de Cabedelo, na Paraíba, e vice-versa. Como a senhora disse que vêm pessoas também do Sul, que chegam até a Paraíba, também foi dito que lá existe um gaúcho que tem uma granja, que ele chama de granja, mas que é um lugar onde explora a prostituição adulta e também de adolescentes. Foi dito que para esse estabelecimento ele leva adolescentes de Natal e de Recife e também manda de lá para cá. A senhora conseguiu identificar se existe alguma relação entre a exploração que acontece aqui, esse tráfico interno, com essa granja do gaúcho lá em João Pessoa?

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Não. Já ouvi falar do gaúcho, que é um cafetão conhecido na Paraíba, e tomei conhecimento, inclusive tenho cópia de peças de um inquérito que foi instaurado na Comarca de Patos, na Paraíba, quando duas adolescentes de Patos chegaram à delegada... A delegada era uma delegada interina das...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Joana D' Arc.

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Perfeitamente, Excelência. Drª Joana D'Arc, que era Delegada de Patos, instaurou o inquérito para apurar o aliciamento de adolescentes por um cidadão da Paraíba – salvo engano, era William o nome desse cidadão – que aliciava essas jovens em Natal e levava para a Paraíba, bem como da Paraíba para Natal. Inclusive há um depoimento de uma dessas jovens em que ela diz que sabia que uma amiga tinha vindo para Natal, para trabalhar numa ilha...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ... da Fantasia.

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Entre aspas, e não dizia o nome da ilha. Ela não sabia precisar o nome da ilha, mas está lá no depoimento dela, de cujas peças tenho cópias. São peças do inquérito lá da Paraíba cujo acesso é perfeitamente possível por intermédio da delegada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Existe um lugar que foi citado no depoimento que foi prestado lá, chamado Ilha da Fantasia.

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Nós fizemos uma associação por óbvio. Ela sabia que uma amiga tinha vindo a Natal para trabalhar numa boate chamada de Ilha, numa praia de Ponta Negra. Aqui

existe um prostíbulo, Ilha da Fantasia, na praia de Ponta Negra. Então, foi uma associação óbvia que foi feita.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em 2000, concluímos uma CPI lá na Paraíba e naquele momento havia uma cafetina de nome Cecé – Maria Celestina –, que também exportava pessoas da Paraíba para aquele estabelecimento que a senhora falou, Senzala. E havia uma troca de pessoas que iam dessa Senzala para o estabelecimento dela. Então, vincula-se normalmente que essas que vinham de João Pessoa vinham especialmente para esse lugar chamado Senzala. Não era isso que a senhora falou? Do avião?

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Do avião, sim, mas não havia nenhuma menção ao nome dessa pessoa que o senhor disse: Cecé.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas ela chegava em João Pessoa e de lá...

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Vinham para Natal numa van; era o que elas relatavam. E o cidadão que as trazia para cá era conhecido pelo nome de Alê. Não sabiam dizer mais sobre isso. Consta do processo-crime.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No caso, nesses eventos que acontecem fora de época, há um momento do funcionamento dessas redes. Qual é o período em que há um crescimento maior da atuação dessas redes de exploração? Também nesses eventos fora de época?

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Não temos elementos concretos para afirmar que os eventos fora de época ou alguns períodos do ano determinem o aumento da rede. O que percebemos apenas – não temos elementos concretos – é que a demanda é muito maior nas épocas ditas de alta estação, haja vista a incômoda situação de prostituição em geral, de crianças, adolescentes e adultos, na orla marítima da praia de Ponta Negra, aqui na Praia do Meio e na Engenheiro Roberto Freire, porque sabemos que grande parte dos "clientes" é turista.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O esquema dessas redes tem forma diferente de operação. Uma delas seria o oferecimento direto de adolescentes nas casas noturnas. Corresponde?

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Nunca encontramos nenhuma adolescente nas casas noturnas de que eu tenha participado, à exceção de três situações. Dessas situações, dois inquéritos foram levados à Justiça e houve as condenações aqui em Natal. Em Mossoró participei de uma ação onde eu mesma encontrei uma adolescente numa casa de prostituição, chamei as autoridades policiais competentes e determinei que fosse lavrado o flagrante.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E a falsificação de documento?

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – A falsificação de documento é outra situação que o trabalho de fiscalização dessa operação que citei vistoria, porque deve existir uma rede que se envolve também com a falsificação de documentos.

Uma coisa interessante: quando chegamos nessas casas, encontramos mulheres que têm aparentemente 20, 22, 24 anos, mas também encontramos mulheres que alegam ter 18, 19 anos, e que têm uma aparência de 15, 16 anos. Quando pedimos os seus documentos para exame, esses documentos atestam, via de regra, que elas têm 18 ou 19 anos. Há um número muito grande de moças que têm 18 e 19 anos, mas não temos, pela falta de instrumentos investigativos, pela falta de integração em rede, inclusive das polícias de outros estados, como aferir a falsidade ou veracidade daqueles documentos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Na questão dos classificados que são publicados nos jornais, a senhora verifica que os nomes são sempre os mesmos em todos os jornais? Há nomes que são artísticos. Comecei a fazer o levantamento e fui verificando que a pessoa com idade de 18, 19 anos deve estar no sexto ano de investigação, e continua com 18 anos. Ou seja, os classificados oferecem. E nós tivemos oportunidade de verificar lá, porque uma assessora nossa entrou em contato, dizendo que era do interior, que estava sem emprego e que gostaria de participar e perguntou o que fazer. "Venha cá, que a gente faz um treinamento, e você começa a funcionar". Ela disse: "Eu tenho uma prima de menor. Posso levar?" "Traga, traga. Aqui a gente recebe tudo."

Portanto, esse classificado também revela uma rede. Pergunto se o Ministério Público conseguiu apurar algo com relação aos classificados e jornais.

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Não, não. Temos conhecimento, mas não tentamos apurar através dos classificados. Recebemos denúncias, mas, como eu disse no início do meu depoimento, nós nos sentíamos angustiados em estimular a denúncia, porque recebíamos a denúncia e não conseguíamos dar resposta à sociedade, uma vez que não tínhamos os instrumentos investigativos.

Recebemos denúncias de casas, mansões a que V. Exª se referiu, que eram alugadas e utilizadas com a finalidade de exploração sexual de pessoas de várias idades, no entanto não temos escuta, não temos uma equipe treinada para fazer esse trabalho de escuta, não existe recurso financeiro suficiente para trabalharmos com uma equipe que possa fazer aquele serviço que

chamamos – entre aspas – de "arapongagem". Não temos recursos suficientes.

Quando digo nós, não estou falando exclusivamente do Ministério Público. Falo sempre em nome de todos aqueles que trabalham integrados, buscando investigar esses crimes. Não temos recursos para mandar pessoas se infiltrarem nesses ambientes e verificarem se de fato ali ocorre prostituição, qual é o tipo de prostituição e o que mais além da prostituição existe ali. E essa rede, infelizmente, é muito mais organizada do que nós, muito mais bem equipada e tem dinheiro por via muito fácil.

Portanto, não adianta investigar certas obviedades, porque sabemos que vamos estancar na falta de condições de dar seguimento ao processo investigativo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nessa operação de exploração, há uma acusação de que taxistas e mototaxistas também são usados. Corresponde?

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Aqui em Natal, temos conhecimento de taxistas. Mototaxistas, não. Inclusive há alguns cartões de taxistas que foram acostados ao processo a que me referi, da 6ª Vara Criminal, tanto em relação ao Senzala quanto em relação à Ilha da Fantasia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Além da Senzala e da Ilha da Fantasia, outros estabelecimentos são citados?

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Nesses dois processos não, porque esses processos são especificamente em relação a essas duas casas de prostituição. Porém há outros prostíbulos na cidade que são conhecidos – sabemos o endereço – e fiscalizados. Como eu disse no início a V. Exªs, a exploração sexual de crianças e adolescentes não é feita abertamente. Não é comum se chegar a um prostíbulo e encontrar uma criança ou uma adolescente. A prática da pedofilia, principalmente, é feita de forma camuflada em rede.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Há uma informação, Drª Arméli, de que há um Deputado Estadual e um Prefeito da Paraíba envolvidos com essa prostituição de adolescentes. Nesses inquéritos, aparecem esses nomes?

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Não, Excelência. Não aparecem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas já ouviu falar também da...

A SRA. ARMÉLI MARQUES BRENNAND – Não, Excelência. Nas cópias que possuo do inquérito de Patos não há referência a políticos do Estado da Paraíba.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Concedo a palavra à Deputada Ann Pontes. Antes, porém, eu gostaria de ler um requerimento, nos termos regimentais – que está sobre a mesa –, de que seja solicitado ao Grupo Nacional de Combate à Organização Criminosa, cujo endereço é Avenida Álvares Cabral, nº 1.690, Bairro Lourdes, Belo Horizonte, o envio do relatório nacional acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, em especial no que tange ao Rio Grande do Norte. A justificativa foi apresentada e assina a Deputada Federal Sandra Rosado.

Concedo a palavra à Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A nobre Relatora solicitou um espaço, porque S. Exª quer fazer um relato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, apenas para uma informação que nos foi repassada pela Senadora Patrícia Saboya Gomes, neste momento, do caso que estamos acompanhando no interior de São Paulo, na cidade de Porto Ferreira, onde realizamos audiência pública e identificamos vários Vereadores da mencionada cidade envolvidos em festas nas quais se promovia, por diversas formas, a exploração sexual de crianças e adolescentes que eram aliciadas, inclusive na porta das escolas públicas da cidade.

No final do ano passado, já havíamos recebido a informação da condenação, por cerca de 60 anos, da pessoa que aliciava e explorava, o chamado Mafra. E, neste momento, Deputadas e Deputado, foi definida a condenação e promulgada a sentença do Vereador-Presidente da Câmara Municipal de Porto Ferreira, Luis César Lanzoni: 45 anos de prisão por formação de quadrilha, corrupção de menores e favorecimento à prostituição.

Por igual crime, os Vereadores Laércio Storti, Edvaldo Biffi, Luiz Gonzaga Mantovani Borceda e Lázaro Batista foram condenados a 43 anos de prisão, e o Vereador Gérson Pelegrini e os empresários Nélson da Silva e Paulo César da Silva, de Porto Ferreira, a 41 anos de prisão; e a seis de prisão, de reclusão, condenação em regime fechado, unicamente o empresário Luiz.

Portanto, fez-se um trabalho importantíssimo, desenvolvido por vários agentes comprometidos com o cumprimento da lei e com a proteção das crianças, tanto na Polícia Civil como no Ministério Público. O inquérito foi bem feito, o Promotor estava comprometido, uma juíza estava interessada no enfrentamento do crime, além da presença da CPMI, mobilizadora da sociedade paulista. Então foi uma vitória das crianças e adoles-

centes brasileiras, quando autoridades começam a ser colocadas na cadeia, como já observamos agora.

Parabéns às senhoras e ao relato, em nome da Senadora Patrícia Saboya Gomes!

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – É importante essa notícia, até porque verificamos que os trabalhos que esta CPMI vem realizando têm dado resultado. Pela pressão da sociedade, resultados como esse são alcançados.

Concedo a palavra à Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – De fato, é uma notícia alvissareira. São meses a fio, andando pelo país afora.

Percebam a expectativa que as vítimas e os familiares depositam nos ombros desta Comissão no sentido de que os culpados não fiquem impunes. Ontem vi um homem de quase 1,8 m chorando na minha frente, pedindo que, de alguma forma, o caso que aconteceu com a filha dele não fique impune.

Como V. Exª pondera, às vezes fica difícil estimular a denúncia, dada a fragilidade do nosso sistema para investigar e apurar, mas é preciso fazê-lo, porque a administração pública, em todas as esferas – federal, estadual e municipal –, funciona mediante demandas e cabe a nós, Parlamentares, assegurar recursos no orçamento para que a administração possa, de fato, desempenhar o seu trabalho a contento. É difícil, pois vivemos numa sociedade complexa, dinâmica, e a tecnologia faz com que essas relações fiquem mais imbricadas, mas é preciso que, dentro da nossa área de competência, possamos fazer a nossa parte.

É nesta linha que gostaria de indagar V. Exª. Uma das atribuições desta Comissão é apresentar melhoramentos à legislação. Como operadora do Direito, qual seria a sugestão a esta Comissão no sentido de melhorar a lei atual, o Código Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de garantir estrutura para o fortalecimento do processo investigatório, que a lei possa fechar essas brechas e os culpados serem efetivamente punidos?

A SRA. ARMELE MARQUENS BRENAN – Creio que é necessário haver uma revisão urgente nas sanções atribuídas dos crimes contra os costumes, inclusive dos tipos penais.

Pelo próprio dinamismo social que V. Exª inseriu, a celeridade com que os costumes e os comportamentos vêm sendo alterados por diversos aspectos, por questões de ordem multifatorial, não dá mais para aceitarmos um tipo penal como o estupro, que exige a conjunção carnal e que só atende situações em que as mulheres são vítimas, quando sabemos que hoje vivemos uma demanda de vítimas do sexo masculino muito grande, e eles não têm essa proteção porque o tipo penal não alcança a punição necessária aos abusadores, aos violadores.

É preciso, no meu entendimento, uma revisão completa da parte penal do que tange aos crimes contra os costumes e à proteção à infância e à juventude. Pensamos que o art. 244, "a", veio ao encontro dos anseios de quem busca punir a exploração de jovens. Entretanto, acreditamos que essas penas devem ser exacerbadas.

Concordo que todos os eixos paralelos, como a conscientização, a retaguarda para a execução das medidas de proteção e outras, são imprescindíveis, mas não bastam se não houver defesa e responsabilização funcionando de maneira a punir efetivamente os violadores. Infelizmente, não estamos conseguindo esses avanços nos eixos de defesa e responsabilização.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – V. Exª teve conhecimento de uma pesquisa realizada pela Peestrafe? Sou da Região Norte, do Pará, e as regiões Norte e Nordeste acabam sendo as que mais têm essa rota de tráfico para fins de exploração sexual.

A CPMI, graças a essa pesquisa, conseguiu identificar no Estado do Pará que é há rotas municipais, interestaduais e internacionais. V. Exª teve conhecimento dessa pesquisa ou no dia-a-dia, na atuação do seu trabalho, também já havia identificado essas rotas nessas esferas?

A SRA. ARMELE MARQUENS BRENAN – Eu tenho conhecimento da pesquisa e tive a oportunidade de estar durante vinte e dois dias com Maria Lúcia Leal, uma de suas autoras, porque viajamos juntas durante todos esses dias e conversamos demoradamente sobre a questão das rotas. Mas, aqui, no Rio Grande do Norte, no trabalho de investigação e de conversas acerca da exploração sexual, especialmente para fins de prostituição, poderia perceber que havia uma migração em todo o Norte e o Nordeste brasileiro.

Quando encontramos as jovens que estão nos prostíbulos, nas casas de prostituição, se elas não forem do Sul ou do Sudeste do País, que vieram para cá exclusivamente para isso e daqui voltarão para a cidade de origem ou para outro lugar, sabemos que a migração ocorre entre Ceará, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Se chegarmos ao Ceará, encontraremos as meninas dos mesmos lugares e do Rio Grande do Norte.

Assim, é como se elas migrassem informadas umas pelas outras sobre onde o movimento está melhor e como está funcionando. Uma indica à outra os prostíbulos e os cafetões que devem procurar. Então, já se sabia que deveria existir uma rede e uma rota do chamado sexo-turismo e, ao encontrar estrangeiras, não em tão grande número, em casas de prostituição,

há de se deduzir também que isso ocorre com os países de fronteira.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Gostaria de agradecer e de parabenizá-la pela atuação e pela contribuição.

Não nos conhecíamos antes, mas V. Exª deixa transparecer uma dedicação e um envolvimento muito grande com a questão, o que é também muito importante, pois temos o Poder Judiciário, o Ministério Público, Defensores Públicos, enfim, todos os operadores do Direito envolvidos com a causa.

Daí decorre a necessidade de não só se criar a vara especializada como também a Promotoria e a Defensoria Pública especializadas.

Parabéns, Doutora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A nossa Relatora gostaria que eu encaminhasse a V. Exª a seguinte pergunta: casos do disque-denúncia da Abrapia que necessitam de diligências no interior. Quais os resultados desses casos? V. Exª saberia informar?

A SRA. ARMELE MARQUENS BRENAN – Eu acompanhei junho de 2003, quando as denúncias da Abrapia foram entregues ao Centro de Apoio Operacional, que eu coordenava até então. De julho de 2003 para cá está sob a coordenação do Dr. Manoel Onofre de Souza Neto e tem como secretária a Drª Isabelita Garcia, que está aqui presente. Certamente os colegas saberiam informar de lá para cá. Até enquanto estive, os casos das denúncias vindas da Abrapia não tinham os encaminhamentos devidos por falta, até onde sabíamos, de condições das delegacias do interior. A Delegacia Especializada, que é a DCA, que tem jurisdição para apurar esses casos em toda... Perdoem-me. Não é jurisdição. Ela tem responsabilidade para atuar na circunscrição de todo o Estado do Rio Grande do Norte, e não tem condições de atender a essa demanda...

(Falha na gravação)

O SR. – ...fato de nosso Estado constar, fazer parte dos quatro principais Estados da Região Nordeste onde mais acontece esse drama da questão da exploração sexual infanto-juvenil. Não é à toa que nosso Estado freqüentemente é citado na imprensa nacional como um dos destinos mais procurados para o chamado turismo sexual. E naquele mesmo requerimento sugeríamos que a CPI ouvisse a Drª Armele Brenan, porque conhecemos a sua militância intensa exatamente nessa temática.

Achávamos, portanto, que o seu depoimento era oportuno, valioso para esse trabalho desafiador que a CPI Mista está fazendo neste momento. Mas a Drª Armele, segundo dados que a própria CPI já colheu...

Por exemplo, estranhamos o fato de que no Centro de Inteligência da Polícia Militar do nosso Estado não constam, nos arquivos desse órgão, dados específicos sobre a exploração da prostituição infanto-juvenil e tráfico de mulheres aqui em nosso Estado.

No que diz respeito à Polícia Civil, já podemos realmente identificar que nos seus arquivos existem informações importantes. Como a mais conhecida de todos nós e, volto a dizer, que nos entristece muito é saber que a capital do nosso Estado, a cidade de Natal, é a principal cidade na chamada "rota do turismo sexual" que o nosso aeroporto, infelizmente, é o local de facilitação desses encontros...

V. Exª já mencionou aqui, por exemplo, a questão da atividade de turismo sexual que se dá através de uma cadeia envolvendo boates, hotéis, motéis, restaurantes, e que, infelizmente, o que constatamos é o crescimento dessa exploração sexual comercial das nossas crianças. Isso não é um fato isolado só no Estado do Rio Grande do Norte.

Sabemos ainda que, conforme levantamento nas rodovias federais em janeiro do corrente ano, a prostituição também se dá nos locais que servem de dormitório para motoristas e caminhoneiros. Aqui na nossa BR-101, os principais pontos estão localizados nas cidades de Panamirim, Goianinha, Ipoguaretama; na BR-304, os municípios de Riachuelo, Angicos e a cidade de Mossoró; e, na BR-310, os principais pontos estão na cidade de Areia Branca.

Os dados indicam ainda que exatamente no chamado distrito sul, aqui na nossa cidade, se concentram 36% dos locais onde as atividades de prostituição são mais intensas. É a escolha do chamado ponto de trabalho pelo caráter comercial da área onde se concentra o fluxo turístico, segundo o mapeamento que a própria CPI tem.

Enfim, nós, que moramos aqui em Natal, sabemos muito bem a que localização que estou me referindo. Efetivamente, esse cenário a gente vê com muita intensidade na chamada Engenheiro Roberto Freire, ou seja, na zona sul da cidade, onde constatamos, voltamos a dizer, a maior incidência dos chamados pontos de trabalho.

Doutora Armele, V. Exª que conhece muito bem essa realidade, tem uma militância muito atuante nessa área, tem sofrido muito, tem se angustiado muito. Gostaria que V. Exª respondesse a duas perguntas, especialmente para que possa constar dos autos desta CPI.

Diante disso tudo, o que V. Exª acha que deveria ser feito, primeiro, em termos de mobilização do Poder Judiciário, tendo em vista a fragilidade que temos, por exemplo, pela inexistência de varas especializa-

das. Quer dizer, por mais esforço que possa haver do Poder Judiciário, considerando ainda as lacunas, a fragilidade, o que V. Exª sugeriria em termos de uma mobilização do Poder Judiciário para o enfrentamento dessa temática?

No que diz respeito ao Estado, ao chamado Poder Executivo, não é novidade para nós as lacunas também, a vulnerabilidade, a fragilidade, ou seja, a chamada rede de proteção social deixa muito a desejar, mas muito mesmo, e diante disso também, dessa fragilidade da chamada rede de proteção social no que diz ao chamado Poder Executivo, tanto na esfera federal como estadual, e trazendo aqui para nossa realidade, na própria esfera municipal, o que a senhora também sugeriria? Pelo menos num plano imediato e a médio prazo, o que deveria ser feito para enfrentarmos essa situação?

Uma vez mais parabenizo-a pelo depoimento super-importante para os trabalhos que esta CPI vem fazendo.

A SR. ARMELE MARQUENS BRENAN – Excelência, no que diz ao Poder Judiciário, como V. Exª perguntou, falando sobre ações imediatas, esse é um pensamento nacional, inclusive da própria Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça, que represento no Nordeste, é no sentido de que o Poder Judiciário, juntamente com o Ministério Público, crie a vara especializada e a promotoria especializada para processar e julgar os crimes que tenham crianças e adolescentes como vítimas, permitindo a celeridade processual, a especialização dessas varas e com certeza um resultado mais positivo, na medida em que esses processos possam tramitar rapidamente, chegando a julgamento e ao deslinde dessas sentenças, que, sabemos, demora muito tempo, dada a demanda processual que é muito grande na vara criminal comum.

Do ponto de vista do Poder Executivo, a observância, o cumprimento, no que cabe ao Poder Executivo Estadual, da implementação do Plano Estadual de Enfrentamento à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, idem para o plano municipal, e sobretudo a implementação da retaguarda de atendimento às vítimas da exploração sexual, que é dever do município, o que não impede a parceria do Estado. Mas é precipuamente dever do município, conforme a diretriz de descentralização político-administrativa, prevista no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, e ainda padecemos da ausência dessa retaguarda de atendimento com competência e quantidade para atender à demanda, não só em Natal, como em outros municípios do nosso Estado.

O SR. – Permita-me ainda, Deputada Sandra Rosado.

Drª Armele, de forma mais detalhada, volto a lhe perguntar, diante da sua rica e larga experiência, o que o Estado poderia fazer no plano mais imediato? Por exemplo: no que diz respeito à questão de políticas públicas?

Pergunto isso para que possamos vislumbrar algo mais concreto, porque a situação está se agravando cada vez mais.

Outro dia, estive aqui no Hospital Varela Santiago, com o Deputado Paulo Davim, e me assustei quando vi a quantidade enorme de adolescentes grávidas.

Então insisto nisso pela experiência que V. Exª tem e pela sua militância nessa área. Sabemos que há dificuldades, restrições orçamentárias, mas o que se poderia vislumbrar no plano imediato, que deveria ter sido feito pelo Poder Executivo no âmbito municipal e estadual?

Quanto ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, é o que perseguimos até hoje, mas ele é muito amplo dentro daquela realidade.

Então, mais detalhada e concretamente, o que a senhora pensa? Que passos poderiam ser dados na busca do enfrentamento dessa questão?

O que, por exemplo, a senhora já sugeriu ao longo do seu trabalho no âmbito do Poder Executivo? O que a senhora sugeriu e que, infelizmente, não pôde ser viabilizado?

A SRA. ARMELE MARQUENS BRENAN – Em matéria de proteção às vítimas da exploração sexual, que é do que se trata aqui objetivamente, o município necessita implementar com urgência um programa de apoio, atendimento e proteção às vítimas da exploração sexual, a começar por uma casa que possa de fato abrigá-las e protegê-las.

Numa situação prática, enfrentamos uma grande dificuldade quando nove mulheres estavam em cárcere privado, e não tínhamos onde colocá-las, porque elas estavam sendo ameaçadas de morte. Inclusive uma delas recebia, no celular, um telefonema que dizia: "Se você falar, você vai morrer". E nós precisávamos garantir que essas moças fossem protegidas. Tivemos que nos valer de uma casa de internação para adolescentes, porque, por sorte, não havia nenhuma adolescente internada, e elas ficaram lá, sob proteção.

Então é preciso que o município implemente – porque é seu dever – uma política de proteção e atenção às vítimas de exploração sexual, com casas de acolhimento e programas de suporte psicológico.

É preciso que se implemente a assistência judiciária para essas vítimas e, no âmbito do Estado, é fundamental que se dê prioridade absoluta, dentro do sistema de segurança pública, para a investigação dos crimes que têm crianças e adolescentes como vítimas,

a começar por dotar a delegacia que tem atribuição para investigar esses crimes das condições mínimas necessárias para chegar ao seu objetivo, que é a conclusão da quantidade enorme de inquéritos instaurados, para os quais não há condições humanas nem materiais. A exemplo de Natal, há outras delegacias do interior que poderiam subsidiar o trabalho da delegacia da capital.

Em nível estadual, do ponto de vista de proteção às vítimas, é fundamental que o Estado de fato cumpra a absoluta prioridade no que tange a dotar de condições mínimas as delegacias especializadas para efetivar e concluir os inquéritos que apuram esses crimes.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Muito obrigada, Drª Armele Brenan, pelos seus esclarecimentos que, sem dúvida alguma, enriqueceram substancialmente os trabalhos desta CPMI.

Em nome da CPMI, agradecemos sua presença.

A SRA. ARMELE MARQUENS BRENAN – Estamos à disposição. Boa noite e com licença.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Boa noite.

Solicito à Secretaria da CPMI que introduza no local o Dr. Pedro Lopes de Lima Júnior, de Identidade nº 161004-1, 44 anos, casado, residente à Rua Miguel Ângelo, 695, na cidade de Natal. Profissão: Promotor de Justiça.

Com a palavra A SRA. Relatora, Deputada Maria do Rosário.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Exmª Srª Presidenta desta Mesa Diretora dos trabalhos, Deputada Sandra Rosado, em nome da qual saúdo os demais Deputados integrantes desta seleta Mesa, Srs. Deputados Estaduais presentes, Vereadores, Promotores de Justiça, demais autoridades presentes, senhoras e senhores, é com muita satisfação que este Promotor de Justiça presta um depoimento perante esta comissão, principalmente em razão das palavras do Deputado Estadual Paulo Davim. O Exmo. Deputado falou de um problema com o que eu já vinha sofrendo há vários anos, enquanto exercendo o cargo de Promotor de Justiça, nos Municípios, nas Comarcas do interior do Estado – mais de quinze Comarcas. As palavras do Deputado Paulo Davim comentaram que dezessete mil e poucas mulheres jovens, adolescentes e também crianças ficaram grávidas no ano de 2003. Mais à frente, durante o meu depoimento, eu gostaria de fazer um breve comentário sobre isso e até de sugerir alguma providência para a comissão.

Estou à disposição.

É um prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Muito obrigada.

Com a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Boa noite, Sr. Promotor Pedro Lopes de Lima Júnior. É uma satisfação recebê-lo na CPMI. Lemos as peças que V. Sª produziu acerca dessa situação na cidade de Macau. É precisamente sobre esse processo que queremos a sua contribuição, pela crueza do que pudemos observar no crime cometido, pela análise judicial e pelo recurso que V. Sª estabeleceu.

Há quanto tempo trabalha na Comarca de Macau?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Na Comarca de Macau, há quase três anos. Em junho, agora, faz três anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há quanto tempo o senhor atua no Ministério Público?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Cinco anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A sua atuação sempre foi na área criminal?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Eu tenho atuado em todas as áreas, porque não atuei ainda em Natal, na capital, onde há as Promotorias Especializadas. Então, sou Promotor – digamos – geral, em todas as áreas. Nas Comarcas onde tenho estado, sempre atuei em tudo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor poderia descrever a situação do processo-crime existente na Comarca de Macau contra o Sr. Joaci Oliveira da Silva?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Posso descrever.

Quando cheguei em Macau, quando entrei em exercício no cargo de Promotor de Justiça da Comarca de Macau em 2001, o colega que me antecedeu, Dr. Francisco Hélio, que fez um trabalho excelente naquela Comarca, havia recebido informações de que, em Macau, fotografias de mulheres nuas haviam sido coladas em postes, em paredes, enfim, dando uma conotação de desprezo, de desrespeito à mulher, principalmente porque envolvia três adolescentes. Essas fotografias, segundo o promotor que tomou conhecimento, haviam sido batidas, produzidas dentro do prédio da prefeitura e por quem? Pelo então Coordenador de Lazer e Turismo em Macau.

O Promotor de Justiça, ao tomar conhecimento, em abril de 2001, requisitou a instauração de inquérito policial que tramitou e foi concluído aqui em Natal pela Delegada de Defesa da Mulher, Drª Rossana.

Pois bem, ela concluiu o inquérito policial e indiciou o então acusado Joacir Oliveira da Silva, ex-exer-

cente de cargo comissionado do Município de Macau. Ela o indiciou pelo crime previsto no ECA de exploração sexual de adolescente, no art. 241. Mas, além dos depoimentos das menores e também das testemunhas e vendo as fotografias, há o laudo pericial, e eu denunciei, entendi que ele praticou quatro crimes diferentes. Quais são? Ato obsceno; ultraje público ao pudor...

Por quê? Embora não haja provas de que ele tirou as fotografias e as distribuiu, ele contribuiu para isso. Pelo simples fato de ter propiciado, ele bateu as fotografias e alguém da Prefeitura tendo pegado, dentro da gaveta dele, essas fotografias e publicado, ele contribuiu de alguma forma, embora não tenha publicado efetivamente, não haja prova disso. Mas ele contribuiu, sem dúvida, porque foi ele quem bateu as fotografias. Ele ultrajou publicamente o pudor.

Realmente, os jornais na época publicaram as fotografias dessas mulheres nuas, cenas deploráveis. Cenas com o uso de microfone no corpo...é lamentável. Quem viu o processo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Microfones...

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Microfones nas vaginas das mulheres...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Da Prefeitura Municipal?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Sim, da Secretaria de Eventos, Lazer e Turismo. Tem fotografias lá. Uma adolescente, chamada Cleijane... Vou dizer aqui só para que os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito percebam. Não sei dizer a palavra exata, se seria descaso, desprezo; não diria nem exploração, colocar uma adolescente sentada em uma cadeira de plástico, dentro do prédio da prefeitura...

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) - Dr. Pedro, como a audiência está sendo transmitida pela TV Assembléia, nós gostaríamos que o senhor não citasse os nomes das...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Das vítimas.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) - ...das vítimas envolvidas.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Tem razão. Mas hoje elas já são adultas, por isso...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De toda forma, na manutenção da imagem.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Está certo. Na época, eram três adolescentes.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – O senhor pode nominar a adolescente um, dois e três.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – É. Inclusive, porque é proibido. Mas hoje elas são adultas. Obrigado pela retificação.

Uma delas foi fotografada inteiramente nua, deitada em uma cadeira de plástico branca, de pernas abertas, totalmente despida, mostrando toda a genitália, todo o órgão genital.

Isso é um desrespeito. Há cenas de todas as formas, sexo oral.

As adolescentes e a que era adulta, todas as quatro confirmaram que as fotografias e os atos de sexo explícito foram realizados dentro do prédio da prefeitura pelo então exercente do cargo comissionado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dr. Pedro, além desse senhor Joacir Oliveira da Silva cometer esses atos criminosos, qual é a caracterização que o senhor faria das adolescentes e desta pessoa já maior de idade. Eram adolescentes, pelo que já percebemos, que dependiam economicamente desse emprego, precisavam desse emprego.

Ele agia dessa forma porque as oprimia por conta do poder econômico que tinha com o poder de um emprego público, é isso?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Com certeza. Eu estava falando, há pouco, a respeito de dois crimes: ultraje público ao pudor e ato obsceno. Acontece que também o denunciamos por crime de concussão. O que é concussão? É o servidor público exigir para si vantagem ilícita prometendo algo, usando o cargo em exercício. Em razão da função que exerce, exigir vantagem ilícita para si. O que foi que ele exigiu? Exigiu que elas se deixassem fotografar e que fizessem sexo com ele dentro do prédio da prefeitura, prometendo-lhes que seriam admitidas como funcionárias da prefeitura. Uma delas, ao menos, chegou a trabalhar efetivamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dr. Pedro, qual era exatamente a função que esse servidor exercia na prefeitura?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Era coordenador de uma Secretaria de Lazer e Turismo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não era, portanto, um secretário da pasta de administração ou de governo.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Não, mas era coordenador. Tinha um cargo comissionado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era um mero coordenador de setor, tinha um cargo de confiança. Pergunto-lhe isso para saber o seguinte: ele, pessoalmente, tinha o poder nomear ou demitir?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Não, que eu saiba não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, alguém nomeava para ele?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele fazia indicações e elas eram nomeadas por quem?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Quem nomeia é o prefeito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O prefeito, portanto, promovia nomeações dessas meninas que eram obrigadas a se submeter a essa situação.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Excelência, há um ponto muito importante para ser considerado. A imprensa, na época, em 2001, abril, maio e junho, deu muita ênfase à exploração sexual em Macau. A ênfase foi dada em razão de que muitos setores da imprensa queriam colocar o Prefeito de Macau como participante dessas atividades ilícitas. Acontece que no inquérito policial não consta nenhum indício de que ele tenha participado efetivamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A não ser a nomeação.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Na verdade, o fato da nomeação não foi investigado. É algo certo. Quem nomeia é o prefeito. Quem a nomeou foi o prefeito sim, até porque ela recebeu pagamento. Nesse caso, de alguma forma, o prefeito facilitou que o Joacir, o acusado, praticasse o crime prometendo um emprego às adolescentes. Ele próprio, o prefeito, não participou dos crimes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As meninas, em nenhuma medida, indicam a presença de outras autoridades locais?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Não. Vou chegar lá. Em seus depoimentos perante o delegado de polícia, o juiz de direito, o Ministério Público, o advogado de defesa, omitem – até porque essa pergunta foi feita – que alguém mais tenha participado, a não ser o Joacir e sua namorada Neide. Uma delas veio à minha promotoria, na qual exercia o meu cargo em 2003, há um ano, resolver um problema particular. Eu a reconheci pelas fotografias. Ela mora em Recife. Eu a reconheci pelas fotografias porque vi o processo. Depois de uma conversa com ela perguntei-lhe: você é fulana de tal? Ela me disse: "Sou". Conversei com ela a sós e perguntei-lhe exaustivamente se tinha mais alguém. "O prefeito participou?" Ela me disse que não. Disse-lhe: "Você está com medo de dizer? Você recebeu alguma pressão?" Ela disse-me: "Não. Ele não participou. A não ser o Joacir ninguém mais sabia". O Joacir era o coordenador. A não ser a namorado do Joacir ninguém mais sabia. Ela foi denunciada, mas o processo contra ela prescreveu. Eu a denunciei por ato obsceno e ultraje público ao pudor. Ela aceitou, a pedido do Joacir, que fossem tiradas fotografias de cenas de sexo envolvendo lesbianismo. Ela aceitou isso. Ela mesma disse-me que não eram coisas verdadeiras, que eram programadas para a fotografia, para a imagem. Havia uma mulher tocando os seios da outra e fazendo que a estava beijando. Não era um beijo efetivamente. A atividade sexual ilícita foi toda praticada pelo Joacir de Oliveira, o Secretário.

Com relação à concussão. Ele foi condenado por um crime, só que cometeu quatro. O juiz entendeu que foram crimes praticados contra quatro mulheres diferentes. Poderíamos até pensar em continuidade delitiva, mas o juiz entendeu que só está caracterizado com relação a uma delas.

E o que levou o juiz também a absolver o acusado, coisa com a qual não concordo, como integrante do Ministério Público, e, quando falo "eu", não é o Pedro Lopes, é o Promotor de Justiça. Não concordo de modo algum com a decisão. É que, até o dia 12 de novembro de 2003, a lei brasileira, o ECA estabelecia, no art. 241, que é crime, ou era crime, vou ler aqui para V. Exª. Art. 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente: "Fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfico envolvendo criança ou adolescente. Pena: reclusão de um a quatro anos." Pronto, fotografar. O simples ato de fotografar é crime.

Agora, em novembro de 2003, houve a alteração legislativa. Com certeza o legislador quis abranger os crimes de uma forma maior para integrar os crimes praticados por meio de fotografias e tal de adolescentes e crianças, via Internet. E aí colocou aqui no art. 240: "Produzir ou dirigir representação teatral, televisiva, cinematográfica, atividade fotográfica ou de qualquer outro meio visual, utilizando-se de criança ou adolescente em cena pornográfica de sexo explícito ou vexatória."

O juiz é excelente, muito cuidadoso, um excelente profissional, mas não concordo, porque, se pego uma máquina fotográfica e bato aqui uma fotografia da Deputada Fátima Bezerra, com licença, estou produzindo uma fotografia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Claro!

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Não é verdade? É a mesma coisa! Agora, só que estão entendendo que a lei quer dizer que produzir é como se fosse uma atividade profissional, produzir uma peça teatral, uma peça cinematográfica, coisa com a qual não concordo. Se pegar uma máquina e fotografar é produzir uma fotografia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É fotografar!

Dr. Pedro, em relação a isso, há uma coincidência entre o nosso posicionamento e o do senhor, até porque fiquei muito surpresa com a definição do Sr. Juiz acerca dessa matéria. O senhor sabe que trabalhamos na mudança dessa legislação. Escrevemos esse ar-

tigo. É um texto da autoria desta Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança. Trabalhamos dentro do plenário, fizemos uma emenda substitutiva ao texto anterior, que, na nossa avaliação, não abarcava também o tema da Internet, e conseguimos tratar de todas as formas de comunicação em um artigo. Era esse o objetivo. Nosso objetivo como legisladores não era em medida alguma reduzir a abrangência do artigo, ao contrário, era ampliá-lo. Então produzir a fotografia é o mesmo que fotografar. É porque o produzir ali se refere a todas as atividades, à fotografia, ao uso do computador, à imagem. Obviamente que o produzir é fotografar!

E aqui, se o senhor me permite um outro exemplo para que nos foi alertado sobre isso, é que ampliamos a pena. Então o sentido não é o de reduzir, o sentido é de ampliar, tanto que tipificamos de forma nova e ampliamos o período da pena. Então creio que o Sr. Juiz não entendeu o espírito do legislador.

De toda forma, gostaria de lhe adiantar que o senhor também argumenta na sua decisão, no seu recurso, que isso não valeria para o crime cometido lá em Macau, que era anterior. Como o senhor faz essa abordagem?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – A questão é a seguinte: o juiz entendeu que se aplica aqui o Princípio da Irretroatividade da Lei da norma penal. Ou seja, se, em 2001, fotografar adolescente nua era crime, e a lei mudou dizendo que não é mais crime, essa lei não pode retroagir para agravar, para prejudicar o réu. Ela pode retroagir para abrandar, para beneficiá-lo.

Só que, na verdade, entendo que aqui se aplica o princípio da ultratividade da norma penal. Por quê? O princípio da ultratividade é o contrário; significa que a lei existia, era crime, àquela época, em 2001, fotografar adolescente em cena de sexo explícito. A lei antiga, embora tenha sido derrogada ou revogada, ou como queiram dizer, continua a existir e à ser aplicada, porque, na hipótese que estamos vivenciando, que estamos trabalhando, a lei nova açambarcou aquele ato simples de fotografar, porque ela não aumentou, não excluiu a fotografar, e sim ampliou; tanto faz produzir para um fim profissional ou não.

Então, embora a lei esteja derrogada, ela se aplica pelo princípio da ultratividade da norma penal.

Tenho esperança de que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte dê provimento ao recurso do Ministério Público, porque sinceramente não entendo como um cidadão que comete crimes como... Eu não tenho nada contra a Joacir, por sinal o advogado dele deve estar aqui presente; está, porque ele falou comigo hoje à tarde. Eu acho que o advogado de Joacir está de alma e peito lavado, está muito satisfeito, porque a legislação brasileira, infelizmente, às vezes, dá essa possibilidade. Não quero atuar como legislador; não é isso, Excelência. Mas para ele está ótimo.

Como é pode um cidadão que exerce um cargo comissionado, dentro de um município, dentro da prefeitura, levar três adolescentes mais uma mulher pelo menos adulta, tirar fotografias delas, realizar cenas de sexo de todas as forma, prometer emprego, dar emprego a uma e não cometer nenhum crime? Não comete nada? O Estatuto da Criança e do Adolescente não diz que fotografar adolescentes é crime, mas a lei mudou. Mas produzir a fotografia não é também? A lei diz: "produzir atividade fotográfica". Então, eu entendo que a sociedade está tendo prejuízo com relação a isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Entendemos a sua preocupação. Inclusive no texto do seu recurso há um alerta muito importante, bem como a sentença do Juiz. Inclusive com a possibilidade de analisarmos...

V. Exª antes perguntava e fez uma abordagem à Promotora que estava conosco sobre as mudanças da lei que estamos produzindo e, se for o caso, nós estaremos analisando que a CPMI apure melhor a redação, para que não fiquemos, nos tribunais, com dúvidas acerca de uma norma que nós queremos, para que venha com clareza, como a lei tem que ser, a definir o crime cometido para o bem da infância.

Então, nós vamos estudar a matéria com mais rigor, inclusive a peça do que o senhor produziu.

Acerca do caso em si, eu gostaria que o senhor comentasse o fato de também não ter sido acolhida a denúncia quanto à utilização do espaço público.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Excelência, com relação essa questão de ter utilizado o patrimônio público, o prédio da Prefeitura Municipal, ele não foi denunciado por isso. Eu não enxergo isso como crime.

Mas tenho convicção absoluta de que no Brasil, no ordenamento jurídico atual, isso é improbabilidade administrativa. Com certeza. Por quê? A improbabilidade administrativa não é só pegar o recurso público e desviá-lo, mas afrontar a moral...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Utilização indevida...

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – É amoral. A Constituição Federal, no art. 37, estabelece o princípio da moralidade pública. Isso afetou os crimes de ato obsceno e de ultraje público ao pudor com a publicação das fotos das meninas pregadas em paredes, em postes, em vários locais de Macau, em

toda a cidade. Isso afeta a moralidade pública. Todo mundo sabendo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O instrumento para a utilização do crime era o poder de ser um funcionário dirigente de um órgão público. O local onde o crime é cometido é dentro de um órgão público. Os recursos, desde os microfones – não sei se a máquina fotográfica era – à cadeira, tudo é do órgão público. Eu lhe pergunto isso, porque parece que pode haver alguma solidariedade, pelo menos alguma omissão de quem quer que seja no poder público.

O senhor chegou a levantar os horários em que esse crime acontecia? Não havia pessoas no prédio? A utilização desse espaço era feita à noite? Como era feito isso? Não há solidariedade de outros agentes públicos na realização deste crime?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Excelência, não houve participação de mais ninguém, porque, pelo menos com a uma das adolescentes na época, que eu não vou dizer o nome – hoje ela é adulta... Conversei sozinho com ela na Promotoria e pedi para que ela não tivesse medo de nada: você não vai dizer por escrito; diga só oralmente mesmo; eu só quero saber. Ela disse: "Não houve mais ninguém".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas eu não me refiro nem, Promotor, à participação no crime em si, mas ao acobertamento, a uma certa cumplicidade. Não tem um porteiro nesse prédio? Como é que funciona esse prédio?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Excelência, a questão é a seguinte...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se bem que a culpa não vai ser do porteiro, não é?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Esses crimes foram praticados, pelo que me recordo dos depoimentos das mulheres, de dia mesmo; não foram praticados à noite, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Durante o dia, durante o expediente?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Por isso é ato obsceno. É ato obsceno, porque a pessoa se expõe sexualmente na frente de todas as pessoas. Na verdade, não era na frente, era um local público, e a lei fala em local público. Então, qualquer pessoa poderia entrar naquela porta e ver. Então, o crime ele praticou; se ninguém viu é outra história, não é verdade? É por isso que eu acho que ele deveria ser condenado também por crime de ato obsceno. O Juiz entendeu que não. Aí a discussão é jurídica.

Excelência, agora, deixe-me fazer uma colocação aqui para aproveitar a oportunidade? É o seguinte, eu falei, há pouco tempo, que isso é improbidade administrativa. E alguém pode me perguntar: Promotor, então cadê o processo de improbidade administrativa, que é um processo civil? Eu estava aguardando que a sentença fosse prolatada para servir de embasamento para a ação civil pública. Eu vou ajuizar a ação civil pública. Na verdade a ação civil pública deverá ser ajuizada também contra as pessoas que, de alguma forma, deram o emprego, que facilitaram o emprego, porque aí não foi só o Joacir, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então nesse caso o senhor pretende acionar o titular também da...

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Eu vou analisar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor vai analisar.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Outra coisa... Deixe só eu fazer mais uma observação. O problema é que em Macau nós temos uma atividade laboral enorme. Nós temos cinco mil processos. Temos uma improbidade administrativa terrível. Acho que V. Exª deve ter ouvido falar na situação de Guamaré, nas fraudes com recursos públicos que há naquela região, que é petrolífera, onde a riqueza é muito grande. Em relação aos outros Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, do mesmo porte de Macau e Guamaré, porque a comarca é composta por dois municípios, esses dois municípios recebem cada um três milhões de reais por mês, enquanto os outros recebem quinhentos mil, seiscentos mil, setecentos mil, no máximo. Então as fraudes com recursos públicos lá são enormes, e nós temos muito trabalho nessa área. Aliás, não só nessa área; também temos adolescentes envolvidos com drogas e prostituição juvenil que nós não tomamos conhecimento efetivamente. O que sabemos é por ouvir dizer, mas não temos provas.

O trabalho da Polícia, infelizmente, também é muito deficiente lá. Então, é muita coisa. Macau é uma comarca muito complicada em razão disso, porque há muitos problemas sociais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma última questão que eu teria para o senhor: nesta audiência, a Promotora que o antecedeu, que não atua em Macau, mas em Natal, citou vários lugares do Estado onde acontece exploração sexual de crianças e adolescentes e citou Macau. E quando citou Macau ela falou – e quero saber se o senhor tem conhecimento, se isso deve ser investigado ou não – que funcionários de empresas prestadoras de serviços à Petrobras estão envolvidos na exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade de Macau. Foi a caracterização que ela fez de Macau

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Certo. Eu ouvi.

Excelência, em primeiro lugar, eu não tenho informação com relação à criança; tenho com relação a adolescente, mas não tenho a informação precisa de que são empregados de empresas que prestam serviços à Petrobrás; não tenho essa informação direcionada para determinadas pessoas. Agora, que há exploração sexual em Macau, Guamaré e Pendência, que é o município vizinho, com certeza. Pelo menos como Procurador de Justiça, tenho feito o que pude para proibir isso. Quando tomo conhecimento de alguma exploração de adolescente, tenho determinado abertura de inquérito policial, tenho requisitado com poder de mando.

Recordo-me de que no final do ano passado algumas adolescentes estavam se prostituindo num cabaré em Guamaré, que faz parte da comarca, que tem dois municípios riquíssimos, mas que, infelizmente, tem uma população paupérrima.

Essa informação que recebi, resultante do inquérito policial, o delegado trabalhou muito bem nesse caso e nós conseguimos a prisão em flagrante que depois foi transformada em preventiva do dono do cabaré. Duas adolescentes já prestaram depoimento, confirmaram que realmente estavam sendo exploradas no cabaré e, se não me engano, a sentença saiu há pouco tempo. Esse processo demorou em torno de seis meses e a prova foi muito boa, mas é coisa rara. Já recebi informações de que em Guamaré continua do mesmo jeito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conseguiu a responsabilização desses criminosos?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Estão soltos, mas o processo está perto de sair a sentença. Se não me engano, até já saiu a sentença. São muitos casos e não dá para gravar. São cinco mil processos, mas eles foram presos; um foi preso em flagrante e depois foi decretada prisão preventiva dele, que é o dono do bordel. Um era dono do estabelecimento comercial e o outro chegou lá como cliente. Na hora, quando estava com duas adolescentes no quarto, ele não gostou da atitude de uma delas, que saiu chorando, a Nina; e a outra descobriu que ele estava armado com revólver, ficou com medo e saiu do quarto chorando. As duas adolescentes saíram do quarto chorando.

O dono do bordel, com medo do cidadão armado, chamou a polícia, que o prendeu em flagrante, mas eu tinha informações e já havia requisitado o inquérito policial. Era difícil conseguir esse flagrante.

O cliente que estava lá tinha sido absolvido no tribunal do júri três dias antes da prisão em flagrante por tentar matar uma pessoa de lá. Três dias depois, com outra arma, vai para um bordel e explora adolescente. Ele foi preso em flagrante e agora está solto, mas o outro está preso. Os dois estão sendo processados.

Trouxe os originais de todos os documentos que mandei por fax e nove causas que tratam da exploração sexual de crianças e adolescentes. Na verdade não é exploração nitidamente, mas atividade sexual contra adolescente, crime contra os costumes entre adolescentes e crianças.

O mais recente é um pai por adoção às transversas, adoção brasileira, quando a pessoa vê a criança abandonada e registra como sua. A pessoa fez isso, de Guamaré também, e a menina hoje tem 16 anos. Descobriu-se isso em fevereiro e agora está preso. Ele registrou a menina em 1981 ou 1988. Não me recordo bem, mas está no meu relatório. Ele e a esposa registraram. A esposa morreu e ele ficou criando a menina, que continuou crescendo. Aos 11 anos, começou a explorá-la sexualmente, atentado violento ao pudor contra criança que vem, nesses últimos quatro ou cinco anos, sendo explorada por ele. Não estuda, não freqüenta a escola porque ele não deixa, não sai de casa porque ele não deixa, e ele a explora constantemente.

Ela estava muito abatida. Uma vizinha começou a perceber que a adolescente era anormal, porque tinha medo das pessoas, medo de tudo e de todos e não saía de casa. Uma vizinha perguntou para ela, que confessou. Levaram-na para o Conselho Tutelar de Guamaré e me telefonaram. Eu pedi que pegassem o depoimento dela e da vizinha. Eles me trouxeram no mesmo dia e requisitei a instauração do inquérito policial, sugerindo ao delegado que solicitasse a prisão preventiva dele imediatamente. O delegado fez assim e a prisão preventiva foi decretada no dia seguinte. Ele se apresentou, está sendo processado. As provas também são muito boas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Com a palavra a Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dr. Pedro, um dos meus questionamentos a nobre Relatora já teria feito, no sentido de saber em qual horário que essas fotos eram feitas, se era fora do expediente. O senhor respondeu que eram todas feitas durante o horário do expediente. Em que local eram feitas? No prédio da prefeitura, no anexo?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Não. era o anexo da prefeitura.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Era um anexo afastado do prédio principal?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Era afastado, mas pertinho. Pertinho, uns vinte metros, coisa perto da prefeitura. Porque a prefeitura tem a

sede principal. Tem o local principal da prefeitura, onde fica o gabinete do prefeito e algumas secretarias, mas perto dele, pertinho mesmo, existia a Secretaria de Lazer e Turismo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – No caso de uma ação civil pública seria culpa *in diligendo*.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Sim, porque há nomeação sem concurso. Por isso o concurso público é fundamental; que respeitemos essa norma.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É verdade.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Se existisse a obrigatoriedade de admissão nos cargos públicos só por concurso, acabaria o abuso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Das quatro pessoas arroladas no processo na condição de vítimas, o réu foi condenado por apenas uma.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – É e por um crime só.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por um único crime que foi o de...

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – De concussão, que é exigir vantagem ilícita.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – No recurso, V. Exª pede que o juiz reconsidere incluindo os quatro crimes? O recurso foi datado de 27 de fevereiro de 2004. Qual é a expectativa de V. Exª com a decisão desse caso?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – A minha expectativa é de que o Tribunal de Justiça dê provimento ao recurso ministerial para incluir os três crimes de concussão, condená-lo pelas outras três concussões e também para que ele seja condenado pelo crime três vezes, porque eram três adolescentes, pelo crime previsto no ECA, hoje no art. 240, antigamente no art. 241. Aí ficaria caracterizada realmente a exploração sexual das adolescentes.

Inclusive tem um detalhe importante: as adolescentes, na verdade, não eram pessoas inocentes. Uma tem dois filhos, outra já tinha vivido maritalmente com um homem. Então, elas tinham experiência. Mas isso para mim é irrelevante, não interessa. De qualquer forma, elas tinham idade inferior a dezoito anos e está bem delineada a exploração, porque oferecia uma vantagem não só o emprego. E uma delas pelo menos exerceu atividade como servidora pública, sem concurso, admitida no cargo em razão do favoritismo sexual, da oferta do corpo, da entrega do corpo. Não vejo como não condená-lo.

Agora, respeito profundamente a decisão do juiz, até porque, como disse há pouco tempo e repito, ele é um excelente profissional, mas teve esse entendimento do qual discordo. Espero que o Tribunal de Justiça repare esse equívoco.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Concordo com V. Exª que a vida pregressa delas não vem ao caso. O que está sendo analisado é o fato em si. E ele de fato usou uma relação de hierarquia, de poder, para obter o seu intento.

Gostaria de parabenizá-lo, visto que feita a leitura do art. 240 do ECA não tem como deixar de ser crime até que pela pena houve um agravamento da pena. Passou para dois anos de reclusão a seis anos e multa. Mas foi extremamente inteligente a sua alegação da ultratividade da lei. Parabéns.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dr. Pedro, em primeiro lugar quero parabenizá-lo pela atuação como promotor e também pela compreensão que tem dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. Mas pergunto: e o Joacir Oliveira da Silva continua exercendo essa função na Prefeitura?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Excelência, não continua.

Posso fazer um acréscimo?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois, não.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Na época em que se descobriu essa atividade ilícita do Joacir, os jornais deram muita ênfase, muita conotação política, dizendo de que o Prefeito também estaria participando, porque era dentro da Prefeitura e as meninas foram nomeadas por ele. Foram admitidas no serviço público, pelo menos uma delas. E o Prefeito sabia de tudo, mas ele se omitiu. No entanto, não há nenhuma comprovação de que o Prefeito tenha participado efetivamente desse atentado ilícito. Só o Joacir. Então, dessa parte de conotação política eu me excluo um pouco, porque não adianta o Ministério Público se envolver com a política.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu só queria entender se ele está hoje exercendo.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Não está exercendo. Quando o Ministério Público mandou instaurar o inquérito policial e o promotor que me antecedeu requisitou do Prefeito informações, o Prefeito percebeu que o Ministério Público estava sabendo e demitiu a pessoa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Isso aconteceu quando?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Acho que foi em maio de 2001. Abril ou maio.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o fato revela que de 1993 a 2001 o Sr. Joacir ocupava o mesmo cargo, ou seja, por nove anos, mais de dois mandatos de prefeito. É estranho que durante dois mandatos alguma autoridade não tenha tido conhecimento disso. É apenas uma observação.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Estou compreendendo profundamente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele se aproveitou desse espaço todo por nove anos. De 1993 até abril de 2001, o Sr. Joacir ocupava o cargo comissionado de coordenador da assessoria de promoções, eventos e lazer do Município de Macau. Aproveitando-se dessa qualidade de Secretário de turismo, lazer e cultura, ele fotografou - não somente fotografou - e publicou cenas de sexo explícito. O senhor falou que elas foram colocadas...

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Nas paredes, nos postes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem colocou isso? O inquérito identificou?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Não. Procuramos, mas não conseguimos, nem a polícia nem o Ministério Público, identificar, porque elas foram colocadas à noite.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, na realidade, não houve como investigar se o Sr. Joacir também pagou para que pessoas colocassem, e aí, mais recursos públicos?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Não há essa evidência. Não há esse indício de que ele tenha....

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Isso não foi investigado?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Não foi. O indício é diferente, ou seja, é de que ele guardava as fotografias no seu gabinete, em uma das gavetas do **bureau** dele. E uma pessoa que tinha inimizade, ou algum problema com ele, descobriu, retirou as fotografias, entregou a outra, que escaneou, colocou no computador, gravou disquete e saiu espalhando em Macau.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Essa é a versão dele?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Não. Essa é a versão extra-oficial. Excelência, deixe-me fazer um parêntese: infelizmente, no momento do processo de se provar realmente, as pessoas mentem, omitem, principalmente os homens. Não quero enaltecer a mulher, mas, pela experiência que tenho como Promotor de Justiça, vejo que as mulheres falam, em regra – também quando mentem, é algo absurdo -, mais a verdade do que os homens. Nesse processo do Joacir, os principais depoimentos são das mulheres, com certeza, porque os homens que viam, que sabiam, ficavam negando. Eles negaram até que as fotografias tenham sido tiradas do prédio da Prefeitura; eles sabendo disso. É lógico que não podíamos provar que eles estavam mentindo e praticando o crime de falso testemunho. Infelizmente, é assim, Excelência.

Na hora do processo, nós levamos prejuízo nesse termo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, fotografar e publicar cenas, esse é um dos fatos. O outro fato é ele exigir para si vantagem indevida. E mais do que isso, aí é que é o grave, na realidade há, aqui, uma solicitação, inclusive, que o senhor faz, na letra "F", pedindo que o delegado de polícia local encaminhe ao juízo cópia do boletim de ocorrência que apurou crime de ameaça praticado pelo denunciado contra a vítima. Essa é de maior? É de menor.

Quanto a essa menor, na época esse fato foi investigado, foi apurado também?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Excelência, não foi. Agora, o boletim de ocorrência foi juntado ao processo; se não me engano foi juntado. Mas a apuração... crime de ameaça é um crime simples, é um crime tolo, vai para o juizado especial criminal e a pessoa, na hora da audiência, a vítima, confirma ou não se quer que o praticante do crime seja processado. Se não quiser, acabou-se.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas ele poderia... A vítima poderia confirmar...

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – É, ou não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele poderia...

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Poderia, poderia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E perderia o caráter de primário. Certo?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Com certeza. Mas não houve isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não fez isso?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Não. Não chegou a esse ponto, mas ela confirma que foi ameaçada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi ameaçada, mas não houve investigação disso, só o boletim de ocorrência.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Houve o boletim de ocorrência.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas não houve uma investigação a partir daí, para encaminhar uma representação?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Não. Ele disse que se ela não fizesse uma coisa lá, o que ele queria que ela fizesse, ele publicaria as fotos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. Certo.

O senhor acha que uma pessoa... Quer dizer, essa história de que alguém encontrou... Mas ele tinha disquete de computador com todas essas poses. Isso não significaria que ele estaria interessado em vender imagens também dessas adolescentes?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Excelência, pode significar isso. Por que ele guardava as fotos delas? E ele até falou para elas, pelo que eu estou lembrado das palavras delas, que aquelas fotos eram só para ele guardar, para se deleitar posteriormente, para se lembrar delas, como se fosse uma coisa de amor. Na verdade isso não é amor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Mas ele guardava disquete de computador com características dos objetos obscenos. E além disso mantinha também uma relação de fotografia. Deu para identificar onde é que ele revelava essas fotografias?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Não, Excelência.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não procurou investigar?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Não, Excelência, porque quando eu recebi o inquérito já veio pronto. Eu me incumbi de fazer denúncia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas a autoridade policial não investigou isso?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para saber onde efetivamente essas fotografias foram reveladas?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Não, não tenho essa informação.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Uma outra coisa que me chama a atenção é que ele obriga as adolescentes, e no caso uma outra de dezoito anos, a praticar vários tipos de atividades, desde conjunção carnal, sexo oral... É isso mesmo?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – É. Lesbianismo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Cenas de lesbianismo. Ou seja, obriga a pessoa a fazer com a outra pessoa aquilo que efetivamente elas não teriam, ou seja, uma tendência para isso.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Com relação a isso eu perguntei a uma delas, porque tem uma fotografia que ela está com o olhar assim, um olhar de espanto, de quem está temendo, de quem está muito... Aí eu perguntei a ela: por que você está assim tão... Ela disse: "Não, porque eu não estava me sentindo bem em fotografar daquela forma com uma outra mulher me beijando nos seios, aí eu fiquei assim, meio apavorada". Eu disse: mas aquilo era beijo mesmo? Ela disse: "Não, era só de fachada, era só faz de conta, mas eu fiquei..." Ela disse: "Por isso eu fiquei assim meio espantada, porque eu não gostava disso".

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E ela praticou tudo isso no seu gabinete...

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No prédio da Prefeitura Municipal de Macau.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, com relação à adolescente número um, ela tinha quinze anos na época, certo?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Excelência, é porque ele começou a praticar esses crimes, pelo que se apurou no inquérito policial, em 1997. Ela tinha na faixa de 15 anos realmente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E ela estava totalmente despida, em poses eróticas, e foi também obrigada a realizar ato sexual para conseguir o que ele oferecia. Como a adolescente precisava do dinheiro, não era só emprego, era dinheiro e emprego. Pagava por aquela atividade e, ao mesmo tempo, talvez como um "cala boca", dizia que se ela não falasse para ninguém ele arranjaria um emprego para ela.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Pelo menos para uma ele arranjou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, veja, há dois adolescentes que tinham 14 anos na época. Foi fotografada e a mesma coisa aconteceu. E, no caso, não foi mais dinheiro, e sim emprego público para essa nº 2. A nº 3, que foi ameaçada inclusive por ele, ela tinha 16 anos.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Tinha 17 anos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Na época, porque necessitava, foi obrigada a praticar uma série de atos e também poses eróticas, etc. E houve uma de 18 anos.

Foi investigada e apurada essa ação da namorada do acusado, que foi obrigada a manter relações com a namorada do acusado?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Na verdade, não se tratou de uma relação sexual; foi só uma fotografia. Eram fotografias que ela tirava como se estivesse realizando uma atividade sexual com outra mulher, mas era só de fachada, de faz de conta.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas foi investigado a ação da Neide...

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – O inquérito policial não apurou muito bem a participação da Neide. Eu a denunciei por crime de ato obsceno e ultraje público ao pudor, porque ela participou das fotografias, ajudou o Joacir a fazer as fotografias, mas não há comprovação de que ela ajudou a oferecer emprego. Essa é outra história. Temos que denunciar a pessoa e processar de acordo com a participação dela. Não posso ultrapassar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nos pedidos que o senhor solicitou, além desse boletim de ocorrência que foi anexado ao processo, o senhor pediu também que o delegado da polícia local procedesse à diligência para localizar e qualificar pessoa conhecida por Deinho. Quais eram as ações desse Deinho?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – As informações que tive, não estou lembrado se foi do processo ou se foi extraprocessual, porque as pessoas conversam muito e...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Esse Deinho era irmão de uma...

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – É que esse Deinho tinha inimizade com o irmão, alguma intriga, algum problema com o irmão e teria tirado as fotografias do irmão e teria...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele era irmão do acusado?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Era.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o Márcio? O que tem? Por que o Márcio deveria...

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Não, o Márcio foi lembrado porque trabalhava na prefeitura.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. E o Milton?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Milton era ex-namorado de uma das vítimas e soube, através da namorada, dessa oferta de emprego; sabe de tudo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por que o senhor determina que localize e qualifique essas pessoas?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Pelo seguinte: havia informações do inquérito policial, no depoimento da adolescente, de que Milton, o ex-namorado dela, sabia de tudo. Algo assim; não me recordo com precisão, porque não reli o processo antes de vir para cá. Tenho as peças do processo. Então, essas pessoas não foram ouvidas pela polícia. Aí eu requeri que o juiz determinasse o retorno do inquérito para o delegado de polícia para que ele providenciasse a qualificação dessas pessoas, para elas serem ouvidas também.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E isso foi feito?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Foi feito sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o caso do processamento da Lucineide?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Ela foi processada pelo crime de ato obsceno e ultraje público ao pudor, mas os crimes prescreveram em relação a ela, porque o prazo é bem curtinho, de dois anos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Estou satisfeito, Srª Presidente.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Excelência, eu gostaria de fazer algumas observações. Sei que o tempo é preciso demais, mas não gostaria de perder esta oportunidade.

Tenho atuado em várias comarcas do Estado do Rio Grande do Norte como Promotor de Justiça – treze ou quatorze comarcas. Cada comarca envolve dois, três, quatro, sete municípios. Então tenho trabalhado em pelo menos 50 municípios no Estado do Rio Grande do Norte. Invariavelmente, por onde tenho trabalhado, encontro uma situação, com relação às adolescentes e à mulher em geral, principalmente a mais jovem, de descaso.

Quando estávamos cantando o Hino Nacional hoje, o Hino fala em "gigante pela própria natureza", mas o gigante está maltratando ou tratando com desprezo os seus jovens. Sabem por quê?

Tenho encontrado, em todos os municípios, mulheres novas com filhos, mas sem maridos. O que acontece? As adolescentes têm relações sexuais com 14, 15, 16 anos, aquela paixão bonita, algo que todos devem ter, um sentimento maravilhoso, mas, por falta de orientação, elas engravidam. E o pior é que o Estado, o gigante brasileiro dá apoio ou facilita a entrada delas numa situação dificílima, que é a seguinte: elas chegam aos 18, 19, 20 anos com dois ou três filhos para cuidar, e os maridos, namorados, companheiros ou pais de seus filhos as abandonam porque também são jovens e percebem que aquela mulher de 15 anos que era linda, tinha o corpo todo inteirinho, já não o tem mais, que perderam parte da vida porque não podem mais namorar, não podem mais ir a festas, têm que ficar em casa, cuidando dos filhos, então abandonam as mulheres. E elas vão para onde? Para a Promotoria de Justiça: "Doutor, eu quero pensão alimentícia". A família é pobre; é uma verdadeira lástima!

Pior é que o Estado brasileiro participa disso. Como? Tudo é legalizado. Às vezes, as mulheres nem engravidam, mas têm relações sexuais com 14, 15, 16 anos, as famílias não... Geralmente a família da menina não aceita que ela tenha tido relações sexuais, senão ela vai se transformar, digamos – não sei como isso é tratado nos seus estados –, em piranha, rapariga e tal.

Minha filha vai ser... Então elas querem de todo jeito casar as filhas. E vem o casamento e o suprimento de idade. O juiz, o promotor, todos nós concordamos que têm que casar porque a família quer. Mas eu não concordo com o casamento de adolescentes. A autorização estatal para o casamento é uma vergonha, a não ser que o Estado tivesse uma assistência social boa, efetiva, capaz de submeter esses adolescentes a cursos antes do casamento para saber se realmente têm condições para se casar. Depois de tudo legalizado pelo Estado brasileiro, a mulher tem três ou quatro filhos com 21 anos de idade, e o Promotor tem que tomar providências. Isso é uma lástima, falta de orientação.

Entendo que, como nós, homens, a mulher deveria ter o direito de chegar à fase adulta de sua vida e decidir: eu vou casar e ter filhos. Muito bem, ótimo. Mas adolescente, com 14, 15 anos?

Por isso falei com o Deputado Paulo Davim, uma coisa impressionante: 17.900 filhos no ano passado, só em 2003. Tenho acompanhado isso. É uma lástima. E fazer o quê? Tenho dado parecer contrário ao suprimento de idade para casamento. O Estado não deve autorizar. A família, se quiser, que deixe os dois viverem juntos, mas casar, não, porque o Estado está dando a chancela a essa situação para depois ela estar aí, jogada, abandonada, com três ou quatro filhos nas costas. E outra coisa: aumentando a população com esses filhos sem a menor estrutura familiar, sem dinheiro para a sobrevivência. É uma lástima! O gigante brasileiro não está tratando bem os seus cidadãos.

Eu gostaria também de fazer uma breve explanação sobre investigação ministerial. Sabemos que há projetos de alteração na legislação para tirar o poder de investigação do Ministério Público. Excelências, há uma discussão muito grande com relação a isso, porque a polícia, só ela poderia investigar ou não. E o Dr. Gledson, que foi até recentemente Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte – tenho o maior respeito por ele –, mas tirar o poder investigatório da parte criminal do Ministério Público por quê? O Ministério Público poderia atuar em conjunto com a polícia, poderia somar. E quando os crimes são praticados pela própria polícia?

Temos informações que vou dizer aqui, mas não posso provar, porque tenho medo de falar, de que, numa comarca, num município em que trabalhei nesses últimos cinco anos, o delegado, ele próprio, explorava pessoas que estavam lá na delegacia de polícia, presas; um delegado que não vou dizer nome, claro. Mas quem vai investigar? A própria polícia? Pode ser, ela pode investigar, mas há garantia de que se investigue? E quando o popular chega lá?

Recebi a informação de uma comissão da Pastoral da Igreja, essa informação que estou dando agora. Se eu não pudesse investigar, como se poderia elucidar esse tipo de atitude? Então estou dando só um exemplo, porque retirar o poder investigatório do Ministério Público seria uma lástima.

Já falei sobre o suprimento de casamento, que acho também outra lástima. E a ausência de assistente social. Vou dar outro exemplo aqui. Na comarca e no Município de São Miguel, uma adolescente de 16 anos...

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Dr. Pedro, por gentileza, solicito mais objetividade, visto que alguns dos nossos depoentes estão querendo ir embora.

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Vou encerrar em um minuto. Serei objetivo.

Encontrei uma adolescente, casada há pouco tempo, talvez tivesse um ano e pouco de casada, com um filho, e ela tinha sido abandonada pelo marido. O ex-marido dela tinha – casou só à força – transmitido a ela doença venérea grave. Ela teve que se submeter a cirurgias para tirar uns pequenos caroços que tinha na vagina, e não só na vagina, mas também nas nádegas. É uma situação lamentável. Estou relatando casos existentes, concretos. Ela tinha 16 anos e meio mais ou menos. Por que casou? Porque a família quer que case, foi obrigada por isso, para não se transformar naquela mulher da vida livre. Está certo?

É com isso que eu não concordo. O Estado deveria ter uma assistência social efetiva para tirar essas mulheres dessa situação.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Obrigada, Dr. Pedro.

Antes de encerrar, concedo a palavra à Deputada Fátima Bezerra, para as suas considerações finais.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – Obrigada, Deputada.

Dr. Pedro, apenas uma curiosidade: foi examinada a possibilidade de pedir indenização para as meninas vítimas, porque na época consta que essas fotos chegaram a ser comercializadas, expostas, vendidas a R$ 1,00?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – É verdade.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – Acompanhei bem essa situação, porque na época eu era Deputada Estadual, através da Comissão de Direitos Humanos. A primeira audiência pública que houve lá em Macau foi por iniciativa nossa. Mas concretamente é isto: foi examinada essa possibilidade?

O SR. PEDRO LOPES DE LIMA JÚNIOR – Não, Excelência, mas cabe perfeitamente, inclusive contra o

Município. Veja como o servidor público pode provocar um mal grande, porque o Município pode ser responsabilizado, e a indenização a favor delas.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – Ou seja, a providência pode ser tomada, não é isso?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Dr. Pedro, muito obrigada pela sua participação e colaboração.

Determino à Secretaria que providencie a entrada ao recinto do Sr. Joacir Oliveira da Silva.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O acusado está presente. Eu gostaria de registrar que estamos recebendo os originais do caso Joacir, por parte do promotor, um relatório produzido pelo promotor acerca dos crimes contra os costumes praticados em desfavor de crianças e adolescentes na Comarca de Macau e também recebemos da Resposta, Responsabilidade Social Posta em Prática, um documento, assinado pelA SRA. Ana Paula Felizardo, Presidente da Resposta, endereçado à CPMI, com propostas de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no Rio Grande do Norte e no Brasil.

São alguns documentos que estamos recebendo oficialmente e que quero deixar registrado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Dando prosseguimento, gostaria de registrar a presença do Advogado do Sr. Joacir, Dr. Clénio Clei Cunha Maciel, OAB-RN 2973, correto?

No momento vou fazer a leitura dos dados do senhor para confirmar se eles estão corretos.

Nome completo: Joacir Oliveira da Silva.

Identidade: 1414416- ITP/RN.

Idade: 33 anos.

CPF: 720873154-34.

O senhor é casado, reside na Rua Vicente Leite, 86, Planalto, 13 de maio, cidade de Mossoró – RN. Profissão: autônomo. Local em que exerce atividade atualmente: Rua Coronel Gurgel, Centro, Mossoró-RN.

Correto? (Pausa.)

Srª Relatora, V. Exª gostaria de fazer os seus encaminhamentos?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se o acusado desejar utilizar a palavra inicialmente, penso que V. Exª poderia colocar à disposição dele.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – É interessante deixar claro e registrado que V. Sª tem o direito de permanecer calado diante das colocações e questionamento que forem feitos.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Na verdade, recebi ontem uma intimação, por volta de meio-dia. Na verdade, a intimação não ficou muito clara com relação ao motivo pelo qual eu estava sendo intimado. Mas mesmo assim, em respeito à Comissão Parlamentar de Inquérito, viemos de Mossoró para cá e, dentro do possível, pretendo colaborar, ajudar, no que for possível.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Agradeço a V. Sª pela consideração a esta CPMI, registrando que a convocação resultou de fatos que deram ensejo à Ação Penal de nº 59, de 2001, na Comarca de Macau.

Concedo a palavra a Relatora, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, senhoras e senhores, Sr. Joacir Oliveira da Silva, qual é a sua formação profissional?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – A senhora fala de estudo?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Exatamente. Que profissão o senhor desenvolve?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Trabalho como artesão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que tipo de artesanato o senhor faz?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Tem uma variedade, porque trabalho com floricultura, trabalho com confecção de vasos também, trabalho com confecção de produtos em parafina; tem uma certa variedade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor próprio produz essas peças que posteriormente são vendidas?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde quando o senhor trabalha com artesanato?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Há três anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é a sua renda mensal?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – É meio difícil, porque na verdade não tenho uma renda fixa, porque, por exemplo, no mês de dezembro a gente ganha um pouco mais; já nesse início de ano o movimento cai bastante. Então fica meio difícil dar uma renda assim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor nem sempre trabalhou como autônomo, sendo artesão.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) Em que lugar o senhor já teve vínculo empregatício; carteira assinada ou trabalho em repartição pública? Em que lugares?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu trabalhei por volta de cinco anos na Rádio Salinas, de

Macau, e trabalhei por volta de nove a onze anos na Prefeitura Municipal.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor saiu da Prefeitura Municipal de Macau quando?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Quando surgiu esse fato, eu apresentei a minha carta de demissão ao Prefeito no dia 6 de abril de 2001.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Prefeito aceitou a sua carta de demissão prontamente?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Naquele mesmo momento.

E esse fato veio a público exatamente naquele mês de abril?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nesse período.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Naquele período de março a abril...

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim, do ano de 2001.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Portanto o senhor pediu demissão em seguida?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Exatamente, até para facilitar as investigações, o trabalho que estava sendo feito para chegarem à verdade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem esposa e filhos?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim, tenho esposa, um filho de cinco anos e uma filha de dez anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vive com eles?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eles vivem em Mossoró?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Vivem comigo em Mossoró.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde quando o senhor é casado?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Desde 1992... Não, desde 1990. Minha filha é que nasceu em 1992.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sempre com a mesma pessoa?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sempre com a mesma esposa sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Durante quanto tempo o senhor residiu na cidade de Macau?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Durante 29 anos, quase 30, porque saí também em 2001.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor optou, além de pedir demissão da Prefeitura, por mudar de cidade?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que o senhor fez essa opção por mudar de cidade?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu mudei de cidade por dois motivos: primeiro, em virtude de a imprensa, a coisa como estava sendo divulgada dificultar a permanência dos meus filhos, da minha esposa na cidade e também porque eu tinha já o pensamento de morar em Mossoró, em virtude de a minha família morar lá. Então os dois motivos me levaram a...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual era a sua situação na Prefeitura Municipal de Macau? O senhor era concursado ou contratado?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Cargo comissionado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Portanto da confiança do Prefeito Municipal.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor passou por várias gestões?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Duas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Duas gestões.

O senhor chegou a dizer entre nove e onze anos.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – É, duas gestões assim, dois prefeitos. Um prefeito, quatro anos; outro prefeito, cinco anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então por nove anos o senhor permaneceu na Prefeitura de Macau.

Sendo o senhor funcionário de confiança do Prefeito, o senhor não tinha fundo de garantia. Quem é cargo de confiança não tem fundo de garantia, está certo?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor mudou de cidade. Quem o ajudou na sua mudança? O senhor precisou de dinheiro para se mudar.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu pretendia trabalhar com o meu irmão, que tem um comércio lá em Mossoró.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É caro mudar de cidade, levar a família, levar tudo, juntar coisa em caminhão. O senhor precisou pedir ajuda para alguém? O senhor ficou financeiramente bem quando saiu da Prefeitura ou ficou com dificuldades financeiras?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, na verdade, eu sempre vivi de acordo com as minhas posses. Eu tinha um salário e sempre tentei viver de acordo com aquele salário. Então, quando eu pensava em sair de Macau e morar em Mossoró, recebendo o

convite de meu irmão, eu pensava em, lá em Mossoró, continuar trabalhando e vivendo com o meu salário. Também não exigia uma grande estrutura financeira, entende?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas a mudança, sim.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Como assim?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não sei aqui, no Rio Grande do Norte, mas, no meu Estado, para mudarmos de cidade sempre tem um custo, tem que pagar um caminhão, as pessoas que ajudam lá ou chamar as pessoas para colocar dentro os móveis, alugar uma casa num outro lugar, porque normalmente não se tem casa no outro lugar, ou, se vai comprar, ainda é muito mais caro, e o senhor não tinha o fundo de garantia, que é um problema que as pessoas que têm cargo de confiança têm. O senhor tem cargo de confiança, não tem fundo de garantia. Então, não tem uma reserva, a menos que o senhor tenha feito. O senhor fez alguma reserva?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, eram custos mínimos que, com a minha renda, dava para arcar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conseguiu arcar sozinho. Então, o senhor não precisou de ajuda, não pediu ajuda financeira a ninguém.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ninguém o ajudou quando o senhor saiu de Macau, financeiramente.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, apenas, quando eu saí de Macau, já existia um compromisso da minha esposa de trabalhar no comércio do meu irmão, que, por sinal, trabalha até hoje. Então, a gente, de qualquer forma, já tinha essa garantia de emprego, e eu já tinha o projeto de trabalhar para mim mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor foi pego de surpresa para sair de Macau?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, como eu falei, eu já tinha a pretensão de sair de Macau, já tinha o projeto, entendeu?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E não era bom trabalhar na Prefeitura de Macau?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu confesso para a senhora que eu não tinha...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor queria sair por quê?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, eu não tinha uma necessidade de sair ou de não sair, entendeu? Eu tinha...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a sua motivação, então, para querer sair da Prefeitura de Macau? O que estava acontecendo lá que o senhor estava...

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu confesso para a senhora que, em virtude de toda essa exposição desse caso no qual eu fui envolvido e que foi julgado agora recentemente, onde fui absolvido em primeiro grau, ficou difícil a minha família continuar morando lá. Eu tinha uma criança...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, mesmo antes da denúncia, o senhor, então, já estava esperando que isso acontecesse pelos fatos? Desde quando o senhor estava na expectativa de que isso pudesse acontecer?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, não, não, não. Eu não tinha expectativa, eu não esperava...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor está me dizendo que, há algum tempo, pensava que ia sair da Prefeitura de Macau. Era um bom emprego trabalhar numa prefeitura, não?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não era diferente do que eu, por exemplo, consigo ganhar hoje, entendeu?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor era coordenador de uma área importante da prefeitura. Qual era a sua função lá?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Era assessor de eventos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Assessor de Eventos. Que tipo de eventos?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Todo tipo de eventos que fossem relacionados à prefeitura, coordenado pela prefeitura...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Feiras.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – ...era responsabilidade...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A prefeitura promove feiras de artesanato...

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, não, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A prefeitura promove...

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, geralmente, a cidade promove...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Festas populares?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – É, carnaval, vaquejada, esse tipo de eventos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – São eventos importantes para Macau, vaquejada, carnaval?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E normalmente as pessoas que trabalham para a prefeitura nesses eventos são pessoas apenas do quadro de funcionários ou são pessoas que o senhor contratava?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu, não, eu não tinha poder de contratar ninguém.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca contratou ninguém?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nunca contratei ninguém, nunca tive poder...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca escolheu ninguém para contratar?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, e isso é de conhecimento de todos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem contratava?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – A própria prefeitura.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tinha influência na contratação ou não?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca indicava ninguém?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em nenhuma hipótese, o senhor nunca indicou ninguém? O senhor era o coordenador só para constar. O senhor não tinha poder nenhum?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, não era para constar; eu não tinha poder. Eu recebia o serviço e, junto com o serviço, eu recebia aquilo. Por exemplo, se era algo relacionado a evento que precisasse de iluminação, então a Secretaria de Obras mandava a equipe de iluminação, entendeu?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor tinha poder de dizer que carnaval era com o senhor? O senhor organizava ou era outra secretaria que organizava?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, o carnaval, pelo porte do evento, sempre era montada uma comissão chamada de comissão organizadora do carnaval...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vaquejada, como é que era?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – ...onde de cada secretaria tinha um representante.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor mandava alguma coisa na prefeitura, não?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, eu não mandava; eu coordenava a equipe da assessoria de eventos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor só coordenava uma equipe? Não tinha interação com mais ninguém?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Poder de decisão, a senhora fala?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O prefeito foi lhe tirando os poderes? O senhor não tinha poder nenhum na prefeitura.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Poder de decisão, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor tinha alguma influência ou o senhor era um fantoche dentro da prefeitura que não tinha função nenhuma...

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...e só por isso o prefeito queria demiti-lo?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, na verdade, não era fantoche, a gente recebia as orientações e seguia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Recebia orientações e seguia.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor só seguia orientações? Mas o senhor tinha algum poder ou não na sua área?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não tinha poder.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem mandava mais que o senhor no seu setor?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Era a chefia de gabinete.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, que coordenava ali no seu setor?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Era a chefia de gabinete.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A chefia de gabinete trabalhava na sua sala?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não trabalhava na minha sala. Nós éramos subordinados à chefia de gabinete.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem trabalhava na sua sala? Quantas pessoas na sua sala?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Na minha sala, especificamente, basicamente, só eu. Agora, todas as pessoas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tinha uma sala só para o senhor?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – A sala era minha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou lhe dizer uma coisa: andei por aqui; o Procurador-Geral e da Assembléia, não sei se tem uma sala só para ele. Deve ter, não é? Mas tem dividir com a assessoria toda...

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, mas a senhora não deixou...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu não tenho uma sala só para mim lá em Brasília. Minha assessoria tem que dividir comigo.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – A senhor não deixou...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor era poderoso lá na Prefeitura.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – A senhora deixou eu concluir. Eu tinha uma sala, mas todas as pessoas que trabalhavam comigo transitavam livremente na sala, entendeu?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Todas?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Hã, hã.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Andavam, saiam?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – É. Transitavam livremente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas onde é que trabalhava a sua assessoria?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Junto comigo, no mesmo prédio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não era na mesma sala?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não era na mesma sala. Mas a sala vivia o tempo todo aberta e todos entravam constantemente lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas essa era uma sala que a gente podia dizer que tinha a sua mesa... O que mais tinha na sua sala? Uma mesa, não é?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Hum, hum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que mais? Era, assim, uma sala ou o senhor tinha que também... Isso acontece comigo lá na Câmara. Eu tenho que dividir a minha sala com praticamente um depósito de livros que eu tenho ali. Não vou chamar nem de biblioteca porque as salas dos Deputados são pequeninas mesmo. Então, nós temos um depósito de livros.

O senhor tinha algum depósito junto, tem que guardar as coisas? Eu conheço também Prefeitura. Às vezes, o lugar é precário mesmo. A gente chama de sala, mas também tem todo mundo que trabalha ali.

Como era isso? O senhor tinha um depósito ali?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu confesso para a senhora que, até pelo tempo, eu não lembro mais as coisas que tinham lá na sala.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor tinha, por exemplo, cartazes de promoções da Prefeitura que ficavam ali junto com o senhor.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Cartazes...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De vaquejadas. Aqueles cartazes que colocam na rua para divulgar a Prefeitura.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu confesso que não lembro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não lembra?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não lembro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não lembra nada que tinha na sala?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vazia?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Porque, na verdade, eu não me prendi a lembranças da sala.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que tipo de equipamento o senhor guardava na sua sala, ou ali no seu departamento? O seu departamento trabalhava com que tipo de equipamentos? O que o senhor guardava lá? Vamos ver: cadeiras para eventos. Vocês eram responsáveis por isso ou a Prefeitura não tinha?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não tinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não tinha.

Retroprojetor, aqueles negócios que...

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Também não tinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não tinha.

Filmadora...

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Também não tínhamos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Prefeitura não tem filmadora?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Se tem hoje, eu não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem filmadora?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Hã? Eu não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Filmadora própria. Já teve filmadora?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Máquina fotográfica.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Também a Prefeitura não tinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Prefeitura não tinha máquina fotográfica?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Que eu tenha conseguido, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Os eventos eram registrados como?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Que eu tenho conhecimento,não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Prefeitura não tinha esses postes de iluminação, essas coisas que se usa... Pelo menos um microfone o Prefeito tinha para falar, não é?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não tenho conhecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Prefeito não falava em microfone em Macau?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Ah, quando tem eventos, eu acho que até hoje eles usam o mesmo sistema. Eles alugam o som e vai a equipe do som lá, monta e eles trabalham. Eu não sei se hoje eles têm equipamentos de som deles mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas a Prefeitura não tinha nada de equipamento? Então, para que tanto setor de eventos?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Para coordenar os eventos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não tinha nada de equipamentos, não tinha nada de poder, não tinha nada de... Tinha um setor. O que fazia, exatamente, o setor de eventos?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Como já falei, Deputada, a assessoria executava os eventos que a Prefeitura dava apoio, promovia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foram lhe feitas acusações muito sérias e o senhor não foi absolvido.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Hum, hum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor foi condenado, embora a denúncia tenha sido julgada parcialmente procedente.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor foi condenado em parte da denúncia que o Ministério Público fez dos seus atos na Prefeitura de Macau. Então, a divulgação que o senhor faz de que tenha sido absolvido não é verdadeira.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Quando eu falei que fui absolvido, foi nesses três artigos que dizem respeito à essa questão de exposição de fotos, de... Teve quatro artigos que o Promotor pedia condenação. Eu fui absolvido em três e condenado em um, que foi no de concussão, que não tinha nada a ver com essa questão de exploração sexual de crianças e de adolescentes. Na verdade, eu nunca tive nada a ver com isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca teve nada a ver com isso. O senhor sustenta que nunca teve nada a ver com isso?

Mas vamos ver aqui. Quando é que o senhor encontrou pela primeira vez, – eu vou escrever o nome da adolescente num papel. Sempre temos dificuldade nisso, porque o nome das pessoas, em respeito a elas, não vamos dizer, pois elas já passaram poucas e boas na vida. São quatro. Quando é que o senhor, pela primeira vez, encontrou a então adolescente nº1?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Olha, em virtude de, no que diz respeito a essa pessoa e no que diz respeito ao processo, em primeiro grau eu ter sido absolvido; reservo-me o direito de ficar calado a respeito dessa pessoa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando é que você conheceu e encontrou a adolescente de nº 2?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – A mesma coisa, reservo-me o direito de ficar calado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega ou confirma que conheceu a adolescente nº 3?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não nego. Reservo-me o direito de ficar calado com relação a todas essas pessoas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega ou confirma que conheceu a adolescente nº 4?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – A mesma coisa, reservo-me o direito de ficar calado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega ou confirma que a adolescente nº 1, aos 15 anos de idade, necessitando de emprego, esteve na sua presença, foi obrigada a se despir e foi submetida a uma sessão de fotos e a exploração sexual

dentro do prédio da Prefeitura Municipal de Macau pelo senhor?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nego. Gostaria de colocar que, no que diz respeito a essas pessoas, tudo que diz respeito a elas e que está no processo, que já teve o julgamento em primeiro grau, eu gostaria de ficar calado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O direito de permanecer calado é absolutamente seu, mas o senhor também tem a responsabilidade de analisar se isso é positivo para o senhor ou não, porque o direito que tenho como relatora, e os demais parlamentares também, é de seguir com os questionamentos e ouvir as suas ponderações.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Na verdade, queria só que V. Exª entendesse que não é nenhum desrespeito, não tenho nenhuma intenção de desrespeitar a Comissão. Apenas, em face de o processo estar andando em Segunda Instância, gostaria de me reservar o direito de...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é o senhor do seu destino. O senhor tem a plena possibilidade de permanecer calado, como a nossa Presidente estabeleceu. Apenas alerto ao senhor que, é claro, esse posicionamento não é neutro acerca do senhor próprio. Colaborar, contribuir, pode ser uma postura melhor, avaliada em juízo posterior, do que apenas negar-se a contribuir. Então, esse juízo é o senhor quem tem que fazer. O senhor, na conversa que teve com o seu advogado, chegou a uma conclusão. Agora a CPMI vai lhe fazer as perguntas para que possamos chegar às conclusões, contribuir com o Ministério Público e com o magistrado que terá pela frente a tarefa do julgamento. A CPMI não realiza julgamento; ela conclui, orienta, investiga e, portanto, chega a conclusões a partir daquilo que analisa e dos diversos depoimentos.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Como falei desde o início...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas eu vou lhe fazer todas as perguntas.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, pode ficar à vontade.

Como eu falei desde o início, dentro do que for possível, quero colaborar. É por isso que eu vim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos ver se o senhor vai colaborar ou não.

O senhor, exercendo cargo comissionado, coordenador da assessoria municipal da área de eventos da Prefeitura de Macau, utilizou-se da sua função para impor atividades sexuais e situação de exploração sexual sobre adolescentes e mulheres adultas em troca da promessa de emprego público para elas?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Em momento algum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor fotografou as adolescentes em posições sexuais eróticas dentro do prédio da Prefeitura de Macau?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega que tenha fotografado? Eu lhe pergunto novamente porque nós sabemos que existem as fotografias. As fotografias estão claras. O senhor nega?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Que tenha fotografado?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que tenha fotografado, que tenha aparecido em fotos, que tenha manejado essa situação de chantagem sobre as adolescentes?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que outras autoridades tinham conhecimento da sua atitude ilícita? Somente o senhor? O senhor fazia alguma atividade ilícita para beneficiar alguém mais? Um outro secretário participava das festas?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, senhora. Não tenho conhecimento disso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Prefeito Municipal chegou a participar de algum momento que o senhor planejou, organizou?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Somente o senhor participou desses momentos?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu não participei desses momentos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Somente o senhor organizou esses momentos?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Como eu falei, pretendo colaborar dentro do que tenho conhecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nós já temos comprovação clara da sua participação no caso da adolescente de nº 2. Com 14 anos de idade, ela foi obrigada a despir-se para que o senhor a fotografasse dentro da Coordenadoria Municipal, bem como foi obrigada a realizar sexo com o senhor.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu me reservo o direito de ficar calado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No caso da adolescente nº 3, com 17 anos, essa também o procurou para emprego, e o senhor, mais uma vez, estabeleceu, agora no ano 2000, esses seus intentos – desde 1997 até o ano 2000 – para a adolescente de nº 3. O senhor também exigiu dela fotografias, re-

lações sexuais, inclusive cenas de sexo entre ela e outras pessoas que o senhor fotografou?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não tenho nada a declarar a respeito disso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual dessas adolescentes efetivamente o senhor conseguiu empregar na Prefeitura Municipal de Macau?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Como já falei, não empreguei ninguém. Eu não tinha poder de empregar ninguém.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual dessas adolescentes conseguiu um emprego na Prefeitura Municipal de Macau? O senhor pode declarar o número para mim?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu não lembro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor com uma namorada de nome Neide, adulta, organizava esses momentos onde as adolescentes eram obrigadas a assistir ato sexual seu com A SRA. Neide, além de serem abusadas sexualmente?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Me reservo ao direito de ficar calado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o seu relacionamento com essA SRA. Neide?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Como assim?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que relacionamento o senhor mantém ou manteve com A SRA. Neide?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Neide, eu cheguei a ter um relacionamento com ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Durante quanto tempo o senhor teve esse relacionamento com ela?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não sei precisar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor mantinha relações com ela também dentro da prefeitura municipal?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor colocava na internet as fotografias?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Com certeza,não. Não sei nem mexer com computador.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor registrava em disquete as fotografias?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Como já falei, não sei mexer com computador.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor vendia esses disquetes posteriormente?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não sei quem vendia esses disquetes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor distribuiu, passou para algum amigo? Alguma pessoa recebeu alguns desses disquetes que o senhor tinha com as fotografias?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não tenho conhecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor passou as fotografias para alguém? Se o senhor nega, pelo menos isso, o senhor nega com sinceridade. Se é uma negativa sincera, se objetivamente não foi o senhor que divulgou, através de disquete, essas fotografias, em benefício de si próprio, o senhor poderia dizer quem recebeu as fotografias, colocou em disquete e distribuiu. Do contrário, o senhor vai responder por tudo isso sozinho. Se o senhor não disser quem fez, na medida em que as fotografias estavam em seu poder, vamos concluir, e certamente o juiz também o fará, que foi o senhor.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu não posso responder porque não sei. Não sei o que é isso, quem divulgou isso; não sei mexer com computador.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas onde alguém pegaria as fotografias?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não tenho conhecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não entregou para ninguém?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu não tenho conhecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por isso que lhe digo que em benefício seu o senhor tem que saber quem pegou as fotografias. Alguém gostaria de lhe prejudicar e pegaria essas fotografias e divulgaria? O senhor já pensou nessa hipótese?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Olha, se eu soubesse durante esses três anos eu já teria, com certeza, falado, porque, como a senhora mesma está colocando, durante esses três anos estou respondendo algo sozinho que na verdade não tenho conhecimento de quem fez, de quem pegou, não sei trabalhar com computador e não posso responder por isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas então o senhor avalia que não teria condições próprias de fazer a fotografia e colocar no computador?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Hum, hum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Outra pessoa teria colocado no computador com a sua autorização ou não.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu não tenho conhecimento disso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então não foi o senhor que entregou para colocar no computador?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Em momento nenhum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas fotografias estavam guardadas onde?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não tenho conhecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já pensou na importância de investigar onde as fotografias estariam guardadas no sentido de verificar quem pode finalmente ter chegado a essas fotografias?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não seria mais fácil o senhor relatar exatamente onde estavam as fotografias?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Se eu soubesse eu diria.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde o senhor, pela última vez, viu as fotografias?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu não me lembro de ter visto as fotografias fora do processo, dos autos do processo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguém o ameaçou nesse período?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu me reservo o direito de ficar calado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguém teria interesse que o senhor... O senhor já ouviu falar em queima de arquivo? O senhor tem preocupação com isso? Estou lhe dizendo inclusive com sentido de contribuição que a CPMI pode lhe dar se se transformar num colaborador...

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu queria que a senhora não levasse a mal repetir a pergunta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se o senhor alguma vez foi ameaçado, no sentido de não comprometer ninguém nos seus depoimentos.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não tenho lembrança não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando o senhor diz que foi absolvido, não é verdade. Talvez o senhor não esteja bem orientado nesse sentido. A sua situação é grave. Com todo o respeito ao nobre advogado. Não é verdade que a condenação tenha desconsiderado a produção de pornografia infantil, tão pouco as promessas de emprego em troca de favores sexuais. Apenas a condenação entendeu que tais fatos configuravam crime com... ou seja uma questão de capitulação legal, mas os fatos narrados na denúncia foram comprovados. Consideramos que os fatos foram comprovados na denúncia. Então não há uma absolvição como o senhor reivindica acerca desses temas também.

O senhor possui algum tipo de identificação diferenciada, de manchas, de sinais característicos no seu corpo?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Possuo cicatrizes de queimadura.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No rosto?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – No corpo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No corpo todo? Nas costas?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nas costas não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nas costas não. Outro tipo de mancha que não de queimadura, de nascença?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque há evidências acerca da presença de manchas no corpo da pessoa que foi fotografada. Talvez isso tenha que ser periciado realmente.

Srª Presidente, vou concluir a minha parte por aqui, mas depois me reservo a possibilidade de retomar, caso surja mais alguma questão, para que os colegas possam seguir.

Obrigada, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Joacir Oliveira da Silva, o senhor hoje tem quantos anos?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Trinta e três anos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O seu nível de escolaridade qual é?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – É segundo grau.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Fez escola pública ou escola privada?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Escola pública.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor disse que trabalhou na Rádio Salinas. Qual foi a sua função nessa Rádio Salinas?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Chamava-se operador de transmissor na época. E depois cheguei a apresentar um programa de rádio.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi apresentador.

Você conhecia a operação da emissora? Você operava lá as máquinas?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, porque essa questão de operador de transmissor era uma coisa muito simples. Existia um aparelho de transmissão lá e você ligava três botões e a operação era essa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo, mas o senhor entendia, por exemplo, quando dava algum problema no sistema?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não. Parte técnica o senhor fala, não é?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. O senhor falou que trabalhou na Prefeitura de Macau. O senhor falou nove a onze anos, tendo duas administrações. E o senhor diz que pediu demissão no dia 6 de abril de 2001. Nos autos diz que o senhor foi exonerado a partir de uma sindicância que foi feita. Quem está com a verdade? É o senhor, que diz que pediu demissão, ou os autos, que afirmam que o senhor foi exonerado após passar por uma sindicância?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Entreguei uma carta de demissão ao prefeito.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. Mas houve essa sindicância para apurar os fatos e o senhor foi exonerado a partir dessa sindicância?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, eu já tinha saído da cidade há muito tempo. Entreguei a carta de demissão...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas sabe que o senhor foi, também pela decisão, proibido de exercer cargo público durante um tempo?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, na hora que entreguei a carta de demissão me considerei exonerado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era um cargo comissionado. O senhor diz que desde que começou a trabalhar o senhor tinha uma renda mínima e o seu nível de vida era... E que independia do que o senhor ganhava lá como coordenador da assessoria de eventos.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Independia?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, se o senhor poderia viver com a renda que o senhor tem, pelo nível de vida que o senhor leva?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Hoje?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, porque é o seguinte: na época que eu trabalhava lá eu ganhava R$ 650,00. Hoje, no trabalho que faço, eu consigo isso no final do mês – nessa média.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Mas antes do senhor exercer esse cargo na Prefeitura, o senhor tinha um emprego, não tinha?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Tinha o da rádio.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E ganhava quanto no da rádio?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Ganhava, porque tinha o salário e tinha mais as comissões.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor, com cargo comissionado... É claro que, como o senhor trabalhava em eventos e os eventos ultrapassavam as madrugadas, o senhor também recebia hora-extra?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não? Era só?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não recebia hora-extra não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era só...

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Era só o salário mesmo, comissionado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mesmo ultrapassando as madrugadas e trabalhando nos finais de semana – porque vaquejada é o tempo todo – o senhor só recebia....

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Recebia o salário.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Os R$650,00?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor trabalhou na primeira gestão. E o segundo gestor reconheceu o trabalho do senhor e também o nomeou para ser coordenador disso aqui. O sucessor da primeira gestão era do mesmo agrupamento do Prefeito – o primeiro?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Era o mesmo sistema político.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, na realidade, foi uma continuidade. O senhor foi apenas exonerado pró-forma e, depois, o senhor foi logo para o outro.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – O senhor fala da mudança do Prefeito, do segundo mandato do atual Prefeito?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De um para o outro, do primeiro para o segundo.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não. Houve mudança de cargo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Houve mudança de cargo. Aí o senhor fez o quê? Qual o cargo que o senhor ocupou no segundo?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Assessoria de Eventos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o primeiro, qual era?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – A primeira era a Secretaria de Turismo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah, de Turismo. O senhor tinha uma sala que era o seu gabinete. No seu gabinete, o senhor planejava também as ações ou tudo vinha feito para o senhor apenas executar?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Os eventos na cidade são, geralmente, eventos de porte razoável, por assim dizer e, geralmente, lá se monta a comissão com um representante de cada Secretaria, de cada Departamento, entendeu?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas era o senhor quem coordenava isso?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nós executávamos o que dizia respeito à nossa área. Como já expliquei para a Deputada, por exemplo, se tivesse um evento onde se precisava de um sistema de iluminação, então era um trabalho da Secretaria de Obras, entendeu? Nós apenas demarcávamos a área, mas quem montava era a equipe da Secretaria de Obras. Se precisasse de um serviço de som, a Prefeitura, então, alugava um som e nós mostrávamos aonde era o local para se instalar o som e assim por diante.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer, então, que o senhor não coordenava nada. O senhor executava?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – É. Na prática era isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o senhor disse que, mesmo morando e trabalhando em Macau, tinha sempre no seu pensamento morar em Mossoró, não é?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Hum, hum...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pensando, inclusive, em trabalhar com um irmão seu que mora em Mossoró. É isso mesmo?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O seu irmão trabalha em quê?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Ele tem um comércio.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você chegou a trabalhar com ele?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu coloquei que a minha esposa; tinha um convite para trabalhar com ele, entendeu?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah, sei.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – E a minha esposa trabalha com ele até hoje.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Na sala que o senhor ocupava, num prédio da Prefeitura Municipal, o senhor foi perguntado pela Deputada Maria do Rosário o que tinha nessa sala. O que tinha nessa sala?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu não consigo lembrar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o senhor não se lembra? Pelo menos o senhor tinha uma cadeira e um birô para sentar?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Com certeza.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Já se lembra que tinha um birô. Mas, além disso, tinha computador?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como de evento não tem um computador para fazer aquelas... Não tinha nenhuma informação...

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Em nenhum momento lá teve sistema de informática.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não tinha sistema de informática?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só o senhor tinha acesso a essa sala?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, era livre e todo o pessoal que trabalhava lá transitava livremente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quantas pessoas mais ou menos passavam?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Também não consigo precisar o número.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor, na acusação que é feita...

Olha, um cargo seu, que o senhor ocupou, era de Coordenador da Assessoria de Promoções e Eventos e Lazer da Prefeitura de Macau – RN e o senhor é acusado de ter oferecido cargos na administração pública a adolescentes em troca de favores sexuais. O que o senhor diz disso?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu me reservo o direito de ficar calado, em virtude do processo estar tendo andamento em 2ª Instância.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer que o senhor nunca indicou assim, pediu: olha, Prefeito, nomeie para chefe de gabinete; tem fulana que é minha amiga ou meu amigo. O senhor poderia fazer a nomeação? Nunca, nunca falou isso?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, eu não tinha essa... Na verdade, eu não tinha esse poder.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas de pedir tinha.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, mas eu não pedi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca pedia. O senhor não sabe fotografar?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu não tenho máquina fotográfica.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas sabe fotografar, bater uma foto?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Na verdade...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca fotografou?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não tem retrato em casa?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Tem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Porque todo mundo, tem os eventos e tem uma máquina e consegue tirar. O senhor não tem uma máquina?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Os eventos lá da Prefeitura, já na cidade existem alguns fotógrafos da cidade que têm uma espécie de contrato com a Prefeitura.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E onde era feito esse contrato?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não tenho conhecimento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas eram fotos da cidade?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Porque os contratos que eu falo é assim: se tinha um evento, eles iam, registravam e, depois, eles levavam as fotos. E aí a Prefeitura, as fotos que a Prefeitura se interessava, ela adquiria.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Então, o senhor nega que tenha publicado na internet cenas de sexo explícito e pornografia com as adolescentes 1, 2, 3 e 4?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nego.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conhece essas adolescentes?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu me reservo o direito de ficar calado. Como eu já coloquei para a Deputada, não quero fazer nenhum comentário a respeito das pessoas que estão envolvidas no processo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como era a população de Macau na época em que ocorreu o fato?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – De número?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. Mais ou menos, em média.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Creio que em torno de 26 mil pessoas, de 26 mil habitantes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o senhor confirma que teve um caso com uma das pessoas citadas, conhecida por Neide?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Confirmo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Esse caso durou quanto tempo?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não sei precisar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não sabe precisar?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Hã, hã.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A sua família sabia dessa situação?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – A minha família que o senhor pergunta é a minha esposa?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sabia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E mesmo assim admitia isso, aceitava?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não sei se ela aceitava. Ela continuava comigo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No caso, houve ampla divulgação de fotografias que foram atribuídas ao senhor e que foram colocadas em paredes e em postes. O senhor tomou conhecimento disso?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Tomei pela imprensa e pela questão do processo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – As rádios publicam tudo. Também havia um disquete também que era vendido a R$3,00 com fotos de adolescentes. O senhor confirma que nunca...

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nunca tive conhecimento disso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E que nunca vendeu disquetes?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Confirmo que nunca vendi disquete nenhum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Houve o Inquérito Policial nº 291/01 e a Ação Penal nº 050/01 em que, novamente, o acusado foi exonerado do seu cargo pela sindicância instaurada pela Prefeitura, ficando proibido de exercer função pública no período de três anos no Município de Macau. O senhor tomou conhecimento dessa decisão?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Que fui exonerado pela comissão?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em decorrência de uma sindicância pela qual o senhor ficou proibido, depois de...

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não tomei conhecimento não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não tomou.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não tenho conhecimento. Tenho conhecimento de que entreguei a carta de demissão ao Prefeito na data de 6 de abril de 2001.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor disse que não quer dizer nada sobre o fato das adolescentes. O senhor sofreu algum assalto na sua vida?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Assalto?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Alguma bala já chegou atingir você?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem algum sinal ou alguma marca em seu corpo?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Quando tinha um ano de idade, sofri uma queimadura de terceiro grau e tenho algumas cicatrizes ainda.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aqui?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – No corpo também, na parte da frente do corpo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em todo o corpo?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem algum sinal ou alguma marca da cintura para baixo?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas tem essas marcas no corpo todo?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Tenho aqui e aqui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi queimadura?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Queimadura.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, o senhor sofreu um acidente quando tinha quantos anos?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Um ano de idade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Essas marcas...

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – São marcas de terceiro grau. Na verdade, quando fui crescendo, elas foram diminuindo, desaparecendo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor confirma ou nega que fotografou e publicou cenas de sexo explícito envolvendo adolescentes?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nego.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor confirma ou nega que exigiu vantagem sexual de adolescentes em troca de dinheiro e de indicação de emprego?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nego.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor confirma ou nega que praticou ato obsceno no gabinete que o senhor freqüentava?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nego.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor confirma ou nega que distribuiu, publicou e vendeu fotografias e disquetes de computador em que havia cenas de sexo?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nego.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como coordenador e exercendo cargo na Prefeitura, normalmente o senhor era procurado também por outras pessoas que lhe solicitavam ajuda e pedidos. Era comum o senhor receber pessoas que vinham pedir ajuda em seu gabinete?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Creio que, por ser uma cidade pequena, todas as pessoas sabiam que a minha função não me dava condições de dar nenhum tipo de ajuda ou favor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas as pessoas procuravam o senhor mesmo assim?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não. Exatamente creio que, por saberem que minha função não me permitia isso, não tinham o hábito de me procurar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer que as pessoas que entravam em seu gabinete, no local que o senhor ocupava, eram pessoas da própria Prefeitura?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eram pessoas da equipe de trabalho.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nenhuma pessoa vinculada a um evento ia ao seu gabinete, como, por exemplo, o chefe da vaquejada que queria fazer uma parceira com a Prefeitura? Acontecia parceria com gente que queria fazê-la e que fazia contato com a Prefeitura?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Acontecia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Isso era comum?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não tão comum porque, por exemplo, vaquejada só tem uma no ano.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A vaquejada era feita em comum pela Prefeitura e por quem mais? Quem era o responsável por essa vaquejada?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – É montada uma comissão que administra a parte social da festa. E a outra parte da corrida era entregue a outro pessoal.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem era o pessoal? Era uma associação, os produtores rurais? Quem organizava essa parte das corridas?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Na verdade, não sei precisar porque esse contato não era diretamente com a gente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas passava por você. Você, por exemplo, executava.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não. Nem tanto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não havia um cartaz? Toda vaquejada tem um cartaz com prêmio 1, 2 e tal.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim, sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Passava pelo seu gabinete para mandar pregar? Você executava isso.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim, sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por exemplo, tinha vaquejada, tem o primeiro prêmio, o segundo prêmio, o terceiro...

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor tinha conhecimento disso? Passava pela sua mão?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – De ver o cartaz?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É, o cartaz e mandar pregar?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era isso que o senhor fazia?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Mais ou menos isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mais ou menos? Pelo que estou vendo, é o seguinte: você não coordenava, apenas executava. E estou vendo que você ficava na sala e os outros é que faziam. Eu quero saber o que você, como assessor, fazia. Por exemplo, na festa da vaquejada, o que era o seu trabalho?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Era mais ou menos isso que o senhor está colocando.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vamos ver o que ele está colocando.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Dessa parte social, de decorar a área, essa parte mais ou menos ficava com a gente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo, de fazer também a sinalização também?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, já a outra equipe.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Carro de som. Quem arranjava o carro de som?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Às vezes esse carro de som ficava por conta da própria equipe que estou dizendo que ficava com a outra parte...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E as barracas? Porque tinha barraca. Toda vaquejada tem barraca para vender. Quem organizava essas barracas?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Era a comissão.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você lá para dizer: aqui tem uma barraca, aqui é de fulano. Não era você que fazia isso?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, era a comissão. Não tinha, assim, sempre a mesma pessoa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas eu digo: se eu fosse um coordenador desses negócios assim para não fazer nada, eu pediria demissão na hora, porque coordenando o que não coordena, ou seja, nem é esse aqui, então significa que na realidade você é... Por exemplo: quem distribuía os folhetos comunicando que ia ter vaquejada? Ou você saía com o carro de som na cidade comunicando?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, como eu já falei para o senhor, geralmente eram montadas equipes da própria comissão. Nunca tinha uma pessoa só para uma coisa. Era montada a comissão que formava equipes, e as equipes faziam o trabalho.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Deputado...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – **(inaudível)** os outros membros da Comissão... **(inaudível)**

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem eram os outros membros da comissão?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Todos os anos, de cada secretaria era indicado alguém. Entendeu? Às vezes, independente da disponibilidade, era o secretário, às vezes era o coordenador; cada ano, dependendo da disponibilidade de cada secretaria, pegava alguém.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Além da vaquejada, qual é a outra festa mais importante que tinha em Macau?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – O carnaval.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tinha o desfile de blocos e você é que organizava isso, ou não?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, os blocos lá são terceirizados; cada bloco é particular.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas quem organizava o desfile: vai sair primeiro, vai sair segundo, quem vai sair em terceiro...

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Era a comissão organizadora do evento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você estava lá, no meio?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Um dos membros.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Não tem vaquejada sem forró, não é? O povo gosto muito de forró. Quem fazia o contrato com os forrozeiros lá?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu não posso precisar, mas creio que lá, o gabinete do Prefeito.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era o gabinete do Prefeito.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor não tinha contato nenhum...

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Para contratação de bandas?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, de bandas.

Quem é Deil, uma pessoa conhecida por Deil?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Deil?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – É um irmão meu.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Teve algum problema seu com ele, de alguma briga...

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nenhum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nenhum problema?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nenhum problema.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E Márcio?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Márcio de quê? Eu estou perguntando se tem o sobrenome.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É Márcio que trabalha na Prefeitura.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Lá trabalham alguns márcios.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Esse Márcio, você tinha alguma ligação com ele?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Tinha um Márcio que o meu pai vive com a mãe dele até hoje.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah, esse Márcio. É amizade, ou você não tem amizade com ele?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Normal.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o Milton, você ouviu falar dessa figura?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Assim só o nome Milton eu não consigo ligar a ninguém.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele não conhece Milton ou não sabe dizer. Neide é a mesma de nome Lucineide Cristina dos Santos?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então era com essa que você viveu um tempo, teve um caso com ela.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu não vivi com ela; tive um envolvimento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Teve um caso com ela.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – É verdade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está nos autos um boletim de ocorrência onde uma das vítimas acusa o senhor de ter ameaçado. O senhor confirma ou nega isso?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nego.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca o senhor chegou a ameaçar alguém, dizendo: se você não fizer o que eu quero, vou publicar as fotografias que tenho.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nunca.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está nos autos e tem dois disquetes de computador. Também tem fotografias. Esse computador, segundo o inquérito, estava sob o seu domínio. O que o senhor diz disso?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu nunca tive computador sob o meu domínio, nem meu nem de outra pessoa. Eu até hoje não aprendi a lidar com computador.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer que o senhor disse que o delegado arranjou um negócio aí. Como é esse negócio?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não estou dizendo isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nos autos tem um delegado dizendo que foi feita a apreensão.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não tenho conhecimento disso. Com certeza, se existiu algum tipo de apreensão de computador, não pertencia a mim e eu não tenho conhecimento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor tem gravador?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Gravador de fita de áudio?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer, não é da sua propriedade uma fita cassete que consta nas folhas 93 do inquérito sob análise.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, com certeza não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O delegado diz que sim.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não tenho conhecimento disso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, paro por aqui. Depois posso retornar com outra pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Com a palavra, a Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sr. Joacir, V. Sª antes do processo que corre em grau de recurso tinha tido outro processo penal?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, nenhum.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – No início da sua manifestação, V. Sª nos informou que teria sido condenado apenas pelo crime de concussão em primeiro grau.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A prática de concussão a qual V. Sª foi condenado resultou em função da obtenção de que tipo de vantagem?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Como?

A SRA. ANE PONTES – A prática do crime de concussão a que V. Sª foi condenado resultou em função da obtenção de que tipo de vantagem?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não tenho assim conhecimento profundo de lei. Então não sei especificar para a senhora baseado na lei. Fico muito assim na informação do advogado. Foi condenado nisso ou absolvido nisso. Entendeu? Não sei precisar o que quer dizer concussão, para ser mais claro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E ele não precisou para V. Sª em que exatamente V. Sª foi enquadrado? De forma bem resumida, concussão é pelo fato de o senhor ser um agente público, pois trabalhava na prefeitura. Em razão disso, é tipificado no Código Penal que a pessoa recebe algum tipo de benesse em virtude do cargo que exerce.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim, sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por isso, pergunto-lhe: já que houve a sua condenação na 1ª Instância pelo crime de concussão, que tipo de benefício o senhor recebeu para ser condenado?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu não recebi nenhum benefício.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ou concedeu algum benefício.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nem concedi. Como já coloquei, a minha função não permitia conceder benefícios.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas o senhor foi condenado.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – É. Eu não posso precisar sobre isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor não sabe por que foi condenado?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sei, como já coloquei para a senhora, superficialmente. Não sei, por exemplo, os termos técnicos. Eu não consigo dominar isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Para ajudar, farei a leitura do art. 316.

"Art. 316. Concussão.

Exigir para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumila, mas em razão dela, vantagem indevida."

Qual foi a vantagem indevida que V. Sª exigiu para ser condenado no crime de concussão em 1ª Instância?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nenhuma vantagem.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Em que o juiz se baseou para chegar a essa sentença, a essa condenação?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu creio que o juiz se baseou no depoimento, porque essa condenação foi apenas uma vez. Creio que ele se baseou no depoimento da vítima e no depoimento da mãe ou da avó da vítima. Não consigo precisar se era mãe ou avó. Eu creio que tenha sido nisso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E qual foi o depoimento da mãe ou da vítima?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu não sei detalhar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, repito: V. Sª foi condenado, em 1ª Instância, em razão de um depoimento da mãe ou da vítima e, até o presente momento, não sabe precisar?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Olha, como estou colocando: em função de não conhecer isso mais a fundo, eu me reservo o direito de ficar calado.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, como uma forma de o senhor conhecer um pouco mais a fundo o assunto, já que o advogado de V. Sª está...

Realmente, o denunciado, segundo semestre do ano de 1997, exercendo o cargo comissionado de Coordenador da Assessoria Municipal, descrita linhas acima, utilizando-se do poder inerente à Coordenadoria por ele chefiada, passou a oferecer cargos na Administração Pública Municipal a várias mulheres, inclusive adolescentes, mas exigindo-lhes – está aí a tipificação: exigir vantagem indevida – diretamente, em troca do emprego público, vantagens indevidas, quais sejam: favores sexuais do tipo conjunção carnal, sexo oral, cenas de lesbianismo e poses para fotografias eróticas, logrando adesão das mesmas às suas propostas e exigências e realizando esses atos dentro

do seu gabinete, localizado em prédio da Prefeitura do Município.

Portanto, V. Sª agora ficou sabendo em que foi condenado em 1ª Instância.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nas fotografias que V. Sª tomou conhecimento somente no processo, o senhor confirma?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Como?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – V. Sª tomou conhecimento das fotografias somente no processo?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – A pergunta que me foi feita foi: qual foi a última vez que eu vi, que eu tive acesso, e eu falei que foi no processo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – No processo. Onde foi a primeira vez?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Me reservo o direito de ficar calado.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor se reserva. Certo. O senhor confirma que essas fotos foram espalhadas na cidade? V. Sª colocou, há pouco, que, na cidade, há cerca de 20 mil habitantes.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nessa média. Creio eu.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor acredita que a grande maioria da população teria visto essas fotografias, já que foram colocadas em locais públicos. V. Sª não tomou conhecimento por esse meio?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Qual foi o meio pelo qual V. Sª tomou conhecimento?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nesse período, eu já tinha saído de Macau.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como V. Sª ficou sabendo da existência dessas fotografias?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Na imprensa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Na imprensa. E **a posteriori** no processo.

O senhor chegou a observar bem essas fotografias?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não sei... Não lembro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, foi na mídia. Via de regra, são fotografias grandes. Essas fotos foram tiradas em local fechado ou aberto? O senhor percebia se era noite, se era dia?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não sei precisar. Não consigo lembrar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não consegue lembrar. Force um pouquinho a memória. Nessas fotos, as adolescentes aparecem em pé, sentadas? O que o senhor lembra da foto de jornal?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Como eu já disse, pretendo colaborar. Mas já faz algum tempo. Não... Não tenho como precisar essa questão.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não duvido da sua intenção de colaborar. Por isso insisto na questão do que ficou marcado. Se eu estivesse envolvida em uma situação dessas, teria intenção de me interar, de me informar e, evidentemente, eu recorreria àquela prova material, que é ver justamente as fotografias. O que mais lhe chamou atenção ao folhear o processo e ver as fotografias?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Reservo-me o direito de ficar calados.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, não está querendo colaborar. Para concluir, essas adolescentes eram conhecidas, já que uma cidade de 26 mil habitantes não é tão grande assim? Moro no interior e, via de regra, todo o mundo se conhece. Elas eram conhecidas na cidade?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Creio que sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor as conhecia?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Conhecia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – De onde o senhor as conhecia?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Como a senhora disse, a cidade é pequena e todo o mundo acaba-se conhecendo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Elas participavam dos eventos que V. Sª organizava?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não tenho conhecimento.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não tinha conhecimento. Então, o senhor as conhecia de onde?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Da própria cidade. Em cidade pequena, todo o mundo vê todo o mundo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Em que local?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Nos mais diversos, na rua...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Todas as quatro foram conhecidas dessa forma, na rua, em bailes, em eventos?

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Eu não me lembro delas participando de eventos.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não quero parecer retrógrada, mas elas tinham boa fama? Também disso em cidade pequena sabemos.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Desculpe-me mais uma vez, mas os autos falam de maneira clara. Eu não gostaria de fazer nenhum comentário sobre a situação delas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Os autos fazem referência.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas gostaria de saber a sua referência, e não a dos autos.

O SR. JOACIR OLIVEIRA DA SILVA – Não, eu gostaria de não fazer comentário a respeito de nenhuma delas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Está ok! Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Nada mais havendo a perguntar, gostaria apenas de registrar que o réu, ao se negar a dar as respostas, tem absolutamente todo o direito. No entanto, se estiver praticando o ato da mentira, poderá sofrer algumas penalidades até mais sérias. Mas queremos dispensá-lo, convocando...

Pois não, Srª Deputada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ficam registrados nossos agradecimentos já de pronto aos requerimentos, porque, desde o início da CPMI, dois requerimentos foram feitos em relação ao Rio Grande do Norte, um dos quais tratando deste caso. O primeiro, de V. Exª, Deputada Sandra Rosado, que tratava genericamente da realização da audiência, propunha uma audiência no Rio Grande do Norte e que estamos, felizmente, cumprindo hoje. Quanto ao segundo requerimento, cumprimento - se V. Exª me permite, Deputada Sandra - a Deputada Fátima Bezerra por ter trazido esse caso de Macau ao conhecimento da CPMI. Isso nos trouxe a tarefa de fazer um contato com o Ministério Público, de buscar o reconhecimento das definições tomadas em juízo e, a partir da oitiva que fizemos, da tomada dos depoimentos, chegar a uma conclusão sobre os fatos de que trata a nossa tarefa como Comissão Parlamentar de Inquérito, que estará comunicando às autoridades, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, ao juiz responsável, os posicionamentos a que vamos chegando a partir dos fatos, das comprovações, das provas testemunhais e também daquilo que foi somado em todo o processo e do que queremos ver resolvido.

Hoje, tivemos um bom exemplo, no Estado de São Paulo, de condenação de pessoas responsabilizadas pela exploração sexual e teremos aqui uma boa oportunidade para a magistratura do Rio Grande do Norte definir acerca desse caso com justiça, mas também com rigor que o direito da criança e do adolescente deve exigir.

Agradeço-lhe por registrar os dois requerimentos que tivemos e que, por sugestão da Deputada Fátima Bezerra, estamos enfrentando e queremos um posicionamento sobre o tema Macau. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – O senhor está dispensado.

Eu gostaria de convidar, uma vez que se encontra no recinto, o Dr. Gledson José Silva de Araújo, que participa desta audiência como testemunha colaboradora.

O Dr. Gledson José Silva de Araújo, com a identidade nº 13995414, quarenta e seis anos de idade, estado civil: casado, residente na Rua das Nogueiras, 774, em Natal, tem como profissão Delegado de Polícia e atualmente ocupa a atividade de Corregedor da Polícia Civil.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade.

Pergunto ao Dr. Gledson se gostaria de fazer inicialmente algumas colocações a esta Comissão.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Boa-noite.

Exmª Srª Deputada Sandra Rosado, Presidente a CPMI, é com regozijo que estamos aqui com a consciência do dever.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Com licença, Doutor Gledson. Faço só um registro: a Presidente da CPMI é a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Estou aqui eventualmente e sou membro da CPMI. Dou esta informação para ficar bem claro que sou a Presidente em exercício, pois a Senadora, por motivos superiores, não pôde estar presente.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Muito obrigado pela observação, Srª Presidente, na pessoa de quem saúdo os demais componentes da Mesa.

Aproveito para, preliminarmente, enaltecer o trabalho que vem sendo feito por esta Comissão Brasil afora, em uma peregrinação extenuante, com uma colaboração muito intensa e muito viva da nossa Deputada Fátima Bezerra, que há muito milita nesse tipo de atividade que alcança o lado mais social e para com a qual temos uma estima muito grande pelo seu trabalho.

Quero congratular-me também pelos resultados que são alvissareiros na medida em que, agora mesmo, ao vivo, a Relatora externou uma informação sobre a condenação de algumas pessoas em São Paulo, fato que nos deixa muito felizes, por ser uma luta muito titânica, muito olímpica e, às vezes, os dissabores, as vicissitudes fazem com que esse tipo de trabalho nos deixe um pouco desalentados, mas o dever, a cons-

ciência profissional e cívica e os resultados positivos como os que foram anunciados fazem com que tenhamos a certeza de que não devemos parar, não devemos deixar de lutar, a despeito da desestruturação das coisas que foram tão bem colocadas aqui pelas outras autoridades públicas que colaboraram.

De forma que, preliminarmente, eram essas as informações e me coloco à disposição da Mesa da Comissão para as perguntas e deliberações que forem de consenso.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Muito obrigado, Dr. Gledson José Silva de Araújo.

Passo a palavra à Srª Relatora, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Srª Presidente.

Boa noite, Delegado Gledson José Silva de Araújo. Obrigada por estar aqui conosco, colaborando com a CPMI.

O senhor foi o Delgado responsável pela apuração do chamado "Caso Macena".

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No que consiste exatamente esse caso?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – É bom fazer um preâmbulo aqui para que se situe melhor, até porque já remonta a um bom tempo esse fato. E, inicialmente, dizer que esse caso, que começou de forma idêntica, digamos, a alguns outros que à época, na Delegacia de Costumes, nós, que a titularizávamos, também estávamos acostumados a apurar, a averiguar, e foi tomando, num crescendo, um contorno de maior importância, na medida em que as investigações da Polícia puderam ser um pouco mais aprofundadas, eu diria.

À época, se não me falha a memória, do final de 94 para 95, nós éramos titulares da Delegacia de Costumes, delegacia que hoje tem uma competência um pouco menor em razão da criação da Delegacia da Criança e do Adolescente. E quando a Drª Armele, que inclusive foi contemporânea nossa também dessa luta, porque coincidiu, havia adentrado esse tipo de atividade do Ministério Público, também próximo da data em que nós éramos o Delegado da Delegacia de Costumes, pudemos, com ela e algumas outras autoridades, cuidar de um trabalho mais intenso, já que na ocasião a estrutura ainda era muito prosaica.

Hoje, com tudo que foi decantado aqui, ainda vemos as dificuldades todas que foram relatadas. E imaginem isso há alguns anos, há quase uma década.

Então, quando nós recebemos esse caso, que foi um flagrante realizado pela Polícia e levado à Delegacia de plantão, cuidamos de tratá-lo como os outros, da mesma maneira. Como houve outras casas que foram também... Prostíbulos. Autuados ou alguém que estava tentando corromper uma menor, uma garota de menor idade, enfim, nesse tipo de abuso. E até nós lembramos também de outros inquéritos que foram concluídos.

Só que, ao recebermos o material do Francisco Macena, e veja até, assim, a delicadeza, a complexidade sob o enfoque social e psicológico também, ele só tinha 18 anos à época, precisou inclusive de curador, mas já dentro de um contexto assim...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem tinha 18 anos?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – O autuado. O Macena.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Francisco Macena?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – É. O rufião, no caso. E ele tinha lá uma relação de garotas menores, a grande maioria delas menores, depois nós fomos constatar. E através dessas garotas que foram convidadas, com os seus responsáveis, com as suas mães, à Delegacia, nós fomos formando um bojo probatório melhor e avançando. E houve um fato interessante que nos pode oportunizar de estarmos aqui agora. É que a própria mídia, o enfoque imediato que foi dado ao episódio, tomou, assim, um rumo, uma dimensão talvez até maior do que ele merecesse, do que lhe fizesse jus. Mas se atrapalhou o lado investigatório por alguns aspectos. Foi bom também à medida que a Casa Renascer, o Juízo da Infância, a Promotoria da Infância, a Polícia Civil, também a Polícia Militar depois veio integrar-se um pouco mais com esse tipo de trabalho que até então não era tão levado a sério. Isso pôde fazer com que fôssemos avançando e formando um juízo melhor, até que ao final, resumindo um pouco essa primeira parte da pergunta de V. Exª, chegamos ao número de 17 pessoas indiciadas. Se não me falha a memória, foram sete rufiões, sete cafetões ou cafetinas, três pessoas que trabalhavam com táxi, fazendo um elo de ligação entre a cafetina e a garota, para levar para o motel, enfim, esse tipo de coisa, e uns cinco clientes, pessoas assim, empresário, pessoas de um nível... Tinha pessoas mais simples, mas tinha também pessoas, por exemplo, tinha o dono de um motel, empresário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual era o nome do motel?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – É o Motel Roma Garden.

Tinha também dono de agência de automóvel, quer dizer, não foi o que gente esperava. Também pu-

dera, a delegacia tinha uma demanda grande, tinha outros inquéritos. Essa desestruturação já foi colocada aqui, esmiuçada, mas foi uma contribuição que a gente reporta de forma relevante.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quais provas foram apuradas nesse processo de investigação? O senhor chegou a provas contundentes acerca do Francisco Macena e desses empresários, os outros rufiões, os taxistas, os clientes? O senhor conseguiu, na sua avaliação, fazer um inquérito que possa responsabilizar essas pessoas?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Acredito que sim. Esse foi nosso entendimento e foi exteriorizado no relatório. Não sei se ainda houve condenação, até porque o autuado à época, o que ensejou, o que encabeçou todo esse caso, teve sua prisão relaxada, mas acredito com os depoimentos, com a ordem de raciocínio que foi formulada, embora, repito, com um arcabouço ainda na parte de tecnologia, de maior tecnologia... Por exemplo, isso foi antes da interceptação. Hoje teríamos uma consistência maior, com um trabalho de inteligência, que também foi colocado aqui logo no início da tarde pela Drª Armele. Acredito que, dentro das possibilidades, do testemunhal, da ordem, contradições de pessoas que cruzavam informações e que a gente conseguia, mais à frente, provar que elas estavam mentindo, dentro desse contexto, achei razoável.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor afirma que indiciou 17 pessoas.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Dezessete pessoas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor enfrentou dificuldades no campo das investigações?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Enfrentei no seguinte aspecto, é bom ressaltar: primeiro porque é um tipo de delito, como V. Exªs sabem muito bem, por estarem afeiçoados a esse trabalho todo Brasil afora. No que tange pelo menos à questão do rufião, esse tripé, cliente/garota menor, o flagrante, a atitude flagrancial é difícil de ser impetrada, depende de uma investigação.

Com relação às casas não, já é um outro tipo de trabalho, de integração, como foi dito aqui, conjunto, surpresas, documentos falsos, uma série de trabalhos que se podem fazer. Mas com relação a quem trabalha com o telefone de alguém, com o nome de alguém, em segredo por telefone, enfim, não há muita oportunidade de flagranciar. Isso dificulta muito.

O segundo aspecto é que as próprias vítimas, principalmente pelo aspecto social, psicológico, familiar e a dureza de passar por uma situação dessas, relutam em dar uma contribuição. Falo das menores e às vezes até das mães, das responsáveis por essas menores, que todas foram convidadas à delegacia, praticamente sem exceção. Fizemos na hora uma espécie de juizado de assistência social. Havia mães que não sabiam, havia mães que sabiam de um dinheiro estava chegando em casa de uma forma assim, um pouco mais fácil, mas ocultavam isso, talvez intencionalmente para não se decepcionarem. Enfim, cada situação era uma situação. Esse foi um outro ponto também que fez com que tivéssemos dificuldades.

O terceiro e mais enfático, mais gritante, seria esse mesmo da desestruturação. Até hoje persiste essa questão do numerário do efetivo, de mais apoio técnico, de o Poder Executivo ter uma política pública de segurança mais intensa, embora os orçamentos minguados, mas já tivemos oportunidade de chefiar a nossa instituição durante o ano de 2003. Do começo ao final do ano, fui Delegado-Geral do Rio Grande do Norte e sempre disse isso publicamente.

Respondendo à pergunta da Deputada, foram os três pontos que considerei que poderíamos fazer mais não fossem esses três aspectos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pensa, então, que as provas produzidas são capazes de levar à condenação?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Penso que sim. Positivamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nesse sentido, o senhor tem informações de como está o processo criminal?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Não detalhadamente, como falei a V. Exª. Quando estive no primeiro depoimento na DPF, que foi triado para chegar até a CPI na nossa cidade, até demos à Vara - não recordo, mas penso que devo ter dado o número também – e a Drª Clésia, a Promotora que veio, ficou com esses dados todos. O que eu pude passar para ela nesse sentido para ela checar; ela se interessou bastante e eu passei para ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O seu trabalho de investigação e da Polícia Civil baseou-se nas informações que foram desencadeadas naquele momento em que o Francisco Macena foi preso em flagrante, promovendo a exploração sexual, inclusive numa situação curiosa. Ele levou três meninas a um motel, uma delas tinha treze anos, e o cliente pediu que fosse trocada uma das meninas – essa foi a história. Ao trocar uma das meninas, ele orça justamente por uma outra que tinha ligações familiares com uma pessoa da polícia. Então o caso veio a público, a filha de um policial que ele está levando. E este caso vem a público a partir disso.

Então, vejamos o quanto esse crime está pulverizado na sociedade, porque uma menina que tem uma família constituída... Enfim, não são apenas meninas que estão numa situação de miserabilidade absoluta; são meninas aliciadas, como temos observado, na porta de escolas, meninas que o seu pai...

Ontem, a Deputada relatou que vimos um homem forte, grande, trabalhador do porto, chorar pelo que aconteceu com a sua filha e agora vemos o caso da filha de um colega de vocês, um homem de polícia.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certamente quem combate esse crime na rua e no outro lado a sua própria filha envolvida. Isso vai mostrando o grau de permissividade que há na relação desse crime na sociedade. É absolutamente indignante. Com todas as meninas é indignante, mas não basta apenas ter uma família. Isso não é a salvaguarda em relação às circunstâncias de aliciamento, como esse Francisco Macena, ao que tudo indica, está absolutamente comprovado, era aliciador dessas meninas, inclusive dessa filha do policial entre as outras.

Se há provas, se há comprovação, se a agenda do Macena estava com ele naquele momento em que foi preso e a base do seu inquérito é a agenda, por que o senhor demorou cinco anos com esse inquérito na polícia, se a base dele estava lá no primeiro dia que o senhor o prendeu?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Isso já foi exteriorizado em várias oportunidades, inclusive na primeira ouvida no DPF e também dito publicamente e no próprio relatório da peça probatória.

Um dos aspectos é o seguinte: ninguém imaginava que ele fosse tomar, como eu já disse, a dimensão que tomou. Pensava-se que se tratava de um caso como outro qualquer, como tivemos aqui, até em Mossoró. A Delegacia é de competência regional e eu me lembro bem de um caso em que havia uma exploração de garotas que eram colocadas para serem disputadas com bingo e, depois, para serem sorteadas ali. Intervimos nessa questão. Lembro de casos na zona norte, em bairros mais populares. Lembro de casos como esse da Senzala, que foi também citada aqui no início. Enfim, havia uma gama muito grande de casos.

Nós encaramos com a experiência que já tínhamos, por viver aqueles casos daquela natureza: pegamos o processo e fomos entrando. Quando se trouxe a primeira menina, que não era das três meninas desse dia do flagrante que V. Exª retratou, foi-se desdobrando o fio de um cordão. Então, isso foi o primeiro ponto. Também estava a própria imprensa ajudando nessa ocasião.

Depois, outro aspecto interessante é o seguinte: cada menina dessa é uma nova investigação, é uma nova prova: onde mora, onde não mora, se vem, se não vem, quem é a mãe, quem é a responsável, qual a estrutura de demandas, pode hoje, não pode, marca-se para depois, pois também têm outros casos correndo, também até com menores de idade. Isso já é um outro aspecto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Diria que esse caso é comum? Os outros casos que o senhor tem na Polícia Civil também se assemelham a este?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Tem mais simples e tem também...Esse que foi citado aqui, que foi ação integrada com a Senzala, é um caso complexo também. De repercussão e de muita importância a apuração, a prisão do pessoal.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas sobre esse, por exemplo, de Mossoró que o senhor citou, eu não tinha essa informação das meninas sorteadas no bingo.

O SR. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa casa foi fechada e o Delegado regional foi instado, sob a nossa solicitação - o de lá, à época, era o Dr. Antônio Fernando dos Santos –, a tomar uma providência imediata.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor era chefe de Polícia neste período?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não foi em 2003?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Não, não. Pedimos o apoio dele, porque são 270 quilômetros. Ficava muito mais rápido que o Delegado regional de Mossoró agisse com a nossa informação. Dois colegas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A denúncia chegou, portanto, aqui em Natal?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Aqui, em Natal.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Abrindo um parêntese, considero muito interessante esse caso de Mossoró, porque é um outro tipo de exploração sexual. Temos visto leilões de virgens, mas sorteadas em bingo? Vejo que o Presidente Lula tem razão tripla agora. Ainda bem que votamos a Lei dos Bingos, porque realmente até isso está acontecendo em bingos? Eu achava que acontecia de tudo, mas não tinha visto isso.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Aviltante, mas ocorreu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É um completo desrespeito ao ser humano.

Não é difícil termos acesso ao inquérito? Já está finalizado esse inquérito? Há processo?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Não tenho a informação precisa para lhe dar agora, até por conta dos anos todos que passaram, mas posso colaborar...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para nós, é importante. Vou lhe solicitar e que a nossa assessoria também anote, porque esse é um caso particularmente significativo. É uma modalidade...

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Ineditismo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Exatamente.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Aviltante, mas inusitado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Exatamente, pelo absurdo.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Eu estava concluindo, se me permite...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Claro.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – A questão da demora. A senhora fez uma pergunta bem enfática e eu estou ainda concluindo.

Então, esse foi o primeiro aspecto.

O segundo aspecto é que fizemos questão de ficar como autoridade presidente do inquérito, embora tivéssemos sido transferidos para outro local, porque queríamos dar a contribuição. Isso também atrasou.

Colocamos lá uma série de situações e fazemos, no relatório, uma crítica severa, bem incisiva, com relação à política de segurança pública. Eu entrei na Polícia, aqui, no Rio Grande do Norte, em 1985. O concurso foi em 1984. São praticamente vinte anos de carreira. Galguei o último estágio de promoção e fui Delegado-Geral com – diga-se de passagem – indicação puramente técnica.

E a gente fica sempre lutando, eu já fui presidente de associação, já fui da delegacia de costumes, tive um trabalho na área social. Essa questão de locadoras, por exemplo, quando expunham os filmes eróticos sem uma salinha. Tudo isso foi a gente que implantou aqui, para preservar, uma série de coisas.

Aí você chega a um estágio em que você já não agüenta. A gente "meteu lá a caneta", no relatório nesse sentido. O governo, aqui e acolá, faz um concurso. Agora mesmo a Lei Orgânica da Polícia Civil foi aprovada, mas ainda carece de muita coisa que vem contribuir. Veja bem, sem silogismos maiores, vocês vão perceber que todos os depoimentos tanto do Ministério Público quanto de componentes da área policial vão convergir para isso; é em uníssono que ouvimos isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O nosso problema, Sr. Gledson, é que precisamos reforçar a credibilidade das instituições. As pessoas têm de acreditar nas instituições.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E quando um processo é assim moroso, a sensação que a sociedade tem é de impunidade. Portanto, quero pedir a sua contribuição. De nossa parte vamos tentar contribuir para que essa demora não signifique a impunidade dessas pessoas.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não só desse Macena, mas de todos os outros...

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Mais dezesseis.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Exatamente. A própria Polícia identificou. Porque o trabalho conclui pela responsabilidade desses e nós, pelos documentos que o senhor nos passou, temos plena concordância.

De minha parte é isso. Acho que podemos trabalhar juntos para tentar fazer com que esse caso também seja um emblema, tenha um significado importante para a população de Natal, reforçando a ação de Polícia, o trabalho... Enfim, uma noção de que a sociedade tem poder, assim como observamos lá em Porto Ferreira, como inclusive o senhor referiu.

Conte conosco. A nossa missão é essa. Vou lhe pedir depois o caso de Mossoró.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Obrigado. Entremeando uma breve ancorazinha, além do que naquela época, repito, era muito diferente. Hoje você tem políticas integradas que se avizinhavam naquela época, mas ainda não eram como a Drª Armele bem colocou hoje. Hoje, posso lhe dizer que de 2000 para cá, talvez de 99 para cá, essa questão que ela colocou da Polícia Militar, da Polícia Rodoviária, da Polícia Federal, da Polícia Civil tem sido realmente feita, eu diria, dentro de um grande trabalho. Até porque a sociedade encarava essa questão, a bem da verdade, de forma um pouco hipócrita, colocada sob o manto tácito e não muito discutível. E as políticas de turismo, as iniciativas de requerimento como essa CPMI, o Ministério Público, enfim, foi uma ação sinérgica de toda sociedade que começou a sair do seu anonimato, do seu silencio e gritou. Deu um eco dolente ou não, mas deu.

Então, em 93, 94, Deputada, ainda não havia esse sentimento. A atmosfera era diferente. Era isso que eu gostaria de externar assim com muita franqueza. Eu já

colaborei de outras formas, diretas ou indiretas, quando estive em outras diretorias, quando fui do interior, quando estava na associação. Enfim, quando estava na chefia da instituição. E não pensava nunca estar colaborando por um caso de 1995 e 1994...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas ele é simbólico para nós, justamente porque queremos...

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – É isso o que estou querendo dizer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...construir no Brasil se estamos sendo efetivos ou não. Não apenas em relação às Polícias Civis, mas à própria Polícia Federal. O nosso levantamento é nesse sentido.

Eu quero, para finalizar a minha parte, citar duas questões, e o senhor me oportuniza: primeiro, anotei aqui como uma preocupação comum, uma preocupação do País, a dificuldade de se obter o flagrante. Por que dependemos tanto do flagrante, então? Não devemos, na legislação brasileira, avançar no sentido de maior poder à prova testemunhal, ou que tipo de comprovação deveremos ter? O laudo psíquico, o laudo físico. Que laudos podem ser configurados no sentido de que o flagrante não seja determinante da condenação ou não?

Isso teremos de analisar. Então, a CPMI vai oferecer alguma alternativa. Eu o escuto e anoto, como uma questão eixo para o nosso relatório, no sentido de que as pessoas possam ser efetivas, na ponta, quando estão desenvolvendo inquéritos.

A outra questão que o senhor traz à oportunidade, fazendo essa comparação com 93, é dizer que comecei a minha militância no enfrentamento da exploração sexual justamente entre 1992 e 1993, mobilizada a partir do trabalho de Dilma Felizardo, aqui do Rio Grande do Norte. Vocês todos me dão a oportunidade de fazer essa referência na terra dela. Quando fui Vereadora, no Rio Grande do Sul, tive a honra de recebê-la e de mobilizarmos um trabalho a partir das câmaras municipais.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Ela foi um ícone.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Claro. Fui provocada pelo trabalho da Dilma naquele primeiro momento. Creio que é uma referência que me faz feliz fazer. Falo em todo o Brasil, mas creio que já somos uma pequena parte dessa história de enfrentamento.

Muito obrigada.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – V. Exª de parabéns por suas colocações. Quero contribuir mais ainda, de forma prática, para com a sugestão de mudança. Quero dizer que a investigação com estrutura, com técnica, é o caminho. Precisamos disso com relação a quem agencia solertemente, com esses ardis, que não se expõe. Não se trata da menor que está na rua, a miserável, a que está na casa de prostituição, a do **night club** em uma granja, como foi dito aqui, enfim, em algum local. Enfim, falo daquele camarada que trabalha com quatro ou cinco telefones, com nomes de meninas e com nomes de algumas pessoas que querem se locupletar. Com esse a gente só consegue êxito usando um aparato tecnológico, com investigação.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Antes de passar a palavra à Deputada Ann Pontes, quero complementar essa questão do agenciador com quatro ou cinco telefones.

Ouvi o depoimento de um dono de uma casa de prostituição da cidade de Mossoró, mas não com relação ao envolvimento de menores. Ele mencionou que depois que inventaram o telefone celular ele quebrou. Ninguém mais procura a casa de **drinks** dele para fazer programa. Todo mundo já se resolve por meio do celular. Cada um é o seu próprio agenciador. Isso deve estar muito difundido.

Outro aspecto é com relação à cidade de Mossoró, o que considero muito sério. Ia deixar para o final, mas quero chamar a atenção. No meu Estado, descobrimos tristemente que muitos casos existem. No entanto, todos estão cobertos por um manto que não sei se é o da impunidade, se é o medo. Não sei, mas gera impunidade. Estamos presenciando, por meio de depoimentos, o caso das meninas do bingo. A Drª Armele falou em uma rua inteira de barracos para os caminhoneiros. O senhor deve ter conhecimento disso na cidade de Mossoró. O fato de Mossoró ser uma cidade que fica exatamente na metade do caminho para Fortaleza fortalece algo que ainda precisa ser descoberto no Rio Grande do Norte. Na realidade, são poucos os casos para o tamanho do problema que sabemos que existe. Está, como podemos dizer, incubado no Nordeste.

Concedo a palavra à Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Serei bem objetiva pelo avançado da hora.

Não posso deixar de aproveitar a oportunidade porque acabei perdendo-a no meu Estado. Um delegado da Polícia Civil mencionou exatamente o que V. Sª acabou de falar: a dificuldade de aplicação do flagrante. Pergunto-lhe: a dificuldade esta na lei, em fazer-se o enquadramento, a tipificação, ou está na questão técnica, no serviço de vigilância, de inteligência?

Ontem, lá em João Pessoa, em todo depoimento, me diziam: "Se a senhora for agora, a senhora pega. São todos os dias, especialmente quinta, sexta e sá-

bado".Fica esta grande interrogação: por que é difícil a aplicação do flagrante?

Para concluir, V. Sª mencionou também a importância do trabalho da imprensa na elucidação das questões. Gostaria que o senhor confirmasse. De fato é importante, enquanto contribuição da Relatora, na apresentação do seu relatório. Qual deve ser o papel da imprensa? De que forma ela acaba formando essa opinião e ajudando ou atrapalhando também o seu trabalho. Muito obrigada!

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Muito bem elaboradas as perguntas.

Primeiro, com relação à questão flagrancial, acredito que não seja só uma questão de aparato e de iniciativa, de se verificar se tem informação. É porque me reportava mais àquela atitude de quem trabalha realmente no silêncio, o cafetão, popularmente falando, por meio do telefone, como a Deputada Sandra lembrou. Mas acredito que a anatomia, a roupagem com que o delito se verifica, consuma-se, é que dificulta, porque o camarada fica em casa, numa residência, não se expõe, não há ninguém perto dele, não tem nada público de fantasia com música ao vivo, com clientes, coisas desse tipo que pudessem chamar uma certa atenção, um evento. É uma residência familiar, com a mãe ou com a avó ou com um filho de lado, e ele pode trabalhar dessa forma. Então foi a essa roupagem que me quis referir.

Agora, é também óbvio que a polícia, dispondo de um número maior de policiais, de mais delegacias que atuem especificamente com essa questão, com essa matéria, no Poder Judiciário, com aparato técnico, seja de informatização, seja de viatura, seja logístico, seja na questão de interceptações legais, seja com um pessoal mais qualificado para isso, tem o seu trabalho facilitado. E recordo bem, a título ilustrativo, que a Polícia Militar, já no período desse inquérito, um pouco depois, fez com que um setor social da instituição tratasse dessas questões, que saía com oficiais, tenentes, mulheres que tinham um perfil para esse tipo de trabalho. Iam juntos às casas e tal. Tudo isso é muito importante.

Então, só fechando essa primeira pergunta, seria a anatomia, a forma como se reveste, que dificulta. Não digo o da casa que foi muito bem citado por V. Exª, mas me refiro a esse camarada que fica com uma agendinha assim, escondido numa residência, para você pegar. E também a questão estrutural da polícia.

Quanto à segunda pergunta, brevemente recordando, desculpe-me, relembrando, porque me estendi um pouco, que é a questão da imprensa! Sim, obrigado!

Vejam bem, esse é um tipo de delito que expõe muito. O trabalho da imprensa é nobilitante demais e inequívoco, o que é inquestionável. Houve também a participação na vida brasileira e um grande avanço na democratização. Mas vemos que nisso também há uma dupla face, com uma mão e uma contramão. Por exemplo, se você joga na imprensa uma relação de 2, 3 ou 4 nomes que um determinado camarada desses pegou, e se aquelas pessoas não estiverem envolvidas nisso, é um exemplo hipotético, então você tem que ter muita cautela para não atrapalhar a investigação, para colaborar otimizadamente e também sem expor. Esse já é um tipo de delito em que a garota sofre, já é vítima de todo um contexto inquestionável. O rufião está lá se aproveitando, locupletando-se, difundindo e pulverizando uma situação dessa. E o cliente é uma pessoa. Se for cliente, é claro, que merece ser punido em todas as suas vertentes e conseqüências. Mas, quando não é, e há muitos casos em que o disque-denúncia se transforma em disque-vingança, o que pode acontecer, na prática, nós da atividade policial sabemos disso, ou mesmo por um equívoco, por uma investigação mal conduzida da polícia, num determinado momento, por um excesso de alguém, enfim, por um sentimento qualquer, há um preço muito caro a se pagar, e, às vezes, lares são até destruídos, famílias, a imagem da pessoa, a questão profissional. Enfim no meio há todo um contexto, mas eu continuo vendo sempre a imprensa de um lado e que o trabalho seja divulgado com muita coerência e com muita cautela, vendo nisso um aliado muito importante para o trabalho, embora com essas cautelas.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Delegado Gledson José Silva de Araújo, é claro que a imprensa tem a liberdade de publicar, e digo que na realidade aquele casamento já estava destruído. Não foi a notícia que destruiu. Não é? Por que, na realidade, quando alguém vai explorar sexualmente adolescentes menores, mostra que efetivamente a coisa já estava destruída. Por isso eu acho que a imprensa sempre, ao publicizar...

Agora há um aspecto que chama a atenção. É que muitas vezes a matéria sai de um releasing publicado pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Quando tem gente que não é reconhecido publicamente, já começa desqualificar, dizendo: a adolescente não era mais virgem, ou seja, ela já era acostumada a sair com todo mundo, e vai desqualificando, já dizendo que o cara não pode ser condenado, quando na realidade não é pelo fato de ela não ser virgem ou de sair para ganhar algum trocado, mas o fato de ela ser menor e

ser explorada para fins comerciais. Aí está a atividade criminosa que é exercida.

Mas eu quero tratar do caso Macena.

Macena era um cafetão jovem ainda quando foi preso, flagrado com três garotas menores de idade. Só aconteceu isso foi porque ele trocou uma das garotas que era filha de um policial. É isso mesmo?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – É, houve para ele uma casualidade, e uma fatalidade positiva para a sociedade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele tinha uma agenda com uma relação de clientes. Essa agenda consta dos autos.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Não. Respondendo é o seguinte: ele tinha uma agenda pessoal que foi devolvida para ele, e tinha também uma relação com o nome – se não me falha a memória – de cinqüenta e poucas meninas. Quer dizer, codinomes na verdade, como o senhor já falou aqui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É ele tem um banco de dados, não é? Um banco de meninas?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – São codinomes. São alcunhas. Podem ser verdadeiros e podem não ser.

Esse caso passou, na verdade, por três unidades policiais. Ele foi levado para a delegacia de plantão, foi feito o procedimento, depois esse procedimento veio para a Delegacia de Costumes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando chegou na Delegacia de Costumes, no momento da prisão o Macena estava com essa agenda?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Eu quero explicar a pergunta para ficar bem clarificada, não deixar dúvida. Essa agenda, dele foi divulgado que era uma agenda de clientes, mas não era uma agenda de clientes, era uma agenda pessoal, com a mãe, vizinho, colega de colégio. No meio dos nomes tinha também algumas pessoas. Todas elas foram indagadas e nós tentamos provar com elo, com ordenação de testemunhas, de contradições e investigações, enfim, como já disse, quais eram as pessoas dali que não tinham nada haver com a questão, e quais eram realmente as que se utilizaram e abusaram da menor. Algumas dessas pessoas foram indiciadas, e logicamente houve as que não pudemos comprovar, embora pudéssemos até ficar na dúvida e torcer, digamos assim, que a pessoa fosse culpada para a gente indiciar. Com essas a gente não pôde fazer isso. E ele tinha um papelzinho com 58 nomes de garotas. Agora, quanto a essa agenda que V. Exª coloca, é aí que eu digo que há a questão da divulgação.

Houve também, eu diria, um sensacionalismo, um processo distorcido em cima dessa questão, mas não se tratar do jeito que ele poderia estar com uma caneta, com um chaveiro. Enfim, o que houve foi exatamente isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele foi preso? Quanto tempo ele ficou preso?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Alguns dias. Acho que nem duas semanas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Depois foi liberado?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Foi relaxado o flagrante dele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele hoje está foragido?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Ele não está preso, não. Agora, eu não sei se a Justiça o tem como foragido, porque eu não me lembro se saiu depois a prisão preventiva. Até porque, como o inquérito foi abrangente, o Ministério Público, as varas dividiram. Tem ações de um determinado rufião em uma determinada Vara e outras...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A CPMI não conseguiu intimá-lo porque no endereço aqui não foi encontrado.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Não foi encontrado. O senhor está me dando a informação não é?

E tem processos, acho que mais de um, correndo, entendeu? Mas penso que não tenha saído o decreto de prisão ou de condenação. Isso pode ser checado melhor, não é?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A partir da prisão do Macena, com o tempo, ele foi começando a abrir a boca e a contar muita coisa para o senhor. E, à medida que o trabalho foi avançando, foi tomando um vulto, começou a exploração pela imprensa. Foi nesse momento?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Exato.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Agora, o senhor acha que o fato da publicação pela imprensa impediu que houvesse um inquérito que investigasse uma rede mais ampla de exploração sexual aqui em Natal?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Não, de forma alguma, muito pelo contrário, eu até acho que isso estimulou que a Polícia fosse com mais profundidade, mais esmiuçadamente no aspecto persecutório.

Agora, o que eu digo sempre, o que reitero, que temos que entender que Natal passou a ter uma demanda turística muito maior e esse problema da rede que já foi colocado aqui e em outras ocasiões passou a existir, veio junto. O turismo, o estrangeiro vem para

cá e traz uma série de coisas boas. Mas também, a reboque, vem uma série de mazelas, sabemos disso.

Então, veja bem, nessa hora, penso que a Polícia chegou no limite para o que ela dispunha de aparato naquele momento, mas eu vejo como um fato positivo a imprensa ter divulgado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Na investigação o senhor identificou que algumas mães sabiam que essas menores estavam sendo exploradas. Essas mães foram ouvidas no inquérito?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Eu coloquei aqui um manancial muito grande de informações, até pelo tempo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – As mães sabiam?

O SR. – É o seguinte: eu disse que todas as mães foram chamadas, que algumas mães não sabiam e que algumas sentiam a ajuda financeira ou de outra natureza qualquer para dentro da casa daquela garota e que, embora achando que aquela origem do bem material que estava adentrando ao lar pudesse não ser lídima, essas mães não intencionavam discutir a questão, irresponsavelmente ou por outra razão qualquer que não me cabe apreciar aqui agora, subjetiva, para tratar a questão. Então eram essas as impressões que passavam para a gente nos depoimentos que nos eram dados.

No final do relatório, temos um subtítulo, um capítulo, em que fazemos uma alusão, dirigindo à autoridade judiciária e ao Ministério Público, citando essa questão das mães. Lembro que dizemos que não indiciamos, deixamos de indiciá-las por uma sensibilidade do momento, por entender que era uma coisa feita com muito ardil. Tinha uma garota que dizia para a mãe que estava trabalhando com desfile e chegava em casa com alguma coisa. Sentíamos que isso não colava, mas às vezes por ignorância, por serem pessoas mais humildes que não tinham preparo. Para a polícia ficava mais claro, mas não poderíamos forçar uma situação que já era constrangedora.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor falou que conseguiu indiciar 17 pessoas, contando com o próprio Macena e que estava convencido de que não era uma rede, e sim sinergia – usou essa expressão – em busca de um todo, porque na verdade você falava de um triângulo agenciador, a garota, que era a vítima, e o cliente.

Agora, se havia uma vinculação entre os agenciadores, isso caracterizava uma rede em que havia uma relação muito...

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Não foi assim. Deixe-me clarificar melhor. Quando fomos ouvindo as garotas, fomos vendo que o abuso era comum em relação a outros cafetões, rufiões conhecidos da cidade, mas sem elo entre si, agindo indistintamente, independentemente.

Então, trouxemos responsavelmente para dentro do caso, até arriscando uma possível discussão jurídica acerca da investigação, quando o Ministério Público entende que possa juntar os casos, e outros entendem que é melhor juntar tudo. Até arriscamos essa discussão de não ser desmembrado e trabalhar para buscar mais subsídios, já que havia o decantamento.

A imprensa divulgou assim: Delegacia de Costumes apurando exploração sexual juvenil e infantil no Rio Grande do Norte... Foi uma jogada de caráter investigatório e que está aí. Se quisesse faríamos o inquérito de Malva Rosa sozinho, o de D. Ana Lesirê sozinho, o de Mércia Diniz sozinho, e assim sucessivamente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A partir disso, como delegado, o senhor começou a fazer uma campanha nos shoppings e locadoras de vídeo, e não foi tão feliz na campanha, porque alguns arrancavam cartazes e alguns próximos seus diziam que estava fazendo uma besteira.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Não cheguei a tomar conhecimento disso não. Cheguei a tomar conhecimento da ação. Fizemos com cartazes em cinemas...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas não teve alguém que se contrapôs a sua...

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Do meu conhecimento não. Diretamente ou publicamente pode ter havido, porque encontramos uma série de antipatizantes, mas pelo que saiba, diretamente, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor também fala de uma situação que aconteceu lá em Mossoró. Já foi citado, que foi do prêmio de bingo. Havia uma informação de que isso ocorria numa boate chama Scorpions. É nessa boate mesmo que acontecia?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Para ser bem sincero, não lembro o nome da boate. Lembro a natureza, como se dava o fato mais degradante, mas não lembro o nome da boate.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas era uma boate?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Era uma boate, só que atuava de dia também. Era meio barzinho, meio boate. Não era propriamente boate, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No caso desse inquérito, vários delegados passaram pelo inquérito.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Esse Macena?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Teve o primeiro da ocorrência.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Seria autoridade de plantão que autua?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Seriam, em tese, dois. Uma coisa, Dr. Gledson, que me interessa é que o senhor disse que no inquérito do processo constam vários nomes: Francisco Macena Júnior, tinha outros nomes de cafetinas, cafetões, mais duas babis, a Liana, a cafetina Régia Cristina.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Eriberto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vitória Mateus.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Janilson.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas também fala de Leandra Desirrè e companhia. E vai Reginaldo.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Francisca Mércia Dinis.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Reginaldo, cafetão, Malva Rosa.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Vitória.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vitória. Francisca Mércia.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Dionilson.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dionilson e companhia. Agora tem uma figura que tem um nome meio complicado: Amudsen Spencer Chaves de Holanda. Sobre essa figura quero que o senhor fale mais, porque ele já tinha um processo na Polícia Federal...

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Exato.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...da Paraíba por falsificação de moeda. Era isso mesmo?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – É, agora. Muito bem colocado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sobre esse caso, o senhor poderia falar? Também era agenciador?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Não tenho muito para dizer. Chegou um ofício do Presidente da OAB, na época, Dr. Hélio Xavier de Vasconcelos, pedindo providências sobre a situação de duas mulheres que estavam em João Pessoa, numa possível casa, boate, desse indivíduo. Não me lembro bem, parece que uma teria viajado para cá e outra estava lá ainda, e que a gente tomasse providências. Então, ele remeteu isso para o Secretário de Segurança, na época, e o Secretário, por talvez achar que estávamos no meio desse caso, nos repassou essa atribuição. O ofício não veio para mim. O ofício foi dirigido ao Secretário na época.

Fomos atrás dessa situação. Conseguimos ouvir essas duas mulheres. E ele não tinha nenhuma ligação com o caso, não tinha nenhuma ligação com nenhuma das meninas vítimas de Macena e de outros seis rufiões, mas ele tinha participação com prostituição. Embora as mulheres não fossem menores.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tinha casa em João Pessoa e outra aqui.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – A delegacia tinha uma competência regional. Havia uma portaria, como delgado especial. Então, trouxemos ele para dentro do caso. Mas é bom que se ressalte isto: foi um caso isolado, um cárcere, alguma coisa que ele estava fazendo com essas duas mulheres em João Pessoa, e nós o indiciamos aqui, em Natal, porque ele tinha uma casa em Parnamirim; na cidade de Parnamirim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É verdade que um dos donos de um motel, do Roma Garden, também era agenciador ou era cliente?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – O que ficou delineado sobre esse cidadão... Eu o responsabilizei. Está aqui, como V. Exª viu. Mas achei mais no sentido de locupletação. Por exemplo, todas as pessoas, ou quase todos os rufiões, levavam as menores para lá. Houve também uma garota que citou essa pessoa. Então, ele terminou também sendo um aproveitador. Mas, na verdade, ficou meio híbrido, porque penso que, como empresário, o motel estava atuando assim como uma espécie de casa de apoio para que aquilo se perpetrasse. Então, buscamos responsabilizá-lo mais por isso do que propriamente pela concretude de que ele tivesse se utilizado diretamente de uma menor qualquer.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Macena foi preso; depois ele conseguiu **habeas corpus** e, hoje, ele está livre. Isso ocorreu em 1994, não foi?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Parece que em novembro de 1994. Se não me falha a memória.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A polícia tem monitorado a ação do Macena? Ele parou ou continua exercendo a mesma atividade? É uma atividade em que, por um tempo, eles param, enquanto há uma reação da polícia; depois, quando eles percebem que a polícia não está mais dando em cima, eles recomeçam a fazer.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – O trabalho hoje vem sendo desenvolvido pela Drª Adriana, da DCA, em conjunto com a Delegacia de Costumes.

Eu não acho factível que ele esteja, até por tudo isso que aconteceu com ele. Mas não tenho também notícias concretas, nem no âmbito policial nem públicas, de que ele foi pego em alguma situação dessa natureza. Mas é pouco provável que ele esteja, até porque é um meio em que ocorre o seguinte: hoje, com os celulares e com os anúncios, como o senhor colocava – percebi o seu estudo em relação a esses anúncios –, essa atividade ficou muito mais escasseada, do cafetão, do rufião propriamente.

Então, aqueles mais conhecidos de Natal, hoje, praticamente todos, os mais conhecidos, aqueles mais crônicos estão responsabilizados. Há processo, há inquérito, há casa fechada, há monitoramento. Pelo menos é esse o quadro. Agora, essa rede maior que vem de fora, a praia, a diferença de poder aquisitivo, pois o estrangeiro chega com uma moeda três vezes mais forte do que a nossa, o lado social, aí é outra história. Mas aqueles conhecidos...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi solicitada a quebra dos sigilos fiscal e bancário do Macena?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No inquérito, não foi?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele tinha um celular, não tinha?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Não. O celular havia praticamente sido instituído aqui, em Natal, em 1993, 1994. A interceptação, a lei é de 1996. Para legalizar, somente depois.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para concluir, só mais duas questões a fazer, Deputada Maria do Rosário.

No caso da ação de combate ao tipo de atividade em que agrupamentos se organizam para explorar, hoje, verificamos que a exploração sexual não está isolada. Ela faz parte, hoje, de um conjunto do crime organizado, em que há vinculação com o tráfico de drogas, com o tráfico de armas, onde há o pagamento de propina; acontece muito principalmente com estrangeiros que vêm e que conseguem corromper policiais civis e militares.

Lá na Paraíba nós vimos que servidores do Porto de Cabedelo abriam as portas para deixar as meninas adolescentes entrarem para irem aos navios. E recebiam a verdinha. Perguntou-se quanto era e cada um recebia US$50 e deixava o pessoal.

Nessa questão do combate a esse tipo de atividade, efetivamente há aquele trabalho de repressão, mas o processo de corrupção é muito forte. E vemos que há violência de todas as formas, seja ela doméstica, do trânsito ou sexual vinculada a duas outras vertentes: a impunidade, que as pessoas sabem, principalmente quando no meio existem figurões da sociedade que nunca chegam, porque os inquéritos são mal feitos na grande maioria...

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Ou não chegam.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ou não chegam. E aí há uma outra vertente, que é a corrupção. Corresponde isso mesmo? O que o senhor diz a respeito desta trilogia do crime: violência, impunidade e corrupção?

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Tem um pensamento que ele é muito, eu diria, crudelíssimo, porque a gente está vivendo um momento assim, no nosso País, em que você começa a imaginar... Tem um escritor aqui, ele é até mossoroense, Dorian Jorge Freire, que tinha um artigo muito interessante, ontológico, onde ele fala da razão cínica.

O que seria a razão cínica? Seria o dia em que todos nós não tivéssemos mais esperança de que houvesse alguém honesto. Então, você começa a visualizar na pessoa sempre uma vantagem que ela está levando em alguma coisa, embora ela não esteja. E quando isso acontecer na sociedade, ou viesse a acontecer, seria o caos para a alma e para o lado prático da vida da sociedade.

Infelizmente, o quadro que a gente vê é tenebroso, nos jornais, na TV. Eu, particularmente, não assisto mais ao Jornal Nacional. Tem uma trégua comigo, porque eu não agüento mais ver Jornal Nacional não.

Mas mesmo assim a gente luta e quem tem formação ética, berço e caráter nesse sentido, religiosidade, não cede. Porque aquele Vice-Prefeito de Nova York que transformou a cidade com aquela questão do índice zero, ele diz uma coisa muito interessante com relação às células más e às células boas. E não existe outra maneira de você estimular, porque vai sempre existir a corrupção, em maior ou menor escala. E não seja o estímulo e majorando-se a situação, estimulando-se a do bom profissional. E ele vai ter, no íntimo, mais força pra enfrentar a célula negativa. Senão há um processo de metástase até e você se dilui.

Então, o quadro é muito difícil nesse aspecto e a gente sabe que a credibilidade das instituições, eu diria até de forma generalizada, algumas menos, outras mais, outras têm um antro protetivo maior e ficam mais imunes a esse tipo de estética para a sociedade, mas eu diria que é muito difícil. Você não tem como fugir disso, você tem que fazer a sua parte e tem que cobrar mais estrutura e mais qualificação no aspecto da capacidade intelectiva, no aspecto salarial, no aspecto

de logística, no aspecto de um trabalho desse como o dos senhores e que a gente fica muito feliz, porque são exemplos, né? E a gente vai tendo uma contrapartida nisso aí. Mas, penso também assim, mais ou menos simetricamente, como as colocações de V. Exª, embora não tenha desistido de lutar. Mas é muito difícil.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas existe inclusive um trabalho de um psicanalista pernambucano, mas que mora no Rio de Janeiro, sobre "A Crítica da Razão Cínica", onde ele fala a questão da chamada Lei de Gerson, da lei do animal que quer ganhar sempre...

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Sempre ter vantagens.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Fazendo uma mensagem com o livro do Kant, "A Crítica da Razão Pura", ele fala da "Crítica da Razão Cínica".

Infelizmente a publicação é de um grupo do Rio Grande do Sul que se reúne, conhecido como Sexto Lobo, que normalmente não chega por aqui. Só chega lá pelo Sul.

O SR. GLEDSON JOSÉ SILVA DE ARAÚJO – Mas a Deputada Relatora terá que cuidar para que chegue; ela é de lá do Rio Grande do Sul.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu me comprometo a procurar a crítica da "A Crítica da Razão Cínica", desde que o Deputado Luiz Couto avance definitivamente nas questões.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Agradecer ao Dr .Gledson a gentileza de ter aqui comparecido e principalmente pela riqueza das suas informações.

Gostaria inclusive de chamar a atenção para aquele aspecto de que falei, de que a gente chega, mais uma vez, à conclusão dos inúmeros casos que existem no Rio Grande do Norte de exploração dos nossos meninos e meninas. E isso lamentavelmente está, de uma certa forma, escondido. Não sei como vamos chegar a descobrir tanta coisa.

Quero registrar que inclusive existe um trabalho muito bom, na cidade de Mossoró, feito pelo Juiz de Menor, há alguns anos, Dr. João Cabral.

Gostaria de solicitar à Secretaria da CPMI que requeresse os relatórios do Juizado de Menores, à época em que o Juiz João Cabral era Juiz de Mossoró, que certamente comprovarão ainda mais essas colocações que muito brilhantemente o Dr. Gledson levantou aqui e que chamaram tanto a nossa atenção.

Quero agradecer aos nossos companheiros da CPMI porque, atendendo um requerimento feito inicialmente por mim, no dia 3 de julho de 2003, depois fortalecido pelo requerimento da Deputada Fátima Bezerra, no dia 27 de julho, a CPMI chegou ao nosso Estado, muito especialmente aos meus companheiros Parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas Federais, mas também a todo o pessoal do apoio, aos técnicos que tão brilhantemente nos assessoraram não somente neste momento, mas também em outras audiências já realizadas.

Entendemos que há uma necessidade de que as leis sejam mais rigorosas no nosso país, para que não precisemos ouvir tantos descalabros, que determinadas pessoas foram investigadas, comprovadas, e que elas, logo depois, elas estavam absolutamente livres para praticar, mais uma vez, o crime de explorar as nossas crianças. Aqui no Nordeste, principalmente, temos a pobreza, aliás, no país todo, mas no Nordeste brasileiro, muito especialmente, a pobreza lamentavelmente é um aliado forte para que crimes dessa natureza venham a acontecer.

Queremos também agradecer à Assembléia Legislativa, através do Presidente Robson Farias, que hoje está ocupando o cargo de Governador do Estado, e da Deputada Estadual Larissa Rosado, que exerce interinamente o cargo de Presidente desta Casa.

Então a todos que participaram, tanto a assistência... Até pelo adiantado da hora, a gente pode dizer que muitos foram persistentes de ir até o final, e também aquelas pessoas que vieram aqui, fazer os seus depoimentos, como a Drª Armele, o Dr. Gledson e as outras pessoas que também foram convocadas, inclusive agradecer a Genilda Araújo, que posteriormente será ouvida, por determinação dos membros da CPMI, que acordaram com ela para que ela posteriormente fosse ouvida.

Então, quero agradecer mais uma vez a todos e à imprensa que deu uma cobertura a nossa reunião, porque certamente teremos resultados por conta dessa cobertura, no caso de Maria de Fátima.

Não havendo mais parlamentar nem depoente, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL"

Ata da 33ª Reunião realizada em 4 de maio 2004.

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às dez horas, na Assembléia Legislativa, em Cuiabá, Estado de Mato-Grosso, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se a Senhora Senadora Serys Slhessarenko e os Senhores

Deputados Luiz Couto, Maria do Rosário, Celcita Pinheiro, Laura Carneiro, Ann Pontes e Thelma de Oliveira membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **2/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".** A Senadora Patrícia Saboya Gomes, Presidente da Comissão, ao dar início aos trabalhos, convida a Senadora Serys Slhessarenko, os Deputados Federais Maria do Rosário, Thelma de Oliveira, Ann Pontes, Laura Carneiro, Celcita Pinheiro e Luiz Couto e a Deputada Estadual Verinha Araújo – Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, para tomarem assento à Mesa dos Trabalhos. A Senhora Presidente agradece ao Presidente dessa Casa Legislativa e o Deputado Mauro Sávio pela colaboração prestada aos trabalhos da Comissão, e registra a presença dos Deputados Estaduais Carlos Carlão do Nascimento e Zeca D'Ávila; do Promotor da 19ª Promotoria da Infância e da Juventude de Cuiabá, Dr. José Antônio Borges Pereira; da Doutora Rosarina Bastos, Presidente da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da OAB de Cuiabá; e do Exmo. Sr. Deputado Nataniel de Jesus. A Senhora Presidente concede a palavra a Senhora Senadora Serys Slhessarenko e após a Deputada Laura Carneiro. Após, a Presidente determina a Secretaria que faça entrar no recinto dos trabalhos a Sra. Camila Loren de Souza Porto, que preencheu e assinou o Termo de Compromisso passando a lê-lo e em seguida concede a palavra para a Senhora Relatora para dar início aos seus questionamentos. A seguir, a Presidente concede a palavra pela ordem, para perguntarem à depoente, aos Senhores Parlamentares, Senadora Serys Slhessarenko, Deputada Laura Carneiro, Deputada Ann Pontes e Deputado Luiz Couto. A Senhora Presidente informa ao Plenário que a próxima testemunha prestará o seu depoimento usando capuz e solicita à imprensa que fica proibido filmar ou fotografar a depoente no decorrer dos trabalhos, assegurando assim a não identificação da mesma que utilizará o codinome de Ana. A Presidente concede a palavra a depoente e após, transforma a reunião em reservada, passando a palavra para a Senhora Relatora, Deputada Maria do Rosário para proceder aos seus questionamentos à depoente e em seguida, concede a palavra aos Senhores Parlamentares, Deputado Luiz Couto, Deputada Laura Carneiro e Thelma de Oliveira, para também questioná-la. Ao reabrir a reunião de forma pública, a Senhora Presidente concede a palavra ao próximo depoente, Senhor Claudinei Santos Pedroso Silva, que preencheu e assinou o Termo de Compromisso, sendo o mesmo qualificado. A Presidência concede a palavra aos Senhores Parlamentares: Deputada Laura Carneiro, Deputada Thelma de Oliveira e Deputado Luiz Couto, para questionarem ao depoente. Após, a Senhora Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, transforma a presente reunião em reservada para a tomada de mais alguns depoimentos. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Barbosa Ferreira Cruz, Secretária em exercício, da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, parte integrante da presente ata.

O SR. (Orador não identificado) – (falha na gravação) do Congresso Nacional que debate o enfrentamento da violência e da exploração sexual infanto-juvenil, convido a Senadora Patrícia Saboya Gomes, Presidente da Comissão, para assumir a presidência dos trabalhos. Mais três minutos.

(Pausa.)

Convido a Senadora Patrícia Saboya Gomes, Presidente da Comissão, para assumir a presidência dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Bom dia a todos. Gostaria de chamar para compor a mesa a Deputada Maria do Rosário, Relatora da CPMI que investiga as redes de exploração de crianças e adolescentes em nosso País; a Senadora Serys, que também está aqui conosco, que nos honra com a sua presença e o seu trabalho; a Deputada Thelma de Oliveira, que tem sido a nossa parceira e a nossa companheira Brasil afora, buscando desvendar os casos que violentam e maltratam as nossas crianças; a nossa querida companheira Deputada Ann Pontes, que também tem sido uma grande batalhadora nesse sentido; o nosso grande amigo, conselheiro, Deputado Luiz Couto, que também tem nos acompanhado; e a nossa brava e corajosa Deputada Laura Carneiro, do Rio de Janeiro, que também está conosco. Também gostaria de convidar a Deputada Celsita Pinheiro, que aqui está e que também nos tem acompanhado nos trabalhos da CPI. Gostaria de cumprimentar e convidar à mesa a Vice-Governadora, que nos honra com a sua presença e o seu trabalho nesta ocasião. Gostaria de convidar a Deputada Estadual Verinha Araújo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Criança e do Adolescente.

Queria agradecer a delicadeza e a gentileza do Presidente da Casa e gostaria de agradecer em nome do Deputado Mauro Sávio, que nos recebeu aqui desde o início e que possibilitou a nossa vinda e os nossos trabalhos na Assembléia Legislativa, compreendo a importância do trabalho que vimos buscando realizar por todo o nosso País. Certamente a sua parceria nes-

te momento é de fundamental importância para todos nós. Muito obrigada.

Vamos iniciar nossos trabalhos. Gostaria de pedir desculpas pelo nosso atraso em função de uma entrevista coletiva – também é importante para os nossos trabalhos divulgar aquilo que estamos fazendo, observando e vendo com nossos olhos, ao longo de dez meses de trabalho desta CPMI, por todo o nosso País.

A nossa vinda hoje aqui é fruto de uma proposta de trabalho que procurou estar presente nos diversos estados e municípios brasileiros onde existem fortes denúncias de exploração sexual contra crianças e adolescentes. E foi buscando justamente uma parceria com a sociedade, que nunca nos faltou – ao contrário, posso dizer isso, foi um dos fortes e grandes estímulos que tivemos para a construção de um trabalho dessa natureza –, foi justamente aquilo que já havia sido feito pela sociedade civil organizada, mas que precisava ser tratada no Congresso Nacional para que levássemos definitivamente para a agenda do nosso País um assunto de tamanha gravidade. Temos, ao longo destes dois meses, percorrido todo o País e visto, das denúncias, as coisas mais horríveis, dos horrores que circundam os crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Evidentemente que, partindo do princípio de que essa não é apenas uma questão que esteja relacionada à miséria ou à pobreza, mas à questão cultural. Portanto, não precisamos apenas de recursos para as políticas públicas. Queremos ir muito além. Queremos buscar a parceria da sociedade civil do nosso País, que a população compreenda aquilo que estamos fazendo, mesmo que muitas vezes seja preciso chocar a nossa população para compreender grandeza de uma missão que é defender os direitos de crianças e adolescentes no nosso País.

Temos visto por aí crianças que são vítimas da exploração comercial, crianças que são vítimas da pedofilia na internet, crianças que são vítimas do turismo sexual – sabendo que nosso País, como é o caso de Mato Grosso e do meu Estado, o Ceará, possui uma das maiores belezas do mundo, atraindo pessoas de diversas localidades que vêm nos visitar. É importante também que ressaltemos – até por sermos oriundos de Estados que têm essa vocação para o turismo – que queremos que essa vocação cada vez se amplie mais, que os nossos Estados cada vez possam obter mais recursos, para que possamos ajudar a construir uma sociedade com mais justiça. Mas não podemos, em hipótese alguma, admitir mais esse tipo de turista que vêm ao nosso País, às nossas cidades, em busca da exploração sexual, do comércio sexual de meninas e meninos do Brasil.

Temos visto, portanto, cenas muito chocantes, que muitas vezes nos levam a uma situação de pessimismo. Mas, ao mesmo tempo em que nos sentimos um pouco frustradas porque as investigações muitas vezes não acontecem com a agilidade e a prioridade que desejaríamos por estarmos envolvidos nessa situação e conhecermos a realidade, o que é uma criança vítima de violência sexual. O que passa pela cabeça, pelo coração e pela alma de uma criança que foi violentada, que foi vítima, que foi estuprada pelo próprio pai, pelo padrasto ou por alguém que convive diretamente com ela ou por esses outros que comercializam os corpos de nossos filhos como simples mercadorias que se encontram nas esquinas, nas mercearias, nas bodegas e nas lanchonetes, expostas muitas vezes como vitrines para aqueles que vêm até nós no intuito já de fazer programas sexuais.

Essa realidade vem tomando conta de todo o nosso País. No Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, crianças se oferecem muitas vezes por R$0,50 nas rodovias. No Rio de Janeiro, existiam faixas, em alguns bairros, oferecendo meninas a R$1,99. Em Copacabana ou em Ipanema, esse preço já aumenta. Na minha cidade, Fortaleza, crianças também vendem seus corpos. Nos depoimentos que ouvimos pelo Brasil afora, crianças muitas vezes nos diziam que resolveram fazer programa porque queriam estar na lanchonete ou porque queriam comprar uma calça para ir à escola ou porque queriam tomar um picolé. Enfim, são casos em relação aos quais, quando nos debruçamos, é difícil compreender que sociedade é esta em que vivemos, que mundo é este em que não se respeitam os direitos fundamentais dos nossos filhos. Que sociedade é esta que não tem um olhar de pelo menos compaixão – não digo mais nem de responsabilidade ou de compromisso? Qual o ser humano que não se emociona e que não fica indignado com a situação em que vivem crianças como, por exemplo, em Foz do Iguaçu, em que a OIT declara existirem 3.500 crianças numa rede de exploração sexual? Por que nós, parlamentares, quando vamos a algum município ou Estado, quando nos deslocamos – como algumas vezes já fizemos – descobrimos as coisas em horas? Vamos a uma casa noturna onde existe a dona, que sabe quem faz prostituição com crianças, sabe quais são as casas, como é facilitada a ida e vinda dessas crianças e adolescentes no Brasil, sabe onde elas moram, sabe quem as agencia, sabe quem é o seu cliente, mas não conseguimos fazer com que essas pessoas paguem pelos seus erros. Não conseguimos, muitas vezes, fazer com que essas pessoas estejam presas ou que sejam tratadas como doentes em alguns casos. Porque ainda não existe prioridade no

nosso Brasil para este tema. Apesar da determinação do Presidente Lula no primeiro dia da sua reunião com os ministros, que disse que essa seria uma prioridade do seu Governo, que o combate à prostituição infantil seria uma prioridade dentro do seu Governo, infelizmente, dos 800 casos que deram entrada na CPI, de quinze que foram entregues para investigação ainda não recebemos o resultado.

E tenho falado a todos que tenho batido em muitas portas – não só eu, evidentemente, mas esse grupo de mulheres e de homens que decidiu fazer dos seus mandatos a voz dessas crianças. Portanto, é por isso que estamos aqui hoje pedindo essa parceria, essa atenção, essa colaboração para que a CPMI possa encerrar seus trabalhos em julho, para que a Deputada Maria do Rosário, nossa relatora, uma pessoa conhecida pela sua coragem e determinação, possa entregar o relatório à sociedade, e possamos cobrar das autoridades aquilo que precisam fazer: resgatar uma dívida enorme que temos com essas crianças, esses jovens, esses adolescentes, que estão aí soltos, cheios de energia, cheios de vida, querendo aproveitar a vida como qualquer criança, adolescente ou jovem que quer descobrir a vida e que quer ter acesso às boas coisas.

O que precisamos encontrar é de que forma nós agiremos, de que forma o poder público vai querer propor políticas públicas que sejam criativas, ousadas, modernas, que incluam essas crianças, as tirem da vida, canalizem as suas energias para o bem, para uma vida cheia de alegria e felicidade, que é aquilo que queremos para os nossos filhos e é o que devemos querer para aqueles que hoje estão numa situação de vulnerabilidade ou de fragilidade.

Certamente, esse trabalho que vamos levantando ao longo desses dez anos também é um trabalho de mobilização da sociedade, para alertar o Congresso, as autoridades, os governos, os homens e as mulheres de bem deste País, a fim de que possam ajudar a enfrentar com muita coragem e disposição esse fenômeno, esse drama e essa chaga que infelizmente vem tomando conta da grande maioria das cidades do nosso País.

É com essas palavras que iniciamos nossos trabalhos de hoje, pedindo a bênção de Deus para que saiamos daqui mais fortalecidos, com mais vontade e mais determinação para concluir os trabalhos.

Obrigada a todos pela presença.

Quero registrar a presença dos Deputados Estaduais Carlos Carlão do Nascimento e Zeca D'Ávila; do Promotor da 19ª Promotoria da Infância e da Juventude de Cuiabá, Dr. José Antônio Borges Pereira; da Drª Rosarina Bastos, Presidente da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da OAB de Cuiabá; e do Exmo. Sr. Deputado Nataniel de Jesus.

Peço apenas um minuto para que nos organizemos para ouvir a primeira pessoa.

(Pausa.)

Estaremos reiniciando. Estamos apenas resolvendo o problema de uma testemunha que está vindo depor. Alguns parlamentares estão conversando com essa testemunha para que o depoimento, realmente, possa ser bastante útil. Há uma discussão em relação ao depoimento aberto ou reservado. Estamos querendo convencer a testemunha de que é importante fazer esse depoimento aberto. Por isso, peço um pouco da paciência dos senhores e passo a palavra à Senadora Serys, para que também possa dar uma informação.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Apesar de que estarmos neste horário, e a 1h30min da tarde certamente a CPI ainda vai estar acontecendo – não sei se a televisão está no ar –, convido aqueles que estão nos ouvindo para hoje, às 13h30min, a Organização Internacional do Trabalho – OIT estará lançando aqui, em Cuiabá/MT, a campanha de erradicação do trabalho escravo. Acredito que essa também é uma questão correlata à situação que hoje estamos discutindo aqui, porque o trabalho escravo das nossas crianças e dos nossos adolescentes é uma barbárie. Dos adultos também, mas das crianças e dos adolescentes, com mais forte razão. Considero um momento extremamente importante o lançamento dessa campanha de erradicação do trabalho escravo. Será no Centro de Eventos do Pantanal às 13h30min a abertura. Depois, será desencadeada uma série de ações. Eu diria que é um momento importante porque muitas ações correlatas têm que ser desenvolvidas para que a gente, de uma vez por todas, consiga banir esse tipo de coisa, que vai do trabalho escravo e da exploração sexual a toda sorte de discriminação que vivemos na sociedade de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A pessoa de Camila Loren de Souza Porto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pela ordem, requeiro a V. Exª que pudesse verificar se, no Plenário, existe alguém convocado para prestar depoimento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A pergunta da Deputada Laura é se existe, no Plenário, alguém que foi convocado pela CPMI que esteja pronto para prestar algum depoimento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, alguém que esteja na nossa lista. Se as pessoas que estão aqui, Srª Presidente, eventualmente são promotoras, do Conselho Tutelar ou testemunhas, indiciados ou vítimas. Que não tenha nenhum indiciado ou vítima

no plenária. Porque, eventualmente, os casos podem se interligar, e não faz sentido que eles ouçam o depoimento da Camila.

(Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agora leremos um termo de compromisso, conforme determina o art. 203 do Código de Processo Penal. Lerei o termo assinado por Camila Loren de Souza Porto; Identidade nº 1.548.923/0 – SSP-MT; idade 22 anos; CPF nº 003.512.571-36; estado civil: solteira; endereço residencial: rua 2 de Junho, Bairro de Santo Antônio, Cáceres; profissão: profissional do sexo; local onde exerce sua atividade: casa noturna Sex Appeal. Não é parente, em nenhum grau, de partes envolvidas. A depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntada, não sendo obrigada a depor contra si própria, nos termos do art. 5º da Constituição Federal. Camila responde que sim e traz a sua assinatura.

Iremos proceder da seguinte forma: pergunto a Camila se ela deseja, antes de iniciarmos as questões – pediria ao pessoal do som para diminuir um pouco lá atrás –, iniciar contando a história que, evidentemente, todos precisamos saber para que nosso trabalho possa ser concluído e para que possamos ajudar a vida de outras crianças e adolescentes. Gostaria também, Camila, de dizer que esta CPMI não tem por objetivo expor as pessoas. Pelo contrário. O que queremos é desvendar alguns casos que são muito graves e que certamente deixam marcas muito fortes, para o resto da vida, em muitas crianças e adolescentes. Digo isso porque você já foi menor de idade, compreendo muitas vezes a dureza da vida a que nossas crianças são entregues, mas são muito importantes depoimentos como o seu, que, neste momento, nesta audiência, possamos, de forma muito clara e muito sincera, buscar os caminhos para ajudar outras crianças e adolescentes. E certamente a sua sinceridade e a sua honestidade de nos contar a verdade dos fatos vai ajudar para que esta Comissão, que é apartidária – cada um de nós aqui tem um partido diferente. Algumas vezes, depois de muitos meses de trabalho, é que perguntamos um ao outro de onde vem, qual o seu partido ou como é a sua história. Mas todos nós estamos unidos aqui com o mesmo objetivo, que é o de defender os direitos de crianças e adolescentes. Por isso esta CPMI faz o apelo para que você possa, neste momento, abrindo o coração, nos contar as coisas que certamente precisamos saber.

Pergunto mais uma vez à Camila se ela prefere falar inicialmente ou que a Deputada Maria do Rosário, nossa relatora, possa iniciar com as perguntas.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Pode perguntar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a palavra, a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bom dia, Camila, todos os participantes desta audiência, os integrantes da Mesa, Srª Vice-Governadora, Deputada também.

Qual a sua idade?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – 22 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Reside atualmente em que cidade?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Cáceres.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Trabalha com que atividade?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Como profissional do sexo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há quanto tempo tu realizas programas sexuais?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – 7 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Começaste, então, com 15 anos?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com 15 anos, como foi teu aliciamento para te transformares numa profissional do sexo? Foi convidada por quem? Começou como?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu não me lembro muito bem como começou tudo. Eu venho de uma família muito carente, não tenho pai, não conheço, fui criada por meus avós. Daí, eu me perdi. Tive um filho aos 13 anos de idade, não tinha condições de criar ele. Daí, com uma amiga minha que também era menor de idade na época, iniciamos fazendo programa na rua. A gente saía da escola, sempre "pintava" alguma coisa, e a gente fazia programa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Da própria escola tu saías para os programas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, a gente dizia que ia estudar, mas ia para a rua.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E como é que eram feitos os convites para os programas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ah, sempre aparece assim: a gente está andando pela rua, pára um carro, faz uma proposta, às vezes... E assim por diante.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na própria cidade de Cáceres?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hum, hum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E quando tu começaste a tua vida sexual? Com 13 ou com 12 anos?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – 15 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas tu disseste que...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Aos 13 tive meu filho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com 13 anos?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, me perdi com um namoradinho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu tinhas um namorado, começou a tua vida sexual com 12 ou com 13 anos?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com 12?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hum, hum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com 12 anos, aí teu filho nasceu quando tu tinhas 13 anos.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, 13 para quase 14 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com quem ficou teu filho?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Com a minha avó.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A tua avó também assumiu o cuidado do teu filho?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E com 15 anos tu começaste a fazer programas convidada por pessoas que paravam o carro?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na própria cidade de Cáceres?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E tu poderias citar pessoas que fizeram programa contigo nesse período, quando tu tinhas 15 anos? Vives em Cáceres ainda?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu não conheço. A gente não tinha conhecimento das pessoas; conhecia por acaso. São pessoas que nunca vi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pessoas da própria cidade?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A maioria de fora, talvez a gente nunca mais se encontrava...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vindos de onde?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – De outras cidades, não sei...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E quanto tu recebias por programa naquele período?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu preciso dizer isso?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esta CPMI se destina a investigar a exploração sexual de crianças e de adolescentes. Então, é importante para nós essa tua história também. Nós vamos indo ao longo da tua história para saber como é que foi se transformando essa situação. Os programas sexuais eram mais bem pagos quando tu era mais jovem?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Era. Não. Mais ou menos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O programa de uma menina de 15 anos é mais caro do que um programa de uma mulher de 22 anos?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não tenho como dizer a diferença entre um e outro, porque vai da pessoa com quem você está. Há pessoas que oferecem mais; outros menos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A partir dos 15 anos, quando tu começaste a fazer o programa andando na rua e paravam os carros, quem é que fazia, depois, o agendamento desses programas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Como assim?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque depois deixou de ser uma atividade esporádica; tu já passou a ter clientes. Com 15 anos, tu já passou a ter clientes?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, eu ainda não tinha telefone nem nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando é que tu conseguiste ter o telefone?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Aos 17.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E como é que foi essa questão do telefone? Tu compraste? Alguém te deu o telefone?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu ganhei o telefone.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De quem?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Do meu tio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é o nome do teu tio?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Foi de presente de aniversário que eu ganhei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi um presente de aniversário que ele te deu.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E esse telefone tem uma agenda de nomes que tu gravaste.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, eu gravava o nome de várias pessoas: meus amigos, todo mundo que eu conhecia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem mais?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Algumas pessoas que saíram comigo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Algumas pessoas que saíram contigo. Tu ganhaste com 17?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hum, hum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos retornar à questão do telefone depois.

Esse teu tio é teu tio irmão da tua mãe?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, ele me deu de presente de aniversário. Eu falei o que eu queria ganhar de aniversário, e ele me deu o telefone.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas ele é um tio parente, consangüíneo?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, irmão da minha mãe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse tio trabalha onde?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Na prefeitura.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nós já sabemos que tu foste presa e está sendo processada. Eu quero te perguntar se, antes de eu seguir com as perguntas, tu gostarias que fosse nomeado um advogado ou se tu dispensas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Gostaria.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, porque estamos aqui para dar garantias individuais.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Peço que alguém da Assembléia Legislativa que esteja aqui possa providenciar um advogado da própria Casa para acompanhar o depoimento da Camila.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pela ordem, Srª Presidente. Apenas para deixar consignado que – V. Exª não ofereceu o advogado inicialmente – a depoente depõe na qualidade de testemunha, e não de indiciada, embora seja indiciada nos autos do Inquérito Policial nº 2.046 de 2003. Apenas para registrar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acho que é um registro importante. Apenas oferecemos um advogado como um excesso de zelo de nossa parte.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Preciso do nome e da inscrição na OAB.

O Promotor de Cáceres estaria aqui? Algum conselheiro tutelar? Só de Sorriso.

O Dr. Benedito César Correia e Carvalho é advogado, sua inscrição na OAB/MT é 4.488. Ele vai ficar acompanhando a depoente.

Com a palavra, a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, sugiro que o advogado e a testemunha possam, pelo menos, conversar por dois minutos antes de iniciarmos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Camila, antes de iniciarmos a segunda parte das perguntas da Deputada Maria do Rosário, pergunto se você e o advogado gostariam de falar reservadamente por alguns minutos. Porque no decorrer o advogado não deve interferir nas perguntas. Se decidir, por algum motivo, interromper por alguma questão de ordem, o advogado deve se deslocar até esta Presidência e falar unicamente a mim, e não publicamente. Isso está no Regimento. Portanto, se você desejar, antes, consultá-lo ou conversar, que o faça antes de iniciarmos.

Pediria à Secretaria da CPMI que conduzisse Camila ao advogado antes de iniciarmos as perguntas.

Solicito à Secretaria da CPMI que faça novamente entrar na sala a depoente Camila, ao lado do advogado, Dr. Benedito César Correia e Carvalho.

Vamos reiniciar a nossa audiência pública ouvindo Camila Loren de Souza Porto, que irá responder inicialmente as perguntas da Deputada Maria do Rosário, relatora desta CPMI.

Conversamos agora há pouco com a Camila, e ela foi orientada também pelo advogado e pela representante da OAB, que preside a Comissão de Direitos Humanos, da Criança e do Adolescente, e ela chegou à conclusão de que irá fazer publicamente o seu depoimento.

Neste momento, então, pediria – principalmente às televisões – que pudéssemos preservar a imagem de Camila. Faço este apelo. Vejo que ali há duas televisões. Portanto, pediria ao senhor que a filmasse só de costas.

Com a palavra, a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já estamos retomando os nossos trabalhos, Senadora, e quero agradecer também o acompanhamento da Comissão de Direitos Humanos da OAB, que está conosco e que, inclusive, conversou com a testemunha, porque o nosso trabalho na CPMI é pautado pelos princípios de direitos humanos.

Camila, tu nos respondeste aqui uma série de questões a respeito da tua vida, que para nós tem muita importância porque trabalhamos aqui na proteção das crianças. E tu também já foste uma criança e uma adolescente que foi explorada sexualmente. A partir dos 15 anos tu começaste a fazer programas sexuais pagos, como respondeste aqui, e com 17 anos tu conseguiste ter o teu próprio telefone. É a partir dos 17 anos que tu te envolves com o aliciamento de outras adolescentes?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu nunca aliciei ninguém. Apenas nós éramos amigas, e uma ajudava a outra. Quando eu tinha um cliente e não podia sair, eu indicava a minha amiga, como ela também indicava um cliente dela para mim. Mas eu não ganhei nenhum centavo com isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E como é que tu fazias esse convite? Eu vou te dar aqui uma lista de oito pessoas, e eu queria que tu confirmaste se essas eram as amigas a que tu se referes para as quais tu passavas os programas.

A de número 1, conhece?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Conheço, mas a gente ainda não tinha intimidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas isso contradiz com o depoimento que tu fizeste, inclusive, na Polícia.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso foi o que eles disseram. Porque essa menina, no dia do depoimento dela, não houve nada em relação a mim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sobre essa menina, eu tenho a seguinte questão, que vale a pena tu responderes sobre ela. Essa menina, no seu depoimento, com 14 anos – está confirmado no laudo do Departamento de Medicina Legal de Cáceres, justamente no inquérito policial –, manteve conjunção carnal. Ela tinha 14 anos e esteve com várias das pessoas que vou te passar a relatar.

Tu é que promovias esses encontros dessa menina nº1 com esses que estão relatados aqui?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu negas que conheces a adolescente nº1?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, entre esses programas que ela desenvolvia, tu indicaste ela para os programas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É como eu te disse: a gente tinha nosso grupinho de amigas que saíam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela saía junto?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Saía. Várias meninas, eu e as outras minhas amigas. E cada uma por conta **(fora do microfone – inaudível)** mas, em momento algum, eu agenciei ela e ganhei para arrumar ela para homem algum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu confirmas, então, que conheces a adolescente nº 1, a nº 2... Olha a lista aí.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A nº 2 é minha amiga, a escurinha, a pretinha...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A de nº 3.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A de nº 4, que é maior de idade agora. A de nº 5, também maior de idade, Luciana e Veronique – essas duas tu conheces.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Quem?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As maiores de idade eu vou de dizer o nome: Luciana e Veronique.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Todas são maiores de idade; aqui só uma é de menor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Número 6.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Número 7.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Também maior de idade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Número 8.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Todas que estão aqui...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se tu conheces.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Conheço, todas são minhas amigas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E afirmas que são tuas amigas. E essas tuas amigas faziam programas sexuais?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente ia para a praça e lá arrumava os programas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem eram os clientes desses programas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É como eu disse: a gente encontrava por acaso e...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É comum que determinadas pessoas da cidade acabem sendo clientes. É ou não é?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca repetiam os clientes?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente não costuma repetir clientes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer que cliente nunca mais procura?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deputada Rosário, eu queria apenas que V. Exª lembrasse à depoente que, muito embora ela tenha o direito de ficar calada sobre o que possa ser imputado contra ela, ela não tem o direito a mentir, porque pode responder por falso testemunho.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Aproveitando a lembrança da Deputada Laura, ler novamente o termo de compromisso: "O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si própria."

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como funciona o esquema de aliciamento para a exploração sexual em Cáceres? Como as meninas são aliciadas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Posso ficar calada? Porque eu não sou agenciadora, então não sei dizer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas não é essa pergunta que eu te fiz. Eu te pergunto: como é que funciona para as adolescentes serem aliciadas? Não é se tu estás fazendo aliciamento ou não. Tu és profissional do sexo hoje, começaste com 15 anos numa situação – de fato, com isso, tu contas com a minha solidariedade –, ainda adolescente começaste a fazer programas, tens uma vida difícil. Mas eu posso entender que alguém que começou com 15 anos, hoje está com 22, conhece e tem informações a dar para esta CPI sobre como funciona o aliciamento, a busca de meninas pelos exploradores sexuais. Como é que funciona? Ou tu achas que isso não vai ter fim? Que esses homens vão ficar a vida inteira explorando e aliciando sem ter limite, usando meninas jovens e descartando em seguida como um objeto qualquer? Já pensou sobre isso? Então, como é que funciona o aliciamento?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Camila, você disse que tem um filho, não é?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Tenho dois filhos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual a idade deles?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Tenho um filho de 8 anos e uma menininha de 2.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Que Deus me perdoe, mas, se acontecesse alguma coisa com seus filhos nessa direção, você ficaria tranqüila? Se um de seus filhos, por exemplo, entrasse numa rede de prostituição infantil?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A maioria de nós que estamos nessa vida é por falta de opção mesmo. Eu, no meu caso, não vou deixar o meu filho passar fome se não consigo trabalho. Eu tenho estudo, mas não consigo trabalho. Se tivesse oportunidade, com certeza qualquer uma sairia porque esta vida não é boa, a gente é maltratada e tudo o mais. Só que a maioria das pessoas que estão nela, de qualquer idade, é porque precisa mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu sei disso. Eu estou lhe dando esse exemplo só para você sentir a importância do seu depoimento hoje aqui, a importância de que você diga a verdade. Porque você pode evitar que outras crianças da idade dos seus filhos, dos nossos ou dos que estão aqui possam também entrar numa rede de exploração sexual, pela falta de condição, pela miséria, pela pobreza, pela ignorância, enfim, por vários fatores. A Deputada Maria do Rosário está-lhe fazendo uma pergunta muito simples. A gente sabe que a exploração acontece. Não é só chegar na praça. Alguém agencia. Alguém faz esse trabalho de apresentá-la a um homem na rua, na praça, em frente da escola, e isso vimos no depoimento. Não é só aqui no Mato Grosso, não é só de Cáceres. É no Brasil inteiro. Em todos os lugares, quando existe a prostituição infantil, existe alguém que alicia, alguém que agencia, alguém que apresenta essas meninas, esses meninos aos adultos. Por isso, estou lhe mostrando como é importante que você fale a verdade, como é importante que você seja clara no seu depoimento. A Deputada não lhe perguntou como você agencia. Ela perguntou como acontece isso no lugar em que você vive, convive, no lugar onde você

tem experiência, onde você já trabalha há muito tempo. Como é que acontece? Primeiro, sem nomes; depois, com nomes. (Pausa.)

São mulheres ou homens que agenciam, geralmente?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – São hetero ou homosexuais? Os dois?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – No nosso caso, não tem agência. Uma vai indicando onde você vai arrumando os clientes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, vocês têm uma rede de informações?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Temos várias amigas **(fora do microfone – inaudível)** o meu cliente eu passo para minha amiga, a minha amiga passa o cliente dela para mim e assim vai indo constantemente. Ou o amigo dela aparece com outro homem **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu és uma líder dessa rede?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu, líder? Por que líder?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque me parece, pelos seus depoimentos.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Se eu fosse líder, não trabalharia numa casa noturna.

A SR. RELATORA (Maria do Rosário) – Os líderes não trabalham, eles não se prostituem, não fazem programas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Líder não faz programa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que faz um líder então?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – **(fora do microfone – inaudível)** eles não precisam trabalhar, se eu fosse líder eu não trabalharia. Não perdia noite sem ganhar nenhum real para sustentar meus filhos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para quem é que tu prestas serviço, que ganha com o teu trabalho de profissional do sexo?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu trabalho numa casa noturna, já disse.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nessa casa noturna podemos confirmar também a presença de adolescentes?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, só trabalham maiores de idade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde trabalham as adolescentes que são exploradas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – **(fora do microfone – inaudível)** adolescente trabalhava na rua porque nenhuma casa aceita nós.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas não faziam sexo na rua

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente vai para os motéis.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quais são os motéis da cidade, da região? Tu podes me confirmar o motel Cê-Que-Sabe, é um lugar que se vai?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Vão várias pessoas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas meninas faziam programa no motel Cê-Que-Sabe. Tu fizeste programas enquanto tinhas 15 anos, 18 anos, nesse motel Cê-Que-Sabe? Ele é frequentado, ele tem muito movimento? Tu costumas ir ao motel Cê-Que-Sabe?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Costumo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As adolescentes também iam ao motel Cê-Que-Sabe?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Elas não vão me dizer aonde vão, eu não ando o tempo inteiro com elas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Motel Turasi.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – O Motel Turasi existe?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Hotel Turasi.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hotel Turasi é um motel da cidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É um hotel onde acontecem também programas sexuais?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei, não tenho conhecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Motel Estífenes.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Estífenes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É em Cáceres?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É um motel em Cáceres.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É um motel onde acontecem programas sexuais?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É um motel como outro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Penso que tu talvez a gente não tenha estabelecido alguma compreensão entre nós.

Até estou com alguma dificuldade e gostaria de te pedir a gentileza de tirar os óculos para que eu possa te enxergar, porque não é adequado falar com uma pessoa de óculos escuros. (Pausa.)

Obrigada.

Estamos falando aqui com uma pessoa, que é a Camila, que está indiciada, está sendo processada pela exploração sexual de adolescentes. Ela tem dois caminhos a seguir, ou ela responde as questões, podendo não responder alguma coisa que a incrimine, porque também não é essa nossa intenção aqui, ou ela responde e colabora; ou ela não responde e não colabora; e apenas fica com a responsabilidade de seus atos aqui, porque cada um de nós tem responsabilidade sobre seus atos.

Agora nos olhando devidamente, com o devido respeito que tenho tido contigo, e acho que nas respostas você não tem tido comigo, com o meu trabalho, acho que vou poder seguir nas perguntas.

Vamos perceber aqui, acerca da adolescente nº 1 – tu tens a lista...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Eu gostaria de saber, Deputada, quando a senhora perguntou a ela se era a líder, e ela respondeu que não, porque se ela fosse, não precisaria passar a noite toda trabalhando, porque o líder fica no bem-bom, quem é o líder do seu grupo?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não tem líder, não.

A SRA. SERY SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Mas a senhora disse que existe o líder, que o líder não fica trabalhando.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – **(fora do microfone – inaudível)** donos de casas de boate, eles não precisam fazer isso **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. SERY SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sim. Então, quem é o líder da sua boate?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Da minha boate? É o dono da boate.

A SRA. SERY SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Quem é o dono da boate?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei o nome.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deputada Maria do Rosário, sobre o mesmo assunto, até porque minha paciência vai se esgotar rapidamente...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A minha que é grande já se esgotou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pois é, a minha é menor que a sua.

Eu queria só ler para ver se a depoente se lembra do que ela disse em juízo, antes só perguntando, em juízo, não, na delegacia: você sofreu alguma coação para falar?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sofri.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sofreu coação? Como foi?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Chantagearam eu, até me bateram.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Te bateram?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Me bateram.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você pediu para o seu advogado fazer corpo delito?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não foi necessário, mas o advogado entrou com ação.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – De que? Te bateram?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Porque bateram na minha cara, não **(fora do microfone – inaudível)** lesões corporais.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, mas, quando bate na cara, também tem lesão corporal, sabia?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL –RJ) – E você acha que aqui só tem criança, todo mundo aqui é idiota.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Obrigada.

Então, vamos aqui, a sua coação, você diz o seguinte: "...que geralmente sã as próprias meninas que procuram a interroganda para tal prática delituosa; que pelo fato de já serem seus conhecidos em sua maioria, a interroganda cobra barato dos homens que agencia para fazer programas com as meninas, em média, R$20 a R$30. Quanto ao preço cobrado pelas meninas, varia de R$50 a R$300. A interroganda apenas comunica ao cliente o preço cobrado pela menina."

Eu queria dizer a V. Exª, Senadora Serys, que, pelo depoimento, que a Camila fez naquela época, sem coação, e ela o fez, isso consta do relatório do processo, imaginando que, se falasse a verdade, não seria punida, e, agora, ela viu que pode ser punida, por isso, hoje, não quer falar a verdade... Quando ela fez este depoimento, ela contou tudo, com detalhes, com números. Então, por mais que negue, os dados estão aqui comprovados por outras testemunhas, não é um depoimento, são vários, que dizem a mesma

coisa. A Camila, se quiser nos ajudar, vai nos ajudar, se não quiser, vai ouvir, você, não, publicamente, todos vão ouvir toda a história. Só para auxiliar os trabalhos da Senadora para que tenha noção dos autos do inquérito.

Obrigada, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bem, Srª Senadora, vamos, então, ao depoimento da própria Camila, que, como diz a Deputada Laura Carneiro, rico em detalhes.

Por exemplo, a partir do que a Deputada Laura Carneiro aqui determinou – "...que as meninas a procuravam, interroganda, quer enfatizar que são as meninas que a procuram para marcar os programas; que a interroganda se encontrou com a menor nº 1 na Praça Duque de Caxias, centro comercial da Cidade de Cáceres e, estando na companhia da nº 1, a interroganda se encontrou com seu amigo Aderiton, próximo à Prefeitura; que colocou este na carroceria da caminhonete e deslocaram-se os três do local em que se encontravam, sendo que a menor de nº 1 foi deixada na casa de sua amiga; que, em seguida, a interroganda foi com Aderiton até a casa de outra adolescente; que, depois de conversarem com a interroganda...", e aqui tem uma listagem de telefones da sua agenda pessoal que está com a polícia –, sobre este telefone, com todos esses telefones registrados de adolescentes e de clientes, o que a senhora tem a declarar? Por que guardava todos esses telefones de clientes e de adolescentes? (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pode responder, Camila. (Pausa.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é Nélio, dono do Cartório do 3º Ofício de Cáceres? (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada, por favor.

Quando você não quiser responder à pergunta, você vai ter que dizer.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Está bom.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sabendo apenas, nobre Presidente, que na hora que você diz que não está respondendo, o pressuposto é que você não está respondendo porque você está mantendo a integridade da sua fala. O que significa dizer que, eventualmente, você tem culpa naquela ação. Só para te lembrar disso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ou seja, se tu disseres que não queres responder, como disse a Deputada, isso pode significar que tens alguma coisa a esconder em relação a isso. É uma opção que vai fazer.

Quem é Néri, dono do Cartório do 3º Ofício de Cáceres?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ele era o namorado da minha prima.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas foi agenciado um programa para ele?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Não tem nada sobre ele. Ele era simplesmente namorado da minha a prima. Só isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é Neto Pedro?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Neto Pedro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Netinho, da joalheria,

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Netinho, da joalheria?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem aqui, no teu depoimento, agenciamento de programas para ele?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De quem é a caminhonete branca que tu entraste em conjunto com uma das adolescentes? Uma caminhonete F-1000, branca, cabine simples.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não tenho conhecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa caminhonete era utilizada para transporte, para programas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Apenas com o dono da caminhonete?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Nem tudo o que está acrescentado aí é da maneira que está.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, nos conta. Do teu jeito. Tu queres reparar alguma coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Da maneira que é, então.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É como já disse. Os nomes que estavam no meu celular, todos eram os meus clientes. **(fora do microfone – inaudível)** minhas amigas de escola, nem todas aquelas que estão no telefone são meninas de programas. Como podem fazer, como eles fizeram e descobriram que a maioria na era meninas de programas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certo.

Então, me conta como é que funciona o esquema de agenciamento das adolescentes, em Cáceres?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu já disse. Eu e as meninas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não é tu com suas amigas. Esse eu já entendi.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hum, hum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu quero saber como é que funciona...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Mas aí então disseram que eu recebi propina. Eu não recebi nenhuma propina. Eles disseram isso só para me acusar **(fora do microfone – inaudível)** sem avisar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ah, mas convenhamos. Ninguém recebe nada pelo agenciamento?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Olha, têm uns caras que arrumam lá, em Cáceres, você entendeu? Só que por culpa deles. Inclusive eu nem moro mais na cidade. Depois que aconteceu isso comigo, que eu só fui prejudicada, eu saí da cidade. Não moro mais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está. Mas tu ficaste lá durante muitos anos.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu morei lá por muito tempo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que é feito o esquema da exploração sexual? Quem são essas pessoas que chamam as meninas? Oferecem o quê?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Mais ou menos... na época em que eu ficava lá... Vamos supor, o cara conhecia a minha amiga e precisava de mais uma menina, a minha amiga entrava em contato comigo, precisava de mais uma menina e a gente arrumava outra.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso é muito comum. Nós temos um grande número de meninas fazendo programas.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É muito comum. Uma conhece a outra e constantemente. Às vezes, nem o cara me conhece, a minha colega me conhece.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em qualquer idade.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Olha, naquela época lá... porque lá em Cáceres não tem trabalho, não tem nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não tem nada. Então, as meninas, a maioria, são meninas pobres.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acabam fazendo programa.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Fazendo programa mesmo. Tem até menina que não tem necessidade e faz programa para só se vestir bem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que funciona aquele esquema do barco do amor?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Oi?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Do barco do amor.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Quando vêm turistas de fora e precisam de meninas... Você pode ir na praça, assim, às 10h da noite que você acha um monte de mulheres. **(fora do microfone – inaudível)** aquele pessoal. Já sabe que são meninas de programas e fala: "Olha, é menina de programa." E daí já se junta com essa outra. Como é turista, sempre tem bastante gente. Vamos supor, tenho minha amiga, a minha amiga passa para outra, e a gente acaba arrumando 10 meninas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Camila, e vocês... Só um instante, Relatora. Por exemplo, para chegar nessa questão do barco, não tem uma distribuição dos cartões nos bares, com o nome?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não tem. A única coisa que panfletam são as boates quando tem algum evento, assim, mulheres para fazer **show** e as boates panfletam, mas **(fora do microfone – inaudível)** no telefone. Vamos supor, eu saio com o meu cliente e dou o meu telefone. Se ele ligar tudo bem, se não ligar...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas como é que levam essas meninas para o bar? Como é que elas vão? É de dia? Ninguém vê, a polícia não vê?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – À noite. Tipo assim: eles sabem que lá na casa ficam bastantes meninas **(fora do microfone – inaudível)** muita garota em casa, na praça da Baião e na praça da feira. Elas ficam numa mesinha, várias meninas e a gente já sabe que elas ficam ali para arrumar programa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por exemplo, a polícia passa ali e as meninas estão ali?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Normal.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas, por exemplo, tem um barco estacionado, daquele grande, chalanas...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eles descem desse barco e vão todo mundo para a

praça, aquele monte de homem, porque eles sabem que lá vão encontrar meninas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eu sei, mas também tem um outro esquema, em que o barco está estacionado lá longe e as meninas são transportadas.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Esses são os donos de boate **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então explica para a gente como é o esquema dos donos de boate, boate com barco. Como é que funciona?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Lá, os clientes... Lá funcionam assim, que eu saiba, já fui algumas vezes num barco.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você já foi?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Já fui. Ligam para o dono da boate, pedem algumas meninas. Daí, como eles conhecem várias garotas, eles levam as meninas de barco até o **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele pega o barquinho...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um barco pequeno.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – ...e leva as meninas.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E geralmente a que horas? À noite?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – À noite, sempre à noite.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas quem é que liga para o dono da boate?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Tipo assim: quando os caras... Eles perguntam como que eu faço para pegar menina. Então, praticamente, o dono do barco... o barco que eles pegam já informa conheço a boate tal e liga para o dono da boate. Passa o número telefone. Daí o dono da boate entra em contato com as meninas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O dono do barco?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – O cara liga, ele é advogado...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por exemplo, se um cliente procura o dono do barquinho, o dono do barco do amor...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, ele está no barco que ele alugou e resolve fazer uma festinha e pergunta como que eu faço para arrumar menina. Sempre os donos das boates deixam um cartão nos barcos quando chegam os turistas, com o número do telefone. Os caras vão no barco, ligam para o dono da boate, que localiza as meninas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quantas vezes você fez esse programa no barco?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Fiz umas três vezes, porque da última vez não foi legal.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por quê?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Antes de responder, quando você foi, nessas três vezes, tinha alguma menor?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sempre eles procuram todos os documentos. De menor **(fora do microfone – inaudível)** às vezes tem menina lá, elas usam até documentos falsos. Você entendeu? Por isso, nós nunca sabemos se elas são de maior ou de menor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que conseguem documento falso?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei, nunca tive.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca teve?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você chegou a ir ao barco?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, nunca fui quando era menor porque eles não deixavam, a primeira coisa que eles pedem é o documento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas as suas amigas, essas com quem você convive, alguma vez ofereceram documentos falsos para elas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei, porque quando elas são menores e sabem que não podem entrar, elas preferem ir aos motéis, porque é mais rápido.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você disse que não foi muito bom da última vez. O que aconteceu?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É como eu te falei, a vida que a gente leva não é muito boa. Às vezes, a gente encontra pessoas que entendem o porquê da gente estar lá, mas tem muitos caras que acham que a gente está ali por dinheiro e querem nos maltratar, batem na gente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso aconteceu com você?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você vê como é importante o trabalho que a gente está desenvolvendo, porque a gente quer impedir que alguém que esteja precisando tanto para sobreviver seja submetido a esse tipo de situação de exploração, de violência.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você lembra de algum nome de barco, das chalanas em que você esteve? Se você não quiser dizer, pode escrever para a gente.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Que eu estive? Não quero dizer.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você poderia escrever?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A gente pode te ajudar com os nomes?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Escreve, vou te dar uma caneta. Pode escrever.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Mas isso é necessário?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Essa é uma informação só para nós.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além disso, tu disseste assim que o dono da boate é contatado e ele arruma as meninas. O cliente é turista em geral?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto é que turista paga? Ele paga direto para a menina ou não?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Tipo assim: eles fecham um pacote. Vão dez meninas, daí eles combinam um preço "x" para cada uma das meninas. O dono da boate que arrumou as meninas ele ganha **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Claro, ele ganha pelas garotas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quanto é o programa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Em torno, quando é turista, de R$200, R$250.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Desses R$200, R$250 tira uma parte para o proprietário da boate?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Às vezes não. Às vezes o... já separa do dono da boate.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas é ele que paga vocês?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele recebe o total e paga vocês?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Muitas vezes **(fora do microfone – inaudível)** muitas vezes a gente leva no restaurante por causa do cliente.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Muitas vezes o cliente já pagou...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É um pacote turístico então?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu sabes de alguma agência de turismo que ofereça esse tipo de pacote, já ouviu falar nisso?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, em Cáceres não tem. É como eu te falei, só dessa forma que funciona, porque lá é muito pequeninho, só tem três boates, então não tem muito assim... Por isso que quando chega turista todo mundo sabe. Quando chega turista a praça lota de menina porque sabe **(fora do microfone – inaudível)** principalmente quando chega marinheiro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como é que são esses turistas? Isso que eu ia te perguntar. Qual a idade mais ou menos deles? São mais novos ou são mais velhos? Vindos de onde?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eles vêm para pescar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vêm para pescar?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só homens, só turistas, ou viajam com famílias?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, eles viajam só mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E a idade deles mais ou menos? São pessoas mais velhas ou mais novas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Tem de todo tipo de idade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Chegam de ônibus?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – De ônibus.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E são pessoas do próprio Mato Grosso ou de outros lugares?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, a maioria é de fora. Quase todos são de fora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estrangeiros?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, estrangeiro muito pouco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Do Brasil inteiro?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Mais do Sul, de Minas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Esses programas acontecem todos os dias?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, é muito difícil, só na época de pesca mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual é a época de pesca?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Nessa época.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Essa agora?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ãh, ãh.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem uma festa chamada Festa Nacional da Pesca.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Festa Nacional da Pesca é a melhor época onde lota de meninas de todo o País.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Meninas de todo o País?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – No ano passado conheci uma menina que veio da Espanha. Ela estava lá em Cáceres. Do Acre, de Manaus, de todo quanto é lugar você conhece menina, porque é muita gente. E vêm pessoas de **(fora do microfone – inaudível)** de fora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem prostituição de meninos lá?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Que eu saiba não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Adolescentes não?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não tenho conhecimento.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas não há assim um trabalho de homossexuais envolvidos em agenciamento de meninas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Lá não tem agência.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não, não é agência.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Talvez pode ter, mas não conheço ninguém...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nenhum...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual a idade das meninas mais ou menos que são menores de idade? Geralmente começam com quantos anos?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Com 14, 13 anos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual a menina mais nova que você já viu? Não precisava falar o nome.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Que eu já vi?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Praticando...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu já vi várias.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas qual a mais nova, a idade? Dez, onze, doze, menos?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Acho que uns doze anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela fazia que tipo de programa? Ela ia onde, no hotel?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Parece que era mais inteligente do que eu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aí ela ia para o motel?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por quê?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ela era muito esperta.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O que ela fazia que ela era muito esperta?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei. Só sei que ela ganha muito dinheiro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas por conta dela própria ou por que alguém indicava para ela os clientes?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Olha, ela sempre saía com alguém. Eu nunca vi indicando, mas sabia tinha vários clientes dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com 12 anos?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Com 12 anos. Ela ia para a praça e toda fez que ela ia para a praça ela não voltava sem dinheiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela ia para a praça e não voltava sem dinheiro. Por que tu achas... Você disse que ela ganhava muito dinheiro, que...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Porque ela mostrava. Ela só usava roupa de marca...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E com 12 anos uma pessoa ganha mais dinheiro do que alguém com 18?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, acho que ela ganhava. Ela era muito bonita também.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Onde ela está agora?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Olha, ela foi embora para Fortaleza, a última fez que eu vi ela.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A minha terra.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Porque **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela é daqui?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ela é de **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Você tem conhecimento de onde ela, quando elas saem daqui para onde elas vão mais?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Goiânia, Fortaleza, deixa eu ver, deixa eu lembrar... O Acre também, e conheço e duas amigas minhas que estão na Espanha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como foi essa ida dela para a Espanha?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agora você está ajudando?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Elas tinham passaporte normal e foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para ir à Espanha é caro, é difícil uma menina conseguir comprar sua passagem.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ela juntou dinheiro bastante tempo, porque eu... Ela falou que eram R$3 mil a passagem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela tinha um endereço na Espanha onde ela ia?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Depois ela me ligou. Ela tinha o endereço de outra amiga que tinha passado para ela, que estava lá e quando ela chegou lá ela perdeu, porque lá é grande. Passou fome, dormiu na rua, roubaram todas as coisas dela, ela sofreu muito nos primeiros meses.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quantos anos ela tinha?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ela tinha... Ela é uma das meninas **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual delas? Você pode dizer o nome?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É a Luciana. Ela é maior de idade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela foi quando era maior ou menor?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ela foi faz 2 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para que cidade na Espanha, tu te lembras?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei, ela não comentou, porque mora em **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ah, ela voltou?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ela voltou. Ela ficou em **(fora do microfone – inaudível)** a gente se conheceu se conheceu numa boate em Cáceres, a gente se tornou amigas, viajamos até juntas para algumas boates e ela falou que ia para a Espanha.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela te convidou?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ela me convidou.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Você não quis ir?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não quis ir, mas preferia ter ido.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ficou tentada a ir?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem tirou o passaporte dela, essas coisas todas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei, inclusive, sei que... Inclusive fui na Federal, tirar o passaporte junto com ela. Ela tirou o passaporte na Federal de Cáceres.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eles perguntaram para que era o passaporte?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ela disse que ia trabalhar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Você foi com ela na Polícia Federal?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela disse que ia trabalhar em quê lá?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ela disse que tinha arrumado emprego e tal. Foi isso que ela alegou, e conseguiu tirar o passaporte. Ela está na Espanha. Ela chegou, mandou...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Você tirou o seu também?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, não tirei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E a outra amiga que você falou que tem 2 amigas que foram para a Espanha.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Amiga dela **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pela ordem, Sra. Presidente. Só para eu entender. Camila, sou do Pará e fica bem próximo de Porto Velho. Chega aqui essas meninas não têm parentes. Onde elas ficam?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Em boates. Ou nas instalações dos motéis e fazem programa na rua.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Elas fazem programa na rua, mas elas pernoitam onde, além das boates? Na casa de alguém da cidade? Tem alguma pessoa na cidade que abriga essas meninas que vêm do interior?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu conheço 3 amigas minhas que **(fora do microfone – inaudível)** do Pará.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – São do Pará. Como elas chegam aqui, me ajuda a entender a conexão, Camila.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É como te falei, fomos, nós que vivemos nesse mundo a gente conhece muita gente. Então, uma comunica com a outra, dando informações. Às vezes eu estou num lugar e falo olha, aqui está bom de dinheiro. Então, a gente avisa, vamos supor, a minha amiga está lá em Fortaleza, ela me liga: "Olha, aqui está dando dinheiro, vem para cá." A gente vai se comunicando entre o grupo, a gente é amiga.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você já chegou a fazer esse programa, sair daqui para ir para outro Estado?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Para onde?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Goiânia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto tempo tu ficaste em Goiânia?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Mais ou menos uns 20 dias.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por que lá é bom?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei porque vai de cidade para cidade...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você foi para Goiânia mesmo?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso. Tem lugares melhores para ganhar dinheiro e tal. Tem pessoas que pagam muito pouco. Tem lugares que pagam muito pouco. No Nordeste, as meninas que vêm de lá é porque lá eles... tem menina lá que faz programa a troco de um prato de comida. Amigas minhas já me disseram isso. Não tenho certeza porque não conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aqui no Mato Grosso, tem meninas de que Estado que tu conheces, tu disse que tem vários.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Conheço do Pará, do Maranhão, de Ibati, Porto Velho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Manaus?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – De Curitiba tem muito. Muito mesmo. A maioria das loiras vem **(fora do microfone – inaudível)** Mato Grosso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas é isso que eu queria saber Camila. Elas ficam aonde? Tem alguém, alguma casa que as recebe ou especificamente nas boates ou tem uma mulher que fica responsável por elas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Elas tem já, tipo assim, como eu te falei. Elas comentam, eu trabalhei naquela casa, vem para cá que está bom de dinheiro. Como as meninas que vêm é do Sul, elas vêm diretamente para boate.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Elas vêm por conta própria ou alguém custeia a passagem delas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Como nessa Agri-show que teve agora. Não sei se vocês ouviram falar. Em Rondonópolis. Tinha menina de todo o País.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Onde?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Na Agri-show. A casa que eu fiquei tinham trezentas meninas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Menores de idade?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Todas maiores.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ou com documento falso.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É. Por isso que eu falo, você tira um... Sabe dizer na verdade se é maior de idade ou se é menor.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como que era essa casa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Oi?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Que casa é essa que você ficou que tinha esse monte de...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ah **(fora do microfone – inaudível)** boate.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como é que chama?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tri-show.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Oi?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tri-show.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, agri-show. A gente alugava...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não. A boate como que chamava?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente alugou uma casa...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tri-show?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Agri-show.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não. Na agri-show é a feira. A feira. E a boate?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Vêm, aluga casas, não é? Ficam dez a quinze meninas em cada casa. Tenho uma casa, daí tem a boate que as meninas vão à noite.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sim, mas onde é que vocês se conhecem, para ficar todas juntas na mesma casa? Porque uma é de Curitiba, outra de Fortaleza, outra do Pará.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Então, é isso aí, cada um tem o seu grupinho. Cada um tem seu grupo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O nome da boate, Camila.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Que eu trabalhei?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu trabalhei, eu trabalhei em duas boates lá. Eu trabalhei na boate Lanita, que é uma boate, e gente trabalhava também na feira à noite **(fora do microfone – inaudível)** bastante lá, tinha muita gente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. Mas olha só, Camila. Tu disseste assim, as meninas lá do Nordeste às vezes têm que fazer programas por prato de comida. Em várias regiões do Brasil, até mesmo aqui pode estar acontecendo. Então, as meninas não têm dinheiro.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Têm sempre pouco dinheiro na mão. Como é que aluga casa? Como é que se transporta?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Olha, a gente aluga casa, sim, sem ter um centavo. A gente paga no final do mês.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não dá garantia nenhuma?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual é o aluguel de uma casa lá? Uma casa dessa...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – R$200.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – R$200?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, mas não cabem 300 pessoas em um único lugar.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Trezentas pessoas era na feira toda.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Eu digo assim, tinham várias meninas na feira toda. Vocês entenderam, não é? Então, à noite se via mulher para tudo quanto é lado. Não sei se vocês viram, até na televisão saiu falando que tinha mais mulheres do que homens. E tinha muita mulher. Muita, muita mesmo. Você trombava assim com mulher.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, mas quem é que agencia isso? Olha, sabe o que é, Camila, nós já conhecemos esse esquema.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É igual eu te disse. Você não está entendendo. Elas sabem que vem muito homem. Tem uma amiga minha que está lá agora na área de Ribeirão Preto, teve aquele **show** semana passada. A gente sabe que lá dá dinheiro, então eu vou junto, aquele grupinho de meninas, a gente reparte o aluguel, sim, cada uma dá um pouquinho e vamos para lá. Assim é que é.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por conta própria.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Por contra própria mesmo. A gente pensa que tem um agenciador, só que não existe. Às vezes a gente fala assim, vai dar dinheiro, e a gente mesmo vai, pega carona, dá um jeito.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sabe o que é, Camila, porque eu estou achando estranho é que aqui é o único **(fora do microfone – inaudível)** que foi da CPI que não tem agencia-

dor. É estranho, porque no resto do Brasil, em todos os lugares que a gente vai tem alguém que faz esse agenciamento. Alguém que vai receber, entendeu? A pessoa, alguém que apresenta elas aos clientes, essa coisa. Agenciador não tem carteirinha de agenciador, não é? É a pessoa se chega está parecendo que é amiga. Um facilitador.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tua amiga chega lá na Espanha, aí ela chegou lá na Espanha se perdeu, roubaram as coisas dela... Digamos que uma menina saia daqui, de Cuiabá, vá lá para Fortaleza ou para Ribeirão Preto, se ela não conhecer ninguém lá – entendeu? – vai acontecer essa coisa com ela.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – **(fora do microfone – inaudível)** um grupinho de amigas que já passou por lá e já conhece o local.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas têm umas que vão só.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Vão só...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas como é que localiza os clientes?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Oi? Na casa que fica lá tem. Vamos supor, lógico...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Digamos que possam existir grupos também que andam por aí do jeito que tu estás dizendo. Tudo bem, pode ser que...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Mas existe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estou acreditando. Pode existir mesmo.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Existe, estou te falando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora, existe também o agenciamento.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, mas o que **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu estou interessada no agenciamento.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Existe o grupo, só que você não está entendendo o que eu quero passar. Entendeu?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É que nem todo mundo anda por contra própria.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Têm aquelas meninas também que estão em esquemas mais pesado, que estão, por exemplo, numa região mais violenta. Como no teu caso, naquele dia que bateram ti, não é? Existem casos em que tem homens, também, envolvidos até no sentido de proteção. É ou não? Que agenciam e dão em troca alguma proteção para a menina não passar por esse tipo de violência. Existe ou não aqui?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, na boate. O lugar mais seguro para trabalhar é em boate, porque na rua você corre o risco de fazerem mal para você.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando bateram em você nesse programa, o que você fez? Você contou para alguém, para o dono da boate, ele tomou nenhuma providência, não fez nada e esqueceu?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não fez nada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas você contou para ele?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu falei...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Você não tinha como sair do barco?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Foi assim: a gente estava no meio do rio. E eu pensei...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Isso aconteceu com você ou com mais outras....

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ah, já aconteceu com várias amigas minhas, de elas chegarem roxa **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como é que é? Como é que acontece essa história?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ah, tem uns caras muito loucos assim, entendeu?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – São estrangeiros ou são daqui mesmo?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente que trabalha em boate a gente pega várias pessoas que a gente não conhece. No caso, minha colega contou uma história que um cara pegou ela, algemou ela – tipo uma fantasia – e começou a bater nela. Você entendeu? Então, tem pessoas com vários tipos de personalidade. Então, na verdade, ninguém conhece ninguém.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Camila, não tem ninguém que proteja vocês desse tipo de coisas – algum amigo ou amiga?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vocês pagam alguma coisa para a polícia?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Nada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Camila, me diz uma coisa: como é que você tem – você disse na sua fala que – nas três falas atrás – que na boate vocês tinham a garantia do recebimento?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É – na boate...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Qual é a garantia? Como é que funciona essa garantia?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Na casa onde eu trabalho, tipo assim, a gente trabalha em várias meninas. Então, o cliente lá, se ele não pagar, ele não sai da casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como ele não sai? Como é que acontece?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ah, chama a polícia para ele e tal...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Chama a polícia para ele.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É. Chama, é verdade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aí a polícia... Porque é o fim do mundo porque é um crime por crime. Mas, enfim, chama a polícia e aí, como é que funciona?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente fala assim que a gente é muito desmoralizada, mas o que a gente faz é um trabalho qualquer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu não estou falando... Eu só quero entender como é que isto funciona. Nessa casa, nessa boate, eventualmente, vocês estão fazendo o programa de vocês. Você é adulta e é problema seu. Não sou absolutamente a favor e cada um faz o que quer, é o seu corpo. Depois dos 18 anos, resolve a sua vida. Aí, você resolveu, a sua atividade é prostituição, pronto, acabou. Você chega na boate...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente chega na boate. A gente faz uma ficha e mostra todos os documentos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Faz uma ficha – vamos ver: você se cadastra na boate, não é isto?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Bom. Aí, você se cadastrou na boate. Aí, ...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Com foto, com tudo. Tudo certinho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Com foto e tudo direitinho. Tem lá um arquivinho com vocês todas.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ãh, ãh.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E, eventualmente, no meio dessas, pode ter menina ou não ter. Quando tem menina é um pouco mais escondido, não é isto?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Como assim?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quando tem adolescente, menor de 18, é mais escondido, não é?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Olhe, na boate em que eu trabalho, eu não sei...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nessa não mas você não trabalhou só nessa. Trabalhou em várias. Nas que você eventualmente trabalhou, você, quando tinha adolescente, era sempre de forma mais reservada, não é?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Na última vez em que trabalhei, que tinha uma menina, a boate fechou, a polícia bateu lá, porque... Toda noite a polícia vai para a boate, tem vez que verifica se todos os documentos estão em ordem. Na boate, inclusive na boate em que trabalho, não sei como que chama aquele pessoal, é fiscal, que fala, umas cinco pessoas... Pedem todos os documentos. Chamam as garotas, entendeu? Vê, na verdade, se é menor de idade. Você tem que estar com os seus documentos na bolsa para comprovar porque, se não tiver, a boate fecha e leva uma multa e ainda vai preso o dono da boate.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Disto eu não tenho dúvida. Agora, a pergunta é: aí, se o cliente não quiser pagar, para tudo?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, tipo assim....

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A gerente vai e chama a polícia para pagar a prostituição? É assim?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É. Paga a conta, não é?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para pagar a conta do uso do corpo?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Do que ele consumiu. De tudo o que ele consumiu dentro da casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Do consumo, tudo bem.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Juntamente com o programa também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quer dizer, na hora vem o programa e a polícia vai lá para prender o cara que não pagou o programa de prostituição – é isso?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Mas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A polícia recebe dinheiro da boate?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. É como... Não tem... a polícia quando sai **(fora do microfone – inaudível)** fazer batida nos bares, é a mesma coisa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Fazem sempre nas boates, lá em Cáceres?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Lá em Cáceres. Na verdade, eu trabalhava em outra boate. A gente vai fazer programa na rua **(fora do microfone – inaudível)** aí, veio **(fora do microfone – inaudível)** que era assim: a polícia vai todas as noites para ver se não tem baderna, se não tem briga...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Camila, de 15 até 18 anos, você trabalhou só nas ruas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Na rua.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Dos 15 aos 18?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hã, hã. Quando completei maior de idade é que fui para a boate.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A convite de quem?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Oi?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem a convidou a ir para a boate?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – As minhas amigas que já trabalhavam.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual é o nome do proprietário da Sex Appeal?

A SRA. (Oradora não identificada) – Deixe-me perguntar uma coisa para ela, Patrícia **(fora do microfone – inaudível)** voltar ao Agri-show.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual é o nome dele, do proprietário da Sex Appeal? Não é a sua, em que você trabalha?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu trabalho lá, mas **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Isso está aqui no depoimento. É a coisa mais simples do mundo saber quem é. Como você falou, qualquer pessoa amanhã **(fora do microfone – inaudível)** aqui eu sei.

A SRA. (Oradora não identificada) – Voltando ao Agri-show, vocês alugam casa, não é? (Pausa.)

Pergunto: as pessoas alugam casas para vocês sem documento, sem avalista, sem perguntar nada para vocês?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sem nada.

A SRA. (Oradora não identificada) – Porque, de nós, brasileiros, cidadãos comuns, quando vamos alugar uma casa, exigem-se tantos documentos. Exigem-se documentos, quando se vai alugar uma casa, antecedência, dois ou três meses de aluguel devem ser pagos.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente só queria quatro dias só.

A SRA. (Oradora não identificada) – Como, então, eles alugam para você, se não sabem nem para quem está alugando essa...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Porque eles já sabem que a gente veio aqui só para eles terem **(fora do microfone – inaudível)** é isso.

A SRA. (Oradora não identificada) – Vocês são clientes sérias, que não têm problema nenhum.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hã, hã. Só isso.

A SRA. (Oradora não identificada) – Certo.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente não aluga casa mobiliada...

A SRA. (Oradora não identificada) – Então, não exigem documento, não perguntam nada disso para vocês?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Na casa em que a gente ficou essa última vez...

A SRA. (Oradora não identificada) – Lá em Rondonópolis?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso. A mulher cobrou R$400 de nós.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Camila, só para eu entender: você colocou, há pouco, que, na rua, vocês ganham mais e que, nas boates, teriam mais segurança. É isso?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como fica a relação... Vocês mantêm relação de dívida com o dono da boate? Para o freguês sair, tem de pagar, e você? Se você quiser sair de uma boate para outra, como é feito esse critério. Você disse que se chega e se faz um cadastro. E como é feita a saída? Eles exigem alguma coisa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Na boate em que eu trabalho, tem algumas regras. A gente cumpre elas, como qualquer outra.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quais são?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Tipo assim: se eu trabalho na boate, tenho horário de sair e chegar. A gente... inicia a trabalhar das 8h às 4h da manhã e, durante o dia, a gente é livre, para fazer o que quiser. Só que até às 6h da tarde, se você

mora na casa, tem que estar na casa, senão paga uma multa de R$50.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Paga multa de R$50, sob pena de não sair da boate?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Você pode sair a hora que você quiser. Tem hora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como se faz para pagar essa multa? É isso que quero saber. Como eles liberam? Tem-se que fazer mais programas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Na hora em que você faz... você paga a comissão de bebidas, eles vão descontando. Ou, então, você faz algum programa na casa, no cartão, daí eles já descontam na ficha.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ok.

O SR. LUIZ COUTO (PTB – PB) – Camila...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E drogas? Só um momento, Deputado. Vocês são obrigadas a levar ou usar drogas nesse programa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Eu nem fumo. Nem fumar eu fumo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você disse que alguns são malucos, estranhos. Eles são ou estão malucos?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – **(fora do microfone – inaudível)** que são viciados em drogas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E você percebe que eles estão viciados, quando praticam esses atos de violência?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eles estão viciados, drogados?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu já saí com um cara que ele ficou... Ele falou assim... Ele pegou eu e a minha outra amiga, ela usava droga. Ele chegou lá e falou assim: você usa? Eu falei: eu não uso, não uso nada, nem fumar eu fumo. Daí eles ficaram cheirando lá a noite inteira, e eu fiquei lá normal.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O cliente forneceu a droga?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele já tinha droga?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ele já tinha a droga.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E pediu que ela consumisse também?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A minha colega já usava e ficou usando com ele. Ele perguntou se eu usava, porque ele queria ficar curtindo. Eu não usava, mas fiquei.

O SR. LUIZ COUTO (PTB – PB) – Camila, você falou duas questões, uma é a de que vêm meninas de todo o País. São só duas as perguntas; depois vou fazer o restante. De onde essas meninas vêm? Você falou: do Maranhão, do Pará, de Rondônia, do Nordeste. Pergunto: vem menina, também, de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, da Bahia?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu sou da Bahia.

O SR. LUIZ COUTO (PTB – PB) – Você é da Bahia. Como você veio?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, eu moro aqui há bastante tempo, mas meninas vêm de lá, para trabalhar aqui.

O SR. LUIZ COUTO (PTB – PB) – Então, do Nordeste vem menina para cá?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É porque falam... pessoas que já trabalharam aqui dizem lá que aqui é melhor para ganhar dinheiro...

O SR. LUIZ COUTO (PTB – PB) – E como elas chegam aqui? A partir de que informação?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É igual ao que eu já havia falado. Alguém que já passou por aqui...

O SR. LUIZ COUTO (PTB – PB) – Então, pessoas que vêm aqui...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PTB – PB) – ...aliciam meninas que vem para cá.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso. Trabalhou lá em casa, daí, se não tem dinheiro, liga para o dono da casa...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então tem meninas aqui que fazem um aliciamento. "Oh, venham para cá, que aqui ganha dinheiro."

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Outra coisa. Você disse que é muito viajada. Você viajou para onde, além de Goiânia?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, eu não viajei muito, porque tenho filho pequeno. Não posso...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas normalmente têm meninas que viajam muito?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para onde é que essas meninas vão?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Tenho uma amiga minha que ela já fez no país todo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O país todo.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ela sabe quase todos os...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E além disso, para o exterior, elas vão para onde? A Espanha você já falou.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Que eu conheço... Conheci uma amiga minha que era do Maranhão que ela falou para mim que foi para o Chile.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para o Chile.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, para o México.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para o México. Também tem meninas que vão para a Colômbia, para a Venezuela?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para a Bolívia?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Para a Bolívia, sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E vem menina da Bolívia também para o País?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Que eu conheço, não, porque, lá em casa, a maioria das pessoas **(fora do microfone – inaudível)** dos camelôs são bolivianos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem uma coisa que você usa de forma bem íntima. Por exemplo, lá em casa. Você não diz: lá, na boate. Você diz: lá em casa. Você usou uma expressão que diz: a primeira coisa que a gente pede quando chega uma menina é o documento. Então, significa que você é mais do que uma pessoa que trabalha na boate. Parece que você é uma pessoa íntima.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, eu trabalho há cinco meses nessa boate.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você diz: lá em casa. Você usa a expressão: lá em casa. Usa a expressão: a primeira coisa que a gente pede... A gente, como se fosse algo muito íntimo, ou seja, alguém que conhece e que...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, porque acho que é maneira de falar mesmo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você não fica, por exemplo, quando as meninas chegam, você não fica fazendo o cadastro também delas, não?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, não tem nada a ver. Tem as pessoas responsáveis por isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem são as pessoas responsáveis?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu trabalho como qualquer outra garota trabalha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem pessoas responsáveis?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Os donos da boate.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Os donos da boate.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Essa... Posso? Presidente? (Pausa.)

Rosário? (Pausa.)

Essa boate que você trabalha é a Sex Appeal?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, ela tem lá, em Cáceres?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, não tem em Cáceres.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, não?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É onde a boate?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É aqui em Cuiabá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, então você trabalha aqui, em Cuiabá.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu trabalho em Cuiabá. Nos finais de semana eu vou ficar com os meus filhos e minhas filhas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você fica em Cuiabá durante a semana e você só vai, agora, para Cáceres, nos finais de semana, ver seus filhos.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, vamos trabalhar em duas realidades. Até você vir para Cuiabá e enquanto você estava em Cáceres. Vamos primeiro começar por Cuiabá, está bom? (Pausa.)

Sou paga para isso, fazer o quê. Para te ajudar de alguma maneira, você não imagina como a gente está tentando te ajudar. A gente parece brava e tal, mas não é, não. Mas se quiser que fica, a gente fica de novo. Também é fácil.

Essa boate Sex Appeal que você trabalha agora, estou enganada ou ela faz, mais ou menos, oitenta programas por dia?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Acho que sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por aí, uns oitenta programas.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É uma boate bem movimentada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você, alguma vez, ouviu falar – não posso falar o nome... Vou escrever para você – numa dessas duas menores dessa boate? Enquanto isso, deixa eu fazer uma perguntinhas rápidas para você. Você conhece a boate Whisqueria?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Whisqueria?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Whisqueria lá de Cáceres.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É, em Cáceres mesmo. Conhece?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Conheço.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É do mesmo estilo, não é?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, mais quebradinha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mais quebradinha.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso. Acho que a Sex Appeal é mais procurada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A Sex Appeal aqui em Cuiabá?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Em Cuiabá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, mas eu estava perguntando de Cáceres, porque lá tem três. Vamos ver se eu estou certa: a Whisqueria...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A Holiday.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – ...a Holiday e a Big House.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A Big House não existe mais. Fechou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Acabaram com a Big House?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Fechou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas existia também a Big House, não é isso?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Existia, mas foi apreendido menores lá dentro, daí fecharam a boate.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Existia a Big House. Tem uma outra que, se não me engano, é perto de Piraporã? Perto do aeroporto.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Existe **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pelos meus papéis está escrito Piraporã. Agora, eu não sou capaz, porque, realmente, eu moro no Rio, então...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É um lugar assim. Não é uma boate, na verdade. Eu nunca fui lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É um barzinho?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É um barzinho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E lá também tem meninas de programa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Tem meninas de programa, só que não mora ninguém na casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não mora ninguém na casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É que são outros casos, que a gente ... Se ela está ajudando, a gente já vai...

Deixa só eu te perguntar... (Pausa.)

Posso falar alto? (Pausa.)

Vou te dizer alguns nomes e você me diz se conhece alguém com esses nomes, está bom? (Pausa.)

Você já ouviu falar nessas duas adolescentes?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Não conheço.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não tem problema. Vou te fazer algumas perguntas, alguns nomes, poucos, não são muitos não, só para você dizer se já ouvir falar neles. Eles são de Cáceres, está bom? (Pausa.)

Manga Rosa você já ouviu?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É um cabeleireiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pode ser. Não sei. Sei que é um homossexual.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É um homossexual.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E é cabeleireiro?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É cabelereiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você nunca ouviu falar de aliciamento com ele? É um bom cabeleireiro?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ele foi acusado, só que não tem nada a ver. Conheço ele há bastante tempo, ele tem salão de cabeleireiro, conheço a mãe dele, toda a família dele. A irmã dele já **(fora do microfone – inaudível)** até junta.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você acha que ele é legalzinho na parada?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ele não agencia ninguém. Ele não é, porque ele trabalha mesmo. O dinheiro que ele **(fora do microfone – inaudível)** para os caras é o dinheiro que ele ganhou no salão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você já ouviu falar em alguém chamado Cléber, amigo do Manga Rosa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Já ouvi falar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem é esse Cléber?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ele é um bicha também?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim. Por que você ouviu falar em um bicha em uma cidade grande? Por que naquele bicha? O Manga Rosa vá lá, que era...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Porque ele é muito falado lá na cidade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que ele é falado na cidade?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Dizem que ele agencia, mas para mim ele não agenciou nada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Dizem que ele agencia, mas "quem" dizem? Como funciona isso?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É aquilo que eu te falei. Eles comentavam na escola. A cidade é muito pequenininha. Que eu faço programa todo mundo sabe.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Todo mundo sabe.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso. Então, a gente acaba ficando conhecida na cidade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o Jessé dos Brilhos?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Jessé dos Brilhos? Não conheço.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nunca ouviu falar nele. Diga-me uma coisa. Em Cáceres há muitos sítios?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Tem o quê?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tem muito sítio, chácara, fazendinha, sei lá como vocês chamam?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Muito pouco, que eu saiba.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você conhece algum vereador na terra que tem alguma coisa, algum sítio. Já ouviu falar em um tal Vereador Duda Barros?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Duda Barros era Vereador de Cáceres.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele era Vereador lá?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não é mais?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Acho que não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Esse Vereador tinha algum sítio ou alguma coisa lá? Você sabe?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei porque eu não tenho amizade com ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, não tenho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você nunca ouviu falar que ele tinha fazenda e que, eventualmente, levava adolescentes?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Nunca ouvi falar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Em Cáceres, você conhece o hotel La Barca?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – La Barca? Conheço. É o novo hotel da cidade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas é um bom hotel.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É um bom hotel.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E lá não tem agenciamento, nada? Nunca ouviu falar? E alguma de suas amigas eventualmente...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Olha, tenho uma amiga que já foi lá, mas foi porque ela conheceu um cliente na rua, e foi muito escondi-

do porque eles não permitem mesmo menina entrar lá dentro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como ela entrou escondida em um hotel?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. É porque ela estava com o cliente, e ele disse que era namorado dela. Por isso, ela entrou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah! Ela só entrou porque entrou com um cliente.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas nenhuma dessas suas amigas eventualmente foi chamada para ...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – No hotel?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – No hotel.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não. Você não sabe?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei. Pode ter até acontecido.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você tem alguma amiga de nome Ivete?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ivete?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nem na Sex Appel?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Na Sex Appel é a gerente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah! Então, tem uma Ivete na Sex Appel.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É a gerente de lá, trabalha lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sabe há quanto tempo?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei. Trabalho só há cinco meses lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quando você chegou, foi ela quem te recebeu?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não foi ela quem me recebeu.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deixe-me explicar para os Srs. Deputados por que falei na Ivete. A Ivete, Deputada Maria do Rosário, Deputada Ann Pontes, Deputada Celcita Pinheiro e Deputada Thelma, é exatamente a mesma pessoa que recebeu as duas adolescentes de quem não posso dizer o nome, que não são desse caso. Elas são de outro caso, disposto no Caso nº 1 de Cuiabá. Então, efetivamente, se confirma uma outra denúncia a partir de outro caso.

Deixe-me fazer outra pergunta: aqui em Cuiabá, além da Sex Appel, que outra boate faz o mesmo tipo de programa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Que eu conheça, a Serenusa, que é do mesmo dono. E tem várias boates, só que eu não conheço porque não trabalhei em nenhuma delas. Só que as minhas amigas já trabalharam em várias porque tem muita boate. Não posso dizer o nome porque não conheço.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tudo bem! Sem problemas. Me diz uma coisa: você, além de Cáceres e Cuiabá, você nunca esteve em outros Municípios daqui ou esteve?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Fui em Pontes Lacerda e Rondonópolis.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Em Pontes Lacerda, como funciona o negócio? Você sabe?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Fiquei numa boate lá também. Lá, parece que só tem essa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como é o nome da boate?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Penteado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Lá, você ouviu falar numa mulher que tinha uma Biz, um carro grande vermelho, tipo uma van?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Fiquei lá só uma semana. Como o lugar é muito parado... Fui eu e minha amiga, que namorava o dono da boate. Ela me levou, né? Só que é muito, muito... a gente só ficou uma semana e viemos embora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Em uma semana, dá para a gente saber como funciona o local. O pessoal não era levado de van para a estrada?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para a estrada?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Como assim?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para a BR.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Para casa mesmo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para Jauru?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Jauru, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – As meninas não iam para Jauru.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu não ia para Jauru.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você, não, mas lá você não sabia se as meninas iam para Jauru?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Minhas amigas nunca foram.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, você esteve em Pontes Lacerda e onde mais?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Rondonópolis, Cuiabá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Me responde uma coisa. Eu, a Senadora Patrícia Saboya Gomes e as Deputadas Ann Pontes e Maria do Rosário, ontem de madrugada, ficamos lendo os depoimentos. A adolescente nº 1 faz um belo depoimento, com absolutos detalhes.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sei por que ela fez esse depoimento. Ela foi chantageada pelo tio dela, um policial de Cáceres, que não admitia que ela fizesse programa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele pediu para contar tudo? E ela contou.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Quando ele descobriu que ela fez programa, pela primeira vez **(fora do microfone – inaudível)** ele rapou a cabeça dela. Deu uma surra nela e rapou a cabeça. E a mãe dela é garota de programa lá, em Cáceres. Todo mundo conhece a mãe da adolescente. Esse policial que é tio dela, ele me odeia. Ele não gosta de mim. Então, eu era uma peça-chave para ele me acusar de toda forma.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não vou nem perguntar sobre você, não. Como você está ajudando a CPI, não vou perguntar sobre você. Não quero saber de você. Estou me comprometendo a não fazer perguntas sobre você. Então, você não precisa dizer que não vai responder porque não vou perguntar sobre você.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Está bom.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E olhe que eu tinha que perguntar, mas vamos lá porque o principal é chegarmos onde queremos. Quem é esse Turasi? Além de ele ser dono do Hotel Turasi e levar as meninas para o Motel... Como é o nome do motel em que ele vai com as meninas? É um nome diferentão. Ajudem-me a lembrar. (Pausa.) Esse Turasi, embora seja dono do Hotel Turasi, leva as meninas para transar num motel de nome Es... Qual é o nome do hotel? Você não lembra o nome do motel, não, querida?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, não tenho intimidade com o Turasi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas você conhece o Turasi?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Conheço.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele não era seu cliente?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Meu, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você nunca indicou ele para ninguém?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ele saiu há muito tempo com a minha amiga.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Com a adolescente 2?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Com a Cristiane.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não pode falar nome. É a 2 mesmo. Vou dizer o nome do motel já, já. Ele saía com a Cristiane e mais alguém?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Que eu saiba ele saía com ela e com a número...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A número 1 não saía com ele?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei. Porque eu nunca saí com elas **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Motel Estífenes, uma coisa assim.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ele saía com a número 2 e a 6.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E com a 1 saiu também.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não tenho conhecimento. Só se foi o que ela disse. Eu não tenho ciência do depoimento, né?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vou ler para você, para você saber: "que por volta do mês de outubro do ano próximo passado, aproximadamente pelas 18 horas, quando saía de sua escola, onde permaneceu depois do horário normal para realização de um trabalho escolar, no momento em que se deslocava a pé sozinha para sua residência, a declarante foi abordada por uma mulher moreno-escura, cabelos pretos e meio encaracolados, 20 anos aproximadamente, estatura mediana, que se identificou com o nome de Camila, a qual estava numa caminhonete turbo de cor branca, acompanhada por dois homens, sendo que um deles, um homem gordo, conduzia o veículo. Quanto ao outro homem, a declarante posteriormente veio a saber tratar-se do Sr. Turasi."

Você alguma vez esteve no carro com Turasi?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Se ela disse isso, ela mentiu, porque não aconteceu isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tudo bem. Mas eu também não estou preocupada se você esteve no carro com Turasi ou se ela esteve, eu estou preocupada é com o Turasi, não é com você, o problema é o Turasi.

Porque eu achei esquisito... deixa eu te explicar. Nesse processo é genial: você está indiciada, o Aderilton está indiciado, que estava junto com você e com a menor de nº 2, o dono do motel, o gerente do motel, mas quem transou com as meninas, não. Então, eu tenho que entender por que não. Aí eu vou te fazer umas perguntinhas para ver se você me ajuda para saber quem são, talvez eu consiga entender por que eles não foram chamados para depor, ou, se foram, não chegou a nosso conhecimento.

João do Dólar é o dono da agência de câmbio da cidade, é isso?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É o dono da agência.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o João **(fora do microfone – inaudível)** costuma sair com mulheres, com meninas adolescentes?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu não tenho amizade com ele. Se você perguntar de mim para ele, ele vai falar que nem me conhece porque não tenho amizade com ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas as suas amigas não têm? Não comentam?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A única que comentava era essa nº 1 aí, que me ferrou. Ela saía com ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela saía com ele mesmo, você tem toda razão. Ela disse que saía com ele.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Só que eu nunca conversei com ele, não tenho amizade com ele...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas ela não falou de você nisso não, ela falou que saía com ele mesmo. Tem aqui. Aliás, não digo que ela não falou...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Porque era assim. Todos os homens que ela saía, ela comentava com todo mundo **(fora do microfone – inaudível)** não estava nem aí.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que você acha que ela te ferrou?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, porque ela disse coisas que não aconteceram na verdade, muitas coisas, então ela apresentou... ela aumentou coisas...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela não mentiu, vamos dizer; ela, vamos dizer, exagerou.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você não é santa, mas também não é tão monstra, é isso, entendi. Vamos lá.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, assim fica melhor. Quando a gente está falando a verdade, a gente olha para tua cara e vê quando você está falando a verdade ou uma mentira, é mais fácil para a gente. Então, vamos lá. Então, esse João do Dólar é dono da casa de câmbio?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, ele é o dono da casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E você sabe que ele saía com essa menor nº 1, que tinha 14 anos de idade.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu não posso afirmar nada, isso é o que ela dizia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela dizia.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Porque eu nunca vi, não posso...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Até porque você não tem como ver.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Com certeza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E ele tem uma chácara lá também?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Conhece um tal de Robson, que trabalha com ele?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E um tal de Márcio, que trabalha com ele?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Também não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Porque o negócio, Presidente, era feito por João do Dólar, dono da casa de câmbio de Cáceres – viu, nossas duas Deputados aqui, do Estado –, que ela trabalha – e dois promotores presentes conosco, ou três até, desculpe – , junto com ele trabalha o Robson e trabalha o Márcio. Mas é um negócio impressionante: nem o Robson, nem o João do Dólar, nem o Márcio, ninguém é chamado no processo, e a menina diz que

saiu mesmo, e aqui a gente tem mais um depoimento. Vamos ver se a gente acha um outro. Quem sabe a gente consegue descobrir um outro na cidade que também fazia isso, né?

Você conhece ou já ouviu falar no Nélio do cartório que fica ao lado do Banco Itaú?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu conheci ele, como eu já disse, ele era namorado da minha prima. Agora, que ele saía com meninada, isso eu não posso dizer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas qual é tua prima? Está aqui nesta listinha? Não?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É a Luciana.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, é a nº 4, que já é maior, mas quando ele saía, ela era maior?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Era.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas aqui não, aqui ele saía com uma criança de 14 anos.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Mas é como eu disse: eu não posso dizer coisas que eu não estive presente, não tenho como **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu sei, mas eu estou te ouvindo para saber se você conhece; se não conhece, não tem problema.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, eu conheço ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você conhece o Motel Sedução?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vocês costumam ir lá?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Já fui algumas vezes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – De quem era o seguinte celular – vou dar-lhe um número de celular e quero saber de quem era esse celular –: 9989.1519?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei. Não conheço.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É de um amigo seu.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Amigo meu?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Era uma pessoa que ligava para você, e você ligava para ele. Deixe-me dizer por quê. Podemos simplesmente quebrar o sigilo do telefone. Só que fica mais demorado, mas o efeito é o mesmo. Se puder ajudar, isso facilitará o nosso trabalho e também o seu, porque, de alguma maneira, vamos acreditar, cada vez mais, em você. Você lembra? Vamos tentar.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Na época, eu tinha muitos números de telefone de celular **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deixe-me ajudá-la. Esse telefone era de um homem que tinha uma caminhonete vermelha. Você se comunicava com ele, você se comunicou com ele, pelo menos, três vezes quando você foi ao Motel Sedução. Para você construir e lembrar na sua cabeça, você precisa lembrar-se do Motel Sedução, da caminhonete vermelha e de um homem, cujo nome não sabemos, mas conhecemos apenas o telefone. É fácil descobrir o nome.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Como eu te disse, às vezes, a gente tem tanto telefone que não gravamos todos os números de cabeça.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está bom. Mais na frente, você tenta lembrar. E quem é Derico?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Derico era o meu cliente que foi apreendido.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É o Adélito?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Como? Adelito. Qual é o nome?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Derico. É o mesmo ou é outro homem?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É outro homem.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Derico era o meu cliente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Outro?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Era seu? Saía com você?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu e ele saímos várias vezes, e eu tinha o número dele na minha agenda.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas ele não foi só com você. Ele foi com a adolescente nº 1 também, duas vezes.

Quem é, e não está aqui, então deve ser maior, Renata?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Minha amiga.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Maior?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Maior de idade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você conhece um restaurante de nome Casarão?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É. É um bar **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É um bar da cidade?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É um bar da cidade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como é o nome do dono? Silvio?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Acho que sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Silvio... Diga-me uma coisa: a Renata, eventualmente, também apresentava suas amigas para outros homens?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Que eu saiba era sempre assim, né, como a gente era um grupinho nosso, ela já indicou um cliente dela para mim, como eu indiquei um cliente meu para ela. Mas, que eu saiba, ela arrumar para outros homens, não tenho conhecimento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas ela também conhecia a adolescente nº 1, só para a gente ter...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ela conhecia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela conhecia a adolescente nº 1 e a indicou ao Silvio, dono do Casarão. E eles foram ao Motel – segundo o depoimento – Casablanca. É lá o motel Casablanca?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Lá em Cáceres tem um Motel Casablanca.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tem um.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Às vezes, obtemos uma informação. Como não conhecemos o lugar, estou checando as informações que temos. Efetivamente, as coisas vão batendo, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Laura Carneiro, para dar continuidade. Camila, não sei se você lembra, mas, no início, você disse que não sabia quem eram os clientes.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Foi.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Lembra? No começo da nossa audiência, você disse: "Não sabemos, porque a gente sai uma vez e pronto."

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não é. Muitas vezes, a gente nunca mais encontra os clientes. Só que têm uns três, quatro, cinco, alguns clientes com quem a gente costuma sair outras vezes e ficamos mais íntimos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, têm os clientes, porque agora você disse: "Já saí várias vezes com ele."

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Saí várias vezes com ele.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – No começo, não era por várias vezes. Só via uma vez e nunca mais.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Alguns clientes a gente nunca mais vê.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Alguns, mas outros clientes voltam.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Às vezes, eu pego o telefone, anoto na minha agenda e nunca mais entro em contato, porque...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eles é que ligam.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente não consegue falar. Muitas vezes, eles nem atendem ao telefone. Então, só ficam **(fora do microfone – inaudível)** mas que costumamos sair outras vezes **(fora do microfone – inaudível)** nunca saímos. Agora, há outros que já, tipo assim, estão certos. Saímos duas ou três vezes por mês, e tal. **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vou dar-lhe outro número de celular para ver se você se lembra dessa pessoa: 9989.0685. Só para dizer. Eu faço de propósito quando eu dou o telefone, porque eu quero que a esposa deste homem e todos os amigos dele vejam.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Amigos de quem?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Desta pessoa aqui. Já que a Justiça não julga, quem sabe alguém pelo menos para de falar com ele, porque gosta de criança de 14 anos.

Nove, nove, oito, nove, zero, meia, oito, cinco. Conhece este número?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não conheço esse número. Tenho certeza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você conhece alguém que se chama Caçapa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deve ser bom no negócio.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não conheço. Tipo assim... **(fora do microfone – inaudível)** pessoas diferentes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tudo bem. Você não necessariamente conhece essas pessoas. Você alguém de nome Edméia?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Edméia era amiga dessa primeira menina.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Bruna, adulta, não é?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sempre via as duas **(fora do microfone – inaudível)** juntas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas ela era adulta?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Acho que sim. Elas andavam juntas para cima e para baixo. Não tinha amizade com ela. Mas as duas eram para cima e para baixo. Inclusive são amigas até hoje.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Existem muitas joalherias na cidade?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sim, umas cinco joalherias, eu acho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por causa do garimpo, que fica perto?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Netinho da joalheria é dono de uma joalheria?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É dono de uma joalheria.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Uma das cinco é do Netinho, que também gosta de menina.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Nunca arrumei nada para ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nunca arrumou nada?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Nada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Alguém arrumou.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Também não tenho nada a dizer contra ele, porque eu nunca vi nada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu também não. Mas a adolescente nº 1 viu.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como a adolescente nº 1 entrou na rede?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela começou com um namoradinho.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – **(fora do microfone – inaudível)** aprontou na cidade. Inclusive, eu não tenho as fitas, mas ela aprontava muito. Inclusive tem uma fita pornográfica que ela filmou. Ela e uma **(fora do microfone – inaudível)** A minha amiga inclusive a **(fora do microfone – inaudível)** acusou, na verdade, não aconteceu **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Onde podemos encontrá-la?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ichi! Só sair em Cáceres, perguntou dela, todo o mundo conhece.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu queria tanto tentar com ela. Ela ainda é menor?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ainda é. Deve ter hoje uns 16?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como ela entrou na rede? Como você teve contato com ela? Ela a procurou, pediu-lhe algum favor, pediu que você a apresentasse para alguém?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente se conheceu por acaso, não é? Em uma praça da feira, um lugarzinho assim, com várias pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela começou a procurá-la?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ela já tinha os clientes dela já. **(fora do microfone – inaudível)** como disse já anteriormente, a gente, às vezes, uma indica cliente para a outra e eu indiquei **(fora do microfone – inaudível)** para ela.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando você indicava, você dizia o nome do cliente ou você dava o telefone ou fazia o contato?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Às vezes, a gente dava o número somente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Algumas vezes, você... Chegou a menina: "Mas eu tenho vergonha de ligar. Não quero ligar. Liga para mim. Marca para mim." Isso já aconteceu?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Já aconteceu.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Já?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Já.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com quem?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Oi?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a adolescente nº 1 já aconteceu alguma vez?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Aconteceu com a Renata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela é maior?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela é maior.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela chegou a telefonar para você, pedindo que você marcasse o encontro?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sim. Ela me perguntou se eu tinha alguém para apresentar para ela, porque ela precisava de dinheiro. E eu também fazia a mesma coisa com ela.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu sei, mas é importante saber como funciona.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Todas nós temos telefone.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas existe um homem que mora em uma determinada cidade e a sua amiga que está chegando à cidade pede que você a apresente para um cliente. E você diz: "Tem o fulano da joalheira, tem o fulano do supermercado, tem o fulano que é advogado".

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – (fora do microfone – inaudível) vamos supor, se ela é minha amiga, se ela pergunta para mim, eu sempre indico alguém com quem já saí com ele, que eu conheço

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só quero saber um detalhe. Já entendi que uma ajuda outra a conseguir cliente.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas, se uma das meninas é mais tímida, não conhece ninguém e diz "Não, eu quero que você me diga" e você diz "Tem fulano, beltrano, sicrano." E ela diz: "Mas não sei como chegar. Dá para você ligar e marcar para mim?". Isso você pode fazer, pois vocês trocam favores. Você liga?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sim. A gente liga.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – "Fulano, tem uma amiga que está chegando aqui e está querendo fazer um programa. Você está a fim?" Isso acontece?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Já aconteceu.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Camila, vou tentar o máximo que puder, como disse, cumprindo a minha promessa, não usar o seu nome, mas tem algumas perguntas que são impossíveis porque elas estão no teu depoimento e não tenho muito como fugir. Por mais que eu queira, ou não pergunto e não fico sabendo ou tenho que, infelizmente, falar um pouco mais do que gostaria.

Me diz uma coisa: quem é Fabiano? Telefone 9978.9217?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Fabiano?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Fabiano.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Já foi um dos clientes que estavam na minha lista e eu já havia saído com ele antes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aqui você diz, não que saiu com você, não, que saiu com uma das menores, três vezes.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, com...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Já te falei que não estou preocupada com quem você saiu. Se a gente pudesse voltar atrás, nos teus quinze anos, eu queria saber todos que saíram. Infelizmente não dá para voltar atrás. Mas se eu puder, mesmo sendo da pá virada, de alguma maneira, fazer com que essas pessoas que, eu não, nós, usaram quando menores a um, dois, três etc. e tal, isso é o que a gente está aqui para fazer. Entendeu? Essa é a nossa função. A gente recebe para isso. O nosso trabalho é esse. Então, eu preciso que você me dê alguns dados.

Esse Fabiano trabalho onde?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Bom, mas vamos lá. Vai ser fácil pelo celular. Mas esse Fabiano saiu ou você viu ele saindo com alguma das meninas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu não... A gente se conheceu em um barzinho na rua. Eu tinha o telefone dele e, como a gente faz sempre, simplesmente indiquei ele para umas meninas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só indicou?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hum, hum...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Uma das meninas. Isso é que é importante. Então, essa menina que você indicou era a 1 ou a 2?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Oi?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Era a 1 ou a 2 que você indicou?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ah, não me lembro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O papelzinho está aí. (Pausa.)

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu não me lembro se era a 1 ou a 2.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tá.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Faz muito tempo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Imagino.

Me diz uma coisa: essa nº 6 saiu com um tal Marcelinho? Quem é Marcelinho?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Marcelinho? Não me lembro disso. Essa...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele morava em Minas.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ham?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Acho que é um mineiro.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ele morava em Minas?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foi o que você disse aqui.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ah, eu não me lembro. Não me recordo mesmo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E esse advogado de nome Marcelo Horn, quem é?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ele é um advogado lá de Cáceres.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele é um advogado de Cáceres?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hum, hum.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E ele saiu com alguma das meninas? Por acaso ele saiu com a nº 7?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, que eu saiba, ele não saiu com ninguém, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas não foi o que você disse no seu depoimento. Disse e assinou.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu não me recordo disso, porque no momento **(fora do microfone – inaudível)** no dia em que conheci...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pelo teu depoimento, ele saiu com a menor 7, com a menor 8.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A 8 não é menor de idade, ela tem 21 anos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Hoje, né?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Na época, no ano passado que aconteceu isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas a 7 tinha... Saiu com a menor 1 por R$20. (Pausa.) E, em determinado momento, ele chega a contactar, mas acaba não saindo... Não, desculpa, a menor 1 ele contacta, mas acaba não saindo.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vamos falar um pouquinho da menor de nº 2. Ela diz aqui, e aí eu vou... Eu não posso te perguntar isso. Espera um pouco. Eu estava pegando o depoimento da mãe. (Pausa.)

Ela diz aqui que quando a conheceu... Como é que você conheceu a menor de número 2?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Onde eu conheci ela?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como? Onde?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente se conheceu em uma casa onde ela ficava.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como é que foi a conversa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente conheceu ela em uma casa onde ela ficava.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Uma casa? Onde ela morava com a mãe, com o pai? Qual era a casa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Era uma casa onde ficavam várias pessoas lá. Marginaizinhos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como? Marginaizinhos?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hum, hum. É. Gurizada, meninada, nessa casa que eu conheci ela. Fui lá, conheci uma das meninas que morava lá, que é minha amiga. Lá que eu conheci ela. Ela namorava o irmão da minha amiga. Inclusive hoje ele está preso. Ela tem um filho dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele está preso por quê?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ele matou um cara na casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que ele matou? Você sabe?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Briga de gangue.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Briga de gangue?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hum, hum.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Me diz uma coisa. Você, quando olhou para a adolescente 2, você falou que ela... Você alguma vez já usou a seguinte expressão: "você não pode ficar namorando esses moleques por aí. Você tem que ficar com homem velho

que te dê dinheiro. Esses moleques não têm futuro". Você alguma vez aconselhou a ela a se livrar da meninada e procurar uma pessoa mais velha que pudesse ajudá-la, mesmo dando dinheiro, enfim?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É. Não foi nesse tom que eu quis dizer, não é? Tipo assim, a gente estava conversando e eu falei assim: "Você não tem nenhum futuro, ficar com esse carinha sem futuro, não é? Roubando e tal."

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas como é que foi essa conversa, me explica. Aí ela... Na verdade, você estava aconselhando uma pessoa que você conheceu, não é isso? Como se fosse uma amiga.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você estava aconselhando essa amiga, de alguma maneira, a sair daqueles pivetes e ir para uma pessoa mais velha. E ela falou o quê?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu não me lembro o que ela disse não. Isso já faz uns 3 anos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você algum momento esclareceu: "Olha, se você quiser, eu te ajudo a fazer isso. Tem um esquema que dá para te apresentar umas pessoas mais legais, que podem te ajudar melhor"?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu disse para ela que eu podia indicar os meus clientes para ela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você disse que ela tinha que aprender a transar?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que ela não saberia, enfim... Ela disse, em algum momento, que...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não disse isso não. Mesmo porque ela já...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Já tinha transado, não é?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Já. Com um monte de gente, não é?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, é?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É. Ela era uma menina de gangue.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, ela era menina de gangue, junto com o namorado.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É. Esse namorado era um dos namorados dela. Ela já tinha tido uns outros. Porque eu conheci a minha amiga, e a minha amiga que já fazia programa, essa minha amiga, que era **(fora do microfone – inaudível)** e ela falou para mim que... ela me contava que ele era namorado dela, mas que ela tinha outros caras **(fora do microfone – inaudível)** que não era o primeiro homem dela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Camila, me diz uma coisa para fechar o meu raciocínio e terminar a minha parte das perguntas. Por que você acha... Quer dizer, primeiro, algum momento, alguns dos seus clientes... Claro, quando houve... Quando parou... Quando você foi presa, no flagrante, você...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu não fui presa em flagrante. Eu não estava no local.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas depois foram te apanhar.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu estava na minha casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu sei. Mas foram te apanhar. O flagrante, só para você saber, é de um dia. Não é só naquela hora, naquele momento não.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O flagrante se estende por 24 horas. Então, vamos lá.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – No dia em que foi presa, você e o Adélito... Minha pergunta é a seguinte: depois disso, quando você estava na cadeia, na pior, óbvio,...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Com certeza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aí você conseguiu um advogado, não é isso?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Minha mãe conseguiu um advogado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sua mãe conseguiu um advogado para te defender. Em algum momento, algum dos seus clientes telefonou para você?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Fez algum contato com vocês?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Nenhum. Nunca tive **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sei. Mas tentou ajudar vocês através da tua mãe. Alguém se identificou para ajudar?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você tem – eu sei que você tem... Eventualmente, depois que os outros Deputados perguntarem, se você quiser dizer um pouquinho mais desses clientes – eu só quero saber desses clientes... O que aconteceu? Eu vou repetir para você talvez o que eu ache mais grave. Claro que quem foi pego em flagrante, não tinha jeito; vocês, meninas, talvez porque pobres, também não; o dono do motel, como é político, tem que ferrar, embora não soubesse o que estava acontecendo.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Mas eu acho que o dono não tem nada a ver com isso, porque ele não sabe que é essa bagunça...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro que não tem, mas a lei... Claro que não sabe, eu sei que não sabe.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – (fora do microfone – inaudível)

A SRª. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Primeiro, é político. Já ferrou, coitado. Segundo, porque infelizmente a lei é muito clara: o dono do hotel tem que ter responsabilidade sobre quem entra naquele hotel. Mas fora o político, vocês e o que foi pego em flagrante, que não tinha como fugir, os outros clientes todos citados não são chamados. Eu realmente estou indignada. Por que eles não são chamados? Eu fico imaginando o seguinte. Você pode nos ajudar muito. Não é justo que você, e que tenha lá o ex-policial que você disse que não gosta de você... Está todo mundo falando o diabo de você. E os caras que, na verdade, ficaram com as meninas ficam impunes e, provavelmente, devem estar com outras meninas também de primeira idade.

Então depois que os Deputados perguntarem se você puder pensar... Eventualmente, a gente pode conversar, para não atrapalhar o andamento dos trabalhos, a gente pode conversar numa salinha, com o gravador, continuando numa reservada, se você pudesse tentar colaborar um pouquinho mais conosco, te agradecendo, dizendo para você que você deveria ter começado assim, talvez assim a gente não tivesse se irritado, e nem eu mesma. Mas agradeço a contribuição que você deu. Sabemos que, se alguma maneira você contribui com isso que nos interessa mais, nós podemos negociar com o Ministério Público para que você tenha diminuição de pena ou garantias no teu processo.

Óbvio, a Presidente já vai pedir à Defensoria Pública um advogado para você, porque a gente soube que você está sem advogado. Qualquer cidadão tem direito a um advogado.

Então nós poderíamos de alguma maneira contribuir com a chamada delação premiada, que é quando alguém contribui falando para auxiliar em um processo maior. É óbvio que você é uma ponta de uma situação; se eu puder pegar quem usa as crianças, para nós – e tenho certeza para a Justiça do Mato Grosso – é muito mais importante.

Era isso que eu queria deixar para você ficar pensando enquanto os outros Deputados conversam, com a certeza de que a Presidente vai oficiar à Defensoria Pública no sentido de que você tenha um profissional do Direito, um advogado para te defender na continuação do seu processo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Deputado Luiz Couto, o senhor ainda tem um questionamento?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

Camila, em primeiro lugar, quero dizer que você começou não querendo contribuir, mas nós sabemos que muita coisa você sabe, mas têm receio de dizer porque você disse: "Se eu disser, vão me ferrar". Você usou várias vezes essa expressão ou "eu vou me ferrar".

O importante, Camila, é a verdade. Ela pode até doer, mas ela liberta a gente, a gente fica mais livre. Você, como disse a Deputada Laura, vai ter a possibilidade de, colaborando com a CPMI, com a Justiça, para que a gente possa revelar essas redes de exploração sexual de crianças e adolescente, também ficar muito mais livre.

Eu pergunto para você: você disse que várias vezes com sua prima Luciana, vocês viajaram juntas e freqüentaram algumas boates. Você poderia revelar que boates foram essas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu já... Antes, anteriormente, já tinha dito.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas eu gostaria que você repetisse agora.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Trabalhamos em Cáceres e Postes Lacerda **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Rondonópolis também?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, Rondonópolis, eu não estava. Ela já tinha viajado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é, você, fora do Estado, você esteve com ela em outras boates?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, eu já tinha ido em outras boates, que ela era mais viajada do eu.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Viajada. Ela esteve inclusive na Espanha?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – No momento, a última notícia que tive dela ela estava na Espanha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você está trabalhando nessa boate, a boate aqui em Cuiabá há cinco meses.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Há cinco meses, você podia dizer como é que é essa boate? Como é? É uma boate grande? Caracterize...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu já disse.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas gostaria... Então diga

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Trabalha várias meninas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quantas meninas trabalham lá?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Assim, eu não sei dizer quantas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o tamanho dessa boate. Ela era grande? Como é? Tem várias suítes? Como é isso aí?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quanto?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Vinte meninas na casa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Essa é uma casa luxuosa, de luxo?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não muito.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Lá não tem, por exemplo... Quem freqüenta essa boate como cliente?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ah, várias pessoas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Gente que tem dinheiro não é?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Porque além de pagar a boate tem que pagar também a vocês e também tem que pagar o consumo de bebidas lá nessa boate, não é isso? (Pausa.) Essa boate é freqüentada por pessoas da alta sociedade de Cuiabá?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Olha, eu sei de várias pessoas, mas nome **(fora do microfone – inaudível)** porque muitas vezes as pessoas serem casadas, elas não podiam dizer os nomes verdadeiros, e a gente nunca... Na boate, muitas vezes é só aquela noite, nunca mais se encontra.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E é comum as meninas mudarem de nome?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você inclusive mudou de nome também não é? Você é conhecida por qual nome na boate?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Nome?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Escreva num papel. Isso gostaria de verificar, Camila, porque, na realidade, além de mudanças de nomes, que são nomes de fantasia, também há denúncia de que essa boate recebeu menores com documentos falsos.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu não posso dizer nada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você já não usou o nome Camila K?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Carla K?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Meu nome verdadeiro é assim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Carla K?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, é Camila com K.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, mas só Camila K?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Carla K?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca usou esse nome?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Nunca.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, você, nessa boate, vocês trabalham sempre à noite ou a boate tem funcionamento à tarde ou o dia todo?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, a gente trabalha a noite inteira, então durante o dia a gente costuma dormir.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas algumas vezes tem matinês funcionando nessa boate?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Olha, eu nunca saí pela agência, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Normalmente sábado...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, matinê, se tem durante o dia, tem também programa? As pessoas fazem programa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A partir de quatro horas da tarde?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, às vezes ficam na casa, não é? Aproveitam que os homens costumam sair à noite, e pegam as meninas lá à tarde.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah! Sim, então tem funcionamento também à tarde?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E a média de programas por noite?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei te dizer.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Há denúncia de que há uma média de 80 programas, na Sex Appeal.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você concordou comigo quando te perguntei.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, porque é uma casa bem movimentada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E os preços também são bastante apimentados, não são?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É. É uma casa que **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O preço vai de R$300 a R$1,2 mil? Você já chegou a receber algum dessa...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Magnitude...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...magnitude?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Essa quantia você já recebeu?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – R$1,8 mil?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, R$1,2 mil.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Oi?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, o que eles gastam lá. Quanto eles costumam normalmente...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – O mínimo da casa **(fora do microfone – inaudível)** é R$150.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mínimo.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Mínimo. E daí varia de preço.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quanto fica com vocês? Quanto fica com vocês de R$150 por programa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Tudo nosso. Só pagam o apartamento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aí você paga o apartamento?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você não paga nada?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O apartamento fica mais ou menos quanto, a suíte?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Fica R$40?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o cara ganha de quê? O dono da boate?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – De bebida. Só para entrar na casa, R$50.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Consumação.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para entrar na casa, R$50,00. É comum, porque é claro que vocês vão ficar a noite toda tomando uísque, bebida alcoólica...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Só tomamos se alguém pagar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas mesmo assim, quando vem a bebida vem batizada, é mais água do que uísque, porque se vocês forem beber com todos os clientes vão ficar...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – **(fora do microfone – inaudível)** bebem muito. Eu, como não bebo, tomo **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sei, mas é comum que venha para o cliente uísque e para vocês venha outra bebida batizada para dizer que está bebendo, porque é ele que paga, o cliente?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, muitas vezes a gente toma a mesma bebida **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas acontece.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Acontece.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Acontece também da bebida ser falsificada para...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, não acontece. A bebida é real.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É real.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Se você pede uísque, vem uísque mesmo. Se pede

uma coisa mais leve, se você não bebe, água de coco, vem água de coco mesmo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem paga é o cliente.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É o cliente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Padre, eu queria só fazer duas perguntas que eu esqueci e que acredito vão facilitar o seu próprio interrogatório.

Você tem irmãos ou irmãs?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Tenho cinco irmãs

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vou escrever o nome de uma, porque acho que é menor. Alguma delas, eventualmente, faz programa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, nenhuma.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Essa aqui, acho que é esse o nome. (Pausa.) Faz algum programa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei, porque ela é a irmã que dá mais trabalho na minha casa. Inclusive tem acompanhamento do Conselho Tutelar, se meteu em gangue, entendeu? Deu muito problema para a minha mãe. Agora, ela teve um nenenzinho. Agora que ela está bem, porque teve um nenenzinho, está com o pai da criança, mas ela teve um monte de problemas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E uma última pergunta. Essa foi a primeira, agora a segunda. Quando você falou sobre a Espanha, quando começou a contar para a Senadora, para a nossa Relatora, enfim, para todos nós, de uma maneira geral, sobre a questão da prostituição, do aliciamento, a utilização de menores, a gente foi conversando e tal, e você, num determinado momento, se travou e disse assim: "já estou falando demais". Num dos seus depoimentos você diz assim: "Pô, vão me ferrar." Quem vai te ferrar e por que você achou que estava falando demais? O que tem atrás disso?

Olha só. Só para você ouvir a gente. Todos que estão aqui primeiro têm pelo menos o dobro da sua idade. Todos que estão aqui estudam o que está fazendo. A gente não está à toa nisso. Nós acreditamos no que estamos fazendo. Imagine que, para você transformar, às vezes tem que fazer alguns sacrifícios. E esses sacrifícios se dão na medida em que você tem que fazer um interrogatório duro com uma pessoa que passou pelo que você passou para que outras pessoas, outras meninas e meninos não passem pelo que você passou.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pode falar.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Para vocês **(fora do microfone – inaudível)** uma coisa. Igual eu, só eu que fui punida quando aconteceu **(fora do microfone – inaudível)** enquanto eu estive presa, todas aquelas meninas que me incriminaram, continuaram fazendo programa da mesma forma.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu sei disso.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Então, falam que... a punição caiu em cima de mim, por eu ser maior de idade. Mas...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Entendo, ate porque a lei não vai punir as menores porque elas são vítimas.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Todas saíram e eu fiquei três meses. Quando eu saí, tentaram conversar comigo e eu falei não quero amizade, porque só eu que fui prejudicada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por isso te disse quando falei...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Errar faz parte da vida, persistir no erro que é burrice. Eu tive punição para nunca mais. O que eu sofri ninguém sofreu por mim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro, querida.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Nem minha mãe **(fora do microfone – inaudível)** na cadeia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por isso, eu lhe disse que quem eu quero pegar não é você. Quem nós queremos pegar não é você. Você não só já se arrependeu, como já sofreu o suficiente para os seus 22 anos de idade. O que queremos são os homens que fazem com que você esteja sofrendo isso.

Então, tem alguém por trás? Quem é que pode "te ferrar"? Quem é esse monstro que pode, eventualmente, lhe fazer mal se você falar mais sobre a questão da Espanha?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – **(fora do microfone – inaudível)** colocar **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem é que tem de grande nessa história? Tem alguém por trás de você.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Porque as pessoas que eu tinha **(fora do microfone – inaudível)** coisa **(fora do microfone – inaudível)** todo mundo. Hoje, não tenho amigo, não tenho ninguém mais. Lá, na cidade, as pessoas que me conheciam **(fora do microfone – inaudível)** nem me vê

mais nas festas. Inclusive, um dia, perguntei por acaso para o policial que tinha feito a minha apreensão e ele comentou: "Olha, você mudou 100%, porque a gente ficou te investigando um bom tempo e viu que você estava totalmente mesmo." Porque eu sei que só eu estava sendo prejudicada. Você entendeu? A gente andava **(fora do microfone – inaudível)** uma ajudar outra, mas no bom sentido **(fora do microfone – inaudível)** eu não sabia **(fora do microfone – inaudível)** era tão grande Quando eu caí em si, eu vi que **(fora do microfone – inaudível)** pensava, que era muito mais grave. E hoje, eu faço de tudo para não voltar à condição **(fora do microfone – inaudível)** um ano atrás.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O que você acha que você fez de errado nessa história toda?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, olha, só por ter passado por tudo que eu passei, fiquei três meses...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, eu sei, mas o que você acha que fez de errado? Você fala assim: "eu errei e não repito mais o erro. Eu mudei 100%". O que você fazia antes que você não faz hoje?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente fazia um programa **(fora do microfone – inaudível)** Então, eu penso, se eu não tivesse passado por aquilo, eu não teria aprendido. Se eu não tivesse sido presa, eu não teria aprendido o que aprendi hoje, não é? Eu não vou repetir o erro do passado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas o que você fazia antes que você não faz agora?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – No caso, a gente ficava propondo uma para outra, entendeu?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Arrumar programa uma para outra?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Você tem sua profissão e você arranja os seus programas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hoje, eu sou sozinha. Se eu quero viajar, eu viajo sozinha. Não tenho amigas, não tenho nada. Eu aprendi que ninguém é amigo direito, porque quando você **(fora do microfone – inaudível)** se elas puderem falar **(fora do microfone – inaudível)** e tirar o corpo fora, elas tiram o corpo fora. Isso é só **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Camila, você não quis dizer o nome do proprietário da boate onde você trabalha, com medo de que você pudesse "se ferrar".

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu sou prejudicada pelo seguinte: eu trabalho lá, eu sustento meus filhos através daquela boate, que eu trabalho e ganho meu dinheiro, para sustentar meus filhos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você citou o nome da gerente.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É. **(fora do microfone – inaudível)** Ela trata a gente superbem, quando eu preciso de viajar, quando minha filha está doente... Como esses últimos dias, minha filha pegou pneumonia, eu tive de sair no meio da semana, ela só... Eu não tenho nada de reclamar dela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Solicito à Presidente que determine que se possa identificar o proprietário e o endereço correto da Boate Sex Appeal e também dA SRA. Ivete, que é a gerente. Além da gerente e do proprietário, têm outras pessoas que trabalham para vocês ou trabalham para a boate, que não são de programa, por exemplo, garçons...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Trabalham para mim?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, trabalham para a boate.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Como assim?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por exemplo, não tem garçom? Tem outras pessoas que trabalham lá. Vocês se alimentam lá também?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente trabalha em várias meninas lá, na casa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. Essas meninas também fazem programa ou são meninas que somente trabalham para a boate?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Só trabalham na boate.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo, mas elas... Qual é... Certo, está bom. Em número de quantas pessoas trabalham só para a boate, que não são de programa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei te dizer, porque na casa moram vinte meninas e à noite aparecem bastante meninas para trabalhar lá. Tem cozinheira, faxineira, segurança e...

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – Numa faixa de quantos? Você vive lá a semana toda e reconhece mais ou menos.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Dez pessoas, eu acho. Porque a gente não fica no

meio dos funcionários. A gente é mais afastada. Então, a gente não vê tudo.

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – Mas durante o dia...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Mas não fica todo o mundo durante o dia. Durante o dia só ficam a cozinheira, a faxineira e alguns seguranças.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Essa segurança é própria da...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Para a gente mesma.

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – Você disse que, normalmente, a praça que é bastante freqüentada, em Cáceres, é a praça Duque de Caxias. Não é isso?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Praça **(fora do microfone – inaudível)** eu disse.

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – É?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É movimentada até hoje.

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – Você disse que não agencia menores, que não os alicia. Mas há vários depoimentos aqui...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eles falavam que eu ganhava propina para incriminar mais eu. Na verdade, era daquela forma. Uma indicava cliente para a outra. Eu, pelo menos, nunca ganhei dinheiro nenhum para, assim, fala assim: me dá tanto que eu vou **(fora do microfone – inaudível)** outro.

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – Você disse que não. Quando você foi presa, a primeira preocupação básica foi perguntar: "Você quer advogado?" Você disse: "Não quero." Na segunda, você queria entrar em contato com a sua sogra. Sogra ou mãe?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Só tive direito de fazer uma ligação depois que eles fizeram **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – Mas você entrou em contato. Na terceira, você disse que as meninas iam porque queriam. O todo tempo você repetia isso. "Eu procurava, mas elas iam porque queriam." Na realidade, havia uma intermediação.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não era nesse sentido. Era como eu disse antes. A gente ligava: "Olha, eu tenho um cliente novo". Eu sabia que elas faziam programa também, assim como eu. Eu perguntava, simplesmente, se elas estava a fim de fazer um programa com o cara, porque naquele momento...

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – E você acha que isso não é agenciar, que não é aliciar?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ela era minha amiga.

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – Mas menor?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Menor?

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – Sim.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A maioria das minhas amigas é maior de idade.

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – Mas Dayane era...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Dayane era maior de idade.

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – A número seis era menor.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A Dayane é maior de idade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sem falar os nomes.

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – Hoje ela pode ser maior, mas era menor naquele momento.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não era menor de idade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A número 1 era.

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – A número 1 também era.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Só a número 1 **(fora do microfone – inaudível)** A número 2 disse que – inclusive no dia – eu sabia que ela era maior de idade porque ela dizia. Inclusive, o auto da petição tem, ela declarou, que é maior de idade quando foi presa. Só depois, porque ela não tinha como comprovar que era maior de idade, descobriram que ela era menor. Mas o tempo inteiro ela dizia que era maior, com disse para mim.

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – Isso comprova a questão da falsificação de documentos, da idade, porque sabe que para ficar em uma boate, para entrar em um motel, tem que ser maior. Na realidade, ela era menor.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Mas eu não tinha como saber que ela era menor.

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – Mas veja você chegou... A número 1 saia do colégio. Disse que, quando foi saindo, você se aproximou dela e disse-lhe: "Estou de olho no seu corpo. Você não quer fazer um programa?"

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não houve isso. Se ela relatou isso ela mentiu.

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – Você não chegava e dizia: "Tem um clientes aí. Preciso de meninas de 14 a 17 anos." Você nunca fez isso?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – Olha, Camila, você voltou a se complicar.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. É o meu caso. Vai ser a palavra delas contra a minha palavra.

O SR. LUIS COUTO (PT – PB) – Foi a autoridade que disse. Ela disse sobre a questão da verdade. Ela também pode ser punida. "Camila e a menor circularam". Você sabe andar de bicicleta?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Oi?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sabe andar de bicicleta?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – "Que você e a menina, uma menor, circulavam de bicicleta, por cerca de 50 minutos, no centro comercial da cidade, período em que fizeram duas paradas apenas, uma na Praça Duque de Caxias, e outra numa loja de roupa situada na Rua Tiradentes, próxima a SH Parafusos." Confirma isso?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Mas eram nossas amigas, a gente estudávamos juntas, estivemos, sim, mas não tinha nada a ver com programa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo! Pois é, mas confirma essa primeira parte. "Que, durante o tempo em que permaneceram na Praça Duque de Caxias, aqui fala Praça Duque de Caxias, Camila conversou com dois homens, em momentos distintos..." É isso?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, eram meus amigos. Eu estava cumprimentando na rua.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo! "...sendo que um deles estava em um veículo de cor vinho." Um deles estava num veículo de cor vinho. Esse amigo seu você conhece?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conhece. E era um daqueles que estava lá no seu telefone?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Aí vem a continuidade: "que, por volta das 18h40min, Camila e a menina se dirigiram rumo à Getúlio Vargas, sendo que, próximo à Prefeitura, encontraram uma pessoa que conduzia uma caminhonete F-1000 de cor branca."

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não era de cor branca. Era o meu cliente **(fora do microfone – inaudível)** a gente estava indo de bicicleta, eu juntamente com a menina, inclusive eu ia deixar ela na casa da Valdinéia, da menina, daí eu deixei ela na casa da amiga dela e fui ficar na caminhonete com o meu amigo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você não ficava apenas fazendo contato com os homens, com os clientes, porque, no caminho também você fazia contato com menores.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Menores, não. Só ela era minha amiga de menor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – "Que duas meninas, duas meninas...", ou seja, é uma autoridade policial que estava vigiando você.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso foi o que eles disseram, né, mas não foi nada comprovado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não foi nada comprovado, mas eles acompanharam todo o processo.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Só para eles ver que essa menina nº1 não tinha nada a ver com o programa... Inclusive o meu amigo deu carona na caminhonete para a gente, a gente deixou ela na casa dela, e ele que me levou para casa. Ela não teve nada a ver com esse cara. Eu não estava. De maneira alguma foi programa para ela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Agora, você não apenas conseguia, segundo a denúncia, pessoas para programas sexuais, mas você também tinha um leque de meninas que você oferecia para os seus clientes.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não era leque. Que leque?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, havia um bocado de meninas, uma lista.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, elas são minhas amigas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Havia uma lista.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, elas me conheciam, e eu conhecia elas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas você telefonava para o cliente e dizia: "Olha, eu tô aqui, e tem uma menina de tanto, que tá querendo", e você agenciava e dizia também quanto era o programa.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, não existe isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Olhe, de fato, você pode não dizer, mas há testemunhas aqui de meninas, de testemunhas, de autoridades, que falam isso de você.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, mas isso foi o que eles disseram, isso a gente vai esclarecer em juízo, porque eu ainda não fui a juízo, e eles vão ter que provar isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, olhe, o seu cliente revela isso.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Foi! Também ele, na hora, da pressão. Realmente ele era meu cliente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Que pressão!

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Na hora da apreensão, ele era meu cliente mesmo. Como ele disse: "A Camila simplesmente, eu queria sair com ela, ela não pôde sair, e indicou essa amiga dela para mim." Foi isso que aconteceu na verdade, então.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Você confirma que indicou aquela menina?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Que indicou?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – O cliente que foi preso na apreensão era meu cliente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você indicou.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E você indicou a número um para sair com ele.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, a número 1, não, a menina que foi apreendida. Foi a número dois. Ela que foi apreendida.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi a número dois. Então você confirma que você fazia indicação.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não era indicação, como eu disse anteriormente, a gente, entre si, uma arrumava programa para a outra. Naquele dia, ela me ligou, eu não podia sair, e, porque eu sabia que a minha amiga fazia programa, simplesmente....

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, quem é que indicava clientes para você?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu já tinha os meus clientes. Eu tinha vários clientes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas como eles surgiram? Porque... todo mundo... Tudo bem, hoje eu tenho um almoço...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente conhecia...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Na rua? Na boate?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu ficava com o telefone, a gente saía outra vez, e ele já era cliente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Camila, você falou que não recebia nada. Mas assim às vezes vocês trocam presentes entre si.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Que tipo de presente?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Às vezes, vamos supor, eu conhecia ele, não é? Muitas vezes eu precisava de algum dinheiro, eu pedia para ele e ele me fornecia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não o cliente. Eu estou falando entre vocês.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – As amigas?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Que tipo de presente vocês trocavam?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente compra roupa e tal.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E aí dá uma para outra.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o que tu ganhavas das meninas que tu indicavas para os clientes?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O que elas já te deram durante esse tempo todo, qual o tipo de presente que elas já mandaram para você, já te deram?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Já me deram? Que eu ganhei das minhas colegas só em festas mesmos, assim, que a gente fazia, assim, amigo oculto mesmo, entre nós. E uma vez que eu sai com a minha prima e o meu cliente se apaixonou por ela. Ele era meu cliente e eu acabei perdendo para ela. Ela só me deu um presente. Só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Que tipo de presente?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ela me deu uma saia da Gang.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Uma saia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Comprovando, Senadora, de que há um esquema de troca de clientes...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso é o que existe entre nós.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Há um esquema?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E vocês combinam isso?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente combinam tipo assim, têm clientes dela que eu não conheço...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas vocês, entre vocês há um esquema de combinação, ou seja de cliente, e diz olha a gente passa para lá e vocês passam para a gente?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso. É assim que funciona com as amigas. Vamos supor, o cliente dela me conhece, daí a minha amiga fala "o dono de tal **(fora do microfone – inaudível)** para você." Daí o cliente não conhece a minha amiga. Eu passo o meu cliente para ela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E esse esquema também funciona para o barco do amor?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. No barco do amor eu já expliquei como funcionava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No barco do amor é um esquema então profissional.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É profissional.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É através das boates?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É através só das boates. A gente não tem acesso a eles.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo, então, veja. A nº 2, que você conhece, ela diz o seguinte: que foi..., "que conheceu você há cerca de cinco meses através de suas amigas, que ela também deve ser cliente dela; que nesta ocasião Camile passou a olhar detalhadamente para o corpo da vítima, e disse: 'Você não pode ficar namorando esses moleques por aí, você tem que ficar com homem velho que te dá dinheiro. Esses moleques aí não tem futuro.'" Você disse isso para a nº 2?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu já disse isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas fala novamente. Cada vez pergunta. Você falou isso para ela?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, a gente fez outra colocação. A gente estava entre amigas, não é? Eu, ela e outras amigas minhas e a gente fez o seguinte comentário, inclusive eu também comentei: "Olha, você não fica com esse carinha aí, vagabundo **(fora do microfone – inaudível)** marginal, perdendo tempo aí, dando para ele, arrisca **(fora do microfone – inaudível)** bom, não é? Larga mão, né? Arruma alguém para te dar as coisas, para te ajudar." É isso que a gente comentou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Camila, a nº 2 diz que você conseguiu um programa para ela. Era R$80. A nº 2 ficava com R$60 e R$ 20 vinha para você. É comum quando alguém indica para o outro também receber alguma parcela do que o outro pagou?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É mais ou menos assim. Nós funcionamos assim. Muitas vezes, quando a gente sai e a gente ganha bem, vamos supor quando a minha colega me indicou...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aí você passa alguma coisa para ela.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ãh, ãh. Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Isso acontece normalmente?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Normalmente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, há um esquema de...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Entre nós mesmos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pronto, aí fica claro de que há um esquema de que quem indica recebe uma parcela de quem foi indicado, não é isso?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hum, hum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Pronto. Outra coisa que eu queria saber de você, alguma vez você indicou alguém para o Sr. Turasi que é dono de um hotel?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, não tenho amizade com esse homem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca indicou?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ele saía com uma amiga que eu conheço, que era a minha amiga, e ela já conhecia ele bem primeiro do que eu, há bastante tempo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas a número dois foi indicada por você para ele, não?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Por mim?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, indicada para procurar o Sr. Turasi.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Só se a minha amiga passou o telefone dele, porque eu não indiquei ela para nenhum desses nomes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas você tinha um telefone dele na sua agenda?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, não tinha **(fora do microfone – inaudível)** dele não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E qual das duas amigas era cliente dele, que ele era cliente?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não ando mais com ela, **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual delas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não está aqui na agenda, o nome.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Camila, você é casada, separada, mora junto? Como é a sua situação?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A minha situação é meio complicada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por quê?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Você tem um companheiro?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Tenho sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele está onde?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É igual eu te falei, eu estou nesta vida mais porque eu preciso muito, mesmo. Olha, eu tenho dois filhos para criar, tenho minha avó, de oitenta anos, que depende de mim, e o pai das minhas filhas se encontra preso neste momento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Da sua filha mais nova ou mais velha?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso, da minha filha mais nova.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E da outra?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por que ele está preso?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Olha, os problemas dele...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Drogas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tráfico de drogas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o pai da segunda filha?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Esse é o pai da minha segunda filha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o da primeira?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – O meu primeiro filho foi caso de namoradinho.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deixa eu te perguntar uma coisa ele está preso e ele tem alguma relação também com essa coisa de...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, ele nem sonha que eu faço programa, porque eu fazia escondido dele.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas quando você foi presa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Quando eu fui presa foi que ele descobriu tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele estava solto quando você estava presa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ele estava preso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas como é que você tinha um companheiro e ele não sabia que você saía todo dia à noite e dormia durante o dia?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É porque eu estudava e a maior parte dos programas eu fazia a noite e eu não tinha serviço meio dia que eu trabalhava.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas numa cidade pequena onde todas as pessoas se conhecem se relacionam?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ele tinha desconfianças, mas não tinha certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele tinha a desconfiança, mas não tinha certeza?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso. Ele só descobriu na verdade quando eu fui presa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nas boates, nos barcos ou nos bares que você tenha visto também existe drogas? Oferecem drogas às meninas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Olha, como eu te falei, só foram uns dois fatos, né, eu conheço algumas amigas minhas que são viciadas em drogas, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – São oferecidas por donos de boates?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, elas mesmas compram por conta própria, que eu saiba.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Senadora, eu quero fazer uma pergunta. Deputado, o senhor me permite?

Você tem uma irmã menor de idade?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Tenho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos anos ela tem?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, eu tenho três irmãs menores de idade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você falou que desde 15 anos...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hum, hum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando tinha quinze anos...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Foi quando eu fiz o meu primeiro programa eu tinha 15 anos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi por amigas. Que amigas? Foi uma amiga identificada que disse: "Olha, Camila, têm uns programas aí, você quer ganhar algum dinheiro?" Quem foi que te indicou?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu viajei com ela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hoje em dia nós não conversamos mais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas quem era amiga que te indicou, primeiro, disse que tinha esse programa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Foi um amiga minha lá de Cáceres.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você pode dizer o nome?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ana Paula.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ana Paula.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Essa Ana Paula também esteve contigo no Sex Appeal?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, vixe, faz muito tempo que eu não vejo ela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela era de Rondônia?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não era de Cáceres.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De Cáceres?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hum, hum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas é o seguinte, veja, eu vou agora pegar, você disse que todo mundo que falou disse porque dizia, porque podem ter sido pressionados. Mas aqui tem o seu depoimento. O seu depoimento é claro. É claro que tinha 15 anos de idade, e foi levada por influência de amigas a se envolver com a prática de programas sexuais. Você confirma isso? (Pausa.) Depois de algum tempo, você percebeu que tinham várias amigas suas ganhando dinheiro fácil, e aí elas pediram que você arrumasse programas sexuais para elas também. Aconteceu isso?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – (fora do microfone – inaudível)

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você não apenas começou a fazer programas sexuais, mas você disse que, a pedido de algumas amigas suas, você arranjou alguns programas para elas. Você confirma?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu disse que indiquei um dos clientes meu a ela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas aqui você disse que arrumava programas para suas amigas.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu, já disse anteriormente passava cliente meu para ela, se ela precisava. Às vezes, se eu pudesse ajudar, eu passava os meus clientes para ela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Mas aí você disse que algumas dessas suas amigas eram menores.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hum, hum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eram menores.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu disse que as únicas que era de menor, algumas mentiam a idade, eu não tinha certeza que era menor. Somente a nº 1 era menor de idade, que era minha amiga de escola, que já fazia programa por conta própria.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você disse que a maioria dos seus clientes... que "a interrogada cobra barato dos homens que agencia para fazer programas." Qual era a média, normalmente?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Tem programa que ganho, R$1,00 **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você acabou de dizer...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Você não entendeu a colocação. Esses, certo, ganhavam propina **(fora do microfone – inaudível)** propina, como eles eram meus amigos, eu pedia uma grana pra eles e eles me davam.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, Camila, você acabou de dizer anteriormente que é comum quando uma amiga indica outra de receber uma parte do que recebeu.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso que eu quis dizer. Só que eu não cobrava propina. Elas entravam por conta própria.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas é comum fazer isso. É um acordo entre vocês, tem um esquema.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É um esquema. É o seguinte... você... esse Adelito era seu cliente

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi com esse Adelito que você indicou a nº 1?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Hein?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, não indiquei. Ele foi **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas não foi esse amigo atendido que foi com você na casa da nº 2?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Foi ele que foi comigo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim...

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ele ligou para mim, ele queria sair comigo, eu não podia, e indiquei a minha amiga que estava precisando.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você foi com ele na casa da nº 2.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Fui buscar ela, a nº 2, na casa dela. Ela estava me esperando.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é, buscar na casa, não foi na praça, não, foi na casa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso, ela falou: "Pode vir na minha casa."

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. O Maurício também é cliente seu?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Ele é meu amigo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Seu amigo?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Da nossa família.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Messias?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Quem é Messias? Não conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas é você quem disse no seu depoimento.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Messias?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Messias...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nélio é seu amigo ou cliente?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ele é namorado da minha prima.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Namorado. Você falou de um tio. Tio Porto e tio Léo?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Meu tio, estava no celular **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Mas eles não faziam intermediação também não?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Lógico que não. Nem todo mundo que estava no meu aparelho de telefone fazia programa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vou concluir. O Marcelinho, quem é Marcelinho?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Marcelinho... Marcelo é o meu amigo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Seu amigo?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hã, hã.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É o advogado é?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – O quê?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Esse Marcelinho é o advogado?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era também cliente?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Era cliente meu.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E também de outras meninas menores?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Ele saía somente comigo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, a nº 2 saiu com um, foi indicada para sair com o nº 2.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, só se elas foram com outro rapaz, porque não arrumei para elas, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Olha, é você que diz, no depoimento.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Porque **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Olhe aqui "No ano passado, a interrogada agenciou cerca de cinco programas para que a menor nº 2 e, nas outras oportunidades, saíram com a nº 2, o Marcelinho; depois, o outro, o Amilton, o Fernando, o Pedro." Você diz isso no seu depoimento.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente tinha vários clientes. Não é só um nem dois. Então, a gente passava um para outra **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você confirma que arrumou para a nº 1 cinco programas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu confirmo?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você diz aqui. Então, você ou está mentindo aqui ou mentiu para a polícia.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Lógico, no dia eles fizeram a maior chantagem comigo. Falaram para mim: "Fala tudo que você tem para falar aqui agora." Tudo mentira. Eu queria ir embora para a minha casa. Não sabia o que estava acontecendo naquele momento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você diz que a polícia fez chantagem com você?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Falaram assim "Fala as coisas que você vai embora." Eu falei, não é?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas, se você falar, não era para falar.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Então. Muitas coisas que está aí não tem nada a ver. Não aconteceu.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você não arranjou uma para o Richard?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Richard? Richard é um cara lá de Mato Grosso do Sul. Eu conheci ele, e vi ele só uma vez.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E não arranjou menina para ele não?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Lógico que não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o Fabiano?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – O Fabiano era cliente, sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Olha, digo para você que, na realidade, os depoimentos que estão aqui, inclusive o de menores que deram depoimentos, que são vítimas, e que prestaram depoimento, deixam sua situação bastante preocupante, pelo fato de que você prestou um depoimento, não quis advogado – poderia muito bem pedir a presença de um advogado e não pediu –, mostrando efetivamente que há uma série de contradições.

O João do Dólar você conhece, não conhece?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, não conheço. Eu conheço ele de vista. Não tenho amizade com ele. Nunca conversei com ele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, rapaz! É...

Ou ela continua sem querer se revelar em alguns aspectos. É um direito que lhe assiste. Agora, digo, Srª Presidente, que, na realidade, pelos depoimentos que temos aqui, muita coisa precisa ser investigada, porque, pelo que verificamos, a Camila está com receio de revelar certas coisas, com medo de ser "ferrada", o que mostra que alguma pressão ela sofreu. A prova mais cabal é de que, quando Camila fala, ela fala com os olhos para cima; ela não fixa nos olhos, demonstrando efetivamente que tem medo, receio, de que ela possa ser prejudicada, tanto no trabalho dela.

Ela disse depois de 15 anos, mas, ela teve um tempo em que você viveu com o seu companheiro. Mesmo assim, no tempo em que você viveu com o seu companheiro, você continuava fazendo programa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi. Está Ok.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Passarei a palavra, por último, à Deputada Anne Pontes.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Camila, serei bem objetiva. Não se preocupe, pois estou acompanhando o depoimento, para não ser repetitiva.

Como foi colocado, sou do Estado do Pará, e fiquei muito interessada na questão dos aluguéis. Você, alguma vez, chegou a ser responsável pelos aluguéis dessas casas, para levar as meninas de lá?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Mas, você morou nessas casas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Morei.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Quem ficava responsável?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ai, na verdade eu nem sei quem ficava responsável, porque a gente só passava o dinheiro e só.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Só passava o dinheiro?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Era **(fora do microfone – inaudível)** o dinheiro.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Você colocou, também, que agora você tem consciência da gravidade do ato que você fazia. De que forma? Ao indicar os programas paras amigas e em função da amizade que você acabava tendo, com os clientes, de receber dinheiro quando você estava necessitada?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, mais um ponto de vista. É tipo assim, porque **(fora do microfone – inaudível)** a gente tinha amizade com menina de menor, de maior. Então, eu pensava que elas faziam programas, normal **(fora do microfone – inaudível)** não imaginava... a gente que era maior ficava junto com elas, podia correr o risco de ser prejudicada como eu fui.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Então, você acabou reproduzindo o que a Ana Paula fez com você. A Ana Paula convidou você, com os quinze anos

de idade, para fazer o primeiro programa e a partir de então, como você já fazia regularmente os programas, você também passou a convidar. Você passou a fazer a mesma coisa que a Paula fez com você. Correto?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, mais ou menos. É, nesse sentido.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Você reproduziu aquilo que fizeram com você.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A gente... eu sabia já que elas faziam programa e muitas vezes a gente convidava. Quando tinha algum homem a mais, a gente convidava.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Certo. Você me falou que ficou presa durante três meses. Quem custeou esse advogado para fazer com você?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A minha mãe.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – A sua mãe. Você disse que a sua mãe nem foi lhe visitar na cadeia, mas custeou o advogado. Ela **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ela foi no primeiro dia, um domingo. Daí ela nunca mais foi.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Ela trabalha em quê?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Minha mãe?

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – É.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ela trabalha a domicílio mesmo. Doméstica.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – E foi ela pagou o advogado?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Foi parcelado.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – E aí depois, quando conseguiu responder teu processo em liberdade, o advogado deixou a causa?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ele pediu muito caro para continuar o acompanhamento do processo e não tinha condições de pagar.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Você me disse, há pouco, que quando estava em dificuldade, procurava os clientes pra lhe dar dinheiro. Você procurou, para que eles pagassem o advogado para você?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Na época como eu iria procurar, se eu estava presa e não tinha como?

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – A sua mãe não tinha como entrar em contato com ele?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não. Não conhecia...

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – A sua mãe sabia da sua atividade?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – A minha mãe sabia entre aspas, porque eu sempre tomava muito cuidado com minha família. Todo mundo conhece lá onde que eu moro. O problema era meu, não da minha família. Então, eu não gostava de expor, não.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Então, mas quando a coisa se tornou pública ela ficou sabendo?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ficou sabendo.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – E você não orientou que ela procurasse os seus clientes para lhe ajudar nessa hora de sufoco?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não pensei desse lado, eu pensei que eles, vendo a minha situação – não é? –, pudessem procurar minha mãe, porque alguns eram bastante íntimos meus e podiam me ajudar, mas isso não aconteceu.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Em função dessa intimidade, era isso que eu queria só fechar contigo; já estou encerrando... Você me disse que quando era direto, em forma direta, você ganha mais; quando era por intermédio da boate é mais seguro, mas ganha menos.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hum.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Então, eu te pergunto: a maioria desses clientes que você ganha mais são daqui do Estado, porque pelo Barco do Amor ou pelas boates são os turistas. É isso?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hum, hum.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Você confirma isso pra mim?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hum, hum.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Os seus clientes diretos são daqui do Estado?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É, são do Estado.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Da boate e do Barco do Amor são turistas?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hum, hum.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Quem mais aufere são os donos das boates?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Como assim? Não entendi a pergunta.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Olhe o raciocínio: você me colocou que quando você faz programa de forma direta, você ganha mais.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Hum, hum.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Você tem o quê? Clientes.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Quando você vai por intermédio da boate, como você está agora, é mais por turista, não são os daqui do Estado?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Na boate dá muita gente da cidade. Nos barcos que a maioria são pessoas de fora, são pescadores.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Então, é isso que eu pergunto pra você: os seus clientes que estavam na listagem do seu celular, na maioria são pessoas do Estado, não são turistas, não são de fora?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Daí a preocupação de você não querer revelar o nome deles, porque são pessoas conhecidas. Correto?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não quero responder.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Ok. Você sofreu algum tipo de ameaça?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Também não quero responder.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Não quer responder.

Na boate que você trabalha tem saídas de emergência? Ou seja, deixa eu ver se eu reformulo de forma mais objetiva. Quando chega a polícia pra verificar a questão da documentação, tem como esconder as adolescentes? Tem saída de emergência?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Nunca vi isso, porque todo mundo... assim que você entra, você já mostra o documento, se você não está com o documento você não entra. Até o momento em que eu trabalhava, sempre vi tudo corretamente.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Mas, no caso de uma batida policial, tem saída de emergência? A boate tem várias saídas ou uma outra que você tenha verificado?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não, não tenho conhecimento...

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Só para concluir, agora é a última. Tu conhecer a Ediméia?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Ela é amiga da **(fora do microfone – inaudível)** não tenho amizade com ela.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Onde ela trabalhava?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Tu és de Cáceres?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Sou de Cáceres.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Essa Ediméia é de Cáceres.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – É de Cáceres...

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Então, tu conheces ela, porque é uma cidade pequena.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Isso.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – E ela trabalhava em quê?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Eu não sei. Eu a conheci ela na rua mesmo. A gente já se topou várias vezes, no mesmo lugar.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Já topou?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Assim, nos encontramos, no mesmo lugar, em festas, em barzinhos, mas, assim, conversar com ela, amizade, ela freqüentar a minha casa e eu a dela, não existia entre nós.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Ela era casada?

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Não sei.

A SRA. ANNE PONTES (PMDB – PA) – Está bem, obrigada.

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Srª Relatora, a Senhora teria ainda mais algum questionamento?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Então, vamos encerrar esse nosso questionamento com a Camila. Esperamos e temos certeza, Camila, de que tudo que você disse aqui vai dar uma boa contribuição para que possamos esclarecer diversos casos. Esperávamos talvez um pouco mais de revelação da sua parte, haja vista todo o sofrimento pelo qual você já passou, desde os 13 anos de idade, quando você teve o seu primeiro filho. E você sabe que o nosso trabalho é exatamente na tentativa de impedir que mais adolescentes, sejam eles meninos ou meninas, necessitem passar por isso que você passou.

Espero que você tenha visto que a responsabilidade de cada um de nós aqui é muito grande, inclusi-

ve sua, na hora de estar denunciando os aliciadores, os exploradores, aqueles que realmente se utilizam, da pior forma possível, para garantir o seu sustento, explorando mesmo.

Você sabe que tudo que foi dito aqui foi gravado, você fez um juramento, você prestou um juramento e você sabe que posteriormente, por você não ter aceito, quer dizer, declinou de ter um advogado, declinou de muitas coisas que foram ditas aqui, há uma certa contradição no seu depoimento, e tudo isso está aqui gravado nos autos... Você declinou do advogado, mas aceitou o advogado da Assembléia, então ele te orientou até este momento.

A SRA. CAMILA LOREN DE SOUZA PORTO – Mas, eu só não vim com o advogado porque ele disse que não havia necessidade. Só que não imaginei que fosse desta forma.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas, durante os trabalhos da CPMI, você teve um acompanhamento do advogado aqui da Casa, das Assembléia Legislativa, além da representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, que também acompanhou o momento em que você foi orientada de como você deveria proceder nesta Audiência Pública.

Muito obrigada.

A gente encerra, então, com a Camila.

Está dispensada, Camila.

(interrupção da gravação)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Peço para entrar a próxima testemunha e comunico à imprensa que ela pode acompanhar essa audiência, mas, ela não poderá mais ser filmada, a partir deste momento, e nem fotografias. Então, peço a compreensão. A nossa transmissão já foi encerrada. Para ouvir, a imprensa pode acompanhar.

Gostaria de comunicar que já estamos providenciando a assinatura do termo de compromisso dessa testemunha e para manter, preservar, para que ela não seja exposta, ela virá com capuz e nós utilizaremos seu nome como Ana, para que seu nome não seja divulgado.

Bom, o seu termo de compromisso, para que ela não seja exposta foi assinado, preenchido todos: nome completo, identidade, idade, estado civil, endereço residencial, bairro e profissão, local onde exerce sua atividade atualmente. E não é parente de nenhuma vítima envolvida.

A depoente compromete-se, nos termos do artigo 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. Não sendo obrigada a depor contra si própria. Ela preenche com "sim".

Eu só queria novamente alertar às Srªs e Srs. Parlamentares de que nós tenhamos todo cuidado e a partir desse momento fica, para facilitar os nossos trabalhos, o nome da depoente como Ana. Tá bom assim, Ana? (Pausa.)

Bom, Ana, antes de passar a palavra para a Deputada Maria do Rosário que vai fazer o nosso relatório final, eu queria lhe perguntar, se você gostaria de falar, antes de ser perguntada, de contar a história que você sabe para todos nós, e a partir daí, nós começamos a fazer as perguntas. Isso geralmente facilita os trabalhos da gente. Porque senão a gente fica perguntando, às vezes, coisas que nem são tão importantes. Talvez o que você saiba seja muito mais importante do que a gente vai poder lhe perguntar. Então, só para facilitar o trabalho, se você se sentir à vontade, você poderia começar a conversar, nós dizemos aqui que você é uma testemunha muito importante no nosso trabalho e certamente, essa disposição que você está tendo de vir aqui hoje e nos contar as coisas que você sabe, vai ser muito importante, vai dar uma contribuição muito grande para que nós possamos encerrar um trabalho da CPI e possamos ajudar outras crianças e outros adolescentes que hoje tem tido uma vida de muito sofrimento, e certamente você sabe disso.

Por isso, antes de mais nada, a CPI quer agradecer por você ter vindo aqui num ato assim, de muita coragem e de nos ajudar a cumprir com a nossa missão.

Você quer falar, começar a falar contando a sua história?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Está reaberta a nossa reunião às 17h20min.

Temos o termo de compromisso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, desculpe-me, mas a reunião não se encerrou, apenas V. Exª está transformando-a em reunião aberta.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Laura.

Nome completo: Claudinei Pedroso Silva. Identidade: 461.892 – SSP/MT. Idade: 35 anos. CPF nº 503.243.571/68. Estado civil: casado. Endereço residencial: José Vieira da Silva, esquina com a Avenida Zélia Pereira dos Santos, Bairro Jardim Pindorama, cidade de Rondonópolis. Profissão: motorista. Local onde exerce a sua atividade atualmente: diarista. É parente em algum grau da parte envolvida? Não.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos art. 5º da Constituição Federal.

Sr. Claudinei, o senhor veio acompanhado de algum advogado?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor deseja que seja providenciado um advogado para que possa acompanhar o seu depoimento?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não precisa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não precisa. Agradecemos, e passo imediatamente a palavra à Deputada (Maria do Rosário) para que ela possa proceder às suas indagações.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nas audiências, normalmente, tem sido aberta a possibilidade para as testemunhas fazerem uma apresentação geral sobre aquilo que sabem sobre exploração sexual de crianças e de adolescentes.

Claudinei, a Senadora Patrícia, em geral, na abertura dos trabalhos, quando passa a palavra ao depoente, solicita e pergunta a ele se ele gostaria de fazer um depoimento sobre o que ele sabe, o que ele conhece, o que ele já vivenciou acerca da exploração sexual de crianças e de adolescentes. Tu queres fazer esse depoimento?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – O que a gente já presenciou foi muito pouco; a gente sabe, às vezes, por ouvir dizer e por acompanhar os casos que estão na Infância e Adolescência, que são coisas que já comentei na questão de falsificação de identidade, falsificação de carteira de trabalho de menores, transformando-as em maiores com boletim de ocorrência policial, como também tornando elas maiores por trinta dias. O que a gente vem acompanhando e, às vezes, a gente consegue levantar alguns casos e levantaram na época em que estava na **(fora do microfone – inaudível)** ainda e, assim, a gente conseguia sair dessas menores e conseguia-se trabalhar só as maiores.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu já estiveste morando em Cáceres e hoje moras em Rondonópolis, é correto?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Positivo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Durante quantos anos tu moraste em Cáceres?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – 35 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nasceu lá?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Nasci lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que boates já foram de tua propriedade em Cáceres?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Boate **Big House**.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Antes tinha algum outro nome?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não. Se tinha, não me lembro; teve tantas outras no mesmo local onde criei a minha, que não me lembro o último nome, disseram que era Escalarrária, alguma coisa assim. Não me recordo, porque até então eu não trabalhava nesse ramo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu compraste essa boate de uma outra pessoa?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, eu aluguei o prédio e montei ali uma boate.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Durante quantos anos tu mantiveste a **Big House**?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Juntamente com um sócio que eu tinha, que foi a pessoa que mais tinha experiência e já era do ramo, ficamos por um ano juntos; depois, mais três meses que fiquei sozinho, e logo depois veio acontecer o episódio que pode ser relatado aí.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que ano foi esse que tu tiveste com esse sócio e qual o ano que ficastes sozinho?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – 2002 foi o ano que inauguramos ela, e 2003, o ano passado, foi o ano em que foi fechada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em 2003, ela foi fechada?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Um ano e três meses de funcionamento, no máximo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que operava a **Big House** quanto a pacotes turísticos?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Questão de pacotes turísticos, geralmente, como a gente... Nós éramos dois sócios, e eu, na questão da sociedade, entrei mais com a parte financeira. É porque eu já trabalhava numa empresa, tinha alguns anos de empresa e, com o meu acerto, ele já tinha mais experiência no ramo, porque já trabalhava na outra boate – na Whisqueria de Cáceres –, então ele ficou com essa parte de estar acertando com os turistas, com os donos de embarcação; e eu fiquei mais na parte administrativa, financeira, de reposição de estoque, de cuidar da questão da sobrevivência da boate.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual o nome do teu sócio?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Ricardo Castela Cardoso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que ele procedia na organização dos pacotes turísticos para as chalanas, para os barcos?

A SRA. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Geralmente, os donos das embarcações, até por pedido daqueles que já vêm de São Paulo, Rio, Brasília, Minas e Goiás já pediam aos donos de embarcações que arrumassem companhias para acompanhá-los durante uma semana de pesca, no rio Paraguai, já nessas chalanas. Então, maioria das vezes, os proprietários das embarcações é que procuravam o Ricardo para que ele pudesse estar fazendo esse fechamento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa solicitação dos turistas pela presença de meninas e de mulheres para acompanharem nas pescarias, nas chalanas, enfim, era feita a alguma agência de turismo no Rio, em São Paulo, nos lugares de origem?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Não.

Eram feitas em Cáceres mesmo.

Às vezes, já ia daqui de Cuiabá mesmo. Não sei se tinha alguma agência. Porque geralmente o turista chegava no aeroporto, tem as agências, tinha alguns deles que já iam com as meninas daqui. Nas vans, pegavam elas na Sex Appeal, ou na Star Night, na boate Pantanal e daí já levavam elas, já acertado para descer o pantanal com eles.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando o turista chega de viagem, chega a Cuiabá, se ele vêm de avião, Cáceres não tem avião comercial?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Temos lá o aeroporto, mas não opera trânsito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não opera trânsito. É chegada de turistas.

As pessoas chegam, aqui, normalmente, e, daqui para Cáceres, vão de vans.

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Vão de vans.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, há duas formas de agenciamento. Há um agenciamento feito aqui em Cuiabá, ou feito direto lá em Cáceres.

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Isso mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Normalmente são grupos?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – São grupos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu dissesses quando o grupo chega no aeroporto aqui, aqui existe algum esquema de agenciamento?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em Cuiabá.

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Em Cuiabá. Mais em Várzea Grande.

Mais Cuiabá aglomera tudo. Mas o forte é mesmo aqui, em Cuiabá e Várzea Grande.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse agenciamento aqui em Cuiabá é feito por alguma agência formalmente?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – São geralmente agências criadas dentro de residências mesmo. Por ter um número grande de mulheres, então, elas deixam o número do celular, e, assim que chega, essa pessoa que tem mais contato com esses turistas – porque geralmente são turistas que já vêm há cinco anos, seis, sete anos –, eles já deixam esse contato e antes de chegar eles já ligam, ligam antes para essa agenciadora e diz: "Olha, me arruma dez garotas para nos acompanhar."

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Te pergunto se alguma vez tu percebesses o seguinte: a mesma agência de turismo que vende o pacote para conhecer o pantanal, para conhecer o Mato Grosso, lá no Rio, lá em São Paulo, vender dentro deste pacote a presença do programa sexual? Já está prometido no pacote, não escrito, mas está lá no preço do pacote, vai custar tanto: transporte, tanto pela presença das mulheres?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Não.

Geralmente quem faz isso é o dono da embarcação. É ele que já combina isso, lá com o pessoal que vem vindo. Geralmente tem um líder, que é o cabeça que coordena o grupo de pescadores que vem. Ele entra em contato com o dono da embarcação e diz: "Olha, queremos dez companhias para descer o Pantanal", aí sim, o dono da embarcação procura, até para atender melhor a clientela dele, porque quem vem de lá vem para isso mesmo. Não é para outra coisa. Não vamos nos enganar, nem nos mentir.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse turista, quando chega aqui no aeroporto, como é que ele vai conhecer o dono da embarcação, direto?

Ele não conhece o dono da embarcação.

Ele se informa, com quem?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Quando é a primeira vez que ele vem, que é raro ser a primeira vez que ele vem no Mato Grosso, no Pantanal, ele já conhece, ele já vai direto para Cáceres, a van, a agência aqui já acompanha, já leva até lá na embarcação, já por telefone estão aguardando no porto, e aí se fazem as apresentações e embarcam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bom.

Aí o dono da embarcação telefona para a boate?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Em alguns casos, sim; em outros casos, o próprio gerente ou o dono das boates sabem dos pacotes, que estão chegando turistas, procuram na beira do rio, ficam aguardando a chegada dos turistas para conversar e dali agenciar, negociar.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos ver aqui. Como dono da Boate **Big House**, em Cáceres, você fazia a programação das mulheres que iam às chalanas? Ou era o seu sócio?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Era o meu sócio que fazia mais essa área. Era ele e uma garota de 30 anos de idade que fazia...

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Qual era o nome dela?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Camila.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Camila?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim. Faziam esse trabalho porque já conheciam os turistas. Já sabiam quem era, o nome, o dia em que ia chegar.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Fisicamente, como é o seu sócio e como é a Camila?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – O meu sócio é magro, baixo, branco.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Tem quantos anos?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Tem 22 ou 23 anos.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – E a Camila?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – A Camila deve ter uns 28 ou 29 anos, cabelos bem negros, bem escuros, chanel e compridos.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – É uma moça negra ou branca?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Branca.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – O cabelo é alisado ou liso?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Liso.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Alisado ou liso?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Liso.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Alisado é quando a pessoa é uma afrodescendente.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, não. O dela é liso.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Olhos?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Castanhos claros.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – O nome completo dela?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não sei.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Mora em Cáceres?

O SR. RELATORA (Maria do Rosário) – Mora em Cáceres e ainda trabalhava no ramo.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Como ele operava esse contato? Ligavam para ele?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ele ia até a embarcação, conversava com os turistas. Eles diziam: "Olha, quero conhecer dez meninas, para ver se..."

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Qual era a preferência dos turistas?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Por mulher bonita. Mulher bonita.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – De todas as idades?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Eles não perguntam a idade.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Eles não perguntam ou preferem determinadas idades?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Eles não perguntam a idade. Eles querem mulheres bonitas.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Etnias? Raças?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não gostam das de cor escura. Não sei se tenho o direito de dizer, mas eles preferem as mais claras. As loiras são as preferidas deles.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Há uma discriminação nesse sentido que as pessoas...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – De toda forma, mulheres de todas as cores podem ser chamadas: brancas, negras, ruivas, loiras. Existem mulheres de todo o tipo sendo agenciadas em Cáceres?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – E as adolescentes?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Adolescentes. A gente sabe, até por ouvir dizer, por ver também e porque conhecemos – nasci e me criei lá –, conheço quem veio da infância e está chegando à adolescência. A gente olha e vê que já está se prostituindo, buscando essa forma de sobrevivência, que

não é a forma correta. Mas vamos fazer o quê? Não vou ficar sondando ela para ver com quem ela está saindo ou com quem ela está agora que a gente sabe. Faz parte. Depois que inventaram o celular, a facilidade ficou maior ainda, porque elas chegam nas mesas dos restaurantes – quem conhece Cáceres, sabe que há vários restaurantes numa praça só –, deixam seu cartãozinho, deixam o telefone escrito, dali, o contato é feito no celular com eles.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Você pode me descrever a Boate **Big House**, como tu a deixou?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Como eu deixei? A **Boite Big House** era uma casa bem feia, esquisita. Eu queria primeiro detalhar, porque, quando comecei a trabalhar, tem apenas um ano e meio, a gente não tinha problema nenhum. Ninguém nunca nos disse: "Assim é errado ou assim é certo." Procuramos várias vezes a Sematur em Cáceres, a Secretaria de Turismo, e ela não soube nos dizer de que forma deveríamos trabalhar, de que forma as boates deveriam agir dentro de Cáceres. Existiam duas ou três boates que funcionavam há quatorze anos, e ninguém se incomodou com elas. Houve prisão de menores nessas boates, mas voltaram a funcionar normalmente. Então, a gente também...

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Certamente tu não acha isso normal, não é?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Por achar que não tinha problema, também criamos uma e trabalhamos o ano todo...

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Com adolescentes?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não. Com maiores, sempre. Foi uma das coisas que eu sempre coloquei em tese com o Ricardo: "Ricardo, ou trabalhamos com maiores ou eu não trabalho."

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Mas você acabou de dizer que não havia problema. As boates que tinham adolescentes fechavam, depois abriam de novo.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, digo do problema na questão que houve comigo. Estou dizendo da questão que houve comigo. Foi feita uma prisão minha com maiores, só, sem nenhuma menor no caso, porque eu tinha uma casa de tolerância. Quando hoje lá funcionam 4 casas de tolerância da mesma forma que a minha funcionava, e estão lá funcionando. É de conhecimento público, da Polícia Federal, da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Promotoria Pública, do Juizado, e ninguém faz nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto tu diz assim fechava e depois abria novamente, é possível dizer que tem conivência de autoridades lá?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Se tem, doutora, só eles que sabem, são pessoas que estão no ramo, que cresceram, têm muito dinheiro, até para bancar uma questão do **habeas corpus**; e eles conseguiram abrir as duas vezes que me lembro foi com grana, foi subindo ao tribunal e conseguiram uma forma de reabrir a casa deles.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No teu depoimento, a gente percebe que é possível que adolescentes trabalhassem na tua casa com documentos falsos?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com certeza? Com certeza documentos falsos e com certeza....

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – É aquilo que disse para a Deputada. No ano de 2002, uma garota por nome de Paula, até agenciada pelo Ricardo Castelo, que foi meu sócio e que foi culpado de tudo isso que aconteceu de errado, ele levou ela daqui de Cuiabá, foi agenciada por outra colega, chegou lá, ela ficou mostrando uma carteira de trabalho. Isso, todo o dia dizia para ele, porque eu pouco ia lá, ficava mais na rua cuidando dos negócios, eu dizia, "Ricardo, procura documentos, procura saber como é que é", até que, na quinta-feira, ela não teve como se esconder de mim, fui lá e realmente a carteira de trabalho dela era falsa, ela tinha 17 anos de idade só. Na mesma hora, peguei as malas dela, falei ao Ricardo para levar na rodoviária, dá a passagem e manda embora.

Por isso, nunca tive problemas; o problema que quiseram colocar é como eu disse: não existem menores, tentaram informar de todo jeito...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então tu mesmo identificaste um documento falso na tua boate?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Significa que outros podem ter trabalhado lá sem que tenham sido identificados?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Bastante.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É fácil conseguir documento falso em Cáceres?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Em Cáceres, não; a não ser carteira de trabalho e se a pessoa tiver uma certidão de nascimento, ela vai lá ao Ministério do Trabalho, apresenta a certidão, e dali

ela sai com a carteira de trabalho. Às vezes, a certidão não é dela, mas ela sai com carteira de trabalho, com a foto dela carimbada em cima pelo Ministério do Trabalho, e ela está documentada, porque a carteira de trabalho é um documento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Algumas pessoas fizeram isso na tua boate?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – A que tentou foi essa, mas não conseguiu. Do resto, nós exigimos identidade mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu conhece Patrício, da Boate **Holiday**?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o esquema de adolescentes que tem na boate dele?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Digo isso aqui e digo para ele porque foi uma das pessoas que procurou de todas as forma me prejudicar. Mas se a Polícia, realmente, o Ministério Público, o Conselho Tutelar e a Vara da Infância quisessem realmente fazer com que a coisa valesse de direito, de fato, em Cáceres já se teria resolvido a situação há muito tempo, mas existe a conivência, e isso está acontecendo em Cáceres ainda. Quando se tem menores lá, se trabalhar de forma correta, vão achar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vão achar, por exemplo, na boate **Holiday**.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vão achar menores de idade?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Patrício é um dos agenciadores?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza, um dos piores mau caráter que já conheci na minha vida. Cafetão de última.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele agencia adolescentes?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ele agencia, ele bate, ele toma o dinheiro delas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele agencia também para navegação no rio Paraguai, para as chalanas?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele é dono de chalanas?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu és dono de chalanas?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já foi?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além do Patrício, das pessoas que trabalharam como profissionais do sexo na boate **Big House**, alguma vez foi organizado algum esquema de que elas fossem até a Bolívia?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Que eu me lembre, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para festas em fazendas?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que fazendas são essas?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não consigo me lembrar no momento, porque, como disse, às vezes vai ficar estranho, mas, como disse no começo, quando cheguei, tinha que ter chamado mais gente aqui, pessoas que realmente agenciam fortemente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem são os agenciadores que temos que chamar, que nós não chamamos para que possamos....

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – É o Ricardo Castelo Cardoso, era meu sócio.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O Ricardo era agenciador de menores de idade?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Era. Não, de menores, eu não sei, Senadora, mas é que conhece mais o ramo e sabe até quem requisita mais garotas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Você contratou ele, então, porque ele tinha também essa função?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, não. Nós éramos sócios, ele me convidou para participar com ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Camila, tu já citaste aqui, o Patrício – a Camila, ele não lembra o sobrenome. A Camila tu não lembras o sobrenome?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De Cáceres também. E quem mais?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – O Alex.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é Alex?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Da Boate Whisqueria.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Boate Whisqueria?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu disseste que trabalhou na Boate Whisqueria.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Nunca, o Ricardo trabalhou, foi de lá que ele veio para montar a dele, quando me chamou para participar como sócio.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Alex é dono da boate Whisqueria?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Gerente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Gerente?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Gerente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Adolescentes em Cáceres, adolescentes até 18 anos, tu conheceste adolescentes de que lugares do Brasil, trabalhando em Cáceres?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – De todo este Brasil que você pensar tem mulheres em Cáceres trabalhando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos começar pelo Norte: do Pará.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Estamos falando de adolescentes.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Adolescentes? Não, adolescentes que a gente conhece trabalhando em Cáceres é só aqui de Cuiabá e Várzea Grande, só. A gente já ouviu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cuiabá e Várzea Grande?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De Rondônia?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – De Rondônia, não me lembro, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Do Pará?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Também não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Fortaleza?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Também, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Curitiba?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Goiânia?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca, nenhuma foi vista?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Em Cáceres, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E em torno do festival de pesca?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Aí é diferente, aí vem quem a gente não conhece; aí vem bastante.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nesses dias do festival de pesca, de onde é que vem?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – É preciso dizer por a gente não conhecer, mas vem do Brasil todo; quem ouve falar do festival, vem, achando que é tudo isso, quando na verdade não é, né?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além disso, quanto é que custa para colocar uma menina num barco do amor?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Depende muito de quantos dias ela vai acompanhar esse turista; isso depende de uma série de coisas que eles conversam entre si e conseguem se acertar. Vai muito pela garota, às vezes, ela mesma faz o próprio negócio, é bem complicado de dizer valores.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas quanto é que a boate recebia disso? Porque era um esquema para boate, o Big House fazia isso.

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Oi?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Big House fazia isso.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – É, a Big House... O Ricardo disse para mim, na época, porque, depois que ele me prestava conta, ele disse o seguinte: "Valdinei, eu fecho, é o seguinte, são R$50 da casa, que é a saída das meninas que se cobra uma taxa, e o resto é dela." Realmente, isso é verdade, o que a menina ganha é livre; o que a mulher ganha, ela ganha livre, não tem que dar um centavo para a casa, ela ganha...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As situaçõs de violência que ocorreram com as mulheres nos barcos?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Por parte de quem?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dos turistas, de homens.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Só da Polícia Federal.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só da Polícia Federal?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Só do delegado da Polícia Federal. Foi o único que fez violência contra as mulheres do barco.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem é o delegado?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Delegado Rui.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual o tipo de violência que ele fez?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Deu um tapa na boca da menina, a menina desmaiou, passou mal, sangrou, ela tinha aparelho nos dentes, quebrou o aparelho da menina.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deu um tapa no rosto?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Na boca. E um tapa no rapaz que trabalhava comigo no rosto dele.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em que moça que ele deu um tapa?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não me recordo o nome dela, porque ela não trabalhava comigo na minha casa, ela trabalhava na outra casa. Estava em duas casas, em dois barcos. Não, eles queriam era droga.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas você presenciou?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, não presenciei, mas pessoas que presenciaram, ela própria, na hora...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas foi no dia que todo mundo foi pego no barco?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Isso, isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi no meio da operação?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele não era cliente, era uma operação?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Era uma operação.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E ele bateu numa das profissionais do sexo que estavam lá?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por quê?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era uma menina adulta?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Disseram que ela discutiu com ele, disse que ela estava ali porque queria estar e que ele não tinha nada que estar... Assim, uma discussão que houve entre os dois. Ela não entrava em acordo, porque ele tinha que prender todo mundo, até porque elas eram maiores e estavam lá por querer estar. Ele não gostou, deu um tapa na boca dela, depois, deu um tapa no rosto do rapaz que trabalhava comigo, também.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem era o rapaz que trabalhava?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Gustavo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Gustavo de quê?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Ele está arrolado também nesse processo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como é o nome dele completo?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ele é turco, sobrenome complicado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É o Kalil?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Este também.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agenciador?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O que que ele era?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Trabalhava.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em quê?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Fazia serviços gerais, tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele estava fazendo o quê, no barco?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ele tinha ido levar alimentação e óleo diesel para nós. Na hora da prisão, ele estava encostando no nosso barco para levar alimentação e combustível.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A boate Big House tinha quartos?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos quartos?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não me lembro no momento. Onze.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esses quartos eram alugados para as meninas?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eram para fazer programas, portanto, sem que fossem alugados, mas as meninas ficavam nesses quartos após os programas?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não. Elas tinham os quartos de residência delas no qual elas não pagavam nada. Como até hoje não pagam nada. Se disserem que pagam, estão faltando com a verdade. Elas ganham livremente, elas não pagam nem alimentação, nem estadia, nem água, nem nada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Se são onze quartos, um quarto para cada uma das moças, ou cabe mais alguma pessoa?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Dois. Geralmente, duas por quarto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – São quartos para encontros. Obviamente, são quartos menores.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não. São lugares onde elas moram.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não existem encontros ali?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Naquele local, não. Onde elas moram, não. Existem suítes construídas que são...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como é que vocês selecionam quem mora na casa e quem não mora? Porque vêm muitas moças procurar trabalho.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E, aí, enfim, vinte e duas, provavelmente, é que ficam morando na casa. Como é que é selecionado? Por quê?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não entendi a forma como...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – São várias moças que trabalham na boate: algumas moram e, outras, não. As que moram, por que essas que estão lá não pagam absolutamente nada, e outras, por exemplo, não estão? Qual é o critério de seleção disso?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Elas moram na cidade. Geralmente, elas moram na cidade, ou alugaram uma casa e moram, e vêm só à noite, para a boate trabalhar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, essas que estão morando na boate é porque são de fora...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – São de fora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – ...é porque não têm nenhum parentesco, geralmente não têm local para morar?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando é que uma moça é dispensada dos trabalhos da boate?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Nunca.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por quê?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – A não ser por uso de drogas ou brigas, aí, sim, é dispensada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Alguma já foi dispensada por uso de drogas?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Por mim, não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pelo sócio, sim?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Também, não, só por bebida.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dos barcos que são utilizados, as chalanas, como barcos do amor, o que o senhor diria? O barco Babilônia é utilizado?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Utilizado para receber essas moças? Com certeza, todos eles.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O barco São Lucas, do Pantanal?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Itapuã?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Itapuã, não. Cruzeiro do Pantanal, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cruzeiro do Pantanal.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Um dos maiores, que recebe o maior número.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguém solicita algum tipo de documento falso ou verdadeiro, quando essas moças chegam ao barco?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Se é revistado pelo dono da embarcação pelos turistas? Não, eles não pedem documentos, eles não se preocupam com isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que elas chegam? Elas não entram no barco junto com os turistas?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas nós temos outros depoimentos que indicam que, no meio da noite, elas utilizam outras embarcações para chegarem ao barco...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Faltando com a verdade quem falou isso. Elas embarcam no porto. Todo o mundo é testemunha e vê.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É. À luz do dia?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Á luz do dia, ou à noite, ou de manhã cedo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Maria do Rosário.

Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só pegar aqui, Claudeci, o teu caso. Claudinei, desculpe.

Me diz uma coisa, você... há denúncia contra você no auto de prisão em flagrante... é que, das 16 moças que desceram o rio, uma delas era de menor.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Eu só gostaria que ele apontasse essa menor, porque até hoje eles não conseguiram apontar essa menor. Não sei se tem nos autos do processo o despacho do desembargador. Quando ele dá o despacho, ele diz que chega a ser hilariante a forma da minha prisão, porque eles não conseguiram provar aquilo que eles escreveram no papel, porque todas as documentações foram apresentadas na Polícia Federal, e não tinha nenhuma menor.

No entanto, eles foram atrás de menor e de droga e não conseguiram achar nenhuma das duas coisas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não tem nada sobre droga.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim, mas a denúncia, na época, foi essa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que foi essa?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Essa denúncia partiu desse cidadão que era meu sócio,o Ricardo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você respondeu a uma ação por receptação?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não foi por isso que surgiu a denúncia?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não. Foi...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Receptação de quê?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Foi há 15 anos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que tipo de carga na receptação?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Na época, é bastante complexo dizer, porque eu era bem jovem ainda e tinha começado a trabalhar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não precisa explicar, não. Você já foi julgado, não estamos querendo te julgar. A pergunta é simples. Receptação de que tipo de carga?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Caminhão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Roubado?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tem o caso da Paula, você já falou, é maior, não tem problema nenhum, mas você disse que ela trabalhou lá por pouquíssimo tempo, até que você percebeu o negócio da identidade.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E uma menina loira e baixinha que depôs, inclusive, no teu processo? Eu não posso... Não, posso, ela já tem 20 anos, a Jeanne.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ela não trabalhava para mim, ela era namorada do Ricardo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela era namorada do Ricardo. Mas ela não era só a namorada do Ricardo, ela também agenciava, também trabalhava no ramo e passeava nas chalanas, no Babilônia, no Furlan... Tenta se lembrar. Para eu não ter que te lembrar, lembre-se.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não me lembro, porque ela não estava comigo no barco no dia dessa prisão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela não estava naquele barco?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ela não estava em nenhum barco, com certeza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você conhecia ela de onde?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – A Jeanne? De Cuiabá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E ela morava lá com você, na **Big House,** ou ela morava em outro lugar?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ela morava na **Holiday;** ela e uma prima dela, não lembro o nome, estou tentando me lembrar, uma morena.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tem certeza?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza. Ela ficou uns dias na **Big House** com o Ricardo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quanto tempo? Você lembra? Foi na época do barco?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Foi bem antes do barco. Eu tive um problema com ela, e já tinha tido um problema com o Ricardo. Por eu ter tido um problema com o Ricardo, ela também não gostou e acompanhou o Ricardo. Foi quando ele foi para o Holiday, trabalhar com o Patrício. Ela foi junto também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas ela estava em algum dos barcos? No barco da Whisqueria, por acaso?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas ela morava na Whisqueria ou na Holiday?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ela não parava nem na Holiday nem na Whisqueria, mas, no dia da prisão, ela não estava no quarto da Whisqueria, ela tinha descido outra vez com a Whisqueria.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A Paula estava no barco?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Estava.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela tinha 17 anos na época, não tinha?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, ela tinha 18 anos, pela identidade. Hoje, ela tem 19.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, tem algum problema na identidade, porque no próprio depoimento dela...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ela disse que um ano atrás ela era menor.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na época, a declarante tinha 17 anos de idade.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, a identidade dela...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vou ler para você. "Respondeu que, há aproximadamente um ano, a convite de uma amiga chamada Luana de tal..." Sabe quem é a Luana? "Foi para a cidade de Rondonópolis se prostituir; que, na época, a declarante tinha 17 anos de idade. Estando em Rondonópolis, uma conhecida sua, da qual a declarante não se recorda o nome, chamou-a para trabalhar na boate **Big House**. Aceitou o convite, veio para casa e, na referida boate, foi recebida pela referida pessoa do Sr. Claudinei."

É o senhor?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A assessoria da Comissão disse que o senhor estava extremamente chateado. O senhor ficou quanto tempo preso?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Vinte e dois dias.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Imagino que não seja uma experiência nada agradável.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Privar uma pessoa de liberdade é sempre duro. Vinte e dois dias especialmente, mais tempo então nem pensar.

Li tudo o que acessamos do seu processo, e a assessoria disse para nós que o senhor estava muito chateado, muito magoado, porque, como sempre, as pessoas abandonam os amigos quando eles vão para a cadeia, quando eventualmente são acusados de alguma coisa. O senhor se sentiu abandonado em algum momento?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não abandonado, mas ...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Traído?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Tipo assim traído.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem o senhor acha que o traiu?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Pessoas que conviviam com a gente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem é que convivia muito com vocês?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Quero me prender ao direito de não citar nomes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Desculpa, mas o senhor não tem esse direito. O senhor tem dois direitos. O senhor tem direito de não mentir e tem o direito de calar, se for incriminado. Não estou perguntado do senhor, estou perguntando de outras pessoas.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – São nomes que...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, o senhor vai recusar o atendimento ao seu dever perante a CPI, é isso? Não, porque aí a gente vai ver como vou lhe tratar. Estou lhe tratando bem, se é para lhe tratar mal, eu vou tratar.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, é porque eu já disse, não sei se a senhora participou da conversa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então o senhor em outro momento vai, eventualmente, nos ajudar?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deixa eu lhe perguntar uma coisa, vou continuar o raciocínio. É que num outro depoimento...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não interrompendo a senhora, gostaria muito, se fosse possível, por parte da comissão, já que vou ajudar, de outra forma poderiam também me ajudar e procurar pela Paula, tenho o telefone dela, e trazer a identidade dela hoje original, onde consta que ela tem 19 anos, já para 20. Na época, ela já tinha 18 anos de idade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) Vou ver para o senhor em um minuto.

Tenho aqui a identidade dela. Quando foi, vamos fechar logo essa história, que aconteceu? Qual foi o dia do episódio? O senhor não vai esquecer nunca, né?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Eu já me esqueci. Esqueço tudo que tenho que esquecer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) Ave Maria, então vou tentar descobrir aqui o dia. 22 de abril.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Olha o dia, 22 de abril. Por isso que eu falei: olha o dia, 22 de abril. Ela nasceu no dia 11 de agosto de 1984, portanto, em 2003, ela tinha... Em agosto, ela faz 20 anos, certo? Em 2003, efetivamente, ela não era menor.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – É isso que eu digo, que é uma das grandes... porque tentaram de todas as formas...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Olha, a identidade dela está no processo. Termo de declaração dela.

Está aqui: portadora do RG tal, domiciliada tal, nascida em Cuiabá aos 11/08/1984. Está no depoimento, nos termo de declaração dela.

Ela tinha 17 anos, portanto, (84 com 17), 84, em 2001.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ela teria 17 em 2001.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, no dia 11/08/2001 ela fez 17 anos. Foi quando ela se prostituiu. Em 2002, ela tinha 18 e, em 2003, ela tinha 19.

A SRA. (Oradora não identificada) – (fora do microfone – inaudível)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, mas ela conhece Claudinei e começa a trabalhar com ele... Quando é que o senhor inaugura a Big House? Em 2002?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Em 2002.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quando de 2002?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Março de 2002.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, eventualmente, se houve o contato com o Sr. Claudinei para ela trabalhar na Big House só pode ter sido a partir de 2002, concorda? Se só pode ser a partir de 2002, o máximo que pode ter sido é de março a agosto com uma menor. É isso? Pelo meu cálculo é, embora não tenha dito a data, quando foi para Rondonópolis, foi chamada para trabalhar...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ela não foi na data da inauguração, ele teve, se não me engano, tinha que ver a data certinha...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não tem a data. Sim, mas, se foi, teria acontecido de março a agosto.

Eu tenho uma dúvida. O Leandro... O senhor estava com um barco, e o pessoal da Whisqueria estava em um outro barco. Qual é a relação que o senhor mantinha, se era de amizade, de horror, se era de briga, se era de disputa, se vocês eram inimigos ou se vocês conviviam harmonicamente com o **(fora do microfone – inaudível)** com o senhor André, dono da Whisqueria.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Nessa vez, da prisão, ele não estava.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Estava o Alex?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Estava o Alex. Eu não tinha vínculo de amizade com ele, de forma alguma.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vocês tinham uma boa relação?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Desde quando eu era cliente dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você era cliente do Alex?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Do André.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Do André. E com o Alex qual a sua relação?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Muito boa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor já teve... O senhor pode chegar aqui porque não quero expor a menina. O senhor está vendo essa moça?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você pode me informar se eventualmente ela sofreu algum aborto?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sofreu, veja bem, não estou dizendo que alguém provocou, estou dizendo que sofreu...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Antes desse caso comigo, eu não tinha mais visto ela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Antes da prisão, uns quinze dias antes, eu não a vi, nunca mais tinha contato com ela...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então ela trabalhou para o senhor em que ano?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ela trabalhou em 2003.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Em 2003. Qual era a idade dela?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como o senhor não sabe?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não sei, porque ela foi contratada não foi por mim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por quem ela foi contratada?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Foi contratada por uma senhora de Cuiabá?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que senhora?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Gostaria de falar em **off**.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo. Só me preocupa... Seria bom que a gente pudesse... Alguém anotou? Ou pelo menos dar uma olhadinha nos meus papéis. Essa menina que sabemos quem é, acho que tem a mesma idade da outra depoente, significa dizer que se, em 2004, tem 18; em 2003, tem 17. A mesma idade. Não é isso? Portanto, tinha 17 anos à época que fez essa fotografia. Estou errada no meu raciocínio ou estou certa?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com documento de identidade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, é capaz de ela não ter identidade; até acredito que tenha porque elas usavam falsificados, mas aqui ela tinha 17 anos. Num dos depoimentos, aqui fica claro, e isso me preocupa, quando diz que o senhor é uma pessoa muito violenta e amiúde ameaça as meninas, mantendo-as sempre sob controle. Diz também que o senhor e o Zé Carlos... Quem era o Zé Carlos?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Zé Carlos era um rapaz que também era sócio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sócio?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sócio faz comida?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, espera aí.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele não era cozinheiro, não?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Tem dois Zé Carlos: tem o cozinheiro e tem outro Zé Carlos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tem um cozinheiro chamado Zé Carlos?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E tem um sócio chamado Zé Carlos?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Foi sócio por quatro meses, hoje está em Portugal.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Prefiro continuar com o cozinheiro. Então o senhor e o José Carlos estavam conversando sobre algumas ameaças que o senhor teria feito a uma moça de nome Carol.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Carol?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor conheceu a Carol?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Depende da Carol que estão falando aí.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Essa aí que o senhor lembrou. O senhor lembrou de duas pode falar das duas que a gente pode...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Só me lembro de uma.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então só pode ser essa, o senhor há de convir.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, jamais fiz ameaças a ela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nenhuma. Agora me diz uma coisa: é normal a gente saber o nome do cozinheiro de uma boate de prostituição?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Vocês saberem?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Qualquer ser humano que não trabalhe nessa boate saber o nome do cozinheiro...

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Que não trabalha lá?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Uma pessoa que não trabalhe lá como é que sabe o nome do cozinheiro da boate?

A SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Certo. Ah, ele freqüentava a cidade. Ele saía e gostava de dançar...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aí ele todo mundo sabia que ele trabalha lá e era o cozinheiro?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, não seria nada anormal uma pessoa num depoimento dizer que existiu o cozinheiro, está certo?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então o senhor há de convir que eu também posso acreditar que o depoimento dele não tem porque ser mentiroso. Para que ele ia falar do cozinheiro José Carlos que ouviu falar da Carol que o senhor é violento?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Oi?!

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Depois eu posso dizer em **off** também quem é a questão da Carol? Para não precisar mentir é a pessoa que vive comigo até hoje.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – A Carol que eles dizem é a pessoa que vive comigo até hoje.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem, a Carol?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – É. Acho que não tem... porque tentaram colocar ela duas vezes na Polícia Federal, citaram o nome dela. É a pessoa que eu amo, que vive comigo e que eu não tenho que dar satisfação do meu relacionamento com ela. Nós já estamos juntos há quatro anos. Isso eu não tenho que expor para ninguém.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não. Claro.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Eu olhei para ver se ela estava, porque ela... eu saí do trabalho para vir para cá e acho que não chegou ainda.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas porque que alguém que não trabalhava com o senhor ia falar mal do senhor? Uma pessoa que também, vamos dizer, é do ramo, vamos dizer, não é do seu ramo, o senhor... em momento nenhum, ele tinha uma boate, vocês concorriam na mesma atividade, para que essa pessoa foi falar? Por quê?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Aí eu digo para a senhora, conviver nesse ramo... É o pior ramo que existe. Não é humano esse ramo. Não é humano porque é um querendo derrubar o outro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que alguém, ao contrário, era seu fornecedor, digamos assim, por que um fornecedor seu ia falar mal do senhor?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não sei. Não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vamos perguntar aqui. Quem é o senhor... Não vou nem lhe perguntar isso. Depois a gente pergunta.

O senhor conhece... O senhor disse no começo para a Deputada Rosário que o senhor alugava o espaço físico da boate. O senhor alugava o espaço físico da boate?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor alugava de quem?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Do senhor... O nome dele... Me pegou agora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Posso ajudar?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Pode.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Fausto?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não? Lauro?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – O Sr. Lauro Pinto Burgues.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Cortez, não é?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Cortez.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E tinha algum filho, algum parente?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem era?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Três filhos. Eu não lembro o nome... Só de um.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só de um. De quem o senhor lembra?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Do Washington.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Do Washington. Por que o senhor lembra tanto do Washington?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Porque ele jogou basquetebol comigo pela seleção de Cáceres. Faz cinco anos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Jogou basquetebol comigo cinco anos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, sim! Mas não foi só por isso que o senhor lembra dele?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Digamos o senhor pagava acertadamente seu aluguel?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – É.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem lhe cobrava?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – O senhor Lauro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o seu filho?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não. Nunca ele me cobrou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nunca lhe cobrou?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Nunca me cobrou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o senhor disse o que para o seu Lauro?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – A gente ia pagando conforme ia dando.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro. ia pagando conforme ia dando. O senhor pagou bem os primeiros meses; depois a coisa ficou feia, e o senhor não conseguiu pagar. E quem é o tal de Edivaldo?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Quem é o tal de Edivaldo?! Edivaldo é um grande amigo meu.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que lhe ajuda?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Me ajudou bastante. Me ajudou muito.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Lhe emprestou dinheiro para pagar?...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Isso. Me arrumou um dinheiro. Vendi meu carro para ele para pagar o que **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vamos fazer aqui um raciocínio. Não quer dizer que o senhor vai responder, mas, de qualquer jeito, vamos tentar. Imagine o seguinte: eu tenho vários amigos e várias dívidas como qualquer ser humano brasileiro hoje vivendo a recessão que a gente vive. Mas, enfim, como cidadã eu tenho um amigo, devo meu aluguel, vamos supor, graças a Deus, eu não moro de aluguel, mas, enfim, vamos supor que eu devesse meu aluguel. Aí a Patrícia, a Senadora Patrícia era dona do apartamento que eu morava. Eu digo "Patrícia, esse mês está ruim, não dá para eu pagar, mas tem um amigo meu que me ajuda." O senhor acha que a Senadora Patrícia ia procurar esse meu amigo?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – De jeito nenhum.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – De jeito nenhum. Então, por que será que foram procurar o Edivaldo?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Porque, em cidade pequena... E como eu trabalhei como motorista, durante muitos anos, na empresa dele, e criamos um laço de amizade muito grande – grande mesmo. É meu amigo e defendo ele em qualquer situação por ser o único amigo que posso dizer que tenho nesta terra e que me ajudou até onde pôde até porque, se ele quisesse, de forma ser meu sócio, com certeza, eu não deveria nem um mês de aluguel, não deveria nada, porque estrutura para isto ele tem. Ele me ajudou no que pôde. Com o pouquinho que lhe sobrava, ele me ajudava, e eu, devagarzinho, ia fazendo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Edvaldo – ou eu estou errada – é filho do dono de uma empresa de ônibus de Cáceres?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Está correta.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A mais importante de Cáceres?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – A única.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A única, não é? Então, o senhor está querendo dizer para mim que o filho de uma única empresa de ônibus de

uma cidade de 100 mil habitantes não pode ajudar no aluguel de... – quanto custava o aluguel?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Um mil e quinhentos reais.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Um mil e quinhentos reais por mês?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Não era só R$1.500; não era só o aluguel. Tinha energia, tinha outros custos...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não. Eu estou falando do aluguel. A questão aqui é do aluguel.

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Ele me ajudava quando podia. Ele não tinha obrigação nenhuma de me ajudar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não tinha obrigação nenhuma – eu não estou que ele tinha, mas não por falta de recursos. O senhor há de convir que não foi por falta de recursos. Ele não tinha obrigação nenhuma – até concordo. Agora, por que você continuou chamando ele de patrão?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Porque ele sempre foi o meu patrão. Sempre foi um amigo e eu costumo chamar....

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Amigo é uma coisa, e patrão é outra.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Isto depende do termo que a senhora usa. Eu uso esse termo com os meus amigos – aqueles que eu respeito de fato e de direito mesmo. Eu trato como "meu patrão": "E aí, patrão? Tudo bom, seu Candinho? Como é que está?" Até a mulheres, eu trato, às vezes, como patroa, quando são pessoas de quem eu gosto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas será que isso não era por conta da relação da relação de subordinação que existia em função do senhor ter trabalhado na empresa como motorista?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Pode ser também. Criou aquele vínculo de eu sempre chamar ele de patrão ou patrãozinho e ficou, e eu nunca mudei o meu tratamento com ele, até porque eu não consigo chamar ele de doutor nem de senhor.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agora, imagine o senhor o seguinte: o seu inquilino, quer dizer, o seu locatário, o Sr. Lauro, e o filho dele foram procurar o Edvaldo porque tinham – pelo menos o Sr. Lauro entendeu que, na verdade, o senhor disse que quem pagava o aluguel para o senhor era o Edvaldo. Eles foram lá procurar o Edvaldo, e o Edvaldo disse: "Tudo bem. Eu vou pagar."

Eu vou ler para você – eu não marquei mas, enfim, em determinado momento, diz:

"porque o Washington voltou a procurar o mesmo, após esclarecer que não teria responsabilidade pelas dívidas da boate e de Pedroso."

Ele lhe chama de Pedroso também?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – O meu nome de **(fora do microfone – inaudível)** era Pedroso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não é isto que eu queria.

Está aqui:

"Claudinei deve ao declarante..."

"e que somente na data de hoje, quando telefona para o Delegado, é que ficou sabendo que teria que comparecer para prestar esclarecimento."

Porque ele não foi quando foi chamado pela primeira vez.

"que não recebeu nenhum dos três recados deixados na empresa pelo Delegado; que estava viajando a serviço e que é empregado da empresa do pai e que foi assim que lhe conheceu, porque você trabalhava lá como Pedroso, e o que ele fazia para você não era te emprestar dinheiro e nem te ajudar; ele, simplesmente, trocava os teus cheques."

Afinal, quem está certo na história: ele, que disse que trocava os cheques; você que disse que ele te ajudava quando sobrava da pobre renda dele ou o Lauro que disse que ouviu de você que ele era o dono da atividade?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ele continua com a atividade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu quero saber quem dos três – você, ele ou o Lauro?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Que está certo?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, que falou a verdade, porque cada um falou uma versão e eu fiquei tonta lendo.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – A minha versão e a dele estão certas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas são diferentes.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Alguns cheques, ele trocou, mas, no mais, ele me ajudou, até porque imagina ele diante da Polícia Federal, sendo pressionado a todo o momento, querendo que nós disséssemos – que eu dissesse que ele tinha vínculo comigo de sociedade, mas ele não precisava disto. Então, ele, pressionado, disse que trocava os meus cheques. Na verdade, trocava uns cheques para mim e, quando podia, me ajudava, sim, me ajudava de direito mesmo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Porque era seu amigo?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Porque é meu grande amigo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Porque é seu amigo.

E quem é o Fausto?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Fausto é o dono do bar do Babilônia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o Fausto sabia que vocês carregavam meninos?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Todo mundo sabia, tanto o Fausto, quanto o Joesil, que era dono do Santana?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Joesil?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É.

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – O Joesil não é dono de nada; é um pirangueiro que faz a gente ser amigo de meninas. Ele, sim, faz a gente ser amigo de menores, de adolescentes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem é o pirangueiro? Não sei o que é isso...

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Joesil. Pirangueiro é um piloto de barco...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele não é proprietário do barco J.O.S. Santana?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – De jeito nenhum.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas ele declara que é.

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Esse barco eu não conheço.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele declara que é.

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Barco-hotel?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Barco J.O.S. Santana.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Estou dizendo...

O Leandro quem é?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Leandro era o piloto da embarcação do barco-hotel.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – De qual das duas? Da Whisqueria ou da sua?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Da minha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o Kalil era seu gerente?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não.

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – O Kalil trabalhava comigo, fazia serviços gerais...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Era seu empregado?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas ele fazia serviços gerais em que área?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Tudo. Ele limpava, lavava, ele fazia compra para mim...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele era um empregado doméstico.

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Quando eu viajei, estava no rio, ele foi levar alimentação e combustível para mim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele foi até o rio levar...

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Alimentação e combustível.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele saiu daqui para ir ao Rio de Janeiro levar alimentação...

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Não, ao rio Paraná.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, no rio? Que susto! Falou no rio, já estou dormindo.

Aí, ele foi levar para o senhor?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Descendo o Paraguai?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele pegou um barco...

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Ele alugou um barco, motor 25, e foi cumprir aquele destino determinado para levar a alimentação que tinha acabado, estava acabando...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor não disse que era o Dr. Ricardo que fazia essa parte? Que o senhor fazia a parte só financeira?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nessa altura, não tinha mais o Ricardo?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Quando dessa prisão, eu já não tinha mais o Ricardo. Eu era sozinho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E até lá, quando o Ricardo não existia, qual era a atividade do Kalil?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Aí, não existia o Kalil.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não existia o Kalil.

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Aí, o Kalil era gerente aqui da Pantanal, aqui da boate Pantanal, em Várzea Grande.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele era gerente da boate Pantanal?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Também é uma boate de prostituição?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, ele está acostumado no ramo?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Conhece todas as meninas?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Bastante.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sabe quem é adulta e quem é menor?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Não sei. Só ele pode dizer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Há uma declaração aqui de que o senhor não perguntava a idade das menores. Não me lembro mais de quem é, mas, enfim, está aqui. Eu queria só ler, para depois... "Claudinei não solicitou nenhum documento à declarante, tendo acreditado que ela tivesse mais de 18 anos."

A própria Paula. A Paula não disse que o senhor teve má-fé; disse que o senhor não sabia que ela era menor.

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Ela mostrou documentação. Ela mostrou uma carteira de trabalho na primeira vez. Na segunda ela já mostrou a identidade, porque isso nós debatemos que ela já era maior.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deixe-me só dizer: enquanto a Paula disse que o senhor não era violento, a outra pessoa diz que o senhor é. Mas a Paula disse que o senhor não era violento; ao contrário, que o senhor protegia as meninas; que existiam outros que eram violentos... Quem era violento?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Na minha casa, ninguém.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, não. Nas outras casas?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Já citei o nome.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – As outras perguntas, pelo que entendi, tenho que fazer em **off**, não é isso? O senhor não vai falar sobre ninguém, não é? Só em **off**?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, vou fazer as outras perguntas em **off**. Não quero perder a chance de fechar o assunto.

Obrigada, Senadora.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Laura Carneiro.

Com a palavra a Deputada Thelma.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Sr. Claudinei, eu queria, primeiro, um esclarecimento. Essa boate Escalarrária era de Pontes de Lacerda. Aí, fechou e abriu uma filial... Abriu uma outra com o nome de Big House, em Cáceres. É isso?

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – A Escalarrária existe, ainda hoje, em Pontes de Lacerda. Ela é do Penteado. E essa de Cáceres era de um outro proprietário, e, antes de ser Escalarrária, ela era do Sr. Lauro Cortez. A boate era da esposa dele, e ele que gerenciava.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Aqui fala que... Deixe-me ver aqui, para não errar...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está errado. O nome da boate, antes de se tornar Big House, era Sarati.

O SR. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Ah...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o dono era um estelionatário que saiu corrido da cidade, é isso?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Zé Carlos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Zé Carlos.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Esse que o senhor trouxe e que fazia tudo, que levava o combustível, que ele trabalhava na boate Pantanal?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – O senhor fez uma proposta para ele para ganhar R$100,00. Ele era gerente da boate Pantanal, aí você fez uma proposta para ganhar R$100,00 por semana para ir para Cáceres?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Como que é a história?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não ele ganhava comissão.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Quer dizer que, além desses R$ 400,00, ele ganhava comissão.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Comissão das vendas.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Comissão das vendas?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Isso.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Dos pacotes.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – De bebidas.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – De bebidas?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – O que eu estranho, Sr. Claudinei, é o seguinte, que lá, em Cáceres, nós já fizemos uma diligência, estivemos lá. Nós temos Conselho Tutelar, nós temos o Programa Sentinela, e o senhor está lá há quantos anos?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Trinta e cinco anos.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Trinta e cinco anos, pois então. Todos os levantamentos que nós temos são citados, primeiro, a praça como ponto onde as meninas são aliciadas, os nomes dos aliciadores, os programas que são feitos com as boates, que são feitos com os barcos, de todos os agenciadores, de tudo como funciona, inclusive, claro, citando a boate de que o senhor era proprietário, e o senhor não sabe de que existe menores envolvidas nessa questão?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Veja bem.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Não dá para acreditar, porque nós temos depoimentos contundentes, documentos que comprovam a participação de adolescentes, inclusive no dia em que o barco do senhor foi abordado.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Mas aí está apenas pelos depoimentos e pelas documentações que foram apresentadas: nenhuma menor. Como já disse, no começo, para a Senadora, saber a gente sabe, até porque nasceu lá e cresceu e conhece as adolescentes que hoje se prostituem. Não daí dizer que eu cheguei a aliciar ou trabalhar na minha casa. De forma alguma. Conhecer, eu conheço. Sei todo mundo lá que faz.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Por exemplo, quais são as boates lá?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – A boate que?...

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Que tem as adolescentes menores.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – É aquela... Se a deputada, de repente, for lá esta semana, talvez não encontre, mas daqui uma semana a senhora já encontre, porque elas vêm...

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Por que se eu for lá hoje eu não encontro?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não sei, estou dizendo uma situação. Talvez, de repente, vá lá hoje e encontre. Eu estou fora de lá já há oito meses. Eu não resido mais em Cáceres, porque eu moro em Rondonópolis. Estou dizendo uma suposição. De repente, se for lá, hoje, encontra ou não encontra. Daqui uma semana, talvez, a mesma coisa, porque elas vêm e vão. E a maioria delas são aqui de Cuiabá.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – A maioria é daqui de Cuiabá?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – A maioria são de Cuiabá e Várzea Grande.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Por que o senhor sabe?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Porque trabalhei lá e sabia de onde é que sai o maior fluxo de meninas para ir para o interior é daqui, da capital.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Outra pergunta que queria fazer para o senhor. O senhor tem conhecimento dos aliciadores homossexuais? Existem?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Aonde?

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Em Cáceres?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Em quantidade bastante grande?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem são eles?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não sei, não consigo me lembrar o nome direito. Conheço, conheço de vista.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Manga Rosa?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Jessé?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não conheço.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Kléber?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Conheço. Esse é o mais forte.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – E aquelas festinhas que são realizadas nas fazendas, nas chácaras, que são, inclusive, organizadas por esses aliciadores?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – É aquilo que eu disse propriamente, quando volto a dizer para A SRA. Senadora: isso teria que ter mais pessoas aqui, que realmente poderiam dizer mais, até porque conhecem mais esse trabalho.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Quem são essas pessoas?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – As pessoas que a deputada disse.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Mas tem alguém mais que a gente não tenha citado?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, Cáceres, não.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – O senhor sabe...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deixa eu aproveitar uma carona sua, deputada? Só perguntar uma coisa: a Deputada perguntou, então, aonde estão essas meninas? Aonde é que elas ficam? Você conhece lá há trinta e cinco anos, porque viveu, nasceu lá, sabe de onde vem o fluxo maior dessas meninas. Elas vão para lá para ficar onde?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Mas deixa eu dizer uma coisa para a Senadora: geralmente, a gente que tem casa noturna, as mulheres da cidade não freqüentam. Elas não freqüentam por quê? Porque o fluxo de clientes da cidade, até de rapazes é na faixa etária de dezenove, vinte, dezoito anos, também freqüentam. Então, elas se sentem envergonhadas.

Então, o que acontece? Geralmente, quem faz esquema é essas pessoas que a Deputada citou o nome, é que arrumam ali, na cidade mesmo para estar atendendo em fazenda, em locais...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não sei se estou enganada, mas acho que ouvi falar hoje aqui que em uma determinada boate encontraríamos meninas.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Se a gente fosse lá hoje, por exemplo?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Em Cáceres?

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – É.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não. Se fui eu quem disse, não sei.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – O Senhor admitiu, por exemplo, que existem muitas adolescentes com documento falsificado. Como se sabe que é menor e como se sabe que é fora? Só olhar o senhor sabe dizer de onde as pessoas são para dizer que vêm de fora?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Deputada, não sei de que forma. Se eu estivesse dizendo, estaria até mentindo. Mas em Cuiabá hoje, na nossa capital, compra-se identidade por R$ 100,00 em diversos **(fora do microfone – inaudível)** quente.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Onde?

A SRA. CLAUDINEI PEDROSO SILVA – Na Secretaria de Segurança Pública. Por isso estou dizendo que não sei de onde, mas se procurar, com certeza, vai achar. São identidades quentes que as menores por R$ 100,00, R$ 150,00 até R$ 200,00.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Mas elas não dizem onde compram?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não dizem, não dizem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Se alguém tivesse curiosidade...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Chegar e dizer que precisava de uma e tal, com certeza, vai aparecer de onde está vindo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Você nunca conversou com uma delas que tivesse lhe dito que comprou identidade falsa em algum lugar?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Elas contavam para você?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – A gente... Eu sempre procurei não me envolver.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu sei. É importante. Algumas dessas meninas, independente de nomes, chegaram a lhe relatar que compravam identidade, que recebiam?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim. Muitas? Uma, duas, dez?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Umas dez.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Umas dez. Onde é que você mantinha esse contato com as meninas?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Quais meninas?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Essas que tinham identidades falsificadas.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não. Veja bem, o problema não é que elas têm... Essas aí que pegaram e que compram essas identidades, a gente conhece aqui na rua. Elas dizem "Claudinei, leva eu que eu tenho identidade, minha identidade é boa e tal". Eu digo "Não adianta porque são falsas essas identidades". "Não, mas é boa e tal, ninguém vai pegar você". "Eu sei, mas sei que você é menor. Não vou te levar." Sempre procurei manter...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas elas sempre lhe procuram?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza, procuravam. Hoje, já não mais.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O Deputado Luiz Couto e, em seguida, faremos a reunião secreta.

O SR. LUIZ COUTO (PT – BA) – Sr. Claudinei Santos Pedroso Silva, o senhor nasceu em Cáceres?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Em Cáceres.

O SR. LUIZ COUTO (PT – BA) – Durante toda sua vida estudou em Cáceres. Fez até que série?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Segundo grau completo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – BA) – E aí o senhor começou a trabalhar com quantos anos?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Trabalhar?

O SR. LUIZ COUTO (PT – BA) – Sim. Começou a trabalhar, a ter...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Aos quinze anos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – BA) – Aos quinze anos. Em que? Em que atividade?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Eu? Comecei a trabalhar em uma lotérica.

O SR. LUIZ COUTO (PT – BA) – Depois da lotérica, trabalhou mais em quê?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Trabalhei na época ainda São Cristóvão, uma empresa de ônibus. Depois, fui para o Exército e retornei para a União Cascavel e, depois, fui para a Transjaula novamente. De lá, trabalhei dois anos aqui na Assembléia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – BA) – O senhor começou a exercer essa função de trabalhar com boate a partir de quando?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – De 2002.

O SR. LUIZ COUTO (PT – BA) – Antes, o senhor não teve nenhuma relação com proprietários de boates e de motéis?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, não. Eu tinha como cliente normal.

O SR. LUIZ COUTO (PT – BA) – Por que o senhor resolveu trabalhar com boate?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Foi o que eu lhe disse. O Ricardo já trabalhava no ramo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – BA) – Sim.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ele tinha toda a experiência, conhecia como é o ramo, e eu tinha o dinheiro. Ele me chamou e eu, quer dizer, achei...

O SR. LUIZ COUTO (PT – BA) – Ele tinha todo o **marketing**, e o senhor tinha o dinheiro?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Eu tinha o dinheiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – BA) – O senhor entrou com o dinheiro...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – E ele entrou com o **marketing**.

O SR. LUIZ COUTO (PT – BA) – E depois...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ele tinha o conhecimento, o contato com as meninas, quer dizer, os clientes...

O SR. LUIZ COUTO (PT – BA) – O lucro era dividido?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – BA) – Parte a parte ou...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – BA) – ... ou o senhor recebia mais?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não. Recebíamos partes iguais. Tirávamos a despesa e dividíamos em partes iguais.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – O senhor falou que o Ricardo tinha 21 anos?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – E já tinha mais experiência. Com quantos anos ele começou?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ele começou a trabalhar de 16 para 17 anos.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Nesse ramo?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Nesse ramo.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Já, então, um trabalho de agenciamento?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Na boate e Whisqueria.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Fazendo agenciamento?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

O SR. LUIZ COUTO (PT – BA) – Além desse processo que o senhor está respondendo agora, o senhor respondeu a outro processo?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando respondeu, o senhor tinha quantos anos?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Tinha 19 anos de idade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi condenado?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Fui condenado a oito meses, alguma coisa assim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era réu primário?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim. Ficou em liberdade. Foi receptação.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Agora, o senhor foi preso sob a acusação de que o senhor estaria levando mulheres para o chamado barco do amor e que, entre elas, havia menores? Essa é a acusação que o senhor tem?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor faz pacotes para turistas?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Fazia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Deixou de fazer?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Há muito tempo. Depois da prisão, eu parei de mexer.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas até a prisão, o senhor fazia?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Agora, o senhor vive de quê?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sou motorista.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E a boate Big House?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Foi fechada logo após minha prisão.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o Ricardo continua?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ele já não trabalhava mais comigo nessa época.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas ele continua no ramo?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não. Hoje também, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Os turistas que vinham eram apenas do País ou havia estrangeiros também?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Raramente estrangeiros.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Alguma vez, em sua boate, o senhor recebeu alguma pessoa que também fazia programas, como pessoas da Bolívia? Havia alguma boliviana?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor nasceu, viveu e fez sua vida em Cáceres. O senhor deve ter ouvido que, naquela região, o tráfico de drogas e de mulheres são muito grandes, que o tráfico de menores também é grande, assim como o tráfico de armas, enfim, que corre solto todo tipo de crime. Já ouviu falar, não?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Parece que ali se passa para lá e para cá e não há muita repressão das autoridades nesse sentido, certo?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Muito bem. O senhor disse que alguns pirangueiros são aliciadores de menores?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não vamos dizer só menores, às vezes...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De adolescentes. O senhor falou isso aqui. O senhor poderia dizer o nome desse pirangueiro?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Joesil.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem mais além de Joesil

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – De pirangueiro, só conheço Joesil.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É pirangueiro ou piloteiro?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Piloteiro. É o mesmo sentido.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em nossa região, pirangueiro é o péssimo motorista. O senhor falou que há muita facilidade, em Cáceres, para se comprarem documentos.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Cáceres, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Onde?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Cuiabá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, em Cáceres, o senhor nunca ouviu falar, não?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Em Cáceres, é só carteira de trabalho.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas temos informação de que lá se compram carteira de vacinação – documento que se exige para ir para a Bolívia –, CPF e também carteira de identidade.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Nunca ouvi falar em 35 anos que moro lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Há vários depoimentos.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Tudo vai daqui. Já vai pronto de Cuiabá. Tudo errado já sai daqui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor tem informação de onde partiria isso daqui?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – De jeito nenhum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem e não quer falar?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, não tenho.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A situação que acontece em Cuiabá – a rede de exploração de Cáceres – também acontece em Rondonópolis?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Há um dado que chama a atenção, que é a presença dos caminhoneiros em tudo isso aqui. Tem alguma informação sobre isso aí?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Rondonópolis eu pouco conheço a vida noturna lá, né?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Estou lá só há quatro meses e não...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Lá em Cáceres, o senhor conhece João do Dólar, não conhece?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É o dono da casa de câmbio, né?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual o relacionamento que o senhor tem com o João do Dólar?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ele trocava cheque, ele trocava dólar, algumas vezes freqüentou, minha casa, mas nunca tivemos... não somos amigos, somos colegas: "Opa, opa, tudo bem?"

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor nunca teve conhecimento que na chácara dele há umas festinhas também bem apimentadas?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Se tem...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca tomou conhecimento?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado, o senhor ouviu – só um instantinho, já que o senhor está falando em festa – de algum tipo de festa com leilão de virgem lá na região de Cáceres?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – De virgem, não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem certeza? Porque nós temos depoimentos que comprovam isso.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, eu nunca ouvi falar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não estou falando que, porventura, o senhor possa ter participado, de jeito nenhum; não é isso que estou perguntando. Estou perguntando porque, como o senhor mesmo disse, é uma cidade pequena. Cáceres é uma cidade em que as informações circulam, e nós temos afirmações de que isso acontecia.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Eu não tenho conhecimento nenhum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, então vamos ver, o senhor, quer dizer... E com os proprie-

tários do Motel Cê-Que-Sabe? O senhor teve algum relacionamento?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conhece?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E há uma informação, que precisa ver, é de que há uma espécie de parceria entre os donos de boates, de troca, por exemplo, um tal negócio, a menina do programa está muito conhecida na região, então vai para outro lugar. Alguma vez o senhor recebeu, na sua boate, pessoas que vieram de outras boates quando havia essa comunicação ou parceria: "Vai lá, fica uma semana, um mês"?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Isso existe muito.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Existe muito?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Existe muito. Vai daqui...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Essa troca.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Está cansada lá, vem para cá, outras vão para Rondonópolis, outras vão para o Nortão, que hoje elas estão procurando mais o Nortão, que diz que a coisa lá está boa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você, quer dizer, disse que ficava... que quem ficava mais, era o Freitas ou era o Ricardo.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Que você ficava mais...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Eu não tinha conhecimento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Que você ficava mais fora. E tem uma pessoa que mostra, que demonstra que era de menor, né, que esteve lá – é claro que diz que o senhor não pediu documento dela, mas que ela comprovou, no caso, que ela era menor quando ali esteve. Em seu depoimento, o senhor fala que na boate Big House aquelas que ali estavam elas não utilizavam os quartos para fazer programas sexuais, elas faziam fora.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas há uma delas que disse que fez programa lá dentro. O senhor teve conhecimento disso?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Faz tanto tempo, eu não me lembro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não se lembra. O senhor conhece o Sílvio, proprietário do Restaurante Casarão?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual o relacionamento que o senhor tem com ele?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Conheço desde a infância ele, sempre trabalhando lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ouviu alguma vez alguma denúncia contra ele, de explorar...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – De forma alguma.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não.

Foi dito aqui que todos os hotéis – todos – têm pessoas somente que trabalham à noite que são agenciadores de pessoas para exploração. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Assim, a gente sabe.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sabe que esses hotéis têm pessoas lá que são agenciadoras?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Geralmente são os recepcionistas, o cliente chega, as meninas deixam o telefone com eles, eles ligam e eles ganham em cima para agenciar as meninas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E eles recebem por isso também?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Isso, com certeza.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mais ou menos quanto é que...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Cento e cinqüenta reais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Essa figura que aparece aí...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sei qual é.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A Renata, ela trabalhou na sua boate?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor tem conhecimento de que a Renata é agenciadora, de que ela agenciava?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Há depoimentos de que ela indicava clientes e também menores para esse tipo de atividade.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Às vezes, eu acho que o senhor não morou lá, Sr. Claudinei. É muito desconhecimento. O senhor já ouviu falar da praia do Julião?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – O que acontece lá?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Em que horário?

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Não sei. Conte-me. Eu não a conheço. Conte-me tudo. O que acontece de manhã, por exemplo.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Durante o dia, é uma praia normal. O pessoal vai para lá beber, ouvir uma boa música e encontrar os amigos. À noite, vão os **boys**, a juventude, com aqueles carros de som e as meninas, e aquilo vira uma...

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Vira o quê?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Um puteiro, uma orgia danada.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Tem droga também?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza. Bastante.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Muita bebida?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Muita bebida.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Durante o dia, isso não acontece?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não. Durante o dia, não.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Nem final de semana?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Nem final de semana.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Só à noite?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Só à noite. Aí vara a noite.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – E no Festival Internacional de Pesca?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Da mesma forma ou pior.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – O que é pior?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Pior porque há mais gente, fluxo maior de pessoas de fora, muitas mulheres de fora, muitos homens de fora, o pessoal da cidade, ou seja, a coisa tumultua mais.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – O senhor acredita que não há menores?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza há, Deputada.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Mas o senhor viu?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, porque nunca participei desse tipo de coisa.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Não estou falando que o senhor participou de nada. Como eu já estive também no Festival Internacional, por diversas vezes, estou perguntando o seguinte: a presença de menores nessa questão.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – A senhora viu os menores lá?

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Não. Sou eu quem pergunto ao senhor.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, porque a senhora disse que esteve lá, e eu disse: "Eu também estive lá." Menores, a gente vê, mas não os vemos se prostituindo, porque não estamos juntos, no meio da orgia em que eles estão.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Por exemplo, no passeio de barco, quando o senhor saiu com o barco. Lá não existe só um barco – são inúmeros barcos, e todos eles estão ali durante o festival. Quer dizer, não se nota a presença? Já que o senhor conhece – o senhor falou que consegue distinguir uma adolescente menor de uma adolescente maior –, o senhor nunca percebeu nos barcos?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – O senhor percebeu? Menos no barco do senhor?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – No meu, nunca.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Nem na sua boate?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Teve desta forma: com documentos falsos que não conseguimos decifrar, até porque não temos conhecimento de olhar um documento e ver se ele é falso ou verdadeiro quando há o carimbo do Ministério do Trabalho em cima da fotografia da menina. Por todos os lados, era certinho.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor disse que tinha dinheiro e que o Ricardo tinha um barco. Por que o senhor não investiu em outra coisa e resolveu investir em exploração de mulheres?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Essa exploração está sendo dita agora.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas é exploração da prostituição.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Mas há dois anos ninguém dizia isso. Era tudo bem maravilhoso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem é que dizia?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Todo mundo. Havia quatro casas, três casas lá que funcionavam de vento em popa e eram bem freqüentadas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem as freqüentava?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – A alta classe, as autoridades da cidade e de fora. Eram bem freqüentadas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Políticos também as freqüentavam? Policiais?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Secretários de Estado, Deputados. Bem freqüentada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E era na sua casa mesmo que funcionava?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vamos agora tratar da questão do barco. Por exemplo, esse barco, o Furlan, foi o barco que o senhor contratou?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Havia outro barco que era da Sematur.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – O barco da Sematur foi o barco que foi levar os policiais federais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi, né? Então, esse barco Furlan inicia pelo rio Paraguai, e pararam em um lugar chamado Barranco Vermelho. O senhor conhece Barranco Vermelho, não conhece?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Conheço tudo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O que funciona nesse Barranco Vermelho?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – O Barranco Vermelho é uma fazenda hoje. Foi uma fazenda de grande projeção na época da cana-de-açúcar. Hoje, há apenas barracões. Só funciona uma fazenda de criação de gado mesmo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Criação de gado. É propriedade de quem essa fazenda?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Natalino Ferreira Mendes. Um pessoal muito antigo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o Hotel Baiazinha?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – O Hotel Baiazinha eu conheço também.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Essas pessoas, os turistas também ficavam hospedadas lá?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E também essas mulheres?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Algumas, sim. Iam para lá, mas já iam acompanhadas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Claudinei, há alguma fiscalização quando esses barcos saem?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Nunca houve.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca houve.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Nunca houve.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É verdade que em alguns desses barcos que têm esse pacote de turistas, que normalmente as meninas não acompanham logo no início, mas vão em canoas e, no meio da viagem, elas entram no barco?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Em alguns casos, elas já saem do porto. Em outros casos, é feito da forma como o Deputado está dizendo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Principalmente quando são menores?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não. Nunca tive conhecimento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Se elas são maiores de idade, por que elas não podiam sair? Existe documento que comprove?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Geralmente, o turista ou o dono da embarcação não quer. Ou seja, quer esconder...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Uma outra coisa. O Alex trabalhou para o senhor?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O que o Alex fazia?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Ele era gerente da outra casa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Da outra casa, que era a Whisqueria.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Havia também permuta de mulheres da Whisqueria para?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Existe até hoje.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Existe ainda?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Existe.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ainda existe.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Tanto como ela como a Holiday estão no mesmo ramo, fazendo os mesmos pacotes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – A Holiday.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A Holiday?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando se perguntou da Holiday, o senhor disse: "Esse, sim, alicia menores, agencia menores". O senhor se referiu ao dono da Holiday de nome Patrício. É isso mesmo?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor confirma isso? O senhor usou um termo. Qual foi?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Já até esqueci.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Esqueceu?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Já.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Um termo forte?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para dizer que esse era que deveria...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor pronunciou ser motivo de investigação e de prisão. Esse Luiz Gustavo Kalil, pelo que consta aqui, é uma espécie de gerente seu, porque cuidava até de conseguir o dinheiro para comprar combustível para o barco, ele que organizava tudo. Mas o senhor disse que ele era um serviçal.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Registraram no depoimento que ele era gerente, mas a gente estava conversando, não ouvia nada disso. Estava sozinho.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era ele que fechava o pacote de turistas no barco Babilônia?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Uma testemunha disse que ele era o responsável. Mas o senhor continua dizendo que ele era uma pessoa que fazia serviços gerais para o senhor?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – É. Ele já tinha conhecimento do ramo, né?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Uma outra coisa, Sr. Claudinei, que eu gostaria de indagar-lhe. Trabalharam com o senhor essas mulheres de nome Janaína, Jeane, Sílvia, Betânia?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Trabalharam para o senhor?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foram elas que pediram que o senhor organizasse o passeio ou foi uma decisão do senhor?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Foi uma decisão conjunta do grupo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Uma outra coisa que eu queria saber é que a Ana Paula da Silva, no ano passado, ficou um tempo trabalhando na boate e que, nesse período, quem cuidava da organização das meninas, inclusive a conferência de documentos, era o seu sócio Ricardo – o que confirma aquilo que o senhor disse –, mas depois que ela saiu de lá porque foi descoberto que estava com o documento, segundo ela, foi procurada pelo senhor para trabalhar na sua boate.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Isso ela já era maior.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas uma pessoa que foi responsável inclusive por aquele momento em que ela era menor – o senhor disse que nenhuma menor trabalhava ou morava na sua casa –, o senhor voltou dizendo "Venha cá, Ana Paula, venha trabalhar comigo".

Não teve nenhum problema pelo fato de ela ter saído de lá como menor?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Depois, ela já era maior. A maioridade dava o direito a ela de poder voltar a trabalhar comigo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Mas veja outra coisa que me chama a atenção é que, algumas vezes, para esses programas todos, normalmente, era solicitado que fosse depositado em uma conta. Era depositado em uma conta mesmo?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Os programas... geralmente o cliente mandava o dinheiro antecipado. Ele mandava "Olha, vou gastar tanto aí, vou beber, vou cair...".

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Isso para os serviços, mas entrava aí o serviço do pagamento das meninas?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não. Elas mesmas negociavam.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E elas tinham que pagar alguma coisa para o senhor?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Nada. Elas negociavam...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o fato de morar na sua boate? Tem cama, mesa, tem tudo. E elas não pagavam nada por isso?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Nada, nada, absolutamente nada.

Como até hoje funciona assim. Elas não pagam nada, elas não têm despesa com nada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas como é que é? A pessoa está lá, come, lava roupa e tudo. O senhor, além disso, ainda recebe e não paga nada pelo serviço ou pela....

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Só que uma cerveja na rua custa R$2,00 na rua; lá, custa R$6,00 e se um uísque custa R$8,00, lá custa R$20,00.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah, quer dizer que o senhor tira o atraso na bebida?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com a bebida.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E uma dose de uísque quanto é que custa?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – R$19,00, R$20,00.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Uma dose?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Uma dose.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. É tanto que o cliente tem que pagar tanto a dose dele quanto a dose da companheira?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Certo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tudo o que vem de consumo, ou seja, paga-se na proporção de três vezes daquilo que está sendo vendido no mercado. É isso mesmo?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Com certeza.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, no caso, uma cerveja que custa R$2,00 vende por R$6,00. Além disso, se o uísque é nacional tem um valor, se é importado tem outro valor.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – O difícil é conseguir vender o importado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dizem que aqui tem um contrabando que funciona muito. Talvez que da Bolívia já venha falsificado, porque no Paraguai é difícil de conseguir.

Disse o senhor que eles combinaram um programa com 22 programas, mas o senhor só lembrou 16 e passou um calote nos turistas.

O que o senhor diz disso?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Isso é conversa. Nunca existiu, e muitos deles sabiam que não havia condição... Já foi um acordo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E que o dinheiro dos turistas foi depositado na conta do Gustavo.

O Gustavo tinha uma conta?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Parece que tinha uma conta poupança.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é, muitas vezes parece que tanto o Gustavo como o Ricardo passavam a perna no senhor.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – O Ricardo mais que o Gustavo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Os dois passavam a perna, o que significa que essa conta... E os 850 que estavam em seu poder seriam oriundos dos programas feitos fora do pacote fechado? Tinha também isso aqui?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Tinha dinheiro meu, sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas também...

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não, porque ele já sabia que ia faltar. Então, nós levamos o dinheiro sobrando que era para comprar mais óleo diesel e mais alimentação.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Luana o senhor conhece, não é?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Oi?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Luana?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Luana...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Luana.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não me recordo no momento, deputado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É... Era amiga de Ana Paula. Conhecia?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não conheci.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela foi convidada para trabalhar na sua boate, **Big House**. E que trabalhou. Aceitou o convite e trabalhou com o senhor.

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não me recordo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Luana. Ela... O senhor não se recorda?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Olha aqui. A declarante, Ana Paula Silva, ela permaneceu cerca de um mês, exibindo e fazendo programa no **Big House**, não é? E naquela época ela tinha 17 anos de idade, como a juíza já falou aí. Que a declarante, vendia, atendia clientes, talvez o seu sócio lá permitisse isso aí, em um dos quartos da boate, e recebia o valor pelo programa diretamente do cliente. Sendo que o senhor alugava os quartos também diretamente aos clientes, nem cobrando as meninas pelos quartos. O que o senhor me diz?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Eu disse na ocorrência que existia a suíte construída que era para isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

Além do mais, a última pergunta que eu faço para o senhor é: hoje, se o senhor tivesse dinheiro bastante, o senhor voltaria a exercer esse metiê?

O SR. CLAUDINEI SANTOS PEDROSO SILVA – Não passaria nem perto de uma casa de prostituição hoje, como já não passo; corto volta delas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Bem, nós queríamos agradecer o Deputado Luiz Couto, e dizer, Sr. Claudinei, que vamos então agora passar para a segunda etapa da nossa audiência, que vai ser uma audiência reservada.

Então, para isso, vou pedir mais uma vez para que o nosso plenário seja esvaziado, e fiquem somente os membros da CPMI, para que a televisão, que a transmissão também seja interrompida.

O SR. (Orador não identificado) – Portanto, mais uma vez, a Presidência da CPMI que investiga abusos sexuais contra crianças e adolescentes interrompe a reunião aberta para passar às reuniões secretas.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL"

Ata da 34ª Reunião realizada em 20 de maio de 2004

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às onze horas e vinte e cinco minutos, na Catedral da cidade de Goiás, Estado de Goiás, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Parlamentares: Senhora Senadora Serys Slhessarenko e os Senhores Deputados Luiz Couto, Maria do Rosário, Celcita Pinheiro, Laura Carneiro, Ann Pontes e Thelma de Oliveira membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".** Inicialmente, Dom Eugênio Rixen saúda os membros da Comissão e realiza a prece do "Pai Nosso", acompanhado por todos os presentes. A Senhora Preidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, ao dar início aos trabalhos, convida para compor a Mesa, os Senhores: Dom Eugênio – Bispo da Diocese de Goiás; e os Senhores Deputados: Maria do Rosário, Almerinda de Carvalho, Suely Campos, Luiz Couto, Raquel Teixeira e a Dra. Neide Aparecida. Em seguida, a Presidente registra os cumprimentos aos Senhores Deputados Estaduais: Deputado Leandro Sena- Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente; Deputado Mauro Rubem – Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa; Deputada Iara Bernardi – Coordenadora da Bancada Feminina no Congresso Nacional; Dr. Marco Túlio – Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral da República em Goiás; Dr. Wagner Gonçalves – Subprocurador da Procuradoria-Geral da República; Drª Laura Maria Ferreira Bueno – Procuradora-Geral de Justiça de Goiás; Dr. Saulo de Castro Bezerra – Procurador-Geral de Justiça Substituto; Dr. Oto Glória Filemon – Representante do Secretário de Segurança Pública do Estado e o Pastor Raimundo – Representando as Igrejas Evangélicas. A Senadora Patrícia Saboya Gomes, concede a palavra a Dra. Laura Maria Ferreira Bueno – Procuradora-Geral de Justiça de Goiás. Ao término da exposição da Dra. Laura Bueno a Senhora Presidente registra também, as presenças da Dra. Mônica Moreno – Juíza de Direito, Drs. Edvar e Alencar – Promotores de Justiça da Cidade de Goiás, e do Dr. Haroldo Machado – Presidente da OAB de Goiás. Após, a Senhora Presidente palavra, pela ordem, aos seguintes expositores: Dr. Saulo de Castro Bezerra, Dr. Wagner Gonçalves, Dom Eugênio Rixen e a Dra. Neide Aparecida. Fizeram uso da palavra para questionarem os convidados, os seguintes Deputados: Maria do Rosário – Relatora da Comissão, Raquel Teixeira, Suely Campos, Almerinda de Carvalho e Luiz Couto. A seguir, a Presidência concede a palavra aos Deputados Estaduais: Leandro Lucena e Mauro Rubem. Ao término, a Presidente concede a palavra a Deputada Federal Iara Bernardi e em seguida, passa a palavra aos líderes religiosos: Frei José Fernandes, Dom Eugênio Rixen e o Pastor Raimundo. A Senhora Presidente agradece a participação dos expositores que em muito contribuíram com os trabalhos da Comissão.

Após, os membros da CPMI, ouviram depoimentos em caráter reservado. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Barbosa Ferreira Cruz, Secretária em exercício, da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, parte integrante da presente ata.

O SR. D. EUGÊNIO RIXEN – ...e alguém acrescentou, espero que a frustração não vença a esperança.

Peço que todos fiquem de pé e que rezemos juntos a oração que Jesus nos ensinou.

Pai nosso que estais no céu, santificado seja o Vosso nome, venha a nós o Vosso reino, seja feita a Vossa vontade, assim na terra como céu. O pão nosso de cada dia nos dai hoje, perdoai as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido, e não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do mal.

Passo agora a palavra para a Mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Bom dia a todos. Gostaria de me apresentar: meu nome é Patrícia Saboya Gomes, sou Senadora pelo Estado do Ceará e presido a CPMI que investiga redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no nosso País.

Estamos aqui diversos Parlamentares que são membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e mesmo Parlamentares que não são membros dela, mas que, pela gravidade do assunto que vimos tratar hoje, estão nos apoiando nessa luta, nessa caminhada que a comissão tem buscado fazer, ao longo de mais de dez meses de trabalho. Percorremos praticamente todo o nosso País e ouvimos depoimentos de crianças vítimas de maus tratos e de violência sexual, muitas vezes oriundas de famílias muito simples e humildes, compostas por donas de casas e trabalhadores que sentem na pele a tristeza de ver seus filhos e suas filhas indo embora.

Temos pretendido, com este trabalho, levantar uma questão muito importante: a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes no nosso País. Este é um trabalho feito com muito amor, e estamos em um lugar certamente muito apropriado para tratar dessa questão, porque estamos na casa de Deus. Estamos ao lado de D. Eugênio, que nos deu sua bênção, e de religiosos, de pessoas que têm na sua militância e no seu dia-a-dia ajudado a combater tantos males que existem na sociedade brasileira, como os que infringem os direitos de crianças e adolescentes.

Esta CPMI tem buscado fazer um trabalho muito sério e minucioso, ouvindo diversos depoimentos. Ouvimos, ao longo de meses de trabalho, mais de 300 depoimentos, que, certamente, nos chocaram muito. Em cada cidade para a qual nos deslocamos, todos os que aqui estamos ficamos com o coração muito doído, porque freqüentemente nos sentimos impotentes para resolver tantas situações de maus tratos e de violência praticados contra as nossas crianças, contra os seus direitos fundamentais.

Estamos aqui hoje para tratar de um assunto que é de conhecimento de todo o nosso País. Meninas, em Goiás, foram vítimas de crimes de violência sexual. Estamos aqui para prestar solidariedade a esta comunidade, que se manifestou, com indignação, por meio da imprensa, quando sofreu o choque de saber que meninas tão novas já estavam nas ruas sendo cooptadas e seduzidas por autoridades, por pessoas que deveriam estar acima de qualquer suspeita. É o caso de políticos que deveriam estar protegendo os direitos de crianças e adolescentes e que, na verdade, estão transgredindo todos os limites da ética e invadindo esse direitos em nosso País. Esse é o caso de Goiás.

Hoje haverá uma audiência pública para discutir esse assunto aqui. Vamos ouvir as principais autoridades que se têm dedicado, ao longo de todo esse processo, a buscar alternativas e saídas para que aqueles que praticam esse tipo de crime possam ser rigorosamente punidos pela Justiça.

Gostaria de ressaltar também, em nome da CPMI, que a mobilização que acontece hoje neste Município é de fundamental importância. Homens e mulheres que têm boa-fé e que sonham e acreditam em uma sociedade mais justa e mais digna precisam se apresentar, se mobilizar e se conscientizar de que esse problema é grave, é sério, é um drama que vêm vivendo milhares e milhares de famílias brasileiras.

Nas visitas, nas audiências públicas, nas oitivas e nas diligências que a CPMI fez ao longo dos meses por todo o Brasil, vimos quadros de crianças extremamente pobres e humildes, que, muitas vezes, são seduzidas a venderem seus corpos. Quantos depoimentos de meninas nós, membros desta CPMI, escutamos em que elas diziam que entraram na rede de exploração sexual porque queriam comprar uma calça para ir ao colégio, queriam freqüentar um *shopping center*, tomar um sorvete, ou porque seus pais são pobres e elas encontraram nesse caminho a saída para a miséria, da miséria, da pobreza.

Digo isso com muita tranqüilidade, onde chego digo isso com muita certeza e tranqüilidade, porque também sou mãe. Eu sou mãe de três filhos adolescentes que, como os outros, em nosso País e no mundo, querem ter o direito de ser felizes, querem ter o direito à sua infância garantido, querem ter acesso a uma

escola boa, a uma escola de qualidade, à cultura, ao esporte e ao lazer.

É para isso que nós, que somos Parlamentares, é para isso que Governos municipais, estaduais e federal precisam começar a ter um olhar diferente. Precisamos deixar de fazer políticas pobres para os pobres. Ao contrário, devemos tentar incluir essas crianças e esses adolescentes, que, muitas vezes, estão na rua, canalizando toda a energia que lhes é natural, para o mundo das drogas, para o mundo da violência sexual, para tantas outras coisas que acabam desvirtuando um caminho de esperança de vida digna, de esperança de crescer com dignidade e criar sua família com dignidade também.

Portanto, a nossa tarefa hoje é ouvir os depoimentos e encontrar alguma saída para que pessoas possam ser punidas.

Tivemos oportunidade de tratar desse assunto diretamente com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pela primeira vez, na História do País, um Presidente da República assumiu publicamente o compromisso de acabar com essa chaga, com essa doença que se tem espalhado pelo País, assinando convênios importantes.

A CPMI, ao lado da sociedade civil, tem também buscado cumprir sua responsabilidade, sua tarefa, incluindo na agenda de nosso País o tema da violência sexual e um basta, definitivamente, à impunidade. Há homens e mulheres que têm nome, que têm endereço, que têm trabalho, que violaram direitos, que buscaram corromper crianças, que buscaram se aproveitar da sensibilidade, da ingenuidade, da fragilidade de crianças, mas que, hoje, infelizmente, Sr. Bispo, ainda estão livres, passeando pelas ruas de nosso País, com seus lares mantidos, equilibrados, enquanto milhares de famílias brasileiras, pobres e humildes na grande maioria das vezes, se despedaçam, até pela falta de compreensão daquilo que lhes está acontecendo.

Quantas vezes eu, a Deputada Maria do Rosário e outros membros da CPMI, e outros Parlamentares, víamos um olhar entristecido, sem esperança, de um pai de família, de uma mãe, de uma dona de casa que dizia que não sabia o que estava acontecendo com seus filhos. Quantas crianças, quantas meninas e meninos nos deram seus depoimentos constrangidos, com vergonha; quantas estavam em silêncio por essa vergonha e hoje conseguem romper o silêncio, contar sua vida, contar a dureza de sua vida, denunciar o que aconteceu com elas, para que possamos salvar a vida de outras crianças.

Portanto, venho hoje aqui com muita esperança. Acredito que encontramos não só o caminho para punir essas pessoas, mas também o caminho para resgatar essas crianças que hoje não têm oportunidade. Vamos lutar por políticas públicas que sejam boas, criativas, lutar para que o Orçamento da União contemple os programas sociais, para que essas crianças saiam da rua. É tão pouco o que nos pedem! É tão pouco, é quase nada perto da dívida gigantesca que cada um de nós – a sociedade, o Congresso Nacional, os Governos – tem com cada uma dessas crianças.

E nosso papel aqui, nosso objetivo e nossa responsabilidade devem ter muito equilíbrio, muita sensatez. Não podemos fazer prejulgamentos, porque não é essa a função da CPMI. O julgamento de cada um desses casos quem fará é a Justiça, mas temos o compromisso de levantar informações, de ajudar a Justiça a desbaratar essas redes, para que finalmente possamos resgatar cada uma dessas crianças.

Ao longo da nossa caminhada, houve muitos depoimentos que nos chocaram e, ao mesmo tempo, nos deixaram com um nó na garganta. São cenas horríveis, são cenas trágicas.

Quero dar o exemplo pessoal de alguém que militou nessa área por toda a vida. Sou formada em Pedagogia, tenho três filhos, tenho minhas funções de dona de casa e de trabalhadora, de mãe dos meus filhos. Tenho o privilégio de ter sido a primeira mulher a ser eleita Senadora no meu Estado, que é o Ceará, com o compromisso de vir aqui fazer da minha voz a voz de tantas crianças, de tantos jovens que hoje sequer têm oportunidade de falar.

Nesse trabalho, contar com o apoio de cada um de vocês que aqui está é fundamental para nós. E tivemos um exemplo claro disso. Em uma cidade do interior de São Paulo, chamada Porto Ferreira, 17 pessoas foram acusadas de fazer orgias com crianças e com adolescentes. Eram políticos, vereadores, empresários, era gente muito importante da cidade, que dominava, com o seu poder, que silenciava, com o seu poder, a voz de várias famílias e de várias crianças.

Pois bem, lá, em Porto Ferreira, da mesma forma – e eu falava há pouco com a irmã Maricélia –, quando chegamos, a sociedade estava mobilizada. Todo mundo queria nos escutar; todo mundo queria dar o seu depoimento, todo mundo queria ajudar.

Uma juíza muito séria daquela cidade, chamada Sueli Alonso, teve coragem e foi até o fim. O Ministério Público foi exemplar. Até a polícia local trabalhou, nos ajudou. A CPMI chegou no momento certo. E das 17 pessoas, 15 estão presas, cada uma delas recebeu 45 anos de cadeia. (Palmas.)

Eu gostaria que não precisássemos prender pessoas. Eu gostaria de viver numa sociedade que não tivesse essa doença tão cruel, tão perversa, que tem arrancado a vida de pessoas.

Eu e a Deputada Maria do Rosário ouvimos, há pouco tempo, o depoimento de uma menina de 18 anos de idade que começou na rede de prostituição quando tinha 11 anos. Hoje, ela tem 18 anos e 2 filhos. Ela nos fez um depoimento. E nele ela disse que via em nós a esperança de que outras crianças, de que outros jovens pudessem mudar de vida, como ela conseguiu, pelo seu esforço, pelo apoio que recebeu de algumas pessoas nas cidades onde fomos fazer audiência pública. Ela disse: "Eu consegui retomar a minha vida. Eu saí da rede de prostituição. Eu consegui um trabalho. Eu consegui que os meus filhos voltassem para mim. Eu consegui voltar a ter boas relações com a minha mãe, que me acolheu de volta. Mas, hoje, apesar de ser uma menina de 18 anos, a minha alma é velha. A minha alma talvez seja irrecuperável, por tudo o que sofri, por tudo o que vi. Por todas as outras crianças e adolescentes deste País, venho aqui fazer meu depoimento, dizer aquilo que sei, para que vocês possam ir até o fim nessas investigações, para que a Polícia Federal possa ajudar cada vez mais nas investigações, desbaratando casos como esse." E esse foi apenas um caso. Ouvimos tantas e tantas outras histórias, cada vez mais chocantes, por todo este País.

Portanto, com minha palavra inicial, eu queria basicamente fazer um agradecimento muito especial a cada um de vocês que está aqui, a cada pai, a cada mãe, a cada criança, a cada jovem que nos acompanha, à sociedade civil organizada, a todo movimento da comunidade, que nos recebe, que nos acolhe tão bem, como nos acolheu D. Eugênio, como nos acolheu toda a comunidade desde que a CPMI tomou conhecimento desse caso.

Eu queria cumprimentar todos os membros da mesa, a começar por D. Eugênio, Bispo da Diocese de Goiás, que nos recebe, que tem demonstrado, na sua vida, na sua trajetória, interesse em lutar pelos direitos de crianças e adolescentes e da população mais fragilizada.

Quero cumprimentar essa grande companheira de luta, uma mulher que tem feito da sua vida pessoal, da sua trajetória política, um momento de luta em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a Relatora da CPMI, Coordenadora da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e Adolescente, a Deputada Maria do Rosário. (Palmas.)

Queria cumprimentar também essa outra grande companheira de luta, a Deputada Almerinda, do Rio de Janeiro, que está aqui conosco. (Palmas.)

Quero cumprimentar essa outra brava companheira, que é a Deputada Suely Campos, que também está aqui conosco e tem sido presente em todos os momentos. (Palmas.)

Cumprimento esse grande guerreiro da luta pelos direitos humanos, o Padre Luiz Couto, Deputado Federal pela Paraíba.

Quero cumprimentar, muito agradecida e sensibilizada, a Deputada Raquel Teixeira, uma defensora dos direitos da criança e do adolescente, que fez questão de estar conosco, cuidando do seu Estado, para que possamos dar outro rumo a essa situação. (Palmas.)

Quero cumprimentar também A SRA. Neide Aparecida, que, desde o primeiro momento, pediu à CPMI para estar aqui hoje (Palmas.).

Quero cumprimentar os companheiros Deputados Estaduais na pessoa do Deputado Leandro Sena, Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente (Palmas.). Quero cumprimentar o Deputado Mauro Rubem, que também está aqui conosco, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. (Palmas.).

E quero cumprimentar, por último, a Deputada Iara Bernardi, que é uma grande lutadora, que é a coordenadora da Bancada Feminina no Congresso Nacional. Ela fez questão de estar aqui conosco trazendo a sua solidariedade e, mais do que isso, a sua palavra firme, forte, decisiva, para que possamos, não só as mulheres, mas todos os Parlamentares que acreditam nessa causa e neste País, tornar o Brasil melhor de se viver e de se morar. (Palmas.)

Cumprimento os nossos convidados na pessoa do Dr. Marco Túlio, Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral da República em Goiás, e agradeço a sua presença. Para nós, é uma honra muito especial. (Palmas.)

Quero cumprimentar o Dr. Wagner Gonçalves, Subprocurador da Procuradoria-Geral da República, que certamente vai-nos falar dos procedimentos e mecanismos que estamos buscando para a punição dos envolvidos nos casos de violência sexual. Agradeço a sua presença, que, desde o primeiro momento, foi decisiva para a vinda desta CPMI a Goiás, e o trabalho que vai nos relatar daqui a pouco, que tem feito, e é orgulho para todos nós brasileiros. (Palmas.)

Quero cumprimentar também essa brava mulher, a Drª Laura Maria Ferreira Bueno, Procuradora-Geral de Justiça de Goiás, que tem acompanhado, desde o início, todos os casos de violência sexual praticada contra as nossas crianças e adolescentes. É uma honra para nós tê-la aqui. (Palmas.)

Quero cumprimentar o Dr. Saulo de Castro Bezerra, Procurador-Geral de Justiça Substituto, aqui presente, que tem sido grande parceiro nosso e aliado de todos os momentos. (Palmas.)

Quero cumprimentar o Dr. Oto Glória Filemon, representante do Secretário de Segurança Pública do Estado. Agradeço a sua presença (Palmas.)

Queria também cumprimentar e agradecer a presença do Pastor Raimundo, que está aqui representando as igrejas evangélicas. Peço a ele que se manifeste, para que possamos vê-lo. (Palmas.)

Neste momento, vamos dar prosseguimento à nossa audiência pública, agradecendo, mais uma vez, a presença de todos aqui.

Convidamos para falar, em primeiro lugar, a Drª Laura Maria Ferreira Bueno, Procuradora-Geral de Justiça de Goiás.

Com a palavra a Dr. Laura.

A SRA. LAURA MARIA FERREIRA BUENO – Bom dia a todos. Cumprimento todas as autoridades da Mesa na pessoa da Senadora Patrícia Saboya Gomes e registro a minha satisfação, em nome do Ministério Público do Estado de Goiás, de poder estar aqui arrebanhando mais parceiros para a luta na defesa da criança e do adolescente.

Digo a V. Exª, Senadora Patrícia Saboya Gomes, que a presença da CPMI no nosso Estado, na cidade de Goiás, é um marco muito importante para a luta pela proteção das nossas crianças. E a minha satisfação em estar aqui é ainda maior pela história que o Ministério Público tem na luta em defesa dessas crianças.

Vejo aqui, Senadora, além dos Parlamentares goianos que são nossos parceiros, pessoas ligadas à sociedade civil que sempre estiveram do nosso lado e que têm lutado incessantemente pela justiça no Brasil e, especialmente, em Goiás.

O meu relato aqui se refere à atuação do Ministério Público goiano no combate à prostituição infanto-juvenil. Em 1997, eu era Promotora de Justiça ainda, coordenava um centro de apoio operacional da infância e da juventude, e, naquela oportunidade, trabalhava ao lado do Dr. Saulo de Castro Bezerra, Promotor de Justiça. Presidimos um inquérito civil público que apurava a prostituição infanto-juvenil em Goiás e ficamos estarrecidos com os dados que conseguimos obter naquela investigação.

Em parceria com a Polícia Militar, conseguimos detectar mais de 70 pontos de prostituição infanto-juvenil em Goiânia, com pessoas de todos os níveis envolvidas na violação dos direitos das crianças e adolescentes. Na época, conseguimos prender em flagrante 22 pessoas.

Entretanto, Senadora, muito pouco resultado concreto alcançamos. Creio que é essa a grande importância de a CPMI estar aqui. Hoje sou Procuradora-Geral, aquilo aconteceu há tempo, mas justiça não foi feita e a minha indignação continua do mesmo tamanho. Acredito que a indignação é que traz os senhores aqui hoje para lutar por justiça no nosso Estado.

Naquele momento, havia 22 pessoas presas, mas, logo em seguida, elas conseguiam na Justiça, legalmente, ser libertadas. Ainda naquela oportunidade, fez-se uma investigação emblemática, pois envolvia o atual Prefeito da Cidade de Goiás, o Sr. Boadyr Veloso. Naquela investigação, apuramos que houve um crime praticado por ele contra sete adolescentes, o que chocou muito toda a população de Goiânia e também a de Goiás. No decorrer das investigações, o processo foi caminhando e, finalmente, culminou na extinção da punibilidade dele em relação aos crimes de estupro.

O que permitiu que isso acontecesse foi a legislação brasileira. Fico feliz por estar aqui aguardando que alcancemos alguma mudança. Espero que os Parlamentares possam efetivamente promover mudanças na nossa legislação. A nossa indignação, a nossa frustração por não conseguirmos obter justiça é muito grande. Não esmorecemos, não desanimamos, mas nos entristecemos por não alcançar justiça. (Palmas.)

Um relato mais detalhado desse caso será feito pelo Dr. Saulo, mas digo aos senhores que tenho muita esperança e muita fé e vou continuar lutando. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Antes de passar a palavra ao Dr. Saulo, peço desculpa, porque a nossa Mesa está aumentando, o que é muito bom, mas não está cabendo mais pessoas. Quero registrar e agradecer a presença da Drª Mônica Moreno, juíza de Direito, que está aqui conosco, dos Drs. Edvar e Alencar, Promotores de Justiça da Cidade de Goiás, e do Dr. Haroldo Machado, Presidente da OAB de Goiás.

Concedo imediamente a palavra ao Dr. Saulo para que também possa se pronunciar.

O SR. SAULO DE CASTRO BEZERRA – Exmª Srª Senadora Patrícia Saboya Gomes, Exmª Srª Deputada Maria do Rosário, em nome de quem cumprimento todos os componentes da Mesa e agradeço a presença na nossa primeira Capital, este é um momento de muita importância para todos nós, goianos. E tenho certeza de que este momento também será de importância no Brasil, porque vamos conseguir, a partir daqui, mostrar o quão a nossa legislação é frágil e como temos que avançar para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes, que ainda acontece em grande escala em nosso País.

D. Eugênio, eu queria cumprimentá-lo e, em nome do senhor, cumprimentar toda a comunidade. Ouvi as suas palavras e creio que, no caso da exploração sexual, se aplicam as palavras de Paulo, que disse que combateu o bom combate, percorreu o caminho e guardou a fé.

O Ministério Público guarda a fé, ainda, e vai continuar assim, porque ele vê que isso é possível, D. Eugênio. Como a Drª Laura disse aqui há alguns minutos, houve a investigação instaurada pelo Ministério Público. E nós a instauramos, Senadora, naquela oportunidade, porque diziam que no Brasil não havia exploração sexual de crianças e adolescentes. Havia apenas o turismo sexual, que se restringia ao Ceará, ao Rio de Janeiro e a Recife.

Não tínhamos esse problema social tão grave explicitado, a ponto de uma CPMI deixar tantos afazeres em Brasília e vir aqui mostrar para a comunidade que ela tem um papel relevantíssimo no combate a ele. Que a comunidade tem que se mobilizar para mostrar que aqueles que são aliciadores, que são exploradores de crianças e adolescentes, vão passar a ser punidos no País.

Naquela oportunidade, Senadora, o inquérito civil público nos mostrou tantos fatos relevantes que acho que a CPMI não poderia deixar de registrá-los. É possível esse combate, mas ele passa, essencialmente, e antes de tudo, por uma participação da comunidade e também por parcerias. Nenhuma instituição, seja a Polícia, seja o Ministério Público, seja o Judiciário, vai conseguir diminuir o índice ou acabar com a exploração sexual no País isoladamente. É essencial falar em trabalho em conjunto. Por isso é tão importante a presença do Parlamento nacional na cidade de Goiás.

Eu também não poderia deixar de cumprimentar meus colegas promotores de Justiça, e o faço em nome da nossa Procuradora-Geral, a Drª Laura, com quem comecei a trabalhar na área da infância.

E digo a V. Exª, Senadora, que esse caso não é um caso especial para o Ministério Público. É mais um caso gravíssimo de impunidade com o qual se deparou o Ministério Público do Estado de Goiás. E não podemos tratá-lo como um caso diferente, porque em todos os outros casos que apuramos existiam meninas de nove, dez, onze, doze anos de idade sendo vítimas de violência sexual, perdendo a sua virgindade, muitas vezes até por R$1,00. E não tínhamos como dar uma resposta positiva a essas mesmas meninas.

Esse inquérito civil público nos mostrou que, além da participação da comunidade, além dessas parcerias, Senadora – e falo como membro do Ministério Público –, é essencial que o Congresso Nacional preserve o direito de o Ministério Público investigar fatos criminosos neste País. As nossas instituições ainda são muito frágeis. Uma instituição apenas não conseguiria investigar esse fato.

Especificamente no que se refere ao Prefeito da cidade de Goiás, a investigação do Ministério Público em parceria com a Polícia Militar se estendeu por mais de seis meses. Primeiro, porque o Prefeito da cidade de Goiás, que não sabíamos quem era ainda, era apenas um senhor chamado Fernando. E essa informação chegou ao Ministério Público, Deputada Maria do Rosário, pela comunidade, por uma denúncia anônima. A comunidade ligou para o Ministério Público dizendo que a um setor paupérrimo, a um setor muito pobre da nossa capital se dirigia um senhor, periodicamente, e ali comprava a virgindade de meninas menores de 14 anos de idade.

Foi a partir de uma denúncia anônima, e de um nome falso, que a Polícia Militar, com o Ministério Público, passou a investigar o tal de Fernando. E esse Sr. Fernando foi preso como tal. Ele foi preso num quarto de motel, com uma menina de 14 anos de idade, e a aliciadora.

O SR. (Orador não identificado.) – (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SAULO DE CASTRO BEZERRA – Ele foi preso em flagrante, meu amigo.

O SR. (Orador não identificado.) – (Fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Por favor, eu queria que ninguém interrompesse a reunião. Regimentalmente, só pode falar quem a Presidência autorizar.

O SR. SAULO DE CASTRO BEZERRA – Obrigado, Senadora.

Isso é que é importante entender: temos que aprender a escutar e a ouvir. (Palmas.)

Quando...

O SR. (Orador não identificado.) – (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SAULO DE CASTRO BEZERRA – Sem problema, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Vamos continuar a audiência com muita calma, porque não temos pressa. Vamos ficar aqui e ouvir quem precisarmos ouvir. Então, esse tipo de provocação a CPMI não vai admitir. Quero avisar àqueles que queiram nos provocar ou nos intimidar. (Palmas.)

As pessoas que vierem aqui para fazer provocação ou intimidação serão retiradas, inclusive estamos com apoio da Polícia Federal. Elas serão retiradas do recinto.

Dr. Saulo, desculpe. O senhor tem a palavra.

O SR. SAULO DE CASTRO BEZERRA – Sem problema, Senadora. Isso é resultado do trabalho. Ainda bem!

Senadora, ele foi preso num quarto de motel com uma menina de 14 anos e a aliciadora. Levado para a delegacia, ficou cerca de um mês preso e, por força de um **habeas corpus**, conseguiu se liberar. Isso aí,

Deputada Maria do Rosário, já mostrava qual seria a técnica usada pela defesa.

Quando denunciado por corrupção de menores, quando flagrado no motel e ouvido pela imprensa, o que o atual Prefeito da cidade disse foi que ele fazia naquele momento, nu, com uma menina de 14 anos, nua, num quarto de motel, uma reunião política, porque pretendia ser candidato a Deputado Estadual. Não sei se por ironia ou se porque foi pego de surpresa, mas essa foi a desculpa. E não dá para acreditar nisso.

Nesse primeiro processo, Senadora, quando já denunciada por corrupção de menores, a vítima apresentou-se na audiência, na Comarca de Trindade, e ali apresentou a certidão de casamento dela, com menos de 15 anos de idade. Foi esse um primeiro momento em que percebemos qual seria a tese utilizada pela defesa. Isso no final do ano de 1997, Deputado Mauro Rubem.

Mas a comunidade também foi de extrema importância nesse momento, porque quando pessoas viram o rosto do Sr. Fernando – que se dizia chamar Fernando, na televisão –, passaram a ligar para a polícia e para o Ministério Público dizendo que também foram vítimas. Diziam: eu fui para um motel com esse cidadão, com a promessa de ganhar R$700,00 pela minha virgindade; entreguei a minha virgindade a ele com 12, 13 anos, e não recebi os R$700,00, recebi R$100,00; e R$100,00 fazem diferença na minha vida.

Todas elas são pessoas absolutamente pobres, pessoas absolutamente carentes em termos materiais, com famílias desestruturadas. Muitas têm pais desempregados e muitas são meninas, Senadora, como V. Exª acabou de dizer aqui, cujas mães ficaram sabendo que elas estavam entregues à exploração sexual pelo Ministério Público.

Mães desmaiaram no gabinete do Promotor de Justiça. Isso não é novidade para nós, mas é algo que tem que ter um fim. E isso mostrou, Deputada Maria do Rosário, que não precisamos de muita coisa para explicitar esse problema.

A equipe do Ministério Público, que conseguiu ouvir mais de 380 pessoas nesse inquérito civil público, entre aliciadores, exploradores, vítimas e familiares, era constituída de dois promotores de justiça e de cinco policiais militares, que tinham, antes de tudo, dignidade e vontade de mudar a realidade social do País. Cinco pessoas apenas foram capazes de fazer 22 prisões em flagrante.

E aí criamos, em Goiânia, a chamada "rede de incomodação". Já que nossa legislação não permitia fechar o estabelecimento comercial que explorava a criança e o adolescente, ou que permitia a sua exploração, passamos a usar a lei em nosso benefício. Passamos a verificar se as instalações hidráulicas estavam em ordem; a requisitar a inspeção do Corpo de Bombeiros; a observar se o estabelecimento atendia todas as normas do CREA; a mandar equipe de inspeção, a Vigilância Sanitária, e assim por diante, até o estabelecimento, para ver se conseguíamos fazer que as pessoas desistissem daquela atividade criminosa.

Conseguimos, Deputado Mauro Rubem, com sete pessoas, o fechamento de mais de 50 estabelecimentos comerciais na chamada região do Dergo, em Goiânia. Reabriram-nos por certo! Por isso esse trabalho tem que ser contínuo, Senadora.

Penso que não tenho muito mais a falar, porque o Ministério Público, com essas 22 prisões, em momento algum perdeu a fé de que vai conseguir. Primeiro, queríamos, com esse inquérito civil público, mostrar se havia, em Goiânia, no Estado de Goiás, exploração sexual. A resposta foi positiva. Se essas meninas eram provenientes de Goiânia, de Goiás, ou de outros Estados. E a resposta foi que Goiânia e Goiás recebem crianças e adolescentes de vários outros Estados brasileiros, todos muito pobres, como o Maranhão e o Piauí, onde o Poder Público ainda chega menos ao cidadão do que no Estado de Goiás. Elas não vêm porque são sem-vergonhas, não porque são promíscuas, aos nove, dez anos de idade; elas vêm atrás de vida, de dignidade, de alimento.

Por isso a prostituição infantil, a exploração infantil tem que ser combatida com todas as forças. Ela não agride só a criança. Ela agride a criança e a sua família, e ela agride a criança e a sua família usando da miséria, da exclusão social, da carência, da falta de estrutura. Por isso ela é muito mais perversa do que qualquer outro crime.

Finalizando, Senadora, quero dizer que o caso do Prefeito, do atual Prefeito, se tornou público. E com a legislação que temos, D. Eugênio, ainda bem que esse caso se tornou público, porque ele pode mostrar para todos os brasileiros – para todos aqueles que querem entender e para todos os que não querem entender – que não adianta continuarmos combatendo a exploração sexual se paralelamente a esse trabalho tão importante que está sendo desenvolvido não tivermos propostas sérias de mudança da nossa legislação processual penal e penal, e se não passarmos a discutir a política pública no nosso País, a estruturação do conselho municipal, do conselho tutelar, a capacitação de professores, a capacitação de agentes de saúde. E tudo isso para que simplesmente cumpram a lei, para que saibam cumprir a lei.

Diante de um caso de maus-tratos ou de violência sexual, que comuniquem as autoridades. A sociedade precisa ter resposta. A sociedade, quando tem a res-

posta positiva, participa. Temos uma crença inabalável nisso no Ministério Público.

Encerrando, Senadora, eu queria dizer que o caso do Prefeito Boadyr Veloso tem que ser um emblema dessa luta. Porque se a legislação tem falhas, se ainda se abusa muito de crianças e adolescentes no nosso País, fazendo uso da miséria, da exclusão, se temos autoridades que fazem questão de abusar sexualmente de crianças e adolescentes – e tudo isso sabemos –, não dá para admitir que a lei seja usada, que a lei seja burlada para que alguém seja beneficiado com a extinção da punibilidade.

Por isso tenho que parabenizar o Dr. Wagner pela reclamação que protocolou no STJ. Não podemos permitir que uma pessoa que abusa e explora sexualmente crianças, que usa da miséria para isso, no final, seja premiada chamando a todos de otários – porque burlou mais uma vez a lei. Antes, essa pessoa somente descumpria a lei. Depois, além de descumprir, burlou. Mostrou para todos que podia tudo, porque o poder econômico ainda está podendo tudo. Chega disso!

Senadora, fico à disposição de V. Exª para qualquer outro esclarecimento. Eu queria, é lógico, deixar para a comunidade de Goiás, para o povo goiano, que esse não é, repito, um caso diferenciado para o Ministério Público do Estado de Goiás. Fazemos questão de deixar isso bem claro, porque não há que se usar como tese de defesa que essa condenação criminal é uma perseguição pessoal de qualquer Promotor de Justiça ao Prefeito. Não se trata disso. Esse caso sempre foi tratado com o profissionalismo e com o rigor com que todos os casos foram tratados.

Ele é especial, sim, pela presença de todos aqui. Ele é especial, sim, para mostrar para o nosso País como a nossa legislação é frágil, como as nossas parcerias são frágeis, como ainda teremos trabalho neste País, e como o trabalho dos Srs. Parlamentares no Congresso Nacional poderá em muito ajudar o Ministério Público a continuar investigando crimes, a nossa legislação a mudar, a fortalecer as parcerias e principalmente os Municípios.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Antes de passar a palavra ao Dr. Wagner, eu gostaria de esclarecer a todos os presentes que esta CPMI convidou o Sr. Boadyr Veloso a estar presente hoje a esta audiência pública. Ele nos respondeu que se coloca à disposição da nossa CPMI para participar de futuras conferências, mas não deseja fazê-lo na cidade, por poder isso ser desvirtuado em função de estarmos em um ano eleitoral.

Quero esclarecer que esta CPI não tem cunho eleitoral ou partidário. Cada um de nós, Parlamentares, é filiado a um partido diferente. Falávamos no avião, ou antes, com a Deputada Maria do Rosário, e sequer sabíamos qual era o partido do Prefeito. Estamos viajando por todo o Brasil. Há denúncias contra políticos de diversos partidos envolvidos em atos de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Portanto, é bom e é preciso deixar claro, como fez agora o Dr. Saulo, que não houve nenhum tipo de perseguição política. Quando vamos a Municípios em que há o envolvimento de políticos, o primeiro argumento usado é o da perseguição política. Não estamos fazendo perseguição política. Estamos tratando de um assunto muito grave e muito sério, em que são testemunhas meninas que foram violentadas, que sofreram o crime da violência sexual.

Portanto, é preciso deixar claro para toda a comunidade que participa desta reunião hoje que o Prefeito foi convidado, não vem, e se colocou à disposição. A CPMI, ao terminar esta audiência pública, irá se reunir e definir de que forma ouvirá o Prefeito Boadyr.

Passo a palavra ao Dr. Wagner Gonçalves, que é Subprocurador da Procuradoria-Geral da República.

O SR. WAGNER GONÇALVES – Senadora Patrícia Saboya Gomes, a quem saúdo, assim como às demais autoridades e Parlamentares da Mesa, autoridades presentes, minhas senhoras, meus senhores, jovens, mulheres, crianças, num dia tão bonito como este – o mês de maio é um dos meses mais bonitos nesta região, sei disso pois sou também de Goiás: nasci em Goiânia e estou no Ministério Público Federal desde 1982 – é uma honra estar nesta cidade histórica tão bela.

E podemos nos perguntar por que estamos aqui. Essa é a pergunta que não quer calar. Estamos aqui por indignação e para o combate à impunidade. A Senadora Patrícia Saboya Gomes, como Presidente da Comissão, e os ilustres Parlamentares fazem um trabalho de conscientização, que visa despertar a sociedade, que, no fundo, neste País, é profundamente desamparada.

Há três fatores que levam à impunidade: o poder econômico, o poder político e a amizade com agentes do Estado. Com apoio nesses elementos, praticamente ninguém vai para a cadeia. Se os homens da platéia praticassem o atentado violento ao pudor, o estupro, com sete meninas, estariam todos na cadeia, porque, para alguns, a Justiça é violenta e ferina, e, para outros, há os meandros do processo.

Conheci esse caso porque o processo foi para Brasília. O recurso do Sr. Boadyr Veloso foi para o Superior Tribunal de Justiça. O que aconteceu? Vou fazer uma rápida rememoração dos fatos, para mostrar a seqüência, para tentar mostrar alguns aspectos

jurídicos dos quais os colegas do Ministério Público já falaram, para mostrar algumas nuanças.

Ele foi condenado, em Aparecida, a treze anos e poucos meses. Houve apelação para o Tribunal, que reduziu a pena para dez anos. Aí começou o benefício. Qual benefício? O crime de estupro, de atentado violento ao pudor, é hediondo. A Constituição estabelece que é crime hediondo. E o juiz foi correto: para crime hediondo, prisão o tempo todo, não há progressão de regime.

O Tribunal, no final, colocou: "defiro a progressão de regime". Então, mesmo que o Sr. Boadyr Veloso seja, depois, preso, ele terá a progressão de regime, cumprido um sexto da pena, porque essa questão transitou em julgado. Ele recorreu para o Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial e recurso extraordinário. No recurso especial foi que eu atuei junto ao Tribunal. O recurso extraordinário vai para o Supremo Tribunal Federal. Ainda não subiu, vai aguardar mais. Em vez de prendê-lo naquela oportunidade, o Tribunal acatou o recurso e o mandou para o Superior Tribunal de Justiça.

Lá, o advogado do Sr. Boadyr entrou com dois **habeas corpus**, falando que os representantes das vítimas se retrataram e que não há motivo para continuar com a ação. O crime de estupro tem uma característica diferenciada. Ele depende de representação para a Justiça agir.

Se alguém dentre os senhores aqui pegar uma arma e matar alguém, já sabe que vai responder perante um júri. O Ministério Público, o Estado, que é o titular do direito de punir – antes era olho por olho e dente por dente, vocês já ouviram falar, está na Bíblia –, vai lá e executa. Ou seja, ele abre o processo e tudo o mais.

Nesse caso, estavam em jogo, na legislação anterior, dois valores: o próprio crime e a desonra para a criança e para a família. O Código de Processo Penal é da década de quarenta e, naquela época, para a sociedade, o importante era a mulher casar. Ela não tinha a posição que tem hoje, não havia conquistado muitos direitos. Preservava-se então aquela mocinha, para que ela não fosse desonrada, se ela se casasse com o seu ofensor ou com qualquer outra pessoa.

A legislação está então ultrapassada. Ela não se coaduna com a Constituição de 1988. E esse dispositivo do Código Penal – é o que eu defendo na minha fala, nos meus pareceres e no recurso que fiz ao STJ – é incompatível com a Constituição de 1988.

Por quê? Há um dispositivo na Constituição, o art. 227, que diz que será dado integral apoio e garantia à criança e ao adolescente, em função inclusive, por outros motivos, da dignidade da pessoa humana.

Em outro dispositivo constitucional consta que serão punidos severamente os crimes hediondos, na forma da lei. Ora, se a lei falou que esse crime é hediondo, o dispositivo da década de 40 não é compatível com a Constituição. Nós defendemos isso em nossa fala.

Houve **habeas corpus.** O Sr. Boadyr foi dando entrada em documentos, na medida em que conseguia, no Superior Tribunal de Justiça, para estancar o andamento do processo. O Tribunal afastou o primeiro **habeas corpus**. Ele conseguiu outros documentos. A Corte também afastou o outro **habeas corpus**. Depois, no recurso especial. Ele apresentou escritura pública das meninas desistindo da ação. O STJ também a afastou.

Todas as tentativas dele foram afastadas lá. Como ele não conseguiu nada lá, o recurso agora vai para o Supremo – ele ainda tem de subir ao Supremo –, depois que voltar do Supremo é que será executado. Se essa situação tivesse ocorrido com qualquer um dos senhores aqui, já estaria preso.

E o que acontece? Ele não conseguiu nada no STJ – nós fizemos a sustentação oral, defendemos o nosso ponto de vista lá. Mas chega o momento em que qualquer um fica indignado, porque a pessoa nunca pára de tumultuar o processo, não respeita a decisão da Justiça. Nesse momento só pode haver indignação, que é o que eu sinto agora.

Conseguiram casar as meninas. Algumas já haviam casado e no caso de outras, tudo indica, houve arranjo para o casamento. Entraram com a certidão de casamento no Tribunal de Justiça de Goiás. Houve **habeas corpus**. E o Tribunal de Justiça de Goiás extinguiu a punibilidade. Falou que esse crime não merecia ser punido porque quem poderia insistir no andamento da ação não o fez na época própria, sessenta dias após o casamento.

Na prática, isso não existe mais. Por quê? Porque o Tribunal de Justiça não tinha mais competência, o processo tinha saído da alçada dele havia muito tempo. O STJ, um tribunal superior, já havia decidido. Tinha acabado a jurisdição do Tribunal de Justiça de Goiás. O tribunal superior já havida dado a sua decisão e afastado toda aquela documentação.

Aí dizem: "Não apresentamos a certidão de casamento lá". E eu pergunto: por que se recorreu ao Tribunal de Justiça de Goiás, que extinguiu a punibilidade, em uma decisão absurda?

Se o Ministério Público está aqui presente, se os Parlamentares estão aqui, seria bom que alguns desembargadores do Tribunal de Justiça de Goiás estivessem aqui. Na realidade, todos os órgãos públicos têm de prestar conta à sociedade. Nós recebemos di-

nheiro público e temos obrigação de prestar conta do que fazemos, dos nossos atos.

Houve essa decisão. O que me restou fazer, já que eu estava vinculado a essa ação, a tudo o que foi feito no STJ, pelo Ministério Público? Restou-me entrar com um recurso que se chama reclamação, que apresentei no início deste mês ao Superior Tribunal de Justiça.

Qual é o argumento? É muito simples. Se o Supremo diz algo, bem como o Superior Tribunal de Justiça, um tribunal de instância inferior não pode desdizer aquilo, não pode macular o que foi dito. É a força da autoridade do julgado do próprio STJ. Foi o que pedimos: foi dada uma decisão, que é nula de pleno direito, e queremos que o Tribunal a declare.

Esse processo já foi distribuído, está com o Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Ontem, olhei o levantamento. O Sr. Boadyr Veloso impugnou essa reclamação. Foi feito um pedido de solicitação de informações ao Tribunal de Justiça. Ele vai prestar as informações, e o STJ vai julgar.

Tenho 90% de certeza – na Justiça nunca podemos falar em 100% – de que essa decisão vai ser revogada.

Agora há uma questão que a população não entende. Revogada a decisão, ele vai ser preso? Não vai. Depende da decisão do recurso do Supremo.

Quando terminou o processo no STJ, tomei a liberdade de tirar uma cópia de todo ele e de remetê-la à Procuradora-Geral de Justiça de Goiás, que requereu a execução provisória do julgado, o que a lei permite. Foi pedido isso e até hoje não houve nenhuma manifestação do Tribunal. O Tribunal fez a opção pelo **habeas corpus**, que, temos certeza, será revogada. E é o caso de insistir no pedido de execução provisória.

Para mim, é uma satisfação estar aqui dando este depoimento. Creio que todos nós, autoridades públicas, temos obrigação de tentar explicar. Nos meandros do processo há uma infinidade de recursos e de questões jurídicas. Às vezes fica difícil o cidadão entender. Até quem é da área jurídica por vezes não entende.

O sistema é feito para privilegiar quem tem dinheiro e quem tem poder político neste País. Esse é o problema. Entendemos e defendemos que o dispositivo da Constituição que garante a retratação das vítimas é inconstitucional. Depois de aberta a denúncia, de feita a denúncia, em caso de estupro, não há retratação.

Há um artigo no Código Penal e no Código de Processo que diz que naqueles casos em que o Ministério Público age provocado – chama-se ação penal pública condicionada, e ela é condicionada à representação que os pais das vítimas fizeram –, uma vez feita a denúncia, não há retratação. Há uma súmula do Supremo que trata disso.

E, como mencionei, esse dispositivo é muito antigo e incompatível com a Constituição.

Por todas essas razões, estamos confiantes de que teremos sucesso no STJ. Precisamos, sim, reconhecer que todos estamos aqui para marcar uma posição, para combater a impunidade, a corrupção e as injustiças neste País. E quem, às vezes, caminha para esse lado são exatamente aqueles que têm poder econômico e político.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Quero convidar A SRA. Rosanira Pereira Barbosa, representante da comunidade, para usar da palavra. (Palmas.)

A SRA. ROSANIRA PEREIRA BARBOSA – Gostaria de começar dizendo bom dia a todos vocês. Quero dizer também que sou acanhada, tenho vergonha de falar na frente de tanta gente. Mas com uma indignidade dessas acontecendo na nossa cidade, eu, representante, mãe de família, avó, senti necessidade de vir aqui expressar o meu sentimento de mãe e avó. E não digo só de mãe dos meus filhos, da minha filha, da minha neta, mas sim de mãe da comunidade onde moro, no meu setor.

E o que está acontecendo na nossa cidade é uma coisa extremamente dolorosa, porque vemos a prostituição acontecer e ficamos sem saber o que fazer. Se o nosso representante na prefeitura é um desses, ficamos indignados.

Mas, acima de tudo, existe Deus, que é o nosso Pai maior. Primeiramente, temos que acreditar Nele e nos nossos governantes. Depois da presença da CPMI na nossa cidade, acho que muita coisa vai mudar. Temos que acreditar na política, que hoje está tão desacreditada.

Por exemplo, vou falar de um fato que aconteceu. Eu saí, fui a uma festa, e havia várias meninas lá querendo entrar e não tinham como. De repente, chegou o nosso Prefeito, que estava do lado de lá já, enfiou a mão no bolso e colocou dinheiro na mão de cada uma. Eu fiquei indignada pensando naquilo. Já tinham me falado sobre aquilo, mas eu não tinha acreditado. Eu vi com os meus próprios olhos e pensei assim: parece que ele já anda com o dinheiro trocado para dar para as meninas.

E fazer o quê? Recorrer a quem, fico me perguntando.

Agora chegou o momento de estarmos aqui. Eu acredito em vocês, acredito nessa CPMI, sei que podemos fazer alguma coisa. Esse é o meu sentimento, como mãe, como avó. E como representante do meu

setor, da minha comunidade, acho que temos que mudar este Brasil nosso, não só Goiás.

Eu tenho vergonha quando vejo na televisão. Goiás é Patrimônio da Humanidade. Tenho vergonha por nós, porque fomos nós que pusemos ele lá. Não adianta dizer que foi o povo! Fomos nós, porque ele teve a maioria dos votos. Será que a pobreza está falando mais alto? A fome fala mais alto sim. Mas acho que temos que ter dignidade, porque isso falta.

Eu vejo incentivo dos governantes. Não se deve dar o peixe pronto, mas sim o anzol, para o pobre pescar. Aí, sim, ele vai aprender a ter dignidade, ele vai aprender a respeitar a si próprio.

Estas são as palavras do meu sentimento, que estou expressando neste momento. Esta foi uma oportunidade que tivemos. Nós, pobres, não temos oportunidade de falar, não temos oportunidade de dizer, porque podemos perder o emprego. Hoje mesmo, alguém me disse: Rosa, você vai lá? É perigoso, você tem uma neta!

E eu sei que eu tenho uma neta, mas eu não olho só para a minha neta, eu olho por todas as crianças, porque isso é uma dor. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Obrigada! Palavras muito bonitas!

Antes de passar a palavra a D. Eugênio, eu agradeço, muito sensibilizada, a D. Rosa por esse depoimento tão importante. É aquilo que vimos falando todos os dias: é preciso quebrar o silêncio que cerca esses crimes, a vergonha. Eu sei que a sociedade tem muitos preconceitos ainda em relação a esses casos, a essa situação; que é muito difícil uma mãe, uma criança, uma adolescente contar aquilo que está vivendo. Mas é só assim, como a Rosa fez, rompendo o medo, rompendo a vergonha, rompendo todos os preconceitos – que temos mesmo que romper – que vamos poder ajudar muitas crianças e muitos adolescentes.

Então, em nome desta CPMI agradeço muito o seu depoimento, D. Rosa.

Passo agora a palavra a D. Eugênio.

O SR. D. EUGÊNIO RIXEN – Srª Senadora, queridos membros da Mesa, de fato, na cidade, há um certo medo. Muita gente depende do emprego, das autoridades aqui da cidade.

Tomei a iniciativa, junto com outras pessoas, de participar, de colaborar com essa CPMI. Eu achava que, como Bispo desta cidade, não podia ficar em silêncio.

(FALHA NA GRAVAÇÃO.)

Aliás, a nossa Diocese de Goiás tem uma longa tradição de luta em defesa dos direitos das pessoas. Foi aqui que nasceu a CPT. Lutamos para defender os pequenos trabalhadores, muitas vezes marginalizados e muitas vezes oprimidos pelos grandes.

Aí surgiu o artigo na revista **Época** e a CPMI nos pediu que emprestássemos um local ela fazer esta audiência pública. Nós aceitamos. Em nome da minha fé, em nome desse querido povo de Vila Boa – os habitantes de Goiás chamam-se vila-boenses –, achei que eu não podia mais ficar calado sem ser gravemente omisso.

Eu ouvi confidências de pessoas que foram estupradas aqui em Goiás, de crianças e adolescentes. Sabemos o drama dessas pessoas, sabemos que são pessoas que realmente ficam marcadas para o resto da vida. Isso não é uma coisa banal. Mas parece que, no nosso País, ainda vivemos no tempo dos coronéis, que abusavam das meninas, dos escravos, é lógico, tirando a virgindade delas e achando que isso era normal. Só precisavam casar essa menina.

Hoje em dia a psicologia e todas as pessoas que têm um pouco de estudo sabem que a violência sexual contra crianças e adolescentes é difícil de curar. As crianças ficam marcadas para o resto da vida.

Eu achei que precisava colaborar com a CPMI de fato, junto com as igrejas evangélicas e as igrejas católicas. Vamos tentar quebrar esse silêncio. A frase do nosso Presidente continua válida: Precisamos vencer o medo, é preciso que a esperança vença o medo. E ultimamente alguém acrescentava que a frustração não vence a esperança.

Vocês têm muita responsabilidade diante disso. Eu sei que a nossa lei precisa mudar. Sei que vocês estão se empenhando para isso. E podem ter certeza de que ao menos na cidade de Goiás vocês vão receber todo o apoio para que não haja falhas na nossa lei. (Palmas.)

Vocês sabem que nós queremos defender as nossas crianças, que nós queremos defender os nossos adolescentes. A impunidade só leva à imoralidade e à falta de ética. O que vou poder dizer para os jovens? Que esse cidadão estuprou e fica por isso mesmo? Sabemos que, tendo dinheiro, fica por isso mesmo.

Aqui em Goiás nós queremos uma juventude sadia, uma juventude que acredita no amor e que não banaliza a prostituição e a sexualidade.

Quero terminar com uma carta que recebi de um de vocês e que achei muito bonita. Nela, a nossa Presidente virou sacerdotisa desta assembléia. Pelo ambiente, provavelmente.

Esta audiência é um culto, é uma missa agradável aos olhos de Deus e aos nossos, filhos e filhas Dele. A Senadora Patrícia é uma sacerdotisa por excelência. Ela é a primeira sacerdotisa a presidir uma missa nesta catedral. Esta audiência é uma verdadeira eucaristia,

que nos congrega, que nos une numa mesma causa. Nunca aconteceu algo parecido nesta catedral.

Hoje nós estamos, com pessoas de diferentes cultos religiosos, partidos políticos e ideologias, fazendo comunhão na luta pela defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Foi isso o que a pessoa me mandou.

Então, sacerdotisa Patrícia, está entregue. Quero dizer também que este não é um ato político em si, um ato político-partidário, porque há pessoas de todos os partidos aqui, de todas as religiões, em defesa da dignidade das crianças e dos adolescentes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Quero agradecer as palavras tão generosas de D. Eugênio, que, desde o primeiro momento, nos acolheu na sua casa, na casa de Deus, dando-nos oportunidade de realizar esta audiência pública.

Certamente, pelo envolvimento que tem com essa causa, com esses casos, por tudo o que deve provavelmente ouvir de dramas nas vidas pessoais de crianças, de adolescentes, das pessoas desta sociedade, desta cidade, o senhor deve ter o coração muito apertado e um nó na garganta. Mas penso que não podemos perder a esperança.

Como o senhor mesmo diz, vamos continuar a ir em frente e, se Deus quiser, chegaremos ao caminho certo e teremos dias muito melhores, um futuro muito melhor.

Quero passar a palavra à Deputada Maria do Rosário, Relatora da CPMI, para que possa fazer algumas considerações.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário. PT – RS) – Srª Presidente, querida Senadora Patrícia Saboya Gomes, abraço V. Exª com muito carinho pelo trabalho que tem feito.

Quero cumprimentar D. Eugênio com a alegria de quem se sente em casa nesta casa que acolhe a todos, e abraçar os que compõem a Mesa: Parlamentares federais e estaduais que vêm até nós e que participam deste momento, autoridades do mundo da Justiça, promotores, procuradores, como a Drª Laura, o Dr. Wagner e o Dr. Saulo. Agradeço a todos por estarem aqui.

Em geral, as nossas audiências – e digo isto num diálogo com a comunidade, que participa deste momento – são marcadas por uma série de colocações e perguntas aos depoentes.

Aqui, hoje, nós não tivemos depoentes como em geral temos. Tivemos convidados, que ajudaram a esclarecer os fatos de um processo muito complexo, de uma ação que tem idas e vindas, e cujas circunstâncias, nós mesmos, como Parlamentares que atuamos na área da infância e da juventude, procuramos compreender, assim como o trabalho do Ministério Público, a ação policial, para que possamos retratar, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, nas casas legislativas, no Parlamento brasileiro, as alterações necessárias à legislação.

Quando optamos por criar esta CPMI, selamos um pacto e reunimos o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, as duas Casas do Parlamento, no Brasil, numa CPI de caráter misto. Esta é uma CPI mista, é uma CPMI. Essa reunião de esforços simboliza, do nosso ponto de vista, em uma iniciativa comum, o trabalho que devemos fazer com os demais poderes, como o Poder Executivo – nesta semana, inclusive, o próprio Presidente da República participou de uma solenidade importantíssima, no dia 18 de maio, que é o dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Devemos, portanto, somar as energias do Poder Executivo, por intermédio da União, que envia mensagens para Estados e Municípios para que estejamos unidos, e do Poder Judiciário, para podermos responder a uma situação muito grave, que é a impunidade.

Quero dizer aqui, de modo muito direto, que estamos desafiados a responder a uma necessidade que a sociedade brasileira tem, que as crianças brasileiras têm, que a comunidade tem em cada lugar do Brasil: a necessidade de ver responsabilizados aqueles que cometem crimes contra a infância, contra as crianças e contra os adolescentes brasileiros.

Esta audiência foi planejada de forma a dar a palavra aos que conhecem o processo que envolve o Prefeito desta cidade, Boadyr Veloso, mas também foi planejada para que o próprio Prefeito tivesse a palavra e fizesse colocações em defesa do seu ponto de vista. Convidamos o Prefeito não uma vez ou duas vezes. Nós o convidamos na semana passada, quando transferimos a audiência; nós o convidamos para participar hoje, porque à CPMI interessa ouvir o contraditório. Não queremos acusar sem ter dado a possibilidade, a quem quer que seja, de oferecer as suas considerações. O Prefeito municipal, a seu próprio juízo, não compareceu.

A legislação brasileira dá a ele, como Prefeito, mesmo que tenha cometido esses crimes quando não era ainda prefeito da cidade, a prerrogativa de escolher quando fará seu depoimento, em um ajuste de tempo, de horário e de local com a presidência da CPMI.

Estamos nos encaminhando para o período final dos nossos trabalhos. Deveremos estar completando e finalizando nossos trabalhos com a apresentação do relatório final, em 15 de junho próximo. Ainda estaremos nos deslocando, em ações, para cidades como Fortaleza, capital do Ceará, Estado da Senadora Pa-

trícia Saboya Gomes, como Manaus, no coração da Amazônia, onde há casos importantes, relevantes, de tráfico de crianças e adolescentes e de impunidade.

Digo a vocês com certo pesar que talvez tenhamos dificuldade de agendar um novo momento para ouvir o Prefeito Boadyr. Mas não queremos deixar de lado, não queremos deixar de marcar aqui, com absoluta responsabilidade, com transparência, para os habitantes da cidade de Goiás Velho, que esta era a oportunidade para que o Prefeito fizesse as suas considerações. Deslocamos para cá importantes quadros da Câmara dos Deputados e do Senado da República para que ele também fosse ouvido, ao lado da comunidade e das demais autoridades.

Portanto, na ausência do Prefeito e das suas considerações, das suas palavras, queremos dizer que vamos formulando o nosso juízo. Não podemos ser manobrados por procedimentos como a falta de boa vontade para agendar conosco o momento em que podemos estar disponíveis para ouvi-lo nesta cidade. Não permitiremos que a CPMI seja um joguete e que o agendamento seja feito apenas quando o Prefeito quiser (Palmas).

Para nós, a prerrogativa que ele tem é igual à dos outros. Digo isso porque gostaríamos de ouvir o Prefeito e ele não compareceu. E o juízo que vamos formando é que possivelmente ele tente fazer com a CPMI, Senadora Patrícia Saboya Gomes, aquilo que procura fazer com o sistema de Justiça brasileiro. E é impossível que isso prevaleça se queremos viver em um Estado de Direito em que as pessoas reconheçam as instituições como instituições para a proteção da cidadania. Estamos falando aqui de crianças menores de 14 anos. É óbvio que a condenação que foi definida em primeira e segunda instância no Estado de Goiás deve valer como palavra final.

Há recursos nos tribunais superiores, mas é impossível que um **habeas corpus** corte um processo que condenou em primeira e em segunda instâncias, por estupro. É impossível aceitar que manobras objetivas, apoiadas em uma legislação em desuso, em uma legislação a que não é comum recorrer, certamente com um procedimento totalmente viciado, cortem um processo. Como observamos aqui, os casamentos foram organizados, todos, em dois dias, para a mesma hora, no mesmo cartório, e pagos pela mesma advogada que acompanhou as meninas àquele lugar.

Não podemos permitir que se zombe da Justiça brasileira, que se zombe do Parlamento brasileiro, da tarefa de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e muito menos que se zombe de uma comunidade, do sofrimento de meninas, de crianças, de famílias empobrecidas, pensando estar acima da Justiça e ter poder maior do que o poder da própria Nação de dizer basta.

Estamos unidos e a nossa rede tem o mesmo sentimento do qual falou a D. Rosa quando ocupou este microfone. D. Eugênio, a D. Rosa, com as suas palavras, falou do sentimento de todas e de todos nós, mães e pais que compomos o grupo que faz este trabalho – mães que muitas vezes deixamos as nossas próprias crianças em outro lugar, que deixamos as nossas filhas e filhos em outras cidades do Brasil, para estar aqui com vocês.

A nossa confiança, D. Rosa, no trabalho que nos une à sociedade brasileira no enfrentamento de questões como essas, que nos envergonham, é tão grande, é tão forte, que quero fazer nossas palavras que a senhora disse: eu não olho apenas para a minha neta, eu olho para todas as crianças.

Nós não olhamos apenas para os nossos filhos, olhamos para todas as crianças, como disse e ensina a D. Rosa. E é justamente por isso que os nossos Poderes – o Parlamento, o Poder Judiciário, a Presidência da República, as Prefeituras Municipais – devem olhar com respeito e consideração os direitos das crianças. Acolhemos o seu ensinamento e vamos levá-lo adiante. Certamente, vamos ver, nos tribunais superiores brasileiros, a confirmação da condenação do Prefeito Boadyr e, no Parlamento brasileiro, vamos mudar essa legislação, que não está adequada ao desejo da sociedade brasileira. (Palmas.)

De nossa parte, podemos dizer que a CPMI, Dr. Wagner, Drª Laura, Dr. Saulo, estará apresentando projetos de lei propondo mudanças na legislação – e algumas propostas já tramitam na própria Câmara dos Deputados, como uma de autoria da Deputada Iara Bernardi. Estaremos trabalhando para um rito especial de tramitação no Parlamento brasileiro, para uma mudança no título que trata dos crimes contra os costumes. Queremos tratar esses crimes como crimes contra a pessoa, queremos tratar os crimes sexuais como crimes vis, que devem encontrar a devida responsabilização.

Acreditamos, assim, que a sociedade brasileira está mais forte, certamente porque conta com uma grande rede, mais poderosa do que as redes de exploração que combatemos. Muito obrigada. Um bom trabalho para todos nós. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Vou passar a palavra às duas representantes deste Estado que estão aqui conosco, a Deputada Neyde Aparecida e, em seguida, a Deputada Raquel Teixeira.

A SRA. NEYDE APARECIDA (PT – GO) – Muito obrigada, Senadora Patrícia Saboya Gomes, em nome

de quem cumprimento todas as Srªs e Srs. Parlamentares. Cumprimento também o Ministério Público, na pessoa da Drª Laura, e todas as igrejas, tanto a católica como as evangélicas, na pessoa de D. Eugênio.

Apesar de estar avançada a hora, faço questão de dirigir algumas palavras a vocês, a esta comunidade, porque quero fazer jus àquilo que a D. Rosa disse, à sua crença nos políticos. Não falo aqui apenas como Parlamentar, mas como professora, como mãe, como pessoa que, como a D. Rosa, também acredita que temos que nos indignar com uma barbaridade como essa, ou seja, com a possibilidade de um Prefeito, de um médico, achar que, porque detém o poder econômico ou é portador de um cargo, vai se safar e fugir da Justiça.

Creio, Drª Laura, Dr. Wagner, Dr. Saulo, que ainda é possível acreditar na Justiça, acreditar que um crime como esse não vai ficar impune, porque, com certeza, o que essas sete crianças e adolescentes – uma delas tinha onze anos, portanto, era uma criança que sequer havia chegado à adolescência – vão carregar para o resto das suas vidas não podemos tirar delas.

Nós podemos e, com certeza, tudo faremos, para levar o Sr. Boadyr à Justiça, à prisão, apesar de não podermos tirar daquelas garotas aquilo por que elas passaram ou dar a elas outra oportunidade de vida. Elas sofreram abusos, foram estupradas, e, além disso, foram obrigadas a casar com quem não escolheram, para que esse senhor se livrasse da prisão. Esse é um crime, do meu ponto de vista, abominável, hediondo, e a que não podemos, como Parlamentares e pessoas que ainda acreditam na cidadania e na vida, assistir passivamente, sem nada fazer.

Por isso, parabenizo a comunidade que aqui veio, apesar das pressões. Sabemos que aconteceram pressões, que inclusive tentaram impedir que a igreja se apresentasse como alternativa para nós, para todos vocês. Parabenizo o Bispo D. Eugênio pela carta que ele corajosamente fez publicar ontem, no jornal **O Popular.** Pedi que ela fosse registrada nos Anais da Câmara Federal, ontem à noite, durante a sessão, porque acho que não só a igreja, não somente nós, Parlamentares, não só o Ministério Público, mas todos aqueles que ainda conseguem se indignar têm de ter uma posição. As pessoas não podem se omitir quando percebem que crianças e adolescentes, fragilizadas pela pobreza e pela pouca idade, estão sendo abusadas impunemente.

Meus parabéns a toda essa comunidade que aqui compareceu. Estamos à disposição, na Câmara dos Deputados, do povo da cidade de Goiás, do povo goiano, para que a legislação mude e esse crime não fique impune, e para que outros não continuem ocorrendo por aí, com a certeza da impunidade.

Muito obrigada a vocês. (Palmas.)

A SRA. RAQUEL TEIXEIRA (PSDB – GO) – Obrigada, Senadora. Eu achava que não precisávamos falar, que poderíamos ter encerrado este encontro após a fala de D. Eugênio. E o que está me surpreendendo, Senadora Patrícia, é que as pessoas continuam aqui, de olhos grudados, querendo ouvir mais. Parece que elas não querem ir embora. É uma hora da tarde, mas as pessoas querem participar e, talvez, isso deva ser motivo para uma reflexão.

O que estamos vivendo hoje, neste momento, nesta catedral, sob as bênçãos de Deus? Estamos vivendo um momento histórico, corajoso, firme, em que a comunidade da cidade de Goiás, homens, mulheres, jovens, religiosos, lideranças políticas e lideranças comunitárias vêm aqui fazer um processo quase que de análise, quase que de terapia coletiva. É sofrido. Ficamos imaginando o sofrimento das crianças que entram na rede de exploração sexual e que são violentadas, o seu sentimento individual, físico, de vergonha, de tudo.

Creio que a cidade de Goiás está vivendo um momento coletivo de vergonha também. Queremos aparecer lá fora, porque somos patrimônio da humanidade, porque temos orgulho da nossa cultura, porque temos orgulho da nossa música, da nossa culinária, dos nossos valores. No entanto, estamos aparecendo lá fora por um motivo que não é o melhor. Mas agora também estamos aparecendo lá fora por uma tomada de decisão, pela coragem das pessoas que vieram aqui, pela fala da Senadora.

Temos de dar graças a Deus de haver hoje uma CPMI que está visitando o Brasil, que está enfrentando ricos, políticos, poderosos, pessoas que nunca foram enfrentadas na vida. E duas mulheres, a Senadora Patrícia Saboya Gomes e a Deputada Maria do Rosário Nunes, lideram todo esse movimento. Não sei se vocês notaram que, quando D. Eugênio leu a carta, a Senadora Patrícia chorou.

Acho que é isso que esperamos, Senadora, da Presidente de um movimento como esse: esperamos que essa pessoa tenha a firmeza de interromper a tentativa de boicotar a ordem – a senhora teve a firmeza necessária quando alguém tentou perturbar –, mas que ela seja uma pessoa que alia à firmeza na condução dos trabalhos o sentimento, a emoção, o afeto, o amor – o que, com certeza, V. Exª sente pelas crianças deste País.

Portanto, este é um momento histórico, é um momento de reflexão, sim. É bonito que na cidade de Goiás estejamos vivendo isso. E todas as pessoas que

estão aqui, seja na Mesa, seja na platéia, estão aqui porque têm um compromisso único com a construção de um País melhor, com a construção de um País mais justo, mais feliz, mais igualitário, mais solidário, mais generoso. Todos nós estamos aqui porque, talvez, no fundo do coração, saibamos que da vida não levamos nada, mas que tudo o que nós fizermos ficará. E cabe a cada um de nós deixar o que quer deixar como herança da passagem pela vida. Acho que todos nós queremos deixar uma marca, uma contribuição, queremos chegar ao final da vida, olhar para trás e achar que fizemos alguma coisa que contribuiu, um pouquinho, para construir um mundo melhor. E nisso eu me sinto privilegiada.

Quero agradecer à CPMI, quero agradecer ao D. Eugênio, quero agradecer à sociedade vila-boense, ao Ministério Público, aos Parlamentares, ao Dr. Wagner, à Drª Laura, ao Dr. Saulo o privilégio de estar participando deste momento bonito.

E sabemos que, para mudar as coisas, não basta emoção apenas, não basta fazer discurso, não basta ter vontade. É preciso ação. Sairemos daqui com alguns compromissos muito claros. O Dr. Wagner disse que vai lutar pela reversão dessa decisão.

Eu acredito no senhor, Dr. Wagner. Quem conhece o pai que o senhor teve... O Dr. Rômulo, pai do Dr. Wagner, deixou o nome na História deste Estado. Ele lutava em defesa dos presos políticos numa época em que muitos, em que a grande maioria não tinha coragem de enfrentar a ditadura. O Dr. Wagner também está tendo coragem de enfrentar forças que não são as da ditadura, que são mais sutis, são mais complexas, que são mais difíceis de perceber. Mas o Dr. Wagner as está enfrentando com coragem.

O Dr. Saulo e a Drª Laura claramente se posicionaram. A Senadora Patrícia e a Deputada Maria do Rosário assumiram o compromisso de mudar a legislação.

A Deputada Iara Bernardi já tem, tramitando no Congresso Nacional, um projeto de lei que acaba com a possibilidade vergonhosa de acabar a punição de uma pessoa porque a vítima se casou. Que é isso? Que país é esse? Nós estamos no século XXI! Que país é esse que ainda convive com uma legislação que permite à pessoa simplesmente se safar porque arranjou um casamento para a vítima? Nós não podemos compactuar com isso.

E é por isso que estão aqui o Ministério Público, os políticos, os poderes organizados, mas, acima de tudo, a sociedade. É como a D. Rosa disse: "Não é pela minha neta, é por todas". Esta causa, D. Rosa, é maior do que a senhora, é maior do que eu, é maior do que a Senadora Patrícia, é maior do que a sua neta, é maior que cada uma de nós tomada individualmente. É uma causa da construção de um país mais justo, da construção de um futuro melhor. E o futuro, meus amigos, começa agora e depende de nós. Um beijo no coração de cada um e parabéns por tudo. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Eu queria convidar, com muito orgulho, uma grande amiga, uma Senadora que tive o prazer, o privilégio de ter ao lado, no Senado Federal, a Senadora Iris Rezende, para compor a Mesa. (Palmas)

Vou passar a palavra agora à Deputada Suely Campos, que também quer dar uma palavrinha.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Eu gostaria de cumprimentar a Presidente da CPMI, Senadora Patrícia Saboya Gomes, e assim, cumprimentar todas as autoridades presentes na Mesa, cumprimentar todos os pais e mães, todos os adolescentes, enfim, todos os presentes aqui neste momento. Quero agradecer ao D. Eugênio pela hospitalidade. É inédito o fato de fazermos uma audiência na casa de Deus.

Só hoje eu soube que o prefeito Boadyr Veloso pertence ao Partido Progressista, ao PP, ao qual eu sou filiada. Então, vocês vêem, e foi dito aqui algumas vezes pela Presidente da CPMI, Senadora Patrícia, e por outros, que nós fazemos um trabalho apolítico. Isso é verdade. Tanto que, quando chegar em Brasília, eu vou buscar apoio dos parceiros Parlamentares e do Presidente do PP para pedir, definitivamente, o afastamento desse Prefeito do nosso Partido. (Palmas.)

Vou pedir o afastamento desse senhor que está nos envergonhando muito. Que sabe-se lá que seqüelas deixou na vida dessas meninas vitimadas. Só Deus sabe o que elas passaram. Só Deus sabe o que até hoje elas sofrem e o trauma, que fica para sempre. Atos como esse jamais se apagarão da alma de uma menina de 13 anos, de uma menina de 14 anos.

Portanto, povo de Goiás, pode ter certeza de que esta CPMI tem feito um trabalho inédito, com a liderança da Presidente Patrícia, e que conta com o esforço de todos nós. E, certamente, esse será um marco para mudar definitivamente as leis brasileiras, para se instituírem programas e políticas para as nossas adolescentes, para que elas possam sair da situação de fragilidade que as leva a vender os seus corpos para ganhar o próprio sustento.

Um abraço a todos e muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Passo a palavra à Deputada Almerinda Filgueiras de Carvalho.

A SRA. ALMERINDA FILGUEIRAS DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Bom dia a todos. Eu queria, na pessoa de D. Eugênio, agradecer a Deus por estarmos aqui. Foi muito oportuno que pudéssemos utilizar este

espaço para tratar desse assunto. Nós falamos aqui da situação que envolve o Prefeito desta cidade, mas não podemos nos esquecer de que a grande maioria das nossas crianças é violentada dentro das suas próprias casas. Pelos pais, padrastos, pelos familiares. Essa é uma prática muito comum, à qual também precisamos estar atentos.

Há também a pedofilia. Há até bebês usados na prática da pedofilia. E também o tráfico de adolescentes de um Estado para outro e até para outros países. Eu queria dizer a vocês, então, que, nos Estados todos que temos visitado, temos encontrado outras autoridades envolvidas na violência contra menores, como, na Paraíba, um juiz, que também não foi punido.

Assim, enquanto não mudarmos a lei que temos para que juiz, prefeito, deputado estadual, deputado federal e empresário que usam as nossas crianças sejam punidos, não vamos chegar a lugar nenhum. É muito importante que estejamos sempre vigilantes e que, junto com o Governo Federal, que tem dado todo o apoio aos Governos dos Estados, possamos dar oportunidade, dar segurança aos pais para que eles possam cuidar dos seus filhos com dignidade. O que vemos é falta de poder público, é falta de políticas públicas para que as nossas crianças não tenham que vender os seus corpos.

É um prazer muito grande estar aqui com vocês, podem acreditar que a nossa luta não vai acabar agora em meados de julho, com o relatório. Essa luta vai continuar.

Gostaria de ressaltar aqui o que a D. Rosa falou. Achei muito importante ela dizer que não é mãe só dos seus filhos e nem avó apenas dos seus netos; que ela é mãe de uma comunidade. O que falta hoje no ser humano é solidariedade. Então foi muito importante o que ela ressaltou.

Parabéns a vocês, parabéns a todos os que estão aqui presentes, a todas as autoridades, às Deputadas, à Senadora, que é Presidente dessa Comissão, e a todos os que falaram em defesa das nossas crianças. É muito importante sabermos que há pessoas envolvidas na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, como as que estão aqui. Sabemos que acabar com esse tipo de problema é difícil, até porque muitos casos acontecem dentro dos lares, e esses são mais difíceis de fiscalizar. Mas que possamos minimizar e, em breve, ter um pouco mais de alívio por saber que as nossas crianças podem ter uma vida mais digna.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Boa tarde a todos. D. Eugênio, esta assembléia que se reúne aqui, cheia de indignação, precisa – e o senhor levantou essa questão – vencer, e nós todos precisamos, o medo. Há muitos anos sou um homem, como se diz lá no Nordeste, sou um cabra marcado para morrer, porque estou nessa luta. E hoje, para andar no meu Estado, no meu País, preciso da proteção e da segurança de policiais federais.

Digo que temos a proteção de Deus somente. É Ele que nos dá proteção. Tenho certeza de que aqueles que combatem o crime organizado, que combatem o narcotráfico, que combatem a exploração sexual, todos precisam vencer o medo.

Havia um agricultor no meu Estado, na Paraíba, o Sr. Antonio, que participava na luta pela reforma agrária. Todo dia davam tiro na casa dele. Por onde passou, ele sofreu vários atentados. O Sr. Antonio era evangélico, mas participava da eucaristia e dizia: O Deus é o mesmo, não tem esse negócio; nós é que fazemos a diferença. E ele participava da eucaristia, tinha essa compreensão. Um dia perguntei a ele: Sr. Antonio, o senhor não tem medo? Ele era analfabeto e dizia: Padre, medo nós temos, mas nós não usamos; nós não usamos o medo para combater o mal. O medo devemos ter de fazer o mal. Mas o medo de combater o mal não podemos ter no coração e nem na mente.

Por isso, acho que as palavras do Sr. Antonio, que "medo temos, mas não usamos" e "que não devemos usar o medo para fazer o mal", devem ser os elementos fundamentais da nossa vida.

Vejam vocês que a impunidade hoje, neste País, para os que praticam a exploração sexual de crianças e adolescentes não é uma exceção, é uma regra. Estou sabendo inclusive que há outros casos, em Goiás – dos quais o Tribunal sequer recebeu denúncia –, de prefeito também envolvido com a exploração sexual de crianças e adolescentes.

E aí perguntamos: e aquela advogada, a Drª Eliana, que pagou tudo? Tem que haver um processo. E aquela agenciadora que levava as meninas e que as distribuía para as pessoas de poder? Tenho informações de que ela foi absolvida. Mas, com certeza, podem verificar em Goiânia e verão que ela está fazendo a mesma coisa. E é preciso agora fazer uma investigação para pegá-la em flagrante, para que ela possa ser condenada e ir para a cadeia, para não agenciar nem aliciar crianças e adolescentes mais. (Palmas.)

Eu tenho certeza de que a graça de Deus não nos faltará. Eu fui duas vezes Deputado Estadual, agora sou Deputado Federal. Ordenei-me como sacerdote, em 1976, já fiz minhas bodas de prata como sacerdote, e sempre fiquei indignado com essa situação.

E as pessoas freqüentemente me perguntaram: Por que o senhor está na política? E eu respondia: Porque a política é uma vocação. E se não for uma vocação, torna-se especulação, torna-se negociata, e isso não podemos aceitar.

Está aqui a prova de que a CPMI vai, sim, exigir do Congresso Nacional que modifique diversos dispositivos das nossas leis para acabar de uma vez por todas com essa falta de vergonha, com o mau-caratismo de alguém dizer que estava num motel com uma adolescente porque estava discutindo política. Isso é uma vergonha, é um mau-caratismo que não podemos aceitar.

Eu tenho certeza, D. Eugênio, de que Goiás – que não tem mais o nome de Goiás Velho, é Goiás – agora vai ser uma nova Goiás, vai ter uma nova realidade, porque o povo da cidade de Goiás vai dizer: Medo nós temos, mas não vamos usar; vamos fazer o combate permanente a todo tipo de exploração e de crime organizado no nosso País. (Palmas.)

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Eu queria, antes de passar a palavra para os nossos próximos oradores, registrar a presença aqui dos Vereadores Rodrigo Borges Santana, Natal Camargo, Eurico Veiga, Zilda Lobo, Zé Capilé e César Caiado. Quero agradecer a presença da Maria José Ferreira Soares, Coordenadora do Fórum Goiano pelo Fim da Violência Sexual Infanto-Juvenil; da Maria Auxiliadora Carmo Lima, Vice-Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente; da Eline de Sá, Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente; da Drª Gilvana Piloto, Delegada de Polícia – acho que todas as outras autoridades nós já citamos –; do Sr. José do Carmo Siqueira, suplente de Deputado Federal; da Diretora da Unidade Universitária Cora Coralina e do Promotor de Justiça de Goiás.

Quero então passar a palavra aos companheiros que nos estão acompanhando aqui.

Deputado Leandro Sena, eu sei que o tempo está muito avançado. Nós fazemos um apelo para que cada um fale apenas por dois minutos para podermos encerrar esta audiência pública.

Com a palavra o Deputado Leandro Sena.

O SR. LEANDRO SENA – Srª Senadora Patrícia Saboya Gomes, Presidente da CPMI que vem ao Estado de Goiás, na pessoa de V. Exª cumprimento todos os Srs. Senadores e Senadoras, todos os Srs. Deputados e Deputadas Federais, todos os integrantes da assessoria. Quero cumprimentar também todas as entidades governamentais e não governamentais que se encontram aqui presentes – percebo a presença de vários fóruns que discutem a questão das políticas públicas da criança e do adolescente no Estado de Goiás. E quero dizer que, para nós, do Estado de Goiás, este é um momento ímpar, histórico.

Presido a Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. E temos feito um trabalho árduo no dia-a-dia para poder apontar as políticas públicas para combater qualquer violação sexual que aconteça na nossa capital, Goiânia, e também em outras cidades do Estado de Goiás.

Quero dizer também que existem muitas outras situações, Senadora, e que esperamos poder contribuir posteriormente. Existe uma região, a região das Águas Quentes, que é um problema seriíssimo. Já recebemos várias denúncias a respeito. A Drª Laura Bueno, que é a promotora, sabe muito bem disso.

Esperamos a visita de V. Exªs a outras cidades, para que possamos combater definitivamente a exploração sexual infantil.

Quero agradecer por esta oportunidade e reafirmar que temos compromisso, no nosso cotidiano, com a luta pela garantia da existência de políticas públicas que defendam os interesses das crianças e dos adolescentes do Estado de Goiás. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Agora vou passar a palavra ao Deputado Mauro Rubem, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

O SR. MAURO RUBEM – Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa da Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Senadora Patrícia Saboya Gomes, e também da Relatora, Deputada Maria do Rosário Nunes, companheira na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Gostaria ainda de cumprimentar D. Eugênio e todos os presentes.

Como Deputado, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e como pai também gostaria de agradecer a presença da CPMI aqui, de seus membros, e a de todos.

Ficamos extremamente felizes e orgulhosos por saber que o Ministério Público tem dignidade, tem disposição de destrinçar um caso hediondo como esse. E gostaríamos, com muita tranqüilidade – sem querer aqui fazer política, depois do que a Deputada Suely acabou de falar–, de dizer que, neste caso, o Ministério Público, tanto estadual quanto federal, já cumpriu boa parte ou quase todo o seu papel.

É preciso que a sociedade vila-boense cumpra o seu papel. Não podemos garantir nenhum poder político público a criminosos como esses, que estão aliciando as nossas crianças com o imposto que cada um de nós paga. Porque, D. Eugênio – desculpe-me Senadora, desculpe-me Deputada Maria do Rosário –, com certe-

za um outro crime também esse cidadão cometeu, que foi o de desviar dinheiro público das obras que todos conhecem, desviar dinheiro público para também aliciar, para comprar a virgindade de crianças. É preciso darmos um basta nisso, exemplarmente.

E no nosso Estado, infelizmente, ainda temos muitos coronéis. E eles não são coronéis por causa de terras, mas porque neste País ainda não fizemos a verdadeira reforma de que precisamos para diminuir a concentração de renda e fazer que o povo, que aqueles que mais sofrem, que mais impostos pagam, possam ter vez.

Muito obrigado a V. Exªs pela presença. Fortalece-nos muito a vontade de ver pessoas como essa na cadeia.

Muito obrigado. (Palmas!)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Com a palavra agora a coordenadora da bancada feminina no Congresso Nacional, Deputada Iara Bernardi.

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP) – Boa tarde a todos e a todas, a D. Eugênio, que nos recebe aqui, e aos membros da CPMI.

Não sou membro da CPMI, mas acompanho, no Congresso Nacional, esse trabalho de denúncia do que está ocorrendo em todo o Brasil. Isso é extremamente importante, porque a CPMI é um instrumento de trabalho do Congresso Nacional.

Os Deputados e Senadores têm a obrigação de fazer as leis, de fazer cumprir as leis, de fiscalizar o Executivo, e a CPMI é um dos instrumentos que permitem o cumprimento das leis, que permitem fiscalizar as denúncias que ali chegam.

Quando li, nas revistas, a matéria que publicaram sobre o caso do Prefeito desta cidade, o fato causou emoção, causou nojo. Como pode uma pessoa como essa se colocar inclusive como representante público?

Eu não sou membro da CPMI, por isso creio que tenho um pouco mais de liberdade para falar de certas questões. Aqui estamos Deputadas e Senadoras, o Deputado Luiz Couto, Deputados Estaduais. Somos seis mulheres aqui, representantes populares no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Parece que somos muitas, mas não somos. Temos 43 Deputadas na Câmara, em um total de 513 Deputados, e temos 9 Senadoras no Senado representando as mulheres brasileiras, e temos tarefas muito grandes com relação à representação das mulheres brasileiras.

Ainda existe toda tipo de discriminação e forma de violência contra a mulher, neste caso de que estamos tratando aqui, contra meninas. São meninas e adolescentes exploradas sexualmente. A violência doméstica, como já foi citado aqui, é violência específica contra a mulher. E, para essas questões, existem leis hoje a serem utilizadas pelas pessoas, pela população, para punir aqueles que constrangem, que criminalizam, que abusam de pessoas. As mulheres têm que denunciar a violência doméstica.

Custa-me crer que existam apenas essas sete meninas abusadas. Tenho certeza de que outras denúncias poderiam surgir, inclusive para instrumentalizar a CPMI a fazer o seu papel. Existem outras, com certeza. Não acredito que um cidadão como esse, quando ocorreram as primeiras denúncias, tenha parado de fazer o que fez, porque isso me parece um transtorno mental. Um médico praticando esses atos é algo que me parece até um transtorno psicológico; é um doente, que não deveria estar dirigindo esta cidade, mas estar na cadeia, sendo tratado psicologicamente. Existem tarefas que cabem ao Ministério Público, existem tarefas que cabem ao Poder Judiciário, existem tarefas que cabem aos Deputados.

Nós, muitas vezes, tivemos que cassar companheiros nossos que cometeram crimes hediondos, como Deputados que mandaram matar companheiros; Deputados envolvidos em corrupção; Senadores e Deputados envolvidos com o narcotráfico. Tivemos de fazer essa depuração interna.

Como Vereadora que fui, por 14 anos, eu pediria que a Câmara Municipal desta cidade tomasse uma providência. Existem ações que cabem aos vereadores, representantes do povo desta cidade. (Palmas)

Não existem denúncias aqui só de abuso sexual, de abuso de crianças e adolescentes; existem denúncias graves também de desvio de recursos públicos, de crimes ambientais e outros. Acho que a Câmara Municipal desta cidade já tem motivos suficientes, temas suficientes para pedir a cassação desse Prefeito. (Palmas)

Eu pediria à OAB desta cidade que também tomasse providências com relação à advogada que providenciou os casamentos, que enganou as meninas, que pagou, que protegeu o criminoso. Essa pessoa também merece ser punida, merece ter a sua carteira de advogada cassada, porque não é para isso que servem os advogados. (Palmas)

Eu queria, para não me estender mais, parabenizar essa arregimentação da cidade. Se a Justiça demorar a cassar esse cidadão, o povo desta cidade pode cassar esse cidadão pelo voto. Se a Câmara Municipal não tomar essa providência, as pessoas daqui não podem eleger representantes criminosos.

Quando damos um voto, D. Eugênio, estamos fazendo algo sagrado, estamos depositando a nossa confiança numa pessoa. E não podemos depositar a

nossa confiança e o nosso voto em pessoas criminosas. As pessoas sabem disso. A maioria dos eleitores sabe em quem está votando; sabe, conhece as pessoas. Mas, muitas vezes, acha que pode passar por cima disso. O que não é verdade. O voto é um ato sagrado pelo qual damos confiança a alguém para que nos represente: vereador, prefeito, deputados, senadores, Presidente da República. Então, o voto é uma questão sagrada, que tem que ser respeitada.

Estamos desrespeitando a nós mesmos quando damos o nosso voto a criminosos, àqueles que desrespeitam, que não cumprem a lei, que deveriam estar nos representando dignamente no Congresso Nacional, na Presidência da República, numa Câmara de Vereadores, numa prefeitura.

Eu pedi à Deputada Maria do Rosário e à Senadora Patrícia para tomar parte desta visita, porque eu acho que as mulheres brasileiras precisam acompanhar – principalmente as que nos representam no Congresso Nacional – fatos como esse, até para propor modificações nas leis.

O nosso Código Penal é extremamente atrasado. Ele é da década de 40, ele trata de questões, de temas que foram usados de forma incorreta para proteger criminosos. O Código Penal brasileiro precisa ser mudado. O Código Penal brasileiro fala em "mulher honesta" ainda, usa o termo "mulher honesta", como se algumas fossem honestas e outras não fossem. Ele protege cidadãos criminosos como esse, que acham que a pena pode ser extinta quando eles "protegem" a vítima pelo casamento. Eles acham que com isso acaba a pena de um cidadão.

Então, existem muitas questões para as quais nós, como Deputadas e Senadoras, estamos propondo a modificação das leis. Mas as pessoas precisam cumprir as leis e precisam denunciar fatos como esse.

Gostaria que, se houvesse mais denúncias, que fossem trazidas à CPMI, porque ela precisa de subsídios para trabalhar.

Muito obrigada.

Parabéns a todos. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Eu queria chamar o Leonardo, que está representando a Juventude pelo Fim da Violência Sexual, para usar a palavra, pois ele quer fazer um convite a todos nós.

O SR. LEONARDO – Boa tarde a todos. Estou aqui representando os universitários da Universidade Estadual de Goiás e da Universidade Federal de Goiás. Vim conclamar a população vila-boense e os cidadãos de boa fé para uma manifestação pelo combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, que vai ser realizada durante o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, FICA.

Contamos com a presença de toda a sociedade vila-boense, para que possamos acabar com essa vergonha na nossa cidade, esquecendo do lema

(FALHA NA GRAVAÇÃO.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Frei José Fernandes.

O SR. FREI JOSÉ FERNANDES – Senadora Patrícia, a Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil recebeu, nestes últimos dois dias, um conjunto de 70 a 75 manifestações de solidariedade ao trabalho que a CPMI vem fazendo e ao ato em si.

Dada a natureza dessa solidariedade, que é nacional e internacional, vamos ler rapidamente a carta, e depois segue o conjunto dos nomes de entidades e assinaturas.

Srª Senadora,

Tomando conhecimento do importante trabalho que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para o Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes vem desempenhando no Brasil, em benefício de toda a sociedade brasileira, e consciente dessa degradante e desumana realidade, a exploração sexual de crianças e adolescentes, vimos cumprimentar V. Exª pela firmeza na condução das atividades dessa Comissão, na condição de Presidente da mesma.

Felicitamos também os demais membros dessa Comissão.

Em especial desejamos feliz êxito nas atividades da audiência pública que essa Comissão Parlamentar de Inquérito está realizando na cidade de Goiás, no dia 20 do corrente mês.

Pedimos providências urgentes para a revogação dos incisos VII e VIII do art. 107 do Código Penal.

Solicitamos igualmente providências para a inclusão na legislação do País do crime de tráfico interno de pessoas para fins sexuais, isso porque a atual legislação só considera como delito o tráfico internacional.

Encabeça a assinatura das entidades D. Tomás Balduíno, Bispo Emérito da Diocese de Goiás e Presidente da Comissão Pastoral da Terra.

Devido ao horário avançado, quero apenas dizer que seguem os nomes de outras 68 entidades nacionais e internacionais. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Quero, neste momento, encerrar a nossa audiência pública, agradecendo a presença de todas as senhoras e senhores. Lembro – não a comunidade evidentemente, que tem orgulho daquilo que vou lhes relatar – que esta audiência está sendo realizada, de forma histórica para cada um de nós, numa igreja, e que estamos hoje participando de uma intensa mo-

bilização da sociedade civil organizada numa terra muito especial.

Vimos conversando, eu e a Deputada Maria do Rosário, olhando as paisagens, olhando as coisas bonitas, o artesanato, e lembrando que esta é a terra de Cora Coralina, uma mulher admirada por todos nós por sua força, por sua coragem, determinação e, ao mesmo tempo, sua suavidade, interpretada pelos seus versos.

Portanto este é um dia muito especial, esta é uma audiência pública muito especial.

Queria, para finalizar, dizer que hoje não somos apenas um, ou dois, ou três. Hoje somos, na verdade, um exército de homens e mulheres dispostos a lutar pela paz e pela dignidade das nossas crianças. Somos mulheres e homens com disposição de ir até o fim.

A CPMI, a Deputada Maria do Rosário acabou de lhes dizer, se encerra no dia 15 de junho, mas o nosso trabalho em defesa de crianças e adolescentes irá ter continuidade, por meio da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional, da qual sou Coordenadora no Senado e a Deputada Maria do Rosário na Câmara dos Deputados.

Temos certeza absoluta e orgulho do trabalho que estamos fazendo. Se em alguns lugares procuram denegrir o nosso trabalho, ou dar uma conotação política a ele, isso não nos abala, isso não nos afeta em momento algum, porque temos a consciência tranqüila. Cada um dos Parlamentares aqui presente está dando o melhor de si, o melhor do seu coração, o melhor da sua alma, o melhor da sua consciência para ajudar a construir um país muito melhor, um país onde as crianças realmente tenham o direito de ser felizes.

Nós não queremos mais, não aceitamos mais conviver com a impunidade, conviver com a brutalidade de crimes cometidos contra crianças e adolescentes no Brasil; não queremos mais, não iremos mais admitir ter que olhar o semblante triste, os olhos distantes de uma criança que teve a sua alma machucada. É nosso dever, é nossa obrigação continuar nessa luta.

Eu tenho mais sete anos e meio de mandato. Vou continuar com a minha voz firme, com muita vontade, para que possamos construir este País. Quero aqui dar a minha palavra de esperança e de otimismo.

Estamos vendo situações tão terríveis, tão dramáticas, imagens que nos atormentam todos os dias, imagens principalmente daquelas que são mães, que sabem que nenhum de nós, infelizmente, numa sociedade tão violenta, com tanta perversidade, com tanta injustiça, está livre de que isso aconteça na sua casa ou na casa vizinha à sua. Digo isso não para assustá-los, mas para que cada pai, para que cada mãe tenha diálogo com seus filhos, fale sobre sexualidade, fale e lhes esclareça as dúvidas.

Assim poderemos evitar que os nossos filhos estejam nas ruas e que sejam levados pela mão maléfica de alguém que só quer se aproveitar dos seus corpos, de alguém que expõe as crianças como se fossem mercadorias distribuídas em lojas e nas rodovias, nas casas de prostituição, como se as meninas e os meninos fossem mercadorias.

Não queremos mais ter de assistir a toda essa tristeza. Contem conosco com a certeza e a convicção da determinação de pessoas, de homens e mulheres de boa-fé, que só querem dar a sua contribuição, que só querem continuar essa luta. Juntos seremos capazes de construir esse Brasil melhor, juntos seremos capazes de dar oportunidade a todas as crianças brasileiras de ter uma escola boa – que é a luta da Deputada Raquel –, uma escola de qualidade, onde nossos filhos se sintam felizes, um lugar que lhes permita competir, no futuro, no mercado de trabalho, na hora do primeiro emprego, uma escola que lhes dê a condição, enfim, de ser novamente integrados e incluídos na sociedade.

A demonstração que cada um de vocês dá aqui, hoje, é preciosa para cada um de nós, e não vamos esquecer, como não temos esquecido, em nenhum lugar, os rostos dessas meninas, as palavras dessas meninas, o olhar dessas meninas, o sofrimento dessas famílias. E, enquanto tivermos voz, podem ter certeza de que estaremos nessa luta ao lado de cada um de vocês.

Um grande abraço e muito obrigada a todos, em nome desta CPMI. (Palmas.)

O SR. D. EUGÊNIO RIXEN – Vamos, agora, pedir ao Pastor Raimundo que, junto comigo, dê a bênção final.

Fiquem mais um momentinho, pois vamos pedir a bênção de Deus.

Infelizmente, o tempo não permite prolongar mais a audiência pública, mas quem quiser, pode falar com os Srs. Senadores e Deputados.

Peço ao nosso amigo, o Pastor Raimundo, já que fiz a oração inicial, que faça a oração final, em nome de Deus.

O SR. PASTOR RAIMUNDO – Louvamos a Ti, Senhor, pelo dom da vida, e sabemos que o Senhor é Deus de Justiça e tudo entregamos em Suas mãos.

Que a boa vontade dos homens encontre respaldo na Sua graça e misericórdia! E que todos aqui, neste lugar, aqueles que trabalham pela Justiça e pela paz, recebam do Senhor a graça e a proteção, em nome de Jesus.

Amém.

O SR. D. EUGÊNIO RIXEN – Então, que Deus abençoe esta Comissão e todos aqueles que participaram da audiência pública.

Amém.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL"

Ata da 35ª Reunião realizada em 26 de maio de 2004.

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às onze horas e dez minutos, na Assembléia Legislativa da cidade de Manaus, Estado do Amazonas, reúnem-se os Senhores Deputados: Maria do Rosário, Thelma de Oliveira, Ann Pontes, Suley Campos e Luiz Couto, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".** Inicialmente, o Deputado Liberman Moreno – Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, em exercício, saúda os membros da CPMI, enaltecendo os trabalhos da Comissão. A Senhora Relatora, Deputada Maria do Rosário declara aberta a presente reunião de Audiência Pública e informa aos presentes da impossibilidade de comparecimento da Presidente da Comissão, Senadora Patrícia Saboya Gomes e, convida a Deputada Thelma de Oliveira para exercer a Presidência dos Trabalhos interinamente. Ao conceder a palavra a Senhora Presidente Deputada Thelma de Oliveira, a Senhora Relatora esclarece aos presentes que os membros da Comissão estarão tomando depoimentos em caráter público e ao mesmo tempo, estará se dando em lugares diferentes do Plenário da Assembléia, onde estarão ocorrendo também, depoimentos em caráter reservado. A Senhora Presidente de posse da palavra, agradece a presença dos Senhores Deputados Estaduais: Liberman Moreno – Presidente em exercício, Marcos Rotta, Vicente Lopes, Arnoldo Andrade, Saba Reis, Evilásio Nascimento, José Melo, Risonildo Almeida e Mário Frota – Presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Mário Frota, que após a sua exposição, a Presidente determina a Secretaria que faça entrar no recinto a testemunha identificada pelo codinome de "Monique" que, para proteger a sua identidade a mesma encontra-se encapuzada, sendo questionada pelos Senhores Deputados: Maria do Rosário, Ann Pontes e Luiz Couto. A seguir, a Presidente solicita a entrada do Sr. José Fernando da Cruz Filho, conhecido como Fernando Salinak, que preencheu e assinou o Termo de Compromisso, sendo qualificado. A Senhora Presidente concede a palavra ao depoente para suas considerações e após, passa a palavra a Senhora Relatora para questioná-lo. Fizeram uso da palavra para inquerir ao depoente os Senhores Deputados: Suely Campos e Luiz Couto. Após, a Presidente solicita a entrada ao recinto dos trabalhos da testemunha identificada pelo codinome de Helena, que foi questionada pela Senhora Relatora e após pelos Deputados Luiz Couto e Ann Pontes. A seguir, a Presidência determina a Secretaria a entrada ao recinto dos trabalhos do depoente Elcias Júnior, membro da Sociedade Espírita Nosso Lar, que trabalha com Protagonismo Juvenil no Programa Pair, que após as suas considerações, o mesmo foi questionado pela Senhora Presidente. A seguir, a Deputada Thelma de Oliveira determina à Secretaria a entrada da presa, Paula, que inicialmente foi questionada pela Senhora Relatora, Deputada Maria do Rosário e a seguir pelos Deputados: Suely Campos, Luiz Couto e Ann Pontes. A Presidência suspende os trabalhos por alguns minutos. Ao reabrir a presente reunião, a Presidência solicita a entrada ao recinto da depoente identificada pelo codinome de Leila que foi questionada pela Relatora, Deputada Maria do Rosário e em seguida pelos Deputados Suely Campos, Ann Pontes e Thelma de Oliveira. Ato contínuo, a Presidência solicita a entrada do Dr. Francisco Ferreira Sobrinho – Delegado-Geral da Polícia Civil, concedendo-lhe a palavra para as suas considerações e passando a seguir a palavra para a Senhora Relatora para dar início aos seus questionamentos e a seguir passa a palavra ao Deputado Luiz Couto. Após, a Presidência solicita a entrada da depoente Leonor Cabral Icassati, sendo qualificada pela Presidente. A seguir, a Deptuada Thelma de Oliveira concede a palavra a Senhora Relatora para dar início aos seus questionamentos. A Senhora Presidente concede a palavra ao Deputado Luiz Couto para perguntar a depoente. A Presidência solicita a entrada ao recinto da Sra. Alice Custódio dos Santos, sendo a mesma, qualificada e em seguida, a Senhora Presidente concede a palavra a Deputada Suely Campos para questionar a depoente. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Barbosa Ferreira Cruz, Secretária em exercício, da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Liberman Moreno) – Convido os Srs. Deputados a tomarem assento nos seus lugares para que possamos a dar início aos trabalhos para os quais este Plenário foi destinado no dia de hoje.

Vamos abrir os trabalhos inicialmente dando as boas-vindas aos Parlamentares federais, membros da Comissão Mista do Senado e da Câmara Federal que participam da Comissão Parlamentar de Inquérito para a apuração de crimes relacionados à prostituição infantil no País. O Estado do Amazonas hoje recebe esta Comissão composta pela Deputada Maria do Rosário, pelo Deputado Luiz Couto, pela Deputada Ann Pontes, pela Deputada Thelma de Oliveira e pela Deputada Suely Campos.

Esta Presidência da Assembléia, em nome do Presidente Lino Chixaro, que, por motivo de força, maior não pode comparecer a este plenário dá as boas-vindas aos membros da Comissão e neste momento passa a Presidência dos Trabalhos à Deputada Maria do Rosário para que possa fazer a abertura efetivamente da audiência pública, que é a finalidade da visita desta Comissão do Estado do Amazonas nesta Casa Legislativa.

De modo que a partir deste momento passo a Presidência à Deputada Maria do Rosário que fará o encaminhamento dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Maria do Rosário) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 02, de 2003, com a finalidade de investigar as situações de violências e redes de exploração sexual de criança e adolescentes no Brasil.

Presentes a Deputada Thelma de Oliveira, a Deputada Ann Pontes, a Deputada Suely Campos, o Deputado Luiz Couto, e representando aqui a Senadora Patrícia Saboya Gomes, Presidente da CPMI, quero agradecer a Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, através do Deputado Liberman Moreno, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas em exercício, a acolhida que realiza à CPMI.

Nós, que estamos realizando a 35ª reunião, estamos em uma caminhada pelo País inteiro com a tarefa do enfrentamento de exploração sexual de crianças e adolescentes.

O nosso objetivo é trabalharmos a mobilização da sociedade brasileira e de todas as autoridades, indistintamente, com o sentido da proteção de direitos da criança e do adolescente, sendo que consideramos uma das chagas principais a atingir a infância brasileira aquela promovida pela exploração sexual, como produto das situações de miserabilidade tanto quanto das situações de uma cultura perversa, que cedo constitui a sexualização das crianças sempre em um sentido de exploração, de vitimização, das crianças e adolescentes, muitas delas em um caminho sem volta.

Esclareço ao Plenário que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, aqui, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, a capital deste Estado, sediada nesta Casa Legislativa, em cumprimento a um requerimento nº 01/33, de 2004, deliberado por esta Comissão.

Agradeço a indicação que recebi da Senadora Patrícia Saboya Gomes para realizar este primeiro momento, no entanto, estamos aqui, solidariamente, como colegas Parlamentares, representando as duas Casas Legislativas, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, uma vez que a CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – é uma comissão do Congresso Nacional, que reúne os esforços do Senado da República e da Câmara dos Deputados. Nessa atuação solidária, coube-me a relatoria das ações.

Na ausência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que por motivos de compromissos no Congresso Nacional, de trabalho no Senado da República, não está presente conosco nesta audiência, mas está, ao mesmo tempo, em Brasília, em contato direto com todos os nossos trabalhos neste dia, aqui na cidade de Manaus – ela se encontra impossibilitada de estar conosco, fisicamente, de estar presente a esta reunião –, convido a Deputada Thelma de Oliveira, para atuar nesta reunião como Presidente **ad hoc**.

A partir deste momento ela estará coordenando os trabalhos desta audiência pública, que poderão se realizar publicamente neste plenário, que nos recebe, o que é uma honra para nós, ou, em determinados momentos, de maneira reservada para a oitiva dos depoimentos de vítimas, adolescentes ou crianças, de pessoas que possam estar em risco e que estarão realizando seu depoimento conosco.

Portanto, passo a coordenação dos trabalhos à Deputada Thelma de Oliveira, do PSDB, de Mato Grosso.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Bom dia a todos que aqui se encontram.

Antes e de iniciar os nossos trabalhos, gostaria de agradecer a presença de diversos Parlamentares que compõem esta Casa e que estão prestigiando este nosso trabalho.

Quero agradecer, mais uma vez, ao Deputado Liberman Moreno, que nos recebe neste momento, enquanto Presidente em exercício, ao Deputado Marcos Rotta, ao Deputado Vicente Lopes, ao Deputado

Arnoldo Andrade, ao Deputado Saba Reis, ao Deputado Evilásio Nascimento, ao Deputado José Melo e ao Deputado Risonildo Almeida.

Quero agradecer também a presença do Deputado Mário Frota, que é Presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa.

Esse é um assunto relacionado diretamente à questão dos direitos humanos, e é necessário que a sociedade entenda que no momento em que as nossas crianças são exploradas, são abusadas, estamos cometendo um crime contra a cidadania, contra os direitos humanos. Por isso, a Comissão entendeu que seria muito interessante ouvir o Deputado Mário Frota, enquanto Presidente da Comissão.

O SR. MÁRIO FROTA (PDT – AM) – Srª Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de exploração sexual contra crianças, Deputada Thelma, que ora dirige a CPI e que homenageia todos os demais Parlamentares e autoridades presentes a esta reunião tão importante que hoje realizamos neste augusto plenário.

Srª Presidente, meus colegas Deputados e Srªs e Srs. presentes nas galerias, há três anos não tínhamos uma comissão permanente de direitos humanos nesta Casa. Houve um esforço da minha parte e de outros companheiros da Legislatura passada e então criamos uma comissão que vem trabalhando e cumprindo, na minha modesta opinião, o seu dever em relação à questão dos direitos humanos.

Organizei, aliás, organizamos, porque os Parlamentares todos colaboraram com esse fato, duas audiências públicas importantíssimas neste plenário: uma há três anos com a participação do Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Câmara dos Deputados, Deputado Orlando Fantazzini, onde discutimos todos os fatos relacionados à questão dos direitos humanos no Estado do Amazonas e no nosso País.

No ano passado, também fizemos uma audiência pública, neste plenário, com a presença de membros do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, onde estavam presentes o Padre-Deputado, meu amigo, Deputado Luiz Couto. Foi uma reunião prolongada. Começamos às 10h aproximadamente e saímos quase cinco horas da tarde, como dissemos no Norte, quase 17h. Foi uma reunião importante porque as autoridades convidadas tomaram conhecimento de perto das questões que atingem os direitos humanos no nosso Estado do Amazonas.

Hoje o assunto me parece que se relaciona fundamentalmente aos crimes sexuais contra crianças, violências sexuais contra crianças. Acredito que o Amazonas é um dos Estados mais atingidos por essa praga, por essa endemia, por esse pecado, por esse crime. Tenho percorrido o Estado do Amazonas e a situação do interior é hoje, na verdade, muito pior em termos de violência sexual contra criança do que o que ocorre na capital. Não sei se é pior, porque o que ocorre na capital é de arrepiar os cabelos.

Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, quando chego ao interior do Amazonas, nos nossos Municípios, nas sedes municipais, a primeira coisa que faço é procurar conversar com o delegado, com o juiz e com o promotor, exatamente para saber como andam essas questões no interior do Amazonas. Em todos os Municípios onde chego, a informação que recebo, infelizmente, é que a prostituição infantil está aumentando de forma dramática nos Municípios do interior do Amazonas. Muitas vezes acredito que essa situação é incentivada pela miséria e pela extrema pobreza em que vivem as nossas populações interioranas.

Não podemos dizer que no município "a" a situação é pior que no muncípio "b". É tolice dizer. É quase absolutamente igual. Recentemente, em Itacoatiara, recebi informações que crianças, meninas, garotas, são agenciadas e levadas aos navios que aportam naquele Município para levar soja para Europa, Estados Unidos e outros países do planeta. Ou seja, meninas de 12, 13 e 15 anos são agenciadas por criminosos e levadas aos navios para servir de pasto sexual para as populações dos navios.

Então, esses fatos não são isolados. Se quisermos ver meninas se prostituindo, basta ir até a travessia de balsa de Manaus-Cacau Pereira, no bairro de São Raimundo, para encontrar as meninas vendendo balas, picolés e doces. É o início da prostituição dessas meninas de 12 e 10 anos. V. Exªs podem ir lá que vão ver essas crianças trabalhando. São os pais que empurram essas crianças para esse tipo de serviço, em razão da pobreza e da miséria. Lá elas estão a um passo da prostituição.

Amigos meus que fazem essa travessia me relatam coisas de espantar: que as garotas mantêm relação sexual por dinheiro, às vezes, por R$2,00; que, em troca desses R$2,00, elas usam o corpo, que é a única mercadoria em verdade que uma menina pobre tem. Elas usam o corpo porque elas não podem chegar em casa sem a féria, sem o dinheiro da venda da bala, da venda do doce, do picolé. Então, elas vendem o corpinho delas. Menina com doze anos tem um corpo, pela miséria, pela pobreza, de nove anos.

Então, são fatos de estarrecer. Essa é a palavra, de estarrecer. Não é só em Manaus que este fato está ocorrendo. Mas em Manaus, em razão também, por

concentrar quase 60% da população, esses fatos são horrendos.

A Drª Graça, que é a Delegada da delegacia da criança e do adolescente, me relatava, alguns tempos atrás, que ela foi avisada de que três meninas estavam se prostituindo aqui no centro de Manaus. E ela veio saber se era verdadeiro o fato, e se deparou com três garotas, uma de 10, uma de 11 e outra de 12 anos. As meninas estavam sentadas numa calçada aqui numa área pesada de prostituição, que é a área do porto de Manaus. Dá de tudo nessa área, gigolô, prostituta, marginal. E as meninas estavam lá. Ela levou as garotas, retirou-as dali, levou-as para um médico, para o hospital, e lá as garotas, segundo ela, estavam com doença venérea. As crianças já estavam com doença venérea, eram prostitutas mesmo, com doença venérea. Ela disse que ficou morrendo de pena, ficou arrasada com aquele espetáculo, aquele quadro. Mas isso é um fato isolado. Outros existem.

Estamos precisando em verdade, na minha opinião, de uma política governamental, voltada para acabar com esse tipo de crime contra as crianças. Os Governos ficam nos Estados falando, Srªs Deputadas, de que não há mais crianças abandonadas. O que é uma grande mentira. Todos os Governos, sejam Prefeitos, Governadores, vivem a dizer que não há criança abandonada em Manaus. Basta ir às praças de Manaus, seja a Praça da Polícia, Praça de São Sebastião, Praça do Congresso. Estamos cheios de crianças estendendo a mão à caridade pública, crianças drogadas.

Um dia desse fui a um casamento na Igreja São Sebastião, no Largo São Sebastião, na Praça São Sebastião, umas senhoras ficaram ali na frente, e daqui a pouco uns garotos viciados, a gente via no rosto daquelas crianças que elas eram viciadas em drogas, começaram a rodear aquelas mulheres. Elas ficaram com medo porque alguns já taludos, adolescentes fortes, estavam olhando muito atentamente para os braços das senhoras, algumas com cordão de ouro, com pulseiras, inclusive, neste dia, estava a esposa do Senador Jefferson Péres. Eu aconselhei que elas entrassem na Igreja. Mas é um descaso, essas crianças estão ali por descaso do Governo ou dos Governantes que vivem mentindo, dizendo pela televisão que não tem criança abandonada, e as crianças continuam abandonadas nas praças de Manaus. E eu aqui lanço um desafio a qualquer um, a qualquer um presente, que venha me dizer que estou faltando com a verdade, estou cometendo leviandade, para irmos a qualquer praça de Manaus, Srªs Deputadas. As crianças continuam abandonadas. Precisa de uma ação de governo.

Vejo o Governador Eduardo Braga com as melhores intenções de acertar, de ajudar a sociedade pobre da Amazônia, tem feito muita coisa. Mas acho que na questão da criança tem que haver um esforço muito especial para que retiremos essas crianças da prostituição, do abandono, da droga, da violência. Elas são vítimas de adultos inescrupulosos, que as usam, para que essas crianças façam sexo, e uma parte desse dinheiro naturalmente vai para o bolso dessas pessoas inescrupulosas.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Deputado, teríamos que encerrar porque já estamos um pouco atrasados.

O SR. MÁRIO FROTA (PDT – AM) – Vou encerrar, dando as boas-vindas a V. Exªs, ao padre Luiz Couto. Conhecemos o trabalho de V. Exªs em prol das crianças deste País, da melhora delas. Em meu nome, Deputado Mário Frota, do Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, que exerço nesta Casa, dos meus colegas Parlamentares desta Casa, todos preocupados com a questão grave que vivem as crianças do nosso Amazonas, damos as boas-vindas aos Srs. membros da Comissão, da CPMI, que investiga esse crime terrível e hediondo. Não gosto de rotular, pois, para mim, todo crime é hediondo, mas esse está acima, além, muito além do que se pode imaginar por hediondo neste País.

Meus parabéns pelo trabalho de V. Exªs.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Nós, da Comissão, agradecemos ao Deputado Mário Frota. Muito obrigada pela sua contribuição, pela sua luta.

Entendemos que toda essa situação que ocorre aqui, em Manaus, ocorre também no meu Estado, que é Mato Grosso; no Estado da Deputada Suely, que é Roraima; da Deputada Ann Pontes, que é o Pará; do Deputado Luiz Couto, que é a Paraíba; da Deputada Maria do Rosário, nossa Relatora, que é o Rio Grande do Sul. Então, queremos mostrar para V. Exªs que essa é uma chaga que assola o Brasil todo. E só a participação da sociedade, a união de todos nós, de todas as autoridades, de todas as pessoas que realmente estão envolvidas no processo é que poderemos ter algum êxito. A Deputada Maria do Rosário, não registrou, a nossa Relatora, mas S. Exª tem a intenção de, até o dia 21 de junho, apresentar um relatório final, com recomendações – aí, teremos todos os casos colocados – para cada Estado atuar de forma bastante firme nessa questão.

Penso que a participação de todas as outras pessoas que estão aqui demonstra que não podemos deixar de nos indignar com uma situação como essa, que explora as nossas crianças e os nossos adolescentes e não permite que eles possam ter uma vida feliz, digna, e a possibilidade de sonhar com tudo aquilo que as nossas crianças e adolescentes sonham.

Agora, passaremos à fase dos depoimentos.

O SR. MÁRIO FROTA (PDT – AM) – Srª Presidenta, eu me esqueci, perdoe-me, de dar uma informação que acredito seja importante para esta comissão.

Temos 62 Municípios no interior do Amazonas, dos quais, hoje, somente temos Conselho Tutelar em aproximadamente 40%. Esse é um fato vergonhoso. Desde 1990 que essa Lei existe. Ela obriga os Prefeitos a instalar Conselhos Tutelares. Em 60%, ainda não temos Conselho Tutelar. Ontem mesmo apresentei, com o apoio dos Colegas, a aprovação de S. Exªs e requeri ao Ministério Público para processar criminalmente esses Prefeitos.

A SRA. PRESIDENTA (Thelma de Oliveira) – Sr. Deputado, essa é uma questão que estamos recomendando que todas as Prefeituras tenham a obrigatoriedade de ter os Conselhos Tutelares.

Passaremos, agora, a nossa primeira testemunha, que iremos convocar. Trata-se da Monique. Peço à nossa Secretaria que faça adentrar e se acomodar a nossa primeira testemunha, que é a Monique. (Pausa.)

Monique, tudo bem? Podemos começar?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Tudo.

A SRA. PRESIDENTA (Thelma de Oliveira) – Tudo certo?

Você, Monique, gostaria de falar algo, de fazer alguma declaração, antes que iniciássemos? Aqui, Monique, você será ouvida. Depois, passarei a palavra para a nossa Relatora, Deputada Maria do Rosário, que vai te fazer algumas perguntas. Depois os outros Parlamentares que também aqui estão irão fazer algumas perguntas. Mas você pode ficar tranqüila. No momento que você desejar parar, descansar ou alguma coisa, basta nos avisar, está certo? (Pausa.)

Você gostaria de fazer alguma declaração?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não gostaria? Então, eu vou passar a palavra à nossa relatora, a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um bom-dia, Monique.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Bom dia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Este nome escolhido para Monique obviamente é um nome que não é o seu, porque nós temos preocupação, sempre, que os depoimentos sejam feitos de uma forma a preservar o máximo a identidade, para que não existam pessoas, depois, pensando em agir contra aqueles que dizem a verdade. É uma verdade muito importante para a sociedade brasileira ouvir.

Nós poderíamos ouvir a Monique em uma sala fechada. Nós preferimos ouvi-la aqui, no Plenário da Assembléia Legislativa de Manaus, mesmo assim, com este capuz, porque o importante é que a voz de quem viveu a exploração sexual, de quem conhece essa situação, seja colocada em público, para que a sociedade atue contra a exploração sexual das crianças e dos adolescentes, meninas e meninos.

Bem, Monique, com quantos anos tu começaste... Com quantos anos tu foste procurada pela primeira vez para fazer programas sexuais?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Com dezesseis.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tá ligado? Acho que tem que... Deixa eu ver se fica melhor assim.

(Regulagem de microfone.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Presidente, eu posso ficar aqui? (Pausa.)

Monique, quantos anos tu tens? Não, desculpe. Com quantos anos tu começaste a fazer programas?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Com dezesseis.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dezesseis anos.

Como é que foi esse convite pra começar a fazer programas sexuais?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Bom, a pessoa que a gente conhece, eu e a minha amiga, ela chamava só a minha amiga. Aí a minha amiga nunca poderia ir, porque ela tem uma filha. Nunca dava pra ela ir. Aí ela começou a me chamar. Eu peguei e topei. Aí, foi quando ela resolveu viajar também. Era meu aniversário, no sábado, no dia 24 de abril, aí ela resolveu fazer meu aniversário assim, a gente viajando. Aí foi quando a senhora dona lá da boate chamou a gente. Aí eu topei viajar com ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bem, o que tu fazias antes de começar a fazer os programas? Tu estudavas?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Estudava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ia à escola?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Deixei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tinha deixado a escola? Trabalhava em algum lugar?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não? Cuidava de irmãos?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, só eu de filha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só, como?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Sou só eu de filha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só tu? Então, tu não... Mas, assim, até que série tu estudaste?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Até a oitava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Até a oitava série. E essa pessoa mora no teu bairro. Não precisa dizer o bairro.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, ela é de Boa Vista.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela é de Boa Vista?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que ela te encontrou aqui em Manaus?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Através de uma outra, namorada dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma pessoa que tinha um relacionamento entre duas mulheres.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tudo bem, são adultas. Mas, essa pessoa lá de Boa Vista fez um contato aqui.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Sempre ela vem aqui e leva algumas meninas daqui para lá, através dessa outra, que é caso dela, ela arruma as meninas para que ela leve para lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O contato contigo foi feito no bairro, numa festa?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi numa casa noturna.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Numa casa noturna. Tu estavas te divertindo e essa pessoa te abordou e te fez que proposta?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, ela fez para a minha amiga.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para a tua amiga. E qual foi a proposta?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – E a minha amiga falou no outro dia para mim. Que ela para ela ir para lá, para fazer programa na casa de show, ela ía fazer **strip** e sair com os caras.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como era o nome da casa de show?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Era Spa Musical, mas era na antiga Playboy.

A SRA. RELATORA – (Maria do Rosário) – Na cidade de Boa Vista?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela pagou a passagem?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Tudo. Hospedagem e tudo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Refeição?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Tudo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foram direto Manaus a Boa Vista.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual o caminho que foi feito? Foi avião?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, foi de ônibus.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só vocês duas, as amigas, ou a agenciadora foi junto?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, ela só pagou a nossa passagem e nós fomos, nós duas, e na quinta-feira ela foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na quinta feira ela foi?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E que dia vocês saíram daqui?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Eu sai na segunda-feira e cheguei lá na terça-feira de manhã.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E lá, quando chegou em Boa Vista, vocês foram direto para essa casa chamada Spa?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não. Nós fomos para uma casa, onde nós ficamos hospedadas, depois, à noite mesmo, de terça-feira, nós fomos para a casa de show.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A sua amiga era menor de idade também?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, ela tem 23 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A sua amiga continua lá?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Continua.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Lá em Boa Vista. Como é o esquema? Tudo continua pago pela agenciadora, depois que vocês estão no Spa Musical ou vocês têm que pagar conta, casa, como funciona isso?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Tem que pagar a conta depois, tem que pagar a empregada, tem que pagar o que ela gastou com a gente, tipo cabeleireiros, passagens, qualquer coisa que ela aumentando, para a gente ficar pagando ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, me diz uma coisa: quando tu chegasse lá, tu eras menor de idade.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como foi para trabalhar numa casa, entrar numa casa sendo menor de idade?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Nós falsificamos um registro. Aí no caso...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como foi feita essa falsificação do registro?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi aqui mesmo, no mesmo dia, na segunda-feira, eles têm contato com o pessoal do cartório, aí, no mesmo dia, na segunda-feira mesmo, elas tiraram rapidinho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual era o cartório?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Eu não sei. É aqui no centro, mas, eu não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um cartório no centro. Tu não chegasses a ir ao cartório?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Fui, eu estava lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu terias depois como nos dizer, mais ou menos, onde fica? (Pausa.)

Está bem, depois vou pegar contigo uma referência por escrito de onde fica esse cartório.

Então, eles falsificaram uma certidão de nascimento?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com essa certidão de nascimento falsa, que o cartório sabia que tu eras menor.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Sabia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O cartório sabia, o tabelião que trabalha no cartório.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Sabia, só que são amigos delas duas, aí eles fizeram tudo rápido, da dona da boate e da outra que arruma as meninas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E fizeram no mesmo dia?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Tudo no mesmo dia, dentro de uma hora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Te deram o registro do nascimento com o teu nome mesmo ou com outro nome?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Deram com o meu nome, só que alteraram o outro sobrenome.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não precisa dizer. Alteraram todo, nome e sobrenome?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi, e o nome da minha mãe também e a minha idade. No caso, eu ia fazer 17 anos e eles colocaram como se eu fosse fazer 18 anos, já ia ser de maior no dia 24 de abril.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É possível que tenham pego cópia de um documento de uma outra pessoa?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Inventaram os dados?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como se fosse uma certidão antiga de nascimento? Que a pessoa só estivesse lá, buscando uma cópia?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não. Eles fizeram como se eu nunca tivesse feito. Uma nova...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como se você nunca tivesse sido registrada...

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Depois, de posse da certidão de nascimento, como chegou a carteira de identidade?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não. Eu só tirei mesmo a certidão. Só isso. Que era para eu poder viajar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu tem ainda essa certidão de nascimento?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não. Ficou com o delegado, com o Juizado de Menores, não sei...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma pessoa que pegou isso...

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que a polícia chegou em ti?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Eles denunciaram. Não sei quem foi que denunciou. Aí eles foram lá... Eu não parava muito lá, porque ela ficava com medo que eles me pegassem. Aí eu saía direto no carro. Para onde ela ia, eu tinha que ir, até fazer meus 18. Aí, foi quando, assim que eu cheguei lá com ela, a polícia chegou lá. Eles fizeram batida lá e viram que só eu que estava com o registro. Aí perguntaram o meu nome. E eu não tinha guardado o sobrenome que eles tinham alterado. Eu não sabia qual era, porque não deu para mim ver, nem me importei a ver isso. Eles viram que eu estava mentindo. Aí eu fiquei toda nervosa, não tive como mentir e falei toda a verdade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto custava o programa?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – R$150: R$50 ficava na casa e os R$100 era meu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E bebida, essas coisas que os clientes bebiam e que tu bebia, tudo isso tu tinha que pagar...

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, eu não bebia, mas eu ia ter de beber.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Drogas na casa.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não tinha drogas...

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não. Até o tempo que eu estava lá, não tinha. Mas as meninas usavam.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Srª Relatora, só um instante. Nós não estamos conseguindo ouvir direito a Monique. Se ela posicionar melhor o microfone. Mais próximo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Põe bem pertinho de ti. Bem assim, aqui.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Está bom?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso. Pode ser?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Pode.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Monique, você diz que nem sequer sabia o sobrenome que havia na certidão de nascimento. Por isso, a polícia desconfiou da verdade de que ela era menor de idade. Outras adolescentes estavam lá?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não. De menor, só era eu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na vez em que tu saíste de Manaus, outras adolescentes foram levadas?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foram, mas só eram de maior.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu conheces outras pessoas que foram agenciadas?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para onde foram?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Bom... Para Venezuela e, de lá, iam para outros lugares que eu não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Amigas tuas?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Era... Que eu tinha conhecido lá...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Conhecidas? Lá de Boa Vista ou daqui de Manaus?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Cheguei a conhecer lá a assim que eu cheguei lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Chegaram a mencionar?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Ãh, ãh.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E essas mesmas agenciadoras, essa dona do prostíbulo organizava a ida para a Venezuela?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Era.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por programa, ela recebia R$50.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Era. E fora as bebidas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu tens idéia de quanto ela recebe para mandar uma menina para fora do País?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Chegou a ser oferecido para ti que saísse do País?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Meninas que conviveram contigo saíram do País?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Saíram duas. E tinha vindo uma de Venezuela que servia de garçonete.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foram fazer o quê?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Saíram duas para lá para a Venezuela. E tinha vindo uma de lá para trabalhar de garçonete lá na boate.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Trabalhavam de garçonete as venezuelanas aqui ou brasileiras que voltaram?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não. Veio só uma lá de Venezuela para trabalhar lá de garçonete, e foram duas para lá para a Venezuela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com quantos anos?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Vinte e três, vinte e cinco, vinte e seis...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Adolescentes, você não viu se ela promovia o tráfico?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, adolescente só era eu que estava lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só tu como adolescente...

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Era.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Chegaste agora para voltar a Manaus... Já foi convidada, novamente, por essa agenciadora para voltar à prostituição?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, porque eu estava em um abrigo feminino e não tinha como eles terem contato comigo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não entendi.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Eu estava num abrigo feminino, aí não tinham como ter contato comigo lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não tinha?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não te mandou recado? Não te procurou?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não. Durante eu estar no abrigo feminino, apareceu um rapaz lá para me tirar de lá, se passando por policial, e ele não era. Aí, no caso, o delegado de lá, eles me tiraram do abrigo feminino e me passaram para outro, aí estavam falando que... O delegado achava que ele queria-me tirar de lá porque eu era a única prova dela estar na cadeia, aí então, se ele me tirasse de lá, ele me apagaria ou faria qualquer coisa comigo e não teria prova mais para ela ficar lá dentro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então essa pessoa, que tentou, foi ao abrigo feminino para te retirar de lá, não era policial.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se apresentou como policial.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Como policial e usava a carteira de policial.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As pessoas do abrigo acreditaram nele ou não?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, porque ele chegou todo nervoso, e outra que toda noite nós ficávamos lá na frente do abrigo com as monitoras e os policiais de lá, aí ele só ia lá no horário que eu estava lá frente, aí então ele falou que ia fazer de tudo para me tirar de lá. No caso, se desse tudo errado, ele ia-me dar o número dele, aí, se eu quisesse fugir, era bem mais fácil que ninguém ia-me achar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o objetivo dele era que tu voltaste para a prostituição.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, ele falava que ia-me trazer para a casa da minha mãe, porque a minha mãe já estava sabendo de tudo, mas a minha mãe não sabia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tua mãe não sabia?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não estava sabendo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A tua mãe estava-te procurando?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, ela sabia que eu estava no abrigo, mas ela não sabia que ele estava atrás de mim, e ele falou que ela sabia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já conhecia essa pessoa?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, nunca tinha visto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É uma pessoa que foi chamada para fazer isso pela agenciadora.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com certeza?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu já te sentiste ameaçada alguma vez?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Já. Depois que ele foi dar o depoimento dele, que ele me viu na delegacia, aí ele ficava me olhando, aí ele começou a apontar o dedo para mim, aí as policiais me botaram para dentro da outra sala. Ele quis dizer que, quando ele me pegar, eu não vou escapar dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando eles te pegarem o quê?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Eu não vou escapar da mão dele, porque ele queria-me ajudar e tal e eu não soube agradecer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem. Deputada, de minha parte, são essas questões, agora, se os colegas tiverem...

Agradeço então, à Monique os esclarecimentos, e certamente os Deputados têm algumas questões que possam ser bastante importantes.

Obrigada.

Depois a gente volta a conversar.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Monique, antes de eu passar a palavra para a Deputada Ann Pontes, nesse processo que você tirou essa certidão de nascimento, uma certidão de nascimento falsificada, e, quando você viajava, não havia nenhuma fiscalização nos ônibus, ninguém pedia nenhum documento? Nunca foi pedido a você, a nenhuma adolescente?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não. A passagem não foi no meu nome, foi no nome dela, aí então não tinha como eles acharem que ia de menor lá dentro, porque a passagem não estava no meu nome.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E é comum? Não se pede documento aqui se você vai viajar de ônibus?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Eles pedem, só que o rapaz, antes de eu entrar no ônibus, ele pediu, aí ele falou, como eu estava com ela, estava tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Queria passar a palavra à Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigada, Srª Presidente.

Monique, vou falar, se você não estiver-me ouvindo, porque eu estava tendo muita dificuldade em lhe ouvir, você fala que aí eu procuro falar bem alto e bem pausado para você entender.

Explica para a gente como se dá o recrutamento, Monique. Conta para a gente como se deu a sua história, como é que você foi recrutada.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não entendi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como é que você foi envolvida nessa rede? Qual foi o primeiro contato? Quem lhe abordou pela primeira vez?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi a dona lá da boate.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A dona da boate.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Primeiro ela chamou a minha amiga, aí a minha amiga me chamou.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Vocês estavam aonde? Como é que foi essa abordagem? É isso que preciso entender, Monique.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Nós estávamos numa casa noturna, aí ela encontrou com a minha colega e falou com ela. Eu estava distante.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Qual é o nome da dona da boate?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Lourdes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por favor, Monique. Fale assim para a gente conseguir entender bem, até para que possa ficar gravado que você está contribuindo conosco.

Então a Lourdes convidou você e sua amiga para fazer...

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi, mas...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você sabe o sobrenome da Lourdes?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, não sei.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Na época vocês tinham quantos anos?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Eu tinha dezesseis.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E a sua amiga?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Ela tem 23.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Vinte e três. Via de regra, qual é a idade que essas agenciadoras pedem ou solicitam para iniciar os programas sexuais?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não entendi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A idade. Elas têm preferência por idade.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Tem.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Qual é essa idade?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Tem que ser de maior, de vinte para cima.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não interessa de 12 anos, de 11 anos?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, pelo que ela falou para mim, como eu era de menor, ia ficar um pouco complicado. Mas como eu já ia fazer aniversário, falsificar, ia ser mais fácil falsificar um registro como se eu fosse fazer... ser de maior já.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Na época você tinha 16 anos?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Era.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então ela disse que ficaria mais fácil fazer a falsificação?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então vamos tentar esse encaminhamento. Então a Lourdes fez o convite para você e sua amiga.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Falou que no seu caso era um pouco mais difícil por você ser menor. Quem deu a sugestão de fazer a falsificação do documento?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Ela e a outra que é o caso dela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como é o nome da outra?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Conheço ela por Calia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Calia?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem sugeriu a ida ao cartório? Explica para gente, Monique.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Todas as duas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você foi com ela?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Fui.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem pagou pelo registro?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Elas duas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ãh?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – A Lourdes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você lembra quanto ela pagou?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – R$40.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem inventou os nomes? A sua nova filiação, quem deu a sugestão?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Como é que é?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem deu o nome do novo pai, da nova mãe, quem deu o seu novo nome, quem sugeriu?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi elas duas também. Ela e a outra.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O que te pergunto, Monique, é o seguinte, elas chegaram lá, elas já tinham esse novo nome para você, ou inventaram na hora?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Elas inventaram na hora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O funcionário do cartório percebeu, sabia que estava sendo forjado um documento?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Sabia, sabia. Ele é amigo delas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É amigo delas?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você sabe o nome deles?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você conhece Leonor Icassati?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Icassati Mendes, você conhece?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Ouvi falar que é irmã dela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Irmã de quem?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Da Lourdes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O valor pago pelos programas sexuais é em real ou é em dólar?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Tanto faz.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pode acontecer os dois casos. Então em real sai a R$40. E em dólar, sai a quanto?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não tenho idéia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quanto mais jovem sai mais caro o programa?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quanto mais caro?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – O normal era R$150: R$50 ficava na casa e R$100 era da pessoa. Como era mais nova poderia R$200, R$300 aí varia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Agora, Monique, me ajuda para eu perceber o perfil do cliente. Como são os clientes desses programas sexuais: são turistas estrangeiros, são brasileiros daqui da região, de fora? Explica para gente.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – De todo tipo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Que mais freqüência tem, é o estrangeiro ou o nacional?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não sei lhe dizer, porque quando cheguei lá, não cheguei a sair com ninguém, até porque a polícia chegou, e me levaram logo no terceiro dia. Não deu tempo de eu sair com ninguém e nem ter idéia assim das pessoas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Deixa ver se eu entendi, Monique. Você não chegou a fazer programa sexual?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não cheguei.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas as colegas, lá na boate, elas faziam algum comentário?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Faziam.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Que tipo de comentário?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Vários comentários. Os homens de fora seriam melhores que os de lá mesmo ou os de Manaus, também.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Melhores em que aspecto? Menos agressivos ou mais fartos na hora de pagar?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É. Na hora de pagar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Na boate em que você esteve você notou a presença de meninos e meninas, adolescentes femininas, masculinos, ou só meninas?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Só meninas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não viu nenhum menino?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tinha meninas de outros Estados? Eu sou do Pará, Monique. Tinha meninas do Pará?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Tinha, só que todas moram aqui em Manaus.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas que vieram do Pará, do Pará vieram para Manaus, de Manaus para Boa Vista?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E de lá iam para onde?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Só ouvia comentário que de lá iam para a Venezuela, e da Venezuela para outro país.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas você não sabe qual seria esse outro país?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Está fechando. Já estamos acabando, Monique. No tempo em que você ficou lá você sofreu algum tipo de agressão física?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você viu algumas das meninas sofrerem algum tipo de agressão física?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Qual era a rotina de trabalho na boate?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Como assim?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O que vocês faziam? Imagine que eu estou chegando lá, que *fui aliciada, cheguei na boate, que orientação que eles* dão? Tem que fazer isso, tem que fazer aquilo. Qual a orientação que eles dão?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não era só... os caras chegam, a gente tinha que sentar na mesa deles, fazer eles pagarem bebidas e depois fazer **strip** e sair com eles.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Isso era durante a noite?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ou durante o dia?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, só durante a noite.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Durante o dia, você fazia o quê?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Ficava em casa descansando.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Porque trabalhava a noite toda?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Era, a noite toda.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Via de regra, quantos programas se faziam por noite?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Bom, como lá estava reabrindo, não estava indo muita gente. Eram três ou quatro por noite.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você há pouco colocou que em média sai a R$150 o programa: R$100 para a dona da boate e R$50 para as meninas...

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, R$100 para as meninas e R$50 para a dona da boate.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O contrário então. E era descontado de vocês o transporte, a ida de Manaus para Boa Vista, a alimentação, a roupa de vocês. De que forma era feito esse desconto?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Oi? Não escutei direito.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como era feito o desconto da despesa que eles têm com vocês?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Assim, o dinheiro que os caras davam, aí tinha que pagar para elas. No caso, se fosse R$100 a minha dívida com ela, tinha que dar os R$100 para ela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eu quero entender, Monique. Eu chego lá na casa, e ela diz: "Olhe, Ann, você me deve R$100. Você vai me pagar assim, fazendo tantos programas, eu vou descontando quanto por noite..." É isso que eu quero saber, Monique.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não entendi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Imagine eu chegando lá nesse local, nessa boate. Você tem idéia de quanto foi o custo de Manaus para Boa Vista, quanto eu estou devendo para a dona da boate? Ela fala isso para as meninas?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, não fala.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você não tem idéia da sua dívida?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas você sabe que está devendo.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Ãh, ãh.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Se você quiser sair, desistir, como isso é feito?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Só depois que pagar toda a dívida.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então você fica refém. E se a menina se recusar a fazer programa. Tem alguma penalidade?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Tem que fazer.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E se não fizer?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Eu não sei. Só sei que tem que fazer, querendo ou não. No caso, no segundo dia, eu estava toda animada querendo fazer isso, só que, no segundo dia, eu fui vendo tudo como é que era e já não queria mais. Eu gosto de dançar, assim, mas não de tirar a roupa no meio de todo mundo, para todo mundo ver. Aí eu disse que não ia subir lá, que não ia fazer **strip** nenhum. Aí as meninas disseram, sempre falavam: "Tu vai ter que fazer, querendo ou não, porque se ela souber que você não

quer fazer, ela vai te botar no palco querendo ou não." Com isso já me meteram medo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então era que isso que você via e não queria: tirar a roupa, fazer **strip**.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O que mais, Monique, você viu e sentiu repulsa – "Não, isso não vou fazer." –, além do **strip**? O que havia mais com o que você não concordou?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – De sair com os caras, porque eles falavam para as meninas que era muito caro o que elas estavam cobrando, que elas não mereciam tudo aquilo. Isso já...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigavam vocês a usarem drogas?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não. Eu, pelo menos, não. Nunca... Também não vi acontecer isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Está bem, Monique. Muito obrigada.

Srª Presidente, por mim, estou satisfeita.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Vamos passar a palavra à Deputada Suely para que faça seus questionamentos.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Oi, Monique.

Eu gostaria de perguntar para você. Você falou agora para a Deputada Ann que viu, que presenciou a Lourdes pagar R$40 no cartório aqui no centro da cidade. Você é capaz de identificar esse funcionário que recebeu dinheiro no cartório?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não entendi.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Você é capaz de identificar o funcionário do cartório que recebeu dinheiro pago pela Lourdes?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Ãh, ãh.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – É capaz de identificar? (Pausa.)

Tá. Monique, e você, voltando de Boa Vista, você foi fazer o quê? O que você faz? Estuda... Está estudando...

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Só estudo.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Está estudando? Voltou para a escola. E a sua mãe? Faz o quê, que tipo de atividade, em que ela trabalha?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Ela trabalha no hospital.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Ela é enfermeira ou é da...

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Ela é auxiliar de enfermagem.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Certo. E eu queria que você falasse mais uma vez que tipo de homens era oferecido para vocês lá na boate.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Eram os mais idosos.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Mais idosos?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Certo. E tinha estrangeiro lá pelo meio?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não... Não cheguei a ver porque não ia muita gente lá. Estava inaugurando...

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Tá. E hoje você está convicta de que não deve fazer esse tipo de coisa, esse tipo de programa?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Hum-hum... Não quero.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Não quer fazer. Tá.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Muito obrigada, Deputada Sueli.

Passo agora, então – Monique, tenha um pouquinho mais de paciência –, a palavra ao Deputado Luiz Couto. Tenho certeza de que ele vai ser bastante breve nos seus questionamentos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Monique, você disse que foi aliciada quando estava numa casa de show – não foi? – aqui em Manaus? (Pausa.)

Foi nessa casa de show que você esteve e que essa pessoa procurou você?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Desculpe, não escutei bem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você disse que, com 16 anos, uma pessoa te procurou, através de uma amiga, para ir para Boa Vista, não foi?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não. Ela procurou minha amiga e a minha amiga que me chamou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E aí você estava onde, quando ela lhe procurou?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Eu estava também na mesma festa que ela. Só que eu estava um pouco distante.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Onde era essa festa?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Era na Cachoeirinha, no Talismã.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Antes dessa data, você costumava ir a festinhas?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Costumava.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nesse mesmo local ou em outros locais?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Geralmente era mais nesse local, que era na rua de casa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você costumava, por exemplo, andar lá no bar Castelinho ou não?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Onde?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Bar Castelinho?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E na Praça do Relógio? Você ia por lá ou não?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Fui umas duas vezes. Eu ia mais lá mesmo para fazer compras no centro, aí passava por lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Fazer compras.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Era.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, antes de você ir para Boa Vista, como era a sua vida aqui em Manaus?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Como assim?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como era sua vida? Você normalmente saía com outras colegas, ia para outras festas, ia para balneários, como é que era?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, eu sempre ficava em casa, até por que minha mãe não gostava que eu saísse muito.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sua mãe não queria que você saísse?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É. Aí, depois que eu conheci a minha amiga, eu comecei a sair direto. Eu não obedecia mais a minha mãe em casa. Minha mãe trabalha dia sim, dois dias não. Aí, o dia que ela ia trabalhar, eu saía e não voltava para casa com medo que ela brigasse comigo...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – ...chamasse atenção, até mesmo não queria deixá-la triste.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você ia para as festinhas, ia com quem, ia só ou ia com coleguinhas?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, eu ia com a minha colega.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Com essa colega? Então, você começou a freqüentar festa, com quantos anos?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Com 16.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Com 16? Mas você disse que, antes mesmo, você já freqüentava.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, era com 16.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – 16?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando você foi para Boa Vista, você ficou nesta boate. Era uma casa de show ou era uma boate?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Era uma casa de show, só que tem outra casa que a gente fica hospedada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. Era a Spa Musical?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Musical, que era da Lourdes, né?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não é isso? Lourdes Icassati Mendes, não é isso mesmo?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas vocês foram de ônibus, pegaram o ônibus em Manaus. Quem pagou a passagem para vocês?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi ela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela. E, aí, chegando lá, vocês foram recebidas na rodoviária?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi pelo...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem recebeu vocês na rodoviária?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi pelo encarregado lá da casa de show.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah! Tinha o encarregado.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Tem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como é o nome dele?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – William.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Encarregado, aí, pegou, levou vocês para lá.?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E, chegando lá, o que D. Lourdes... Ela tinha uma casa, deu umas orientações para você. O que ela disse para vocês? O que vocês iam fazer? Ou você já sabia daqui que já ia para essa casa de show fazer essas atividades?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Já sabia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Já sabia?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Sabia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, você ia já sabendo?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Já.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o que ela disse mais, quando você chegou lá?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Quando nós chegamos lá, ela ficou aqui, em Manaus, ela foi para lá no dia mesmo que me pegaram na quinta-feira.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer, ela foi também?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, ela ficou aqui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ficou aqui?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Ficou, foi só eu e a minha colega.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você ficou lá quanto tempo nessa casa?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Três dias.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Três?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Três dias.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Três dias. Você disse o seguinte: que esse registro foi feito num cartório. Sabe a rua desse cartório?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual o nome da rua?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Eu sei assim, indo, agora o nome, eu não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mais ou menos, fica aonde? No centro?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É, no centro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É uma rua..

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Fica perto daqui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Hein?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Fica perto daqui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Bem pertinho daqui da Assembléia.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pertinho aqui da Assembléia esse cartório, não é?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você disse que era todo tipo de homem que chegava lá, não era? Mas você chegou a ter, por exemplo, alguma relação com algum desses homens que iam lá?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, não deu tempo de sair...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas quem eram os homens que você... Qual era o trabalho seu lá nessa casa? Fazia o quê?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, por enquanto, eu ainda na ia fazer nada, não ia sair com ninguém até eu fazer meu aniversário.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah! Você estava sendo preparada para isso, né?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Estava sendo preparada para fazer isso aqui?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, nessa casa, ia gente estrangeira também?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Durante eu estar lá? Foi...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ia venezuelano?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foram só dois.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ia gente da Guiana?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Isso? Ia gente também, por exemplo, político também para essa casa?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Como?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Político? Vereador, Prefeito.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não. Durante eu estar lá, não cheguei a ver isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas e dono de garimpo?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, não cheguei a ver também.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Traficante? Ia também lá ou não?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Ia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ia? Traficante também ia lá. Ofereceram a você alguma vez, droga? Ou não?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas é comum nessas casas a droga rolar?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É normal.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É comum droga rolar nessas casas?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Então, você começava, mesmo estando lá para ser preparar, você começava a trabalhar de que horas?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Das 9h...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Noves horas e ia até quando?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Até às 6h da manhã, às 5horas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, o seu trabalho era ficar lá, na mesa...

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – E conhecer os caras quando chegavam lá; ir lá para a mesa deles.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para a mesa deles.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Isso. E, se caso, eles quisessem sair, aí, eu tinha que sair com eles.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas não tinha local mesmo, lá, no local, para as pessoas...Tinha que sair?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não. Tinha que sair.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E quando saiu, o preço era maior?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Era R$50.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Cinqüenta. Aí... Mas você disse que não saiu nenhuma vez.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, não cheguei a sair.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, você ficava lá e eles iam pedindo bebida; e vocês também, também era dado bebida para vocês?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – A gente tinha que beber.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O quê?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Whisky.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas era whisky mesmo, ou era invenção para vocês; e whisky era para o cliente lá? Porque se vocês fossem ficar de 9h até às 6h, vocês ficavam bêbadas ate o final. Era mesmo coisa, água, que vinha no lugar de whisky.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não sei lhe dizer. Só sei que eu não bebia. Eu ia ter que me acostumar a beber.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sei. Mas você nunca ficou bêbada?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não. Teve uma vez, no segundo dia, como era para mim beber, tudinho, essas coisas, eu fui tomar, aí, sim, o cara pagou para mim, aí, eu tinha que tomar, não é? Aí eu tomei mesmo foi whisky...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – ...foi quando eu fiquei bêbada, rapidinho.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas só essa vez; as outras, você tirava a noite sem ter nenhum problema.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não. Eu já não bebia mais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, pode... é o chamado whisky batizado que bota água para vocês; e, para o outro lá, porque aí paga as duas...

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, eu só bebi só essa vez mesmo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só essa vez.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o cliente pagava a dose dele e a dose de vocês também.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Era.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não era?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Era.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Então, o seguinte: você disse que só sai de lá se pagar a dívida.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual foi a sua dívida?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Só as passagens...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Passagens.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – ...e hospedagem...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Hospedagens. Mais ou menos, quanto foi essa dívida?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não sei lhe dizer. Não tenho nem idéia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você não sabe porque... A dona cobrou alguma coisa de você?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não entendi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela cobrou alguma coisa de você para pagar. Diz: eu quero agora que você me dê o dinheiro das passagens.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não. Ela não falava assim. Ela dizia que eu ia ter de pagar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Mas aí o seguinte: eu quero lhe entender. Você... a pessoa que sai ela recebe R$50. É a dona que recebe ou são vocês?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não, é a dona.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Hein?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É R$150. Aí R$50 fica com ela e R$100 é da gente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah, R$150, não é?!

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A saída não é R$50, não, é R$150. Então, R$100 fica para vocês e R$50 para ela.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E vocês pagam também a comida também lá e a dormida também. Não pagam?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Também.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Além, por fora também.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Também.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Você disse, no segundo dia, já não queria mais. E você disse que a vontade era de não ficar mais ali. Não é isso mesmo? E foi, no terceiro dia, que a Polícia deu entrada lá...

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...deu uma batida e pegou... Tinha muita gente naquele local no dia que a Polícia esteve lá?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Eram nove meninas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nove meninas.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – É, comigo. Só os homens que estavam lá era da Civil que estavam só...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ô, Monique, você quando foi para... Você chegou alguma vez a ir à Venezuela?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não.

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nem foi convidada para ir lá?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não. Não podia sair de lá da casa. Depois... o dia todo não podia sair.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas um daqueles homens com quem você ficou bebendo não lhe convidou para ir para a Venezuela ou para a Guiana?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não. Quando eles chegavam a conversar comigo eles diziam que o meu lugar não era ali.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando você foi lá... Antes, você não tinha saído com nenhum homem? Você era virgem?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você não era mais virgem quando foi para lá?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você tomou conhecimento de que menina virgem valia mais do que não virgem?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Vale mais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quanto valia uma menina virgem?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Não tenho idéia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas valia mais?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Valia mais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E eram bastante procuradas pelos clientes?

A SRA. MONIQUE *(Nome fictício)* – Eram.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só vou concluir.

Srª Presidente, uma vez que a Monique fala que o cartório é próximo da Assembléia, solicitaria a V. Exª que pudesse determinar uma diligência no sentido de procurar identificar onde é esse cartório para que possamos ouvir inclusive o proprietário.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Deputado Luiz Couto, iremos tomar essas providências, dessa solicitação de V. Exª.

Gostaria de perguntar aos Parlamentares se teriam algum questionamento ainda para a Monique. (Pausa.)

Então, queremos agradecer à Monique na certeza de que você está contribuindo para que a gente possa desbaratar essa rede que está atuando não apenas em Manaus, mas também em todo o Brasil. Você pode ter certeza de que sua contribuição à CPMI será de grande valia.

Eu pediria à Secretaria que pudesse conduzir a Monique, retirá-la daqui, agradecendo o seu depoimento, a sua coragem e a sua determinação em estar contribuindo para que a gente possa esclarecer esses fatos. (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Só estamos aguardando a própria testemunha, que está terminando de se arrumar para que a gente possa tomar o depoimento dela. Então, a gente pede a compreensão do público para mais um minuto só. (Pausa.)

Gostaria de pedir à Secretaria da Comissão que trouxesse agora e pudesse ouvir o depoimento do Sr. José Fernando da Cruz Filho, conhecido como Fernando Salinak. (Pausa.)

Bom dia, o senhor poderia dizer o seu nome completo?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Pois não. É José Fernando da Cruz Filho.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Seu endereço.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Endereço residencial: Conjunto Adrianópolis, Quadra L, Casa 12.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Estado Civil?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Solteiro.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Profissão?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Produtor.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Local onde o senhor exerce a sua atividade?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Av. Constantino Nery, nº812, Casa 1, Agência By Salinak Models.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – É parente em algum grau da parte envolvida?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Na verdade, recebi apenas um documento para prestar esclarecimentos...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Você não sabe.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Eu realmente não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal.

O senhor gostaria de dizer alguma coisa?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Gostaria, sim, lógico.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Gostaríamos de informar ao advogado do depoente que aqui se encontra que o senhor não poderá fazer nenhum contato com o cliente ao longo do depoimento. Se o senhor quiser fazer alguma coisa aqui terá que ser agora. Tudo bem? (Pausa.)

Já está orientado. (Pausa.)

Já fez o contato anteriormente? (Pausa.)

Então, pois não.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Na verdade, tenho uma agência de modelos. Comecei a trabalhar desde 1983, em Manaus, não sou daqui, sou de São Luís do Maranhão, e fiquei muito surpreso com esse documento que recebi, porque, na verdade, fui o pioneiro em Manaus, inclusive já estive nesta casa com a nossa Miss Brasil que ganhou através do Estado do Amazonas, foi homenageada pelos Srs. Deputados, e realmente fiquei muito surpreso porque trabalho com crianças, com moças, rapazes, inclusive terceira idade. E comecei mesmo até por brincadeira, em 1983, fazendo desfile na frente de uma confeitaria que inaugurou na época, a Confeitaria Alemã. E, a partir daí, comecei a me envolver com eventos de colégios. Estudei no Centro Educacional Cristos do Amazonas, e, graças a Deus, nunca tive nenhum problema durante todo esse tempo. Só uma vez que recebi um documento para que comparecesse à época, porque houve uma denúncia anônima de que eu tirava fotos, enfim uma coisa assim. Na época, fui até na Av. 7 de Setembro, onde era a Polícia Civil, se não me engano, e fui lá, prestei depoimento, inclusive deixei a agência aberta para que pudessem fazer uma visita e ver qualquer coisa, trabalho. Trouxe alguns documentos durante todos esses anos e prestei o depoimento lá. Perguntei até o que tinha havido – tinham feito uma denúncia pelo telefone, alguma coisa –, e a partir daí nunca mais tive nenhum problema. A imprensa conhece o meu trabalho, a pessoas.

Só queria falar isso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Neste instante, passo a palavra para a nossa Relatora, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Boa tarde.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Boa tarde.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bem, Sr. Salinak, o que é exatamente um trabalho de produtor na sua área?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – O Amazonas é um Estado que realmente fica longe dos grandes centros de moda. Então, passamos alguns anos sem ter grandes opções no campo de moda. Com o desenvolvimento da cidade, o que aconteceu? Os shoppings abriram, e começou então um trabalho muito grande de cadastramento de pessoas para fazer esses trabalhos, que seriam desfiles, comerciais de televisão, filmes, produções, enfim, e principalmente um trabalho muito grande que às vezes as pessoas não sabem que é feito por modelos, que é o de demonstradoras, pessoas que fazem demonstração de produtos em supermercados. Dependendo, há também alguns trabalhos de panfletagem, em que se lança um empreendimento, solicitando-se que moças e rapazes façam a entrega de **folders** na rua ou mesmo em supermercados. Então, a agência começou a fazer esse trabalho.

Eu fui o pioneiro na cidade. Hoje, Manaus conta com, pelo menos, 5 agências de modelo.

Em 1994, se não me engano, entrei como representante da Agência Elite, de São Paulo. Comecei, então, a tentar aparecer mais fora da cidade de Manaus, buscando fazer um trabalho mais Brasil. Foi inclusive no ano em que comecei a mandar candidatas para o concurso de Miss Brasil. Foi realmente interessante, porque houve um crescimento muito grande do número de concursos – também faço curso de modelos.

O que sempre coloquei para todas elas é que realmente há uma dificuldade muito grande na carreira de modelo para ganhar dinheiro. E, realmente, chegam com essa visão, porque lêem revistas, vêem essas coisas e acham que é muito fácil ganhar dinheiro. Sempre mostrei isso de forma tranqüila, porque em todos os cursos de modelo que fiz, sempre houve a presença

das mães e dos pais. Isso é alguma coisa que, neste momento de eu estar aqui, é uma coisa muito desagradável para mim. Eu penso neles, porque é a união deles a favor de mim, desse trabalho.

Quando comecei, era uma coisa complicada. Imaginem: 20 anos atrás, abrir... Na verdade, não era uma firma aberta...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor poderia dizer que tem uma agência de modelos...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – E de eventos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...e, ao mesmo tempo, uma escola?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – E uma escola, e eventos também. Faço, na verdade...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eventos e desfiles...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – De desfiles.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...do mundo da moda e da...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Isso, isso. Sou o responsável pelo desfile, agora, desse último, do Amazonas Shopping. Faço uma feira que tem todo ano – são 5 anos de feira –, que é a Estetic Moda, realizada pela Rede Amazônica de Televisão. E faço desfiles na cidade toda. Estou com evento agora dia 3, não sei se posso...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor atua em Manaus, mas atua também – digamos – no Estado inteiro.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, no Estado, não. Na verdade, Municípios, eu não tenho nenhuma ligação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mais em Manaus.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Em Manaus, e sou representante de concursos que chamam para me mandar candidatas do Estado, como Miss Brasil, Miss Brasil Ecologia, esses concursos que acontecem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode afirmar que trabalha com pessoas de diferentes idades?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Com certeza, eu tenho no meu...na minha agência, a gente tem fichas de crianças... Às vezes, as crianças é até meio complicado, porque as mães chegam com crianças de colo e, infelizmente, o mercado ainda não existe para isso. Então, a gente pega a partir de 3, 4 anos, que já sabe andar, já sabe desfilar. Então, já dá para trabalhar em alguma coisa. E até a terceira idade. Fiz um curso com 80 senhoras da terceira idade, acabei cadastrando e, graças a Deus, por esse crescimento, hoje, a maior parte dos comerciais feitos pelas grandes redes de supermercado, pelo shopping, por todos, são feitos agora com pessoas daqui, porque, até então, era meio complicado ter, porque, na verdade, os comerciais vinham prontos de fora. Eram feitos...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De fato, isso é importante, porque é uma representação regional...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Exatamente, na verdade...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...da população, que...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – ...a agência corre justamente isso, nessa visão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Concordo. Digamos aqui: a partir de que idade, as crianças participam dos cursos?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Olha, os cursos é como eu falei para você: a partir de 3 ou 4 anos, porque, como elas são muito pequenas, e é uma coisa que a gente tem que colocar... Não sei se a senhora é mãe, mas geralmente a mãe sempre tem aquela coisa de colocar o filho, a filhinha, porque disseram que é bonita, então tem que colocar no comercial e tal. Então, a gente sempre aproveita a partir de 3, 4 anos de idade, sempre com o pai e a mãe juntos. Sempre, entendeu? O que ela aprende nesse curso? Ela aprende postura, ela aprende a desfilar, ela aprende a se cuidar – a gente fala que ela não pode tomar muito refrigerante, que ela tem de cuidar do cabelo. Isso, da criança ao adulto. Existem explicações sobre isso, só que o adulto tem aulas de maquiagem...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor diria que são pessoas de diferentes classes sociais ou pessoas unicamente de maior poder aquisitivo?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, não. Inclusive, quase sempre, eu separo um grupo – um número de bolsas e distribuo para a imprensa – tipo para rádio sortear, dou para pessoas que a gente vê que não têm condições de fazer o pagamento. Sempre que posso, eu ajudo nessa parte. Eu acho que, independente até do valor do curso, de repente, se a criança está ali, está aprendendo e é uma coisa sadia, é uma coisa legal, e a mãe está satisfeita com isto... Porque – como eu falei para você – o meu prêmio maior, digamos assim, é quando termina o curso e os pais vêm agradecer porque nem sempre entram só para desfile. Nós temos problemas com crianças com postura, crianças que são tímidas, crianças que vão fazer 15 anos e querem andar de sapato alto. Então, não sabem andar. Então, eles procuram: "Olhe,

a minha filha vai fazer 15 anos e eu gostaria que ela aprendesse a andar."

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, são pessoas com poder aquisitivo diferente porque o senhor se preocupa, também, com bolsas para a sua instituição.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Sempre que posso, dou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor diria que quantos por cento de crianças, enfim, que recebem bolsa. Quantas bolsas são? Os cursos duram quanto tempo?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – O curso é de um mês.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um mês.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – É. São dois horários – de segunda a sexta, de 5 às 6 e de 6 às 7, porque eu já emendo os dois horários, porque, como é só um mês, tanto as crianças como os adultos, se quiserem fazer os dois horários, já fazem porque nós emendamos um horário com outro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Das 5 às 6...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – E das 6 às 7.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Das 6 às 7.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Isto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Portanto, no final da tarde, todos os dias, durante um mês.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Durante um mês. Eu faço esse curso, mais ou menos, em torno... Graças a Deus, tem tido bastante sucesso na cidade. Eu fazia duas vezes por ano. Eu já cheguei a fazer até quatro vezes por ano.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Todas as crianças que participam do curso – o senhor as credenciam ou o senhor tem alguma seleção para o credenciamento, algum critério? Que acaba sendo natural, também, o profissional seu.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Isso é um grande problema. O que eu faço? Eu já digo o seguinte: para fazer o curso, a pessoa – a criança ou quem for – preenche uma ficha. Se você for no meu escritório, você vai ver que tem fotos de todo jeito. Porque, às vezes, a criança está na foto com o cachorrinho, está com a mãe. A gente tem que cortar. Está com a amiguinha. A gente tem que cortar e só colocar ela porque, geralmente, não tem **Book**. Eu não.... Como vou dizer: para entrar na Agência não precisa de **Book**, entendeu? Para entrar na Agência tem que fazer o curso. Mediante o curso, ela já fica cadastrada porque houve uma mudança muito grande negócio de beleza. Então, como eu preciso, estou no mercado e têm outras agências, eu preciso ter opções. Então, quando alguém vai pedir, por exemplo, para fazer um comercial – "Olhe, Fernando, eu quero uma garotinha de 9 anos." Eu pego tudo o que tenho e mostro para a pessoa porque, às vezes, talvez, uma que eu acho legal, não seja a que a pessoa goste. Então, automaticamente, fica cadastrada. Se você for na minha agência, então, eu tenho um cadastro desde quando eu comecei a achar que eu tinha que fazer um cadastro, porque, na verdade, como eu falei para você, eu comecei fazendo desfiles.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor fotografa, também, as meninas para esse seu cadastro?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não entendi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – São feitas fotografia para o cadastro?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Algumas fotografias – sempre que eu posso, eu as faço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas é um critério? As meninas, como o senhor disse, não têm **Book.**

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não têm **Book**. Quando têm **Book**, já me trazem. Eu não faço **Book**, entendeu? Tanto que não há cobrança de um valor porque se eu vou fazer alguma foto, por exemplo, é uma foto ou de rosto ou de corpo inteiro, com a minha própria máquina, e essa foto é colocada lá. Quando eu faço mais de duas fotos, eu dou as fotos para, inclusive, a garota levar para ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor organiza desfiles, comerciais de TV – o senhor seleciona com os clientes publicitários, certamente.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para comerciais, filmes e, também, trabalha com o credenciamento de demonstradoras de produtos de supermercados e entrega de **folders** nas ruas.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor diria que essas duas modalidades – demonstradora de produto e entrega de **folders** – não é necessário fazer o curso para isto?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Na verdade, é como eu falei para você: para entrar na agência, eu sempre peço que a pessoa faça o curso

porque é no curso que ela vai aprender... Digamos assim: se você vai uma demonstração de um produto no supermercado, você não pode ser uma pessoa tímida. Então, no curso, a gente solta a timidez dessas moças, desses rapazes e dessas crianças. Quando há um trabalho específico para isso – como eu tenho um agora programado para começar agora, a partir do dia 2 de junho, que será em dois supermercados de grandes redes na cidade e eu estou fazendo um trabalho desse para... Bem, é melhor não dizer. Posso falar, não tem problema? Posso falar a empresa?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se o senhor achar que deve...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – É melhor não falar então.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – São dois supermercados.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Uma grande empresa me contratou, a agência, no caso, e nós vamos estar com moças, fazendo degustação de um determinado produto em dois grandes supermercados da cidade, entendeu? Essas moças, por exemplo, às vezes, a gente abre inscrições.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, o senhor fez um treinamento para elas, não é o mesmo curso de modelos.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – A própria empresa, para esse trabalho, quando a empresa escolhe, a própria empresa dá o treinamento, porque ela precisa saber algumas coisas sobre o produto, que já é uma coisa que não é da nossa parte. Então, ela vai para a empresa e ali ela pega as informações sobre o que ela vai degustar na verdade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor diria que não necessariamente essas pessoas fizeram curso de modelo seu. Elas estão escritas lá, procurando um trabalho temporário...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Exatamente. A gente tem muito...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...uma renda adicional, sem vínculo empregatício...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...que é alguma coisa em que faixa de idade?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Oiha. na verdade... Bem. para esses trabalhos. sempre tem que ser maior de idade, porque é um trabalho que as empresas, as grandes empresas sempre... Desfile, não. Desfile, hoje, a partir de 4 anos, a gente está usando no desfile 12, 13, 15 e tal. Aí, quando já chega 18 anos, já se torna, desculpe estar falando assim, mas se torna velha para o desfile, porque...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com 14 anos?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Com 18. É difícil você colocar meninas, por exemplo, de 18 anos para desfilar, porque o mercado ele quer sempre as mais novas. Eu acho que vocês devem saber em termos de São Paulo e Rio. A gente acaba vendo isso toda hora. Sempre querem as meninas mais novas. Agora aqui, em Manaus, como a gente tem uma visão diferente do Sul, em que não precisam ser meninas tão magras, a gente acaba sempre colocando mais moças tipo universitárias, com mais de 18, 19, 20, 22 anos para desfile.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor diria que essas que entregam **folders** na rua suas as universitárias?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Também são universitárias, porque, às vezes, têm universitárias que estão sem trabalho, e esse trabalho, de repente, é um trabalho muito interessante, porque é um horário, é um lugar legal, é um trabalho bacana, é para uma empresa que não deixa de ser para o currículo dela uma coisa bacana estar trabalhando. Então a gente tem, geralmente, também universitárias.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu concordo com o senhor. Eu acho que realmente esse tipo de trabalho é um trabalho legal para quem estuda e vai lá fazer um trabalho... Acho que é superbom. Quero dizer que, quando eu era universitária, cuidava de concurso, fazia essas coisas todas que a gente se inscreve quando mora em casa de estudante para conseguir. E acho que é legal mesmo.

Eu lhe pergunto para saber se existe um perfil sócio-econômico que, em geral, lhe procura para esse tipo de trabalho, que até é considerado menos qualificado socialmente, porque, na verdade, por mais que alguém que não tem preconceito, como eu percebo aqui, neste nosso diálogo, vá fazer esse tipo de trabalho, em geral, quem procura esse tipo de trabalho, é a menina que está menos qualificada para outro tipo de profissão.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – É, mas, infelizmente, hoje, o mercado está tão difícil para todo mundo e, por exemplo, é que nem inglês. Nós temos grandes congressos aqui, em Manaus, no Tropical Hotel e em vários lugares. Então, geralmente as empresas. elas contratam mão-de-obra local. Quando não são empresas de recursos humanos, elas procuram também as agências e querem saber se a gente tem moças que fazem aquela parte do cadastramento do congressista, fazem o **check-in**, recepcionam no aeroporto com aquelas plaquinhas. Esse trabalho aqui, em Manaus, é muito feito também, por isso que,

às vezes, as pessoas nem sabem que aquela moça que está com uma plaquinha no aeroporto, ela é uma menina que faz parte de uma agência de modelo e que, naquele momento, ela está preenchendo aquele espaço e está...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela, em geral, o senhor que trabalha com todos esses caminhos aqui, o senhor já, com todas essas formas de trabalho aqui, que dizem respeito à sua empresa, o senhor certamente reconhece que existe o serviço de acompanhantes de executivo...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Sim, com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De pessoas com alto poder aquisitivo.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, como é que o senhor diria que caracteriza esse tipo de serviço em Manaus?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Olha, como eu fui o pioneiro aqui, em Manaus, eu passei muito trabalho no começo, porque até que se provasse que uma agência... Porque, quando você fala agência de modelo, por exemplo, agenciamento. O que é o agenciador? É aquela pessoa que oferece aquela pessoa como um produto, ou seja, se você é de uma empresa e você precisa de um grupo de moças e rapazes para trabalhar na sua empresa, eu vou te mostrar essas pessoas, porque você não vai sair na rua, procurando qualquer pessoa, você vai procurar uma empresa que tenha um grupo e vai selecionar o que interessa para você. Então, foi muito difícil no começo isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O seu produto, no caso, ali é o ser humano.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – É o ser humano, porque eu trabalho com eles. Eles são, na verdade...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor oferece os serviços...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – O serviço de uma moça, de um rapaz, de uma terceira idade. Por exemplo, semana passada, nós tivemos uma seleção para uma senhora ser avó no comercial. O que fiz? Escolhi umas oito semanas, chamei-as na minha agência, e a produtora foi lá e selecionou pelo menos três para fazer o teste de vídeo. E desse teste de vídeo, elas vão sair. Então, essa senhora vai estrelar um comercial. Na verdade, o que está saindo dali é aquele produto. Entendeu? A pessoa é um produto porque vai representar neste comercial aquela pessoa que compra no supermercado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está certo. Mas e o programa de agenciamento de acompanhantes?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não. Isso foi uma coisa...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. Mas a pergunta que lhe fiz é como o senhor vê isso em Manaus? Como funciona o agenciamento de acompanhantes? O senhor trabalha com uma matéria-prima que é a organização de meninas e meninos...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Para eventos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...que são jovens. Pode ter pessoas de várias idades, como o senhor disse, mas também dos jovens...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...que são os mais procurados para um serviço de acompanhante.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não. Isso não. Para mim, no meu caso, no meu trabalho...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, no geral. Estou falando no geral.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – No geral, é... Como toda cidade, acho que Manaus tem isso. Acho *que* têm empresas que trabalham com isso. É como falei para você, no começo, foi muito problemático. Não vou mentir para você que inúmeros telefonemas eu recebi de pessoas, inclusive fora de Manaus, ligando se a gente trabalhava com moças para acompanhamento. Nunca! Porque nunca foi uma coisa que me interessou. No começo, era uma brincadeira. Depois, virou uma coisa... O nome da minha agência é o nome da minha família. Entendeu? Então, eu tenho um nome a zelar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. Mas como o senhor observa esse tipo de agenciamento em Manaus? Como funciona? O senhor é uma pessoa do ramo, é uma pessoa com uma experiência de 20 anos de trabalho.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – De 20 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor disse que começou sem muita pretensão de avançar tanto.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Em 83.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas aí está. É um profissional conceituado aqui na área. O senhor, certamente, com a vivência que tem – temos a mesma idade, fomos estabelecendo algumas vivências. O senhor tem conhecimento de como funciona.

A primeira coisa que eu lhe diria é que o senhor pode colaborar conosco dizendo: "Olha, eu sei que funciona assim."

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Eu acho que sei como funciona, como qualquer pessoa sabe. Existem empresas? Devem existir. Você abre o jornal e vê todo dia no jornal. O que eu quero colocar para você é que, durante esse tempo todo, lutei sempre para que não olhassem minha Agência como empresa que faz acompanhantes. Eu quis sempre que as pessoas olhassem como se fosse uma agência que Manaus precisa ter, tanto que hoje têm 5 e não tinha nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como atua, então, uma agência que encaminha serviço de acompanhantes?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Se eu conheço alguma? Assim de nome, não. Porque não é o meu trabalho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na verdade, eu quero até lhe alertar que o senhor estabeleceu um compromisso neste depoimento...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...que é um compromisso de...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – De não mentir.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...de responder o que lhe for perguntado, não depondo contra si próprio, obviamente.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Deixe-me te explicar uma coisa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas dizendo a verdade. Por isso, pergunto-lhe objetivamente se o senhor conhece alguma agência que faça o agenciamento do serviço de acompanhantes?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não conhece?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não conheço. Nunca entrei numa, nunca tive contato com ninguém de uma agência dessas. Agora, sei que existe. Hoje Manaus não é uma cidade pequena. É o que eu falei para você. O meu trabalho foi não fazer da minha uma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto a adolescentes que passaram pelo trabalho da sua agência, o senhor tomou conhecimento de que algum prestasse serviço como acompanhantes?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não porque sempre fiz uma coisa muito importante. Talvez por isso estou até hoje no mercado, nesse tempo todo. A única coisa que peço a uma pessoa que vai prestar um serviço para mim é que respeite sempre o trabalho que for fazer. Um exemplo: eu não fumo e também não bebo. Mas trabalhei com moda, e o que se pensa de uma pessoa que trabalha com moda? Que curte drogas e faz todo tipo de coisa de louco porque a moda lembra isso. Mas eu nunca fiz isso, nunca fumei. Minha mãe fuma, normal, eu nunca me interessei em fumar. Então, o que peço? Que durante o trabalho tenha uma postura: que não fume, que não beba, que, se receber um cartãozinho de alguém – a coisa mais normal que tem – pegue com classe e tudo e rasgue e jogue fora. Entendeu? Não seja grossa com as pessoas, não seja estúpida. Tente fazer o seu trabalho e seja profissional. "Vou te dar uma carona." "Não, muito obrigada, a condução da agência vem pegar." Porque todas as vezes que a gente faz um trabalho, tem uma condução...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como funciona o esquema do cartãozinho a que o senhor se refere? O que é mais comum? O senhor disse que é comum.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Comum. Comum o que é? A moça está lá dando boa-noite, bom-dia, fazendo cadastramento no congresso e tudo. Aí a pessoa está hospedada no hotel. Com certeza, dá um cartão. Elas falam isso para mim. E achamos graça porque são meninas preparadas. São meninas que já sabem que pode acontecer isso.

Há uns três anos, fiz o lançamento da cerveja Bavaria aqui, em Manaus. Foi o Brasil inteiro. Selecionaram seis moças que deveriam ser maiores de idade. Havia uma caminhonete, toda adesivada, onde ela iria fazer degustação de cerveja nos principais pontos de bares da cidade. Era um trabalho complicadíssimo. Por quê? Porque a menina estaria com uma roupa **country**, com botas, chapéu e tudo, com um negócio aqui que segura para botar os copos, oferecendo a nova cerveja que chegava ao mercado. Tive de conversar inúmeras vezes. Por quê? Porque sabemos que aonde fôssemos... Imaginem um bar, onde se chega e já estão bebendo. O que acontecerá? Vão tirar graça e fazer mil coisas. Então, eram meninas preparadas para tirar de letra isso. Tínhamos sempre um segurança para evitar qualquer tipo de constrangimento, mas foram meninas preparadas para isso. Entendeu?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A produção dessa campanha publicitária foi obviamente de uma empresa publicitária...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – É uma empresa de São Paulo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...que requereu as meninas e fez esse tipo de promoção no Brasil inteiro.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Exatamente. É uma grande empresa de São Paulo. Se não me engano, a empresa se chamava O Corpo do Negócio, que trabalha com eventos no Brasil todo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não há dúvida. Questiono esse tipo de situação que expõe e cria um espaço de abordagem.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Exatamente. Abordagem. Esse é o nome usado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cria um espaço de abordagem para as mulheres expostas em conjunto com o produto. Não há nenhuma dúvida sobre isso. Mas, sobre o agenciamento de meninas, o senhor tem conhecimento de uma menina que participava de seus cursos e que teve uma experiência de suicídio?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Eu soube disso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é este caso?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Na verdade, essa menina, ela... uma coisa... como qualquer outra menina, foi para minha agência e inscreveu-se tranqüilamente. Se não me engano, ela mora aqui, em Manaus. Acabei até conversando com os pais dela. Se não me falha a memória, ela era de Tabatinga.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tabatinga?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Tabatinga é uma cidadezinha daqui, no interior. Realmente é uma coisa estranhíssima, maluca mesmo. Ela fez meu curso. Hoje em dia, ela não trabalha mais para mim. Ela trabalha para outra agência, minha concorrente. Ela sempre teve um problema de se sentir sozinha, essa coisa toda, enfim, comentava...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela tinha que idade?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Agora... Isso foi no ano passado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela se sentia sozinha? Mas o senhor não disse que elas eram acompanhadas pelas mães?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, mas... Ela era maior de idade. Ela morava aqui sozinha, ela fazia... Aqui, o que tenho de idéia dela – como lhe falei, é muita gente... O que eu sei é o que você falou do suicídio. Eu nunca tinha passado por isso. Acho que ela devia ter uns 18 anos porque ela fazia faculdade aqui, se não me falha a memória. Os pais ajudavam ela. Ela morava sozinha aqui e, se não me engano, ela era de Tabatinga.

Estou tentando lembrar o nome dela. Ela tem cabelo loiro.

Ela trabalhou comigo. De repente, um dia, recebemos um telefonema de outra moça que também trabalhou comigo dizendo que ela estava no pronto-socorro porque ela tinha tomado vários remédios. Parece que essa menina a encontrou em casa e ela tinha tomado vários remédios. Eu na hora... Ela ainda trabalhava comigo nesse momento na Agência. Imediatamente, liguei para os pais em Tabatinga. Cheguei a falar com o pai dela. Fiquei horrorizado com aquilo, aquilo me deixou... Nunca imaginei. Quando se fala em suicídio, imaginam-se coisas horríveis. Entrei, imediatamente, em contato com os pais dela. O pai dela disse que não era a primeira vez que acontecia isso, enfim, falou mil coisas. Mas, naquele momento, já me preocupei com ela e acabei não chamando mais ela para nenhum trabalho. Foi quando, um dia, ela, ela mesma, ligou para mim, disse que queria falar comigo, foi lá na Agência, pediu mil desculpas, que gostava de mim, mas que tinha recebido uma proposta melhor e queria trabalhar em outra agência, enfim, saiu da minha agência.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu quero lhe perguntar, antes de voltar a este caso, se o senhor tem conta no exterior.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se o senhor tem negócios com o exterior.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se o senhor recebe algum recurso do exterior.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se o senhor já viajou para a Venezuela.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Até comentando com meu advogado, que nós estávamos conversando justamente sobre isso, em 2003, ano passado, eu fui duas vezes à Venezuela de carro, porque a gente tem uma rodovia que liga até lá, entendeu, mas passeio, e fui também de avião. E já conheço, graças a Deus, com meu trabalho, viajei muito, mas passeio, nada de trabalho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que outros países o senhor já visitou?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Conheço Grécia, conheço Egito, conheço... Na verdade, à Grécia eu fui com um grupo daqui de Manaus, de pessoas de Manaus, era uma excursão, uma agência

local fez um grupo de pessoas da cidade e nós fomos para a Grécia – casais, um monte de gente, e tal. E Egito, eu fui com a minha irmã e na época o noivo dela, que ele faria um curso na Sorbonne, então teve uma empresa chamada Congress, que é uma empresa de São Paulo, de viagens, não sei se você já ouviu falar, ela faz cursos no exterior, e na época o noivo dela iria fazer um curso, uma coisa lá...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Espanha?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, Espanha eu não conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Itália?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Portugal?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Portugal, conheço cidade do Porto, que é onde terminou uma excursão que a gente fez e que a gente pegava um vôo para o Brasil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando é que o senhor esteve pela última vez na Venezuela?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Eu fui de carro e o meu carro é um jipinho importado que eu tenho, ele é de 1990. Então, para que você possa sair do Estado, no caso, você tem que pegar a autorização da alfândega para tirar, né? Então, eu não tenho basicamente a data aqui, mas eu sei que foram duas vezes que eu fui e fui com esse meu jipinho. Então, eu tenho toda aquele procedimento de papelada, isso. Eu tenho documentação, eu tive que levar o jipe, eles fotografaram o jipe, tudinho, a placa, e dão a autorização para que eu possa passar com o carro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Duas vezes no ano de 2003.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Em 2003, fui duas vezes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor na Venezuela se dirigiu a que lugares?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Eu fui para... na verdade, como é de estrada, a gente vai a estrada inteira, né? Eu fui... O meu último destino foi Margarita, mas antes de Margarita eu parei em Cidade Bolívar, parei para dormir acho que em El Tigre, na primeira vez, aí na segunda, por já conhecer, já parei em outros lugares, em Puerto de la Cruz, mas viagem turística, então eu fui parando nas cidades, enfim, fui...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, depois eu posso até retomar algumas questões, mas eu, em boa parte, fiz os questionamentos com o objetivo até de ouvir depois os colegas e retomar depois com o depoente. Então, passo à senhora, para que possa proceder aos próximos questionamentos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Eu agradeço à Deputada Maria do Rosário e, antes de passar para a próxima inscrita, para fazer o seu questionamento, que é a Deputada Suely Campos, eu queria perguntar, Sr. Fernando...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O senhor é de família influente aqui em Manaus?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Olha, acho que faz uns quatro dias atrás, o nosso Secretário de Cultura, junto com o Governador, inaugurou um espaço em volta do Teatro Amazonas. Inclusive tem uma casa lá que tem o nome do meu tio, que seria por parte da minha mãe, da família da minha mãe, Leôncio Salinak, que foi, inclusive, desembargador há muitos anos atrás, já é falecido. Eu não sei como poderia te colocar se é uma família conhecida. Eu consegui fazer o meu nome ao meu trabalho, ao respeito às pessoas, trabalhei para todas as pessoas que você possa imaginar na cidade. Já fiz feiras fora de Manaus, representando o Estado, barraca do Amazonas, em feiras no Rio de Janeiro, da Apae, enfim, inúmeros trabalhos. Sempre isso, entendeu? Então, o meu trabalho foi sempre dentro disso. E como o nome da agência acabou sendo o nome da minha família, por nome que eu achar bonito e tal, eu sempre me preocupei muito com isso, tanto que a primeira coisa quando eu recebi o documento para vir aqui, que é uma coisa desagradável, é, com certeza, eu me preocupei em ligar para alguns membros da família e dizer: "Olha, estou com a consciência limpa, nunca fiz absolutamente nada, milhões de desculpas se tiver algum constrangimento, porque sei como é isso." Tenho tias de idade, pessoas que realmente são daquela época em que isso é o fim do mundo, como para mim está sendo estar aqui, mas tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O senhor, então, participa dos eventos sociais, digamos assim, mais importantes aqui de Manaus.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Graças a Deus tenho participado.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O senhor conhece, tem relacionamento com políticos, empresários, tem um relacionamento social com eles?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Tenho relacionamento, graças a Deus, com todas as pessoas que você possa imaginar assim que eu possa ter contato.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Por exemplo, no meio político.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Um político?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – É.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não tenho amizade assim, mas acho que se eu puder... Ele, o político ali. Quem mais? O Sr. Liberman Moreno também eu falo, entendeu? Quem mais, assim? Deixe eu me lembrar. São tantas as pessoas. Por exemplo, quando eu vim a esta Casa junto com a nossa miss, que a gente foi recebido, se não me engano, alguém fez uma menção honrosa a ela e fui falar com todos porque achei aquilo maravilho. Na verdade, eu nunca tinha entrado aqui, foi a primeira vez quando eu trouxe ela aqui. Para mim aquilo foi uma glória, vir aqui e tal. Então eu conheço assim, mas nunca tive nenhum tipo de ligação com um político me pedindo, por exemplo, para apresentar uma menina ou ajudar uma menina. Tipo: "Fernando, conheço uma menina muito bonita que eu gostaria de colocar para a Agência." Nunca aconteceu isso. Eu até brinco que eu nunca consigo patrocínio para os meus concursos quando eu tenho que mandar candidata. Eu até brinco com isso. Sempre tenho que correr atrás de empresas, porque geralmente mando cartas para Secretaria de Cultura. Por exemplo, a própria miss, nós só conseguimos porque fomos recebidos pelo Governador, por se tratar de um concurso superimportante para o Estado. Mas geralmente não tenho essa amizade a ponto de ligar e pedir.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O senhor está colocando que foi pioneiro dessa questão de ter uma agência de modelos e tal. A concorrência aumentou muito nesses 20 anos?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Aumentou, porque... A Agência eu comecei a... Porque eu aluguei uma sala na época, no edifício Palácio do Comércio, comecei ali em 1997, se não me engano, foi logo depois que eu consegui ter um contato com a agência Elite, de São Paulo, para que eu pudesse ter uma agência que pudesse me indicar para eventos. Porque os eventos começaram a chegar em Manaus e na época traziam pessoas de fora para fazer o evento aqui porque não tinha mão-de-obra mesmo aqui. A gente é realmente afastado. Hoje, graças a Deus, a cidade já tem condições. E houve um número grande de agências. Eu nunca tive, eu sempre fui tão profissional nesse ponto, para você ter uma idéia, que desde o ano passado eu ganhei a concorrência – existe uma concorrência para realizar o evento do Amazonas Shopping, que é o maior da cidade –, e sempre procurei colocar inclusive as agências que estavam aparecendo também no evento. Por quê? Porque eu não queria que ficassem somente as minhas moças, os meus rapazes, as minhas crianças. Acho que a importância das agências é fundamental.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas não há uma concorrência na hora de você estar por exemplo cadastrando esses meninos, esses rapazes? Não há uma concorrência de sempre querer ter aqueles mais bonitos. Não há uma... Como é feito? Por exemplo, como as agências, num processo de concorrência, que você já disse que é forte, cadastram? Não há um trabalho de cadastramento ou fica lá na agência esperando?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Tem. Muita gente procura a gente através da agência. Por exemplo, a minha Agência, estou há 12 anos...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Há um trabalho nas escolas?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, porque é muito complicado ir na escola, entrar no colégio. Nem sempre a escola se interessa em liberar isso. O que pode acontecer, às vezes, é quando nós, profissionais de eventos, somos chamados para organizar festas de escola. Por exemplo, você sabe que todo terceiro ano arrecada fundo para formatura. Então faz o gato e gata do colégio, faz uma quermesse, uma festa junina, alguma coisa. Aí geralmente, por eles não terem condições de fazer...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E quanto à abordagem na rua, por exemplo, de meninas que são bonitas? A agência aborda?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Era isso que eu ia falar justamente para a senhora. Quando a gente faz um evento... Por exemplo, eu acabei de fazer o desfile do shopping. Então, toda a cidade sabia que eu estava organizando. Eu ganhei uma concorrência e tal. Por isso, acho que Deus me ajuda tanto, porque acabei ganhando a concorrência e quis que outras agências participassem. Eu podia muito bem dizer: "Não. Só vai ser a minha." Não. Chamei todas. Enfim, num evento dentro do shopping o que acontece? Aquela pessoa está passando com a filha, vê o desfile: "Olha, você podia estar aí, não sei o quê e tal". Ou procura a gente ou procura o **marketing** ou procura quem estiver com a camisa da produção e diz: "Olha, eu tenho uma filha. Ela é tão bonita. Eu gostaria que ela... Como é que ela faz para estar no desfilo do shopping?" "Ah, só um minutinho." Nós temos cartões nossos. Nossos cartões são dados a qualquer pessoa. Por exemplo, se eu estivesse aqui agora, saísse e visse uma moça bonita e tal, diria: "Com licença. Posso te dar um cartão da minha Agência. Eu trabalho com eventos e tudo. Se você quiser passar por ela. E dou o cartão". Lá no evento do shopping, a mãe me procurou e disse: "Oi.

Tudo bom, Fernando?" "Prazer, Fernando". "Olha, é o seguinte: a minha filha, eu gostaria... como é que eu faço para ela também fazer parte desse desfile e tal?" "Olha, curso de modelo. Então, eu vou lhe dar um cartão da Agência, a senhora passa lá. Quando tiver o próximo curso, a senhora coloca ela, entendeu?" A não ser que a menina seja muito legal, muito bacana, que não tenha timidez, que tenha postura, às vezes, a gente até dá umas aulas para ela e já aproveita para entrar no evento, porque a gente não pode perder a oportunidade, como você falou. Há concorrência. Então, se aparece uma menina muito legal e você está com um evento, por que não lançar logo? Não deixa de ser uma pessoa nova no mercado. Então, entra-se em contato com essas pessoas através disso. Pessoas que vêem. Por exemplo, as próprias modelos que desfilam com a gente chegam e falam: "Fernando, olha, na faculdade tem uma menina superbonita. Me dá um cartão teu que é para eu dar para ela. Eu comentei com ela que eu faço esse trabalho de recepcionista, essas coisas, e ela quer fazer também". Aí ela já passa esse cartão para essa menina da faculdade e assim vai.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Vou passar agora a palavra à Deputada Suely Campos e, depois, voltaremos certamente com mais algumas perguntas.

O SR. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Boa tarde.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Boa tarde.

O SR. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Fernando, eu gostaria de saber de você... Está me ouvindo?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, não estou.

O SR. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Boa tarde.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Boa tarde.

O SR. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Fernando, a sua Agência sempre funcionou na Constantino Nery?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não. Como eu falei ainda há pouco, comecei com uma salinha no edifício Palácio do Comércio. Foi justamente no momento em que eu cheguei para minha mãe – na época, eu ainda tinha o meu pai, agora o meu pai já é falecido – e falei que eu achava que eu deveria ter um escritório. Na verdade, eu trabalhava em casa. Eu comecei a fazer eventos. As pessoas começavam a me chamar, colégios. Eu não tinha um escritório e eu era muito novo também nessa época. Então, resolvi pedir que eles alugassem para mim uma sala no Palácio do Comércio para que eu pudesse ter um escritório. E até ficaram chateados na época porque achavam que isso não era um trabalho, isso era uma coisa que não tinha nada a ver, está entendendo? Essa coisa toda. Aí, comecei, então, no Palácio do Comércio. No Palácio do Comércio, devo ter ficado uns 5 anos, mais ou menos, 6 – não estou bem lembrado. Logo em seguida, passei para a agência lá na Constantino Nery onde estou, mais ou menos, em torno de 12 ou 13 anos. A casa é alugada.

O SR. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Alugada?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – É. Dona Leda é uma senhora que aluga a casa para mim, por sinal, uma senhora superlegal. Conheço a família dela toda.

O SR. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Fernando, eu gostaria de que você sintetizasse o procedimento da Agência. Como é o procedimento? Explique-nos, rapidamente, para entendermos um pouco melhor, porque está meio confuso.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – O funcionamento?

O SR. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Se eu não entendi mal, você também leva para a agência meninos como modelos também?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não entendi.

O SR. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Meninos?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Homens?

O SR. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Homens.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Crianças – masculino e feminino –, homens e mulheres.

O SR. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Qual é a idade mínima e a máxima?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – A máxima, eu tenho uma senhora de 81, acho que de 81, 82, que é o meu grupo da terceira idade.

O SR. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Quantos modelos existem na sua Agência? Esse é um trabalho permanente ou por temporada? Como é?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não. Veja bem. Quando eu comecei com a Agência, eu nunca joguei fora uma ficha de alguém que entrasse lá. Então, se você for lá agora, você tem fichas amarelas, com foto, inclusive eu tenho lá pessoas até que já morreram e que já trabalharam para mim. Eu tenho pessoas que, hoje em dia, exercem cargos importantes, entendeu? Há advogados, pessoas que são advogados que já foi... Então, nunca jogo fora. O que acontece é que mudo o fichário, que é o arquivo morto. Ou seja, toda pessoa que é cadastrada lá vai para esse fichário. Se eu aproveito para algum trabalho, eu a insiro no fichário que eu trabalho mais. Se não a aproveito, eu a registro nesse fichário. Mas se você me disser que

é um fichário criança/homem, criança/mulher, homem adulto, mulher adulta, terceira idade, na qual não tenho nenhum homem, só mulher.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Por exemplo, hoje há quantos modelos trabalhando com você, que estão na ativa?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Na ativa?

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Sim.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Entre crianças também?

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Todo o seu trabalho.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Todos da ativa? Cento e poucos mais ou menos.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Como você paga essas modelos?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Por trabalho. Especificamos valores. Como a maior parte dos eventos sou eu que organizo... Por exemplo, o desfile do shopping. Eu ganhei a concorrência para organizar o evento. Então, eu fui pago para organizar o evento. Esse é um ponto. O segundo ponto: seleção de modelos. Houve uma seleção com todas as agências. Então, os modelos dessas agências vão fazer o desfile. Quando o modelo, o valor que se especifica um determinado valor...

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Quanto você paga para os modelos, por exemplo, na questão do shopping? Quanto pagou para eles, para os modelos?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Vou dar-lhe o exemplo do shopping. Toda agência leva pelo menos em torno... o mínimo é 20%. Dependendo do problema de nota, os atributos de nota, há agência que cobra até 35%. Vou falar para a senhora da minha Agência, do meu pessoal. Neste último desfile do shopping, o shopping repassou o valor de R$220. O que veio de dinheiro... tirado do modelo foi 25%: 20% de comissão da Agência e 5% de ISS. Então, se você pegar os R$220, deduz os 25% e você chega ao valor, que foi dado para o modelo para participar do evento. Existem eventos em que o valor vai para o modelo e não tiramos porcentagem, porque são eventos fechados. Por exemplo, este evento que vou fazer agora dia 03, no Centro de Convenções em Manaus, onde haverá um desfile com lojas do Veiralves. Já comecei a chamar modelos para o desfile. Eu já digo para o modelo o seguinte: "O cachê para um dia de desfile é R$40". Então, ele já sabe que não terá nenhum desconto, que vai receber os R$40. Assim que é o procedimento. Na verdade, nestes desfiles, nem sempre os modelos são nossos. Por exemplo, neste que estou fazendo, existe loja que me diz: "Fernando, das 15 entradas que tenho no desfile, 7 eu quero que sejam filhas de pessoas que compram na loja. Eu não gostaria de usar os seus modelos. Quero pessoas que compram comigo na loja". Então, só mando o que ela vai precisar do meu pessoal, e ela já junta com o seu pessoal.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Você já mandou alguma modelo para outro Estado?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Muitos, muitos.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Para onde, por exemplo?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Bem, este ano eu completei 10 anos de Miss Brasil. Então, para você ter uma idéia, há 10 anos mando candidata para o concurso de Miss Brasil, que acontece no Hotel Nacional, em Brasília.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – O concurso Miss Brasil é um caso específico. Um modelo para uma agência?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, para outras agências, eu nunca consegui mandar. Tenho...

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – E para o exterior?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Para o exterior, também não.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Você conhece Paramaribo?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Para...

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Paramaribo?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Aqui, próximo, na fronteira com...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, não conheço.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Você disse que foi para Margarita, recentemente, em 2003?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Isso, em 2003.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – E com quem você foi para lá?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Com quem eu fui?

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Acompanhado de quem?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não entendi

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Acompanhado de quem?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Na primeira vez que eu fui, com um grande amigo meu que mora no Rio de Janeiro, que é empresário, artista plástico. E, na segunda vez, fui eu, uma tia minha e mais um amigo dela. Nas duas vezes que fui.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Isso foi a turismo?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Turismo...

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Ou foi a trabalho?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Sempre a turismo. E já fui também avião, mas em anos passados, para Margarita também de avião, na época em que a estrada não era tranqüila.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Obrigada.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – De nada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Obrigada, Srª Deputada.

Aproveito também, Fernando, para fazer os meus questionamentos.

Está me ouvindo bem?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Estou ouvindo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Vamos lá. Fernando, tu és daqui de Manaus?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, eu sou de São **LUIZ** do Maranhão.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Há quanto tempo tu estás aqui?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Eu tenho 37 anos e devo ter chegado aqui... Na verdade, o meu pai era gaúcho, a minha mãe amazonense e a minha irmã é carioca. Uma certa mistura. O meu pai trabalhou muitos anos em uma empresa do Rio Grande do Sul. Então, passamos um tempo em Curitiba, depois em Caxias do Sul, a cidade dele, depois, no Rio de Janeiro, quando a minha irmã nasceu e viemos para Manaus. Fiquei muito nesse... Não tenho preciso o tempo,mas posso dizer que, estando com 37 anos, eu esteja aqui em Manaus, no mínimo, a uns 28 anos ou 25. Porque quando comecei esse trabalho foi justamente quando havia chegado aqui em Manaus. Eu morava no Rio de Janeiro e cheguei em Manaus. Quando cheguei em Manaus fui estudar no Cristus, um colégio que tinha aqui. um colégio supertradicional. e comecei a... Sempre fui uma pessoa ligada em querer fazer coisas diferentes, movimentação e comecei a me movimentar dentro do colégio. Fui representante de classe. Na época, fiz grandes eventos no colégio para arrecadar fundos para o colégio, tipo a construção... aqueles eventos que fazem para a construção de quadras no colégio, essas coisas todas. Sempre fui muito cabeça nessa história e comecei a sentir que tinha um certo poder de ir na frente, fazer, acontecer e tudo. Foi quando inaugurou, em 1983, a Confeitaria Alemã, que até hoje existe na Praça da Polícia. Na época, comecei a badalar o local no final de tarde. Foi quando os donos me chamaram e falaram: "Olha, por que não fazemos um evento aqui, um desfile?" E fiz um desfile na frente e tenho bem guardado isso porque tenho uma foto da menina que venceu o concurso com a faixinha de 1983, garota-doçura, na época o título era garota-doçura. Tenho isso como, digamos assim, um prêmio por ter guardado – a gente acaba jogando fora essas coisas. Na época eu era muito novo, nem sabia um dia que ia ter uma agência. Comecei a fazer desfile na rua e guardei isso até hoje. Se vocês quiserem, trouxe inclusive aqui documentos, fotos de pessoas que trabalham comigo e de eventos em que participam. Trouxe inclusive os mais recentes concursos que me convidaram e que ainda vão acontecer no Brasil, que é o Miss Brasil Infantil em Curitiba, Concurso Miss Brasil Ecologia, em São Paulo, e mais um concurso Miss Model, em São Paulo também, em setembro. Recebi pelo correio e trouxe para vocês se quiserem ver como é o procedimento para que mandemos candidatas para lá.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Deixa eu ver se entendi, Fernando. Você começou a sua atividade profissional na cidade de Manaus como produtor, é isso?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Isso, foi a primeira vez que fiz alguma coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Antes de chegar a Manaus, não mexia com isso?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Aqui foi o seu **debut**.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Comecei aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – OK. Aqui em Manaus atualmente tem quantas agências que trabalham com a mesma atividade tua?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Eu acho que são 4 e, comigo, 5. No desfile do shopping agora... A senhora gostaria que eu falasse os nomes ou não precisa?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não, não.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – São cinco, comigo, porque no shopping eu me lembro bem isso.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Qual é a sistemática que tu usas para fazer a propaganda da tua Agência? Tu usas comerciais, jornais, como é que tu usas?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – A minha propaganda, na verdade, são os eventos que organizo. Por exemplo, se você passar agora na entrada do Veiralves, que é um bairro, digamos assim, em que houve um crescimento muito grande de lojas de moda, estou fazendo esse evento de moda dia 03, então, tenho **outdoors** espalhados naquele lugar ali, onde chama as pessoas para o evento, com o nome do evento, tudinho, e, em baixo, "by Salinak Models". Sempre que eu posso, qualquer evento que eu possa fazer, sempre divulgo o nome da agência. Uma feira que faço, há cinco anos, coloco um **stand** meu e divulgo. A minha mídia é sempre, nos eventos onde eu estiver, eu colocar. Por exemplo, se tenho uma recepcionista que está em um congresso e a empresas deixa, porque nem sempre elas deixam, elas colocam o emblemazinho delas, eu tenho as roupas, tenho tailleur, roupas de recepcionistas, geralmente um blazer com uma calça e uma saia... Eu tenho bordadinho nos meus casaquinhos "by Salinak". Quando a empresa não deixa, tenho que colocar um lenço para... Então, a minha mídia também é isso. E são anos e anos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Fernando, deixa eu ver se entendi. Tu colocaste há pouco que tu tens uma espécie de cadastro da tua clientela, desses jovens e adolescentes e das senhoras de idade.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Tenho, desde quando eu abri.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Tu tens, por exemplo, o endereço deles, tu tens o telefone deles?

A SRA. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Tenho. No mínimo...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – É fácil... Por exemplo, se tu quiseres localizar agora, se eu te pedir, que eu quero uma propaganda, tu localizas a menina com o perfil que eu quero? Tu tens o telefone dessa menina?

A SRA. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – É. Deixa eu te falar como funciona. Se você chegar para...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Objetivamente, tá, Fernando.

A SRA. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Hã?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Bem objetiva.

A SRA. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Tá. "Fernando, eu preciso agora de duas meninas." Eu vou te perguntar: "Você quer que eu chame umas dez para você escolher ou você quer que eu escolha duas meninas?".

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Eu posso escolher...

A SRA. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Pode.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E tu podes escolher por mim.

A SRA. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Pode.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – A quantidade que eu quiser.

A SRA. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – A quantidade, não... é... Aí, eu vou te dizer: "Só que é o seguinte: você precisa me dar um tempo porque eu tenho que ligar para essas meninas." Porque eu não expliquei para vocês, não sei se vocês sabem, o que é uma agência de modelos. Uma agência de modelos, as meninas não vão lá. A agência de modelos, elas só vão quando elas têm que receber, quando há uma seleção para um trabalho, isso se a empresa quiser que a seleção seja na agência. Porque a maior parte das vezes as empresas preferem que mande as meninas para a empresa, porque a empresa já escolhe, dali ela libera quem ela não quer, e aí aquele pessoal que é escolhido já fica para tomar algumas instruções do trabalho que ela vai fazer. Entendeu? Então, não fica ninguém na agência. Tem eu e minha secretária. Então, se você liga: "Fernando, eu preciso de dez meninas para um evento". Você vai ter que me dar um tempo. Porque aí eu vou fazer o seguinte: eu vou ter que ligar para um grupo de meninas e vou ver quem é que está disponível. Então, o que é que você vai me passar? Você vai me passar um fax, dizendo o seguinte: "Fernando, eu preciso de dez meninas no horário tal, no lugar tal, o cachê que eu tenho disponível é tal". A maior parte das vezes as empresas já especificam cachês, porque já vêm de São Paulo, já do Rio, já têm noções de valores, já dão esse cachê. Entendeu? E já passam isso para a gente. Então, dependendo do que tu quiseres, eu vou escolher. Se você quiser escolher: "Fernando, não, eu quero 10, mas eu quero 20 para escolher 10". "Fernando, eu quero que você escolha as 10. O que eu gostaria é que as meninas fossem altas, magras, bonitas e tal".

Hoje, o Ministério do Trabalho proíbe, eu nem sabia disso, eu fui fazer... Eu tive um evento grande da Natura aqui em Manaus. Era um evento que estava percorrendo o Brasil todo. E eu não sabia que eu não podia colocar comercial nos classificados para sele-

cionar – entendeu? – universitárias para fazer esse trabalho com a Natura, porque não pode colocar "boa aparência". Parece que existe uma proibição agora de usar esses nomes, entendeu? Então, o que acontece? Eu acabei tendo que... Com o que eu tinha disponível, porque era um dia de trabalho lá no estúdio 5. Eu tive que arrumar tudo que eu tinha de pessoas somente da Agência, e eles escolherem o perfil. Acabaram escolhendo, inclusive, dois rapazes, se não me engano.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Certo. Me diz uma coisa: tua Agência tem adolescentes de outros Estados?

A SRA. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Adolescentes? Não. A Agência é assim. Eu tenho muitos filhos de militares que chegam na cidade, militares transferidos que vêm para cá, que já desfilavam em algumas cidades, e que procuram a Agência: "Olha, eu já desfilei em São Paulo, no interior de São Paulo". De onde a cidade é. Ai, fica cadastrado.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Por exemplo, tem alguém do Estado do Pará? Tem do Pará?

A SRA. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Do Pará? (Pausa.)

Pará? (Pausa.)

Olha, se você me perguntar se tem do Pará... De todos esses anos que eu tenho cadastrados, com certeza eu tenho alguém do Pará, porque não é possível que eu não tenha alguém de tão pertinho. Porque são... Essas perguntas são coisas que eu não me ligo muito. O que eu me ligo, principalmente na menina, nos horários...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – É o tipo físico dela.

A SRA. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – É. E dos horários que ela tem livre para prestar o serviço para mim. Porque, dependendo do horário... Por exemplo, eu tenho meninas que só podem trabalhar pela parte da manhã. Então, eu nunca vou chamar elas se o trabalho for de manhã. Entendeu? Aí eu não tenho, assim, de Estados. Mas tem muita gente de fora. Eu tenho gente do Rio Grande do Sul, eu tenho gente de São Paulo, tenho muitos filhos de militares que estão atualmente servindo aqui, estão trabalhando aqui, entendeu? E o que mais? Basicamente é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Me diz uma coisa: que tipo são essas tuas fotos? Tem fotos, assim, de apelo sexual?

A SRA. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Nenhum.

A SRA. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Nenhum, porque essas fotos... Por exemplo, se você for agora falar assim: "Fernando, eu quero ir lá na agência e quero escolher umas meninas. Eu pego... Por eu não usar **book**, eu tenho ficha. Eu pego o fichário e digo para você: "Escolhe." Então, você vai abrir o fichário. Então, você vai ver foto de menina, por exemplo, no sofá, de menina com vestido de 15 anos. De menina. Aí, você vai me perguntar: "Mas, Fernando, isso é uma coisa tão feia. Porque... Mas não era legal você fazer...?". Por causa de custos, de gastos. Geralmente, eu não quero que a modelo tenha gasto. E como a maior parte há uma seleção, o que é que eu gosto de colocar bem? Eu digo: "Veja primeiro quem você gosta. A gente chama, e você vê pessoalmente." Porque foto engana muito. A menina pode ter um rosto não legal, e você queira fazer um comercial, por exemplo, de rosto, mas só que na foto maquiada parece que o rosto está maravilhoso. Quando chega não é aquilo. Então, eu deixo que a foto seja aquela foto que ela me traz, ou que eu mesma faço. Muitas vezes é foto só de rosto. Você vai me perguntar: "Tem de biquíni, moda praia". Tem. Tem menina na praia, menina com a mãe, menina de todo jeito. Só não tem de lingerie e nua, porque não existe isso.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas de biquíni e de maiô tem?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Tem, com certeza, até em desfiles mesmo, que já fizeram, desfilando moda praia, elas pegam a foto e levam.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Já tiveste algum pedido de modelo com traços indígenas, que as meninas tivessem?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Traços de?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Traços indígenas.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Muitos, muitos para eventos locais. Por exemplo, há um dois anos atrás eu fiz um desfile para a H. Stern, e a H. Stern lançou uma coleção Porangá, é uma coleção superbonita, que lembra um pouco, tem algumas coisas da Amazônia. Então são folhas, são coisas da Amazônia. E logicamente esse desfile teriam que ser meninas com traços amazônicos, que nada melhor do isso. Eu não tenho muitas meninas, mas tenho algumas meninas bem legais, que sempre que me pedem alguma coisa nesse sentido para esse trabalho a gente coloca.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Ok, Fernando, então, via de regra, tuas modelos são meni-

nas bonitas, são meninas apresentáveis. Correto? Tu priorizas por isso, não é?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Hum, olha, vou te ser bem sincero. A beleza é uma coisa que... Você vai chegar lá e vai ver que tem menina que não é tão bonita.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Cada um tem a sua beleza, mas, via de regra, são meninas apresentáveis.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – São meninas educadas, apresentáveis.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E tu és uma pessoa conhecida, pelo que você disse há pouco, chegou aqui em Manaus adolescente ainda e logo se enfronhou nessa área de produção. Você já foi procurado por clientes ou pessoas conhecidas para pedir o contato das meninas? Sem ser profissional.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – "Fernando, eu achei aquela menina do comercial muito bonita, tem como eu falar com ela?"

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Deixa eu te falar uma coisa, hoje em dia, quando eu comecei a sair em Manaus 10 horas era horário para a gente chegar em casa, hoje em dia 10 horas é horário de sair de casa. As meninas que trabalham comigo, como todas as agências, são meninas que freqüentam a noite, são meninas que estão nas discotecas, que estão no shopping, então não há nenhum tipo... qual foi o respeito... fiz tudo para que as pessoas entendessem que o meu negócio é desfile, é comercial, essas coisas. Se alguém chega para mim para pedir alguma coisa..

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Só quero saber se você já sofreu esse tipo de abordagem. Você já foi abordado para providenciar menina?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não de pedir telefone, mas de...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Pois é, então, diz, Fernando, de forma objetiva, qual foi o tipo de abordagem que tu sofreste?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Dentro do shopping alguém chegar para mim e falar assim: "Nossa, que menina maravilhosa, eu gostaria de fazer algumas fotos dela para um trabalho. Você pode me apresentar?" "Eu posso até apresentar você, só que se você for fazer esse trabalho, você tem que mandar um fax para a minha agência." Aí pego a menina e: "Olha, esse rapaz aqui, esse senhor aqui..." Olhou ali na frente de todo mundo. Nunca houve nenhum tipo de contato, tipo me leva alguma coisa, faz isso.

A maior parte das empresas, e queria deixar bem claro isso, não é o dono da empresa que liga para a gente, geralmente são pessoas do **marketing**, que ligam para a gente para fazer esse trabalho. E nem sempre, por exemplo, no trabalho que vai, tem alguém lá que não seja o pessoal do **marketing**, o cabeleireiro... A maior das vezes eu dou uma passada, para ver como é que está tudo, está tudo legalzinho. Elas sempre têm o meu telefone, todas. Me ligam de lá. Entendeu? Enfim, esse lance todo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Diga-me uma coisa, tu acreditas que a exploração sexual é visível na cidade de Manaus?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Ela é o quê?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Visível, detectável, na tua opinião.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Bem, eu estava aqui quando o Deputado Mário Frota falou. Estou altamente a favor dele. Só sinto estar aqui, falando isso, e me sentir um pouco, digamos assim, será culpado por isso? Eu que fiz tudo para não ser e estar aqui, falando para você agora isso, para a senhora, no caso? Então acredito que tenha, como em todo lugar. Vou muito para Fortaleza e a gente vê isso nos nossos olhos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Pois é, mas pergunto aqui, a realidade de Manaus.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Tu és uma pessoa conhecida, uma pessoa influente, uma pessoa que trabalha com a adolescência. Volto a te perguntar, é visível a exploração sexual na cidade de Manaus?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Acredito que sim. Nas boates, quando você vai nas discotecas, você vê isso tranqüilamente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Alguma vez você já foi abordado, ao longo do seu trabalho, por agenciadores tentando contato com as meninas?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Há um tempo atrás, não sei a data, porque foi uma coisa que até me preocupou um pouco na época, ligou uma vez uma mãe de uma menina para mim, dizendo que um cara estaria dizendo que trabalhava comigo... porque o que que se... o preço da fama é aquele, eu era a única agência, a mais famosa, então o que acontece? Alguém usa o meu nome para fazer alguma coisa, até que eu vá saber disso é preciso acontecer alguma coisa errada, para que eu possa saber. Exatamente recebi essa ligação, uma senhora dizendo que tinha

um cara muito estranho, que estava lá no bairro e tal, e que disse que trabalhava para mim, e não-sei-o-quê, não-sei-o-quê... Na hora, falei para ela. Uma coisa que é muito importante ser colocada. Todo e qualquer trabalho que é feito na agência só duas pessoas, somente duas, ligam para a pessoa para fazer o trabalho: Fernando Salinak e Maiquel Rodrigues, que é minha Secretária. Somente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Além desse procedimento você não fez nenhuma ocorrência policial para procurar se resguardar em função da gravidade da denúncia?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Porque foi uma ligação para o meu celular... porque eu guardo coisas assim que acontecem, que são importantes colocar para a senhora agora. Foi isso. Falei na hora para a senhora: "É mentira, não tem nada a ver." E ela disse: "Não, ele ficou de passar de volta." E eu falei: "Então, se ele passar de novo, a senhora chama a polícia, porque não tenho nenhuma pessoa – entendeu? –, não tenho absolutamente nada." E ainda perguntei: "Como a senhora tem o meu telefone?" "Ah, porque ele deixou o cartão." Como eu falei...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O teu cartão ele deixou com ela.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Exatamente. Como eu falei para a senhora, se a senhora for à Agência agora pedindo uma informação sobre o curso de modelo, minha secretária vai dizer: "Olha vai começar dia tal, o preço é tal e a hora é tal." "Você tem o telefone daqui?" "Só um minutinho." Ela pega um cartão e dá. É padrão o cartão: tem o meu nome o telefone, o endereço da Agência, acho que o e-mail da Agência e o celular. E dá esse cartão, entendeu? O cartão é dado para qualquer pessoa. Se for qualquer pessoa à Agência, se for um policial, digamos assim, à paisana, que queira descobrir alguma coisa, de um telefone, alguma coisa... O cartão é dado para todos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Fernando, me diz uma coisa: tu tens conhecimento se uma dessas adolescentes que estão cadastradas na tua Agência trabalha ou trabalhou para programas sexuais?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Nunca fiquei sabendo disso. A princípio, nunca houve nenhum comentário, nenhuma delas me falou absolutamente nada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O senhor já ouviu algum comentário sobre o fato de sua Agência propiciar programas sexuais?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Já e fiquei com raiva disso. E é isso que tenho a maior raiva, porque passei a vida toda tentando tirar da cabeça das pessoas que Manaus precisava ter uma agência de modelos para fazer esses trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Tu atribuis a que esse tipo de comentário?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Ó, quando eu... Ainda há pouco, conversando com o meu advogado, expliquei para ele: "Eu estou aqui, recebi esse papel aqui para vir aqui prestar esclarecimentos e fico imaginando por quê." Se, neste momento, como eu disse que ia falar totalmente a verdade... Eu não teria ninguém que pudesse falar alguma coisa a esse respeito porque foi um trabalho que nunca fiz, entendeu? Nunca.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Só para eu entender: não teria ninguém que pudesse questionar essa tua postura ilibada? Não teria ninguém.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Nunca.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não teria ninguém?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – De eu chegar e falar – entendeu? – tipo: "Vem cá, você, você vai fazer isso." Nunca! Porque o trabalho... Vamos coloca aí que uma menina possa chegar e dizer: "Não, o Fernando uma vez me apresentou para uma pessoa." Eu apresento pessoas para pessoas o tempo inteiro. Depende da colocação dessa menina, depende do jeito que ela vai falar. Como foi esse momento, o porquê que ela está dizendo... Ela está dizendo que eu apresentei. Por exemplo, muitas vezes, a gente leva, como eu falei para você, nem sempre eu vou junto, nem sempre eu sei quem recebe as meninas para fazer a seleção. O que sei é que é uma empresa que me pede. Entendeu? A empresa me pede; a empresa solicita: "Fernando, preciso que você mande dez pessoas aqui para fazer uma seleção." Quem vai selecionar a menina não sou eu. Às vezes, as empresas pedem, ligam para mim falando: "Fernando, tem algum problema... nós selecionamos quatro meninas, tem algum problema se pegarmos os telefones dessas meninas?" "Não, não tem. Mas não era melhor ter o da Agência, porque eu acho meio complicado pegar..."

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas eu te perguntei há pouco, Fernando, se já tinha esse tipo de abordagem, se o teu cliente pedia o telefone da moça, da adolescente, e você disse que não.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, mas eu estou colocando... Você falou, você me pediu... É, talvez eu não tenha entendido o 'cliente'. Às vezes elas pedem o telefone até para entrar em contato dependendo do trabalho, do horário.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Pois é, então, é isso que eu quero que fique bem claro, Fernando. Então é comum esse tipo de pedido...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não muito...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – ...de cliente para contato direto.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – ...mas acontece. Pode acontecer da empresa ligar para a gente... porque, como não há nenhum tipo de nebulosidade, digamos, na hora que a menina vai para a empresa, que é escolhida, que vai prestar um serviço, ela dá o telefone dela, porque muitas vezes as meninas ficam, por exemplo, no aeroporto com o celular... então as pessoas ficam ligando: "O vôo chegou e tudo." Então, não há nenhum tipo de maldade, digamos assim, quando você vai para esse lado. Então, é normal que possa acontecer isso.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Deixa eu ver se entendi, Fernando. Então, você tem consciência de que você passa o telefone das meninas para os clientes ainda que não seja para trabalho?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Somente para trabalho. Estou falando de trabalho. Você, da empresa, chegou para mim e falou assim: "Fernando, cadastrei três meninas aqui. Gostei dessas meninas. Vou precisar para fazer um trabalho para mim. Posso pegar o telefone dessas meninas, porque vou precisar ligar amanhã. Elas vão precisar para cá..." Eu tento mostrar para você que é melhor ligar para mim. Mas, se você disser que não tem nenhum problema: "Meninas, se vocês quiserem dar o celular de vocês, não tem problema. Eles podem entrar em contato com vocês. Estamos com o trabalho fechado". Para trabalho. É diferente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Então, eu já não consegui mais entender, Fernando. Então, há uma relação direta das meninas com o cliente e você sai de cena?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Vamos repetir tudo, de novo. Você tem uma empresa e eu mandei meninas para você. Você é do **marketing** da empresa...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Você seria sempre o intermediário. Correto?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Pois é. Você sabia, por exemplo, que têm certas empresas que, quando contratam mesmo uma menina de uma agência, elas fazem um cadastro na empresa? Por quê? Porque elas precisam saber também quem é essa menina, independente de dizermos que a menina é maravilhosa. Eu posso dizer para você: "Essa menina que eu lhe mandei é muito legal". Você pode dizer: "Sim, mas eu quero fazer um cadastro dela aqui. Ela vai prestar um serviço para mim, via você, mas eu preciso saber". Então, muitas vezes, em empresas grandes, preenchem-se cadastros. Por quê? Se essa menina for trabalhar dentro da empresa, como costumamos fazer no distrito – durante o dia de trabalho, ela vai estar no **stand** –, para entrar na empresa, ela tem de se cadastrar, ela tem de ter uma credencial. Então, não existe uma possibilidade de só o telefone ser dado, porque, de repente, aquele telefone vai ser dado. Não. Esse telefone pode ser dado tranqüilamente, sem problema nenhum, porque podem pedir, como vão pedir identidade, como vão pedir CPF, como precisam saber se essa menina é maior. Às vezes, pedem inclusive cópia da identidade, porque têm empresas...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas isso, então, você não passa para ela? É ela que tem de passar direto para a empresa e não você?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Dependendo da empresa. Por exemplo, tem empresa que me fala assim...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Então, você tem várias maneiras de atuar? É isso, Fernando? Você não tem um padrão de atuação?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, não são várias maneiras de atuar. Por exemplo, fiz o desfile do shopping, que não me pediu nada de ninguém. Vou fazer um evento agora e já me falaram que vão pedir uma fichinha, tudo direitinho, com tal... Depende da empresa. Eu sou apenas aquela pessoa que está para botar aquelas meninas ali e fazer o trabalho. O procedimento de cada empresa é diferente. Por exemplo, empresas de fora de Manaus pedem que mandemos uma foto 3x4, endereço, telefone, tudo da menina que vai prestar o serviço. Por quê? Porque a empresa é em São Paulo. Ela não sabe quem é essa menina e se eu colocar uma menina que é fichada, por exemplo, ou alguma coisa assim, sei lá? Então, existem empresas que têm essa preocupação. Existem empresas que não pedem nada disso. Pedem o nome da menina – fazem um crachá com o nome da menina – e identidade, porque elas têm de ser maior; botou o crachá, nome, pronto; entregam o crachá da menina e está feito.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Então, você não se resguarda nesse aspecto? Você age conforme a solicitação do cliente?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Conforme...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Você não tem um procedimento padrão?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Eu tenho um procedimento que vai com a empresa que

me pede o serviço, entendeu? Então se a empresa chegar para mim e falar... Por exemplo, têm empresas que me pedem assim, por causa do Ministério do Trabalho: "Fernando, vou precisar fazer um contrato com ela, mesmo sendo por você, porque quem vai prestar o serviço é ela". Que nem empresas de recursos humanos. Então, vai meio que assim também. Às vezes, até o contrato é feito, dependendo da empresa.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Esse comentário, com relação à exploração sexual, foi feito somente a partir da sua empresa ou as outras empresas também sofrem esse tipo de comentário?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Acredito que sofre todo mundo. Todas as pessoas que trabalham com modelos devem sofrer isso também. Não sei por eles, porque eles não... Tenho outros amigos que têm agências e, às vezes, conversamos. É complicado, entendeu? As pessoas falam mal, entendeu? Acham que é... Mudou muito. Para você ter uma idéia, hoje, isso mudou bastante. Hoje, já chega uma mãe, com um pai, lá na Agência e diz: "Vim trazer minha filha aqui para fazer a inscrição, para participar do curso". Acompanham no curso. Então, isso é um ganho, porque, até então, não existia isso.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas os pais não acompanham, por exemplo, quando vai ser feita a seleção na empresa. Os pais acompanham?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Só se ela for menor de idade, mas as empresas não trabalham com menor de idade. Elas só trabalham com maior de idade. Por isso, tenho na agência criança, adolescente, adulto e terceira idade, porque...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Sua clientela preferencial são adolescentes?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, mais os adultos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mais adultos?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – É, porque o meu forte na Agência também é congressos, eventos grandes...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Adulto mulher?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Adulto mulher. Exatamente. Homem é bem pouco. Não sei por que, mas preferem sempre que uma mulher dê "boa noite" que um homem.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Para encerrar minha parte, Fernando, observei que, ao longo do seu depoimento, você falou "minhas meninas, meus rapazes", alguma coisa nesse gênero. Qual seu relacionamento com esses adolescentes? É meramente profissional ou há uma relação de amizade?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não. É dividido. Existem pessoas... Por isso até que às vezes há uma ciumeira dentro da agência. Se você trabalha com um grupo de pessoas e você tem um carinho especial por uma pessoa que trabalha direitinho, mais organizado. você vê que é uma pessoa bem ligada a esse trabalho, a postura, tudo, você acaba sempre achando que essa pessoa é aquele perfil que você quer, e você acaba até dando como exemplos para os outros, que não estão dentro desse perfil. Então eu tenho... o meu trabalho, a minha amizade com eles, digamos assim, profissional, na hora do trabalho. Por exemplo, se fizerem errado eu chamo a atenção, eu brigo, eu grito. É como no curso de modelo. Se você me vê no curso de modelo vai dizer: "Nossa, é outra pessoa". Agora, em termos de envolvimento, em termos disso ou daquilo, nenhum, até porque a minha vida é, segunda a sexta, de 09 da manhã às 06 da tarde... A minha Agência fecha às 05 horas da tarde e não funciona sábado ou domingo. Então, o meu trabalho não é com eles, porque eles não precisam ir para lá. Quando eu preciso deles, eu entro em contato com eles e...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Pois é, Fernando. Só para concluir aqui os meus questionamentos. Você tem alguma relação de amizade com alguma dessas adolescentes? É só isso. Sim ou não?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – O que você chama de amizade? Para mim, amizade é aquela pessoa que liga "você está bem, está tudo...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Que você convida para que participe de um evento que você está organizando...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Ah! Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Que você convide para que ela vá a um cinema; que você convide para que ela vá a um jantar...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não. Cinema e jantar, não, porque...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas convidar para um evento que você está organizando, é comum isso?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Para um evento que eu estou organizando, se ela for trabalhar, sim, porque como eu organizo evento para outras pessoas, eu não tenho direito de convidar quem eu quero para o evento. Então, se ela estiver trabalhando no evento, eu tenho condições de convidar. Quando eu consigo, por exemplo, convite. Por exemplo, vai ter uma festa e eu tenho muitos convites para essa festa. A gente liga para as pessoas: "Vocês querem ir para uma festa? Vai ter uma festa, eu tenho convite, vocês

querem ir?" Por quê? Porque foi dada essa liberdade para que a gente pudesse convidar.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Às vezes, quando há esse convite você convida preferencialmente aquela com quem você tem mais proximidade?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não. Eu só convido aquelas que vão trabalhar, porque se me disserem: "Fernando, você pode levar uma acompanhante", aí eu vou convidar alguém que me interesse para eu levar comigo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Fernando, tens clientes estrangeiros?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não. Nunca trabalhei com clientes estrangeiros.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Muito obrigada.

O SR. FERNANDO – De nada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Dando prosseguimento à nossa audiência, passo a palavra para o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Fernando, você disse que chegou aqui em Manaus em 83.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não. Em 83, eu realizei um evento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Um evento...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Um evento em 83, eu cheguei antes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você chegou antes?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Cheguei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você chegou quando aqui?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Pois é, ela me fez aquela pergunta ainda há pouco. Eu não tenho uma idéia de quando cheguei realmente. Eu sei que eu comecei a minha vida, digamos, de eventos, em 83, porque eu tenho uma foto que comprova isso. Eu sou de 1965.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em 83, então, você, a partir daquele evento, você já tem 21 anos em Manaus.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Tenho 21 anos em Manaus. Vamos confirmar 21 anos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, 21 anos... Você tem 37 anos hoje. Não é isso?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não entendi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você tem 37 anos?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Tenho 37 anos. Vou fazer 38 agora dia 12 de junho.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando você chegou aqui ainda era jovem, dezesseis anos.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Exatamente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você falou que, antes, passou por São Luís do Maranhão.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Isso. Sou de São Luís. Nasci em São Luís.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nasceu em São Luís?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Nasci em São Luís.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E ficou...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Lá fiquei até os três anos de idade. Meu pai trabalhava em uma empresa. Voltamos para Caxias do Sul. Ele morava lá, no caso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em São Luís você apenas estudava?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, não, nem cheguei a estudar. Saí com três anos de idade. Era pequenininho.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Depois, quando você chegou aqui com 16 anos, começou a fazer alguns eventos naquela empresa chamada Alemã.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Na verdade, a Confeitaria Alemã é um lugar que existe até hoje. Fica em uma grande praça aqui da cidade. Na época, quando foi inaugurada, era o **point** do pessoal jovem. Na época, por eu já ter, digamos assim, amizade com as pessoas, já gostar de movimentar tudo, fui chamado para organizar um evento lá. Foi em 1983 que realizei esse evento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Esse evento era a Miss Doçura?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Era a Garota Doçura.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando é que você pensou em montar a empresa? Qual foi o ano em que você montou e registrou a empresa da qual você, hoje, é proprietário?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Na época, eu trabalhava em casa. Eu estudava pela manhã e o que eu fazia? Movimentava o colégio para, à tarde, irmos para o **point**, que funcionava à tarde. À tarde iam todos para lá. Eu trabalhava nesse sentido de convidar as pessoas. Se tinha uma festa todo mundo ia para a festa. Na época, 22 horas era o horário de chegar em casa e não de sair.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quero saber quando é que você registrou a empresa?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Ah! Registrei a empresa? Faz mais ou menos, em torno

de uns quatro anos, mais ou menos, que abri firma mesmo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você abriu a firma com registro, CNPJ?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Com registro, CNPJ.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual é o CNPJ da empresa?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Só um minutinho, vou pegar aqui. (Pausa.)

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Salinak é nome de fantasia ou o nome da empresa?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Na verdade, o nome da empresa é José Fernando da Cruz Filho, meu nome. O nome de fantasia é o nome da agência, By Salinak.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você pode, depois, passar o número do CNPJ.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Estou procurando aqui algumas coisas importantes. Esse contrato, por exemplo, é de quando trouxe uma atriz para fazer um trabalho aqui. Então, na época, ainda... isso foi, quando? Na época que eu não tinha empresa, entrava com o meu nome. Eu abri a empresa há pouco tempo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No caso, há três ou quatro anos você tem a empresa registrada.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O contrato é feito, agora, com a empresa, no caso... Anteriormente, você tinha um escritório e fazia o trabalho sem ter qualquer vínculo com as empresas? Por exemplo, se você fosse preparar um desfile ou um evento, como é que você fazia o contrato? Era com pessoa física ou jurídica, como era?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Quanto entrei nesse ramo e comecei a trabalhar, no começo... porque isso faz muito tempo e são coisas que não tenho como precisar bem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, certo! Claro!

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Mas me lembro alguma coisa que, na época... porque, inclusive, eu também já cheguei a desfilar uma época, quando comecei. Eu desfilava também em desfile. E a gente ganhava roupa da loja, porque nós éramos todos muito novos, entendeu? A gente não tinha noção de nada. Com o passar do tempo, as pessoas da cidade foram começando a ver que isso era um trabalho, e a gente começou a forçar, digamos assim, as pessoas que tinham lojas que a gente tinha que ganhar alguma coisa, que, ao mesmo tempo, a gente ia tomar cuidado com a roupa, que a gente ia chegar no horário. E começou a haver um profissionalismo, de início, para que as pessoas também tivessem esse cuidado de contratar a gente para fazer o evento. Foi aí que começou, digamos assim, as pessoas pensarem: "Bem, chamo...." E ainda há pouco até falei sobre isso, que, hoje, têm lojas que ainda dizem assim: "Ó Fernando, só quero cinco modelos. Porque 8 vou chamar filhas de pessoas que compram na loja!" Mas são pessoas que geralmente compram a roupa para desfilar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Está entendendo? Por quê? Porque são pessoas que geralmente têm um nível bem... e compram

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Claro. Eu pergunto isso, Fernando, porque, no caso, quando você tem uma empresa registrada, é claro que você tem encargos sociais, você paga impostos, você tem funcionários para trabalhar.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Isso, Isso!

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E, antes, era você que fazia mais de forma... era você que fazia o contato, convidando algumas pessoas para ajudar você?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – É, tinha um grupo de pessoas...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não havia contrato algum?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não tinha nenhum, nenhum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É isso que quero saber. Quantos funcionários você tem, hoje, na sua empresa?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Só um.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só um?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Porque a Agência funciona assim, além de eu fazer desfile, eu organizo eventos. Então, se as pessoas chegarem para mim e falar assim: "Fernando, eu vou trazer um palestrante para dar uma palestra aqui em Manaus, e eu preciso que você organize para mim!" O que que eu vou fazer? Eu vou procurar um lugar. Eu vou procurar uma equipe de som, de iluminação, de telão. Eu vou selecionar a recepcionista. Eu vou fazer tipo um **check list** de tudo o que o senhor precisa para o seu evento. E eu vou organizar tudo. Aí eu contrato. O senhor está-me contratando para organizar para o senhor. Aí, eu vou contratar as empresas que vão prestar esse serviço para mim, que seria para o senhor, porque...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Então você terceiriza o contrato.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Terceirizo, exatamente, a parte de som, iluminação, essas coisas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está ótimo! Em alguns eventos há necessidade... Por exemplo, quando você trabalha com uma empresa que necessita de um evento e diz: "Quero que você consiga para mim adolescentes ou mulheres adultas que tenham características indígenas." Você, nesse caso, se não houver na sua empresa, você tem algum olheiro que diz: "Olha, lá tem em tal local!"? Usa desse pedido?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Porque algumas empresas fazem isso aí.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Com certeza!

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A sua empresa não faz assim, de ter olheiro?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Primeiro, que começa assim: a empresa que me contrata, até hoje, não lembro de ter tido uma que contratasse menor de idade. Então, a partir do momento que é menor de idade ou adolescente, já tá fora.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo!

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Se essa empresa me procura e fala o seguinte: "Fernando, só quero 12 meninas que tenham traços indígenas!", um exemplo. Eu vou chegar e vou dizer: tudo bem, só que não tenho essas 12 meninas. Então eu vou fazer o seguinte: eu vou entrar em contato com outras agências, vou reunir o que eu tenho com o das outras agências, e quem eu conhecer, o que tiver, vou reunir esse grupo e você seleciona, porque eu não tenho essas 12 que você está-me pedindo. Entendeu?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo! Fernando, no caso, você disse que, aos 23, você fazia desfiles, assim, também atividades, eventos em colégios, não foi?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, colégios, eu fazia, quando eu comecei. E, há um tempo, aconteceu muito na cidade eventos onde os colégios organizavam desfiles para arrecadar fundos para a formatura.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aí você organizava...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – É. Às vezes, eu era chamado, eles pagavam o meu trabalho e eu organizava. O que que era a minha parte? Apresentar o concurso, organizar o desfile deles. Geralmente pessoas do próprio colégio. Não tinha gente minha. Era do próprio colégio.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É claro que toda empresa, quando vai fazer um desfile, precisa de uma série de atividades que você terceiriza. Mas há algo que é próprio, marca, da empresa, como, por exemplo, o chamado banho de cabelo, de pele. Isso é vocês que fazem ou fica por conta da pessoa?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, aí depende! Por exemplo, se o senhor chegar para mim e falar assim: "Fernando, eu gostaria de fazer um desfile da minha loja e quero que as modelos já estejam cabelo, maquiagem e tudo." Então eu vou contratar uma equipe de cabeleireiros e maquiadores para fazer isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo!

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Porque a modelo, quando... se o senhor for fazer uma seleção, por exemplo, ela vai do jeito que ela tá. Eu peço, inclusive, geralmente, que elas estejam com a cara para que o senhor possa ter uma noção exata de quem o senhor está escolhendo. Então, eu peço que elas não passem todas arrumadas, maquiadas e tudo, porque eu quero que a pessoa que esteja escolhendo tenha uma conotação exata de como elas são. Agora há uma transformação. Toda a mulher maquiada é diferente da mulher sem maquiagem. Entendeu? O cabelo, enfim. Então, eu deixo isso bem livre. Agora se o senhor chegar para mim e falar, mas Fernando eu quero que elas estejam maquiadas e tal. Aí eu vou contratar, como falei, terceirizo. Contrato os maquiadores, eles vão fazer cabelos, maquiagens para elas enfim...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por exemplo, ele diz assim, eu quero um desfile onde só tenham loiras. E você não tem loiras bastante. Aí você vai transformar...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, aí não, porque eu não posso... Tem menina que não aceita de jeito nenhum pelo menos cortar o cabelo. Às vezes, até mãe... Por exemplo, a gente tem um probleminha: tem mães que não gostam nem que tirem as sobrancelhas. É uma visão ainda antiga de que sobrancelhas não se deve tirar, enfim, então, a gente deixa isso. Não quer tirar, não tira. Não quer pintar o cabelo, não pinta. Não quer cortar, não corta. Vamos atrás de meninas que deixam fazer.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Fernando, você disse que já fizeram uma denúncia de que você estava tirando fotos, não é?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Exatamente. Há uns dois anos... um dia chegou um documento para mim, para mim ir na Av. 7 de Setembro, que era a Sede da Polícia Civil ou alguma coisa assim. E eu fui lá. Faz mais tempo isso. Acho que faz três anos mais ou menos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi denuncia anônima ou foi denúncia...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Parece que foi uma denúncia anônima pelo telefone, tanto que eu nunca respondi nenhum processo, não tenho absolutamente nada, entendeu? Nunca... O único documento que eu recebi em toda a minha vida foi esse. Eu fui até lá, a Delegada... Por coincidência, um dos delegados que estavam lá, que hoje já é aposentado, a esposa dele tem um bufê na cidade, até fez um comentário: "Não, o Fernandinho eu conheço, ele já fez eventos lá no bufê, e tudo." E aí eu peguei... ela me fez perguntas para mim e eu falei: "Não, de jeito nenhum." Na verdade, parece que eu tenho um estúdio fotográfico e se o senhor for na minha Agência, o senhor vai ver que eu não tenho estúdio fotográfico. Eu tenho uma máquina de fotos. Eu não tenho aquele fundo infinito, eu não tenho nada disto. Eu tenho um escritório montado. Porque como eu disse, eu não sou profissional de fotos. O meu negócio realmente é cadastrar pessoas e colocar à disposição do mercado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pronto, você disse que já ouviu e teve muita raiva de comentário ou de acusações de que você agenciava menores para exploração sexual e você disse que...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – A colocação não foi bem essa. Foi assim, foi mais tipo assim. Uma vez eu ouvi, tinha um grupo conversando: "Não, porque esse negócio de agência isso é só fachada, não-sei-o-quê." Eu disse assim: "Epa, espera aí. Não fale uma coisa que você não sabe." Entendeu?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Daí o seguinte... Quando a gente convoca alguém não significa que a gente já... a função nossa não é de julgar, é apenas de trazer que a verdade possa parecer.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Lógico, com certeza.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Agora, nos recebemos denuncias e quando nós chegamos em alguns locais e perguntamos sobre agências de modelos. Aí eles dizem: "Olha, tem gente que está agenciando." E têm alguns que cita a sua agência. Então, neste sentido é para que você possa se contrapor. É importante que a gente diga para que você diga, confirmando ou negando. Por exemplo, há uma acusação de que a sua agência de modelos, próximo ao terminal de ônibus, é apontada como aliciadora de meninas para exploraçao sexual. O que você diz disso, desta acusação?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Contra totalmente contra, fui sempre contra isso. Contra os meus princípios de... Contra o meu trabalho. A Agência é a minha vida, entendeu? Tudo o que eu tenho. Toda a minha vida eu passei lá, entendeu? Todo o dia sagrado eu estou lá. Então, hoje me dói está aqui justamente por isso, porque é uma coisa que é uma...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você nega que...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Totalmente isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...a sua Agência nunca agenciou.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Nunca.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, também, a outra acusação é de que quer dizer, sua Agência faria isso, e a Polícia não bate, ninguém vai lá porque você tem gente influente, político influente que dá proteção a você. O que é que você diz disso?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Nada. Não tenho. Absolutamente nada. Eu acho que se eu tivesse político influente, eu acho que não precisava comprar passagem de avião em agência de turismo para pagar em suaves prestações, não precisava disso, entendeu?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Outra acusação que fazem contra você, por isso que é importante conversarmos, é que você alicia meninas para festas de orgias sexuais de políticos aqui na cidade de Manaus.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Nunca. Quero que provem se eu já fui a alguma casa de político em Manaus. Nunca, nunca entrei na casa de nenhum político, vou repetir bem. Não gosto de orgias, de festas, não suporto drogas, sou totalmente contra isso. Todas as pessoas que fizeram curso comigo, durante todo esse tempo, sabem que essa foi uma das coisas que eu mais coloquei, para nunca irem para esse lado, para nunca acharem que tudo é muito fácil. Se alguém chegar e dizer que você é linda, que você é maravilhosa, que você pode fazer sucesso em São Paulo, é mentira, tem esquema por trás, porque o negócio é ralado mesmo, a gente tem que correr atrás, tem que fazer o desfile aqui, tentar, entendeu? Eu, por exemplo, só tenho um rapaz que desfilou para mim, há muito tempo, quando começou, e que... É lógico, tomara, inclusive fui procurado pelo pessoal do Faustão, a moça do Faustão que estava em Manaus, para ver se eu tinha material dele, que é o rapaz, o Malvino, que está na novela Cabocla, que é amazonense, que foi para São Paulo, começou a desfilar e tudo e hoje está fazendo papel na novela. Ele fez alguns trabalhos para mim, era novinho, e eu fui procurado pelo pessoal do Faustão. Acho que eles vão fazer aquele negócio da vida, de como era a vida no passado. Isso eu fico feliz de poder, digamos assim, sair alguma coisa, que ele possa ter feito esse trabalho para mim e que hoje

esteja fazendo tanto sucesso, porque é muito de difícil. Se você for contar nos dedos, é muito difícil alguém de Manaus fazer sucesso fora. Durante todos esses anos que passei trabalhando, dos 10 anos de Miss Brasil, eu consegui apenas duas vezes que uma menina ficasse entre as cinco e consegui, no ano passado, que a minha candidata ganhasse o concurso de Miss Brasil, durante os 10 anos que eu levei candidata. Fora isso, eu trouxe aqui para vocês verem, sempre chega para mim convites de concursos que são realizados pelo Brasil e me pedem candidatos, pedem pessoas.

Esses aqui são eventos que vão acontecer, agora, nos próximos meses.

Tenho aqui um material de eventos.

O que eu faço? Qual é o meu trabalho realmente? Está aqui, eu recolhi algumas coisas importantes para vocês terem uma idéia do que é, das meninas que trabalham, do tipo de trabalho que é, das feiras, dos eventos.

(Pausa.) Esta é a foto, como eu falei, de 83, do concurso que eu realizei lá no lugar onde eu falei. Eu estava atrás desta foto.

(Pausa.) Esses são alguns concursos que eu represento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Claro, então você está mostrando isso aqui... o trabalho que você faz. A outra acusação, Fernando, é interessante, é de que você tem envolvimento com rota de tráfico internacional de mulheres e de adolescentes. E falam de duas rotas: uma rota é Manaus/São Paulo/Madrid-Espanha; a outra é Manaus/Boa Vista e que vai ao Suriname e à Guiana.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer, essa é a outra acusação que fazem contra você.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Eu tenho o meu passaporte, inclusive o antigo e o novo, o atual, que eu posso mostrar para a Comissão; tenho os documentos do meu carro, tirados quando eu fui para a Venezuela; tenho o hotel que eu fiquei na Venezuela; tenho fotos durante os dias que eu fiquei na Venezuela, com as pessoas que foram comigo, nos lugares que eu frequentei lá, porque quando eu viajo a turismo eu costumo cadastrar o hotel que eu fico, o restaurante que eu fui, até para não repetir o mesmo de outra vez, para procurar um outro. E nunca fiz nenhum tipo, até porque realmente nunca foi o meu trabalho e nunca também ninguém me chamou para me envolver não digo nem na parte ilícita da história, ou seja, me convidando, por exemplo, para fazer um desfile em Madri. Eu nunca recebi um convite para isso. Nunca, nunca, nunca.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nesse sentido é o seguinte, e aí para completar as denúncias depois... é que a rota Manaus/São Paulo/Madrid era uma rota utilizada por pessoas com maior poder aquisitivo e a outra, para Malibu ou Suriname, seria a rota das pessoas de menor poder aquisitivo. É importante, Fernando, que essas acusações que são... e aí, você tenha oportunidade... você disse agora que não fez isso aqui...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Nunca.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando nós chegamos, e vamos em vários locais e perguntamos, as pessoas dizem que tem o Fernando Salinak, pronto, aí, vai e fala... Vamos no shopping, pergunta e faz acusação... ou seja, essa coisa anda por todos os lugares e é importante que você tome conhecimento dessas acusações para que possa contestá-las e colocar a sua verdade.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Desculpe-me fazer uma pergunta. O senhor está hospedado onde? No Tropical?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A gente não está mais.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Para o senhor ter a idéia, tenho uma história com o Hotel Tropical. Durante 6 a 7 anos eu organizei o reveillon do Hotel Tropical, faço um baile infantil no Carnaval, que é o mais tradicional na cidade. Então, dentro do Hotel Tropical, se o senhor for perguntar para a gerência ou para qualquer pessoa do primeiro escalão, pessoas que trabalham na parte de eventos, não existe nenhum tipo de...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o que você imagina que acusações são essas? Seriam concorrentes seus que estariam fazendo isso?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Eu não consigo... Falei com o meu advogado, quando estava vindo para cá, que não consigo imaginar que uma pessoa possa ser tão maldosa, a ponto... bem, da minha vida a pessoa não sabe e não interessa falar que estou há 20 anos nessa batalha... mas que uma pessoa seria capaz de fazer uma denúncia, de fazer algum tipo de coisa, de ligar uma coisa com a outra tão-somente para me ver aqui, entendeu? Porque o senhor sabe, mais do que eu, que uma pessoa que se senta à frente imprensa, de todas as pessoas, quando sair daqui vai ter que prestar esclarecimentos para um monte de gente. As pessoas que trabalham comigo, os pais, estão do meu lado. Eu sei disso. Entendeu? Tenho plena confiança, mas é chato. É praticamente como se o senhor dissesse para mim o seguinte: Fernando, fecha a By Salinak e a partir de amanhã você abre de novo. Por quê? Novamente vou ter que

começar tudo de novo e provar que não. Houve uma denúncia? Houve. Denúncia? Mas e aí? Como? Por que essa maldade? Se uma menina ou um garoto ou uma criança, porque a denúncia tem que ser de menores, faz uma denúncia dessa para que sentido, por que isso, com que vazão isso de tentar...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O importante é que eram denúncias que correm, falam na boca pequena e que você agora tem a oportunidade de dizer a sua verdade.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – A minha verdade, a minha vida, a minha conta bancária, que não precisa nem ser dito, o meu passaporte, a minha conta bancária, a minha Agência está lá, funcionando – hoje vai estar funcionando normalmente –, tranqüilo. Se vocês puderem, eu gostaria muito – mas sei que vocês não vieram para isso –, mas se um de vocês pudessem ir lá ver como é o procedimento, ver como funciona, olhar os fichários, ver como é a Agência, a visão será totalmente diferente do que qualquer coisa que você possa imaginar.

Essa pasta que tem aí é um pouco do trabalho que fazemos diverso, porque é muita coisa que pedem, muito trabalho que você nem imagina, tipo segurar placa no aeroporto, entregar panfleto, tudo o que o senhor possa imaginar em desfile, mas nunca, nada, puxando para esse lado, porque a primeira pessoa a não querer fazer isso seria eu, porque seria contra os meus princípios. Porque se eu tivesse, quando abri a agência, começado a fazer esse trabalho, com certeza – a gente vê pelos jornais – a minha situação seria totalmente diferente da que tenho. Hoje a minha Agência, se o senhor conversar com o meu contador, ele vai dizer. Se o senhor for ver os meus extratos bancários junto com minhas notas fiscais de prestação de serviços de empresas, o senhor vai olhar, puxar o extrato e vai ver: "Não, mas cadê?" Porque se ele fez um negócio desse envolvendo milhões, não digo milhões, mas uns dólares, cadê? "Terá que aparecer o dinheiro que ele ganhou." Eu tenho dois...

Moro com a minha mãe e com a minha irmã. Nunca saí da minha casa. Sempre morei com elas depois que meu pai morreu. Então, não tenho nenhum apartamento, se o senhor procurar, em que eu pudesse de repente manter encontros, fazer disso um lugar de encontros. Tenho... A minha agência é alugada, eu moro com a minha mãe e tenho dois carros, esse jipinho, que é desde 1990, é importado, eu tenho, e o meu carro atual, que ainda estou pagando as prestações. Então, é meio complicado se eu estivesse envolvido em alguma coisa não ter pelo menos mais condições de ter em termos de dinheiro e de custos.

(Pausa.) Esses são alguns concursos que eles me chamam para mandar...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A Musa do Brasil 2004.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – É, esse vai acontecer em Salvador.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Miss Brasil Ecologia.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Esse é para o senhor ter uma idéia de que o meu trabalho... quando o senhor falou de cidades, eu recebo convites desses concursos que acontecem, e aí mando meninas, às vezes chamam, às vezes não mando. Por exemplo, geralmente esses concursos não têm a candidata do Amazonas, porque, como a gente não apoio, eles acabam colocando uma biônica, como a gente chama, aquela menina que não é do Estado, mas ela representa. Ela vai ali porque tem que dizer que tem Amazonas e aí botam qualquer uma menina, botam um faixa, e pronto, entendeu? Se eu for mandar, tenho que mandar tudo direitinho, como o senhor está vendo aí.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E esses eventos você tem patrocínio alguns deles?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, aí eu corro atrás. Aí eu mando, por exemplo, para as empresas, para que a gente faça a propaganda, para os salões de beleza. Por exemplo, se a menina for representando o concurso, ela vai fazer mídia para o salão, vai fazer propaganda, entendeu? Basicamente isso, porque, como lhe falei no começo, sobre os políticos... Eu tenho, eu conheço eles, mas nunca me interessei em pedir porque sempre achei até, desculpa vai até ser um pouco contra o meu trabalho, mas acho que têm coisas mais importantes para serem gastas do que concursos, entendeu? Então, eu sempre me preocupei também em não me envolver em. digamos assim: "Não, o Fernando Salinak, ele viaja para concursos com passagens de Secretarias, de não-sei-de-quê, de não-sei-de-quê." Quando, na verdade, nunca me interessei, como acabei de falar. Eu tenho inclusive agências de turismo que trabalham, que eu trabalho com elas, que está lá, passagem tirada no meu nome, no cartão, não tem ninguém que pagou, ainda está sendo paga. Tudo isso. Então se eu tivesse contatos com políticos, com certeza eu teria condições de ter passagens de graça, digamos assim, ou, enfim, qualquer tipo de adiantamento, enfim. Não precisaria ter esse problema, entendeu?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É isso, Fernando, essas acusações que são denúncias que foram formuladas e que colocamos, porque a pior coisa é

as pessoas estarem falando de você sem você saber que elas estão falando.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Exatamente. Quando eu recebi o documento, eu recebi ontem de manhã. E eu não vou enganar para o senhor, eu fiquei muito triste, muito chateado, muito magoado, porque, quando a gente não tem nada a temer, é uma coisa. Se me perguntar: "Você está nervoso sentado aí?" Não é por estar aqui presente, vocês vêm que estou conversando numa boa, não tenho nada para esconder. Mas é tentar agora, novamente do zero, começar a dizer: "Não, não existe, vai lá, vai ver, procura saber..." porque maldade, eu mesmo, durante esses anos todos, presenciei maldades. Presenciei coisas absurdas de produção, de desfile. Tipo sumir a roupa da modelo que vai entrar, uma derrubando a outra, uma falando isso, uma falando aquilo. Mas eu não queria crer que pudesse ser... apenas uma maldade de falar. "A gente tem que falar em alguém. Ah, então, quem é o mais famoso? É esse? Então, vamos falar desse." Entendeu? E não saber que é uma coisa muito importante porque é minha vida, meu trabalho, entendeu?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você tem que estar preparado porque já fizeram isso com você uma vez, quando você foi chamado sobre aquela...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Isso. Eu estava tentando...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois não.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Eu não sei se foi com a Drª Graça. Foi com a Srª, Drª Graça, que uma vez eu fui lá na 7 de Setembro, no prédio da Polícia Civil? Foi A SRA. que me atendeu lá, não? Na época eu fui, não me lembro qual foi a delegada, estava presente o Sr. Marcondes Luniere também, não sei se era. Aí eu fiz, recebi essa intimação, e fui lá pra justamente ver o que era. Assinei o documento, tudinho e pronto. Foi a única vez que eu fui chamado para alguma coisa e hoje aqui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Obrigado.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Agradeço ao Deputado Luiz Couto pelos seus questionamentos. Passo a nossa relatora, Deputada Maria do Rosário, que ainda tem algumas dúvidas que ela gostaria de esclarecer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Muito rapidamente, porque observei o material que o senhor de forma espontânea repassou à CPMI para que observasse aqui, as fotografias, e percebi que o senhor promove outros tipos de eventos que não havia citado inicialmente, como jogos de futebol, por exemplo, encontros esportivos, futebol feminino.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Ah, fiz... é porque foi só uma vez que realizei um futebol que teve um... não sei como posso... um negócio que tem de sabão... foi colocado aqui um campo de futebol de sabão e eu realizei para abrir, digamos assim, o projeto. Tem aí. Aí tem um pouquinho de cada coisa que eu faço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, deixa um pouquinho de cada coisa. O que o senhor já fez no ramo turístico? Já promoveu passeios, por exemplo?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não. Turístico...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E barcos?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, não. Fiz só uma feira turística da Varig, que está aí, inclusive. Eram seis modelos que representavam cada Estado, onde o Hotel Tropical tinha um hotel. Tem uma negra representando a Bahia, como se fosse uma baiana; tem... De turismo, foi isso. O que mais? Basicamente, só isso. E o concurso Miss Brasil Turismo. Nada de passeios, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não com modelos. Eu não pergunto, na verdade, com agenciamento de modelos, mas como serviço...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Organização?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Organização de serviços.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, não. De turismo, que eu me lembre, assim não. Hotel de selva, como lhe falei, eu fiz só um evento da H. Stern, que foi o lançamento da coleção Porangá. Se não me engano, até tem aí as meninas. E, de hotel de selva, de passeios de barco, a princípio, nada disso. Saio de barco no final de semana, porque minha família tem lancha. Saio com meus familiares, mais com meu tio. Por sinal, esse final de semana estava, mas, é família.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Parintins, o senhor conhece a festa de Parintins?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Conheço, lógico.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas vezes o senhor já foi?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Acho que fui umas cinco vezes; mas, infelizmente, nunca tive oportunidade de trabalhar para ninguém lá em Parintins. Sempre tive vontade de escolherem alguém da minha Agência para trabalhar como recepcionista, de fazer algum trabalho lá, mas nunca fui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca agenciou em torno da festa de Parintins.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Nunca tive o privilégio. Nunca pude fazer isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca levou adolescentes à festa de Parintins?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Nunca, nunca. Fiz só um evento que é a saga do boi, que é um evento grande, realizado pelo Hotel Tropical, onde fiz decoração, fiz a recepção da festa, onde as pessoas entravam e recebiam colares de índios e tudo. Foi uma festa local, aqui na piscina do Tropical Hotel, há uns três anos. Depois, outras empresas é que foram fazendo. Mas, para Parintins, nunca fiz nenhum trabalho para Parintins.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quais são os parceiros nacionais que o senhor tem? Outras empresas de modelos?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Somente... Tenho um grande amigo meu que tem uma agência em São Paulo que é a BRM Models e a Elite, que é a agência com que, atualmente, continuo trabalhando, com a que trabalho mais, que é a parte de celebridade, que trago os artistas. Como não tenho... Os meus modelos, eu nunca consegui, digamos assim, fazer com que vingassem fora. Eu trabalho mais mesmo é com modelos locais e com artistas de fora. Dia 3, agora, estou trazendo inclusive um artista, da Celebridade, para um evento de moda que estou fazendo aqui, dia 3, agora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguma vez a sua Agência já foi contratada para fornecer modelos como acompanhantes de empresários ao festival de Parintins ou em passeios de barco?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece o tipo de exploração que é promovida nos passeios de barco?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já ouvi falar?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Já ouvi falar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sobre o que o senhor ouvir falar, o que o senhor teria a declarar?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, ouvi falar que há esses passeios, em que as pessoas vão e tudo. Eu saio muito de barco com a minha família, nos finais de semana. Geralmente, saímos no sábado, ficamos em uma praia, e voltamos no domingo. Então, conhecemos, vemos as coisas. E quando você vê certos barcos com pessoas, você olha e vê que tem alguma coisa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Lhe pergunto pelas duas questões: uma, o senhor se declara completamente inocente de qualquer responsabilidade de qualquer agenciamento de adolescentes.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Totalmente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Escuto o senhor, com atenção. Respeito o seu depoimento, que é, enfim, com consistência. Mas, se o senhor não promove esse tipo de fato, como lhe foi imputado, não seria adequado que o senhor colaborasse nos indicando a responsabilidade por esses fatos? Porque nós também não somos ingênuos de pensar que em Manaus não existe isso.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma passada pela cidade, um tempo que se ande pela cidade, o pouco tempo que se ande pelas ruas da cidade, que se pare em um hotel, que se pare em um hotel, que se escolha, inclusive, com atenção o hotel, para que não se fique exposto à exploração sexual, ainda assim, é possível verificar a exploração sexual como algo muito cotidiano. Então, certamente, o senhor tem conhecimentos e poderia contribuir.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Olha, veja ...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se as pessoas de bem contribuírem...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Ó, deixa eu lhe explicar uma coisa...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...quem sabe nós tenhamos uma comunidade onde isso não seja tão comum, né?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, com certeza. Eu gostaria muito, até porque no momento que eu estou aqui...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se o senhor não quer... Eu até lhe digo o seguinte, se o senhor não quer que a sua empresa e o senhor próprio sejam caracterizados como pessoa e como empresa vinculada a este ramo nefasto e criminoso, certamente muito menos nós queremos que a cidade de Manaus o seja, ou o Estado do Amazonas, ou o próprio Brasil.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Né? Nós não queremos que o Brasil seja conhecido no mundo assim. Então, como o senhor poderia contribuir nesse levantamento?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Eu trabalhei a minha vida toda sendo contra isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, mas o senhor não...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Então, não, eu nunca...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não pode ser uma pessoa que não conheça esses fatos. Como é que acontece esse agenciamento? O senhor disse que não, não, não o faz. Mas o senhor sabe como é feito.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, o que acontece, deixa eu lhe explicar, a minha vida toda eu sempre procurei trabalhar a minha vida, o meu trabalho, as minhas coisas. Eu nunca procurei saber o exemplo... por exemplo, por que que aquela empresa é bem sucedida? Por que que aquela não é muito? Deve ter um porquê, alguma coisa. Eu nunca me interessei. Foi uma...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor acha que há um apelo para empresas do seu ramo, para que promovam o agenciamento sexual? Há um mercado que convida a isso?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Olha, eu poderia te falar agora, até para te, digamos assim, não ficar sozinho em tudo isso, eu poderia te dizer que sim; mas eu não acredito. Porque, inclusive, as próprias... Eu vou falar de duas agências que eu conheço, que são duas pessoas muito legais. Uma acabou de chegar em Manaus, que é uma agência chamada Talentos Brilhantes. O rapaz que está aqui é muito gente boa. É uma agência... Eu já visitei a agência. A gente começou uma amizade, porque eu acho que ele pensou que quando fosse chegar aqui iria encontrar um mercado fechado, e tal. Então, a gente acabou ficando amigos, pelo fato de eu colocar ele no desfile do shopping e não ter... E tá desfilando dia 3 na minha festa também. E a outra é uma agência chamada By Four, que até eu no começo era chateado com o cara, porque ele colocou By Four e o nome da minha agência é By Salinak. Então, eu fui perguntar pra ele por que esse By? Acabei ficando amigo dele e tudo. Essas duas pessoas que eu tenho um pouco mais de intimidade, que fazem mais parte, quando eu faço o desfile, de chamar, eu nunca vi nada. Eu nunca presenciei... Das poucas vezes que eu fui, nos escritórios, nunca ouvi nada, nunca fiquei sabendo de nada. Essa Talentos Brilhantes não faz nem dois meses que inaugurou. Então, praticamente inaugurou uns 20 dias antes do desfile do shopping. Então, eu realmente eu nunca vi, que eu pudesse falar para senhora nesse momento assim: eu acho que tem uma empresa estranha, que possa... Eu nunca, porque eu nunca me envolvi. Agora, se a senhora me perguntar: "Mas Fernando, você não tem uma amiga, na noite, que você não ache que ela tem a cabeça meia doidinha e que faça?" "Inúmeras." A gente convive. Eu não sou muito de sair à noite, eu sou mais do dia, mas você vai para uma festa, não precisa... Antigamente, a gente tinha que chegar dez horas; hoje, sai dez horas. E vai pra uma festa... Esse negócio de dizer que é proibido menor, não. Isso, você sabe que não é. Você vai pra uma festa e seja em qualquer lugar, **rave**, essas coisas, você vê tudo ali, entendeu? Então, é uma coisa que você vê. Se você me perguntar: "Você já viu, Fernando, meninas na festa?" "Muitas!" "Fernando, você já viu droga?" "Muitas vezes." Só que quando eu olho isso eu fico tão horrorizado com isso, eu saio de perto, porque isso, pra mim, é uma coisa...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem. Mas então, essas meninas... há um... Porque todos os depoimentos das adolescentes que nós temos falam de agenciamento. Não é uma coisa assim, Fernando... Não é uma menina empobrecida que está na rua e é...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Entendi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...puxada. Não. Tem gente que ganha dinheiro com isso, entendeu? Tem gente que não vivencia diretamente a prostituição, ou já vivenciou, mas que, na verdade, se sustenta em cima da exploração do corpo de menina pequena. Entendeu? E quanto mais jovem, melhor. Tristemente, isso é uma realidade brasileira. Então, a essas festas quem é que leva?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Quem é, como?

A SRA. RELATORA – Quem leva as meninas? Quem convida?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, eu estou lhe falando justamente que quando eu vou pra festas, eu vejo meninas novas na festa.

A SRA. RELATORA – Tá bom. Mas tu conheces o meio, Fernando. Quem é que convida?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Ah, não, isso eu não sei. Eu vou pra festa como... Se tiver uma festa hoje à noite aqui e nós formos pra festa, nós vamos ver pessoas lá. O que... Eu vivo numa cidade. Então, você olha pra uma pessoa, você sabe. Agora, o problema é... não tá escrito aqui é menor, tá com quem na festa, veio com quem? Não tá. O que eu quero lhe explicar é que eu sempre, prevendo sempre o meu futuro, a minha vida, o meu trabalho, eu evitei esse tipo de coisa. Você nunca vai me ver numa festa dançando com uma menina...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o seu trabalho e o trabalho, enfim, que pode ser visto como um trabalho legal no sentido de legítimo e dentro da lei...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Acaba manchando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acaba. ...pode ficar comprometido, porque não é a primeira denúncia e também porque nós não te escolhemos por acaso. Aqui vamos chamar o Fernando aqui para sentar conosco.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Os depoimentos de adolescentes é que nos trouxeram aqui. Agora, deixe-me te perguntar uma coisa: há uma disputa por espaço, sempre. Todo mercado tem disputa por espaço.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Te perguntei: há uma tendência das empresas deste teu ramo de fazerem um agenciamento sexual? Não estou perguntando da tua empresa, porque já sei a tua resposta sobre a tua empresa.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Acredito que não, porque, quando uma empresa... Por exemplo, essas agências que existem aqui, se elas fazem esse tipo de coisa, com certeza, se elas forem fazer, deve ser por trás dos panos, porque senão a cidade toda saberia. Por exemplo, há 20 anos, estou no mercado aqui, como lhe falei, e só hoje estou ouvindo que teve uma denúncia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esses clientes que tu atendes, de maior poder aquisitivo, para atender um cliente de maior poder aquisitivo, para um trabalho empresarial, ou uma feira, ou isso ou aquilo, há também a solicitação – essa pergunta já te foi feita – há também a solicitação de um serviço de acompanhantes?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, porque nunca me pediram.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, tu queres que eu acredite que isso não existe em Manaus?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, você está falando de mim, de mim. Você está me perguntando se um empresário desses me perguntou...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, eu não te perguntei se tu topas fazer o serviço, te perguntei se já houve a tentativa de agenciamento?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Para mim, não, porque as pessoas já sabem, me conhecem. A senhora não me conhece.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Também não está escrito na tua testa, nem para nós, nem para os que depuseram contra ti.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Sabe porque eu não sou conhecido? Por que talvez não seja convidado...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para mim... Assim como eu não sou conhecida aqui.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Mas, eu vou lhe explicar porquê. Por que talvez eu não seja o nome falado, digamos assim, dessas pessoas para irem às festas, se é que tem, nunca fui numa festa dessas, não conheço essas pessoas. Então, sou considerado, digamos assim, aquele cara chato, aquele cara que não curte. Como a senhora mesmo falou: "Existe, Fernando?" Lógico, eu sei que existe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora, eu ouvi e respeito as considerações acerca da tua empresa. Mas acho que tu não foste uma pessoa que colaborasse com informações que contribuam para decifrar essa situação da exploração sexual no geral. Acho que se tu queres sair daqui com uma opinião, na verdade, esperávamos alguma contribuição que pudesse identificar uma rede que é óbvia. E se realmente as pessoas são do bem, elas não fazem este tipo de exploração, elas têm algum depoimento a fazer para que a sociedade não vivencie essa situação, que é jogada contra si e contra o conjunto das pessoas.

Mas, agora já estamos fazendo algumas considerações adicionais e peço A SRA. Presidente que possamos concluir.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Posso falar só uma coisinha para encerrar? O que queria dizer para a senhora é que o constrangimento maior de eu estar aqui, acho que isso é evidente... Se eu tivess... Eu não posso chegar aqui... Gostaria muito de lhe ajudar, porque se eu estivesse lhe ajudando... porque vai aparecer quem fez essa denúncia, a gente vai chegar lá, vai se encontrar, porque houve uma denúncia então vai ter que se conhecer isso. O que eu quer dizer é que se eu tivesse algum nome, alguma coisa que eu pudesse falar, eu lhe falaria, porque eu não tenho nenhum problema com isso. É a minha vida que está em jogo. Então, eu não teria porque chegar para a senhora e dizer: "Não, eu conheço, por exemplo, o fulano ou uma fulana." Eu não tenho isso, porque eu nunca quis me envolver com isso, eu sempre fiquei longe e, quando eu fiquei longe, o que eu criei? Eu criei uma barreira que também ninguém fala para mim. Por exemplo, eu poderia ter ouvido falar alguma coisa durante

esse processo que vocês estão percorrendo o Brasil. Quando eu ouvi isso na televisão, a primeira coisa que eu comentei com a minha mãe foi: "Meu Deus, olha que coisa desagradável, isso ainda vai sobrar para quem tem agência de modelo." Por quê? Vamos falar um pouquinho sobre os bailes de carnaval.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desculpa, vou pedir A SRA. Presidente que a gente possa agora abreviar. Mas, lamento que tu penses que é desagradável, porque eu penso que a nossa tarefa...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Não, desagradável para mim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...tanto dos Senadores quanto dos Deputados, é trabalharmos com um tema que realmente é desagradável, mas que é necessário para o País. Porque enquanto criminosos estiverem ganhando dinheiro com a exploração de crianças neste país e traficando crianças para fora das nossas fronteiras, lamento se tu consideras desagradável, eu considero que é o meu trabalho e os Parlamentares aqui também...

E não gostaria de seguir. Gostaria de te agradecer, porque realmente temos outras pessoas para ouvir. E porque, por duas horas, tentamos ouvir de ti contribuições para o enfrentamento do problema.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Eu sei, desculpe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não é preciso pedir desculpas de parte a parte.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – Eu queria deixar...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E eu te agradeço.

Obrigada.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ FILHO – ...à disposição a Agência, tudinho, para todos vocês.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Encerramos ...

O SR. MÁRIO FROTA (PDT-AM) – Srª Presidente, gostaria, se me fosse permitido, por um minuto...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não é possível, o senhor me desculpe. Isso não é possível. A Comissão não permite nenhuma interferência no momento em que estamos no período de coleta de depoimentos. A reunião é do Congresso. Realmente, não podemos permitir isso.

Gostaria de agradecer ao depoente, pedir a nossa Secretaria que ele pode se retirar.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Estaremos, agora, ouvindo a nossa próxima depoente. Gostaria que a Secretaria pudesse, por gentileza, providenciar a vinda da Helena que, naturalmente, não é o nome verdadeiro da depoente. Como já foi dito, é para proteger a nossa testemunha e ela está vindo com esse nome. (Pausa.)

Boa tarde, Helena. Nós estamos aqui, Helena, para – você sabe que nós somos da Comissão Parlamentar Mista de Senadores e Deputados do Congresso – exatamente esclarecer situações de abuso e de exploração e também de funcionamento de redes que exploram nossas crianças e adolescentes.

Helena – vou repetir – não é o nome verdadeiro, é um nome fantasia que ela está usando exatamente para protegê-la, em função das informações que ela vai passar a esta CPMI.

Helena, você gostaria de dizer alguma coisa ou nós podemos passar direto às perguntas?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Pode passar direto.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Então vou pedir a nossa Relatora, Deputada Maria do Rosário, que comece os questionamentos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Helena, boa tarde.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Boa tarde.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Te agradeço muito de tu estares aqui conosco nessa nossa reunião e, com o teu conhecimento e a tua vivência, nos ajudar a saber a verdade sobre o agenciamento de adolescentes e de crianças para a exploração sexual.

A primeira questão que tenho para perguntar é com quantos anos você começou, você foi chamada pela primeira vez para fazer fotografias ou programas sexuais?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, eu não fui chamada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Para mim, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como funcionou isso para ti então?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, eu só fiz o curso de modelo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está certo.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Mas, por alto, as meninas me falavam que ele fazia coisa de programa, entendeu? Mas só que, quando falaram isso para mim, eu ainda estava fazendo o curso, mas só que eu não cheguei a fazer nenhum de programa, essas coisas. Só me alertaram, falaram que ele fazia, levava as meninas para Hotel Tropical, para os gringos, coreanos, japonês; só isso que me falavam, e outras coisas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que curso é que tu fizeste?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Fiz curso para modelo, para mim ser modelo, para desfilar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para desfilar. Em que lugar, onde é que fez esse teu curso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Foi lá no Salarion Fashion, lá na Djalma. Foi um lugar pequeno.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não entendi.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Salarion Fashion.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Flamarion Fashion?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E esse curso... Pode repetir o nome do curso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Curso? Não, a gente foi chamada para desfilar lá. Ele fez o desfile lá da gente, para vêr quem passava ou não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. Como é que era o nome da agência ou do lugar que tu fez o curso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, a gente fez o curso lá no Olímpico. A gente estava ensaiando lá no Olímpico.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem era o proprietário do curso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Fernando...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Fernando?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso. Só ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só conhece por Fernando? Fernando do quê?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Conheci por Fernando Salinak.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, Fernando Salinak era o coordenador deste curso, dono ali do curso.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Tudo, tudo. Ele era dono de tudo ali.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto tempo dura o curso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Um mês.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual o horário da aula?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – A gente ia umas quatro horas e saia às seis horas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era à tardinha, final da tarde?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Este curso tu já saia dali para fazer algum trabalho, ou não?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não. Só era o curso mesmo. Era para ir treinando a gente, como desfila, como é que usa maquiagem, como é que ia ficar no palco, como é que ia desfilar. Essas coisas

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando você fez o curso aconteceu de tu saberes que havia uma seleção depois para os trabalhos. Havia uma escolha das meninas que iam trabalhar. Quantos anos tu tinha quando fez o curso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Fiz com dezessete.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual era a média de idade das pessoas que fazia o curso contigo?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Tinha meninas de todas as idades, pequena... Todas as idades mesmo. Era assim, a gente fazia um curso do lado, lá no Olímpico e eram selecionadas as crianças pequenas, porque eles desfilavam com as meninas e a gente. Mas tinha de todas as idades.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é a informação que te foi dada sobre como as meninas seriam escolhidas para trabalhos?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, não me deram... Lá no desfile é que eles iam dizer. Só era escolhida se ele desse a camiseta dizendo o nome da garota. Mas só que ninguém recebeu nada. Então fui lá na Agência atrás do meu diploma e a menina disse que ia demorar mais um pouquinho. Aí eu peguei e fui lá de novo; aí ela me deu. Ela disse: "Qualquer coisa a gente liga para ti." Falei: "Tá bom, então."

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Te ligaram mais alguma vez?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, não me ligaram nem uma vez.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então quantas vezes você chegou a trabalhar com eles?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu nunca trabalhou com eles?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não. Nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o critério para a escolha das meninas. Alguma vez te foi dito que as meninas eram escolhidas por algum critério específico de beleza, de idade?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, só o que me passaram foi uma menina de lá que me falou que ele levava as meninas para o Hotel Tropical e cada menina que ele apresentava para os gringos, coreano,

ele recebia R$1 mil, só para apresentar a menina. Só isso que me falaram.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Apresentar as meninas para quem?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Para os coreanos, gringos que chegavam lá no Hotel Tropical. Entendeu?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, um grupo de coreanos veio aqui a Manaus...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, me falaram que ele levava as meninas para o Hotel Tropical, aí quando chegava lá ele apresentava as meninas para os coreanos, gringos, japoneses, não sei, e só de apresentar ele ganhava R$1 mil em cima. Aí ninguém sabia mais o que ele fazia com as meninas. Aí já entregava para eles.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Entregava para os coreanos.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em que lugar é que eles levavam?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Hotel Tropical.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Hotel Tropical?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É um hotel de luxo?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Receberia R$1 mil...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Só para apresentar as meninas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por menina?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas meninas iriam a cada vez?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Eles primeiros ligavam, se eles gostassem das meninas. Parece que ele faz um **book** de fotos lá, e aí mostra para os coreanos e o coreanos escolhem na foto. Então, o Salinak liga para a menina e chama a menina e vem. Diz para mãe que vai desfilar, alguma coisa...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Diz para mãe que vai para um desfile, mas não é desfile?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – É, para um desfile. Mas não é para fazer desfile, é para fazer o programa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É para programa, no Hotel Tropical.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa situação, com meninas de todas as idades também?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, acho que era na faixa de maior, mas tinha de todas as idades.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Também menores?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Menores.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Também adolescentes, então?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Adolescentes. A menina que me falou era adolescente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A menina que informou tinha quantos anos?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Acho que ela tinha uns 16, por aí...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dezesseis anos.

A SRA. HELENA (Nome fictício) – Quinze...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela já havia feito programa?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, ela só me falou, que estava falando... Ela também estava fazendo curso comigo. Então, ela falou bem assim: "E aí, Marlúcia, tu vai querer desfilar ou não? Porque eu não sei. Porque a mamãe não sabe nada disso. Se eu falar para ela, ela vai querer que eu desista do curso." Eu falei: "Não sei, vai por ti." Falei para ela. Então, a gente ficou se encontrando até o final do curso. Aí, a última vez que eu falei com ela, ela disse que tinha passado no curso. Aí chamaram ela para desfilar. Só isso. Aí não falei mais com ela, porque também perdi o telefone dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Das meninas que fizeram curso com você, daquelas que fizeram o curso junto contigo, alguma delas chegou a participar desse programa de agenciamento para o Hotel Tropical?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, eu não soube. Mas umas que fizeram curso comigo, no passado, eu vi elas com o Salinak desfilando, assim, na televisão, entendeu? Algumas que desfilaram comigo eu vi com ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estavam desfilando, mas era um trabalho...

A SRA. HELENA (Nome Fictício) – Não, nunca trabalhei com...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...de desfile?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – É, desfile.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você chegou a ouvir falar que, para que a menina fosse chamada para os desfiles, para os comerciais, para

as fotografias, ela teria de aceitar fazer programas sexuais?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não havia essa obrigação?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguma menina foi para São Paulo?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, não soube.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para fora do País? Para a Venezuela?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vocês nunca ouviram falar?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso aí eu nunca ouvi falar. Só ouvi falar que ele fazia meio isso com as meninas, que ele só selecionava as mais bonitas – entendeu? –, para ser da Agência dele, para ser garota de programa, para ele ganhar em cima. Entendeu?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que ele só selecionava as mais bonitas?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Só selecionava as mais bonitas, as mais altas – entendeu? –, para ser modelo, porque, no caso, era garota de programa, não é?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por daí se transformaria em garota de programa?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa era uma conversa comum entre as meninas? As meninas falam sobre isso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Nem muito comuns, porque umas que estavam lá, a maioria eram filhas... Tinham mães que iam lá, iam ver o desfile. Acho que elas não sabiam, não, porque elas me contavam por alto. Entendeu? Então, ela dizia que não podia contar para a mãe dela, porque a mãe dela não sabia e ela queria fazer – entendeu? – o curso de modelo, ela queria desfilar. Eu falei bem assim: "Mas a gente tá sabendo que ele vai selecionar a gente para ser garota de programa. Como é que tu vai ser garota de programa?" Ela disse: "Não, mas eu não vou ser. Eu só quero... eu vou falar para ele... eu vou só contracenar com ele para desfilar." Eu falei: "Tá bom." Só foi da vez que a gente só se falava assim, mas o pessoal falava muito que ele selecionava menina para ser garota de programa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse é o único curso que você fez ou fez outros cursos de modelo?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, só esse.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você pensa que é comum que esses cursos de modelo funcionem assim mesmo, também selecionando garotas de programa?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, acho que só foi ele mesmo que eu ouvi falar, o Salinak.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só foi ele mesmo?

A SRA. HELENA – Só foi ele...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aqui em Manaus?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – O mais falado, que eu ouvi aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você sabe se existem organizações, se organizam excursões, viagens, desfiles?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso não sei não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você não chegou a participar?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, não cheguei a participar de nenhum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem seriam os clientes dessas garotas de programas?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, eu nunca vi eles.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desses coreanos, você tem conhecimento mais...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, não conheço nenhum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não conhece nenhum, mas você sabe que existiram esses coreanos?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Se eu sei onde é?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, esses que estiveram no Hotel Tropical, de que você falou. Você me confirma que o Fernando Salinak levaria meninas por R$1 mil para o Hotel Tropical?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – É o que falavam, as meninas, mas eu nunca entrei no Hotel Tropical. Nunca fui nem convidada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E os clientes seriam coreanos?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Me falaram que eram coreanos, japonês e só.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso teria acontecido em que mês?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Acho que foi no ano passado, ela me falou. Quando eu fazia o curso, elas me falavam assim. Só isso que ela falava para mim. Foi no ano passado que ela me falava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu poderias me dizer exatamente o mês, para que pudéssemos verificar.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – O mês? Foi logo no começo do ano. Acho que foi março ou fevereiro. Um desses dois meses – não estou bem lembrada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Fevereiro ou março do ano passado?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – É, do ano passado. Foi logo no começo. **(fora do microfone – inaudível)** está no meu diploma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tens certeza de que se falou em Hotel Tropical?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – É. As meninas que me falaram.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu ouviste falar de algum outro hotel?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não. Só foi esse.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só nesse hotel?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Só nesse.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu entraste nesse curso com bolsa de estudo ou...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não. Eu paguei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu pagaste. Qual é o preço do curso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Oitenta reais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, no teu caso, tua mãe te acompanhava ou não?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não. Só meu pai mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só o quê?

A SRA. HELENA (Nome fictício) – Só meu pai me acompanhava. Ele ia ver meus desfiles, tudinho. Foi para ele que falei tudinho. Aí ele não aceitou. Aí eu falei que não, que eu também não ia fazer. E também eu tenho namorado e estudo à noite. Não pretendo fazer isso não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não pretende fazer programa?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Nunca. Eu trabalho até com ele na feira.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Trabalha à tarde e estuda...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, trabalho o dia todo... Mas só que nosso colégio está em reforma, e eu estou aproveitando para ficar com ele até a noite, até umas seis e meia. Aí eu venho para cá, para casa. Entendeu? Só. Então, eu nunca... As meninas que eu soube – não é? – foi quando fiz o curso. Aí nunca mais. Entendeu? Nunca mais!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou terminar aqui as perguntas porque quero ouvir também as colegas. Está bom?

Obrigada, Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Passo a palavra ao Deputado Luiz Couto, para que ele faça seus questionamentos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Helena, é importante que você diga o que sabe, porque você está aqui e prometeu dizer a verdade de tudo que lhe for perguntado e que você souber, ou seja, se há alguma coisa que você sabe, mas não quer dizer porque tem receio de que algo lhe possa acontecer, nesse caso você tem todo o direito. Mas é importante que você possa responder a todas as questões.

Como você soube desse curso de modelo? Como você soube, tomou conhecimento?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Logo que cheguei aqui, porque não sou daqui...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah, você não é daqui. De onde você é?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Sou de Tefé.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De onde?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Tefé.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Como você tomou conhecimento de que havia um curso de modelo em Manaus?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não. Eu cheguei aqui e nem pensava nisso. Só que meu sonho era ser modelo, entendeu?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Desde lá que você...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Desde Tefé. Mas eu não vim para fazer cursos, essas coisas, não. Eu vim para estudar e trabalhar. Soube pelas minhas amigas do colégio, que me falavam.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah, as meninas do colégio. As meninas disseram: "Olha, Helena, tem um curso de modelo..."

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Sim. Eu perguntei se havia algum curso por aqui e também eu passava na Constantino Nery e via a Agência dele. E estava escrito Fashion Model. Então, eu queria saber se era para desfilar, alguma coisa. Então, fui lá na Agência dele pedir informação para ver como fazia o

curso. Uma menina me atendeu lá e disse que tinha que pagar R$80.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Mas existe uma coisa que eu queria ver. Você fez o curso para modelo, que era o grande sonho que você tinha.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Hum, hum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Esse sonho você teve a partir de que ano, de que tempo, de que idade? Quando você começou a pensar em ser modelo? Desde quando?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Acho que desde 10 anos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dez anos? Porque via aquelas meninas desfilando na televisão e tinha vontade também de desfilar na televisão.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas aí você lá, onde você morava, não tinha possibilidade.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não. Não tem. Não tem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você veio morar aqui em Manaus em que ano?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Vim morar em Manaus em... 2003. Não, 2002. Dois mil e dois eu cheguei aqui. Faz dois anos e quatro meses que estou aqui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, você fez o curso em 2003, não é isso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você disse que fez numa empresa chamada Flamarion?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Solarion Festa. Não. Não é empresa. É onde a gente foi desfilar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É o quê?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – É onde a gente foi desfilar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah! Você foi desfilar lá.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso. Foi lá

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o curso você fez lá na...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – O curso, eu fiz lá no Olímpico, lá no clube, no Olímpico.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No clube?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E quem é que dava esse curso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Era o Salinak, o Fernando.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Salinak.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E qual a empresa dele, você sabe o nome da empresa?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – A empresa dele que eu vi é ali na Constantino, né? É só ali que eu vejo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você já esteve uma vez na empresa dele?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Já fui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi lá fazer o quê? Porque você...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Eu fui pegar meu diploma.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah! Pegar seu diploma!

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E foi lá que você pagou esses 80...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Foi, foi lá que eu paguei. Aí, eles me deram informação de que hora ia começar o curso, tudinho, para mim ir tal hora...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E era um curso para um mês.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tendo duas horas cada dia.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso. Todo dia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Todo dia?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Só não tinha domingo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só não tinha domingo. Era de segunda a sábado.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A sábado. E você ia para esse curso...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Ia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sozinha?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, às vezes, eu ia sozinha, às vezes, ia com o meu pai.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Às vezes.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Às vezes, ia com seu pai. Para você entrar nesse curso, foi feita uma seleção ou não?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, só é você pagar e...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Chegava lá, pagava 80...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, ele pedia uma foto de corpo todo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah! Uma foto do corpo todo.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – O corpo, para ela ver o corpo, se é magrinha, gordinha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como é que era? Era de maiô, de biquíni?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – É, tem que ser de biquíni, alguma coisa...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah! Biquíni.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – ...que mostre o corpo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah! Era uma foto de biquíni!

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, mas eu não fiz de biquíni nem nada, eu mandei uma foto simples mesmo, foto...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vestida?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – É, vestida mesmo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas não tinha...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, só tinha aparecido a minha barriga, só.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tinha que aparecer a barriga?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso. Tinha que ser bem magrinha, né, porque eu era bem magrinha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Tinha que aparecer a barriga. Então, era...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem tirava essa... Essa fotografia, você já levava ou tirava lá?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Como é que é?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A fotografia, vocês tiravam lá ou já levavam?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, já levamos. Eles só deixam lá. Não entregam mais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Helena, aí, você terminou o curso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Terminei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Durante a realização do curso, você fez alguns desfiles, não fez?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Nunca fiz.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, você fez, porque você disse que foi desfilar no Flamarion Fashion.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Foi, mas foi o primeiro desfile que fiz para ver se escolhe as meninas do curso, entendeu, para quem vai ser escolhida, entendeu?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Hein?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Para quem vai ser a escolhida, então, a gente faz o curso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah! Para ser escolhida, faz essa...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso. Para ser escolhida, a gente faz o curso, né, aí, quando chega no final do mês, eles preparam o desfile, para ver quem vai ser escolhida.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Mas você fez nesse Flamarion.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Fiz esse desfile lá no Salarion Fashion.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pronto.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Só foi o único.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas depois de um mês?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Foi, depois de um mês.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E depois que você terminou?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, não, não fiz nada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o desejo que você tinha, a vontade de desfilar? Você terminou um curso, tendo um diploma e não conseguiu desfilar?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Eu não consegui porque ele não me ligou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Hein?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Ele não me ligou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas você não procurou outra empresa?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, não procurei, ele disse que a gente tinha que esperar em casa, para ligar, aí ele ia chamar, mas só que ele não me chamou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Entendeu?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E tinha outras pessoas também com as características, com os traços seus também lá, nesse curso ou era você a única?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Como assim? Não entendi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Com os traços seus, tinha outras meninas adolescentes também, parecidas com você ou só você?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Quando eu vi, acho que era só eu mesma, não tinha ninguém parecida comigo não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Aí você veio para cá e, hoje, você faz o quê?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Hoje, eu trabalho, trabalho na feira com o meu pai, que vende verdura no Mano.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Hoje você tem...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Eu tenho 18.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dezoito anos. Alguma vez nesse curso você recebeu de alguém, de uma colega, uma oferta assim: "Você, Helena, não quer ir para a Venezuela, não?"

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, nunca.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Nunca.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca lhe pediram para dizer: "Olha, lá em Boa Vista tem...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Nunca me pediram nada, nada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...você pode ser modelo em Boa Vista...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, nunca falaram isso para mim, não, que eu podia ser modelo...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...lá no Suriname...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...lá você vai lá, vai ser modelo e vai ganhar dinheiro." Nunca houve isso não?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, não, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nenhuma oferta?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nenhuma oferta para a Guiana Inglesa...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, não teve nenhuma.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Porque... Agora, você falou do Hotel Tropical...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Hum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...que havia lá... meninas eram mandadas para o Hotel Tropical pela agência do Fernando.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso. Foi o que eu ouvi falar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E isso era para coreano, para japonês...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – É essas coisas que eu não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tinha chinês no meio também?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – É pode ser. Não, não sei. Se eles vêem para cá os chineses.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Eu só sei que era... Me falaram que era para os coreanos e japonês, não é?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Japonês. E você alguma vez alguém falou para você que, no Hotel Tropicana, que é onde só anda gente grã-fina, gente que tem mundo dinheiro...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Hum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...que tem uma boate nesse hotel e que as pessoas iam para essa boate?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não. Nunca ouvi dizer.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca ouviu?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Nunca.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas falaram que foram... que as pessoas iam para...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Que as meninas iam para lá. Mas, aí, quando chegavam lá, não sabia mais. Só falaram para mim que, quando chegavam lá, apresentavam as meninas e, só para apresentar, tinha que mostrar o álbum de fotos, não é? Primeiro, os coreanos viam, os japoneses viam qual era a menina que ele queria, aí, ele ligava para... o Salinak, o Fernando, o Fernando ligava para as meninas e mandava as meninas vir.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Era assim. Então, eu chegava lá, ele apresentava as meninas, e só para apresentar...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você nunca esteve no Hotel Tropical.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, nunca fui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E esteve em algum hotel, aqui, no tempo do... além do Flamarion Festas, teve algum outro local durante o curso que você fez?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nenhum?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Nenhum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer, só teve um desfile só?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Só teve um desfile só.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Só fizeram um desfile com a gente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É... Não ficou revoltada porque você queria ser...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, fiquei porque eu fui alertada pelos professores também, lá do meu colégio, que eles falaram assim que para mim ser alguma coisa na vida, no dia de hoje, a gente tem que estudar. Porque ser uma modelo não carece ter corpo bonito, cabelo bonito, tudo bonito para ser uma modelo. Tem que ter inteligência, tem que estudar, tem que saber outras línguas. Então, eu estou estu-

dando para isso. Mas não estou estudando para ser modelo mais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer, nunca ninguém chegou para você e disse: "Helena, olha...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...tu tens uma... Tu aqui quer ser modelo, olha tem uns caras aí que estão pagando dinheiro aí para fazer uns programas." Nunca aconteceu isso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Nunca.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você já ouviu falar também de colegas suas que receberam esses convites?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, não, nenhuma.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ninguém. Essa... Nunca também ouviu dizer ou alguém falar que os aliciadores levavam as meninas para essa boate lá, no Hotel Tropical, e depois as meninas iam para os quartos dos grã-finos estrangeiros que já estavam lá hospedados.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, nunca ouvi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca ouviu?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Nunca ouvi dizer.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Durante o tempo que você esteve nesse curso – como você não é aqui de Manaus –, eu pergunto se você conheceu uma menina, uma adolescente que era do Maranhão?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Conheci.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conheceu?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Hã, hã.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Essa menina, do Maranhão, ela também fez o curso com você?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não. Ela não fazia, ela estudava comigo de noite.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Hein?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Só que ela estudava noutra sala.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Também lá no curso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não. Ela estudava comigo à noite.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No colégio?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Hã, hã, no colégio.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E não fazia o curso lá na...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, nunca fez curso, não. A única coisa que eu fiz com ela, só foi que ajudei ela, porque ela tentou se matar aí eu levei ela para o hospital.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, essa menina que quis se matar...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Hã.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...era uma aluna que estudava no seu colégio.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, era da outra sala, mas era do mesmo colégio que eu estudava.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas estudava no colégio, não era?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Hã, hã.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E essa garota ela sobreviveu dessa tentativa de suicídio e ela foi embora para o Maranhão.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Mas, antes de ir embora, ela falou alguma coisa para você, depois que teve essa tentativa de suicídio, por que ela tinha procurado se matar?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Ela me falou que a tia dela prendia muito ela e que lá no Maranhão ela ia ser solta, não é? A mãe dela deixava ela sair. Então... aqui, a tia dela prendia muito ela. Então, ela não podia sair para nenhum canto mesmo. Ela só ia do colégio para casa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas foi essa colega que chamou você para esse curso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não foi. Foi outra pessoa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas a informação é de que ela era também da agência de modelo...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não era. Ela nunca foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...e que ela teria tentado se matar porque teria sido obrigada a participar de desfiles para esses estrangeiros.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não é nada disso. Isso não foi por causa disso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca..

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você conversou com ela sobre isso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Outras?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como é que você diz que não é nada disso se você não conversou com ela?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Como? Não entendi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você disse que não é nada disso. Agora você disse que ela não era

modelo. Você alguma vez perguntou se ela tinha sido modelo lá...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – No Maranhão?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não perguntou.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Ela nunca foi porque ela não tem esse perfil também, ela é bem gordinha, mas bem gordinha mesmo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas você disse que ela estudava em outra sala. Quando você chegou ao colégio ela já estava no colégio, não estava?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Ãh, Ãh.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então você...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Estava no colégio?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, ela já estava no colégio.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Já, já, ela já estava no colégio.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então você só conseguiu...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – ...a amizade dela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...um ano. Agora você perguntou para ela alguma vez: "Olha, eu tenho vontade de ser modelo." E perguntou: "Você já alguma vez foi fazer um curso de modelo?"

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, nunca perguntei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, você não pode dizer que nada disso, porque você só pode responder sobre o que tem certeza.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Ela sabia que eu estava fazendo o curso, mas ela nunca me disse que queria ser modelo, alguma coisa. Nunca.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem disse?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – A menina do Maranhão.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela disse que não tinha feito o curso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, não tinha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Porque a informação é que ela teria sido cantada para uma dessas atividades de exploração.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, não. Não é nada disso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você disse "nada disso". Ela não falou para você, você é quem está tirando a conclusão.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, mas ela não tinha nada disso, não. Não sei nada que...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas como é que você pode dizer que não tem nada disso se você...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não. Porque eu conhecia ela, entendeu? Ela não é desse tipo de pessoa que você está falando. Eu a conheci de outra maneira. Eu não a chamei para nada, ela também não quis ir para nada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não estou dizendo que você fez, mas que alguém a chamou, não você, para ela fazer esse tipo de desfile.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, nunca ninguém chamou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca falou para você?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, passo a palavra para os outros.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Agradeço ao Deputado Luiz Couto.

Gostaria de indagar às Parlamentares Suely Campos e Ann Pontes se vocês teriam algum questionamento.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Srª Presidente, tenho breves questionamentos.

Helena, antes de mais nada, não estamos aqui para julgar você ou quem quer que seja. A nossa intenção é entender como tudo funcionou e como tudo funciona. Está certo? Então, fique tranqüila. Em momento algum, nenhum de nós que estamos aqui sentados vamos fazer qualquer julgamento com relação ao que você fez ou deixou de fazer, mas, como bem colocou o Padre, é de fundamental importância que você confie na gente e coloque tudo que você sabe, senão não vamos ter como ajudar outras pessoas, outras adolescentes na situação que você muitas vezes viu, presenciou ou mesmo passou. Está certo, Helena?

Diga-me uma coisa. Você conhece o Sr. Fernando Salinak?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Conheço.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como ele é fisicamente?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Em que sentido a senhora está falando?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele é baixo, alto, magro, gordo, cabelo curto, comprido? Mais ou menos como ele é. Como é que você o descreveria? Mais ou menos assim: "Ele é assim, assim, assado."

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Ele é alto, tem um cabelo até aqui, não é?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Comprido?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso. Comprido, loiro. Acho que está com reflexo o cabelo dele de loiro, não é?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ãh, ãh.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – E tem um pouquinho de barriga.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tem um pouco de barriga.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Mas é magra.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quando foi que você conheceu esse senhor?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Quantos anos?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quando você conheceu ele?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Quando?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – No ano passado.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pois é, mas em que ocasião? Em que situação você conheceu ele?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Eu conheci ele no curso, logo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele chegou se apresentando? Ele deu o curso para você?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Chegou se apresentando para a gente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele deu o curso para você durante os 30 dias?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso, 30 dias, mas ele ia todo o dia. Ele se apresentou e disse que era dono da coordenação todinha e disse para a gente fazer bonito, para gente tentar desfilar, ser alguém. Aí, só isso que ele falou. Ele falou o nome dele tudinho e disse que era dono da agência, tudinho. Só.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Terminado o curso de 30 dias, é isso, Helena?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Ãh.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Terminado o curso, você viu o Fernando em outras ocasiões?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, o período que você viu Fernando foi só no período do curso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Certo. E como é que você ficou sabendo dessa história de meninas indo para o Hotel Tropical, quem falou isso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Quem me falou foi as meninas lá do curso, que fazia o curso comigo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Essa menina...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Uma delas falou para mim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem falou?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Uma das meninas falou para mim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Essas meninas eram maior ou menor de idade?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – As que me falaram eram de menor.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, por gentileza, escreva para mim. Eu pediria à assessoria que a depoente escrevesse num pedaço de papel o nome da menor que deu essas informações para ela. (Pausa.)

Obrigada, Helena.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – De nada.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você só tem o primeiro nome, não tem o completo?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Oi?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Se eu quiser localizar a pessoa...

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não tenho completo o nome dela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não tem como localizar?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não tenho, só se eu ver ela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas se você ver você sabe quem é?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Eu conheci ela **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela ainda mora aqui em Manaus?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Se ela ainda mora aqui não sei, porque só tinha contato com ela no curso, aí quando termina o curso, ninguém conhece mais ninguém.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Perdeu o contato.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Esse curso foi em que ano?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Foi em 2003.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O ano passado então?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Início do ano passado.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Ãh, ãh.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, o último contato que você teve – vamos inventar um

nome fictício para ela – com a Vânia foi no período do curso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por que razão ela teria te contado isso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, ela só perguntou assim de mim se eu ia mesmo fazer o curso, se eu ia ser garota de programa. E aí eu falei para ela: "Por quê? Ele faz isso?" Ela disse: "É." Aí foi que ela me contou tudo isso que contei para vocês. E ela disse: "Eu não vou ser. Só estou te alertando, mas se você quiser é problema teu." Eu disse: "Não, não te preocupa. Eu resolvo isso até lá." Eu falei para ela. Aí foi assim, só tinha esse contato.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, você não sabe me informar com detalhes desse hotel, essa apresentação era feita no **hall** do hotel, era feita no quarto do hotel?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não sei, porque nunca entrei lá e também só soube assim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, só quem poderia comprovar essas afirmações que você está nos dizendo agora seria Vânia? Somente ela?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Só ela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não tem nenhuma outra pessoa que pode confirmar isso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não tem nenhuma outra.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E tu não tens o nome completo dela?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, não tenho.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não tens o endereço dela?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não. Mas ela foi chamada para desfilar, mas só se eu ver ela mesmo, eu conheço.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, ela chegou a ser chamada a desfilar em outras ocasiões?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Ela chegou... Isso, mas foi a única que falei com ela. Então, ela foi chamada... Ela só me falou que tinha sido chamada e nunca mais eu falei com ela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A Vânia, a nossa amiga aqui, ela está nas fotos?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não, não vi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Porque você me disse que quando entrou, eles exigiram uma foto. Então devem ter exigido também o mesmo para a Vânia, correto?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Ãh, ãh. Mas as fotos que me mostraram era de desfile. Então, eu não vi nenhuma do desfile.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas a Vânia chegou a desfilar?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tu não sabes informar se a Vânia tem fotos, é isso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Não. Só sei informar que ela passou no curso, agora não sei se ela desfilou.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Está certo.

Muito obrigada, Srª Presidente.

Obrigada, Helena.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – De nada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Bem, nós queremos te agradecer... (Pausa.)

Não, a Deputada Suely no momento não tem nenhum questionamento.

Nós queremos te agradecer pelas informações. A CPMI fica muito agradecida na certeza de que poderemos contribuir com isso para o esclarecimento dessa situação. (Pausa.)

Deputado Luiz Couto tem um...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Helena, quando você chega no curso, essa sua amiga perguntou se você ia fazer o curso de modelo, ela disse que tinha recebido uma oferta para ser modelo e ser garota de programa e alertou você dizendo que isso acontecia. Não foi isso?

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está bom. Era isso que queria a confirmação.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Helena, muito obrigada pela sua contribuição. Como disse pode ter certeza de que suas informações serão úteis para que possamos estar esclarecendo essas situações em Manaus.

Obrigada.

Boa tarde.

A SRA. HELENA *(Nome fictício)* – De nada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Queríamos, antes de chamar o próximo depoente, estamos com um grupo de jovens aqui e eles querem entregar um documento. Eles são da Sociedade Espírita Nosso Lar, que trabalha com Protagonismo Juvenil no Programa Pair, e eles querem entregar um documento a CPMI. Então, Elcias... É isso? (Pausa.) E os outros também, se quiserem acompanhá-lo, que também fazem parte do programa, podem vir aqui para entregar esse documento. (Pausa.)

Pois não, pode se identificar.

O SR. ELCIAS JÚNIOR – Primeiramente, boa tarde, a todos.

Sou Elcias Júnior. Apenas eu sou da Sociedade Espírita de Assistência Nosso Lar e nós três fazemos parte da Subcomissão do Protagonismo Juvenil do Pair, que é um programa que veio aqui para Manaus agora justamente por causa dos índices de violência sexual que está sendo muito alto, infelizmente, mas que nós estamos... aí... os adolescentes estão trabalhando para isso, porque os adolescentes e as crianças são as principais vítimas da exploração sexual. Então estamos nos mobilizando para isso e para estar passando a outros adolescentes a nossa realidade, e com isso melhorando cada vez mais.

Enfim, vou passar para vocês uma carta-proposta que elaboramos. Foi elaborada por adolescentes e aprovada por adolescentes no primeiro Fórum Juvenil sobre Violência Sexual Infanto-Juvenil, que foi realizado por adolescentes, por nós, do Protagonismo Juvenil. Resolvemos nos mobilizar e fazer um fórum dando oportunidade para outros adolescentes que sabemos que também têm a vontade nossa de estar melhorando isso. Entende? A gente resolveu dar uma oportunidade para eles também.

"Primeiro Fórum Juvenil sobre Violência Sexual Infanto-Juvenil.

Carta-proposta.

O primeiro fórum sobre violência sexual infanto-juvenil aconteceu reunindo, em Manaus, no dia 14 de maio de 2004, na sede da casa Mamãe Margarida, no bairro de São José...

Essa é uma atividade integrante da 4ª Semana Municipal de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, cuja temática central insere o Protagonismo Juvenil na luta contra a impunidade.

Em sua plenária final, deliberou pela apresentação da carta-proposta abaixo transcrita, contendo indicativos voltados à temática.

Os 78 adolescentes e jovens presentes ao citado evento conclamam pelo cumprimento dos Parlamentares desta Casa no apoio de viabilização do conteúdo deste documento.

Proposta nº 1 – A criação de uma vara especializada em crimes contra crianças e adolescentes.

Proposta nº 2 – A implantação da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e a manutenção da Delegacia de Apuração e Atos Infracionais.

Proposta nº 3 – Inserção no currículo escolar da disciplina Orientação Sexual, com ênfase para a violência sexual infanto-juvenil.

Proposta nº 4 – Institucionalização do Programa de Ações Integradas Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro, que é o Pair (do qual fazemos parte).

Proposta nº 5 – Regulamentação, por meio de leis municipais, do não-ingresso e a permanência de crianças e adolescentes em hotéis, pensões e congêneres, sem autorização dos responsáveis.

Proposta nº 6 – Fiscalização mais intensa nas saídas e nas entradas de portos e rodovias de Manaus.

Proposta nº 7 – Fortalecimento dos serviços especializados de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Proposta nº 8 – Intervenção mais educativa na mídia no enfrentamento da violência sexual.

Proposta nº 9 – Investimento na capacitação das polícias para uma atuação mais qualificada na área da infância e da adolescência.

Proposta nº 10 – Criação do Programa Municipal de Apoio à Orientação Sócio-Familiar.

Proposta nº 11 – Fortalecimento na luta nacional pela alteração no Código Penal no que se refere a transformar os crimes sexuais, hoje em crimes contra costumes, para crimes contra pessoa.

Proposta nº 12 – Responsabilizar o Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente – CMDCA – no acompanhamento da execução das propostas contidas nesta carta, abrindo para a participação juvenil (que é o Protagonismo)."

(Palmas.)

Gostaria de agradecer a presença de todos na nossa cidade.

Nós, do Protagonismo Juvenil, além deste fórum que realizamos, preparamos, junto com os Conselhos Tutelares e com as entidades que participam da Comissão, o dia 18 de maio, onde fizemos... Eles deixaram para nós decidirmos o que faríamos no dia 18 de maio, Dia Nacional de Combate à Violência Sexual Infanto-Juvenil, para que não passasse em branco a data. Resolvemos fazer uma mobilização, uma passeata da Praça do Congresso até a Câmara Municipal de Manaus, onde tivemos uma audiência pública e a nossa carta foi lida pela nossa amiga Lidiane Ferreira Cândido, que também faz parte do Protagonismo. Logo em seguida, tivemos uma audiência aqui na Assembléia, onde lemos... apresentei a carta para os Deputados.

Enfim, estamos pedindo novamente ajuda para que tiremos essas propostas feitas do papel, que sejam, a partir de já, o mais depressa possível, que possam ser realizadas, para que, daqui mais alguns dias, tenhamos outra audiência desta não para fazermos mais propostas contra a violência sexual, mas, enfim, para agradecer por terem nos ajudado a combater a violência e dar um basta a isso.

Somente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Elcias, primeiro a gente gostaria de parabenizar o comprometimento não só teu, mas, em teu nome, o de todos os jovens que estão atuando nessa situação, porque acho que, primeiramente, o jovem também entender essa questão da violência e convocar todos os demais jovens a lutar contra isso.

A CPMI tem nos seus eixos que iremos propor, agora, ao entregar o nosso Relatório no dia 21, grande parte de tudo isso que você já colocou e nós entendemos e entendemos a sua angústia de não estar, assim, realizando audiências, levantando os problemas e levantando as situações, mas a gente, realmente, têm ações concretas em todos os sentidos, desde o levantamento dos casos, da responsabilização – como nós estamos fazendo hoje aqui –, do envolvimento da sociedade, da mobilização da comunidade, do chamamento para que a mídia tenha, também, o seu importante papel, não só na divulgação dos casos, mas também na mudança cultural que nós temos que ter com relação a isso, e, também, das políticas públicas que venham a criar uma rede de proteção e dar enfrentamento.

Nós, então, da CPMI só temos a lhe parabenizar, a você e aos seus companheiros, que, desde já, estão tão comprometidos com uma situação tão grave. Acolhemos o seu documento com muito carinho e com muito respeito, na certeza de que ele está dando uma grande contribuição, não para nós da CPMI, mas para todas as crianças e adolescentes que têm sofrido nas mãos dos abusadores, dos exploradores.

Os nossos parabéns...

O SR. ÉLCIAS JÚNIOR – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – ...e que você continue, junto com os seus companheiros, trilhando essa linha de compromisso por criar uma sociedade melhor, mais justa e mais igualitária.

O SR. ÉLCIAS JÚNIOR – Só para dizer mais uma coisa: nós estamos aqui, também, representando a Agência Uga-Uga de Comunicações, que, infelizmente, não pode vir nenhum representante. Nós vamos entregar, também, aqui, uma clipagem dos acontecimentos dos casos de violência sexual e, também, do dia 18, que está aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Está certo. Esses documentos serão entregues à nossa Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes. (Pausa.)

Estamos só esperando que o próximo depoente termine de acertar os detalhes e já daremos prosseguimento. (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Bem, queríamos, aos nossos trabalhos, convidamos a Depoente Paula.

Pedimos à nossa Secretaria para que a acomode aqui no local, na cadeira, para que possamos ouvir o seu depoimento. (Pausa.)

Solicito que sejam retiradas as algemas da depoente.

Eu pediria aos fotógrafos, por gentileza, para, por favor... Já fizeram as fotos?

Pronto, Paula?

Boa tarde, Paula. Você está aqui na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Deputadas e Senadores, e nós queríamos, então, contar com a sua colaboração nas informações que você tiver para que a gente possa realmente elucidar todos esses casos de abuso e de exploração que envolvem as nossas crianças e nossos adolescentes, aqui em Manaus.

Num acordo que foi feito com a nossa Relatora, com os seus advogados, você nos disse que iria revelar todas as situações, todos os nomes que você tem conhecimento.

Então, é exatamente isso que nós estamos aqui esperando de você para que a gente possa ter realmente um depoimento concreto que nos ajude na investigação de todas essas situações bárbaras que vêm acontecendo aqui em Manaus.

Eu gostaria de saber se você tem alguma coisa para dizer inicialmente.

A SRA. PAULA – Eu vou colaborar. No que eu puder, eu vou responder.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Então, vou passar a palavra à nossa Relatora para que S. Exª comece seus questionamentos. Depois, Paula, vamos também ouvir os outros Parlamentares que aqui estão e que têm algumas perguntas para lhe fazer de maneira bastante objetiva.

A SRA. PAULA – Tudo bem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Boa tarde.

A SRA. PAULA – Boa tarde.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos começar pelo seguinte.

Em que cidade tu resides atualmente?

A SRA. PAULA – Eu moro em Boa Vista.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde quando tu moras em Boa Vista?

A SRA. PAULA – Eu moro desde 89.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde?

A SRA. PAULA – 89.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu és natural de onde?

A SRA. PAULA – Rio Branco, Acre.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E qual a tua relação com Manaus? Tu já viveste em Manaus?

A SRA. PAULA – Venho a Manaus em tratamento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desculpe-me, eu não ouvi.

A SRA. PAULA – Quando eu venho a Manaus, venho fazer tratamento de saúde.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tratamento de saúde.

Qual é a tua atividade profissional? Como tu sobrevives? Qual a tua atividade?

A SRA. PAULA – Tenho uma atividade de **show** em Boa Vista.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde quando tem essa Casa de **show** e qual é o nome dela?

A SRA. PAULA – Afrodite. Atualmente, ela está fechada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando abriu a Afrodite?

A SRA. PAULA – Abri a Afrodite em 2001 e funcionou um ano. O juiz mandou fechar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nessa casa de **shows**, além de música, havia a apresentação de pessoas, **streap-tease**, algum tipo de proposta dessa forma?

A SRA. PAULA – Sim. Tem show de **streap-tease**, som ao vivo. É uma maneira que eu promovia esse tipo de evento para mim poder vender a minha bebida.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. Além disso, Afrodite contava com espaço com quartos, lugares onde havia encontros sexuais?

A SRA. PAULA – Não. Os quartos que existiam lá eram para uso dos funcionários que morava na casa. Inclusive, minha irmã morava lá, e um dos funcionários morava na casa, porque havia dois quartos só.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Posso compreender, então, que havia necessidade desses quartos porque muitas pessoas não eram de Boa Vista e trabalhavam lá?

A SRA. PAULA – As meninas que trabalhavam com **show**, quando não tinham condições de pagar um hotel ou alugar um...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma casa, um aluguel? Desculpe-me.

A SRA. PAULA – ... uma casa, eu sempre hospedada alguma delas, mas não no local onde eu trabalhava. Entendeu?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. Então, elas moravam ali, mas faziam seus programas sexuais em outros lugares.

A SRA. PAULA – Se elas faziam programa, isso não era do meu conhecimento. O meu... Elas trabalhavam com **show**. Certo? Agora, da casa para fora, eu não...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que tipo de trabalho era o teu no sentido de agenciar essas meninas em Manaus ou em outras cidades? Como funciona esse agenciamento para levar pessoas para Boa Vista, por exemplo?

A SRA. PAULA – Muitas meninas que trabalhavam comigo, sempre tinham uma amiga que já tinham ido até Boa Vista, não trabalhando só na minha casa. Trabalhavam em outras casas também. Como elas já conheciam a cidade, sempre que elas vinham em Manaus, elas faziam o convite com outras amigas e levavam até Boa Vista.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De qualquer idade?

A SRA. PAULA – Só trabalho com garotas de maior.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sabemos que não é bem assim. Você tem conhecimento de adolescentes que trabalham em Boa Vista com exploração sexual?

A SRA. PAULA – Tenho. Já aconteceu de, em diversas casas, ter garotas de menor. As donas da casa foram presas. Às vezes, chega até a fechar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nessas situações, como é que tu fazias, com quem é que tu fazia o contato aqui, em Manaus? Quem aqui, em Manaus, cooptava as meninas para serem levadas para Boa Vista?

A SRA. PAULA – Como acabei de explicar para a senhora, sempre umas garotas convidavam as outras.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas havia algum contato seu aqui? Alguma pessoa que trabalhava com você? Por exemplo, posso considerar que Leonor, vulgo Léo, era uma pessoa que trabalhava com você?

A SRA. PAULA – Eu e a Leonor fomos sócias numa casa de **show**, mas, em 2000, separamos nossa sociedade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual foi o motivo da separação da sociedade?

A SRA. PAULA – Não entendi?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual o motivo pelo qual vocês acabaram a sociedade?

A SRA. PAULA – Não estava mais dando certo para trabalhar, e eu queria trabalhar sozinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como era o nome da casa de **show** que você tinha com a Leonor até 2000?

A SRA. PAULA – MC.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – MC. Podemos dizer que você tem conhecimento de meninas que trabalhavam naquela casa com identidade falsa?

A SRA. PAULA – Não. Não tenho conhecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com idade alterada? Nunca aconteceu de a procurarem dizendo que tinham uma idade e tinham outra?

A SRA. PAULA – Não vou falar uma coisa que não tenho conhecimento, mas o que eu ouvia falar das outras casas é que tinha garotas. Entende? Mas nunca vi. Tem várias casas de **show** e boates em Boa Vista.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Léo, que é Leonor, facilitava para as meninas adquirirem identidade falsa?

A SRA. PAULA – Até a época em que trabalhamos juntas, nunca aconteceu. Depois, se aconteceu, não tenho conhecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você não tem conhecimento de que, no ano de 2001... Em 2001, você ainda se relacionava com a Léo? Você tinha amizade com ela?

A SRA. PAULA – Tivemos. Em 2000.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em 2001?

A SRA. PAULA – Em 2000. Separei minha sociedade em 2000.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você acabou a sociedade, mas manteve algum relacionamento com ela em 2001?

A SRA. PAULA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca mais falou com ela?

A SRA. PAULA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas tu conhece a Léo?

A SRA. PAULA – A Léo eu conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tanto que teve uma sociedade com ela, que durou quantos anos?

A SRA. PAULA – Treze anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você não tem conhecimento de que ela pegava fotografia das meninas e ela mesma providenciava as identidades falsas?

A SRA. PAULA – Não, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A sua boate, MC, fechou realmente em 2000? Ela não estava aberta em fevereiro de 2001?

A SRA. PAULA – Eu falei Afrodite.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já se chamava Afrodite? Era o mesmo lugar?

A SRA. PAULA – Não. Quando separei minha sociedade, em 2000, montei uma casa de **show** com o nome de Afrodite.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Boate MC ficava onde?

A SRA. PAULA – Na Rua Carlos Latroti, em Boa Vista.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E a Boate Afrodite fica onde?

A SRA. PAULA – Na Áureo Cruz.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, são razoavelmente distantes?

A SRA. PAULA – Bairros próximos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Léo te acompanhou para a Boate Afrodite?

A SRA. PAULA – Não, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi iniciativa apenas tua?

A SRA. PAULA – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Temos depoimentos que indicam o funcionamento da Boate MC ainda em fevereiro de 2001.

O SR. PAULA – A MC estava funcionando, só que eu saí da... eu separei a sociedade em 2000, eu saí, não voltei mais a trabalhar com ela em 2000.

Em 2001, eu montei o Afrodite, e ele funcionou de 2001 a 2002. Em março... dia 14 de março de 2002, fechou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora, vamos ver como é que funciona o recrutamento das adolescentes. De fato, assim, quando a Deputada Thelma de Oliveira disse que tu irias colaborar conosco, é porque nós temos a expectativa que tu relates sem muita conversa, objetivamente, como é que funciona o recrutamento das adolescentes.

A SRA. PAULA – Eu expliquei para a senhora antes que muitas delas vão...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Muitas delas, mas não todas.

A SRA. PAULA – Eu só vou responder o que eu estou sabendo, eu não vou inventar uma coisa que eu não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, eu entendo, que muitas delas, uma fala para a outra, mas não todas. Há pessoas, assim, que um dono de boate – agora em tese, não é só o teu caso – , um dono de boate procura numa cidade como Manaus para que lá possa recrutar as meninas para ele levar para a boate?

A SRA. PAULA – Existe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que funciona isso?

A SRA. PAULA – Eles vêm, fazem contato e levam as garotas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde atuam essas pessoas? Onde é que se recrutam meninas?

A SRA. PAULA – Aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por exemplo, em Manaus, depois vamos pegar...

A SRA. PAULA – Em casa de show, festa, praças...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porta de escola?

A SRA. PAULA – Não. Que eu saiba...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Praças?

A SRA. PAULA – Praças.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Shopping?

A SRA. PAULA – Exato, também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Lugares, assim, de passeio e de festas?

A SRA. PAULA – Festas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ... são utilizados pelos recrutadores para fazer um contato?

A SRA. PAULA – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que tipo de contato é feito com as adolescentes?

A SRA. PAULA – Eu não sei como lhe responder.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, mas assim... é oferecido algo que ela possa ganhar?

A SRA. PAULA – Se eu responder uma coisa e de repente não for aquilo, eu vou estar me prejudicando e prejudicando quem eu não...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, na verdade, não. Eu estou te perguntando porque tu conheces mais do que eu esse meio, então, é preciso que tu objetivamente me diga: "Olha, eu penso que funciona assim".

A SRA. PAULA – Geralmente as pessoas, quando vêm fazer contato com uma garota para ela fazer programa, sempre tem um intermediário. Nunca é a pessoa diretamente, sempre há um intermediário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, sempre se usa um intermediário?

A SRA. PAULA – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esses intermediários são conhecidos dos donos de boates?

A SRA. PAULA – Não entendi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esses intermediários são conhecidos dos donos de boate?

A SRA. PAULA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Os donos de boate pagam alguma coisa por esses serviços para o intermediário?

A SRA. PAULA – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ele é que aborda as meninas?

A SRA. PAULA – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Depois ele entrega as meninas para os donos de boate?

A SRA. PAULA – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em geral, quanto se cobra por um programa sexual?

A SRA. PAULA – Eu não sei responder.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Numa boate?

A SRA. PAULA – Eu não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto... É mais caro um programa com meninas mais jovens?

A SRA. PAULA – Eu não posso lhe responder uma coisa, porque eu não trabalho com menor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas eu não estou perguntando apenas sobre a tua realidade, não é sobre ti, é sobre um mercado que tu conheces. Tu conheces a noite, tu conheces boates, sim ou não?

A SRA. PAULA – Eu conheço a boate, eu sei falar para você quanto é que custa a minha bebida, o meu tira-gosto, agora, se alguma delas sair com alguém e cobrar alguma coisa, isso daí eu não posso te responder, porque eu não...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas os homens que freqüentam as boates – eu não estou falando da tua boate, eu quero falar do todo – , os homens que freqüentam esse tipo de boate, que sabem que são boates que têm **striper**, têm meninas, eles procuram e freqüentam essas boates não apenas para dançar, mas freqüentam também para programas sexuais, como clientes de programas sexuais. É verdade ou não é?

A SRA. PAULA – Se eles vão pensando em fazer isso... porque não chega até mim, sempre que o cliente chega numa boate, ele vai assistir a um show...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer que a tua boate é quase uma casa de religião, no sentido de que não acontece nenhuma festa lá. Daqui a pouco, você vai me dizer que não tem música alta e não tem bebida alcoólica. Se você quer colaborar, eu preciso que você me relate como funciona. Como funciona objetivamente? Os homens que procuram essas boates que têm **strip-tease** procuram também programas sexuais. É óbvio que a dona da boate tem interesse que existam meninas ali, porque, se as meninas estão ali, ela ganha com a bebida, ganha com

tudo que é vendido, ganha com a festa que ela promove ali.

A SRA. PAULA – Eu ganho com a minha bebida. Eu acabei de relatar para você que eu ganho com a minha bebida.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora como acontece o agenciamento, como vocês produziam isso? Você e Leonor eram sócias?

A SRA. PAULA – Ex-sócias.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas foram sócias?

A SRA. PAULA – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não apenas numa boate, mas no agenciamento das meninas.

A SRA. PAULA – Sócia na boate.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Leonor fazia o agenciamento das meninas?

A SRA. PAULA – Não. Nunca cheguei a vê-la fazendo agenciamento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas adolescentes estavam nessa boate? Você não está colaborando aqui comigo. Colaborar é dizer: olha, tínhamos adolescentes lá. Fazíamos assim, elas eram recrutadas em Manaus, ou em outras cidades que você sabe, e eu não sei, eram recrutadas desta forma, eram levadas até a boate. Como era então? Estou errada nisso? Você confirma ou nega?

A SRA. PAULA – Posso falar...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Comigo?

(Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Já pedi aos fotógrafos para não fazerem, senão vou pedir aos seguranças que os retirem daqui da audiência.

(Pausa.)

(Intervenções fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Conversa com ele. Fica a nossa palavra. Não vamos torturá-la. "Eu tenho para contar isso, isso, isso". Não precisa **(fora do microfone – inaudível)** nenhum. Você fala, nós anotamos, e você vai-se embora. Acabou.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

Pode ser aqui mesmo.

Deputada Thelma, V. Exª pode suspender por um minuto?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Vamos suspender a reunião por alguns minutos e, depois, retornaremos.

(Suspende-se a reunião.)

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Retornando aos nossos trabalhos, antes de começar, quero fazer alguns registros. Primeiramente, os meninos da Sociedade Espírita Juvenil, que nos entregaram o documento, tinham outro compromisso e, por isso, tiveram que se retirar – pediram licença para sair. Depois, quero agradecer também a presença do Dr. Rafael Romano, Juiz da Vara Cível da Infância e da Juventude, que está acompanhando essa audiência, mas que também terá de se retirar em alguns momentos.

Retornando os nossos trabalhos, passo novamente a palavra à nossa Relatora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Paula, vamos retomar. Agora, queria pedir ao advogado que nos permitisse seguir o depoimento da mesma forma que A SRA. Presidente alertou o advogado do outro depoente. Durante o depoimento, a sua presença aqui ao lado deve-se a uma deferência dA SRA. Presidente em virtude da situação de saúde da depoente. Inclusive tivemos antes que acionar o serviço médico. Portanto, compreendemos que a depoente tem problemas de saúde.

Por isso, a Presidente autorizou a presença do advogado ao seu lado, mas ele não pode falar pela senhora. A senhora é quem fará o seu depoimento.

Dona Paula, retomando os trabalhos, a senhora gostaria de a senhora...

(Pausa.)

Obrigada, Deputado Couto.

Dona Paula, conhecemos, por fartos depoimentos, a sua situação e a situação que envolve o agenciamento em Manaus, em Boa Vista. Gostaria de obter uma resposta da senhora não sobre o que a senhora viveu, mas sobre o que a senhora sabe a respeito do agenciamento de adolescentes em Boa Vista. Como funciona esse agenciamento? Não é preciso depor sobre a senhora, mas sobre o que a senhora sabe. Como é que acontece?

A SRA. PAULA – O que comentam que acontece é que as casas de **show** aqui, como ponto turístico, tem muita garota que está lá fazendo... Existem os agenciadores que fazem o contato com a garota e levam até o cliente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esses agenciadores fazem contatos, como a senhora disse, em variados lugares. Eu lhe perguntei se a senhora sabe que existem mercados específicos para adolescentes. Ou seja, é mais caro comprar sexualmente adolescentes?

A SRA. PAULA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Rende mais dinheiro para quem agencia?

A SRA. PAULA – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora já viu e conhece o funcionamento dessas redes

que buscam adolescentes num lugar e levam para outras cidades?

A SRA. PAULA – Eu ouvi vários comentários daqui de Manaus que os agenciadores ganham mais em levar as adolescentes para os empresários, para os políticos para passeio de barco; eles ganham muito mais. Tem garota que passa semanas. Dependendo do tempo que ela passar com o cliente, ela e o agenciador ganham mais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como funciona essa questão do passeio de barco? O próprio barco funciona como um hotel, como um motel?

A SRA. PAULA – Eu nunca fui. Não posso responder se é no barco ou se é em alguma praia. Eu não sei como responder, mas existem muitos passeios de barco. As garotas passam vários dias com os clientes e lá ganham dinheiro. Antes disso, o agenciador já ganhou a parte dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esses passeios de barco são feitos em que rios?

A SRA. PAULA – Como eu disse, não moro aqui, não conheço bem a cidade, mas talvez seja no rio Negro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas é aqui na própria região de Manaus?

A SRA. PAULA – É aqui na região de Manaus.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além deste agenciamento para passeios de barco, há convites para, por exemplo, as meninas viajarem daqui de Manaus para Belém do Pará ou para Mato Grosso ou para Boa Vista ou Rio Branco? A senhora tem conhecimento de como são feitos estes roteiros?

A SRA. PAULA – Já ouvi falar de muitos agenciadores, que pegam as garotas, conseguem documentos e as mandam até para fora do Brasil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para quais países a senhora já ouviu falar que garotas foram?

A SRA. PAULA – Espanha, Guiana, Venezuela...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora já ouviu falar de Suriname?

A SRA. PAULA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Itália?

A SRA. PAULA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Portugal?

A SRA. PAULA – Portugal, já.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E dentro do Brasil mesmo, que outros lugares?

A SRA. PAULA – Boa Vista, Belém.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Região Sul, Região Sudeste e Centro-Oeste do Brasil? São Paulo? Mato Grosso, Mato Grosso do Sul?

A SRA. PAULA – Ouvi falar que há muitas que vão como...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Programa?

A SRA. PAULA – Acompanhantes de executivos para São Paulo, Rio de Janeiro, onde passam alguns dias e voltam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E voltam para cá. É muito caro ir até São Paulo ou Rio de Janeiro e voltar. Então se compreende que este serviço movimenta bastante dinheiro.

A SRA. PAULA – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora ouviu falar no envolvimento de que pessoas? Que pessoas fazem o agenciamento de que a senhora ouviu falar?

A SRA. PAULA – Eu não entendi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quais os nomes de pessoas que fazem este tipo de agenciamento? A senhora tem conhecimento deles, mesmo por ouvir falar?

A SRA. PAULA – Eu posso falar depois?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pode. A senhora pensa nisso que lhe perguntei e vou lhe passar para outra pergunta. Srª Ana Paula, a senhora se referiu aos barcos, ao acompanhamento de políticos, de empresários. Quanto à utilização de motéis e hotéis por adolescentes, a senhora acredita que os hotéis e motéis são cuidadosos ao receberem adolescentes ou não há nenhum controle sobre adolescentes como acompanhantes nos hotéis e motéis?

A SRA. PAULA – Não, os motéis e os hotéis daqui não têm controle, porque muitos agenciadores estipulam que o cliente fique no motel aguardando a garota, e o agenciador leva a garota até eles.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como o cliente faz a escolha da garota?

A SRA. PAULA – Por meio de ligação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora chegou a tomar conhecimento da existência em hotéis de algum **book**, livro de fotografia, ou computadores que são acionados e logo aparecem na tela as fotografias das meninas?

A SRA. PAULA – Não, muitas... O que acontece e que ouvi falar é que eles fazem a ligação e fala o estilo de garota que ele quer, e o agenciador leva até ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em geral, que tipo de garota essas pessoas que procuram as meninas solicitam mais?

A SRA. PAULA – Garota menor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Menor de idade?

A SRA. PAULA – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Jovem?

A SRA. PAULA – Jovens bonitas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Traços indígenas são priorizados, meninas negras, brancas... Como é que a senhora diria que mercado, tristemente, em que as meninas são solicitadas?

A SRA. PAULA – Geralmente eles falam sempre em menor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Menor de idade? O critério é ser menor?

A SRA. PAULA – Menor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tanto faz ser negra, indígena, branca, desde que sejam jovem?

A SRA. PAULA – Jovem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Adolescente?

A SRA. PAULA – ...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora já cuviu falar em pessoas que compram a virgindade das meninas?

A SRA. PAULA – Já ouvi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já tomou conhecimento sobre isso de alguma menina que tenha sido vendida com a sua virgindade?

A SRA. PAULA – Só comentários, só comentários.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora se recorda do valor nesses comentários?

A SRA. PAULA – Sempre quando comentam falam que o preço é bem maior, o preço é maior, e tanto o agenciador quanto a garota ganham bem mais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora, por observar esse meio... Temos informação de que as meninas entram muito cedo, cada vez mais cedo. Se alguns anos atrás entravam com 16 ou 17 anos, hoje entram com 14 ou 12.

A senhora confirma que existem meninas jovens dessa forma exploradas sexualmente, comercializadas em seu corpo?

A SRA. PAULA – Já ouvi falar e já vi que aqui em Manaus, se você andar pelo centro da cidade, em **shoppings**, em balneários e em festas, vai ver que tem muita adolescente que não tem nem 13 ou 14 anos de idade e estão se prostituindo.

Ontem mesmo passou na televisão, foi bem claro para todo mundo ver. Uma garota de 14 anos estava no centro da cidade fazendo programa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, à luz do dia, não só à noite?

A SRA. PAULA – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora, do que conhece de Manaus, quais os principais pontos em que observa, andando pela cidade, onde existem adolescentes hoje ou que já lhe falaram?

A SRA. PAULA – No centro, na Ponta Negra, nas festas. Tem muito nome de local de festa que não sei o nome, mas os locais são shoppings, centro e, nome de festa, tem o Coração Blue, que é um local que elas freqüentam muito, gostam de freqüentar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu lhe perguntei sobre as meninas, sobre a idade, e a senhora diz que a maioria é menor. Agora vou lhe perguntar sobre o cliente.

Quem é o cliente que procura essas meninas? Ele tem que perfil? Ele é uma pessoa de que idade? Casado, solteiro?

A SRA. PAULA – A maioria são homens casados que têm medo de, caso aconteça alguma coisa, aparecer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, em geral, homens casados, mais velhos?

A SRA. PAULA – Mais velhos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E buscam essas meninas tanto nas boates quanto nas ruas?

A SRA. PAULA – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto em festas, enfim.

Em termos de clientes, quando a senhora fala que tem, por exemplo, para acompanhar nos barcos, para acompanhar em festas ou hotéis, tem serviço de acompanhantes. E a senhora chega e diz assim: "Acompanhantes de políticos". Como é que é isso? Há uma grande incidência de políticos. A senhora já reparou isso?

A SRA. PAULA – Políticos, empresários, que são pessoas que não podem aparecer, que eles preferem fazer um passeio fora da cidade para poder a imagem deles não ser...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E aí contratam direto com a agenciadora?

A SRA. PAULA – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Contratam a agenciadora e dizem: "Olha, eu quero este perfil".

A SRA. PAULA – É porque sempre quem aparece, sempre quem pega a pior é o agenciador, não é? Porque eles não aparecem, e os agenciadores é que vão para a cadeia, é que pega, tudo de ruim fica para eles.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora acha que é justo isso?

A SRA. PAULA – Eu acho injustiça, não é?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É. Porque, afinal de contas, ele é que paga tudo isso, que move, não é?

A SRA. PAULA – Proporciona tudo isso, e ele sai, fica bem, e o agenciador é que fica preso, não é?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É. Eu tenho reparado que muitas pessoas posam para a sociedade como pessoas que não têm nada a ver com isso. E, na verdade, são eles... O dinheiro deles é que movimenta isso. Eu também... Nisso, eu tenho absoluta concordância.

A SRA. PAULA – Como também tem muito político que, em programas de televisão, eles falam mal do agenciador, e só ele não faz um exame, na consciência deles, que eles também já estiveram por trás de tudo isso. Mas só quem pega é o agenciador. E todos eles participaram.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bom, então, nós concordamos que isso... Que tudo isso é uma grande rede. Que o agenciador é o funcionário daquele que tem o dinheiro e compra o serviço sexual da menina.

A SRA. PAULA – Exatamente. E o agenciador tem que calar. Porque, se abrir a boca, ele vai morrer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora já se sentiu ameaçada?

A SRA. PAULA – Diversas vezes. Não só eu, como minha família.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De que forma essas ameaças chegaram à senhora?

A SRA. PAULA – Porque como estive explicando antes, lá em Boa Vista, eu não consigo trabalhar. Toda vez... Se eu montar um restaurante, montar uma casa de **show**, qualquer coisa que eu for trabalhar, sempre é motivo para mandar fechar. Por quê? Porque, muitas vezes, eu tenho que calar para poder estar viva. Porque eu tenho uma filha e tenho uma mãe, que eu sustento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mesmo que a senhora monte um negócio que não tenha adolescentes, que está dentro da lei, que está dentro do...

A SRA. PAULA – Porque tudo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um lugar de diversão, enfim, voltado ao público adulto.

A SRA. PAULA – Exatamente. Eu...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora é perseguida?

A SRA. PAULA – É. Perseguida. Muito perseguida.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E quem... E, assim, por que a senhora é perseguida? Porque a senhora tem informações que não querem que a senhora dê?

A SRA. PAULA – Também. E lá eu não consigo trabalhar em menos de um ano. Lá em Boa Vista. Porque quando eu... Como eu expliquei antes, quando eu abro uma casa, imediatamente, não só eu, como a Leonor também passa por isso, certo. Muitas casas de show que têm lá, que chamam de show, mas é uma boate, já foram presas, as donas das casas já foram flagradas com menores, certo. E em dez, quinze dias, são soltas, fica tudo impune, mas sempre eu e a Leonor estamos aqui, pagando. Estamos presas. Tanto eu quanto ela temos problemas de saúde, certo? Lá no presídio onde eu estou não tem médico. E as pessoas que estão por dentro de tudo isso estão impunes. Não tem ninguém para resolver.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só a senhora.

A SRA. PAULA – Só eu e ela estamos pagando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só vocês duas. Quando outros lugares que têm adolescentes lá...

A SRA. PAULA – Tem o André também, que está preso, certo. Porque tem vários agenciadores aqui em Manaus, muitos que trabalham aqui, estão soltos aí, mandando pessoas para fora, para o exterior. Estão trabalhando aqui normalmente, que a Polícia sabe, todo mundo sabe o que eles estão fazendo, trabalhando com adolescentes, com garotas tanto de menor quanto de maior, estão agenciando, e estão soltos. Agora, nós... Foram me prender lá em Boa Vista, certo? Enquanto aqui em Manaus, que a rede maior é aqui em Manaus, estão todos soltos, os políticos calam a boca, todo mundo fica calado, e pegam um microfone e vão na televisão e ficam me malhando por uma coisa que não fui só eu que fiz, certo? Nunca neguei. Quando eu vim aqui em Manaus, eu fui... A Drª Graça, a Delegada do...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Da Infância.

A SRA. PAULA – Da Infância. Ela nunca... Não mandou nem um ofício para mim me chamando para... Ela pegou o número do meu telefone, me ligou, eu vim aqui depor. Quando a Polícia Federal me prendeu, em outubro, em Boa Vista, eu estava no supermercado, eu larguei as compras lá e fui para dentro da boate e sabia que ia ser presa, eu podia muito bem pegar meu carro e sair fora, não, mas fui me entregar para a Polícia. Por quê? Porque eu queria esclarecer tudo isso que estava acontecendo. Porque só nos três estamos pagando, enquanto tem muita gente que está solta aí, que está agenciando, estão ganhando dinheiro, estão mandando pessoas para fora, estão falsificando documento. Mas, agora, foi bom a gente ser presa, porque quem continua fazendo esses tipos de coisa aí vão ver

que não é só nós três que estava fazendo, têm outras pessoas por trás.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dona Paula, como funciona a apresentação, essa falsificação de documentos?

A SRA. PAULA – Várias garotas que eu conversei com elas, elas explicavam que a própria Polícia, aqui em Manaus, tira o documento delas, facilitam para elas, elas pedem para eles, eles tiram o documento. Agora quando essa garota chega até Boa Vista, elas chegam com documento de maior. Eu não sou perita... não dá para identificar...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela chega na casa...

A SRA. PAULA – Com um documento de maior.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com uma carteira de identidade?

A SRA. PAULA – De maior.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Igualzinha à de todo mundo?

A SRA. PAULA – Normal, com assinatura, carimbo, tudinho. E depois quando a garota...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Assinatura de quem que vai na carteira?

A SRA. PAULA – Da Polícia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É do Secretário de Segurança que vai na carteira, não é? A assinatura que vai na carteira de identidade. Secretaria de Segurança e Instituto de Identificação.

Tu já tiveste nas mãos umas carteiras que depois soubeste que eram falsas.

A SRA. PAULA – Eu vi a carteira de uma das garotas. Foi a única que trabalhou na minha casa, que foi menor, que eu vi, ela passou dois dias, ela mostrou a carteira dela, era de maior. Ela chegou, apresentou a carteira, a carteira era de maior; depois, ela já apresentou para a Polícia uma carteira de menor. Ela tinha duas carteiras, uma de maior, e outra de menor. Uma era uma carteira de...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As duas com a fotografia dela?

A SRA. PAULA – Todas as duas com fotografia dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nomes diferentes?

A SRA. PAULA – Com o nome dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nome dela. Mesmo nome, só mudava a idade?

A SRA. PAULA – Só mudava a idade. E ela mesma falou, no dia da minha audiência, para o juiz que ela fez aquilo porque ela queria ir para Boa Vista, trabalhar, e lá não aceitava garota de menor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela te relatou que pagou por aquela carteira de identidade falsa?

A SRA. PAULA – Ela falou que foi um namorado que ajudou, mas fora isso teve outras pessoas que falavam para mim que tinha amigo na Polícia, e que a Polícia facilitava, tirava, só ela pedir, e ele tirava a carteira dela. Muitos policiais tiravam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tiravam com qualquer idade.

A SRA. PAULA – A idade que ela quisesse.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Chegaste a ouvir algum nome desses policiais? (Pausa.)

Não, não lembra? Gostaria de escrever num papel para mim?

A SRA. PAULA – Posso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Peço à Assessoria que alcance um papel, para que a Dona Paula escreva também os nomes que ela conhece. (Pausa.)

Vamos receber da depoente, Dª Paula, a listagem de policiais que ela considera estejam envolvidos com a falsificação de documentos. (Pausa.)

Está bem, vamos seguindo.

Agora, vou-lhe pedir para escrever nesta folha o nome dos clientes que a senhora citou como políticos.

Quero lhe perguntar o seguinte: a senhora prefere falar ao telefone ou escrever o nome deles? Agora, sem interferência do seu Advogado. A senhora prefere escrever? Para a senhora é melhor?

Então vou pedir que a Dª Ludmila... Ludmila, escreva para nós.

São os nomes que a senhora considera que estejam envolvidos, já que o seu depoimento é muito enfático sobre a presença de políticos. Como queremos limpar a política... (Pausa.)

(Intervenções fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Podemos continuar, Paula? (Pausa.)

OK?

Vou passar agora a palavra à Deputada Suely Campos, para que S. Exª faça seus questionamentos.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Boa tarde, Paula.

A SRA. PAULA – Boa tarde.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Paula, eu queria que você prestasse muita atenção e desse uma rememorada se você nunca realmente foi ao Suriname.

A SRA. PAULA – Não, eu nunca fui ao Suriname. Eu nunca saí do Brasil.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Não?

A SRA. PAULA – Não.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Você conhece alguém de Embaixada que serviu de intérprete numa determinada ocasião?

A SRA. PAULA – Não.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Não conhece?

A SRA. PAULA – Não conheço.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Eu queria que você também nominasse, verbalmente ou por escrito, quem são as pessoas em Boa Vista que foram presas, que agora estão soltas e que estão aí facilmente em liberdade.

A SRA. PAULA – Lá, em Boa Vista, teve várias donas de casas de show que foram presas...

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Mas quem são essas pessoas? Você poderia nominar?

(Pausa.)

A SRA. PAULA – Eu vou escrever.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Vai escrever?

A SRA. PAULA – Vou.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Está bom.

(Pausa.)

A SRA. PRESIENTE (Thelma de Oliveira) – Deputado Luiz Couto, V. Exª teria alguma indagação?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Paula, eu sei que a verdade dói, mas a verdade deixa a gente também livre e nos tira um peso. Eu sei que o medo às vezes impede que a pessoa diga a verdade, mas a gente tem de vencer o medo, porque, quando você fala, você tira aquele medo da sua consciência e do seu coração e você vai ficando muito mais livre. E você vai ficar livre, porque você está colaborando inclusive com a Justiça e com a investigação. Nesse sentido, você terá até direitos de ter alguns direitos com relação à Justiça, porque a CPMI pode solicitar isso a um juiz no sentido de que você colaborou muito com a CPMI, revelando como é que funciona essa rede.

Também você vai ficar com a consciência livre e sossegada, vai dormir tranqüila, e não com aquele peso.

Então, eu sei que você começou a abrir o seu coração e a sua mente, mas percebo ainda muita hesitação e ainda muito receio.

A pergunta que eu faço a você é a seguinte: você recebeu alguma ameaça para não falar? Recebeu alguma ameaça de alguém?

A SRA. PAULA – Não. Estou presa desde outubro. Lá no presídio só tenho contato com a minha irmã ou com meu advogado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ninguém mandou-lhe um recado dizendo: "Fale para a Paula que ela cale o bico, senão vai amanhecer com a boca cheia de formiga". Não recebeu um recado desse?

A SRA. PAULA – Não. Não recebi. Fico com receio, porque tenho uma família. Fico preocupada não comigo, e, sim, com minha família.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você está falando, escrevendo aqui, e a CPMI pode ter esse fato como instrumento de investigação.

Quero dizer-lhe que reconhecer as nossas falhas é uma virtude. Reconhecer que a gente errou, que fez coisas que não se deveria fazer, é uma virtude que não diminui em nada a sua dignidade. Ao contrário, ela faz crescer o seu respeito e consideração. Quero fazer a você algumas perguntas para que você possa me esclarecer.

Você disse que teve uma sociedade com a Léo durante 13 anos. Certo? Depois você a rompeu. Foi ela que rompeu ou você?

A SRA. PAULA – Fui eu.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por que não dava certo? Por que ela aplicou uma rasteira em você? Por que foi?

A SRA. PAULA – Porque eu queria trabalhar só.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você queria trabalhar só?

A SRA. PAULA – Exato.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pergunto-lhe: você conhece Sebastião André Costa?

A SRA. PAULA – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual o tipo de relacionamento que você teve com Sebastião?

A SRA. PAULA – Amigos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele freqüentava a sua casa?

A SRA. PAULA – Era meu costureiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como? Era o quê?

A SRA. PAULA – Costureiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele também trazia pessoas para a sua casa? (Pausa.)

Vou passar aqui e você vai dizer se conhece. Essa, primeiro. (Pausa.)

A SRA. PAULA – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual a relação? Você disse que era seu costureiro?

A SRA. PAULA – Exato.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele também levava pessoas para a sua casa?

A SRA. PAULA – Não. Ele era costureiro. Quando tinha algum evento, ele fazia as roupas de **show**.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o segundo?

A SRA. PAULA – Conheço, mas não tinha amizade. Conheço só de vista.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E a terceira pessoa que está aí?

A SRA. PAULA – Foi minha sócia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Essa boate, a Afrodite, era sua ou dela? Ou das duas?

A SRA. PAULA – Era só minha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por que aparece como sendo dela?

A SRA. PAULA – Foram denúncias.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como?

A SRA. PAULA – Foi quando fizeram a denúncia e falaram.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas a Afrodite era sua?

A SRA. PAULA – Só minha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só sua. Então, vocês eram sócias da MC **Drinks**?

A SRA. PAULA – Só.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Esse MC. Por que esse nome?

Em homenagem a quem?

A SRA. PAULA – O MC, logo quando montamos a casa, no início, a gente estava sem condições de trabalhar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

A SRA. PAULA – E nós alugamos a casa, e essa Maria do Carmo...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah, sim, é por isso que colocaram esse nome!

A SRA. PAULA – Ela colocou o nome dela, Maria do Carmo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah, ela alugou, mas exigiu que se colocasse o nome dela.

A SRA. PAULA – Aí, como o nome já estava pronto, ele quis mudar, porque as pessoas, por mais que a gente botasse outro nome, as pessoas já conheciam lá como MC.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Este outro aqui. Conhece?

A SRA. PAULA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não teve contato algum com a pessoa da Guiana Inglesa?

A SRA. PAULA – Não, só que teve aqui várias denúncias. Umas garotas falaram que eu tinha casa nesse local, certo?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim!

A SRA. PAULA – Elas falaram que eu tinha casa nesse local, por quê? Uma delas estava com raiva de mim e foi-me denunciar na delegacia, dizendo que eu levava mulheres para o exterior.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo! E esse espanhol aí?

A SRA. PAULA – Não conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

A SRA. PAULA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E este aqui?

A SRA. PAULA – Não, não conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você nunca trabalhou em Guajará-Mirim, em Rondônia, não?

A SRA. PAULA – Não, não, nunca trabalhei lá. Nem conheço lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não conhece esse cabeleireiro, não? Esse outro.

A SRA. PAULA – Não. Eu nunca saí do Brasil e não tenho passaporte.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas ele é brasileiro. Nunca teve contato com ele aqui em Manaus?

A SRA. PAULA – Não, não, nunca.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando você conheceu a Léo, ela tinha uma outra irmã também que tinha uma casa também de meninas, não era?

A SRA. PAULA – Sim, a Lourdes tinha a Playboy.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A Playboy. E a Lourdes foi acusada de favorecimento à prostituição e de manter a casa com menor usando documento falso, inclusive com uma menor que foi presa com 17 anos, não é?

A SRA. PAULA – Não é do meu conhecimento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não é do seu conhecimento.

A SRA. PAULA – Eu estava presa já. Eu não estou sabendo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você já ouviu falar que, em relação aos documentos falsos ou para, por exemplo, registro em cartório, haveria um policial em Manaus que forneceria esses documentos?

A SRA. PAULA – Nome, nome, eu não sei, mas que existe aqui muitos, e muitos mesmo, existe.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Muitos?

A SRA. PAULA – Muitos. Têm facilidade de chegar até o cartório e tirar o registro para poder chegar até a polícia e tirar o documento da garota de maior.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De policiais?

A SRA. PAULA – Pelo que já ouvi falar, são policiais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas não sabe o nome de nenhum?

A SRA. PAULA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vou perguntar aqui se você conhece estas, por exemplo. Tenho uma

relação aqui mostrando que a Boate Afrodite era da sua propriedade.

A SRA. PAULA – Certo!

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era comum adolescentes ou mulheres irem à sua casa e depois irem embora para a Guiana, para a Venezuela? Deixar a casa e ir embora para outros lugares?

A SRA. PAULA – Sim, porque, geralmente, sempre as meninas, quando elas saem da casa, primeiro, que ninguém tem nenhum compromisso, elas sempre falam: "Eu estou indo para Manaus". E acaba que elas não vêm para Manaus; elas vêm para Venezuela ou para as Guianas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo passam aqui.

Alguma vez você... Agora, quando essas pessoas saíam da casa... Elas pagavam alguma coisa para ficar em casa?

A SRA. PAULA – Não, porque é o seguinte: elas faziam um show, e eu pagava o show delas. E muitas delas que não tinham casa pra morar, moravam na casa, mas o aluguel quem pagava era eu.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É, mais se ela saísse de fazer o show, aí era cobrada alguma coisa delas?

A SRA. PAULA – Não, quando terminava o show, elas saíam, e não era cobrado nada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É porque tinha, no caso, na capital da Guiana Inglesa, Georgetown, que funciona também cassinos, há denúncias de que pessoas que ficavam em Boa Vista, depois elas iam para esse local e aí elas conseguiam bastante dinheiro naqueles cassinos.

Você disse que, na sua casa, elas não tinham uma coisa fechada, elas podiam sair e ir embora... E diziam que elas vinham para Manaus, mas, na realidade, elas tinham ido para outros países.

A SRA. PAULA – Exatamente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você pessoalmente nunca manteve alguma relação com Venezuela, com Ilha Margarita, com Suriname, com a Guiana Inglesa.

A SRA. PAULA – Não, eu nunca fui, e vou lhe explicar...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas se manteve algum contato, mesmo não tendo ido lá. Mas se você mantinha contato com casas de show que funcionavam também nesses locais.

A SRA. PAULA – Não, não tinha contato nenhum, mas vou lhe explicar o seguinte: em Boa Vista, quando o cliente vai até uma casa de show, um venezuelano ou um guianense, eles entram como cliente. Lá, se eles convidam a garota para viajar, como já aconteceu de eu descobrir na hora, eu fui até a delegacia e comuniquei para a Polícia que estava tendo o pessoal da Venezuela que estavam levando garota para a Venezuela.

Só que ninguém tomou nenhuma providência. É tanto que vocês podem procurar lá em Boa Vista, lá na Polícia Federal, eu levei toda a documentação das meninas que faziam show na casa e falei para eles que tinham muitas pessoas que estavam vindo da Venezuela, das Guianas, convidando as garotas, porque elas sentavam na mesa com eles, conversava, não dava para mim ouvir a conversa, porque, às vezes, eu estava trabalhando. Eu descobria – certo? – e chegava até a Polícia e falava, só que ninguém resolvia nada. E quem acabou levando a culpa de mandar mulher para fora fui eu.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer que os estrangeiros iam lá e levavam as meninas para a Venezuela.

A SRA. PAULA – Exatamente.

Entrava como cliente, convidava...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E levava sem você saber?

A SRA. PAULA – E falava o hotel que ele estava. E, no outro dia, como tinha muitas delas que não morava na casa, elas iam lá, combinavam tudo, ele pagava passaporte, pagava tudo para ela e levava.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você registrou queixa na Polícia?

A SRA. PAULA – Eu fui, comuniquei várias vezes para a Polícia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você tem essas ocorrências?

A SRA. PAULA – Não, eu cheguei e falei. Como eu falei para o...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas não registraram lá, não?

A SRA. PAULA – Não registraram. Como no dia que eu levei toda a documentação das meninas que faziam show lá na Polícia Federal, eu falei para o Paulo César – era o nome do agente –, eu falei para ele o que estava acontecendo. Só que...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você não pediu para registrar, não?

A SRA. PAULA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não pediu para registrar. Era bom ter registrado, viu?

Você ouviu falar em uma boate La Maloca, em Santa Helena, na Vezenuela?

A SRA. PAULA – Eu moro em Boa Vista, há 16 anos. Eu nunca saí de Boa Vista para fora do Brasil.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas já ouviu falar nesta boate Maloca?

A SRA. PAULA – Eu não conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Que é para onde vão meninas que estão em Boa Vista. E de lá as pessoas vão depois para o garimpo, vão para outras regiões.

Night Girl Club e Drinks Zero Grau são boates que funcionam em Boa vista, não é?

A SRA. PAULA – Essas funcionam em Boa Vista.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Na boate Night Girl Club, você já viu ou conhece um homossexual de nome Clayton, que agencia menores, pessoas, para essas boates?

A SRA. PAULA – Eu vi ele numa festa a que fui lá em Boa Vista. Conheci ele na festa; sei que ele trabalhava com a Paula e o Sivaldo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah, ele trabalhava com a Paula?

A SRA. PAULA – Com a Paula e o Sivaldo, que são os proprietários.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o Mário, você não conhece uma figura chamada Mário, com o apelido de Mário? É esse Clayton que tinha esse apelido?

A SRA. PAULA – Não, o Clayton é conhecido como Clayton mesmo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Clayton. Nesse caso, novamente, eu pergunto a você: Ruth Brito da Silva, ela diz alguma coisa para você?

A SRA. PAULA – Eu não entendi o nome?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ruth Brito da Silva?

A SRA. PAULA – Não, não lembro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca teve contato com uma mulher que tivesse esse nome, não?

A SRA. PAULA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É comum as meninas mudarem de nome, criar um nome em cada lugar? Por exemplo, em um lugar, é Cris; em outro, é Rafaela, é comum?

A SRA. PAULA – É comum, em cada lugar em que elas passam, elas trocam.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em cada casa muda?

A SRA. PAULA – Em cada casa. Às vezes, na mesma cidade, está trabalhando em uma casa, não dá certo, ela vai para outra e já muda o nome.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

Eu pergunto, ainda: a Boate Playboy era de propriedade de Lourdes, não é? Essa Lourdes foi presa também, mas já está solta, não é?

A SRA. PAULA – Eu não sei lhe responder; eu sei que a boate é da Lourdes. Agora, se ela foi presa, eu não estou sabendo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A boate é de Lourdes, não é?

A SRA. PAULA – É da Lourdes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Essa Lourdes é mulher de um policial?

A SRA. PAULA – Ela era casada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Com um militar ou civil?

A SRA. PAULA – Com um advogado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Com um advogado, é?

A SRA. PAULA – Era casada. É separada, agora.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Não somente as meninas mudam de nome, não é, parece que a Lourdes também gostava de mudar de nome, às vezes, usava outro nome, não é?

A Zero Grau **Drinks** também funciona em Boa Vista, não é?

A SRA. PAULA – Funciona.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Drinks Bar, você já ouviu falar?

É na Pinheiro Galvão, Buritis.

A SRA. PAULA – Sim, funciona.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Rainha do Gado?

A SRA. PAULA – Sim, é um bar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Também, não é?

A SRA. PAULA – Exato.

Tem o Beiral também...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Beiral, o Afrodite, você já falou, não é?

Nesse bairro Buritis, parece que tem um grande número de bares e de boates que funciona nessa rua, não é?

A SRA. PAULA – É tudo ali na José Aleixo. Por ali tem muito barzinho.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tudo na mesma região?

A SRA. PAULA – Tudo na mesma região.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. E o Night Club Girl é do Sisvando e da Paula?

A SRA. PAULA – É, o Night é do Sivaldo...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não é isso?

A SRA. PAULA – Exato.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. O advogado que você fala. Você conheceu o advogado Flávio Dionísio Lima?

A SRA. PAULA – Só ouvi falar quando passa na televisão.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não é o que vivia com Lourdes, não?

A SRA. PAULA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Teve alguma informação sobre ele de que ele teria envolvimento com essas atividades?

A SRA. PAULA – Saiu algum comentário na televisão, passou no jornal, mas não me liguei muito na notícia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conhece um grupo de danças chamado Forró do Cabaré?

A SRA. PAULA – Lá em Boa Vista?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

A SRA. PAULA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não é lá que fica a Via das Flores, em frente ao Hospital Geral? Nunca ouviu falar dessa drogaria? Ele é o responsável por esse grupo. (Pausa.)

O que dizem é que essa figura alicia estudantes menores para prostituição.

(Pausa.)

Agora queria tratar de um... Você, por exemplo, a boate Éden diz alguma coisa para você?

A SRA. PAULA – Conheço a proprietária, e fica num bairro bem próximo de onde morei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o Bar da Acreana?

A SRA. PAULA – Acreana também, porque os bairros são muito próximos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o Paçocão?

A SRA. PAULA – Não sei nem lhe explicar se é clube, se é... porque lá é uma casa de **show**.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É uma casa de show como uma que você também... como Afrodite?

A SRA. PAULA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É uma casa comum. Você teve alguma informação de que muitas das brasileiras vão para garimpos que ficam na Venezuela? Você já ouviu falar disso aí?

A SRA. PAULA – Já ouvi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E também já ouviu falar que é muito fácil passar pela fronteira? Que não tem muita fiscalização?

A SRA. PAULA – Como eu expliquei antes para o senhor, como eu fui lá e falei sobre o que estava acontecendo, porque as meninas que vão, que os venezuelanos convidam para viajar, geralmente, ficam um tempo na boate e, de lá, vão para o garimpo da Venezuela.

Eu não conheço, mas comentários de que muitas vão e não se dão bem, quando voltam, elas comentam.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Quando os estrangeiros chegavam no boate Afrodite e na MC **Drinks**, eles pagavam em real, dólar ou bolívar?

A SRA. PAULA – Em real.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em real. Nunca recebeu em moeda estrangeira, não? Chegar e pagar em dólar ou em bolívar venezuelano?

A SRA. PAULA – Brasileiro, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas e estrangeiro?

A SRA. PAULA – Estrangeiro sempre... mas paga sempre a despesa, às vezes, em dólar, às vezes, não pego, porque não sei o preço do dólar do dia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você, mas ele...

A SRA. PAULA – Pergunta se recebe.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Se recebe?

A SRA. PAULA – Se a casa recebe.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E da moeda venezuelana, também?

A SRA. PAULA – Se as mulheres?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Se você recebeu Bolívar, que é a moeda... Se você recebeu também.

A SRA. PAULA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vou concluir. Somente para ter mais uma informação.

Há algo que me chama a atenção sobre um lugar também conhecido como papelão.

A SRA. (Oradora não identificada) – (fora do microfone – inaudível)

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, esse papelão fica na Venezuela. Só para concluir, Srª Presidente, tenho agora uma outra pergunta para a Paula.

Além daqueles nomes que você escreveu no início, você disse que funcionava e freqüentava em sua casa empresários, políticos, policiais e estrangeiros.

A SRA. PAULA – Exato.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É?

A SRA. PAULA – Exato.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Além daqueles nomes que você escreveu lá, têm outros nomes que você se lembra, e que você queria também escrever aqui, e eu tomo nota?

A SRA. PAULA – Eu estou tentando lembrar, porque eu estou...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, lembre-se. Veja se tem.

(Pausa.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu coloquei um número para cada um aqui. E como a letra não é a sua, porque pedimos para a Ludmila, que é a assessora técnica para anotar, então, queria que você confirmasse para nós, são os nomes ditos para a Ludmila.

O nº 1, confere? O nº 2 também?

A SRA. PAULA – Confere.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O nº 3?

A SRA. PAULA – Confere.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nº 4?

A SRA. PAULA – Confere.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esses dois é um só?

A SRA. PAULA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou lhe fazer uma pergunta diferente...

A SRA. PAULA – Esse aqui...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse aqui é 1, 2, 3, 4. Estes todos estão conferindo? Esses 5 e 6 aqui também? Todos esses aqui estão conferindo, né?

A SRA. PAULA – ...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deixe-me perguntar uma coisa: sobre esses nomes, onde é que o nº 1 participava de programas com adolescentes?

A SRA. PAULA – Aqui em Manaus.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguma boate em especial que ele freqüentava? Se você quiser anotar do lado só.

A SRA. PAULA – Residência, passeios de lancha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é o agenciador que agencia para ele? Eu posso anotar aqui? Quer me dizer? (Pausa.)

(Intervenções fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Passo, agora, a palavra à Deputada Ann Pontes. É a última oradora a fazer os seus questionamentos, para que possamos encerrar, então, esta fase com a Paula.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigada, Srª Presidente. Serei bastante objetiva.

Paula, pelo avançado da hora, não vou tomar muito o seu tempo. Sou de Belém do Pará. Tu sabes me dizer onde as meninas são recrutadas lá?

A SRA. PAULA – Olhe, em Belém, eu conheço lá muito pouco, entende? Quando eu fui, foi só de passagem, que eu tinha que pegar um barco. Eu não conheço nomes de nada, entende? Eu tava vindo, eu tava vindo de Goiânia e só parei pra pegar um barco.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E me diz uma coisa, Paula, tu sabes quem é Paulo Filho?

A SRA. PAULA – Não Entendi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Paulo Filho.

A SRA. PAULA – Não. Paulo, não conheço.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele é lá de Belém.

A SRA. PAULA – De Belém?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É.

A SRA. PAULA – Não, não conheço ninguém em Belém.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nunca ouviste falar esse nome?

A SRA. PAULA – Não, não, nunca ouvi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E só pra concluir, Srª Presidente.

Tu já estiveste em Marabá, Santarém?

A SRA. PAULA – Não. Não conheço Marabá. Santarém eu... Eu morei em Itaituba e passei em Santarém só de passagem também. Morei em Itaituba.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas tu já passaste? Já foste lá em Santarém?

A SRA. PAULA – Não entendi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Já foste em Santarém?

A SRA. PAULA – Parei lá; porque eu tava vindo de Itaituba, eu parei.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E Marabá?

A SRA. PAULA – Marabá eu não conheço.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nunca fostes lá?

A SRA. PAULA – Nunca fui.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Está jóia. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Bem, nós queremos agradecer à Paula pela contribuição e pedimos à Secretaria que a leve ao outro recinto, porque a gente, agora, vamos ouvir uma outra depoente.

Peço, então, à Secretaria que tome as providências.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, eu gostaria de solicitar, enquanto entra a próxima testemunha, um minutinho de recesso para que possamos conversar, se for possível.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Então, nós vamos nos retirar por uns dez minutos e voltamos.

(Pausa.)

Eu peço à nossa equipe técnica que traga ao recinto a outra depoente, que é Leila.

(Intervenções fora do microfone – inaudível)

Retomando os trabalhos da CPMI, no presente momento, vamos tomar o depoimento da Leila.

A partir de então, o seu nome será Leila, certo?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ok.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O que você acha melhor? Você quer começar falando ou gostaria que a nossa Relatora fosse fazendo as perguntas e você fosse respondendo?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Eu prefiro responder.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Você prefere responder as perguntas da Relatora?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Está certo. Com a palavra a relatora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Boa tarde, Leila. Obrigada por aguardar esse momento de falar conosco. Antes, gostaria de te perguntar como é que tu começou a fazer programas sexuais.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Eu comecei, porque estava precisando de dinheiro. Aí a moça chegou e disse que, se eu fosse, iria ganhar muito dinheiro. Aí eu comecei a sair.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com quantos anos?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Com 14 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual foi o lugar em que ela te encontrou?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Como?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual foi o lugar em que, primeiro, ela te procurou?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não entendi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual foi o lugar em que essa moça te convidou?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi através de uma outra menina que eu saía com ela. A menina me indicou para ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De uma amiga tua?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Isso. Uma amiga minha que saía com ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Portanto, essa amiga falou contigo?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E essa amiga tinha quantos anos, à época?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Era de menor também. Acho que tinha 16 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem era essa pessoa que fez o convite para a tua amiga e que acabou o convite chegando a ti?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É a Elisa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Elisa?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu conheceu pessoalmente a Elisa?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Conheci.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aqui mesmo em Manaus?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu fez os programas sexuais?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Fiz.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em Manaus e em outras capitais, em outros lugares ou somente em Manaus?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Só aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só em Manaus?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Só.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu freqüentavas alguma boate?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, só por telefone.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por telefone? Então tu pode nos contar como funcionava esse esquema delas te chamarem para os programas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ah, ela pegava meu telefone, aí, quando tinha alguém que queria sair, ela me ligava, marcava, ia me pegar em casa e me levava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu já tinhas... Esses telefonemas eram para o teu telefone celular?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem te deu o telefone celular?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Eu comprei depois de um tempo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu mesma comprou?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com quantos anos tu teve seu primeiro telefone celular?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Acho que uns 15 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com 15 anos. Tu comprou com o próprio dinheiro dos programas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esses programas aconteciam onde?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Aonde?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – No motel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Motel? Tu poderia dar o nome de alguns motéis para nós que tu chegastes a ir?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Eros, Afrodite, Playboy.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Afrodite é o nome de um motel ou nome de uma **boite**?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, nome de um motel!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De um motel aqui em Manaus?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca tu fostes para Boa Vista?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Rio Branco?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nenhuma outra cidade?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só Manaus?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Só Manaus.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu chegou a participar de programas em barcos?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Em barcos? Já.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é um programa feito em barco?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É tipo um passeio de barco que vai um monte de garotas, aí lá acontece.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – São barcos grandes?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – São.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Barcos para turismo?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É, geralmente é pessoa de fora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Geralmente é o pessoal de fora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Geralmente é o pessoal de fora...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E muitas garotas vão no mesmo barco?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É, quando acontece vai de muitas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Senhora relatora, quem é o dono do barco?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ah, são de barcos diferente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como são esses barcos? Poderia descrever pra gente? Para tentar localizar esse barco. Como é que é? Que cor ele é? Que que ele tem de diferente?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ah, são.. Nome, de nome eu não lembro. Porque já fui para vários e em barcos diferentes, num dá de eu lembrar aqui o nome.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esses barcos faziam que trajeto? Fazem que trajeto? Onde é que se entra no barco?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Oi?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o porto, o ponto que se entra?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, é como se fosse tipo uma pescaria, eles pegam lá no píer do tropical e de lá sai como se fosse para uma pescaria.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E segue por que caminho com os barcos?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ah, a gente vai, às vezes, vai sem rumo. Vai para o interior... esses locais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desce o rio?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Cita um nome do interior.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Oi?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Um nome do interior.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ah..

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cidades por onde passa.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Parintins, Itaquatiara...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu já esteve em Parintins na festa que é promovida lá?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Já.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que é essa festa?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Na festa, fui com a minha família. Fui... fazer nada. Foi com a minha tia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu chegou a fazer programas sexuais lá?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não. Na festa, não fui para fazer, fui com minha família.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ah, tu foi se divertir, realmente para passear?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No caso, tu conhece meninas que na festa de Parintins vão até lá pra programas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Conheço. Um monte.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso é comum?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É comum!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aqui em Manaus, meninas que... Tu chegaste a ter documento falso?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca foi necessário para entrar em **boite**?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, tu não... O que que tu sabes sobre documentos falsos?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Eu? Eu só sei que dá cadeia, né? Crime nunca...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É, mas alguém que tu conhece, da tua idade...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Se tem, já teve? Não, que eu conheço, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As meninas não precisavam...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Até porque quando as meninas iam sair ninguém pedia documento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguma vez tu já foi convidada para viajar?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Para viajar? Já, para Boa Vista.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para Boa Vista?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para que lugar em Boa Vista te convidaram? Alguma boate específica?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Para ir pra uma boate... para uma boate chamada MC.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é o nome?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – MC.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – MC?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem te convidou?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Quem me convidou foi a Léo, que, acho que é a dona da boate; aí ela veio, ela veio convidar uma amiga minha e me convidou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela te disse como seria o esquema?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ela falou que, se eu fosse, se eu passasse uma semana lá, eu podia ganhar uns mil reais; se eu quisesse passar mais tempo, ia ganhar mais dinheiro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela pagou a tua passagem?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, mas eu não cheguei a ir.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A tua amiga foi?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – A minha amiga foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela pagou a passagem da amiga?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ela falou que foi ela que pagou a passagem dela; chega lá, ela que paga.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como? Pode repetir.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ela que paga a passagem, e chegou lá a minha amiga que pagou para ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pagou para ela com os programas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com o dinheiro dos programas. A tua amiga voltou para Manaus?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Voltou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela, em Boa Vista, ficou só na MC ou outras boates?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ela falou que foi acho que é Playboy, se não me engano.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Playboy.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Playboy?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas boates, ela ficou quando era menor de idade?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, ela tem 21 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – 21 anos; já foi maior de idade?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Já.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela tinha 21 anos na época?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Isso foi ano passado, ela já tinha 20, hoje ela tem 21.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certo. A Léo não disse que teria alguma dificuldade para que tu fosses para lá por ser menor de idade?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não te falou em documentos falsos e nem nada?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, não falou nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não teria dificuldade. Para fora do País, alguém já te convidou?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E tu conheces meninas que foram para fora do País?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para que lugares?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Uma foi para o Japão, e a outra parece que foi morar na Espanha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Japão e Espanha. Venezuela, tu conheces alguém?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As Guianas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Conheço uma menina que ia para a Venezuela, mas ela não mora lá, ela é daqui, ela vai e volta.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Foi para onde?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Para a Venezuela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Para a Venezuela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela vai e volta?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como assim ela vai e volta?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ela vai, faz os programas, aí, quando ela está com dinheiro suficiente, ela volta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Volta aqui para Manaus?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela é levada por alguém?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, ela vai sozinha, ela é maior.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É maior de idade?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela leva adolescentes?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Oi?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela leva adolescentes com ela?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, ela vai sozinha.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Leila, essas meninas são de menor ou são...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, já são maiores.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Já são de maior. Você poderia dizer o nome delas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Oi?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O nome delas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – O nome delas?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – É, a que foi para o Japão, como é o nome dela?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É Sulamita.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Só sabes este nome: Sulamita?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, a que vai para a Venezuela é Vandressa.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Vandressa. E a que foi para o Japão?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É a Sulamita.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – É a Sulamita.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Leila, ainda sobre a tua situação, tu chegastes a freqüentar o Hotel Tropical?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu fizestes programa no Hotel Tropical? Com quem tu fizestes programa no Hotel Tropical?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Com um pessoal de fora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Um pessoal de fora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De que países?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – São gringos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Gringos. Orientais, ocidentais? Americanos, europeus?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Acho que americanos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Americanos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Como eram feitos esses programas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Oi?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Como eram feitos esses programas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É como eu te falei: eles vão, ligam, pegam a gente em casa, levam a gente, aí chega lá, eles acertam, pegam o dele, e a gente sai com o "cara", e depois o "cara" acerta o da gente com a gente mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem liga para ti?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – No caso, é o agenciador. No caso, era a Elisa, que me ligava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Elisa?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Elisa, e eu conheço outros.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Você poderia dizer o nome para a gente?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o nome deles?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Tem o Val, tem a Darclei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Val.

SRª LEILA *(Nome fictício)* – Darclei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ana Clei.

SRª LEILA *(Nome fictício)* – Darclei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Darclei, quem mais?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Tens o sobrenome deles, Leila?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não sei o sobrenome. A Darclei já tem passagem. Ano passado, ela foi presa por causa de uma menor, passou três dias presa, saiu no jornal e tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Quem foi presa?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – A Darclei, chamam ela de Cris.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Cris?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cris também. É ela que te chamava? Ela te telefonava?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É. Às vezes, eu saía com ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aqui, em Manaus?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela já foi denunciada alguma vez, ou não?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Já foi, que pegaram ela com uma menor, ela passou três dias presa, aí depois saiu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu podes me responder uma coisa: entre teus clientes, existiam políticos?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não te lembras de nenhum?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu gostaria de escrever o nome dos clientes?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu podes dizer, não te preocupas.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – ...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu podes afirmar que entre os teus clientes existiam policiais?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Policiais também.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Advogados.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Advogados.

Policiais civis ou federais?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Federais, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Federais não.

É verdade, posso afirmar que entre os seus clientes existiam juízes?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não houve nenhuma vez que tu saísse aqui de Manaus para fazer programas em outros lugares?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Levada para nem uma outra cidade?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não. A gente só foi para os municípios que já falei: Parintins, esses municípios aqui de perto. Para outra cidade, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer que na festa de Parintins tu foi com outra família?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Na festa, fui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas para programa você foi outras vezes?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Fui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E lá em Parintins onde vocês ficam para fazer programas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Em Parintins, a gente ficou numa lancha, que a gente foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ficamos numa lancha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Numa lancha mesmo?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer que os programas são feitos nas lanchas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos programas tu fazia por semana?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Uns quatro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quatro por semana.

Qual é o custo médio disso, quanto é que pagam?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – R$100,00.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E fica quanto para o aliciador?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Para a pessoa que leva fica R$50,00.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Metade do que tu ganha?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

Ele recebe R$50 quando vai deixar a menina, e paga o da menina depois.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Paga R$50 para o aliciador, e os outros R$100 para a menina.

Você conhece Fernando Salinak?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca recebeu convites a partir da sua agência, tu nunca participou disso?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Darclei tinha casa de prostituição?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só trabalhava com o telefone?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É, por telefone.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se eu te der um papel tu podes escrever o nome de outras meninas que eram agenciadas pela Darclei? Tu te lembras?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Agora assim de cabeça, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Darclei também promovia a viagem das meninas, ou não?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não. Só passeio de lancha, às vezes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só passava adiante as meninas.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, às vezes, os passeios de lancha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só passeios de lanchas.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Darclei se especializou em passeios de lancha?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É, ela, às vezes, ela levava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem era os clientes dessa Darclei?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Tenho que falar?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se tu não quiser falar, pode escrever.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Tu escreve para mim?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Prefere?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Escreve pra mim.

Pausa.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estes tu está me apresentando o nome aqui eram clientes que, através da Darclei, se chegavam?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguma vez tu fez programas com esses aqui?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Fiz.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O de nº um? O primeiro que tu me deu aqui na lista? Tu esteve com ele?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou numerar aqui pra nós: um, dois, três, quatro, cinco. Vou numerar os outros também. Destes aqui que tu estás me apresentando: o nº 1, você teve programas sexuais com ele?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não. Foi só conhecer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Conheceu. Em que circunstâncias?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ela me levou para eu sair, mas só que lá... chegou lá, ligaram pra ele, aí ele teve que sair, aí ele deu o dinheiro, e a gente foi embora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele não fez o programa?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E levou em que lugar?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Lá no escritório dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No próprio escritório?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu pode escrever aqui... Falar pro teu advogado do lado o endereço do escritório, o lugar do escritório, o bairro, qualquer localização do escritório, que ele vai colocar do lado. O lugar onde tu esteve com essa pessoa. (Pausa.)

Portanto, essa pessoa aqui tu encontrou dentro do próprio... desse lugar aqui. (Pausa.)

Se tiver mais um nome que tu queiras dizer, diz agora, através do teu advogado aqui, que está anotando. (Pausa.)

Bem, destes nomes que tu nos oferecestes aqui e dos detalhes dos lugares, algum te pagou... O pagamento era feito com dinheiro ou com cheque?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Com dinheiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sempre com dinheiro?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nenhum foi encontrado em boates; todos foram via telefone?...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Via telefone.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu gostaria que tu me anotasse aqui ainda... Vou pedir então ao advogado o teu telefone celular à época e o telefone da aliciadora.

(Pausa.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Chegamos a esses nomes por essa aliciadora, a Darclei. Existem outros nomes que outra aliciadora propunha a você? Você já esteve com alguém que queira anotar em separado?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Essas são as pessoas mais importantes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você lembra de pessoas que não sejam assim tão importantes, mas que tenham, quando você era menor de idade, telefonado?

(Pausa.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer registrar alguma outra pessoa além dessas daqui?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, porque eu não lembro o telefone. Da época que eu era menor, tem um monte de telefone que eu não lembro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você guarda alguma agenda com você?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não. Eu tinha um telefone na época.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você não tem mais esse telefone?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não. Eu tenho um outro telefone, mas esse telefone agora eu não uso mais para nada disso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse seu novo telefone não é um telefone para o qual essas pessoas ligam? Elas não ligam, elas não o tem. Mas esse seu telefone antigo tinha uma memória?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É. Esse telefone esculhambou. Foi na época em que eu parei de sair.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desculpe-me, mas não entendi.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – O telefone, de tanto cair, desprogramou o número. Aí perdi o número de todo mundo, e foi na época em que parei de sair mais um pouco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, você agora não tem mais essa lista?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você não guardou nada?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não. Eu guardava só no telefone.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Algum desses citados aqui te deu algum presente ou só o pagamento?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Só o pagamento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nenhum te deu presente?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com quantos anos você saiu com esse nº 2?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi ano retrasado. Acho que eu tinha 17.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dezessete anos. E com o nº 3?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Com o nº 3 eu não cheguei a sair. Só conheci.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguma dessas pessoas aqui foi violenta contigo?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além da situação da sexualidade?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você já sofreu algum tipo de violência?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Já.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por parte de cliente?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não. Já sofri, mas não por parte de cliente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Familiar?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você prefere não...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Oi?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não se relaciona a esse pedido?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Isso faz tempo, e prefiro não comentar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O dinheiro que você conseguia auferir, os ganhos, você acabava gastando tudo?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Comprava as coisas para mim, roupa, sapato, essas coisas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bom, vou parar por aqui, porque quero ouvir minhas Colegas também, Sr. Presidente. Se houver mais uma questãozinha ou outra...

Taxistas? Algum taxista em especial levava vocês?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, porque elas não... Não sei se elas têm...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como você ia para os programas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Iam de táxi, mas nem sempre era o mesmo táxi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De táxi. Mas não era sempre o mesmo?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além do Hotel Tropical, em que outros hotéis você esteve fazendo programas quando era menor de idade? Não se lembra?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não. Não tem nenhum outro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só aquele?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É o principal hotel aqui?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você pode me responder sobre o hotel? Nunca pediram a você documento nem nada?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – No Tropical?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, porque o cara ia, conversava com o segurança, dava um dinheiro para o segurança, e o segurança colocava para dentro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O segurança deixava passar porque o cliente falava com ele?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É, o cliente acertava com ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu te lembras o nome do segurança do hotel?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, até porque eles acertavam, eu chegava lá, o cara só fazia mandar eu subir direto, não passava pela recepção.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem algum agenciador que trabalha dentro de hotel e que liga direto?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas esse telefone, que é do agenciador, o hotel divulga para os clientes?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se um cliente chega num hotel, ele nunca veio a Manaus, chega lá no hotel, ele quer fazer um programa, ele fala com quem?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Talvez o segurança, quando vai alguma menina, o segurança pega o número, ele anota e, quando vê algum cara que, tipo pede para ele, que quer conhecer, ele dá o número. Eles sempre fazem isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aí o segurança é que liga para ti?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O segurança, no caso, do Hotel Tropical, ele tinha o teu número?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É, ele pega número, não só meu, de outras meninas que passam por lá e guarda, aí quando o cara chega lá e fala que quer alguma menina, aí, ele fala que tem números.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Passa por onde?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Oi?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele pega com quem?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – As meninas que entram no hotel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desculpa, não entendi.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – As meninas que entram no hotel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele vai fazendo uma lista das meninas...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ele guardam aqueles números.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aí, ele telefona...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ele dá o número para a pessoa...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...ou dá o número para o próprio cliente.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, alguns programas que tu fizeste no Hotel Tropical foram organizados pelo próprio segurança ou pelo atendente, por gente de dentro do hotel.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Mais pelo segurança.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Mais pelo segurança.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mais pelo segurança. Tu terias condição de reconhecer esse segurança?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em qual período esse segurança fazia esse agenciamento?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – À noite.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – À noite. Mas, em 2001, ano 2000?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Dois anos atrás.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, 2001, 2002?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É, por aí.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nesses dois anos seguidos, tu dirias que freqüentaste o Hotel Tropical quantas vezes na semana?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Acho que umas três vezes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Três vezes por semana, pelo menos tu ias à noite ao Hotel Tropical?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ficava a noite inteira ou entrava e saía?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, entrava e saía.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, quando tu tinhas 16 e 17 anos, três vezes por semana, entrava e saía?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Outras meninas também?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Outras meninas também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vocês chegavam a se encontrar na recepção?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Eu com outras meninas?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – São amigas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Gostavam de passear juntas ou não?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, não, a gente só se fala quando se encontra assim, que sai nesses lugares.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para uma menina que faz programas sexuais, o que ela gosta de fazer, quando tem um tempo livre?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Elas, eu não sei, eu, pelo menos, gosto de ficar em casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu gostas de ficar em casa?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vê TV, o que mais?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Eu gosto de ficar em casa, não gosto de sair, não gosto de estar na rua, não, só saio quando eu saía para fazer mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só sai para os programas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas não gosta de sair com amigos?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com quantos anos tu paraste de estudar?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Está com 4 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há 4 anos? E tu chegaste a que série?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – 7ª.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – 7ª série.

Bom, de minha parte, por enquanto, é isso. Quero te agradecer, e as Colegas vão fazer perguntas também para ti.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Tá bom.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Passo a palavra à Deputada Suely Campos.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Oi, Leila.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Oi.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Leila, você pode me confirmar se algum dia você andou num barco chamado Mantiqueira?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Se não me engano...

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Uns anos atrás.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Esse barco é de um juiz que a gente foi passear em Parintins.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Vocês foram passear em Parintins nesse barco?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É, a gente chegou lá, ninguém falou que a gente ia para Parintins, quando a gente entrou no barco é que eles falaram.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – E, nesse dia, vocês foram para Parintins, com esse juiz?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Fomos.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Você sabe o nome dele?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Caio Catunda.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – E junto estava uma senhora por nome Elisa?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Estava.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – O George André também?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Tava.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – O Henrique Levy?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Tava acompanhado.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Henrique Levy, que é assessor desse juiz, Caio.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Oi.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – O Henrique Levy é assessor do juiz Caio.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, o assessor dele é o André.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – O André.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Isso.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Ah, está!

E vocês, nesse barco, usaram drogas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Não usaram drogas? Tem certeza?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Pelo menos, eu não.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Mas as outras usaram?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Elas vieram com a conversa de que tinham usado. Mas eu não vi.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – O juiz usou droga?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, não vi.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – E é verdade que vocês foram deixadas lá?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Fomos.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Por esse barco, abandonadas lá e, depois, tiveram que vir, pegaram um táxi para chegar até aqui?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, a gente ficou em Parintins com um dos amigos deles, que foi Adriano; aí ele trouxe a gente de barco até em Itacoatiara.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Itacoatiara.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi. De lá, pegamos um táxi e viemos de táxi para Manaus.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – De Itacoatiara pegou o táxi?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Vocês pegaram esse táxi e foram para onde, para as casas de vocês?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Fomos para casa.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – E, depois, vocês tiveram contato com alguém desse juiz, posterior a esse passeio de barco?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Se, depois, tivemos contato?

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – É. Alguém do juiz procurou vocês?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Olha, procurou depois que uma das meninas procurou advogado para processar ele. Aí, depois de, acho que uns três dias, foi o André e o Adriano na minha casa – que eu tinha chegado doente, e tinha sido a única que não tinha ido na delegacia dar queixa contra ele. Aí, eles foram lá, falaram que não era para mim ir, se eu quisesse alguma coisa, era para contar com eles. Mas era para mim ficar na minha.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Você sabe ou participou de alguém que ficou detida, tipo presa, assim, um apartamento, que passaram fome, que ficaram lá dias sem comer?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Olha, isso eu não sei, porque eu não estava junto com elas. Elas foram dar o depoimento sozinhas e, depois, que eu fui dar o meu. Eu não sei disso.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Você nunca soube dessa história?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP -RR) – Certo.

Você já foi fazer esse tipo de programa no Hotel Ariaú?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Não? Nem sabe de alguém, colega tua, que vai fazer isso lá?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Bom, obrigada, então.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Passo à Deputada Ann para que ela possa fazer os questionamentos.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigada, Srª Presidente.

Leila, meu nome é Ann.

Com relação a esse passeio, lá, em Parintins, quem agenciou o passeio?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Quem agenciou?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Hum.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – A Elisa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A Elisa. Assim, com que freqüência, com que tempo, ela agenciava esse passeio? Com que antecedência tu ficavas sabendo que ia ter um programa?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – No mesmo dia que ele ligou para ela, ela ligou para a gente. Foi no mesmo dia, não teve... Quer dizer, como se ele tivesse falado hoje e ela fosse procurar um dia antes. Não é isso?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Certo.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não. Ela foi procurar no mesmo dia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – No mesmo dia.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quanto tempo durou esse programa?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Duram uns cinco dias para ir e para voltar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, foi distante?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Foram cinco dias para ir e para voltar.

Quem mais foi nesse passeio? Quantas meninas, quantos homens?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foram umas seis meninas, o Caio, o André, o Adriano e o outro, de quem ela falou, que foi acompanhado. Esqueci o nome dele.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, recapitulando. O Caio, o André, o Adriano e o outro, que foi acompanhado. Acompanhado de quem?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – De uma namorada.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela era de maior?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Era.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela participou do programa sexual?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, ela ficou só com ele.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E quantas meninas tinha?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Eram seis meninas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Todas menores?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Todas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eles tinham preferência para que elas fossem de menor?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não sei.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como vocês ficaram sabendo que ele era juiz?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Quando a gente estava indo, a Federal parou a gente, ficou todo mundo lá, porque todas eram menores. A Elisa ligou para ele, o André subiu lá e falou com os caras. Depois, ele pegou o Caio, que subiu e falou que a gente estava com ele.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Vamos voltar a essa questão da abordagem da Polícia Federal. Quem estava com vocês? Tinha algum adulto ou adulta acompanhando vocês?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Tinha a Elisa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Só ela tinha documento?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Só ela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – As outras seis adolescentes, por não terem documento, ela informou o quê para a Polícia?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Tinham documento, mas eram todas menores.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Esse fato ficou registrado?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Deve ter ficado.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Vocês perderam quanto tempo, mais ou menos, nessa abordagem?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Uma meia hora ou uns quarenta minutos.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Foi aí que você ficou sabendo que um dos clientes era juiz?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tinha mais gente do Poder Judiciário nesse programa? Funcionários?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Que eu saiba... Se não me engano, o Adriano é Oficial de Justiça, mas não sei.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nesse passeio especificamente, você disse há pouco que não sabe se houve consumo de drogas. Reitero a pergunta: houve consumo de drogas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não falei que não sei, mas que não vi. E não usei.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Qual é a diferença? O que você não viu?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não vi ninguém usando droga no barco.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você não viu ninguém usando droga. E bebida?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Bebida tinha, cerveja.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ficou acertado quanto para cada menina, para fazer esse programa sexual?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Trezentos reais.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Trezentos reais para cada menina?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como foi feito o pagamento?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – O pagamento não foi feito.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Vocês não receberam?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem recebeu foi a agenciadora?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Sim. Quando fui falar com o Promotor, ele disse que tinha dado um cheque de R$700 a ela, que já tinha sido descontado no Banco do Brasil. Depois de uns dias, ela apareceu lá em casa dando R$100 para cada uma das meninas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Deixa ver se eu entendi, Leila. Então, o pagamento foi feito para a agenciadora mediante cheque. De quem era o cheque?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – O Caio disse que foi ele quem deu para ela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O cheque era do Caio, do Banco do Brasil. Ela descontou e deu R$100 para você.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, ela deu R$100 para uma das meninas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, você me disse há pouco, no seu depoimento, que você foi a única menina que não foi à delegacia. Por que você não foi à delegacia?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Porque não queria me envolver com gente grande, pois sempre quem paga são os pequenos.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ainda que você tenha recebido um valor a menor do que o combinado, você preferiu não se envolver?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Eu não estava nem interessada no dinheiro, eu só não queria me envolver.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Certo. E por que tu achas, Leila, que as meninas prestaram depoimento e depois retiraram esse depoimento? O que levou essas meninas a retirarem esse depoimento?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não sei.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tu achas que elas sofreram algum tipo de ameaça?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, acho que foi pelo dinheiro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Elas receberam de alguma forma uma...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, elas queriam dinheiro. Elas viram que não ia dar em nada e resolveram mudar de idéia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como assim? Explica melhor. Tu achas que elas então não chegaram a receber o valor?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não. Ninguém recebeu o valor que combinou.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ficou só nos R$100,00?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Só nos R$100,00.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tu vistes alguma coisa em relação à promessa de ofertar casa em troca do silêncio?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, eu ouvi comentário, mas eu ouvi por alto, não foi nem elas que me falaram.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem te falou isso?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi o pessoal que estava comentando, os parentes das meninas, mas eu não ouvi. Não ouvi da boca delas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não diretamente das meninas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Está OK. Obrigada, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Leila, vou entregar para você o nome dessas pessoas e vou dizer pelo número.

No dia de carnaval, você, juntamente com a nº 1, a nº 2, a nº 3 e a nº 4, vocês, que tinham idade entre 15 e 17 anos, foram contratadas, por intermédio de uma aliciadora de nome Elisa, para realizar programas com homens suspeitos também e que vocês aceitaram. E que essa Elisa foi buscar vocês, cada uma em sua casa. Isso é verdade?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É isso mesmo?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o barco que vocês foram naquele dia era o barco Mantiqueira?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o destino era Parintins?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Oi?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o destino do barco era para a cidade de Parintins?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não era. Na hora que a gente chegou lá é que falaram que era para Parintins.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer, e era para onde que eles queriam?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, ela tinha falado para gente que a gente ia ficar no meio do rio, ia dormir, no outro dia...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Que iam fazer uma viagem no rio?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É. Ali perto. Não ia sair, e no outro dia...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas vocês foram para Parintins?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Fomos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o que aconteceu quando vocês passaram pela barreira da Polícia Federal?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – O que aconteceu?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O que aconteceu?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Eles barraram a gente lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eles barraram, a Polícia Federal barrou?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Barrou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o que aconteceu da outra parte?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Aí a Elisa ligou para o Caio. O André subiu lá, falou com ela, aí desceu e foi buscar o Caio.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. Mas veja: a polícia disse que essas meninas não podem passar porque são menores...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não tinha um assessor do juiz chamado George André?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Que eu saiba...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Que você saiba, não; e o juiz disse alguma coisa?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Quem? O Caio?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Pelo menos foi o que disse a Elisa que ele subiu para assinar um papel para a gente poder ir com ele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E ele disse o quê? Que vocês estavam sob a guarda dele.

A SRA. LEILA COUTO (PT – PB) – Que a gente estava sob a guarda dele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo, certo. No processo tem um primeiro depoimento que vocês deram lá no Ministério Público, não foi? Mas depois tem um segundo depoimento em que vocês desmentem...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Só dei um depoimento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas outras pessoas...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Elas deram, se não me engano, dois ou três, e eu só dei um.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você sabe a razão por que elas desmentiram no segundo depoimento?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não sei não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não sabe dizer não?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você não se encontrou com elas depois não?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – A última vez que as vi foi quando a Elisa foi dar os R$100 para cada uma, depois eu não vi mais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Mas depois teve um terceiro depoimento, não teve?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Terceiro o quê?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você deu um terceiro depoimento ou foi um só?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi só um.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você é um único depoimento?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas veja o seguinte: no barco em que você estava lá, **LEILA**, nesse barco também estava o juiz Caio César Barbosa Catunda de Sousa, Juiz de Direito da 2ª Vara da Família da Capital?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Estava.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele estava lá? Também estava lá, e se você não o conhecia um senhor chamado Henrique Levi, que estava com um menor, ele tinha levado uma menor de 16 anos?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ele estava lá, mas ele não estava com a menor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Hein?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Lembro do nome que falaram – Henrique –, mas ele não estava com a menor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não. Mas conhecia essa pessoa?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, conhecia só de nome, porque falaram o nome dele lá, mas não conhecia ele, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o Adriano Sala?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – O Adriano eu também conheci lá no barco, não conhecia...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conheceu no barco, né? E o George André?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Todos eu conheci no barco.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No barco. A nº 1, juntamente com a nº 2, a nº 3 e a nº 4 e você, elas foram para esse passeio – vocês não sabiam que o destino era Parintins – através de Elisa?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Elisa? Elisa disse para você se alguém a tinha procurado para que vocês fossem para esse passeio? Por que é que elas queriam que vocês fossem? Quem é que encomendou esse passeio?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, ele só pediu para ela arranjar as meninas, e ela ligou para a gente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas quem pediu para ela arranjar meninas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ela disse que foi o Caio.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi o George André?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ela falou que foi o Caio.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi um "cara"?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não disse o nome, não?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Oi?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não disse o nome do cara, não?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela falou que o preço para cada garota era de quanto?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Trezentos reais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Trezentos reais. E vocês receberam R$300,00?

A SRA. ? LEILA *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Receberam quanto?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Recebemos R$100 depois – depois que chegamos, ela já tinha entrado com um processo contra ele e ele pegou e mandou deixar R$100 para cada uma.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E ela só foi com vocês até a barreira da Polícia, não foi?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Depois de lá, ela volta...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ela estava de táxi. Deixou a gente lá embaixo, perto da lancha e voltou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah sim, ela foi de táxi com vocês, deixou lá e depois foi embora?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você não viu se ela recebeu na hora dinheiro das pessoas que estavam no barco?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ela deve ter recebido na hora, porque ela sempre recebe o dela antes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Recebe antes?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Talvez os 300 ela tenha recebido e passado...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ela ganha R$50 por cada menina que ela leva.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Hein?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ela ganha R$50 por cada menina que ela leva.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, é o que ela diz, né?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por cada uma?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vocês foram num táxi e ficaram lá no ancoradouro do Ceasa, não foi?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No distrito industrial. E foi a partir daí que o agente da Polícia Federal disse que vocês não podiam passar, que vocês eram menores...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E que o juiz teria dito: "A autoridade aqui sou eu, não o delegado. Elas vão ser liberadas por estarem sob minha responsabilidade, eu respondo pelo bem-estar e pela integridade física delas". O juiz falou isso?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Eu não ouvi ele falar isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas ele foi lá falar com a Polícia Federal e passou?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tá bom. No barco da Mantiqueira foi pedido a vocês para que ficassem nuas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E os homens começaram a ingerir bebidas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Começaram.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Uísque, cerveja...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E alguma menor tomou parte também na bebedeira?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Tinha umas que bebiam.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Algumas bebiam. Você não bebeu?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, eu não bebo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tá. Em algum momento se falou em pó? "Cadê o pó?"

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem é que dizia isso?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – O Caio.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era um cara lá?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E esse pó o que era? Cocaína?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É, cocaína.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, reclamava...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É, quando a gente chegou, ele perguntou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. "Cadê o pó? Vocês trouxeram? Pode usar, que lá em Parintins eu compro mais e a erva também". Isso mesmo?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. A nº 3 – olhe aí a nº 3. A nº 3 era amiga sua?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Como?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você já a conhecia antes da viagem?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Já.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Já. O que é esse termo "noiado", na linguagem...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Noiado é a pessoa que é drogada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Drogada. Ela percebeu que o homem estava lá meio noiado, não é?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Pelo menos foi o que ela deu no depoimento dela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi o que ela percebeu?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E era cocaína. Quem foi – foi a nº 2 que foi escolhida para dormir com o Juiz, foi?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É. Ela ficou dormindo com ele durante a viagem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi a nº 2?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A nº 2. E essa nº 2 foi estuprada pelo próprio? Ela disse. Todas vocês foram violentadas e estupradas no barco?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Eu não fui violentada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você não foi?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por que você reagiu?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, não. Eu não vi ninguém sendo violentada no barco.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você não viu?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não. Eu não vi ninguém sendo violentada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você não viu?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não viu?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – E não fui também.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você, também, não esteve lá no lugar aonde o Juiz foi, também, dormir com a menina?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É. Eu, também, não estava. Por isto não posso afirmar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Também não estava, mas foi a nº 2 que foi dormir com o Juiz?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E no depoimento dela, ela diz que foi violentada e estuprada, não é isso?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É isto. Foi o que ela disse.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Uma outra coisa que eu queria ver de você... é sobre: você presenciou... Você falou de um cheque do Banco do Brasil que foi entregue à Srª Eliza, no valor de R$650 para as despesas das garotas. Você tomou conhecimento disto?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você recebeu R$100.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Cem reais – e as outras, também, receberam R$100?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E mesmo você não tendo tido relações, lá, com o Juiz ou com alguém...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Eu tive relações com o Juiz, mas ele não me forçou a nada. Eu tive porque quis.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você teve, também, com ele?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Tive.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tá. Em nenhum momento, vocês receberam os R$300 que tinham sido acordados pela Eliza?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tá. Que era sempre o mesmo segurança que estava lá no barco?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Como? Não entendi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não tem o segurança? (Pausa.)

Ah, sim. Está bom.

Durante a viagem, você adoeceu, não foi?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Na volta.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você teve o quê?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Dengue.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você ficou trancada durante três dias, não foi?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Oi?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Durante três dias, você ficou internada, não foi?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Eu fui ao hospital, mas não cheguei a ser internada. Fiquei em casa. Fiquei durante 15 dias, doente, em casa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Mas aí você não soube do que aconteceu depois, porque você adoeceu, não é?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, você manteve relações com o Juiz e com quem mais?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Com o André.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Com o André – o Jorge André. Você disse que freqüentava...

(Pausa.)

Você falou também do Adriano. O Adriano também teve relação com você, você teve com ele?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, ele ficou com uma outra amiga.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Com outra menina?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – São irmãos eles, ou não?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Quem?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – André e Adriano.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não sei informar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não sabe. São parecidos? Você viu lá?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não achei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não achou?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não achei parecidos, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você disse que foi no Tropical Hotel, e lá tinha um segurança, não era? Nesse... Era o mesmo segurança que estava todos as vezes que você esteve lá?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, sempre tem algum segurança diferente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Diferente?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você poderia dizer assim, mais ou menos, como é que eram esses seguranças? Eram altos, baixos, gordos, como é que era?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Alto, moreno.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Morenos.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Fortes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Fortes. Armados?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Lá dentro, eles não ficam armados. Lá fora, eles ficam.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Lá no... tem uma informação que eu queria que você me respondesse, que, no Tropical Hotel, tem uma boate?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Tem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E que as menores iam para essa boate.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não sei se entram menores, mas vai muita menina para lá para fazer programa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você esteve lá?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, nunca fui lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E é verdade que os clientes já encontravam as adolescentes ou mulheres já cada um no seu quarto?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É, pelo menos, os hóspedes vão para a boate, encontram as meninas lá, aí depois saem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer, vocês já estão lá?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E quem eram esses clientes?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – São pessoas de fora, de São Paulo, Rio de Janeiro...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Estrangeiro também?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É, também.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem eram os estrangeiros?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Eu não sei, porque eu não freqüentava a boate.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você viu lá.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Quem comentava isso são as meninas que andam lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você só saiu com...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, eu só freqüentava o hotel, a boate, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você viu lá que tinha... Quem é que tinha lá de estrangeiro?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – São esses americanos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Americanos, coreanos também?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Filipinos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Filipinos, japoneses, chineses?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. No depoimento que você prestou ao Ministério Publico, **LEILA**, você disse que você assina todas as declarações feitas pela nº 1 um. O que a nº 1 falou no seu depoimento..

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Que eu assino? E que ela falou?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Confirmando?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Confirmando.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, porque eu cheguei lá com o Promotor, fui a primeira pessoa a admitir o que ela falou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas você, no seu depoimento, disse que aquilo que a nº 1 falou, porque foi lido para você, que você estava de acordo com o que ela disse.

(Pausa.)

Ah, você deu um depoimento só. Está bom.

(Pausa.)

Você tem conhecimento de uma reunião acontecida no Hotel Da Vinci, com a presença de juízes, desembargadores sobre mudança do depoimento das outras menores?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, ouvi comentarem, mas eu não...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ouviu comentário?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ouviu comentários. E, para concluir, eu queria que você me dissesse... Você estudou até que série?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Até a sétima.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Até a sétima. Normalmente, nos colégios, pessoas apareciam também para aliciar estudantes para programas sexuais?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Essa que eu falei, a Darclei, ela sempre ia pegar... Quando eu saía com ela, ela sempre ia pegar umas meninas no colégio.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – A Darclei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você falou também do MC Drinks, que é lá de Boa Vista. Era da Rosilda?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Eu conheci a Léo como dona.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Da Léo. Em Boa Vista, você esteve na **Playboy** também?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não. Não cheguei a ir. Quem foi foi uma amiga minha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah, foi sua amiga?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E sua amiga foi aliciada para ir para lá?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ela já era de maior na época.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De menor?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – De maior.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De maior. E você também teve conhecimento de que a idade era falsificada para que colocassem pessoas que são de menor como de maior?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca foi sugerido para você...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ... para você mudar de...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – De identidade?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ... de idade para ficar de maior?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E sabe alguma coisa a respeito de uma oferta do empresário Djalma Castelo Branco para que as menores mudassem seus depoimentos?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Eu não sei dessa oferta.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não sabe, mas tomou conhecimento?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ouvi por comentários, não da boca delas. Só por comentários.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ouviu comentários.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ann Pontes) – Obrigada, nobre Deputado.

Algum Deputado ou a Relatora tem algum questionamento a fazer?

Com a palavra a Deputada Thelma de Oliveira.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Leila, não vou entrar mais nos detalhes em que os outros Parlamentares entraram, porque já foram bastante questionados.

Você e suas outras coleguinhas tinham conhecimento de que isso que foi realizado com vocês é um crime, um abuso?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Nunca viram nada na imprensa, de divulgação nas escolas?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Já vi depois que a gente saiu. Já apareceram muitos casos. Depois que o nosso surgiu, outros apareceram na televisão.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Depois que...

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Aconteceu o nosso.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – ... que aconteceu o de vocês que vocês tomaram conhecimento de que esse é um crime que cometeram contra vocês.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Foi.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Existem muitas outras meninas e meninos – você não falou de meninos em Manaus – envolvidos nessa situação dessa faixa etária?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Sei de muitas meninas; meninos, não.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Não tem conhecimento de meninos?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – De meninos, não.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Há participação de agências de modelos nisso?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Aí eu já não posso afirmar que eu nunca fui procurada por nenhuma dessas agências de modelo nem por nada. Portanto, não posso afirmar.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Agora, quanto aos hotéis, você tem conhecimento de que os funcionários fazem esse tipo de aliciamento?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Tenho.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – E isso ocorre em praticamente todos os hotéis?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não em todos.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Fale-me um pouco da festa do Parintins. Você já foi a essa festa?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não entendi.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Festa de Parintins.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ah, para o Festival de Parintins?

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Isso.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Já fui.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Mas foi levada também, como foi o caso, por essa Elisa?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não, não. Fui para ver o Festival. Como eu disse, fui com minha família.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Você foi com sua família?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Fui.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Mas lá existe muito?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Tem muita menina que vai para fazer isso.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Para fazer programa. E quem alicia, quem leva?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Lá não precisa, porque as meninas que vão já conhecem e já vão preparadas. Mas tem alguns cafetinos, que nem a gente chama aqui, que vão para lá e levam meninas junto com eles.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Você sabe o nome de alguma?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Menina?

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Cafetina.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – São essas que eu citei aqui.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – São essas mesmas que você listou que também levam para a festa do Parintins?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – É.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – É só isso, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ann Pontes) – Obrigada, Deputada.

Antes de encerramos o seu depoimento, Leila, só um último questionamento. Esse foi o primeiro programa sexual com o juiz ou vocês mantinham esse contato sexual anteriormente a essa viagem a Parintins?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Com ele, não. Foi a primeira vez.

A SRA. PRESIDENTE (Ann Pontes) – Com os outros já tinha tido antes?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não. Conheci as quatro pessoas que estavam no barco no dia. Foi a primeira vez.

A SRA. PRESIDENTE (Ann Pontes) – Depois desse episódio, também não houve mais?

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Não. Não teve nenhum contato.

A SRA. PRESIDENTE (Ann Pontes) – Está certo. No mais, muito obrigada pela sua colaboração. Tenha certeza de que ela vai contribuir muito para os trabalhos desta CPMI.

A SRA. LEILA *(Nome fictício)* – Ok.

A SRA. PRESIDENTE (Ann Pontes) – Obrigada, Leila.

(Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Dando continuidade, convidamos o Dr. Francisco Ferreira Sobrinho, Delegado-Geral da Polícia Civil, que, muito gentilmente, comparece a esta audiência pública para nos ajudar com alguns esclarecimentos e informações sobre o que estamos tratando nesta reunião.

Passamos a palavra à nossa Relatora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dr. Francisco, boa noite. Obrigada por estar conosco, como já disse a Deputada Thelma, nossa Presidente em exercício.

Peço-lhe que caracterize o crime de exploração sexual no Estado do Amazonas. Como o senhor vê a ocorrência desse crime no Amazonas?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Como em todo o Brasil, o Amazonas não é uma exceção. Temos alguns casos que são apurados pela Especializada de Assistência e Proteção ao Menor, pela DOPS – Delegacia de Ordem e Política Social e pelas delegacias distritais. Todos os casos que chegam ao conhecimento das autoridades policiais estão sendo apurados.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor caracterizaria este crime como algo que tem se transformado em uma atuação corriqueira?

O senhor observa a presença deste crime nas ruas, em uma grande cidade como Manaus, como um fenômeno também das rodovias, no interior do Estado. Que informações o senhor tem sobre a ocorrência desse crime, de forma objetiva?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – É, nós temos alguns casos, algumas ocorrências na Interlândia amazonense, com incidência maior na capital. Esses casos que chegam ao conhecimento da autoridade policial estão sendo apurados.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Neste caso, nós pedimos seu comparecimento com a tarefa de estabelecer aqui um depoimento de contribuição à CPMI justamente porque queremos ter um trabalho de parceria, mas também porque observamos uma ocorrência que eu lhe diria comum, à luz do dia, pelos depoimentos que observamos hoje, mas também pelo que é veiculado na própria Imprensa local.

Eu até ouso lhe dizer, sem nenhum prejuízo da verdade, absolutamente de forma verdadeira, que, em todas as grandes cidades brasileiras, nós observamos esse fenômeno, mas em todas as grandes cidades brasileiras nós precisamos enfrentá-lo. É um fenômeno que está em praças, está em ruas, o senhor tem tido, por parte da atuação policial, um grande número de registros, a cada ano maior. O senhor acredita que nossas polícias estão equipadas para o enfrentamento?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Olha, primeiro que nós aqui realizamos um trabalho integrado. Inclusive tivemos ações conjuntas, no ano passado e no início deste ano, porque estamos preocupados com essas incidências. Nós realizamos algumas operações temáticas, e a exploração sexual de menores era uma temática que estava sendo analisada e operacionalizada pela instituição policial civil para combatê-la. No ano passado, tivemos operações com a Polícia Federal, com Ministérios Públicos, com alguns órgãos assistenciais e com a Polícia Militar. Realizamos um trabalho em conjunto e damos continuidade a esse trabalho através de nossa inteligência e integrados às delegacias da capital.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor diria que essa... O senhor teve, no ano de 2003: de 284 denúncias, 72 de exploração sexual de caráter comercial. Como se encontram os inquéritos policiais? O senhor tem conhecimento de quantos, verdadeiramente, sobre quantos se ofereceu denúncia, estão?...

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Veja bem, no que pertine à Delegacia Especializada de Assistência e Proteção ao Menor, nós tivemos uma média de 40 inquéritos desenvolvidos; porém temos também, temos inquéritos em outras delegacias, que foram autuados, que foram investigados e encaminhados à Justiça. Porque não é especificamente a Delegacia de Menores... Nós temos também inquéritos desenvolvidos pela Delegacia de Ordem Política e Social e pelas delegacias distritais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esses números, portanto, se referem à Delegacia Especializada?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – É. Referente...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conta unicamente com uma Delegacia Especializada no Estado?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – É. Só.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma delegacia?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Perfeito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Portanto, o trabalho concorrente das demais...

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – É, das demais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...no Estado inteiro. Essas estatísticas são mapeadas no Estado inteiro?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – No interior é feito pela Delegacia Municipal do Interior.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor tem esse mapeamento de casos para o Estado inteiro?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Não entendi a pergunta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem esse mesmo registro que é promovido na Delegacia Especializada, em todo o Estado, nas demais delegacias?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – É, porque nós temos um relatório mensal sobre a remessa de inquéritos policiais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor tem esses números? Há uma preocupação no registro nas delegacias que não são especializadas?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – No momento não me recordo o número, porque são várias delegacias.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sobre as denúncias que observamos aqui, o senhor também teve oportunidade de ouvir acerca da utilização dos barcos como espaço de exploração sexual. O senhor tem alguma operação específica em relação a esses barcos que parecem tão comuns?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Não vejo que seja tão comum essa situação. Vejo mais em casas noturnas e em bares periféricos as informações que temos e que estamos apurando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Existe alguma operação para os barcos?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Realizamos também algumas operações.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguma vez o senhor identificou nos barcos a presença de crianças ou adolescentes explorados?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Não detectamos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em casas noturnas?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Em alguns casos sim. Em casas noturnas e em bares periféricos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Algumas casas noturnas já foram fechadas por conta de serem desvirtuadas para exploração sexual de crianças e adolescentes?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Alguns estabelecimentos sim. Agora não compete à autoridade policial fazer isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certamente. O senhor conta com apoio público?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Dos órgãos do Estado e do Município.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem contado com esse apoio público?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Temos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Existe lei específica na cidade de Manaus, por exemplo, que permita a prefeitura agir nesses casos?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Fechando a casa?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Perfeito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso tem sido feito?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Tem o poder de polícia, no caso a Implurb e a Covisa, por outros motivos. Então atuamos em conjunto em razão disso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor saberia me dizer quantas casas noturnas o senhor já fechou em conjunto nessa operação integrada com prefeitura, estado?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – No momento, não me recordo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas algumas, sim?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Sim. Algumas já foram fechadas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma, duas, mais de dez?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Mais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso nos interessa até no sentido da efetividade de uma ação integrada.

O senhor tem alguma operação que tenha desenvolvido especificamente com a Polícia Federal de colaboração no combate ao tráfico de seres humanos?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Sim. Realizamos inclusive, no ano passado, nesse sentido. E estamos integrados, realizamos várias operações conjuntas com a Polícia Federal, com a Polícia Militar; o representante do Ministério Público, que participou também desse trabalho, e órgãos assistenciais. Aqui temos um sistema de segurança que está integrado.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Eu gostaria de fazer uma pergunta. Por exemplo, a mesma coisa que acontece aqui acontece também em outros estados por ocasião dos eventos. Quando tem o Festival de Parintins, há por parte também uma operação especial? Porque, como o senhor viu no depoimento que foi colhido anteriormente, foi colocado que há uma grande movimentação das adolescentes que se dirigem para lá; há também aquelas que são levadas, são aliciadas, exatamente para o tipo de programa de exploração.

Eu queria saber se por ocasião desses eventos existe alguma operação especial.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Obviamente que sim. Porque a festa de Parintins é uma festa popular e de alcance internacional. E comumente elaboramos uma operação antes de iniciar inclusive o festival, não só pertinente à prostituição infantil, à exploração sexual, mas a outros ilícitos penais.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Como é feita essa operação? Quais são as ações dessa operação?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Essas operações são feitas pelas delegacias especializadas, que combatem diretamente esse tipo de infração. A delegacia de menores, a Deops e outras delegacias integradas nessa ação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor fez alguma prisão de exploradores sexuais, agenciadores, em torno dessa grande festa?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Os policiais, durante esse trabalho, não foi detectado. Não conseguimos detectar. E a autoridade policial que dirige a instituição policial civil determina as ações. Eu particularmente tenho que ficar coordenando essas operações.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu lhe perguntaria ainda se é comum que os inquéritos que estão sendo articulados e presididos pela Delegacia Especializada sejam avocados para outras delegacias, para o senhor ou para o Secretário de Segurança.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Desconheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desconhece?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Desconheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tenho aqui uma informação de um inquérito, envolvendo a cafetina Darclei sobre uma rede de prostituição, em que várias vítimas estão arroladas e que teria sido levado para um tratamento diferenciado a ser conduzido pela Secretaria de Segurança.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Primeiro, não pode existir esse tratamento diferenciado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há algum delegado diferenciado lá?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Como?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há algum delegado que fique responsável por essas operações específicas?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Desconheço, desconheço essa realidade, porque, primeiro, a autoridade policial tem que cumprir a lei. Não existe tratamento diferenciado. Todos são iguais perante a lei. Então, nós cumprimos esse princípio constitucional.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, já vou lhe fazer, de público, uma solicitação, porque eu preciso do inquérito, que estamos solicitando formalmente.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Pois não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Creio que nós já solicitamos, inclusive, formalmente que o senhor nos ajude a agilizar esse inquérito.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Perfeito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque ele é uma peça importante no levantamento que estamos fazendo. Depois, eu lhe posso alcançar inclusive, além do nome da cafetina, outros nomes que possamos verificar aqui.

Por último, o senhor tem conhecimento de hotéis e motéis que franqueiam a presença de adolescentes sem pedir documentos?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Hotéis e motéis?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como o senhor ouviu aqui.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Desconheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não teve esse conhecimento até hoje?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Não, não. Desconheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não há depoimento nesse sentido?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Não. Não tomei conhecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor está tomando conhecimento hoje?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Hoje.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pretende...

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Claro, apurar. Desde que houve essa afirmação, a autoridade tem por obrigação apurar. Não pode se omitir.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem. Obrigada.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Sou eu que agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dr. Francisco Ferreira Sobrinho, Chefe da Polícia Civil, alguns depoimentos trazem informações sobre locais de exploração sexual de crianças e adolescentes em Manaus. Começarei citando os locais, e o senhor vai dizendo se tem conhecimento ou se efetivamente existe esse tipo de atividade sexual.

Em Manaus, é citada a rua Quintino Bocaiúva. Essa é uma rua onde há movimentação em termos de exploração sexual?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Olha, temos algumas casas noturnas nessa área.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nessa área.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Que são visitadas pelas autoridades em operações e, quando das operações, não foi detectada a presença de...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Há depoimento, inclusive de promotor, de advogados, de populares, que citam, em Manaus: rua Quintino Bocaiúva; rua José Paranaguá; Hotel Universo; Praia de Ponta Negra; Avenida Brasil; Boate Coração Blue; Boate Antares; pequenos hotéis na Joaquim Nabuco; Bairro da Compensa. Na zona leste: Grande Circular, Manaus Moderna, Shopping Manaus, Recanto da Natureza; na praça da Matriz: Chamego, Dengosa. Na periferia: Bar Laranjinha; na Praia de Ponta Negra; Feira da Banana; Balneário, uma casa na zona leste e o Bairro Campos Elísios aqui em Manaus.

São citadas outras regiões do Estado, como o Município de Iranduba, do outro lado do rio Negro.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Deve ser Urucurituba.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Iranduba?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Iranduba.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tabatinga; Cuari, onde está o pólo da Petrobras; Barcelos, principalmente no Festival de janeiro.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Barcelos?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, é um festival.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – De peixes ornamentais?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Perfeito.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nesse evento, o problema cresce, porque vem gente, inclusive de fora, para as atividades. O senhor teve conhecimento disso?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Em alguns casos. Na maioria desses casos nominados neste relatório...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em Maués, festa do guaraná; Itatinga, Parintins, Carauai.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Há um fluxo grande de pessoas, de turistas nessas áreas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – São Gabriel da Cachoeira, que fica na fronteira; Presidente Figueiredo, na rodovia que liga Amazonas a Roraima. São locais que foram citados em vários depoimentos e diligências realizadas aqui em Manaus.

Gostaria agora de tratar de algumas questões. A Relatora já fez referência, mas fala-se em vários depoimentos de uma rota de tráfico internacional de mulheres e adolescentes que parte de Manaus, vai para Acre. Rondônia, desemboca em Mato Grosso e de lá para o Paraguai e segue para a Europa, principalmente para a região da Península Ibérica – Espanha, Portugal –, para Holanda e para Itália. O senhor teve conhecimento desta informação?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – O Tráfico internacional é um problema afeto mais à Polícia

Federal. Entretanto, recebemos algumas informações a respeito desta rota.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Outra rota seria Manaus-SãoPaulo-Madri.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Desconheço esta rota.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Desconhece. Manaus-Boa Vista-Venezuela-Caribi?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Já recebemos algumas informações sobre isto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Manaus-Georgetown-Venezuela-Caribe? Já ouviu falar?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Não, desconheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Manaus-Paranaribo, no Suriname, rota que segue para a Venezuela e para o Caribe. Inclusive estive participando de um evento, o Fórum Internacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no México, ocasião em que se disse que menores do Brasil, especialmente da região Norte, eram levadas, via Venezuela, para o Caribe, mais especificamente para...

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Suriname?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Suriname também. Entretanto, há um país da América Central que é citado como sendo pólo exportador para os Estados Unidos, Canadá, México e para a Europa: Costa Rica, mais precisamente a capital, San José, para onde, normalmente, como há fluxo intenso de turismo, as menores também são levadas.

O senhor já ouviu se houve algum procedimento de investigação sobre um cabeleireiro conhecido por Elias Quintão?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Desconheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Desconhece?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não tem conhecimento de que esse homem trabalha na região de Rondônia mas também teria atividade aqui...

Há uma informação que precisa ser checada de que a Polícia Federal teria instaurado um procedimento a respeito do caso.

O senhor tem conhecimento de menores que conseguem tirar registros em cartórios de Manaus, ou seja, adulterando a idade, aumentando a idade para saírem como se fossem de maior.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Durante a minha gestão, como Delegado-Geral, desconheço algum acontecimento nesse sentido.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, solicito que o senhor investigue porque aqui foi dito três vezes hoje.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Perfeito.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Há um cartório que fica próximo daqui da assembléia.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Obviamente que será investigado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tenho a informação de que policiais conseguem tirar, com vinculação com Boa-Vista, com muita facilidade registro de nascimento adulterando o nome, a idade e até familiares, criando novos familiares para...

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Isso é preocupante porque no que concerne à identidade ela é expedida pelo Instituto de Identificação que faz parte da Polícia Técnica e Cientifica da Polícia Civil. Então, pode ter certeza de que essa incidência será apurada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Então, verifique isso aqui.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Há o interesse do dirigente em apurá-la.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Haveria um policial por nome Mário?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Como?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mário.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Olha, Mário nós temos vários na Polícia. Então, temos que saber o sobrenome do Mário.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E Babalu?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Hein?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Babalu.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Babalu?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Desconheço por que Babalu não é nome. Eu acho que Babalu deve ser um apelido.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Que seja um apelido, mas foram citados nos depoimentos que temos.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Foi? Eu vou procurar saber se existe algum policial com esse apelido de Babalu, porque estou há 25 anos na polícia e com esse apelido desconheço, mas pode existir principalmente na turma recente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nesses casos, já existe algum procedimento com relação aos

policiais envolvidos nessas situações de aliciamento e de exploração aqui em Manaus?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Veja bem, eu, Delegado Sobrinho, atualmente Delegado-Geral, todas as incidências praticadas por policiais civis são apuradas.

Eu instauro o inquérito policial e, concomitantemente, o processo administrativo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sim, mas especificamente com relação a esse tema que estamos tratando.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Aliciamento de menores?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Aliciamento, exploração, abuso com relação ao tema que estamos tratando.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Na minha gestão, não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não existe nenhum caso?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Na minha gestão, não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Há quanto tempo o senhor está na...I?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Eu assumi no ano passado, no início do Governo, em janeiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, no dia 28 de janeiro de 2003, estava no seu cargo?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Perfeito.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, o senhor deve ter tomado conhecimento do procedimento que foi realizado na boate Chácara onde A SRA. Darcilene Garcia de Oliveira e o sul-coreano Keun Sun Pack estavam aliciando mulheres brasileiras para serem levadas para a Coréia do Sul.

A Polícia Civil deu alguma batida nessa boate Chácara?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Fizemos uma operação em que detectamos um coreano. E esse coreano foi encaminhado para a Polícia Federal, salvo melhor juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Houve um procedimento. Mas, depois disso aqui, a Polícia Civil tem dado batidas permanentes nessas boates?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Nós temos realizado diligências constantes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Constantes.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Constantes. Nas boates, que são referenciadas, e em determinados bares de periferia. Casas de **streap**, temos visitado bastante.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Planet Rock Streap Show.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – É. Exatamente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Essa casa também. Há denúncias de que menores são aliciados ali.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – É. Inclusive nessa ação conjunta Polícia Civil, Polícia Federal e Ministério Público, visitamos várias casas de **streap**.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Tem uma informação que acho que também deve ter sido motivo, que é um aliciador conhecido por Londono. Londono. Ele... Tinha inclusive uma colombiana sem documento que estava na casa desse Londono, que é Carlos Eduardo Contreras Londono. Eu pergunto: é comum estrangeiros exercerem essa atividade aqui na região aqui de Manaus?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Mas qual atividade? O senhor poderia repetir, por favor?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Atividade sexual, de exploração sexual.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aqui tem o caso desse que era colombiano. Carlos Eduardo Contreras Londono.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Estou tomando conhecimento agora.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Onde foram encontradas uma brasileira de 17 anos e duas colombianas que também estavam...

E um outro fato que me chamou a atenção, Dr. Francisco, é que no Motel Beira Rio... Acho que esse procedimento a Polícia deve ter sido de um senhor, gerente do motel, que está... De um menor, inclusive um menino, que teria sido explorado sexualmente naquele motel. E há uma ação aqui. Parece que a Polícia conseguiu verificar. Boate Remulus. Tem tido também a ação da Polícia nessa boate?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Tem. Todas essas casas noturnas, comumente nós realizamos diligências. Essas diligências comumente são realizadas pela Especializada de Assistência

e Proteção ao Menor e pela Delegacia de Ordem e Política Social.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nesse caso da Boate Remulus, essa boate que foi... Ela teria menores adolescentes, que viriam do interior do Pará e do Amazonas, fazendo programas sexuais.

Agora, tem um fato que chama a atenção: é que, quando do cumprimento da ordem de fechamento, um oficial da PM chegou a ser transferido de lotação por ter cumprido o seu trabalho. O senhor tomou conhecimento desse fato?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Talvez tenha sido em uma das diligências efetuadas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – E, salvo melhor juízo, foi detectado, realmente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É. E ela conseguiu cobrir, através de liminar. Não é?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Isso. Hotel Ariaú. Hotel Ariaú. Há notícias de que o proprietário do Hotel Ariaú, um hotel da selva muito famoso nas proximidades de Manaus, promove festas para os clientes do referido estabelecimento, com a presença de adolescentes, para a realização de programas sexuais.

Há algum fato, na Polícia Civil, sobre esse hotel Ariaú?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Não, desconheço esse fato, nunca chegou ao meu conhecimento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E uma clínica médica que estaria aqui bem próxima ao bar Cipriano? Uma clínica médica que funcionaria como fachada, mas que seria uma agência de adolescente para programas sexuais e também para tráfico de bebês, nascidos dessas adolescentes.

Há alguma informação sobre esse fato?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Não, não tenho conhecimento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Avenida Airão com a Ferreira Pena.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Não, desconheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E, para concluir, boate Crocodilo's; há algum procedimento com relação a essa boate?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Realizamos algumas diligências na Crocodilo's, mas não lembro que tenha sido detectada alguma incidência, não tenho lembrança.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A informação é de que essa boate promove festas para turistas alemães, em barcos, com a presença de adolescentes para programas sexuais. Eles não realizam na boate, mas promovem festas para turistas em barcos.

Há uma efetiva fiscalização da Polícia Civil com relação a esses barcos que saem para passeios nos rios Negro e Solimões?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Realizamos algumas diligências esporádicas, mas não há freqüência disso aí.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E a Polícia tem efetivo e estrutura para fazer esse controle mais permanente? Tem barcos para acompanhar ou não?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Temos lanchas para fazer esse tipo de... quando necessitamos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Estou satisfeito, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Srª Relatora, mais algum questionamento?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode nos responder, Dr. Francisco: hoje ouvimos aqui por várias vezes que carteiras de identidades falsas têm sido expedidas, facilitando a exploração de adolescentes, inclusive adolescentes que saem de Manaus, chegando a Boa Vista, Porto Velho ou mesmo saindo do País utilizando documentos falsos, absolutamente idênticos aos verdadeiros, inclusive foi citado que com assinatura, não sei exatamente, se é a nossa carteira de identidade nacional, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. Foi citado inclusive nome de um agente que trabalha no setor de Papiloscopia da Secretaria, como um dos responsáveis por isso, e outros nomes também citados.

O senhor tem conhecimento disso? Existe algum procedimento que o senhor tenha tomado para investigação dessa presença de policiais no derrame de documentos falsos?

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Estou tomando conhecimento agora, isso será apurado com muito rigor, porque jamais permitiremos um procedimento desses. Vamos apurar de uma forma rigorosa essa incidência, se realmente está acontecendo. Pode ter certeza. Passei a tomar conhecimento agora, através dos relatos aqui efetuados e por V. Exª.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Segundo as informações que obtivemos, não apenas adolescentes de Manaus e da região do Estado do Amazonas estariam utilizando esse documentos falsos provenientes do Amazonas, mas também esses documentos teriam sido localizados em outros Estados.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Será apurado, com certeza.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aqui o senhor disse que tinha diversos Mários lá na Polícia Civil. O nome desse setor, é o Mário que trabalha nesse setor.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – Perfeito. Isso será investigado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acho que é isso, Srª Presidente. Quero agradecer ao senhor. Desejo que possamos trabalhar de forma integrada. O senhor está num Estado que é muito especial pra todos nós do Brasil. Sentimo-nos muito bem acolhidos aqui, mas com uma responsabilidade muito grande.

Como eu lhe disse, longe de nós, ao virmos a um Estado, avaliarmos que ele é um Estado onde a situação é mais grave do que em outros. São situações diferenciadas no Brasil inteiro, mas o senhor aqui está com uma fronteira seca, absolutamente imensa, com circunstâncias muito difíceis deste enfrentamento e com um grau de impunidade que eu diria que é bastante severo e, certamente, como uma autoridade policial, quer dar outra caracterização a esse clima.

O SR. FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO – O Estado do Amazonas é atípico, é peculiar, o que dificulta a ação mais célere da autoridade policial – essa é a grande verdade – , em razão da imensidão da região. Mas colocamo-nos ao inteiro dispor de V. Exª e da nobre Comissão para qualquer discernimento a respeito da atividade policial civil do Estado do Amazonas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Passaremos a ouvir a depoente Leonor Cabral Issati.

(Intervenções fora do microfone. Inaudível.)

(Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Boa noite, Srª Leonor. A senhora poderia dizer o seu nome completo?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Leonor Cabral Icassati.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Seu endereço?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Rua 74, nº 40, Cidade Nova.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Cidade Nova, Manaus?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Manaus.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Dona Leonor, a senhora sabe que estamos aqui, nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para investigar os casos de exploração e de abuso sexual contra as nossas crianças e adolescentes. Então, a senhora está aqui para – e esperamos a sua colaboração – passar algumas informações daquilo que a senhora tem conhecimento, a fim de que possamos estar prosseguindo com êxito nessa investigação que estamos fazendo hoje.

A senhora gostaria de fazer alguma declaração, antes de os Parlamentares começarem a perguntar para a senhora?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Eu gostaria, sim, doutora.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Pois não. Pode falar.

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Eu gostaria de declarar que sou inocente neste processo e que não tenho nada a declarar, porque eu já declarei com a Drª Graça, na Delegacia, e já fiz uma declaração na Polícia Federal e já declarei em juízo também sobre o meu processo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Dona Leonor, o papel da Comissão não é o de julgar a senhora, se a senhora é inocente ou culpada. Não é esse o nosso papel. A Comissão quer que a senhora contribua com as informações que a senhora tem, para que possamos estar coletando mais dados, mais informações. A senhora sabe que isso é uma crueldade que fazem com as nossas crianças e com os nossos adolescentes. Então, o nosso papel não é o de julgá-la. Não é isso. Não viemos aqui para dizer nada disso.

O que queremos é contar com a sua colaboração para levantarmos dados, coletarmos informações, a fim de que possamos realmente realizar com êxito o nosso trabalho. Então, aqui, a senhora não tem de se preocupar em dizer se é culpada ou inocente, porque não estamos aqui para julgá-la.

Posto isso, passo a palavra à nossa Relatora, Deputada Maria do Rosário, que vai lhe fazer alguns questionamentos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Boa noite.

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Boa noite.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora é natural de Manaus?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Sou goiana.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto tempo morou em Goiás?

(Pausa.)

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Eu saí de Goiás em 1984.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E desde quando está residindo em Manaus?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Mudei para Manaus em abril do ano passado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Antes de morar em Manaus, a senhora morava onde?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Boa Vista, Roraima.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Durante quanto tempo a senhora morou em Boa Vista?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Desde 84.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora, em Boa Vista, Roraima, localizou o seu trabalho, a sua atuação em casas noturnas?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Não, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora nunca foi proprietária de casa noturna?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Fui, mas não propriamente... eu morei sete anos no garimpo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por sete anos a senhora morou no garimpo. Em que garimpo a senhora esteve?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Na divisa do Brasil com a Venezuela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Neste garimpo onde a senhora esteve, a senhora era proprietária de bar?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Não. Eu mexia com "atacadão", eu vendia comida em atacado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora vendia comida. A senhora, neste garimpo já atuava com prostituição?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Não, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não se prostituía. Era proprietária de um estabelecimento. Era dona do estabelecimento que vendia comida. Era um armazém?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Não, vendia... era tipo um "atacadão" que vendia arroz, feijão, tudo no atacado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Durante quantos anos a senhora morou nesse garimpo?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Sete anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Depois a senhora foi para Boa Vista?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Depois eu fui para a cidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E em Boa Vista, a senhora se instalou como sócia de uma pessoa chamada Kika. Nós podemos dizer que a senhora foi sócia da Kika?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Fui, sim, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E as duas eram donas da Boate MC?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E depois donas da Afrodite?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Negativo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Afrodite somente foi da Quica?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Somente dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Boate MC é conhecida por ter recebido meninas e mulheres de toda região. Como é que a senhora organizava a ida dessas adolescentes para a Boate MC?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Doutora, eu me reservo o direito de não prosseguir com o meu depoimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É verdade ou mentira? A senhora me confirma ou nega que a senhora foi responsável pela falsificação de documento de várias meninas, recolhendo as fotografias para que fossem feitas carteiras de identidades falsas?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Doutora, eu me reservo o direito de ficar calada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem todo o direito de responder como quiser, e eu, todo o direito de fazer as perguntas, assim como os meus Colegas também.

No entanto, eu devo, até olhando para a senhora, adverti-la de que se a senhora não colabora, certamente não vai esperar nenhuma colaboração. Se a senhora não responde, não esclarece os fatos, eles recaem unicamente sobre a senhora.

Nós temos aqui depoimentos fartos, que indicam que a senhora fazia o recolhimento das fotografias das moças de 17, 16 anos, 15 anos.

A senhora era responsável efetivamente pela falsificação dos documentos?

(Pausa.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem de dizer que vai ficar calada, que não quer responder.

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Eu me reservo o direito de ficar calada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora... Eu vou escrever aqui o nome de algumas adolescentes que eu gostaria de confirmar se são jovens que a senhora conhece.

Todas elas, em seus depoimentos, indicam que estiveram presentes na boate de que a senhora foi proprietária. Todas menores de idade.

(Pausa.)

Pode passar lá para ela, Drª Leslie. Acabou o papel, e ainda há nomes aqui. Pode passar para ela.

A senhora pode confirmar se reconhece o nome dessas moças? Todas elas depuseram dizendo que a conhecem e que a senhora produzir falsificação dos documentos. Todas menores de idade?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Me reservo o direito de ficar calada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É verdade que a senhora, nessa Boate MC, mantinha quartos onde era recomendado que as meninas ficassem o dia inteiro dormindo para que agüentassem os programas à noite?

Pois não!

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Me reservo o direito de ficar calada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora presenciou ameaças que teriam sido produzidas pela Kika? Ou as foram pela senhora em relação à adolescente de (está na lista que lhe dei) nº 2, de que ou ela participaria... Dizia o seguinte: "Tu tem que te acostumar que tu não vai voltar para Manaus. E, se tu tentar fugir, vou matar tua família!" Isso foi dito para essa adolescente pela senhora ou pela Kika ?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Doutora, já prestei o meu depoimento com a Drª Graça, na Polícia Federal e no Juiz Federal, e me reservo o direito de ficar calada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Srª Leonor, a senhora pode ter prestado os outros depoimentos, mas a senhora está aqui numa CPMI que é do Congresso Nacional. A senhora tem que se manifestar, e a Deputada tem o direito de fazer pergunta. E a senhora tem que se manifestar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então a senhora não nega que esse tipo de ameaças eram feitas às adolescentes. Como esta aqui que passo a ler: "Tu tem que se acostumar que tu não vai voltar para Manaus. E, se tu tentar fugir, vou matar tua família!" A senhora não nega, porque, se a senhora permanece calada, a senhora não está negando.

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Me reservo o direito de ficar calada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora, por favor, esclareça quem é André. André era seu comparsa em Manaus e ajudava no agenciamento das adolescentes?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Me reservo o direito de ficar calada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora poderia esclarecer ainda a esta CPMI que filial é essa que está citada aqui como filial da Boate MC, uma boate em Boa Vista, uma filial dessa boate na Venezuela.

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Me reservo o direito de ficar calada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para essa boate, a senhora traficava, mandava as meninas brasileiras, enviava meninas brasileiras?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Me reservo o direito de ficar calada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que a senhora tem a dizer em sua defesa quanto à responsabilização por atuar favorecendo a prostituição, promovendo a exploração sexual de crianças e adolescentes?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Doutora, prestei o meu depoimento com a Drª Graça, com o Juiz Federal, com o Delegado da Polícia Federal. Já prestei todos os meus depoimentos, já prestei todas as declarações e esclarecimentos necessários. E me reservo no direito, porque o juiz disse para mim que o meu processo tem que estar em sigilo, e vou obedecer ao que o juiz me disse.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quero esclarecer-lhe que é verdade que seu processo está em sigilo. Tanto é que aqui não expusemos a imagem de nenhuma de suas vítimas. O processo está em sigilo para a preservação de quem merece ser preservado. Falo das crianças e dos adolescentes, que são inimputáveis, e vítimas nesse processo.

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Estou obedecendo a uma lei. Se ele disse que é para eu reservar-me, para ficar em silêncio...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nós também a obedecemos. Não foi o juiz que lhe disse. A senhora quer dizer-me o nome do juiz? Até compreendo que senhora está enganada no seu entendimento. O juiz não lhe disse para permanecer calada. O juiz disse-lhe que tem o direito de falar apenas no âmbito do Poder Judiciário. Aqui, estamos fazendo uma investigação. Faço questão de esclarecer-lhe, com a maior boa vontade, em que pese a senhora ter um advogado, aqui, que certamente deu-lhe esclarecimento. Esse não é o meu papel. O meu papel é, unicamente, o de buscar um esclarecimento sobre os fatos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, à Deputada Ann.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A título de esclarecimento, senhora Leonor, a senhora pode, simplesmente, informar que não tem nada a declarar.

A senhor fica tranqüila, e os procedimentos prosseguem. Está certo?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Está certo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora pode dizer que não tem nada a declarar, e a relatora continuará fazendo suas perguntas. OK?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – OK.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou retomar. Acerca dessa "filial" que fica na Venezuela o que a senhora tem a declarar?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem conhecimento de que as moças eram ameaçadas, primeiro, de que eram levadas a fazer **streap-tease**, a beber uísque, a fazer sexo com os clientes? Sabe que se chegassem clientes que usassem drogas eram orientadas a fazer uso também?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem conhecimento de que a senhora mesma, ou sua sócia, era responsável por ameaças do tipo: "Se não fizerem o que queremos vocês serão estupradas pelos seguranças da boate"?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As adolescentes tinham medo da senhora ou da sua sócia?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que motivo teriam medo?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora teve seguranças durante esse período?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tinha algum motivo pelo qual a senhora percebesse que deveria ter ao seu redor três ou quatro seguranças, como aqui é citado?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Temos aqui um depoimento, em mãos, dizendo que uma adolescente, ao chegar à boate, encontrou seis estrangeiros e que a sua sócia disse que a declarante deveria sair com os mesmos. A jovem declarante praticou sexo com quatro homens e recebeu uma quantia. Ao receber essa quantia, pediu para retornar à Manaus. Recebeu um tapa no rosto e ouviu que não voltaria. Sua sócia ficou com todo o dinheiro que ela teria recebido naquela noite.

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora conhece essa história?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora pode até não declarar nada, mas a olho e sei que a senhora conhece as histórias a respeito das quais estou fazendo perguntas. São verdadeiras porque foram contadas em depoimentos a esta CPMI e às autoridades policiais.

Quem é esse?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É gerente sua. É homem ou mulher?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Jonatas e Daniel eram seus seguranças no período?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como a senhora produzia as meninas saídas de Manaus?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tinha alguma preocupação com a imagem delas, mudança no cabelo, roupas?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por enquanto é isso, Srª Presidente. Em seguida, depois do Deputado Luiz Couto, da Deputada Suely, da Deputada Ann Pontes, talvez retorne com algumas questões que possam ser respondidas pela depoente, se ela resolver contribuir para enfrentar a exploração sexual das crianças.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – D. Leonor, a senhor sabe que prestou um depoimento em três procedimentos diferentes. Um da Delegada, Drª Graça; outro na Polícia Federal; e outro no Ministério Público.

Aqui é um outro procedimento. A CPMI tem o poder de polícia e, embora a senhora possa não falar o que pode prejudicá-la na sua defesa, a senhora não pode mentir. Porque, se mentir, a senhora, se não es-

tivesse presa, poderia ter uma outra prisão por falso testemunho.

Digo isso porque a senhora falou que deu depoimento. Mas este é um quarto depoimento em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, do Congresso Nacional, um Poder. A senhora já prestou depoimento em um órgão do Poder Executivo, Ministério Público, Polícia Federal e Polícia Civil, mas agora a senhora está prestando depoimento a um outro Poder, que é o Poder Legislativo. E algumas coisas seria importante que a senhora dissesse. Não vai prejudicar a senhora no sentido de esclarecer.

E eu perguntaria o seguinte, sem entrar nos fatos: a senhora nasceu em Goiás, foi?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E morou em Goiás por quanto tempo? Saiu de Goiás com quantos anos? Já era de maior idade ou ainda era de menor?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – De maior.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Depois veio morar aqui em Manaus?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Roraima.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em Roraima primeiro?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Sim, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A senhora disse que não morou em Boa Vista? Foi morar em um garimpo?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Não, eu morava em Roraima e trabalhava no garimpo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas a senhora ia para o garimpo como? Porque, para ir a um garimpo, tem que ir de avião, não é?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Não, ia por terra. Era 80 km só da cidade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O garimpo ficava em que localidade da Venezuela?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Na região do Mutum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E lá a senhora disse que tinha um estabelecimento que vendia mercadoria. Quer dizer, a senhora nega que tenha sido sócia em um estabelecimento em Boa Vista dA SRA. Kika? A senhora não foi sócia dela durante um tempo? Não morou com ela?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Eu me reservo o direito de ficar calada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Há diversos depoimentos e, neste caso, a senhora estaria mentindo e chamo a atenção da Presidência para esse fato. Há diversos depoimentos atestando que a senhora morou. Isso não vai prejudicar em nada a senhora. Estou apenas perguntando se a senhora foi sócia em algum empreendimento dA SRA. Kika?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Eu me reservo o direito de ficar calada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A senhora foi sócia dA SRA. Kika em um estabelecimento chamado MC Drink's e, depois, houve um rompimento dessa sociedade. Foi aí que a senhora começou a montar o seu negócio pessoal. Mas houve isso aqui. Está comprovado. Então, não adianta a senhora dizer que se reserva o direito porque, na realidade, isso está confirmado.

A senhora tem uma irmã, Maria de Lourdes. É sua irmã?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Eu me reservo o direito de ficar calada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nem dizer o nome da irmã? Não querer reconhecer? Estou perguntando se a senhora tem uma irmã. Tem uma irmã ou não?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Eu me reservo o direito de ficar calada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A senhora é sozinha? Não tem mais nenhuma irmã?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Eu me reservo o direito de ficar calada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, a senhora sabe que A SRA. Maria de Lourdes é sua irmã e também tem, em Boa Vista, um empreendimento conhecido como **Playboy**. Inclusive ela recebeu lá uma menor, que prestou depoimento aqui, com documento falsificado. A senhora não quer dizer, mas está aqui.

Então, isso vai complicar demais a sua vida, porque a CPMI poderá representar, e novas situações a senhora poderá...

Na realidade, quando o juiz começa a falar, ele diz que a senhora tem o direito de ficar calada. Mas diz que não responder pode prejudicar. Só faltou dizer a segunda parte que o silêncio poderá também poderá complicar a sua defesa. Pode ter sido o seu advogado que tenha orientado a senhora a dizer: "Nada a declarar, nada a declarar". Mas a Justiça também diz que poderá haver prejuízo para o réu caso ele não responda às perguntas. Ele desiste do direito de se defender.

Na Venezuela, só teve nesse local ou teve em outros locais?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nada a declarar, nada a declarar.

Quanto tempo a senhora morou em Boa Vista?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas nem o tempo que a senhora morou lá para a gente saber quantos anos, depois que a senhora foi para o garimpo?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nada a declarar, nada a declarar!

A senhora morou durante muito tempo em Boa Vista. Deve ter conhecido um bocado de casas de show, de boates naquela região, porque ficavam na rua em que a senhora morava. Boate Playboy. Nunca esteve nessa boate Playboy?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É. Talvez a senhora não foi visitar a sua irmã, que era proprietária desse estabelecimento. Inclusive ela tem o celular daqui. Aqui ela tinha atividades aqui em Manaus, que a senhora nega que tenha levado pessoas para Boa Vista.

A senhora também nunca viu a boate, o estabelecimento Zero Grau **Drinks**?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nada a declarar. Nada a declarar.

Também não conhece A SRA. Maria da Conceição?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Que é a proprietária do Zero Grau Drinks?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Se eu perguntar para a senhora e disser "Nada a declarar", a senhora não se antecipe. Eu pergunto, e a senhora diz: "Nada a declarar."

É claro que a senhora morou, pode dizer, no MC Drinks. Não morou?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nada a declarar. O silêncio antes de responder já confirma que a senhora morou lá, mas não quer dizer. É um direito que lhe assiste.

A senhora já deve ter passado e visto: "Rainha do Gado". Não era "Rei do Gado", era "Rainha do Gado", lá em Boa Vista.

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nada a declarar, mas no Afrodite eu tenho certeza que a senhora esteve – Afrodite, onde a proprietária era Dona Kika. A senhora deve ter passado no Afrodite.

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nada a declarar. E no Night Club Girl?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Lá em Boa Vista, a senhora deve ter morado na rua Carlos Natrot, 584, Liberdade.

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não? Nem o endereço?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A senhora não disse onde morava, não?

A senhora não falou onde morava? Não foi pedido à senhora tudo isso aqui?

Porque é o seguinte: se a senhora não estiver dizendo a verdade, a gente vai ter todos esses dados aqui e vai ficar pior para a senhora.

A gente tem, aqui, a oportunidade de a senhora se defender, contrariamente a outras pessoas que colaboraram e podem ser consideradas como réus colaboradores. A senhora insiste em não querer colaborar com a CPMI.

A senhora conhece o Sr. Sisvandro e Paula, que são proprietários do Night Club Girl?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nada a declarar. Também não conhece o Sr. Marquete, que é o gerente desse Night Club?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas a senhora sabe que o Sr. Marquete agenciava meninas para levar até a cidade de São Félix, na Venezuela, e a senhora deve conhecer bem a Venezuela, porque ali trabalhou, numa área, durante muito tempo.

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas a senhora deve saber que o Sr. Nonato... conhece Nonato e Carlos? Não conhece, não?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Que dirigem a boate da Sandra?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o Cleiton?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nada a declarar. Que também agencia menores para a prostituição.

O advogado Euflávio Dionísio Lima, conhece?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas sabe que ele também tem envolvimento com esse ilícito do agenciamento de menores para a prostituição?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A senhora conhece o proprietário da Drogaria Natal, na Via das Flores, em Pricomã, em frente ao Hospital Geral? A senhora conhece o Hospital Geral, em Boa Vista?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nada a declarar. Mas conhece o grupo Forró do Cabaré?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nada a declarar.

E o Jean Sopó? A senhora já ouviu falar?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o Helinho, que fica próximo a Igreja da Paz?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o Geovane?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No seu estabelecimento, lá na Venezuela, a senhora vendia também bebida alcoólica?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Não era na Venezuela, era no Brasil.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No Brasil?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – No Brasil.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A senhora disse que morou na Venezuela.

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Na divisa do Brasil. É perto, nas proximidades. Não era na Venezuela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. Mas era para venezuelano que a senhora vendia.

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Não era na Venezuela. Era no Brasil.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Agora já mudou. Muito bem. Pelo menos já falou alguma coisa.

E Alfredo, conhecido por Baco?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Lincon, conhece?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tiago?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR.LUIZ COUTO (PT – PB) – Estou vendo que a senhora não conhece ninguém lá.

Está precisando voltar para conhecer as pessoas, porque não está conhecendo.

Quando a senhora saiu de Manaus e foi para Boa Vista, ou de Boa Vista veio para Manaus, aqui em Manaus a senhora trabalhou em quê?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A senhora não vivia do ar. Quem sustentava a senhora aqui em Manaus?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era o "nada a declarar" que sustentava a senhora aqui em Manaus.

Tenho a informação de que a senhora quem aliciava e agenciava menores, inclusive com falsificação de documentos para levá-las para o estabelecimento da sua irmã e também para o estabelecimento da sua sócia, lá em Boa Vista. O que a senhora diz disso?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nada a declarar.

Srª Presidente, como a... A senhora é conhecida por Leo, não é isso?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nem isso? A senhora não é conhecida por Leo, o seu apelido?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, a depoente não quer colaborar com a CPMI.

Portanto, devolvo a palavra à V. Exª.

(Interrupção da gravação.)

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Vou consultar aqui os demais membros da CPMI. Na verdade, ela não está declarando nada. Então, a pressão está subindo apenas por uma questão emocional, porque não há declaração alguma, nenhum comprometimento da depoente.

Mais alguns minutos e nós vamos terminar.

Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Srª Leonor, fique tranqüila porque serei bastante breve.

A senhora está sendo acusada pela prática de que crime?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora tem consciência do tipo de crime que lhe está sendo imputado?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por que motivo a senhora acredita que tenha sido arrolada como tendo praticado esse crime?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como é o nome do garimpo com a divisa do Brasil com a Venezuela que a senhora morou ao longo de 7 anos?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Mutum.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – No tempo em que a senhora morou no garimpo, a senhora notou a presença de adolescentes fazendo programas sexuais com os garimpeiros?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Havia adolescentes de outros Estados?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora já havia sido processada antes de processo que está em curso?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O que a senhora acha de pessoas que vivem da exploração sexual de crianças e adolescentes?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora é tida como uma pessoa violenta pelas pessoas com as quais a senhora se relaciona?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Para concluir, Srª Leonor, antes de a senhora ser presa, que atividade profissional a senhora desempenhava?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Muito obrigada, Srª Presidenta. Muito obrigada, Srª Leonora.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Srª Leonora, a senhora veio de Goiás. Seus pais ficaram lá?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – A senhora, quando era jovem, sofreu algum tipo de abuso sexual?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – A Senhora não se arrepende de nada do que fez envolvendo as crianças e os adolescentes, com 11 e 12 anos, que, devido a isso, nunca mais terão – a senhora sabe que essa é uma marca que um adolescente carrega para o resto de sua vida – uma vida afetiva e sexual normal, uma vez que elas foram exploradas? E a senhora fez parte de uma rede que agenciava essas meninas. Isso não lhe pesa na consciência?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Faria de novo se não estivesse na situação em que se encontra, presa, prestando depoimento, com todas as acusações, com todas as meninas lhe acusando?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não se arrepende em nenhum momento?

A SRA. LEONOR CABRAL ICASSATI – Nada a declarar.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Vamos encerrar, pois já entendemos que a depoente não tem nenhuma intenção de contribuir com a CPMI, nem a intenção ou qualquer arrependimento de ter realizado todos os atos, de ter propiciado que nossas crianças e adolescentes fossem explorados e abusados.

Consideramos isso uma pena, sentimos muito que a senhora não queira contribuir com a CPMI, sentimos muito que não possa fazer parte de uma comunidade que está fazendo um esforço muito grande para acabar com essa situação em que somente alguns conseguem lucro. Espero que a senhora realmente consiga viver em paz com a sua consciência e o seu coração.

Muito obrigada e até logo.

(Interrupção da gravação.)

A PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Bem, teremos mais alguns depoimentos, só que eles serão ouvidos em reunião secreta. Sendo assim, estaremos encerrando a audiência aberta em breve.

Antes de fazê-lo, passarei a palavra à nossa relatora, Deputada Maria do Rosário, para que faça algumas considerações finais. Em seguida, iremos encerrar esta reunião.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, Deputada Thelma de Oliveira, Sr. Deputado Luiz Couto, Srª Deputada Suely Campos, Srª Deputada Ann Pontes, senhoras e senhores, quero agradecer, em nosso nome e em nome da Senadora Patrícia Saboya Gomes, à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas pela gentileza com que recebeu esta CPMI do Congresso Nacional.

Gostaria de deixar registrado que, ao longo desses meses de trabalho, passamos por diversas situações, situações as mais complexas. Todas elas motivaram uma maior aglutinação em torno do núcleo de trabalho dos parlamentares – deputados e deputados, senadores e senadoras –, sempre uma unidade ainda maior, movidos por princípios éticos de, inclusive, afastamento de quaisquer questões que não objetivamente aquelas que devem mover o nosso próprio trabalho. E aqui tivemos um exemplo disso também, nesta tarde.

Quero, cumprimentando os meus Colegas, dizer que a nossa tarefa como representantes do Parlamento brasileiro, com o objetivo de proteger os direitos da criança e do adolescente, tem única e exclusivamente essa referência. Muitas vezes nos deparamos com nomes e com pessoas conhecidas, mas certamente o mais importante para nós é que possamos auxiliar quem nós, em princípio, não conhecemos diretamente, pessoas de quem nunca ouvimos falar, que são crianças e adolescentes brasileiros. Temos que lhes assegurar o direito de viver em liberdade, com Justiça e protegidos de todas as formas de violência.

Estamos preparando e organizando o nosso relatório final. Muitas das questões aqui levantadas não foram abertas, talvez não suficientemente ou como as pessoas gostariam – justamente porque nos cabe atuar de forma investigativa. Queremos, de forma objetiva, oferecer resultados à população brasileira. E aí é muito menos importante o nome de pessoas conhecidas do que aqueles das crianças que não conhecemos.

De forma que queremos dizer à população que aquilo que tivermos de comprovação e de indício, o conjunto das autoridades brasileiras também o terão, e tudo será encaminhado ao Poder Judiciário a fim de que, futuramente, se pronuncie.

Não temos medo, porque atuamos pela verdade. Portanto, se alguém, por acaso, utilizando qualquer poder, pensar que pode intimidar o trabalho das pessoas, é importante que fique claro que não somos passíveis de intimidação. Somos pessoas que trabalhamos não só com a obrigação, mas com o senso do Direito da Justiça e com a dedicação militante de quem procura acolher as crianças e adolescentes como se fossem seus próprios filhos. E busco aí palavras que, inclusive, têm sido utilizadas normalmente e cotidianamente pela Senadora Patrícia Saboya Gomes, que é a Presidente desta CPMI.

Portanto, que possamos ter um relacionamento absolutamente respeitoso e que possamos confiar em todas as nossas autoridades, como é devido. Além disso, que fique absolutamente esclarecido que nosso trabalho será feito independente de qualquer pressão que possa haver, porque não somos passíveis de pressão.

Agradeço.

Seguiremos, então, com o trabalho que está sendo realizado de forma sigilosa para o seu bom andamento. Cumprimento os colegas aqui presentes pelo desdobramento de cada ação.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Gostaria de agradecer a todos os funcionários da Assembléia Legislativa, especialmente o Flávio, do Cerimonial, que nos atendeu de forma muito gentil desde o momento que aqui chegamos, e a todos os demais que nos atenderam nos servindo água e café etc.

Muito obrigada pela atenção. Sabemos que é um trabalho a mais.

Também gostaria de agradecer à Imprensa, pois todos vocês são fundamentais – e já disse isso antes – para que possamos não apenas denunciar, mas dar visibilidade a toda a sociedade de todos os casos.

Quero dizer que precisamos mudar a idéia que temos arraigada de achar que são as nossas crianças e os nossos adolescentes que seduzem os adultos. Ao contrário, são os adultos os responsáveis por essa ação que degrada qualquer ser humano.

Assim, gostaria de agradecer a todos que ficaram aqui conosco até agora, ao Presidente da Assembléia e aos companheiros da CPMI.

Além disso, também gostaria de dizer que muito me honrou estar aqui, em Manaus, representando a nossa Presidente, a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que, infelizmente, como foi dito, não pôde estar aqui.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigada e boa noite a todos.

(A reunião torna-se secreta.)

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Alice, você poderia nos dar seu nome completo?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Alice dos Santos Custódio.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Alice, como você sabe, estamos trabalhando nesta CPMI. Hoje é dia 26 de maio de 2004, estamos em Manaus e vamos conversar com você a respeito da sua experiência. Você teria alguma coisa para nos contar?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Para contar?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Para contar.

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Conheci uma garota, o nome dela é Viviane, e ela estava envolvida com isso e tal.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Envolvida com o quê?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Ah!...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Deixe-me te explicar: este é um depoimento secreto, que não será revelado para ninguém. É uma coisa da CPMI e não será divulgado. Não se preocupe com isso. Somente nós duas e depois a Senadora, que é a Presidente da Comissão, que estaremos sabendo.

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Ela começou a fazer programa e começou a me falar sobre dinheiro fácil, essas coisas, presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Ela tinha quantos anos?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Ela é mais nova do que eu. Na época, ela tinha 13 anos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E você tinha quantos anos?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Eu tinha 15 anos. Agora, ela está com 15 anos e eu estou com 17 anos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Foi há dois anos?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E ela falou que era fácil ganhar dinheiro?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – É, que era fácil, que ganhava presente, essas coisas. No começo, eu fiquei meio assim. E ela me chamou para ir uma vez, e eu fui.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Para ir aonde?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Nós íamos para uma casa de uns amigos dela. Chegando lá, tinham outras garotas, várias pessoas...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Também menores?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Eu creio que sim.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E quem mais estava na festa?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Bom, que eu conhecia só ela.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Havia homens na festa?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Tinham vários homens, muito mais velhos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E onde era essa casa?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Na Estrada do Turismo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não sei onde fica. Perto do quê? É saída para algum lugar?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Estrada do Tarumã, próxima a Ponta Negra.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E o que aconteceu na festa?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Ah!

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Pode contar. Sei que a gente fica com vergonha, mas você está aqui entre mulheres. Eu sou casada, ela é casada, aliás, esta aqui já é avó. Pode ficar tranqüila.

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Um amigo dela chamou nós duas para irmos para dentro do quarto, e nós fomos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E aí teve uma relação sexual?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – De vocês duas com ele?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Isso mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – As das com um só?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Você se lembra o nome do amigo?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não, não lembro.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E estava acontecendo a mesma coisa em outros lugares?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Exatamente. Acho que sim. Com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E tinha bebida na festa?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Muita.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Droga, também?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Eu não sei. Tinha várias gente bebendo, fumando. Não sei se rolou todo tipo de droga, entendeu?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Aí, vocês fizeram esse programa...

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Isso. Aí, depois a gente começou a fazer com outras pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E vocês receberam por isso?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – A gente recebeu.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Quanto?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – R$200 cada uma.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Fazer com outras pessoas na mesma noite ou em outros dias?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não, outros dias.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Aí vocês foram embora...

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Fomos embora para casa. Outras vezes, ela me ligou, me chamando.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Diga-me o seguinte, Alice: tinha alguma pessoa mais velha, que você conheceu, à qual a Viviane era ligada?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Como assim?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Uma mulher mais velha, ou um homem mais velho, que articulava programa para vocês?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Era ela mesma?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Era ela. Era ela. Aí, depois que nós íamos para essas festas, casas de amigo dela, eu já conheci outra garota. Ela é muito mais velha, cafetina.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E quem era?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – A gente chamava ela de Cris. Ela dava o nome de Cris.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Cris?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E a Cris começou a articular os programas para você?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E tinha mais gente, mais meninas?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Tinha. As outras, não lembro muito bem o nome delas, não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E eram menores também?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Sim. Tinha outras menores. Tinha um outro também, que era o Arlisson.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Arlisson?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Que também...

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Era cafetino.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Que também articulava programas?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E essas festas? Aonde vocês iam? Que festas eram essas?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Na casa de amigos deles, que eles conheciam; na casa de amigos da Viviane. A gente já chegou a ir para festa até em motel.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – De qualquer forma, vocês recebiam?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Hã, hã.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não tinham nenhum problema de recebimento?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E quanto vocês davam para a cafetina?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – R$50,00.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Vocês ganhavam R$200 e davam R$50 para ela?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Dava R$50 para ela.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas nunca rolou droga, nada disso?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não. Nunca rolou droga.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Nunca mexeu com nada disso?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Havia alguma agência de modelo envolvida em alguma coisa disso?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não; não tinha, não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Era só o...

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – O Arlisson e a Cris.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Para ir para essas "tininhas", para ir para os eventos e tal. E era sempre programa à noite?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – É. Tinha alguns passeios de barco durante o dia.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas não ficava; ia e voltava. Ou vocês dormiam nos barcos?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não, ia e voltava.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Nunca dormiram?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Nunca...

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Tinha, mas eu nunca fui.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E por que você não ia?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Porque minha mãe ficava... (Risada da depoente.)

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Vigiava?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Aí você tinha que ir e voltar?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – É isso mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Você soube de algumas amigas suas que participaram de alguns passeios desses e tiveram problema?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – As minhas amigas Priscila, Luciana, Luzia.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O que aconteceu com elas?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Elas foram ao passeio... Voltaram, só que passaram três... Foram para uma pescaria e passaram três dias.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Foram para Parintins?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não, uma pescaria. Eu não sei, fui para um laguinho.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E aí?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Elas voltaram normal.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não tiveram nenhum problema, não passaram forme, não ficaram assim presas, nada disso?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não, não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Onde, por exemplo, a Cris e o Arlisson, como se diz, pegam as meninas? Porque não é só você, há mais meninas. Onde eles fazem isso?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – A Lígia me pegava na rua de casa mesmo. Eles me ligavam e me pegavam na rua da minha casa, que é um pouquinho distante.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E o que você falava para a sua mãe, Alice?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Eu falava que ia sair com as minhas amigas.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E a sua mãe não desconfiava?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E eles atuam nas escolas também?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não, nunca foram me pegar na escola.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Na saída das escolas?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não, não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Só nas festas?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Só nas festas.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Você já foi ao festival de Parintins?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Já.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E foi como? Sozinha?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não, fui com o meu irmão. Mas foi há muito tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas não foi para fazer programa?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Só foi à festa?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Só na festa.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas algumas dessas amigas suas vão?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Vão, muitas vão.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Para fazer programa?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E vão como?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Elas vão... Tem muitos turistas que vêm para cá, vêm para Manaus, e daqui vão para lá de barco, e elas vão junto com eles. Mas já é tudo marcado.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Como marcado?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – O Arlisson que marca sempre.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Ah... O Arlisson pega e marca...

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O Arlisson tem o quê? Uma agência?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Praticamente. Eu creio que sim. Ele conhece...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Ele tem algum escritório?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não. Escritório, não. Ele conhece muita gente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas como ele contata você? Só pelo telefone?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Só por telefone.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E se você tem que falar com ele? Não fala?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não. Ele vai me pegar na minha casa... Às vezes, a gente vai para a casa dele, se arruma, depois que a gente sai.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Eu sei, mas eu digo assim: só ele que telefona para vocês?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Só ele.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Vocês não têm telefone dele?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Ah, já tenho... Eu acho que não tenho mais não, porque faz tanto tempo que eu não falo com ele! Isso aconteceu há muito tempo atrás. Agora, não faço... Eu entrei no Programa Sentinela. Só que eu fui... Quem me levou para o Programa Sentinela, inclusive, foi até a Viviane.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas o que aconteceu com a Viviane?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – A mãe dela descobriu tudo, e tal...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Ah, descobriu?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Descobriu. Aí, a irmã dela conheceu o Programa Sentinela e indicou para ela. Aí, ela pegou e me chamou para ir. Só que eu fui umas duas vezes, aí, depois, tive que viajar, eu fui para Taguari, para a casa do meu avô...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Ainda...

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Aí, eu não fui mais. Aí, quando eu voltei...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Acabou?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – E eu não fui mais para o Programa Sentinela, que tinha o trabalho psicológico.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E a Viviane saiu também dessa?...

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Saiu também do Programa. Ela saiu do Programa, mas faz muito tempo que eu não falo com ela.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Certo.

O Arlisson... Eu queria voltar a falar do Arlisson. Você disse que ele tem uma casa, e aí, vocês vão e se arrumam na casa...

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E ali ele já articula os programas também.

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – É.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E, quando vêem os turistas, ele também articula os pacotes. Quer dizer, o turista chega, e já tem um barco...

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Tudo prontinho.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Já está tudo pronto. E sempre tem menor?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Sempre.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – É? E como a gente faz para localizar esse Arlisson?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não sei... Não tenho mais o número dele.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Você não tem nenhum endereço, nada?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não. Eu sei que ele mora no bairro Educandos, mas assim...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Como?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Na Educandos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – O que é Educandos?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – É um bairro. Inclusive, parece que estavam até atrás dele. A Polícia Federal estava procurando...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Ah, é?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Ouvi esse boato.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas o sobrenome dele você não sabe?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não. Só conheci como Arlisson.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não tem nada? Nem um sobrenome, nada?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Nada, nada, nada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E a Cris, você a tem visto?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não, faz muito tempo que eu não a vejo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Também não tem um telefone, um sobrenome?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Eu tinha na minha agenda o telefone, só que eu apaguei.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Apagou tudo o que faz parte dessa coisa?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Exatamente. Acho que eu apaguei. Deixa eu olhar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Diga-me uma coisa: você...

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Do Arlisson eu ainda tenho.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Você participou de algum programa no Hotel Tropical ou no **(fora do microfone – inaudível)**?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Qual é o telefone dele?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – É 9143-2306.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Qual é o código aqui?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Nove dois.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Nove dois?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – É.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E o Arlisson tratava vocês bem?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Superbem. É porque ele é biba, ele é...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Ah, entendi. Ele é homossexual.

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Ah, tá. E aí ele tratava superbem...

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Superbem. Ele maquiava, ajeitava o nosso cabelo...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E aí vocês também pagavam para ele R$50?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Sim, R$50.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Depois que você participou do Programa Sentinela, você saiu de uma vez?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Saí.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Você ainda está no Programa?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não. Nunca mais fui.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Você tem dezessete anos agora?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Dezessete.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não voltou mais?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não voltei mais.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – E não se arrepende?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Um pouquinho.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Do que você se arrepende? Sabe por que é importante descobrir? Porque nesse processo temos que entender por que as meninas são levadas a uma situação como essa. Sabemos que muitas vezes é a necessi-

dade financeira; outras vezes, são forçadas ou sofrem influências. Por isso é importante.

Por isso pergunto do que você sente falta. Isso faz parte de um estudo que estamos fazendo. Queremos saber o que está permeando a cabeça de vocês. Do que você sente falta?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Você está perguntando se eu sinto falta da?... Não, eu acho que não. Não sinto falta.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Você se arrepende hoje de ter feito esses programas?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Eu me arrependo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – É importante isso.

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Porque várias vezes eu fui para shoppings e encontrei pessoas...entendeu?... assim... E fico meio constrangida.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Principalmente porque você é bastante nova. Esses relacionamentos eram só com homens mais velhos? Ou havia meninos, garotos mais novos também?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Tinha alguns mais novos, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas não muito mais novos?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não, não. Na faixa etária de 25.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – 30 anos?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – É.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Tinha guri também que transava? Garoto de programa?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não. Não tinha não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Aqui não tem muito?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não sei. Com a gente não andava, não.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Digo assim: nesses lugares onde você ia, nas festas. Nas festas, vêem-se pessoas de todo tipo. Não havia garotos de programa?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Eu acho que sim. Eu via garotos bem novos e bonitos. Acho que eram sim.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mas você não tem certeza? Não era nada que ficasse muito evidente, não é?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Suely, você tem alguma pergunta?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. SUELY CAMPOS (PFL – RR) – Você sabe onde a Cris está hoje?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Bom, ela morava ali próximo ao Shopping São José.

A SRA. SUELY CAMPOS (PFL – RR) – **Como ela é?**

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Ela é alta, gorda e tem um cabelão.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Tem cabelo longo? Que cor?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Preto. Tenho o número dela também.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Qual é o número dela?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – 9608-0748

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Você está estudando agora, Alice?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Estou. Eu estava no colégio.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Voltou a estudar?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Voltei... mas eu nunca parei.

A SRA. SUELY CAMPOS (PFL – RR) – Você tem pai e mãe?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não. Meu pai é falecido há doze anos.

A SRA. SUELY CAMPOS (PFL – RR) – E sua mãe faz o quê?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Minha mãe é pensionista.

A SRA. SUELY CAMPOS (PFL – RR) – Ela tem recursos para suprir as tuas necessidades?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Sim, mas não tudo que eu quero.

A SRA. SUELY CAMPOS (PFL – RR) – Mas o necessário?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – O necessário.

A SRA. SUELY CAMPOS (PFL – RR) – Hoje, fazendo uma avaliação de toda a sua vida, você jamais faria isso novamente? Nunca mais faria isso?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Nunca mais faria isso.

A SRA. SUELY CAMPOS (PFL – RR) – E você tem ainda encontrado com essas meninas de programa? Ou elas saíram do teu convívio definitivamente, saíram da sua vida?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Gosto muito de sair para forró. Então, quando vou, encontro algumas delas; elas falam comigo só "oi" e "tchau".

A SRA. SUELY CAMPOS (PFL – RR) – E você tem um namoradinho agora?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Tenho.

A SRA. SUELY CAMPOS (PFL – RR) – E ele tem a sua idade?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não. Ele tem 26 anos.

A SRA. SUELY CAMPOS (PFL – RR) – Ele trabalha?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO –Trabalha.

A SRA. SUELY CAMPOS (PFL – RR) – Você gosta dele?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Gosto.

A SRA. SUELY CAMPOS (PFL – RR) – Faz tempo que vocês namoram?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Faz seis meses.

A SRA. SUELY CAMPOS (PFL – RR) – Alice, em nosso trabalho, nesses meses todos, sempre soubemos que existiam pessoas que usavam as meninas prostituindo-as, comercializando-as, para ganhar dinheiro em cima disso. Isso é crime. Então, sempre soubemos que isso sempre existia, mas não sabia que era uma coisa tão chocante. Às vezes, a gente ouve depoimentos de meninas de 11, de 12 anos. Isso é no Brasil todo. Não é só aqui no Amazonas.

Hoje sabemos realmente o que acontece. Hoje temos a noção que não tínhamos antes. Nosso trabalho tem sido fazer uma radiografia do Brasil todo. Depois vamos montar um relatório para apresentar sugestões de políticas públicas, programas para inserir meninas como você em programas como o Sentinela.

Você acha o Sentinela um bom programa?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Acho.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Porque na sua situação, Alice, encontramos isso no Brasil inteiro. Sou Deputada por Mato Grosso, a Sueli é de Roraima. Há ainda outra deputada do Pará, há outra do Rio Grande do Sul, nossa Presidente é do Ceará. E ainda há outros parlamentares. Estamos correndo o Brasil e vemos quê a situação é a mesma em todos os lugares.

A SRA. SUELY CAMPOS (PFL – RR) – Acho que, se você tem uma experiência tão ruim assim que se arrepende, tem que ser uma defensora, e, por exemplo, deve fazer denúncias no conselho tutelar, nos conselhos de modo geral, quando souber de alguma coisa. Você entrega lá , e eles correm atrás. Você hoje deve ser uma aliada das meninas da sua idade que estão prestes a passar pelo que você passou e do qual você se arrepende e que não é bom. Não é mesmo?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Sua irmã é sua amiga também, não é?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – É.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Será que ela quer falar alguma coisa ou ela só veio acompanhar?

A SRA. ALICE DOS SANTOS CUSTÓDIO – Não. Ela só veio me acompanhar.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Vou pedir que você preencha isso aqui, assine para complementar as informações que temos, tá bom?

(Interrupção da gravação.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL"

Ata da 36ª Reunião realizada em 1º de junho de 2004

Ao primeiro dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, às dez horas e quarenta e cinco minutos, na Assembléia Legislativa da cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Deputados: Maria do Rosário, Laura Carneiro, Ann Pontes Sandra Rosado, Severiano Alves e Luiz Couto, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".** A Senhora Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberto os trabalhos reunião de Audiência Pública sediada na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, ressaltando a cooperação junto aos trabalhos da CPMI, dos Senhores: Dr. Bringel – Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; Dr. Suenon; Dra. Cândida; Dra. Rena; Dr. Raimundo Gomes de Matos – Secretário de Estado e o Dr. Alan Pires de Aguiar– Secretário de Estado. A Presidência registra a presença dos Senhores: Deputado Federal Inácio Arruda, Deputado Almeida de Jesus, Deputada Íris Tavares, Dr. Patrício Fuentes – Representante da UNICEF e da Deputada Tânia Gurgel – Presidente da Frente Parlamentar da Assembléia Legislativa. A Senhora Presidente informa que a presente reunião de Audiência Pública iniciará com debate a respeito do

Tema: "*Turismo Sexual*", sendo convidados para realizarem exposição relativa ao tema em questão, os Senhores: Deputada Luiziane Lins – Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e foi relatora do CPI do Turismo Sexual da Câmara Municipal; o Sr. Raimundo Gomes de Matos – Secretário da Ação Social, Dr. Alan Pires de Aguiar, Secretário de Turismo do Estado do Ceará, Dr. Eliseu Barros – Presidente da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira, Dr. Sérgio Porto – Representante da Associação das Empresas de Compra e Venda e Aluguel no Ceará; Dr. Francisco Edmilson Rodrigues – Representante da Associação Brasileira de Agências de Viagem – ABAV, Sr. Luis Júnior – Presidente da Associação dos Meios de Hospedagem e Turismo. Jean Paul Bernard – Diretor da Rede Delphia de Hotéis, em Fortaleza. A Presidente também informa que os Representantes do Fórum de Enfrentamento da Violência Sexual, e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, oportunamente farão uso da palavra. A Senadora Patrícia Saboya Gomes convida os expositores para procederem às suas considerações à respeito do Tema "Turismo Sexual", concedendo a palavra inicialmente à Senhora Deputada Liziane Lins, a seguir, pelos Senhores: Dr. Alan Pires de Aguiar – Secretário de Turismo do Estado do Ceará, Dr. Raimundo Gomes de Matos – Secretário de Estado e a Deputada Tânia Gurgel. Em continuidade ao Fórum de Debates, a Senhora Presidente agradece aos convidados pelas colaborações prestadas aos trabalhos da Comissão e convida os Senhores: Dr. Sérgio Porto – Representante da Associação das Empresas de Compra e Venda de Aluguel, no Ceará; Dr. Francisco Edmilson Rodrigues – Representante da Associação Brasileira de Agências de Viagem – ABAV, Ceará; Sr. Luis Júnior – Presidente da Associação de Meios de Hospedagem e Turismo; Dr. Marco Aurélio Câmara e o Sr. Jean Paul Bernardes – Diretor da Rede Delphia de Hotéis em Fortaleza. Após, a Senhora Presidente convida os Senhores Expositores par darem início às suas considerações à respeito do Tema em debate. Fizeram uso da palavra, os Senhores: Sr. Sérgio Porto, Dr. Marco Aurélio Câmara e o Dr Francisco Edmilson Rodrigues, Dr. Jean Paul Bernard. A Presidente concede a palavra a Senhora Relatora, Deputada Maria do Rosário para dar início aos seus questionamentos. Fizeram uso da palavra, para questionarem os expositores, pela ordem os Senhores Deputados: Laura Carneiro, Sandra Rosado, Luiz Couto, Severiano Alves e o Deputado Estadual Raimundo Gomes de Matos. A Senhora Presidente agradece aos Convidados que realizaram exposições de grande valia para os trabalhos da CPMI e convida a Deputada Tânia Gurgel para fazer uso da palavra para suas considerações. A Presidência registra a presença dos Senhores: Márcia Cristina – Representante do Fórum de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes e da Deputada pelo Pará Ann Pontes, membro da CPMI. Ao dar continuidade aos trabalhos, a Senhora Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, convida, para compor a Mesa, as seguintes autoridades: Drª Mônica Barroso, defensora pública, Drª Rena, Drª Cândida – Delegacia de Apoio ao Turista, Drª Leila Paiva – Coordenadora do Programa Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, do Ministério da Justiça. Após as palavras da Deputada Tânia Gurgel, a Senhora Presidente passa a palavra a Sra. Márcia Cristina, após, concede também a palavra aos Senhores: Dra. Mônica Barroso, Dra. Leila Paiva e a Dra. Rena Moura. A seguir, a Senhora Presidente concede a palavra aos Senhores Deputados Ann Pontes e Severiano Alves, para procederem aos seus questionamentos. A Presidência informa aos presentes que suspenderá os trabalhos da Reunião de Audiência Pública para ouvirem alguns depoimentos em caráter reservado e após, no período da tarda, será dada a continuidade às oitivas de testemunhas e investigados, à respeito de casos de Tráfico e Turismo Sexual com conexão Fortaleza / Espanha. Ao reabrir os trabalhos da presente reunião a Presidência determina a Secretaria que faça entrar no recinto, a testemunha identificada pelo Codinome de Márcia e, solicita aos fotógrafos que façam o registro da depoente, somente de costas. A Presidente concede a palavra a depoente e após, concede a palavra membros da Comissão para questionarem a testemunha, pela ordem, a Deputada Sandra Rosado, Deputada Laura Carneiro, Ann Pontes e a Deputada Maria do Rosário. A seguir, a Presidente determina a entrada ao recinto da Testemunha denominada pelo codinome de Isabel, concedendo-lhe a palavra para as suas considerações. A Presidente concede a palavra aos Senhores Parlamentares, para questionarem a testemunha, pela ordem, a Deputada Laura Carneiro, Ann Pontes e Maria do Rosário. Ato contínuo, a Presidente passa a leitura do Termo de Compromisso do Senhor Valdinei Ramos dos Santos, preenchido e assinado pelo depoente. A Presidência concede a palavra ao depoente e, após, passa a palavra a Senhora Relatora, Deputada Maria do Rosário para proceder aos seus questionamentos. Fizeram uso da palavra para questionar o depoente, os Senhores Deputados: Sandra Rosado, Laura Carneiro, Ann Pontes e Luiz Couto. Após, a Presidência determina a entrada do Sr. Francisco Assis Marques Aguiar, que preencheu e assinou o Termo de Compromisso, sendo qualificado. A Presidente concede a palavra ao depo-

ente que após as suas considerações, foi questionado pelos Senhores Deputados: Laura Carneiro, Ann Pontes, Maria do Rosário e Luiz Couto. A Senadora Patrícia Saboya Gomes informa aos presentes que há a necessidade de que todos os membros da CPMI que se encontram presentes nesta Reunião, se ausentem por meia hora, viabilizando dessa forma a tomada de um depoimento de grande significado para as apurações desta Comissão, o qual se dará em caráter reservado e, para tanto, suspende a presente reunião. A seguir, a Presidente declara reaberto os trabalhos e determina a Secretaria que faça entrar no recinto, o Sr. Hagen Erick Andréas Thuran – Proprietário do Motel Sun Flower, que preencheu e assinou o Termo de Compromisso, sendo qualificado em seguida. Após, a Presidência concede a palavra a Deputada Maria do Rosário para proceder aos seus questionamentos ao depoente. Fizeram uso da palavra para questionarem o Sr. Hagen, as Senhoras Deputadas: Laura Carneiro e Sandra Rosado. Dando prosseguimento aos depoimentos, a Presidente determina a entrada ao recinto do Sr. Fernando Moreira Moraes, que preencheu e assinou o Termo de Compromisso, sendo qualificado em seguida. Após, a Presidente concede a palavra ao depoente e posteriormente a Senhora Relatora para questioná-lo. Fizeram uso da palavra, pela ordem, para questionar o depoente, os Senhores Deputados: Luiz Couto e Ann Pontes. Após o depoimento do Sr. Hagen, a Presidência registra agradecimentos pela participação efetiva dos Parlamentares, do Tenente Weslei, dos Senhores André Nonato e Ferreira Neto, dos Assessores da CPMI, dos servidores e taquígrafos da Assembléia Legislativa e estudantes de Direitos que se encontram presentes, apesar de já se encontrarem trabalhando e acompanhando os trabalhos da Comissão, dado o adiantado da hora, aproximadamente às zero horas e quinze minutos do dia dois de junho, nessa Casa Legislativa. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Barbosa Ferreira Cruz, Secretária em exercício, da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, parte integrante da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 02, de 2003, CN, com a finalidade de investigar as situações de violências e rede de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Quero antes de mais nada agradecer a presença de todos aqui nesta manhã, para nós muito importante.

Eu ao longo da minha vida, da minha trajetória política pessoal, tenho procurado me dedicar à causa de crianças e adolescentes do nosso Estado.

Comecei isso em um trabalho que foi feito como vereadora, por Fortaleza, depois tive o privilégio de ter um assento nesta Casa, onde pude repartir com os companheiros e companheiras desta Casa, um trabalho com a frente parlamentar em defesa das crianças e dos adolescentes do Ceará, que envolvemos diversos partidos e segmentos da sociedade que, se esquecendo em determinado instante dos seus partidos, das suas siglas partidárias, mais muito mais imbuídos em um movimento suprapartidário em defesa de crianças e adolescentes, conseguimos, certamente, nesta Casa, conseguimos certamente nesta Casa, provocados pela sociedade civil, organizada do Ceará, que é forte e destemida e tem sido o nosso principal aliado nessa luta, nessa batalha do enfrentamento, do trabalho infantil, da exploração sexual, do problema das matrículas nas escolas, enfim, todos os problemas relacionados à infância e a juventude.

E chego ao Congresso Nacional, ao Senado, com a responsabilidade de, ao lado de parlamentares de todos os lugares do País, inclusive que nos acompanham hoje nessa audiência, como a Deputada Sandra Rosado, como o Deputado Luiz Couto, a Deputada Laura Carneiro, Deputado Severiano Alves, a Deputada Maria do Rosário que eu solicito para assentar-se à Mesa, do Rio Grande do Sul, Relatora (Palmas) da CPMI e nesse trabalho estamos buscando justamente ouvir, ouvir a todos os estados, ouvir os estados, receber as denuncias daquelas crianças que hoje são vítimas da exploração sexual e de uma violência dramática que tem tomado conta, muitas vezes, dos lares, das famílias, das casas, das crianças, roubando dessas crianças, muitas vezes, a sua infância ou roubando a sua juventude. E é justamente procurando enfrentar esse fenômeno que hoje nós estamos no Ceará.

Nós temos visto pelo Brasil afora, depoimentos de crianças, depoimentos de adolescentes, depoimentos de familiares que muitas vezes sequer têm conhecimento daquilo que está acontecendo dentro da sua própria casa, quando toma conhecimento através de um Conselheiro do Conselho Tutelar, quando toma conhecimento, às vezes, pelo juizado de infância, enfim mas a surpresa de homens e mulheres, muitas vezes, pais, mães de famílias, humildes, operários, garis, trabalhadores que de forma estarrecida, dramática pedem a cada um de nós como se pudéssemos essa CPI pudesse significar muitas vezes o resgate das vidas roubadas dos seus filhos.

E é com esse pensamento, com essa determinação que a CPI visitou diversos estados, visitamos

18 estados no Brasil, ouvimos mais de 400 pessoas, entre réus, testemunhas, com diligências públicas, oitivas, com a condenação em alguns lugares, como por exemplo, Porto Ferreira, no interior de São Paulo, em que cinco vereadores estão presos, foram punidos pela Justiça, 45 anos de prisão e que o agenciador recebeu 67 anos de prisão, outros empresários envolvidos. E este infelizmente é o cenário do nosso País, um retrato muito feio, um retrato muito triste, muito comovente para nós que temos ido e temos visto e ouvido esses depoimentos de turismo sexual, de tráfico de crianças, que muitas vezes começam em cidades pequenas, pobres, humildes, até as capitais, das capitais a outros estados e de outros estados, muitas vezes, a outros países, e muitas vezes nós sequer temos conhecimento ou sabemos do paradeiro dessas crianças, dessas meninas e desses meninos. É a questão da exploração comercial, a questão da Pedofilia na Internet. São todos temas, modalidades de exploração sexual, que a CPI tem buscado investigar com o braço da sociedade civil organizada, no Congresso Nacional e com a colaboração efetiva dos Parlamentos dos Estados, como é o caso hoje da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará que, por intermédio do Deputado Marcos Cals disponibilizou o necessário para que esta audiência pudesse ser realizada.

Já na semana passada, quando a Deputada Tânia Gurgel, Presidente da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente da Assembléia Legislativa, fazia uma audiência no plenário desta Casa, uma sessão especial para tratar, especificamente, da questão do dia 18 de maio, da exploração, o Deputado Marcos Cals disse, com muita firmeza e determinação, que a Assembléia estará, sim, envolvida, no que for preciso, para podermos buscar juntos as soluções, não só para desbaratarmos essas redes, mas também para podermos apresentar as nossas idéias, que foram buscadas em todo o Brasil, de experiências positivas, às vezes simples e sem tantos recursos, mas que têm conseguido enfrentar o drama da exploração sexual.

Portanto, hoje é um dia muito especial. Estaremos encerrando a CPI, a Deputada Maria do Rosário que fará o seu pronunciamento, irá entregar o seu relatório no dia 15 de junho, e escolhemos o Ceará. Quero agradecer aos Parlamentares que têm sido nossos grandes companheiros, aliados de todas as horas, de todos os momentos, dos momentos de vitória, de alegria, de tristeza e de emoção. São esses Parlamentares, essas pessoas que têm dado a sustentabilidade necessária para que esta CPI pudesse finalizar hoje as suas audiências públicas no Estado do Ceará trazendo aqui um debate rico com pessoas do mais alto nível que militam nessa área do turismo.

Antes de começar esta audiência pública, apesar de estar trazendo o tema do turismo sexual para a audiência pública no Estado do Ceará e a questão do tráfico, quero registrar que, como cearense, tenho completa consciência da necessidade e da vocação que todos nós cearenses temos para a questão do turismo. Não podemos permitir, admitir, em hipótese alguma, que qualquer pessoa venha ao nosso Estado, às nossas cidades, em busca do turismo sexual para, muitas vezes, comprar os corpos de crianças que sequer são formadas, que sequer têm os seus órgãos formados, que sequer têm um peito, que sequer têm pelos. É preciso dizer isso com muita clareza, para que as pessoas compreendam este trabalho que está sendo feito, para que consigamos mais e mais aliados e parceiros, e queremos firmar hoje esse compromisso com aqueles que irão falar, aqueles que são responsáveis pelo turismo no Estado do Ceará. Pelo contato anterior que tive, sei que são pessoas que também estão preocupadas e que querem nos ajudar a enfrentar essa questão e que não vão admitir, não querem admitir mais, em hipótese alguma, que esse tipo de brutalidade aconteça diante dos nossos olhos.

Basta sairmos na porta das nossas casas para nos depararmos, como aconteceu ontem mesmo com alguns Parlamentares, eu, a Deputada Laura Carneiro e a Deputada Sandra Rosado, que nos sentamos, por meia hora, à Beira-Mar e vimos como é a situação. Aqueles que percorrem a Beira-Mar sabem como é essa situação, exposta aos nossos olhos muitas vezes, parece que provocando, são agenciadores, pessoas que não têm medo, que não têm receio da impunidade, que vão depor na Delegacia levando menores dentro do seu próprio carro, afrontando a Justiça.

Isso não pode continuar. Temos a responsabilidade de dar um basta, de ressaltar as iniciativas positivas dentro do nosso Estado, de buscar um turismo saudável, que deixe renda e que possa dar oportunidade trabalho a tantos cearenses criativos, inteligentes e de boa-fé que desejam apenas uma oportunidade de trabalho. O turismo é essa saída com certeza. Mas não queremos esse tipo de turismo no Ceará. Enquanto nós Parlamentares que estivermos aqui tivermos voz para falar, iremos falar e impedir, com as nossas forças, o que estiver aqui para juntos possamos encontrar os caminhos do enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Quero ressaltar a parceria da Assembléia Legislativa, da sociedade civil, principalmente através do fórum de enfrentamento da violência sexual, do conselho estadual dos direitos da criança e do adolescente, dos conselhos tutelares espalhados pelos nossos municípios. Quero aqui dizer e deixar claro

que semana passada fiz uma visita ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Bringel, que nos enviou o Dr. Suenon aqui hoje como seu representante e tenho uma notícia certamente muito importante para todos nós que lutamos nesta Casa.

Estive com o Desembargador Presidente do Tribunal, relatei o trabalho que a CPMI vem desenvolvendo e ele se manifestou de forma a ficar indignado com o relato que fiz sobre todos os casos e sobre a dificuldade na apuração dos casos. O Presidente do Tribunal fez o compromisso, dizendo que poderia ser revelado hoje, o seu compromisso de dar prioridade absoluta, como estabelece a nossa Constituição, para os crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes aqui no Estado do Ceará. Essa é uma grande vitória e precisa ser ressaltada.

Quero ressaltar o trabalho de duas mulheres valorosas, a Delegada Drª Cândida e a Drª Rena, que estão aqui presentes e que têm sido mulheres de fibra, de coragem de determinação, que não fogem à luta e que enfrentando dificuldades, mesmo assim, têm a coragem, muitas vezes até a ousadia, no enfrentamento dessa violência, protegendo nossas filhas e filhos.

Há um trabalho positivo sendo iniciado pelo Governo de Estado e aqui a presença do Secretário Raimundo Gomes de Matos, que irá nos relatar essa experiência. Enfim, há um conjunto de sinais acontecendo que buscam justamente esse enfrentamento, de pessoas que têm conseguido abrir a cabeça, que têm conseguido enxergar aquilo que está diante de seus olhos, como é o caso do Secretário Alan, que imediatamente atendeu ao nosso convite de participar desta audiência pública, colocando aquilo que o governo já tem feito e as suas dificuldades, como temos visto em todos os lugares.

Convidamos aqui a Deputada Luiziane Lins, que tem uma experiência extraordinária nessa área, foi relatora de uma CPI de turismo sexual em Fortaleza, que também irá expor o seu trabalho e as suas idéias e sugestões a respeito desse tema.

Vamos iniciar essa nossa audiência pública com um debate, que vai tratar do tema do turismo sexual e chamamos algumas pessoas para debaterem esse tema. Chamamos a Deputada Luiziane Lins, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e foi relatora do CPI do Turismo Sexual da Câmara Municipal; o Sr. Raimundo Gomes de Matos, Secretário da Ação Social, nosso parceiro nesta luta; o Dr. Alan Pires de Aguiar, Secretário de Turismo do Estado do Ceará.

Como estamos tendo problema de espaço, vamos começar o debate com essas pessoas. Vou registrar os próximos debatedores. Peço a presença somente para se manifestar. Dr. Eliseu Barros, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira. Se estiver presente. Dr. Sérgio Porto, da Associação das Empresas de Compra e Venda e Aluguel no Ceará. Dr. Francisco Edmilson Rodrigues, da Associação Brasileira de Agências de Viagem, ABAV. Sr. Luis Júnior, Presidente da Associação dos Meios de Hospedagem e Turismo. Jean Paul Bernard, Diretor da Rede Delphia de Hotéis, em Fortaleza.

Ao longo da audiência vou registrar as presenças aqui, inclusive do próprio fórum que terá um momento de usar a palavra, do Fórum de Enfrentamento da Violência Sexual, e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Passo a palavra à Deputada Luiziane Lins, que em dez minutos vai buscar consolidar o seu pensamento. Quero registrar aqui a presença do Deputado Federal Inácio Arruda, que prestigia esta audiência, que também tem sido uma pessoa na área da defesa dos direitos humanos, agradeço a sua presença muito especial. Quero agradecer a presença do Deputado Almeida de Jesus, que também tem sido um grande parceiro e aliado no enfrentamento à violência. Quero agradecer a presença da Deputada Tânia Gurgel, Presidente da Frente Parlamentar, cito o seu nome em nome de todos os Parlamentares da Assembléia Legislativa, com um trabalho exemplar na área da defesa dos direitos da criança e do adolescente, que terá oportunidade de também se pronunciar nesta audiência pública, porque inclusive foi um braço forte na construção desta audiência.

Então, passo a palavra à Deputada Luiziane Lins.

A SRA. LUIZIANE LINS – Bom dia. Terei que falar bastante rápido porque tenho somente dez minutos. O Deputado Luiz Couto que nos brinda com a sua presença novamente.

Não vou falar da Mesa toda para ganhar tempo. Quero ressaltar aqui para que possamos fazer a justa homenagem a essas duas companheiras: Deputada Maria do Rosário, do Rio Grande do Sul, a Senadora Patrícia Gomes, aqui do Ceará, que tiveram a coragem, e digo isso porque vivi seis meses de intenso trabalho com esse problema e sei que se não forem mulheres que tiverem muita estrutura e muita fibra, a gente se arrebenta do ponto de vista da alma. A gente morre e nasce todo dia, tratando desse tema. É uma verdadeira ressurreição e morte a todo o momento, porque envolve questões em que uma dimensão absolutamente fantástica da vida humana, que é a sexualidade, que é o prazer, que é a única coisa que a gente não precisa ter dinheiro para ter, do ponto de vista das relações afetivas, de desejo, não comerciais,

e que acaba sendo mercantilizado, de forma mais grosseira, violenta e brutal contra seres humanos, principalmente contra pequenos seres humanos que estão ainda em formação.

Então, quero dizer, Patrícia, que estou muito orgulhosa, muito orgulhosa mesmo de que você tenha conseguido ser esse braço forte junto com a Maria do Rosário, que houve, inclusive, uma grande tentativa de derrubar a firmeza de Maria do Rosário quando foi fazer essa mesma audiência lá na terra dela. Sabemos que o esquema, minha gente, é muito pesado, é muito pesado. Então, bravas companheiras, se vocês conseguiram isso, vocês conseguem agora tudo. Podem ter certeza, e vocês vão deixar essa marca na história do Brasil.

Parabéns.

Não vou conseguir falar da CPI do Turismo Sexual muito tempo. Então, vou tentar falar rapidamente os pontos que acho que foram os mais polêmicos, os mais mal compreendidos e também os mais fortes que localizamos.

O primeiro foi o corte dado na nossa CPI. Porque, em 1993, o Vereador Durval Ferraz, grande, inclusive, aliado dessa nossa luta, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, hoje, da Câmara Municipal. À época, em 1993, junto com toda uma movimentação nacional que começou a se organizar em torno da luta contra a chamada prostituição infantil - esse era o termo e hoje não é mais. É sempre bom lembrar -, ele presidiu uma CPI que era justamente contra a prostituição infantil em Fortaleza.

Esse relatório era genérico. Ele tratava do fenômeno específico que envolve abuso, comercialização e outras coisas. Mas, depois daquele episódio que ocorreu com aqueles turistas portugueses, no Ceará, e chegou de forma forte na Câmara Municipal, onde foram brutalmente assassinados seis turistas portugueses, começamos a ver que existia uma rede que era absolutamente clandestina e que não tínhamos a menor noção de onde ela poderia estar. Aí, recorri aos anais da Câmara; fui até aos autos da CPI de 1993, à época, eu ainda estava até na faculdade. Mas ouvia falar, e fui atrás. E percebemos que havia um viés daquele fenômeno que foi naquela época analisado, que era onde lhavia uma intersecção com o turismo. Ou seja, aonde as relações comerciais chegavam e também propiciavam essa comercialização e exploração de crianças e adolescentes.

Desde 1996, em Estocolmo, na Suécia, tivemos uma mudança dessa avaliação do que é prostituição infantil para um novo conceito. Prostituição somente de homens e de mulheres adultos e que, no Brasil, não é crime. Um homem e uma mulher, no Brasil, se prostituírem não é crime. É crime a comercialização e pessoas que ganhem dinheiro com isso. Mas crianças e jovens com menos de dezoito anos não podem ser agentes da prostituição nem sujeitos dela. Eles são explorados cruel e violentamente; comercialmente e sexualmente. Essa nova, digamos assim, visão foi muito importante.

Mas, escolhemos um viés, que era qual? Foi a primeira CPI do turismo sexual realizada no Brasil. Vocês imaginem o que foi, no primeiro momento, a polêmica instalada em torno disso. O *trading* turístico, a partir dele, pois muitas pessoas – creio - entenderam, participaram e ajudaram. Mas, a partir dele, tiveram uma reação imediata. Falaram "Está doida! Vai acabar com o turismo em Fortaleza, no Ceará. Está inventando esse termo." Aí, tivemos de recorrer ao que melhor tinha sido elaborado em termos de estudos.

Então, creio que é o único conselho que terei tempo de relatar, pois considero importante. Segundo o relatório do Centro de Referência Estudos e Ações sobre crianças e adolescentes na América Latina e Caribe, "Turismo sexual é a exploração de meninos, meninas e adolescentes por visitantes em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio País, envolvendo a cumplicidade por ação direta ou omissão de agências de viagem, guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes, barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros, taxistas, prostíbulos e casas de massagem, além da tradicional cafetinagem."

O Cecria, apoiado pelo Ministério da Justiça, fez um relatório em 1996. Então, esse fenômeno existe. Ele é real. Ao mesmo tempo em que investigávamos isso, o Governo do Estado dizia que não tinha turismo sexual aqui. Isso já é o primeiro problema, pois tivemos de lidar, naquele momento, com essa adversidade. Acredito que hoje esse problema está resolvido, tanto é que o Governo do Estado, e aí, façamos justiça, o Governo do Estado, no momento em que assumiu - inclusive tenho de também falar que a Deputada Gislaine Landim, Presidente da Comissão de Turismo, me procurou e eu, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e juntas começamos a discutir a criação deste código. No momento em que o Governo do Estado passou a participar - e quero fazer justiça - assumiu para si a tarefa de articular esse código de conduta ética do turismo para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no Ceará.

(Aplausos.)

Tenho que dizer que isso é muito importante. Eu até brinquei com a Gislaine e disse assim "Gislaine, ainda bem que o Executivo assumiu, porque eles têm muito mais poder de fogo do que nós para fazer valer."

Então, acho que isso já é uma mudança de comportamento, sim, que deve ser ressaltada.

A segunda coisa, gente, é a gente... Imagina, numa CPI dessa, você ter duas preocupações que eu tinha, por uma questão de responsabilidade, inclusive porque eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos, porque defendo de forma intransigente e radical os direitos humanos.

A primeira coisa era: nós não podíamos fazer com que Fortaleza passasse a ser uma cidade para caçar as prostitutas da cidade. Vocês imaginem você não querer fazer um discurso, e não poder e não dever fazer um discurso moralista, não de moral. Eu sempre digo: moral são os valores. Moralista no sentido dessa falsa moral. Um discurso moralista, conservador, que fosse trazer mais ainda, digamos assim, um sofrimento pras mulheres que já têm uma vida tão sofrida.

Independente da posição, aqui, eu não estou... Eu defendo qualquer posição, se é contra, se é a favor, mas não estamos falando disso; estamos falando de direitos humanos.

Ao mesmo tempo, não estabelecer esse tipo de...

A segunda preocupação: não criar um sentimento de xenofobia, de aversão aos estrangeiros, até porque eu defendo que todos nós somos cidadãos e cidadãs do mundo. Nós temos é que cada vez mais acabar com as barreiras, as fronteiras e cada um se sentir cada vez melhor na terra dos outros, porque eu acho que o mundo é nosso e é isso aí que a gente tem que trabalhar.

Foi muito difícil isso, mas para finalizar, a nossa CPI ouviu sessenta depoimentos, dentre os quais sete adolescentes vítimas de exploração sexual e comercial. Nós descobrimos e passamos a ter um outro olhar sobre Fortaleza do ponto de vista de dezenas de flats que foram construídos e criados exatamente num boom, a partir de 1996, e isso teve uma investigação rigorosa da Polícia Federal.

Eu tenho também que fazer justiça. A Polícia Federal foi nossa parceira número um. Eu não estou desmerecendo aqui. A Drª Rena foi fantástica, deu apoio em todos os momentos. Ligava para saber se estava precisando de alguma coisa para CPI. A Drª Cândida também. A Polícia Civil foi importante, a Polícia Militar foi importante, mas eu não posso deixar de registrar que a Polícia Federal foi parceira número um naquele momento, inclusive fazendo toda uma investigação paralela e um relatório paralelo ao da CPI, para nos ajudar nas investigações.

Então, constatamos aqui, sim, a existência de turismo sexual e que como nós poderíamos, agora, fazer com que essa cidade não fosse mais, digamos assim, nem pensada sob esse ponto de vista. Eu acho que essa tarefa cabe a todos nós. Isso teve um desdobramento muito concreto com as companheiras que puxaram agora esse debate. E não é uma coisa... como eu disse, não é uma tarefa fácil, por quê? Porque aqui no nosso Estado, Deputada Maria do Rosário, nós temos 70% da população economicamente ativa, com carteira assinada, ou não, ou trabalho informal, 70% da população do Estado ganha até dois salários-mínimos. E não chega a 3,5% a população que ganha acima de cinco salários-mínimos. Se a gente parar para pensar nisso, gente, é uma concentração de renda absolutamente brutal, brutal! Porque pobreza tem em todo o canto. O sistema capitalista, infelizmente, provoca muita pobreza, ao mesmo tempo em que muita riqueza. Tem em todo canto pobreza, mas essa concentração de renda é absolutamente... Ela é uma coisa absolutamente fora, desumana e fora de qualquer lógica racional de construção. Então, é essa a realidade do nosso Estado.

Agora, também tem a questão cultural. E a questão cultural é a questão da desvalorização do feminino e os pequenos, as crianças pobres, negras, ou seja, quem está na escala de vulnerabilidade, porque são pequenos seres inclusive porque têm dificuldade até de comer, são as principais vítimas desse desvario de uma sociedade sexualmente extremamente miserável, porque sexo virou comércio, porque sexo virou comercialização, porque sexo virou publicidade. O povo deixou de fazer sexo para falar do sexo, e para rir do sexo e para poder... E quem sabe disso muito bem, dessa dimensão, gente... Porque ninguém vive sem sexo. Então, é doente. Mas aí tem que tratar. Ninguém vive sem sexo e nem precisa ser dito isso, porque todo mundo sabe a força dessa dimensão da sexualidade em cada um de nós. Então, ela não consegue ser abafada. Ela vai ser...

Eu sou especialista em publicidade e propaganda, e a gente sabe como isso é canalizado através da propaganda. E aí você vê o Programa Fantástico. Outro dia eu vi o **Fantástico** dizendo, falando da prostituição infantil, da exploração sexual, de jovens, de adolescentes. Aí, colocam uma enorme interrogação: por que a nossa sociedade faz isso? Imediatamente depois vem a matéria sobre as "princesas do Fantástico". Os garotos estabelecendo qual era a menina com que eles queriam ficar, porque estavam com a barriga assim, o *piercing* assado, porque a bunda era isso, a bunda era aquilo outro. Isso é mercantilizar as mulheres como se elas fossem coisas, que podem ser vendidas ou compradas, que têm preço. Enfim, se vocês imaginassem as perversões que cada uma dessas crianças sofria, cada uma tinha uma história para contar, mas todas

tinham sido forçadas ao sexo, meninas de 12 anos, com homens armados com revólver na sua cabeça.

Então, isso é uma violação, em todas as dimensões do Direito, qualquer direito humano, inclusive dessa menina, depois, quando adulta, poder viver a sua sexualidade, ou até na juventude poder viver a sua sexualidade, que é talvez a dimensão mais prazerosa da vida de um ser humano ter que viver já desse jeito.

Gente, sexo não é feio; sexo não é coisa errada, sexo não é nada disso, é uma dimensão natural de qualquer ser humano. Temos que ter essa tranqüilidade, para que não possamos gerar uma sociedade mais doente, que continue fazendo da sua doença as principais vítimas, os seres mais frágeis e que merecem mais atenção.

Muito obrigada e, mais uma vez, parabéns a vocês.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Passo a palavra ao Dr. Alan Pires Aguiar, Secretário de Turismo do Estado do Ceará.

O SR. ALAN PIRES AGUIAR – Muito bom dia a todos e a todas. Senadora Patrícia Saboya, quero saudá-la e saudar a mesa através da sua pessoa e parabenizar pelo trabalho excelente que vem desenvolvendo. Um assunto que realmente vem ocupando muita atenção por parte de todos nós e o Governo do Estado do Ceará. E muitas ações vêm sendo implementadas no sentido de reduzir os índices de atuais ocorrências de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em relação ao turismo, vou dar apenas uma rápida visão panorâmica das ações. O Estado do Ceará, o Sr. Governador do Estado determinou e classificou as ações como tolerância zero, em relação a esse fenômeno e isso é encarado como algo simplesmente inadmissível e para tanto desenvolvemos um planejamento da estrutura a ser dedicada a esse enfrentamento, os atos regulatórios, as leis, os decretos e as portarias e as ações operacionais das forças disciplinadoras que hoje perseguem uma agenda muito clara de enfrentamento a essas ocorrências.

E temos, aqui em Fortaleza, desenvolvido um conjunto de ações concretas, objetivas, já com alguns resultados alcançados, já com alguns índices de reversão já captados. Podemos visualizar claramente essas forças de coalizão que o Governo do Estado do Ceará conseguiu mobilizar, vem efetivamente reduzindo, mas está longe de chegar muito longe de eliminarmos completamente essa prática.

Estamos atuando em relação às operadoras de turismo, estamos examinando as peças publicitárias do destino turístico Ceará, que essas operadoras de turismo estão divulgando nos mercados emissores de turistas: Itália, Portugal, França, Espanha, Holanda, República Tcheca, enfim, todos aqueles mercados emissores de turistas que têm vôos aqui para o nosso Estado, seja linha regular, seja vôo charter. E estamos notificando as operadoras que estão dando visibilidade ao corpo feminino como principal ancoragem da peça publicitária, a ponto de termos cancelado um vôo de uma determinada Operadora, que pousava em Fortaleza e não está mais pousando em Fortaleza, por determinação do Governador do Estado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que Operadora? O Senhor tem mais detalhes?

O SR. ALAN PIRES AGUIAR – Sim, temos os detalhes da Operadora. O público-alvo que vinha nessa aeronave era um público-alvo indesejado, de homens solteiros e, depois, poderemos passar esses dados.

Agora, esse vôo, lamentavelmente, está pousando em outra capital nordestina, não está aqui, mas está em outra capital nordestina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual era a companhia?

O SR. ALAN PIRES AGUIAR – É uma empresa charter que aluga um avião para uma determinada operadora, né? E... não, é isso que eu vou passar depois para a CPI. A capital agora estão pousando em Natal, tá? È...enfim, o Estado do Ceará está bloqueando a entrada e está fazendo um trabalho muito efetivo que a polícia federal, a polícia civil, a polícia militar vem fazendo um trabalho de inteligência, de investigação, recentemente alguns turistas internacionais foram abortados e conduzidos à delegacia em decorrência de estarem sem seus documentos, sem seus passaportes, o estado lançou um código de conduta ética e está distribuindo isso aqui, é...na entrada, na imigração no sentido de alertar todos os estrangeiros que chegam aqui de que é crime exploração sexual de crianças e adolescentes. Estivemos fazendo um esforço intenso de requalificar alguns espaços urbanos, turísticos aqui em Fortaleza, como a praia de Iracema, é...a polícia vem fechando, mas a justiça vem abrindo, lamentavelmente, casas noturnas, que, digamos, são muito lenientes, com a presença não apenas da criança e adolescente, porque o que está acontecendo aqui... as pessoas maiores de idade estão dentro das casas noturnas e as de menor de idade estão nas calçadas, né? Então tem um problema muito sério, mas a polícia, o delegado Nival está aqui juntamente com a equipe que vem conduzindo esse assunto e creio que nós estamos conseguindo, efetivamente, digamos, admoestar, incomodar e reduzir, porque a requalificação da praia de Iracema passa, necessariamente, pela remoção de algumas casas noturnas, lá estabelecidas. O go-

verno instituiu, através de decreto, o Comitê Cearense Interinstitucional do Turismo, e a Secretaria de Ação Social, toda esta articulação é liderada pelo núcleo de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, que é liderado pelo secretário Raimundo Gomes de Matos e nós estamos, portanto, atuando, na fiscalização, na repressão, estamos atuando na comercialização do destino turístico, é...Ceará, nós não queremos qualquer turista, qualquer, digamos, nós estamos fazendo um trabalho muito grande de qualificação do perfil, todas as peças publicitárias do estado do Ceará, inclusive os senhores podem ver na revista Veja desta semana, sempre está carregando a família, digamos, como alvo de objetivos de atração de fluxo de viajantes para o nosso estado. Casais, famílias, pessoas, cidadãos da terceira idade, da melhor idade, é... São o público-alvo... É o público-alvo das campanhas publicitárias do estado do Ceará, e isso tem demonstrado na última alta estação, nós observamos com muita clareza, uma melhoria muito forte do perfil desses turistas. È verdade que ainda a classe média baixa européia, tá vindo em decorrência da questão cambial, da variação cambial que a moeda, o euro, é uma moeda que faz com que tudo aqui seja muito barato para eles. Mas, felizmente, a gente vem observando uma melhoria.Agora, algumas estatísticas apontam que varia entre 3 e 5 %, os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes cujos protagonistas são turistas, né? Existe esse número, nós estamos procurando aprofundar este diagnóstico, porque quer parecer que é um número que faz com que nós tenhamos muita atenção em relação aos outros protagonistas. Dentro de casa, nos postos de gasolina do entorno de Fortaleza, enfim... É uma série de outras áreas, outros pontos que efetivamente fazem com que o governo do Estado esteja refletindo. A gente precisa continuar tencionando a corda relativamente ao turismo, mas nós precisamos ter muita atenção aos outros fatores críticos de sucesso ou de insucesso dessas estatísticas de exploração sexual, do que é registrado, das ocorrências registradas, porque a maior parte das ocorrências não são ainda registradas.

Então, Senadora, estamos aqui.

O governo do Estado vem desenvolvendo uma ação objetivada, um trabalho de inteligência, uma investigação que tem resultado em prisões de agenciadores; têm vários casos envolvendo aqui a Drª Rena e a Drª Cândida, que poderiam relatar de uma forma muito mais precisa, mas estamos prendendo os agenciadores, estamos prendendo os autores, estamos disciplinando, regulando e normatizando, estamos atuando junto às operadoras e estamos... Inclusive recebi recentemente uma fita de um programa na Itália, uma espécie de **talk show**, onde se falava de turismo sexual em vários destinos turísticos no mundo. Falou-se muito em Santo Domingo, na Jamaica, onde curiosamente as européias têm ido muito para lá, e os europeus têm vindo para o Caribe, para o Brasil, para o Nordeste do Brasil e para as Ilhas Canárias. E lá aparecia um **folder** de Fortaleza de uma determinada operadora, que não está mais comercializando o destino turístico Fortaleza, onde o corpo da mulher estava, digamos assim, muito visibilizado na peça. Nós entramos em contato com a embaixada do Brasil na Itália, notificamos e estamos agora procurando parcerizar com operadoras que definam claramente qual é o público-alvo de turista que ela vai vender o pacote turístico Nordeste do Brasil e Fortaleza.

Então, agora, como membro da CTI Nordeste, como seu presidente, que é o Comitê de Turismo Integrado do Nordeste e congrega todos os órgãos oficiais de turismo do Nordeste do Brasil, sejam as secretarias de Estado ou sejam empresas de turismo, afirmo que esse é um problema realmente que vem sendo muito debatido, ações vêm sendo implementadas, mas estamos muito preocupados com a imagem de outros destinos turísticos no Brasil. Em algumas cidades do Sudeste realmente o processo vem-se agravando muito fortemente e quem perde com isso é a imagem do produto Brasil lá fora, essa imagem termina sendo degradada.

Essa é uma rápida visão. Fico à disposição para a continuidade dos debates, mas o fato é que estamos procurando atuar com energia, com objetividade, com inteligência. O Poder Público somente, sozinho, solitariamente não vai conseguir resolver completamente o problema. Por maior que seja a nossa energia, por melhor que seja a nossa inteligência, precisamos que a sociedade se integre, denuncie. Está aqui a campanha, está ali o telefone, no sentido de facilitar a ação de acompanhamento, fiscalização e repressão.

Muito obrigado, Senadora.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O Deputado Raimundo Gomes de Matos tem a palavra.

Queria registrar a presença da Deputada Íris Tavares, que está aqui conosco desde o início da nossa audiência pública, e agradecer sua presença. Ressalto também a presença do Sr. Patrício Fuentes, representante do Unicef, que está também aqui conosco. Com a audiência, iremos falando o nome das outras pessoas.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB – CE) – Bom dia a todos – já está avançado, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Está com fome o Secretário.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB – CE) – Queremos inicialmente enaltecer o trabalho feito por esta Comissão, a CPMI, que em termos nacionais e internacionais, está dando esta visibilidade que de qualquer forma é uma visibilidade negativa, mas precisa ser trabalhada, precisa ser atacada. Sabemos que o turismo é um dos grandes componentes da economia brasileira, assim como do Nordeste, do Estado do Ceará, quanto o turismo fortalece a renda da população cearense, o tanto que o turismo fortalece a nossa economia. Ela acima dos indicadores é de suma importância para o nosso Estado, entretanto não poderemos fazer com que o turismo seja desagregador das famílias aqui do Ceará e do Brasil.

E a Senadora Patrícia Saboya, todos que compõem essa comissão, têm levado à frente, com grande competência, com grande seriedade, colocando em risco, talvez, até as suas horas de lazer, colocando em risco as suas integridades físicas, mas acima de tudo, como parlamentares que são, como parlamentares que são eleitos pelo povo cearense, eleito pelo povo brasileiro, na visão de que o Congresso Nacional deverá dar resposta, resposta clara para que possamos enfrentar, com grande clareza, com grande bravura esse grande mal que, de qualquer forma, ainda existem brasileiros e brasileiras que exploram esses os corpos dessas crianças e desses adolescentes.

O Secretário Alan falou da visão que o Governador Lúcio Alcântara tem, todos vocês parlamentares, todos vocês cearenses que estão aqui presente conhecem a vivência do Governador Lúcio Alcântara, e logo no primeiro ano do seu Governo, ele designou a Secretaria de Ação Social para trabalhar uma interlocução, uma intersetorialidade. Vou citar aqui um exemplo que sempre cito nas nossas reuniões: um dia eu estava – num dia de domingo – na praia e o Governador, por volta das dez horas me liga e diz: – Raimundo você já leu a **Folha de S.Paulo**. Eu disse: Não Governador, estou aqui na praia e a Folha só chega mais tarde e tal...ele diz: – Olha, preciso de uma reunião com vocês amanhã, segunda-feira.

Na **Folha de S.Paulo** tinha: Caminhoneiros na BR-116 exploravam, sexualmente, crianças por R$ 5,00; R$ 10,00 tal e a partir daí o Governador determinou essa intersetorialidade, repassando para a sua esposa, Professora Beatriz Alcântara, essa coordenação dessa intersetorialidade. Esta intersetorialidade nós construímos a partir do ano passado. De qualquer forma foi difícil. Por quê?

Porque os técnicos das nossas secretárias não tinham o conhecimento necessário para nós abordarmos toda essa problemática. Contratamos consultoria externas para a fazer a capacitação da nossa equipe da saúde, a equipe da ação social, da Secretária de Cultura, da Secretaria da Juventude, da Secretaria de Turismo, de doze secretarias para que pudéssemos alinharmos uma proposta, porque tínhamos ações pontuais. A secretaria do Alan fazia uma ação, a nossa, da Ação Social, faria outra; a da Cultura, outra; a da Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil outra e não ninguém conversava entre si, numa proposta concreta. Aí que ficou estabelecido esse núcleo e que a partir da construção desse núcleo estamos buscando parecerias, dentro do próprio Governo do Estado, parecerias nacionais, parecerias com o Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Assistente Social; organismos internacionais, como no caso: Unicef, Unesco, para fazermos com que possamos executar essas ações e tentarmos eliminar, infelizmente, esses indicadores, que de qualquer forma envergonha a nossa população cearense.

É claro que essa ação não depende só de Governo, é de suma importância, primeiro ter a coragem de fazer; segundo ter a coragem ed divulgar os dados; terceiro ter a coragem de chamar parceiros em determinado momentos colocar que a estrutura do Estado é impotente de fazer toda essa articulação. Por isso que todos segmentos das ONGs, das iniciativas privada, dos sindicatos, dos conselhos, todas essas assistências precisam estar pactuadas num projeto e num plano, sob pena do plano não sr exeqüível.

E isso , graças a Deus está sendo formatado. Em termos orçamentários, a Deputada Tânia sempre chiava aqui na Assembléia Legislativa porque no orçamento do Estado não tinha clareza, onde era que estava os recursos para atacarmos essa...

A SRA. TÂNIA GURGEL – Isso é maldade do orador. Não era chiado... Do jeito que ela é brava, eu acho que não era só chiado não.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB – CE) – ... onde era que estava os recursos. O Estado do Ceará tem um programa chamado Proas que é o Programa de Apoio de Reforma Sociais, remanejamos recursos no ano de 2003, para fazermos esse alinhamento, e a partir daí, fazermos esse pacto com toda a população brasileira e, no caso, com a população cearense.

Precisamos ter definições claras sobre as ações do Governo Federal, sobre como ficará o Programa Sentinela, o PET e quais são as retaguardas que poderemos ter para enfrentar as questões. (Palmas.) Não adianta só o que estamos fazendo. O companheiro Alan tem-me convocado de manhã, de tarde e até às 2 horas da manhã para realizar determinadas blitz com uma equipe da segurança. Mas e a nossa retaguarda?

A Secretaria de Segurança, a Secretaria de Justiça, o Ministério Público e a nossa equipe de turismo fazem um trabalho perfeito. Fica sob a co-responsabilidade da ação social fazer a retaguarda, dar cobertura. Entretanto, estamos impotentes para dar essa cobertura em virtude da vulnerabilidade das famílias, da desagregação.

Temos um programa chamado "Fora da Rua, Dentro da Escola", também denominado "Os Amarelinhos". É gritante vermos que, às vezes, um menino é espancado, sofre violência familiar, porque ele retornou para casa e não trouxe R$50, R$20 ou R$30. É gritante. Às vezes a própria família obriga a criança ou o adolescente a ir à rua. Atualmente estamos trabalhando com cerca de 1.800 crianças e suas famílias, mas a demanda é de 3.000. Então, só o recurso do Governo do Estado é insuficiente para fazermos essa pactuação. Se não dermos capacitação, se não trabalharmos a família, não fizermos geração de renda, fatalmente, daqui a um, dois ou três meses teremos mais problemas.

Os programas federais devem deixar de ser apenas programas e se transformar em políticas. Todos os Parlamentares que aqui estão lembram-se de que o Programa Sentinela começou por meio das nossas emendas que, às vezes, são criticadas como sendo paroquiais; foi assim que o Sentinela começou.

Não existe consistência orçamentária. Na proposta de 2004, já temos recurso assegurado. Os Parlamentares da Assembléia Legislativa aprovaram também um recurso advindo do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – o Fecop. No Fecop – o Governador deverá fazer esse anúncio dia 15 –, seremos contemplados para essa ação, recebendo recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza para somarmos esses esforços e fazermos essas ações, essas parcerias.

Acredito que o relatório que será apresentado pela Deputada Maria do Rosário e votado nesta Casa, com certeza, tentará fortalecer a equipe do Presidente Lula, a equipe da área econômica do Governo, de forma que tenham sensibilidade nessa ações. É claro que a pactuação com o FMI no tocante aos juros é fundamental, mas também é fundamental termos clareza nas ações na assistência social. Ligo para meus Secretários e digo o seguinte. "Vocês resolvam as coisas, porque senão cairão nas nossas costas, na assistência social, que é mais vulnerável: a desagregação da família, a falta de renda da população e essas vulnerabilidades."

Outra dificuldade que temos – não estamos tratando desse assunto, mas vamos aproveitar a presença dos Parlamentares – diz respeito à definição de quem deve cuidar das crianças de 0 a 5 anos, se o Ministério da Assistência Social ou o Ministério da Educação. Se não dermos a atenção necessária à infância e à pré-escola, também teremos adolescentes vulneráveis. Eles chegarão a 8, 9 ou 10 anos e simplesmente seguirão esse caminho, o que não é o desejo de todos nós.

A Secretaria de Ação Social elaborou um projeto que custa R$12 milhões, passarei a cifra exata posteriormente. Não temos esse custo já pactuado, mas, mesmo assim, tivemos a coragem de fazer o programa e estamos buscando parcerias. Temos parcerias com o Ministério da Justiça, parcerias internacionais, e estamos vendendo para o empresariado cearense, junto com a equipe da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, com o Secretário Alan, essa construção da propostas.

Muitas vezes a mídia divulga questões relativas ao turismo, à exploração sexual de crianças e adolescentes, mas, se formos verificar mais profundamente, existem ainda outras questões como a família, abusos cometido pelo padrasto e questões internas de parentesco, que infelizmente fazem essa violência nessas crianças. Existe internamente, dentro da nossa sociedade, toda essa vulnerabilidade que precisa ser trabalhada. Precisamos ter, neste momento em que esta Comissão deverá apresentar seu relatório, que deverá ser aprovado, com certeza, mas precisamos também sensibilizar toda esta sociedade brasileira nessa construção de uma nova proposta. Em vários projetos, o Estado do Ceará é inovador: o Projeto Amor à Vida, o Projeto Esporte de Massa. Toda essas Secretarias possuem projetos que hoje estão unificados e iremos repassar para a Comissão o nosso projeto intersetorial. No dia 15 de novembro, o Governador deverá estar inaugurando o complexo que vai congregar Ministério Público, Secretarias, infelizmente, o IML, várias ações intersetoriais, com equipe multidisciplinar para trabalhar essas crianças e esses adolescentes. Os recursos já estão assegurados, a ordem de serviço já foi dada, para fazer essa articulação, mas o ideal seria não precisarmos construir esse equipamento, mas, infelizmente, achamos necessário construir.

Por último, queremos dizer, só para ter a noção de gravidade, temos no Estado do Ceará, dez sentinelas. Lá, no seu Sobral, já existe vulnerabilidade. O nosso Juiz Emílio, sistematicamente me liga, o Juiz da Criança e do Adolescente: "Raimundo, precisamos fortalecer as ações". A mesma coisa no Juazeiro do Norte, que é outra região aqui do Estado do Ceará e na Região Centro-Sul. Não é uma questão só de metropolização, mas já de interiorização dessas ações. A estratégia do PET é de fundamental importância, a saída que temos é buscar o PET para fazer a geração de renda...

A SRA. (oradora não identificada) – Estados e municípios precisam...

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB – CE) – Como é, Deputada?

A SRA. (oradora não identificada) – Que cada Estado decida onde é que (inaudível).

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB – CE) – Pronto, quer dizer, fizemos aqui um trabalho com o Unicef, o Dr. Patrício está aqui presente, uma pesquisa em que 900 mil famílias foram ouvidas no Estado do Ceará, numa pactuação Secretaria de Saúde, Secretaria de Ação Social e Secretaria de Educação, a Unicef coordenou uma pesquisa de 900 mil famílias, e temos um mapa bem bonitinho, todo pintado, vermelho, preto, tal, da vulnerabilidade do trabalho infantil, só 4 ou 5 municípios estão em branco. Quando observei o mapa, pensei que pelo menos aqueles 5 municípios estão em branco, não têm problema de trabalho infantil. E o Dr. Patrício: "Não, rapaz, é porque aqueles cinco não foram pesquisados". Então, nosso mapa está todo colorido e precisamos ter essa ação.

O Dr. Alan, nosso Secretário, já colocou, esse código é, acima de tudo, uma visão de intersetorialidade. A Assembléia Legislativa puxou este assunto, fez a proposta, o Legislativo, os Conselhos também, a sociedade civil. Isso já é uma prova de que precisamos ter clareza nessas ações. Sabemos também de toda a dificuldade que tem o Judiciário em, às vezes, ser mais ágil, mas as brechas na legislação são muito grandes, esta é outra missão dos Congressistas, rever a questão do Estatuto da Criança e do Adolescente, rever toda essa normatização. Às vezes se tem dificuldade operacional de determinadas ações, mas tudo isso está amparado por preceitos constitucionais que, infelizmente, ninguém pode mudar da noite para o dia. Com certeza, outras propostas sairão para revermos toda essa parte legal, em termos de leis, para que possamos ter no Judiciário também uma ação e uma agilidade nesses julgamentos, nesses posicionamentos.

Então, queremos nos colocar à disposição, pois é de suma importância a presença desta Comissão aqui, no Estado do Ceará. O Governador Lúcio Alcântara tem toda essa preocupação, tanto é que ocorreram esses remanejamentos de recurso para trabalharmos essas ações intersetoriais com todas as Secretarias. Com certeza, através desse relatório, irá ser modificado este mapa no nosso País.

Quero repassar aqui para a nossa Senadora Patrícia Saboya, para a nossa Deputada Maria do Rosário o exemplar do nosso..., depois, vou repassá-lo para os demais Parlamentares.

Um abraço.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Bom, nós agora vamos fazer um revezamento na mesa para convidar as outras pessoas. E agradecendo já a presença.

A Deputada Laura Carneiro já tem algumas perguntas a fazer. Mas eu acho que, talvez, seja interessante terminar o bloco e, em seguida, nós começamos as perguntas.

Convido para compor a mesa as seguintes autoridades: Dr. Sérgio Porto, da Associação das Empresas de Compra e Venda de Aluguel, no Ceará; Dr. Francisco Edmilson Rodrigues, da Associação Brasileira de Agências de Viagem – ABAV, Ceará; Sr. Luis Júnior, Presidente da Associação de Meios de Hospedagem e Turismo; Dr. Marco Aurélio Câmara; Sr. Jean Paul Bernardes, Diretor da Rede Delphia de Hotéis em Fortaleza (Palmas).

Bom, vou então passar a palavra ao Dr. Sérgio Porto, da Associação das Empresas de Compra e Venda de Aluguel, no Ceará.

O SR. SÉRGIO PORTO – Bom dia, Senadora Patrícia Saboya, Deputada Maria do Rosário, Srs e Srªs Deputadas aqui presentes, Srs. Secretários, meus senhores e minhas senhoras da platéia, o Secov é o Sindicato que representa, na área do comércio, as incorporadoras que são as empresas que viabilizam economicamente a construção de empreendimentos imobiliários, as imobiliárias que comercializam esses empreendimentos, as administradoras que também administram seja na locação individual, seja na locação como *pool* hoteleiro. Então, tem um especial interesse e, mais do que interesse, o dever de representar e de defender umas das categorias da atividade comercial, que é justamente o segmentos de *flats*.

E aqui a nós vimos, já vem dentro do espírito desta reunião, se somar o que já pude depreender dos primeiros depoimentos essa corrente do bem. Que seja uma grande movimentação da sociedade para gerar de novo, talvez, em alguns de nós, essa capacidade de indignação que, às vezes, nós vamos perdendo e vai perdendo porque os fatos são tão fortes, a própria mídia enaltece tantas coisas ruins, que a gente, ao longo do tempo, vai perdendo essa capacidade de indignação. Então, o que é preciso inicialmente dizer é que, quero até fazer uma referência à Deputada Luiziane Lins, ela deu uma saída, mas eu, como cidadão, fiquei especialmente satisfeito ao ver aqui o convívio, a cordialidade da Deputada Luiziane Lins com o Deputado Inácio Arruda, com a nossa Deputada Tânia Gurgel, porque muitas vezes a gente ouve e lê na mídia colocações que não correspondem à realidade. Então, como cidadão de Fortaleza, fico muito satisfeito de ver que essa cordialidade deverá se refletir no debate que teremos em seguida para a prefeitura. Então, já é uma coisa que nos anima para essa campanha. Voltando à

questão dos flats, que são empreendimentos comerciais que surgiram na década de 90 no Ceará, em 91, 92, surgiram justamente porque o *flat* é uma forma democrática de dar oportunidade a investidores do mercado imobiliário de participar de empreendimentos com fins de exploração turística. Surgiu, num vácuo, por exemplo, da nossa Lei do Inquilinato, que durante muitos anos foi discutida e que inibiu investimentos em aluguel, principalmente residencial, os Senhores devem se lembrar da famigerada denúncia vazia, das complicações que tinha no mercado e, graças a Deus, temos a Lei 8.045, que vem regulando bem o mercado residencial e comercial, que hoje estão bem sanados. Então, os flats surgiram para isso, como uma opção de investimento, uma atração, e com um rendimento maior do que daria o aluguel residencial e maior do que daria o aluguel comercial, exatamente naquele momento. Os flats foram construídos, equipados, hoje são uma realidade. Para vocês terem uma idéia, Fortaleza, porque o Ceará, lamentavelmente, ainda é muito pobre no seu interior, nas outras regiões do país temos edifícios, condomínios, também no interior do país, com muita força, mas aqui praticamente se concentram em Fortaleza. Temos mais de 3 mil condomínios, dentre os quais temos 30 flats, são 30 empreendimentos com essa característica. Então, é um percentual pequeno, embora importante para a indústria hoteleira, para a indústria de turismo como um todo. E, dentro desses 30 flats, temos, dentro do Secov, 500 empresas imobiliárias que trabalham, uma parte delas, administrando o setor hoteleiro ou a locação individual desses apartamentos. Inclusive, temos aqui uma excelente empresa, uma cadeia cearense que administra 7 flats e que vai depois, oportunamente, pronunciar-se. O que temos visto acontecer e o que acho que é o objeto de atenção desta CPI Mista é justamente um desvirtuamento da origem, que era o flat, por determinados elementos, que, eu diria, seria uma rede de menor expressão, mas, se não tomarmos cuidado, ela irá ganhando porte, irá se impondo perante a sociedade, que visa apurar o maior lucro possível, no caso dos flats, na rotatividade e na rentabilidade. Isso é que nos preocupa neste momento, é isso o que queremos inibir, e a gente ganha um força nova, um vigor novo com o apoio da iniciativa de uma CPI dessas, porque o mercado em si procura, ele vai sempre procurar formas de rentabilizar o seu investimento e nem sempre a ética prevalece quando você vai procurar a maior rentabilidade. Então, o Secov tem uma posição firme em relação a esses fatos. Lembro um pouco aos Senhores que, há alguns anos, todo mundo se lembra, teve um caso terrível no mercado imobiliário, o da Encol, que até hoje provoca seqüelas e comentários. Naquele momento, o caso da Encol só foi possível, para os Senhores terem uma idéia, porque... Relembrando o caso da Encol, ela atuava em todo o Brasil e passou a vender mais apartamentos do que tinha em construção. A gente criou no jargão, que é no jargão turístico, de fazer um *overbooking* de apartamentos, o que seria um absurdo.

Então, vender duas, três vezes um apartamento para um mesmo cliente já que os clientes não tinham comunicação até a entrega do imóvel. Até a entrega do imóvel eles estão pagando prestação e não têm.

Naquele momento, por que aquilo aconteceu? Porque a grande maioria das obras que a Encol fazia não estavam dentro da legislação. Temos uma lei que regula as incorporações. Essas obras estavam sem incorporação e permitiram esse tipo de acontecimento.

O que é que o Secov fez junto com as outras entidades, inclusive com o Tribunal de Justiça, com a Procuradoria-Geral de Justiça? Criamos um Comitê de Defesa do Mercado Imobiliário, mesmo com alguma rejeição do nosso próprio segmento, mas para poder regularizar, fiscalizar essas obras, e conseguimos inverter totalmente essa equação. Porque, quando começamos o trabalho, tínhamos 20% das obras regularizadas com incorporação e 80% irregulares. E invertemos naquele trabalho há uns quatro cinco anos para 78% regularizadas e 22% irregulares.

Então, o Secov tem uma tradição de defesa do seu mercado, mas uma tradição de defesa do seu mercado através da visão do consumidor de prevalecer, de defender os direitos do consumidor.

É com essa postura que estamos aqui hoje para ouvir e procurar então depreender dos casos, de alguma coisa que tenha acontecido, e procurar corrigir rapidamente.

Muito obrigado.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário) – Passamos a palavra, então, ao Sr. Marco Aurélio Câmara, Vice-Presidente da Associação de Meios de Hospedagem e Turismo.

O SR. MARCO AURÉLIO CÂMARA – Bom dia, quero cumprimentar a Senadora Patrícia Saboya, a Deputada Maria do Rosário, Sérgio Porto, nosso parceiro, Presidente da Fecomércio, em exercício, Jean Paul, Diretor da Rede Delphia, também nosso parceiro, Edmilson Rodrigues, nosso amigo, parceiro, Presidente da Abav, nosso Secretário Alan Aguiar, que tem feito um grande trabalho à frente da secretaria, estando de parabéns, Dr. Raimundo Gomes de Matos, Deputado Inácio Arruda, Tânia Gurgel, demais autoridades.

A MHT hoje é a associação dos meios de hospedagem e turismo no Ceará. Ela congrega as pousadas, os pequenos e médios hotéis e dois flats. Hoje

estamos em todo o Estado do Ceará desde o Cariri a Jericoaquara e Canoa Quebrada. Temos também em Guaramiranga, Pacuti, Tejuçuoca, e temos aqui na grande Fortaleza, na região metropolitana. Hoje contamos com 106 associados em todo o Estado do Ceará.

O turismo sexual é uma coisa que sempre procuramos combater. Inclusive fui Presidente da MHT no biênio 2001/2003 e antes de ser presidente, creio que em 1999/2000, já combatíamos esse tipo de turismo que não interessa para a gente. É um turismo prejudicial a nossa cidade, não é bom.

Inclusive queria ressaltar o trabalho que o nosso Secretário, Dr. Alan, tem feito na Secretaria de Turismo. Ele citou aqui, tirando aquela imagem que Fortaleza, o Ceará de maneira geral, era vendido. Naqueles *banners, folders* e naquelas propagandas sempre tinha uma mulher de biquíni, sempre no mar e muito sol, muito biquíni, muita mulher, etc. Então, ele está realmente transformando essa imagem, está tirando isso. Ele está até aqui presente conosco e está de parabéns pelo trabalho que vem fazendo, as promoções junto à Secretaria com toda sua equipe, tirando exatamente essa imagem negativa da mulher de biquíni na praia e colocando a família, exatamente o lazer, o pai , a mãe, os filhos, para procurarmos mostrar exatamente que o Ceará não é esse turismo sexual que o pessoal está pensando, que vem para cá só para pegar essas meninas. Então aqui hoje em Fortaleza, Ceará, estamos combatendo isso, inclusive todos os hotéis associados da MHT tem orientação para não receber esse tipo de turismo, não praticar isso em seus estabelecimentos. Somos totalmente contra isso, inclusive acredito que não só o pessoal do MHT, mas do IBH também, na pessoa do Eliseu, nosso Presidente tem combatido isso exatamente para não acontecer esse tipo de coisa que vinha acontecendo no passado. Então procuramos combater, somos totalmente contra, já levamos o assunto para o Fórum de Turismo, do qual sou Presidente também, e já debatemos, já discutimos, e o nosso trabalho hoje junto aos órgãos, inclusive ... é exatamente combater esse tipo de atividade. Aqui tem muita coisa boa para se ver, temos mar, temos serra, temos sertão, temos muita coisa interessante que não tem nada com o turismo sexual. Então quero deixar bem claro que nós que fazemos a MTH não praticamos esse tipo de turismo, não gostamos de associados que fazem isso, aliás não tem nenhum associado que pratica isso. e procuramos sempre combater para evitar problemas dessa natureza. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário) – Obrigado, Sr. Marco Aurélio, quero registrar a presença em meu nome, e em nome da Senadora Patrícia Saboya, da CPMI, da ex-Prefeita e da Deputada Federal Maria Luísa Fontenele, que tive a honra de receber em Porto Alegre, quando então Deputada era integrante da CPI que enfrentou a chamada prostituição infantil naquele período, era assim que chamávamos em 1993. Então a caminhada da Deputada Maria Luísa Fontenele hoje é continuada por esse núcleo de parlamentares, mas faço questão de agradecer a sua energia a sua luta naquele período e que continua até os dias de hoje. Muito obrigada por estar aqui neste momento.

Passo a palavra ao Sr. Francisco Edmilson Rodrigues da Associação Brasileira de Agentes de Viagens.

O SR. FRANCISCO EDMILSON RODRIGUES – Muito obrigado, Deputada. Senhores da Mesa, Sr. Marco Aurélio Câmara, Deputada Maria do Rosário, relatora desta Comissão, Sr. Sérgio Porto, Presidente do Secov, Sr. Jean Paul, Diretor da (inaudível), Srs. Secretários de Estado aqui presentes, Srs. Deputados Federais, Estaduais, Srªs Deputadas Federais, Estaduais, gostaria de saudar as mulheres presentes na pessoa da companheira Mônica Barroso, grande batalhadora, queria saudar também a Delegada Rena Moura, e a Delegada Cândida Brum, pessoas a quem tenho acompanhado de muito perto o seu trabalho frente às suas delegacias, uma de ... e outra delegacia de apoio ao turista.

Minhas senhoras e meus senhores, é para a Abrav uma grande honra ser convidada para compor esta solenidade da comissão de enfrentamento e combate ao turismo e à exploração sexual da infância e adolescente.

Quero, em primeiro lugar, dizer que é muito bom quando a gente fala por último e é muito ruim também. Muito ruim porque tudo que a gente tinha para dizer os outros já disseram, mas muito bom porque se alguém esqueceu alguma coisa a gente, imediatamente, anota para poder completar. Mas estou muito feliz pessoalmente, estou feliz em nome da minha entidade porque como já disse fiz parte da Comissão do Turismo Sexual, levada a cabo pela Câmara Municipal de Fortaleza, tendo a frente a hoje Deputada Luiziane Lins, e quero dizer aos senhores que a mim me alegra muito quando vejo pessoas dessa natureza, pessoas jovens, pessoas empolgadas e imbuídas de um propósito muito valioso e muito forte, como é o caso da Senadora Patrícia Saboya que lidera uma campanha tao brilhante e tao forte de um significado, realmente, que nos deixa empolgado neste Brasil como é a Presidente da Comissão do Turismo Sexual, do Congresso Nacional. Temos a Deputada Maria do Rosário que é Relatora dessa Comissão, também que tem ao longo desses dias mostrado o seu valor.

Aqui no Ceará nós temos pessoas como as Delegadas que eu já falei, a Deputada Luiziane Lins, que é uma vibradora, que é uma detentora de um potencial fabuloso, a minha colega e companheira Mônica Barroso também. A gente quando a Mônica fala a vibração, é uma vibração que transmite realmente uma energia muito positiva para nós no combate a esse tipo, a essa mazela que hoje denigre a imagem do nossos País aí por fora.

É verdade que o turismo sexual... Turismo sexual, eu não concordo nunca com essa palavra: turismo sexual. O elemento que vem fazer esse tipo de coisa, ele não é turista. (Palmas.)

O turista vem a procura lazer, a procura de diversão, a procura de satisfação pessoas com ouro intuito. Esse desgraçado que vem fazer esse tipo de coisa não é turista, ele vem com esse propósito. Então, eu queria aqui frisar, especialmente que nós precisamos dissociar uma coisa da outra. O turista do "turista sexual", que não é turista.

Portanto, meus amigos eu gostaria de dizer que a Associação Brasileira de Agências de Viagem muito embora não tenha o poder de polícia para castigar os seus entes associados que venham a incorrer nesse tipo de mazela nós temos determinadas penalidades que podem fazer com que ele seja alijado do nosso convívio. Em princípio, ele é alertado, depois suspenso e, finalmente, desligado da entidade. Mas nós estamos alerta. Eu sempre coloquei a Associação e a minha pessoa física à disposição das autoridades que labutam com esse trabalho. Para nós um orgulho muito grande que a nossa entidade tenha feito parte na confecção desse Código de Ética e, por isso, nós estamos sempre alertas também. Eu gostaria de destacar aqui a pessoa da Fernanda. Da Setu e da Ieda que têm desempenhado um trabalho muito bonito e sempre, também, preocupadas em congregar um número cada vez maior de participantes nessa campanha que defende a família brasileira.

Nós sabemos que é um mal que se alastra por todos o mundo. Mas, como disse a Senadora Patrícia Gomes, o nome do nosso País está em jogo e nós, primeiramente, temos que lavar a nossa roupa suja em casa para depois nos preocuparmos com os problemas dos outros. (Palmas.)

O meu muito obrigado a esta Comissão por ter convidado a Associação Brasileira de Agência de Viagens a fazer parte desta solenidade e me colocar mais uma vez à disposição para que nós juntos possamos erguer esta bandeia forte da família brasileira, em defesa dessas crianças, dessa adolescência e, afinal, de todos nós. Porque o problema educacional parte, em primeiro lugar, dos nossos lares e nós estamos, deveremos estar sempre atentos para a defesa dessa criança e dos nossos lares.

Muito obrigado, Senadora. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Dr. Francisco Edmilson.

Agora com a palavra o Sr. Jean Paul Bernard, Diretor da Rede Delphia Hotéis Fortaleza.

O SR. JEAN PAUL BERNARD – Muito bom dia. Muito bom dia a todos. Senadora Patrícia Saboya, Presidente da Comissão Parlamentar Mista, Deputada Maria do Rosário, Relatora da Comissão, Deputado Inácio Arruda, Secretário Alan Aguiar, Secretário Raimundo Gomes de Matos, nossos companheiros da Mesa, demais autoridades presentes. Acho que peço desculpas por não poder nominar individualmente.

Eu queria dizer para vocês, na qualidade de Diretor-Geral da Rede de Hotéis e, também, na medida em que isto possa ser um representante de uma parcela importante do turismo cearense – já fui Vice-Presidente do Secov, uma gestão anterior à do Sérgio Porto, justamente na área de flats. Fomos, também, Vice-Presidente da área de flats da ABIH-Ceará que, pessoalmente – e digo, principalmente, ao olhar os meus filhos – a minha filha de 12 anos e o meu filho de 10 anos – que considero a exploração sexual de menores uma prática absolutamente adjeta e de uma total falta de dignidade humana. Portanto, nós nos engajamos totalmente a esse cole que, no momento, se apresenta aqui nessa reunião.

Quero esclarecer a vocês o que, exatamente, da forma mais breve possível, o que são os *flats*. Os flats são uma grade de condomínios que, pela sua estrutura de serviços, inclusive a sua estrutura física, permite a existência de um grupo de apartamentos funcionando em regime de hotelaria. Nós temos empreendimentos que têm a integralidade dos apartamentos funcionando no regime de hotelaria, temos empreendimentos aonde nós temos uma parte dos apartamentos funcionando nesse mesmo regime e temos empreendimentos onde nenhum desses apartamentos, mesmo dentro da estrutura de hotelaria, funcionam com o caráter de exploração hoteleira ou turística.

Em nível de representatividade – até no dia de ontem eu estive aqui verificando, junto à ABIH, que, de 55 empreendimentos que temos, hoje, na ABIH, empreendimentos hoteleiros – 23 são empreendimentos do tipo flats ou condo-hotel que são, justamente, empreendimentos do tipo onde investidores estão participando desse mercado. Portanto, nós entendemos que este seguimento é um seguimento que tem alta representatividade dentro do negócio chamado "Turismo Dentro do Ceará".

Em relação à situação da exploração sexual de menores, nós – complementando o que já foi colocado aqui por muitos dos debatedores – entendemos que a raiz do problema – e já vivenciamos na área de turismo há 22 anos – tem raízes bem antigas. Infelizmente, há muitos anos atrás, quando o Brasil começou a se projetar no exterior, essas campanhas que eram feitas até por órgãos federais, tinham, por incrível que pareça, um apelo sexual muito forte. Então, durante muitos e muitos anos, o balizador dessas campanhas de turismo no exterior foram campanhas que tinham esse citado apelo sexual. Felizmente, ao longo desses anos e com a compreensão de que esse tipo de turismo é um turismo efêmero, ou seja, traz um tipo de turista indesejável – como já foi colocado aqui até por debatedores da Mesa – e que vêm e não voltam mais. Na verdade, isto, ao longo dos anos, foi mudando e, hoje, nós vimos com satisfação, especialmente aqui no Ceará, que houve uma reversão completa da política de captação de turismo, ou seja, hoje, nos interessa, principalmente a nível internacional – porque quando nós abordamos o problema de exploração sexual de menores, nós, automaticamente, temos que associar ao turismo externo. Quando nós olhamos o trabalho que vem sendo feito – um trabalho de captação de turismo externo – nós sentimos que esse trabalho está totalmente focado no turismo que interessa, ou seja o turismo composto por família ou por pessoas, mesmo solteiras, que venham para apreciar as belezas naturais do nosso País, enfim, para curtir, como nós dizemos, tudo o que nós temos de bom no Brasil, especialmente no Estado do Ceará.

Portanto, nós aplaudimos a ação do Governo do Estado, da Comissão que se constituiu e que está em vias de concluir o seu trabalho. Nós temos aqui a apresentação de um código e posso dizer, pessoalmente, e eu entendo que, na medida – infelizmente, nós não temos, aqui, a presença do nosso Presidente da ABIH, Dr. Eliseu, mas como eu participo da ABIH, posso dizer para vocês que eu estou falando aqui pela totalidade dos participantes da nossa associação. Esse código vai ser abraçado vigorosamente, e participaremos ativamente de todas as iniciativas que venham a ser feitas no sentido de eliminar, erradicar esse mal chamado turismo sexual, exploração sexual de crianças.

Muito obrigado.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agora, vou passar a palavra à Relatora, Maria do Rosário, e, em seguida, aos Parlamentares, para que possam fazer seus questionamentos.

Quero só, antes, Deputada Maria do Rosário, até por sua sugestão, explicar um pouco o formato dessa audiência pública, para que as pessoas possam compreender.

Depois desse bloco temático, teremos a audiência de várias testemunhas, vítimas e acusados, pessoas que foram denunciadas, que estarão aqui prestando depoimento à CPMI, num segundo momento.

Essas convocações foram feitas para as 14 horas, as audiências das pessoas que vêm testemunhar, e fizemos questão de fazer esse bloco temático, porque o assunto é muito importante, e estamos certamente num fórum muito especial para debater.

Quero, inclusive, registrar a alegria de poder estar contando com tantos parceiros e com tantos aliados, pessoas que têm a compreensão dessa luta que está sendo desenvolvida, que está sendo traçada pelo Brasil afora, e encontro aqui, na minha terra, esse acolhimento.

Para nós, é assim muito especial, e quero agradecer, do fundo do coração, pelo apoio que todos nós estamos recebendo.

Terminando esse bloco, começaremos então as perguntas dos Parlamentares, que compõem a CPMI. Logo em seguida, acabando esse bloco, temos também algumas pessoas que estavam previstas para falar na abertura da nossa audiência pública, mas, enfim, por uma questão de horário, acabamos tendo que passar esse bloco em primeiro lugar.

Queremos, ainda, ouvir representantes do fórum de enfrentamento da violência sexual, que está aqui presente, queremos ouvir a Deputada Tânia Gurgel, que é Presidente da Frente Parlamentar, queremos ouvir a Maria da Paz, em nome do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, em seguida, ouviremos a Drª Rena, que é Delegada da Delegacia da Criança e do Adolescente e ouviremos também a Drª Cândida, Delegada da Delegacia de Apoio ao Turismo.

Deputada Maria do Rosário, com a palavra.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, é uma alegria estarmos no Ceará, porque percorremos juntas o Brasil, nós, Parlamentares. Esta CPMI é diferente das de muitas outras que, talvez, as pessoas tenham convivido, porque ela é uma CPMI mista. Ela reúne as duas Casas Parlamentares Federais, o Senado e a Câmara dos Deputados. É um esforço comum. Talvez, nisto, resida o símbolo maior de unidade que a sociedade brasileira deve produzir, que todos os Governos devem produzir e que foi aqui traduzido na cordialidade das relações entre pessoas que não convivem nos mesmos partidos, que têm hoje posições diferentes, frente ao processo eleitoral, mas que, certamente, quando o tema diz respeito à infância, diz respeito às políticas sociais, devem estar

todas atuando de forma integrada, bem como quando abordam e tratam do tema do desenvolvimento regional, que reveste de responsabilidade a ação pública, que todos nós, homens e mulheres, temos.

Quero dizer, Senadora, que temos aqui, com a audiência no Ceará, uma grande esperança. Isso demonstra o acerto de termos optado, a sua equipe, V. Exª, na preparação desta audiência por um momento em que, primeiro, autoridades e pessoas que estão atuando sentam à mesa, apresentam a realidade, as ações que estão desenvolvendo, para, em seguida, tratarmos de casos concretos, uma vez que esta audiência terá momentos distintos, como a Senadora aqui apresentou, neste momento, tratando do tema turismo sexual e, em seguida, vamos estar aqui com ações concretas, com casos concretos, com nomes que vamos preservar de crianças e adolescentes, vítimas da exploração sexual.

Estaremos tratando do detalhamento de situações que foram identificadas pelas delegadas num importante trabalho desenvolvido pela CPMI nas suas diligências. Mas começamos a audiência com esperança e com o trabalho que está sendo desenvolvido já com uma perspectiva que nos alimenta para o tema concreto que estaremos abordando. Isso é importante porque também somos movidos por esperança, pelo trabalhos que temos desenvolvido e pela razão primeira que é a proteção de direitos.

Quero observar – até pela presença, que registrei primeiro, da Deputada e ex-Prefeita Maria Luíza Fontenele, que compôs a CPI da Câmara naquele momento, de 1993, que o crime se organizou, ele é um novo tipo de crime. Em 10 anos temos aí a internet, novas possibilidades de comunicação, a chamada globalização, que não somente diz respeito à economia ou a mercados comuns, mas aqui, como, inclusive, foi apresentado pela Deputada Luiziane, pelo seu trabalho desenvolvido na CPI da Câmara Municipal, o crime se organiza, há um mercado comum, e o corpo humano, a pessoa e a criança são a própria mercadoria. E temos o desafio de, nessa nova época, seguirmos um trabalho, que foi desenvolvido pela Deputada, pelo Deputado Moroni Torgan, à época relator da CPI, que fez um brilhante trabalho em 1992, no Congresso, gente do Sul, do Norte, de todas as regiões, e, ao mesmo tempo, abordarmos esse desenvolvimento do crime. E aqui, quando estamos trabalhando no eixo do turismo, vemos como as próprias mudanças nesse mercado turístico, nesse veio que tão importante desenvolvimento traz para o Brasil, particularmente para a Região Nordeste, mas para todos os lugares do Brasil existe, verificamos que as novas formas de hospedagem também encerram situações especiais de acolhida, tristemente, da situação da violência e da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Então, a questão dos flats, da não-existência de um regramento dentro dos condomínios. Porque, como são condomínios, que têm uma diferença em relação aos hotéis, eles são, ao mesmo tempo, condomínios residenciais e condomínios de hospedagem de turistas, há todo um regramento necessário no sentido de que portarias, códigos e normativas sejam estabelecidas para essa situação, que é mista. Nós aqui estamos verificando como profissionais responsáveis nas suas áreas estão procurando regrar e estabelecer normativas claras. Mas não é fácil. Porque se em hotéis – onde há todo um regramento, previsto inclusive na legislação brasileira, toda uma circunstância de abordagem da identidade das pessoas, o impedimento claro de que as crianças e adolescentes estejam ali dentro desacompanhados de seus pais ou responsáveis ou sem autorização – temos tido dificuldades Brasil afora, nos flats, onde o regramento ainda está numa área de nuance; há regra, mas pode ser interpretada de forma diversa, nós realmente estamos enfrentando problemas. Até dizia ao Sr. Sérgio Porto de um dos casos que recebemos aqui, que é de um síndico – que, portanto, também participa do Secov, também é um associado, também é uma pessoa protegida pela instituição – que está tentando fazer o enfrentamento da exploração sexual, e algumas imobiliárias tentam, argüindo o direito de ir e vir, impedi-lo de agir como fiscal da qualidade e da presença de crianças e adolescentes explorados nesse prédio.

Então, há aqui, Senadora Patrícia, pela reunião que estamos desenvolvendo, a possibilidade de um somatório muito grande de esforços no sentido de coibir a prática criminosa. É claro que contando com a importância de um trabalho de segurança e da responsabilização, com o trabalho que queremos desenvolver agora com o relatório final, apresentando mudanças em na legislação brasileira em todas as áreas – e já estou colhendo propostas aqui do que os senhores estão trazendo – no sentido de apurarmos a legislação brasileira para uma objetividade maior, para um regramento claro que dê aos senhores instrumentos de poderem agir.

Concluo, dizendo que também estamos atentos, Dr. Raimundo, às observações que o senhor faz acerca das políticas sociais, concordando com tudo o que o senhor nos apresenta. Não há como fazer uma abordagem e proteger a criança. A ação policial é uma ação para repressão, e a proteção da criança é uma responsabilidade nossa.

Fico, portanto, absolutamente satisfeita e quero desenvolver com o Sr. Alan Pires Aguiar essa nova

abordagem que o Governo do Estado do Ceará está desenvolvendo. O trabalho já impediu que um vôo charter chegasse aqui. Podemos desenvolver isso até para o relatório final, como um exemplo positivo da ação em que Governos estaduais podem atuar. Portanto, quero recuperar essa experiência, destacando quais eram os indicadores dela, que vôo era esse, de onde vinha, se está chegando a Natal. Como poderemos interligar os Estados para que esse vôo para exploração que não está tendo guarida em Fortaleza não a tenha também em Natal.

Como membros de uma CPI do Congresso Nacional podemos neste momento estabelecer essa interligação. Como vamos concluir os nossos trabalhos no próximo dia 15, quero dizer que o desejo da Senadora Patrícia Saboya, seu trabalho e sua energia colocada a serviço das crianças brasileiras tem nos chamado a atenção.

O que vamos deixar após o dia 15? Vamos deixar indicadores concretos para a relação entre os Estados, para que a polícia aja de forma integrada, assim como a Polícia Federal, o PET e o Programa Sentinela, de acordo com a avaliação que possamos ter.

Este momento nos dá energia e esperança tanto pelo que foi relatado em termos de Secretaria do Turismo, da Secretaria da Assistência Social e dos operadores da área turística. Vamos acolher essa proposta.

Aliás, considero muito importante o que Deputada disse sobre o fato de as Deputadas terem começado, e o Governo do Estado acolhido porque o Poder Executivo tem mais força. Tenho essa mesma posição. O Parlamento brasileiro está dando sua contribuição, Senadora Patrícia Saboya. O Poder Executivo terá que acolher as sugestões, assim como os Estados e Municípios.

A ação que vocês desenvolvem no Ceará, iniciada no Rio Grande do Norte – faço questão de me referir –, por iniciativa da sociedade civil daquele Estado, já conta com dois exemplos. Além de Foz do Iguaçu, temos o Rio Grande do Norte e o Ceará em rota de atuação internacional, a partir do primeiro e não do Estado do Paraná como um todo. Queremos adotar esses exemplos para o Brasil.

Não há como adotar um código de conduta se os agentes deste código não estiverem participando porque isso ocorre por livre adesão. Estamos convencidos de que os caminhos que vocês trilharam aqui é o que vamos apresentar no dia 15 de junho, quando entregaremos o relatório final.

Até o final do ano, o Governo Federal, através do Ministério do Turismo, deverá capitanear o mesmo processo que vocês fizeram aqui para todo o Brasil, e aí o povo do Ceará e as autoridades do Poder Executivo local, além da Senadora Patrícia Saboya, pela vivência prática, terão uma responsabilidade para com o Brasil.

Sei que vocês têm cumprido a responsabilidade de vocês para com o Brasil com excelência, até por nos enviarem a Senadora Patrícia Saboya, que hoje é a senadora das crianças e dos adolescentes brasileiros e da defesa de direitos. Sei que vocês têm cumprido essa tarefa, mas peço ainda mais: espero que vocês estejam lá conosco, neste ano ainda, para que este código de conduta do Ceará e do Rio Grande do Norte possa ser adotado para o País inteiro. Neste momento, as autoridades daqui estarão na primeira fila para levantarem a mão para dar sua contribuição, como estão dando hoje.

Cumprimento a todos e os agradeço. Desejo um bom trabalho para todos nós. Especialmente, mais uma vez, parabéns pela nossa Presidente que vocês apresentaram para o Brasil e de quem, certamente, devem se orgulhar sempre.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço as palavras delicadas e generosas, costumeiras, da Deputada Maria do Rosário, que tem sido, ela sim, uma companheira extraordinária, brilhante, dedicando sua vida inteira, percorrendo todos os lugares, com uma filhinha pequenininha, mas está aqui em todos os lugares, dando sua contribuição, sua força, a coragem, mas, mais do que isso, a paixão que ela tem e o amor que tem por essa causa. Então, eu é que agradeço de ter podido conhecê-la e hoje podemos fazer um trabalho bonito, com certeza, com os nossos corações à disposição de todas as crianças e adolescentes em nosso País.

Quero passar a palavra à Deputada Laura Carneiro, para que possa fazer também suas indagações.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, nossa Relatora Maria do Rosário, companheiros presentes na data de hoje, amigos conferencistas, Raimundo, Luíza, Srs. Deputados, Alan, eu brincava ontem com a Patrícia que a última coisa que eu queria ser na vida era secretária de turismo aqui, porque não deve ser fácil. Eu tinha umas perguntas que são absolutamente diferentes das ponderações, eu tenho... Eu gosto da Rosário porque ela é sempre otimista. Eu não sei se já passei por algumas CPIs, se já apanhei muito, já estou um pouco mais calejada na atividade política em meu quinto mandato, e aí já não consigo mais fazer... Minhas perguntas são mais diretas. Então, a primeira pergunta, e era importante registrar, eu não posso dizer isso em nome de todos os Deputados, mas posso dizer em meu nome, que fiquei absolutamente feliz, Patrícia, em saber que

você organiza uma reunião como essa, no sentido de viabilizar soluções, mas fico muito triste quando o Presidente da ABIH não está presente, que, afinal de contas, esse é um tema absolutamente necessário para o setor de turismo. *(Palmas.)*

A pergunta inicial, Alan, se você pudesse ir respondendo, por isso é que a gente está acostumado em CPI a fazer direto, né? Mas só se você me responder com a cabeça eu digo "sim", alto aqui. Esse vôo que você disse é um vôo que saía, chegava às terças-feiras de Milão, chegava às duas da tarde, era o Sex Tour, era esse vôo?

O SR. ALAN PIRES AGUIAR – É. O público para quem estavam sendo vendidos os pacotes turísticos para o Estado do Ceará era um público formado majoritariamente por homens solteiros que estavam vindo para Fortaleza, e isso tem um acompanhamento da própria Polícia, estavam, digamos, fomentando esse tipo de coisa. E o Estado do Ceará começou a desenvolver ações no sentido de desestimular esse vôo aqui, e eles hoje, efetivamente, não estão emitindo turistas para o Ceará.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, eu não tenho dúvida do trabalho do Governo do Estado, eu não tenho dúvida que o ex-Senador, hoje Governador Lúcio Alcântara, tem absoluta ojeriza pelo assunto, não é essa minha preocupação. Eu quero pontuar. Esse *charter* era o *charter* chamado Sexy Tour, que vinha de Milão e chegava toda terça-feira às duas horas, é esse?

O SR. ALAN PIRES AGUIAR – É esse aí, Milão – Fortaleza...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Duas horas da tarde...

O SR. ALAN PIRES AGUIAR – Eu não sei ao certo, Deputada, se chegava às duas da tarde, porque às vezes...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas chegava?

O SR. ALAN PIRES AGUIAR – Chegava. Era uma vez por semana, era uma freqüência semanal, não sei se chegava às duas da tarde...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aí minha pergunta, eu vou segurar você um minutinho, eu quero que o Jean Paul me ajude. Jean Paul, ontem a Senadora Patrícia Saboya Gomes, a Deputada Sandra Rosado e eu resolvemos, na frente do hotel em que fiquei hospedada, sentar um pouco e, mais ou menos, sentir como funcionava a utilização de menores. Claro que a gente procurou por dois ou três minutos e rapidamente encontrou uma menina, que só de olhar você percebia que ela era menor, por causa da mão, porque não tinha seios, porque era absolutamente frágil e porque estava abraçada a um norueguês bonito, loirão e tal. Não foi fácil ver. A vontade que dava era de pegar, mas ela foi embora, a gente saiu correndo atrás e não deu tempo. Mas enfim... E aí ficou claro que cada hotel – e a gente sabe disso, porque eu vivo numa cidade turística, que é o Rio de Janeiro, que também tem seus problemas, e não é simples –, quando vai receber um *pool* de pessoas, ou seja, isso é considerado um pacote. Então, vêm duzentos homens no charter tal para o pacote do hotel "X". Não é assim, Dr. Jean Paul? Qual era o hotel que fazia do pacote do Sex Tour? Quero acreditar que a Secretaria de Turismo no Estado, quando inviabilizou, certamente, com a maior competência, esse charter, também investigou qual era o hotel que recebia esses chartistas – não sei como se fala. Enfim, os homens.

O SR. JEAN PAUL BERNARD – Deputada, na realidade, a operadora de turismo compra apartamentos, leitos, em alguns hotéis. Muitas vezes, não está concentrado em um hotel, mas, sim, em alguns hotéis do destino turístico. Tanto que essa operadora em Natal adquiriu – essa foi a informação que soubemos – um hotel em Natal. Certo? Bom, eu precisaria pegar os dados de quais são os hotéis.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Seria importante que o senhor nos ajudasse em Natal, já que o senhor sabe, até porque a Deputada Sandra vai em cima, com certeza. No entanto, também seria importante para o nosso trabalho...

O SR. JEAN PAUL BERNARD – Nós temos condições de...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Até porque tenho a denúncia de um hotel, cujo nome não vou dizer porque seria um susto tão grande, que é melhor ficar calada. Espero que o senhor possa nos afirmar qual era o hotel que recebia esses homens, às terças-feiras, vindo de Milão.

Esse é o nosso trabalho. Sou um pouco mais dura, e a Deputada Maria do Rosário monta as políticas. Cada uma tem seu estilo. S. Exª monta as políticas públicas e eu, como boa pefelista, amiga do Deputado Moroni Torgan, preciso ir para outro lado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada Laura Carneiro, o que não significa que eu não seja...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. Exª também é durona, mas usamos formas diferentes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O estilo da Deputada Laura Carneiro é...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, pronto. A única mole sou eu.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não é nada. Ela fica com essa carinha, mas é danada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não é nada. Aqui não há ninguém mais duro que ninguém.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, de jeito nenhum. Ontem, a Senadora Patrícia Saboya Gomes "arrebentou". Escondeu a cara, porque todo mundo a conhece. Diziam: "Senadora, Senadora", e não podíamos nos esconder muito.

O SR. JEAN PAUL BERNARD – Deputada, creio que essa é uma relação de compra e venda, uma relação privada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas é simples sabermos mais ou menos.

O SR. JEAN PAUL BERNARD – Sim, claro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vou citar um exemplo. O senhor deve saber o pacote do Poder Judiciário onde está hospedado. É natural que saiba. O pacote de famílias que vêm o senhor sabe onde está. Aliás, todos sabemos, vamos ser justos. Todo mundo sabe. Basta termos a capacidade...

O SR. JEAN PAUL BERNARD – Não obstante ser uma operação privada de compra e venda.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não obstante ser uma atividade privada. Claro. Será importante se o senhor puder, não neste momento, mas em algum momento, dar-nos essa informação.

O SR. JEAN PAUL BERNARD – Perfeito. Sem problema.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quero saber de outro fato cuja culpa também não é sua, por isso eu disse que não queria ser o senhor, muito menos hoje, na minha frente. Necessariamente, essa é uma tarefa do Secretário de Segurança, e não sua. Outra ocorrência que me assustou profundamente – disse isso ao Raimundo hoje – foi o descaso absoluto da Prefeitura de Fortaleza. (Palmas.) Se eu e Sandra, que não somos daqui, em menos de dez minutos sentamos na praia e vimos, não pode ser que as pessoas não vejam. Em menos de dez minutos já sabíamos onde elas estavam se escondendo. Bastou seguir uma ruazinha e correr atrás das meninas para pegar facilmente quatro ou cinco juntas. Víamos os turistas e sabíamos que eram turistas. Não pode ser que vejamos essa situação, e a Prefeitura não veja. E por que me refiro à Prefeitura? Porque em um desses quiosques que sentamos, a Senadora perguntou: "Companheiro, esse quiosque é de quem?" E ele respondeu: "Esse é de um italiano, esse é de um norueguês...".

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Esse é de um sueco, esse é de um suíço.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aquele é de um suíço, aquele é de um sueco.

A SRA. (oradora não identificada) – (Inaudível) sexual.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o rapaz – não vou dizer onde nem em que local estou hospedada exatamente por isso – disse assim: "Estão internacionalizando o nosso comércio." Ele foi mais explícito.

Fico imaginando o seguinte: qual é o critério de ocupação do solo urbano na cidade de Fortaleza? Até que ponto a Prefeitura controla os alvarás e os quiosques e até que ponto o Estado pode influenciar nisso?

O SR. ALAN PIRES AGUIAR – Essa é uma atribuição de competência exclusiva da Prefeitura de Fortaleza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sei que é. Já fui Vereadora.

O SR. ALAN PIRES AGUIAR – A Secretaria de Turismo vem solicitando, buscando uma articulação, assim como a Secretaria de Ação Social, a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria da Cultura, no sentido de requalificar espaços urbanos que tenham uma vocação turística muito forte como toda a orla marítima, Beira-Mar, Praia de Iracema, Praia do Futuro. Efetivamente, Deputada, enfim, Fortaleza não atravessa um momento...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Está ruim. Pode dizê-lo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A pergunta é simples: existiria alguma ação do Governo do Estado que pudesse, de alguma maneira, cobrar tecnicamente da Prefeitura este tipo de controle?

O SR. ALAN PIRES AGUIAR – Não. As forças articuladas são: Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado; Secretaria de Turismo, que é do Governo do Estado; Secretaria da Ação Social; Secretaria da Cultura; Detran, que também é do Estado; o Dert, em alguns casos...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pediria um pouquinho de silêncio para o Secretário poder terminar.

O SR. ALAN PIRES AGUIAR – Obrigado, Senadora. A Secretaria Executiva Regional II, que disciplina o funcionamento dos estabelecimentos comerciais, concede os alvarás e promove a fiscalização. Estamos procurando destinar força policial para alguns estabelecimentos que estão desenquadrados e inadequados serem fechados. Algumas casas têm sido fechadas. O trânsito municipal também é de competência da Prefeitura. A autorização para os ambulantes, porque há muito comércio de bebidas, inclusive adulteradas, para menores de idade. Temos procurado articular soluções com a Prefeitura, de forma objetiva. A cada 15 dias, reunimo-nos procurando realizar ponto de controle com base nas ações programadas, mas, enfim, existem

dificuldades de gerenciamento, de encaminhamento de alguns assuntos que não são da competência do Governo do Estado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Dr. Alan, o senhor tinha que ser Ministro das Relações Exteriores, porque, além de tudo, é de uma delicadeza. Mais delicado é impossível.

O SR. ALAN PIRES AGUIAR – Procurei ser politicamente correto, Deputada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deixe-me terminar, então, com o Dr. Jean Paul. Com fulcro nos depoimentos que lemos, algo ficou absolutamente claro. Isso é uma constante, é uma regra na ABIH? Em alguns momentos, vocês sentaram e discutiram talvez junto com a MHT. Em algum momento, o setor turismo sentou à mesa e discutiu como trabalhar. Vamos fazer o controle da entrada dessas meninas. É obrigatório esse controle? Já pensaram: "Temos uma ética entre nós, independentemente do trabalho do Governo do Estado"? Como entidades da sociedade civil, vocês já discutiram e decidiram inventar uma taxa de ocupação? Que providências tomaram? Desculpe-me, Jean Paul, utilizá-lo como a ABIH...

O SR. JEAN PAUL BERNARD – Fique à vontade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na verdade, estou utilizando os dois como setor, que considero vital, importantíssimo. Só porque o considero vital que estou tentando fazer com que vocês acordem. Se vocês não ajudarem, a situação fica difícil. Então, é preciso, de alguma maneira, até que ponto vocês estruturaram pessoal. Quanto aos taxistas que trabalham para os hotéis, qual é o tipo de organização que vocês deram a essa rede? É aí que começa a rede. A experiência que a CPMI e seus técnicos avaliaram, mediante do trabalho que a Senadora Patrícia Saboya Gomes nos trouxe do Ceará, é exatamente a necessidade de controle dessa rede. Senão, vamos fazer várias reuniões. A Deputada Maria Luíza já fez a primeira CPI com o Deputado Moroni Torgan; a Senadora Patrícia Saboya Gomes está fazendo CPI com a Deputada Maria do Rosário e as estamos ajudando um pouquinho. Daqui a dez anos vamos criar outra comissão, outra e outra, e as crianças vão continuar sendo utilizadas.

Então, Senadora Patrícia Saboya Gomes, parabéns a V. Exª por ser nossa Senadora e, mais do que isso, por ser nossa comandante.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada.

O SR. JEAN PAUL BERNARD – Deputada, eu já ia falando em nome da hotelaria de maneira geral. Até os flats que são associados à BIH e que representam a maioria dos meios turísticos do nosso Estado adotam práticas absolutamente rigorosas no que tange ao controle de admissão de hóspedes. Como se dá na prática este controle? O hóspede nacional ou o hóspede estrangeiro tem que, ao se apresentar na recepção, exibir o seu documento de identidade. No caso de pessoas que venham desacompanhadas e que pretendam ter convidados ou acompanhantes entrando após a sua admissão, qual é o tipo de controle? É o mesmo rigor que se dá ao hóspede que contrata a sua hospedagem, ou seja, é exigida a exibição do documento de identidade e, a partir daí, o hotel cobra a diária adicional. Enfim, adota todas as providências, os registros necessários da presença daquela pessoa adicional no apartamento.

Em relação à questão do menor. Vou dizer no caso dos nossos empreendimentos e quero crer que estou falando, mais uma vez, em nome dos empreendimentos associados da ABIH e da MHT. Não admitimos, sob hipótese alguma, que menores de idade subam aos apartamentos desacompanhados de seus pais. É absolutamente vedada essa prática.

Isso quer dizer que não hajam furos? Infelizmente, todos os sistemas, mesmo que documentados, posso dizer que temos nossos procedimentos administrativos na nossa empresa absolutamente documentados, ou seja, nada se faz por uma prática consensual. Tudo está registrado e documentado como se deve proceder. Portanto, não se age de improviso, e assim como falo por mim acho que estou falando pela maioria esmagadora dos empreendimentos.

Há esses procedimentos rigorosos. O sistema é infalível? Eventualmente pode haver furos. Acabamos de ver no Rio de Janeiro uma cadeia, uma delegacia que teve...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso para nós não é nada.

O SR. JEAN PAUL BERNARD – Imaginem que, se em uma delegacia em que centos e tantos presos fogem onde deveria haver rigor absoluto, digo que o nosso sistema eventualmente não é infalível, mas passaria a dizer o seguinte: as pessoas que são os empreendedores na área de turismo estão absolutamente conscientes de suas responsabilidades no que tange aos controles de admissão de hospedes especialmente no que tange à vedação na admissão de menores de idade.

Não sei se esclareci a sua pergunta, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vou passar ao Marco Aurélio, que quer complementar.

O SR. JEAN PAUL BERNARD – E o Dr. Sérgio Porto também.

O SR. MARCO AURÉLIO CÂMARA – Gostaria somente de complementar a respeito do que falou a Deputada, que perguntou se já teríamos tido a reunião.

Quando eu era Presidente não tive uma reunião fechada, mas estive conversando com o Presidente da ABIH, o Eliseu, e, se não me engano, estava Presidente do Convention Bureau, o Dr. Régis.

Chegamos a falar isso e foi explicado que não poderíamos aceitar esse tipo de procedimento. Na chegada de menor teria que ser pedida a identidade e o controle é muito rígido em relação a isso.

Sempre procuramos fazer esse tipo de coisa, não deixar subir, pedir a identidade e nós, da MHT, fizemos uma reunião em que foi falado a todos os associados que fosse dito para os recepcionistas se nós, proprietários, pegássemos alguma menos dentro ou insinuação de entrar alguma coisa colocaríamos o recepcionista para fora. Isso é algo que procuramos demais evitar, mesmo assim, como o Jean falou, podemos proibir cem por cento, é difícil, mas o que pudermos fazer.

Praticamos o sociativismo exatamente para a associação ter condições de falar isso com o associado, mas nem todo mundo aqui em Fortaleza é associado da ABIH ou MHT. Uns são da ABIH e, outros, da MHT, mas muitos hotéis e pousadas principalmente não são associados nem pela MHT ou pela ABIH. Assim, de repente, nem sabem o que está acontecendo. Isso é algo fora de controle.

Fica difícil e há pousadas que nem placa têm. Um dias desses descobri uma perto do meu que eu nem sabia que era uma pousada. Não tem placa, não em nada e pratica como se fosse um hotel e não faz o pagamento das devidas taxas, não é atualizado,não tem o controle da Embratur, não tem nada. De repente, não sabemos o que está acontecendo lá, mas na MHT posso garantir que isso é uma coisa batida, que procuramos controlar para não haver, de jeito nenhum, esse tipo de coisa.

Estamos sempre em contato com a nossa Delegada de Apoio ao Turista, a Drª Cândida, que sempre tem nos orientado. Temos trocado idéias exatamente, até controle de problema de cheque sem fundo, de cheque roubado, estelionatário... Estamos sempre em contato com ela. Então, isso aí é uma coisa que ela tem nos ajudado bastante, que ela tem feito um grande trabalho. Então, estamos exatamente combatendo isso. Agora, se é 100%, eu acho que não. Porque é difícil controlar até quem não é associado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Dr. Sérgio Porto.

O SR. SÉRGIO PORTO – Um complemento, então, rápido, à pergunta da Deputada Laura Carneiro. É o seguinte: tem uma coisa que acontece subterraneamente e que é importante levantarmos aqui, que é a questão econômica dos trabalhadores nesses equipamentos. Hoje, eles conseguem, em muitos casos, dobrar os salários recebendo comissões diversas. Não só desse serviço abominável, mas como de passeios turísticos, de taxistas... Quer dizer, você... Locação de veículos. Você vai facilitando essa prática e, daqui a pouco, ele não sabe mais o que é certo e o que é errado. A própria administradora, o próprio síndico do condomínio perde o controle, porque se você paga a ele 300, ele tira 600, ele tira 650, ele não vai mais lhe obedecer. Ele vai obedecer quem está trazendo mais salário para ele. Então, é uma coisa importante para refletir e discutir, porque tem que ser corrigido. Estamos perdendo o controle dessa mão-de-obra por conta desse aliciamento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Muito obrigada. Deputada Sandra Rosado agora.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Bom, quero, em primeiro lugar, saudar meus vizinhos aqui do Ceará. Sou aqui de pertinho, do Rio Grande do Norte, mais especificamente de Mossoró. Então, há uma identificação muito grande com os nossos problemas, dos dois Estados. E dizer ao Ceará, que aqui está muito bem representado, que o trabalho que a nossa Presidente, Patrícia Saboya Gomes, vem desenvolvendo é um trabalho que nos orgulha muito. Primeiro como mulheres nordestinas e como parlamentares que somos (palmas), pelo brilhantismo e o trabalho que ela vem realizando. O trabalho que a Cpi vem fazendo é um trabalho muito árduo, mas que nos dá muita satisfação porque acho que estamos no encaminhamento certo para verificar uma solução para esses problemas. Então, saudando a Senadora Patrícia Saboya Gomes, quero abraçar todas as autoridades, todos os parlamentares aqui presentes.

Ontem, tivemos a oportunidade, como a Deputada Laura Carneiro falou, de verificar algumas coisas que são profundamente dolorosas e que para a nossa vida, quem está apurando isso tudo, investigando, é apenas quase que uma repetição. Mas algumas nos chocaram profundamente aqui ontem à noite, e gostaria de fazer algumas indagações. Primeiro, gostaria de dizer, com relação ao Código de Conduta, que é uma atitude louvável. Começou no Estado do Rio Grande do Norte, não por uma ação de Governo, mas por uma Organização Não-Governamental de mulheres, a maioria de mulheres sonhadoras que chegaram até a elaboração do primeiro Código de Conduta. Mas o que vejo aqui... Chegou ao Ceará o Código de Conduta. E não vou dizer aqui, evidentemente, o nome do hotel. Mas ontem tivemos a oportunidade de verificar

que um hotel que tem um *site* que é vendido, que é acessado certamente por países estrangeiros, somente agora, próximo à chegada da CPMI aqui, dessa audiência pública, colocou o selo, certamente para burlar alguma coisa sobre prostituição, porque é crime. Isso é um fato que nos choca muito porque as pessoas têm esse oportunismo na hora disso. Mas uma coisa que eu queria saber, que queria perguntar aqui, e essa pergunta vai tanto para o Secretário de Turismo, como o de Ação Social, como o responsável... O Dr. Jean Paul. Com relação à cobrança de taxas em hotéis da cidade, e isso deve se repetir também em outros locais, para acompanhantes. Acompanhantes. Não é meu filho ou minha filha que chega ao hotel e que eu quero um apartamento duplo e que estou pagando uma taxa adicional. Não é isso. É a institucionalização de cobranças de taxas para acompanhantes de turistas, normalmente estrangeiros, hotéis que cobram R$ 70,00, R$ 100,00, R$ 140,00, por entrada de mulheres acompanhando esses turistas. Isso é a institucionalização da prostituição com a utilização de hotéis de luxo ou não, médios, de duas, dez ou cinco estrelas, mas, é, na realidade, a sua institucionalização, o reconhecimento do aparelho, tanto do aparelho governamental como daqueles que cuidam do turismo, que isso está acontecendo. Então se paga um programa de R$ 40,00 a uma menina, mas se paga ao hotel R$ 140,00. Estamos, lamentavelmente, institucionalizando. (Palmas) E não me convence que digam que essa taxa é normal, porque muitas outras pessoas compram uma cama para colocar o filho num quarto de casal. Isso aí não justifica a institucionalização. E lamentavelmente isso pode estar ocorrendo e ocasionando a transformação de hotéis em motéis e prostíbulos. Infelizmente é isso que está acontecendo. (Palmas)

Esse tipo de conduta, no meu entendimento, deve ser coibido por todas as autoridades, tanto as que representam os Governos do Estado, do Município, associações, isso deve ser coibido porque está fortalecendo uma conduta criminosa que é a do turismo sexual. Achei muito bom quando o senhor disse que existe o turismo, que nós defendemos, nós, principalmente, que vivemos em áreas em que o turismo é de fundamental importância para nossa economia, mas existe também o turismo criminoso, existe o explorador, que, através da cobrança de taxas, porque o turista vem de lá para cá, ele não vem só de países estrangeiros, mas também do próprio país, e já vem sabendo que ficando no hotel tal pode fazer um programa toda noite, pagando x de taxa ao hotel. Ele não precisa nem se preocupar se a cidade tem motéis que se destinem a isso.

Outra questão, acho muito frágil, pelas informações que colhemos, o que o senhor mencionou sobre existir exigência para se verificar se é menor ou não. A gente sabe que uma identidade, infelizmente no Brasil, se falsifica ali na esquina. Então isso não pode continuar a existir. Tem que haver um rigor maior nessa cobrança da identificação. Sabemos que existem verdadeiros marginais trabalhando nessa área, já existem até nomes para o boa noite Cinderela, essas coisas toas, porque se verifica que mesmo cobrando-se uma identificação simplesmente essas pessoas assaltam, matam e fazem outras coisas dentro desses hotéis. É uma situação que não podemos continuar com um manto, acobertando-a simplesmente porque existem hotéis de alta categoria que estão praticando esse tipo de coisa. O que é profundamente lamentável.

É muito evidente que acontece exploração sexual aqui na Beira-Mar, e cito este local, mas existe em Natal, em outros lugares também. Mas o que é mais doloroso nessa visita que fizemos ontem à Beira-Mar, e normalmente faço isso quando venho a Fortaleza, é que se nós estamos ali e estamos vendo, e vou lembrar um fato que ocorreu ontem. Foi muito interessante, saímos correndo atrás de uma menor para verificar. A Deputada Laura com um salto muito alto, a Senadora Patrícia querendo ser a intermediária entre uma pessoa de salto alto e outra que está com a perna quebrada, se recuperando, sem poder correr muito. Mas a se gente viu, se a gente foi atrás, por que aquele carro da polícia que estava defronte ao local onde estávamos não fez a mesma coisa? (Palmas) Existia um carro da polícia, e não fez absolutamente nada, do jeito que estavam permaneceram. Então, precisamos tomar alguma atitude a mais do que essa.

Tivemos, por exemplo, num rápido contato, a informação, de um garçom de beira de praia, e detalhes de como aquelas barracas funcionam, de como elas são sublocadas. Então, se um garçom – ele teve uma visão social extraordinária, pelo pouco tempo que conversou com a gente, mas não tem o aprofundamento que nós, que fazemos parte de governo, temos a respeito do problema – sabe dizer que aquela barraca é de norueguês, sueco, brasileiro e demais estrangeiros, então está faltando, sim, por parte nossa, como um todo, uma fiscalização eficiente para coibir isso; se está sublocada, se não está, se foi vendida a um estrangeiro ou não. É uma questão grave que precisa ser apurada. Nesse rápido contato, tomamos conhecimento de que existem hotéis em Fortaleza que fornecem *books* de meninas para serem oferecidas. Então, se nós, em meia hora de conversa, obtivemos esses dados todos, certamente os senhores também sabem

disso aqui. Eu gostaria de pedir, de implorar que essas providências fossem tomadas.

Outra questão é que eu gostaria que o Secretário Alan, por favor, nos fornecesse reservadamente, já que sei que o senhor é uma pessoa politicamente correta e certamente argüirá o direito de não... Pois é. De nos fornecer esses dados com relação à operadora. O senhor disseque esse grupo comprou um hotel em Natal. Eu gostaria de ter conhecimento do nome desse hotel e também qual é a operadora. É importante, porque nós, do Nordeste brasileiro, vivenciamos um drama terrível: lutamos pelo turismo e, de repente, estamos assistindo o turismo ser contaminado por uma doença gravíssima que tem levado ao flagelo milhares e milhares de crianças e adolescentes.

Eram essas as colocações e eu quero agradecer. (Aplausos.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Antes de passar a palavra ao Deputado Luiz Couto, eu queria também complementar porque considero essa colocação da Deputada Maria do Rosário muito importante porque ela trata de uma questão do que devemos fazer. Quero ser muito franca, penso que estamos aqui para encontrar soluções para esse drama que acontece hoje na nossa cidade, no nosso Estado, em outros Estados brasileiros, e, infelizmente, em todo o País por onde temos percorrido.

Aqui, estamos tratando essa questão do turismo, e a Deputada coloca a questão da taxa que se cobra. Entendo que um proprietário de hotel terá o cuidado, ou o gerente, quem estiver ali na hora, de olhar examinar uma carteira de identidade, se a menina tem mais de 18 anos. Como existe a falsificação desses documentos, essas meninas acabam, em alguns hotéis, talvez aqueles que ficam na recepção ter um pouco mais de sensibilidade, de conhecimento e tudo mais. A taxa, se por um lado, penso que é uma estratégia, ma condição que o proprietário do hotel coloca para coibir a prática de hóspedes levem para lá, para programas sexuais, por outro lado, como disse a Deputada, estamos institucionalizando uma taxa para a prostituição, que é de aceitar. Sei que é difícil que possamos encontrar uma saída para isso.

Por exemplo, a questão da falsificação de identidade é uma coisa comum hoje em todos os lugares. Em todos os lugares, vemos jovens que falsificam para entrar até no cinema. não só para atos de exploração sexual, de programas sexuais, mas se falsifica facilmente a carteira de identidade em todos os lugares. Então, é difícil realmente que o hotel possa saber se a menina é maior ou menor, a não ser que seja ma coisa extravagante como aquilo que vimos ontem na beira-mar. Se uma menina daquela entrasse na minha casa, no meu restaurante ou no meu bar evidentemente que eu saberia que ela é menor de idade, até porque quem tem filho de 12, 13, 14 anos, sabe qual a diferença de uma moça formada, maior e idade, de uma menor de idade. Mas acredito que essa discussão sobre as taxas... Cada hotel decide se faz ou não essa prática? Esse detalhe, complementando a pergunta da Deputada, eu queria ver se isso realmente acontece em todos os hotéis ou se não, se fica a critério de cada um.

O SR. JEAN PAUL BERNARD – Essa matéria é bastante controversa. A Senadora Patrícia Saboya Gomes já deve saber disso muito bem.

Vou falar por mim, pela nossa empresa.

Hoje, em termos de mercado externo, trabalhamos basicamente com o mercado finlandês. O Secretário Alan Aguiar saiu por um instante, mas quero crer que muitos dos presentes sabem que é um mercado que nos interessa. É um público de idade média elevada. Basicamente, são casais com uma faixa etária bastante alta. Rigorosamente, está de acordo com o que nós, não só no Ceará, mas no Brasil, desejamos. Agora, mesmo entre finlandeses, eventualmente vêm pessoas desacompanhadas. Então, que tipo de preocupação podemos ter com guarida na legislação existente? Podemos proibir aquela pessoa que se hospeda sozinha de colocar um acompanhante? Hoje, a legislação não nos permite isso.

Eu gostaria que fosse aberto aqui um espaço para discussão, porque eu, como operador da área de turismo, como pessoa que administra flats e hotéis, gostaria de poder dizer, no ato da reserva, que "a reserva é de um apartamento individual e assim permanecerá até o final da sua estadia", mas a legislação simplesmente não me permite.

O que podemos fazer e fazemos – digo nós, a nossa empresa, e quero crer que muitas outras – é negociarmos com os contratantes, que normalmente são operadoras estrangeiras, dizendo: "Aqui, dentro do nosso empreendimento, a pessoa não hospeda acompanhante. Está OK?" Se estiver, então, assinamos o contrato. Mesmo assim, se a pessoa quiser hospedar, ela vai, dentro dos padrões que a legislação nos obriga, que é identificar a pessoa que vem como acompanhante.

Em relação à cobrança do adicional, entendo a ponderação de um lado e do outro. Entretanto. vou dizer mais uma vez. Entendo que cobrar de quem paga... Por exemplo – penso que isto foi dito pelo Secretário Alan -, existem hotéis trabalhando com grupos estrangeiros com tarifa de US$ 20.00. Penso que isso saiu também nos jornais de ontem ou de hoje, falando sobre o turismo externo. Um apartamento duplo custa US$ 20.00.

Cobramos para pessoa adicional mais que o que ela paga para se hospedar no apartamento. O adicional é maior que a tarifa praticada. Então, entendo que, na maioria dos casos, isso inibe. Pode haver pessoas que, mesmo assim, não sintam isso como uma barreira, porque se dispõem a pagar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Isso não é uma regra geral? Quem quiser cobra ou não?

O SR. JEAN PAUL BERNARD – Como regra, cobra-se. A maioria das pessoas da área cobra justamente como um desestímulo para que se hospede. Friso que se cobra o valor integral, a tarifa de balcão, que normalmente é muito mais elevada que as tarifas que se praticam junto aos operadores. Como regra, na maioria dos casos, isso efetivamente funciona como um desestímulo. Pode haver os casos em que não.

Entretanto, até que a legislação nos dê guarida e nos permita, como hoje fazemos informalmente, negociar junto aos operadores, dizendo: "Eu me interesso por hóspedes que se hospedem individualmente, mas que permaneçam individualmente em seus apartamentos até o final. Está OK?" Se estiver, assina-se um contrato. Isso não impede... Repito, pois o Secretário não estava, como é a prática, em função da falta de abrigo de uma legislação. Penso que aqui se abre espaço para uma discussão. A legislação pode ou não dar abrigo para os hoteleiros, para as empresas que estão na área de turismo exigirem que a pessoa fique hospedada efetivamente sozinha? Penso que aí está um ponto para debate.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Bom dia para todos. As Deputadas Laura Carneiro e Sandra Rosado quase que perguntaram tudo. A Senadora também fez perguntas. Tinha um pouquinho para perguntarmos.

Primeiramente, é importante perceber que há uma ação organizada. Para combater essa ação organizada, tem de haver uma outra ação do poder público para o enfrentamento, porque, na realidade, veja, a conivência de policiais militares e civis; a conivência de mototaxistas; de taxistas; a conivência de recepcionistas nos hotéis; a conivência inclusive de pessoas que tem poder político, que estão por trás de alguns fatos. Tudo isso aqui se tem de enfrentar.

Quando chegamos ontem à meia noite, o motorista que me levava foi me dizendo: "aqui desse lado, olha aqui. Só não está na segunda noite, porque tem uma folga, porque todo dia você pode vir aqui às 18h que você vai encontrar meninas de 12, 13, 14 e 17 anos". E foi mostrando os postos de gasolina que tem, próximo dos supermercados. Enfim, os locais onde tem bastante público que passe por aqui.

Então, se todo mundo sabe, a Polícia sabe. Ou seja, se não há uma ação é porque, de certo modo, há alguma conivência ou omissão nisso aqui.

O Secretário colocou com clareza. Ele disse que várias casas foram fechadas, mas a Justiça determinou a abertura. Eu gostaria de saber que casa foram fechadas.

De fato, acontece isso. Ou seja, o cara, tendo uma boa banca de advogados, consegue com facilidade dizer que é o direito de propriedade. Que não pode, que ele paga os seus impostos, que não pode ser prejudicado.

Há outra aspecto que também nos chama a atenção. É o sexo-turismo. Na realidade, quando a operadora faz um contrato já vem no pacote determinado, inclusive o tipo de adolescente, a condição cultural, porque alguns não querem. Até o banho de loja que tem de ser dado nas meninas. Tem de fazer o tratamento médico. Tem de ter medico para fazer, para saber se a menina não tem alguma doença.

Tem todas as condições. E nisso a operadora age e vai fazendo com que todo mundo diga: "não, mas estão ganhando dinheiro". Todo mundo quer. Os taxistas, as agências, enfim até o rapaz, que é da recepção, ganha também porque faz o agenciamento do hotel para o flat, alguns flats, e também outras áreas de exploração e de abuso sexual.

Uma terceira coisa que me chama a atenção é o seguinte: quando estamos nessa luta, e uma CPI levanta a questão da exploração, das redes. Não são explorações individuais, como a cafetina e o cafetão, que aliciavam. São redes que funcionam.

Eu espero que a partir do dia 15, quando a Deputada Maria do Rosário entregará o relatório, que não fique no esquecimento, porque isso acontece. É o esquecimento depois. Fizemos a nossa parte. Cada um coloca os seus compromissos, vamos fazer o combate. É crime, dá cadeia a exploração sexual de crianças e de adolescentes, mas depois fica no esquecimento.

E a nova onda de exploração. E ai vem com muito mais força, porque as ações subseqüentes à chamada CPI, que não tem poder de julgar nem de condenar, infelizmente param nos inquéritos que o Ministério Público pede e o delegado sequer é nomeado e, quando o são, faz tudo para não investigar, porque se investigar com profundidade, pega gente graúda envolvida. E fica tudo... (Palmas)

Depois de quatro anos vamos com uma nova CPI, e fica nisso. E colocam a culpa em nós, Parlamentares: "Olha, deu em pizza!" Deu em pizza lá, depois que nós fizemos o trabalho e não houve continuidade

por parte do Ministério Público, por parte da Polícia, da investigação.

Então, eu penso que é preciso que este compromisso deva haver: não combater a exploração sexual de crianças e de adolescentes é crime e dá cadeia para autoridades que assim não agirem.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado Severiano Alves de Souza.

O SR SEVERIANO ALVES DE SOUZA (PTB-BA) – Não tenho tanta intimidade com o microfone quanto a Deputada Laura...

Quero parabenizar a Senadora Patrícia Gomes. Quero dizer-lhe que vou ter também de parabenizá-la ao final dos trabalhos pela atuação de V. Exª e de toda a Comissão. Quero informar aos presentes que esta CPMI é mista. É composta por 12 deputados, 12 senadores e igual número de suplentes nas duas Casas.

V. Exª disse que há uma confusão entre Maria Patrícia, Patrícia Maria e Maria do Rosário. Esta CPMI também reuniu os extremos geográficos e, às vezes, o extremo das coincidências. Fizemos uma audiência pública lá no Senado. Estavam presentes uma Deputada do Rio Grande do Sul, Deputada Maria do Rosário, é uma depoente do extremo norte, mais precisamente do Maranhão. A coincidência é que eram Maria do Rosário e Rosário de Maria. Também tivemos o prazer de reunir essas coincidências.

Trabalhamos – grave três minutos porque vou seguir a recomendação de V. Exª – na perspectiva de duas vertentes. Uma é a de criamos mecanismos para melhorar ou aperfeiçoar a nossa legislação no sentido da repressão e da punição. O mais importante para mim e para todos nós é a segunda: o combate da causa. Temos a convicção de que o combate da causa é o muito mais importante. Não podemos, agora, somente punir, pois o crime vai continuar. É o caso das cadeias. Estamos fazendo cadeias, armando as polícias e fazendo penitenciárias de segurança, mas não combatemos a causa.

Não queria falar de política, mas acabarei falando. O meu Partido, o PDT, em Salvador, está há seis meses liderando as pesquisas para o Governo municipal. É programa do nosso Governo a oferta de 100% de vagas para a educação infantil. A outra proposta é a de que oferecemos, no programa de governo, alternativas para as políticas afirmativas no sentido de combater o tráfico e a exploração sexual. Nenhum programa de governo inclui essa proposta. É o combate à causa e a busca por instrumentos para solucionar, ainda que paliativamente, as questões existentes. Quero dizer, mais uma vez a V. Exª, que esta de parabéns, bem como a relatora. São, realmente, pessoas que encararam, com muita sabedoria, a luta em defesa dessa causa. Estamos, também, ajudando V. Exªs. Creio que também todos os Deputados e Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Muito obrigada, Deputado Severiano Alves de Souza, por essas palavras, que certamente têm nos estimulado a continuar em nossa luta.

Vamos, então, encerrar este bloco desfazendo a Mesa. Vamos chamar aquelas pessoas que estavam previstas para falar no início. Peço desculpas mais uma vez, mas, em função do horário, tivemos que fazer uma troca para que pudéssemos recomeçar, então, a audiência.

Pergunto aos nossos debatedores se há algo mais a acrescentar ou se podemos encerrar este bloco?

Pois não! Deputado Raimundo Matos.

Microfone! Som!

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Só gostaríamos também de repassar à Comissão que a Unicef, por meio de uma articulação com o Governador Lúcio, está promovendo uma reunião dos Governadores do Nordeste, já tivemos uma reunião aqui em Fortaleza, para termos metas no tocante à criança e ao adolescente, um pacto dos Governadores do Nordeste e do Semi-Árido, incluindo Minas Gerais e Espírito Santo.

Essa reunião já aconteceu aqui em Fortaleza. No dia 7, acontecerá em Brasília, E, no dia 17, haverá essa reunião com o Presidente da República, momento em que os Governadores do Nordeste irão fazer uma proposta das metas no tocante à criança e ao adolescente. E um dos itens que a Unicef está pactuando com os Governadores é justamente quanto a ações concretas no tocante a essa problemática. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Gostaria de, então, agradecer a presença dos senhores debatedores, que se dispuseram a vir aqui imediatamente, assim que lhes foi feito o convite. Creio que deveremos dar continuidade a essa conversa que, hoje, tivemos, e que nos vai servir, e, claro, servir também à Deputada Maria do Rosário, na hora da composição do seu relatório.

Mas, como cearense e filha desta terra, quero também aqui me comprometer já, para que possamos dar continuidade, porque sinto que existem muitas pendências, e é certo que a nossa visão, ao lado da visão dos senhores também, que já é uma visão de enfrentamento da violência sexual, na nossa Cidade, no nosso Estado, que esse nosso diálogo certamente com o Governo do Estado deverá ter uma continuidade para que possamos encontrar os melhores caminhos a serem seguidos. Sei, e não sei se foi o Sérgio Porto que falou que somos a corrente do bem! E é com

essa corrente que queremos certamente trabalhar e dar continuidade a esse trabalho.

Muito obrigada aos senhores por estarem aqui!

Vamos, então, dar prosseguimento à audiência com os próximos inscritos!

(Palmas.)

(Pausa.)

Ainda não encerrou a audiência, vamos ter agora um segundo momento.

Vamos dar continuidade a nossa audiência. Queria apenas pedir aos senhores e senhoras que se sentem para que reiniciemos os trabalhos o mais rápido possível. Na verdade, haverá um tempo rápido para que as pessoas falem para darmos agilidade e iniciarmos os depoimentos.

Convido, então, a Deputada Tânia Gurgel para que possa se manifestar. (Palmas.)

Registro a presença de Márcia Cristina, do Fórum de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. Registro, ainda, a chegada da Deputada pelo Pará Ann Pontes, membro da CPMI e grande aliada, amiga e companheira. (Palmas.)

A Maria da Paz, representante do Conselho Estadual da Criança, já chegou?

Convido a Drª Mônica Barroso, defensora pública. (Palmas.)

Convido a Drª Rena. (Palmas.)

Convido a Drª Cândida, da Delegacia de Apoio ao Turista.

Convido a Drª Leila Paiva, coordenadora do Programa Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, do Ministério da Justiça. (Palmas)

Passo a palavra a Deputada Tânia Gurgel para que, no breve tempo de três minutinhos... Ela sabe que tem o tempo do mundo.

A SRA. TÂNIA GURGEL – Estou brincando, Senadora Patrícia. Vou ser bem rápida, até pelo avançado da hora.

Segundo o Edmilson – não sei se ele ainda está aí –, quem fica para o fim, muitas coisas já foram ditas. Eu realmente organizei algumas coisas aqui, mas eu queria pontuar alguns pontos de forma extremamente objetiva.

Primeiro, dizer da nossa satisfação, aqui, na Assembléia Legislativa, Senadora – embora já na metade dos nossos trabalhos – em receber todos os senhores, com a sua liderança, por presidir a CPI, por ser cearense e por ser a mulher que, durante muitos anos, vem nos ensinando alguma coisa que é importantíssima na sociedade brasileira e na sociedade cearense, que é a indignação, em função dessas questões.

Eu me lembro que, quando a Senadora Patrícia era a Primeira-Dama, tive o privilégio de trabalhar próxima a ela. A Senadora repetia: "Pessoal, faça silêncio, me escute, porque o que estou dizendo é importante".

Naquela época, a Senadora Patrícia, como Primeira-Dama, já dizia: "É preciso que a sociedade se indigne com tudo o que está acontecendo. "Não dá para as pessoas que residem na cidade passarem pelos sinais, à Beira-Mar, na praia de Iracema, que, na época, era um foco maior, despercebidas". E isso nos contaminou, esse resultado que temos aqui.

De um lado, uma organização, o fórum, que é de uma importância tremenda no Estado do Ceará, o fórum de enfrentamento. São várias entidades que brigam no bom sentido, que lutam, que defendem e que estão na linha de frente de um trabalho. E temos o privilégio de fazer parte desse grupo, como eu estava dizendo. Isso é um aprendizado, que veio – e o digo sem nenhum medo de estar errada – da Senadora Patrícia, durante esses anos, no Estado do Ceará; de força, de luta e, acima de tudo, de fibra.

Estamos aqui também para que possamos, enquanto Frente Parlamentar pela infância, cujo trabalho temos acompanhado, dar continuidade – é bom que façamos esse registro – a um trabalho espetacular da Senadora Patrícia nesta Assembléia. E temos o privilégio, neste momento, de coordenar a Frente Parlamentar, uma frente suprapartidária. Aqui não há brigas políticas. Acho que alguém da Mesa disse que ficou feliz em ver a mim e a Luiziane, porque eu também, até ontem, era pré-candidata, mas me parece que o nosso partido já escolheu um candidato. Os jornais o estão dizendo – o jornal **O Povo**, na coluna de Arlen Medina; dei até a fonte!

Estamos defendendo a questão do abuso, da exploração, da falta de respeito e, acima de tudo, da falta de políticas públicas. Políticas públicas sérias, que façam um trabalho de prevenção; políticas públicas que vejam essas crianças e esses adolescentes acima de tudo como seres humanos que precisam, no mínimo, de respeito. Deve-se ter respeito por essas crianças, respeito por esses adolescentes. Nós, hoje, temos a oportunidade de fazer isso. Eu, como Deputada Estadual; Raimundo, como Secretário; Alan, como Secretário; Patrícia, como Senadora.

Nós, operadores do direito; nós, que lutamos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, não podemos deixar essa história morrer e permitir que essas crianças continuem vítimas, muitas vezes, de prefeito municipal, como é o caso do Estado do Ceará. Não podemos mais assistir a conselheiros tutelares, conselheiros municipais, a sociedade e a Igreja aceitarem esse tipo de coisa no interior do Estado do Ceará. Precisamos denunciar sim; precisamos olhar os dois aspectos da questão.

Hoje, no caso de Milagres, a CPI tem conhecimento, a sociedade cearense tem conhecimento. Temos uma situação esdrúxula. Um gestor público que tem os melhores advogados do Estado, e a família que não tem, no mínimo, o apoio. Ou seja, não existe um política pública para a vítima.

É nesse sentido que trago uma mensagem; mensagem de indignação, mas indignação de cabeça erguida, olhando para frente e tentando contribuir. E acho que este momento, no Estado do Ceará, nos dá essa oportunidade, porque creio que o papel desta audiência pública é também fomentar, em todos nós, cada vez mais, o sentido da indignação, no sentido de se mostrar que o Poder Público precisa fazer a sua parte, que a sociedade civil precisa fazer a sua parte.

Temos exemplos excelentes de trabalhos do Governo do Estado. Nós também precisamos continuar avançando. Temos, hoje, a Rena, que faz um trabalho fabuloso na delegacia, mas também queremos uma delegacia com condições, queremos delegacias atendendo por 24 horas.

Nós não podemos continuar aguardando que na sexta-feira o BO, ou o nome que seja, seja feito na segunda-feira, porque aí perdeu o **time**, perdeu o que é de mais importante.

No interior do Estado, em grandes cidades, falta IML, então, essas questões fazem parte de um contexto de políticas públicas que precisam ser implementadas e têm, já, um início de trabalho, como o Secretário Raimundo Matos colocou aqui, mas precisamos, acima de tudo, ter orçamento para trabalhar o social. Não se faz social sem orçamento, não faz social só na palavra.

Aqui, deixo registrado, também, o nosso protesto pela indefinição, por parte do Governo Federal, sobre a continuidade do projeto Sentinela para o Estado do Ceará.

É preciso registrar isso, é preciso que a sociedade tenha conhecimento de que o Governo Federal, até este exato momento, para o Estado do Ceará, não definiu a continuidade do projeto Sentinela. E admitiu e referiu-se, já, ao aumento de meta para o PET, definindo Municípios. Não pode ser assim.

O Estado do Ceará atingiu um nível de organização, de diagnóstico, que ele é que tem que dizer para onde é que vão essas vagas, onde é que estão os adolescentes que mais estão precisando desse atendimento. Então, nós precisamos, sim, da bipartite nos conselhos, na Assembléia Legislativa, aqui nesta audiência pública continuarmos neste grito, mas que não é um grito de revolta, não. É um grito de junção de esforços, é um grito de luta e é um grito, cada vez mais, de congregação de esforços em favor de uma única coisa, em favor de uma coisa que é seriíssima e que é para todos nós, talvez, o que de melhor pode existir, que é a defesa intransigente que nós temos que ter dos direitos das crianças e dos adolescentes do Brasil e, em especial, do Estado do Ceará.

Muito obrigada e um grande abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu queria passar a palavra para a Márcia, que representa, neste momento, o Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Ceará.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA – Senadora Patrícia, é com grande prazer que estamos aqui ocupando este espaço, representando o Fórum Cearense de Enfrentamento, uma vez que justamente essa é uma luta da gente na situação da exploração sexual de crianças e adolescentes no nosso Estado, que se iniciou não agora, mas desde 1991, quando se instalou o Pacto de Combate da Prostituição Infantil, e, logo depois, teve encaminhamento com a CPI que o Durval Ferraz presidiu, da Prostituição Infantil; no ano passado, com a da Luiziane Lins, que pegava exploração sexual, prostituição e turismo sexual, mas pegou exploração sexual de crianças e adolescentes e, agora, justamente, culminando com essa situação, com este espaço aqui.

Então, foram, realmente, para ratificar a importância deste momento para o Ceará, principalmente dentro de uma situação em que a gente vem observando uma crescente decadência familiar das nossas crianças e adolescentes.

As famílias dessas crianças estão numa situação de pobreza e miséria que precisa ter uma resposta para que elas não se instalem nessa condição subumana de ter que vender seus corpos para dar segurança, para dar condições de vida a si, a seus irmãos e à sua família.

Então, isso é uma das principais formas como o Fórum Cearense de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes vem lutando, principalmente quando, em 2001, se juntou, aprovou e o Cedica reconheceu como política pública o Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual.

Então, a partir daí, há um marco, no Estado, que precisa também ser reconhecido e desenvolvido durante todo o processo. Então, eu concordo com a Deputada Tânia quando diz que para desenvolver ações precisa orçamento. Então, precisamos ter orçamentos seguros, que sejam realmente implementados, porque nos anos 2002 e 2003 a Frente Parlamentar, junto com o fórum, o DCA – Departamento da Criança e do Adolescente – e o fórum de enfrentamento, desenvolveram várias emendas, que foram aprovadas, mas não foram executadas. Então, que tenhamos prioridade na área da criança e do adolescente, principalmente quando

se trata de exploração sexual de nossas crianças e adolescentes.

Aqui viemos para colocar situações, inclusive estivemos ouvindo todas as falas e queremos lembrar que não é só Fortaleza, como capital, que está nessa situação de justamente estar à frente do turismo sexual de crianças e adolescentes. Basta vermos em Canoa Quebrada, em Jericoacoara, em Aracati, no Porto das Dunas para observamos isso claramente, tão transparente como era aqui. Se a gente fizer um levantamento dos empreendimentos comerciais em Canoa Quebrada, eu posso assegurar, por que vivo direto lá, que 80% dos empreendimentos são de italianos e de portugueses. Nós temos um público pequeno de pessoas locais que fazem o uso desse espaço.

Então, como poderemos reverter essa situação? É por meio de políticas reais, sérias e políticas que priorizam. E a situação na Beira-Mar, nós, como participantes também do fórum, a equipe inter... (inaudível) entregou uma fita que deve ser vista, em que registra claramente essa situação que vocês presenciaram ontem à noite, à Beira-Mar, de forma clara, exatamente a exploração sexual de nossas crianças e adolescente.

Por que a polícia não coíbe esse tipo de crime? Essa gravação foi feitas às 21 horas, de uma terça-feira.

O fórum cearense agradece o espaço e, mais uma vez, parabeniza a Senadora Patrícia Saboya e a Deputada Maria do Rosário por esse brilhante momento em que se faz presente em nosso Estado a CPMI. Isso é de grande importância para nossas crianças e adolescentes. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Drª Mônica Barroso, representando a Defensoria Pública.

A SRA. MÔNICA BARROSO – Bom dia.

Gostaria de dar as boas-vindas aos Parlamentares que vieram nesta comitiva comanda pela nossa querida e amada Senadora Patrícia Saboya. Nós tínhamos certeza absoluta que enviando a nossa Senadora para lá, perderíamos, com certa tristeza, o convício com S. Exª. Mas ganharíamos em termos de qualidade de trabalho. Temos visto isso na prática, com um trabalho enorme que S. Exª está fazendo que, na verdade, começou aqui no Ceará. Então, esse trabalho que a Senadora Patrícia Saboya começou aqui no Ceará, por ser mãe, por ter coração e por ter sangue, me permitam, coisa que não é tão comum nas hostes públicas deste País, foi calcado em cima de uma experiência antiga nossa. Penso que sou uma das poucas jurássicas nesta sala, na medida em que estou nesse movimento desde 1991, como a Márcia disse, quando ele foi criado. Por causa do *lobby* do batom que fizemos na Constituinte, nós criamos o Conselho da Mulher, aqui, e, em 1991 nós recebemos as primeiras denúncias, oriundas do exterior, a respeito da prostituição infanto-juvenil, aqui em Fortaleza, e a então bravíssima presidente do Conselho da Mulher, Dr. Fátima Dourado, à época, e a nossa querida Tatí, fizeram, então, um primeiro relatório. Engraçado é que conseguimos um relatório feito pela Casa Militar do Governo, o qual foi tido como secreto durante anos e anos, ninguém tinha acesso a ele, porque foi a primeira denúncia oficial. Nós tínhamos uma *gang* articulada neste Estado, quer dizer, o crime organizado aqui é antigo, nós é que continuamos desorganizados, nós, Governos estaduais, municipais e federais, continuamos desorganizados até hoje, até porque essas denúncias foram feitas em 1991 e já estamos em 2004 e muito pouco foi feito. Não adianta apenas eu ter um compromisso verbal. Nós estamos lutando contra a cultura de um povo. Aqui neste Estado, como em todo o Brasil, e no Nordeste "para cavalo velho o remédio é capim novo". Isso não foi gringo que trouxe; fomos nós que começamos isso aqui. É bonito o cara recém-separado estar com uma namoradinha nova de 20 anos, 22 anos, a gatinha. Isso faz parte da nossa cultura; fazemos e perdoamos isso cotidianamente. A prostituição não é uma coisa ruim aqui no Nordeste. As casas de recurso do século passado são hoje cantadas em versos e prosa pelas pessoas de hoje.

Estamos lutando contra uma cultura, porque sexo ainda é uma coisa pecaminosa e suja. Não discutimos sexo abertamente, e as pessoas têm que sair escapulindo e se satisfazendo de qualquer maneira.

O Estado do Ceará também não poderia ser diferente do Brasil nem do Nordeste de uma maneira geral, e, contra uma cultura, temos que fazer uma briga mais articulada. Como aquilo que não mata engorda, na medida em que não extinguimos, os bandidos se fortalecem.

A primeira denúncia foi em 1991 – estamos em 2004. Perdoem-me a nossa luta ter sido em vão, os senhores terem chegado aqui ontem e ainda terem que ir à Beira-Mar e descobrir coisas em 15 minutos de conversa. Quer dizer, ninguém leva a sério mesmo, não adianta ter discurso. Não fizeram nem o que o Brasil teve o cuidado de fazer na Eco 92: mandar a polícia para o meio do Rio de Janeiro para não ter nem bandido nem assalto. Aqui, as Deputadas chegam, os Parlamentares chegam e não tem sequer audiência pública; a audiência pública foi à Beira-Mar ontem. Eles viram ao vivo e em cores.

Vejam que não adianta. CPIs já fizemos demais aqui. Todo mundo sabe que tem. Os hotéis recebem, sim. O governo do Estado tem toda boa vontade do Brasil e do mundo, mas as coisas não acontecem mes-

mo. Várias ações exitosas já aconteceram no Estado do Ceará que poderiam pelo menos ser reunidas, o que a turma de 91 fez, o que a turma de 92 fez, o que a turma de 2003 fez – vamos ver o que se conseguiu aqui. Não; é cada um para si e Deus por nenhum.

Por exemplo, no nosso caso, a Defensoria Pública do Estado do Ceará, que normalmente não é lembrada nos grandes eventos, desde 91 vem cuidando dessa questão. Implantei o núcleo da violência doméstica e tenho sido coordenadora dele desde 91. Nunca ninguém chegou para mim perguntando o que eu acho a respeito da violência doméstica ou a quantas anda essa história da prostituição infanto-juvenil no Estado do Ceará. Mas nós sabemos, temos muita informação, temos experiência por trabalhar nisso há muitos anos e, desde já, como sempre tenho feito, coloco-me à disposição.

Penso que uma CPI tem que sair, obviamente, com várias sugestões no plano institucional e com vários projetos de lei. É esse, na realidade, o objetivo de uma CPI; ela faz a coleta de dados de uma **notitia criminis** de que tomou conhecimento e, então, informa para que sejam criadas políticas públicas, os devidos inquéritos e coisas que tais. Conseqüências hão de vir dessa CPI. E tenho certeza absoluta – perdoem-me meus companheiros homens – de que foi preciso elegermos Deputadas e Parlamentares mulheres para que nós, que sempre fomos vítimas, passássemos a denunciar vocês, pelo menos para ouvirem isso. Não agüentamos mais sermos objetos de uso sexual de homens; não agüentamos mais. Consegui me livrar disso porque sou uma privilegiada nesta País. Nasci numa casa que tem casa, comida e roupa lavada, mas 85% da população deste País não têm isso. Não posso ficar fazendo lei de mim para mim; não posso ficar eu para os meus que conseguiram sobreviver a este País cruel.

Eu gostaria apenas de apresentar como sugestão que se discutisse de uma maneira mais aberta, mais franca a educação sexual neste País. Enquanto o sexo for coisa pecaminosa, as pessoas farão o uso devido embaixo das cobertas mesmo, das cobertas do social. Claro que a matriz disso tudo é a fome e a miséria, sobre a qual devemos pensar muito e parar de fazer discurso. Porque, Deputado, mesmo que o seu partido tenha colocado isso no programa, permita-me – não faço com isso ofensa alguma a V. Exª ou ao seu partido -, não acreditamos mais em promessas; já ouvimos muitas, e quando as pessoas se elegem parece que as promessas se complicam. Não digo isso para as pessoas em especial aqui, mas para o povo em geral.

A sugestão seria então discutir a educação sexual neste País de maneira franca e aberta. Existe uma lei complementar que diz isso, que a Defensoria Pública no Brasil é encarregada de fazer a defesa dessas crianças e adolescentes. Digo isso pela minha própria experiência. Quantos e quantos filhos bastardos, de pais italianos, alemães e suecos, eu tive que entrar aqui com ação de alimentos! Quantos maridos italianos eu tive que pedir para serem retirados de dentro de casa porque estavam batendo nas suas meninas aqui! É para nós que elas correm, porque somos as advogadas dessas pessoas pobres que não podem pagar advogados. Elas correm para a Defensoria Pública para fazermos o registro de nascimento. Houve uma época aqui em Fortaleza que os italianos chegavam, casavam e engravidavam logo a menina, de preferência uma menina humilde, para quem um apartamento à Beira-Mar é mais ou menos o seu sonho de Cinderela; colocava a menina lá, num apartamento que para nós seria razoável, de classe média, mas que para ela era um palácio; casa, comida, roupa lavada e tudo do bom e do melhor. Ele engravidava a menina, porque na hora em que está casado, engravida a menina e tem um filho brasileiro, ele legaliza sua situação perante a Polícia Federal. Legalizava a situação e, logo depois que conseguia o visto de residência, entrava com a separação litigiosa. Pasmem: peguei um caso em que ele entrava com a anulação do registro do filho. Usava nossas meninas apenas para legalizar a situação deles aqui. E Deus sabe o que eles vinham fazer aqui, porque passavam três meses aqui e nove meses na Europa, isso durante muito tempo. Desde 1991, fazemos essas denúncias. Essa é a quarta CPI que vejo acontecer. Acho que todas têm uma grande contribuição a dar, mas faz-se necessário cuidar da educação sexual, fortalecer as defensorias públicas, para que tomem conta das conseqüências, bem como estabelecer outras políticas de prevenção.

Muito obrigada. Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Muito obrigada à Drª Mônica Barroso pelo brilhantismo de suas colocações. Passo a palavra à Drª Leila Paiva.

A SRA. LEILA PAIVA – Meu boa-tarde a todas e a todos. Na verdade, nem sei se é um prazer estar aqui. Sempre que tenho de falar sobre esse assunto, especialmente no meu Estado, fico muito triste e preocupada, principalmente depois de ouvir os relatos das pessoas que estavam na Beira-Mar. Ouvi isso há algum tempo – a Mônica falou e me lembro que na época em que estávamos no SOS Criança ouvíamos a mesma coisa. Já era uma luta o funcionamento da

delegacia especializada 24 horas. Então, faz algum tempo que pedimos isso, e nada acontece. Mudam governos, e nada é feito. Não é uma luta de hoje, mas algo muito antigo.

Essa é a primeira coisa que temos a dizer: somos pioneiros no Ceará. Na verdade, temos uma vara especializada em crimes cometidos contra crianças e adolescentes, uma delegacia especializada no assunto, e isso é motivo, sim, de algum orgulho. Infelizmente, não tem funcionado da maneira como sonhamos e lutamos, porque todas essas instituições foram fruto de muita luta. Nada nos foi dado de graça, é claro. Lutamos muito e conseguimos colocar lá, fruto de uma luta principalmente das entidades que lidam com crianças e adolescentes e que hoje compõem o fórum de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Hoje, temos o privilégio de estar à frente de um programa federal de combate ao tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual. É um privilégio porque estamos tomando conhecimento de muita coisa de que não sabíamos, o que pode estar passando principalmente para o nosso Estado. Uma das coisas é que realmente precisamos estar muito mais bem organizados e preparados para enfrentar essa rede organizada de exploração sexual e de tráfico interno, interestadual, e internacional de pessoas. São crimes muito específicos e com uma capacidade de organização tão grande, que nos assustamos e ficamos a perguntar se teremos condições de enfrentar. Para isso, criamos quatro metas que consideramos de extrema importância, as quais estamos trabalhando em quatro Estados: Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás. Ceará então não está lá por acaso, pois sabemos que é um dos principais Estados de origem de pessoas traficadas hoje para o exterior para exploração sexual. Ceará e Goiás são realmente os dois grandes recordistas no País, e estamos trabalhando Rio de Janeiro e São Paulo porque são as duas grandes saídas.

Iniciamos com um diagnóstico, apresentado em Brasília, que realmente não nos surpreendeu tanto, porque vimos que a Justiça está demorando muito a dar respostas para essas redes, mas a culpa não é só da Justiça. Há grande dificuldade de consecução de provas, a fim de responsabilizar essas pessoas por esses crimes. Para isso, estamos trabalhando também treinamento para operadores de Direito nesses quatro Estados, tanto na legislação nacional e internacional quanto em métodos de investigação. Acabamos de chegar da Espanha e de Portugal, onde trabalhamos acordos de cooperação mútua entre autoridades daqueles países e do Brasil, e estivemos com duas autoridades do Ceará, Drª Cândida Brum, e também a defensoria pública ali representada, Mônica, porque achamos que a defensoria é o local adequado para um serviço de atendimento às vítimas de tráfico internacional que, para nós... e tráfico interno. Desculpem, falamos em tráfico internacional porque, infelizmente, na nossa legislação – esse é outro ponto que pretendo colocar –, não temos ainda previsto o tráfico interestadual. Então, estamos trabalhando com tráfico internacional.

Achamos que a Defensoria Pública tem, sim, que abrigar um serviço de atendimento a essa vítima. Estamos sempre falando que essas redes não devem levar, mas ouvimos muito das pessoas: "E aí? O que vocês vão fazer quando elas voltarem? E se elas voltarem? E se elas resolverem voltar?" Como vamos receber essas mulheres e essas adolescentes, que têm um direito legítimo que não podemos lhes tirar, que é o de sonhar com uma vida melhor? Muitas se dão muito mal: tráfico, cárcere, maus-tratos, desrespeito total aos direitos humanos. Precisamos pensar, porém, por que elas querem sair, por que essas mulheres estão tão insatisfeitas em nosso Brasil.

Como vamos fazer para trazê-las de volta? Que outras opções lhes estamos dando? Para isso, estamos trabalhando com as defensorias públicas nesses quatro estados e onde não há advogados públicos – mas o Ceará tem Defensoria Pública – para que elas possam abrigar, então, um serviço de atendimento a essa vítima.

A SRA. (oradora não identificada) – Tem, mas está faltando.

A SRA. LEILA PAIVA – Está faltando gente, mas tem. De qualquer forma, é com ela que estamos trabalhando.

E um banco de dados que possa sistematizar essas informações. Isso para nós é muito importante, já que essas redes atuam em vários estados, mas as informações ficam presas nos estados. Uma autoridade não sabe como elas estão atuando no outro. Vimos agora, por ocasião da viagem... A Cândida, conversando com o delegado de Goiás, soube que muitas mulheres do Ceará vão para Goiás para poder ir para São Paulo; muitas mulheres e crianças saem de Goiás e vêm para cá para poder sair. Quer dizer, essas trocas fazem parte do **modus operandi** deles para dificultar o trabalho da Justiça.

Por último, a campanha, que pretende, principalmente, tentar resgatar essa condição feminina, que é mais do que simplesmente alertar para os perigos que advêm de se entrar nessa rede de tráfico internacional e ceder a esses convites. É preciso trabalhar essa questão da condição feminina no País. Precisamos pressionar para obter políticas públicas. Estamos trabalhando junto com a Secretaria Especial dos Direitos da Mulher, porque não adianta trabalharmos

apenas na área de responsabilização, apesar de ser a área específica do Ministério da Justiça. Achamos que isso não é suficiente quando se trata de encarar uma questão tão séria.

Sempre que vamos a esses quatro estados, pedimos para que a questão dos direitos da mulher seja verificada, procuramos saber como estão as políticas públicas nas áreas de atendimento à mulher, de inserção no mercado de trabalho. Enfim, procuramos saber como é que está sendo trabalhada a questão da mulher nos respectivos estados. Isso é muito importante para enfrentar as redes de tráfico internacional.

A adequação da legislação é outra preocupação nossa e este é um momento também privilegiado para tratarmos disso. É verdade que muitas vezes não é usada a legislação de que dispomos, mas, na área de tráfico, não temos uma legislação que dê conta dessa realidade. O nosso tráfico fala em "mulheres para fins de prostituição". Acabamos de ter uma decisão do Supremo Tribunal Federal que considerou crime inexistente o caso de um travesti que foi traficado – assim foi por ele não ser mulher. Então, neste País se pode traficar livremente homens e travestis sem nenhum problema, porque não há legislação enquadrando tal fato como crime. Além disso, nem sempre as pessoas são vítimas de tráfico só para a prostituição, existem outras formas de exploração sexual seriíssimas, como o casamento forçado, que não estão previstas em nossa legislação.

Estamos aqui com a presidente da CPMI, que foi a relatora do Protocolo de Palermo, a quem nós, então, pedimos apoio para a mudança na legislação, para adequar a legislação pátria ao Protocolo de Palermo. Enquanto não fizermos isso, mesmo que tenhamos ratificado o protocolo, ficaremos de mãos amarradas, pois a nossa Justiça não considera, além do tráfico previsto em nossa legislação, nenhum outro tipo de tráfico.

Outra preocupação diz respeito à especialização da Justiça. Temos uma vara especializada em crimes contra crianças e adolescentes e precisamos prever também uma que trata dos crimes de tráfico internacional. No Ceará – pasmem! – só temos dois processos referentes a tráfico internacional. Será que, nos últimos três anos, só ocorreram três casos no Ceará? É óbvio que não. Precisamos estar mais atentos para essa questão da Justiça. Essas redes, enquanto houver impunidade, vão continuar agenciando as nossas mulheres e crianças, procurando novas vítimas. Precisamos fechar essa torneira. Essa questão da legislação para nós é de extrema importância e este é um momento privilegiado para discutir a adequação das leis e dar os instrumentos necessários à Justiça para que ela possa agir. Se ela não agir, vamos para o grito. Mas, por enquanto, precisamos que a Justiça tenha o instrumento hábil para responsabilizar essas redes.

Muito obrigada. Sei que meu tempo está esgotado, mas agradeço e me coloco à disposição do Ministério da Justiça. Temos um *site*, e estamos inaugurando um portal que pretende dar todas as informações sobre tráfico internacional, quais os serviços de apoio à vítima aqui no Brasil e fora do Brasil, para que possamos estar orientando melhor as pessoas que são vítimas dessas redes de exploração.

Muito obrigada e bom dia!

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Muito obrigada, Dr. Leila. Antes de passar a palavra para a próxima expositora, gostaria de justificar a ausência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, da Deputada Maria do Rosário e da Deputada Laura Carneiro, exatamente porque em uma audiência pública como esta temos atividades paralelas e, neste momento, elas estão ouvindo uma denúncia que chegou há pouco tempo e, portanto, não estão presentes nesta audiência. Mas contamos com a presença de outros parlamentares e vamos, assim, seguir com os nossos trabalhos.

Vou passar a palavra à Drª Rena, para que ela possa fazer a sua exposição.

A SRA. RENA MOURA – Boa tarde a todos! É com muito prazer que estamos aqui. Gostaria de dizer que a Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente – Dececa tem feito o possível e até o impossível para combater essa problemática muito grande que é a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Para se ter uma idéia, entre os anos de 2001 e 2004, tivemos 1.258 casos de abuso sexual, atentado violento ao pudor e estupro na Dececa e que foram encaminhados à Justiça. Exploração sexual de crianças e adolescentes, envolvendo o art. 244-A, o favorecimento à prostituição de menores, manter casas de prostituição, e o 230, tivemos 136 casos concluídos e encaminhados à Justiça.

Desempenhamos uma ação constante nesse trabalho de enfrentamento, por meio de blitz para identificação de adolescentes em locais de exploração sexual, que, de imediato, são encaminhados aos programas de atendimento. Trabalhamos também de forma sigilosa e velada para identificação de estabelecimentos que estejam favorecendo e lucrando, ou seja, tendo vantagens econômicas com crianças e adolescentes. Já foram descobertos e responsabilizados agenciadores com rotas interestaduais e que contribuíam para esse tipo de delito.

Foram atendidas, pelo Programa Sentinela do Estado, 565 vítimas de abuso sexual e 428 de exploração sexual. Dessas, posso dizer com certeza que 80%

estão novamente na mesma situação de exploração sexual. Duas grandes dificuldades que a polícia tem e que encontramos no enfrentamento deste trabalho: em primeiro lugar, é a retirada efetiva da adolescente da situação de exploração sexual após o momento em que entra nessa condição; e, depois, a difícil questão do problema legal que estamos tendo, visto que, infelizmente, a polícia executa o trabalho, mas esses agressores têm muitas oportunidades de defesa. Além disso, a legislação também tem muitas brechas, o que é um dos maiores dificultadores do nosso trabalho.

Com relação ao atendimento das vítimas, penso que temos um compromisso efetivo e pessoal dos profissionais que trabalham nisso, mas ainda existem dificuldades. Na realidade, tem que se retirar das ruas efetivamente a adolescente que é identificada em um procedimento policial ou em blitz. Tem que tentar resolver as causas e não apenas as conseqüências. A adolescente entra nessa situação por diversos fatores: a questão das drogas é muito presente, as ambições sociais, muitas vezes até pelo sonho de encontrar o príncipe encantado e melhorar de vida. São filhas de famílias completamente desestruturadas. Assim, como Estado, temos que oferecer condições efetivas de capacitação profissional a essas adolescentes para que tenham condições de visualizar meios de subsistência para sair das ruas. Isso é de fundamental importância.

Com relação à legislação, gostaria de deixar clara a frustração que temos em fazer procedimentos policiais, prender pessoas, turistas brasileiros e até estrangeiros que vêm aqui utilizar favores sexuais com nossas adolescentes, mas, infelizmente, em quase todos os procedimentos feitos nesse sentido, como flagrantes feitos pela Dececa, os agressores foram absolvidos. Então, esse é um ponto crucial, porque devemos e temos a responsabilidade, como polícia, de combater a demanda. Há a possibilidade de se retirar a adolescente da rua, mas tem-se que combater a demanda. É muito mais difícil ter o que oferecer para o que eles têm a oferecer. Então, isso é de fundamental importância.

Com relação à legislação, nós, do Estado do Ceará, já fizemos muitos procedimentos de favorecimento à prostituição: fechamos grandes boates na Praia de Iracema, que é local conhecido de favorecimento à prostituição, foram feitas ações com o Ministério Público, com a Fazenda, por meio de busca e apreensão, foram aplicadas multas altíssimas, foi responsabilizado o proprietário por exploração sexual de criança e adolescente, por tortura dentro da boate, mas, pasmem, o proprietário mudou a razão social e continua funcionando. Essa é a grande dificuldade da polícia. Quero que todos tomem conhecimento.

O problema da legislação é com relação ao art. 244-A. Nós, no Estado do Ceará, somos os que menos sentimos a dificuldade que já está havendo no Brasil, que é a responsabilização dos clientes dessas adolescentes. Por quê? Porque o artigo diz: submeter criança e adolescente à prostituição ou à exploração sexual. O Direito Penal tem que ser interpretado de forma estrita, então o verbo submeter traz uma noção de obrigatoriedade e já há entendimentos de que adolescente maior do que 14 anos e menor do que 18 anos – porque se for menor do que 14 anos é violência presumida – não está ali obrigada pelo cliente. Então, infelizmente, temos decisões, inclusive flagrantes feitos pela Dececa de que a conduta do cliente é atípica. Então, é uma situação extrema que deve ser mudada de imediato.

Deve-se criar um mecanismo para se responsabilizar criminalmente os motéis, os *flats*, alguns locais que, se não for possível provar o art. 244-A, possam ser responsabilizados. Infelizmente, se a adolescente hoje entra no motel para fazer programa com quem quer que seja, e se não for provada a questão do art. 244-A, temos que aplicar o art. 250 do Código Penal, que é apenas infração administrativa ou multa. Esse é um grande problema que estamos enfrentando aqui. Não é um entendimento local, nós já fizemos várias pesquisas em nível nacional, e o entendimento dos tribunais é esse.

Então, estamos esperando as conclusões do trabalho da CPI para que se mude esse panorama legal, para exercer o trabalho mister da Polícia, que é o de reprimir com todo rigor os crimes praticados contra crianças e adolescentes e não fiquemos dependendo dessas lacunas legais e nem de cabeças de juízes e tribunais, muitas vezes não comprometidos com a causa da infância e da adolescência.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Tem a palavra a Deputada Ann.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Drª Rena, estava com o livro aberto no art. 244-A e tentava acompanhar seu raciocínio. Diz o artigo: "Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta lei, à prostituição ou à exploração sexual". Onde está a dificuldade no enquadramento?

A SRA. RENA MOURA – Por vários entendimentos, por várias decisões judiciais em nível monocrático e alguns entendimentos de outros tribunais, entende-se que o verbo submeter traz uma imposição, uma certa coação, por exemplo, do cliente para a adolescente que está no ponto de exploração sexual. Se a adolescente se encontra no ponto de exploração e o cliente lhe impôs que estivesse lá, há dificuldade da

aplicação do artigo. A senhora sabe que, em qualquer dúvida no nível legal, tem-se a absolvição do réu. Esse é um grande problema.

Com relação ao delito de corrupção de menores – falo da adolescente entre 14 e 18 anos –, hoje estamos num cenário difícil, porque também há decisões de tribunais no sentido de que, se a adolescente está na situação de exploração sexual, já está de certa forma corrompida e não pode ser corrompida naquele ato.

A visibilidade maior das prisões, do trabalho da Polícia, realmente, é o combate ao cliente, àquela pessoa que pega a adolescente no ponto de prostituição. E hoje estamos sentindo essa grande dificuldade de responsabilização. Nós começamos o trabalho da Dececa, Deputada, com um ou dois flagrantes, toda semana, de brasileiros ou estrangeiros que cometiam essa conduta.

Com as decisões reiteradas, estamos sentindo essa dificuldade. Não podemos, diante dessa situação, estar realizando esses procedimentos, porque podemos responder a algumas autoridades, a uma indenização contra o Estado. Então, tudo isso tem de ser cuidado. Esse ponto tem esvaziado as ações da Polícia. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Muito obrigada à Drª Rena.

Passamos, agora, a palavra à Drª Cândida.

A SRA. CÂNDIDA – Meu nome é Cândida. Sou Delegada titular da Divisão de Apoio ao Turista. Queria esclarecer que as pessoas, às vezes, têm um pouco de preconceito em relação à Divisão de Apoio ao Turista. Estamos lá para apoiar o bom turista, aquele que vem para cá, para trazer divisas, conhecer as praias, a nossa terra. Não temos conivência nenhuma com o mau turista; muito pelo contrário, achamos que a lei é para todos e assim tentamos fazer.

Temos diversas investigações não só na área do tráfico internacional. Como a Drª Leila mesmo colocou, estamos, desde o ano passado, sendo especializados pelo Ministério da Justiça, com o apoio do Governo. Temos um contato direto e muito estreito com a Secretaria de Turismo e com o pessoal do **trade** turístico.

Essa questão da prostituição é muito ambivalente em nosso País, porque, a partir do momento em que as pessoas não querem a prostituição... Aliás, não reprimem a prostituição, mas também não a querem. Então, a Polícia fica, realmente, num ambiente muito difícil de trabalhar.

O que temos feito? Temos trabalhado nas casas de prostituição, não só com estrangeiros, mas também com turistas brasileiros; não só na área da prostituição, mas em investigações sobre lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, porque – não se enganem – não há um crime somente; principalmente no crime organizado, um crime está intimamente ligado a outro. No caso, sabemos que a prostituição está ligada intimamente ao tráfico de drogas e à exploração internacional de pessoas.

Como a Drª Leila falou, estivemos em Portugal e Espanha, para estreitar laços, já que o tráfico internacional é um crime que se completa e se perfaz em dois países – uma parte, no Brasil, e outra parte, no outro país. Então, foram feitas diversas diligências lá e diversos contatos com as pessoas, com as autoridades desses países, para que haja repasse urgente de informações.

A divisão tem trabalhado, muito estreitamente, com o pessoal da Dececa, já que não trabalhamos com menores, mas... Inclusive, no ano passado, conseguimos desbaratar uma rede internacional...

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Com licença, Drª Cândida...

A SRA. CÂNDIDA – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Gostaria de solicitar silêncio em respeito à nossa expositora.

A SRA. CÂNDIDA – No ano passado, conseguimos desbaratar uma rede internacional, que tinha uma grande ramificação aqui no Ceará. Inclusive, esse procedimento ainda está na vara da Justiça Federal. Temos trabalhado com o pessoal da Cedeca também, com o Renato; com o da Polícia Federal, principalmente por meio do Dr. Daniel, do setor de estrangeiros; com o da ABIH. Enfim, a divisão tem trabalhado com diversos setores, já que na nossa lei ainda há alguns retoques a serem feitos, inclusive, como a Drª Rena mesma falou, para que possamos atacar essas pessoas que são inconvenientes, enfim, criminosas realmente, por outros setores.

Então, temos tido um apoio muito grande do pessoal do *trade* turístico; temos tido informações privilegiadas de hotéis, de restaurantes, do pessoal da Abav; o próprio secretário está sempre nos acompanhando; a Secretaria de Segurança e a Secretaria de Turismo têm trabalhado em conjunto para que façamos não só essa parte que as pessoas vêem quando saem à rua, mas para pegarmos a raiz do problema, porque não adianta pegarmos a menina que está na rua, pois não temos para onde levá-la. Se a levamos para uma instituição, no mesmo dia a família tira ou ela sai, porque não temos lugares específicos para colocá-las. Levamos a menina e, às vezes, quando chegamos ao lugar, ela já está lá de novo. Então, para nós, esse trabalho é muito desgastante, mas é feito.

Mas o que a Polícia Civil, principalmente, está interessada é em acabar na raiz com isso, saber quem

está nessas quadrilhas, quem são esses agenciadores. Isso está sendo feito. Há investigações em nível, digamos... Sem poder divulgar... Em nível sigiloso. Inclusive, desde o início, estamos trabalhando com a Senadora também, tanto eu quanto a Drª Rena.

Enfim, há investigações muito avançadas. E podemos dizer o seguinte: não posso afirmar e espero nunca precisar afirmar que o Ceará seja um dos maiores, mas, com certeza, é um dos primeiros, por todo o processo que tenho visto, em contato com outros Estados, é o primeiro no combate. E o nosso combate é sério. Temos inclusive a confiança da população. Sabemos que, em relação a crimes organizados, a população é de fundamental importância. Temos o testemunho das próprias meninas que são traficadas, de prostitutas que ficam aqui, enfim, temos tido muito amparo em relação ao nosso trabalho.

E posso afirmar para vocês que está sendo feito um trabalho seriíssimo, sigiloso, com diversas entidades aqui do Ceará e de outros Estados, que inclusive nos têm pedido orientação, com base no trabalho que já temos feito e que está sendo desenvolvido, o que posso comprovar exatamente pela Drª Leila, por parte até do Ministério da Justiça. E já é o terceiro congresso e viagem de estudos que fazemos, juntamente com o Ministério da Justiça, neste ano. Então, quer dizer, o Ceará...

Agora, esta CPMI, da Senadora Patrícia, vem ao encontro e vem reforçar o trabalho que tem sido feito aqui. Então, para nós, é um privilégio que tenha sido feito aqui, porque não mostra o que somos em relação... Ah, tem turismo? Tem. O que nos interessa é combater, e isso está sendo feito em todas as esferas. Esperamos, em um mínimo de tempo possível, conseguir erradicar esse tipo de procedimento, esse tipo de crime do nosso Estado, e não só do nosso Estado. Também temos estendido a nossa experiência para outros Estados e capitais, como tivemos oportunidade, nessa viagem que fizemos agora, juntamente com o pessoal de São Paulo, de Goiás, do Rio, inclusive em nível de informação e realmente de experiência. O Ceará está de parabéns, neste momento, porque estamos à frente de muitos Estados no combate, e é um combate sério. Muitas pessoas aqui me conhecem, conhecem Drª Rena, sabem do nosso trabalho e do nosso comprometimento.

Agradeço à Secretaria de Turismo e à Secretaria de Segurança por terem nos apoiado esse tempo inteiro, e agora, mais ainda, à Senadora, que tem, desde o início, colaborado... Colaborado não – desculpe, é muita petulância –, tem confiado em nós.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quero, antes de mais nada, pedir desculpas às nossas debatedoras, porque não pude ficar presente em todos os depoimentos, apesar de que temos acompanhado esse trabalho e essa trajetória de cada uma das pessoas que aqui se pronunciaram, mas muito em função de uma oitiva sigilosa que estamos fazendo com dois adolescentes que foram vítimas – eles estão aqui para fazer esta denúncia – de violência sexual do Prefeito de Milagres, cidade do interior do Estado do Ceará. No momento eu tive que me ausentar da sala para ouvi-los na sala ao lado em depoimento reservado, secreto e sigiloso.

Falando nessa situação, lembro que é importante informar àqueles que nos escutam e que participam deste debate que na semana passada, na quinta e na sexta-feira, eu estive pessoalmente no Tribunal e conversei com o Presidente do Tribunal de Justiça, o qual demonstrou sensibilidade e indignação diante dos relatos que fiz. Evidentemente, não tratei do mérito do que estava sendo analisado, pois essa função é daquela Casa, mas abordei dois casos importantes com grande repercussão na mídia do nosso Estado: o caso que envolve o Prefeito de Milagres e dois adolescentes e o caso de Santana do Acaraú, onde diversas meninas acusam um padre de prática de crimes de violência sexual.

Fui tratar pessoalmente desses dois casos. E tive a grata satisfação de ouvir do Presidente do Tribunal de Justiça que a CPI poderia provocar – e eu lhe disse que faríamos isso hoje – o Tribunal para que ele pudesse se manifestar. Estamos com muita esperança de que o Tribunal, podendo manifestar-se, baixe um provimento estabelecendo que os crimes sexuais contra crianças e adolescentes no Estado do Ceará terão prioridade, em conformidade com dispositivo da nossa Constituição que define que crianças e adolescentes são prioridade. Considero esse um passo importante.

Estive tratando do caso específico de Milagres. Lá me mostraram o andamento do processo – perdoem-me porque infelizmente não sei usar os termos jurídicos apropriados; as autoridades podem me auxiliar. O Prefeito teve um prazo para apresentar sua defesa. O prazo foi concluído. O Prefeito já encaminhou sua defesa. Agora o Tribunal encaminha novamente o processo ao Ministério Público, para que esse órgão, que já tinha acatado a denúncia e a enviado ao Tribunal, possa outra vez averiguar a defesa e a tramitação e formular seu parecer para o Tribunal. Esses são os ritos processuais jurídicos que estão correndo dentro do prazo e com prioridade para sua apuração. E agora nós também contamos com a palavra do Presidente, que me autorizou a aqui relatar no dia da reunião da

CPI que irá dar prioridade a esses casos, porque não pode e não deve ter e não terá morosidade diante de crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Quanto ao caso de Santana, esse já estava nas mãos de uma Desembargadora encarregada de relatá-lo. Pedimos agilidade. E eles se comprometeram a nos dar o mais breve possível esse relato. Parece que o advogado do padre teria levantado suspeição sobre a Juíza. Então, o Tribunal terá que se manifestar concluindo se a Juíza é ou não suspeita, para proceder ao julgamento. Conforme a Márcia está me dizendo, isso está há um ano e um mês lá para que essa decisão seja tomada.

Fomos lá tratar desses dois casos e pedir que a Justiça o mais rápido possível possa se manifestar, porque não só a população de Santana e de Milagres mas também a população do Ceará inteiro querem uma resposta o mais rapidamente possível. E esta CPI tem agido nesse sentido. As diligências que efetuamos não repercutem na imprensa, mas na verdade vieram alguns técnicos da CPMI com a Polícia Federal ouvir o Prefeito de Milagres em diligência ao Ceará. E hoje aproveito essa oportunidade para relatar todas as providências que estão sendo tomadas em relação a esses dois casos, fora, evidentemente, tantos outros que estamos tratando aqui hoje.

É importante deixar muito claro o interesse da CPI hoje no Ceará para discutir de forma profunda o tema relacionado ao turismo sexual.

Quero deixar claro também às pessoas que participam dessa audiência que, em relação a todos os outros casos que deram entrada na CPMI, teremos no relatório final, e estamos acompanhando desde a época em que recebemos essas denúncias, terá da Deputada Maria do Rosário, Relatora desta CPMI, certamente um procedimento que irá indicar a que órgão competente cada um dos casos ou denúncias feitas a esta CPMI terão o seu encaminhamento adequado com a nossa sensibilidade, com a experiência que temos visto pelo Brasil afora de dramas de famílias que têm vivido essa questão da violência sexual dentro de sua casa e, muitas vezes, a impossibilidade, a impotência que sentem essas famílias de receberem o tratamento justo que deveriam ter recebido e, muitas vezes, infelizmente, não recebem. Isso não acontece só no nosso Estado, mas, infelizmente, no Brasil como um todo, por todas as experiências e por todos os lugares que temos nos dirigido. Esta CPI tem cuidado de todos esses casos com muita atenção, com muito carinho, eu diria também, porque passa por nossas mãos a questão da sensibilidade e de compreensão de como vivem essas crianças que foram vítimas de violência sexual, como vivem também as suas famílias.

Eu encerraria este bloco, agradecendo a presença de todas as nossas palestrantes...

Concedo a palavra ao Deputado Severiano.

O SR SEVERIANO ALVES DE SOUZA (PTB – BA) – Permita-me uma colocação como réplica à... É rapidinho, Senadora. A Drª Mônica fez uma brilhante exposição, mas fez uma ponderação que me pareceu um tanto preconceituosa, quando disse que não acreditava num programa de governo que pudesse funcionar uma proposta de combate à exploração sexual.

Pela minha experiência até mesmo na própria Comissão, iríamos propor políticas afirmativas para resolver problemas, atingindo a causa, já que estamos providenciando a legislação que vai nos possibilitar medidas repressivas e punitivas para a situação no momento. Temos que combater a causa.

A prioridade para qualquer governo é a educação. Por causa dessa omissão do legislador constituinte de 88, a educação infantil não foi universalizada; foi universalizada a educação fundamental. Há, inclusive, uma emenda minha tramitando no Congresso Nacional criando um fundo para a educação infantil, muito embora o Presidente Lula queira um fundo para a educação básica. No entanto, se criarmos uma política de educação infantil, com oferta de 100% de vagas na creche e na pré-escola, teremos o problema resolvido, porque as crianças serão cuidadas não com assistência social mas com educação dentro da creche até a pré-escola. Se usarmos também o art. 205, as crianças não ficarão nas ruas porque a polícia não precisará prender ninguém. Basta procurar o pai. Se o pai não o levar à escola, porque é obrigado à oferta da vaga, claro que o pai responderia penalmente, como o Estado responderia se não garantisse a vaga.

Temos que cuidar da educação infantil. Como políticas afirmativas, teríamos que tratar essa questão na causa, pegando essas crianças, essas meninas e dando atividades aos pais e às mães para que elas se reconheçam como cidadãs e não façam esse tipo de coisa.

Parabéns à senhora. Aceito a réplica, se for o caso.

A SRA. MÔNICA BARROSO – Muito obrigada, Deputado. Foi para provocar mesmo que falei essas coisas.

Só quero dar uma sugestão. Existe uma lei federal que reza que aquilo que for investigado por uma CPI deve ter prioridade no Ministério Público. Não esqueçam de utilizar esse instituto.

Já fiz parte de três CPIs que trataram do assunto, e seria muito interessante que o relatório desta CPMI fosse efetivamente publicado e distribuído Brasil afora. Depois de terminada a CPMI e de encaminhado o

relatório, as frentes parlamentares dos Estados e do Congresso Nacional deveriam fazer um monitoramento das ações e acompanhassem o seu resultado, para que elas não se percam nos corredores dos congressos e dos fóruns do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço a todos a participação, aos que vieram trazer os seus depoimentos, a sua sugestão ,a sua colaboração. Agradeço ao Secretário Raimundo Matos, ao Secretário Alan Aguiar a participação, em nome do Governo do Estado. Agradeço às delegadas que estão conosco, à Drª Mônica Barroso, à Drª Tânia Gurgel.

Neste momento, vamos começar a ouvir os depoimentos de vítimas e de pessoas que estão denunciados nesta CPMI. A partir deste momento, desfaço a mesa e agradeço às autoridades a presença.

Vamos acabar o depoimento que deve ser reservado e que está sendo feito na sala ao lado. Em seguida, vamos chamar o próximo depoente.

(Pausa.)

Boa tarde novamente. Vamos dar início aos nossos trabalhos da parte da tarde, começando pela questão do tráfico. Já fizemos um debate sobre o turismo sexual e agora vamos começar a ouvir os depoimentos. Ouviremos o depoimento de uma vítima do tráfico de uma conexão Fortaleza-Espanha.

Peço que entre na sala a testemunha. Vou combinar um nome com ela, que vem disfarçada para que não seja reconhecida nem exposta.

Peço à secretaria que dê entrada à testemunha.

(Pausa.)

Boa tarde.

Está ligado o microfone dela?

Vamos combinar um outro nome para protegê-la e para que você não seja exposta.

Peço a colaboração da imprensa, dos fotógrafos para que só filmem de costas.

Iniciamos este depoimento ouvindo a Márcia.

Posso chamá-la assim?

A SRA. MÁRCIA – Pode.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Márcia vai contar para a CPMI a sua história, para que todos possamos tomar conhecimento e para que as providências sejam tomadas.

Agradeço antecipadamente, Márcia, por você ter se disposto a vir aqui nos relatar a sua história. Com certeza, o seu depoimento vai ajudar no nosso trabalho e vai ajudar muitas meninas, meninos, crianças e adolescentes que hoje se encontram também nessa mesma situação.

Vamos começar ouvindo de você como tudo ocorreu. Logo em seguida, alguns parlamentares da CPMI vão fazer algumas perguntas, para que possamos saber alguns detalhes e ter mais segurança acerca do contexto do caso que você vai contar.

Boa tarde.

A SRA. MÁRCIA – Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pode começar, Márcia.

A SRA. MÁRCIA – Foi em maio do ano passado, Eu estava na praia de Iracema – não, desculpa –, estava em uma boate no subúrbio. Fui levada por duas amigas, duas colegas. Foi a primeira vez que eu fui para essa boate. Aí, estava dançando normalmente quando o Emílio, que é o dono da boate na Espanha, mandou me convidar para sentar-se à mesa dele, para tomar um uísque com ele. Aí, a moça da boate disse: "Não. Pode ir, ele é de confiança. Ele é da casa. Ele é acostumada a vir aqui". Eu disse: "Tudo bem".

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como é o nome dele?

A SRA. MÁRCIA – Emílio Zorrila García

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Da Espanha?

A SRA. MÁRCIA – Da Espanha. Inclusive, estava ele, o Assis e o taxista.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O Assis é esse senhor daqui?

A SRA. MÁRCIA – Francisco de Assis Aguiar. Fiquei bebendo com ele. Ele foi me deixar em casa, na mesma noite. No outro dia, ele ligou para mim me convidando para jantar fora com ele. Eu fui.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O Emílio?

A SRA. MÁRCIA – O Emílio. O Assis foi só nesse dia da boate, que eu conheci ele. Fui jantar fora com ele. A gente acabou namorando. Começamos a namorar. Aí, conversando com o Emílio, ele me contou que tinha um hotel em Santander, na Rua San Martín, e perguntou se eu queria trabalhar com ele como recepcionista. Eu falei para ele que iria falar com os meus pais, porque aqui eu trabalhava. Ele me disse: "Não, você pode deixar seu emprego, porque você vai ganhar muito mais lá. Em um mês você pode comprar o seu carro, sua casa aqui em Fortaleza". Aí eu falei para ele que iria conversar com os meus pais. Ele disse: "Tudo bem". Ele me dava muito presente, muito dinheiro, muito dinheiro mesmo. Ele também usava cocaína, no próprio hotel que ele estava.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em que hotel ele estava, Márcia?

A SRA. MÁRCIA – Era o Othon Palace. Tinha um rapazinho em frente ao hotel que tem uma barraca. Ele comprava cocaína desse cara da barraca.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Essa barraca é em frente ao Othon?

A SRA. MÁRCIA – Em frente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Essa barraca ainda existe?

A SRA. MÁRCIA – Não sei. É a barraca do Antonio. Não sei. Aí, ele me contava tudo de Santander. Que lá era bom, que era um hotel, que tinha um restaurante debaixo do hotel. Eu fiquei muito iludida aqui. Ele falava que eu ia ganhar muito dinheiro. Aqui, eu trabalhava. Só que eu não ganhava dinheiro suficiente para comprar um carro e uma casa para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual a sua idade na época?

A SRA. MÁRCIA – Vinte e dois anos. Ele me levava para passear. Inclusive, um dia antes de ele viajar, eu fui à casa do Assis, que fica na república do Líbano. Ele me levou lá. E ele me falou que o Assis era muito amigo dele, que conhecia o Assis há mais de ano, porque o Assis, quando ele queria alugar *flats*, era o Assis que arranjava para ele. Quando eu cheguei na casa do Assis, eu vi muitas fotografias do Assis com meninas. Ele dizia que eram amigas dele que estavam em outros países.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual era o tipo de fotografia, Márcia?

A SRA. MÁRCIA – Tinha fotografia de meninas despidas. De homens, também. Ele com outros homens. Vários tipos de fotografias.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Normalmente essas fotos eram sensuais, digamos? Com cenas de sexo?

A SRA. MÁRCIA – As que ele deixava bem vista na casa dele não eram tão sensuais, mas as que ele tinha guardada, que ele me mostrou, eram muito.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Eram fotografias de menores?

A SRA. MÁRCIA – Tinha também. Tinha várias. Aí eu disse para ele que eu ia viajar. Que eu tinha falado com os meus pais. Eu disse que meu pai estava em dúvida, minha mãe também estava com medo. Inclusive, ele ligou para o meu pai, para minha mãe dizendo que ela não se preocupasse. E a minha mãe até ameaçou ele dizendo que, se acontecesse alguma coisa comigo, minha mãe iria denunciar ele. Ele disse: "Não, não se preocupe. Sua filha está em boas mãos. Se ela não gostar, ela pode voltar na hora que ela quiser". Aí, ele me passou segurança. Aí, ele falou: "Vou viajar na quinta-feira, o Assis vai tomar de conta do seu passaporte, da sua mala, das suas roupas, da sua passagem. Inclusive um amigo do Assis, cujo nome não me recordo...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ney.

A SRA. MÁRCIA – Ney, que tem um Fiat. Ele foi comprar a mala comigo. Ele e a outra menina que viajou comigo. No dia em que viajei, ele não foi para o aeroporto comigo. Meus pais foram. Ele não gostava de mim,o Assis.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O Assis não foi?

A SRA. MÁRCIA – Não foi. Ele foi deixar outra menina. Mas a mim, ele não foi, porque ele disse que eu perguntava demais. Ele disse: "Olhe, tem meninas lá em Santander, na Alemanha, que ganham muito dinheiro. Olhe aqui as fotos delas, as cartas delas, delas tudinho aqui..."

O Emílio falou que, antes de namorar comigo, namorou com uma menina, Sabrina, que conheci. Ela é menor de idade. Ela também ia viajar, que só não viajou porque foi na época que eu denunciei. Contei tudo para Civil, que tomou conta do meu caso, e, quando a Civil foi na casa do Assis, eles já estavam mandando ela para a Espanha com passaporte, identificação, tudo falso. Foi justamente a Civil que prendeu ela. Tinha outra pessoa também que ia com..., que um moreno, o Moisés, que ele ia para lá fazer tráfico de cocaína, porque o Emílio é traficante lá. Tanto é que pude ver que ele era.

Chegando lá na Espanha, o Emílio foi me buscar no aeroporto com outra menina, que trabalhava lá. Ele disse que era uma amiga dele que trabalha lá, que é brasileira.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O nome dela seria Aline? Podia ser Aline?

A SRA. MÁRCIA – Não. Vanessa

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como?

A SRA. MÁRCIA – Vanessa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela não era brasileira.

A SRA. MÁRCIA – É brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Daqui do Ceará?

A SRA. MÁRCIA – Ela mora aqui. Só que ela não é daqui. Atualmente, ela está morando aqui.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – De Recife?

A SRA. MÁRCIA – Eu não sei.

Ele foi me buscar com ela e me levou para boate. Chegando lá, eu não vi a boate. Foi logo pro hotel. Inclusive ele tem mesmo um hotel. Quando cheguei, ele disse: "Não, vamos jantar. Tudo bem. Aí eu desci e disse: "Aqui tem restaurante?" Ele falou assim: "Não." Ele me levou para a salinha, onde estava tendo um

jantar, e me explicou tudo: que eu ia trabalhar com programas, que eu devia a ele 2.500 euros, que para eu pagar esse bilhete, eu tinha 2.500 euros.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Você receberia?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, ela devia.

A SRA. MÁRCIA – Eu pagaria a ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pagaria em programas.

A SRA. MÁRCIA – Pagaria a ele, porque eu estava devendo o bilhete da passagem, dos presentes que ele tinha me dado aqui em Fortaleza. De tudo: do passaporte, tudo, tudo, tudo. Acho que até o jantar que eu tive com ele, ele cobrou. Eu devia 2.500 euros, fora que eu tinha que pagar a casa, que é a habitação, o quarto, que era 34 euros. Trinta e sete euros era o programa. Ele disse que eu tinha que sair com clientes, que eu tinha que "bitar copas" com ele, que eu tinha que ganhar com copas. Com programas, 27 euros, vinte minutos. Caso eu passasse mais de 20 minutos, ele me cobraria juros, multa no bilhete. Se eu não pagasse o meu bilhete, jamais veria a minha família. Eu ficava conversando com as outras meninas, desesperada, eu chorava... Elas falavam: "Márcia, não faz nada, porque ele muito perigoso. Inclusive, uma brasileira já foi morta". Aí, conheci uma menina, a Glória, que me ajudou a fugir. Eu tinha ligado para os meus pais, porque, durante o dia, eu saía, eu podia sair. Minha mãe tomou de conta aqui em Fortaleza com a Civil, e eu lá. Eu conheci a Glória. Eu disse para ele que ia almoçar fora, porque eu podia sair durante o dia. Eu fugi com a roupa do corpo e o passaporte e fui para outra cidade, para Sória, porque eu tinha medo de denunciar ele na mesma cidade. Eu achava que ele tinha muito conhecimento, aí eu preferi fugir para outra cidade e denunciar ele.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quantos dias você estava lá?

A SRA. MÁRCIA – Com quatro, quatro. Estava com quatro dias na boate, fui para Sória e passei 25 dias em Sória, numa casa de refúgio da Polícia Civil de lá. E a polícia de lá estava tomando conta do meu caso. A Interpol pegou ele em flagrante e prendeu a boate.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Foi nessa época?

A SRA. MÁRCIA – Foi. Tudo mesma época. Teve julgamento comigo e com ele e coma outra, a sobrinha dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você estava lá nessa época ...?

A SRA. MÁRCIA – Estava.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quantos dias ao todo você ficou lá?

A SRA. MÁRCIA – Vinte e sete dias.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Me diz uma coisa. A diária que você tinha que pagar para ele era de 34 Era isso?

A SRA. MÁRCIA – Na casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você ganhava 37 por programa de 20 minutos e ainda tinha um débito de 2.500 euros com ele?

A SRA. MÁRCIA – Tinha.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Bom, vamos passar então a palavra...

O microfone para Deputada Ann.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Márcia, só queria entender direitinho com relação a essa multa Que ele estipulou, essa questão desses minutos. Explica para a gente novamente, por favor.

A SRA. MÁRCIA – Eu tinha que ir para a boate às seis horas. Caso eu fosse para a boate às seis e cinco, eu tinha uma multa de 10 euros.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você tinha horário para entrar?

A SRA. MÁRCIA – Para entrar. Caso eu subisse com o cliente, e o cliente quisesse ficar mais tempo, ele tinha que sair da habitação, ir ao caixa e pagar na hora. Ele não podia dizer que depois ele pagava. E se ele não pagasse, seria cobrado do meu bilhete. Se eu devia 2.500 euros, acrescentaria mais 80 euros.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tinha horário para entrar. E horário para sair?

A SRA. MÁRCIA – Às 4 horas da manhã.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você ficava das 18 horas até as 4 horas do dia seguinte. Todos os dias?

A SRA. MÁRCIA – Todos os dias.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vou passar a palavra para a relatora, a Deputada Maria do Rosário, para que possa fazer os seus questionamentos, e em seguida para os demais parlamentares.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Márcia, boa tarde, parabéns por estar desvelando essa realidade que todos os brasileiros devemos conhecer essa para conseguirmos atuar.

Quando tu conheceste o Emílio, ele se apresentou como quem?

A SRA. MÁRCIA – Como Emílio. Ele falou que era empresário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Empresário de que ramo?

A SRA. MÁRCIA – Ele era dono de um hotel em Santo André.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ele se apresentou dessa forma, então.

A SRA. MÁRCIA – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além do convite que foi feito a ti, ele também assediou e convidou outras meninas?

A SRA. MÁRCIA – Com certeza. Inclusive ele me deixava sozinho no hotel e ficava na Praia de Iracema andando com o Assis. Eu já imaginava que ele estava atrás de alguma menina. Porque ele ficava naquela orla perto da Capital. Me deixava sozinha no hotel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na própria Praia de Iracema, então, era o principal ponto onde ele procurava...

A SRA. MÁRCIA – Com certeza. Ele era muito conhecido, até nos restaurantes também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele chegava e as pessoas sabiam o nome dele?

A SRA. MÁRCIA – Sabiam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você poderia me dar o nome de alguns restaurantes onde vocês foram e acontecer isso de ele ser conhecido?

A SRA. MÁRCIA – Posso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois não.

A SRA. MÁRCIA – Eu não me recordo muito bem o nome, mas é do lado do Porto Fino, ele é de um venezuelano que é muito amigo do Emílio. Tem outro restaurante também que é atravessando a rua.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele era chamado pelo nome? Emílio?

A SRA. MÁRCIA – Emílio. Inclusive esse dono de restaurante, ele anda em boate, porque eu já vi ele em boate. Outro restaurante...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ou boates, lugares onde ele é conhecido.

A SRA. MÁRCIA – Em boate eu não fui com ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não foi com ele? E hotel? Além do Hotel Othon?

A SRA. MÁRCIA – Só no Othon. Ele era muito conhecido no Othon.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Muito conhecido?

A SRA. MÁRCIA – Ele era um cliente **vip** lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque tu disseste que ele era cliente **vip**?

A SRA. MÁRCIA – Porque o tratamento de lá era muito bom, ele já era acostumado a andar com garotas lá. Inclusive eu encontrei um brinco, ele disse que era da menina, da Sabrina, uma menina com quem ele tinha ficado e ele era apaixonado por ela. Inclusive ela é de menor. Era a menina que ia viajar e que a polícia abordou no aeroporto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu diria que o Emílio era uma pessoa conhecida, que transitava livremente e que estava todo o tempo procurando jovens, garotas para levar a Espanha.

A SRA. MÁRCIA – Hum, hum (afirmativo).

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele vendia drogas ou oferecia drogas?

A SRA. MÁRCIA – Na Espanha?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, aqui.

A SRA. MÁRCIA – Ele usava. Lá, ele traficava, ele exportava. Ele tem um depósito. Inclusive ele me levou lá no depósito de drogas em Santander.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em Santander?

A SRA. MÁRCIA – Em Santander. Aqui ele usava, trazia droga para o apart hotel. Ele usava lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele usava a que ele próprio trazia, ou adquiria aqui?

A SRA. MÁRCIA – Comprava aqui.

Em frente havia uma barraca de um rapaz, Antônio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Barraca do Antônio novamente?

A SRA. MÁRCIA – Antônio. O rapaz que trazia para ele era o Moisés, que também ia viajar e foi abordado no aeroporto com a de menor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a idade desse rapaz?

A SRA. MÁRCIA – Uns 32.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você disse que havia uma menor de idade?

A SRA. MÁRCIA – A menina, 16

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dezesseis. Aquela que você citou ainda há pouco.

A SRA. MÁRCIA – Sabrina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, estamos vendo que o Emílio, além de buscar as garotas, também traficava drogas.

A SRA. MÁRCIA – Também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem, além dele, conseguia, além dele próprio, do Assis, que chegou a citar aqui, quem mais você diria que conseguia garotas para o Emílio?

A SRA. MÁRCIA – O Jonathan, que mora no conjunto Ceará, é um menino que tinha um "caso" com Assis, tem um "caso" com Assis; o Ney. Foram os que eu conheci, e a Sara, uma menina que chegou recentemente da Espanha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sara esteve na Espanha e hoje está no Ceará?

A SRA. MÁRCIA – É, inclusive hoje está numa boate.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você pode escrever para nós o nome da boate?

A SRA. MÁRCIA – Posso dizer o nome da boate?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pode dizer.

A SRA. MÁRCIA – Studio Tropical, da Débora Soft.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pela ordem, Srª Presidente. Peço a V. Exª que verifique se no plenário há outro depoente. Se existir, por favor, que ele não permaneça no recinto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desculpe-me. O senhor pode se identificar?

O SR. NEY – Eu sou o Ney.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Citado aqui? Então, o senhor não pode permanecer aqui.

O SR. NEY – Eu não sabia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Peço à Secretaria que, por favor... Pois não. Está certo.

Peço à Secretaria que conduza o Sr. Ney. Se existir outro depoente...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para uma sala reservada.

A SRA. (oradora não identificada) – Sr. Hagen.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele vai acompanhar.

(Comentários fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, ele nem te viu.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Não, não deu para perceber. Eu nem entendi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bem, Márcia...

Podemos continuar, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Claro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bem, Márcia...

Aqui foi citado o Studio Tropical. Studio Tropical é um lugar onde se pode dizer que existe o assédio de adolescentes para a exploração sexual?

A SRA. MÁRCIA – Sim. Inclusive eu investiguei a vida da Sara. Na verdade, o nome dela é Estela. Sara é o nome de trabalho. Ela faz **strip** ao vivo, no palco.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Ela é menor?

A SRA. MÁRCIA – Não. Ela foi para a Espanha com Assis, mandada pelo Assis...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Essa é a boate Tropical? É isso? É aquela que fica na...

A SRA. MÁRCIA – Bezerra de Menezes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É aquela ali atrás...

A SRA. MÁRCIA – Que fica na Bezerra de Menezes, da Débora S...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Márcia, com quantos anos você começaste a freqüentar o mundo da exploração sexual?

A SRA. MÁRCIA – Foi justamente no ano passado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi nesse período?

A SRA. MÁRCIA – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Até então você não tinha...

A SRA. MÁRCIA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto às adolescentes que você percebeu que estavam envolvidas, você diria...

Você pode fazer um resumo da presença das adolescentes? São muitas adolescentes? Há um mercado diferente para adolescentes? É mais caro?

A SRA. MÁRCIA – É, porque as pessoas de fora procuram mais gente jovem, de 16 ou 17 anos. E elas cobram bem mais caro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com essa idade é mais caro.

A SRA. MÁRCIA – Elas cobram bem mais caro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas lá na Espanha tu tiveste um exemplo, que tu tem que pagar tudo.

A SRA. MÁRCIA – Na Espanha a gente tem um preço; aqui elas dão um preço. Lá a gente tinha um preço que era o dono da boate que dava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas esse Assis, esse Ney, esses também, além de agenciarem para mandar para a Espanha, eles também oferecem as garotas aqui no Ceará para os hotéis de luxo?

A SRA. MÁRCIA – Eu não sei, porque com o Ney tive pouco contato, mas com o Assis eu acho que sim. Ele conhece muito hotel aqui, o Assis. Acho que todos. Inclusive, conheci um sueco. Conversando com ele, eu assim: "Tu conheces o Assis?". E ele: "Assis de quê?". Eu disse: "Assis Aguiar". Ele disse: "Conheço". Mas também eu não comentei para ele o fato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Fizeram fotografias tuas despida?

A SRA. MÁRCIA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas fotografias que tu encontraste, fotografias de adolescentes ou crianças...?

A SRA. MÁRCIA – De adolescentes; crianças, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu tens certeza?

A SRA. MÁRCIA – Absoluta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde é que estavam essas fotografias?

A SRA. MÁRCIA – Na casa do Assis.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na casa dele?

A SRA. MÁRCIA – Na casa do Assis.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas fotografias, na Espanha tu chegou a ver fotografias como essas?

A SRA. MÁRCIA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele colocava na **internet**. Tu não sabes?

A SRA. MÁRCIA – Não sei. Eu sei que, depois que ele foi pego, eu descobri que ele estava trabalhando pela **internet**, o Assis. Ele e uma Kátia, lá de São Paulo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele passava fotos para São Paulo?

A SRA. MÁRCIA – Isso. Ele tinha meninas de todos os lugares, do Maranhão, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de todos os lugares.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ele próprio era fotógrafo?

A SRA. MÁRCIA – Ele mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele mesmo. Ele tinha uma máquina digital, dessas que dá para colocar no computador direto?

A SRA. MÁRCIA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu conhece?

A SRA. MÁRCIA – Eu sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele não tinha? Tu não lembra?

A SRA. MÁRCIA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu não viu?

A SRA. MÁRCIA – Não, ele não tem. Só se ele tem agora, mas ele não tinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas naquela época ele batia essas fotos com que máquina?

A SRA. MÁRCIA – Com filme mesmo, normal.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E mandava revelar onde?

A SRA. MÁRCIA – No Júnior Fotos, que fica na...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Jumbo...?

A SRA. MÁRCIA – Júnior Fotos, que, inclusive, foram eles que bateram minhas fotos no passaporte. Fica na Pe. Antônio Tomás com a Joaquim Nabuco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na Joaquim Nabuco, esquina com...

A SRA. MÁRCIA – Esquina com Pe. Antônio Tomás.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer o seguinte: no mesmo local onde tu fizeste as fotos para o passaporte é o local onde ele enviava os filmes fotográficos para revelar?

A SRA. MÁRCIA – Inclusive ele era muito conhecido lá, nesse Júnior Fotos. Quando eu cheguei lá, ele: "Cadê aquela menina que veio aqui semana passada? Ela não veio pegar as fotos." Era, inclusive, a Sabrina, a de menor.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Qual é o nome desse estúdio?

A SRA. MÁRCIA – Júnior Fotos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Onde é que fica? Você sabe?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na Joaquim Nabuco, esquina com Pe. Antônio Tomás.

Está certo. Então ele fazia fotos de filme comum?

O Assis freqüentava a barraca do Antônio e ele próprio fazia os contatos?

A SRA. MÁRCIA – Todos os lugares que o Emílio freqüentava o Assis freqüentava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E eles pagavam para as pessoas? Tu chegou a ver pagando, por exemplo, para oferecer uma menina? Para apresentar uma menina para eles, eles tiravam dinheiro do bolso e já pagavam?

A SRA. MÁRCIA – O Emílio, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Emílio fazia isso?

A SRA. MÁRCIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era essa a prática?

A SRA. MÁRCIA – Eu conheci uma menina na barraca do Antônio... Eu estava chegando... O Emílio mandou me pegar lá em casa. Aí, quando eu cheguei, ele estava conversando com uma menina que estava grávida, inclusive muito bonita. Ela falou que estava com dois meses.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dois meses de gravidez.

A SRA. MÁRCIA – Dois meses. Ela era muito bonita, nem parecia que estava grávida. O Assis ia resolver com o Emílio o aborto dela, para mandar ela para a Espanha. Eu estava presente nesse dia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu estavas presente? Tu participaste dessa conversa? Falaram na tua frente?

A SRA. MÁRCIA – Só que eles falavam em código. Ele não pôde me enganar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu entendeu que era isso?

A SRA. MÁRCIA – Inclusive eu perguntei para o Emílio. Ele disse que era para um amigo dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E essa moça teria quantos anos?

A SRA. MÁRCIA – Dezoito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dezoito anos.

Ela fez o aborto?

A SRA. MÁRCIA – não sei, porque eu viajei antes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora, deixe-me perguntar algumas coisas sobre essa sua viagem. Nessa viagem, que jovens brasileiras conheceu lá?

A SRA. MÁRCIA – Várias.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Poderia dar os nomes?

A SRA. MÁRCIA – Posso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – São nomes verdadeiros ou você não sabe?

A SRA. MÁRCIA – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O nome que você conhece e de que Estados elas vinham.

A SRA. MÁRCIA – Tem a Vanessa e a irmã dela, a Viviane, que não são nomes verdadeiros. Elas moram aqui em Fortaleza, só que elas não são daqui. Elas conheceram o Emílio no Pirata. Foi o que elas me passaram.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Conheceram o Emílio como?

A SRA. MÁRCIA – No Pirata Bar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além dessas...

A SRA. MÁRCIA – Tem a Michele, que não é o nome verdadeiro. Ela é de... acho que de Sana Catarina. Não sei, não lembro, não recordo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela teria sido convidada lá em Santa Catarina ou aqui?

A SRA. MÁRCIA – Lá, pelo Assis.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pelo Assis. Então, nós podemos dizer que o Assis, além de operar aqui no Ceará, também vai aos outros Estados?

A SRA. MÁRCIA – Com certeza. Antes de viajar, conheci uma menina que veio do Maranhão. Inclusive ela estava dormindo na casa do Assis, pois ela não tinha ninguém em Fortaleza porque estava resolvendo a documentação dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é o nome dela?

A SRA. MÁRCIA – Não recordo. Lá na Espanha, tinha duas bolivianas, tinha também a Glória, que é daqui também...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Daqui do Ceará?

A SRA. MÁRCIA – É. A Glória. Tinha a Claudiana.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa viajou contigo?

A SRA. MÁRCIA – Não. Quem viajou comigo foi a Lícia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguma dessas que você citou o nome é menor de idade, menor de 18?

A SRA. MÁRCIA – Nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sabe se o Assis, através do Emílio, promoveu a ida para a Espanha de meninas com documentos falsos?

A SRA. MÁRCIA – A Sabrina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só a Sabrina?

A SRA. MÁRCIA – Porque se tinham outras, elas não me passavam nenhum tipo de informação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Sabrina chegou a ir para a Espanha?

A SRA. MÁRCIA – Não, ela foi abordada no aeroporto pela Civil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque ela tinha o documento falso?

A SRA. MÁRCIA – E foi justamente na época em que cheguei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Lá na Espanha, você ficou incomunicável ou podia falar com a família?

A SRA. MÁRCIA – Podia falar com a minha família.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Falava todos os dias?

A SRA. MÁRCIA – Todos os dias?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Falava por telefone.

A SRA. MÁRCIA – Por telefone.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eles sabiam que você estava lá vivendo da prostituição?

A SRA. MÁRCIA – Sabiam. No outro dia eu contei para meus pais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você já tinha passaporte?

A SRA. MÁRCIA – Já.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ou foram eles que fizeram para você?

A SRA. MÁRCIA – Não, foi o Assis que me deu o dinheiro que o Emílio mandou, e eu tirei na Federal.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, para o passaporte eles te deram o dinheiro. E para fazer fotos?

A SRA. MÁRCIA – Tudo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mala também?

A SRA. MÁRCIA – Roupa...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Compraram roupa?

A SRA. MÁRCIA – Me deram dólar para eu levar, me deram endereço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E tudo isso, quando você chegou lá, foram descobertos?

A SRA. MÁRCIA – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque o Assis não gostava de você? – você registrou aqui.

A SRA. MÁRCIA – Porque ele disse que eu fazia muita pergunta. Inclusive, quando ele ligou para a Espanha, perguntou pela Lícia. E a Vanessa perguntou: "Você não vai perguntar pela Márcia? E ele: "Não quero nem saber de Márcia."

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, ele já tinha contigo uma prevenção negativa?

A SRA. MÁRCIA – Com certeza, porque minha mãe ligou para a casa do Assis e ameaçou ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além da Espanha, da Espanha, as meninas foram para outros países ou não?

A SRA. MÁRCIA – Foram. O Assis, ele... Inclusive tem uma amiga minha que eu jamais imaginei que fosse de programa. Era a Patrícia. Ela foi para a Alemanha, voltou para cá e esse alemão é amigo do Assis. Voltou para cá espancada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem é o alemão?

A SRA. MÁRCIA – Não sei o nome dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse alemão já conhecia o Ceará?

A SRA. MÁRCIA – Já, ele também fazia tráfico.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele vem freqüentemente para cá?

A SRA. MÁRCIA – Vem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele continua a morar aqui?

A SRA. MÁRCIA – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É um alemão que mora aqui ou mora na Alemanha?

A SRA. MÁRCIA – Na Alemanha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você tem como chegar à Patrícia?

A SRA. MÁRCIA – Tenho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você ouviu falar em documento falsificado ou não?

A SRA. MÁRCIA – Com ele? Com esse alemão?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, digo das meninas.

A SRA. MÁRCIA – Com Assis?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eles falsificavam documentos?

A SRA. MÁRCIA – Já. A Sabrina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas essa Sabrina foi a única. Como é que eles falsificaram o documento dela?

A SRA. MÁRCIA – Não sei. Sei que ela tem 16 anos e tinha identidade e passaporte falsos. Ela mesma conta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem. De minha parte, eram essas as minhas perguntas para a Márcia. As nossas colegas terão outras, certamente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Srª Relatora.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Márcia, me diz uma coisa. Você diz que fazia muitas perguntas e o Assis não gostava, não é isso? O que você conseguiu descobrir do Assis? Você sabe o que o Assis fazia da vida antes disso?

A SRA. MÁRCIA – Sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O que ele era?

A SRA. MÁRCIA – Ele trabalhava com flats. Uma vez eu atendi o telefone na casa dele, porque eu estava lá, esperando o Emílio, e era uma moça.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Uma moça?

A SRA. MÁRCIA – Uma moça ligou e ele disse: "Olha, você nunca atenda o meu telefone, nunca". Ele só faltou me bater porque eu atendi o telefone dele. Eu perguntei por que, e ele disse "porque não".

Uma vez, uma senhora foi lá e foi a maior discussão com ele, porque parece que ele tinha alugado uma casa. Não sei, não entendi bem a conversa. Ele tinha alugado uma casa e parece que essa casa estava ilegal. Era no interior, aqui perto, uma casa muito grande que estava ilegal. Não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas, enfim, você já tinha ouvido falar alguma vez que ele costurava, que era bom de costura, ou alguma coisa do estilo?

A SRA. MÁRCIA – Ele mesmo contava.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Contava o quê?

A SRA. MÁRCIA – Que já tinha feito muitas roupas para pessoas famosas, não sei o quê.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, realmente em alguma época da vida ele foi costureiro?

A SRA. MÁRCIA – É o que ele diz, não é?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quanto você acha que o Assis ganhava? Você acha que ele ganhava dinheiro para fazer isso ou não?

A SRA. MÁRCIA – Ganhava.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ganhava quanto? Era um percentual? Como era?

A SRA. MÁRCIA – Cada menina, pelo que eu pude descobrir com o próprio Johnatan, que tinha um caso com ele – depois que cheguei da Espana, ele me contou –, ganhava R$2 mil.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele ganhava R$2 mil por menina?

A SRA. MÁRCIA – Dois mil reais.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por menina que ele mandasse?

A SRA. MÁRCIA – Exato.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que ele organizasse os papéis?

A SRA. MÁRCIA – Inclusive eu fui ao banco com o Emílio e ele para tirar dinheiro para ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A qual banco você foi?

A SRA. MÁRCIA – Banco do Brasil

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, a conta dele é no Banco do Brasil?

A SRA. MÁRCIA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Apenas lá?

A SRA. MÁRCIA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como era o apartamento dele? Era um apartamento, era uma casa?

A SRA. MÁRCIA – Ele morava embaixo, era um flat.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele morava em um flat?

A SRA. MÁRCIA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas havia quartos, cômodos?

A SRA. MÁRCIA – Não tinha luxo lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, sei que não tinha luxo...

A SRA. MÁRCIA – Mas eram só três cômodos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eram só três cômodos?

A SRA. MÁRCIA – Sala, uma outra sala que ele fazia de quarto, que tinha televisão e DVD ou DIRECTV, eu acho, a cozinha, o banheiro e um quintal.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, era uma casinha. Era um flat de três cômodos.

A SRA. MÁRCIA – Isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A minha dúvida é a seguinte: em que ano você esteve na casa dele?

A SRA. MÁRCIA – Em maio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Em maio? Então, ele não tinha nenhuma chance de ter lá, em outro lugar, mais seis cômodos, por exemplo, de aluguel? Nada disso?

A SRA. MÁRCIA – Não sei informar. Ele não mencionava.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Onde ele morava mesmo eram três cômodos?

A SRA. MÁRCIA – Era.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E nesses três cômodos você viu as fotos com meninas e meninos?

A SRA. MÁRCIA – Eram expostas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E ele morava no primeiro andar?

A SRA. MÁRCIA – Isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas sabe se ele tinha algo no segundo andar, se era dele?

A SRA. MÁRCIA – Não sei. Sei que tinha uma mulher, amiga dele, que morava em cima. Tem inclusive, também, uma cabeleireira onde ele me levou para pintar o meu cabelo, Linda Cabeleireiros, que é muito amiga dele. Ela soltou para mim que ele costumava levar meninas para fazer penteados e pintar cabelo – Linda Cabeleireiros.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Onde fica a Linda Cabeleireiros?

A SRA. MÁRCIA – Não lembro. Eu sei ir lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Em que bairro?

A SRA. MÁRCIA – Em Aldeota.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na Aldeota?

Você já ouviu falar numa senhora de nome Clemilda?

A SRA. MÁRCIA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você ouviu falar numa moça de nome Maria Lúcia?

A SRA. MÁRCIA – Também não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que fazia eventos...

A SRA. MÁRCIA – Já ouvi falar da Kátia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem era a Kátia?

A SRA. MÁRCIA – De São Paulo. Ela também é agenciadora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas qual era a relação dela com o Assis?

A SRA. MÁRCIA – Ela mandava meninas de São Paulo para Fortaleza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para o Assis, e aí o Assis mandava para a Espanha por Emílio?

A SRA. MÁRCIA – Isso. Para o Emílio e para outros também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, ele não mandava só para o Emílio não?

A SRA. MÁRCIA – Não, ele tem vários amigos de fora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que outro nome...?

A SRA. MÁRCIA – Nome não, mas cidade tem, não recordo...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Deputada Laura, só pegando o gancho da sua pergunta, onde o Assis acomodava essas meninas que vinham de São Paulo, em que residências, onde essas moças ficavam?

A SRA. MÁRCIA – Na própria casa dele.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Na casa do Assis.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vamos tentar então...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Laura, só para ajudar. Pede para ela descrever a casa do Assis.

A SRA. MÁRCIA – Na frente tem um portão pequeninho mesmo, abaixo do meu umbigo, aí tem uma porta branca com venezianas. Aí você entrando tem uma sala que tem um espelho e tinha um sofazinho, tem inclusive uma máquina de costura, tem uma instante aonde ele guarda as fotos.

A **SRA. ANN PONTES** (PMDB – PA) – Sabe o Bairro?

A SRA. MÁRCIA – Sei.

A **SRA. ANN PONTES** (PMDB – PA) – Qual é?

A SRA. MÁRCIA – É Rua República do Líbano, Aldeota.

A **SRA. ANN PONTES** (PMDB – PA) – O número da casa?

A SRA. MÁRCIA – Não me recordo, não sei se é 145, não me recordo.

A **SRA. ANN PONTES** (PMDB – PA) – É uma casa fácil de achar. Com essa informação a gente acha fácil?

A SRA. MÁRCIA – Com certeza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A delegada sabe onde é.

A SRA. MÁRCIA – Inclusive, a delegada foi que abordou as fotografias na casa dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas aí continua a descrever a casa, embora você saiba aonde é e a gente sabe que você sabe então para nossa prova é importante.

A SRA. MÁRCIA – Então, tem a sala, tem o armário e depois da sala tem uma acesso que dá para o quarto e cozinha. Aí tem uma camazinha de solteirão, tem uma televisão de 29 polegadas, tem uma DirecTV, tem a cozinha dele que tem um fogão, uma geladeira e uma mesinha pequena. Só não tinha muitos móveis não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos quartos?

A SRA. MÁRCIA – Não tinha quartos, era sala, outra salinha que ele fazia quarto e a cozinha e banheiro, só.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não tinha mais quartos?

A SRA. MÁRCIA – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Por favor, a foto que o rapaz está tirando ali é bom não focalizar o rosto dela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não dá para focalizar o rosto dela não. Não é possível.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só um aparte.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Um aparte à Srª Relatora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Márcia. Eu gostaria que você falasse novamente para a Deputada Laura Carneiro, sobre a Kátia em São Paulo. Se eu quiser identificar saber onde é que trabalha essa Kátia em São Paulo. Eu tenho alguma pista disso?

A SRA. MÁRCIA – A pista que eu tenho é que a Sara que é a menina que veio da Espanha agora, que foi ela que me passou, quando ela viajou, a Sara, ela me contou ela foi do Assis, e aí o Assis levou ela para o aeroporto, ela foi para São Paulo, passou dois dias na casa da Kátia. E da casa da Kátia foi para Espanha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, a Kátia é uma ponta lá em São Paulo para a ida à Espanha.

A SRA. MÁRCIA – Exatamente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ou vice-versa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu não esteve na casa dela. Tu foi direto?

A SRA. MÁRCIA – Não, eu consegui essa informação na boate que foi justamente onde eu estava investigando a vida da Sara, que ela veio da Espanha, que eu passei para a amiga dela, de dormir na casa da Sara, para colher informações.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu tem o nome completo da Kátia ou não?

A SRA. MÁRCIA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu não sabe também o bairro? Tem algum lugar que ela trabalhe ou ela trabalha em casa mesmo?

A SRA. MÁRCIA – Não sei também, quem vai informar é a Sara, eu não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela também receberia as fotografias lá?

A SRA. MÁRCIA – É com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bom. Obrigada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É continuando. Você já ouviu falar no nome do Wilson?

A SRA. MÁRCIA – Já

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem é esse Wilson, você lembra?

A SRA. MÁRCIA – Wilson é brasileiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E quem ele é na história?

A SRA. MÁRCIA – Acho que ele era um caso do Assis. Eu acho que já vi ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Acha que ele era caso do Assis?

A SRA. MÁRCIA – Era, porque inclusive ele foi lá na casa do Assis e o Assis tinha mandado ele embora por roubo, porque ele tinha roubado o Assis.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Onde ele é que ele morava?

A SRA. MÁRCIA – Com o Assis. Ele tem fotografias do Assis.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele é o mesmo...

A SRA. MÁRCIA – Não é não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu acho que sim. Não faz mal, fala no microfone.

A SRA. MÁRCIA – O Wilson é um que ele dizia que era filho dele, que é de São Paulo ou era do Rio, que ele vinha para aqui para passar férias, mas que não era. E tem até foto dele despido. Ele era um caso do Assis.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Que idade você imagina que tem o Wilson?

A SRA. MÁRCIA – Acho que uns 25 ou 26 anos. É um moreno, forte, muito bonito, inclusive.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Esse Assis alugou um **flat** para o Emílio, não foi?

A SRA. MÁRCIA – Não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Antes de o Emílio chegar no Othon, você acha que ele esteve, em algum a momento, em algum **flat** ou alguma coisa?

A SRA. MÁRCIA – Não sei, porque ele não falava, ele dizia que era cliente do Othon. E todo mundo conhecia ele lá.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Quem era cliente, o Assis?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Assis.

A SRA. MÁRCIA – Não, o Emílio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Emílio; desculpe-me.

Outra coisa, em que momento você conheceu o Valdiney ou o Ney? Ele vivia lá, você via de vez em quando só, você viu uma vez só ou viu muito?

A SRA. MÁRCIA – De vez em quando ele aparecia lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Qual era a função dele nesse esquema?

A SRA. MÁRCIA – Ele era muito amigo do Assis. A única coisa que ele fez foi me levar para tirar as fotografias, com o Assis, no carro dele, e comprar a mala.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E comprar a mala?

A SRA. MÁRCIA – Ele foi comprar a mala junto comigo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas ele nunca saiu com você para comprar roupa, por exemplo?

A SRA. MÁRCIA – Não; as roupas eu comprei, ele mandou só o dinheiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Me explica uma coisa você era namorada do Emílio, não é isso?

A SRA. MÁRCIA – Isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quando te apresentaram o Valdiney, disseram o quê? Este aqui é o meu motorista, esse aqui é o quê? Como é que ele aparece e vai sair com você para comprar mala?

A SRA. MÁRCIA – Quando eu conheci o Ney o Emílio já tinha ido embora. Eu conheci o Ney através

do Assis, que dizia que era um amigo dele que estava se separando recentemente da mulher e que estava lá só para uma temporada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Estava para uma temporada ajudando, era isso?

A SRA. MÁRCIA – Inclusive, ele queria ir para os Estados Unidos também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Ney?

A SRA. MÁRCIA – O Ney. Aí ele levou a gente para bater fotografia lá no Júnior Fotos e foi comprar a minha mala.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você já ouviu falar em um cabeleireiro de nome Gurgel?

A SRA. MÁRCIA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não. A única a cabeleireira que você lembra é da Linda?

A SRA. MÁRCIA – Linda.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você disse, no seu depoimento, que você usou o nome da Débora Soft. Quem é essa mulher, que eu sou meio ignorante nessas coisas?

A SRA. MÁRCIA – Débora Soft é a dona da boate do Tropical que faz sexo ao vivo na própria boate com o esposo dela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O esposo faz junto? Ficam os dois fazendo sexo, expondo assim?

A SRA. MÁRCIA – Exatamente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela e o marido?

A SRA. MÁRCIA – Ela e o esposo, o Jonas, que inclusive diz que é advogado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, é o Jonas?

A SRA. MÁRCIA – É.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E você soube que ela resolveu entrar para a política, ouviu alguma coisa?

A SRA. MÁRCIA – Ela entrou para a política.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, entrou para a política? O que ela resolveu ser?

A SRA. MÁRCIA – Acho que Vereadora, não sei, eu nunca...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem é essa dona?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A da boate que faz show nua, com marido, o Jonas, que é advogado ou seria advogado.

A SRA. MÁRCIA – Inclusive eu achei isso ridículo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agora ela se filiou a um partido, eu não sei ainda qual é o partido, mas vou saber até a o final da noite.

A SRA. MÁRCIA – Até eu falei assim, desculpem-me a expressão, como é que uma puta quer entrar para a política?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pode entrar, eu acho que é uma representação de parte de uma sociedade que precisa estar representada.

A SRA. MÁRCIA – Só se ela fosse deixar, mas ela freqüenta...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Desde que não use criança não tem problema nenhum para mim.

A SRA. MÁRCIA – É porque você não conhece ela...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não; por isso que eu estou perguntando, para você me contar como ela é.

A SRA. MÁRCIA – O modo com que ela se veste... Se você convidar ela para falar com você, ela virá com as roupas que ela trabalha na boate, porque nem roupa ela tem. Ela não sabe nem se vestir.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas lá tem meninas? Elas usam adolescentes na boate?

A SRA. MÁRCIA – Usa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, então ela não pode ser candidata a Vereadora, não. Não vai dar certo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Criminosa?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por isso que eu disse que não pode ser candidata.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não é porque é prostituta, é porque é criminosa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Exatamente, não tem nada a ver, prostituta pode.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não pode é criminosa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Criminosa é que não.

A SRA. MÁRCIA – Assim... Eu nunca vi ela com menores, não vou dizer que eu vi porque eu nunca vi, mas que meninas freqüentam a boate dela, e muitas, freqüentam. E usam cocaína, que eu cheguei a ver, na própria boate.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Também tem cocaína lá?

A SRA. MÁRCIA – Também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Me descreve o Antônio.

Tomara que a televisão mostre como o Antônio é, porque aí pelo menos vamos ver se a Polícia vai lá

buscar o Antonio da barraquinha lá em frente ao Othon. Senão eu vou ter que ir de noite de novo, Patrícia, vamos ter que passar de novo. Assim não dá. Ontem foram as meninas, mas correr atrás de traficante eu não estou para isso não.

A SRA. MÁRCIA – A barraca é do Antônio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, a barraca é do Antônio.

A SRA. MÁRCIA – Mas não era o Antônio que passava drogas, era o Moisés, que é amigo do Antônio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Antônio é o dono da barraca e quem fica lá é o Moisés?

A SRA. MÁRCIA – É o Moisés. Ele que passava drogas para o Elias.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Descreve o Moisés.

A SRA. MÁRCIA – Moreno alto, muito moreno, tipo africano, alto, cabelo curto, olhos grandes, magro...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Bem alto, tipo 1,70m a 1,80m?

A SRA. MÁRCIA – 1,80. A delegada sabe quem é.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Da minha altura mais ou menos.

A SRA. MÁRCIA – A delegada sabe quem é.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que bom. Melhor. Me diz uma outra coisa. Em Santander, pelo que você disse, ao mesmo tempo em que você estava lá, aconteceu a prisão do Emílio, não é isso?

A SRA. MÁRCIA – Foi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Em algum momento você foi chamada, a polícia chegou na casa onde você estava e te interrogou?

A SRA. MÁRCIA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A polícia espanhola?

A SRA. MÁRCIA – Não, eu fiquei numa casa de refúgio com dois seguranças

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem te levou para a casa de refúgio?

A SRA. MÁRCIA – A polícia de Sória, com dois seguranças 24 horas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E nessa casa de refúgio você não deu nenhum depoimento sobre o Emílio?

A SRA. MÁRCIA – Dei, para a dona da casa. Com uma semana na casa fui para Santander, que foi para o fórum de lá. Aí uma denúncia lá...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Outro depoimento.

A SRA. MÁRCIA – Outro depoimento com uma juíza lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E aqui no Brasil? Já vi que lá todo mundo te conhece e você contribuiu para prender o Emílio. Mas aqui no Brasil nunca te chamaram para você tentar...

A SRA. MÁRCIA – Chamaram, a civil.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Além da civil, você nunca chegou a ir a juízo?

A SRA. MÁRCIA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O processo não consegue chegar lá.

A SRA. MÁRCIA – Tem várias reportagens, mas em relação...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Teve as reportagens, o inquérito que a delegada presidiu, mas parou por aí.

A SRA. MÁRCIA – Exatamente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quantas meninas tinham com vocês na Espanha? Mais ou menos 10, 20?

A SRA. MÁRCIA – Umas 15.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E vocês todas dormiam onde?

A SRA. MÁRCIA – Eram duas no mesmo quarto, só que eu ficava sozinha no quarto, porque o Emílio me dava presentes, porque ele queria me conquistar e eu nunca trabalhei com isso e ele tinha medo de eu fugir, fazer alguma coisa e aí ele me deixava sozinha no quarto, fazia tudo por mim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você acha que o Assis sabia de tudo?

A SRA. MÁRCIA – Com certeza. Acho não, tenho certeza absoluta.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Assis sabia de tudo, quer dizer, ele participa...

A SRA. MÁRCIA – Ele participa, ele ligava para lá e inclusive ligou com dois dias que eu estava lá dizendo que estavam chegando duas meninas e chegaram.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele avisava quando iam chegar os passaportes?

A SRA. MÁRCIA – Ele avisava quando as meninas iam chegar para o Emílio pegar as meninas no aeroporto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você ouviu falar que tinha um policial especificamente, embora já tenhamos a informação, mas só para tentar nos ajudar, que tivesse essa facilidade de dar passaportes?

A SRA. MÁRCIA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Se eu escrever um nome para você...

Você está com fome? Quer ir ao banheiro?

A SRA. MÁRCIA – Pode?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro, pode.

Suspendamos, então.

(Suspende-se temporariamente a reunião.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Márcia, vou fazer a minha última pergunta.

Fala um pouco mais do Johnatan.

A SRA. MÁRCIA – O Johnatan é de menor, acho tem uns dezoito.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agora tem dezoito? Ou na época?

A SRA. MÁRCIA – Agora tem dezoito.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, na época ele tinha menos. Quantos anos?

A SRA. MÁRCIA – É, ele é novo, que o pai dele já foi advogado, está até com o diploma preso, recolhido, não sei por quê.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pai do Johnatan?

A SRA. MÁRCIA – Pai do Johnatan.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele mora no Conjunto Ceará?

A SRA. MÁRCIA – Mora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sabe o sobrenome?

A SRA. MÁRCIA – Não, sei que ele falou para mim que o Assis entrou em contato com ele, depois que ele saiu da prisão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Depois que o Assis saiu da prisão.

A SRA. MÁRCIA – O Assis entrou em contato com ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E ele entrou em contato com você por quê?

A SRA. MÁRCIA – Comigo não, com Johnatan.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, meu amor, como você sabe disso?

A SRA. MÁRCIA – Porque eu andava lá, tenho amigas que moram no Conjunto Ceará, moram lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo, desculpa, burrice minha.

A SRA. MÁRCIA – Tudo bem. Depois a gente pergunta **in off**, senão vou enrolar tudo aqui. Obrigada, querida.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Márcia, você falou há pouco que o Assis tinha uma certa antipatia por você, porque você fazia muitas perguntas. Que tipo de perguntas, para quem você fazia essas perguntas?

A SRA. MÁRCIA – Para, inclusive, uma menina que tinha chegado da Alemanha, que eu perguntava para ela como era lá. Ela disse: "Não, eu tenho meu namorado, estou ganhando muito dinheiro". Ela trouxe fotografias de lá, mas não de boates, de local. Ele viu que ela ganha muito dinheiro e vai voltar para lá. Só que aparentemente a menina você não dava nada para ela. Como é que uma menina que ganha tanto dinheiro, se veste dessa maneira, porque ninguém é burro, eu não sou burra. Aí ela: não, porque não sei o quê," O Assis: "menina, pára de perguntar, pergunta demais".

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E qual é o nome dessa menina que teria ido para a Alemanha?

A SRA. MÁRCIA – Não recordo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não pode falar?

A SRA. MÁRCIA – Não recordo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ah, não lembra?

A SRA. MÁRCIA – Não lembro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Está certo. Me diga uma coisa: você começou a sua história dizendo que o primeiro encontro com o Emílio foi numa boate que você foi com duas meninas, duas colegas suas. Essas duas colegas eram menor de idade ou já eram maior?

A SRA. MÁRCIA – Não, uma trabalha na boate, porque, inclusive, a boate que conheci o Emílio é a Extra Tropical.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Extra...

A SRA. MÁRCIA – Extra Studio Tropical, da Débora Soft.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, foi nessa boate...

A SRA. MÁRCIA – Foi nessa boate.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) –... o primeiro contato com o Emílio?

A SRA. MÁRCIA – Foi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E o nome das meninas? Uma delas trabalhava na boate?

A SRA. MÁRCIA – Trabalha na boate ainda.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ainda trabalha. Você pode falar nome dela?

A SRA. MÁRCIA – Posso. Carla. Uma é Carla e a outra é Débora, que está na Suíça. Chega agora, essa semana.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas a Débora foi também para programas sexuais?

A SRA. MÁRCIA – Não, foi não. Ela foi através da Carla.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A menina que trabalha na boate?

A SRA. MÁRCIA – Tinha curiosidade de conhecer como era, né? Falavam muito da Débora Soft, que ela era isso, que ela era aquilo. A gente tinha curiosi-

dade, a gente foi. Ela arranjou cortesia para gente ir, a gente foi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A colega que trabalhava arranjou cortesia. As duas foram?

A SRA. MÁRCIA – Fomos.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Essa que arranjou cortesia conhecia o Emílio?

A SRA. MÁRCIA – Diz ela que não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas você não tem como confirmar isso?

A SRA. MÁRCIA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Em alguma vez o Emílio ou o Assis pediu para você usar drogas?

A SRA. MÁRCIA – Não, ele perguntou se eu usava. E eu disse que não. Eu nunca tinha usado. Ele: "tudo bem, você não é obrigada".

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas a meninas na casa usavam?

A SRA. MÁRCIA – Usavam. Todas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Todas as meninas?

A SRA. MÁRCIA – Todas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dada pelo Emílio?

A SRA. MÁRCIA – Dada pelo Emílio.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E o Assis também fornecia?

A SRA. MÁRCIA – Não sei. Nunca cheguei a ver.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, via de regra, os programas eram realizados com as meninas drogadas?

A SRA. MÁRCIA – Eram. Inclusive os clientes, alguns, usavam drogas. Era liberado na própria boate.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A boate já tinha disponível se o cliente quisesse?

A SRA. MÁRCIA – Com certeza.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Certo. Você me disse que o Emílio chegou a ligar para os seus pais para dar garantia do trabalho que você ia fazer lá na Espanha. Foi só contato telefônico ou contato visual?

A SRA. MÁRCIA – Não, só por telefone. Ligava para o meu celular, eu conversava com ele, e ele disse: "não, passa pros seus pais". Ele conversava com a minha mãe, com o meu pai, que a gente não se preocupasse e tudo. Passava confiança total.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E o Assis alguma vez ligou para o seu celular?

A SRA. MÁRCIA – Já.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você sabe o número do telefone do Assis?

A SRA. MÁRCIA – Não recordo, é... Não sei se é 242, 244, não me lembro, faz muito tempo. Tenho anotado isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Isso, então tenta Márcia, porque podemos pedir a quebra telefônica para confirmar o que você está nos colocando aqui. Nós precisamos checar tudo isso que você está nos colocando.

A SRA. MÁRCIA – Eu tenho anotado.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Depois você nos fornece.

A SRA. MÁRCIA – Com certeza.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você disse também que, no dia da sua viagem, havia uma outra moça com você. Ela era maior?

A SRA. MÁRCIA – Era.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Qual o nome dela?

A SRA. MÁRCIA – Lícia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Era a primeira vez que a Lícia ia também?

A SRA. MÁRCIA – Era. O Assis conheceu a Lícia através do Johnatan, pois ela mora no mesmo bairro que o Johnatan, a Lícia. Foi o Johnatan que apresentou a Lícia para o Assis.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, o nome dela é Lícia?

A SRA. MÁRCIA – Isso mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mesmo?

A SRA. MÁRCIA – Mesmo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Esse é o nome verdadeiro?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Você se lembra do sobrenome dela?

A SRA. MÁRCIA – Não. Mas tem na denúncia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela tinha quantos anos?

A SRA. MÁRCIA – Ela tem vinte.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Hoje?

A SRA. MÁRCIA – Uns vinte e um. Ela tinha vinte na época. Acho que tem uns vinte e um agora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, além do Assis, que trabalhava com o Emílio, havia o Johnatan?

A SRA. MÁRCIA – Tinha.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele arranjava meninas?

A SRA. MÁRCIA – Lícia foi através do Johnatan. Sara, que a Estela também conheceu o Assis através do Johnatan.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E o Johnatan está onde? Onde nós o localizamos?

A SRA. MÁRCIA – A última vez que soube dele ele estava no Rio de Janeiro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas ele morava aqui?

A SRA. MÁRCIA – Mora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele mora aqui?

A SRA. MÁRCIA – Mora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você sabe o endereço dele?

A SRA. MÁRCIA – Sei.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você pode dizer? Dizer ou escrever; o que ficar melhor para você.

A SRA. MÁRCIA – É porque não sei o nome da rua.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual é o bairro?

A SRA. MÁRCIA – Conjunto Ceará.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, você vai nos fornecer o telefone do Assis e o endereço do Johnatan.

Tinha mais alguém que ajudava o Emílio, ou seja, que fornecia para o Emílio meninas, moças?

A SRA. MÁRCIA – Não. Que eu cheguei a ver, era o Johnatan, que andava na casa do Assis; o Assis. Na casa dele, do Assis, andava muito gente, principalmente homossexuais. Muitos. Aí, fica difícil. Eles conversavam em local que eu não escutava.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não podia ouvir.

A SRA. MÁRCIA – Não podia ouvir.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Deixa eu ver se entendi direitinho, Márcia. Você somente ficou sabendo que tinha de fazer programas sexuais lá, na Espanha. Para todos os efeitos, você ia trabalhar em um hotel como secretária.

A SRA. MÁRCIA – Foi. Inclusive, a menina que viajou comigo disse para mim que iria trabalhar como camareira, a Lícia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A Lícia ia pensando que ia ser camareira?

A SRA. MÁRCIA – Não, ela sabia que ia ser para a prostituição. Só que ela disse para mim que ia ser camareira, porque eu não sabia, e ela tinha que mentir para mim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como você sabia que ela estava mentindo para você?

A SRA. MÁRCIA – Depois que eu voltei da Espanha. Ela contou no aeroporto, na frente dos meus pais. Os meus próprios pais são testemunhas, quando ela contou.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Que ela iria trabalhar como camareira. Ela já tinha ido trabalhar outras vezes?

A SRA. MÁRCIA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, ela fazia programas sexuais aqui?

A SRA. MÁRCIA – Fazia. Quem me falou, quem mandou ela não dizer foi o Assis e o Emílio. Ela disse "Não, vou trabalhar como camareira." Quando eu fugi da boate, na Espanha, eu mandei buscar ela depois, porque eu achava que ela não era prostituta. Quando ela chegou no aeroporto, ela falou para os meus pais "Eu me arrependo de ter voltado". "Como, se você pediu para a gente ir te buscar?" Ela disse "Mas, eu sabia de tudo. Lá, eu ia ganhar muito dinheiro."

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pois, não, Deputada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tenho uma perguntinha. Depois que você voltou da Espanha, não vou te perguntar quando, senão fica claro que é você, você chegou a ver o Assis alguma vez?

A SRA. MÁRCIA – Não. Mas, recebi ameaças, com números privados.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você recebeu ameaças...

A SRA. MÁRCIA – Em números privados. Em números não identificados. Números que não aparece o número.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O que ele dizia nas ameaças? Era ele? Era a voz dele? Você conhecia a voz dele?

A SRA. MÁRCIA – Conhecia. Mas não era. Ele não ia ameaçar. Ele mandaria alguém.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – As ameaças diziam o quê?

A SRA. MÁRCIA – Que não ia ficar assim. Que ele ia me matar. Várias coisas. Dizia que sabia que era eu que tinha denunciado ele.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Diga-me, você recebeu essas ameaças e fez o quê?

A SRA. MÁRCIA – Fui à delegacia. Inclusive, foram dois carros atrás de mim, na minha casa. Eu não sei dizer o nome daqueles carros. Eu sei que a marca é americana. São de São Paulo. Quem falou foi o meu vizinho. Vieram dois carros pretos atrás de mim – dois Citroen – com quatro caras, todos de paletó – só que eu estava na casa da minha família – atrás de ti aqui, perguntando pela Márcia. Aí, disseram que eu não estava, e eles disseram que depois voltariam. Aí, pronto; não apareceram mais.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foi só essa vez que esses carros estiveram lá?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Foi recente isso?

A SRA. MÁRCIA – Foi em outubro do ano passado.

E uma vez uma senhora falou assim: "Veio um rapaz aqui atrás de ti, na rua, de sandália baixinha, de chapéu, um senhor".

Aí, eu imaginei: era o Assis, que é a única pessoa que anda de chapéu assim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, o Assis usa chapéu?

A SRA. MÁRCIA – É. Eu imaginaria que teria sido ele atrás de uma Márcia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você sabe o que o Assis está fazendo hoje em dia?

A SRA. MÁRCIA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você ouviu falar em mais alguma coisa?

A SRA. MÁRCIA – Só ouvi dizer que ele estava continuando com o tráfico de meninas pela internet.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pela internet?

A SRA. MÁRCIA – Pela internet.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como é que faz isso pela internet?

A SRA. MÁRCIA – Eu não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem me contou é muito amigo dele. Soltou para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Você pode escrever o nome desse amigo dele no papel? Não fala o nome, só escreve no papel.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Se puder escrever, inclusive, onde a gente acha esse amigo, também era bom. Pode escrever, não precisa falar não. Aliás, não precisa não; não deve.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E se possível, Márcia, onde a gente acha esse amigo.

A SRA. MÁRCIA – Essa pessoa eu fiquei muito amiga dela. E tudo eu expus para ele o que aconteceu comigo, eu chegava na casa dele chorando. Inclusive, o pai dele me cobrou um dinheirão para colocar o Assis detrás das grades, para ganhar uma indenização, essas coisas assim. Aí, eu disse a ele que não queria, que iria deixar para lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, eventualmente, se quisermos ir com você nessa pessoa, você pode ir com a gente?

A SRA. MÁRCIA – Com certeza, sem nenhum problema.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para mim está perfeito. Obrigada, Márcia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Já estou fechando aqui, Márcia.

Tu chegaste a ser, uma vez, maltratada fisicamente?

A SRA. MÁRCIA – Fisicamente não, mas moralmente sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por quem?

A SRA. MÁRCIA – Pelo Emílio e pela tia dele, a Maika. Ela dizia que eu era uma das putas piores dali, que eu era daquelas putas incubadas. Eu disse que, se eu fosse puta, estaria ganhando muito dinheiro; não estaria denunciando.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Esse mal-entendido se deu aqui ou na Espanha?

A SRA. MÁRCIA – Na Espanha.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E tem uma tia que também participa do negócio dele?

A SRA. MÁRCIA – Exatamente. Inclusive, ela também foi presa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – As meninas eram maltratadas física ou moralmente?

A SRA. MÁRCIA – Moralmente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Também essa mesma abordagem?

A SRA. MÁRCIA – Também.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Além da Espanha, o Emílio falava em mandar vocês para outros países.

A SRA. MÁRCIA – Não, mas que ele tinha muitos amigos ele tinha.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – De outros países?

A SRA. MÁRCIA – Tinha. Ele falava cinco idiomas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que idiomas ele falava?

A SRA. MÁRCIA – Falava inglês, português, espanhol, francês e alemão. Foi o que ele me passou, né?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Esses amigos iam lá na boate para conversar ou também para fazer programas com vocês?

A SRA. MÁRCIA – Para fazer programas com a gente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nesses programas eles comentavam se já tinham vindo ao Brasil, se conheciam Fortaleza?

A SRA. MÁRCIA – Inclusive um, o Carmelo, que é sócio do Emílio como traficante, falou que já.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como era o nome dele?

A SRA. MÁRCIA – Carmelo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele era o quê? Alemão? Espanhol?

A SRA. MÁRCIA – Espanhol.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele disse que já teria vindo aqui?

A SRA. MÁRCIA – Ele e o filho dele, o Antônio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem é a Lúcia?

A SRA. MÁRCIA – Não é Lúcia não; é Lícia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, porque aqui a Taquigrafia...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Foi contigo.

A SRA. MÁRCIA – A Lícia é a menina que foi e veio comigo, que pediu para eu ajudar ela. Quando fugi da boate, encontrei ela num restaurante brasileiro lá na Espanha. Ela me pediu muito para ajudar ela: "Márcia, por favor, me ajuda". Eu disse: "Não te preocupas, que vou para outra cidade. Chegando lá, vou para a polícia denunciar e mando te pegar." E foi justamente a Interpol foi buscá-la, ela e as minhas malas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tem um certo momento em que ele paga vocês, alguém paga vocês 400 euros. Que história é essa?

A SRA. MÁRCIA – Quatrocentos euros?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É, acho que ela estava cheirando...

A SRA. MÁRCIA – Ah, a Lícia, não é?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso.

A SRA. MÁRCIA – Ela ficou com o Carmelo, ele pagou 400 euros para ela cheirar pó. Foi o que ela me contou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pagou 400 euros para ela cheirar?

A SRA. MÁRCIA – Foi, e ela cheirou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas, porque ele queria que ela cheirasse?

A SRA. MÁRCIA – Não sei, eu já tinha fugido da boate.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem tomava conta de vocês lá era um colombiano, é isso?

A SRA. MÁRCIA – Era um colombiano e uma espanhola, a gente chamava ela de "mama".

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E eles tratavam vocês bem?

A SRA. MÁRCIA – Tratavam.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, era a "mama" e esse colombiano que tomavam conta de vocês?

A SRA. MÁRCIA – A gente era vigiada 24 horas por um cachorro e por essa "mama".

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Era isso que eu ia perguntar, Márcia, como era a rotina lá na Espanha?

A SRA. MÁRCIA – A gente podia sair pela manhã para passear, almoçar fora com clientes, mas tinha que estar no horário certo. Caso a gente não chegasse, ele mandava uma pessoa procurar a gente. Ele tinha muito conhecimento, foi por isso que não denunciei ele lá. Eu achava que, como ele tem dinheiro, ele podia comprar tudo, Embaixada, tudo. Aí eu preferi fugir.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agora, só complementando ainda lá na Espanha. Você, em algum momento, ficou – a gente chama de cárcere privado – presa, sem poder se comunicar, sem poder se movimentar? Ou desde o primeiro dia você já podia sair para almoçar, por exemplo?

A SRA. MÁRCIA – Podia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você nunca ficou em cárcere privado?

A SRA. MÁRCIA – Só não podia sair à noite, porque eu tinha que pagar o bilhete para ele, mas, eu podia... Eu não fiquei presa, porque, só se ele ia me prender depois.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quando a gente fala em cárcere privado, não é que ele te prendeu ou te amarrou, mas você não podia sair?

A SRA. MÁRCIA – A noite não. Só se fosse com o Carmelo e ele pagasse 500 euros.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o que te acontecia se tu resolvesse sair, não voltar naquela noite?

A SRA. MÁRCIA – Ele dizia que eu podia ir embora, mas que eu ia sem nada. Sem passaporte, sem nada, só com a roupa do corpo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E o teu passaporte, tua documentação ficava contigo, com quem?

A SRA. MÁRCIA – Eu escondi quando cheguei.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas ficava o tempo todo contigo?

A SRA. MÁRCIA – O tempo todo comigo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tu conseguistes esconder?

A SRA. MÁRCIA – Escondi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas as outras não tinham passaporte?

A SRA. MÁRCIA – Não, a Lícia estava com o passaporte. Quando a gente chegava, a gente ficava uma semana com o passaporte, depois ele recolhia o passaporte. Dizia que ia guardar no cofre. Só que o meu estava comigo, até a minha mala estava comigo ainda.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, mas você passou 27 dias.

A SRA. MÁRCIA – Passei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E como é que você conseguiu dizer para ele que não iria devolver o passaporte?

A SRA. MÁRCIA – Não, mas eu passei 27 dias na Espanha, na boate eu passei 4 dias, só 4 dias.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Com ele, 4 dias. Por que senão como você iria segurar o passaporte tanto tempo?

A SRA. MÁRCIA – O total do que fiquei na Espanha...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você não soube nada das meninas depois, ou ligou para lá?

A SRA. MÁRCIA – Eu não liguei para lá, mas eu soube que elas estão em outras boates.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas, ele enlouqueceu quando...

A SRA. MÁRCIA – Com certeza. Ele dizia que era mentira minha.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, as meninas continuam lá só que em outras boates?

A SRA. MÁRCIA – Outras boates de amigas dele.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Vivendo no mesmo estilo de vida.

A SRA. MÁRCIA – Com certeza.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Fazendo programa sexual, usando drogas?

A SRA. MÁRCIA – Com certeza. E ele foi preso agora, de novo, com o mesmo problema.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Bom, da minha parte, me sinto satisfeita. E, antes de encerrarmos o seu depoimento, Márcia, queria saber se você queria nos colocar mais alguma coisa, no sentido de nos ajudar no esclarecimento dessas questões, principalmente com relação ao Assis. Você falou tudo ou acha que ainda ficou faltando alguma coisa?

A SRA. MÁRCIA – O que eu acho é que ele nunca vai parar por aí, porque, quando eu falei para vocês que eu estava andando em boates, chegou gente me dizendo: o Assis vai mandar uma amiga minha, agora, para São Paulo, para não sei onde. Mas eu não sei o nome delas. Elas diziam assim, por alto. E eu acho que por aí ele não para, porque esse é o ganho de vida dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não tenho dúvidas não.

A SRA. MÁRCIA – E ele vai negar muito isso. Mas, enquanto eu puder provar, eu provo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agora, de alguma maneira, você tem algum tipo de proteção da polícia?

A SRA. MÁRCIA – Não, lá eu tinha, aqui eu não tenho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você acha que você precisa ter? O que você sente?

A SRA. MÁRCIA – Eu me sinto ameaçada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, porque a presidente vai tomar as providências...

A SRA. MÁRCIA – Mas eu me sinto muito ameaçada, muito mesmo, porque todos sabem que a única pessoa que denunciou... né? Eles sabem...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eles sabem onde você mora?

A SRA. MÁRCIA – Sabem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você não mudou de casa?

A SRA. MÁRCIA – Não. Eles sabem assim... Porque o irmão do Jonathan namora uma menina que mora próximo a minha casa. O Assis nunca foi na minha casa não. Mas ele pode chegar até a minha casa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É fácil, né?

A SRA. MÁRCIA – Muito. Muito fácil.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eles não conhecem teu pai, por isso eu te perguntei dos pais.

A SRA. MÁRCIA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quando eles foram te deixar no aeroporto, eles não cruzaram com o Assis?

A SRA. MÁRCIA – Não. Não, mas eu tenho uma criança, também e eu tenho medo...Não posso deixar ela lá fora, na minha casa, eu tenho medo de um seqüestro...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Daqui a pouco você diz onde é tua casa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Procede a preocupação, Márcia. Mas vamos falar com nossa presidente no sentido de ela assegurar essa sua proteção. No mais, muito obrigada, você contribuiu sobremaneira para os nossos trabalhos, e o seu depoimento está encerrado.

A SRA. MÁRCIA – Obrigada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Obrigada, Márcia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Só queria saber a ficha dele; os técnicos com a ficha, por favor.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pela ordem, Srª Presidente. Apenas por desencargo, que V. Exª pudesse perguntar se existe alguém na plenária que eventualmente vai depor.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, não tem ninguém na plenária que vá depor?

(Pausa.)

Obrigada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só desencargo de consciência.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Determino à Secretaria que providencie a entrada ao recinto do Sr. Valdiney Ramos dos Santos.

Agora vamos ouvir, na verdade, a mãe de uma moça que foi também para a Espanha. Essa mãe perdeu o paradeiro da sua filha. Ela alega, então, os mesmos motivos da nossa testemunha, a mesma fonte que fez o Assis, e nós vamos ouvi-la agora.

Peço para a Dona Isabel entrar.

(Pausa.)

Boa tarde.

Achamos que talvez fosse melhor que a senhora pudesse nos relatar o que aconteceu para depois a gente começar a fazer algumas perguntas. Então, a senhora começa a falar quando foi que a sua filha viajou, como foi que tudo aconteceu; conte a sua história da sua forma de falar mesmo, do seu jeito; depois vamos começar a fazer algumas perguntas para a gente ter mais informações.

Fale com o microfone bem próximo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pela ordem. Era bom... Vocês decidam um codinome, por favor. Codinome Isabel. Então, por favor, a senhora use o codinome Isabel.

A SRA. ISABEL – Quando isso aconteceu, foi no ano passado, a gente estava morando na Paraíba, e daí a minha filha veio trabalhar aqui, em Fortaleza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E trabalhar de quê?

A SRA. ISABEL – De doméstica. Então, ela estava tomando de conta de uma senhora e daí ela passou uns tempos com ela. Tudo bem. Foi para casa, passou o ano novo em casa, daí retornou. Quando foi mais ou menos no mês de março, surgiu essa ligação lá para a minha casa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Março de que ano?

A SRA. ISABEL – De 2003. Aí ela disse: "Mãe, eu conheci um senhor aqui na praia, daí ele me propôs uma proposta para mim viajar para a Espanha para fazer sessão de fotos". Eu fui e disse assim: "Filha, você não vai, não". Aí foi ela disse: "Mãe, deixa eu ir" Eu digo: "Não, minha filha, não vai, não". Aí o Assis ligou também, aí falou com o pai dela, né, e disse que ele ia ter um bom retorno, aí foi e o pai dela disse que não, não queria, queria a filha dele, então não aceitava. A gente veio aqui para Fortaleza para pegar ela. Aí ela foi e disse: "Não, mãe, eu já arrumei outra casa para mim trabalhar". Só que eu acreditei nela, aí fui embora, deixei ela. Eu podendo ter ido até na residência, né, para ver se era um trabalho mesmo? Só que não fui que confiei nela. Com uns quinze dias...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A senhora estava morando na Paraíba?

A SRA. ISABEL – Estava morando na Paraíba.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E o pai dela também?

A SRA. ISABEL – Também.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Na Paraíba?

A SRA. ISABEL – Isso. Aí, quando passou uns quinze dias, nada dela ligar, aí fui, fiquei desesperada, aí esse Assis me deu o número telefone dele, liguei para ele...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem lhe deu o número do Assis?

A SRA. ISABEL – O Assis, ele mesmo me deu o número do telefone dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na época que ele queria que ela fosse para Espanha tirar as fotos.

A SRA. ISABEL – Isso.

Liguei para ele, desesperada. Ele disse: – Não; não mandei sua filha não. Ela não foi para canto nenhum não. Eu acho que ela foi para o Rio de Janeiro trabalhar na casa de ma senhora.

E eu disse, o senhor sabe o nome dessa senhora?

Ele disse: Sei. É Drª Clara – Drª Clarisse ou é Drª Clara, uma coisa assim.

Quando foi no outro dia ela entrou em contato comigo. Ela disse que estava trabalhando no Rio de Janeiro, só que era difícil ligar para mim, porque não tinha acesso ao telefone lá, era num sítio.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela disse como conseguiu esse emprego no Rio de Janeiro?

A SRA. ISABEL – Ela falou que era da senhora que estava trabalhando aqui e daqui foi embora com ela.

Eu disse: Claudiana como é que a gente mora num canto que não tem telefone, logo num lugar como o Rio de Janeiro.

Ela disse: "- Não mãe, é porque eles compraram agora e não tem telefone ainda".

Aí fiquei acreditando. Ele continuou ligando para mim...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E era prefixo do Rio de Janeiro? Ela ligava para o seu celular ou para um telefone fixo?

A SRA. ISABEL – Não senhora, era um telefone público que ela ligava, aí não percebia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ah! Sim. Está certo.

A SRA. ISABEL – Quando foi, passou, passou, ela mandou m dinheiro para mim. Mandou uns cento e cinqüenta e poucos, tudo bem. Depois, uma vez, ela mandou na base de uns seiscentos reais.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela mandava por onde esse dinheiro?

A SRA. ISABEL – Pelo banco, na conta de uma senhora lá, onde a gente fazia compras.

Daí desconfiei. Foi uma época que ela ligou com uma amiga dela; falei com a amiga dela, uma Vivian. E aí desconfiei quando a Vivian falou para mim que tinha mandado um dinheiro para mãe dela, para madre, a madre dela, e aí falou... E aí desconfiei, me desesperei.

Vim aqui para Fortaleza, falei com a Drª Cândida. Ela me atendeu muito bem. Foi aí que fiquei sabendo que ela estava na Espanha.

Desde esse tempo que luto, junto com a Drª Cândida...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando foi o mês que você soube que ela estava lá mesmo, na Espanha?

A SRA. ISABEL – Foi no dia...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tudo começou em março, não é isso?

A SRA. ISABEL – Tudo começou em março.

Foi no mês de abril... Eu tenho anotado na agendazinha aí.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então foi quase assim um mês, dois meses depois?

A SRA. ISABEL – Foi.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela foi embora.

A SRA. ISABEL – Isso.

E ela sempre dizendo que vem agora... Quando ela falava comigo ela falava rouca, assim como estivesse chorando.

Eu dizia: "Claudiana, minha filha, você está tão rouca." "Não mãe, é porque aqui é muito frio."

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela disse que estava na Espanha?

A SRA. ISABEL – Isso. Mas só depois, quando descobri, que vim aqui e descobri.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E você disse para ela que ela estava na Espanha e ela confirmou?

A SRA. ISABEL – Ela confirmou.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela falou o nome da cidade em que ela estava?

A SRA. ISABEL – Ela me deu o endereço depois, com muito tempo, eu pelejando, aí ela me deu o endereço. Depois que ela me deu o endereço, não sei porque foi, ela só ligou uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando foi a última vez que ele ligou?

A SRA. ISABEL – Em janeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Janeiro desse ano?

A SRA. ISABEL – Deste ano.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando ela ligou ela lhe disse o quê?

A SRA. ISABEL – Ele me falou uma coisa que não entendi direito. Só que ela falou como se tivesse com medo, como se estivesse uma pessoa escutando ela do outro lado. Ela disse: mãe isso assim, assim... Agora, cala a boca, fala baixo, porque tem alguém me escutando.

Mas não entendi.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela não falou o que estava fazendo lá?

A SRA. ISABEL – Ele sempre dizia... Às vezes ele ligava para mim dizendo que não tinha nem o que comer. Inclusive, no mês de natal, ele disse que não tinha nenhuma roupa. Quem deu para ela para foi a Viviane.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Essa Viviane amiga dela?

A SRA. ISABEL – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É daqui a Viviane, do Ceará? Ou é de outro Estado?

A SRA. ISABEL – Ela disse que é de Quixeramobim.

A última vez que ela ligou ela disse: – Olha mãe, estou gostando de um colombiano...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Foi em janeiro, isso?

A SRA. ISABEL – Foi em janeiro.

Isso, foi a última vez: "Estou gostando de um rapaz, é colombiano. Estou pensando em arranjar um trabalho."

Perguntei: "Em que, Claudiana?"

Ela disse: "Numa universidade, fazendo cafezinho, servindo as pessoas."

Mas aí ela não ligou mais para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A senhora tem anotado o nome da cidade onde ela foi?

A SRA. ISABEL – Santander.

A SRª LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É Santander?

A SRA. ISABEL – É.

A SRª LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na Calábria. Calábria é uma região da Espanha.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Laura Carneiro.

A SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Diga-me o seguinte: você ouviu falar de uma menina chamada Sheila?

A SRA. ISABEL – Não.

A SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Além da Viviane, você falou da Vanessa, não foi?

A SRA. ISABEL – Não falei, não.

A SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Qual é o nome então, além da Viviane?

A SRA. ISABEL – Além da Viviane, a Glória, que está lá também.

A SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A Glória?

A SRA. ISABEL – A Glória.

A SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A Viviane?

A SRA. ISABEL – A Viviane e a Claudiana, que é a minha filha.

A SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A Claudiana, eu sei. Como a senhora conheceu o Assis?

A SRA. ISABEL – O Assis eu não conheci. Eu nunca o vi pessoalmente.

A SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como assim? A senhora falou com ele por telefone?

A SRA. ISABEL – Pelo telefone. Foi através dela, porque ele queria levar ela. Então, na hora, ele entrou em contato comigo e com o pai dela. Depois eu tentei ligar para ele e ele falou comigo. Pedi a ele, pelo amor de Deus, que desse conta da minha filha, que não fizesse isso. Depois eu tentei ligar para ele e ele falou comigo. Eu falei a ele até, pelo amor de Deus, que desse conta da minha filha; que não fizesse isso. Eu fiz aquela choradeira para ele e ele disse: "Não, eu não tenho culpa disso aí. Não fui eu que levei ela, não." Aí, quando vim aqui, peguei as provas com a Drª Cândida, depois tentei ligar para ele e ele...

A SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não te atendeu mais?

A SRA. ISABEL – Não me atendeu mais de jeito nenhum. Depois ele ligou para a minha mãe, pedindo à minha mãe que pedisse para eu não denunciá-lo, porque ele não tinha culpa, era uma pessoa que vivia doente. E ficou ligando para a minha mãe diretamente. Todas as vezes que eu venho, que eu falo no nome dele, ele tenta ligar. Ligou para a minha outra filha, que é casada, para ela me pedir para não mandar fazer nada com ele, não deixar ele preso, porque ele era uma pessoa doente. Depois, quando terminou tudo, ele falou para a minha filha: "Quando passar isso tudo, quero conhecê-la pessoalmente." A minha filha falou isso para mim.

A SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, ele ligou para a sua outra filha e falou tudo isso?

A SRA. ISABEL – Isso. Ele falou.

A SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, ele tem o telefone da sua filha, de toda a família? Como ele tem o telefone da sua outra filha?

A SRA. ISABEL – Ele tem o telefone da minha filha de Pentecoste através da minha filha. Ele entrava em contato com ela e ela foi e deu o telefone. Na época que eu andava atrás da minha filha, eu dava o número do telefone para entrar em contato. Caso ele tivesse acesso à minha filha, mandasse ela me ligar, porque ela estava sem ligar para mim.

A SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A última vez que ela ligou para você foi em janeiro?

A SRA. ISABEL – Foi em janeiro.

A SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela disse se ia voltar? Não deu nenhuma dica no telefone?

A SRA. ISABEL – Ela falou que ia voltar. Todas as vezes que ela ligava para mim eu dizia: Minha filha, venha embora. Ela dizia: "Mãe, quando for lá para maio, eu vou." Mas eu acredito que ela não vem. Se as autoridades não derem um apoio, ela não virá; não vai voltar mais. Acredito que ela não está bem lá. Se tivesse bem ela ligaria para mim, porque eu conheço a minha filha. É uma filha boa.

A SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não tenho dúvida disso. Antes de ir para a Espanha, ela já tinha tirado alguma foto? Ela era namoradeira?

A SRA. ISABEL – Quando ela estava em casa, eu não vou dizer que ela era uma menina namoradeira, porque ela nem saía de casa. Mas eu não vou provar, porque ela estava aqui em Fortaleza e eu estava na Paraíba. Então, eu não posso dizer uma coisa que eu não estou vendo. Mas ela era uma menina calma, não gostava de festa, era uma menina muito obediente e muito educada. Eu acredito que ela foi pensando que era para fazer uma sessão de foto, que era a única coisa que ela tinha vontade de fazer.

A SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O sonho de virar uma menina bonita?

A SRA. ISABEL – Pois é.

A SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O sonho era ser manequim, tirar foto?

A SRA. ISABEL – Isso ela sempre falava em ser. Tanto que ela não acreditou em mim. Eu sempre abri os olhos. Eu dizia: Minha filha, não acredite em todo o mundo. Mas ela era muito ingênua.

A SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quando você falava com ela, tinha a sensação de que ela tinha chorado, mas ela não dizia?

A SRA. ISABEL – Nunca me dizia. Quando eu percebia que ela chorava, ela dizia: "Não, mãe. É por-

que eu estou gripada. Estava muito frio." Mas nunca me disse nada.

A SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Entre o telefonema que o Assis lhe deu dizendo que ela estava no Rio de Janeiro com essa Drª Clara ou Clarice e o telefonema que ela lhe deu, quanto tempo passou?

A SRA. ISABEL – Quando ele deu?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A senhora falou com o Assis, que disse que achava que ela estava trabalhando no Rio de Janeiro, não foi isso?

A SRA. ISABEL – No outro dia, ela ligou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – No dia seguinte, logo.

A SRA. ISABEL – No outro dia seguinte, ela ligou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E, aí, a senhora não perguntou: puxa, eu liguei para o Assis, ele...

A SRA. ISABEL – Foi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você falou?

A SRA. ISABEL – Falei. Ela falou comigo de manhã. Quando foi à tarde, a mulher ligou para mim, essa Clarice, sotaque de carioca. Então, eu acreditei, né, nela, muito educada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela ligou para que telefone, a Clarice?

A SRA. ISABEL – Para o telefone público.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah!

A SRA. ISABEL – Aí, eu falei, eu digo, é doutora, eu confio na senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Essa Clarice teria ligado de telefone público?

A SRA. ISABEL – Para mim. Dizendo que a minha filha...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A senhora sabe o número do telefone público?

A SRA. ISABEL – O telefone público? É 4441506

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – 4441506. A senhora lembra o dia dessa ligação?

A SRA. ISABEL – Não lembro, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O mês?

A SRA. ISABEL – Abril, maio... Foi no mês de junho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – De 2003?

A SRA. ISABEL – De 2003, de junho. Depois eu vou olhar na minha agendazinha, porque eu sei pelo dia que eu vim denunciar aqui.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Porque era importante sabermos a data porque podemos, ou trazer a agenda dela aqui.

A SRA. ISABEL – Aí eu tenho o número do celular dela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A agendinha está com a (inaudível).

A SRA. ISABEL – O número do celular dela que ela tinha lá na Espanha e, depois, disse que tinha desmantelado, tirou também, acabou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O número da sua filha...

A SRA. ISABEL – Isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O celular da sua filha na Espanha.

A SRA. ISABEL – Na Espanha, eu tenho também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você tem?

A SRA. ISABEL – Tenho o número.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E você liga e...

A SRA. ISABEL – Está com cinco, seis meses que ela disse que tinha desmantelado o celular.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas a senhora ligou depois disso?

A SRA. ISABEL – Liguei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tentou, né?

A SRA. ISABEL – Tentei ligar, tento ligar, mas não dá certo de jeito nenhum.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você já passou esse telefone para a Delegada, Drª Cândida?

A SRA. ISABEL – Do celular dela?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É.

A SRA. ISABEL – Não passei, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso é importante.

A SRA. ISABEL – Passei ainda não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está na sua cadernetinha?

A SRA. ISABEL – Está na minha cadernetinha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vou pegar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Para eu entender bem, D. Isabel, a sua filha veio para cá para Fortaleza com que idade, para trabalhar como doméstica?

A SRA. ISABEL – Ela veio com uns 18 anos ainda.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela veio sozinha? A senhora a deixou aos cuidados de alguém especificamente? Como é que foi isso?

A SRA. ISABEL – Eu morava aqui, sabe, em Fortaleza. Aí, a gente foi embora, aí, lá, estava uma situação mais difícil, aí ela voltou, veio trabalhar aqui, aí veio trabalhar na casa de uma senhora que eu não vou citar o nome, mas uma senhora de bem, sabe?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora sabia quem era essa pessoa?

A SRA. ISABEL – Sabia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Conhecia?

A SRA. ISABEL – Com certeza, era uma senhora. Daí que ela passou uns dias para o lado da praia, né, passou uns quinze dias sem ligar para mim, para o lado da praia, daí que eu não sei com que ela tava, né. Acho que foi nessa época que ela conheceu esse Assis.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora lembra o número do telefone do Assis, quando ele ligou falando que tinha esse convite para ela ir trabalhar, para deixá-la trabalhar fora?

A SRA. ISABEL – Eu tenho aqui na cadernetazinha. É 2422110. Não, é 2422110.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É o prefixo daqui?

A SRA. ISABEL – O prefixo daqui é 85.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – OK. A senhora disse que, durante um tempo, ela ficou mantendo contato.

A SRA. ISABEL – Isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora lembra quantas ligações ela fez? O que ela dizia nessas ligações?

A SRA. ISABEL – Ela fez várias ligações, sabe?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tente lembrar assim o que mais marcou, que ela teria dito para a senhora que lhe impressionou, que pudesse nos dizer.

A SRA. ISABEL – O que mais me marcou foi ela pedir para rezar por ela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela dava o local de onde ela estava, com quem ela estava?

A SRA. ISABEL – Dava não, agora eu pressentia que tinha alguém perto dela, porque ela não falava coisa...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Com naturalidade?

A SRA. ISABEL – É.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela falava pausado.

A SRA. ISABEL – Isso. Ela não tinha aquela alegria de quando ela estava trabalhando aqui, em Fortaleza, e ligava das casas de família, que ligava para mim, que era aquela alegria dela. E, aí, ela não tinha...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora me falou, colocou há pouco no seu depoimento, que quando a sua senhora descobriu que ela estava na Espanha, ela resolveu falar a verdade, inclusive deu o endereço dela lá.

A SRA. ISABEL – Já depois, muito tempo, ela deu.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora tem esse endereço anotado em algum local?

A SRA. ISABEL – Eu? Tenho, mas é em casa, Doutora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem falado com ela ultimamente?

A SRA. ISABEL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. Desde quando a senhora não fala com ela?

A SRA. ISABEL – Desde janeiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em janeiro, quando a senhora falou com ela, ela estava em que cidade da Espanha?

A SRA. ISABEL – A última vez eu não sei nem dizer, se ela chegou a se mudar, não é? Eu não sei. Mas ela... O nome da cidade é... Ela me deu o endereço, só que eu não lembro. Acho que eu passei para a Drª Cândida, eu acho, esse endereço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem, na verdade, um apelo...A senhora gostaria que sua filha voltasse para casa.

A SRA. ISABEL – Gostaria que ela voltasse. Eu peço apelo, peço ajuda de vocês, ajuda de todas as autoridades que, pelo amor de Deus, bote minha filha para casa, que é tudo que eu tenho, é tudo que eu quero.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora acha que ela não volta porque ela não pode voltar.

A SRA. ISABEL – Não pode voltar, não tendo apoio, assim, das pessoas que podem, que têm condições. Ela não volta não. Se não tiver, assim, ela não volta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela lhe disse alguma coisa que ela tinha dívidas lá?

A SRA. ISABEL – Ela não falou. Ela só falou que no mês de...em dezembro ela ligou, ela falou que não tinha condições,estava até... não comprava nem roupa para ela porque não tinha condições. Ela tinha usado uma roupa, em Natal, que foi a Viviane que deu. Até o comer estava sendo difícil lá para ela.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O último mês que ela mandou dinheiro para a senhora. A última vez que ela mandou dinheiro para a senhora.

A SRA. ISABEL – Ela só mandou dinheiro para mim... Ela mandou dinheiro para mim três vezes durante esse tempo todinho.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E a última vez foi o ano passado, ou já foi este ano?

A SRA. ISABEL – Ah, foi o ano passado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Este ano não?

A SRA. ISABEL – Não. Este ano ela ainda não mandou, não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela já disse alguma vez a senhora que queria voltar para casa?

A SRA. ISABEL – Não, senhora, ela nunca falou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela se drogava quando saiu daqui?

A SRA. ISABEL – Não, senhora. Ela nem fumava. Tanto que ela falou, disse: "Mãe, estou com vontade de mandar buscar meu irmão". Eu digo:"Minha filha, será se dá certo? Já quero é que você venha". Ela disse: "Não, mãe, aqui é muito bom, aqui tem emprego melhor". Depois, ela ligou e disse: "Não, mãe, não dá certo para ele vir não, porque para homem aqui é mais difícil, porque aqui tem muita droga. Eu, não, porque eu acho tenho cabeça feita. Mas para ele eu tenho medo dele se envolver." Foi isso que ela falou para mim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dona Isabel, deixa eu ver se eu entendi. No primeiro momento, quando a senhora fala com ela ao telefone, ela pede para a senhora rezar por ela.

A SRA. ISABEL – Isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Num segundo momento, ela já quer levar o irmão.

A SRA. ISABEL – Mas isso foi, antes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pois é, isso eu preciso ter idéia. O espaço de tempo em que ela chora pedindo para rezar. Qual foi o tempo que passou para ela sugerir a ida do irmão?

A SRA. ISABEL – Foi a base de um dois para três meses, foi uma coisa assim. Agora, depois, ela não falou mais. Depois, ela já falou que não dava para ele ir porque lá tinha muito droga e não tinha condições. Então, ela era mulher, já tinha a cabeça feita. E tanto que eu, Claudiana, minha filha, você cuidado com esse mundo de droga, minha filha. Não mãe, eu nem fumo sequer. Porque ela não fumava, não fumava de jeito nenhum.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Certo. Dona Isabel, vou precisar que a senhora nos forneça, daqui a pouco, o endereço que a sua filha lhe deu, lá de onde ela estava, e, também, eu preciso do telefone de sua mãe e de sua filha. A senhora informou, há pouco, que o Assis teria entrado em contatos com ela. Elas têm telefones diferentes, ou é o mesmo telefone?

A SRA. ISABEL – É o mesmo telefone.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, seria interessante nós também termos esse telefone, telefone da sua mãe que a senhora disse que o Assis ligava para elas.

Agora, confirme comigo. Depois que a senhora descobriu que a sua filha estava na Espanha, em momento algum o Assis tentou um novo contato com a senhora?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Depois que a gente descobriu, ele tentou. Foi essa vez que ele ligou, entrava em contato, ligava para a Paraíba, para a minha mãe, que estava morando...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas falava com a sua mãe, com a sua filha, mas não pedia para falar com a Senhora. É isso o que quero saber.

A SRA. ISABEL – É porque eu estava aqui em Fortaleza e ele estava lá, minha mãe estava lá. Então, ele ligava para a Paraíba pedindo a minha mãe que me pedisse que não o denunciasse, não mostrasse aquela foto dele. Aonde eu ia eu mostrava a foto dele.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Que foto? Como você teve acesso a essa foto?

A SRA. ISABEL – Foi a minha filha, que estava com ela, nas coisas da minha filha.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A Senhora veio para Fortaleza. E onde é que estavam as coisas da sua filha?

A SRA. ISABEL – Ela trouxe para a casa da minha comadre.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Antes de ela viajar, ela deixou uns pertences na casa da sua comadre, e a Senhora, remexendo, encontrou essa fotografia.

A SRA. ISABEL – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, a Senhora conhece o Assis de fotografia?

A SRA. ISABEL – Conheço.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Se a Senhora visse o Assis a Senhora o reconheceria?

A SRA. ISABEL – Reconheceria.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A Senhora o reconhece? A foto era nítida?

A SRA. ISABEL – É.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Srª Presidenta, tire-me uma dúvida, por favor. A Senhora sabe me informar se o Assis está no recinto?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Já.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A Dona Isabel está dizendo que se ela o vir, porque ela teve

acesso a uma fotografia que estava nos pertences da filha dela, ela o reconhece. É isso, D. Isabel? Com certeza.

A SRA. ISABEL – Se ele ainda estiver do mesmo jeito que na foto...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como é que ele era? Descreva para mim o Assis. Como é que ele estava na foto?

A SRA. ISABEL – Ele tirou a foto sentado, ele é um senhor já de idade.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quantos anos, mais ou menos? Uns 50, 55?

A SRA. ISABEL – Uns 55, nessa base.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele é alto ou baixo?

A SRA. ISABEL – Não é alto.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É claro ou moreno?

A SRA. ISABEL – É mais claro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O cabelo é curto? Grisalho?

A SRA. ISABEL – O cabelo dele é liso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Perguntei se ele era magro ou gordo?

A SRA. ISABEL – Nessa época ele não estava muito gordo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, se V. Exª achar de bom tom que ela aguarde um pouco, para que quando ele venha prestar depoimento ela o reconheça...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Na verdade, vamos ouvir o próximo, que é o Sr. Ney, e depois o Assis. Vamos precisar de alguns dados da sua caderneta, de algumas anotações de telefone, para facilitar o nosso trabalho. Mas eu queria lhe fazer uma última pergunta, se o Assis, alguma vez, disse que recebia dinheiro da sua filha.

A SRA. ISABEL – Não, Senhora, nunca falou.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nunca recebeu dinheiro dela?

A SRA. ISABEL – Não, Senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nunca lhe repassou algum dinheiro que ela tivesse mandado para ele lhe entregar?

A SRA. ISABEL – Não, senhora, eu nunca soube disso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Bom, então, agradecemos a participação da Senhora...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Srª Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pela ordem. Só uma sugestão para que os nossos trabalhos sejam profícuos. Sugiro a V. Exª que encaminhe a D. Isabel a uma sala onde estejam várias pessoas e, no meio dessas pessoas, se ela identifica quem é o Assis. Acho que seria bem mais interessante.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Queria só preservá-la.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por foto ela diz que conhece, Deputada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nós poderíamos, talvez, fazer uma foto digital?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas a pessoa não precisa saber que ela está identificando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É porque não temos sala com espelho. Então, temos máquina digital, podemos fotografá-la e colocar num computador do outro lado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, pega a minha máquina, vai lá e tira um monte de fotos.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Acho importante esse reconhecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Concordo com a Deputada Ann, apenas para ela não aparecer na frente dele.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Apenas para não aparecer, acho que a idéia de tirar fotos dos vários homens que estejam por aqui para que a Senhora possa reconhecê-lo...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Só lhe peço, D. Isabel, que antes da Senhora sair nos forneça o telefone da sua mãe e o endereço que a sua filha lhe deu quando a Senhora manteve contato telefônico com ela. Obrigada.

A SRA. ISABEL – Está bom. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Peço à equipe que está ouvindo que, por favor, a Deputada Ann está fazendo o pedido de alguns telefones. Então, que quando a D. Isabel sair daqui vocês possam recolher esses números que a Deputada Ann está pedindo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só um minuto, D. Isabel. Senadora, pode ser feita uma cópia da caderneta dela.

A SRA. – Pois é.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certo. Dona Isabel, ela sendo maior de idade o alcance é muito menor da CPMI. É certo que a sua filha possa ter sido enganada e levada para a Espanha. Podemos acionar através do Consulado que medidas podem ser tomadas lá. Agora, é preciso que ela também tenha disposição do retorno. Ou seja, não quero lhe passar aqui uma idéia falsa de que nós vamos lá buscar a

sua filha e trazê-la para cá obrigada. Se estivéssemos aqui tratando de uma adolescente, teríamos um procedimento respeitoso à situação de desenvolvimento do adolescente, mas poderíamos ter uma atitude mais firme quanto a isso.

No caso da sua filha, mesmo que a gente pegue os agenciadores, os exploradores, que ainda assim é a nossa obrigação também, mesmo no caso da mulher adulta, porque ela foi enganada, explorada e tudo mais, é uma situação um pouco diferente. Então, o retorno dela, o seu apelo, na verdade, se tiver alguma coisa que lhe impeça de voltar, temos que agir para não ter impedimento para voltar, para ela não ficar presa indevidamente por qualquer pessoa na Espanha ou em qualquer lugar do mundo. Mas não temos o poder, se ela não quiser vir, de trazê-la, certo?

Agora, se ela fizer algum contato com a senhora, se ela tentar falar com a senhora, nos comunique. E também tem a questão de repasse de dinheiro. Que a senhora converse com ela sobre isso também, porque, na verdade, se ela está sendo explorada, esse dinheiro é um dinheiro que a senhora precisa e tudo mais, mas é um dinheiro que ela está vivenciando e tirando da própria situação de exploração.

A SRA. ISABEL – Exatamente, é isso que eu não quero. Mesmo que ela queira estar lá que ela entre em contato comigo, porque estou desesperada e não sei se ela está viva, entendeu? Então, é isso que eu queria, que ao menos ela ligasse para mim, me desse notícia, porque dinheiro dela jamais vou querer se for nessa situação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Dona Isabel.

A SRA. ISABEL – A Drª Cândida já passou para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Drª Cândida já conversou com a senhora e disse que já conseguiu localizar a sua filha.

Vou pedir para a Drª Cândida então conversar com a senhora agora, está certo?

A SRA. ISABEL – Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Queria agradecer, mas a informação é que ela está viva.

A SRA. ISABEL – Peço se, caso vocês pudessem ajudar a trazer, porque acredito que a pessoa quando está nesses lugares assim tem que passar o visto, não pode ficar diretamente lá, pelo menos de três em três meses. Entendo que seja assim. E ela já está com mais de ano lá.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Há quanto tempo ela está lá?

A SRA. ISABEL – Ela está com mais de ano. Fez um ano agora em março que ela está lá. Será que essa menina sempre vem aqui? Acredito que não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vou pedir para a Drª Cândida conversar com a senhora reservadamente para lhe explicar inclusive qual é a situação, porque a Drª Cândida tem muitas informações, para lhe acalmar e tranqüilizar sobre como ela está. Ela está bem, está viva, isso eu posso lhe antecipar. Está certo?

A SRA. ISABEL – Está certo. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quero agradecer também a senhora por esse depoimento, pela colaboração que a senhora está dando.

A SRA. ISABEL – Toda hora que a senhora precisar de mim estou disponível.

Também peço apelo pelas outras mães que são vítimas também, acredito que não é só eu. Que cada um delas tenha coragem e venha até aqui enfrentar, lutar com a gente, que, se Deus quiser, a gente vai vencer.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Se Deus quiser. Muito obrigado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Espera só um minutinho, não vai embora antes de a senhora reconhecer, só falta mais uma foto.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Peço à Secretaria que encaminhe o Sr. Valdiney Ramos dos Santos. Numa conversa agora com o seu advogado, ele pede para que a imprensa não possa o filmar. Peço que ele entre de cabeça baixa e que a imprensa só neste momento desligue as filmagens para que ele possa sentar e depois vocês acompanham.

O Sr. Valdiney Ramos pode entrar.

Estamos apenas aguardando o termo de compromisso para ser assinado e preenchido pelo Sr. Valdiney Ramos dos Santos.

O seu advogado está na sala?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O advogado está ali.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele está ali naquela cadeirinha reservada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pode vir sentar aqui. (Pausa)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É bom que ele vai se identificando. (Pausa)

Srª Presidente, apenas para dizer que vou... As fotos estão aqui e efetivamente a senhora de codinome Isabel reconheceu duas fotos, uma com óculos e outra sem óculos, onde está o Sr. Assis. Está aqui. V. Exª acho... Posso apagar esse "trem", não é?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não. Deixa aí. Deixa aí, pronto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Peça para imprimir, Deputada, (Inaudível)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não. Você não tem como imprimir aqui, meu amor. Você não tem o meu sistema aqui. Não. Só quando chegar em Brasília. Cabinho aqui não. Não faz mal, eu levo para Brasília. Não vou apagar, não. Não tem problema, não. Tem duzentas fotos, dá para fazer todos os que vocês quiserem.

(Pausa.)

(Conversa paralela inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Bom, o termo de compromisso. Nome completo, Valdiney Ramos dos Santos. Vai ser difícil de decifrar. Quarenta e dois anos; estado civil, divorciado; à rua São Hipólito, endereço residencial, Fortaleza; profissão, vendedor; não é parente em grau nenhum com a parte envolvida, com a vítima; o depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal – responde Sim com a sua assinatura.

Eu passo logo a palavra à Relatora, Srª Deputada Maria do Rosário, para que possa iniciar as suas perguntas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Muito bem.

Sr. Valdiney, o senhor não é cearense.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – ...sou baiano.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode ter acesso ao microfone.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Sou baiano.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde quando o senhor reside no Ceará?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Desde 1985.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sempre residiu em Fortaleza?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Passei de 1997 a 2001 em Recife, trabalhando numa empresa em que trabalhei aqui e ela me transferiu para lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor tanto trabalhou nesse período em Fortaleza quanto em Recife.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A sua profissão é vendedor.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É vendedor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor trabalha em alguma empresa específica?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu estou trabalhando numa Corretora de construção, seguro e consórcio, no momento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde todo esse período, o senhor está na mesma empresa.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não. Eu, agora, estou nessa empresa há oito meses.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E anteriormente a ela, qual era o seu local de trabalho?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – O meu local de trabalho – eu trabalhei na Casa Pio, eu trabalhei na Skincariol, trabalhei na Vedeta Ecos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A sua função é como vendedor.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Vendedor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É um vendedor dentro de um estabelecimento de uma loja ou um vendedor que viaja?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Na Casa Pio, eu trabalhei internamente – no Iguatemi – e na Vedeta Ecos eu trabalhei visitando os clientes, as locadoras, num projeto de um carro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E na Skincariol?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Na Skincariol eu era Supervisor de Vendas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor viajava também?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Eu trabalhava só dentro de Recife – coordenava uma equipe de vendas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual era a empresa que ele lhe passou para Recife – da Skincariol?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – A Itaipu – que é a Distribuidora da Skincariol?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está certo.

Ainda: o senhor conheceu Francisco de Assis Marques de Aguiar de que forma?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu conheço o Assis desde – acho que 1989. Eu, morando em Fortaleza e, através de um amigo, ele alguns quartos para alugar na casa dele – e do Dr. Edison – na República do Líbano. A República do Líbano, em peso, sabe que a casa dele era uma casa de cama. Eu aluguei e morei lá mais ou menos durante um ano e meio. Sai de lá porque, na época, arrumei uma companheira e fui conviver com essa companheira e nunca

perdi contato com ele. Sempre em que eu passava na República do Líbano, às vezes eu o visitava. Ele é uma pessoa muito boa, uma pessoa amiga e eu considero ele o meu amigo. E viajei para Recife. Passei quatro anos em Recife. Voltei e o visitei de novo, entendeu? E tive um problema nessa época em que aconteceu tudo isto com a minha mulher. Eu morava em Icaraí e nós nos separamos. Eu tive que sair de casa para evitar confusão. Aí, saí e fiquei procurando um lugar para mim ficar, não é? Aí, eu cheguei e liguei para o Assis e falei para ele que estava precisando de um lugar para passar uns dias – para passar 5 a 10 dias – até eu arrumar um lugar decente para mim morar. Aí, ele falou: "Não. Pode vir para aqui que eu estou com um quarto aqui atrás e você fica aqui nesse período. Não tem problema." Aí, foi assim que conheci o Assis.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu quero deixar registrado que a Senadora deixou à disposição as cadeiras daqui da frente para o Advogado. Ele não se dirigiu aqui. Ele é o seu Advogado e está aberta sessão para que ele esteja aqui conosco. Eu não vou parar o meu inquérito aqui, as minhas pergunta, pela ausência do Advogado mas, já, pela segunda vez, nós estamos falando que o Advogado tem o direito e até o de livre dever de acompanhar o seu cliente. Então, mais uma vez – não. Ele está chegando aqui. O senhor me desculpe – é o seu cliente – mas todas as pessoas têm direito a um advogado.

Então, Sr. Valdiney, já retomando aqui: o senhor conhece o Assis desde 1989.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Desde 1989.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor não apenas conhece o Assis desde 1989 como o senhor morou...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Morei na casa dele

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – "...em cômodos que ele aluga e depois, quando o senhor saiu desse local de moradia, o senhor, reiteradas vezes, voltou a visitá-lo.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É. Algumas vezes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mesmo quando estava em Recife?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Mesmo quando estava em Recife – porque eu o visitava. A minha esposa era daqui e a gente tinha que passar as férias aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É por isto que o senhor considera que o Assis é seu amigo – como o senhor disse.

Bem. Tendo convivido tão diretamente e tão profundamente com Assis Marques de Aguiar, o senhor pode nos dizer sobre a presença de adolescentes na casa dele, para exploração sexual?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Doutora, é o seguinte: na época em que morei na casa dele, eu nunca vi isto, porque na casa dele só moravam rapazes – nos quartos só moravam rapazes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor vai me dizer que todos eram "anjos".

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Só moravam rapazes. Agora, só que aparecia meninas lá, naquela época. Aparecia meninas. Claro. Eu também pegava uma menina e levava para lá. Eu tinha o meu quarto lá, eu levava para lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era liberado para levar menina.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Era, podia levar. Eu tinha meu quarto lá, eu levava menina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor levava...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – A gente levava até escondido.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cada jovem tinha um quarto. Quantos quartos são lá?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, a casa lá parece que são três quartos. Depois, foi reformado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E dividiam, naquela época?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Dividiam, sim. No caso, eu ficava no quarto com mais um ou dois. Sempre era um ou dois.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E convidavam, portanto, as meninas para que comparecessem naquele local.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Naquela época, a gente arrumava as meninas, a gente levava. Agora, eu nunca andei com adolescente nem com criança.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o seu Assis sim?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, nunca vi. Nunca vi isso lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o comparecimento naquela casa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Também nunca vi. De crianças, vi crianças que eram ligadas a ele, parentes dele, mas crianças para essa finalidade aí...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem eram essas crianças parentes dele?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não me recordo da época das crianças parentes dele. Tem uma amiga na Barra do Ceará, que é muito amiga dele, que ele é afilhado inclusive de uma das meninas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele é padrinho.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Padrinho, desculpe. Ele é padrinho da menina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos ver aqui. O senhor sabe, o senhor conheceu Emílio Zorrila García?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, nunca vi esse cidadão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas sabe que é um cidadão que convivia com Assis.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Esses dias que eu fui para a casa do Assis, eu nem ouvi falar no nome desse cidadão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca ouviu falar?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu ouvi falar do nome desse cidadão quando estourou todo esse caso na imprensa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nenhuma vez o senhor ouviu falar o nome do Emílio Zorrila García.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nunca ouvi falar o nome. Só quando foi noticiado na imprensa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe que o Assis trabalhava com táxi?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Com táxi?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com setor ele trabalhava?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não o Assis, na época que eu morava lá, ele é costureiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Costureiro.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Ele costura.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na própria casa ele fazia costura?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Na própria casa. Tinha a máquina dele lá que ele costurava, inclusive só roupa para pessoas conhecida da sociedade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que tipo de roupa ele costurava?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Camisas, ternos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era uma espécie de alfaiate.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Alfaiate.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Assis, acerca da atividade dele, o senhor diria que ele só tem essa casa ou tem alguma outra?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Doutora, o Assis, para mim, é uma pessoa que vive em dificuldade financeira, porque naquela casa lá, tanto que ele dividiu os cômodos para alugar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Morava com família na casa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não tinha família.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um homem sozinho.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Um homem sozinho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alugando quartos para outros rapazes. O senhor, nessa casa, o senhor dividiu essa cada durante que período?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, o período que dividi foi em 89, acho que 90.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E qual foi o período em que o senhor voltou para casa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – O período que eu voltei para ficar na casa?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para ficar naquela casa.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Foi exatamente quando aconteceu esse problema aí.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora, veja, de 89 até 2003, o senhor não estabeleceu outro relacionamento para onde o senhor pudesse ir frente a uma dificuldade conjugal?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu tinha acabado de me separar e eu me lembrei e liguei para ele. E fui para lá. Ele disse que eu podia ir.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cobrando já o aluguel ou não?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não estava me cobrando aluguel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos dias o senhor ficou lá?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu passei acho que entre de seis a dez dias. Não me lembro muito bem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De seis a dez dias. Nesses seis a dez dias, que tipo de serviço o senhor fez para contribuir com a casa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Serviço nenhum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nenhum.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nenhum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não pagou, também não contribuiu?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não contribui com serviço nenhum. Eu só deixava as minhas coisas, saía, voltava à noite para dormir.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor tinha carro?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Tinha um carro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o seu carro era utilizado para transporte de adolescentes até o aeroporto?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não foi utilizado no transporte. Eu dei algumas caronas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que são essas caronas que o senhor deu?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu dei algumas caronas. Dei uma carona para o aeroporto...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Para quem?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Para uma garota, não me lembro o nome.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Onde é que ela estava quando o senhor pegou ela para dar carona?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Ela tinha ido visitar o Assis.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ah, ela era amiga do Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Era amiga do Assis.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor não se lembra o nome dela?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não me lembro o nome dela.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como é que ela era?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Era uma morena alta, uma menina muito bonita.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E ela foi para onde?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Ela me pediu uma carona. Estava na casa do Assis, porque eu chegava, saía, ia fazer minhas atividades e chegava lá, muitas vezes, tinha garotas lá conversando com eles.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tinha garotas?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ótimo, o senhor está começando a contribuir.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Essa garota que o senhor deu a carona, o senhor não teve um rápido relacionamento com ela?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Com a Liana. Tive um rápido relacionamento com ela.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – E o senhor disse que não conhecia?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Há pouco tempo atrás?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Dei três caronas, doutora. Vou chegar lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele está se referindo à primeira.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – A primeira carona que dei foi para essa menina que foi o pivô disso tudo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que o senhor a chama de menina? Quantos anos ela teria?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É expressão de dizer. Desculpe-me.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos anos ela teria?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sei. Acho que uns 20 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem certeza?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Tenho.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Essa morena?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Essa morena tem uns 20 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem certeza?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – A que dei carona para deixar no Shopping Aldeota?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem certeza?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Tenho.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Do Shopping Aldeota ao aeroporto? Não estou entendendo. Vamos voltar a falar de novo para entendermos bem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando o senhor chegou lá, o senhor estava colaborando com o Assis. O senhor estava lá de graça, ele o acolheu...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Se eu fiz alguma coisa, dando alguma carona, dei sem saber o que estava acontecendo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem. Estou entendendo que o senhor está colaborando com o Assis porque o senhor estava de graça na casa dele. O senhor disse que, dessa vez, ele não lhe cobrou aluguel. O senhor quis retribuir a acolhida do amigo.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não foi ele quem me pediu para dar carona.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não foi.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Quem me pediu foi a garota.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor está colaborando com o amigo e com a garota. Aí o senhor levou a primeira menina até o aeroporto.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Deixei a menina no Shopping Aldeota.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A primeira, o senhor deixou no shopping?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – No shopping.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Shopping Avenida ou Aldeota?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Shopping Aldeota. Não sei para que shopping ela foi. Só sei que deixei ela na esquina do Shopping Aldeota. Não sei se ela foi na Avenida ou se foi no Aldeota.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor sabe o nome dela?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Acho que é a Carla.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O que ela foi fazer lá?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – O que ela foi fazer não sei. Ela só me pediu uma carona.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela também estava na casa do Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Ela estava na porta quando eu estava de saída.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O que ela estava fazendo?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sei, doutora, o que ela estava fazendo lá.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas o senhor não é amigo do Assis e não conhece nenhuma dessas meninas e não sabe o que elas faziam na casa dele? Nada, nada, nada?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não perguntou para ele?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não perguntei. Eu não ficava o tempo todo com ele.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Assis mesmo confessa que algumas meninas eram inquilinas na casa dele. Junto com os rapazes ou separadas?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Em que época a senhora fala?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – No depoimento, diz que havia algumas inquilinas lá.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Desse fato não sei.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Era no mesmo tempo em que os rapazes também ficaram, quando o senhor deu as caronas ou não?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. A carona foi recentemente. Quando morei na casa dele, não tinha meninas para mim dar carona. Na época, eu não tinha carro.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Essas meninas para quem o senhor deu carona eram as mesmas que faziam programas na casa de Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sei se na casa de Assis já acontecia isso.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor disse que levava meninas para os quartos.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu pegava uma garota que eu conhecia e levava para o meu quarto. Ela não ia fazer programa comigo.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor não levava para fazer programa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Programa comigo, não. Eu não estava pagando a ela.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor não fazia programa com essas meninas que o senhor levava para o seu quarto? Pago ou não pago?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Quer dizer que o programa é não pago também?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe muito mais de programa do que a Deputada Sandra ou qualquer um de nós. Vamos colocar os pingos nos is. O senhor apenas nos responda adequadamente, sem ironias.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não estou com ironia, doutora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sou absolutamente tranqüila. Como disse a Deputada Laura Carneira hoje pela manhã, não sou muito dura no trato com as pessoas, mas não suporto uma má resposta aos Parlamentares presentes. Desculpe-me o senhor. Vamos retomar. Deputada Sandra.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Faço essa colocação do programa porque o senhor disse que os outros também levavam. Então, era um

fato generalizado somente levar para lá, mas não era programa, não?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não era programa. Para mim, não era programa.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor pegar menina e levar para o quarto não é um programa? Os outros também não?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Na época, não é, doutora?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Na época ou agora. Em qualquer época.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agora ou antes qual é a diferença?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Era ou não era programa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não era programa. Para mim, não era programa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Era o quê?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Era uma pessoa com quem estava me relacionando.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Era sua namorada? É isso o que o senhor está querendo dizer?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nessa época, doutora, deve estar fazendo...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – A data não importa.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Oito anos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Era sua namorada?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Levava também a minha namorada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só tinha uma ou tinha um monte?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só uma namorada?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sou homem de ficar com várias.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Uma de cada vez. O senhor também se relaciona com homens?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só com mulheres?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Só com mulheres.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Explique-me uma coisa: quanto tempo o senhor disse que ficou na casa do Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Na época do acontecido?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foram várias épocas?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Duas vezes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quanto tempo em cada época?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Na outra vez, fiquei um ano e alguns meses.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E agora?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Agora, fiquei entre seis e dez dias.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agora quando?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – No ano passado, quando aconteceu isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que o senhor ficou tão pouco agora? Antes, ficou um ano e meio e, de repente, ficou só 15 dias. Por quê?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Fiquei tão pouco porque no dia em que eu estava na casa do Assis...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele foi preso.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Foi o que aconteceu. É isso aí.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aí, o senhor saiu.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não saí. Tive que ...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foi saído.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Está certo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor respondeu. Já compreendemos seu relacionamento próximo ao senhor Assis. Compreendemos que o senhor morou com ele, alugou um quarto, um cômodo e, depois, ao ter uma desavença conjugal, voltou exatamente para este local, sendo que durante seu período de casamento não estabeleceu qualquer outro relacionamento para onde o senhor foi. O senhor voltou para esse lugar porque foi visitando costumeiramente esse amigo.

Vamos ver: o senhor não apenas deu uma carona. O senhor esteve lá por seis dias, segundo seu depoimento.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – São várias caronas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor assinou esse depoimento na sessão da 11ª Vara Judiciária. Em seis dias, pelo menos três – até não diria carona, porque carona é quando a gente leva alguém que vai passando pelo caminho.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – No caminho que a gente vai.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aonde o senhor ia no dia em que foi até o aeroporto levar a Liana?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Ia para o aeroporto.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu não levei Liana para o aeroporto. Levei Liana na casa da mãe dela. Eu tinha um relacionamento com ela. Ela foi...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos mudar a Liana. No dia em que o senhor foi para o aeroporto... Aqui tenho a primeira carona. O senhor disse que a primeira carona é o shopping Avenida ou Aldeota. O senhor deu essa primeira carona e ia aonde?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Na primeira carona, eu ia sair da casa do Assis, que eu ia para o centro da cidade, eu tinha que passar na praça Portugal.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A segunda carona: o senhor levou a menina até o aeroporto e sabia, inclusive, que ela iria para o Rio de Janeiro.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Exatamente. A Liana não foi para o aeroporto no meu carro. Ela foi no carro do tio dela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A Liana também foi para o Rio de Janeiro? Também foi para o aeroporto?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Viajou também.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ah, foi junto com essa outra menina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E essas meninas todas iam viajando uma atrás da outra?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu só sei dessas duas, doutora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas quanto a essa que o senhor levou e que foi para o Rio de Janeiro, primeira pergunta: aonde o senhor ia que passava para o aeroporto?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu ia no Henrique Jorge.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde é isso, Senadora Patrícia?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Fica lá no grego. É o outro lado.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É o outro lado da cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É o outro lado da cidade e aí passa pelo aeroporto.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Tem que passar, pegar a Rui Barbosa, passa em frente ao aeroporto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sustenta que foi uma carona mesmo?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Foi uma carona.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aonde o senhor ia lá?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Hã?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde é que o senhor ia lá?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – No Henrique Jorge.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – No Henrique Jorge.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O que o senhor ia fazer lá?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Ia trabalhar, visitar meus clientes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Qual é a sua atividade mesmo?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Vendedor.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vendedor de quê?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Vendo tudo, doutora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não. Ninguém vende tudo. O senhor me perdoe, mas ninguém vende tudo.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Atualmente, vendo tudo. Sou um profissional de vendas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor pode ser um profissional de vendas, mas tem de ter uma representação para vender, o senhor tem de ter uma loja.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Atualmente...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – À época. Eu não quero saber de atualmente. É problema seu. Quero saber de antes.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Na época, eu estava trabalhando com serviço gráfico.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Serviço gráfico. O senhor vendia gráfica, mas para que gráfica?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Vendia serviço gráfico.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, mas de que gráfica?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Vendia para Gráfica Fortes, no centro da cidade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Gráfica Fortes, no centro da cidade. Vamos ligar agora para a Gráfica Fortes. Qual é o telefone da Gráfica Fortes?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Doutora, assim de cabeça, agora, eu não me lembro. Eu tenho...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor trabalhou lá por quanto tempo?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Peço à Secretaria para disponibilizar o telefone da Gráfica Fortes. Só para a gente saber quanto tempo ele trabalhou, se efetivamente trabalhou na Gráfica Fortes, se tinha representação da gráfica ou se era o único.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Doutora, com serviço gráfico, a gente trabalha autônomo, a gente não trabalha em gráfica nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, o senhor não tinha...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer que o senhor não tem um álibi aqui. O senhor foi levar realmente... O senhor está querendo me dizer agora que o senhor é autônomo. Não tem onde pegar, ninguém vai me comprovar na gráfica que o senhor estava cumprindo uma tarefa naquele lado da cidade?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Precisa de autorização da gráfica para trabalhar?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Mas se perguntar a ele, ele vai dizer que sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bom, vamos retomar depois.

Deputada Laura, retome isso para nós.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Deixe-me fazer uma terceira colocação porque acho que está junto com a Liana. É por conta dessa carona da Liana que estou vendo.

O senhor disse no início do seu depoimento que tinha ido para a casa de Assis, num gesto de boa vontade dele, que o senhor estava desesperado porque tinha acabado um relacionamento, mas imediatamente o senhor já fixou um relacionamento com Liana, inclusive, a ponto de o senhor ter freqüentado a casa dela.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Foi. Exatamente.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Rapidamente houve a mudança, graças a Deus.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não é mudança, doutora. É uma...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Em poucos dias.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Em poucos dias. Ela é uma pessoa bacana, e ela é uma pessoa bacana, uma pessoa... Aí eu me relacioNei com ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é a idade dela?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Acho que 26 anos, 23, 26.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aqui li que a pessoa que o depoente levou para o aeroporto chama-se Liana, tendo o depoente tido um rápido relacionamento com a mesma.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu fui para o aeroporto com ela, doutora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não sabendo que a mesma era garota de programa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Mas eu fui... Não sabia...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Foi programa ou não foi?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu não sabia que ela era garota de programa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor a levou no aeroporto ou não?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu fui para a casa dela, fui para o aeroporto no carro do tio dela com a tia dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Levá-la para ir para onde?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Quem levou ela para o aeroporto foi o tio dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, mas o senhor estava junto.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu estava junto.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Quem é o tio dela?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu não me lembro o nome.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E para onde que ela iria?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Ela foi para o aeroporto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela foi para o aeroporto para viajar para onde?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Ah, ela ia para o Rio de Janeiro.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Liana também ia para a Espanha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para o Rio de Janeiro. É a segunda pessoa que o senhor leva ao aeroporto para ir para o Rio de Janeiro, e o senhor quer que eu acredite que o senhor não fazia parte desse esquema de agenciamento?

Qual era o seu emprego fixo da época? Nenhum. O senhor tinha que renda? Que renda fixa o senhor tinha?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu só digo para a senhora uma coisa: eu não...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é a sua conta bancária?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu não ganhei...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem conta bancária?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu não ganhei dinheiro com isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a sua conta bancária?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu tenho uma conta bancária, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, por favor, pode declarar. Anota aqui para nós, num papel, a conta bancária, essa e todas as outras que o senhor possa ter.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Tudo bem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque nós vamos descobrir as outras que o senhor tem também.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Só para facilitar, vai quebrar de qualquer jeito...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Tudo bem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – ... se o senhor puder dar logo, é mais fácil.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Dou sim, não tem problema.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, duas meninas dessas o senhor levou para o aeroporto, as duas iam para o Rio de Janeiro e as duas faziam o caminho para a Espanha através do Rio?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu não sei se ela ia para a Espanha, doutora.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Ah, o senhor não sabe? Mas nesse relacionamento ela não lhe contou?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Ela contou que ia fazer o que no Rio de Janeiro?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Ela me disse que ia viajar, que precisava resolver os problemas dela...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – No Rio?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Sim. Ia viajar porque precisava resolver os problemas dela.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Problemas do quê? Ela trabalhava assim, em que, por exemplo, para ter tanto problema no Rio?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Ela disse para mim que trabalhava com bijuterias e ia viajar, que precisava resolver coisas, tinha clientes para ver, para visitar...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – E o senhor achava que ela não era uma garota de programa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, para mim, não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Não?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É tanto que me relacionei com ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor achou que era uma viagem comum?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Comum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas aí vai o tio, vai o senhor, vai mais não sei quem para se despedir no aeroporto numa viagem que vai ali e volta?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É, foi o tio dela e a tia dela junto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não lhe pareceu estranho isso, que vá uma família toda para se despedir, tchau, se vai voltar amanhã?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois me parece estranho. Eu, como viajo todo dia, minha mãe não vai me ver no aeroporto. Agora, se eu for para uma viagem longa...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Coitada da mãe da gente se fosse fazer isso, não fazia mais nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque todo dia estou lá, se eu vou comprar não sei o quê...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor foi algumas vezes fazer compras de passagens para o Seu Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, nunca.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Nem nunca viu o Seu Assis comprando roupa para as meninas que iam lá para a casa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não, não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – As meninas que freqüentavam a casa em que o senhor morava recebiam roupas de Seu Assis.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nunca vi.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Nunca viu. Nem as meninas?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas vamos ver aqui. Dentro dessa pergunta que a Deputada Sandra Rosado lhe fez, tenho depoimento aqui que o senhor fez compras para essas meninas.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não fiz.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor costuma comprar artigo feminino para o senhor?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, mas eu não fiz compra.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estou fazendo essa pergunta da melhor forma possível porque a Deputada Laura Carneiro vai lhe perguntar diferente isso. Eu estou lhe perguntando assim: o senhor comprou artigo feminino para dar para alguém?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, eu não comprei artigo feminino nenhum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor comprou para dar para uma moça, para a Liana?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não comprei nada para a Liana.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não? Não esteve em nenhuma loja?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, para comprar para a Liana, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mala?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para comprar para quem?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Para ninguém. Não comprei mala para ninguém.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Kaliana Alves Maia. O senhor conhece?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Kaliana? A irmã da Liana.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você conhece ela?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Conheço, sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – De onde?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Conheço ela de quando ela veio de Recife com o namorado dela, ela estava até hospedada numa pousada lá na praia com o namorado, um radialista conhecido aqui da cidade, e eu fui com a Liana na pousada...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, não é essa não. Você está confundindo todas as meninas. Você conhecia muito, viu, porque essa aí já é outra.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Kaliana?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, essa não é a que você está falando. Não é a irmã da Liana, não. Você já está confundindo as meninas.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Então, essa aí eu não conheço. Porque a irmã da Liana é Kaliana o nome dela.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – É, Kaliana é o nome da irmã da Liana?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Da Liana.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, mas não é a mesma do radialista.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Ah, então não conheço essa aí.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – É Kaliana Alves Maia.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Não conheço.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – É que é a irmã de Liana. A outra...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Seu Valdiney, vamos tentar aqui fazer um esforço, porque estou percebendo que parece que o senhor é meio desprovido de curiosidade, né? O senhor não tinha curiosidade em saber nada que acontecia lá dentro, apesar de morar dentro da casa. O que é que essas meninas faziam tanto na casa do Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu não sei, doutora, o que elas faziam lá.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas, olha, veja bem, a gente o chamou aqui para o senhor contar as coisas.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Certo. Estou contando...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Estamos lhe dando uma oportunidade para contar. Mas olha aqui, é meio difícil a gente acreditar que uma pessoa que morou um ano e não sei quanto tempo na casa...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Naquela época não se andava meninas na casa do Assis, atrás de Assis.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Mas o senhor dava carona a elas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E agora, aí andaram.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Mas isso era... Estou falando isso agora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ano passado. Tá bom, ano passado, entendi.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Doutora, acho que vocês estão querendo trazer uma coisa de lá para cá que eu não estou conseguindo entender as perguntas...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Estamos querendo saber qual é a relação que... Então, tá, vou tentar aqui explicar: nós estamos querendo saber qual é a sua relação com o Assis, o senhor já disse que morou por duas vezes na casa dele, uma época...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Seis dias é morar na casa de uma pessoa, Doutora?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não sei. Foi o senhor quem disse, não?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu passei seis dias lá exatamente. É morar seis dias?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas o senhor já tinha morado em outra época.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Já tinha morado antes. Antes, não acontecia esse movimento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por que o senhor acha que aconteceu esse movimento? O senhor que era amigo?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Agora?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Exatamente.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Agora, não sei. O Assis é uma pessoa muito bem relacionada na cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com meninas.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Como apareceriam garotas lá, apareciam pessoas de alta sociedade lá na casa dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Apareciam pessoas da alta sociedade na casa dele...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Da alta sociedade na casa dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ... para fazer programas com as meninas?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Com relação às costuras dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pouco me importo com as costuras dele. Vou dizer-lhe a verdade.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Está bom.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Costura é uma profissão que tem o nosso respeito. Se ele fosse apenas um costureiro não estaríamos aqui agora tratando dessa pessoa. Portanto, as pessoas que foram à casa dele para ver as costuras pouco me importam. O que me importa é o seguinte, para não misturar as coisas...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Se ele costurasse bem como trafica, eu também iria lá para pedir roupa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos ver se ele... Homens adultos que telefonavam para ele.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu não atendia o telefone da casa dele, Doutora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pessoas que fizeram contato com aquela casa enquanto o senhor estava lá.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Pessoas que estiveram lá na casa?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Adultos.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Adultos. Bom, a Liana. De mulher, foram a Liana, que eu me lembro do nome, e a Carla.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além das mulheres.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Das mulheres?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pessoas que dentro de hotéis que telefonassem. Ele nunca comentou com o senhor?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nunca vi, nunca vi, nunca vi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Taxistas.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nunca vi também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na verdade, parece que é mais um esquema de agenciamento. Ele fazia programas com as adolescentes ou não?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Eu acho que não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor fez um programa com a Liana.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu fiquei com a Liana.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pagou?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor considera que não foi um programa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não foi um programa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor sabe que ela fazia programas?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sabia que ela fazia programas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas agora o senhor sabe.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Agora estou sabendo. Estou sabendo agora, não. Estou sabendo da época quando estourou na imprensa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando estourou na imprensa, o senhor conversou com o Assis, depois disso?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Quando estourou isso na imprensa, o meu nome surgiu na imprensa conhecido como Ney, e fiquei esperando os acontecimentos para me apresentar com o meu advogado e dar os meus esclarecimentos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O seu advogado, que o senhor tem o direito de ter – eu o cumprimento –, é o mesmo advogado do Assis. Ou seja, além de todo o relacionamento íntimo entre vocês, vocês têm o mesmo advogado. Como o senhor acabou escolhendo o mesmo advogado entre tantos aqui? Com todo o respeito ao advogado. Essa é apenas uma curiosidade.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – O problema é que o Assis se apresentou na Justiça Federal sem advogado. Ele estava lá sem advogado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. E esse é um dativo?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Como?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É gratuito?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Ele se apresentou sem advogado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele deve ter constituído advogado lá, porque estava sem ninguém.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Sem advogado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como era advogado do Valdiney, já sabia do caso e foi logo junto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que é o mesmo advogado?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Assis está pagando advogado para o senhor?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Para mim, não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem paga?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Cada um paga o seu.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Como?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Cada um paga o seu. Também não pode perguntar isso porque não deve.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De toda forma, interesso-me em saber por que é o mesmo advogado, porque estabelece uma relação entre os dois também. Há uma relação de tal ordem. Quero deixar isso registrado.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – O Assis estava na OAB querendo um advogado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele foi procurar na OAB e acabou sendo o mesmo.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Por favor, eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor. Há poucos minutos, o senhor disse que tinha ido deixar a Liana porque ela foi para o Rio de Janeiro.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Foi.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Cuidar de bijuteria. Estamos com os autos do processo que o senhor assinou.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Sim.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Está certo? E o senhor diz aqui que teve um relacionamento amoroso com Liana, que veio de Belém do Pará, e tinha conhecimento de que, naquela ida ao aeroporto, a referida garota estaria viajando de volta para Belém do Pará e não para o Rio de Janeiro.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Doutora, houve um conflito nessa época, quando eu disse isso aí.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Mas o senhor assinou o conflito.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Assinei. Na época, quem é que não fica nervoso tendo um problema desse?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Nervoso? Mas se o senhor estiver dizendo a verdade não pode ficar nervoso.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Doutora, sou um homem que não tem nada a dever à Justiça. Tenho nada a dever à Justiça não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor disse que foi ao aeroporto e que o tio dela foi seguindo, não foi?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Seguindo, não. Ele foi no carro dele. O pneu do meu carro furou em frente à casa dele.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor foi no carro dele?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – No carro dele. Numa Parati.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor que foi no carro dele?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Foi. Ele que foi dirigindo o carro.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Agora, foi para Belém do Pará; foi deixar a menina para ela ir para Belém do Pará.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Houve um conflito nessa época, porque ela tinha vindo de Belém. Nessa época, eu me confundi ao dizer isso aí.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Sim. Na realidade, ela foi para a Espanha, para o Rio de Janeiro ou para Belém?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Se ela foi para a Espanha, não sei. Eu vim saber depois que estourou.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Para qual local ela foi finalmente?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Para o Rio de Janeiro.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Aqui há uma contradição grande, assinada pelo senhor.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Sei disso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor nunca mais teve contato com ela depois que ela viajou?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nunca mais?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela não lhe telefonou?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, nunca mais.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nem o senhor ligou para ela?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Também não, nunca mais.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas ela foi para voltar ou foi para ficar?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Ela disse que ia para o Rio de Janeiro em uma viagem de 15 dias.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela tinha celular?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não tinha telefone?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não tinha celular. Não tinha.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor tinha nessa época?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nessa época, tinha, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tinha celular? E o senhor não teve vontade de entrar em contato com ela, já que teve relacionamento afetivo e amoroso com ela?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Tive, doutora. Mas eu estava passando por uma situação difícil. Se ela viajou, para mim ali cortou o relacionamento...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela tinha carteira de identidade ou passaporte?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu não vi o documento que ela estava carregando.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você não viu?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não vi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Todo o mundo lhe chama de Ney, por que não chamam pelo nome todo?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Desde pequeno eu sempre fui chamado de Ney.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor poderia fornecer-me o seu telefone?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – O meu telefone?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – 91...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Da época. Ainda é o mesmo?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Da época, doutora, não lembro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual é o de hoje?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – 9118-3946.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – 46?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas na época o senhor não lembra?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não lembro. Já faz um ano.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Era mais de um celular?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Acho que eu tive uns dois, mas não lembro o número.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O número do ano passado o senhor não lembra?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não lembro. Faz um ano. Não lembro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor muda sempre de celular? Tenho o meu há dez anos.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, eu não mudo de celular, mas perdi, passei e comprei outro número.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Está certo.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Por favor, Sr. Ney. Deputada Laura Carneiro, um minutinho. O senhor deu outras caronas, segundo seu depoimento do conflito. O senhor dá aqui como sua declaração que deu outra carona para outra menor...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Menor não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Outra jovem, aliás. Outra garota. Deu carona para a Liana e para a Lícia. Uma garota foi até à Polícia Federal para fazer passaporte, porque Assis recomendou que o senhor a levasse.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, ele não me recomendou nada.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Outra vez o senhor ia para Aerolândia, e o Sr. Assis pediu de novo que o senhor dar outra carona, e o senhor deu outra carona?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Dei.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Quer dizer que o senhor não trabalhava?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Para ele, não. De maneira nenhuma.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Não. O senhor não dava expediente em canto nenhum?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu dava. Trabalhava. Corria atrás.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Com tanta carona?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Trabalhava, sim.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor trabalhava de taxista?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Transportando pessoas?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu trabalhava no meu carro, fazendo minhas vendas.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – E o senhor sempre interrompia para dar as caronas?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Às vezes, quando eu estava chegando por perto da casa...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Vou continuar a ler, porque certamente terão ocorrido outras caronas. Obrigada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor, alguma vez, falou, por telefone, com o Sr. Emílio?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nunca? Conheceu o Sr. Emílio?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não conheci esse cidadão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não conheceu?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nem conheço.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor conheceu Moisés Gonçalves de Oliveira?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sei quem é.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nunca ouvir falar?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sei quem é.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor gosta de tomar água de coco à Beira-Mar?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Doutora, acho que faz muito tempo que não ando pela Beira-Mar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não estou preocupada com a sua vida hoje, mas com a sua vida antes. O senhor, quando morava com o Emílio ou quando passava...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nunca morei com o Emílio. Nunca andei com o Emílio. Não sei que é Emílio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Desculpe-me. Já sei. Estou falando do Assis. É que são muitos nomes. Quando o senhor convivia mais assiduamente com o Sr. Assis, o senhor costumava ir à Beira-Mar?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, com ele, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Com ele, não. Mas o senhor ia sozinho?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nunca fui à Beira-Mar com ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nunca foi à Beira-Mar?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Com ele, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor conhecia uma moça de nome Rilna de Fátima Fonseca de Aguiar?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor não a conhecia?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não conheço. Não sei nem quem é.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor conheceu alguém de nome Maximiliano Gomes da Silva?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Um amigo do Assis. Um garoto amigo dele. Um rapaz que andava lá na casa dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor o conheceu em que ano?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Exatamente no ano passado, quando aconteceu tudo isso aí e eu fui para a casa do Assis, que ele aparecia lá, era amigo dele, dormia na casa dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Era namorado do Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sei se era namorado. Eu não perguntei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas ele declara aqui claramente, sem nenhum problema.

O senhor diria que... Ele lhe conhecia, o senhor morava na casa do Assis nessa época?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu estava passando uns dias lá. Ele me conhecia, sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele consegue até lhe descrever bem, direitinho.

Nessa época, o senhor tinha um Fiat?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Tinha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Qual era o Fiat, qual era a cor?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Um Fiat vinho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor disse, em um determinado momento, que o senhor não tinha carro. Como é que o senhor comprou esse carro?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nessa época, não tinha carro, doutora. Eu falei que não tinha carro na época, quando morei na casa do Assis.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quando o senhor morou um ano e tanto?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Em 89.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quando o senhor morou um ano e tanto?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Exatamente. Nessa época, eu não tinha carro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como o senhor comprou o carro?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu comprei o carro porque trabalhei em uma empresa chamada Skincariol e ganhava um salário na faixa de três mil e quinhentos reais e tive condição de comprar um carro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na Skincariol?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Exatamente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor trabalhava como gerente de vendas.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Supervisor de vendas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nessa época, o senhor ouviu falar de uma empresa de nome late?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – late?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – late.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É late mesmo. Aluguel de apartamentos e flats.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não lembro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor não ouviu?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Falar dessa empresa late?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – l – a – t – e.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu sei, Doutora, mas de aluguel não. Não ouvi falar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pois era lá que o Assis trabalhava. Não era fazendo roupa. Era na late e tem até o cartãozinho. O senhor quer ver o cartãozinho dele?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – late? Ah, ele tinha o cartão do late Plaza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, não é o late Plaza, não. Não é. É late empresa. O senhor quer ver o cartão? Não é o late Plaza.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Para mim, esse cartão era um cartão que ele fez...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Era o cartão de visitas dele.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Era o cartão de visitas porque ele tinha um apartamento do Wilson que ele alugava no late.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, quem era Wilson?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Um amigo dele que mora em Nova Iorque.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, o Wilson mora em Nova Iorque?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas ele não mora em São Paulo?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu não sei. Eu só sei que esse amigo morava em Nova Iorque, esse amigo dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Esse amigo que mandava dinheiro para ele na conta do Banco do Brasil?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sei se ele mandava dinheiro para ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O nome dele, por acaso, é Wilson Nogueira?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Só sei que é Wilson, se é Nogueira, não sei. Não tive intimidade com ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor conheceu ele pessoalmente?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Só de foto, de ver as fotos lá na casa do Assis.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só de foto? Mas ele era dono de algum apartamento do Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sei se ele era dono de algum apartamento do Assis. Eu sei é que o Assis tomava conta de um apartamento dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Se o senhor não sabe, eu vou lhe dizer.

O Wilson é dono do apartamento onde o Emílio morou um tempinho. O Emílio é o homem que está preso na Espanha exatamente porque mantinha as meninas nesse conluio com o Assis na Espanha. Engraçado, né? Que coincidência isso tudo.

Enfim, vamos continuar. O Maximiliamo o senhor chegou a conhecer e ele morava com o Assis. Foi namorado do...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Se era namorado, eu não sei dizer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para o senhor não achar que é preconceito que, aliás, **data venia**, não tenho nenhum, ele diz claramente.

O senhor tem noção de quanto tempo... O que eu acho engraçado é que esse menino, esse Maximiliamo, no depoimento dele, que li agora há pouco, diz que efetivamente sabia das meninas que iam lá, sabia da existência do Emílio, sabia da existência do tráfico de pessoas, sabia que o Emílio contratava as garotas para prazer sexual, sabia de tudo, e ele foi só um namorado.

O senhor morou um ano e tanto e não sabia de nada. Depois, o senhor ficou quinze dias e também não sabia de nada? O senhor não via nada?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Doutora, quando eu morei na casa do Assis, eu disse antes, um ano e tanto, não existia isso na casa do Assis.

Eu já quis lhe dizer isso, mas a senhora não está entendendo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Estou entendendo. Naquela época não tinha, depois é que foi ter, não é isso?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Foi acontecer quando eu fiquei lá uns seis dias.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, você sentiu a diferença, não é isso?

O Assis falou que foram quinze, você não venha dizer que foi seis. Então, vou colocar você e o Assis um de cara com o outro. Quero ver quem é que mente menos.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vamos lá, continue. Você ficou quinze ou ficou seis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu fiquei seis.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pois ele diz quinze, quer que eu leia para você?

Quero que você saiba que eu não estou inventando.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu sei disso.

Eu pedi a ele para ficar quinze dias exatamente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, ele fala claramente. É que é muito depoimento. Mas eu já li. Está aqui. Enquanto eles mudam a fita, eu acho o depoimento aqui.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Enquanto isso, deixa eu dizer outra coisa aqui.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Pois não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor me disse que não sabia que a Eliana ia para...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Para a Espanha.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Para a Espanha.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Exatamente.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Mas é interessante que o senhor diz aqui que, tendo inclusive dito à família da garota que seria muito bom para ela sua ida para outro país.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Mas isso é só conversa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem é Wallace? O senhor sabe?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sei não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O depoimento está aqui. Na segunda página.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Qual é, Laura?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está no processo. Nós não temos não. Página 71. "Que conheceu o Valdiney através de anúncio de jornal." O Ney conheceu o senhor em um anúncio de jornal?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Quem?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Ney... O Assis. Está aqui.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Bom, quando, na época, ele botou... Que ele tinha anunciado o quarto para alugar. E eu liguei. E tinha um amigo meu também morando com ele, que eu já sabia do nome da casa de Assis. Dessa época, de 89.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Em 89. Quando o senhor morou com ele... Então, ele tinha o quê? Um pensionato?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Ele tinha um... Uma casa de cômodos. Não já falei que ele tinha uma casa de cômodos?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele diz que chama pensionato. Por isso que eu estou perguntando. É pensionato mesmo? Porque no Rio pensionato é outra coisa.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Então, deve ser pensionato, porque ele disse que só são dois quartos, ou três. Acho que três quartos.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Acho que quatro quartos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Espera aí. O senhor falou de 89, não é?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É. Ele disse aqui que conhece bem há cerca de 15 anos e afirma que Ney morou em sua residência quase um ano. O senhor casou três vezes. É verdade?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É verdade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que há cerca de um ano e meio Ney ficou cerca de 15 dias morando na sua residência.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É. Mas não foram 15 dias. Eu pedi a ele para passar um tempo, uns 15 dias, mas não foi... O tempo que explodiu tudo isso aí. Não chegou aos 15 dias.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agora, o que é louco, é que ele não sabe nem a marca do seu carro. Eu não consigo entender isso. O senhor é amigo dele há 15 anos, não sabe nem a marca do seu carro. Fiat Uno é tão "facinho" de decorar, não é?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Quem? O Assis não sabe a marca?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Qual foi a última vez que o senhor conversou com o Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – A última vez?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Hum, hum.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – A última vez foi agora, na Justiça Federal.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas vocês não se encontram nunca?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É. Nós temos um processo que respondemos juntos e, de vez em quando, nós nos encontramos para conversar.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Qual é esse processo que o senhor responde junto com o Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É esse processo de tráfico de mulheres, na Justiça Federal. É esse processo aí.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor conheceu o Sr. Hélio Barros Tavares Júnior?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Não sei quem é.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor não sabe quem é?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Por favor, no dia em que o senhor foi ao *shopping*, que a irmã de Eliana, Kaliene, não é, ela desceu para comprar a mala, o senhor ficou em uma loja vizinha assim...?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. A Eliana não comprou mala.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Comprando... Em uma loja de celular?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não, não, não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Uma jovem que começa com a letra "K", que acha que é Kaliene?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. A Kaliene é irmã da Eliana. Ela não andou no meu carro.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor não foi levá-la ao *shopping* para comprar a mala?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Quem? A Eliana?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Sim.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – A Kaliene.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Também não. A Kaliene não...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Aí o senhor... Ela ficou comprando a mala, que o senhor levou, que o senhor...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Eu não levei a Kaliene para comprar mala não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – E o senhor foi para uma loja de celular?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Kaliene?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Sim.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. A Kaliene não comprou mala comigo.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Está aqui.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor sabe quem é Francisca das Chagas Magalhães? Lima Magalhães?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Francisca das Chagas Lima Magalhães... O nome, assim, eu não me recordo, Doutora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas ela lembra do senhor.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Descreva para mim aí quem é para ver se eu me lembro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu vou só ler para o senhor uma parte do depoimento para o senhor ver como o senhor era bom de carona, como disse a Deputada Sandra Rosado.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Está certo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que a declarante afirma que Ney apareceu cerca de três vezes acompanhado por Assis. E como Assis não tem carro, Ney fazia as vezes de motorista. O senhor achou a profissão.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Ah, agora eu me lembro quem é. É a Mosa. É que eu não sabia o nome dela, Doutora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, é a Mosa.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – A Mosa, da Barra do Ceará, não é?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não sei. Não conheço.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É a Mosa, que é a comadre dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Era a comadre dele?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – São compadres. Exatamente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas, então, pensa o seguinte, ela é comadre dele, então conhecia bem o senhor, não?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É eu ia lá, a gente almoçava lá de vez em quando.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Almoçava lá de vez em quando.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – No final de semana fui lá almoçar duas vezes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, espera aí, o senhor quer que eu acredite em quem?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Hum?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na Mosa, que te conhecia bem, conhecia bem o Assis, e que diz claramente, vou ler novamente: que Ney fazia às vezes de motorista.

Então, vou acreditar que o senhor era motorista do Assis ou vou acreditar que o senhor trabalhava nessa Forte Gráfica? Em que acredito? O senhor mesmo disse para mim: olha, mas eu não trabalhava autorizado pela gráfica não. Quer dizer, era bem autorizado, não, ele vai dizer que sim, não, pensando bem, eu trabalhava de forma avulsa. O senhor quer que eu acredite que o senhor trabalhava de forma avulsa para a Forte Gráfica ou que acredite na Mosa, que é tão sua amiga e amiga do Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Para o Assis eu não trabalhava, eu não era motorista dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, motorista dele não. Claro que não! O senhor era amigo dele, ficou lá morando, estava ferrado, ele tinha um bom negócio nas mãos, e o senhor fazia às vezes de motorista.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Mas não me aproveitei disso, não ganhei dinheiro com isso e nem ganhei dinheiro com isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, o senhor não ganhou dinheiro?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Você está insistindo que não ganhou dinheiro com isso, mas colaborou com isso.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não colaborei também. Se eu dei as caronas, doutora, dei as caronas intuitivamente, sem saber o que estava fazendo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nem a carona?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agora vou continuar as minhas perguntas.

O senhor disse no começo que só tinha quarto para homens, não é isso? Eram seis cômodos?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nessa faixa, era uma casa duplex.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o que é mais engraçado é que no depoimento dele, agora já não me lembro mais se foi na delegacia, não, foi na Justiça Federal, ele diz o contrário, ele não diz que os cômodos eram para os homens, os cômodos eram para as mulheres. Está aqui, vou ler para o senhor, para o senhor não achar que estamos inventando, porque aqui não se inventa, se lê e se junta, ele diz aqui claramente, está aqui bonitinho: e que as fotos que se encontraram na casa dele eram trocadas com as suas inquilinas, porque ele tinha seis cômodos lá no imóvel.

Onde ficavam esses cômodos, embaixo ou em cima?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Três quartos em cima e dois embaixo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, então tinha três quartos em cima? Era um flat onde ele morava?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, era uma casa na República do Líbano.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Deputada Laura, aproveitando o gancho, o senhor poderia descrever a casa do Sr. Assis? Desde o início.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Do portãozinho, qual o tamanhinho do portãozinho? Daí para diante.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Ela estava, na época desse problema, como se fosse um muro verde, com dois portões, uma entrada na sala, dando para uma cozinha e para outra mini-sala e um quarto nos fundos, e três quartos em cima com entrada independente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A altura desse muro, qual era a altura do muro?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Mais ou menos de um metro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Era baixo?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Era baixo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E a cor da porta?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Branca.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tinha persianinha, alguma coisa bonitinha ou cortininha?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – As portas são de persianas mesmo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – As portas são de persianas.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Aquelas almofadazinhas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor poderia me descrever o quarto do Sr. Assis? O que tinha lá.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Sempre quando a gente passava no quarto dele tinha muitas fotos, muitas fotos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como eram fotos?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Fotos de pessoas normais, pregadas na parede, de artistas, de pessoas...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agora, diga-me uma coisa, o senhor, que era tão amigo dele, deve ter visto as fotos que ele não mostrava, que não estavam expostas, que estavam guardadas na gaveta.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É, mas eu já vi na Justiça Federal.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, não, eu não vi. Estou perguntado se o senhor viu as fotos quando o senhor morava lá, ou quando o senhor passou lá os 15 dias.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não, fotos de pessoas peladas nunca vi, mas vi na Justiça Federal.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Lá o senhor nunca tinha visto?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E nem falei que estava pelado.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – (Risinhos).

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor vê como o senhor gosta ...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, a senhora disse que estava guardada não é doutora?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E podiam estar expostas, sei lá até o grau de sanidade de cada um... Mas, então, eram cenas de sexo ou só fotos eróticas?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É, pessoas despidas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sr. Valdiney, no quarto do Sr. Assis, tinha o quê? O senhor poderia descrever? Tinha televisão, como era composto?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – No quarto não tinha televisão, tinha televisão na sala.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor lembra o tamanho da televisão?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Televisão de 29 polegadas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O Sr. Assis dormia em cama de casal ou de solteiro?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, cama de solteiro, lá nunca teve cama de casal não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E o telefone do Sr. Assis, o senhor sabe me dizer?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – O telefone eu me lembro, 242-2110.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O 242-2110. É interessante a anotação dessa informação.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – 242-2110. Que coisa boa. Ele só tinha esse?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Só tinha esse.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Se o senhor soubesse quantas vezes esse número aparece na conta do Othon... De onde o Emílio telefonava. Diga-me uma coisa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vamos permitir que a Deputada Laura Carneiro faça as indagações, porque às vezes ela está num rumo e uma interferência pode atrapalhar. Vamos esperar que ela termine, e os outros Parlamentares farão as suas indagações.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Diga-me uma coisa. Como o senhor disse, o senhor falou que alugava para homens. A informação que temos, dada por ele, no depoimento dele, é que ele tinha inquilinas. Portanto, mulheres.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Na época em que eu morei, não tinha. Eu fiquei lá alguns dias.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só. Vamos fazer assim. Vamos esquecer de 1989. Vamos para 2003. Vou esquecer 1989 e 2004; quero chegar em 2003, nesses benditos ou malditos 15 dias que o senhor passou lá com ele.

Quem morava lá nesses 15 dias?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Lá não morava menina nenhuma.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nem menino? Só o senhor.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Só eu que estava lá e o Max, que era amigo dele e que aparecia lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim. E dormia lá com ele?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – O Max dormia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – No quarto com ele. Então, quando eu lhe perguntei se ele era namorado, e o senhor disse que não. Já viu alguém dormir no quarto com o outro se não for namorado? Ora, pelo amor de Deus. Isso aqui é depoimento. Estou lhe perguntando e o senhor tem que responder. Não é brincadeira não. Tento fazer menos doloroso mas não tem jeito... Isso aqui não é uma brincadeira; é um inquérito parlamentar. Dá cadeia igualzinho, doutor.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu sei disso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, vamos continuar. Nessa época, não tinha meninas.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não tinha meninas. As meninas iam lá, visitavam...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ia lá fazer o quê? O senhor não achava que para um homossexual era muita mulher na casa dele?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Realmente era.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o senhor não estranhava, perguntava?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Não perguntava nada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Achava natural.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Natural.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quando o senhor morava na sua casa, também ia um monte de gente?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não; na minha casa, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que 'não, na minha casa, não' e na casa dele pode. Qual é a diferença?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, na minha casa eu recebia meus amigos, meus convidados.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas eles também não eram amigos dele?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eram. Mas, eu ia perguntar quem eram as pessoas?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ou não eram?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eram amigas; para mim eram amigas, eram apresentadas como amigas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, por que o senhor disse 'não, na minha casa, iam amigos'. A gente só diz assim quando parece que na casa do outro não iam amigos. Ou não, estou errada?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. A senhora pode estar certa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu posso estar certa. Estou mais para certa do que para errada, não é? Eram mais do que amigos; eram clientes, digamos assim.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sei se eram clientes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Da costura.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele não costurava para moça. Só para homem.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Só para homem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Imagine só, ele não costurava para moça, o que essas mulheres todas iam lá fazer?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – A senhora não quer voltar em 1989?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não. Podemos voltar. O senhor quer voltar?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Vamos voltar em 1989. Aquela Miss do Ceará, Cristina Cavalcanti, não me lembro. Na época que eu morava na casa dele...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela ia lá para fazer vestido?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Era o Assis que organizava os desfiles dela...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A Miss Ceará?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Foi a Miss Brasil de 1989. Então, dessa época sempre andou mulher na casa dele, mas...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, ele além de costureiro fazia esse trabalho de agenciamento de agência de modelo? Ele tinha isso também?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. As pessoas na vida dele. As pessoas que eram amigas dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas ninguém trabalha de graça. O senhor há de convir que nem amigo. Eu não vou organizar um desfile de beleza e não receber nada por isso. Mas ele ganhava tão pouco. O senhor o ajudava em casa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nessa época?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nas épocas que o senhor ficou...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nessa época que eu fiquei na casa do Assis, eu tomava banho na casa dele, tomava um copo d'água, saía, voltava, a mesma coisa. Não me alimentava na casa dele. Alimentava-me fora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, mas o senhor não ajudava no aluguel, na luz?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – A casa dele não era alugada, doutora. A casa era dele, é própria.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas não tem condomínio? Não paga? No Rio, paga.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não tem condomínio. Em casa, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – A casa dele não é condomínio fechado

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – No Rio, paga. Mas o senhor não ajudava no IPTU?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na luz?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, em nada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – No gás?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Também não tomava banho lá?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Tomava banho, sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, não ajudava nem no gás?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, me explica: ele ganhava R$260,00 de aposentado. Quer dizer, R$260,00 seria agora, há um mês. Então, R$240,00. Como ele fazia para sustentar isso tudo? O senhor não ajudava? O senhor trabalhava com vendas, vendia tudo? Como é que o senhor...?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Doutora, eu fui passar poucos dias na casa dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, mas não é seu amigo?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Fui passar poucos dias.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Seu amigo, quinze dias na sua casa, o homem ganha salário mínimo...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu não sabia quanto ele ganhava, doutora. Nunca perguntei...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nossa. Está certo. Não tem problema não.

Então, nessa última vez, não viu a menina? Só viu as amigas lá?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Exato.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele apresentava como o quê? Minha amiga Laila? Minha amiga Keila?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Exatamente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Minha amiga Glória? Minha amiga Vívian? Eram esses os nomes?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Era.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor também conheceu a Vívian?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Vivian, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vanessa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

Já que está falando os nomes, está...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, estou lhe perguntando.

Vanessa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Vanessa, também não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Glória? O senhor conheceu?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Liana?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Conheci.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Keilane?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Kailane.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Kailane?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Conheci. A irmã da Liana.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Kátia?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claudiana?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Claudiana, Claudiana... Não, também não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Keila?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Também não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quais foram as outras que o senhor conheceu?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – A Liane...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Conheceu uma Patrícia?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Patrícia, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor somente conheceu mulher lá?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Doutora, nesses seis dias...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Além do (inaudível) e das mulheres, não conheceu mais ninguém, nesses seis ou quinze dias?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Iam uns amigos dele lá, um diretor de uma escola de dança e outras pessoas, mas não me lembro o nome. Há outros nomes lá...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Alguém estrangeiro?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Estrangeiro, não. Nunca vi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Um alemão?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não. Nunca vi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nunca ouviu falar?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor acha que o Sr. Assis é uma pessoa de boa índole, trabalhadora, boa gente?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Para mim, sempre foi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Sempre foi uma pessoa boa gente, trabalhadora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor acha que foi injusta, então?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor acha que a prisão dele é injusta?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não estou dizendo que foi injusta.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Estou lhe perguntando.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Os fatos estão aí, doutora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas você se assustou?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu me assustei e muito.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aí, fez o quê?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – O que eu fiz? Não fiz nada. Fiquei esperando a minha (ininteligível) que me chamaram.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você há de se convir comigo o seguinte - eu nem vi o processo todo, mas somente pelo que eu folheei –: se isso acontece comigo e eu me envolvo num processo desse, no mínimo, eu quebro a cara dele. É o mínimo.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – O Assis é uma pessoa de idade, não é, doutora?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E aí? Por isso, pode envolver o seu nome em tudo? Você não se sente envolvido, não?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu me sinto envolvido...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você está envolvido até o pescoço.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu me sinto envolvido, me sinto traído, me sinto uma vítima nisso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mesmo assim, ainda o acha boa gente, pessoa séria?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Doutora, eu acho que eu não posso julgar ninguém.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, julgar ninguém...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu estou sendo julgado...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, você tem sangue de barata. Diga-me uma coisa...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não tenho sangue de barata.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu quero saber da sua indignação. É o que eu lhe falei: no mínimo, eu o enforcava. Mesmo que ele não tivesse razão, o mínimo que eu fazia era enforcar.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Aí, eu ia ter outro processo nas costas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, mas não precisava matar, era só uma "enforcadinha".

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Está certo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas aí, ficar assim tão... Hoje, numa audiência pública, depois de tudo isso, o senhor ainda admite que ele é uma pessoa de bem, trabalhador, mesmo ele tendo lhe traído, mesmo ele...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Foi a imagem que eu sempre tive dele.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim, mas, depois, não é possível. Eu conheço uma pessoa que é minha amiga. Essa pessoa comete um crime, uma coisa horrenda e terrível, e, aí, eu vou dizer que ele continua sendo gente boa. Isso existe?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Pode. Se colocar uma interrogação no que a senhora disse, porque realmente fica... Mas eu acho que...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, você levou um susto?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu fiquei assustadíssimo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª. Presidente, ele ficou tão assustado que ele fugiu com o Assis. Ele se escondeu na casa de uma amiga do Assis, de tão assustado que ele ficou. É algo impressionante. Uma moça. Lá, na Barra do Ceará, de tão assustado, ele pegou o Assis, disse "Vamos esconder juntos" e saiu correndo junto com o Assis, de tão assustado que ele ficou.

E o senhor quer que eu acredite que não sabia de nada e foi se esconder com a pessoa que lhe assustou, na casa de uma menina, na Barra do Ceará. É isso?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Foi verdade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foi verdade? Por quê?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Só que, no momento, doutora, o meu nome não tinha aparecido.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, agora, o senhor se explicou bem. O senhor somente se assustou quando o seu nome apareceu. Até lá, o senhor estava absolutamente tranqüilo.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Claro, porque eu estava surpreso com tudo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu quero saber em que momento o senhor se assustou?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Surpreso com tudo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Em que o momento que o senhor se assustou?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – No momento em que o meu nome apareceu nessa história toda.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só por isso?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, e fiquei...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Se não tivesse aparecido, o senhor não se assustava com o assunto?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Fiquei muito chocado com o que aconteceu com ele também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É, mas eu nunca vi ninguém se chocar tanto e esconder com quem se chocou, mas, enfim, vamos continuar...Vai mudar a fita novamente, vamos aguardar... (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a palavra, a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É a última pergunta.

Voltando às caronas da Deputada Sandra, decididamente o senhor só deu carona para Liana, não deu carona para aeroporto algum, não participou de nenhuma compra de mala para menina nenhuma...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Para menina nenhuma...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Todo mundo sonhou com o Ney, falou o nome dele porque sonhou o nome dele...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É, falaram o meu nome porque...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Em vez de falar João, falaram Ney. Foi comprar uma mala, ninguém falou que o senhor fez nada de mais não. Foi comprar uma mala. Não tem problema comprar mala, não é crime comprar mala, entendeu. O senhor podia ter comprado uma mala para ser gentil com o seu amigo. Não tem problema nenhum. Ou para a menina mesmo. Podia estar querendo namorar ela e fez lá uma gentileza e foi com ela comprar uma mala. Então, não tinha nenhum problema.

Mas nem isso o senhor não comprou? O senhor não quer ajudar nem quanto a isso?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu não comprei mala, Doutora. Eu dei a carona...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor não comprou, não. O senhor foi junto comprar.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, eu não fui junto comprar. Eu dei a carona.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, o senhor nega para esta CPI que o senhor tenha participado de qualquer maneira, por mais idiota que fosse, ou seja, dirigindo contumazmente, comprando roupa, comprando mala. O senhor, então, não participou de nenhum ato que eventualmente possa ter se referido à ação criminosa do Sr. Assis, à possível ação criminosa do Sr. Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nem um ato?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nenhum ato. Se eu fiz...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor sabe que o senhor jurou.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu jurei. Se eu fiz, fiz intuitivamente, sem saber o que estava fazendo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Fez instantaneamente, sem saber. "Intuitivamente" é quando se tem o "intuito de". Então, foi instantaneamente, "sem ter certeza de".

Está certo.

Então, Sr. Presidente, é só juntar os depoimentos e fazer a contradita com o próprio depoimento dele, que, aliás, são diferentes: o depoimento em juízo e o depoimento na delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Deputada Ann Pontes, tem a palavra V. Exª.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, apenas para os últimos esclarecimentos, porque ao longo das perguntas da Deputada Laura eu fiz as minhas.

O senhor poderia confirmar o bairro em que fica a casa do Sr. Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É na Aldeota.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor sabe o número da casa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É 653.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor poderia confirmar comigo que o senhor conheceu a Liana na residência do Sr. Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Foi lá?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Foi lá que eu a conheci.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela estava na condição de hóspede?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Ela não ficou lá na casa dele, não. Ela chegou lá e saía e voltava. Ela nunca nem dormiu lá.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, ela nunca ficou lá na condição de hóspede?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Nunca ficou.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele não alugava quarto para ela?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Para ela, não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E para outras ele alugava?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Também, não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É isso que eu quero ter bem claro. Na época em que o senhor passou um período maior de um ano e pouco, nessa época ele alugava quarto para homens e mulheres ou só para homens?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Só para homens.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Era comum esses homens levarem mulher?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu morei lá. A gente levava.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor lembra o nome dessas pessoas, desses homens que moravam lá? O senhor tinha amizade com eles?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Doutora, faz tanto tempo que não me lembro de mais ninguém da época, porque mudava muito. Pessoas viam, voltavam. Era uma casa de cômodo, não é?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Certo. Voltando à Liana, qual seria o motivo para ela ir com tanta freqüência à casa do Sr. Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sabia o motivo. O motivo é que ela dizia para mim que tinha muitos problemas, que tinha de viajar para resolver os problemas dela e tal. Tinha de ir até o Rio de Janeiro para resolver os problemas dela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O Sr. Assis era uma espécie de confidente?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. No tempo que ela passou comigo eu ela conversando muito pouco com ele. Só coisas, tipo problemas mesmo do cotidiano somente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Era uma espécie de psicólogo. Ela ia dividir os problemas dela com ele?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É. Ela apareceu lá como amiga dele.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas depois que o senhor começou a ter um relacionamento amoroso com ela, ela não detalhou o motivo da permanência da ida constante na casa do Sr. Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Não detalhou, não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E o senhor também não manifestou interesse?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não perguntei.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Porventura, durante o período em que o senhor esteve na casa do Sr. Assis, o senhor conheceu uma moça chamada Claudiana?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Claudiana? Não me lembro do nome Claudiana.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Qual é o nome que o senhor lembra?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Me lembro da Liana, da Kaliane e da outra menina que eu estou querendo me lembrar o nome. Foi a terceira que dei a carona, que eu não consigo me lembrar o nome.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O que a Kaliana era para a Liana?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Irmã.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como o senhor soube disso?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Soube porque elas mesmo me disseram, conversando. Ela me disse que elas eram irmãs.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor conheceu a Kaliana onde?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Conheci a Kaliana indo para a casa do Assis com o radialista.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Deixe-me ver se entendi. Não era só a Liana que ia conversar, tratar de seus problemas para o seu Assis? A Kaliana também, com freqüência, ia à casa do seu Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – A Kaliana não ia à casa do Assim conversar com ele, ia mais para se encontrar com a Liana. Marcavam lá para encontrar, para sair, para ir à praia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, se a irmã ia à casa do senhor Assis para encontrar a Liana, então ela ficava um período maior na casa do senhor Assis.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É. Muitas vezes ela ficava uma tarde lá. Eu chegava lá à tarde e ela estava lá.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela pernoitava?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nunca pernoitou. Nunca vi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pelo o que o senhor está falando, Liana e Kaliana não moravam na mesma casa.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Kaliana morava em Recife. Veio passar o mês de férias, parece-me.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Aí, quando passava as férias, ficava na casa do senhor Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Kaliana foi visitar o Assis e a Liana, que estava lá esses dias.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É o que quero saber. Então, a Kaliana morava em?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – A Kaliana estava na casa de uma avó na Cidade dos Funcionários. Depois, ficou na casa de uma irmã na Francisco Sá. Inclusive, quando saía com ela, fui pegá-la na casa desses parentes dela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor tem informações de que o senhor Assis tinha algum filho?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Filho não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Que vinha visitá-lo no período das férias?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nunca soube que ele tivesse filho.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem vinha visitá-lo, passar as férias com o senhor Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sei, doutora. Esses dias que passei lá não ouvi conversar a respeito de filhos, de férias e tal. O Assis não tem filho. Pelo que sei ele não tem filho.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Já que a Deputada não queria reportar-se a 89, faço questão de ficar em 89. Nesse período, o seu Assis recebeu a visita de algum parente ou de alguém que dizia que era parente e veio passar as férias aqui em Fortaleza?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não me recordo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Durante o período em que o senhor esteve...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Morei lá. No tempo em que realmente morei lá, não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É isso o que quero saber. O senhor Assis recebeu alguma visita, algum parente?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, de parente não me lembro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Para concluir, Sr. Max. Por que o senhor acredita que essas moças arrolaram o seu nome no processo? Qual é a sua tese?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Essas moças arrolaram meu nome porque as pessoas estavam na casa de Assis. Ele deve ter falado o meu nome. Dei, realmente, carona a algumas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas envolvê-lo em uma questão tão séria como essa? Que motivos teriam para arrolar o senhor em uma questão tão séria?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – O motivo é óbvio: o de achar que estou envolvido nisso, de que eu participava disso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor nunca desconfiou?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Muito obrigada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor disse que chegou a dar carona a algumas garotas que apareciam na residência de Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É verdade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor sabe dizer, mais ou menos, para quantas garotas deu carona?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nesses dias em que estive na casa do Assis acho que dei três caronas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor sabia, quando foi para casa de Assis, que ele era homossexual?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não. Sei que Assis é homossexual desde a primeira vez em que morei na casa dele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Desde a primeira vez o senhor sabia que ele era?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Sabia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor acha natural que garotas freqüentem uma casa, que vão a essa casa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Acho que todo homossexual tem uma penca de mulheres atrás dele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Uma penca de mulheres?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Todas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o que significa, no caso de agenciamento?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nada significa nesse caso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em alguns lugares, onde teve um homossexual cercado de mulheres foi descoberto que ele era agenciador. O senhor disse que elas passavam lá?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Passavam lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Entravam na casa? Ficavam muito tempo?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Ouviram música e tal.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E a Liana? Ela morou na casa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – A Liana não morou na casa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E como é que o senhor conheceu a Liana?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Conheci porque ela foi para lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi para onde?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Foi para a casa do Assis para conversar com ele. Ficamos conversando lá. Foi o tempo que a conheci e que saí com ela. Eu a pegava e a deixava na casa dela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor disse que teve um pequeno relacionamento com ela.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Tive um pequeno relacionamento com ela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De quanto tempo mais ou menos?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Esse período aí, desses dias aí que eu fiquei na casa dela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mais assim, um mês, dois meses?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não! O que é isso? Foi o quê? Questão de uma semana.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E depois que o senhor continuou tendo relacionamento com ela?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, aí ela viajou. Esse período que ela ficou comigo, ela viajou logo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Sr. Assis tinha máquina fotográfica em casa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Tinha, tinha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E ele costumava tirar fotografia?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, nunca vi fotografia de ninguém. Nunca vi ele fotografando ninguém lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o senhor foi fotografado pelo Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor sabe também se alguma vez tirou fotografia em casa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Também não!

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No caso do Assis, o senhor disse que houve uma garota que o senhor levou até a Avenida Borges de Melo, é?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não sabe o nome dessa garota.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sei o nome. Não me lembro o nome.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Há um outro que o senhor levou a um shopping...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Foi, na Avenida, no Shopping Aldeota, ou Avenida.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E houve uma outra que deixou no aeroporto.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É, não me lembro também dessa do aeroporto. Foi Eliana que fui com ela. Me lembro, não, foi Eliana que fui com ela no aeroporto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor disse que conduziu a garota que...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É que eu fui para o aeroporto no carro do tio dela, porque o meu carro ficou na casa do tio dela, e eu fui no carro do tio dela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E que essa garota iria ao Rio de Janeiro?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Iria para o Rio de Janeiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor tinha conhecimento de que essa garota ia ao Rio de Janeiro?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas tinha a informação de que ela, no Rio de Janeiro, iria à **Square?**

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não, não tinha essa informação.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Alguma vez o senhor presenciou algum telefonema do Assis para o Emílio Garcia?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não, nunca.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor nem tinha ouvido falar nele?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Só vim ouvir falar do Emílio, quando o acontecido veio à imprensa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nem tomou conhecimento de que o Assis recebia, através de contas de bancos, dinheiro que vinha da Europa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, senhor!

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nunca, nunca, teve essa conversa comigo, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca soube disso aqui?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E alguma vez o senhor viu, por exemplo, fotografias que o Assis tirava ou que constava na casa de Assis de garotas também nuas, ou não?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não! Eu vi umas fotos de garotas nuas lá na Justiça Federal.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor falou que, quando o senhor soube que estava envolvido, o senhor procurou ir a um lugar diferente.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como é que o senhor soube que estava envolvido?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Quando isso veio à tona na imprensa, né, quando veio à tona na imprensa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas veio à tona que o Assis era o agenciador.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É, exatamente!

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas havia alguma acusação de que também o senhor era agenciador? Ou como era? Ou por que o senhor morava na casa de Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, é porque eu fiquei esses dias na casa dele, acontece uma coisa dessa, eu nunca tive envolvimento com polícia, nunca tive envolvimento. Quem é que não fica assustado?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo! Então o senhor ficou assustado.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas não havia acusação alguma contra o senhor? Contra você.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não tinha

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tinha não?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não tinha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aí o senhor ficou com medo, porque ficou seis dias na casa do Sr. Assis, de que pudesse também o senhor ser detonado também por essa ação, que o senhor pudesse ser acusado de também ser envolvido com agenciamento de garotas para a Espanha. É isso?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aí o que o senhor fez? O senhor disse "vamos sair"? Foi o senhor que levou Assis para outro lugar ou foi Assis que disse: "Olha, Valdiney, vamos agora desaparecer, porque aconteceu isso"?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, quando isso aconteceu, eu não sabia do que tinha acontecido. Voltei à casa dele, e a casa dele estava fechada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aí, quando o senhor viu que estava fechada, o senhor ficou preocupado?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Fiquei preocupado, não! Aí, voltei, né, liguei, não consegui falar, aí fui à casa da Mosa. Aí, foi onde ele estava, na casa da Mosa. Até o momento que a casa estava fechada, eu não sabia do que estava acontecendo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, na casa da Mosa, o senhor soube que ele estava envolvido?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Aí, no outro dia, já deu tudo na imprensa, não é?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é! E aí foi o senhor que levou o Assis ou foi o Assis que levou o senhor para esse lugar?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, para a casa do Assis foi eu que fui para lá, para a casa dele, para encontrar lá na casa da Mosa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. Mas quem sugeriu e que disse: "Olhe, vamos dar o pé ainda agora! Vamos desaparecer um pouco!"?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não houve essa conversa de desaparecer um pouco, porque as minhas coisas, inclusive eu estava de bermuda, fui para a casa da Mosa, quando tudo aconteceu, as minhas coisas ficaram traçadas na casa dele e eu não fiquei escondido com ele na casa da Mosa, ele saiu de lá para um outro lugar.

Eu é que fiquei na casa da Mosa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Os seus objetos estavam na casa do Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Sim, mas a casa dele ficou trancada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o senhor não disse que só ficou seis dias lá, como é que as suas coisas...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Mas as minhas coisas estavam todas lá. Eu não tinha saído. Eu saí da casa dele exatamente quando aconteceu tudo isso. Só fui conseguir tirar as minhas coisas da casa de Assis uns quinze dias depois.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor chegou a ver a polícia para poder sair correndo.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Quem enxergava na porta do Assis a polícia pegava. Quem aparecia para bater na porta do Assis a polícia pegava.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aí o senhor viu e não apareceu que não é bobo?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu vi a polícia e vou aparecer?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ué, eu apareceria numa boa e ainda cumprimentava; não tenho nada a temer.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, Sr. Valdiney, o senhor disse que no dia em que encontrou Assis na casa de Mosa, o senhor foi na casa de Assis, que estava fechada. Então, não tinha polícia lá?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, aí ele já tinha saído da casa porque já estava sabendo de alguma coisa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o senhor disse que quem fosse na casa de Assis a polícia pegava. Mas o senhor foi lá e a polícia não o pegou?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, porque no momento em que eu passei na casa do Assis – passei ao meio-dia e à tarde – e parece que a polícia ainda não estava vigiando a casa dele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, o senhor passou na casa dele de manhã e à tarde. De manhã mais ou menos a que horas o senhor passou?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Mais ou menos meio-dia e às quatro horas da tarde.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E nesse intervalo o senhor tentou falar com o Assis e não conseguiu.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não consegui e fiquei preocupado. E fui na casa de Mosa a tardinha, por volta das seis horas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Chegando lá, Assis disse que havia estourado...

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Ele nem me disse nada, nós ficamos lá sentados e apareceu na imprensa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aí ele saiu da casa de Mosa e foi para outro lugar?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Ele foi para outro lugar e eu fiquei lá mais uns dias.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ficou na casa de quem?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sei para casa de quem ele foi. O (inaudível) que veio pegar ele, eu não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você ficou na casa dele ou de Mosa?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Na casa de Mosa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A Mosa tem filha? Quantas?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Tem. Duas meninas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Elas moram onde?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Moram lá na Barra do Ceará.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Elas não moram na Espanha?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – As filhas de Mosa? Não sei se ela tem filhas que moram na Espanha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A informação que temos é que ela tem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando lhe apresentaram algumas fotografias, o senhor reconheceu que é Eliana que aparece lá na folha 512, certo? Mas o senhor também sabe que uma moça de blusa rosa é irmão do cabeleireiro Gurgel. Sabe o nome dela?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Eu sei o nome dela, estou tentando me lembrar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era um Gurgel que foi inquilino de Assis, que era cabeleireiro.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – O Gurgel tem um salão na casa em frente a do Assis.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, era o Gurgel que penteava as meninas?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor já ouviu falar de uma cabeleireira chamada Linda?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Linda? Não me lembro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O nome do salão é Linda.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não me lembro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E Kátia, o senhor já ouviu esse nome lá?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Kátia? Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Alguém de São Paulo o senhor conheceu?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nem do Rio?

Nessa foto aqui é o senhor?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Nessa foto aí sou eu.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem fotografou?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Essa foto aí não é na casa do Assis.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah não? É onde?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Essa foto é no meu apartamento em Icaraí.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o que estava fazendo na casa do Assis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Quando eu me separei, eu levei as minhas fotos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas como isso foi parar na "busca e apreensão"? Eu não estou entendendo nada.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Porque as minhas coisas estavam na casa do Assis, Doutora. Tudo meu ficou na casa do Assis.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tudo seu?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Todos os meus objetos estavam na casa do Assis.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tudo?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Roupa, só roupas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Fotos.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Fotos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Papéis?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Papéis também, alguns documentos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Toda a sua vida estava na casa dele?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Quando eu saí de casa eu levei as minhas coisas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E essa moça o senhor conheceu?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Já ouviu falar de alguém de nome Maria Lúcia?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Maria Lúcia?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ou Maria Luíza?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, também não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E este aqui, quem é? Mostre para mim.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Posso chegar mais perto?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pode.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não sei quem é, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não sabe.

O senhor, alguma vez, ouviu o nome Carmelo?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Este nome: Carmelo?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não. Não, senhora.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Agradecemos ao Sr. Valdiney Ramos dos Santos.

Pergunto se o senhor tem alguma coisa a acrescentar no seu depoimento?

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Não, não tenho nada a acrescentar. Só quero dizer que dei o meu depoimento na Justiça Federal e vou provar a minha inocência, porque não tenho nada a ver com isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muito obrigado. O senhor está dispensado.

O SR. VALDINEY RAMOS DOS SANTOS – Sim.

A senhora quer o número da minha conta bancária?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quero o número da conta, sim.

Eu queria também lhe pedir uma outra coisa: que o senhor pense. O senhor nem precisa ir embora agora – nem sei se pode, porque, eventualmente, o senhor terá que fazer alguma acareação.

Na minha terra, falamos assim: "ferrado por um ferrado por mil". O senhor tem a oportunidade, na CPMI, de obter dos Parlamentares eu não diria um salvo-conduto, mas, pelo menos, uma declaração à Justiça Federal, um pedido à juíza, para que o senhor seja visto de outra maneira. Se o senhor resolver colaborar. Então, embora o senhor não tenha feito isso agora, se o senhor quiser fazer mais tarde, de forma reservada, o senhor chama qualquer um dos Parlamentares ou qualquer um da assessoria. Não precisamos nem lhe ouvir aqui; podemos ouvi-lo lá dentro, de forma reservada, se o senhor resolver realmente colaborar.

O seu advogado não vai gostar muito, porque ele também é advogado da outra parte, mas, nesta hora, o senhor tem que ver o seu lado.

Só para lhe lembrar: pelo que pude ver dos autos, a sua situação é complicada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Peço à Assessoria que conduza o próximo depoente, Francisco de Assis.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só lembrar que no dia 07 de junho a CPI de Extermínio no Nordeste estará aqui em Fortaleza.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Faça entrar o Sr. Francisco Assis Marques Aguiar.

Termo de compromisso. Nome completo: Francisco Assis Marques Aguiar, idade 61 anos, estado civil solteiro, endereço residencial Rua República do Líbano, 653, telefone 2422110. Esse nome já foi muito dito, aqui. Profissão alfaiate aposentado.

Compromete-se o depoente, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si, nos termos do art. 5º da Constituição Federal. Responde que sim e assina.

O seu advogado já está aqui, na sala.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ele esteve aqui agora há pouco. Encontrei-o lá fora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que é o mesmo advogado, Srª Presidente?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mas não é preciso. O que for preciso eu respondo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor não quer advogado?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ele estava lá fora, mas saiu, mas não tem problema.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Peço a Secretaria para conduzir o advogado do Sr. Assis aqui para a sala.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O advogado dele é o mesmo do Ney.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Acho que ele foi embora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor quer começar a responder, enquanto seu advogado se encaminha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Posso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pode? Então, vou passar a palavra para Deputada Laura Carneiro, para começar a fazer algumas perguntas.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sr. Francisco Assis Marques Aguiar, posso-lhe chamar de Assis?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pode, sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Obrigada. O senhor tem quantos anos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sessenta e um. Sou do dia 04/10/1942.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Qual é a sua profissão?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu era alfaiate.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor foi alfaiate.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É. Aí, por problema de saúde, eu tive que deixar a profissão e me aposentei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor se aposentou pelo INSS como alfaiate?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como alfaiate.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Há quanto tempo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Que eu sou aposentado?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Já faz uns três anos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Há três anos.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu tive um problema de coluna e fiquei paralítico, no chão, sem poder nem levantar essa perna.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas, antes o senhor trabalhava como alfaiate.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu trabalhava, sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor conhece o Sr. Emílio Zorrilla Garcia?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu conheci ele, um dia, lá na beira-mar, em frente o Hotel Othon.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como o senhor o conheceu. Conte para mim.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ia passando lá na beira-mar, fui comprar uma obra de arte lá no calçadão, quadro, umas telas, e fui passando, cheguei ao Optam, fiquei sentado lá, eu estava com um problema de garganta, ele estava sentado em outra mesa. E, vendo ele pagando coisa para o povo e tudo, todo aquele pessoal, me chamou a atenção em ver umas pessoas assim, daquela maneira.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tão boa, né?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Aí ele foi me chamou para a mesa. À época eu alugava um flat lá no Iate Plaza, de um amigo meu, que mora em Nova Iorque...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Wilson.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu estive duas vezes lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Wilson Nogueira.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Wilson Santos Oliveira.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual a sua relação com esse Sr. Wilson, Sr. Assis?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Esse rapaz...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual a idade do Wilson?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Vinte e sete ou vinte e oito anos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Esse que tinha um flat?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tem ainda.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele ainda tem o flat?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ainda tem, lá no Iate Plaza.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Aí, então, aconteceu o seguinte: eu dei um cartão meu, interessado em alugar o flat, porque eu estava responsável em alugar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor deu um cartão para o Emílio?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim. Para o Emílio. Aí, no outro dia... Aí fiquei lá. Aceitei uma água de coco, sem gelo, e tal, e fiquei lá e tal. No outro dia ele me chamou para jantar. Aí, estava eu e um amigo meu foi, ele pagou e tal. E tudo bem. Todos os dias ele me convidava para jantar.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Qual o nome desse amigo que lhe acompanhava?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Emiliano.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Maximiliano.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Maximiliano.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Max.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Aí, eu não entendo espanhol nem nada. Eu tinha uma dificuldade, porque ele falava as coisas e eu confirmava, mas sem, às vezes, estar entendendo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele não falava português?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Muito arrastado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Muito arrastado.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É. Eu sei que aceitei o convite, fomos e tal. Quando, em uma das vezes – e ele perguntando onde era que tinha restaurante...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O advogado já está presente.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – ... bom para ir, mas eu não sabia, porque eu não tenho esse padrão de vida de estar em restaurante fino. Aí eu perguntei ao motorista de táxi e ele me disse que era o Dallas, o Spettus e me ensinou um outro lá nas dunas, mas eu nem cheguei a ir lá.

Aí, então, um dia, eu fui lá no Dallas Grill, depois fomos na Spettus. E o motorista que levou a gente ficou esperando para poder pegar a corrida de volta. Mas como era cedo, ele pediu se queria conhecer alguma coisa na cidade, ele levou a gente lá para o Studio Tropical.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O que é o Studio Tropical?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É uma casa noturna que tem show de *strip tease* e tudo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É aquela da Débora Soft?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É. Exatamente. Inclusive estava...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que ela faz com o marido, Jonas.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É. Exatamente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor conhece bem os dois?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, eu não conheço. Na hora ela estava lá, e depois me disseram que era ela. Eu vi um tipo tão diferente das fotos! Me disseram que era ela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É. Eu não a conheço.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – E lá ele conheceu uma menina por nome de Carla Daniela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Lá, o senhor conheceu a Carla?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Lá, o Emílio, conheceu a Carla. Assim, cheio de mulher, e ele, turista e tal, deram em cima dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele era bonitão?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu estava com o Max, e fiquei lá. Mas a gente estava reservado, assim, e eles lá, a Débora Soft, todas lá. Pronto. Quando foi depois...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Essa menina, a Carla, era menor na época?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não. Vinte e dois anos. Casada. Tem uma filha de sete anos, que ela me disse, e separada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso é hoje ou antes?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Na época.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Naquela época ela já tinha 22 anos. Ela era casada, na época?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, separada e morava com a mãe dela e disse que tinha uma filha, se não me engano de 7 anos – não sei. Sei que ela se apaixonou pelo Emílio. Ela me torrava a paciência lá em casa e eu a evitava, porque ela ficou louca, louca por esse Emílio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o que tem a ver com a sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O seguinte: ela viajou depois. Ele falou que tinha uma casa lá na Espanha naquele estilo tropical e perguntou se ela queria trabalhar lá. Ela aceitou o convite. Tinha uma outra menina que ia lá em casa, por nome Lícia; ele estava lá na Beira-Mar, tinha me ligado, e eu fui e levei a menina para mostrar para ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor o apresentou à menina para que ele a levasse também para a Espanha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Apresentei para ele; aí ele foi e a apresentou para essa Carla Daniela, e as duas foram para a Espanha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, foram a Carla e essa menina?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A Carla e essa Lícia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – As duas foram para a Espanha?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Carla lhe torrava a paciência?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É. Porque, apaixonada pelo Emílio, toda hora queria saber notícia dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas ela não estava com ele na Espanha, Sr. Assis?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, senhora, antes de ela ir. Ele foi na frente e ela foi depois.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele foi na frente e ela depois. Por que ela ligava para o senhor e não ligava direto para o Emílio? O senhor tinha notícia dele?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Para saber notícia dele. Mas eu respondia que não tinha notícia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor era muito amigo dele?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, muito não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E como o senhor ia saber dar notícia?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Coisa dela, de mulher apaixonada, não é?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mulher apaixonada é um horror!

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Aí, pronto, era eu que tinha...

Aí ela foi. Ouvi ele dizendo para ela, na Beira-Mar, na mesa onde ficávamos, que ele era casado, que tinha um casal de filhos adultos e que não deixaria a mulher dele por mulher nenhuma.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Uma mulher apaixonada não está nem aí para isso.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mas aí ela ficou... E a toda hora era o Emílio... E eu disse: Carla, pára, pelo amor de Deus. Você não tem outro assunto, é só Emílio, Emílio?

Ela viajou depois...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Espera aí.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois não. Qualquer dúvida, pode perguntar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É que quero construir aqui, imaginando o que o senhor está me contando.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor era uma pessoa pacata, enfim, visivelmente, e mesmo nos depoimentos, homossexual, tinha lá o seu relacionamento com o Max, mas era uma vida normal, tranqüila, tinha acabado de se aposentar por problemas na coluna, ficou deitado, sofrido todo um desgaste; mas uma pessoa normal.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – E várias outras coisas, enfrentei outras cirurgias...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro. Sei que o senhor operou nos Estados Unidos inclusive.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Enfrentei aqui uma cirurgia de próstata; depois o meu intestino grosso foi danificado – não sei bem qual é o nome, mas popularmente "nó na tripa"

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Diverticulite.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – E eu aqui estava desenganado pelos médicos e tudo. Foi quando o Wilson foi para os Estados Unidos e eu fui acompanhando – estava só o couro e os ossos, desenganado pelos médicos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Imagine, o senhor tem uma história de vida complicada de saúde!

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tenho uma vida longa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pois é, que Deus lhe dê mais tempo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – E, graças a Deus, muito querida. Gosto de fazer amizade. Inclusive a Drª Patrícia, quando era Vereadora, recebeu correspondência minha lá em São Carlos, porque eu mandava uns recortes do Dr. Ciro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que bom! Eu queria que o senhor morasse no Rio para mandar os recortes do meu pai para mim. Uma pena que o senhor morava aqui.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Era uma maneira de eu fazer amizade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quero entender, então. Como o senhor, sendo essa pessoa tão boa, vai para um *show* de *strip tease* de um casal que, em princípio, é casado, e lá conhece uma menina

que, em princípio, é prostituta – o senhor, que é um homem tão sério! Essa menina passa a ligar para a sua casa insistentemente. O senhor atende, conversa; aí conversa com o tal do Emílio, telefona para ele – o homem foi preso por tráfico de pessoas... Como pode o senhor, um homem tão bom, se envolver com essa corja?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É o tal negócio. Inclusive ela me pediu para falar para a mãe dela que tinha conhecido o Emílio, que ele era uma pessoa muito boa, e a mãe dela estava insegura de deixá-la viajar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o senhor falou com a mãe dela?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Falei que tinha conhecido o Emílio, que ele era uma pessoa boa e tal.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o Emílio era uma pessoa boa mesmo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Era.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele era bom, né? Quanto lhe pagava? Dois mil reais por menina?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, ele não me pagava nada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nada? De jeito nenhum?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pagou jantares para mim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só os jantares? Então, o senhor fazia tantas coisas boas por ele à toa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Que coisas boas eu fiz?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Primeiro, começou alugando o apartamento do Wilson para ele. O senhor não chegou a alugar?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim, exato, mas...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, vamos contar do começo. O senhor conheceu o Emílio num bar à Beira-Mar, não é isso?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – À Beira-Mar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele estava em uma mesa e o senhor na outra. Logo depois disso, o senhor passou a ser amigo dele.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi, dei um cartão para ele, ele ligou...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deu um cartão da Iate, para ele alugar esse *flat*.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Exato.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ora, mas se ele estava no hotel tão bem, tão querido que ele era no hotel, por que ele queria morar no flat.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mas ele deixou alguém lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Onde, no flat? Quem ele deixou?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, porque eu aluguei e não... Eu não levo lá no flat, porque é o seguinte, ele saía com várias meninas...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor estava tão mal... quem saía com várias meninas, o Emílio?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ele, passava o dia todinho. Eu só encontrava ele à noite, mas ele...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor estava tão mal da coluna, tão mal, que se aposentou, né, de alfaiate, mas conseguia ser corretor.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não andava, não precisava andar.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mas não tem nada a ver... Eu fiquei

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quando a gente anda, a coluna não mexe?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mexe e inclusive, eu não podia nem pisar no chão. Eu andava assim, patinando.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como o senhor fazia para ser corretor?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mas, na época, eu não estava, doutora. Eu já tinha melhorado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Já tinha melhorado. Aí, o senhor passou a ser corretor e começou logo pelo apartamento do Wilson?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Exatamente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que, nessa época, deveria ter uns 25 anos. Teve algum relacionamento afetivo com o senhor o Wilson?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, não tinha nada disso não. A Drª Cândida é que acha que é, por causa...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nem sei quem é Drª Cândida. Estou perguntando.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi uma delegada que me pegou e disse

que eu tinha fortuna na Beira-Mar com lavagem de dinheiro de droga, com pedofilia e tudo, tudo. Na idade que estou, nunca fumei um cigarro, nunca tomei um copo de cerveja.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas uma coisa não tem nada a ver com a outra. O senhor pode não fazer umas coisas e fazer as outras.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mas, doutora, foi estampado nas televisões e jornais que eu era um traficante.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso eu não sei e não vou chegar à conclusão no final de que o senhor é, mas vou chegar lá.

Vamos continuar. Ainda estou lá no Sr. Wilson – assim, o senhor não vai sair daqui hoje.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, quero saber isso: quando o senhor foi lá alugar para o Wilson, qual era sua relação com ele, para ele lhe dar esse aluguel se o senhor não era corretor, era alfaiate. O senhor não tinha imobiliária nem nada disso.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, o ...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Qual era a relação do Wilson com o senhor?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O Wilson é uma pessoa amiga minha, que hospedei lá em casa...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor hospedou ou o senhor alugava quartos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, lá em casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na sua casa.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Estou dizendo, quando conheci o Wilson, ele morava em Aracaju e comprava tele-sena, poupa-ganha e saía com uma comitiva pelo Brasil todo fazendo esse tipo de trabalho. Ele gostou muito de Fortaleza e se hospedou lá em casa. E gostou muito da minha pessoa...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Se hospedou ou foi seu inquilino?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi meu inquilino.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foi seu inquilino. Então, ele não se hospedou. Ele pagava para morar, não é isso?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Exato.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem mais foi seu inquilino? O Ney foi seu inquilino também?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O Ney também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na primeira ou na segunda vez?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Ney foi seu inquilino na primeira, na segunda vez, ou nas duas vezes ele pagou?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Duas vezes ele se hospedou lá em casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele sempre pagou?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sempre pagou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca ficou devendo?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quanto ele pagava? Por gentileza, quanto o Ney pagava?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, eu não sei. Faz tanto tempo, e a moeda mudou tanto.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Em média, quanto o senhor cobrava para alugar os quartos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sinceramente, nem me lembro mais. Eu nem me lembro mais, porque, no mesmo endereço eu moro há 20 anos, na República do Líbano.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sim, mas o senhor não alugava os quartos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu alugava, mas há tanto tempo, que não me lembro mais.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não era uma fonte de renda do senhor?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Era uma fonte de renda.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como o senhor não se lembra de uma fonte de renda sua? O valor que o senhor aufere no final do mês?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Olha, se eu disser, eu vou inventar, e estou aqui para falar a verdade. Eu não lembro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nem em média?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Ney era seu amigo ou não era?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Meu amigo assim, meu inquilino.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor assegura que ele pagava aluguel para o senhor?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ele me pagava, porque eu não...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca deixou ele ficar como convidado lá?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Aí, eu deixei ele... Agora, dessa segunda vez que ele esteve lá, que estava em situação difícil, separou-se e tudo e ficou lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como ele pagava para o senhor se não pagava em dinheiro?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Se ele não?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se a pessoa não tivesse como lhe pagar em dinheiro, como o senhor fazia a pessoa pagar? Algum serviço?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu sou uma pessoa que nunca foi tão miserável. Eu sou tolerante, eu nunca neguei um prato de comida a ninguém, nunca neguei nada a ninguém.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas ele, então, pagava?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele pagava.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Devia pagar, porque eu estava... Eu vivia disso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, o senhor vai e aluga para o Emílio esse **flat**?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E aí ele sai...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – ...que não é meu.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que não é seu, que era do Wilson.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aí o senhor aluga. E quanto é que o Wilson lhe dá para o senhor alugar? Um percentual?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não. Era o seguinte: ele alugava, eu depositava o dinheiro e deixava para ele ir depois mandando mais dinheiro para comprar outros **flats** aqui.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, o senhor reinvestia o dinheiro do Wilson?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim, exatamente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, além de corretor, o senhor era um mini-empresário do ramo financeiro?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, nem é assim...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor aplicava dinheiro... Com que banco o senhor trabalha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Com que banco o senhor trabalha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Era o Banco do Brasil.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor só trabalha com o Banco do Brasil?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – E o Bradesco, que era a minha conta...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Bradesco. O Wilson lhe mandava dinheiro de fora para reaplicar.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mandava.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso vinha por onde, pelo Banco do Brasil? Ou pela CC5?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pelo Banco do Brasil, pela Western Union.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por onde?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Western Union, uma que coloca e recebe... passa o código, e a pessoa recebe no mesmo instante.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Dos Estados Unidos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Dos Estados Unidos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas como o senhor recebia? Era em real?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Em real.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor já recebia em real?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Em real. Manda na moeda de lá e passa para real.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, pela **Western Union**?!

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É um banco?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É um sistema que pertence ao Banco do Brasil.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Enfim... Com que gerente o senhor tratava dessa transferência de dinheiro americano que chegava em real aqui? Onde era isso?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Perto da minha casa, na Desembargador Moreira com a Santos Dumont.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Lá era essa agência do Banco do Brasil...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem era o seu gerente?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei, não conheço não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor não sabe com quem o senhor fazia a transação?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, porque não precisa. É só chegar com a identidade, o código que a pessoa passou e...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Já mandava direto, on line?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Diga outra coisa para mim. Aí, o senhor conheceu o Emílio. Quando foi que o senhor foi na boate com o Emílio? Foi dois dias depois?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quando o senhor foi na boate...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi uns dois dias depois, deve ter sido.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, o senhor estava acostumado a ir a esse tipo de boate?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, eu não. Eu não sou da noite.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então me explique: como é que depois de dois dias de haver conhecido um homem, no meio da Beira-Mar, o senhor já vai para uma boate de sexo explícito?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Um homem assim, né... Não é qualquer homem, é uma pessoa pacata, tranqüila...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Uma pessoa muito educada. Ligou para mim, convidou para ir jantar e tudo. Não vi por que não aceitar o convite. O motorista pediu ainda para ficar lá esperando para, depois que a gente terminasse de jantar, dar mais uma volta, para não ir cedo... Então, foi quando levou a gente lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que iam tantas moças à sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não era que iam muitas moças. Vai uma pessoa, vai outra... Não eram tantas...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas eram muitas, todo mundo diz. Todo mundo diz que a sua casa era um entra-e-sai...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Era um entra-e-sai, era de todo tipo, de todas as pessoas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu vivia de portas abertas para todo mundo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que é que, normalmente, eram garotas de programa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, doutora, normalmente não eram garotas de programa, não. Eu já trabalhei com misses, eu trabalhava com agência de modelos...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, não. Não estou falando do senhor enquanto alfaiate, não. Estou falando do senhor no ano passado, há pouco tempo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim, mas não eram só garotas de programa não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não é só, eu disse "principalmente".

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Particularidades delas não me interessavam nem eu ia procurar saber...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o senhor trabalhava com elas fazendo o quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Com quem?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Com essas meninas. O senhor disse: "Eu trabalhava com elas, mas era outra coisa...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não. Eu hospedava. Pediam para dormir um dia lá em casa, para tomar banho, para um jantar...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor quer que a gente acredite que o senhor fazia isso de bonzinho?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Fazia, doutora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor publicava no jornal o seu endereço?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor tinha uma ONG, publicava no jornal?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não. Não publicava em jornal. Sou muito conhecido, doutora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como ela adivinhava o seu endereço?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sou muito conhecido. Quem me conhece sabe que...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por que as garotas de programa lhe conhecem?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu não lhe conhecia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como é a relação?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não só garotas de programa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas como as garotas de programa lhe conhecem? Por onde?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei. Uma através de outra...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Da rua? Elas adivinham onde é a sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, porque eu não saio de casa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, como é que elas chegam na sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu não saio de casa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim. Mas tem que ter uma explicação. Como é que elas chegam até a sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Olha, chega uma pessoa com uma amiga e fica. Chega lá...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E vai ficando.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – E vai ficando.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor ganha quanto por mês?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor ganha quanto por mês?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ganho R$240.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o senhor quer que eu acredite que com R$240 por mês, o povo vai chegando na sua casa e vai ficando, vai chegando e vai ficando. Como é que o senhor sustenta isso? Mesmo que seja só a luz?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – (Risos.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não tem graça nenhuma.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, sempre tive ajuda das pessoas. O Wilson via a minha necessidade e dizia que eu podia pegar o dinheiro dos aluguéis e usar se precisasse.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah! Ah!

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu tinha uns R$50 de um, R$100 de outro e tudo na medida do possível.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O Sr. Valdiney lhe ajudava a pagar alguma coisa na sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Quem?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O Valdiney.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu acho que ele devia ajudar a pagar, porque ele era um inquilino meu.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Que tipo de ajuda ele lhe dava?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Financeira.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sim. Mas só correspondente ao aluguel ou ele custeava o pagamento da luz, fazia umas compras para a casa? Como é que era...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, não. Isso era comigo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Era só o pagamento do aluguel?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Só o pagamento do aluguel.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Uma coisa que assustou a todo mundo – depois vamos fazer várias perguntas sobre vários depoimentos –, todo mundo disse a mesma coisa: que o senhor tinha muitas fotos e fotos de mulheres e homens nus. Por que o senhor fazia essa coleção, digamos assim?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, lá em casa morou um rapaz, de nome Airton, que trabalhava no Esdras. E ele trabalhava fixo no Esdras e pegava serviços por fora. Ele, por sinal, já morreu, mas deixou um monte de negativos lá em casa...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor me perdoe. Mas em que época ele ainda estava vivo? Faz quanto tempo que ele morreu?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Olha, doutora, esses negativos... Fazia tanto tempo...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quanto tempo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi revelado na polícia esses negativos...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não quero saber. Quanto tempo faz?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei. Não guardo data não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mais de dez anos, 20 anos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É coisa assim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É, mas as fotos daquela época são diferentes das fotos de hoje. Não estou dizendo que a revelação é diferente. A televisão de hoje é diferente da televisão da época. Então, as fotos que temos aqui são todas atuais. Nenhuma é de 20 atrás. Então, se esses negativos foram revelados, não estão no processo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tem. Sabe por que, doutora? Deixe eu dizer para a senhora. Eu vi no Dr. Danilo Fontenele Sampaio as fotos até da irmã do Gurgel, que mora em frente a mim, a filha dela. Todas pessoas que vi nascendo, crescendo, casando e tudo estava lá no papel.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eventualmente pode ter, mas não as fotos que nos interessam e que estão aqui. Mas mesmo que fossem 20 anos antes, o senhor tinha fotos de mulher nua nos negativos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não. Estava nos negativos. Para mim, eu não tinha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por exemplo, o Wilson. Como é que o Wilson pode estar nu em uma foto...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Fui eu. A dos homens fui eu.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agora melhorou. Foi o senhor

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu falei isso na delegacia. Falei para o Dr. Danilo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu não estou preocupada...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A dos homens fui eu, a de mulheres não foi. E estava um pacote lá desse rapaz.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E como é que pode as moças que estão hoje, na atualidade, estão morando na Espanha, estarem todas fotografadas se não foi o senhor? Quer dizer que o homem ressurgiu 20 anos depois e puxou as fotos das meninas que agora é que têm essa idade. Como é que pode?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, doutora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Convença-me das datas.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não é foto não. Inclusive, pessoas que nem conheço estavam lá nos papéis do Dr. Danilo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A Maria Luíza, a Maria Lúcia o senhor conhece, não é? É maior, não tem problema o senhor conhecer. Aquela que mora na Espanha.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Conheci ela, o marido e o filho dela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tem uma foto linda dela. O senhor viu? O senhor quer mesmo que eu acredite que essa foto não é de agora, que é de 20 anos atrás?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mas não fui eu que tirei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem foi. Foi o fotógrafo que já morreu?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Essa foto não foi tirada lá em casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como é que foi parar na sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não foi tirada lá em casa. Na época, quando a Drª Cândida veio, botou isso na televisão e tudo, a família procurou levando a foto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, o senhor está tentando dizer que a delegada... Olha o que só o que o senhor está dizendo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Digo e me responsabilizo pelo que digo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não tenho dúvida.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Essa notícia foi para a televisão. Então, todo mundo tomou conhecimento desse problema.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor está dizendo, em outras palavras, que a delegada teria incluído uma foto com a família em suas fotos. É isso que o senhor está dizendo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Parece que foi a tia ou a mãe dessa menina que procurou na delegacia...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso não me interessa. Quero saber se o senhor está tentando dizer que a delegada teria incluído esta foto entre as fotos que foram apreendidas na sua casa. É isso? Veja bem, Sr. Assis.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, eu não conhecia essa foto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Essa foto não, essa moça.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Quando fui depor na delegacia...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela não foi sua inquilina?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela andava lá em casa com o marido e um filhinho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela foi sua inquilina?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, amiga. Ela andava lá em casa. O marido...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela não poderia ter-lhe dado uma foto?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu tirei umas fotos dela, mas não era essa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ah, o senhor tirou fotos dela.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu tirei fotos dela com o marido e com o filho, mas não é essa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Onde estão as fotos com o marido e com o filho? Estão com o senhor?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu dei para ela, na época, e para o marido dela. Ela tem um filhinho pequeno.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor podia me explicar como que, com um orçamento tão pequeno de R$240.00, o senhor foi fazer uma cirurgia nos Estados Unidos? Quem bancou foi o Wilson? Ele tem o senhor como um pai? Como é que ele fez isso? Eu tenho bons amigos, mas não imagino ninguém me bancando.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi. Graças a Deus, tenho amigos que, se eu disser que estou precisando, que estou morrendo e preciso de uma passagem para fazer uma revisão da minha cirurgia, eles me ajudarão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Wilson lhe manda?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Manda.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Emílio lhe manda?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, porque não tenho amizade com o Emílio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não tem?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Essa amizade com o Emílio eu não tenho. Depois desse problema, afastou-se tudo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor sabe que ele foi preso de novo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei, não tenho contato com ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foi. Vamos continuar. Então, o senhor ficou muito amigo do Emílio?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Muito amigo assim, de sair de noite, mas não muito amigo. Eu não passava o dia com ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor conhece alguém que se chama Kátia?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nunca ouviu falar?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor tem amigos no Rio?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tenho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que, eventualmente, conhecem meninas?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, de jeito nenhum.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem são seus amigos no Rio?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É o Sidnei, um rapaz que morou lá em casa, era modelo. Eu o tenho como a um filho. Há 20 anos tenho amizade com ele. Era um garoto que fazia propaganda em televisão. Depois, ele foi embora e já veio. Sempre ele está aqui.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que todo mundo está na sua casa? Tem alguma ligação com passarela, com exposição ou modelo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Drª Patrícia...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Senadora, por favor, ou Presidente.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Desculpe-me, eu a conheci como doutora. Senadora, eu tinha muita ligação com o Dr. Armando Vasconcelos, com aquelas meninas do júri na época do programa dele. A Laila almoçava lá em casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso é na época em que o senhor era alfaiate. Essa é uma outra época da sua vida, a boa fase. O erro foi se aposentar. Diga-me: o senhor não conhece uma moça de nome Kátia, em São Paulo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E uma tal de Sara? Ela trabalha numa boate.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Em São Paulo?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, aqui em Fortaleza.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não conheço.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Acho até que ela trabalha no Tropical Delírios Estúdio.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, eu fui no Tropical nesse dia e nunca mais voltei lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nunca mais voltou?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Nunca mais.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Esse Emílio era um homem culto, falava muitas línguas?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não cheguei a ter muito conhecimento a respeito dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sua intimidade com ele era muito pequena?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Muito pequena. Nós nos contamos no jantar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Além desse jantar, quantas vezes o senhor falou com ele?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Umas oito ou dez vezes. Não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na vida inteira, o senhor falou com ele umas oito ou dez vezes. É isso?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Acho que sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele lhe dava algum dinheiro?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, ele não dava dinheiro; ele pagava jantares para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele nunca lhe mandou dinheiro?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ele mandou o do aluguel do *flat.*

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quanto era?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Parece que foi R$2,5 mil ou R$2 mil, por aí. Uns R$3 mil.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mandou da Espanha esse dinheiro?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi, porque ele estava sem dinheiro e perguntou se podia mandar. Eu disse que não tinha problema, pois ele tinha sido muito legal comigo. E ele mandou.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, essas oito vezes em que o senhor falou com o Emílio foram em que ano? O senhor se lembra?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – No ano passado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tudo no ano passado.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – No ano passado, nesse período agora. No mês de maio.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele vinha e voltava?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, eu estive com ele só uma vez.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PPS – RJ) – Ele só veio uma vez?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu estive uma vez só.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PPS – RJ) – E essa intimidade toda?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu conheci ele num dia, e, no outro, ele já me chamou para jantar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PPS – RJ) – Pois é, isso o senhor contou.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E o dinheiro do **flat** que ele lhe mandava? Ele mandou quantas vezes?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Só uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Aí acabou o aluguel?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pronto, acabou-se. Acabou-se, porque já teve esse problema e pronto...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quanto foi mesmo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi... acho que foi R$2 mil ou R$2,5 mil.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual foi o mês em que o senhor conheceu o Emílio?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi no mês de maio, no ano passado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem certeza?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu tens certeza?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – No ano passado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem certeza absoluta?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Absoluta.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mês de maio?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim, acho que foi no mês de maio do ano passado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Em virtude das suas declarações, vou fazer algumas perguntinhas simples.

O senhor falou com ele. Ele lhe telefonou, não foi o senhor que falou com ele, no dia 7, às 20h24min; no dia 8, às 14h56min; no dia 10, às 15h29min; no dia 11, às 17h54min; no dia 13, às 17h58min; no dia 13, às 18h51min; no dia 15, às 11h32min; no dia 15, às 19h34min; no dia 16, às 15h57min – isso só do hotel. Ele telefonou para o senhor, não foi o senhor para ele. Não acabou, não; fique calmo, um minutinho.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor disse que o conheceu em...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Maio.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando foi que ele lhe mandou o dinheiro do **flat**?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, acho que deve ter sido em junho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aqui ainda há mais. Às 17h54min do dia 11; às 17h58min do dia 12; às 18h51min do dia 13; às 11h32min do dia 15; às 19h34min do dia 15; às 15h57min do dia 16. Isso só considerando seu telefone fixo. Se o senhor tiver móvel, então...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, não tenho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só no seu telefone fixo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O meu telefone de contato é esse.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Imagino o seguinte: que não foram só oito vezes, não é?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agora, o mais estranho mesmo – por isso a Senadora fez a pergunta; ela descobriu e pediu-me para fazer –, o mais esquisito – e aí não dá para bater – é que, do dia 14 de março de 2003, temos aqui uma emissão bancária do Western Union, da ordem de R$1.045,69, que equivalem a US$310 à época. E quem remete é o Sr. Emílio para o senhor, que diz tê-lo conhecido só em maio. Então, queríamos entender qual é a mágica de alguém conhecer alguém em maio, e, em março, esse alguém já estar mandando dinheiro para o senhor.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, eu conheci ele em maio.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por que o extrato é de março?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O extrato bancário está aqui. Está aqui. Nos autos, claramente está dito que o senhor recebeu esse dinheiro em março.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Em março?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mas, doutora, eu conheci ele em maio.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas aqui está escrito em março.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois é, não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E o senhor está dizendo que não recebeu o dinheiro dele?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei. Eu conheci ele em maio.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Recebeu quanto de aluguel?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quanto o senhor recebeu de aluguel dele?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Recebi parece que R$2 mil ou R$2,5 mil.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Que conta é essa de R$1.045,69?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – São essas coisas sobrenaturais.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não (risada do depoente), não é sobrenatural... (risada do depoente). Mas eu não recordo disso, não. Eu conheci ele em maio e, logo depois que ele viajou, a Carla e a Daniela foram, e surgiu essa confusão toda. Aí, pronto, acabou-se tudo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como é?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Acabou-se o quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O contato, as coisas assim de...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como assim? Explique melhor.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Depois dessa confusão todinha que houve...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O engraçado é que...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Acabou a festa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, aí, enquanto... Mais contato, nem nada, essa coisa assim de... Pronto. Fiquei isolado, ninguém me procurou mais, ninguém anda mais na minha casa, ninguém me telefona, ninguém nada. Acabou-se.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ah... Eu fui estampado na televisão como um marginal, um traficante de droga!

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas como é que o senhor explica a sua relação com esse Emílio?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi dessa maneira que eu falei, doutora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nós somos experientes, nós sabemos que não é possível o senhor encontrar uma pessoa, na Beira-Mar, um outro homem, e, no dia seguinte, o senhor já estar, à noite, sei lá, jantando com ele, recebendo 10, 15, 20 telefonemas diretos para o seu telefone fixo; recebe dinheiro da conta bancária... Isso aqui não foi inventado, está nos autos do processo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como é que nós podemos acreditar no senhor? Que não tinha essa relação, que não tinha garota de programa, que as meninas que estavam na sua casa...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não. Esse pessoal, essas garotas de programa eram coisa dele, não tinha envolvimento comigo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Coisa de quem?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Do Emílio.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Levando para a sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ele passava o dia... Ele, às vezes, passava, vinha de *shopping*, passava lá por casa e tudo, mas...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele gostava de menina, é?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu acho que ele ficava o dia todo lá sentado na Beira-Mar, não sei, porque eu só encontrava ele à noite.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E aí o senhor o encontrava à noite, e aí conheceu as meninas, é isso?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Algumas, lá na mesa lá com ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Algumas. Mas me explique aqui – Senadora, estou impressionada! Em 1990... Desculpe. Já em 2001, em março de 2001, o senhor já recebia dinheiro pela Western Union, dA SRA. Maria Leoda. Por que o senhor recebia dinheiro de fora?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É a minha comadre. Ela me mandava uma ajuda, porque eu vivia muito doente...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É a Mosa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O quê?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Essa é a Mosa?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mosa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mosa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, não. Não é essa, não. É outra.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Onde é que ela mora?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela mora em Ibiza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, em Ibiza, na Espanha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Isso. Ela é casada com um alemão...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Com um alemão?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É. E mora em Ibiza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que alemão é?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – E eu estava...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Qual é o nome do marido dela?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É o Herman.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como é o nome do marido dela?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Herman.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Herman?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah! Foi a que foi presa agora?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela foi presa com o Emílio, de novo, na Espanha, agora.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não! O Emílio nem conhece ela!

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pois conhece. Foi preso na mesma operação.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, pois o Emílio nem conhece ela!

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E como é que o senhor sabe? O senhor conhece todos os amigos do Emílio?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não... Porque eu sei que ele não conhece, porque eu conheci o Emílio não foi com ela, e ela mora há muitos anos lá!

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Bom. Enfim, ela mora em Ibiza.

O marido dela faz o quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu não sei...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela faz o quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela? Acho que ela é cabeleireira.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela é cabeleireira.

O senhor batizou o filho dele?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Exatamente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Dela?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Dela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É Lang o apelido dela? Ou melhor, o sobrenome?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É, o sobrenome. Leoda Ferreira Lang.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela lhe mandou US$103.00, na época. Mas por que US$103.40? Parece pagamento de despesa, não parece?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não. É o seguinte: na época, eu estava com o meu problema de intestino obstruído, e eu vivia assim. Todo o dinheiro que eu ganhava era para comprar remédio, remédio... O médico achando que era gastrite...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, mas a Deputada está perguntando por que, sempre que o senhor recebe um dinheiro, é assim, não é US$100.00, US$200.00, US$120.00, é assim US$103.40.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Reais, não?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não. Dólares. US$103.40. Isso é pagamento de conta, na minha cabeça.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, não tenho nada de conta com ela. Inclusive essa pessoa me ajudava muito, doutora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vamos para outra pessoa.

Olha, estou impressionada com o senhor!

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela me ajudava muito, quando eu estava doente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E a Maria Luzinete Soares da Silva quem é?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu não sei quem é.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ah, o senhor não vai esquecer, não, porque ela deu um dinheirinho bom. Foram US$1,460.00! Vamos ser justos!

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Maria Luzinete? Não sei quem é, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Francisco de Assis Marques Aguiar. Nome do vendedor: Mercado de Câmbio de Taxa. Remetente: Maria Luzinete Soares da Silva. US$1,460.00. Está aqui. Transferências unilaterais. Manutenção Western Union. Código da moeda: US$220.00 – tem, tem em real. Isso já foi no dia 04 de abril de 2001.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A doutora...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem é essa senhora?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, não conheço. Maria Luzinete?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está aqui!

Vou ler para o senhor o que o senhor assinou: "Declaro conhecer o regulamento do mercado de câmbio de taxas flutuantes do Banco Central, inclusive o contido a seguir. Aí, segue um monte de coisas, um besteirol danado.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É porque as pessoas ligavam: "Assis, mamãe está indo aí e eu mandei uma ordem de pagamento para você entregar para minha mãe". Eles me passavam o número. Eu ia lá no banco, recebia e dava para a pessoa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor é muito "bom". O senhor não paga imposto de renda por tanta "bondade"?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sou. Eu faço tudo isso!

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem são as pessoas que mandam a mãe?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pessoas que ligavam e diziam isso, porque as mães são pessoas muito simples e não sabem receber...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ligavam de onde?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – De todo canto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – De onde?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E essa Maria Luzinete...?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei onde está.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor acha que vai ser uma menina que mandou para a mãe dinheiro.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Para a mãe para receber dinheiro comigo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso eu também acho que seja possível. Sim? Só sei que é dólar. Eu não sou capaz de... É tudo numerado. Não, não tem a procedência, o país.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu não tenho... Esse dinheiro não ficou comigo. Se ficasse, comigo, eu teria outra situação.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tem o número da conta, o número da conta dela, o número da conta dele. Não diz o país. Só diz: país pagador – 2496. Sei lá o que é isso. É o código do país. E eu não sei qual é o código. Não sou adivinha. Está aqui, doutor, se o senhor depois quiser consultar os autos

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu queria entender melhor. Eu queria entender melhor como...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vamos acabar. A senhora vai entender de uma vez logo e desmaia.

Onze de setembro de 2002: o senhor recebeu a Daniela Pereira da Silva. Sabe quem é a Daniela? Já foi menos um pouquinho. O senhor não sabe?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Daniela Pereira? Eu não sei. Eu não decoro nome de ninguém. Doutora, depois desse problema que eu tive, eu não decoro data nem nome. Vou falar o nome da pessoa e me enrolo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Duzentos e treze vírgula sessenta e dois dólares.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Dólares não. Não é dólar não, porque...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que equivale a R$660,93.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Dólar não, porque eles não dão em dólar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E há outro do dia 1° de outubro de 2002 – de novo a Daniela Pereira da Silva: mais US$425.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Então, deve ser das que mandaram para a mãe. Não é para mim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E aqui há outro: $186,97 – Bianca Rocha da Silva, no dia 23 de outubro de 2002. O senhor lembra essa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não lembro não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não lembra também. Todo mundo é desse 2496. Deve ser tudo da Espanha. É todo mundo do mesmo número. País pagador – 2496, 2496, 2496.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só para checar a origem do dinheiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É fácil. Sabe por quê? A Maria Leoda é da Espanha, não é?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E ela é 2496 também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É tudo da Espanha. A Valdirene também é da Espanha. Ah, me diga uma coisa: quem é a Valdirene Ângela de Jesus?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não conheço não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela não manda para o senhor não. Mas ela manda para o Wilson com o mesmo endereço do senhor. O seu endereço é República do Líbano, 653?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – ...653.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, tem uma ordem de pagamento para o Wilson, no mesmo endereço do senhor, dessa Valdirene. Quem é a Valdirene? O senhor sabe?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei não. Para o Wilson?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para o Wilson. O mais engraçado... O senhor sabe que não pode mentir?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não estou aqui para mentir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor não sabe de onde veio esse dinheiro? Veio para sua conta e o senhor não sabe?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não. Essa do Wilson não veio para a conta dele, não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E essas outras todas que a Deputada...?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, doutora...Senadora. É o seguinte. Me ligam: "Assis, olha, me faz um favor, a minha mãe está indo..."

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem é que liga: "Assis, por favor, me faça o favor..." e manda o dinheiro?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É da o código.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E quem é que faz isso? Nós precisamos saber o nome das pessoas que lhe pediram esses favores.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois está aí, está aí no papel, porque tem o nome de tudo... Agora, eu não decoro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E quem são? São meninas que moravam aqui e que o senhor mandou para a Espanha, para o Emílio?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, eu não mandei para a Espanha. Eu não mandei...Por sinal, nem conheço. Eu não conheço.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor não conhece o quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não conheço essas pessoas. Só que elas me ligavam e pediam...porque...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E como é que elas lhe telefonam? Como elas têm seu telefone?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Olha, através de alguém que já me conhece e sabe que eu sou uma pessoa de confiança e que eu não fico com um centavo de ninguém. E pedem para eu fazer um favor, porque tem uma mãe...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Aí, como o senhor é um homem muito bom, dadivoso...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu faço. Tem uma agência do Banco do Brasil perto da minha casa. Vou lá e tiro. A pessoa já está lá esperando e eu dou. Não fico com um centavo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deixe-me continuar aqui. O Wilson também mandou dinheiro em dezembro de 2002. O senhor lembra isso?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ele mandou, porque ele mandava dinheiro de lá para comprar esse flat.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mais, muito mais. Ele mandou muito pouco para comprar um frete. US$390 não dá para comprar...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ele ia juntando. Quando foi para comprar o frete, doutora, veio o irmão dele, eles venderam o imóvel lá em Aracaju e veio... o irmão comprou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele começou a mandar todo mês, depois desistiu. Ele mandou, em dezembro de 2002, US$390, depois ele mandou, em janeiro de 2003, US$450.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ele comprou um quitinete aqui e depois comprou o frete. Foi juntando dinheiro e ele mandando, comprou esse frete. Aí, como era mais alto o preço, foi vendido o imóvel dele em Aracaju, o irmão veio juntamente com a mãe dele e comprou esse frete. Aí o dinheiro que tinha na conta mostrei tudinho e entreguei o dinheiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É um negócio impressionante. O senhor conhece Francisca das Chagas Magalhães?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Conheço. Ela é como uma irmã minha, uma mãe minha. É minha comadre. Sou padrinho da filha dela, Joana D'Arc.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela tem quantas filhas?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela tem duas: Ana Cecília e Joana D'Arc.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ana Cecília e Joana D'Arc moram aqui ou na Espanha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Moram na Barra do Ceará.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na Barra do Ceará?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É. São crianças. Uma de três, outra de dez.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foi lá que o senhor ficou escondido com o Ney quando fugiu?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não fiquei escondido. Fiquei de portas abertas. Quando saio da minha casa, vou para a casa dela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o Ney disse que ficou tão assustado que fugiu com o senhor.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Fugir é maneira de dizer porque lá é porta aberta, o ônibus passando, a Topic passando na porta. As portas lá são abertas. Escondido é quando se fecha, não é?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A porta de casa fica aberta?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Fica.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, foi para lá que o senhor foi quando a polícia estava na sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi. A Drª Cândida foi lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E por que o senhor foi embora se não tinha nada a temer?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Porque o meu advogado, que me apresentaram, para causar sensacionalismo, fez foi mandar eu me esconder para poder acontecer tudo isso para depois me apresentar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A culpa é sempre do advogado, não é?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como é?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como profissional do Direito, eu diria que a culpa é sempre do pobre do advogado, não é?...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mas foi, doutora. Não estou aqui para mentir. Digo tudinho. Inclusive depois eu não quis mais nem falar com ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor conhece Lícia Fonseca de Aguiar?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi essa menina que foi com a Carla Daniela. Conheci ela muito pouco.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Muito pouco como?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela ia lá em casa com o amigo dela, o Johnatas...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Johnatan?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Esse Johnatan também namorou o senhor, não foi?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não. Ele tem uma namorada que trabalha perto lá de casa, no shopping, e ele ia sempre lá para casa para ficar...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele mora onde?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – No conjunto Ceará.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele não namorou com o senhor?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Comigo, não. Nada disso. Ele tem uma namorada que é amiga dessa Lícia e não tem nada disso, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foi o Johnatan que apresentou, então?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E aí?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Aí, na época que o Johnatan me apresentou a ela, estava o Emílio aqui e o Emílio tinha me ligado e eu desci com ela e apresentei ela para ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso tudo foi em maio?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ô homem que dá sorte!

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tudo aconteceu muito depressa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor falou oito vezes com ele, só apresentou... Mas é muita sorte que ele tem e o senhor também, né? Conseguiu fazer tantas boas amizades.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Graças a Deus, tenho muita sorte. Escapar de morte como já escapei...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só não deu muita sorte quando pegou esse bando de mulheres aqui, mas o resto... Teve muita sorte.

Vamos continuar aqui. (Pausa)

O senhor, então, apresentou a Lícia para o Emílio?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Emílio gostava de menina?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Muito. Passava o dia todo lá na Beira-Mar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas de menina? Quando digo menina, digo menina mais jovem.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, mulheres. Modo de falar, menina.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas de menina menor?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, não,não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E aquela que era a Soraia, de 16 anos? Quer dizer, Soraia é o codinome?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não conheço, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Minto. Sabrina era o codinome.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A Sabrina dizia que era de maior, né?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, ela dizia? E o senhor acreditava? Mas o senhor conhecia tanta moça e não sabia diferenciar...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mas eu não ia chegar e pedir documento de ninguém para ver nem nada. Não tive envolvimento nenhum com ela.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a Sabrina?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O que ela fazia lá na sua casa quando ela ia para lá?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela foi uma vez lá em casa com o Emílio.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Fazer o quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Nada. Só passou. Vinha e passou lá em casa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela nem o conhecia e resolveu ir à sua casa tomar um café?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não. Ela não tomou um café nem nada. Ela só chegou lá em casa com o Emílio e, de lá, saiu logo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Foi com quem?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Com o Emílio. Eu já conhecia ela por intermédio do Emílio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aquelas oito vezes que se falaram por telefone, se viram, se encontram já se multiplicaram várias e várias vezes.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – De instante em instante ele ligava.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Para quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Para saber.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Saber o quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Se está bem, se está bom, se podia ir para o jantar; eu vou; a que horas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Desligava e ligava de novo: quero saber de novo que horas você vai.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Essas besteiras só.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Assis...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Parece mentira, né?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agora, o senhor disse exatamente. Agora chegamos num ponto: parece mentira.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu até dizia que só porque tem o telefone do hotel de graça fica ligando, ligando.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Fica no hotel de graça?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu pensei que fosse, porque ficava ligando.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, não é de graça não. É pago, e bem. O senhor não imaginava que tinha tanto registro, né? Me diga uma coisa: quem é que ficou no *flat* que o senhor alugou?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não cheguei a ir lá. Não vou lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor alugou o *flat* do Wilson para o Emílio. Quem ficou lá? Porque ele estava no hotel.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não. Eu não sei, porque eu só aluguei e não fui lá. Eu não ando nem lá. Depois dessa confusão toda, não passei nem lá. Fiquei até com vergonha de tanta coisa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vergonha de quê? O senhor não fez nada.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Olha, doutora, eu andava lá, tinha boas amizades. De repente, estou estampado na televisão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Andava onde?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – No *flat*.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor não disse que não andava no flat?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Antes, estou dizendo antes. Depois dessas confusões...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas antes o senhor disse que nem andava...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não. Eu andava, porque fui comprar, fui conhecer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor disse que não saía de casa.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu sou muito caseiro. Eu vivo em casa direto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, como o senhor andava lá? O senhor resolve se é caseiro ou se andava lá. O senhor disse que só saia de casa para ir para casa da sua comadre. Agora, saia de casa para ir ao *flat*.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu vou mostrar um *flat* para uma pessoa, mostrar para saber se a pessoa gostou, ficou e tudo, e pronto. Não é que eu vivia lá, nunca passei dia lá nem nada. Nunca dormi lá nem nada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor conheceu a Carla?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É essa que conheci no Studio Tropical?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Essa é a Carla que o senhor conheceu no Studio Tropical. Mas ela, em depoimento, disse que o senhor sabia que ela ia para Espanha.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu sabia, porque o Emílio convidou ela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas como o senhor sabia? Porque o senhor participou, foi junto com ela, mandou o Ney comprar as coisas junto com ela, não?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, quem deu o dinheiro para ela, tudo, tudo, foi o Emílio. Quando o Emílio viajou, ela estava no aeroporto, ela foi junto para o aeroporto, ela tinha o contato com ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu não disse que não foi o Emílio que pagou. Como o senhor ia conseguir pagar tudo isso? Eu não tenho dúvida disso.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu não estou dizendo que foi o senhor que pagou; estou dizendo que o senhor organizou. É diferente.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, não organizou não. Ela tinha contato com ele, Doutora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor é tão bom, é uma pessoa tão boa, que o senhor se dispôs a ir lá, a tirar a passagem, a tirar o passaporte. Não?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não. Não teve nada disso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – De alguma o senhor fez isso?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Quem tirou o passaporte dela, e ela chegou lá em casa morrendo de alegre porque já ia ao encontro do Emílio foi o próprio pai dela. Ela disse lá em casa que tinha sido o pai dela com ela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor fez isso para alguém, ajudando, dessa forma generosa de viver que o senhor tem? O senhor ajudou alguma das meninas a tirar passaporte?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não. A tirar passaporte não, porque cada qual tira o seu. Quem tira documentos não sou eu.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nunca foi passear num **shopping**, ajudar alguém a comprar algo, dar opinião? O senhor é alfaiate. Afinal, o senhor entende de moda.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor nunca ajudou alguém?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, eu vivo na minha casa dia e noite. Pode ligar que eu estou lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Até porque o senhor recebe tanta gente em casa, né? Quem é Kaliana?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Kaliana? Não conheço não. Kaliana...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Irmã da Liana.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Irmã da Liana.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu conheci a Liana; Kaliana, não. Eu estou sabendo quem é porque é irmã, mas também nem tenho conhecimento com ela, porque ela ia lá em casa com o namorado dela, Beto Ortiz.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela mandou um recado para o senhor assim:

Ela deixou em sua casa, estava numa agenda sua.

Amigo Assis, estive novamente aqui, não o encontrei. Quero viajar para a Espanha, para ficar com a Liana, minha irmã. Por favor, me ligue urgente.

Por que ela ia pedir ao senhor para ligar para ela para que ela viajasse para a Espanha? Qual a relação que o senhor tem com a Espanha? Isso é um absurdo, o senhor não acha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, por sinal, nem espanhol sei falar, nem entendo espanhol. Por aí a senhora tira.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor acha que isso veio de onde?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor está pegando o boi, porque eu já gastei a minha adrenalina. O senhor veio de onde? De onde veio essa história?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu conheci a irmã dela, que passou umas duas vezes lá em casa. Essa menina foi uma vez com o namorado dela, o Beto Ortiz, um apresentador de televisão. Nem o nome dela eu sabia. A senhora falou agora, e eu não sabia nem quem era.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas por que ela foi pedir ajuda ao senhor para ir para a Espanha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A porta da esperança, como disse. Lá em casa, todo mundo chega aflito, e é eu que estou lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, o senhor instalou em sua casa a "porta da esperança"? Vou dizer isso para o Sílvio Santos, e o senhor terá de pagar um dinheiro, vai perder um dinheiro.

O senhor conhece o Sr. Hélio de Barros Tavares Júnior?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Hélio de Barros Tavares Júnior, conheci, morou lá em casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Também?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O que ele fazia?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Esse rapaz morava em Aracaju. O Wilson, quando veio dos Estados Unidos, falou que, quando ele viesse, fosse lá para casa, que, quando ia tirar o visto para os Estados Unidos – ele também tem um irmão nos Estados Unidos –, e foi negado, não conseguiu. Enquanto isso, ele passou uma temporada lá em casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem é Sérgio, amigo deles?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sérgio, da empresa Euroway.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sérgio, alguém, não sei. Ele morou lá em casa. Depois arrumou um namoro, saiu e pronto. Não voltou mais nem lá em casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Engraçado que aqui ele fala que o senhor ... Vamos convir que ele morou na sua casa, seu inquilino, então, não tem por que não gostar do senhor, Mas ele disse que o senhor conseguia facilitar a aquisição de visto para ele.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, como eu vou conseguir um visto, que ele próprio tentou várias vezes, e foi negado? Ele viajou para Recife, foi dar entrevista, mas foi negado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Wilson lhe indicou que procurasse em Fortaleza Assis Aguiar, que tinha uma forma de conseguir com maior facilidade o referido visto.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Um modo de falar, porque eu não consigo para mim. Eu tenho o meu, que consegui pela minha idade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que visto o senhor tem?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Visto americano.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pela sua idade?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pela minha idade, acho que facilitou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo. Qual era o carro do Valdiney?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, eu não conheço marca de carro, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor não conhece? Mas o senhor lembra da cor?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sei que era um carro vinho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Grande, pequeno?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pequeno.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o Max? O Max conheceu todo mundo? Ficou muito tempo com o senhor?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O Max é um menino casado, pai de família. Ele não tinha nada a ver comigo. Aí pressionaram ele lá delegacia, para dizer que tinha um caso comigo. Ele, muito nervoso e tudo, disse: "Pois, doutora, se a senhora acha que tem bote nesse caso aí, pode botar". Aí botou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas hoje mesmo o Ney falou que o senhor dormia no mesmo quarto que ele. Qual é o problema?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, no mesmo quarto não, porque o Max é casado. Ele mesmo não dorme nem lá em casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu estou dizendo que o Ney disse isso há meia hora para a gente.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Acho que dorme. Acho que dorme tudo. Quisera eu, até por sinal, tenho ele como um filho. Gosto muito dele. E não tem isso não. Gosto muito das filhinhas dele, de tudo, de tudo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Carla, quem é?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É essa Carla.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Qual Carla?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Essa Carla da confusão todinha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, é a mesma Carla.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É a mesma Carla.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o Max conheceu ela?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Conheceu no mesmo dia. No mesmo dia em que a gente foi no...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É um negócio impressionante!

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, nos fomos jantar lá no Spettus...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, o Max estava junto.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É. Aí o Max estava comigo. Por isso que digo que o Emílio foi um cara muito bom comigo, porque ele pagava para mim, pro Max. Ele não tinha negócio de limite. Não isso, não. Ele mandava escolher o que quisesse.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Max diz aqui, diferentemente do senhor, ele diz assim: "que saía algumas vezes com o Assis para bares e boates na praia de Iracema e Beira-Mar". O senhor acabou de dizer que o senhor não saía de casa. E aí o Max diz exatamente o contrário. Quem está falando a verdade: o senhor ou ele? É ele que está mentindo é claro.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, doutora, eu não saio de casa. Eu vivo em casa e tudo. Dá licença. Quando o Emílio estava aqui, que me convidava...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só um minutinho. Eu vou ler para o senhor: "Que saía algumas vezes com o Assis para bares e boates nas praias de Iracema e Beira-Mar. Que o declarante sabe que Assis foi alfaiate, (...) mas que hoje não trabalha mais nessa profissão; que hoje toma conta de aluguéis de *flats* no Hotel late Plaza e Jaqueline. Que são amigos dele".

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Que eu saía com ele, para gente ir jantar...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor que eu leia de novo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, doutora, eu estou entendendo. Eu saía com ele para jantar; para passar a noite em boate não, porque eu não danço, não bebo, não fumo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem é que janta em boate, pelo amor de Deus?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem é que janta em boate?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ele falou boate. Mas eu não ia para boate não, doutora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Em depoimento, Sr. Assis, ninguém quer dizer: ou diz ou não diz.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, mas eu estou dizendo: eu saía para jantar, saía para jantar em vários cantos e tudo. Se isso é chamado de boate, um restaurante. A boate que eu fui foi o Studio Tropical.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Bares e boates, no plural.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Quiseram botar, porque botaram. Mas...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, é mentira?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mas não é verdade não. Não sou de boate.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, então é mentira? Ele assinou mentira?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sou de boate.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, ele mentiu.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Por sinal, não posso nem ficar perto de gente fumando, não posso... É uma porção de coisas, de limites que tenho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como o senhor conseguiu entrar na boate Studio Tropical?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Curiosidade, porque o motorista pediu para gente ir, eu entrei e fiquei...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o cigarro não incomodou não? A curiosidade foi tanta que o cigarro não incomodou?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi, eu estava com visitante da cidade, levei até... O motorista levou, e eu fui. Não ia ficar lá fora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor costumava... Essa Carla que ficou com o Emílio, ela... Em algum momento, o senhor pegou um táxi junto com o Emílio, levou o Emílio e, depois, levou a garota?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Viemos lá do Estúdio Tropical num táxi, deixei ela lá no hotel, e vim com o Max. Lá de casa, o próprio motorista, paguei mais R$10,00 para ele deixar o Max em casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para deixar o Max em casa.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Na casa dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E a garota?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A garota ficou lá no hotel com o Emílio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A garota ficou no hotel com o Emílio?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Com o Emílio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Assis pegou um táxi, levando o declarante para casa e, depois, a garota.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, eu nunca... Eu não sei nem onde é a casa dela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que Emílio embarcou só, e Assis pegou um táxi, levando o declarante para casa e, depois, a garota.

Também mentiu de novo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, doutora, no dia em o Emílio...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu vou pedir a delegada para indiciar por falso testemunho esse rapaz.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Olha, o Emílio, no dia em que viajou, estava essa Carla lá no aeroporto, estava o motorista do táxi, que também prestou depoimento. Ela estava lá. Sei que foi, deixou, ele pegou uma cédula de cinqüenta, outra de cem, mandou ela escolher uma. Ela pegou a de cem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Se me mandasse escolher, eu também ia escolher...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É. Pegou a de cem. E, quando veio embora, ela ficou no *shopping* Aldeota, e eu vim embora para casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – No *shopping* Aldeota, não foi com o Ney? O Ney dirigia de vez em quando para o senhor?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, o Ney nunca dirigiu para mim não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, não era motorista do senhor. Ele fazia alguns favores até porque era seu amigo. Não pode ser se só o se-

nhor faça favores para os outros. Alguém tem que fazer para o senhor também.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, saí daqui lá para barra do Ceará, lá para casa da minha irmã, e chamava o Ney para ir almoçar lá. Chamava ele para ir almoçar, botava uma gasolina no carro e vai. Não é que ele trabalhava para mim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, não estou dizendo que o senhor pagava para ele, não. Mas o senhor colocava a gasolina, e ele dava uma de motorista, para usar expressão certa.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim, mas assim, quando eu ia daqui para a barra do Ceará e que levava ele para almoçar lá na casa da minha irmã.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Da Mosa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim, da Mosa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, eventualmente.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A Mosa tinha um forró?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tinha. Ainda tem lá, vizinho à casa dela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É legal?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu não fico lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu quero dizer se é legalizado.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu não sei dizer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, ela tem um forró lá.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tinha, na época em que eu andava lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor acabou de dizer que tem.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tem lá o local, no sei dizer se ainda tem forró.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas é bom o forró? Vai muita gente? Muita garota?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, eu sei que na época lá tinha muita gente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E lá tem um bar também.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não é dela, é arrendado. Ela arrendou lá para o cara que faz forró I, com nome de Tarcísio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor conhece Rilna de Fátima Fonseca Aguiar?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Conheço não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas ela lhe conhece.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Rilna? (Pausa.)

Agora, eu vi muitas meninas na época com o Emílio. Eu não decorei nome de nenhuma que o contato numa mesa e saiu e não veio mais, ou veio outra vez e não dá para decorar o nome. Ainda mais depois desse problema que houve comigo, doutora, eu fiquei com a mente esquecida, eu não lembro mais de nada, eu fiquei nervoso, acabou comigo esse problema.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu imagino.

Me diga uma coisa: o senhor costumava ir... Costumava não. Nesse pouco período, nessas oito vezes, multiplicadas por algumas, que o senhor foi lá no Othon para encontrar com o Emílio, o senhor eventualmente foi a alguma barraquinha ali perto?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Só a barraca lá em frente. Que ele já ficava numa direto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na barraca do Antônio?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei. É uma que tem, que vende comida e tudo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Onde ficava o Moisés.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É. Não é que ficava. Esse Moisés passou uma vez, ele ia viajar para a Espanha com o amigo do Emílio. E quando ele passou, a gente estava em...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Com quem o Moisés ia viajar?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Parece que com o Fernando, amigo do Emílio que tinha convidado ele para trabalhar na Espanha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Moisés ia trabalhar na Espanha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim. Quando o Moisés passou, o Emílio chamou ele e disse: "Rapaz, cadê o Fernando, não sei o quê, ele ficou de me mandar buscar, já tirei meu passaporte e ele ainda não mandou, não veio me buscar". Aí pronto, eu peguei esse assunto deles.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor alguma vez ouviu falar num sócio do Assis lá na Espanha? O senhor lembra de algum sócio?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, eu não conhecia ninguém.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Carmelo. Nunca ouviu falar num tal Carmelo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Nunca, não, não conheci.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor já ouviu falar que o Emílio também mexe com drogas?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não. Por sinal não conhecia porque sou contra droga e não tenho amizade com ninguém que se droga.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas dizem que esse Moisés gosta de vender e tal.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, doutora, eu cheguei a ver esse Moisés rapidamente, em pé, numa mesa, saindo, passando para lá para cá. Não tenho amizade com ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem é Ester?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ester eu acho que é sobrinha do Gurgel, que tem umas fotos dela com a irmã, com a Clemilda.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aquelas fotos foram de brincadeira?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É, que o doutor...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por quê? Elas estavam nuas?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, nuas não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não. Estavam em foto erótica?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, inclusive as fotos foram tiradas por mim no shopping, na calçada do Shopping Avenida. Ela, com a mãe dela e tudo. Eu tenho uma máquina fotográfica, que na época sumiu. Essa máquina, até hoje não sei que fim levou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que é que as fotos eram de brincadeira? Não entendi.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, não é de brincadeira.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não estou entendendo essa história.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tiram... Quer dizer, a pessoa se produzia e tirava uma foto. Tinha uma máquina fotográfica, tirava as fotos...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Se produzia? Como ?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Se arrumava, botava um chapéu, uma coisa assim. Eu tirei essas fotos. Eu vi lá nos autos do Dr. Danilo. Elas são minhas vizinhas. Moram em frente a mim. O salão do tio dela é bem em frente a mim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor tem amigos de todas as nacionalidades?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu tenho bastantes, graças a Deus.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Graças a Deus. O senhor tem algum amigo na Alemanha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tenho vários.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tem algum especial de que o senhor se lembre bem.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Especial assim mesmo não. Tenho como todos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tem um alemão?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Alemão não. O Hermans, marido da Leda, é alemão. Por sinal, ele é do mesmo dia do meu aniversário, do mesmo ano: 4 de outubro...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele é casado, não é?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ele é casado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Acho que esse alemão não é casado. Ele namorou uma menina de nome Patrícia. O senhor lembra?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Patrícia? A Patrícia é a filha da Mosa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A Patrícia é filha da Mosa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É filha da Mosa e é casada lá na Alemanha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Com quem ela é casada?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela é casada lá. Ela divorciou-se. Ela veio agora em novembro com o noivo dela, que é cirurgião plástico. Vieram para um congresso que houve aí no Centro de Convenções.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Essa que veio para cá espancada?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, espancada não. Ela veio com o noivo dela. Não teve nada de espancada não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não agora, mas da outra vez que ela veio.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela nunca veio espancada não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela se divorciou numa boa do alemão.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Divorciou-se. Tem um filhinho. Ela veio com o filho. Está noiva de um cirurgião plástico, que veio também para esse congresso de cirurgião plástico que houve no mês de novembro no Centro de Convenções.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor acabou esquecendo de me responder e acabei esquecendo também, por que, afinal, o senhor tinha foto do Wilson nu?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu gosto muito de fotografar, e o Wilson era modelo. Então, aproveitei um dia lá em casa e tirei uma porção de foto. Inclusive tem no laudo umas que ele tirou nos Estados Unidos. Tem umas em preto e branco. Ele tem mania de foto e eu também. Minhas duas manias são foto e música.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – De Internet o senhor gosta?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – De Internet o senhor gosta?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não. Não sei nem mexer em Internet. Não sei nem ligar um celular. Nada de botão é comigo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor tem computador em casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não tenho, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Diga-me uma coisa: o senhor conhece algum restaurante de coreano, peruano, venezuelano?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor não conhece nenhum restaurante de venezuelano?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Indicaram-me um restaurante, enquanto eu procuro aqui, perto do Hotel Porto Fino. Eu queria saber se era bom.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor não sabe?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, senhora. O melhor que já fui no Spettus, a Família Giuliano.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Perto há um restaurante chamado Porto Fino, não há? Na Beira-Mar.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ah, na praia de Iracema. Porto...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na praia de Iracema. Não sei. Está vendo como sou novata aqui?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois é, eu jantei num restaurante em frente ao Porto Fino.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – De um venezuelano?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei de quem é não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deve ser esse que me disseram que era bom.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu não sei de quem é, não. Eu sei que a gente comia num restaurante da esquina, que eu não sei nem o nome.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Com o Emílio?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Com o Emílio. Tinha um braseiro e toldo e...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foi ele que levou o senhor lá?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi ele que me levou lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele conhecia mais Fortaleza do que o senhor, pelo que estou vendo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu não conhecia nada. Eu perguntava ao motorista de táxi onde é que tinha de levar turista num restaurante bom. Eu não sabia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aí o senhor ficou conhecendo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É. Foi a oportunidade que eu tive.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu queria entender – o padre vai fazer as perguntas dele – por que o senhor acha que o enfiaram nessa trama, porque é uma trama. O senhor é um homem bom... Todos os depoimentos são contra o senhor. O mais engraçado é que o Emílio acabou preso mesmo, duas vezes já. E o senhor...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois é, mas...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor acha que é porquê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mas nem tomei conhecimento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor é tão bom, uma pessoa tão séria... Como o senhor acha que foi parar nisso?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Onde eu estava agora, dizer que, se eu tivesse visto ele com droga, eu nem tinha me aproximado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não estamos mais nem falando das drogas. Estamos falando de droga.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois é, mas eu estou dizendo que eu não tenho envolvimento com ninguém de droga.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Esqueça da droga. Esta CPI é de criança. Eu só queria entender como é que pode, de onde, por que iriam fazer essa trama contra o senhor, arquitetar, pensar, planejar, pegar um monte de depoimentos... Essa delegada deve ser um monstro. Por que isso?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, ela foi muito cruel comigo. Muito, muito, muito.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o que o senhor fez contra essas pessoas para montarem um processo desses?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, a minha casa viveu de portas abertas para todo mundo, nunca fiz mal a ninguém, nunca puxei tapete de ninguém...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor acha que é carma, não é?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – ... nunca nada, nada, nada. Aí, de repente, eu já estava saindo na televisão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor não tem idéia de porque isso tudo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor chegou a ser preso?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Fui preso dez dias.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o senhor imagina que a juíza deu sua prisão por dez dias...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Dez dias eu fiquei preso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor sabe que é difícil dar prisão. Conceder prisão é um negócio muito sério.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu sei. Eu fiquei dez dias e foi terrível. Eu saí de lá doente, não sou mais a mesma pessoa depois disso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor acha que isso foi porquê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Calúnia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Calúnia.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Calúnia, doutora. Calúnia, porque acharam que era uma coisa e era outra. A senhora, de repente, vê... Eu vivia no meio da sociedade aqui, costurava para a fina flor de Fortaleza. Inclusive, os cunhados da Drª Patrícia...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso foi antes?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim. O Dr. Mauro Filho, o Dr. Armando...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas se o senhor morasse no Rio de Janeiro, o senhor iria costurar para mim. Não tenho dúvida. O senhor deve ser um bom costureiro.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – De repente, essa pessoa aparece estampada na televisão como fortuna da Beira-Mar como lavagem de dinheiro de droga...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu não estou mais nem preocupada com lavagem de dinheiro de droga, porque eu acho que isso...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, mas eu fiquei preocupado porque eu fiquei arrasado. Eu sempre fui contra isso. Aí, pronto, de repente, eu preso como traficante... Pelo amor de Deus!

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu só queria entender porque todos os indícios do processo, todos os documentos, os valores, os depósitos, os depoimentos, tudo leva à convicção, o depoimento, agora mesmo, do Valdiney, o depoimento das meninas, tudo, tudo. A gente está aqui tentando ser o mais leve possível, mas tudo indica que, efetivamente, o senhor participava dessa rede de tráfico de pessoas. Até mesmo o senhor poder estar assim, vestido, bonitinho, arrumadinho, porque eu não imagino que ninguém possa, com R$240,00, sobreviver, muito menos manter uma casa com milhões de pessoas que vão lá visitar toda hora. Tem que pagar luz, gás, telefone, porque também fa-

lam o tempo todo. E vive com R$240,00? Arrumadinho, bonitinho, óculos direitinho, chapeuzinho...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu me preparei hoje para vir para cá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Graças a Deus! Arrumado, consegue ir ao bar, consegue ir à boate, consegue jantar fora quando o Emílio paga...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Quando ele paga.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quando ele não paga, o senhor tem que comer, não é?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Para mim, não. Eu cozinho em casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas tem que comer, tem que cozinhar em casa, e isso custa. Pagar as coisas com R$240,00... É difícil fazer isso tudo, tendo a casa aberta. Agora, eu queria saber qual é essa mágica.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Só, doutora, que...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu só não consigo... Quero que o senhor me explique o porquê.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Só que não é só os R$240,00. Eu tinha essas pequenas ajudas, que depois desses problemas que eu tive, ninguém se aproximou mais de mim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ninguém se aproximou. Amigos que viviam lá em casa comendo, me chamando para sair, nunca mais um telefonema.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso é comum.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Nunca mais um telefonema. Fiquei isolado. Fiquei isolado porque...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o Emílio também não liga?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, ninguém, ninguém me liga, pessoas que viviam lá dentro de casa, que diziam que eu era um pai, que eu era um irmão, essas pessoas deixaram de existir.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quem é que ainda fala com o senhor? A Mosa...?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A única pessoa que nunca me abandonou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A Mosa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A Mosa. Os outros nem um telefonema para saber como está o meu problema de saúde, nada. Até o próprio Wilson, que era uma pessoa que eu contava com tudo, ele...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Até o Wilson lhe abandonou

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Até o Wilson, porque a família dele é evangélica e quando, de repente, apareceu todo esse problema, acho que pressionaram ele para deixar de ter amizade comigo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agora, efetivamente, o Emílio foi preso.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Emílio foi preso.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei, não tive contato mais...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas eu estou lhe contando. O senhor não sabe nada. Então, estou lhe avisando

O Emílio foi preso e, deve ser até coincidência, mas também foi por tráfico de pessoas, exatamente as meninas. Algumas meninas conseguiram fugir de lá. Elas conhecem o senhor por acaso. Foram na sua casa tudo por acaso. Mas algumas fugiram, outras estão sumidas, outras foram localizadas pela delegada, outras conversaram com a delegada lá na Espanha. Essa delegada que o senhor diz que quer incriminá-lo, talvez faça isso porque ouviu das meninas. Então, é complicado, Sr. Assis. Mas, de qualquer maneira, como hoje já estou mais tranqüila, quero gastar minhas energias com um alemão que vem por aí – a Deputada Ann Pontes e o Deputado Luiz Couto vão ainda perguntar –, eu ainda quero que o senhor pense, pois o senhor vai ficar por algum tempo, até o final da noite – se não é melhor contar tudo com mais tranqüilidade, dizer... Não quero que o senhor abra a boca agora não. O senhor pode ter alguma coisa a mais para nos contar, ou de repente, num rasgo de lucidez, o senhor resolve concordar com algumas das coisas que estão escritas aqui, o que pode diminuir a sua culpa no final. Desejo-lhe muita sorte – acho que o senhor vai precisar de muita sorte –, na certeza de que eu lhe desejo sorte se eu considerar que o senhor está falando a verdade. Se não, eu lhe desejo muitos anos de cadeia, está bom?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Isso eu digo para a senhora: Doutora, eu sou católico, já fui religioso. Já fui do Mosteiro de São Bento em São Paulo...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu sei que o senhor foi frade dez anos. O senhor deve estar rezando muito.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu tenho Deus acima de tudo, por isso que ainda não me levei ao suicídio depois dessa história, porque senão eu já teria morrido.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah! Mas só Deus para agüentar isso.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Só Deus, porque eu ver coisa como eu vi na televisão, dizendo que eu era isso e aquilo, sem *eu ser?*

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro, tudo aqui é coincidência. Mas eu não vou aumentar as coincidências. Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigada, Deputada Laura Carneiro. Sr. Assis, vou voltar a essa questão da sua renda. Pelo menos o senhor lembra que é aposentado e ganha um salário mínimo? Isso aí o senhor ainda consegue lembrar?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim, mas isso não é só o que eu ganho. Eu sempre tive a ajuda de pessoas...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Independente de ajuda, eu quero saber quanto o senhor auferia nos recebimentos mensais dos aluguéis dos quartos.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Olha, doutora...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sem formalidade.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A minha casa é dúplex e eu alugo. Depois, aluguei para uma firma. Já fazia uns três anos que estava alugada. Eu não sei, e não conto. Fiquei muito perturbado depois dessas coisas todas. Tudo, tudo, eu quero falar o nome e já me foge, já não sei mais, e é assim. Eu tenho 500 reais de aluguel, que junto com essa aposentadoria.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, além da aposentadoria, mensalmente, com os aluguéis, o senhor aufere 500 reais por mês?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Exato. Tenho 500 reais. Depois dessa confusão, uma firma que também tinha lá em casa foi embora por causa disso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Certo. Agora, confirme mais uma vez, eu preciso ter essa certeza: ainda que o senhor não lembre quanto o Valdiney pagava de aluguel, mas o senhor confirma que ele pagava aluguel?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, lá em casa, todo mundo pagava, de uma maneira ou de outra, ou quando podia. Porque havia pessoas que chegavam lá em casa que não tinham nada.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ok, vamos fechar em cima do Valdiney. Ele pagava?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, eu acho que pagava, porque eu não botava gente assim que não... Porque eu sou pobre.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor nunca recebeu ninguém que não pagasse nada?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu já recebi gente que chega, vai ao supermercado e traz um frango para fazer para a gente comer junto...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas não foi caso do Valdiney. O Valdiney custeava a moradia dele lá. É isso? Só me diga "sim" ou "não".

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu acho que sim. Eu não sei, doutora. Sinceramente, se me lembrasse eu diria para a senhora, que não estou aqui para mentir nem esconder nada não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas de graça ele não ficava?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – De graça não, porque eu também vivo de ajuda.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, vamos lá, me descreva como é sua casa.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como é?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A minha casa é uma casa duplex que eu peguei e botei um pensionato, trabalhava embaixo com minha máquina de costura. É uma casa muito bem dividida.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como é a parte externa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A externa?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Antes tinha um muro baixo e duas portas largas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – De que cor é a porta?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Branca.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O que tem na porta?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Deve ter um crucifixo, uma imagem de Cristo, alguma coisa assim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tem uma persiana?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim, com persianas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor tem televisão?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tenho.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Qual é a polegada dela?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Vinte e nove.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eu já sabia disso. Está confirmando o que eu queria ouvir. Pelo menos alguma coisa está batendo.

E qual é o telefone de sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É 2422110.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Esse número eu também já conhecia.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É muito conhecido.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É muito conhecido?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu mando fazer cartões e distribuo adoidado.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Com que intuito?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Com que intuito o senhor imprime esses cartões de visita?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, em todo canto a que vou dou um cartão para a pessoa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor há de convir comigo que não é um comportamento de praxe. Eu não ando distribuindo o telefone da minha casa em cartões. O senhor considera isso normal?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mas eu costumo. Lá em casa, tinha dias em que eu tinha que tirar o telefone da tomada, porque o pessoal liga para besteira, para qualquer coisa, para pedir informação, para pedir conselho, gente desesperada, que está nervosa, e todas essas coisas. Eu digo que vou orar para a pessoa, porque eu fui frade, então vivo de oração.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eu não sabia.

Diga-me uma coisa: o telefone ainda é o mesmo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É o mesmo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Certo.

Como foi o seu contato com a Carla Daniele? Como foi esse primeiro contato?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O primeiro contato que tive com ela foi no dia em que fui – não sei se a senhora tinha se ausentado daqui – a um restaurante na família Giuliano, na Spettus. De lá, o motorista chamou a gente, porque ainda era cedo, para dar uma volta na cidade e levou a gente ao Studio Tropical. Eu a conheci lá.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Em alguma das vezes ela foi à sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela conhecia a sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, ela não conhecia. Eu passei a conhecê-la nesse dia do estúdio Tropical. Depois ela veio do estúdio Tropical, no mesmo táxi, ficou no hotel, e o motorista foi me deixar em casa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, por gentileza, confirme para mim: ela não conhecia a sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não me conhecia. Eu vi no depoimento dela, no Dr. Danilo, dizendo que ela tinha me conhecido no Órbita. Eu nunca entrei no Órbita.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pois eu vou lhe adiantar algo. Os detalhes que eu soube de sua casa, que o senhor acabou de confirmar para mim, eu fiquei sabendo através dela.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Os detalhes de sua casa, que o senhor acabou de confirmar comigo, agora, foi ela quem me passou.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim, mas ela foi depois que a conheci. Ela foi umas duas vezes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor está caindo em contradição.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, doutora; contradição, não. Eu não conhecia...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eu perguntei se ela conhece a sua casa, e o senhor disse categoricamente que não. Está registrado aqui nas notas taquigráficas.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como foi que a senhora disse?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eu perguntei se ela conhecia a sua casa, e o senhor foi categórico em afirmar que ela não conhecia a sua casa.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Olha, ela nunca foi lá em cima, em minha casa. Ela nunca foi à parte de cima. Eu a recebi na sala; ela não conhece a minha casa toda. Ela não conhece. E eu não tive essa amizade com ela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A parte de cima, mas a parte de baixo ela conhecia?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A parte de baixo, onde eu morava. As portas de persiana branca agora foram retiradas, porque eu aluguei para um salão. Foram quebradas as persianas e colocaram vidro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O seu quarto fica na parte de cima?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu não tinha nem quarto.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor não tem quarto?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Durmo aonde chego. Coloco uma toalha no chão e durmo, ou durmo no sofá. Dependendo, se chegar gente pedindo dormida, coloco um lençol no chão e durmo. Eu sou assim, desprendido, não tenho quarto.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por gentileza, eu quero que fique registrado isso nas notas taquigráficas, porque houve uma outra pessoa, inquilino seu, que me deu detalhe do seu quarto. Não bate, em momento algum, essa história de o senhor dormir no chão.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, eu não estou mentindo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Repense bem, tome um gole d'água.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, eu tenho uma cama de solteiro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nós vamos fazer uma acareação aqui, agora, porque a pessoa descreveu o seu quarto, o que há lá. Repense e não venha com essa história de estar dormindo no chão, porque o senhor não dormia no chão.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, eu não quero mais ter um minuto de vida, Deus pode me castigar, como várias vezes eu dormi no chão.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, se a Presidente concordar, nós vamos fazer uma acareação.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sem nenhum problema, Deputada Ann.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Por sinal, quando eu estive doente com problema de coluna, diziam-me que eu tinha que dormir no chão, mas que eu não dormisse no chão frio, e sim sobre uma tábua. E eu nunca dormi com tábua, dormia no chão mesmo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Certo. Então, vamos fazer essa acareação em relação a isso.

O senhor conhece uma moça chamada Claudiana?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Conheço.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – De onde?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela ia lá em casa. Ela era empregada doméstica e ia lá em casa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Alguma vez o senhor manteve contato telefônico com a família da moça?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Da Claudiana. A mãe dela ligou.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A mãe dela ligou. Quem mais da família Claudiana o Senhor manteve contato?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Só a mãe dela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Só a mãe dela. Mais uma vez eu vou fazer uma acareação aqui. O Senhor está começando a cair em contradição. E para minha sorte, ou azar seu, as pessoas estão aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só um minutinho. O senhor ponha o microfone perto da boca, por favor. Só um minutinho porque a bateria acabou. Só um segundo, o senhor não fala nada não. (Pausa)

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Vamos continuar?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, por gentileza a Claudiana fazia que serviços na sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, ela não era empregada doméstica minha, era amiga de uma menina que levou ela lá em casa, ela trabalhava em casa de família e ela passava sempre lá em casa para ir para a Beira-Mar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como era o nome dessa amiga da Claudiana?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Parece que é Sabrina.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, deixa eu ver se eu entendi. A Sabrina levava a Claudiana na sua casa.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, parece que ela é amiga da Sabrina. Eu não sei. Eu sei que ela foi com a amiga e aí ela me dizia que trabalhava lá perto lá de casa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, o Senhor confirma comigo que a Claudiana esteve na sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Teve, ela esteve e eu tirei umas fotos dela. Eu vou contar isso. Eu posso contar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Fique à vontade!

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu tirei uma foto dela porque eu tenho mania de fotos, as minhas paredes são forradas de fotos. Aí como eu tenho problema de visão Doutora, eu mandava – foi daí que nasceu a minha amizade com (inaudível) – ampliar as fotos para mim enxergar, porque foto pequena eu fico sem enxergar, ... porque foto pequena eu tenho problema nesta vista. E então, a Claudiana ia e tal. Ela conheceu um namorado pela Beira-Mar e chamou ela para ir para a Espanha, aí ela pediu a mãe dela e a mão dela não autorizou a ela ir e ela foi com a pessoa trabalhar no Rio de Janeiro e ficou em contato com o namorado dela. E de lá ela foi embora. Quando houve essa confusão... Sim, aí ela foi embora. Aí uma vez ela me ligou pedindo, me dando um código de um dinheiro para mim tirar e colocar na conta da amiga da mãe dela. Aí eu fiz esse favor para ela. Quando foi depois que houve essa confusão, a mãe dela já foi com Drª Cândida na televisão e tal. E tinha, eu acho que era a Drª Cândida que tinha nos laudos dela essa foto que pegaram lá em casa. E aí pronto foi essa confusão todinha querendo que eu desse conta da filha dela. Aí ela ligou, e eu disse: "Olha, minha senhora, pelo amor de Deus, eu não tenho nada a ver com isso". Aí quando passou o tempo a Claudiana ligou para mim e pediu desculpas e eu disse: Olha, a sua mãe está me prejudicando, dizendo que você está na Espanha e quer que eu dê conta de você. E aí ela falou com a mãe dela e tudo. Passou-se não sei quanto tempo, a mãe já estava de novo no canal 22, com a Drª Cândida falando o mesmo assunto.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O Senhor confirma para, só manteve contato com a mãe da Claudiana.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Somente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ninguém mais da família da Claudiana?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – E por telefone que eu não conheço ela. Não conheço.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, por favor. Eu só quero que fique registrado que o seu Assis está informando que não manteve contato com mais ninguém além da mãe da Claudiana, e por telefone. E que o Senhor tirou fotos da Claudiana. E como eram essas fotos:

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu tirei. Ela vestida e eu tinha umas boinas, eu tenho muito chapéu e boinas, ela colocou na cabeça e aí eu tirei umas fotos.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ok! O Senhor tirou foto da Claudiana, o Senhor entregou alguma foto do Senhor para Claudiana?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora eu acho que não. Eu não sei porque eu nem gosto de tirar foto.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O Senhor não gosta de tirar fotos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – As minhas não. Eu gosto de tirar dos outros.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, eu vou repetir a pergunta e o Senhor me responda com precisão? O Senhor entregou alguma foto sua para Claudiana, sim ou não?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu não me lembro, Doutora, se eu entreguei foto. Eu acredito que não, porque eu não dou foto para ninguém.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor não gosta de tirar foto?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tiro das pessoas, mas eu não gosto de ser fotografado.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas não gosta de tirar do senhor?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim. Muitas das fotos que eu tenho eu tirei nos Estados Unidos. Eu estava arrumado, passeando no Central Park, com o Wilson, em restaurantes, foi filmado e tudo. Essas eu tenho, mas tirar em casa assim comum, não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Um outro lembrete para ajudar as lembranças: a Claudiana tinha uma foto sua no meio dos pertences dela.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Se tinha, pegou lá em casa, porque as minhas coisas ficam todas abertas. Eu não coloco tranca

em nada. Uma foto, não tem como negar, ter uma foto não é nada de mais.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pois é, e por meio dessa foto o senhor foi reconhecido hoje.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por meio dessa foto o senhor foi reconhecido.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu fui reconhecido?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pela mãe da menina. A sua foto que estava nos pertences dela...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, doutora, ela foi reconhecida porque essa minha foto saiu quando a doutora Cândida foi lá em casa, tirou as minhas fotos, foi tudo fotografado, mostrado, e tudo. E é a mesma. Por sinal eu até estava com este chapéu.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor gosta de usar o seu chapéu? As fotos são sempre são com um chapéu?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu sempre uso chapéu.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, vamos lá. E a Liana o senhor conhece?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A Liana foi essa menina que eu conheci, que esteve por umas duas vezes lá em casa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Duas vezes?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Umas duas vezes eu acho. Duas, três vezes, não sei.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, para ficar bem registrado aqui, umas duas vezes o senhor convidou a Liliana?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É uma das duas vezes, eu não decoro, apenas eu estou lá em casa, chega a uma pessoa chega outra...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É sinal que ela foi com pouca freqüência a sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pouca freqüência.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Poucas, contadas nos dedos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Poucas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E ela foi fazer o que na sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O que ela foi fazer? Uma amiga dela tinha pedido para ela ir lá em casa porque lá em casa é perto do posto médico e tudo e ela tinha uma filhinha doente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, ela foi na sua casa não para falar com senhor?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pediu uma ajuda para levá-la até o posto médico.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Para quem ela pediu essa ajuda?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Para a filha dela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Para quem ela pediu esse encaminhamento de levar até o posto médico? Para que pessoa? Não para o filho dela, mas para quem ela pediu essa ajuda, esse socorro?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela falou lá comigo e tudo, a menina dela, por sinal eu nem conhecia a filha dela, disse que estava muito doente, se acabando de doente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor quer que eu acredite, Sr. Assis, que uma pessoa vai duas vezes na sua casa e já a chega logo de praxe pedindo ajuda médica e o senhor ajuda?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, eu ajudo, não só ela, qualquer pessoa, lá em casa, na minha porta, faz fila, vem o pessoal lá da Igreja da Paz, na terça-feira, tem um monte de velhinha que eu ajudo, compro um pacote de café quando está remarcado, ajudo e distribuo para as pessoas, um quilo de açúcar...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pois é, nós vamos ter que fazer uma acareação porque não é essa a informação que nos chega aqui.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não tem problema. Pode fazer.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Que a Luiziane, inclusive, passava as tardes na sua casa.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Que passava as tardes na sua casa.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Quem?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A moça que nós estamos... A Liana.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Passa lá em casa. Inclusive a irmã dela passou lá em casa com o namorado e ficava em casa, mas não era de... Eu não tenho compromisso nenhum com ela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como era o nome do namorado dela?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Beto Ortiz.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E o senhor conheceu o Sr. Valdiney como?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O Valdiney eu conheço há muito tempo que ele já se hospedou em casa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Através de anúncio de jornal que eu colocava para o pensionato.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Foi esse o primeiro contato?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor não lembra quanto ele pagava de aluguel?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Lembro não, doutora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele tinha carro?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tinha.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Qual era a marca?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A marca eu não sei, mas era um carro vinho. Eu não decoro marca de carro, só conheço Volks.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O Sr. Valdiney pode confirmar o que o senhor acabou de colocar aqui, isto é, que a sua casa era bastante freqüentada por garotas de programa? Ele pode confirmar isso?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Olha, garota de programa eu não sei, porque eu não sei da vida particular de nenhuma e não me interessa, porque eu não vivia disso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas ele pode confirmar o que o senhor colocou aqui, ao longo do seu depoimento, que sua casa era freqüentada por mulheres, por moças?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – E homens. Mulheres e homens.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele viu isso?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – As minhas portas eram abertas direto.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele viu isso? Ao longo do tempo em que ele ficou hospedado na sua casa, ele pôde constatar isso, esse fluxo de homens e mulheres na sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Na verdade, doutora, ia muita gente lá em casa, mas não era procurando esse tipo de assunto não, porque lá em casa não tem ponto de encontro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Escute bem o que estou lhe perguntando: Sr. Valdiney pode confirmar que a sua casa é uma casa muito freqüentada por homens e mulheres?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu sempre tive muitos amigos...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele pode confirmar.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu não sei se ele confirmou ou não, mas, se ele confirmou, ele viu que era a minha casa, e eu nunca ficava só, sempre tinha gente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O Senhor tomou conhecimento de que Liana teve um relacionamento amoroso com o Valdiney.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu senti uma queda por ele, mas eles me respeitam muito e nem me deixaram tomar conhecimento.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor não tomou conhecimento.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eles me respeitam muito, então não...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por quê? É desrespeitoso um homem se relacionar com uma mulher?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual o desrespeito que teria?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ele não vai chegar para mim para falar de um relacionamento que está tendo com a mulher, porque ele tinha separado da mulher dele e estava lá em casa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E ele conheceu ela onde? Na casa de quem?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu não entendo o senhor. É tanto respeito que o senhor vai para uma boate, com dois dias, com um homem que o senhor nunca viu e vai para uma boate de sexo explícito.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O motorista levou a um canto turístico. Eu fui. Estava acompanhado levando a pessoa e fui até lá, mas não fiquei freqüentando lá.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, refaço a pergunta: o senhor tomou conhecimento que a Liana teve um relacionamento com o Sr. Valdiney? O senhor viu?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ver não. Eu sei que eles tinham uma amizade.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas não sabia que ele tinha um relacionamento amoroso?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ao longo do seu depoimento é colocado que o senhor tinha um amigo chamado Wilson Oliveira, que mora nos Estados Unidos. O Wilson é brasileiro?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É brasileiro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor tem amigos na Bolívia, na Alemanha e na Espanha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tenho.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eles são brasileiros ou estrangeiros?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Na Bolívia não. Venezuela. Tenho um rapaz lá, um amigo venezuelano, que, por sinal, morava aqui e foi para lá.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor não tem ninguém na Bolívia?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Na Bolívia eu só tive um rapaz que está se formando agora e que foi fazer faculdade lá na Bolívia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor tem amigos na Bolívia?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tinha. O irmão da Mosa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele é brasileiro?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ele é brasileiro e está terminando medicina no Rio de Janeiro, no dia 17 de julho.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E na Alemanha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Na Alemanha tenho vários amigos.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Brasileiros ou estrangeiros?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Brasileiros casados com estrangeiras.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor tem algum amigo alemão?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não tem não. O único alemão que tenho amizade é o marido da Leuda, o Herman Lang.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele fala português?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Fala.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O único alemão que o senhor conhece está lá agora?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor conhece alguma brasileira, alguma moça que atualmente esteja na Alemanha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Várias. Inclusive tenho uma amiga que veio agora para o aniversário do filho dela e voltou segunda-feira.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como é o nome dela?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Márcia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Amiga da onde?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Minha amiga.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Lá da sua casa também?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Andava lá em casa e mora na Alemanha, é casada com um alemão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quantos anos ela tem?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela deve ter bem 30.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor conheceu ela como?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O filho dela tem 8 anos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como o senhor conheceu ela?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Na época quando eu costurava.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual a profissão dela?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu não sei. Quando eu conheci era estudante e morava com os pais dela.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela era estudante e tem quase 30 anos. O senhor conheceu ela há quanto tempo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Há mais de 10 anos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Hoje ela é o quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela mora na Alemanha.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E faz o quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela trabalha.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Trabalha em quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela veio com o marido no final do ano e agora veio para o aniversário do filho que mora aí.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela mora com o marido na Alemanha e o filho mora aqui?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela tem um filho aqui e veio agora para o aniversário dele, sexta-feira, no Habib's.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por que ela não leva o filho para lá, para a Alemanha?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O filho é só dela, e não do marido?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É dela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O marido dela é alemão?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, o marido dela é esse Venezuelano que conheci aqui e é pai do filho dela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O marido é venezuelano, ela é brasileira, mora na Alemanha e o filho no Ceará?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mora com a mãe dela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mais um nome de uma amiga que esteja na Alemanha.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu conheço a Patrícia, filha da Mosa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Lembra, busca, que ainda tem gente aí.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Os mais chegados a mim eram a Marcinha e a Patrícia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E a Geisa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A Geisa é minha sobrinha.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sua sobrinha.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Filha da Gorete, minha sobrinha, que as duas moram lá.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela mora na Alemanha também?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mora na Alemanha.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Qual a idade dela?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Olha, ela foi para a Alemanha, a mãe dela mandou buscar, ela tinha parece que 14 anos. E então, mandou com uma passagem especial. Ela primeiro viajou, primeiro subiu na aeronave, tudo e tudo. E ela é casada hoje, já não é criancinha não. Já faz tempo isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A dúvida de todo mundo aqui é essa: essa menina, esse filho é do venezuelano, que foi casado com ela ou continua casado com ela? O pai da criança.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi casado com ela, teve um filho...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foi morar lá? Como que foi?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Aí ela teve um filho, ela morava lá na Alemanha com ele. Aí foi ter um filho na Venezuela. É meio complicado. Ele veio para cá, foi quando eu conheci ele. E ele voltou para a Venezuela, e o filho está aqui.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E ela está na Alemanha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Está na Alemanha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Casou de novo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mas ela está com outro marido. Ela veio com o marido dela, com o cunhado, com tudo. Vieram o ano passado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Esse outro marido que casou com ela...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O pai do filho dela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É rico?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, não é rico não. Esse outro, acho...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E ela é muito pobre? Ou ela era...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, família mais ou menos bem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O que é bem mais ou menos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Vive bem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, o senhor vive bem e ganha duzentos e quarenta reais. Quero saber a mágica.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Vivo bem como Deus quer. Não, mas eles vivem em uma situação melhor do que a minha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Srª Presidente, estou satisfeita. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Antes de passar a palavra ao Deputado Luiz Couto, quero fazer uma pergunta: quem é Carlos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O Carlos era o noivo de uma amiga minha, a Thaís.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Thaís?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Thaís.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Onde é que o senhor conheceu ele?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Onde conheci? Conheci em casa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Na sua casa também. Ô casa animada, né, seu Assis?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Era, minha casa, graças a Deus, era muito animada. Tem muita música. Olha, o Jonas, esse que eu disse, ia lá para casa para ouvir o canal 17, os clips, as coisas. Era uma alegria.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E quem é Thaís?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Thaís era uma outra amiga minha que namorava com esse Carlos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem o senhor conheceu primeiro? A Thaís ou o Carlos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu conheci primeiro a Thaís.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Cadê a Thaís?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela foi embora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Para onde?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, acho que ela deve ter ido não sei se para a Alemanha ou para a Espanha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor tem uma coisa muito estranha, senhor Assis. Todo mundo que o senhor conhece e que freqüenta a sua casa vai para um país, não é?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Alemanha, não. Acho que para a Itália. Todo mundo viaja.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor dá sorte.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor não tem nada a ver com isso?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, não tenho nada a ver com isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nada, sempre dá sorte só de o pessoal se virar ir embora e conseguir alguma coisa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Graças a Deus, graças a Deus, é. Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E qual o contato que o senhor tem com o Carlos ou teve com o Carlos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, eu tive, quando estava lá em São Carlos naquela época, eu não guardo data, na época que eu estava em São Carlos fazendo tratamento de próstata, e deixei a minha casa aí com ela, e ele pegou...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deixou a casa com quem?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Com essa menina, com essa Thaís. Passei seis meses lá em São Carlos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Isso foi em que ano?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, foi no ano em que A SRA. era Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual foi o ano?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não decoro data não. Foi naquele período que aquele Governador de São Paulo, Mário Covas, apareceu com problema de próstata, fiquei apavorado. E aí fui correndo...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Aí foi fazer os seus exames?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Aí fui correr, essas coisas toda. E deixei aí...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E o Carlos mandava dinheiro para o senhor?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, eu pedi para ele mandar uma comissão para mim, até vou entrar nessa questão da maneira de eu me expressar, o dinheiro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Dinheiro de quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Que eu tinha deixado ela morando aí, e eu fiquei seis meses lá em São Carlos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim, que dinheiro o senhor estava pedindo para ele?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Da estadia dela, a minha comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela ficou tomando conta da casa ou ela ficou como inquilina?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela ficou tomando conta.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Da casa. O senhor cobrava, o senhor deixou o Ney ficar lá na sua casa não sei quanto tempo sem pagar nada, pelo menos é o que ele disse aqui, e aí o senhor pede para uma moça tomar conta da sua casa e cobra para ela?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Exato, eu sou uma pessoa...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor é uma pessoa tão boa, tem uma pessoa para tomar conta da sua casa, cuidar direitinho.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É por isso a facilidade que tenho de fazer amizade, eu não tenho nada trancado, a minha casa é toda aberta...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E por que o senhor cobrou dela? O senhor já disse isso. Quero saber qual a relação que o senhor tem com essa Taís e qual é a relação que você tem com o Carlos, de dinheiro?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Porque o Carlos era o namorado dela na época. Aí, eu pedi para ele me mandar...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mandar o quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mandar o meu dinheiro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Que dinheiro?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O dinheiro para mim, que eu estava precisando.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – De onde?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – De casa, da...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Na sua casa tem dinheiro? Tem uma botija?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, doutora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como é?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Dinheiro da minha comissão. Ela estava lá mandando

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Comissão? Aluguel.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Aluguéis, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Aluguéis. Tinha gente morando na sua casa, nessa época?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Encarregado de pegar dos outros para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ficava o quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Encarregado de receber. Deixei ela encarregada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – De receber o quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O dinheiro dos outros.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Dos outros que estavam lá?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem estava lá nessa época?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A Taís e outras pessoas que não me lembro, na época.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O pessoal sai e entra na sua casa rápido assim? Fica um dia, dois, ou um mês, um ano?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Fica uma semana, um mês, o tempo que quer.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Aí, você pediu para ela mandar e ela mandou quanto?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Na época, não lembro, porque faz tanto tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mandou por onde? Pela conta do banco?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Alguma coisa. Deve ter sido pelo banco.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deve ter sido pelo banco?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É, deve ter sido, porque eu tinha a conta do Bradesco.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor tem de ter conta mesmo aqui, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual é a sua relação hoje com eles?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não? Nem com a Taís nem com o Carlos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – De jeito nenhum. Mais com ninguém, Senadora. Depois dessa confusão...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Está aqui nos autos...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Depois dessa confusão, todo mundo fugiu de mim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Estou aqui com os autos. Há esse bilhete. Essa letra é sua?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É minha.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Esse bilhete, eu posso ler em voz alta, aqui?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pode.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor escreveu "Carlos, por favor, mande minha comissão. Pode passar o código no fone 242-2110."

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – De onde é esse telefone?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Lá de casa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Certo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – "No próximo mês, tenho mais garotas." Que garotas?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Porque se hospedavam lá, em casa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem tem mais garotas?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tinha mais garotas para ficar lá em casa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor está dizendo isso para quem? Para o Carlos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele não estava lá? Por que o Carlos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, o Carlos...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A casa é sua. O que o Carlos tem com isso?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu estava viajando. Pedi para ele mandar esse meu dinheiro. Eu estava sem dinheiro, pedi para ele mandar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É comissão que o senhor está pedindo. O senhor não está pedindo aluguel.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mas é um modo de me expressar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Modo de quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – De me expressar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Comissão é percentual sobre alguma coisa. Está certo?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Há uma diferença muito grande.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem são as garotas?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Que se hospedavam lá em casa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E não tinha garotos também não?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tinha rapazes, moças.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E por que o senhor fala somente das garotas?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Porque é mais íntimo meu, assim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mais o quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mais maleáveis, pessoas mais próximas de mim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O pessoal que me procurava.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem é o pessoal que lhe procurava? Acho melhor o senhor se explicar melhor. Quero lembrar que o senhor está sob juramento.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Senadora Patrícia, eu sei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quero lhe lembrar disso, pois é importante.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Escute, todas me têm como um pai.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O quê?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Me têm como um pai. Quando a pessoa chega, que me conhece, que vê eu oferecer uma casa...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É muito estranho, Sr. Assis.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sr. Assis, acho que a Senadora Patrícia já lhe pegou. Mas, enfim...

Deixe-me continuar. O senhor ficou seis meses em São Carlos, foi isso?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Fiquei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como é que o senhor sabia, no primeiro dos seis meses, que o senhor iria ter garotas para alugar os seus apartamentos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Porque tinha vindo um pessoal lá de São Paulo, porque vem muita gente de lá para cá, aí...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas, o senhor não estava aqui. O senhor estava em São Carlos.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Exatamente. Aí, dou o meu endereço.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Aí, dou o meu endereço. Lá, em São Carlos, quando eu estava lá, eu dava o meu endereço para cá.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando você mandou esse fax, você estava em São Carlos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Vinha gente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor estava onde quando o senhor mandou esse bilhete?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei se eu estava em São Carlos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Aí, o senhor diz assim "Mande a minha comissão. No mês que vem tem mais garotas."

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Aí, eu...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quero saber o que quer dizer "no mês que vem tem mais garotas." Sejamos objetivos, pois estamos concluindo e há muitas pessoas para serem ouvidas.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, doutora, eu sei. É gente para se hospedar lá, em casa. Tinha mais mulher do que homem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas por que o senhor está pedindo a comissão e falando "no mês que vem tem mais garotas"? O senhor está oferecendo essas garotas para agenciar essas garotas.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, não é para agenciar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É para que, então?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É para se hospedar lá em casa, na época.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por que todas essas garotas foram para o exterior?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por que todas essas garotas foram para o exterior?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Porque elas conhecem turistas aí, na Beira-Mar, aí levo elas e (inaudível) tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E o que o senhor tem a ver com isso?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não. Não tem nada com isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem a ver com isso, porque elas estavam na sua casa, hospedadas. Todas as vezes. Acabou a brincadeira. Agora, vamos conversar sério. O senhor está sob juramento, eu quero lhe lembrar.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Isso aqui não é um circo nem é palhaçada. Está na hora de o senhor começar a falar a verdade.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, eu nunca tive... Eu nunca... Eu nunca tive responsabilidade por nenhuma. Eu nunca tive responsabilidade nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas recebeu dinheiro de todas.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Da hospedagem, que ficou hospedado lá em casa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, da hospedagem não, na sua conta. Está aqui nos autos do processo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Da hospedagem lá de casa. Não, pode ver pelas datas. Pode ver pelas datas que não era.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mil e tantos reais de meninas que o senhor nunca viu?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É, exatamente. Mas pode ver pelas datas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor nem sabe quem são, mas recebeu o dinheiro.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor recebia o dinheiro...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – De...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Dessas moças.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Delas viajarem? Não. De ficarem hospedadas lá em casa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a palavra, o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pacientemente esperei e vou, agora, fazer as indagações. Seu Assis?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conhece Maria Glauciene de Castro Souza?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Maria Glauciene? Não. Se eu conheço, eu conheço de vista, não sei assim de saber quem é quem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não conhece?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não. Assim, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela disse que recebeu um convite para ficar na sua casa. Ela vinha de Santa Quitéria. O senhor até agora lembra alguma coisa? Glauciene?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Olha, essas meninas, deve ter sido uma levada de gente que eu conheci através do Emílio, mas não chegou a morar lá em casa, nem nada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é. Mas ela disse o seguinte, que conheceu o senhor e foi à sua casa, que fica na República do Líbano. É verdade?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É verdade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Indo aproximadamente umas três vezes. O senhor...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não cheguei nem a... Não cheguei nem a decorar o nome dela, nem nada. Nem sei quem é.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E que durante duas vezes conversou com o senhor.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Deve ter conversado tão pouco que eu não sei nem quem é, pois o senhor falou e eu não...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E aí o que é mais grave é que o senhor a convidou para ela ir para os Estados Unidos. Que é que o senhor diz disso aqui?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutor, Estados Unidos é a coisa mais difícil da pessoa entrar, conseguir um visto pros Estados Unidos. Isso não existe, isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É tanto que ela ficou na sua casa, que depois de um tempo ela passou, voltou para sua casa para pegar um par de tênis e um par de sandálias que deixou na sua casa. Glauciene de Castro Souza. Quem está dizendo a verdade?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutor, Glauciene?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Maria Glauciene de Castro...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – De onde ela é?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela é, ela é, ou seja, brasileira, solteira... filha... diz assim, é, que mora aqui, inclusive no Bairro Carlito; morava no Bairro Carlito, Pamplona.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim, eu conheci muita gente, doutor, mas, olha, Estados Unidos é a coisa mais difícil a pessoa conseguir um visto pros Estados Unidos. É ilusão.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor tem tido na cidade de Santa Quitéria? Tem relação?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu fui, eu fui lá uma vez.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois foi lá que ela lhe conheceu.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi. Foi lá que ela... que eu conheci um monte de gente, lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é. Foi lá que ela lhe conheceu e foi lá que ela veio para sua casa.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É, mas eu não sei nem o nome dela. Nem o nome dela eu sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é, mas ela teve lá na casa do amigo que o senhor foi lá, em Santa Quitéria, tá? Olha, seu Assis...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dizer a verdade, reconhecer que a gente errou não diminui a nossa... sabe, é muito melhor, porque a verdade, ela pode até fazer a gente sofrer, mas ela vai deixar a gente mais

liberto. É claro que mentira, ela pode ser, a gente pode guardá-la por um tempo, mas com o tempo vai voltar.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É, exato. Inclusive, doutor, essa menina que você fala, eu não sei nem o nome dela, mas eu me lembro que na época ela trabalhava...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então. Pronto.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – ... no Disque Silêncio. Não tinha nada dela ir pros Estados Unidos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é. Mas ela disse que o senhor convidou.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ô, meu Deus!

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Se ela não...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu não posso nem botar ninguém, principalmente que ninguém consegue o visto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pronto. Se o senhor está dizendo que ela levantou falso testemunho...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aí pede também a ...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Que não é fácil ir pros Estados Unidos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pronto. Mas o senhor convidou para que ela fosse para os Estados Unidos.

O senhor disse que durante dez anos o senhor esteve no Mosteiro de São Bento, em São Paulo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tive.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Hum, hum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual o seu nível de escolaridade?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É muito pouco, doutor, porque eu...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o senhor era o quê? Porque durante... No convento, normalmente, a pessoa está...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu era, eu era frade, eu era frade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era frade?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Era, sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No mosteiro?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – No Mosteiro de São Bento, em São Paulo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era frade, era oblato, como é que era? Porque no Mosteiro de São Bento é monge.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Era enclausurado. Era enclausurado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era monge, né?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Era monge.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Porque na Ordem Beneditina não se usa o termo frade, mas monge.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É. Exatamente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas existem os chamados, ou seja, durante 10 anos no mosteiro, normalmente a Ordem de São Bento favorece muito ao estudo, ao trabalho e à oração. Tanto que o lema é: Hora e... Mas, como o Senhor, 10 anos lá, não aproveitou para estudar?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutor, não fiquei 10 anos lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está aqui no seu depoimento.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É, não é. Faz tanto tempo, eu sei que saí de lá...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Senhor diz: a delegada Cândida extrapolou suas investigações ao expor o depoente à mídia como traficante de drogas e pessoas. Que já foi religioso, tendo sido frade num Mosteiro de São Paulo, em São Bento, por cerca de 10 anos. Foi o Senhor que disse aqui.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Deve ter sido eu, é porque eu não guardo data, mas, fui e está lá anotado, está tudo registrado lá no mosteiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está certo, mas o Senhor mesmo com esse...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – E eu era uma pessoa exemplar lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o Senhor saía ou decidiu sair ou foi a Ordem que disse que o Senhor não dava para isso, procure outro caminho.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, muito pelo contrário, eu fui muito exemplar lá. Fui em que vi que iria ficar mais ali, porque se falava muito pouco e era tudo sobre meditação, era tudo muito sob obediência...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, o Senhor disse que é um homem de oração, era o ambiente...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – E eu sou. E eu gostava, mas passou muito tempo e vi que não era aquilo que eu queria, porque

depois, quando se faz o voto perpétuo, é vergonhoso deixar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. O Senhor falou aqui, Sr. Assis, que sua casa é uma espécie de porta da esperança.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É, o pessoal sempre diz.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Na verdade, o Senhor sabe que tem o dono da porta da esperança, que é o homem do baú, parece que tem um baú na sua vida que tem preciosidades não reveladas e o Senhor guarda coisas do arco da velha, que o Senhor tem o direito de não querer revelar, mas tem coisas que quando o Senhor fala, as contradições aparecem. E é muito melhor que essas contradições sejam aclaradas do que elas ficarem nebulosas, porque isso vai jogar contra o Senhor, nesse processo. É preciso que o Senhor esclareça tudo muito bem, para que a porta não se feche, ao invés de ser porta de esperança para muitos, passa a ser a porta da cadeia para o Senhor. E o Senhor não quer isso.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Agora, Doutor, deixe eu lhe dizer uma coisa: até que eu tinha uma mente muito boa, depois desse problema que houve comigo, fiquei liquidado, não sei mais o nome de ninguém, vou falar com uma pessoa, foge o nome, não guardo mais nada, passei a viver traumatizado, não agüento mais ver televisão e mais nada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Senhor disse que depois que saiu essa notícia de que o Senhor era traficante, drogas, pedofilia, a única pessoa que mantém uma relação de amizade com o Senhor é a Mosa.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É a única.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mosa tem duas filhas que estão na Europa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Só uma.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A Mazinha está onde?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A Patrícia. E a outra filha dela, mais velha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tem mais duas aqui que são uma de 10 anos, minha afilhada, e uma de 13.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não uma outra filha dela na Europa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem é Aline Martins Bezerra?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É a minha filha adotiva.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mora aonde?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mora na Espanha. E é casada com um italiano.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Senhor conhece a Claudiane?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Onde se encontra a Claudiane?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Olha, Doutor, eu não sei, porque eu tinha amizade com ela quando ela era uma empregada doméstica, foi quando eu a conheci, e ela arrumou um namorado, acho que espanhol, e convidou ela para ir e ela não deixou. E ela foi para o Rio de Janeiro e do Rio ela entrou em contato...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E quem é a Márcia?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Márcia de quê?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Márcia...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei quem é.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era amiga de Claudiane?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A Claudiane tinha alguma amiga? A informação é de que Claudiane ainda está na Espanha e foi para a Espanha com a outra pessoa chamada Márcia.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Então, não foi, porque quando ela saiu daqui ela foi para o Rio de Janeiro trabalhar numa casa, para tomar conta de uma criança e ela continuou o contato dela com o namorado e foi depois.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por que o Senhor reclamou de Carlos, dizendo que ele mandasse a sua comissão. É?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Hum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Comissão. E dizendo que no próximo mês o senhor teria mais garotas. Mas no mesmo dia, o senhor manda um outro bilhete para Carlos, reclamando que a Thaís não tinha encaminhado para o senhor o pagamento.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É... Exato.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O que Thaís devia para o senhor?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela morava lá em casa. Ela morava lá em casa e ficou me devendo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas o senhor disse que estava fora.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como é que o senhor sabia que ela estava devendo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mas aí eu tinha deixado ela encarregada

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – De ficar tomando conta lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A Thaís.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas o senhor disse que Thaís não tinha encaminhado para o senhor o pagamento dela.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim, é. Exato.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem que deu essa informação para o senhor? Já que o senhor tava viajando?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Porque ele não mandou. Eu não recebi. Eu fiquei sem dinheiro. Fiquei seis meses fora e fiquei sem dinheiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah, nem Carlos nem Thaís mandavam o dinheiro para você?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim. Nada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E... Como é que o senhor tinha certeza, estando fora seis meses, que no próximo mês teria mais garotas na sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Porque tinha, lá em São Paulo, um pessoal lá de São Carlos, que disse que ia se hospedar lá em casa. Que eu moro perto da beira-mar e ela fica mais fácil para acesso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – E num... Outra coisa, num tem esse negócio de cobrar caro nem nada. Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor, o senhor costumava telefonar... Tem muitos amigos em São Luís do Maranhão?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu já tive no Maranhão.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Era. Eu antes, doutor, eu vendia, fazia contato para vender show de artista.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Inclusive tem alguns artistas aqui da cidade que eu já levei para fazer show em São Luís do Maranhão.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em três dias, de 2003, o senhor disse que, antigamente, mas isso é em 2003, é... Deixa eu ver... É 2003, não é antigamente. É o ano passado.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, eu digo assim, que eu já trabalhei lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu tenho amigos que moram lá...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor numa faixa de três dias, o senhor tem mais de 15 telefones para São Luís. Está aqui na sua conta.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutor, então num fui eu que passei não, porque eu tenho amigos lá em São Luís, pessoa que trabalha na 3M lá, e tudo mais, e eu num fico ligando.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas é muito telefone para São Luís, viu? Parece o senhor, ou como empresário ou então que as meninas, talvez antes de ir para a Europa, podiam passar por São Luís e Belém, também que tem Belém.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não... Não... Quem que eu conheço em São Luís...? Eu tenho amigos lá, tenho cabeleireiros, tem tudo lá, eu já tive em São Luís.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É o mesmo telefone, quase o mesmo telefone: 2534800. Vários telefones aqui. Quer dizer que o senhor não tem.

Agora, nos Estados Unidos, o senhor telefonava só para o Wilson ou tinha outras pessoas?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, tinha outros. Tinha outros.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tem o Ronaldo, tem o Carlos, tem vários amigos que eu fiz lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E da Espanha? Da Espanha tem telefone que dá para fazer...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É, o pessoal me liga e dava telefone e tudo e eu... Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas aqui não é o pessoal que liga não, é o senhor que liga.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois é, eu tenho uma mania...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor tem mania... Veja o seguinte, veja, o senhor tem 500 reais de aluguel lá do..., né? 500. Mais 240 do salário. Aí num mês o senhor gasta, só de telefone, 346 reais.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois é...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como é que é? O senhor vive do vento?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois isso foi que me descontrolou, doutor, que eu passei seis meses com o telefone parcelado e tem um limite só de ligar e pronto. Fico só recebendo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E aí o senhor, no caso, o senhor...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Atolei tudo agora. Nem sequer ligar mais, eu ligo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aí nesse caso o senhor, por exemplo, começou também a fazer aluguel de flat, foi assim, foi?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Exato. Foi na época do...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para também se encontrar com o Emílio, também?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, o Emílio... O meu contato com o Emílio foi pouco.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi pouco?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi muito pouco.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi pouco?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi! É tanto que eu não sei nada a respeito dele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E com o Ney?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Como?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ney.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, o Ney é que foi meu inquilino há mais tempo, e...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conheceu o Ney quando?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Faz muitos anos já. Faz tempo já. E ele tinha casado, já tem filho, voltou lá para casa agora depois que se separou da mulher.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o seguinte, veja, não é só Estados Unidos e Espanha que o senhor...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Alemanha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É Alemanha, é Portugal. Quem é em Portugal que tanto o senhor telefona?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu tinha um amigo lá que está morando aqui agora.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor liga mais para o exterior do que para aqui. Aracaju, São Carlos, não é? Rio de Janeiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem o senhor conhece no Rio de Janeiro?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – No Rio de Janeiro?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu conheço... Eu tenho Sidney, que tenho como filho lá. Sidney.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aracaju?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Aracaju era onde o Wilson morava, a família dele, que continua morando lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Espanha? Com quem é que o senhor falava tanto na Espanha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Conheço várias pessoas na Espanha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As que o senhor mandou para lá?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, que eu mandei não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As que o senhor conseguiu que fossem para lá para ganhar dinheiro em cima delas?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, doutora. Doutora, eu tenho uma vida pobre que a senhora nem sabe, não tem negócio de dinheiro ganho em cima de ninguém, sempre ajudei as pessoas sem interesse a nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor acha que é bacana para uma moça ir para a Espanha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, elas arrumam namorado e vão por conta delas, não é eu que arrumo para elas irem não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor acha que é bacana uma moça ir para a Espanha? É melhor para ela do que ficar aqui?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Olha, não sei, sinceramente. Eu sei que todo mundo que vai para lá quando vem é a passeio, não quer mais voltar. Eu nunca fui, não conheço Espanha, não conheço Europa, não conheço nada; conheci, fui duas vezes, os Estados Unidos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não conhece a Espanha, mas o senhor telefonava quase que diariamente para a Espanha.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois é, para pessoas amigas minhas que moram lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E quem que pagava essas ligações?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Olha, doutora, eu. Quando eu não podia pagar de uma vez, parcelava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor diz que o senhor é um homem humilde, o senhor não é um homem com posses.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sou, sempre as pessoas me ajudam, sempre recebo ajuda lá em casa, o que eu ganho divido com os outros.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tudo bem, eu já entendi, agora eu quero saber o seguinte: olha, Sr. Assis, é impossível acreditar que o senhor não telefonasse para a Espanha por ter algum negócio na Espanha, mas as suas ligações são praticamente diárias, são ligações caríssimas. Como é que o senhor, que se apresenta como uma pessoa humilde, poderia custear ligações dessa natureza? O senhor tem mais ligações para a Espanha do que a Deputada Ann, ou que eu, ou que o Deputado Luiz Couto, com todo o respeito. Somos Deputados Federais. Às vezes, até falamos com alguém lá por dever de ofício, um Parlamentar, enfim, mas o senhor ligava praticamente todo dia.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu tinha, não, eu tenho pessoas lá em casa que moram na Espanha e tudo, e eu não tenho esse negócio de dizer: ah, eu quero passar um telefonema, mas tenho medo da conta vir no final mês.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não ligava não.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não me prendia a isso, não, mesmo sendo prejudicado, porque, às vezes, só eu e Deus sabe como, pagando uma conta de uma luz, deixando outra dentro, de um telefone, deixa outra dentro, nunca...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor não me respondeu. O senhor, na sua consciência, acha que é melhor para uma moça, uma menina que faça programas aqui, no Ceará, o senhor acha que é uma boa para ela?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, programa não, porque acho que é bom assim: quando a pessoa arruma um namorado, casa e vai porque tem uma pessoa que cuide, mas programa não. Acho que programa não. A pessoa sem saber a língua... Eu fui duas vezes nos Estados Unidos, tinha brasileiro lá que ficou comigo, eu sofri, via todo mundo falando sem saber o quê, entrei num hospital para fazer uma cirurgia e pensei que nem fosse ser possível porque não falava a língua.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Assis, o senhor é muito amigo do Valdiney, certo? Amigo de confidências também, não é isso? Ele esteve na sua casa quanto tempo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutor, ele já morou lá em casa muito tempo, casou-se, teve filho, voltou, separou-se...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, na separação, ele ficou quanto tempo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ele ficou mais uns dias. Ele chegou, pediu para passar uns dois ou três dias pensando que ia resolver a situação dele com a mulher e ficou lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Ficou mais ou menos quanto tempo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei se um mês ou dois.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Um mês?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei se um mês ou dois.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Sr. Valdiney está mentindo, dizendo que passou apenas seis dias na sua casa.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei quanto tempo foi, não. Acho que passou mais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E lá na sua casa o senhor recebia para ficar na sua pousada só rapazes?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Moças também.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é, outra coisa que o Sr. Valdiney disse: que o senhor só recebia rapazes.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Na época em que ele morou a primeira vez só era rapaz.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não na época agora, na época que ele separou da mulher.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Exato.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só tinha rapaz mesmo, o senhor não recebia mais mulher não?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não. Recebia assim como visita. Ficava lá em casa, almoçar, tomar um banho, jantar, coisas assim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é, se o senhor confia tanto no Valdiney, tem que começar a pensar que tem algumas coisas assim ele está rapando.

Ele diz o seguinte... Foi lá que ele conheceu a Liana?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Liana morava na sua casa também?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela passou lá por casa, passou pouco tempo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas ele disse que ela não morava. Foi conhecer depois.

O senhor, que vivia apenas dos aluguéis e da costura... A única coisa que confirma é que o senhor gosta muito de fotografia...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – E de música.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ... e de música.

É verdade que tem gente aqui dizendo que ia para sua casa apenas para ouvir música. Era isso mesmo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Exatamente. Ouvir música. Tem música de todo o tipo lá em casa: tem vinil, CD. Tudo, tudo tem lá em casa, gosto muito, toda vida.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vou mais à frente, dizer que aqui tem várias...

Maria Dais Silva Lima. Quem é?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – (mudo)

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conhece alguém que está na Alemanha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim conheço. Já nem lembrava o nome dela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem é Maria Dais Silva Lima?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Essa menina ia muito lá em casa. Ela morava lá em Mucuripe, ia deixar peixe para mim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como é que ela chegou na Alemanha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela foi com um pessoal.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Que pessoal?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Gente amiga dela. Não foi comigo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas ela manda o endereço para o senhor. Está aqui.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois eu não tenho o endereço dela não. Ela nunca me escreveu. Não tenho...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas está aqui na sua agenda.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – O endereço dessa menina?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Maria Dais Silva Lima, ou seja, ela colocando todos os dados aqui, morando na Alemanha.

O que o senhor diz disso?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não doutor, não tenho o endereço dela não.

Por sinal não sei nem ler alemão.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas ela sabe português.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É, a família dela é do Mucuripe.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem várias vezes, e aí é a sua letra. Códigos de passagem aérea. Quem coloca códigos de passagem aérea é porque tem alguma passagem que foi emitida e tem vários códigos aqui. Da Varig, de várias empresas... Aí o seguinte, o senhor sempre estava anotando... Tem uma relação aqui que acho que é de cobrança, ou de alguma pessoa que lhe estava devendo, por exemplo, uma dívida de R$ 880,00; uma outra R$ 500,00; tem mais outra de R$ 400,00; tem mais outra de R$ 200,00; no valor de R$ 9.980,00. O que é essa dívida? É alguém que estava devendo para o senhor?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutor, às vezes tem gente que quando estava lá em casa me pedia um dinheiro adiantado enquanto não recebia, tinha que pagar o colégio, alguma coisa...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ou era o dinheiro que o senhor recebia para emitir as passagens aéreas para as pessoas que iam para o estrangeiro?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, isso não. Eu não recebia dinheiro não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Próximo dessa relação existe um código.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Esse é um caderno que eu tinha, de medidas, em que saíram todos lá de casa. Não tenho o

caderno dos meus clientes, em que eu tinha tudo: telefone, anotações.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Geiza morou na sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A Geiza é minha sobrinha que mora na Alemanha; ela e a mãe dela. São casadas todas duas. A Gorete chegou na Alemanha e tinha deixado essa filha aqui. Quando ela chegou lá, ela casou e tudo, e mandou pegar a filha que tinha 14 anos na época. Hoje já é adulta, já veio aqui. Legalizou os papéis dela. Veio com o marido e tudo. Por sinal, nem vi, porque foi na época dessa confusão toda, o ano passado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O que era essa relação de valores? Geiza, 140; Laura, 360; Sérgio, 7070, 700; Jorge, 2000.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sete mil, essas coisas, nunca lidei com dinheiro assim, não. Por sinal, doutor, nem sou de fazer contas. Eu não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas nota o senhor toma, é tanto que aqui está a sua letra?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aqui o senhor diz assim: "Retire encomenda Banco Itaú. Sidney."

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É o meu filho que mora no Rio de Janeiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor tem vários filhos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Dois. Considero o Wilson e o Sidney, que há vinte anos morou comigo lá em casa. Ele era novinho.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E a Aline? Tem mais alguém.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tem a Aline. É. A Aline. E tem o Max, que é esse último, a pessoa que tem-me feito companhia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mais valores aqui. Em todo o canto tem valor. Acho que...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É tudo de medida.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Luciana?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Luciana?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Elisandra?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei quem é. São os meus cadernos de medidas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem um negócio aqui. Passaporte de Sônia. O senhor tirou um passaporte para a Sônia?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sônia? Nunca tirei passaporte para ninguém.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Passaporte Roseli. Tem um bocado de passaporte aqui. Tem uma página de passaporte. Cem, mais 260, mais 100, no valor de 460. Não sei quanto é o passaporte. Esse passaporte está caro, porque aqui está 460.

(Manifestação fora do microfone.)

Aqui tem um passaporte de Sônia; 460 para o passaporte.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não deve ter sido um passaporte não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ou foi um passaporte conseguido no câmbio negro...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, doutor. Não mexo com essas coisas. Eu não sei. Doutor, o meu grau de instrução é muito pouco para mexer com isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu não estou dizendo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E quem é Erivan Fernando?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei também quem é não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pode ser... Tem mais coisas aqui que é importante que o senhor possa explicar. Aqui tem outra relação. Aqui está escrito assim: casa, menina e o valor e outra coisa que não tem aqui. Mas são valores. Passagem: Bilbao, Espanha – 550.000 pesetas.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Porque a pessoa que eu sei que foi para a Espanha, que foi até com um italiano, o marido dela, foi a Aline.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas como é que o senhor anotava essas coisas aqui? Porque...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Nos meus cadernos de medida, tudinho em cima do balcão, toda vida anoto tudo. Tanto que ficou aí todo esse tempo, nunca dei importância.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Veja o seguinte: o senhor usa Ibiza. Não é só um lugar só: é Oviedo, Bilbao, ou seja, são vários locais. E tem aqui (incompreensível), tem até um negócio aqui, pensão, mais 3.000, três apartamentos Bilbao. O que é isso aqui? Quatro horas? Topless? Tem um bocado de informação aqui que... Quem é Vânia?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É minha letra? Vânia?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. Morou na sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Deve ter sido, porque eu não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Esse pessoal também tinha acesso...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu não marquei todo mundo que morou na minha casa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...aos seus cadernos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Todo o pessoal de lá?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – As minhas coisas tudo é aberta, era lá em cima do balcão de corte.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Todo mundo usava...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não tem nada trancado, doutor, nada, nada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Até para dizer que comprou um biquíni e cinco calcinhas? Para colocar no seu caderno.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ficavam lá meus cadernos, caneta, caderno, tudo lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É, tem que ter cuidado. Cristiane?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Cristiane?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É. Cristiane de Assis.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Cristiane de Assis é uma menina que morou lá em casa também.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não é filha sua, não, né?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, não é filha minha, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mora onde?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela mora na Alemanha. Não sei em que canto da Alemanha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Alemanha, (inaudível).

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Com a mãe dela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – A mãe dela estava lá, e ela ficou aqui, ficou lá em casa e pronto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aqui já aparece outro País, que é a Itália. Não é só, aqui tem Bilbao, novamente. Qual a relação que o senhor tinha com a Transportadora Confiança?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Confiança?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não tem nenhuma, doutor. A Confiança, espera aí, eu, uma vez, peguei uns móveis que eu tinha e mandei para o Sidnei, ele ia casar, eu mandei uns móveis que eu tinha antigo. Não tive transportadora nenhuma, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E a relação que o senhor tinha com a Cidade do Porto, em Portugal?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Porto?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não tem ninguém mais em Portugal.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E a 5 Estrelas também diz alguma coisa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É, foi umas coisas do Wilson que foram para Aracaju.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E era o senhor que pagava isso ou não?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, eles me dão o dinheiro, e eu mando.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É, tinha coisa aqui. Mas uma outra coisa que eu queria ver com o senhor.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Kelly? Quem é Kelly?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Kelly? Não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Essa Kelly gastou um bocado de folha do seu caderno para escrever o nome Kelly, Kelly, Kelly, Kelly.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu não sei nem quem é.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas no final, o senhor botou com a sua letra. Acho que é de tanto Kelly escrever que o senhor botou R$1.598, que arredondou, depois, para R$1.600,00

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutor, eu não lido com dinheiro alto assim, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Hein?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não lido com dinheiro alto assim, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas está com a sua letra aqui, viu?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Pois é, mas...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É aquela sua letra lá.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei nem quem é Kelly.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Patrícia Lima quem é?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É a filha da Mosa, Patrícia Lima Magalhães.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Hoje está onde?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ela mora na Alemanha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Na Alemanha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conta do Bradesco. Aqui para... E Marquesa? Quem é Marquesa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Marquesa? Não sei. As pessoas que marcaram...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Alguém que está na Alemanha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, são pessoas que marcaram assim não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, tem Marquesa, deve ser aqui, tem Marquesa, aí, Alemanha.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não? Para concluir, eu queria que o senhor me dissesse agora o seguinte: qual sua relação com um homem chamado Erlon? Eu vou dar a profissão dele: taxista.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Ah, o Erlon foi o motorista que levou a gente lá, é o motorista lá do Hotel Othon, e depois, levou a gente lá Spettus e, depois, em seguida, no...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual era o apelido dele?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Lá no... Eu não me recordo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o senhor no seu depoimento o senhor diz.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Eu chamava ele de bombeiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Hein? Bombeiro. Então, é muito íntimo. O senhor o conhecia como bombeiro, não é?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É porque o nome de Erlon para mim era mais difícil.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu teria mais outras questões. Mas, como a Presidente está colocando aqui, é importante para que a gente possa escutar outras pessoas, eu...

Leuda. A Sheila está chegando, Ibiza. É um aviso seu.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Hum, hum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O que é que diz isso aqui, às 17h35?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É uma pessoa que foi para lá, pessoa dela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dela?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É ela tem toda a família morando lá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, porque que o senhor dá...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – É porque eu que fiquei encarregado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por que o senhor fica encarregado?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Porque tem confiança em mim. Por causa da confiança que têm em mim. Vivo em casa toda a hora. Qualquer hora que ligar

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o senhor é... O Emílio, quando aqui estava, ele possuía celular, aqui, no Brasil?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutor, ele tinha celular.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tinha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Tinha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E ele lhe deu o celular?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, a mim não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Deu, está aqui, o senhor tomou nota.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Se me deu, deu o número.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Do celular.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Sim. (inaudível)

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, perguntei se ele deu o número. Qual o número do celular dele?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não, não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor tomou nota: 9839113. Então,significa que o senhor tomava nota de tudo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Mas quando procuro não acho. Não sei onde botei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é. Tudo que as pessoas, aqui, o seu caderno, está tudo aqui com informações, tudo o senhor toma nota, ou seja, mesmo sendo então o senhor tem a preocupação de anotar todas as coisas. Então, inclusive, até a relação de vôos, vários vôos que têm aqui internos e externos, mostrando, efetivamente, que muita coisa, Sr. Assis, o senhor precisa esclarecer. Mas é como disse a Deputada Laura, se o senhor tiver ainda momento de meditação, o senhor quiser contribuir, colaborando para que, efetivamente, nós possamos desvendar essa rede de agenciamento, de exploração de tráfico internacional, nós gostaríamos bastante de ouvir.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Essas anotações que têm aqui: 20 minutos, seis mil; 30 minutos, dez mil; 45 minutos, quinze mil; – deve ser pesetas -; 1 hora, vinte mil. Preço por programa. O que querem dizer essas anotações: preços dos programas?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não são anotações minhas não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E estavam na sua casa? Quem é que fazia programa lá na sua casa, que cobrava esses preços por esses minutos?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Lá em casa ninguém.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E por que esse papel estava na sua casa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Não sei (inaudível) lá em casa porque eu não estava lá na hora em que (inaudível).

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Estava aqui nos autos.

Aqui, no microfone.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Nem letra minha é.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quer dizer que tem aqui escrito champagne, 3 mil; menina, 1.500; outra menina, 1.000; casa, 1.500; preço da passagem...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MARQUES AGUIAR – Doutora, não é nada meu, não é nem letra minha, por aí a Senhora vê. A minha letra é conhecida.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Assis, o Senhor está dispensado. Obrigada. Vou pedir um intervalo de 5 ou 10 minutos – o Senhor pode sair -, para que a gente possa organizar o próximo depoimento. Queria pedir um pouco de paciência, sei que estão todos acompanhando desde cedo a nossa audiência, mas precisamos de um intervalo de 5 a 10 minutos para organizarmos os próximos que virão depor.

(Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu preciso comunicar que temos aqui um depoimento que precisa ser ouvido por todos nós parlamentares. Foi um depoimento que conseguimos agora. É um depoimento muito importante para a CPI, e vamos ter que ouvir essa testemunha reservadamente.

Então, vou ter que suspender a sessão por pelo menos meia hora, para que todos os parlamentares reunidos na outra sala possamos ouvir.

Em seguida, está previsto ouvir mais duas pessoas que estão sendo denunciadas, que é o caso de dono de um hotel, Sr. Hagen Andreas Thuran, que é um alemão, e Fernando, conhecido como Fernando Carioca, um taxista que faz ponto na Beira-Mar, em frente ao McDonald's. São esses dois que ainda iremos ouvir.

Então, peço compreensão daqueles que estão acompanhando os nossos trabalhos desde o início, mas teremos que agora suspender para que possamos ouvir, porque o que vamos ouvir servirá para questionarmos essas duas outras pessoas que vêm aqui depor.

Vamos dar esse intervalo de meia hora, depois abriremos novamente a reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Estamos reabrindo a nossa audiência pública, ouvindo o Sr. Hagen Erick Andreas Thuran – não sei se é essa a pronúncia –, proprietário de um hotel com o nome de Sun Flower.

(Conversas fora do microfone entre os integrantes da CPMI)

Termo de compromisso.

Nome completo – não sei a pronúncia direito: Hagen Erick Andreas Thuran. Idade: 42 anos. Estado civil: casado. Rua Silva Paulet, n. 300, Bairro Meireles. Profissão: advogado e hoteleiro.

É parente, em algum grau, de parte envolvida? Não.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da

lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal.

Responde que sim e assina.

Passo a palavra à Deputada Maria do Rosário, relatora da CPMI, para que possa iniciar suas perguntas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode repetir o seu nome, por favor?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – O meu nome é Hagen Erick Andreas Thuran.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a sua ocupação no Brasil?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu sou proprietário do hotel Sun Flower.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está registrado em seu nome o hotel Sun Flower?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu sou sócio-gerente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E quem é o seu associado?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu tenho um sócio alemão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mora no Brasil?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim, no Acre.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O nome dele.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Stephen Hanish.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mora em Rio Branco?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não, em Cruzeiro do Sul.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em Cruzeiro do Sul, no Acre?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde quando o senhor está no Brasil?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Inauguramos esse hotel no começo do ano de 1999.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já estava no Brasil certamente antes da inauguração?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim, para fazer uma pesquisa no mercado onde estabelecer o nosso hotel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde quando o senhor está – repito a pergunta – no Brasil?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu comecei no Brasil com um curso de português no começo do ano de 1998.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor veio ao Brasil outras vezes antes de 1998?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Acho que eu estava no Brasil no ano de 1997 de férias e acho que uma vez também no ano de 1995 fazendo férias.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, em 1995, nas suas férias, esteve no Ceará ou em outros estados brasileiros?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu estava em Recife e em Fortaleza.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu queria, por favor, que o senhor falasse mais próximo ao microfone, porque está sendo gravado.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em 1997 também?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Em 1997 estava no Rio de Janeiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não veio a Fortaleza?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No começo de 1998 instalou-se aqui, em Fortaleza?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não. Em 1998, fiz um curso de Português em Salvador.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E chegou a Fortaleza em...?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – No decorrer do ano, fizemos uma viagem de pesquisa de três meses pelo Nordeste.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Fizemos quem? Quem fez essa viagem com o senhor?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Esse sócio meu que acabei de mencionar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que mora em Cruzeiro do Sul, no Acre?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em Cruzeiro do Sul, no Acre, seu sócio tem estabelecimento hoteleiro?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não, ele é engenheiro agrônomo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Trabalha em alguma empresa nacional ou multinacional?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei lhe informar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece bem o seu sócio?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – O que significa bem?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não sabe como ele trabalha?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode declarar por escrito o nome dele? Eu gostaria que pedissem por escrito o nome dele, na medida em que a pronúncia e a escrita são diferenciadas. Por favor.

Na Alemanha, o senhor é natural de onde?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu nasci na cidade de Tseler.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a sua formação na Alemanha?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sou advogado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor decidiu vir ao Brasil por que motivo?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu antes já trabalhei na América Latina. Trabalhei para a Fundação (inaudível) Adanauer em Buenos Aires, Argentina. A minha função era Diretor do Programa de Estado de Direito para a América Latina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor poderia anotar também o nome da Fundação aqui?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Pois não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O nome do sócio e o nome da Fundação.

Qual o período em que o senhor trabalhou nessa Fundação de Direitos?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor era diretor de...?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele era Diretor de uma Fundação. O senhor vai repetir.

O senhor pode, por favor, a sua função na Fundação.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Pois não. Eu não era Diretor da Fundação. Eu era Diretor do Programa de Estado de Direito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Do Programa de Estado de Direito.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É uma Fundação que atua... É uma Fundação alemã?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim. Vinculada ao Governo alemão, que atua em quase todos os países do mundo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa Fundação atua no Brasil?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é a sede da Fundação? Onde fica?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu suponho que no Brasil a sede seja em Brasília.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor estava, então, na fundação em Buenos Aires?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu era apenas experto externo para a Fundação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois não. O que seria isso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu era contratado para um período fixo. Prestar serviços advocatícios para essa Fundação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer, o senhor prestava serviços. O senhor não era funcionário. O senhor não era Diretor, então. O senhor me disse que era Diretor da Fundação. O senhor é Diretor da Fundação ou era um contratado para prestar serviços?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não falei que era Diretor da Fundação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor falou. Está gravado. Tudo que o senhor falou vou gravar. O senhor pode até retificar o seu depoimento. Mas o senhor era Diretor de uma Fundação internacional com sede na Alemanha, do Governo alemão, ou o senhor prestou algum serviço a essa Fundação?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu era, para um período de um ano, funcionário dessa Fundação, e meu cargo era Diretor do Programa do Estado de Direito. Eu não era Diretor da Fundação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Diretor do Programa de Estado de Direitos.

Bem, vamos ver aqui. O senhor, então, chegou ao Brasil, mas, e na Alemanha, o senhor fez o curso de Direito, formou-se em Direito, é advogado?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim. Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Viveu sempre na Alemanha e depois no Brasil, depois em Buenos Aires e depois no Brasil?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Quando eu era criança vivi cinco anos na Espanha, depois eu vivi a maior parte da minha vida na Alemanha. Eu já trabalhei para a Câmara de Comércio e Indústria Paraguai-Alemanha, em Assunción, Paraguai.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certo. Agora vamos ver aqui a sua situação no hotel Sun Flower. O senhor tem esse hotel, portanto, desde 1999. Quantos apartamentos o senhor tem nesse hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Temos dezoito apartamentos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Neste período, o senhor vive somente da renda do hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor diria que o hotel tem uma ocupação permanente?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Tem uma ocupação permanente, variando de época do ano em torno de uns 50%.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que o senhor, advogado, alemão, com trabalhos em uma Fundação internacional, optou por um hotel no Brasil? Motivado...?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Porque gostei de morar num País com calor o ano inteiro. Tenho problemas de saúde que me melhoram se eu estou num ambiente como o do Ceará. Eu padeço de Psoríase, uma doença incurável, mas que tem, como se diz, pode ser aliviada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor optou, portanto, em função de saúde e do clima pelo Brasil e pelo Nordeste brasileiro.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora, eu quero lhe perguntar sobre a sua inserção no idioma Português. O senhor fez o seu curso em Salvador, em 1998?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde lá o senhor é fluente em Português?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não diria que sou totalmente fluente, mas *hablo* razoavelmente bem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor... Qual é a sua situação no Brasil do ponto de vista da sua estada aqui dentro, o senhor, que já vive aqui desde 1998, que tem um empreendimento dentro de território brasileiro, qual a sua situação como estrangeiro no Brasil? O senhor diria que ela é de que natureza? O senhor tem visto permanente?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu tenho o visto de turista no momento e pretendo solicitar o visto permanente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor chegou a solicitar o visto permanente? Ou nunca solicitou o visto permanente?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Acho que no começo eu solicitei quando tinha uma, como se chama, uma anistia, só que durante o período de anistia eu ainda era legal no País, o que eu não sabia. Então, eu retirei a solicitação do visto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na verdade, o senhor confirma que ingressou no País como turista, mas optou por ficar no País e fazer um empreendimento comercial no Brasil?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, na verdade, o senhor não se caracteriza como turista.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim, mas eu estou entrando e saindo no País por causa de ainda não ter a residência.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, portanto, tem tomado providências de entrar e sair do País permanentemente para renovar o seu visto de turista?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor poderia nos apresentar o roteiro que o senhor fez, nas últimas vezes, nas suas viagens?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu posso lhe dizer o último que eu fiz?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois não.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu viajei ao Paraguai – aonde eu já tinha trabalhado no ano de 1993 e depois eu voltei por Foz do Iguaçu no dia 17 de março deste ano.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor saiu – o senhor viajou de avião?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu viajei até a uma cidade – Campo Grande, em Mato Grosso do Sul – de avião e lá eu peguei ônibus.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E foi em direção a que país?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A Pontaporã.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pontaporã?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim. E daí fui para Assunção.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Entrou no Paraguai e voltou...

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Também de ônibus, até Foz do Iguaçu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E lá em Foz do Iguaçu tomou um avião?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De onde – para onde o senhor tomou esse avião?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – De Foz.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Recife.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Recife e Fortaleza?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em quanto tempo o senhor fez esta viagem?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – No total, eram uns 10 dias.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dez dias. O senhor fez essa viagem com o objetivo da renovação do seu visto de turista?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor esteve na Argentina nesse período?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim – um dia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer que o senhor, também, esteve na Argentina e o senhor não tinha declarado ainda. O senhor passou não só pelo Paraguai, mas esteve na tríplice fronteira – foi à Argentina. Que cidade argentina o senhor visitou?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Apenas visitei a parte da Argentina que fica em frente a Assunção.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor viajou sozinho ou acompanhado?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Viajei sozinho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que tipo de programação o senhor manteve?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não tive programação nenhuma. Eu visitei amigos meus lá – o Gerente da Câmara de Comércio e Indústria Paraguai-Alemanha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Gerente da Câmara de Comércio...

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – "... de Comércio e Indústria.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ... Paraguai-Alemanha?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E Foz do Iguaçu?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Aí, eu visitei as Cataratas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Visitou apenas – fez, então, uma viagem turística?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na Argentina – o senhor optou por visitar alguém na Argentina?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem negócios naquela região?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu posso acreditar que o senhor não envia meninas para aquela região – mulheres para aquela região?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não tem nenhuma conexão com aquela região?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem CPF desde quando?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Desde o começo – não sei: em 1998, 1999...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nós temos o número do CPF do Sr. Hagen aqui?

Qual a renda mensal do seu hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – O meu empreendimento está variando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Já que é um empreendimento que está variando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é a renda em média?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – R$10.000,00.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem quantos funcionários?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Na faixa de oito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor diria que sempre há plantão na portaria do seu hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sempre.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O seu hotel nunca está vazio.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está no seu nome e no do seu sócio a razão jurídica do seu Hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, recentemente, casou?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Formalizou a sua união?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, também, realizou esse casamento com o objetivo de resolver a sua situação jurídica no Brasil?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não. Este não foi o objetivo. O objetivo foi porque amo a minha esposa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conheceu a sua esposa onde?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Aqui, em Fortaleza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A sua esposa não é de Fortaleza?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Ela é de Belém.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela mora na sua pousada? Desde quando o senhor se relaciona com ela?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não tenho uma pousada. Eu tenho um hotel de pequeno porte.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As vítimas que estiveram chamaram de pousada todo o tempo.

O senhor, por favor, responda o que lhe perguntei: desde quando a sua esposa mora aqui – a agora sua esposa?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A minha esposa mora comigo faz um ano e meio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A sua esposa tem conta bancária?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem conta bancária?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos solicitar as contas, então. O senhor não pagaria pelo casamento, obviamente, para regularizar a sua situação?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Se isso fosse do meu interesse, eu já teria feito no ano de 98 ou 99.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca tentou? Nunca fez nenhuma proposta de casamento a nenhuma brasileira com essa intenção de regularizar a sua situação?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nós temos depoimento que dizem o contrário.

Como é a sua rotina diária?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu levanto às...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é uma pessoa que faz exercícios físicos?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois não, o que é um dia seu?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu levanto de manhã, tomo o café da manhã, faço o trabalho na administração do hotel, meio dia, costumo ir para academia, depois eu volto, continuo trabalhando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é bastante presente no hotel, mas freqüenta que bares noturnos, que boates, que danceterias?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não gosto de freqüentar bares e danceterias.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor negue que freqüente?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Apesar dos depoimentos que disseram que o senhor freqüenta?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu freqüentei quando ainda não era casado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é um marido fiel. Quais são os pontos na praia de Iracema que o senhor freqüenta?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Tem um barzinho que se chama Zip, e eu já freqüentei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Algum outro lugar que o senhor gostaria de citar?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que pudéssemos colher um depoimento positivo a seu respeito dos proprietários?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não, porque não freqüento outros lugares.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O seu hotel de pequeno porte se caracteriza por um hotel que aceita qualquer tipo de programa sexual.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Você poderia repetir essa pergunta?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O seu hotel se caracteriza, aceita a presença de qualquer tipo de programa sexual no seu interior.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu tenho um pequeno relatório aqui que diz quais são os meus hóspedes por exemplo. Eu tive hóspedes do Governo do Estado do Ceará, da Fundação Universidade do Vale do Acaraú, o Deputado Federal Roberto Pessoa já acomodou amigos da ...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode declarar prontamente. Não é uma pergunta que eu tenha feito, porque seus hóspedes não estão em investigação.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não, mas eu vou lhe dizer...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A menos que o senhor tenha alguma denúncia a formular publicamente sobre alguns deles.

O senhor quer denunciar a CPMI alguns dos seus hóspedes do Governo do Estado do Ceará ou algum Deputado por agenciar crianças dentro do seu hotel? O senhor quer, o microfone é seu. A lista de hóspedes só se o senhor tiver denúncias sobre eles.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – O que eu quis expressar, antes de você me interromper, foi que justamente essas pessoas não se hospedariam comigo se meu hotel fosse...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, não. Com todo respeito.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – ... freqüentado por (inaudível)...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, o senhor me responda a minha pergunta. Se o senhor quiser a CPMI aceita os documentos prontamente. O senhor pode entregar. O senhor tem alguma denúncia contra alguns dos seus hóspedes?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu nunca falei isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, eu estou lhe perguntando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim ou não?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. Então o senhor não quer denunciar nenhum.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No momento em que o senhor quiser, a CPMI está à disposição, porque aqui mesmo que seja Deputado, Vereador, Prefeito, nome de Governo, não tem problema, Partido qualquer um, nós estamos aceitando todas as denúncias. Não tem nenhum problema.

Agora vamos lá. Então, vamos voltar para o eixo do nosso trabalho aqui.

O seu hotel aceita a realização de programas sexuais no interior?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não sei lhe responder, porque não posso confirmar o que acontece dentro dos quartos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é uma pessoa presente no seu hotel.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim, mas não presente 24 horas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, mas as suas funcionárias já disseram. Todas as que nós ouvimos, entrevistamos, que a Polícia investigou, que fizeram depoimento, todas confirmam a existência liberada de programas sexuais. O senhor vai me confirmar ou não?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não posso confirmar isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor barraria qualquer dos seus hóspedes que quisesse levar um programa para dentro do seu estabelecimento?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não sou preconceituoso. Eu não consigo diferenciar quem é prostituta, quem não é prostituta. Apenas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, mas nem eu. Eu quero lhe dizer...

Agora o senhor escute. Eu não sou preconceituosa. Esta CPMI não se move por preconceitos, mas este aqui não é um país onde se possa fazer o que quer impunemente. Portanto, vamos nos respeitar aqui. Aqui não há preconceito de brasileiros. Todos sabem o respeito que nós temos pelo ser humano, profissional do sexo, mas todos sabem que não aceitamos a exploração de crianças e aí, nacional ou estrangeiro, todo mundo cumpra a lei aqui. E se não cumpria vai

começar a cumprir. Então, quando o senhor disse que não é preconceituoso, se o senhor que imputar à CPI preconceito, eu não aceito de forma alguma, até porque talvez seja etnia – também sou de uma região de colonização alemã – que mais tenha explorado os povos indígena e negro neste País. Vamos nos respeitar aqui. Não tente se defender atacando.

Os depoimentos são absolutamente fartos sobre aceitação que o senhor faz dos programas sexuais de adolescentes no seu estabelecimento. O senhor nega ou confirma?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora, quero lhe perguntar qual é a taxa que o senhor cobra dos hóspedes quando os mesmos levam garotas de programa para o hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não sei quem é garota de programa ou não. Se o hóspede quiser passar a noite acompanhado, ele paga a diferença do valor de um quarto de solteiro para um quarto de casal.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas se paga uma diferença.

O senhor recebe alguma coisa do programa das garotas?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei se é feito programa no meu hotel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estou lhe perguntando objetivamente e quero uma resposta objetiva, sim ou não.

Se o senhor recebe as garotas, elas já fazem programas no seu estabelecimento. O senhor está dizendo inclusive que cobra um **plus** quando tem acompanhante no quarto. Portanto, confirma que cobra pelo quarto. Se havia uma pessoa instalada e passam a ser duas e o senhor cobra a diferença, significa que o senhor aceita a presença dos programas. O senhor recebe do programa algum dinheiro?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor chama adolescentes para fazer programas com seus hóspedes?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca chamou nenhuma adolescente para agradar a algum hóspede seu?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é tido como uma pessoa que diz que faz caminhadas na praia, mas utiliza essas caminhadas para fazer contato com as meninas na praia. O senhor confirma ou nega?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece uma jovem chamada Fernanda?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a sua relação com essa jovem chamada Fernanda?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não tenho nenhuma relação com essa jovem. Ela já ficou hospedada no meu hotel junto com outro hóspede.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca teve relacionamento com essa jovem?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não começou a ter programas sexuais com ela quando tinha 17 anos de idade, portanto, quando era menor de idade pela legislação brasileira, que o senhor deveria conhecer.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei qual é a idade dessa menina e nunca tive relacionamento nenhum com ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não é atento à idade?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não sei a exata idade dela. Já que ela estava hospedada no meu hotel, tem que ter pelo menos 18 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O seu hotel não solicitaria carteira de identidade?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Claro, mas isso não significa que eu sei exatamente a idade de qualquer pessoa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas se o senhor é o dono do hotel, registra a idade de quem quer. O senhor registra a idade de quem o senhor quer, o senhor é o dono do hotel. O seu arquivo registra a idade de todo mundo ou registra a idade de quem o senhor quer? Por que o senhor registraria no hotel que esta moça tem 17 anos e vou fazer um programa sexual com ela? O senhor registraria?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – No nosso hotel só entram pessoas acima de 18 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor faz programas sexuais com o senhor no seu hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sou casado e sou fiel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor faz programas sexuais no seu hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca fez programas sexuais no seu hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Os depoimentos que colhemos são absolutamente claros. Inclusive, no trabalho exemplar que a Polícia está desenvolvendo através das delegadas, houve um flagrante no seu hotel. O senhor nega o flagrante que aconteceu no seu hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas é claro. Está aqui. Houve prisão em flagrante da jovem Fernanda, agora com 22 anos, mas que começou sendo explorada sexualmente pelo senhor aos 17 anos. Portanto, não somente agencia programas para o senhor hoje, mas agenciou programas para o senhor. O senhor a iniciou na exploração sexual, levando-a, na quebra da legislação brasileira – que é clara também quando fala do favorecimento à prostituição... Essa, que agencia para o senhor, o senhor levou para prostituição. É verdade ou não é?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa moça que foi presa em flagrante levou à sua casa uma jovem de 13 anos?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Quando ela levou lá, eu não estava no estabelecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De fato, o senhor não estava, mas, no depoimento de sua funcionária, consta que o senhor chegou em seguida. O senhor deu ordens para que as moças fossem colocadas num quarto. O senhor nega que esteve no quarto com essas moças? São dois depoimentos tomados em separado e absolutamente idênticos quanto a toda sua rotina de sexo com essas duas meninas.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Poderia formular a pergunta, por favor?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega que esteve no quarto com as duas adolescentes?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim, nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma de 22 anos que o senhor começou a explorar sexualmente quando tinha 17 anos ou até antes – talvez aos 15 anos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, a de 15 anos é outra. É de 17 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – 17 anos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A de 15 anos é a Mariana.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Exatamente. Há outra de 15 anos. Muito bem, Deputada Laura. Há outra moça de 15 anos – não vou dizer o nome. A Mariana já é maior de idade?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Já é.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa o senhor começou com 15 anos, a outra, com 17 anos, e essa menina com 13 anos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Há outras.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há um lista. Todas depuseram contra o senhor.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Hoje ela tem 23 anos. Pode falar à vontade?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor confirma? Por que motivo um grupo de meninas depõe contra o senhor, se o senhor nega?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Porque alguém está tentando me prejudicar, tentando destruir minha reputação impecável e a boa imagem do nosso hotel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode me dizer quem seria essa pessoa que gostaria de destruí-lo? Certamente, não sou eu, que vim do Rio Grande do Sul.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nenhum de nós aqui.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Há várias possibilidades.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois não. Estamos à sua disposição. O senhor quer dizer que alguém o está prejudicando? Quem é essa pessoa? Qual é esse grupo? Uma grande rede hoteleira que está tendo prejuízo com o seu hotel? O pai de alguma de criança que o senhor tenha estuprado? O senhor sabe que, pela legislação brasileira, com menos de 14 anos é violência presumida, é estupro. O senhor sabe disso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que senhor disse à Fernanda quando ela o alertou de que a menina era menor?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Você acaba de fazer um pergunta?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Algumas são perguntas. Já ouvi tanto hoje sobre o senhor e sobre a sua exploração com essas meninas, que quero que o senhor me responda objetivamente. Sem a verdade, sinceramente, não é mais possível. São vários depoimentos. Então, responda-me o que o senhor disse a Fernanda quando ela o alertou de que a menina era menor de idade?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei do que você está falando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece a Fernanda?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos programas sexuais o senhor fez com ela?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Nunca tive relação sexual com ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não é o depoimento de suas funcionárias e das outras meninas. Todos estão corroborando com que o senhor mantinha relações sexuais e pedia para a Fernanda levar meninas cada vez mais jovens para ela. O senhor vai dizer a verdade perante o País que lhe acolheu?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Você acabou de fazer a pergunta?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A "senhora", por favor.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Podia repetir essa pergunta?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor vai dizer a verdade?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando o senhor se referir à Deputada, por favor, diga "senhora".

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Desculpe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu lhe chamo de senhor.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não fiz a propósito, o meu português não é perfeito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não há problema. Quanto a isso, não há problema. O problema é outro aqui. Vamos lá. Quais são as suas parceiras, agências de turismo parceiras do seu hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu colaboro com agências e operadoras em quase todos os países do mundo, especialmente, obviamente, Alemanha e Brasil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode fazer uma lista para nós de todas as operadoras que o senhor faz vôos para cá, vendendo espaços do seu hotel, fazendo reservas no seu hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não tenho esses documentos aqui. Eu tenho apenas o catálogo da operadora Neckerman...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode me passar, então, o catálogo da Neckerman?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Pois não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor trabalha com a Neckerman?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem algum preposto no Rio ou em São Paulo?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Poderia repetir essa pergunta?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguma agência de turismo com a qual o senhor trabalha no Rio ou em São Paulo?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – No Rio, eu tenho uma agência chamada Flight on Brazil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E em São Paulo, alguma?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Algum agente de turismo com quem o senhor trabalha?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Nenhum em especial. Eu tenho contatos com várias agências, mas nenhuma em especial em São Paulo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor presta serviços para várias agências, então. E o senhor divulga o Brasil de que forma lá fora?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não divulgo o Brasil, eu não divulgo o meu hotel...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem um *site*...

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim, eu tenho um *site*.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que é esse seu *site*? O que o senhor mostra no seu *site*?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Se você tiver um computador aqui com acesso à Internet, podemos olhar no meu *site*.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu tive acesso ao seu *site*. As pessoas vão ter grande

dificuldade de ver o seu *site* aqui. A Deputada Laura Carneiro tem me colorido. As pessoas vão ter grande dificuldade de ver o seu *site* aqui na minha cópia, que não é tão positiva quanto essa. Mas vamos ver isto aqui: este aqui é o senhor?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esta aqui é a marca do seu hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa é a recepção, então. Aqui são as...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aquela bonitinha com a marquinha da...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois é.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – ... o símbolo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse aqui você não tem?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, esse eu não tenho.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu tenho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu tentei fazer uma cópia aqui.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aquele bonitinho do símbolo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe o que é isso aqui?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que é isso aqui?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – É o símbolo com o qual, no Brasil, eu fiz propaganda há 20 ou 30 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor acha que o Brasil é conhecido por isso aqui? (Pausa)

O senhor acha que isso aqui é o quê? (Pausa)

O senhor acha que o Brasil é o quê? Para o senhor botar no seu *site*, com todo o respeito aqui, a parte do corpo de uma mulher, um biquíni cavado, para mostrar as praias brasileiras, que o chamado aqui, dessa parte aqui, que o senhor poe o traseiro de uma mulher, são as praias brasileiras, "veja as praias brasileiras". O senhor acha que uma pessoa que faz isso aqui está querendo vender o que do Brasil?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Quantas fotos há no meu *site*?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Muitas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem faz as perguntas somos nós.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode me responder por que o senhor optou por isso aqui?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – É apenas uma foto entre muitas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que o senhor optou por esta foto aqui?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Porque isso você pode ver em qualquer praia brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – "A senhora", por favor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor acha que isso aqui é a praia brasileira?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não, eu não falei isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que motivo o senhor usa essa imagem para apresentar o Brasil lá fora para seus compatriotas alemães?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – O *site* dá para acessar em todos os países do mundo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ... e aos demais países do mundo?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – É apenas uma imagem entre outras.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois é uma imagem muito negativa do Brasil e das mulheres brasileiras. O Brasil está lutando para ser respeitado no mundo. Eu quero lhe dizer que isso é inaceitável, que nós, mulheres brasileiras, tanto nós, que estamos no Parlamento, quanto aquelas meninas que estão lá na beira da praia, são mais do que essa parte do corpo. Tanto quanto as mulheres da Alemanha, ou da Itália, ou da Espanha, ou dos Estados Unidos.

Então, essa foi sua opção para mostrar as praias do Brasil. (Pausa)

Qual era a freqüência com que essa moça, Fernanda, ia ao seu hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não saberia dizer exatamente. Só lembro que ela estava uma vez hospedada por um período com um hóspede.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Apenas uma vez?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não. Durante a estada do hóspede, ela ficou com ele quase cada dia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Qual é o nome do hóspede?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei dizer-lhe agora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pode ser... Denis não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe que a...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vou olhar nos meus...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada Laura Carneiro, só vou concluir. O senhor sabe que a menina de treze anos que o senhor estuprou fez exame de corpo de delito.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Denis.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você acabou de me fazer uma pergunta?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Senhora, por favor.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Desculpe-me. A senhora acabou de me fazer uma pergunta?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora vou dizer ao senhor: chame-me de senhora mesmo, viu? Está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando a Deputada se referir ao senhor, ela está fazendo uma pergunta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque eu sempre lhe chamei de senhor.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu já falei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora o senhor não se engane mais. Eu sou Srª Deputada.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Está bom.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certo? Porque a minha cordialidade não está adiantando com o senhor. Então, eu sou A SRA. Deputada, e o senhor é o Sr. Hagen. É isso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Hagen.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Hagen. O senhor é o Sr. Hagen, e eu sou A SRA. Deputada Maria do Rosário, assim como todas as minhas colegas.

O senhor sabe que essa menina fez exame de corpo de delito?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Quem?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A menina de treze anos.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe o resultado do exame?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A supracitada aqui – não vou dizer o nome – fora vítima de estupro. Isso é o que está aqui em um laudo da Polícia da Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania, guia policial ao Instituto Médico Legal. Neste País, há Medicina Legal, laudo. Está absolutamente comprovado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quais são os termos do laudo?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada. Vou realmente ler.

Em conseqüência, o laudo diz o seguinte:

"Houve ruptura himenal recente ou outro vestígio indicando haver constituição carnal?"

As respostas são as seguintes:

Em conseqüência, às 16 horas de 15 de setembro de 2003, passaram os peritos a fazer o exame ordenado e as investigações que julgarem necessárias, findo o que declararam.

Relata ter havido relação sexual hoje. Ao exame externo, não verificamos lesões de interesse médico-legal, mas o hímen apresenta septação, com edema de borda de todo o hímen, que apresenta ruptura com margens sangrentas às 6 horas.

Colhido o material para pesquisa de espermatozóides cujo resultado foi negativo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele usou preservativo?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor usava preservativo?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu nunca fiquei com esse menina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De toda forma, está aqui que a menina apresentou ruptura com margens sangrentas às 6 horas. Depois de seis horas, portanto, ela ainda tinha o vestígio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso aconteceu seis horas antes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Trata-se de uma menina. O senhor conheceu essa menina onde? Como ela chegou ao seu hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não conheço essa menina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando o senhor encontrou essa menina na Praia de Iracema, o senhor pediu à Fernanda que levasse ela para o senhor?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A senhora poderia repetir essa pergunta, por favor?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pediu à Fernanda que levasse a menina até o senhor?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor telefonou – temos o número do telefone... Pense bem no que o senhor responde, mesmo que o senhor não esteja comprometido a dizer qualquer coisa que o incrimine, pois dizer a verdade é algo absolutamente honroso. O senhor telefonou a um telefone público ao lado da casa da menina de treze anos, onde estava a Fernanda, chamando a Fernanda nesse dia?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Está registrado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está registrado. O seu telefonema está registrado. O senhor chamou a jovem Fernanda e pediu que ela levasse a menina de 13 anos?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela, de fato, advertiu-o de que ela era menor de idade?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A senhora poderia repetir esta pergunta?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Fernanda advertiu-o de que a jovem que o senhor estava chamando era menor de idade?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu nunca falei com a Fernanda a respeito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Fernanda nunca o advertiu? O senhor foi enganado? Pensava que ela era maior de idade? O senhor pensava que todas eram maior de idade? O senhor tem um álibi. Eu lhe dou essa oportunidade

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A senhora poderia repetir a pergunta, por favor?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor acreditava que a Fernanda e que a outra menina eram maiores de idade? As duas?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Em qual oportunidade eu deveria acreditar nisso?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando o senhor telefonou, chamando a menina, o senhor... Vou repetir a pergunta. Gostaria que o senhor prestasse atenção. Estou desde a manhã cedo com este depoimento. O senhor estava descansando. Eu estou trabalhando. Preste atenção para conseguir entender. Estou-lhe dando esta consideração pelo fato de o senhor não ser fluente no nosso idioma. Mas o senhor tem que compreender o que eu estou dizendo, pois vive aqui. Fez até curso de português. Por favor.

O senhor pensou, em algum momento, que a jovem que acompanhava a Fernanda fosse maior de idade?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não. Eu nunca pensei que alguém estivesse acompanhando alguém. No dia desse fato mentirosa, eu estava na academia e eu tenho uns 15 brasileiros de classe média alta que podem confirmar isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não faz nenhuma diferença para mim se eles são de classe média ou baixa. A menina que foi ao seu hotel me disse que quis tomar banho, porque ela não tem água encanada em casa. Ela não tem água encanada, nem luz elétrica. Então, se alguém de classe média ou de classe baixa vier aqui dizer que alguém de classe média viu, não importa. Não tem nenhum valor maior a classe social da pessoa para fazer um depoimento e ter fé. A pessoa pode ser pobre ou rico e vamos dar a ela a mesma fé na sua palavra, se for honrada. Então, o senhor não precisa citar a classe com quem o senhor estava convivendo. Se o senhor me disser que estava com gente de classe média ou que estava na banca da esquina com um vendedor de pipoca, vou dar a mesma fé a um ou a outro. Este tem que ser o Brasil.

Diga-me uma coisa: o senhor pensava que essa menina era maior de idade?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não pensava nada, porque não sabia que essa menina estaria lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, Fernanda o alertou? Fernanda está dizendo a verdade quando diz, em seu depoimento à Polícia e à CPMI, que alertou o senhor de que a menina era menor de idade? E o senhor disse a ela – está no seu depoimento: "Não me importa se é menor. Importa-me se é bonita". O senhor disse isso a ela?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, ela está mentindo? Ela não o alertou? O senhor foi enganado?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu estou sendo enganado, com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor ficou com a menina pensando que ela era maior?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não fiquei com ninguém nesse dia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Fernanda não o alertou?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Já disse que a gente nem falou sobre esse assunto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela o alertou ou não o alertou?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Fernanda não o alertou? E, quando ela tinha 17 anos, ela o alertou?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Quem?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Fernanda, com quem o senhor esteve quando ela tinha 17 anos.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu nunca fiquei com a Fernanda.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor telefonava para ela?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu acho que não telefonei para a Fernanda.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Acha ou tem certeza? O senhor nunca telefonou para a Fernanda?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – De Ezequiel Lemos nunca telefonei para a Fernanda.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nesse dia que aconteceu no seu hotel isso tudo, o senhor não falou com a Fernanda no telefone?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não falou?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não ligou para nenhum orelhão naquele dia?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual o número do seu telefone celular?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não disponho de celular.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o número do seu telefone convencional?

Nós temos todos os números do hotel? Temos? Então, a Drª Cleide vai lhe passar. Anote agora os números. Eu vou conferir, obviamente, porque tenho o seu **site** aqui com essa porcaria que é essa fotografia junto.

O senhor me desculpe, mas eu sou uma pessoa muito comedida, como disse a Deputada Laura Carneiro a meu respeito, e me senti até muito honrada com as considerações da Deputada, mas é um absurdo ter que ver isso.

Eu sou comedida, mas estou perdendo a minha... O senhor me desculpe, mas é lamentável pensar que o senhor é acolhido aqui e faz isso conosco. Vamos lá.

Esse telefone aqui, obviamente, que eu tenho como saber se o senhor ligou para um orelhão. Eu vou pedir providências no sentido de que os telefonemas que foram dados em todo aquele período sejam verificados – a Senadora defira, por favor – porque vamos verificar.

O senhor ligou para o exterior... Esse aqui é o Brasil, mas tem lei, tem possibilidade. Vamos verificar os seus telefonemas, porque o senhor está dizendo que não deu esse telefonema, e temos o telefonema nas mãos.

Vamos adiante com o sentido de objetivar. O senhor é... As meninas foram identificadas quando saíam de dentro da sua hospedaria, do seu hotel de pequeno porte. Elas estavam com quem lá dentro se não estavam com o senhor?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não sei lhe dizer porque eu não estava lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, veja bem, Sr. Hagen, essas meninas, uma delas com treze anos, fez um laudo de que foi estuprada dentro do seu estabelecimento, e o senhor alega que não foi o senhor. Então, quem foi?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Duvido que essa menina foi estuprada dentro do meu estabelecimento e, com certeza, não por mim porque eu não estava lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bom, mas as suas funcionárias dão o mesmo depoimento: de que ela entrou lá, de que ela esteve lá, de que chegaram lá, como é que funciona isso, que o senhor mandou ir para o quarto, mandou arrumar a cama, que elas ficassem no quarto, que elas fossem tomando banho, hein?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – O que o senhor me diz sobre isso?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Deputada Maria do Rosário, gostaria de complementar. Há, inclusive, o depoimento de uma funcionária dizendo que ele apressadamente mandou arrumar o quarto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que a Soraia fala.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está aqui.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Que foi identificado que havia camisinha no cesto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Diz aqui "que Hagen mandou que Fernando e a garota fosse..." Ela já conhecia o Fernando. Então, diz aqui. Ela é funcionária de lá e não tem por que e poderia se

prejudicar dizendo isso, mas está contribuindo com a justiça brasileira.

Ela diz "que já conhecia Fernanda pois a mesma sempre freqüentava o hotel para fazer os programas com o Hagen; que Hagen mandou que Fernanda e a garota fossem imediatamente para a suíte onde costumava fazer os programas; que a depoente foi almoçar, mas quando retornou, recebeu a ordem de Hagen através de Patrícia que era para limpar imediatamente a suíte onde a Fernanda havia ficado com o mesmo; que quando ele entrou na suíte viu a cama desfeita e encontrou um preservativo utilizado no cesto do banheiro e das toalhas utilizadas; que Hagen logo saiu para ir à academia de ginástica;"

Esse é o seu álibi? O senhor diz que não estava lá, que estava na academia de ginástica?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu estava na academia, com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas durante todo o período do almoço, a moça saiu, o senhor chegou, ela saiu, ela viu o senhor chegar, ela voltou e, aí, o senhor saiu para ir à academia de ginástica. Ela está dizendo isso aqui.

"Que depois que a depoente limpou a suíte, ficou sabendo que a polícia tinha prendido a Fernanda com a menor; que várias vezes a depoente ligou para as garotas de programa a mando de Hagen para que as mesmas fossem para o hotel fazer programas sexuais com o mesmo"; "que quando era para fazer programas com os hóspedes, o senhor mesmo ligava".

Isso aqui vamos ver tudo nos seus telefonemas. É só pegar o seu telefone e cruzar para quem o senhor ligou, entendeu? Vamos ver para qual garota de programa o senhor ligou, vamos ver quem era o hóspede que estava lá, de classe média, alta ou baixa. Vamos saber de tudo isso. Então, não era mais fácil o senhor contribuir?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não estou contribuindo?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Estou contribuindo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem sabe autorizando a quebra de seu sigilo telefônico.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A senhora poderia repetir a pergunta, por favor?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quebrando seu sigilo telefônico. Sim? Com a sua autorização espontânea?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Pode sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, além do pregresso, o sigilo. O senhor contribui?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não tem medo? Não tem (inaudível)?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não tenho nada por que ter medo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, nós vamos colocar na sua frente agora, e o senhor assina. Muito bem. Eu acho que é uma atitude... Pelo menos essa atitude nós temos que dizer que o senhor está tomando corretamente com esta CPMI. É isso, Srª Presidente. Vou ouvir minhas colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sr. Hagen, vamos começar de onde terminou a Deputada Relatora, a Deputada Maria do Rosário. Além do depoimento da Soraia, que foi o que ela leu, tem o depoimento da Patrícia. O senhor conhece a Patrícia? Patrícia Helena Viana da Silva.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Ela era funcionária do hotel.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Era funcionária. Era recepcionista?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela diz, no auto de prisão, o senhor é advogado, como eu fui um dia, e o senhor sabe que na hora da prisão nós falamos a verdade. Não estamos nem... Falamos o mínimo necessário, mas falamos. Não tem como não falar, porque o Delegado cobra de nós. E aí ela diz, com a maior tranqüilidade, o seguinte, que Fernanda freqüentava, sempre freqüentava o hotel, e tem conhecimento de que a mesma era garota de programa. Que o senhor mandou que ela pagasse o táxi da Fernanda. Mandou dar R$5,00. Que custou R$5,00. Que Hagen mandou a depoente, a Patrícia, abrir o portão da garagem para Fernanda e a garota, a menina de 13 anos, sair e também para despachar as mesmas". É verdade?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que a Patrícia e a Soraia iam mentir?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei lhe dizer. Eu poderia lhe dar uma idéia porque a Soraia ia mentir. Porque ela foi demitida por mau trabalho e por uma coisa que eu não posso alegar aqui porque não posso provar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim. A Soraia. E a Patrícia?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – (inaudível) alegar?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele não pode provar o que ia alegar. Então, não vai alegar. Ele ia, no mínimo, dizer que ela roubou. Mas, enfim, eu quero saber da Patrícia.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei lhe dizer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não tem motivo para falar mal do senhor. Ou bem, não é?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Depende do ponto de vista. O senhor acha que ela tem motivo para falar mal do senhor?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu acho que ela não tem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Acha que ela não tem. Então, em princípio, eu tenho que ter credibilidade sobre o depoimento dela? O senhor pode falar "sim" ou "não" no microfone, por favor?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Nesse caso, ela está mentindo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nesse caso ela está mentindo.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Ela não deve ter credibilidade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como é que funciona o seu hotel? São 18 quartos, não é isso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E esses quartos têm frigobar, têm televisão? Como é que é o quarto do hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Você poderia especificar?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não. O senhor é que tem que especificar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A "senhora".

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A senhora poderia especificar sua pergunta?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É simples. Como é o quarto? Tem cama, televisão, banheiro, ducha? O que é que tem? Frigobar? Como é? Como é que funciona? Conte para mim.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Tem cama, tem frigobar, tem TV, tem ar condicionado, tem ducha...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ducha?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E os quartos todos têm... Como é que chama...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Persiana?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não. Não, não. Nas duchas, tem aquela cortina?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não. Eles têm box.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – São todos de box?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Todos. Os azulejos, qual é a cor dos azulejos?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Brancos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Todos os azulejos brancos. Bem, então, todos são azulejos brancos. Portanto, os azulejos brancos. O que é que tem no frigobar?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Bebidas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Bebidas. Que tipo de bebida?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Cerveja, refrigerante, água.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Cerveja, refrigerante e água.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Chocolate.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Chocolate. O que mais? Biscoito? Amêndoas?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – (Inaudível) dentro do frigobar, mas a gente (inaudível).

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Um minutinho. Cadê o som?

Pronto.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A gente oferece também pequenos petiscos em forma de ....

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Esses petiscos são de que marca?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Diferente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, mas quais são as diferentes marcas? Quais são as marcas?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Biscoitos, não conheço todas as marcas diferentes, FF...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – FF,... Pode dizer.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Outras marcas não conheço. Tem outras marcas mas, não conheço outras marcas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor não conhece o nome.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas tem biscoitos?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Chocolates?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Cerveja?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Água?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tem algum biscoito de nome Tiririca ou alguma coisa do estilo? É um biscoito simples

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei lhe dizer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não saberia me dizer.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não saberia lhe dizer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Obrigada.

Mas, coincidência ou não, a Patrícia, a sua funcionária, que o senhor não entende por que vai mentir, ela diz aqui o seguinte: que elas teriam levado para elas cerveja, água e biscoito. Exatamente o que o senhor tinha no frigobar. E nos depoimentos todos é mais ou menos isso, que a Fernanda pegou no frigobar biscoito, cerveja e água, pediu à Patrícia um saco, não tinha saco, a Patrícia deu um saco de lixo preto.

O senhor trabalha com saco de lixo no hotel? Aqueles grandes?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pretos?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei a cor, mas tem saco de lixo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, o senhor há de considerar que faz sentido. Dentro do saco de lixo puseram então essa água, cerveja, biscoitos e levaram para o táxi. E é engraçado que essa história dos biscoitos, da água, da cerveja e do saco preto é repetida pela Soraia, pela Patrícia e repetida pela Fernanda. Os três depoimentos falam do saco preto. Mas é tudo coincidência, por acaso o senhor no seu frigobar biscoito, normalmente se tem no frigobar, pelo menos nos hotéis de luxo, não conheço os hotéis menores, mas, normalmente não são biscoitos, são castanhas, esse é normal, pelo menos no hotel em que estou hoje, o normal de hotel é castanha, amendoim, biscoito raramente há no frigobar, e chocolate então, normalmente, até tem. Mas o senhor mandava chocolate também? É isso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não mandei nada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor não mandou? O senhor permitia que as pessoas levassem chocolate, biscoito.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não sei lhe dizer se as minhas funcionários deram para agradar, mas não foi com meu consentimento nem com minha ordem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo. Mas, por que elas dariam para agradar? Por que agradar a Fernanda e mais uma menina de 13 anos?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei lhe dizer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo. Diga-me uma coisa, se o senhor puder, para me ajudar. Descreva para mim como é o seu quarto. Qual é a cor do seu quarto?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Todos os nossos quartos são idênticos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, eu estou perguntando do seu.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Meu quarto é, como todos os outros quartos também, de cor pêssego.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pêssego, salmão. É, é a mesma coisa, não é?

Mas o senhor não dorme num quarto específico com a sua esposa, não tem um quarto diferenciado?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A cor do quarto é mesma.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, tenho certeza de que é a cor é salmão, porque está aqui escrito, se o senhor quiser eu lhe digo, eu já sabia que era pêssego. Só queria checar se estava certa. Até porque quero checar se alguém entrou no seu quarto. Vamos continuar.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – As fotos do nosso *site* mostram que nossos quartos são todos em cor pêssego.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, mas não estou preocupada. A cor é um detalhe do quarto.

O senhor gosta muito de ler revistas. Não é isso? O senhor lê muitas revistas?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Livros?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o senhor guarda esses livros onde? Na biblioteca do hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Infelizmente o nosso hotel não tem biblioteca.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E onde guardam os livros?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – No meu quarto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Realmente, a informação que tínhamos é que era cheio de livros o seu quarto. É outra coincidência.

Mas vamos continuar.

O senhor me parece um homem que cultua o corpo, quer dizer, o senhor se preocupa, o que é muito até louvável nos tempos de hoje, que as pessoas se preocupem com o corpo, fazendo ginástica, academia. O senhor faz academia. O senhor, alguma vez, tomou remédios? Vejo eu o senhor tem um corpo bem formado. O senhor alguma vez tomou anabolizantes, ou toma vitaminas? Remédios, em geral, o senhor gosta de tomar?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não tomo anabolizantes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor toma remédios?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não; tomo vitaminas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vitaminas. Então, o senhor tem várias vitaminas, é isso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – O que significa 'várias vitaminas'?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Várias. O senhor tem vários potes de vitaminas, ou de remédios. Onde o senhor guarda os remédios? Tem uma farmacinha no hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Onde o senhor guarda os remédios?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – No meu banheiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – No seu banheiro. Outra coincidência. Nos depoimentos que ouvimos, diz exatamente isso, que o senhor tinha vitaminas e vários remédios no seu banheiro. Mas é tudo uma questão de coincidência. No seu quarto, qual o tamanho da sua cama? Todas as camas são iguais no hotel? São de solteiro, de casal, king ou cama comum?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Somos famosos por ter uma das melhores camas em Fortaleza. Quase a maioria só de dois por dois metros.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – São todas King.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não todas, quase todas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas no seu quarto...

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – É um quarto com cama de dois por dois metros.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Coincidência também, da mesma maneira que sabíamos que o seu quarto era salmão, sabíamos que a sua cama era king, que o senhor gostava de livros e que tinha muitos remédios no seu banheiro.

O senhor tem algum espelho no seu quarto?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Onde?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Um espelho no banheiro e outro no quarto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como é o espelho do banheiro? Quadrado, redondo ou oval, retangular?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – São espelhos que você pode comprar em cada...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não. Estou lhe perguntando como é o espelho do seu banheiro.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Como todos os outros espelhos redondo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Redondo. Coincidência também, o espelho do seu banheiro, segundo a nossa informação, era redondo.

A cor da cortina do seu quarto.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Todas as cortinas do meu hotel têm a mesma cor.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Qual é a cor? Parecida assim com a minha roupa, não é isso? Um pouco mais escuro.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Mais ou menos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mais ou menos. Coincidência também nós já sabíamos que o seu quarto – escrevi ate 'cortinas telha' para ser mais gentil.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim, aparece também no meu *site* na Internet.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor não está querendo dizer que eu vi no seu *site* da Internet...?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Você não olhou no meu *site* da Internet?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, o que eu olhei no seu *site* da Internet foi isso... Você, não; a senhora, por gentileza, porque eu estou lhe chamando de senhor, a não ser que o senhor prefira que eu lhe chame de outra maneira, porque eu também sei chamar. Você, não senhor; a senhora. E não tenho a paciência da Deputada Maria do Rosário, decididamente, não tenho.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Peço desculpas a senhora, mas a senhora sabe que não faço de propósito.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Preste mais atenção, porque estou prestando atenção no meu depoimento; o senhor preste atenção no que fala.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – No *site* aprecem os remédios, os livros...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, claro que não...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Quero perguntar a ele...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor costuma aparecer no seu quarto, isso também? Coincidência também, todo mundo sabe que o seu banheiro tem azulejo branco. Se o senhor quiser, o seu advogado pode olhar. Ele concordou porque já sabe que eu não ia usar erro. Mas não há de ser nada. Vou lhe fazer umas outras perguntas um pouco mais pessoais, quase que intransferíveis, mas absolutamente necessárias para a nossa investigação.

O senhor, como homem que cultiva o corpo, disse que, além de cultivar o corpo, o senhor tem uma doença. Qual o nome da doença?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Psoríase.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Essa é uma doença de pele?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É uma doença de pele. Há algum cuidado especial que se tenha com o corpo, algum remédio?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A única coisa que os médicos me falaram até agora é um pouco de sol e um pouco do ar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, eu diria que se o senhor tivesse menos pelos no corpo seria melhor.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Apenas lá onde a doença aparece, que seria atrás das orelhas, especificamente no meu caso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Essa doença só aparece atrás das orelhas?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – No meu caso, sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vou fazer uma pergunta muito privada, digamos assim. O senhor tem alguma marca no seu corpo?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Suponho que tenho várias marcas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu digo uma marca como se fosse uma verruga, desse tamanho mais ou menos, na parte lombar.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei lhe dizer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não sabe dizer?

É que ele nunca olhou para trás. É por isso.

O senhor sabe me dizer se o senhor, eventualmente, costuma depilar o corpo, principalmente o peito, as coxas e, eventualmente, a virilha, em função da doença?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Acho que essa pergunta já vai além do normal.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, não vai além do normal, não. Senão, eu não a faria.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu prefiro não responder às perguntas tão íntimas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor pode não querer responder publicamente. Agora, o senhor não pode deixar de responder. Então, se o senhor pudesse escrever, eu posso até não revelar publicamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É um hábito que tem sido cada vez mais difundido...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É absolutamente normal, mas é por conta da doença. Por isso que eu estou lhe perguntando se o senhor depila.

O senhor não precisa nem fazer o gesto. Eu vou pôr sim ou não e o senhor vai marcar para mim. Vou

escrever as partes do corpo. Para nós, isso é absolutamente importante. O senhor somente marque, por favor.

(Pausa.)

Quero apenas explicar que, eventualmente, podemos pedir um exame para verificar se existe algum tipo de procedimento e onde.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Pois não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agora vou para uma outra área de perguntas, para o senhor descansar um pouquinho desse assunto. Daqui a pouco, volto a ele. Também preciso descansar, antes que eu passe mal aqui. Por isso, vou para um tema mais pragmático, digamos assim.

O senhor tem um pedido de visto que nos indica que, no dia 28 de setembro de 2000, teve a sua estada vencida. É verdade? Procede a minha alegação?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A senhora poderia repetir exatamente a pergunta?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – No dia 28 de setembro de 2000, o senhor teve o seu visto de entrada no Brasil vencido?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não que eu saiba.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas esse documento é do Sistema Nacional de Estrangeiros, e, efetivamente, o prazo de estada do senhor termina em 28/09/2000. Portanto, a partir de 2000, o senhor passou a ficar ilegal no Brasil. O senhor somente saiu, depois de 2000, para renovar seu visto quando?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei exatamente dizer, mas eu estava viajando de vez em quando para renovar meu visto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor fez um requerimento de prorrogação de visto no dia 4/12/1998. O senhor desistiu desse pedido de registro no dia 7. O senhor me explica por quê? O senhor faz o pedido de vista e, três dias depois, o senhor desiste dele.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu já tinha explicado isso no começo, quando eu...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - Eu ouvi tudo o que o senhor falou e não ouvi isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. O senhor tem de explicar de novo se ela...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - Esse pedido eu fiz em base a uma anistia que tinha à época. Só que essa anistia só era para pessoas que se encontravam ilegalmente no País, o que eu não sabia. Eu me encontrava legalmente no País, por isso eu não coube dentro das exigências desta anistia, por isso eu retirei esse pedido.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - Eu estou enganada ou o senhor se casou no dia 11 de maio?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Certo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - Onze de maio, agora.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Certo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - Então, o senhor não tem um ano de casado, tem menos de um mês.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem um mês.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - Não, porque ele disse para a senhora, Deputada, que...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que a ama...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que a ama e que estava com ela há um ano e meio. Eu anotei aqui. Mas, na verdade, o senhor se casou em maio.

Até então o senhor não era casado.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A gente convivia faz um ano e meio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, eu posso considerar que o senhor tinha uma união estável com ela, é isso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agora, engraçado... O nome dela é Vera, uma morena, bonita?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não. O nome da minha esposa é Nívea.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - Nívea. É bonita, uma morena bonita? Foi a informação que eu tive.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Qual esposo não acha a esposa bonita?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - Não. Eu não achava muito não, mas não tinha problema. Não estava nem aí para isso. Eu diria que não necessariamente você deve achar bonita; pode achar uma pessoa dócil, inteligente, enfim, de várias maneiras, mas não necessariamente bonita. Ou isso é uma necessidade?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas casado há menos de um mês, acho bonito isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - Estão vivendo já há um ano e meio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não estou acreditando que é um ano e meio. Quando ela veio de lá...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - Eu quero saber se é uma morena...

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Pode repetir a pergunta?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - A senhora Nívea é morena?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Ela é mais morena do que eu.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - Os cabelos são pretos?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Alta ou baixa?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Um metro e cinqüenta e sete.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - Mediana.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E qual é a profissão dela?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - O que ela faz?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – É dona de casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - Dona de casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sempre foi dona de casa?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor a conheceu onde?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu conheci ela em Fortaleza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Onde?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Acho que foi no Centro Cultural Dragão do Mar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos anos ela tem?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Trinta.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Centro Cultural...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem trinta anos e nunca trabalhou em nenhum lugar. Dona de casa trabalha muito, mas nunca trabalhou em nenhum emprego fora da casa?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Já trabalhou como cozinheira.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aqui mesmo em Fortaleza?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não. Em Belém.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - Ela foi cozinheira em casa de família ou em restaurante?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – De restaurante.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, ela é profissional da área...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - Então, enfim... Também não faz diferença.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas tem uma profissão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - Então, ela é cozinheira profissional. Ela trabalha em restaurante. É isso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Ela trabalhou. No momento, não trabalha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas é cozinheira profissional, digamos?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - Qual era o restaurante em que ela trabalhava em Belém?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei lhe dizer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não sabe. Mas a família dela morava aqui em Fortaleza? Em Belém? Como era?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A família dela continua morando em Belém.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Onde eles moram lá em Belém?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei lhe dizer exatamente. O nome da cidadezinha é Ananindeua.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor conhece os pais dela?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não cheguei a conhecer ainda.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor casou e nem conheceu os pais?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas é tão pertinho. Não conheceu os pais. Ela tem mais alguém na família? (Pausa.) Um amor de um ano e meio, uma mulher bonita dessa, e o senhor não conheceu os pais? Não teve curiosidade de conhecer, de ir lá pedir a mão em casamento?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A mãe da minha esposa tem problemas de saúde e por isso não pode viajar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o senhor, que viaja tanto, não podia ir a Belém. É tão pertinho...

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Desde que a gente se conhece eu não tive a possibilidade de viajar para Belém porque também estou trabalhando muito.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro, mas o senhor teve oportunidade de ir a Foz do Iguaçu, a Pontaporã. O senhor sabe, é uma coincidência, claro, mas Cruzeiro do Sul é uma área de narcotráfico muito perigosa, muito complicada. E o roteiro que o senhor fez é outra... Parece o roteiro do Narcotráfico na América Latina. O senhor sai e vai para Campo Grande, de Campo Grande vai para Pontaporã e de Pontaporã para Assunção. Para piorar, ele volta pela Argentina, passa por Foz, chega em Recife e chega em Fortaleza. Ele fez um roteiro, uma das rotas de Narcotráfico no Brasil.

E o seu sócio, Stephen, não é isso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele é engenheiro agrônomo e trabalha em Cruzeiro do Sul, que é a área de Hildebrando Pascoal, só para vocês terem noção de como é uma área forte. Boa terra. Já que estamos falando do sócio, vamos lembrar o Stephen. O que o Stephen fazia mesmo, que o senhor acabou não me dizendo?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Era engenheiro agrônomo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso já sei. O que ele faz?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Segundo informações, está ajudando seu tio, que agora faz 25 anos no Acre, e é padre. Ele tem um hospital no Acre.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele está ajudando o tio dele no Acre, que é padre. É isso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele vive de quê?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Quem?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Stephen.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O padre vive da igreja. Mas e o Stephen?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei. Só sei que ele vive dos trabalhos de engenheiro agrônomo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor não disse que ele estava ajudando na igreja, meu Deus! Na igreja não se ganha dinheiro. Foi o senhor que disse.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não disse que ele fizesse isso como única coisa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele faz isso também?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E ele trabalha como engenheiro agrônomo onde?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei dizer-lhe, exatamente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor tem um sócio. O senhor é só sócio-gerente. O senhor tem um sócio que entra, portanto, só com o patrimônio na sua empresa. O senhor é um homem formado em direito que, bem ou mal, dá consultoria internacional para a Fundação Adenauer, que é uma fundação importantíssima para o Brasil e para a Alemanha. O senhor é profissional do Direito no seu país, portanto passou por um faculdade. O senhor é dono de um hotel em nosso país e se preocupa com toda a parte legal e quer me dizer que não sabe o que o seu sócio faz? O senhor, que nasceu em um país desenvolvido, mais até do que nós, que somos do terceiro mundo, deve imaginar que tanto as suas quanto as nossas leis punem profissionais que auferem lucros por meio da lavagem de dinheiro, pelo narcotráfico. Então, o senhor não iria nunca, em função do seu grau de cultura, envolver-se com um sócio que, eventualmente, tivesse qualquer envolvimento com narcotráfico ou qualquer outra coisa. Portanto, minimamente – e percebe-se a sua perspicácia, a sua inteligência – o senhor gostaria de saber quem é o seu sócio, quem lhe dá o dinheiro, de onde vem o dinheiro. Estou errada?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pode responder.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A senhora poderia repetir a pergunta?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro, dez vezes. Aliás, tenho todo o tempo do mundo. Só preciso estar em Brasília meio-dia. Até lá posso ficar conversando com o senhor. Vou repetir. O senhor é um homem inteligente, perspicaz. O senhor conhece as leis. É advogado. É empresário. Veio de um país absolutamente desenvolvido. O senhor sabe que, mesmo no mercado internacional, em qualquer país do mundo, o dinheiro proveniente de lavagem de dinheiro, de drogas, dinheiro ilícito, se utilizado em qualquer atividade lícita, com a hotelaria, será descoberto e poderá levar os sócios à cadeia. Significa dizer que, se o senhor não sabe a proveniência do dinheiro do seu sócio, o senhor estará, a qualquer momento, sujeito a ir para a cadeia.

Então, o senhor deve saber de onde vem o dinheiro de seu sócio. Não sabe? Quero saber de onde vem o dinheiro do seu sócio. Para ser seu sócio, tem que ter dinheiro. Não posso montar um hotel de 18 quartos. Quero saber de onde vem o dinheiro?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – O dinheiro do meu sócio, que tem a ver com o hotel, vem dos pais dele. Ele herdou. A outra parte vem de um crédito em um banco alemão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O crédito chegou ao banco alemão como? O senhor quer dizer um empréstimo?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele fez um empréstimo. Por que o senhor não respondeu à Deputada Maria do Rosário quando ela perguntou?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Talvez não tenha entendido a pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como é a sociedade hoje? O senhor disse que tem uma renda mensal média de R$10 mil.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O seu sócio leva algum dinheiro nisso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quanto?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Pouco porque ele não trabalha. Ele só entra com o dinheiro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas foi ele que comprou a pousada?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Compramos juntos. Era uma casa particular que a gente reformou.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Compraram juntos a casa?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E hoje ele recebe um percentual de que valor mais ou menos?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Qual é o percentual dele na sociedade?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Ele recebe mensalmente R$2.000,00 (dois mil reais) para poder pagar os juros na Alemanha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o principal vai pagar quando?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A senhora poderia repetir essa pergunta, por favor?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor está falando que são pagos os juros. Quando se vai pagar o principal, ou seja, o empréstimo propriamente dito, sem os juros. Os juros está pagando todo o mês, mas e o principal? Como é que vai fazer para amortizar?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Economizando dinheiro?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – De onde?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Do que sobra.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas sobra?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Ainda sobra pouco, mas só estamos funcionando há poucos anos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ainda sobra pouco. Quanto sobra no final do ano?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – No mês, são R$10.000,00 (dez mil reais), tirando os R$2.000,00 (dois mil reais), são R$8.000,00 (oito mil reais), vezes doze, mais ou menos R$76.000,00 (setenta e seis mil reais).

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É o que sobra?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, o senhor não ganha só R$10.000,00 (dez mil reais), porque, se sobram R$8.000,00 (oito mil reais), dão R$2.000,00 (dois mil reais), sobram R$10.000,00 (dez mil reais). Quanto é que ganha, então? Não são R$10.000,00 (dez mil reais).

Olhe só, vou lembrar ao senhor, o senhor disse à Deputada Maria do Rosário que o senhor tinha, no final de todo o mês, R$10.000,00 (dez mil reais), não é isso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim, mas não eram R$10.000,00 (dez mil reais) para mim gastar. Eram R$10.000,00 (dez mil reais) do negócio do lucro bruto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, espera aí. De lucro extra, digamos! Não é isso? Além disso... Desculpe, mas ele disse o seguinte: R$10.000,00 (dez mil reais) sobram, R$2.000,00 (dois mil reais) vão para o sócio, R$8.000,00 (oito mil reais) ele economiza. Como ele vive? Com zero? Então, seria mágica!

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não falei que eu economizo R$8.000,00 (oito mil reais). Dos R$8.000,00 (oito mil reais), eu vivo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor vive. Então, como o senhor disse que sobra para pagar o principal? Não estou entendendo! O senhor fez aí até a conta de quanto sobrava por ano. O senhor multiplicou por 12 os R$8.000,00 (oito mil reais) e disse quanto sobrava por ano. Eu não sou louca! Eu ouvi! Será que estou doida? O senhor disse "os R$10.000,00 (dez mil reais), R$2.000,00 (dois mil reais) eu entrego para o sócio, R$8.000,00 (oito mil reais) nós guardamos, e, dessa sobra que eu pago o principal.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Então, foi um mal entendido. Não! Esses R$8.000,00 (oito mil reais) são...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o que sobra então?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Isso é diferente dos gastos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sobra quanto? Como vai pagar a dívida?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Ainda não sabemos como vamos pagar essa dívida.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas foi exatamente o contrário que o senhor falou há dois minutos.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não!

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim. O senhor quer que eu volte a fita para o senhor ouvir?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não, a gente vai pagar o principal, quando temos economizado o suficiente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim. Aí lhe perguntei: como é que o senhor economiza? Aí o senhor disse: com os R$8.000,00 (oito mil reais). O senhor pode estar reformulando o seu depoimento; agora, não me diga que eu não ouvi o que eu ouvi.

Mas pedimos a sua declaração de Imposto de Renda e vai estar tudo direitinho. O senhor tem um bom contador.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu imaginei.

O senhor tem amigos em Pontaporã?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que o senhor optou por um roteiro tão diferente, digamos assim?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Para conhecer partes do Brasil que ainda não conhecia. Também já viajei para o Acre para conhecer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que o senhor não aproveitou essa viagem e foi conhecer a sua sogra?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Decisão minha, pessoal.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Decisão sua, pessoal. Está certo! Não é porque ela, afinal, é uma pessoa doente! O senhor gosta tanto da sua noiva, não é? É só estranho, mas a decisão é sua, é verdade!

O senhor disse aqui que é um homem casado e um homem fiel. Mas, antes de o senhor ser casado, de o senhor ser fiel e de o senhor freqüentar o Zip Bar, havia um outro bar que o senhor freqüentava?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – **Mirables**! **Mirables**, ou alguma coisa assim!

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ou **Mirables**!

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – **Mirables**!

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim, isso foi anos atrás, antes do Zip existir.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Antes do Zip, era o **Mirables**!

O senhor imagina como sei o nome desse bar? O senhor disse que só freqüentava um por vez. O senhor imagina como adivinhei o nome do bar, desse **Mirables**? O senhor imagina? Que, antes do Zip, o senhor ia ao **Mirables**. O senhor sabe por que sei? Porque uma das testemunhas falou, não é? Adivinhar não adivinho! O senhor concorda? Nem sei onde é isso, muito menos que existia! Então, o que acho é que o senhor deve pensar que somos idiotas, mas quero lhe dizer que nada do que a gente lhe pergunta, a gente não sabe a resposta. Nada!

Então, quando estou lhe perguntando, é claro que o senhor conhece o bar, e eu, não. Sinal de que alguém disse; quem me disse foi a minha testemunha. Óbvio! O seu advogado deve estar entendendo o que estou lhe dizendo. O senhor toma um caminho ou toma outro, mas não vai pelo meio, que é pior.

Agora, vamos voltar para os seus possíveis relacionamentos. O senhor disse que o senhor não conheceu a menina dos 13 anos; o senhor nunca a viu, é isso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E a Fernanda o senhor conhecia; por quê?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Ela já estava hospedada no mesmo hotel com um hóspede.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Com quem? Denis?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei o nome.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Era um alemão?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Acho que ele era holandês.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Denis o nome dele?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei lhe dizer exatamente, não tenho os documentos aqui.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nos seus documentos têm?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A gente registra todos os hóspedes que se hospedam no hotel.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E ela também está registrada lá?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Se o senhor, por exemplo, ligar – o senhor deve ter uma equipe muito bem treinada – agora, posso mandar um funcionário lá pegar essa ficha agora?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei se essa ficha está disponível, porque, quando ela se hospedou com esse hóspede, foi há um tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só uma vez ela se hospedou no seu hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu, pessoalmente, só sei dessa vez.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Há quanto tempo, mais ou menos?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Há um ano e meio ou dois anos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só essa vez ela esteve no seu hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu só a vi essa vez, com esse hóspede.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, mas, provavelmente, se o senhor ligar para o seu hotel e pedir que, por favor, tragam aqui todas as fichas de um ano e meio ou dois anos, ela vai ter que estar lá no meio, certo?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor pode fazer isso, por favor?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não sei se o funcionário que está lá agora vai achar essas fichas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor pode dizer onde ficam.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu, exatamente, também não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor também não sabe?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Há muitas salas onde o senhor guarda as fichas?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – São guardadas pelas recepcionistas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas amanhã de manhã o senhor poderia fornecer todas as fichas?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Pois não!

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ou um funcionário nosso poderia ir lá dar uma verificada?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Pois não!

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Obrigada. Assim não precisamos nem fazer busca e apreensão. O senhor está sendo tão gentil! É até bom porque o seu advogado pode acompanhar.

Bom, então, o senhor, por acaso... São tantos os nomes! O senhor já esteve com alguma... Antes de o senhor se apaixonar, de o senhor se casar, o senhor teve alguma relação com uma menina de nome Paula?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Paula é um nome muito comum.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Muito comum. Catarina?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não entendi a resposta.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – "Paula é um nome muito comum"!

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim. Não sei dizer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele não sabe dizer. Catarina?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não conheço nenhuma Catarina em especial.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não conhece nenhuma.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Por gentileza, eu poderia ter mais um copo de água?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro! *(A SRA. Deputada e A SRA. Presidente responderam ao mesmo tempo.)*

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor, alguma vez, deu algum dinheiro para a Fernanda?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nunca?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor conhece uma moça de nome Nailane Teixeira da Silva?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que todo mundo conhece o senhor, e o senhor não conhece ninguém?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei lhe dizer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo.

O senhor tem dois amigos alemães de nomes Franklin e Hans?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não.

O senhor conhece alguém de nome Laís Bezerra Ferreira?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não. Você não conhece ninguém, não é?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não conheço ninguém desses nomes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas as pessoas lhe conhecem, com detalhes até. Todas, aqui, de alguma maneira, tiveram relações sexuais com o senhor quando eram menores.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu nunca tive relações com menor.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, imagine. Por isso que a gente sabe que o senhor tem a marquinha nas costas.

O senhor conhece alguém de nome – deixe-me pegar meu mapinha, porque são tantas meninas... Não posso falar o nome dela alto. Eu vou escrever o nome da menina. Eu não posso falar porque ela ainda é menor. Marcela?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não conheço nenhuma Marcela em especial.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Também não conhece Marcela. Mariana?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nunca ouviu falar?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agora, Dona Iracélia?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Também não.

Por que o senhor acha que não conhece ninguém, e todo mundo conhece o senhor? É um negócio inacreditável. Por quê? Por que podem não gostar do senhor? Por que todos os depoimentos do processo – e são vários – dizem a mesma coisa? Que o senhor gosta de menina, que o senhor transa com essas meninas. Por quê? Por que todas essas moças e essas meninas que prestaram depoimento, tanto em juízo, quanto na delegacia, como aqui, dizem a mesma coisa, e o senhor não conhece ninguém?

O senhor acha que aqui no Brasil... Eu não conheço as leis alemãs, mas aqui no Brasil, mesmo considerando os depoimentos da chamada prova falha, eles, quando se completam, formam a consciência do juiz.

É muito difícil, com tantos depoimentos, eles não servirem de prova. Eu diria que se o senhor tivesse um, dois, era mais falho, mas tenho dez depoimentos dizendo a mesma coisa, que se interligam. A lei brasileira acho que é diferente, os juízes, aqui, têm uma consciência diferente, talvez. O senhor tem noção disso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu posso imaginar muito bem que a minha ex-funcionária Soraia tenha várias conhecidas que ela pode influenciar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E a Patrícia?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei lhe dizer.

A SRA. – Mas ela falou igual e não tem nada contra o senhor, concorda?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu sei que a Patrícia era muito amiga da Soraia quando a Soraia esteve trabalhando comigo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E tem uma outra coisa, deixe-me dizer uma coisa para o senhor: nós ouvimos as testemunhas. Ninguém tem nada a ver com a Soraia, não. Posso lhe garantir.

Nós ouvimos, olhamos nos olhos. O senhor imagine que a gente já faz isso há algum tempo. Eu, en-

tão, estou ficando careca e velha de fazer isso. A gente olha nos olhos, da mesma maneira que o senhor não tem reação nenhuma, que nem um músculo de seu rosto se mexe, é um negócio impressionante. Eu já vi isso em uns dois ou três traficantes. Raramente eu vejo uma pessoa que não tem um músculo que se mexe. Não tem nenhum tipo de reação. Mas, além do senhor, poucas pessoas eu vi. E olha que eu já colhi depoimento.

Mas, além do senhor, tivemos oportunidade de olhar para essas meninas. Com uma delas eu até briguei e disse: "Não vou ouvir dessa maneira", faltei xingar, até para causar alguma reação nela, e causei, porque ela acabou abrindo o que ela não conseguia abrir. Ela não queria falar, estava mentindo, eu estava vendo que ela estava mentindo e apertei, apertei, apertei, quase sangrei e, aí, ela abriu. Ela deve estar com raiva de mim e azar o dela, porque estou fazendo meu trabalho. Mas com o senhor não adianta, porque o senhor não tem reação. É impressionante.

Eu não acho que elas têm alguma coisa a ver com a Soraia, não, sinceramente falando. Nada, nada, nada, nada, mas todas elas dizem a mesma coisa. Umas dizem que foi com violência, outras não, mas todas tiveram relações sexuais com o senhor. Todas. Somando, devem dar umas dez meninas, sempre menores.

Aí, fui fazer uma enquete lá ontem, eu, a Deputada Sandra Rosado e Senadora Patrícia, e o senhor é famoso. Ninguém sabe o nome do seu hotel, mas todo mundo sabe quem é Dr. Hagen lá na Beira-Mar. O nome do seu hotel ninguém sabe; poucas pessoas sabem, embora tenha sido citado várias vezes pelas meninas. Mas o seu nome é conhecido. Só para o senhor saber que é um homem conhecido na cidade.

O senhor disse, em seu depoimento, que tinha um aditivo. De quanto era o aditivo por acompanhante?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – O hotel faz uma referência se, em um quarto, se hospeda um ou dois hóspedes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é a diferença?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A diferença são R$25,00.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos supor que o seu hóspede entre hoje. Ele chega sem ninguém e, na noite de hoje, ele leva um acompanhante. Amanhã, ele dorme sem acompanhante. Como isso funciona? Hoje custa dois X, amanhã custa X. É isso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – À noite, quando ele fica com duas pessoas no quarto é cobrado preço de quarto duplo; quando ele está sozinho no quarto é cobrado preço de quarto de solteiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas é comum o hóspede fazer isso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Fazer o quê?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em uma noite ser quarto duplo e na outra noite ser quarto simples?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não é comum. A maioria dos hóspedes são famílias brasileiras.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ah, a maioria de seus hóspedes são de famílias brasileiras.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pensei que fosse de alemães. O que seria natural.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não. De 50% a 70% de meus hóspedes são de brasileiros.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. Mas esses *singles* – vamos esquecer as famílias – me explique esse caso dos *singles.* Nesse caso de *singles*, é comum acontecer isso de eventualmente virar *doble*, ou não?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Alguns sim, alguns não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Engraçado, os hotéis com quem conversamos hoje, conversamos com algumas associações, todos eles disseram o contrário: que é comum. Não foi, Deputada Sandra? Todos disseram a mesma coisa: que é absolutamente comum. Que isso é uma realidade. Que os turistas, aqui, vão com garotas de programa. Um dia sim, outro dia talvez. Mas que os turistas vão com garotas de programa. Ninguém disse que não; só o senhor a dizer que não.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu também não disse que não. Disse que alguns sim; outros, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. Então, isso acontece. Acontece muito?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – O que é muito e o que é pouco? Acontece.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos lá: acontece quantos por cento? Já que o senhor gosta de números: 20%, 30%, 40%, 50%...

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Talvez 50%.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bom. Então, 50% acontece de o seu hóspede em uma noite estar em um quarto simples e em outra em um quarto duplo. O senhor não acha isso estranho? Ou

o senhor sabe que é porque está com garota de programa?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não tenho que investigar a vida pessoal dos meus hóspedes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu não estou lhe perguntando se o senhor tem que investigar nada. O senhor vive nessa cidade e sabe que isso é garota de programa? Ou não?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pelo menos o senhor mudou alguma coisa em um depoimento. Arranquei pelo menos uma mudança. Porque, aqui, o senhor disse que, de jeito nenhum, não tinha garota de programa em seu hotel.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não. Eu falei que não tinha menores no meu hotel. Porque não tem menores no meu hotel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por acaso, não é essa a pergunta que foi feita em seu depoimento. Mas, enfim... E aqui o senhor diz: "Jamais cobrou qualquer quantia aos hóspedes para que estes entrassem com garotas de programa no hotel". O senhor cobra, sim! O senhor e a maioria dos hotéis dessa cidade. O senhor cobra taxa de ocupação por garota de programa. Óbvio! Porque vira quarto duplo. Então, o senhor cobra, sim!

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor só está dizendo isso hoje. No seu depoimento o senhor não disse. Eu queria ver se o senhor mudava mais alguma coisa. O senhor sabia, por exemplo, que a Fernanda era garota de programa?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Posso ainda esclarecer isso aí?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pode. Claro.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Suponho que eu não entendi direito essa pergunta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na hora, não é?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim, porque sempre a gente cobra uma taxa extra se a pessoa fica em um quarto com mais pessoas. Se ficam três ou quatro pessoas, é bem mais caro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Todo mundo aqui, dos hotéis, todo mundo que a gente ouviu desde ontem, seja formal ou informalmente, todos disseram a mesma coisa, ou seja, que as garotas de programa freqüentam todos os hotéis aqui; mas nenhum deles foi citado por nenhuma garota. O senhor é o contrário: todo mundo lhe cita, mas o senhor não conhece nenhuma. Como funciona isso? O senhor falou que faz cadastro das pessoas que entram no seu hotel. Assim, o senhor tem a identidade de todo mundo; e o senhor não sabe quando é garota de programa ou quando não é?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não costumo fazer esse trabalho de recepção, que fica com as recepcionistas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não? Então, se entrar ao lado de um cliente seu, que pode ser uma moça, um homem que é um grande assassino, o senhor não sabe?

Se Fernandinho Beira-Mar – uma pessoa mais conhecida – resolvesse se hospedar no seu hotel, o senhor vai receber a ficha e não vai ver, vai deixá-lo lá hospedado? Quer dizer que a esta hora podem estar lá todos os "pófagos" do Brasil no seu hotel e o senhor não sabe. O senhor não fiscaliza quem entra no seu hotel? O senhor não quer saber?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A gente fiscaliza, sim, só que não pessoalmente. Se eu fizesse, como vou ver em uma identidade apresentada se a pessoa é assassina ou não?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro que não, mas com a sua equipe não pode ser diferente; todos os hotéis fazem isso. A menina de programa vai dez, quinze, vinte vezes no seu hotel; assim, a identidade dela vai estar registrada quinze vezes registrada, cada dia com um sócio. Isso é à toa, é porque ela não é garota de programa, é isso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A senhora poderia repetir a pergunta?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro. Se o senhor recebe quinze vezes a mesma carteira de identidade com clientes diferentes; essa moça é considerada de programa ou não?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não sei se ela recebe dinheiro para acompanhar essa pessoa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ela tem muitos namorados, é isso; provavelmente.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Essa é uma possibilidade. A outra é que seja garota de programa, sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor ainda acredita nas fábulas de La Fontaine?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que bom!

O senhor recebeu alguma vez telefonema da cadeia, quando a Fernanda estava presa?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Achei genial uma coisa que o senhor falou, de uma inteligência: o senhor disse que quando a Fernanda foi presa em flagrante na porta do seu estabelecimento, ou melhor, na saída da garagem do seu estabelecimento, o senhor não sabia, não soube e não tem como prestar contas disso. É isso? Foi isso que o senhor falou?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Desculpe, mas não entendi a pergunta. Pode repetila, por favor?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vou repetir.

Quero saber o seguinte: o senhor disse que a Fernanda, quando foi presa no táxi... Não foi presa num táxi na porta do seu estabelecimento? O senhor não soube de nada porque estava na academia, não é isso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu soube depois, sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por quem? Quem lhe contou?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – O Policial Novega, que veio para hotel pedir-me para prestar depoimento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quando foi esse pedido de depoimento? No mesmo dia?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim. Quando eu voltei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele chegou lá e disse o quê?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Ele me informou que a Delegada – desculpe, não tenho aqui o nome – queria conversar comigo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E aí?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Pensei que era a respeito dos três assaltos que tinham ocorrido no Sun Flower no último ano; depois ele me disse que tinha a ver com uma menor.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A que horas foi isso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei exatamente. Na faixa de duas e meia, três horas...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Da tarde?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aí o senhor foi para a delegacia?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E lá o senhor prestou o seu primeiro depoimento?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E foi liberado?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foi feito algum exame no senhor?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor disse que estava na academia, não é isso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não. Efetivamente, nos depoimentos não é possível colher que o senhor esteve na academia e, depois, o senhor foi para o hotel.

Quando a Fernanda foi presa em flagrante junto com a menina de 13 anos, o senhor foi informado por quem no seu hotel? Ninguém falou para o senhor?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Quando eu cheguei...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, da academia.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não, quando eu voltei do banco, fui informado pelos policiais.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, o senhor não estava na academia; estava no banco.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Depois da academia, almocei; depois, fui para o banco.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor almoçou onde?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Na minha cozinha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na sua cozinha.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, tem alguma coisa errada. O senhor disse – se não me engano, para a Deputada Maria do Rosário – que o senhor tinha voltado da academia – até anotei suas palavras, vou pegar – e que tinha até 15 brasileiros de classe média alta na academia que podiam dizer que o senhor estava lá. Por isso, o senhor não podia ter participado da cena de sexo, digamos assim. E o senhor respondeu: "não sabia, porque não estava lá".

Bom, afinal, o senhor estava no banco? Estava almoçando? Da academia, o senhor voltou para casa e almoçou? Como foi? Que horários foram?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Fui para academia no horário normal, entre meio-dia e uma hora...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Depois, foi para o hotel almoçar.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Exatamente. Rapidinho. Depois, saí para ir para o banco. Quando voltei do banco...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Às 3 e meia... Voltou do banco às 3 e meia. Foi o senhor que falou em...

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não, não falei isso. Falei na faixa de duas e meia, até 3 horas, que me encontrei com os policiais.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor encontrou com os policiais.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O que significa dizer que, de uma hora da tarde às duas, o senhor estava no hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – De uma hora da tarde, mais ou menos, até duas e meia, estava na academia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não. O senhor acabou de dizer que era de meio-dia até uma hora. Eu não estou doida, gente!

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim, mas não sei exatamente dizer a que horas saí...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É porque bate, entendeu? O seu depoimento bate com o depoimento das testemunhas. Exatamente assim: o senhor foi para a academia; quando o senhor voltou da academia, o senhor fez sexo; depois de fazer o sexo da academia, aí elas foram presas.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Com todo o respeito, não sou super-homem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que não? Qual é o problema? O senhor não consegue fazer sexo depois da academia?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Na faixa de tempo que você está calculando...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Olha, eu vou-lhe dizer que, hoje mesmo, nós ouvimos um outro depoimento – não tem nada a ver com o senhor – que o máximo de tempo que as meninas tinham com o rapaz, com os clientes, era de 20 minutos, sob pena de pagar multa, lá na Espanha. Então, não precisa ser tão veloz assim, nem tão super-homem. Não acredito que precise disso.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Seja como for,...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor teve uma hora para fazer sexo. Uma hora, uma hora! Se considerar que 20 minutos dava para uma, 40 dá para duas e ainda tem 20 de sobra. Então, não é nada de muito grave. O senhor teve pelo menos uma hora nesse intervalo, mas, até agora, não tinha intervalo nenhum. Já fiquei feliz de saber que temos um intervalo. Então, entre o banco e a academia, houve um período em que, facilmente, poderia ter havido a cena de sexo descrita. Pela primeira vez, pode parecer para o senhor nada, mas para nós que temos a noção geral do caso, a testemunha foi muito clara: o senhor estava voltando da academia, e não indo para a academia. (Pausa.) Então, voltou. Quando volta da academia, tem mais ou menos um tempo de uma hora em que facilmente podia acontecer. Boa notícia essa. Eu queria achar no tempo. Já achei. Estou mais tranqüila.

Outra coisa aqui, só para terminar: tem uma menor. Sua esposa tem quantos anos?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Minha esposa tem 30 anos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Trinta anos. Então, o senhor não se lembra nem do Hans nem do Frank?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Hans e Franz são nomes muito comuns na Alemanha. Hans, traduzido, seria João, e Franz seria Francisco.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu sei, eu sei.

Nem do Lair o senhor se lembra?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Desculpe?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Lair também o senhor não se lembra?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É uma pena.

Bem, Presidente, não adianta mais perguntar. Ele não conhece ninguém! É perder tempo, das pessoas e o nosso.

Não tenho mais perguntas, pelo menos por hora.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Bem, eu gostaria de fazer algumas perguntas ao senhor.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Pois não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Quase todas foram feitas, mas eu gostaria de saber como o senhor exerce uma atividade hoteleira e o senhor é

extremamente mal relacionado na cidade, o senhor simplesmente não conhece ninguém.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Os meus hóspedes não são, certamente, de Fortaleza.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Mas o senhor é muito visto ali na Beira-Mar. O senhor costuma ir à Beira-Mar?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – De vez em quando, eu vou caminhar na Beira-Mar.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Todos os dias?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Faz ponto em frente ao Othon?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não. Nunca me sentei em frente ao Othon.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor tem fotos de meninas despidas?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Onde? Como?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – No seu quarto?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Mas tinha uma jovem que começou a ir lá – ela era menor na época – e disse que o senhor a fotografou. Inclusive, o senhor tem fotos suas, o senhor despido.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não costumo fazer fotos.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Mas existem.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não fiz fotos e eu também nunca fiquei com uma menor.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor diz em seu depoimento que de 50 a 70% da freqüência em seu hotel é formada por turistas brasileiros. Eles vêm todos da Alemanha? Pergunto, porque o senhor tem um acerto com uma empresa alemã que traz esses turistas... Eles vão para lá e depois vêm para cá?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Desculpe, eu não entendi exatamente a sua pergunta.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor entendeu. O senhor disse que de 50 a 70% da freqüência do seu hotel é de turistas brasileiros.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Contrariando todas as informações dos seus funcionários... Agora o senhor diz que tem um acerto com uma empresa que traz esses turistas – no começo do depoimento à Deputada Maria do Rosário, o senhor disse isso a ela. Os brasileiros estão indo para a Alemanha para depois virem para o Ceará?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A sua pergunta não me faz muito sentido. Poderia repetir essa pergunta, por favor?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Absolutamente. Vou fazê-la pela última vez. O senhor me responda por favor.

O senhor diz que os seus hóspedes são, na maioria, brasileiros.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Contrariando todos os depoimentos de todas as pessoas que prestaram depoimento hoje aqui: funcionários, freqüentadores, todas as pessoas contrariam essa informação. O senhor...

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Espere que eu termino para o senhor entender e dizer que não entendeu, está certo?

O senhor quer dizer, então, que esses turistas que vêm nesse vôo acertado pelo senhor com uma agência são brasileiros que vão para a Alemanha para poderem vir para o Ceará?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A sua pergunta é errônea, não posso contestá-la. Tenho de 50 a 70% de hóspedes brasileiros, e o restante são hóspedes internacionais, com uma certa influência maior de alemães.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Não é verdade o que o senhor está dizendo, até porque todos os funcionários de lá dizem que a maioria é de homens e estrangeiros.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu posso confirmar meus alegamentos (sic) com documentos...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Até agora o senhor não conseguiu provar absolutamente nada.

O senhor diz que é estritamente proibida a entrada de garotas menores de idade em seu estabelecimento, mas nós temos a declaração de funcionários do senhor, ex-funcionários e de menores que freqüentam o seu hotel. É verdade ou é mentira das pessoas?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – É mentira das pessoas. Em meu hotel só entram pessoas adultas e bem comportadas.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Não é verdade. O senhor está se contradizendo, porque uma menor foi presa na sua garagem...

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Ela foi presa lá quando eu não estava e não tinha influência.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Não importa. Eu estou perguntando no seu estabelecimento.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu nunca antes tinha ouvido e nunca depois tinha ouvido que alguém entrou que não seja maior de idade...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Já. O senhor sabe porque, inclusive, uma freqüentou e teve relações no seu hotel.

O senhor diz aqui que controla, por meio de fichas, os seus hóspedes e, posteriormente, entrega-as à polícia. Qual é a delegacia e para qual delegado o senhor entrega essas fichas?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei lhe dizer, porque quem faz isso são as minhas funcionárias.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Não sabe dizer?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei informar...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Quer dizer que o senhor está alheio ao seu hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não. Simplesmente delego coisas.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor diz que controla – o senhor controla – por meio de fichas os seus hóspedes e não os seus funcionários. Os funcionários é que entregam para a polícia. Qual é o delegado e qual é a delegacia?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei lhe dizer no momento.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor é alheio realmente. O senhor disse há pouco tempo aqui que há mais de um ano não se encontra com a Fernanda, que há mais de um ano ela não anda no seu hotel. Ela foi presa, no dia 15 de setembro de 2003, no seu hotel. Portanto, há menos de um ano.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim, só que não soube que ela havia entrado no hotel. Só soube quando voltei do banco.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor soube porque o senhor falou com ela, teve relações com ela nesse dia.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Com ela e com a menor.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Por que o senhor acha que a Fernanda foi presa em seu hotel? Estava só passeando?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei lhe dizer.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor não entende o motivo? Mas sendo no seu hotel, o senhor não procurou saber?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Quando eu voltei ao hotel, minhas funcionárias me informaram que elas tinham entrado para pegar algum dinheiro, não especificando de quem, e que depois elas saíram. Essas foram as informações que obtive depois de voltar do meu depoimento policial.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor, nesse dia, deu R$70 a ela.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não. Nunca dei R$70 para ninguém.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor quer dizer, então, que a sua ex-funcionária Soraia era agenciadora de menores, de mulheres?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei disso.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Mas o senhor levou a isso nas suas declarações aqui, e que estão gravadas.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Poderia repetir essa pergunta, por favor?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Pois não. O senhor acusou que os seus funcionários são os responsáveis pela entrada de mulheres, pela entrada de menores, que o senhor não tem conhecimento, o senhor é um alheio ao seu empreendimento. Não sei nem como é que dá certo. Agora, o senhor quer dizer com isso que Soraia é agenciadora?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não posso dizer isso, pois não tenho conhecimento a respeito.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Mas o senhor já disse, já induziu a isso. O senhor não acha que é muita frieza para um homem, após estuprar uma jovem, uma menina de 13 anos, o senhor dizer que foi para uma academia, para um banco e que depois almoçou?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Tudo isso é verdade.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Como?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Tudo isso que aleguei é verdade. E posso comprovar.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Pode comprovar? Mas existem declarações contrárias do senhor. O senhor tem como comprovar. Existe, inclusive, um exame que foi feito na menor e que prova que o senhor estuprou a criança.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não. Comprova apenas que ela teve relações, mas não comigo.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Comprovando que ela teve relações, certamente, no hotel do senhor. O senhor imagina que ela possa ter tido essas relações com quem?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Também não comprova que foi feito no meu hotel.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas é lógico, ela foi presa lá.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – E de lá foi encaminhada à delegacia e, da delegacia, para o IML. O senhor procure saber as coisas do seu hotel, caso contrário daqui a pouco quebra.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Segundo as minhas...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Porque o senhor não está sabendo notícia nenhuma do seu hotel. Uma jovem de 13 anos de idade foi presa na garagem do seu hotel. Fernanda, após receber um dinheiro e ter relações com o senhor, foi presa no seu hotel. O senhor não sabe de nada. Ela de lá saiu... Se o senhor não sabe, vamos comunicá-lo agora. Ela saiu de lá para uma delegacia e, depois, para o IML. Ela fez um exame que foi comprovado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não dava tempo de sair do seu hotel, fazer sexo, ir para a delegacia e, da delegacia, para o IML.

Como é que o senhor imagina que pode ter acontecido isso?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Para mim, tudo isso é uma grande armação, como já falei, para prejudicar...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – De quem?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não sei lhe dizer, mas gostaria de saber também.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Prejulgar é crime. O senhor está prejulgando alguém. Diga quem é que o senhor está prejulgando. O senhor suspeita de alguém?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não. Mas tenho várias opções.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Vamos ver então quais são as várias opções para que possamos anotar.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não posso acusar ninguém. Posso simplesmente opinar.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Pois simplesmente opine quem o senhor acha que está... Por favor.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu posso falar isso também?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Pode, claro.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não tenho nomes, mas poderia dizer, por exemplo, especuladores imobiliários das grandes construtoras...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Quais grandes construtoras?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Por que os especuladores?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Porque eles têm interesse em comprar meu hotel e não estou disposto a vendê-lo.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Qual imobiliária tem tentado comprar seu hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não digo que foram essas imobiliárias. Vou simplesmente dar o nome das imobiliárias que já tentaram comprar meu hotel.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Certo.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Uma imobiliária que já tentou comprar meu hotel é a Luís Fiúza.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor os está acusando de que eles estão (inaudível) para o senhor?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – **Não, não.**

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – As propostas que recebeu...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Estou perguntando, porque ele disse que são pessoas que estão interessadas na destruição do hotel dele. Então, quero saber se essas imobiliárias que estão querendo comprar seu hotel são as mesmas pessoas que o senhor tem como suspeitas.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não falei isso.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor falou que tem suspeitas.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Sim, mas não posso acusar ninguém, já que não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quais são as imobiliárias que já tentaram comprar seu hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A segunda imobiliária que tentou comprar meu hotel é a Reata, de Jaime Leitão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mais alguma?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Nenhuma (inaudível).

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, o senhor poderia dizer que não gosta de imobiliária.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não falei isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não? O senhor tem boa relação com as imobiliárias, de uma maneira geral?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não tenho relação nenhuma com imobiliárias.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nenhuma. Então, explique-me uma coisa: o primeiro link de seu site é para a Imobrás, uma imobiliária. Se abrimos o link, fica claro que é venda de 14 casas no Ceará, 8 casas em Cumbuco, 15 na Bahia, uma no Amazonas, uma no Espírito Santo, 3 no Pará, 17 em Pernambuco, 9 no Rio de Janeiro e uma em São Paulo, inclusive com fotos e valores. Por que isso está em seu link?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Porque eu também tenho link no site deles.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – São seus amigos?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não são amigos meus, mas pessoas que também trabalham com turistas que querem comprar imóveis no Brasil.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas isso não é bom para o senhor. O senhor é dono de um hotel, por que vai querer que alguém compre um imóvel? O senhor quer que a pessoa se hospede em um hotel. Ou estou errada?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – As pessoas que compram primeiro viajam para o país e têm que se hospedar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas aí só se hospeda uma vez. Se não comprar, irá se hospedar sempre.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Pode ser.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, não entendo o porquê desse link. Os outros até fazem algum sentido, mas este aqui não faz. Por que o senhor, que não gosta de imobiliária, tem um link de imobiliária no seu site e por que uma imobiliária tem um link de um hotel?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não falei que não gosto de imobiliárias.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Enfim, as imobiliárias lhe perseguem para comprar seu imóvel. Não consigo entender como é que uma imobiliária tem em seu site um link um hotel. É a mesma coisa de ter um link de um Deputado do Rio de Janeiro na minha página. Eu estaria fazendo propaganda contra mim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor suspeita que pode ser uma questão de especulação imobiliária, de algumas pessoas que desejem comprar seu hotel, mas qual é a relação que pode ter dessas imobiliárias com as meninas que deram seus depoimentos?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Eu não sei. É pura especulação.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É pura especulação o que o senhor está dizendo?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Não seria pura especulação. Eu simplesmente disse que existem pessoas, é muito óbvio, que querem prejudicar-me. Mas não sei quem são essas pessoas. Podem ser ex-funcionários meus.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas nenhuma dessas pessoas que foram citadas, com exceção da Soraia, são ex-funcionários do senhor.

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – Outras pessoas citadas não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nenhuma dessas pessoas que citamos aqui. Perguntamos se o senhor já tinha mantido relação sexual ou algum contato com elas. Alguma dessas meninas?

O SR. HAGEN ERICK ANDREAS THURAN – A senhora poderia repetir essa pergunta?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Se algumas das pessoas que foram citadas aqui ao longo do nosso trabalho, ouvindo-o, ou das meninas ou dos programas que eram feitos na pousada relatados pelo depoimentos das meninas, qual seria a relação dessas meninas com essa especulação imobiliária? Como o senhor faria uma relação?

O SR. HAGEN ERIK ANDREAS THURAN – Não sei. Eu suponho que alguém está pagando a essas meninas para depor contra mim. É a única explicação que tenho, mas também não sei, não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agora, elas conhecem o senhor com tanto detalhe, que é interessante o senhor dizer que elas são pagas para isso. O senhor não está interpretando... Elas não estão sendo pagas para ter relações com o senhor?

O SR. HAGEN ERIK ANDREAS THURAN – A senhora poderia repetir essa pergunta, por favor?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois não. O senhor está dizendo que elas são pagas por outras pessoas. Mas ela conhece o senhor com tantos detalhes, que não será o contrário: o senhor é que está pagando a elas, para terem relações com o senhor?

O SR. HAGEN ERIK ANDREAS THURAN – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quer dizer que todas essas pessoas que dizem que conhecem o senhor são prováveis articuladoras da perseguição de que o senhor se diz vítima?

O SR. HAGEN ERIK ANDREAS THURAN – É a única explicação que tenho no momento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor não se sente incomodado numa cidade em que dezenas de pessoas, segundo está informando, estão tentando persegui-lo?

O SR. HAGEN ERIK ANDREAS THURAN – Não. Graças a Deus, o cearense é um povo hospitaleiro, e eu também tenho bastante boas experiências aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas o senhor não conhece ninguém!

O SR. HAGEN ERIK ANDREAS THURAN – Eu apenas não conhecia as pessoas mencionadas pela senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas, desde que começamos a fazer perguntas, o senhor não conhece absolutamente ninguém.

O SR. HAGEN ERIK ANDREAS THURAN – Senadora, as pessoas que a senhora mencionou eu não conheço.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu acho que o senhor é um homem isolado da cidade.

O SR. HAGEN ERIK ANDREAS THURAN – Eu estou muito bem, com a minha esposa e meus amigos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Os seus amigos têm conhecimento dessas denúncias contra o senhor?

O SR. HAGEN ERIK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Lamento somente que o senhor, com uma atividade que precisa de tão bom relacionamento, não tenha essa interação com a cidade. E lamento muito profundamente as denúncias que são feitas com relação ao senhor.

O SR. HAGEN ERIK ANDREAS THURAN – Eu também lamento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O nosso País não é para ser explorado dessa forma. Lamento que o senhor tenha vindo de sua terra...

O SR. HAGEN ERIK ANDREAS THURAN – Eu concordo com você.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – ... para fazer e ser denunciado por graves crimes que o senhor tem cometido contra as nossas crianças.

O SR. HAGEN ERIK ANDREAS THURAN – Eu não cometi crime nenhum contra nenhuma criança.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor está sendo denunciado por isso. Eu tenho em mão, Sr. Hagen, autorização para quebra do sigilo telefônico, com seu nome, "alemão, casado, natural da Alemanha, CPF 631.825.213/49, passaporte nº 8995098460, residente e domiciliado na R. Silva Paulet, 300, Meireles, Fortaleza (CE), sabendo ler e escrever na língua portuguesa, autoriza a transferência dos dados telefônicos dos números (85) 248-2427, (85) 242-9944, (85) 248-0602, referente ao período de 1º de janeiro de 2003 a 1º de junho de 2004, para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga as redes de exploração sexual contra crianças e adolescentes, criada através do Requerimento nº 02/2003 – CN. Fortaleza, 1º de junho de 2004".

Pergunto se o senhor vai assinar.

O SR. HAGEN ERIK ANDREAS THURAN – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quanto àquela da depilação, era bom que pegasse o papel para ele assinar, porque está com a letra dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está com a Drª Cleide.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aquele papel da depilação. Se ele começar a...

Só para registrar, Srª Presidente, independentemente do que ele escrever – não posso revelar, porque me comprometi –, o Sr. Hagen costuma caminhar na praia, na beira-mar, sem camisa, fazendo ginástica, e as pessoas que o vêem... Uma pessoa da platéia, que não é testemunha, enfim, uma ouvinte, já o viu na beira-mar, sem camisa e depilado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor já terminou?

O SR. HAGEN ERIK ANDREAS THURAN – Posso dar um comentário antes? (Pausa.)

Eu só costumo caminhar sem camisa na praia do Futuro e na praia (incompreensível).

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quando digo beira-mar, para nós é toda a beira do mar. Não conheço as praias; moro no Rio de Janeiro. Se o senhor dissesse para mim: "Entre Leme, Ipanema, Leblon",

eu conheço, mas Futuro, Iracema, etc. e tal, não sei diferenciar. Para mim são todas iguais.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Mas todas têm beira-mar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Com certeza, todas estão na beira do mar.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Todas estão na beira do mar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Hagen, o senhor está dispensado.

(Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Termo de compromisso do Sr. Fernando Moreira Moraes.

Idade: 42 anos.

Estado Civil: divorciado.

Endereço Residencial: rua Ceará, 1117 – Bairro Demócrito Rocha.

Profissão: motorista de táxi.

Local onde exerce atividade atualmente: avenida Beira-Mar – Praia de Iracema.

O senhor não respondeu: é parente em algum grau de alguma parte envolvida?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, de, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si, nos termos do art. 5º da Constituição Federal. Sua assinatura. O Sr. Fernando Moreira Moraes só precisa escrever aqui que não é parente de parte envolvida. Mostra para ele onde escrever.

Passo a palavra à Deputada Maria do Rosário, Relatora da CPMI, para que inicie suas indagações.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor confirma que alugava um táxi Santana prata do Sr. Eliseu Pereira Passos?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Perfeito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Durante quanto tempo o senhor foi condutor desse veículo?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Trabalhei três anos. Acredito que trabalhei três anos nesse táxi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual foi exatamente que o senhor alugou o veículo e trabalhou como taxista nele? Ano.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – O ano? Não lembro bem. Mas o táxi foi comprado em 2001 e, assim que foi comprado, foi repassado para que eu trabalhasse nele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De 2001 a 2003.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Até o ano passado, portanto. Por qual motivo deixou de alugá-lo?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Porque ficou uma quantia muito alta. Ele queria me cobrar uma renda muito alta. E eu entreguei o veículo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O endereço que o senhor declarou no seu termo de compromisso, na sua identificação é fixo?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Qual? O da rua Ceará?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – É onde mora a minha mãe. Mas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor declarou rua Ceará.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Rua Ceará é onde mora a minha mãe, e é lá onde vou morar agora. Eu estava morando exatamente na rua onde mora o Sr. Eliseu, o do Santana.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o nome da rua onde morava o Sr. Eliseu?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Rua Abel Garcia, 770, apartamento 9.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vila União?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Vila União.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Durante quanto tempo o senhor residiu nesse endereço?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Três meses.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Neste ano, portanto?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Neste ano. Agora é que estou me mudando. Como entreguei o carro dele...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor entregou o carro dele, portanto, neste ano de 2004?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Neste ano. Eu entreguei o carro no dia 20 do mês passado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está certo. E o senhor até agora morou na rua Abel Garcia, 770, apartamento 09.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Isso. Agora estou me mudando para a casa da minha mãe, que é...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Fixo esse endereço?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Fixo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor vive lá com a família?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Sozinho. Eu sou divorciado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Consta que o senhor tem um atraso com aluguel por três meses consecutivos. Faz semanas que o senhor não aparece lá. Como o senhor explica isso?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu atrasei o aluguel pelo fator de o aluguel ser muito alto. Ele queria me cobrar a quantia de 90 reais a diária, e não existe...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele quem?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – O Seu Eliseu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além de alugar o carro, alugava também a casa?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. A senhora está me perguntando sobre o atraso do aluguel de quê: da casa ou do carro?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Da casa.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Atrasei um mês. Está atrasado nem um mês. Está atrasado... Se vence dia 05, então, está atrasado 25 dias.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde o senhor fica quando não está lá?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Quando não estou em casa, estou trabalhando.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Onde o senhor dorme, quando não está na casa?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu estou na casa da minha mãe, na rua Ceará.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já foi processado ou preso anteriormente?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Fui... Fui até... Eu estava trabalhando e fui assaltado. Peguei o assaltante e botei dentro da mala do carro e estava conduzindo até a delegacia. Nesse momento, a polícia me prendeu e disse que eu não podia conduzir uma pessoa dentro da mala do carro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabia disso, não é?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. A delegada me disse que eu não podia agir... Eu não tinha poder de polícia para prender uma pessoa dentro da mala do carro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse foi o motivo pelo qual o senhor foi preso e processado?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu fui preso. Eu não sei...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor foi condenado?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Eu fui... Lá, no momento, a delegada me disse que eu não tinha poder para isso e me deu os papéis. Eu assinei e fui embora para casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor chegou a cumprir pena?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deve estar sendo, ainda, processo.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Isso já faz muito tempo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a relação que o senhor tem com as adolescentes que estavam no seu carro quando o senhor parou o carro na frente da delegacia há dois dias?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Relação nenhuma. A relação é que eu estava conduzindo elas até a residência delas, como uma corrida. Antes disso, eu passei pelo meu advogado, porque eu estava sendo citado, que eu não fui citado, para me apresentar na delegacia. Eu não tive intimação nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde é que o senhor pegou essas moças?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu peguei ali próximo à Tenente Benévola. E eu não fui citado.

Nesse momento em que o senhor Eliseu compareceu à delegacia, me disse que eu tinha que comparecer, que veio uma intimação para ele.

Aí, eu fui, passei, peguei o advogado, nessa corrida das meninas, aproveitei e peguei o meu advogado junto com elas e falei: "Olha, eu vou passar na delegacia, porque eu vou prestar..."

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem sempre um advogado de plantão para lhe atender?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor tem um advogado... Eu, por exemplo, o senhor sabe que eu nem tenho um advogado?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Esse advogado é da minha mãe. Então, é o advogado da minha mãe. Eu até liguei para a minha mãe, perguntando onde ele estava, e a minha mãe disse: "Deve estar no escritório". Me deu o telefone dele, eu passei

lá, peguei ele e fui até a delegacia, e justamente com uma menina...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse advogado já lhe atendeu nas vezes anteriores?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor costuma interromper suas... Com licença, Deputada Maria do Rosário, é só para complementar. O senhor costuma interromper as corridas dos seus clientes assim, dessa forma?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, foi a...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ou só as clientes conhecidas?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Foi a primeira vez que isso me ocorreu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas... Vamos aqui ser claros. Nós falamos com as suas clientes.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Perfeito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, elas deram depoimento, não disseram nada contra o senhor, mas disseram que lhe conhecem há muito tempo.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que lhe conhecem, o senhor conhece elas, deu o cartão para elas...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Sou um taxista.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é o taxista delas.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Sou um taxista que, se elas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor pode dizer que já conhece, há muito tempo, essas moças. É ou não é?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Há muito tempo não. Eu devo dizer que... Devo conhecer há uns três, quatro meses, e na ocorrência de eu estar no meu trabalho, na praia, quando elas também estão...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, essa sua atitude de parar o carro em um lugar onde o senhor tinha um compromisso, deixar as clientes no táxi esperando, vamos dizer que não é normal, não é? Como a Deputada Sandra falou: deixar o passageiro esperando e entrar: "Vou entrar aqui na delegacia para prestar um esclarecimento e volto". Isso é porque o senhor já conhecia essas moças.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Já conhecia...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se fosse um cliente novo, o senhor não ia fazer isso.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, não ia fazer. Porque o fato... Antes eu perguntei se eu podia fazer exatamente isso, se eu podia parar um pouco para dar uma declaração, onde eu estava sendo citado, e elas: "Não, não tem problema".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é a atividade usual dessas moças? A atividade profissional dessas moças?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Doutora, eu não posso dizer qual a atividade atual, porque elas convivem na praia... Elas convivem na praia, e eu não sei qual a atividade delas. A atividade é que eu vejo que elas estão ali na praia, e eu não posso afirmar o que realmente elas são.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas é verdade que, quando o senhor pegou as passageiras, o senhor já disse para elas: "Olha, fulana, fulana, tudo bem, eu posso fazer essa corrida com vocês, mas eu vou ter que parar ali na delegacia". Já foi acertado isso no caminho.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu já falei com elas que eu tinha que parar na delegacia para esclarecer um assunto que estava sendo contra mim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como elas são suas camaradas e pessoas conhecidas suas, o senhor tomou essa liberdade. E elas aceitaram.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Concordaram, sem problema.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tanto que o senhor deixou o carro em posse delas.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Deixei o carro aberto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se fosse uma pessoa estranha, o senhor não deixaria o carro.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu deixei o carro em frente à delegacia e falei que ia entrar lá um pouco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas não é comum um taxista deixar o carro com o passageiro e sair, tanto que o senhor já conhecia e confiava que as moças não iam sair dirigindo e levar o seu carro.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Lógico que não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certamente.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu não tive maldade nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Claro. Nem elas. Elas quiseram ajudá-lo. Concordo com o senhor. O senhor não teve nenhuma maldade nisso, nem elas. Mas quero entender que o senhor já conhecia as meninas.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Sim, é o que eu disse. Já conheço da praia, já fiz corrida com elas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem. O senhor tem outras atividades além de taxista?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A sua renda é unicamente de taxista?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Sou taxista.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a sua renda mensal média?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Doutora, isso é muito relativo, porque na baixa estação a gente tem uma renda muito baixa. Por exemplo, a gente arrenda um táxi por R$30,00 a diária. Se você vai gastar rodando uns R$20,00 de gás, porque os veículos são agora a gás, vai ficar em R$50,00. Você tem que ganhar mais uns R$50,00 para você se manter, no mínimo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a média, então? R$50 por dia que o senhor ganha?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Muito mais. Tem que ser mais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor nunca calcula; o senhor não tem uma idéia.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, porque isso é muito relativo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que ganha gasta também.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – É muito relativo na praça você ter uma quantia correta. Agora você tem uma média de R$70,00 a R$80,00.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Fernando, o senhor disse que não é rotina, que não é costume pegar uma pessoa, um cliente e dê uma paradinha, por exemplo, para dar uma passadinha na casa da sua mãe. Se é um cliente e está pagando por uma corrida para ir de um lugar para outro, você leva. Exatamente, costumo pegar táxi aqui em Fortaleza. sei como é.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Lógico.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Estou aqui na Assembléia Legislativa, quero ir para minha rua, onde moro, pego o táxi e vou para lá. Se o taxista disser "espera aí que vou dar uma paradinha aqui no banco que eu preciso tirar um dinheiro, não é normal.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Lógico, óbvio, perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como é estranho para todos nós ouvirmos que você vai para uma delegacia, prestar um depoimento com duas meninas dentro do seu carro, pára o carro e pede para elas esperarem. Elas não iam pagar pela corrida?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Olha, a corrida ia ser cobrada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E como o senhor ia cobrar? E o tempo que o senhor ficou parado? Como faz?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Aqui ocorre o seguinte: se você já conhece o cliente, você acerta um preço de corrida. Hoje dentro de Fortaleza, raramente as pessoas trabalham com taxímetro ligado. Geralmente, você acerta preço. A pessoas dizem "quanto você me deixa em tal lugar assim, assim"?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor me desculpa. Não sou taxista, mas pego táxi e nunca aceitei um táxi que não tivesse um taxímetro.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Perfeito. Mas todos os táxis de Fortaleza têm taxímetro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim. Então, se não estão cobrando pelo taxímetro, é ilegal.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E por que motivo os taxistas fazem isso, Sr. Fernando?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não é o taxista que faz isso. São os clientes que entram dentro do táxi e dizem "por quanto você me deixa em tal lugar"?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O taxista não faz isso não?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Mas se a gente falar para ir pelo taxímetro, a pessoa diz que não quer ir no taxímetro não, porque acha que a corrida vai dar muito cara. Isso ocorre mais dentro de Fortaleza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso não é para burlar, porque assim não se cobra o quilômetro rodado?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual é o cliente? Há um tipo de cliente que pede uma rodada fixa, que já tem um valor e pergunta por quanto o senhor faz? Ou costumeiramente o senhor leva algumas pessoas para determinado local?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – São clientes de Fortaleza?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Os clientes de Fortaleza, a maioria, entram no táxi e diz "por quanto você me deixa em tal lugar"?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Que tipo de clientes? Pessoas desconhecidas do senhor?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Até mesmo desconhecidas. Pessoas desconhecidas já entraram dentro do meu táxi e antes de entrarem disseram "por quanto você me deixa em tal lugar"? Aí eu digo que tenho taxímetro e pergunto "por que não vai...?" Aí dizem que querem acertar para saber o valor da corrida.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu já entendi.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Ele quer saber quanto vai pagar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Está bom. Diga-me uma coisa... É estranho, de qualquer forma, que o senhor tenha parado na delegacia com duas clientes. Quanto seria cobrado por essa corrida? Tinha sido acertado já?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Doutora, eu estava... Não, não foi nada acertado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com elas, não foi acertado o valor da corrida?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não houve valor acertado da corrida coisa nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O taxímetro estava ligado?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não estava ligado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por quê?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Porque eu justamente peguei. Fui na casa da minha mãe. Peguei o telefone, liguei para o advogado. Peguei o advogado e fui passar na delegacia para justamente prestar isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E as meninas? Eu estou interessada nas meninas.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – As meninas ficaram dentro do carro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas que horas o senhor pegou as meninas?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Olha, isso era por volta do meio-dia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando o senhor pegou o seu advogado, elas estavam dentro do carro?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Estavam dentro do carro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, quer dizer, não era uma corrida normal? Era uma carona que o senhor estava dando para umas amigas?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Foi. Não. Mas ali significava uma corrida. Eu ia deixar elas. Da delegacia, eu ia deixar elas em casa. Uma me pediu para deixar elas em casa, porque ela ia levar a filha no médico. Entendeu? E a outra deixar ela lá no...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E o senhor ia fazer isso de graça?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. De graça, não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E quanto tinha acertado? Ou não foi acertado nada?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Não foi acertado nada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como ia fazer para pagar? Se o taxímetro estava desligado, o senhor não acertou nada, elas eram clientes, como ia fazer para pagar esse valor?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – O valor que eu dissesse. No fundo, iria ter um acerto de valor para elas pagarem a corrida.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É costume isso?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Objetivamente, ela lhe pediu para pagar depois essa corrida, pelo menos. Ela disse isso. Eu estou lhe ajudando aqui.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Veja bem, eu estou sendo altamente correto no sentido do que estou lhe dizendo. Aqui em Fortaleza, se você tem uma cliente, eu tenho muito cliente que me paga a corrida depois.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E essa moça tinha lhe falado?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Se ela tinha me falado que me pagava depois? Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor pode nos dar o nome desses clientes que pagam as corridas depois? São pessoas íntimas do senhor e certamente o senhor tem o nome dessas pessoas. Vamos dizer aqui o nome.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Olha, eu tenho... Até um estrangeiro que chegou aqui, o Sr. Ivan, rodou comigo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É nele que eu queira chegar, no Sr. Ivan, até porque – depois o senhor responde a Deputada Sandra Rosado. Como achei estranho essa coisa de um motorista de táxi, fazendo um serviço, parar num cantinho: "Vou parar aqui, porque vou fazer um depoimento, vou pegar um advogado, vou para a casa de minha mãe. Vocês fiquem aguardando que, depois, a gente resolve como vai pagar. O senhor disse que não costuma fazer isso, mas fez, enfim, porque tinha um compromisso.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Esse fato de ir na delegacia e tal...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) -- Não estou falando de ir à delegacia. O senhor, costumeiramente, faz isto: parar para resolver um problema seu e, depois,levar o cliente? Com o cliente dentro do carro, você diz: espera aí que eu vou passar no banco, vou resolver um problema, ou não acontece?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Pode acontecer, eventualmente, o fato de o cliente já ser...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É que estou vendo que acontece mais freqüentemente. Aqui está dito, num depoimento, que o senhor teria ido pegar uma menina dentro de casa, "que ela telefonou para Fernando, e este foi pegar, na casa de uma amiga, mas, no meio do caminho, ele recebeu uma ligação de um suíço chamado Ivan, pedindo que ele fosse pegá-lo e a sua namorada num hotel chamado Vila Marino, localizado na Av. Beira-Mar." O senhor conhece, né?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, eu desconheço.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Onde o Ivan ficava?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – O Ivan ficou hospedado na Abolição, na Av Abolição, perto do Habib's.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não é nesse hotel, o Vila Marino, na Beira-Mar, próximo ao Iate Plaza?

O senhor se lembra dessa corrida que o senhor fez para levá-la a um restaurante para jantar? O Ivan ligou, pediu para levá-la a um restaurante. Aí você disse para a cliente que estava dentro do seu carro que ia só pegar o Ivan no hotel, com a namorada e deixá-lo no restaurante. Depois, continuava a corrida com ela. O senhor se lembra disso?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Como foi? Eu não lembro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor conhece a Laís?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor não conhece a Laís? O senhor está sob juramento.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu conheço Sabrina, Sabrina.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E como o senhor sabe que a Sabrina é a mesma Laís?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como o senhor lembrou?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Agora, vou dizer o seguinte: veio na minha memória que a mãe dela me disse que era a Laís. Como ela se chamava? Sabrina, Brenda – a mãe às vezes chamava ela de Banban. A irmã chamava ela de Banban

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é íntimo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como é que o senhor sabe? Se o senhor não conhece ela, como é que sabe até o apelido pelo qual a mãe a chama?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Conhecer a Sabrina, eu conheço.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Que é a mesma Laís. Quando eu disse Laís, o senhor disse: "Não é a Sabrina?".

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Ou Brenda ou Banban.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Exatamente. É essa pessoa.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Porque a mãe sempre dizia que era Sabrina, Brenda ou Banban.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual a relação que o senhor tinha com a mãe dela?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu ia muito na casa da mãe dela, porque ela ligava para pegar a menina para levar para a Beira-Mar. Era uma cliente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A mãe? A mãe dela mora onde?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – A mãe dela mora nas Goiabeiras.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E a mãe dela faz o quê?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – O que a mãe faz eu não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em que ela trabalha? Não, mas o senhor freqüenta a casa dela. A mãe dela telefona para o senhor. O senhor não sabe o que a mãe dela faz!?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Sim, a mãe dela, que eu sei que mora nessa residência onde eu ia buscar ela. Agora, o que a mãe faz... A mãe não faz nada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ah, não faz nada?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Vive dentro de casa. Não faz nada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem pagava o táxi da Sabrina?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Geralmente era a Sabrina.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Sabrina?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – A Sabrina.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual era a profissão da Sabrina? Ela trabalha?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – A Sabrina sempre ia para a Beira-Mar, para praia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual era o trabalho dela?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – O trabalho dela era ficar na Beira-Mar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Era uma menina de programa?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – É.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Fazia programas sexuais?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Fazia programas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E o senhor sabia, não é?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Olha, quase todas as meninas que freqüentam a praia de Iracema é isso que faz.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como o senhor apresentou ela ao Ivan?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu não apresentei. O Ivan já conhecia ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor é que levava ela para ela.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor se lembra?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu não levava ela para ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não levava? Mas o senhor...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não fazia corrida?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Levei uma corrida...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Essa de que estou falando?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Essa corrida... Dá licença.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Essa corrida de que estou falando foi uma corrida em que o senhor pegou ela na casa da Rebeca.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Rebeca?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Uma amiga dela. Recebeu a ligação de um suíço chamado Ivan, pedindo para que o senhor fosse buscar ele e a namorada no Hotel Vila Marino. O senhor disse que para ela que iria só pegar esse casal para deixá-los num restaurante e que, depois, faria a corrida com ela.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas aí que o Ivan conheceu a Sabrina no seu táxi. É verdade ou não?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – O Ivan conheceu a Sabrina... Eu fui buscar a Sabrina, que a mãe dela ligou para mim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, a mãe dela ligou pro senhor. Ela estava dentro do carro. Aí o senhor foi dar...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Quem estava dentro do carro?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sabrina.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. A mãe dela ligou para eu ir buscar a Sabrina na casa dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está. Então, buscou a Sabrina. A Sabrina estava dentro do seu carro.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Estava dentro do meu carro. Eu a conduzi até o Rock in Rio, que era esse restaurante, o Rock in Rio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está. Mas aí o senhor foi buscar o Ivan no hotel dele?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. O Ivan já estava lá no Rock in Rio, lá no restaurante. O Ivan já estava lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já estava lá. Fazendo o que lá?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Já estava esperando ela, porque quando ela chegou pagou a corrida, de R$3,00...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor levou ela para ele, então?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu peguei ela na casa da mãe dela e levei até o restaurante. Quando cheguei no restaurante, ela desceu, pagou a corrida. Eu falei:"Ué?". Aí foi até o Ivan, e eu fui embora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabia que ela ia se encontrar com o Ivan.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como não sabia se o senhor está me dizendo tudo isso agora?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Que o Ivan já estava lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que o Ivan já estava lá.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Porque eu parei meu táxi de frente do Rock in Rio, e o Ivan já estava lá no restaurante. O Ivan estava no restaurante.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Foi a primeira vez que eles se encontraram?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não sei se foi a primeira vez.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Bom, nos depoimentos que temos aqui, o senhor teria apresentado, que ele inclusive gostou ela quando viu ela dentro do táxi.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Quando eu vi ela dentro do táxi?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando ele viu ela dentro do táxi.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor nunca fez uma corrida com ele e a namorada dele e a...?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Aí é que eu fui para Cumbuco. Isso quando eu fui para Cumbuco com ele, a companheira do Ivan e a Sabrina. Nós fomos a Cumbuco.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas como era isso? Espera aí: o Ivan tinha uma companheira. A Sabrina namorava com ele também? Como era?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Olha...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu só quero que o senhor me explique. Digo, o que o senhor viu? Como era a relação? Os três se relacionavam?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, eu não vi os três fazendo relação. Isso aí, me desculpe...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas os três namoravam? Ficavam de beijos e abraços dentro do carro do senhor?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, dentro do meu carro não. Dentro do meu carro não ficaram de beijo e abraço de maneira nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor foi levar ela e os dois? O casal e a Sabrina?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – O casal. Fomos para Cumbuco...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E o senhor ficou lá também, em Cumbuco?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Em Cumbuco, aguardando o Ivan.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas ficou aguardando dentro do carro ou aguardando com eles, no local que eles ficaram?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Fiquei... No local que o Ivan ficou, eu fiquei também.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Comendo, bebendo com eles?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Fiquei. Comi, bebi, que ele mesmo me convidava. Onde ele sentava, falava: "Fernando, vem aqui, pode sentar, comer e beber.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E a Sabrina ficava com quem? Ele estava com a companheira dele. E a Sabrina fazia o quê?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Olha, a Sabrina ficava lá junto com ele. A companheira dele saía, a Sabrina ficava lá. Mas eu nunca vi beijo e abraço deles. Isso aí eu nunca vi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ficava com ele. Fazia sexo com ele.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Isso aí eu nunca vi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ah, não?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Se fazia sexo com ele, isso aí eu nunca vi. Eu não estava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor acabou de me dizer que ela era menina de programa.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Mas a pessoa pode ser de programa. Estou dizendo o que eu vi. O que eu não vi. Eu não vi ele fazendo sexo com ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor participava desses programas também?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não lhe convidavam para esses programas?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Deus me livre.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem conta bancária, celular, telefone fixo?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Conta bancária não; eu tenho um celular.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não tem nenhuma conta bancária?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A sua mãe tem?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Minha mãe deve ter.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é casado?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Divorciado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos filhos?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Um filho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Telefone fixo, o senhor tem?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Um celular.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos pegar o celular do senhor Fernando. Basta dizer número.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – 99524159. Tenho esse celular há uns quatro ou cinco anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor declarou na delegacia que na alta temporada o senhor ganha mais dinheiro com comissão em hotel para onde leva turista do que nas corridas de táxi. Como é que funciona isso?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Quase todos os hotéis e pousadas dão comissão para os táxis. Comissão essa qual? Você pega o cliente e leva para aquela pousada; a pousada te dá comissão. Evita de você gastar combustível, perda de tempo rodando atrás de passageiro. Você ganha livre aquela comissão. Como tem Pousada Colonial de Gramado, o Hotel Brisa da Praia dá comissão, o Brasil Tropical dá 40 reais. Se você aluga, pega quatro apartamentos, aluga, são o quê?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É difícil viver só da corrida do táxi. Então, o senhor procura outras formas na relação com os hotéis.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, não é difícil viver só de corrida.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas se ganha menos; o senhor declarou. O senhor declarou que ganha menos com a corrida do que com o aluguel do apartamento ou...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Isso na alta temporada. Também como se ganha fazendo corrida. Essa é uma maneira melhor...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora me diga o seguinte. Já que o senhor declarou isso, tem outras formas de ganhar dinheiro, me responda uma coisa: como é que o senhor faz para atender clientes que solicitam meninas de programa?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não atendo cliente meu porque nunca houve oportunidade de cliente meu...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor é um homem super-relacionado, todas as meninas de programa conhecem o senhor nessa cidade, todos os hotéis o conhecem, nós buscamos essa informação, todos dão esse depoimento. O senhor não precisa dizer que não faz isso.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Faço não. Levo garota para cliente meu não. Nunca fiz.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas no caso da Sabrina levou. Levou para o Ivan. Tanto que está aqui, confirmando que fez a corrida para Cumbuco. Essa corrida o senhor confirma que fez?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Ivan, a namorada dele, Sabrina e o senhor foram para Cumbuco.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Fui para Cumbuco. O Ivan contratou o meu serviço de táxi para ir a Cumbuco com ele...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quanto foi que o senhor cobrou?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Essa corrida foi cobrada em outras corridas também que eu fiz com ele na praia, porque ele ia para a Praia do Futuro, voltava; e depois ele me pagou, ficou até devendo no final, ficou faltando dinheiro que depois ele mandou para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Deputada Maria do Rosário lhe perguntou se o senhor tem essa prática de levar meninas de programa para fazer programas com turistas...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Nunca levei...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – ... e o senhor disse que não. Mas tem essa prática aqui em Fortaleza? Existe taxista que faz isso?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Taxista não existe. Eu acredito que não, que taxista não pega. O que interessa a ele pegar uma garota e levar para outro fazer programa? O que isso me convém? Nada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não existe isso, então?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, na área de taxista não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em qual área que existe isso?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Doutora, hoje em dia, os programas são feitos a partir ali das boates para onde vão os turistas, entendeu? A facilidade de programa está ali dentro das boates. Tem as boates, o turista vai até as boates, o taxista está parado na porta da boate, o cliente vem, entra dentro do táxi, você conduz ele até onde ele quer. É o que faz o taxista.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor está me dizendo que tem taxista que só faz o transporte?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – A gente faz o transporte, a corrida, como qualquer uma pessoa que pode...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas tem taxista que apresenta as meninas? Não tem nenhum?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, eu nunca vi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora não é cinco para meia-noite. Isso é uma ilusão.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu nunca vi. Eu nunca apresentei garota de programa para cliente meu, isso nunca existiu.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E o senhor já foi na casa da Sabrina de madrugada alguma vez?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – De madrugada?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim, com o Ivan.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, foi justamente nesse dia que eu fui buscar ela.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Que horas eram?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – No dia que eu fui buscar ela não me recordo do horário, Doutora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Foi buscar ela para quê?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Foi a corrida que eu fiz que eu fui pegar ela.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só uma vez que o senhor andou com ela?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, várias vezes a Sabrina me ligou para mim buscar ela antes do Ivan...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Isso. Depois do Ivan agora, um dia em que ficaram insistentemente ligando para a casa dela madrugada adentro, em que a mãe dela não permitiu que ela saísse, só se o Ivan fosse à casa dela. O senhor fez essa corrida de madrugada?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, eu fui com o Ivan na casa dela, mas não sei se foi nesse dia que constantemente ligaram.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas foi de madrugada? Porque é fácil de a gente lembrar. Quando uma coisa acontece de madrugada é mais fácil.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Olha, Doutora, se era de madrugada, não lembro, não tenho lembrança. Porque eu rodei tanto com Ivan e com Sabrina, que eu...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas é normal, assim, duas horas, três horas da manhã, ir para a casa de uma moça, com a mãe lá...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Doutora, veja bem, eu, como taxista, muitas pessoas já ligaram para mim de madrugada para ir apanhá-las e levá-las a algum lugar. Isso já me aconteceu várias vezes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas o senhor lembra desse dia de que eu estou falando?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não lembro. Desse dia eu não lembro. Lembro do dia em que ela ligou, que eu fui buscar, deixei no restaurante, do dia em que eu fui a Cumbuco...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando o senhor levou o Ivan lá, depois o senhor ficou esperando e foram para onde?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Quando eu levei o Ivan na casa dela?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Isso.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – O Ivan eu levei, fui até a casa dela...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela permitiu até que ela saísse, contanto que ela voltasse de manhã bem cedinho. O senhor foi também, pediu que ela saísse com o Ivan, aí ela disse que não, não sei o quê. Aí insistiram, insistiram, e ela disse: "Tá bom, eu deixo ela sair, contanto que ela volte bem cedo para casa". Isso eram duas horas, duas e meia da manhã. Onde é que vocês foram?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi na noite que o Ivan foi viajar, voltou para a Suíça.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – O Ivan viajou?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ah, o Ivan está aqui?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, eu estou dizendo... No dia que o Ivan ia viajar e não viajou, perdeu o vôo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Perdeu o vôo?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Perdeu o vôo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que foi essa história?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Perdeu o vôo porque nós fomos para Cumbuco, foi exatamente no dia em que eu fui para Cumbuco com ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, não foi não. O senhor foi para Cumbuco no outro dia. Nesse dia aqui, o senhor foi buscá-la em casa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela foi bater em Jericoaquara. Pronto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Depois ela foi (inaudível) o senhor sabia muito bem.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Jericoaquara? Comigo não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com estrangeiro, não foi com o senhor não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, ela foi, mas o senhor viu ela organizar o programa, foi na sua frente, e o senhor queria levar um amigo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O Ivan foi embora, aí ela fez programa com um...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – (Inaudível) nesse período.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Olha, o Ivan perdeu vôo no dia em que eu vim de Cumbuco com ela. Foi exatamente no dia em que ele perdeu o vôo. O Ivan viajou no outro dia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, mas e no outro dia, em que ele viajou, o senhor não foi buscá-la em casa para ficar com ele?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Negativo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Negativo. Nesse dia o senhor não foi. Mas no dia anterior o senhor foi.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu fui buscar a Sabrina no dia em que a mãe dela ligou para mim pegar ela e levar até o restaurante.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor está querendo me dizer que a mãe dela é quem organizava os programas dela, é isso?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Estou começando a achar que é. Que a mãe dela...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, eu não estou querendo dizer isso não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas a mãe dela sabia que ela fazia programas?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Sabia. Lógico que sabia, que a mãe dela acompanhava...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A mãe dela também faz programas?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, a mãe dela acompanhava ela até a praia, ficava com ela até na beira-mar... Várias vezes muitas pessoas já viram a mãe dela com ela na beira-mar... Muitas pessoas já viram a mãe dela com ela na beira-mar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor sabia que ela era menor de idade.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu não sabia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como não sabia?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Porque ela usava uma carteira falsificada com o nome de Sabrina. Tem uma boate na praia de Iracema – a mãe dela que me disse – que ela podia me complicar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como é que o senhor sabia que era falsificada a carteira?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Porque a mãe dela me disse que ela tinha uma carteira falsificada, que ela era de menor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A mãe dela lhe disse isso?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – A mãe dela me disse que ela podia me complicar, que o nome dela não era Sabrina, que ela usava uma carteira falsificada, que ela já complicou outro taxista, que podia me complicar também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o outro taxista que ela complicou?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não sei, ela não me disse.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Apesar dessas advertências o senhor continuou transportando a menina?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era lucrativo.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Transportei mais não, porque ela ligou, e eu disse: "Não vou mais buscar sua filha porque sua filha é de menor".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela lhe advertiu e ela lhe chamava para buscar a filha?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES -- Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela fazia as duas coisas? Mas o que é isso? É uma dupla personalidade, um problema psíquico, um problema freudiano? A pessoa lhe advertia e, ao mesmo tempo, pedia para o senhor buscar a filha dela lá? Disse: "Não vai, que ela é menor. A carteira de identidade dela é falsa, é uma fria, mas, por favor, o senhor busca a minha filha para ir para tal programa?"

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Um dia ela ligou para mim pedindo para que eu fosse procurar a filha dela. Procurar a filha dela dentro de Fortaleza. A filha dela estava sumida. E teve uma vez que eu fui, procurei, a filha dela estava numa pousada não sei onde. Aí, depois, ela ligou para mim...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nesse dia que vocês encontraram ela completamente drogada? A Laís, ela e uma amiga?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Esse foi outro dia?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Isso foi no dia justamente que eu peguei a corrida dela, levei para o Ivan, deixei ela lá...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Onde?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – No restaurante Rock in Rio. E fui embora. No outro dia ela ligou para mim dizendo que a filha dela tinha desaparecido.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não foi porque nesse dia ela tinha pedido para o senhor trazer ela de manhã para casa?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Ela não me pediu para trazer de manhã porque eu não tive nem contato com ela. Quando eu cheguei lá, a Sabrina entrou dentro do táxi e eu conduzi ela até o Rock in Rio. Nem contato com a mãe dela eu tive. E por isso que eu deixei. Ela pagou a corrida, deu três reais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além de levar a menina para o suíço e para o agenciamento, nós temos uma declaração aqui dizendo que o senhor usava droga dentro do carro com ela, que oferecia cocaína para ela.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Negativo. Não uso droga. Não vendo, não uso. Não tenho uso de droga.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor sabe onde vende?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aqui em Fortaleza o senhor diz que não tem taxista agenciando sexo de adolescente. Também não tem ninguém vendendo droga?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Minha senhora, vender droga, vende; agora eu não sei. Vender droga, vende; agora, eu não sei onde vende droga. Eu nunca comprei droga. Eu nunca me droguei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas até eu, que não moro aqui, já sei onde é.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Agora, eu não vendo, eu não uso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor não sabe onde é. O senhor não dá ponto ali no McDonald's?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu faço ponto no McDonald's, na praia de Iracema.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O McDonald's não é ali do lado do Othon? Em frente ao Othon vende.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu vou contar para o senhor depois.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Realmente eu não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só uma questão aqui. O senhor sabe que tem que responder e dizer a verdade.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu estou falando a verdade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor me disse que não tem conta bancária.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu não tenho conta bancária. Não tenho. Qual a conta bancária que eu tenho? Nenhuma. Eu não tenho conta bancária.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o dinheiro que o Ivan mandou?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – O dinheiro que o Ivan mandou foi por uma forma de

pagamento que eles usam, mandando da Suíça, por Western Union.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas para receber tem que ter CPF.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Tem que ter CPF. Mas CPF não é conta bancária.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor tem CPF?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu tenho CPF, mas não tenho conta bancária.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer que o senhor confirma que recebeu R$500,00?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – R$639,00.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em que data? Em que época? Nesse período aqui?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Tem o quê? Um mês que eu recebi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E esse dinheiro o senhor recebeu do Ivan...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Do Ivan, foi de corrida prestado, que eu fiz a ele aqui dentro de Fortaleza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse recurso o senhor ficou de pagar para a menina, a Sabrina...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Negativo. Eu não devo nada à Sabrina. O Ivan mandou...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor estava intermediando...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ... a exploração sexual da Sabrina.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, negativo. Eu não estava fazendo isso não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor recebeu recursos do suíço...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Recurso não. Eu recebi um dinheiro de corridas que ele ficou me devendo. Inclusive, até o dono do carro foi comigo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só um minutinho. Só um minutinho. Calma aí. O senhor ligou o taxímetro?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Do Ivan?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Corrida de onde para onde? O senhor nem liga taxímetro.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Todas as corridas do Ivan a gente acertava. Ia para a Praia do Futuro, cobrava 15 reais, e eu saía anotando as corridas dele, entendeu?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Fernando, o senhor conhecia ou conhece Francisco de Assis Marques de Aguiar?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Francisco de Assis é o paulista?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele foi alfaiate, costureiro.

Não, não é paulista.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É acusado também de aliciar garotas para estrangeiros?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E Valdiney Ramos dos Santos, conhecido como Ney?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Conheço não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é, Sr. Fernando, há duas acusações gravíssimas contra o senhor. Primeiro, o senhor é acusado de aliciar e de agenciar mulheres e adolescentes para turistas.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. O que o senhor diz dessa acusação?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – São acusações falsas, porque eu nunca fiz isso. Eu nunca fiz isso!

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Temos diversos depoimentos aqui, confirmando que o senhor faz esse tipo de atividade. Pega...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu não faço. Nunca peguei menina para fazer programa, para levar para gringo. Absolutamente. Nunca fiz isso na minha vida. Nem para gringo nem para brasileiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor costuma, quando leva um turista, entregar um cartão para o turista?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Como?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Um cartão?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Todos os meses clientes que saem de dentro do carro, que entram no táxi, que saem, que pagam a corrida, entrego o meu cartão: se o senhor quiser um táxi, está aí o meu cartão, o senhor me ligue e tal. Isso eu faço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É comum os seus clientes terem o seu número de telefone no celular?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não sei, pode ser comum. Às vezes a pessoa não quer o cartão, bota no celular.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por exemplo, o Ivan liga para o senhor pedindo que faça uma corrida. O estrangeiro chega aqui e diz: olha, seu Fernando, vá buscar fulano de tal em tal local. Então, o senhor tem uma...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Ele ligou várias vezes não para ir buscar essa corrida da Sabrina. Ele ligou para eu levar ele para a praia, eu levei ele para o Beach Park, levei ele para a cidade 2000, levei para um montão de lugar aqui, para o clube do Vaqueiro, para o Parque do Vaqueiro, levei ele para vários lugares.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A primeira acusação é essa. A segunda é mais grave ainda: que o senhor fornece droga, especialmente cocaína, para turistas e brasileiros, inclusive a adolescentes. E mais do que isso: que o senhor usa droga dentro do seu próprio táxi. Inclusive há o fato de que a Sabrina se tornou dependente química a partir de injeção de cocaína no seu carro. O que o senhor diz disso?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Isso são acusações falsas, totalmente falsas. Não sou traficante, não uso droga e não vendo droga. Essa é uma acusação altamente falsa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas veja o seguinte: o senhor diz que mora, que tem um endereço, mas a Polícia conseguiu localizar três endereços do Fernando, conhecido como Carioca. Como é que o senhor explica? O senhor morou na Rua Piauí 593, Pan-americano?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Rua Piauí...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ....593, Pan-americano.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Que eu morei não. Rua Piauí...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não se lembra?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Rua Piauí... Não lembro dessa rua Piauí...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Diz-se que o senhor morou nesse endereço. Lá o senhor conheceu alguém com o nome Feitosa?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Feitosa?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Feitosa?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A Polícia conseguiu identificar que o Sr. Fernando, conhecido como "Carioca" é o senhor, não é?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Sou eu mesmo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Que o senhor morou nesta rua; que tinha esse endereço.

O senhor, hoje, mora na rua...?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu estou, agora, com minha mãe, na rua Ceará. Mas não saí ainda do meu endereço...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De qual?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Da Abel Garcia, 770, apartamento 09.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vila União.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Vila União. Eu vou sair segunda-feira, vou levar para a casa da minha mãe, na rua Ceará, 1.117

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É verdade que o senhor está com três meses de atraso no pagamento do aluguel?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Estou com 25 dias.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E também com duas semanas que não aparece no local?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Estive lá, ontem; estive antes de ontem...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Claro que ontem. Mas essa informação é do dia 26 de maio. Então, o senhor passou muito tempo sem ir ao local. E ficava morando na casa de sua mãe?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, eu passei dias sem ir lá, devido... Eu entreguei o carro ao Sr. Eliseu, que mora pertinho e estava rodando em um carro de outra pessoa, entendeu?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O que o senhor me diz deste endereço: rua Tibúrcio Rodrigues, nº 100, apartamento 203, São João do Tauapé?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Morei lá em São João do Tauapé.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Morou?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Morei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quantos anos mais ou menos o senhor morou lá?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Morei um ano ou foi mais de ano que eu morei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi aproximadamente dois anos que o senhor morou lá?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Foi. Isso, isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Veja o senhor que, à medida que as investigações vão sendo feitas, a verdade vai aparecendo. Então, essas coisas que o senhor não se lembrava e que agora...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, dessa Tibúrcio Cavalcanti eu lembro; do São João do Tauapé, isso eu lembro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conhece taxistas e convive com eles lá no ponto da Avenida Beira-Mar, em frente ao McDonald's.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E também na Praia de Iracema, nas proximidades do Café Delmar. Também?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Do ponto daquele restaurante Ponto de Encontro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. O senhor continua dizendo que naqueles pontos que o senhor vai o senhor não está levando adolescente para a prática de sexo com estrangeiros ou com brasileiros.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o que o senhor diz de ter levado uma menor, que se encontrou com um italiano de nome Christian, e que o senhor levou para um local que ele tinha, um apartamento que ele alugou aqui em Fortaleza? Não se lembra de ter levado uma menor de idade com um italiano?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Que eu levei uma de menor para um italiano?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor a levou para um italiano que estava lá, e inclusive o senhor entregou um cartão para essa menor. Dar a um turista, sim, mas entregar um cartão a uma menor?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Eu posso ter feito uma corrida. Mas este Christian aí, que levei para o Christian essa de menor?!

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Christian, na Avenida Beira-Mar. O senhor levou e fez várias corridas também quando ele esteve aqui no Brasil.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Para o Christian? Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não se lembra?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Doutor, a pessoa que eu levei, que eu não levei, que ligou para mim e eu fui buscar na casa dela, que eu deixei no Rock in Rio, é a Sabrina.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, essa não é a Sabrina. Essa...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Foi o Ivan. Agora, esse Christian aí...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem eram as duas menores que estavam em seu carro quando o senhor foi prestar depoimento? O senhor não precisa dizer os nomes. Mas não tinha duas menores no carro?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Tinha. Dizendo elas para mim que eram de maior. Inclusive elas disseram lá, perante a delegada, que eram de maior.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas elas confirmaram que conheciam o senhor de muito tempo e com muita intimidade.

Você conhece essa Genilsa? Você conhece esse nome aí?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eram essas duas que estavam em seu carro?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Era ela, Genia...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é, tanto que o senhor deu a uma delas o seu cartão, e as pessoas telefonam ao senhor de onde estiverem para buscá-las. Como é que o senhor explica isso?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Essas duas meninas eu conheço da praia. São as meninas que eu levei, que eu ia levá-las para casa, que parei na delegacia, que lá...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas elas lhes disseram, e o senhor vai levá-las.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Mas nunca as apresentei para gringo não, senhor. Nunca as peguei e levei para gringo não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não são essas aqui não. O senhor levou e entregou um cartão para uma delas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor transportou, conduziu. Talvez esse termo seja melhor.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu a conduzi para...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Acompanhada de um estrangeiro.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor disse que respondeu a um processo.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu não sei o que foi, se foi processo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vamos lembrar aqui.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Ou não respondi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Somente a um o senhor responde?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Só aconteceu isso comigo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vamos ver. Fernando Moreira de Moraes é o senhor, não é?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O seu pai é José Moreira César e sua mãe, Maria das Dores César.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A data de nascimento é 5/8/62.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Veja que o último do senhor foi na rua Tibúrcio Rodrigues, em frente ao número 100, apartamento 102, em Fortaleza, lá em São João do Tauapé. Há uma ocorrência em que o senhor... Há aqui crime contra a administração pública.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Foi esse aí. Eu peguei o rapaz e prendi dentro da mala do carro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi em que delegacia que o senhor...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Foi na de São João do Tauapé.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quarto Distrito Policial?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas tinha uma outra ocorrência em que houve natureza do dano, delegacia do 2º Distrito Policial. Que ocorrência foi essa?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Do dano?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. Em que o senhor foi vítima.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, aí eu não sei. Estou por fora.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor sofreu alguma ameaça de alguém?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Aconteceu uma vez uma batida com um rapaz lá na praia de Iracema. Ele passou pelo meu carro, deu ré propositalmente e bateu no meu carro. Eu fui até a delegacia e fiz a ocorrência dessa pessoa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o senhor sofreu alguma ameaça dessa pessoa?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Essa pessoa já me ameaçou quando bateu no meu carro, porque passou na frente, deu uma ré propositalmente e bateu em meu carro. Aí já é uma ameaça.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Veja que o senhor teve, no dia 11/7/01, às 7h30min, essa ocorrência do dano em seu carro, certo? É o B.O. nº 6.437, de 2001. Mas no dia 8/5/01, às 18 horas, houve um outro procedimento. Foi o B.O. nº 4.496, de 2001, e a natureza do fato é que o senhor teria sofrido uma ameaça. Que ameaça foi essa? De quem?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, não me lembro disso. Que eu sofri uma ameaça?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está aqui. O senhor prestou o Boletim de Ocorrência: Fernando Moreira de Moraes – 08/05 de 2001, às 18 horas. Na Delegacia do 34º Distrito Policial.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Que eu sofri ameaça? Não lembro disso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Natureza do fato: ameaça. Ameaça de quem?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não lembro disso, não. Que eu fui na delegacia?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Na Delegacia do 34º Distrito Policial.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Onde fica essa delegacia?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não sei.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor que foi lá não sabe, como vamos saber?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Natureza do fato: ameaça.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Que eu fui declarar que alguém me ameaçou? Não ocorreu isso, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor está aí como vítima, não como infrator.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Que eu fui denunciar que a pessoa me ameaçou?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É. Que alguém lhe ameaçou. Que ameaça foi essa? Em 08/05/2001.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – O que ocorreu foi justamente essa batida na praia de Iracema. Talvez seja a mesma coisa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, não. O outro foi em 11/07 de 2001, às 7:30horas da manhã; a outra foi às 18horas. Todas elas com vítima. A primeira, como dano, que foi o caso da pessoa que bateu no seu carro; mas tinha uma outra que você foi prestar uma queixa, no Boletim de Ocorrência nº 4496, de 2001, e você foi prestar essa queixa porque você teria sofrido uma ameaça. Que ameaça foi essa?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não lembro disso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor já sofreu alguma ameaça de alguém alguma vez? Alguém já o ameaçou de matá-lo? Já sofreu na sua vida alguma ameaça?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, não tenho essa lembrança de ter ido na delegacia para fazer essa...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Perguntei para ver se o senhor lembra durante o interrogatório.

O carro que o senhor dirigia pertencia ao Sr. Eliseu Pereira Passos?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Isso. Perfeito.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele tinha um carro Santana, que era dirigido por uma outra pessoa chamada Emanuel.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – É outro carro. Não era esse carro que eu dirigia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não? Não era o Santana?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Esse Santana que eu dirigia? Não. Esse Santana, desde o momento em que ele comprou, novo, ele repassou para eu trabalhar com ele. Trabalhávamos eu e ele. O Emanuel trabalhou antes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O depoimento do Sr. Eliseu diz o seguinte: que alugava o seu carro de marca Santana para o Emanuel; que como o depoente ouviu maus comentários sobre a conduta do Emanuel, deixou de alugar o táxi ao mesmo; que conheceu Fernando, mais conhecido por carioca através do Emanuel há aproximadamente dois anos e meio.

O senhor conhecia esse Emanuel?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Conhecia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Que maus comentários tinha sobre a conduta de Emanuel? Tinha alguma coisa?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, não tinha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Sr. Eliseu disse que tinha e foi por isso que tirou o carro dele e passou para o senhor.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Isso nunca foi citado para mim. Ele nunca me disse isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Se o Emanuel foi quem levou o senhor para a casa do senhor...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – O Emanuel me apresentou o Eliseu. No decorrer do tempo do trabalho do Emanuel com o Sr. Eliseu, sempre o Eliseu conversava com o Emanuel que ia comprar um carro e que me daria para trabalhar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor deveria pegar a que horas o carro, o táxi?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Do Eliseu?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu pegava meio-dia e devolvia às 4 horas da manhã.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. E o carro que o senhor alugou foi o de marca Santana 2001, de cor prata, placa HWJ9166?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Perfeito. Foi isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É também esse o carro com o qual o senhor levou o Ivan e a Sabrina?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – É esse o carro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É esse o carro; mas o carro que o senhor estava na delegacia ultimamente já era outro.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Era. Como eu entreguei o Santana a ele no dia 20...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Que carro era?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Era um Astra.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Um Astra?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O aluguel seria de R$30,00 a diária? Isso?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Isso. O Santana. De meio-dia às 4 horas da manhã.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas dizem que o senhor passou a acumular o pagamento das diárias. É verdade que o senhor não pagava todo dia, mas ficou acumulando o pagamento das diárias?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, acumulou desde o momento que eu passei a usar o carro direto. Não era mais de meio-dia às quatro. E aí foi justamente numa das corridas que eu fiz com o Ivan, que o Ivan depois mandou o dinheiro para mim, o proprietário do carro foi lá comigo no banco, eu peguei o dinheiro do banco e repassei para ele...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o senhor ficou uns 15 dias sem pagar diária para o Sr. Eliseu?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Fiquei, fiquei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ficou. Aí, veja o que é...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Porque ele cobrava R$90,00. De R$30,00 ele passou para R$90,00.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Veja só isso aqui: "que nessa época, não recordando a data, Fernando lhe disse" – o senhor falou para o Sr. Eliseu, que assina o termo – "que tinha começado a trabalhar para uns estrangeiros e, por conta disso, passou a ficar direto com o carro".

Que estrangeiros eram esses para os quais o senhor trabalhava?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Justamente o Ivan.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o Ivan era um estrangeiro. Que outros?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Rodei para o Ivan, para uns portugueses que vieram de Portugal para cá...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Também para o Hans?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Hans? Não conheço o Hans.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Frank?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Frank? Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem depoimento que fala que o senhor trabalhou para esses também. Inclusive, levou para o Sun Flower.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. O Hans e o Frank nunca levei para o Sun Flower não. Eu trabalhei com o Ivan, trabalhei com os portugueses, que são Carlos Miguel e Zé Carlos, que vieram para cá, ficaram dez dias, eu os atendi e tudo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É verdade que o senhor, depois que começou a trabalhar para esses estrangeiros, passava alguns dias sem aparecer com o carro?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – É, porque eu estava com o carro direto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas o senhor assinou um contrato de que deveria todo dia entregar o carro para ele, não foi?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Desde o momento que eu... Não assinei contrato de que eu entregava o carro todo dia não. Eu tinha um compromisso com ele de meio-dia às quatro da manhã.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O que foi que aconteceu? Ele teve que aumentar a diária, não foi?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Foi. Para R$90,00.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o senhor pagava direito a diária?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, de R$90,00 não tem nem como você pagar direito. Não tem condições disso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E como é que o senhor chegou a acumular um valor de R$1.700,00?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Isso é a conta dele, de mil e poucos reais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E como é que o senhor diz que não podia e pagou R$1.700,00, pagou toda a quantia de uma só vez? Onde é que arranjou todo esse dinheiro?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu paguei o quê? Como foi?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pagou R$1.700,00 de uma só vez. Quando é que o senhor conseguiu dinheiro para pagar R$1.700,00?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Olha, eu tinha trabalho acumulado desses portugueses para quem eu trabalhei e tinha o dinheiro do Ivan. Na hora em que eu peguei o dinheiro do Ivan, repassei para ele; não paguei de uma só vez não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mesmo assim não dava. Aqui o Sr. Eliseu diz que recebeu.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Ele está dizendo. Mas eu cansei de pagar, dar R$300,00 hoje, daqui a mais três dias dar mais R$300,00, R$200,00... Nunca dei R$1.700,00 a ele de uma vez não. Nunca fiz isso. Seria muito bom.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aqui ele confirma.

Agora diz que o senhor, depois que começou a ter esses negócios com os estrangeiros, passou a não pagar direito as diárias do carro, e o carro também aparecia quebrado, arranhado, e o seu Eliseu tinha que mandar consertar, comprava as peças do carro para depois o senhor ir pagando. Era isso mesmo?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Olha, todo arranhão que acontecia no carro era da minha inteira responsabilidade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sei.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Esse fato aí não é certo. Se você aluga um carro, você não tem o direito de pagar renda. Você não tem o direito de estar pagando coisa que... Você não é proprietário do carro...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo, mas veja o seguinte...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Se é proprietário, pode estar investindo numa coisa; eu estou pagando uma renda e eu ainda tenho que, além de pagar o carro, tenho que pagar peça do carro e tudo isso... Isso não existe!

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O que é grave é isto aqui: que o depoente – no caso, o Eliseu – tomou conhecimento através de terceiro que Fernando estava com o carro cheio de mulheres e ficava se exibindo com o carro como se fosse o dono da situação. O que o senhor diz disso?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – São acusações falsas, porque eu nunca fiquei com o carro cheio de mulher, me exibindo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele disse que foi por conta disso que resolveu tomar o carro do senhor.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, discordo disso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual foi a razão para ele ter tomado o carro?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Ele chegou para mim e disse: "Fernando, eu vou ficar com o carro, porque já há uma quantia atrasada, que você não pagou. Eu vou ficar com o carro. Vou parar o carro".

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quanto é que o senhor devia a Seu Eliseu no momento em que...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Ainda não fiz conta prestativa (sic) com ele para saber quanto devo a ele, porque é até... Ele já ligou para mim e disse ...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor está devendo R$2.190.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Isso é a conta dele, né, doutor?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Ele também me deve três anos, tempo em que trabalhei com ele e ele não assinou carteira minha nem pagou décimo-terceiro nem pagou férias nem nada e eu paguei o carro para ele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O táxi que o senhor dirige hoje pertence a quem?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Agora, que estou dirigindo?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Pertence a uma senhora lá perto do posto Carioca. Arrendei o carro dela sábado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não tem um paulista no meio?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Ah, o paulista me arrendou o carro dele uma semana para eu rodar. Ele que viu que eu estava sem carro e falou: "Fernando...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi o Vectra ou foi o Astra?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Foi o Astra.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Ele disse: "Fernando, você está sem carro. Pega o carro aí, você está com clientes para atender, você tem passageiro para atender...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conhece Nailane Teixeira da Silva?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Nailane... Nailane?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É, Nailane.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Nailane não. Nailane?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – É um apelido?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não.

Eu vou dizer o que ela disse...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Nailane?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela conhece o senhor como Carioca, disse que o senhor tinha um Santana cinza, que o ponto de táxi do senhor era ao lado do McDonald's. Tudo isso é verdadeiro, né?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – É, eu paro... Não é fixo ali no McDonald's, mas eu paro muito ali.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela disse que faz tempo que não vê Fernando pois não está mais andando na beira-mar – era uma pessoa que ia para a beira-mar -, e que conheceu Fernando através de Laís. O senhor conheceu Laís?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Laís não é essa Sabrina, que...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É. Essa Nailane conheceu o senhor através de Laís, de Sabrina.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Nailane...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É, Nailane.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Deve ser a irmã dela, não?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É irmã dela?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Deve ser a irmã dela, porque...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vamos ver.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Ela tem uma irmã, mas não sei se é Nailane.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Deve ser, não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela disse que o senhor fazia corrida para várias garotas de programa que ficavam na beira-mar e na praia de Iracema e que algumas vezes chegou a pegar o táxi do senhor juntamente com Laís, Sabrina. O senhor se lembra disso?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, não lembro mesmo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aí, disse o seguinte: que o senhor levou o Frank e o Hans. Elas estavam acompanhadas do Frank e do Hans. O senhor não se lembra de ter...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Nem conheço o Frank e nem o Hans.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não conheço Frank nem Hans.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não se lembra?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não me lembro e não conheço. Tenho quase certeza que não conheço esse Frank e esse Hans.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o senhor conhece Maria Selene Bezerra Pereira?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não conhece.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Esse nome, Maria...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Selene...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Maria Selene... Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conhece porque disse que foi ela que disse para o senhor ter cuidado com Sabrina, não foi? A Selene não é a mãe de Sabrina?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Olha, só estou vendo agora. Se o senhor está dizendo que ela é a mãe de Sabrina, estou sabendo o nome dela agora.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E como é que o senhor conhecia?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Conhecia...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como é que o senhor conhecia o nome dela?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não conhecia o nome dela. Falava com ela e tudo, mas não...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca soube o nome dela?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Nunca soube o nome

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas ela conversava com o senhor, e o senhor não sabia o nome?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Conversava, mas ninguém tinha intimidade de ficar perguntando o nome. Nunca houve isso não. Nunca perguntei o nome: como é seu nome? Se o nome dela é esse, agora é que estou sabendo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer que o senhor levava o Ivan e Ivan também, algumas vezes, estava com a Sabrina.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Algumas vezes o Ivan... O Ivan conheceu a Sabrina... Eu conheci o Ivan, mas ele já tinha conhecido a Sabrina na beira-mar. Nunca apresentei a Sabrina ao Ivan. Nunca peguei uma menina para apresentar a gringo. Isso nunca aconteceu comigo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Esse dinheiro que Ivan mandou, era para pagar a corrida...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Corrida...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sabrina disse que foi para pagar uma conta de telefone e que o senhor ficou com o dinheiro e não o devolveu para a Laís.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Negativo. O dinheiro que o Ivan mandou para mim foi para pagar a corrida que ele me devia. Foi isso aí. Se ele devia dinheiro a ela, aí nunca me disse nada, nunca me falou. Nem ela nunca me disse isso. Negativo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E é verdade que o senhor sabia que a Sabrina passou cinco dias fora de casa, sem dar notícia, e o senhor tinha conhecimento, sabia onde ela estava, mas não disse nada para a mãe?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não tinha conhecimento e não sabia onde ela estava. Eu não tinha conhecimento, eu não sabia onde ela estava. A mãe dela, insistentemente, ligou para mim várias vezes, deu parte do carro. E eu disse para ela que não sabia. Depois, veio um... veio justamente esse paulista que estava na praia de Iracema. Eu liguei para ele e perguntei a ele se tinha visto a tal dessa Sabrina. Entendeu? Ele disse: Fernando, eu não vi. Depois ele ligou para mim e disse: Fernando, uns meninos, uns taxistas aqui disseram que a viram no Dragão do Mar. Foi justamente isso. A história verdadeira é essa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A mãe de Sabrina...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Mas eu não sabia onde Sabrina estava e Sabrina não estava comigo. Eu não sabia onde Sabrina estava.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A mãe de Sabrina disse que foi quando... que o senhor sabia e que ela informou que ia prestar queixa na polícia...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Ela ia prestar, não. Ela prestou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E que o senhor escondeu o táxi...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Ela prestou queixa...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ... que ficou escondido na casa da sua irmã.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, espera aí. Deixe eu contar a história. Ela prestou queixa, disse que eu não podia sair no carro porque se saísse eu ia ser preso. Aí, fui para a casa da minha irmã, botei o carro na garagem e realmente não saí de casa. E ela ligando constantemente, dizendo que a polícia

estava atrás de mim. E eu falei: estou na casa da minha irmã, entendeu? E não estou com a sua filha. Isso foi um problema. E passei quase dois dias sem sair de casa. Depois que esse meu amigo ligou dizendo que ela estava no Dragão do Mar, eu liguei para ela e ela disse: Fernando, me ajude. Vamos procurar minha filha comigo. Me ajude. E eu falei: minha senhora, como é que vou ajudar se eu não sei onde sua filha está. Se eu soubesse onde sua filha está, eu seria o primeiro a dizer, eu mesmo ia lá e dizia, mas não sei onde sua filha está.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor chegou a dizer para D. Selene, mãe de Sabrina, que se fosse preso você poderia até morrer, mas antes matava alguém?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Negativo. Deus me livre! Deus me livre!

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não fez essa ameaça?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não fiz ameaça a ninguém. Ameaça fizeram a mim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual foi a ameaça que fizeram ao senhor?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – A ameaça que fizeram a mim foi dizer que iam me colocar na polícia, na delegacia, porque se sua filha não aparecer....Entendeu? Isso é ameaça. Eu fiquei dois dias em casa e não sabia onde estava a filha dela. Não tenho obrigação de pegar um passageiro aqui, deixar em determinado lugar e depois dar conta do passageiro. Não tenho essa obrigação. E outra, não tenho obrigação nem o poder de um passageiro entrar dentro do meu táxi e eu pedir documento, saber se é maior, menor, aonde vai, com quem está. Entendeu? Eu rodo na Praia de Iracema, na beira-mar, onde só tem turista e muitas meninas prostitutas. Então, entra dentro do meu carro, pode ser uma menor, mas o que eu vou fazer? Vou dizer o quê? Dê-me sua identidade? Vou fazer o quê?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor continua negando...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Vou conduzir a pessoa ao lugar onde ela mandar. O taxista faz isso, ele quer a corrida. "Por favor, me deixe em tal lugar", eu vou levar a pessoa a tal lugar. O que devo fazer? Se disser "Fernando, você terá que pedir identidade". Tudo bem, nós vamos pedir identidade. Mas se a identidade for falsa, como é que fica? Como vou saber?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o senhor falou que recebia dinheiro de comissão do hotel, você levar uma pessoa que reconhece. Não precisa de documento, o senhor olha e vê que é menor de idade. O senhor leva para um hotel, deixa lá. A pessoa que está na recepção não pede documento.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Exato. O hotel tem que pedir documento à pessoa que está hospedando-se.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o senhor está exercendo uma função que é um serviço público, uma concessão...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu atendo o público, faço um serviço público.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o senhor sabendo que é uma menor...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Se eu souber que é uma menor, nem dentro do meu carro entra. Se eu souber...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Será que não dá para ver, como pai de família, que é uma pessoa é menor de idade, mesmo sem documento?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – E quando a pessoa é menor mas está com documento falso? O que o senhor me diz?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E quando o senhor tem uma menor que não tem documento falso, o senhor olha a característica e é menor, o senhor leva mesmo para uma pessoa estrangeira?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, negativo. Não levo ninguém para ninguém. As pessoas que entram no meu carro, pede-me para conduzi-las a tal lugar, mas não levo ninguém para ninguém. Não saio pegando as pessoas, colocando-as no meu carro e levando para apresentar a ninguém. Eu pego uma corrida quando vem. Estou na praia, trabalho na praia. O passageiro entra no meu táxi e diz "me leva para o motel tal, para o hotel tal", eu levo. Agora, não vou saber se a pessoa é menor ou maior de idade. Inclusive, já fiz pergunta a um cliente meu que entrou dentro do táxi e eu disse "o senhor tem certeza de que essa menina é maior?". "Tenho, Fernando, não se preocupa com isso não". Está bem, o problema é seu, quem está com ela é você, não sou eu. Já fiz isso, coisa que não tenho nada a ver. Meu dever é fazer a corrida. Agora, me envolver em situação? O que é isso? Se eu fosse uma pessoa que pegasse garota, levasse para gringo, estaria errado. Mas não faço isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor disse que não tinha conta bancária. O senhor já teve conta?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Tive, quando trabalhava no Rio de Janeiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E não teve aqui?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Aqui em Fortaleza, não; acho que não. Acho que nunca tive

conta aqui, não. Não há dinheiro para a gente abrir conta aqui, não, a gente trabalhando de táxi, doutor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é, mas há a informação de que o Sr. Ivan mandaria esse dinheiro para a sua conta.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – O Ivan mandou o dinheiro na forma de pagamento chamada Western Union. Isso acontece, todo mundo sabe. Acho que o senhor deve saber que existe uma forma de mandar dinheiro do exterior para qualquer pessoa, com o nome de Western Union.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu sei. Agora, é dito aqui na informação que não era. Era a conta que o senhor tinha aqui. O senhor disse que não tem?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu não tenho conta. Eu não tenho conta. E não foi só o Ivan que mandou dinheiro para mim, não; o Português mandou. Tem muitos clientes meus, de Portugal, que atendo aqui, e eles vão embora. E são pessoas honestas; em coisas em que brasileiros não são, eles são honestos e mandam o dinheiro. Mas foi dinheiro de corrida, isso eu provo, pode perguntar ao Ivan.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concluiu?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu concluí.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Só duas, bem objetivas, pelo avançado da hora.

Sr. Fernando, eu ouvi o depoimento das duas adolescentes que estavam no seu carro, no dia do episódio da delegacia. Somente duas perguntas.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Ali foi terrível. Eu poderia ser condenado ali.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Só para checar se bate a sua resposta com o que ouvi das meninas. Onde o senhor apanhou essas meninas no dia em que foi à delegacia? Onde elas estavam?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu estava ali... Sabe onde é o mercado dos peões?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Hã.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – É...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Onde elas estavam? O senhor as apanhou onde?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Elas estavam num bar. Num bar, e eu ia passando. Tem o mercado dos peões ali. Elas perguntaram se eu podia fazer essa corrida para elas, e falei que podia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A última pergunta: como foi a forma de acerto do pagamento? Cada uma me disse que houve uma forma de acerto do pagamento. É só isso, e o senhor está liberado.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não houve forma de acerto de pagamento.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não houve?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Foi o que acabei de dizer.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pense bem.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu fiz elas entrarem – eu conhecia elas – dentro do táxi e expliquei: tenho que ir a minha mãe, pegar o telefone do advogado da minha mãe. Eu ia para a delegacia...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Isso bate tudo. Fique tranqüilo. Isso confirma...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu ia para a delegacia sozinho.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O que quero saber é como foi a forma...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Eu ia sozinho para a delegacia. Eu falei: nunca fiz nada, não fiz nada, por que tenho de levar advogado?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não se preocupe. Esse trâmite...

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Foi o que me disseram: que eu tinha de levar um advogado.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Escute, Sr. Fernando.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Mas eu disse: tenho que ir à delegacia sozinho.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Esse trâmite elas contam, bate. Eu só quero saber exatamente isto: para cada uma delas ficou estipulada uma forma de pagamento, e cada uma delas me disse "fiquei de pagar assim, fiquei de pagar assado". Como foi que o senhor acertou? Só isso.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, não. Não houve acerto.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não houve acerto?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Infelizmente, elas disseram que houve.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Pois se disseram... Comigo na delegacia, quando nós chegamos, pronto. Quando começou o problema todo foi ali. Eu falei: meu Deus do céu, o que é isso? E, perante a delegada, na frente da delegada, eu falei: você é de maior? Ela disse: "Sou de maior". Eu falei: olha, delegada, o que faço?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eu vou refazer a pergunta, para ver se eu entendi, para ficar bem claro.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – O que fui fazer!

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Elas, nesse dia, não tinham o dinheiro para lhe pagar. Elas foram bastante francas antes: ligaram para o senhor, uma delas ligou, o senhor veio, apanhou, o lugar também não bateu.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O lugar que o senhor falou não bateu com aquele em que elas disseram que estavam. E já avisaram, de antemão, que não tinham o dinheiro para pagar aquela corrida. "Eu vou pagar assim, eu vou pagar assado." Elas entraram no seu carro, o senhor sabendo que elas não tinham dinheiro para lhe pagar, mas mesmo assim o senhor concordou em levá-las, porque elas deixaram... Era costume, inclusive, o senhor levá-las e estabelecer uma forma posterior de pagamento. Qual foi a forma de pagamento que elas propuseram para o senhor?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Nenhuma.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nenhuma?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Nenhuma. Isso eu confirmo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigada, Srª Presidente.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Confirmo, porque não foi combinado preço, não foi combinado. Foi justamente o que eu disse: fomos até a delegacia, e eu ia cobrar depois que saísse da delegacia. Falei: bom, vocês vão deixar em casa e agora vão me dar X da corrida. Vocês têm condição...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor acertou um valor com elas?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não. Não. Eu, quando fosse, eu ia passar na delegacia. Como passei na delegacia, depois de tudo resolvido, eu ia deixar elas, lógico, aí eu ia dizer: olha, vou deixar vocês, a corrida vai ficar em tanto.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas o senhor sabia que elas estavam entrando no seu carro sem ter dinheiro para pagar a corrida?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não; não sabia, não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Elas não avisaram nada?

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – Não, senhora. Não avisaram que não tinham dinheiro não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Senadora, antes de concluir, gostaria de, até como homenagem aos que estão aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Fernando, o senhor já terminou o depoimento. Está liberado. Obrigada.

O SR. FERNANDO MOREIRA MORAES – De nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em uma homenagem aos que estão ainda aqui acompanhando a nossa reunião, às 00h50 da madrugada, podíamos pelo menos identificar as pessoas que acompanharam até este momento para deixar registrado. Além dos parlamentares, o Sr. Tenente Wesley; assessora da Deputada Kátia; Neide Castanha, que trabalha com a Senadora; Rayana, você pertence a algum movimento? Estudante de Direito, ótimo. Srs. (inaudível), obrigada; jornalista da Casa; Cristiane, obrigada por ter permanecido; André; Nonato; Ferreira Neto, trabalha na área de turismo; Barros Alves, departamento de taquigrafia da Casa – ficou na taquigrafia sozinho mesmo. Obrigada.

Obrigada a todos os funcionários e ao pessoal da Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Queria agradecer a todos os funcionários da Assembléia Legislativa, esta Casa em que tive o privilégio de exercer o meu mandato de Deputada Estadual. Agradeço a participação de todos nesta audiência pública. Apesar da nossa exaustão e cansaço por estarmos nesta luta há muito tempo, todos os parlamentares que aqui estão e outros tantos, quero registrar que esta é a nossa última audiência pública. E mesmo com esse cansaço, esses momentos em que estivemos todos nós juntos foram muito ricos, em que certamente aprendemos muito, aprendemos a respeitar a opinião de cada um dos membros da CPI, a discutir, a dialogar, encontramos no Brasil inteiro diversas situações terríveis que enfrentam milhares de crianças brasileiras, de famílias, como diversas vezes tivemos a oportunidade de relatar em todos os lugares por onde passamos.

Ao encerrar as suas audiências públicas da CPI no Ceará, devo agradecer aos membros da CPI, a todos os parlamentares que certamente fizeram isso em homenagem ao nosso Estado, ao trabalho que pude fazer ao lado de cada um dos que aqui estão e de outros tantos.

Agradeço, muito sensibilizada, ao companheirismo, à coragem, determinação e força que cada um deu para que esta audiência pudesse ser realizada e hoje pudéssemos encerrar os nossos trabalhos relativos às audiências públicas em todo o País.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nós ainda temos uma etapa duríssima pela frente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ainda temos uma longa etapa pela frente, um longo caminho a percorrer.

Agora a Deputada Maria do Rosário, que já tem se dedicado, nessas próximas semanas, irá se dedicará ainda mais e contará com a nossa colaboração, nosso apoio e entusiasmo e a certeza de todos nós da CPMI de que o relatório está sendo feito com muito cuidado, com muito carinho, com muita determinação pela Relatora e que certamente vai apontar novos rumos para uma mudança não só em relação a essa prática que existe hoje no Brasil, mas para uma mudança cultural; e é preciso que lutemos para que ela aconteça, para que pessoas se mobilizem, para que, em outros lugares, possamos mobilizar mais e mais a sociedade, a fim de que possa ficar ciente desse problema grave, do drama em que vivem essas meninas, essas famílias, essas adolescentes. Porém, a certeza, ao mesmo tempo, de muita esperança, de muita fé de que iremos conseguir chegar onde desejamos.

Temos certeza do nosso trabalho, temos a convicção do nosso trabalho. Acredito que todos têm orgulho do trabalho que realizamos. Se mais não foi feito até agora, certamente não foi pela falta de envolvimento dos membros da CPMI, mas é porque esse é um tema que pouco a pouco temos conseguido incluir na agenda nacional. Hoje, podemos dizer que, definitivamente, esse tema está na agenda nacional. Em todos os lugares, as pessoas começam a discutir e a se preocupar com essa situação.

Para concluir, a certeza de que vamos dar continuidade aos trabalhos e vamos dar uma resposta muito positiva a toda a sociedade brasileira e, principalmente, a essas crianças. Esse é o nosso dever, essa é nossa obrigação, a nossa responsabilidade; e todos que aqui estão fazendo isso com o melhor que conseguiram aprender ao longo das suas vidas. É isso o que queremos apresentar, é isso o que queremos mostrar ao Brasil.

Muito obrigada a todos.

(Palmas.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL"

Ata da 37ª Reunião realizada em 8 de junho de 2004

Ao primeiro dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, às dez horas e quarenta e cinco minutos, na sala nº 09, da Ala Senador Alexandre Costa – Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Parlamentares: Senador Eduardo Azeredo, Senadora Fátima Cleide, Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Ana Júlia, Senador Augusto Botelho, Deputada Maria do Rosário, Deputada Celcita Pinheiro, Deputada Laura Carneiro, Deputada Ann Pontes, Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Thelma de Oliveira, Deputada Almerinda de Carvalho e Deputado Luis Couto, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".** Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente informa que a presente reunião de Audiência Pública, destina-se à discussão de um Bloco Temático denominado: "Pedofilia na Internet". A Presidente convida os expositores: Dra. Roseana Gonçalves dos Santos Miranda – Representante da ONG Censura; o Dr. Anderson Batista de Miranda; o Dr. Gerson Emilda Quintela – Representante da Empresa de Serviço e Suporte da Informática – Net Filter, os quais, entregam a CPMI um abaixo assinado, contendo setenta mil assinaturas, propondo mudança na Legislação vigente, de forma a acompanhar as mudanças tecnológicas. Inicialmente a Presidência concede a palavra à Drª. Roseane Gonçalves dos Santos Miranda – Representante da ONG Censura. Após, concede a palavra ao Dr. Anderson Batista de Miranda que, solicita à Presidência a permissão para realizar uma apresentação em vídeo produzido e criado de forma caseira, onde a mesma imagem que hoje é exposta na Internet de forma abusiva, demonstra o outro lado também, sendo uma forma de conscientização, na qual, através do vídeo, foi possível se conscientizar 70 mil pessoas em forma do abaixo assinado, onde cada assinatura representa uma conscientização. Após a apresentação do referido vídeo, a Senhora Presidente agradece, enaltecendo o trabalho expresso em arte e sensibilidade dos expositores. A seguir, a Presidente convida o Sr. Gerson Emilda Quintela para fazer uso da palavra, após, a Senhora Relatora e em seguida a Deputada Almerinda de Carvalho, para questionarem aos convidados. Após, a Presidência suspende a presente reunião. Reabrindo em seguida, em caráter reservado e informa que, há Requerimentos sob a Mesa, passando-os às mãos da Deputada Maria do Rosário – Relatora da Comissão, para proceder a leitura dos mesmos: **1)** Requerimento nº 0**138**/2004, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer o encaminhamento de notícia-crime ao Ministério Públi-

co FederaL, com vistas a apurar a responsabilidade penal do Sr. Omar Aziz, Vice-Governador do Estado do Amazonas, pela obstrução, dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, na oportunidade da Audiência Pública realizada na cidade de Manaus, em 24 de maio de 2004, e **2**) Requerimento nº **0139**/2004, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer a realização de diligência a ser feita pelo Policial Federal Rômulo Fisch Berrêdo de Menezes, já requisitado por esta CPMI, na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, entre os dias 14 e 25 de junho do corrente ano, a fim de invetigar atos do Sr. Hagen Erich Andréas Thurnau. O Requerimento foi aprovado por unanimidade. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Barbosa Ferreira Cruz, Secretária em exercício, da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, parte integrante da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Boa-tarde a todos. Quero agradecer a presença dos convidados para a nossa reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a **37ª reunião** da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 02/2003 – CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Indago ao plenário se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la aprovada.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO – Gostaria de pedir a dispensa da leitura da Ata, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Muito obrigada, Deputada Almerinda.

A presente reunião da audiência pública destina-se à discussão de um bloco temático que denominamos pedofilia na Internet. Gostaríamos de convidar os expositores: Dr. Roseana Gonçalves dos Santos Miranda, da ONG Censura; o Dr. Anderson Batista de Miranda; o Dr. Gerson Emilda Quintela, da empresa de de serviço e suporte da informática Net Filter.

Concedo a palavra à Drª. Roseane Gonçalves dos Santos Miranda, da ONG Censura.

ROSEANE GONÇALVES DOS SANTOS MIRANDA – Obrigada. Boa-tarde!

É com muita felicidade que estamos aqui por meio de um convite da excelentíssima Relatora. Para nós, da campanha do **site** Censura.com.br é um passo importantíssimo esta participação na CPMI. Temos a nossa primeira oportunidade de trazer essa grave situação da pedofilia na Internet aos olhos dos nossos Parlamentares. A situação é gravíssima, como V. Exª sabe. As crianças estão sendo abusadas, violentadas e até mortas, nos **sites** da Internet, para a satisfação de alguns prazeres que não conseguimos entender. Esse trabalho começou em 1998. Temos caminhado, desde então. Começou quando nós, em uma sala de bate-papo, tivemos acesso a essas imagens que estávamos conversando e à qual V. Exªs também tiveram acesso. Uma menina de aproximadamente seis anos estava com uma coleira de cachorro e sendo estuprada. Posteriormente, descobrimos que essa menina estava desaparecida nos Estados Unidos. Por aí, começamos a observar que nada era feito e começamos a buscar uma solução. Por que tudo isso estava acontecendo e nada era feito? Começamos um trabalho voluntário, totalmente sem recursos. A gente começou a batalhar e surgiu a campanha do **site** Censura. O nome é esse mesmo. É para ser forte mesmo. Acredito que não cabe outra palavra que não censurar o crime contra a criança e o adolescente. É um trabalho difícil, uma caminhada dura. O primeiro passo foi dado hoje. Nessa caminhada, já elaboramos três dossiês. O primeiro, no ano de 2000, foi entregue ao Poder Judiciário. Ainda existem alguns procedimentos em tramitação. Um segundo, que fizemos em 2001, foi entregue diretamente para a Interpol, que hoje tem uma parceria conosco para o recebimento de denúncias. O terceiro, que estamos formalizando para entregar à CPMI, contém 1.650 denúncias recebidas nos últimos meses. Há imagens fortíssimas, infelizmente não temos como evitar isso, mas contém um material investigativo muito importante. Acredito que seja um documento que servirá, com certeza, para a CPMI, anexando ao relatório para investigação. Porque, definitivamente, é uma situação em relação a qual não podemos ficar de braços cruzados.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço a palavra da Drª Roseane e passo a palavra ao Dr. Anderson Batista de Miranda.

O SR. ANDERSON BATISTA DE MIRANDA – A princípio, nosso trabalho foi mais no sentido de conscientização do internauta, tentando explicá-lo que a pedofilia na Internet é crime e que, a partir da data de 1998, de um simples protesto na Internet, começamos a receber denúncias e encaminhá-las a várias autoridades no País, no sentido de cobrar mesmo uma atitude mais concreta, uma solução mesmo, com relação a esse tipo de crime na Internet.

E, nesse caminhar, durante estes seis anos de batalha, diria assim, virtual, descobrimos que, por trás da pornografia infantil da Internet, existe uma máfia. Ou seja, como funcionaria essa máfia? Ela atua na vida real, não é apenas virtual. Ela promove o crime, no

sentido de patrocinar os **sites** de pedofilia internacionais, comercialmente, vendendo fotos, comercializando vídeos, por meio da Internet, usando recursos de cartão de crédito, inclusive formando clube de pedofilia na rede. Como atua essa máfia? Ela investe milhões, porque o retorno é muito grande, ou seja, um vídeo contendo pornografia infantil na Internet é a peso de ouro, vale muito dinheiro.

Descobrimos também que existe a responsabilidade. De quem? De todos nós, na verdade. A responsabilidade maior não é do pedófilo, não é da máfia, não é do provedor de acesso, a responsabilidade maior é de nós, que, muitas vezes, deixamos de denunciar, por omissão mesmo, por achar que não vai haver uma solução e deixamos o crime ocorrer.

Descobrimos também que existe a possibilidade de se combater a pornografia infantil na Internet, com um método eficaz, que vá realmente resolver a questão, não diria que paliativamente, mas com eficácia.

A nossa opinião com relação a isso seria o bloqueio a **sites** internacionais, a princípio. Seria uma atitude meio radical, mas viável, pela qual um provedor de acesso teria a possibilidade de fazer isso.

Como funcionaria o bloqueio? Existe um **site**, existe a denúncia, a comprovação desse **site**, na Internet, e existe esse acesso, que, atualmente, é livre. Qualquer criança, hoje, acessa **site** de pedofilia, qualquer pedófilo, hoje, comercializa imagens de pedofilia, porque não há um bloqueio no nosso País com relação a isso. Não há uma legislação específica que obrigue o provedor de acesso, hoje, a bloquear esse **site**. É sempre baseado no sentido de que não existe a possibilidade. Existe, sim, a possibilidade de bloqueio, que é muito simples, só que, na verdade, há uma falta, diria, de responsabilidade mesmo da sociedade no sentido de cobrar do provedor de acesso, de cobrar das pessoas que se bloqueie esse tipo de conteúdo. Existe a denúncia, existe o endereço, e não existe o bloqueio. É uma questão de conscientização.

Por outro lado, estamos fazendo também a promoção dos filtros, um filtro específico de bloqueio familiar. Porque, muitas vezes, uma criança acessa o **site** de pedofilia, justamente em **sites** de pornografia adulta. A pedofilia, na Internet, passou a ser um departamento de um **site** de pornografia adulta. Existem vários setores num **site** de pornografia, e num deles vem a pedofilia, que está, muitas vezes, escondida. Esse filtro, por meio da Net Filter, uma empresa brasileira que o elaborou e o criou, demonstrou realmente muita eficácia para a família brasileira, colocando-se no computar e se bloqueando, até porque fizemos uma parceria de fornecimento de todos os endereços e denúncias ao banco de dados da Net Filter, por meio da qual poderá ser feito o bloqueio.

Para encerrar, faço um apelo, aqui, a todos, para se combater a máfia da pedofilia na internet é necessário o bloqueio. Por quê? A partir da hora em que você bloqueia um site de pedofilia na Internet, você está derrubando o marketing deste crime e você está derrubando o crime pela raiz. Diminui a audiência porque os pedófilos e as pessoas que acessam esse tipo de conteúdo não irão promover indiretamente o site. Muitas vezes, esse site lidera o índice de audiência na Internet e gera o provedor de acesso que se tem mantém conectado com o usuário e mantém também a publicidade ativa e a promoção da violência real do abuso da criança e do adolescente, a máfia investi nisso. Ela contrata o fotógrafo, ela contrata o cinegrafista, abusa da criança, ela contrata o abusador, paga em dólar e consegue esse material a peso de ouro.

Eu gostaria de passar um material, de três minutos, é um vídeo que nós criamos, um vídeo caseiro na minha própria residência, a mesma imagem que hoje é exposta na Internet que hoje está sendo abusada, nós queríamos mostrar o outro lado também. Existem coisas boas na Internet. E uma forma da conscientização, na qual, através deste vídeo, nós conseguimos conscientizar 70 mil pessoas. Cada assinatura aqui representa uma conscientização.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vou pedir só para voltar um pouco com o áudio.

É melhor dá uma parada, enquanto o áudio não estiver...

Tem uma fita de vídeo. Serve? Não.

Vamos parar enquanto eles consertam.

(REPRODUÇÃO DE VÍDEO.)

A SRA. ROSEANA GONÇALVES DOS SANTOS MIRANDA – É uma campanha de conscientização, para que as pessoas tenham noção do problema.

Estamos trazendo hoje este abaixo-assinado, com apenas 70 mil assinaturas. Sabemos que é pouco, mas o objetivo fundamental é a conscientização da sociedade e mostrar ao nosso Congresso, ao nosso Parlamento, que a sociedade também quer que exista uma lei para evitar o crime na Internet.

Obrigada.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Antes de passar a palavra ao Dr. Gerson, quero fazer um comentário, que todos nós que estamos nessa luta, nessa batalha da CPI, há quase um ano, ficamos de certa forma muito sensibilizados com a solidariedade que todos nós Parlamentares temos recebido por parte da sociedade civil como um todo, em todos os lugares onde andamos.

Mesmo já próximos de encerrar esta CPI, além de presenciarmos cenas tão tristes, tão doentes, tão horríveis, como temos visto no dia-a-dia desse trabalho exaustivo, ao mesmo tempo, temos a sensação de que existem caminhos, sim, e jamais podemos nos omitir, como dizia a frase que certamente mexe com todos nós, temos a responsabilidade e o dever de agirmos na busca de poder garantir o direito de tantas crianças e adolescentes, não só do nosso País, mas do mundo inteiro, que têm sido violados com esses **sites** de pornografia, veiculados na Internet.

É necessário que alguma coisa seja feita. Estamos recebendo as senhoras e os senhores, hoje, com muita esperança, a convite da Deputada Maria do Rosário, porque penso que este é um momento de esperança. Ao ver esse vídeo, o relato de pessoas que são seguidoras do bem, que procuram dar o melhor de si para tentar acabar, de uma vez por todas, essa tragédia que somos obrigados a presenciar, a ver com os nossos próprios olhos pelo Brasil e terminando o vídeo com a esperança de que é possível mudar essas coisas. São crianças de todas as classes sociais, de todas as cores e credos, que estão veiculadas neste vídeo.

Então, em nome da CPI, gostaria de parabenizar por essa iniciativa tão brava, tão forte, tão determinada, tão corajosa de cada um de vocês que dá exemplo a toda a sociedade brasileira. Então, quero parabenizá-los por essa iniciativa e agradecer-lhes por terem vindo tão rápido ao Senado nos transmitir esses ensinamentos e a experiência de cada um dos Srs. nesta área para que possamos aprender e certamente no nosso relatório que será entregue pela Deputada Maria do Rosário, que tem se dedicado de forma tão minuciosa, tão cuidadosa e tão delicada, ouvindo toda a sociedade, todas as idéias positivas que surgem na sociedade para que possamos propor, ao final da CPI, uma grande mudança, não só do dia-a-dia que temos relatado, mas sim uma mudança cultura. Queremos que as pessoas não admitam, não tolerem mais conviver com esse tipo de crime contra crianças e adolescentes no nosso País.

Portanto, mais uma vez, parabéns por essa iniciativa tão bonita, orgulho de todos nós brasileiros.

Passo a palavra ao Dr. Gerson Emilda, que é da empresa de serviços Suporte em Informática Netfilter, para que possa expor a sua experiência.

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – Muito obrigado. Senador Patrícia, Deputado Maria do Rosário, Roseane e Anderson, companheiros do Censura que, como já foi dito, fazem um trabalho belíssimo e que admiramos muito, estamos nos ajudando.

Srªs e Srs. obrigado pela oportunidade de falar que esse problema tem solução. Nós desenvolvemos essa solução e não é uma coisa totalmente inédita, pois em outros lugares do mundo já existem.

Represento a Net Filter, que é uma empresa brasileira, com tecnologia totalmente brasileira, fundada no ano 2000 com o objetivo de ajudar a trazer para os lares, para as empresas, para as escolas uma solução para precaver que o problema aconteça. Muitas vezes, vamos atrás das leis, que coíbem, que punem aqueles que cometem os crimes e, às vezes, deixamos de aproveitar uma oportunidade de evitar que o mal entre na nossa casa, nas nossas escolas, nas nossas empresas, através de toda a infra-estrutura que é colocada à disposição.

Falando um pouco sobre filtragem na Internet, essa mídia poderosa que entra nas nossas casas, pior até que a televisão, porque a televisão tem um controle maior de qualidade e é mais exposta por estar na sala ou em algum lugar visível e a Internet está num lugar escuro do quarto das crianças, que muitas vezes não temos o controle do que está acontecendo ali.

Então, entendemos e acho que o Censura.com entende que não há como evitar que existam os sites de pornografia, de violência ou de drogas, porque se fizermos no Brasil uma lei extremamente restritiva eles se instalarão em outro paraíso do mundo que possa fazer isso e a Internet não tem fronteiras ou limites.

Entendemos que a solução é a filtragem, quer dizer, mecanismos que permitam, em determinado computador, numa determinada rede, bloquear a exposição dessas imagens. Foi o que fizemos. Dentro do conceito de filtragem, da aplicação de filtragem nos computadores, existem duas hipóteses: primeiro ou os sites são totalmente filtrados, que é uma idéia a bem da liberdade de expressão, da liberdade de consciência se usa uma senha para abrir o acesso regular a quem ache que tem que acessar essas coisas, ou seja, restringe primeiro e abre na exceção. A outra idéia é justamente o que acontece com maior freqüência em que os sites que são abertos e aqueles que se preocupam, que têm a sua consciência, a sua ética empresarial voltadas para o uso adequado da **Internet,** optam por colocar seus bloqueios. Sempre existe em todos os sistemas que conhecemos a opção de alguém usar a sua senha pessoal secreta, que é como uma senha de banco, para poder ter acesso a um **site** até por motivo de investigação, alguma coisa que se torne necessária acessar. Então, existem essas duas modalidades, que na prática aplica-se uma ou outra dependendo do ponto de acesso de rede onde estamos trabalhando. Como ponto de acesso à rede, temos as nossas casas. Hoje em dia, se não me falha a memória, existem 14 milhões de casas no Brasil que têm acesso à Internet, já é algo grande, com fa-

mílias, muitas pessoas têm acesso. Isso sem contar as empresas. Outro ponto de acesso são as escolas, que estão cada vez mais informatizadas, e os jovens acessam sim pornografia na **Internet** da escola, temos conhecimento disso. E, finalmente, temos as empresas, que têm suas redes abertas, não estão ligadas a provedor algum, quer dizer, vamos nos preocupar com os provedores e temos de nos preocupar, mas as redes de empresas são seus próprios provedores, e não tem um intermediário no acesso. Também essas empresas precisam se preocupar com isso, até por razões econômicas e estratégicas.

Que agentes estão nesse processo de filtragem de bloqueio? Obviamente, nós, as pessoas físicas, nas nossas casas somos os agentes que decidimos bloquear ou permitir o acesso dos nossos filhos a **Internet** de maneira livre ou controlada.

Temos um agente importante que são os provedores. Os provedores de acesso à Internet comerciais, estes são os responsáveis pela maioria dos acessos do País, principalmente os acessos residenciais. Todos eles chegam à **Internet** por meio de um provedor, que é um ponto importante quando falamos de filtragem.

Temos, mais uma vez temos, como agentes desse processo, as empresas, que podem filtrar suas redes, por terem princípios éticos, códigos de postura empresarial e até por motivo econômico, porque existe um grande prejuízo para as próprias empresas por permitirem deixar suas redes livres. Temos relatos de improdutividade causada por uso...

(Sem gravação)

Está bom.

Existe, dentro das empresas, uma improdutividade que vai de 20% a 30%. Isso no mundo. Outros países têm uma estatística muito mais detalhada que a nossa que mostra que existe perda de dinheiro, porque seus funcionários ficam na **Internet** vendo coisas que não estão nada ligadas com o trabalho que têm que fazer.

A questão da filtragem vai até um pouco além no nosso caso, um pouco além da pornografia, da droga, da violência e permite que as empresas, se quiserem, façam uma filtragem de **site** de entretenimento. Isso não tem muito a ver com a Comissão, mas até isso é possível fazer em benefício de produtividade dessas empresas.

Em função desse leque de situações a Net Filter criou três modalidades de aplicação, que estamos tentando colocar no mercado. A empresa está em fase de expansão, buscando novas parcerias. A Censura. com já nos ajuda porque somos um instrumento para que eles ajudem as famílias que querem se proteger. Então, temos o Net Filter Família, chamamos comercialmente de Net Filter Família. Uma solução do Net Filter para um computador isolado que é colocado em nossa casa. Qualquer pessoa pode ter acesso fácil a esse filtro.

O filtro é um **software** que é colocado no seu computador e faz com que cada endereçamento à **Internet**, quando se coloca lá www.endereço.com.br ou .com, qualquer coisa que seja, esse endereço é checado instantaneamente, em frações de segundo, nos nossos bancos de dados, que são inclusive também alimentados por ele, também, que temos inclusive um sistema de robôs de busca permanente na **Internet**. Para se ter uma idéia, atualizamos o nosso banco de dados, que hoje tem um milhão e seiscentos mil **sites**, o que dá mais de dez milhões de páginas bloqueadas no nosso banco de dados. E atualizamos coisa de cinco mil por dia. Então, a velocidade de entrada de novos **sites** de pornografia, de violência, de drogas na **Internet** é muito grande, mas, principalmente, o foco, realmente, continua sendo pornografia. É o maior volume.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – A título de compreender, como vocês fazem essa checagem?

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – Nós temos... A própria informática nos dá mecanismos, **softwares** que ficam buscando **sites** na própria **Internet**, mediante o uso de palavras-chaves, de textos. A gente se auxilia da censura, de outras listas que, internacionalmente, são distribuídas e vamos compondo a nossa base de dados. Então, isso é contínuo...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – O supercomputador que vocês têm procura?

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – Procura, exatamente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – E, encontrando, registra?

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – Registra.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – E, quando lá na minha casa, por exemplo, meu filho for acessar isso, o uso do computador lá da minha casa remete esse endereço à central...

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – À central...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – E, portanto, há uma censura objetiva que não quero acessar.

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – E a central te responde. Pode ou não pode acessar.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Se não puder, fica bloqueado.

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – Se não puder, ele bloqueia e apresenta uma tela no computa-

dor, dizendo: esse **site** não pode ser acessado. Bom, temos essa solução, como eu estava te dizendo, para a família. Essa seria uma solução para a família, seria uma solução para pequenos escritórios que tenham um ou dois computadores. Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Desculpe eu estar lhe interrompendo, mas é importante que a gente possa esclarecer.

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – É um prazer. Eu gostaria muito de esclarecer tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Esse valor desse filtro é um valor acessível a qualquer família?

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – O filtro é extremamente acessível. Aliás, eu...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual é o valor dele?

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – ...gostaria de dizer que nós entramos nesse negócio não somente por motivos comerciais. Entramos também porque acreditamos na necessidade de controlar os abusos que existem na **Internet**. Esse filtro, essa modalidade de filtro-família, que é usada para um computador, ele tem o custo de R$78,00 por ano.

É uma média de R$6,50 por mês que custa ter o seu computador filtrado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS)– E opera em qualquer lugar do Brasil?

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – Opera em qualquer lugar do Brasil e do mundo. Nós, inclusive, já estamos exportando. Através da própria **Internet**, que nos permite colocar o produtor exposto internacionalmente, temos até conseguido colocar o produto no exterior.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS)– Como o senhor sabe e com a sua colaboração, até pela ressalva que o senhor faz que não se trata apenas de algo comercial, mas é uma vocação, um trabalho, uma consciência que moveu a busca de uma tecnologia com esse sentido...

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – Correto.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Nós, na nossa Casa Legislativa, não poderemos tratar a partir da situação de uma empresa ou de outra, mas eu lhe perguntaria: o que existe dentro desse mercado no Brasil hoje, além da empresa de vocês? Existem outras empresas operando, sendo bem objetivo?

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – Existem produtos importados.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Nacional, é a tecnologia de vocês?

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – Nacional, só tem o Net Filter. Os outros são importados. Obviamente, por questões comerciais e estratégicas, nós testamos os produtos importados para conhecê-los e podemos afiançar – e qualquer um que quiser testar vai chegar a essas conclusões – que os produtos importados focam, principalmente, a língua inglesa, onde é a maior rede de **Internet**. Os **sites** brasileiros passam normalmente, com muita facilidade, pelos filtros importados. No nosso caso, estou fazendo um comercial, mas não passa, porque a nossa pesquisa toda é desenvolvida para o Brasil e temos os mesmos **sites** do exterior, principalmente americanos, ingleses, etc., porque acessamos as listas deles que são, muitas vezes, disponibilizadas internacionalmente.

A SRA. ROSEANA GONÇALVES DOS SANTOS MIRANDA – Desculpa, doutor. Inclusive, é por isso a nossa parceria com eles, porque conhecíamos os produtos americanos e verificamos que, para aplicação aqui no País, até no sentido de uma possível aprovação jurídica, de uma lei, para que o Governo possa estar fazendo utilização disso, era muito difícil. E aí quando, depois que foi criado o Net Filter, é por isso que estabelecemos as nossas parcerias, porque percebemos essa facilidade, a possibilidade e o custo baixo.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Eu, inclusive, faço questão de cumprimentá-los não apenas pelo trabalho, mas o trabalho também do Net Filter, porque, para nós, brasileiros, especialmente, nas nossas casas, a nossa satisfação maior é vermos também o desenvolvimento nacional em uma área de ponta como essa. Não há qualquer preocupação nesse sentido. Eu, particularmente, fico muito feliz. Acho que estamos à altura e, para a nossa realidade, melhor colocados do que as mesmas iniciativas que existem no mundo. Fico absolutamente satisfeita. No entanto, a minha referência é apenas no sentido de conhecer como funciona o próprio mercado em relação a isso, para eventuais ações que os Governos possam tomar. Por exemplo, a Senadora dizia há escolas. Como nos posicionar na própria legislação para que esse equipamento e esse tipo de serviço estejam disponibilizados a escolas, a locais de trabalho, para que funcionários não acessem, enfim. Então, precisamos conhecer um pouco mais, unicamente com esse objetivo.

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – Deixe-me complementar um pouquinho mais sobre essa tecnologia de filtragem. Estávamos dizendo que famílias são colocadas em computadores isolados e temos soluções também para rede de computadores. Por exemplo, o próprio Senado e a própria Câmara têm redes de computadores. Não vai se colocar um

software em cada computador, porque fica algo extenuante e improdutivo.

Então, existe uma solução em que é colocado apenas um computador como um servidor dessa rede, uma peça a mais nessa rede e ele automaticamente filtra a rede inteira, sem qualquer interação com cada computador de cada usuário. Ele não tem nem como tentar burlar isso. Aliás, diga-se de passagem, que existe tentativa de burla. E o nosso software é totalmente protegido contra tentativa de burla. Vocês sabem que as crianças são curiosas e vão mexer no computador. O rapaz mais esperto vai tentar apagar esse programa e, se ele apagar o programa, simplesmente, ele não terá mais acesso à **Internet** até que o programa seja reinstalado.

Temos a solução para empresas. Obviamente são aplicadas às escolas que têm redes maiores. Normalmente, indicamos uma rede com mais de vinte computadores. Já vale a pena colocar um servidor de Net Filter, em vez de colocar um software em cada computador. Até por uma questão econômica, há um ponto onde é mais interessante colocar um servidor e um provedor.

Temos obviamente o Net Filter provedor, porque estamos disponíveis para colocar essa tecnologia em qualquer provedor que queira usá-lo até comercialmente, porque faremos um negócio como provedor, de maneira que, se ele quiser colocar isso comercialmente, ele o coloca, ganha uma parte e nos remunera da nossa parte.

Então, em todas as soluções tivemos a preocupação de criar. Agora, entra no campo de quem se dispõe a usar por consciência? Muitas vezes, as pessoas não usam porque não têm conhecimento; muitas vezes, não usamos porque não acreditamos que isso seja sério. Somente vendo as imagens que, por exemplo, o **censura.com** tem nesse relatório que deu a V. Exª. Mas, muitas famílias até não acreditam, dizendo "O meu filho é bonzinho. Ele não vai nunca olhar isso". Alguém na escola diz "A escola está em contenção de despesas terrível. Não podemos gastar esse dinheirinho." Depende muito da conscientização das empresas, das escolas, dos provedores em colocar o serviço.

A legislação, se no Brasil não existe ainda, já em outros países já existe. Nos Estados Unidos, por exemplo, está bastante adiantado. As escolas que não têm filtro, não recebem, por exemplo, financiamentos. Se não tiver, não recebe financiamento. Alguns países colocam leis para os provedores, dizendo que o provedor é obrigado a colocar, em sua tela de acesso, uma informação de que existe o filtro, de que o não uso do filtro é perigoso. Então, existem várias legislações, em diversos níveis, vamos dizer assim, de maior ou de menor imposição. Mas, em quase todos os países mais adiantados, a preocupação é colocar pelo menos a informação para as famílias de que o filtro existe, de que é importante usá-lo, e de que ele está disponível facilmente no endereço tal ou no **site** qual.

O SR. ANDERSON BATISTA DE MIRANDA – Posso acrescentar um detalhe?

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – Pois, não.

O SR. ANDERSON BATISTA DE MIRANDA – O filtro não impede a investigação da Polícia Federal, com relação ao **site** da pedofilia, porque ela teria acesso à internet aberta.

A SRA. ROSEANE GONÇALVES DOS SANTOS MIRANDA – Os dados não são perdidos.

O SR. ANDERSON BATISTA DE MIRANDA – Não são perdidos. Há apenas um bloqueio, porque ele derruba a máfia, eficazmente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Eu quero fazer uma pergunta à Roseane e ao Anderson. Quando vocês recebem uma denúncia de um **site** de pedofilia, vocês agem para o bloqueio e também denunciam. Como funciona isso? Qual é o procedimento de vocês, até por serem sociedade civil mesmo.

O SR. ANDERSON BATISTA DE MIRANDA – O nosso trabalho é muito simples. Ele parece ser meio complicado, mas recebemos a denúncia e repassamos para várias autoridades ao mesmo tempo, para algumas ONG's. Só que todas elas ficam sabendo que uma recebeu...

A SRA. ROSEANE GONÇALVES DOS SANTOS MIRANDA – Como forma de um protocolo.

O SR. ANDERSON BATISTA DE MIRANDA – Até porque passamos a enviar para uma entidade só e essa entidade alegou que não enviamos nenhuma denúncia. Então, começamos a encaminhar para várias entidades ao mesmo tempo e temos as comprovações de tudo. Mas, infelizmente, durante seis anos de campanha, existem milhares de denúncias que continuam na **internet.**

A SRA. ROSEANE GONÇALVES DOS SANTOS MIRANDA – Fazemos assim, o nome censura é somente para, realmente, chamar a atenção, porque não temos a competência, por exemplo, de retirar um **site** do ar. Primeiro, por dificuldade técnica, até porque muitas vezes esses **sites** são hospedados fora do Brasil. Então, o que acontece? Quando a denúncia é encaminhada, em geral eu já não tenho mais estômago pra ver. Então, em geral ele vê. Porque às vezes as pessoas denunciam naturismo. Tem uns **sites** de naturismo. São coisas que não têm tipicidade para estar sendo configurado como crime.

Então, verificada a situação criminosa, ele formaliza essa denúncia, resguardando sigilo pra pessoa que fez a denúncia. Então ele formaliza como censura denunciando e encaminha para Polícia Federal, Interpol e várias entidades que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – Via e-mail?

A SRA. ROSEANA GONÇALVES DOS SANTOS MIRANDA – Isso. Via e-mail e depois nós formalizamos documentalmente. O objetivo é esse, é tentar fazer o encaminhamento, porque pelo último contato que nós tivemos com a Polícia Federal, não nos é permitido acompanhar a investigação.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tire-me uma dúvida também, Roseane. Vocês, por acaso, têm algum levantamento, ou no dossiê, desses casos que vocês denunciaram? O percentual que realmente foi retirado do ar?

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – Sim, a nossa porcentagem é semelhante à de uma ONG italiana, que lançou recentemente o Brasil como o quarto no ranking da pedofilia infantil; de provedor brasileiro que hospeda **site** de pornografia infantil, que muitas vezes fica lá exposto durante meses e não se tira do ar e não se combate.

A SRA. ROSEANE GONÇALVES DOS SANTOS MIRANDA – Paralelamente, nós temos a nossa pesquisa. Até é incrível como os dados batem com esse da pesquisa italiana. Mas ela perguntou quanto à relação dos **sites** que saem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando vocês denunciam, recebem e denunciam, ou para a Interpol, ou para a Polícia Federal, ou para as Organizações Não-Governamentais, o resultado disso vocês acompanham também? Se o **site** continua no ar, ou se está fora?

A SRA. ROSEANE GONÇALVES DOS SANTOS MIRANDA – Então, primeiro ponto. Com relação à Polícia Federal ou Interpol não nos é dado o acompanhamento. Por quê? Inclusive, é uma dificuldade da Polícia Federal. Isso, tem o pessoal da Nunet, Núcleo de Investigação da Internet, que nos passou isso, e porque esse procedimento passa a ser um processo judicial que vai correr em sigilo. Por isso não é dado esse acompanhamento. E a estatística dos **sites** que saem efetivamente do ar após a denúncia, não é possível ser feita. Por quê? Porque os **sites** migram.

Às vezes, o criminoso, a pessoa que está lucrando com a pedofilia, tem um determinado endereço. Ocorrendo a denúncia, o próprio provedor dele muitas vezes faz esse... corta esse acesso, tira a hospedagem dele; ele migra pra um outro lugar. Então, essa é uma estatística muito difícil que está sendo estudada, para estar sendo formulada.

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – E a outra estatística é que nós recebemos também denúncias de outros países. Há pouco tempo o nosso **site** foi referência nos Estados Unidos; inclusive no Japão existem matérias sobre o **site**. E, acho que não sei, por ser um trabalho voluntário mesmo... E nós... Assim, é um trabalho voluntário, mas ao mesmo tempo é um trabalho que tem um respaldo, assim, é de uma resposta, entendeu? Nós não deixamos de responder nenhuma das denúncias. Ou seja, todas vão pra dossiê.

Se há pesquisa, se há pessoas com dúvida, nós respondemos às dúvidas. Muitas vezes demora um mês para responder às dúvidas, porque recebemos milhares de e-mails por dia. Recebemos uma média de cinco denúncias de pedofilia por dia e...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Cinco?

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – Cinco denúncias por dia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por dia?

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – Denúncias de **sites** de pedofilia por dia.

A SRA. ROSEANE GONÇALVES DOS SANTOS MIRANDA – Denúncias por dia, mas e-mails são variáveis. Às vezes têm muitos.

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – E tem várias pesquisas; as pessoas querem pesquisar. E acabou virando referência também em outros países o nosso **site**. Se vocês fizerem uma pesquisa, vocês vão constatar essa relação.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Dr. Gerson, nós o interrompemos tanto, e eu não sei se o senhor acabou a exposição?

O SR. GERSON EMILDA QUINTELA – Bom, eu falei o mais importante e gostaria apenas só de falar sobre... um pouquinho sobre tecnologia, porque existem várias tecnologias. Talvez o assunto não seja relevante para a Comissão, mas existem tecnologias de análise em tempo real do que está entrando no computador e existe a tecnologia de análise do endereço.

Obviamente, uma análise do que está entrando no computador é uma análise de imagem, é um negócio que já envolve inteligência artificial, é caríssimo e às vezes nem tão eficiente, porque a imagem vai entrando, vai entrando, até o sistema descobrir que aquela imagem é indecente. São caras, inclusive. E o nosso sistema é um sistema de listas. Usa as tecnologias de detenção de **sites** existentes, mas coloca-as numa lista, porque o acesso à lista é muito rápido; o usuário sequer chega a perceber que foi filtrado, a não

ser pela apresentação da tela de bloqueio, no caso de ser bloqueado.

E outra coisa importante quando se fala em filtragem, é falar sobre eficiência, porque qualquer um pode chegar no seu **site**, no seu provedor, na sua empresa, e colocar no seu equipamento um bloqueio de 100 ou 200 endereços mais conhecidos e dizer que o seu **site** está filtrado. E sabemos que não está, porque você tem que medir a eficiência. Medimos a eficiência jogando um lote de 100 **sites** pornográficos aleatórios num endereço, vendo se ele passa ou não passa. Quando se escolhe 100 endereços para estarem bloqueados, porque são os mais conhecidos, pode se induzir pessoas de que se tem uma escola filtrada ou um provedor filtrado, quando, na verdade, não tem. Então, existem indicadores para saber se realmente está filtrado ou não.

Acho que o que gostaria de dizer era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada.

Concedo a palavra à Deputada Almerinda de Carvalho.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO – Srª Presidente, Srª Relatora, nem gostaria de fazer perguntas. Acho que temos mais é que parabenizá-los e agradecer. E acho que o assunto é tão, para nós, pelo menos para mim, é um assunto bem complexo. E, na minha imaginação, seria muito mais difícil tentarmos reprimir. Sabemos que acabar é impossível, assim como a exploração sexual, de um modo geral, como temos acompanhado por aí. Mas, acho que, além do relatório que vocês trouxeram, a participação do Senhor também é muito importante, com esse filtro que acho que reprime, pelo menos dentro das nossas casas, que acho que a preocupação maior com os nossos menores, adolescentes, principalmente.

Então, acho que a Comissão, embora já esteja finalizando, mas, acredito que a contribuição de vocês está sendo importantíssima para nós. E acho que, tanto a Relatora, quanto à Presidente, vão precisar, um pouco mais, de conversar com eles, para fecharmos o nosso relatório, porque realmente é um assunto importantíssimo, e acho que eles têm muito a contribuir com o nosso relatório. Porque essa questão da pedofilia, a gente sabe que envolve até bebês, que existem até bebês na **Internet**.

Então, esse é um assunto seriíssimo que precisamos realmente diminuir ao máximo. Só tenho a agradecer – estou com um pouquinho de pressa, pois tenho uma gravação, às 15:30h, na televisão. Só temos a agradecer e pedir a vocês que a nossa luta continue. Não vamos encerrar o nosso trabalho com relação, agora, no mês de junho. Vamos continuar...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ainda tem uma Frente Parlamentar...

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO – Acho que a nossa sensibilidade, acho que quem esteve presente nas nossas audiências é porque realmente tem uma sensibilidade e quer realmente combater esse mau tão grave que hoje o nosso país está vivendo.

Então, precisamos muito da contribuição de vocês. Acho que esse contato tem que ser permanente, que a possamos estar sempre lutando para que as nossas crianças sejam como vimos aqui no filme. Acho que a criança nasce para isso. Costumo dizer, na minha região, que "carinha" de criança não combina com tristeza. Criança não nasceu para viver triste, para passar fome, para passar maus tratos. Criança nasceu para ser feliz. Todos nós, mas, principalmente a criança.

Queria só agradecer e parabenizar todos vocês pelo trabalho e vamos continuar essa luta, porque essa luta é nossa.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Almerinda de Carvalho.

Concedo a palavra à Relatora, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Quero agradecer à Drª Roseane, ao Dr. Anderson, ao Dr. Gerson, pelas presenças aqui na CPI, e dizer que o trabalho de vocês chegou a nós através da Deputada Ângela Guadagnin, de São Paulo, e que não pôde estar conosco hoje, nesta audiência, mas que tem um trabalho exemplar também como relator inclusive de uma matéria, que agora tramita na Câmara dos Deputados, acerca da qualidade da programação na televisão.

E que estamos dispostos, A SRA. Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, cada integrantes desta CPMI, de apresentarmos um relatório final com aspectos que sejam relevantes acerca do tema **Internet**. O tema **Internet**, a existência da **Internet**, como a temos hoje, com suas possibilidades múltiplas, é muito relevante, inclusive justificou a própria instalação desta CPI. Na medida em que tivemos uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o que se chamava, à época, "A Prostituição Infanto-Juvenil", em 1993. Quando estudamos a matéria, tanto a Senadora Patrícia quanto nós e todos os Parlamentares, Senadores e Deputados, que compõem esta CPMI, justificamos, já na solicitação às Casas, ao Senado e à Câmara dos Deputados, a instalação deste instrumento que temos hoje, justamente pelo fato de a exploração sexual ter encontrado novos contornos, ter encontrado especialização e ter cruzado, definitivamente, com a tecnologia, potencializando as relações de violência na sociedade. Não há dúvida que a tecnologia abre

novos caminhos na área da informação, para afirmar os direitos humanos, para as redes solidárias, para as imagens positivas que vocês nos trouxeram. Saudamos tudo isso. A Presidente em sua abordagem foi muito feliz em dizer que nos sensibilizam. Demonstram, especialmente nas imagens do vídeo, a filosofia que vocês desenvolvem como sociedade civil. Encanto-me com a idéia de uma sociedade ativa e que está presente, encontrando mecanismos criativos no sentido do enfrentamento da exploração sexual e de todas as formas de violência contra a infância e de todas as outras formas de violência.

É claro que há o papel do Estado. Nós, como parte dele, estando no Parlamento, não desmerecemos a responsabilidade e a capacidade diferenciada que o Estado tem de universalizar uma política, de garantir, por exemplo, que todas as escolas tenham a filtragem adequada. A proteção dos direitos da criança, segundo a própria Constituição brasileira, é da família, do Estado e da sociedade. Compete ao Estado brasileiro a universalização das garantias fundamentais. Garantir a todos o direito de estar protegido, tanto de ser fotografado e explorado, em uma violência que não é virtual, como bem colocado pelo Dr. Anderson, mas que é real. Desta forma, compete ao Estado brasileiro estabelecer mecanismos de que a Internet seja, sim, fiscalizada e que não seja um território onde se prolifere as violações aos direitos humanos como natural. Sabemos que isso exige legislação nacional e uma nova forma de abordagem de um sistema internacional dos direitos humanos em que este tema tecnológico seja também objeto de estudo e de análise normativa internacional, o que não temos hoje nos sistemas como estão estabelecidos. Tanto no âmbito americano quanto no sistema internacional. Creio que ambos são carentes de estudo e de regulamentação nessa área, o que faria uma agilização no trabalho de investigação e de responsabilização das redes criminosas que operam em vários países. Já identificamos uma série de dificuldades. Entre elas, aquele **site** que é identificado aqui e que vem de outro país; é aquele de outro país que opera aqui e para outros países do mundo. Também existe a precariedade do trabalho policial, por mais que a Polícia Federal tenham um organismo específico de combate, ainda não estamos à altura do que as redes criminosas estão produzindo. Sabemos disso e isso nos desestabiliza e nos chama atenção para a nossa responsabilidade. Queremos uma Polícia Federal ainda mais ativa e consciente da sua capacidade e mais capacidade para operar. Quando vemos de um lado o setor privado, verificando como estabelecer mecanismos, e vendo a própria sociedade civil tomando a frente com poucas pessoas, basicamente com vocês dois, a dar conta de tarefas tão importantes para a sociedade. Creio que isso é um puxão de orelha no Estado. É a idéia de que se duas pessoas, um grupo de pessoas conseguem recolher 70 mil assinaturas para uma legislação, consegue fazer uma varredura, consegue compreender as novas tecnologias, Deputado Eduardo Barbosa, consegue receber denúncias e encaminhar 5 denúncias por dia, o que pode o Estado brasileiro? Pode muito. Creio que estamos comprometidos em fazer um relatório que dê conta da sua tarefa de oferecer proposta de legislação, de fazer uma análise, especialmente de valorizar o trabalho que vocês desenvolvem.

Agradeço muito e nos sentimos muito honrados com essa cidadania ativa que o Brasil tem. Parabéns!

Obrigada.

A SRA. ROSEANE GONÇALVES DOS SANTOS – Então Senadora e Deputa, queremos formalizar a entrega dessas 70 mil assinaturas que conseguimos coletar recentemente. A campanha continua. Queremos mesmo toda a sociedade mobilizada. Como sociedade civil, queremos que as pessoas se conscientizem e trabalhem. É um trabalho voluntário, difícil, árduo, é uma batalha. Sinto muito orgulho do que faço, porque estou fazendo a minha parte, principalmente porque ainda não tenho filhos. Minha mãe me diz que não tenho os meus, mas tenho todos.

Passamos às mãos da CPMI as assinaturas coletadas e o dossiê.

Esperamos assim colaborar com o excelente trabalho desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradecendo a presença de todos, encerro esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 07 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL"

Ata da 38ª Reunião Realizada em 16 de junho de 2004.

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, às quatorze horas e quatro minutos, na sala nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa – Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Parlamentares: Senador Eduardo Azeredo,

Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Ana Júlia Carepa, Senadora Fátima Cleide, Deputada Maria do Rosário, Deputada Celcita Pinheiro, Deputada Laura Carneiro, Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Suely Campos, Deputado Maurício Rabelo, Deputado Luiz Couto, Deputada Almerinda de Carvalho e Deputada Thelma de Oliveira, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".** Presentes também, os Senadores Tião Viana e Geraldo Mesquita. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente informa que a presente reunião, destina-se à exposição das seguintes autoridades: Drª Maria Tapajós Santana Areal – Juíza de Direito da Infância e da Juventude no Estado do Acre; Dr. Francisco Maia Guedes – Promotor de Justiça da Infância e Juventude no Estado do Acre; Dr. Josemar Moreira Portes – Delegado titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, em Rio Branco; e o Sr. Petter Lucena – Jornalista de "A Tribuna", Rio Branco/Acre. A Senhora Presidente registra a presença do Senador Geraldo Mesquita e da Deputada Perpétua Almeida, pelo Estado do Acre. A Presidência convida a Drª Maria Tapajós, para que possa ocupar a Mesa. Ao tempo em que a Presidência esclarece aos presentes que a presente reunião dar-se-à da seguinte forma: os Senhores convidados terão dez minutos para realizarem a sua exposição para após, abrir espaço para possibilitar a todos os Senhores Parlamentares presentes, realizarem os seus questionamentos aos mesmos. A Presidente convida o Dr. Josemar Moreira Portes e também o Jornalista Petter Lucena para fazerem parte da Mesa. Ao iniciar a presente Audiência Pública, a Presidente concede a palavra a Dra. Maria Tapajós, após, ao Dr. Francisco Maia Guedes, em seguida, ao Dr. Josemar Moreira Portes e finalizando as exposições, a Presidente concede a palavra ao Jornalista Petter Lucena, do jornal **A Tribuna**, de Rio Branco, informando-o que, também, terá o mesmo tempo para suas colocações. Em seguida, a Senhora Presidente registra, também, a presença do Senador Tião Viana. Fizeram uso da palavra para questionarem os convidados, os Senhores Parlamentares: Deputada Perpétua Almeida, Senador Geraldo Mesquita Júnior, a Deputada Laura Carneiro, a Senadora Ana Júlia, Senadora Fátima Cleide, Senador Tião Viana e a Deputada Almerinda de Carvalho. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Barbosa Ferreira Cruz, Secretária em exercício, da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, parte integrante da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Sabóia Gomes) – Boa tarde a todos, havendo número regimental, declaro aberta a **38ª reunião** da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 02/2003–CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescente no Brasil.

Indago ao Plenário se é necessário a leitura da Ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la aprovada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Solicito dispensa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Sabóia Gomes) – Obrigada, Deputado Luiz Couto.

A presente reunião de audiência pública destina-se à exposição das seguintes autoridades que estão aqui presentes: Drª Maria Tapajós Santana Areal, Juíza de Direito da Infância e da Juventude no Estado do Acre; Dr. Francisco Maia Guedes, Promotor de Justiça da Infância e Juventude no Estado do Acre; Dr. Josemar Moreira Portes, delegado titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, em Rio Branco; e o Sr. Petter Lucena, jornalista de **A Tribuna**, Rio Branco/Acre.

Gostaria, antes de iniciarmos, registrar a presença, nesta Comissão, do Senador Geraldo Mesquita, que nos orgulha muito pela sua presença, tem sido um grande companheiro também nesta luta e posso dizer até um confidente nos momentos de dificuldade, de angústia, com quem tenho procurado me amparar. Então, é um orgulho para todos nós, nesta CPMI Mista, poder contar com V. Exª nesta audiência.

Da mesma forma, quero registrar a alegria de poder também contar com a Deputada Perpétua, que tem sido uma grande aliada, Deputada do Acre, que tem sido também uma grande aliada nesta luta na defesa dos direitos de crianças e dos adolescentes, daqueles excluídos da nossa sociedade.

Agradeço a presença de todos aqui hoje, convidando, em primeiro lugar, a Drª Maria Tapajós, para que possa ocupar a Mesa. (Pausa.)

O formato desta reunião, que estamos pretendendo, seria que cada uma das autoridades pudessem falar em torno de dez minutos, em seguida abri-

ríamos para que as perguntas pudessem ser feitas, as indagações.

Convido o Dr. Josemar Moreira Portes e também o jornalista Petter Lucena para fazerem parte da Mesa. (Pausa.)

Iniciaremos esta nossa audiência pública com a Drª Maria Tapajós, que vai nos fazer um relato, de mais ou menos nesse tempo de dez minutos. É claro que, se for preciso, estenderemos o tempo. A senhora já pode iniciar as suas palavras.

A SRA. MARIA TAPAJÓS SANTANA AREAL – Boa tarde, senhoras e senhores.

Começar assim eu não estou achando muito fácil. Talvez responder perguntas me deixaria mais à vontade ou também eu conseguiria talvez desenvolver o assunto com mais precisão. Mas vou tentar falar alguma coisa.

Todos sabem que a questão da violência sexual, da prostituição, de toda essa gama que envolve as nossas crianças e adolescentes como vítimas, é muito grave no Estado do Acre.

Vou falar mais de Rio Branco, porque é a minha realidade, é onde trabalho. Não sou Juíza da Infância e da Juventude do Estado do Acre e sim da cidade de Rio Branco, da Comarca de Rio Branco.

A cada dia nos assustamos, não vou dizer nos surpreendemos não, nos assustamos com o número de pessoas influentes que têm essa prática de violentar nossas crianças, a troco de um picolé, a troco de um ursinho de pelúcia e a troco de uma volta de carro, quando não de um iorgute. Nesses últimos dias apareceram não digo fatos novos, mas fatos que inclusive já chegou ao conhecimento aqui da Comissão, a turma que esteve lá no Acre, que trouxe alguns subsídios, alguns materiais. Então estamos deduzindo que é uma rede, e uma grande rede com punhos bem grossos, e é o que nos preocupa bastante.

O que nos angustia? Acho que há pouco interesse, há pouco empenho, há pouca preocupação de muitas autoridades, de muitos organismos, da própria sociedade, que fecha os olhos, que se cala e isso nos traz muita indignação. Porque vemos... Têm coisas que acontecem no Acre a olhos nus, não precisa alguém denunciar anonimamente, ou alguma criança, ou adolescente nos procurar, não. Estamos vendo. Quer dizer, a coisa está ficando tão grave, e a nossa preocupação como Justiça, minha principalmente, não sei se é porque tenho um afeto todo especial à criança e o adolescente, é que as pessoas estão encarando, a meu ver, com uma certa naturalidade. Isso é o que mais me preocupar.

Alguns procedimentos também, não sabemos as razões; porque não caminham, não andam, estão emperrados. Até falei com alguém que conversou comigo ao telefone e alguém também que fez uma entrevista, o que eu achava de tudo isso. Eu até falei: "Olha, esse convite de ir ate Brasília, vou só ratificar, reiterar aquilo, as informações que eles já têm. Agora, a nossa angústia, a nossa ansiedade é que essa CPMI fosse até o Acre." Porque a gente alimenta aquela esperança de a CPMI indo – são pessoas totalmente desligadas... Sabemos que o Acre é muito pequeno, todo mundo se conhece e quando não é parente. Ali quem não é parente é muito amigo, é parente do marido, é parente... Tem alguma afinidade. Então fica difícil também para as pessoas desempenharem um trabalho mais eficiente. Então eu acho que a CPMI, indo ao Acre, vai existir uma cobrança aos órgãos, porque tem uma hora que nós nos sentimos impotentes.

A infância e a juventude, todo mundo sabem, tem sua competência limitada, principalmente quando os crimes envolvem pessoa adulta. Nós não podemos julgar um adulto, mesmo que ele cometa qualquer crime contra a criança e o adolescente. Que para a sociedade ela não entende isso e nos cobra demais. Já sugerimos que o Tribunal de Justiça baixasse normas modificando a nossa lei – como é que chama? – orgânica, aumentando a competência do juizado da infância e da juventude para julgar todo e qualquer elemento, pessoa que cometa toda qualquer tipo de crime com criança e adolescente. Por que assim? Não é porque estou lá, mas isso é uma realidade brasileira, os juízes da infância e da juventude, não sei se por eles lidarem com a criança e adolescente, têm mais paciência de ouvi-los, sabe como perguntar a uma criança sem constrangê-la, porque nesses crimes contra os costumes a vítima é vítima várias vezes, ela se constrange várias vezes: primeiro por ter sido violentada; depois tem que fazer um exame de conjunção carnal – vai abrir a perninha, é mais um constrangimento –; fala para o delegado; fala para o juiz; fala para o promotor; e aí vai falando. Chega uma hora que ela diz: "Eu não quero mais falar nesse assunto".

Então qual é a preocupação nossa do Juizado da Infância e da Juventude. É que nós temos paciência. Dr. Maia e eu, um vez, esperamos duas horas para colher o depoimento de uma criança de oito anos. Ele olhava para nós e dizia: "Não quero falar nessa besteira". Ficava correndo no meio da sala. E nós, com toda aquela paciência, chamava, colocava em outra cadeira, batia um papo, conversava, dizia para ele qual era o objetivo da gente estar fazendo aquelas perguntas a ele. E a gente sabe que um magistrado que sempre atuou numa área criminal é muito positivista e vai direito ao assunto. Se a criança ou o adolescente fica indeciso ou não quer falar, o que vai acontecer? O seu agressor,

o criminoso, vai ser inocentado, porque a prova maior nos crimes contra os costumes e a prova válida é o quê? É a palavra da vítima, porque dificilmente esses crimes têm testemunha ocular. Então, tem-se que crer na palavra da vítima. É preciso que tenhamos paciência para arrancar da criança... Quanto mais criança, menos ela quer falar. Aí as pessoas dizem: "A criança não esconde as coisas". Não, mas a criança tem vergonha. A criança fica acanhada diante das pessoas adultas. E podemos até concluir isso porque o nosso filho, o nosso... Quem tem criança em casa sabe que uma criança não gosta de tirar a roupinha na frente de pessoas estranhas. Quando a gente coloca uma empregada nova em casa, os nossos filhos demoram a se acostumar. A criança, apesar de ser inocente, já tem aquele sentimento de pudor. A criança tem pudor. Agora vocês imaginem o quanto uma criança e um adolescente sofrem e quanto são agredidos até que se apure a violência que sofreram.

Outra coisa que a gente enfrenta com determinada dificuldade: lá em Rio Branco, o IML trabalha em horários limitados. Então, se uma criança ou um adolescente sofre um estupro após aquela hora, ela tem que aguardar o dia seguinte para ser examinada. Isso é mais uma agressão. Além de ter sofrido aquela agressão, de ter sido violentada, ainda tem que guardar toda aquela sujeira até o dia seguinte para que vá fazer, para se sujeitar ao exame de conjunção carnal.

A preocupação com essa cadeia de violências a que uma criança ou um adolescente está sujeito é uma das maiores preocupações nossas.

Bom, com relação a essa rede. Não há que se falar muito daquelas meninas que ficam nas esquinas – nós até sabemos quais são as esquinas, todo mundo conhece, é visível, a gente passa de carro e elas estão lá. Em sua maioria, elas não são mais menores de idade – o corpo voluntário do Juizado sempre passa e constata que são maiores de idade. A nossa maior preocupação não é com aquelas que estão nas esquinas – esquinas que a gente conhece e onde elas são vistas. Preocupamo-nos com aquelas pessoas que têm mansões ou chácaras um pouco afastadas de Rio Branco e que contam sempre com um personagem ou dois que fazem a escolha das meninas para levar para essas chácaras. Lá acontece tudo que vocês possam imaginar e o que vocês não imaginam. Essas pessoas ganham dinheiro – muito –. e quanto mais nova for a menina e se for virgem, maior a gratificação. Isso se tornou uma prática em Rio Branco. Até surgiu um caso não novo, já é dessa cadeia sobre a qual há informações aqui, mas apareceram figuras novas. Trouxemos – o Delegado e eu – algumas cópias e algumas peças em que são mencionados nomes –, porque foram ouvidas algumas adolescentes. Temos também algumas denúncias...

Todo mundo sabe que as meninas de Rio Branco, de Xapuri e de Senador Guiomar também são recrutadas para ir para Cobija e têm entrada franca, apesar da existência de um termo de cooperação – isso não funciona infelizmente. Eu não sei o que podemos fazer para que a Bolívia realmente cumpra com a sua parte. Ouvimos um depoimento em que uma adolescente diz que boliviano não gosta de bolivianas, que eles só querem brasileiras, inclusive são figuras do exército, são governadores que, em algumas situações, fecham determinadas casas, obrigam as meninas a usar cocaína, tomarem uísque, fica fechado só para aquelas autoridades. Isso também, segundo informações de uma denúncia anônima que colhemos na semana passada, é costume, é uma prática em Cobija.

Os motoristas de táxi, de ônibus e caminhões também são pessoas de bastante significação nessa história. São eles que levam essas crianças e adolescentes para Cobija, para Porto Velho. E a nossa fiscalização, embora seja um Estado fronteiriço, não tem uma fiscalização rígida nas nossas estradas, porque, lógico, se tivesse, eu acho que reduziria, pelo menos. Apesar de que, as pessoas, quando querem fazer suas coisas ilegais, elas arranjam jeito, têm manobras, sempre dão um jeitinho.

Não vou citar nomes, porque é meio complicado. E um caso que ainda está sob investigação, é conveniente não falarmos, é prudente não falarmos para não atrapalhar, porque esta é uma verdadeira cadeia e se pelo menos nós dermos um sinal aqui, pode ser que estraguemos tudo e não consigamos nada, porque vamos montar um cerco para tentar flagrar, porque vamos ter uma ajuda muito importante nesse caso mais especificamente que envolve mais de 6 pessoas adultas e de grande influência no nosso Estado, seja por ser comerciante, por... Mas são pessoas realmente de destaque que todos conhecemos. Então, temos que fazer isso com muita segurança. A Delegacia, a Polícia Federal e o Juizado, vamos tentar ver o que fazemos para lançar mão deste bordel **society** que existe lá, porque este é o mais grave, inclusive, funciona aos sábados e domingos à tarde. Este não é nem noturno, é à tarde. Alguém nos deu até o esquema de como chegar lá, como as meninas são escolhidas, quais são as preferidas e aí vai.

Vou parar por aqui e aguardar as perguntas que, acho, para nós que estamos de frente, fica melhor e vamos ficar mais à vontade, com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quero agradecer à Juíza, Drª Maria Tapajós Santana Areal, não só pelo trabalho que vem exercendo, mas

pela sensibilidade que vem demonstrando nessa função tão importante que é a defesa dos direitos das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Como não fiz no início da reunião, eu queria agradecer a presença de todos que vieram do Acre até aqui, nos prestar este grande serviço que será uma grande contribuição para a nossa CPMI. Infelizmente, não tivemos condição de estar no Acre, são muitas demandas, a CPMI iniciou este trabalho há quase um ano. Conseguimos prorrogar o nosso período de funcionamento da CPMI. Mas, agora, até o final do mês, a Deputada Maria do Rosário, que é nossa Relatora, estará encarregada de entregar esse Relatório. Mas não poderíamos também deixar de ouvi-los pela gravidade da situação no Estado do Acre, que temos acompanhado, principalmente por intermédio da Deputada Perpétua e pela nossa equipe, que foi até o Acre fazer a diligência, nos trazendo informações que, certamente, serão muito úteis para o relatório da Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, apenas em respeito aos nossos convidados, eu gostaria de justificar que estamos com diligências, e as Casas, tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados têm inúmeras agendas, que são concomitantes com esta. Então, os Parlamentares estão se dividindo, e se os senhores perceberem que entramos e saímos, por favor, não tomem por outro motivo que não o próprio trabalho e a necessidade de, ao mesmo tempo em que estamos aqui, estamos tratando de um tema trazido pela Senadora Ana Júlia ou pelo Deputado Luiz Couto, pelos colegas, ou mesmo de outras reuniões a que vamos comparecendo, de interesse da área da infância, concomitantemente. De forma que já me justifico antecipadamente por alguma saída que tenha que dar e até faço isso talvez em nome dos colegas. Mas tudo está absolutamente sendo gravado e estaremos considerando com muita atenção a fala dos senhores e a experiência importante que estão nos trazendo.

A SRA. (Oradora não identificada) – Apesar de legisladora, a gente **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu queria, neste momento, convidar o Dr. Francisco Maia Guedes, Promotor de Justiça da Infância e Juventude.

Eu queria registrar também a presença do Vice-Presidente da CPMI, Senador Eduardo Azeredo. Peço até que V. Exª pudesse se localizar desse lado. (Pausa.)

Pediria à Deputada Almerinda que assumisse o lugar da Deputada Maria do Rosário. (Pausa.)

Então, com a palavra o Dr. Francisco Maia Guedes, Promotor de Justiça da Infância e da Juventude.

O SR. FRANCISCO MAIA GUEDES – Boa tarde a todos e a todas.

Boa tarde à Senadora Patrícia, a quem já acompanho, porque sou conterrâneo; e à Deputada Maria do Rosário também, do conhecimento que a gente tem da força, da energia que tem tido em estar desvendando, desvelando para toda a Nação esse mal, essa chaga tão grande que existe no nosso meio e que precisa realmente desse enfrentamento.

Quero cumprimentar todos que estão aqui, a presença do Senador e da Perpétua, que são lá do nosso Estado e que também têm dado um apoio, uma força muito grande, notadamente, na área da infância e da juventude, a gente tem acompanhado.

Iniciando, eu diria que a Drª Tapajós já deu uma visão, assim, macro da situação. E eu teria muito mais a reiterar tudo isso. E dizer realmente da existência desde o caso mais simples do próprio abuso na espécie de violência sexual, do próprio abuso mais simples, até aquele mais de grande destaque, de realce que a gente teve, que foi... que teve uma conotação nacional que a gente conhece, também da exploração vivenciada, na periferia; até essa rede que a gente detectou a existência e, não sabe-se ainda, com uma grande organização ou com uma grande "descaração", por assim dizer; até mesmo a questão da saída, do tráfico realmente de crianças e adolescentes rumo à fronteira, à Bolívia e aí por diante.

Então, essa é uma realidade, que eu diria, brasileira, uma realidade nacional, e diferenciada no nosso Estado, como na região Norte, como um todo, por essa questão desse corredor que existe partindo aí do Acre, subindo pelo Amazonas, Roraima e saindo. É algo, assim, muito particularizado da nossa região. E a verdade é que a gente vive esse dia-a-dia lá.

Na nossa atuação, a gente tem tido contato com muitas adolescentes, tanto no Juizado da Infância e da Juventude como o nosso próprio Delegado – e, aí, mais, detalhadamente, porque tem esse ofício da investigação, a gente atua muito mais na área da proteção e, depois, remete para que seja mais minudado na investigação de todas essas espécies da violência da sexualidade.

Eu também queria abrir e deixar um espaço mais para um questionamento, para algumas dúvidas de particularidade que, com certeza, nós aqui teremos, e para que a gente possa estar colocando dentro da possibilidade, porque, efetivamente, existem algumas situações em que a gente não poderia ainda estar colocando ou expondo justamente pela necessidade que temos ainda de uma investigação mais aprofun-

dada e até de momentos já bem propícios para uma resolução, por assim dizer. Mas aquilo que já é bem público... Temos algumas situações de publicidade. Casos de exploração, como o da pessoa conhecida como Zezinho, são notórios, públicos, a gente pode estar colocando algumas coisas, inclusive dentro das próprias possibilidades do próprio processo em si. Questões como a do próprio Antonio Manoel, que foi bastante detalhada, divulgada, e essa própria rota de existência do tráfico...

Então, vou também parar por aqui e vou ficar à disposição para que a gente possa estar interagindo. Acho que uma interação vai ser mais salutar.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço, da mesma forma, a palavra e a contribuição do Dr. Francisco Maia.

Passo a palavra ao Dr. Josemar Moreira Portes, que é Delegado-titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, em Rio Branco.

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Boa tarde, Srs. Deputados, Srs. Senadores.

Bom, o Dr. Maia e o Dr. Tapajós já delinearam bem a situação geral. Vou tentar me ater um pouco mais a alguns casos específicos, aqueles que podem ser divulgados, para tentar traçar o que de fato está acontecendo na nossa Comarca de Rio Branco, em nosso Estado.

De início, gostaria de esclarecer que em Rio Branco não há uma delegacia especializada para crianças e adolescentes vítimas, daí a nossa competência, da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher ser competente também para casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes do sexo feminino. Os do sexo masculino vão para as delegacias comuns, não estão na nossa competência. Isso, aliás, é um questionamento que se faz também e já está em vias de ser resolvido. Então, atualmente, somos dois delegados lá.

Há de fato uma necessidade, urge que se crie uma delegacia especializada no atendimento a crianças vítimas no Estado do Acre. Por quê? O volume de serviço da nossa Delegacia é muito grande. A violência doméstica em nosso Estado é outra questão que também nos toma muito tempo e não temos uma equipe especializada para atender esse tipo de vítima, que é uma vítima especial, necessita de uma equipe preparada para isso. O Juizado nos dá apoio, sem dúvida. Utilizamos o Programa Sentinela, o Conselho Tutelar. Mas é fundamental que tenhamos uma equipe investigativa própria para esse assunto, dado o tema, propriamente, que merece isso, e também pelo que ocorre em nossa cidade, que está tomando proporções realmente que... É urgente que se crie isso. O Secretário Estadual de Justiça, o Dr. Fernando Melo, está ciente desse fato e está encaminhando o assunto para a criação dessa delegacia, mas, de concreto, ainda não temos nada. Fato é que somos hoje a delegacia competente para apurar e investigar esse tipo de crime.

Como todos sabem, a questão da prostituição e da exploração sexual em Rio Branco não é um fato inédito, novo, mas tomou uma proporção de comoção social a partir do famoso caso Antonio Manoel, do qual não participei, a Drª Tapajós participou, efetivamente, o Dr. Maia, o jornalista Petter, aqui também, que teve uma participação fundamental no caso...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Desculpe-me interromper. Como existem outros Parlamentares que não são de lá, talvez fosse preciso fazer um resumo breve desse caso.

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Acredito que o jornalista Petter vá fazer um relato mais aprofundado, mas, sucintamente, vou explicar. Inclusive, vou fazer mencionar...

Na Comissão prévia que esteve lá no ano passado, inclusive, uma senhora está aqui presente, foi relatado a ela, foi passado todo o material desse caso específico. A partir desse caso, das apreensões que foram feitas na residência desse cidadão... Inclusive, eu trouxe aqui um CD em que consta vasto material pornográfico encontrado no computador desse cidadão. A partir daí, identificamos inúmeras vítimas.

Senhores, esse CD eu trouxe para ficar, porque já é público. A ação já está na Justiça. Não corre mais em segredo, a não ser aquele segredo para proteger a vítima, é claro. Mas é um fato público e notório. Ele está preso. Então, não estou falando novidade nenhuma aqui.

Então, a partir desse... as fotografias que estão aqui, vocês poderão ter noção, aqueles que ainda não têm, do quão grave era a situação no Estado do Acre. A vítima que desencadeou isso tudo, que foi atendida imediatamente lá pela Drª Tapajós, é uma criança, não digo nem pré-adolescente, era uma criança. Não tinha nem seios. É uma coisa absurda. Foram necessárias várias cirurgias para recompor a genitália. Uma série de fatos, que é uma coisa absurda mesmo. Mas verificando essas fotos, conseguimos identificar cerca de 25 vítimas menores nesse material que aqui está. Existem outras, temos notícias de outras. Identificamos que são 25 meninas diferentes. E para identificar mesmo, saber essa aqui chama-se fulana de tal, conseguimos onze ou doze. O trabalho investigativo é muito difícil nesse caso. Poucas se dignam a colaborar, uma ou outra. E nós conseguimos identificar onze ou doze dessas que estão aqui, e de fato esse senhor já está condenado em alguns processos. E, ultimamente, parece que já

foram quatro outros inquéritos também por estupro, com violência presumida. Ou seja, quero crer que ele vai passar um bom tempo na nossa unidade penal lá.

Mas a partir desse fato é que se começou a ter uma comoção social efetivamente para o problema e que se desencadeou outros dois casos que se tornaram famosos na Comarca também. Um foi citado e também a com participação efetiva do Dr. Maia, que é o famoso caso do Zezinho, que também é público e notório – não estou falando aqui. E um outro caso de um senhor proprietário de um hotel grande também lá na cidade, que é o Sr. Maurício Lisboa. Também está indiciado e o processo está na Justiça por favorecimento à prostituição e por estupro com violência presumida. Já está relatado e está em uma das Varas Criminais, que não sei qual é.

Então, a partir da prisão desse Sr. Antonio Manoel desencadeou imediatamente esses dois casos que já foram objeto de apuração e já não está mais na nossa Delegacia. Já está na Justiça.

E também, como nas fotos que os senhores que poderão observar, em algumas fotos aparecem outras pessoas participando dessas orgias. Essa identificação da figura masculina nessas fotos é que estamos encontrando uma dificuldade enorme. As vítimas, as que já conseguimos identificar, ainda não logramos êxito em que elas digam o nome dessas pessoas. Alegam não saber ou não lembrar, algo que o valha.

Então, esse caso do Sr. Antonio Manoel está temporariamente paralisado, porque estamos tendo um trabalho dificultoso na identificação das demais vítimas. Ainda faltam hoje mais de dez a serem identificadas. Cada uma delas vai ser um processo, obviamente.

E a partir daí se instaurou esses dois novos inquéritos, e aí começou a chover denúncias lá com a Drª Tapajós – principalmente porque ela foi a principal responsável por esse caso, com a participação investigativa da Delegacia, mas o caso partiu lá do Juizado –, novas denúncias, e ela pede que investiguemos. E atualmente temos o trabalho investigativo no que se refere também a um caso que foi também passado à Comissão, que é o famoso caso do Busão, o conhecido Busão, que foi divulgado na imprensa aqui de Brasília, e que acontecia lá.

Eu trouxe cópia integral desse inquérito, que ainda está em andamento, está em fase de investigação. Até pouco tempo atrás ele estava sob sigilo absoluto. Infelizmente o Tribunal de Justiça lá do Estado do Acre quebrou esse sigilo. Até março, ele estava correndo em sigilo. Inclusive o sigilo abrangia advogados, não tinham acesso, para que pudéssemos localizar as vítimas. E localizamos algumas. Temos vários depoimentos de vítimas que se dignaram a prestar o depoimento. Enquanto ele estava sendo mantido sob sigilo, conseguimos evoluir nessa investigação. E de fato, já temos elementos até para indiciar alguém. Mas é que a investigação tem outras nuances nesse processo que demandam um pouco mais de investigação e o ato final que seria interrogar as pessoas, que a qualquer momento isso vai acontecer. As vítimas citavam nomes de tantas pessoas, e não poderíamos encerrar o inquérito sem ouvir todas as pessoas, e todas as pessoas influentes também. Então, está nessa fase. Mas, atualmente, esse inquérito não corre mais em segredo de Justiça. Isso foi decidido parece que em março.

A rede de prostituição no Estado do Acre, não estou falando novidade também, ela existe, tanto de aliciadores como a própria rede criada por elas próprias, aquelas adolescentes que viram uma maneira fácil de ganhar dinheiro. Então, elas próprias já se organizaram, é um absurdo dizer isso, mas é. Tem aquelas que já são responsáveis pelo agenciamento, já sabem, é só um telefonema: "Vamos para a granja tal, a menina tal..." Nós já temos nomes inclusive também. Já sabe quais as meninas que ela pode localizar e outras mais que ela pode aliciar, nos colégios. Então, a coisa no Estado do Acre está gravíssima. Essa rede existe, sem dúvida. Não temos mais dúvida disso. Agora temos que achar nomes e casos específicos. Não adianta querermos ficar no genérico. E como a Drª Tapajós...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só uma dúvida o Busão ainda continua...

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – O inquérito está em andamento, trouxe uma cópia...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não foi desmanchado então ele?

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Ah, não. Foi periciado à época e a notícia que tenho é que foi desmanchado pelo proprietário da empresa que prestou declarações também na Delegacia. Ele sabia da existência do Busão, que era usado para levar diretores de uma cidade a outra não para a atividade de exploração sexual de menores. Segundo ele, não era do seu conhecimento. E as próprias vítimas que foram depor, também os motoristas que conduziam esse... e os próprios funcionários de uma empresa de transporte lá confirmaram que, de fato, o proprietário da empresa, o principal acionista, não tinha conhecimento do uso que se fazia desse ônibus. Esse fato está... São dois diretores da empresa que provavelmente serão indiciados.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Aproveitar para mostrar esses aqui são os ônibus...

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – E se a denúncia... Depois dessa denúncia foi feita uma perícia por peritos da Polícia Federal que constataram...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É um ônibus com suíte de casal, com espelho inclusive na parede, seis poltronas na frente, e essa divisória, com um lugar com mais dois beliches, se não me engano; e outro que é uma suíte de casal, nesse ônibus que foi o propósito de um...

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Quero crer que essa denúncia iniciou com o trabalho investigativo, acho que foi do próprio... um trabalho jornalístico, porque isso aí não é foto da perícia.

(Superposição de intervenção dos Srs. Oradores. Inaudível.)

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Fotos de jornalistas que chegaram, porque foi feita a denúncia, e através da denúncia é que nos mobilizaram para que fosse feito isso.

Mas já temos depoimentos, testemunhas vítimas que viajavam nesse Busão. A questão de como era usado está bem definida. Já temos vítimas comprovadas com laudos, isso não há mais dúvida. Como não há mais, dúvida, quero deixar bem claro aqui, que o principal acionista da empresa não tinha participação nisso. Isso declarado pela própria vítima.

Esse inquérito está em andamento faltam ouvir algumas pessoas, mas quero crer no máximo em trinta dias isso deve ser remetido à Justiça, porque envolve, talvez tenha até desmembramentos, porque há casos de estupro, favorecimento à prostituição e outros fatos. Mas estou com a cópia integral dele aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – **(Fora do microfone. Inaudível)**

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Também. A nossa principal preocupação agora é identificar exatamente quem efetivamente tinha relação sexual com menores, quem agenciava, quais eram os contatos, quem participava, quem eram os visitantes do Busão. Isso é muito importante...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não eram só...

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Não eram só os dois que eram pessoas influentes, eles convidavam...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Como? (Pausa.)

Consumo de bebida alcoólica, um ou outro caso de consumo de droga também declarado aqui, mas isso não está bem definido.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Usavam taxistas...

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – A questão dos taxistas... Não nesse caso do Busão... Os taxistas...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando foi descoberto aquele primeiro caso que está preso.

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Do Antonio Manoel.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Depois disso o Busão teve um pouco mais de cuidado de não ser uma coisa tão visível e que os táxis parecem que levavam as meninas até um determinado...

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Não era nem táxi, os depoimentos dão conta que era o próprio carro da empresa, carro particular. O motorista saia da cidade, passava pela barreira policial, ia até 50, 60 km na estrada, na BR e o carro particular da empresa levava 4, 5, 6 meninas até esse ponto "x" em que elas embarcavam. Isso também está declarado dentro... está bem delineado dentro do inquérito. Essa é uma questão.

A última questão que estamos trabalhando aqui e que a Drª Tapajós já mencionou... E eu pediria licença para não mencionar nomes, só confirmar que de fato a Drª Tapajós identificou uma vítima que se dignou a prestar um depoimento contra autoridades que até então sabíamos por ouvir dizer, mas não tínhamos nada concreto, e não é nenhuma dessas que participam nem do caso do Zezinho, do Lisboa, desse Busão não. São figuras, empresários da cidade. Esse último caso que está sob sigilo, em que uma vítima prestou um depoimento comigo na semana passada encaminhada pela Drª Tapajós... Foi um depoimento de sete, oito laudas. Foram quase sete horas de depoimento, e tem mais, ela se dignou a falar mais, mas estávamos, tanto eu quanto ela, já cansados e já tínhamos elementos para iniciar a investigação. E essa investigação é que de fato quero crer que vá atingir um ponto chave da rede que funciona lá. Não toda a rede, não é? Mas dando o exemplo de cima, com figuras até então de reputação ilibada, e, de fato, é um fato gravíssimo. Mas, volto a crer, para que essa investigação tenha sucesso é fundamental, primeiro, estamos armando uma estratégia porque com a atual equipe de investigação nossa é muito arriscado. Tenho poucos investigadores na minha Delegacia, ao mesmo tempo não posso confiar essa investigação a toda polícia civil, a competência é da polícia civil. Então, estamos cercando essa investigação com todo o cuidado para que não percamos o que levamos tanto tempo para conseguir, que foi o depoimento de uma vítima que, de fato, participava de coisas... Temos o relato dela aqui inclusive, mas é um relato que, se divulgado no momento, pode atrapalhar

toda a nossa... Mas precisamos de apoio para essa investigação, muito apoio.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E proteção à menina, que ela está...

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Também. A proteção dela, apesar de que no Estado temos um programa de proteção à testemunha e tudo mais, temos... Mas, de fato, atualmente, no Estado do Acre, isso não é suficiente. Precisávamos mais... Por isso da importância, que a Drª Tapajós já reiterou, é claro que isso não é mais possível, mas por isso que lamentamos, de fato, a não-ida da Comissão lá, mas claro que, com certeza, vocês têm as razões de vocês, mas foi um fato que lamentamos. Mas não é por isso que não vamos dar prosseguimento às investigações, mas precisamos do apoio de vocês aqui, porque vamos mexer com gente poderosa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com certeza.

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – E já quero deixar à disposição esse CD, fazer a entrega à senhora, porque é um caso que já está na Justiça, não é um caso que está sob investigação. É para que vocês tenham a noção da abrangência de como era feita a coisa e da idade das meninas. E, a partir disso, constatamos que de fato a rede existe.

A SRA. (Oradora não identificada) – (Fora do microfone. Inaudível)

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – As fotos dizem mais do que... depois vocês podem... Isso é uma coisa assustadora...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Depois a gente reserva damente...

A SRA. MARIA TAPAJÓS SANTANA AREAL – Mesmo sendo de quatorze anos, elas não têm compleição física de quatorze anos, até aquelas que têm quatorze têm compleição física de crianças, de crianças mesmo, devido a passar fome.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O desenvolvimento...

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – E quero quer que encerro a minha fala no momento e estou à disposição de V. Exª para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Muito obrigada.

Quero agradecer também ao Dr. Josemar Moreira Portes pela contribuição. Quero reafirmar aqui, novamente, já percebi, claro, que era muito importante que a CPMI pudesse estar presente no ato, mas, infelizmente, devido a uma questão de tempo mesmo, da entrega do relatório, não pudemos estar presentes à reunião, à audiência pública, mas fizemos questão de convidá-los a vir aqui hoje porque sabemos o trabalho que está sendo desenvolvido. E quero já aqui dizer aqui que sinto, talvez por tudo que tenha visto durante todo esse ano nas audiências públicas, nas diligências, nas oitivas, nos depoimentos de meninas tão fragilizadas, de famílias completamente destruídas por aquilo que muitas vezes nem elas próprias compreendem como aconteceu...

É muito normal, Senador Geraldo Mesquita, muitas vezes que os pais tomem conhecimento pela imprensa, pela delegacia, pelo juizado de menores, por um conselho tutelar. Então, é muito triste, é muito cruel a realidade, que foi tão bem expressada aqui pelo Dr. Josemar sobre a situação que vivem essas crianças e o envolvimento de pessoas que deveriam estar acima de quaisquer suspeitas. Mas, infelizmente, nas nossas diligências, nas nossas audiências, nos depoimentos temos visto que o descaso, a crueldade, a barbaridade de pessoas, muitas vezes inclusive políticos, como nós, que foram eleitos para defender os direitos de crianças e adolescentes, mas, ao invés disso, têm feito exatamente o contrário...

Portanto, quero me desculpar, em nome da CPMI, por não estar lá, mas quero aqui reafirmar o nosso compromisso de, mesmo após o encerramento da CPMI, eu tenho o privilégio e a honra de ser coordenadora da Frente Parlamentar no Senado pelos Direitos da Criança e do Adolescente... E, coincidentemente, a Deputada Maria do Rosário, relatora desta CPMI e coordenadora também na Câmara dos Deputados. Tenho certeza de que iremos dar continuidade a essa parceria, com tanta participação de tantos Parlamentares, homens e mulheres de boa fé, que acreditam nesse trabalho e que têm dado uma grande colaboração nesse sentido. Portanto, têm aqui o compromisso de que essa luta não se encerra de forma alguma. Sou talvez uma das pessoas que tem mais interesse de que isso vá até o fim, que após o relatório possamos realmente acompanhar caso a caso, cobrar da Justiça, das autoridades, de quem é de direito, através das nossas sugestões que serão apresentadas no relatório de políticas públicas, de alterações legislativas importantes, para, justamente, ocupar essas brechas e essas lacunas que tantas e tantas vezes nos impedem de punir aqueles que estão envolvidos nesses crimes tão violentos contra as nossas crianças e os nossos adolescentes.

Mas quero reafirmar, aqui, o nosso agradecimento pela presença dos senhores e das senhoras.

Quero passar, em seguida, a palavra ao jornalista Petter Lucena, do jornal **A Tribuna**, de Rio Branco, e que, também, terá o mesmo tempo para suas colocações.

O SR. PETTER LUCENA – Boa tarde, senhoras e senhores.

Eu vou fazer o mesmo pedido que a Drª Tapajós fez, que o Delegado fez e que o Promotor fez. A CPI teria que ir a Rio Branco e nós não teríamos que vir aqui. Lá, a CPI teria um resultado surpreendente. É diferente de nós estarmos aqui, mas, como a senhora pediu para que eu fizesse um resumo da questão de Antonio Manoel, que a maioria aqui não conhece...

Ele já vinha agindo, através de relatos que nós pegamos, desde 1985. Ele já vinha praticando esse tipo de crime contra crianças e adolescentes e a gravidade se abre de uma forma quando o último crime que ele cometeu foi contra uma criança de 10 anos, que não tinha nada formado direito, e, quando chegou na maternidade, uma pessoa que me conhece suspeitou e perguntou para ver o que tinha sido registrado na Delegacia da Mulher sobre um estupro ocorrido no dia tal. Na época, eu trabalhava com um companheiro meu, o Amarildo, que fazia, também, um trabalho com a gente lá no jornal. Ele foi lá e tinha a ocorrência – autor não identificado –, enquanto que a mãe da criança disse o nome do autor para a Delegada que estava de plantão naquele dia, mas na ocorrência estava lá dizendo que o autor não tinha sido identificado, e por aí vai.

Esse foi um trabalho que foi feito com muita calma e, também, com muita colaboração da Juíza. Como nós pegamos alguns elementos e corremos atrás do fato, nós chegamos para a Doutora... "Doutora, nós temos o nome – 90% de certeza de que ele é o culpado de toda essa história." E a gente foi trabalhando, e, aí, envolvemos a mãe da menina e conseguimos – a mãe foi até seqüestrada com a filha... Foi uma confusão de dois dias para conseguirmos a prisão dele. A Doutora que foi teve a coragem de decretar a prisão dele. E por aí vai.

Esse é um resumo e uma coisa interessante é a seguinte: quando nós começamos a investigar esse caso de Antonio Manoel, as próprias pessoas de dentro da polícia diziam: "Isso não vai dar em nada. Isso é de gente da alta, gente grã-fina. Isso não vai dar em nada. Esquece isto." Mas, a partir desse momento, da prisão dele, as coisas começaram a mudar. Então, assim como o Juizado recebia de cinco ou mais denúncias por dia, em diversas formas, por escrito, anônima, por telefonemas, eu, também, recebia denúncias de pessoas que, também, não queriam se identificar, mas elas ligavam e diziam onde estava acontecendo, quem eram os acusados e por aí vai.

Como no Acre quem faz ameaça de morte, cumpre, a coisa, então, começou a ficar perigosa. Por quê? Porque lá já se matou um líder ecologista, já se matou um governador e a coisa não é de brincadeira. Quando se trabalha com esse tipo de caso, são pessoas influentes, são pessoas que têm dinheiro, são pessoas que têm poder. Então, o próprio jornal, na época em que eu trabalhava, disse: "Vamos acabar um pouco com essa história. Não vamos mais mexer com isto." E os jornais de Rio Branco não estão mais mexendo com esse tipo de assunto. Se dão, é um fato pequeno, enquanto que, se, realmente, fosse fazer uma investigação mais séria, a gente teria muitos e muitos outros casos.

Há outra coisa que, também, eu acho muito interessante e que irei colocar é a seguinte: a Assembléia Legislativa, no final do ano passado, criou, por unanimidade, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a exploração sexual infantil no Acre. Essa Comissão foi criada no final do ano passado, por unanimidade, mas, ninguém sabe por que razões, até hoje essa Comissão não foi instalada. Só foi criada, mas não foi instalada, até hoje. Está no esquecimento. Ninguém mexe mais com isso. Daí, não sei se é falta de interesse, não sei o que está acontecendo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Já foi instalada?

O SR. PETTER LUCENA – Não foi instalada até hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Já foi aprovada?

O SR. PETTER LUCENA – Foi aprovada, mas, até hoje, não foi instalada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Há muito tempo?

O SR. PETTER LUCENA – Foi no final do ano passado. Está com seis meses, sete meses.

Então, uma coisa que a gente deveria questionar: por que essa Comissão não foi realmente instalada? Porque elementos existem muitos para serem investigados, existem muitas pessoas que estão aí para serem investigadas e a coisa não sai do canto.

Eu acho que era isso.

Estou pronto para responder algumas perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada também ao jornalista Petter Lucena.

Vou começar a passar a palavra, então, aos Parlamentares para que possam iniciar as suas perguntas e buscar tirar as suas dúvidas. Passo, em primeiro lugar, a palavra à Deputada Perpétua, para que possa iniciar essa nossa conversa.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PcdoB-AC) – Obrigada, Senadora.

Queria até, em nome do Estado do Acre, agradecer esta CPMI, ao seu envolvimento, da Deputada Rosário e dos demais Colegas que fazem parte da CPMI.

É claro que ficou claro aqui no depoimento das autoridades do Estado que existia uma expectativa muito grande da ida da CPMI no Acre, até porque, se na época da CPI de combate ao crime organizado, ao esquadrão, a gente conseguiu desbaratar muitas quadrilhas quase impossíveis de serem desbaratadas no Estado do Acre. Então, existia essa expectativa muito grande em torno da ida da CPMI, porque, como é um Estado pequeno, todo mundo conhece todo mundo, nem todos se dispõem a colocar a mão nessa ferida. E vocês que estão investigando sabem disso. Onde a CMPI esteve, o resultado foi outro. Muitos locais onde quem comandava o processo de prostituição eram prefeitos, eram personalidades da política, então quando a CPMI chegou, houve uma reação. Então, tinha essa expectativa no Estado do Acre.

Queria aproveitar também e agradecer, porque mesmo a CPMI não indo, foi possível trazer aqui algumas personalidades que lidam diariamente com o problema. Eu acho, então, que dá para aproveitar muita coisa a partir daqui. Depois na audiência privada também dá para a gente pegar mais alguns dados e detalhes.

Para nós, Senadora Patrícia, as pessoas que vieram aqui, Dr. Maia, o Delegado, a Drª Tapajós e o próprio Petter, que têm acompanhado isso por meio da imprensa, têm tido uma dedicação exclusiva a essa situação no Estado. Agora, é claro que eu também fico com as minhas dúvidas.

O Acre é um Estado pequeno, é um Estado pobre, que, como vários outros Estados da Federação brasileira, tem as suas dificuldades para a Justiça andar, para os órgãos interrogatórios andarem, para a gente ter funcionário suficientes. Agora, têm algumas coisas que, se a Drª Tapajós e o Dr. Maia, e o próprio Josemar puder me ajudar...

Não consigo entender por que, no caso do empresário Zezinho – saiu inclusive ordem de prisão dele –, esse cara não está preso hoje? Onde é que vocês consideram que está pegando? Como é que a CPMI poderia ajudar nisso? Como nós poderíamos ajudar também? Essa é uma dúvida.

Também tenho uma curiosidade de entender, não sei se vocês têm condições de responder, por que o Tribunal de Justiça no Acre teria quebrado o sigilo das investigações do caso Busão? Porque eu acho que isso atrapalhou, como atrapalhou também a matéria que saiu aqui no **Correio Brazilienze**. No dia seguinte, ela foi repercutida em todos os jornais do Acre. Eu sou favorável ao trabalho da imprensa. Sou mesmo, mas, no caso, como estava aquela investigação, aquilo não ajudou; pelo contrário, atrapalhou o processo de investigação.

São dúvidas que ficam.

Uma outra pergunta que eu teria. No caso especificamente do Antonio Manoel, que foi um caso que chocou a sociedade e acreana, porque ele era um cidadão do meio político e da esquerda... Ele estava em todos os comícios que eu estava, apresentando a mim, ao Governador do Acre e outras figuras. Então, isso foi um susto muito grande. Você convivia diariamente com aquela personagem. Pelo que está no processo, seria em torno de vinte e cinco crianças que teriam sido molestadas ou estupradas. Nas investigações com ele, no caso do computador dele, teriam outros nomes que não estão sendo investigados? Ele teria saltado alguém? Porque a forma como a imprensa do Acre vem colocando – e a imprensa tem prestado um grande serviço nesse caso –, a imprensa constantemente coloca que têm novos casos a partir do caso Antonio Manoel, que teriam outras personalidades nesse processo. Têm? É possível chegar nelas? É um pouco isso.

Senadora Patrícia Saboya e demais Parlamentares, minha grande preocupação de ter insistido de pelo menos virem aqui as autoridades do Estado do Acre é porque a imprensa do Acre coloca isso constantemente. Ultimamente tenha até deixado de divulgar um pouco. Então, faz com que a própria sociedade cobre, e cobre de nós também, Parlamentares, que façamos alguma coisa. Creio que estamos tentando aqui fazer a nossa parte. Mas também digo que não é possível ir muito longe se não tivermos nomes envolvidos. Mesmo naqueles casos que já estão sendo investigados, como que seja punido... Eu não acredito que só tenha o Antonio Manoel, que este já está sendo punido. Como chegamos aos outros? Como garantiremos a prisão dos outros? É um pouco uma preocupação nesse sentido de como a gente chega aos verdadeiros culpados, se esses vão para a cadeia.

Depois, reservadamente, podemos até tratar disso.

Tem alguma outra preocupação... que a gente poderia organizar a Bancada do Acre, tratarmos com o Tribunal da Justiça ou com quem quer que seja.

A Assembléia Legislativa do Acre aprovou uma CPI que, lamentavelmente, ainda não foi instalada. Ainda acredito, pelo que ouvi de alguns Parlamentares, como a coisa foi andando, e a gente também sabe que no Legislativo também as coisas são demoradas, nós conhecemos como é que é isso... Depois houve uma discussão dos Parlamentares que, como estávamos às vésperas de uma eleição municipal, isso poderia virar palco político e acharam melhor transferir a CPI para o ano seguinte. Espero que seja exatamente isso, porque não tem nenhuma explicação se no próximo

ano, março, a CPI não estiver sendo instalada. Porque acho que ajuda muito, pode ajudar.

É um pouco isso.

A SRA. PRESIDENTE (Fátima Cleide) – Só estou substituindo a Senadora Patrícia Saboya por um minuto.

Com a palavra, o companheiro.

O SR. FRANCISCO MAIA GUEDES – Deputada Perpétua, essa sua indignação, essa sua forma de falar tão contundente também são nossas. Às vezes, deparamos com determinadas situações em que precisamos efetivamente trabalhar de forma inteiramente conjunta, unida, para dar o passo seguinte.

No caso específico do Zezinho, trouxe, tive o cuidado de trazer uma cópia do processo para que a gente possa, em outro momento que me parece que vai haver, tirar de forma mais reservada, para evitar até que a gente possa depois estar dando os espaços que estou falando, algumas conclusões para se encaminhar. Resolvi trazer porque sabia da necessidade de trazer porque já faz exatamente três anos que o processo está ainda andando: ainda está em fase de instrução para oitiva de testemunhas de defesa. Então, trouxe... Estou com o material e vou repassar para que depois a gente possa estar conjuntamente analisando e verificando quais são esses entraves, porque eles parecem ser ressaltantes, notórios dentro do processo. Estamos envidando os esforços necessários para que isso se resolva, efetivamente se resolva, esse caso do Zezinho. Porque é algo que já coloco e tenho certeza de que é também o mesmo pensamento da Drª Tapajós e do Dr. Josemar. Não temos nenhuma dúvida. Cada adolescente reiterava, dizia, confirmava tudo aquilo que a outra dizia. Já posso falar desse processo. Infelizmente, ele esteve parado por dois anos. Ficou parado em berço esplêndido ou em gaveta esplêndida. Tão-somente depois de uma matéria jornalística do Petter, tudo isso veio novamente à tona, e se revolveu dar impulso novamente ao processo. Ele tomou, ele ganhou nova dimensão a ponto de ter sido decretada a prisão do denunciado, apesar de ele não ter sido preso. Foi negada a prisão pelo juízo monocrático. Logo em seguida, o Ministério Público recorreu, e o Tribunal de Justiça decretou a prisão. Mas, imediatamente, houve recurso ao Superior Tribunal de Justiça e foi concedida liminar. O denunciado se encontra em Rio Branco e retornou à Presidência da Federação do Comércio. Isso é público. Ele está lá, e todos sabem. Eu, Drª Tapajós, Dr. Josemar, o Petter, não temos a menor dúvida porque são claros os depoimentos, são claríssimos. Elas expõem com riqueza de detalhes. Para mim, isso já seria suficiente para ele estar preso e para o processo já ter sido resolvido.

Reitero dizendo que estou aqui com o procedimento, mas quereria que pudéssemos estar juntos, analisando, para colocarmos situações e retirando conclusões que me parecem ser bastante claras.

Com relação ao caso Antonio Manoel – não sei se entendi bem a sua dúvida –, eu diria o seguinte. Existem outros nomes, com certeza, muitos outros nomes. Ele não agia sozinho. Por ocasião do seu interrogatório, ele declinou dois outros nomes, o próprio Zezinho. Olhem só, o próprio Zezinho. O próprio Antonio Manoel, em seu interrogatório, já se referiu ao Zezinho como parceiro dele nas empreitadas. Outro nome que foi declinado pelo Dr. Josemar é do empresário local Maurício Lisboa, que foi denunciado, e o processo também corre.

Não tenho dúvida também, Senador Geraldo e Deputada Perpétua...

O SR. (Orador não identificado) – (Fora do microfone. Inaudível)

O SR. PETTER LUCENA – Denunciou também. Ele declinou também o nome de Maurício. Daí a razão pela qual se instaurou imediatamente o inquérito, foram colhidas outras informações e ele foi denunciado. O Ministério Público entendeu realmente como indício suficiente de autoria e o denunciou. O processo está em andamento.

Falando da extensão dessa rede, tenho para mim que seria assim de... e já foi colocada... uma das grandes importâncias da ida da CPMI teria sido essa possibilidade de – e existe esta possibilidade mesmo sem a própria CPI estar presente, precisamos estudar – tentarmos entrar em entendimento com o Antonio Manoel, porque ele sabe, com certeza, de muitos outros nomes. Ele pode revelar, ele pode desvelar, ele pode pegar esse novelo, sair puxando e colaborar muito, mas, com certeza, ele vai querer algo em troca. Isso é possível. Agora, é preciso que entremos em entendimento. Sabemos que ele tem realmente informações importantíssimas, privilegiadas, necessárias para que desvelemos tudo, ou grande parte, por dizer assim.

Sabemos disso porque temos notícias de Antonio Manoel. Ele é um preso privilegiado. Lá ele tem coisas que nenhum outro preso tem. Por que será que ele tem? Então, as informações que a gente tem é de que as visitas íntimas são variadas...

A SRA. (Oradora não identificada) – (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FRANCISCO MAIA GUEDES – Então, o porquê disso? Então, qual é o preso... Nenhum preso tem isso! Quiçá, tivesse, porque necessita, talvez, todos realmente necessitamos. Acho que o que se tem que tirar é a privação de liberdade e dar condições para que o preso possa estar retornando. Agora, por

que será que só ele, especificamente, tem todos esses privilégios e regalias? É porque certamente é preciso se dar para ele isso. E por que é preciso se dar a ele isso? Então, eu tenho certeza de que um trabalho mais minudente, chamando talvez ele para uma composição, a gente poderá ter aí grandes resultados em relação a tantos outros nomes, aos próprios nomes que foram revelados por ele, como outros.

Eu não sei se respondi a tudo. Certamente ainda tem alguma coisa, mas eu posso...

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PcdoB-AC) – **(Fora do microfone. Inaudível)** o Tribunal de Justiça quebrou o sigilo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Deputada, a gente lhe pediria que a senhora falasse ao microfone, porque está gravando a reunião.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PcdoB-AC) – Só ficou uma pergunta eu acho que esquecida. Eu tenho uma curiosidade de saber por que o Tribunal de Justiça do Acre quebrou o sigilo das investigações do caso Busão.

O SR. FRANCISCO MAIA GUEDES – Deputada Perpétua, essa é uma boa pergunta a se fazer a quem o fez, porque não existia indiciado. Ora, nós pedimos justamente o sigilo desse inquérito para poder fazer toda uma investigação em cima, para que ninguém tomasse conhecimento, para que a gente tivesse tempo, fizéssemos com cuidado, tudo direitinho. Infelizmente o caso Busão veio à tona na imprensa. Foi a partir daí, então, que os interessados começaram a se mobilizar de tal forma a ponto de conseguirem essa liminar, ou essa decisão definitiva – porque não é nem liminar, é uma decisão satisfativa –, para que tivessem acesso à investigação. A partir do momento em que houve requisição por parte de um desembargador, acabou o sigilo, acabou. Nós tivemos o pedido ao juízo monocrático, nós tivemos ainda a possibilidade de contatar, de explicar e dizer da importância daquele inquérito e, com muita firmeza, a juíza monocrática, Drª Denise, manteve o sigilo, mas infelizmente ele não durou muito tempo no Tribunal.

Eu acho que essas são perguntas, Deputadas, que a gente precisa estar fazendo realmente, e não só fazendo, mas procurando respostas realmente concretas, porque têm algumas coisas que realmente deixam a gente com essas indagações, com a "pulga atrás da orelha", por assim dizer: "Por que, meu Deus? Qual a necessidade?" Não existia nem indiciado ainda no processo, não existiam nomes. A partir do momento em que se quebrou o sigilo, aconteceu o que aconteceu – e aí eu digo porque participei de algumas audiências do caso do Zezinho – , de algumas adolescentes, e a oportunidade de se cooptar a vítima, voltando atrás no depoimento que tinham dado com firmeza, com detalhes perante mim e a Drª Tapajós, voltando atrás: "Não, não tem nada a ver isso", e tal, e tal, e tal. E outras dizendo, inclusive, que... apontando: "Olha, houve realmente a cooptação, fulano de tal foi lá, fez a cooptação, procurou a adolescente tal". E logo depois se concretizando tudo aquilo que a outra adolescente tinha dito por parte dessa procura.

Então, é necessário que haja um comprometimento realmente de todas as instituições. Gente, pelo amor de Deus, não dá. A partir do momento em que se quebra um sigilo desse tipo, pronto, as ações passam a se retrair em face da possibilidade que tem a outra parte de estar também se mobilizando. Então, essa pergunta é uma pergunta que precisa ser feita a quem o fez. Porque por maior motivo jurídico ou possibilidade jurídica que se tivesse, o interesse da sociedade era muito maior, motivo muito maior para que se indeferisse o pedido, na minha maneira de ver.

E hoje temos uma liminar, e aí é uma liminar no caso do Zezinho, dada pelo STJ, e eu diria que talvez foi, a gente tem que assumir um mea-culpa, a falta desse contato, desse estabelecimento de colocações, de exposições para quem estivesse com o caso naquele momento, o Ministro que estivesse naquele momento. Não custa nada chegar e dizer. A decisão é dele – é ele quem vai decidir –, mas o papel da gente chegar e dizer: "Olha, a situação é essa." E até outras pessoas também, Parlamentares estar juntos, para poder dizer: "A situação é essa, essa e essa. A decisão é sua. Mas não temos a menor dúvida do fato em si, da questão em si. É lógico que é o senhor que vai decidir, mas estamos expondo aqui a situação." Ele não teve isso. Acredito que talvez por aquilo que muitas adolescentes disseram na retração, no voltar atrás, deva ter sido levado em conta no momento da decisão liminar do relator no STJ.

Para encerrar é isso. Acho que precisamos estar vendo o processo, vendo a situação e indo a essas instituições e fazendo essas perguntas: "Por quê? Qual o interesse? Qual o interesse maior?" É o interesse muitas vezes da legislação nua e crua ali, que tem que servir a nós ou o interesse maior da população, da necessidade de investigação num caso que nem indiciado se tinha ainda.

Obrigado.

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Só para complementar o que o Dr. Maia disse, eu entreguei cópia integral do inquérito do Busão à Senadora Patrícia, onde consta o acórdão do Tribunal de Justiça nosso, onde consta o mérito da decisão, as razões de decidir do desembargador. E não foi liminar não, já foi no mérito. A liminar foi indeferida, já está julgado e não

tem notícia de ter havido recurso do Ministério Público, mesmo porque não teria validade nenhuma.

O SR. (Orador não identificado) – Não, porque não tinha mais sentido, a partir do momento...

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Não tinha porque já tinha sido quebrado o sigilo, e não faria mais sentido. Dentro também desse diapasão aí, a questão é que dentro desse... foram tomados depoimentos, nesse inquérito do Busão, de pessoas que só prestaram depoimento porque foi garantido sigilo a eles: funcionários de empresa, funcionários que exerciam cargo de confiança, pessoas que declararam firmemente que estavam fazendo aquilo, mas que estavam sabendo o risco que estavam correndo e confiaram nas autoridades que tomaram seus depoimentos.

E quero crer também que uma das principais razões que levaram o Tribunal a decidir pela quebra de sigilo foi a notícia vazada na imprensa. Por quê? A notícia deu como fulano de tal e fulano de tal são tarados do lotação, essa foi a manchete. Quer dizer, eles não estão indiciados tecnicamente dentro do processo, mas, segundo argumentos do advogado, e tive oportunidade de ler a inicial do mandado de segurança, eles foram enxovalhados. Então, apesar de não terem sido indiciados, estão sofrendo um mal, segundo na época, um mal que não tinha reparação e que era necessário para eles ter ciência da investigação.

Quero crer que essa divulgação, não sabemos de onde partiu... Da mesma maneira que a imprensa nos ajudou a fazer a denúncia, a denúncia inicial partiu da imprensa, ela mais para frente, infelizmente, nos atrapalhou um pouco. Mas já temos elementos suficientes para indiciamento.

O inquérito está com a Senadora.

O SR. PETTER LUCENA – Posso complementar alguma coisa nisso, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Pois não.

O SR. PETTER LUCENA – A questão do Busão, não sei mais quem tinha conhecimento desse assunto a não ser eu, Amarildo, o juizado, não sei o porquê... Foi a gente que pegou esse material todo e levamos até lá, inclusive as fotos fomos nós quem fizemos, ninguém mais fez. E, num dia qualquer, a gente estava até acompanhando o Governador quando o telefone toca para a Deputada Nalu Gouveia, do **Correio Braziliense**, para falar sobre esse Busão. Eu digo: "Póxa, mas ninguém sabe disso, como lá em cima já estão sabendo?" E ela também nem sabia. A Deputada não sabia. E noutro dia saiu a matéria que realmente atrapalhou muita coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada.

Acho que podemos fazer em blocos as perguntas para agilizarmos um pouco mais os trabalhos, porque, daqui a pouco, teremos a Ordem do Dia e precisaremos estar presentes no plenário. Portanto, para que não percamos nenhuma pergunta, passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Srª Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, queridas companheiras Senadoras e Deputadas aqui presentes, Drª Maria Tapajós Santana Areal, Dr. Josemar, companheiro Petter Lucena e Dr. Francisco, eu acompanho o trabalho e o drama desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito desde o seu nascedouro, a aflição da Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Aliás, quero registrar aqui que – já tive a oportunidade de dizer isso –, se a Senadora Patrícia Saboya Gomes, durante todo o seu mandato, cumprisse apenas essa missão, S. Exª teria e terá justificado o seu mandato. Digo inclusive que a história da violência e do crime contra a criança e o adolescente brevemente poderá ser contada: antes e depois desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Tenho a esperança de que poderemos contar a história dessa forma. Creio que este trabalho vai revolver esse poço de podridão existente no nosso País.

O papel dos senhores e das senhoras, Dr. Maria Tapajós Santana Areal, é de fundamental importância, pois são os operadores no campo do Direito e estão à frente desse drama, tentando revesti-lo da roupagem jurídica e punir aqueles que cometem esses crimes bárbaros. Portanto, estão mais qualificados do que ninguém para oferecem as sugestões, inclusive de alteração da própria legislação – quem sabe, um rito mais severo, mais célere para a investigação e o julgamento de tais casos. Tenho certeza absoluta de que sugestões dessa natureza serão muito bem vidas pela Comissão, que certamente incorporará no relatório da nobre Relatora, para que, no Parlamento, possamos tomar providências nesse sentido.

É fácil ficarmos sentados aqui, ouvindo o depoimento dos senhores e das senhoras. Nos vêm à mente, por vezes, até algumas cobranças. A Deputada Perpétua Almeida teve a oportunidade aqui de fazer algumas indagações que, em última instância, representam a angústia que nos acode. É natural que isso ocorra. faz com que a gente faça cobranças. O companheiro Petter Lucena lembrou aqui que há um clima. E a impunidade é responsável por esse clima de insegurança, inclusive, que cerca a atuação dos senhores e das senhoras. Um clima de insegurança.

Lembro-me, mais uma vez, da intervenção da Deputada Perpétua Almeida, para sugerir também

que V. Exªs, a Drª Tapajós, ou seja, todos nós estabeleçamos, de alguma forma, um vínculo de cooperação mais estreito entre aqueles que estão à frente das Delegacias, das Promotorias, dos Juizados e da própria Imprensa com a Bancada – Federal, no nosso caso –, para que, em relação àquilo que for complicado para vocês, assumamos aqui a repercussão do fato. Estou-me colocando à disposição e tenho certeza absoluta de que nenhum de nós que estamos aqui se furtaria a esta missão.

O constrangimento por que passam as crianças e os adolescentes é tão cruel, tão... É algo que escapa até a uma definição mais precisa... que faz com que imaginemos que devemos utilizar a mesma arma do constrangimento. As nossas crianças e os nossos adolescentes estão sendo constrangidos a práticas degradantes e desumanas, estão sendo submetidas à violência física e moral. Então, por que não constranger essas pessoas também? Em relação àquilo que for difícil para os senhores, pessoalmente me coloco à disposição – e tenho certeza absoluta de que meus companheiros de Parlamento também –, para que façamos repercutir fatos desta natureza, com o propósito claro de constranger, dispor. Vamos usar esta arma enquanto não aperfeiçoamos a legislação, não a tornamos mais contundente.

Isso tudo é fruto da impunidade. Quantos antonios manoéis temos na cadeia? Quantos antonios manoéis estão por aí praticando o mesmo crime? Como bem disse o Dr. Josemar, já temos condições de indiciar várias pessoas. Por que as coisas não andam? Por que as coisas não acontecem? A sociedade, neste ponto – e me coloco como sociedade –, é hipócrita. A sociedade participa de um processo desses às vezes dando as costas para o fato, às vezes de forma envergonhada, às vezes porque conhece alguém que conhece alguém que conhece o infrator. Comportamo-nos assim mesmo. Então, contra tudo isso precisamos usar a arma do constrangimento e da exposição públicas. Se os senhores não podem fazer, em decorrência do ofício, que partilhemos esta responsabilidade.

Em todo caso, para encerrar, repito: creio que esta história será contada e esta Comissão será um marco decisivo. Para que ela tenha a maior chance de sucesso nas suas conclusões, no alcance dos seus objetivos, é necessário que todos nós, principalmente os senhores que operam esta questão de perto e de frente, ofereçamos para os membros desta Comissão sugestões no sentido de modificarmos a legislação, no sentido de torná-la realmente... quem sabe estabelecendo um rito especial e célere, para que o tempo não faça com que esses fatos se tornem banais, até objeto de comentários jocosos. Um fato desses acaba sendo banalizado e o tempo trabalha nesse sentido. Então, quando penso em um rito especial, penso em um rito que nos permitiria iniciar um procedimento desses e, de forma célere, encerrarmos com punições, prisões, porque somente assim vamos dar cabo ou, pelo menos, minimizar significativamente a prática de crime tão desumano e cruel em nosso País.

Não tenho perguntas a fazer, apenas sugestões, e a principal é no sentido de que A SRA. Drª Maria e os senhores profissionais que se preocupam e atuam na linha de frente, ofereçam à Comissão sugestões para aperfeiçoarmos a legislação pertinente a esses casos.

Muito obrigado.

A SRA. MARIA TAPAJÓS SANTANA AREAL – Com relação à modificação sabemos que é meio complicado e demora mais, mas temos algumas sugestões que foram faladas.

Alguns movimentos de mulheres em Rio Branco tentaram isso e, até agora, não conseguimos nada. Têm promessas de que vai acontecer, mas ainda não aconteceu, e precisamos que isso aconteça "ontem", ano passado, a criação da Delegacia Especializada para Crianças. Porque lá, a delegacia inclusive é especializada de proteção à criança, mas, em verdade, até a denominação está errônea, porque a delegacia que existe da infância e da juventude é para a apuração de atos infracionais. Então, que se crie uma outra delegacia para atos infracionais e deixem esta que existe para ser de proteção à criança e ao adolescente.

Outra coisa pela qual batalhamos muito é por uma vara especializada em crimes contra crianças. Mesmo que não... Porque o número de juízes é muito pequeno, há sempre essa alegação; para criar uma vara também depende de dinheiro; mas que pelo menos fique um juiz dedicado a priorizar, que ele seja de uma outra vara criminal, mas que também seja titular desse tipo de crime. Temos tantos processos, mas como somos audaciosos, corajosos e ansiosos e muitos "osos", até nos dispusemos a ser essa vara da infância e da juventude, e ter mais essa competência. É meio complicado em razão de tudo aquilo que falamos antes.

Essas duas sugestões, Senador... Acredito que com cobrança dos senhores para o Secretário de Segurança e para o próprio Poder Judiciário, para a administração do Poder Judiciário... A questão da delegacia e da vara especializadas é de suma importância, e isso é consenso em toda a comunidade jurídica e dos grupos de mulheres que vêm lutando.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Agradeço.

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Só complementando aqui o que a Drª Tapajós falou, quero deixar bem claro que, desde dezembro último, o Governador Jorge Viana junto com o Secretário de Estado preparou e nos disponibilizou uma delegacia especializada no atendimento à mulher, que é considerada hoje como modelo para o Brasil inteiro.

Temos estrutura física suficiente para atender a demanda física, em termos prédios, veículos e viaturas. O que não temos é material humano. É claro... A criação dessa delegacia seria necessário sim, como já comentei, e poderia ser até no próprio prédio onde funciona a delegacia da mulher, que é um prédio excelente, modelo para todo o Brasil. Mas a grande necessidade atual é se designar um delegado específico para cuidar disso, no próprio prédio, com uma equipe própria, que também não tenha que cuidar de outros casos. Isso seria algo mais imediato e mais fácil de conseguir no momento.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Gostaria de agradecer a intervenção e a participação do Senador Geraldo Mesquita e passo imediatamente a palavra à Deputada Laura Carneiro para que ela possa fazer o questionamento.

O SR. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, Deputada Thelma, Deputada Almerinda, que hoje coordena os nossos trabalhos e, portanto, a relatoria desta Comissão, companheiros Deputados e Senadores, como não consigo ficar muito tempo parada, ao mesmo tempo ouvia, via as fotos e fiz algumas anotações – as fotos do tal do Antonio Manoel – e fiquei absolutamente estarrecida. Não sei se a esta altura do campeonato, um ano vendo foto... Mas diferente das outras fotos que vimos, fora as fotos de pedofilia, que eram sempre de meninas muito jovens, nos casos específicos de violência que vimos, pelo Brasil afora, eram utilizadas normalmente meninas de 12, 13 anos. E nitidamente, pelas fotos, você vê que essas meninas são muito mais jovens que isso, no caso específico do Acre.

O Acre, em especial, é um Estado que conhecemos muito em função da CPI do Narcotráfico, cujo relatório ficou a meu cargo. Então, conheço um pouquinho da história do Acre, do medo das pessoas, das relações políticas, enfim, da construção da Polícia do Acre, de como se deu, com a força que tinha um determinado grupo, graças a Deus, hoje preso, nessa polícia no Acre, e sas implicações do Judiciário, que são reais, que nós constatamos quando da CPI do Narcotráfico. E eu fico absolutamente com pena de não termos tido a oportunidade de ir ao Acre.

Com a maior sinceridade, é um Estado pelo qual tenho um carinho especial. O Governador, especialmente. Não é do meu Partido, ao contrário. Eu desfiz o meu partido no Acre. Fiz questão, eu e o Deputado Moroni Torgan, de pedir a sua expulsão, prisão, condenação e o cacete, porque uma coisa é Partido e outra coisa é bandido infiltrado. Então, tenho o maior respeito pelo Governador Jorge Viana. Mas acho que algumas coisas nos cabem, mesmo que não vamos ao Acre, pelo simples fato de ter visto o que vimos e ouvido o que ouvimos hoje. Então, na prática, como sempre, algumas sugestões para a relatoria mesmo, de incorporação ao texto do relatório, como sugestões do Acre.

Primeiro, a indicação do Governador da eminência da criação, da utilização do prédio da Delegacia Especializada da Mulher, da estruturação da Delegacia Especializada da Criança, em defesa da criança, especificando a necessidade de pessoal. Então, pedindo, oficialmente, pela CPMI, que o Governador indique um Sr. Delegado ou umA SRA. Delegada, especificamente para esse trabalho, com profissionais do ramo.

Uma segunda sugestão, da mesma maneira, o Tribunal de Justiça, como indicação da CPMI, através da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que seja possível então a formalização dessa Vara, tendo em vista que efetivamente os casos se aglomeram, demoram um tempo diferenciado do que deveriam demorar e, pelo que depois vai ser a minha primeira pergunta, eu queria... Em determinado momento, o Dr. Francisco, quando fazia a sua primeira explanação, disse da interligação disso com a organização criminosa que trabalha na área de narcotráfico. O senhor citou, muito **en passant**, eu não sei se vale a pena falar isso publicamente, também se não puder falar publicamente não tem problema, podemos falar na reservada, mas seria importante que tivéssemos um pouco essa dimensão.

Em segundo lugar, que imediatamente se peça ao Tribunal de Justiça, ou eventualmente ao Ministro da Justiça, que possa interceder junto ao Tribunal de Justiça para transferência do preso Antonio Manoel para o Presídio Federal. Embora não seja matéria de Presídio Federal, se nós temos aqui uma juíza, um delegado, um promotor, um jornalista, uma denúncia de que esse preso tem na sua cela – como é o nome daquilo? – microondas, regalias... Então, o que pedimos? Que ele seja transferido para outra alçada. Como o Acre é sempre complicado, transfere para junto da Polícia Federal, que eu quero ver acontecer esse tipo de coisa. Porque sabemos como é complicado. Claramente. Não é meu Senador querido? Então, poderíamos pedir essa providência ao Ministro da Justiça, que ele pudesse interceder junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre para a transferência do preso

do Presídio Estadual para o Presídio Federal, que é controlado hoje, ainda, pela Polícia Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Laura Carneiro, aproveitando também a presença do Senador Tião Viana, que vem prestigiar hoje a nossa...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por isso brinquei com ele, não é meu Senador?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – ...audiência pública. É uma alegria muito grande poder contar com V. Exª aqui hoje. Obrigada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Bom, então, acho que seria uma outra providência.

Claro que não conheço o processo, não li, não li o inquérito, mas queria pedir perdão ao Delegado Josemar. Não consigo entender, vendo aquele ônibus, como é que quem pagou para a construção daquele ônibus não imagina para que ele é usado. Aí a Deputada Perpétua, muito gentil, me disse: "Deputada, é que as distâncias são muito grandes". Então, porque as distâncias são muito grandes, precisa daquela cama, daquelas tantas camas dentro de um ônibus, para transportar, por exemplo, de Rio Branco a Cuiabá os diretores da empresa. Bom, se são diretores da empresa, o dono sabe, e só se eu olhar para a cara dele não me convenço de que ele sabe, senão, enquanto isso... Eu não li o processo não posso falar muito, mas vai ser difícil me convencer de que o homem não sabe que tem uma cama de casal com um monte de caminhas dentro do ônibus, que eu nunca tinha visto na minha vida, ônibus-cama, ônibus do amor, sexo em movimento. Nunca vi na minha vida, é a primeira vez. Eu já muita coisa aqui nesta Casa, mas disso nunca tinha ouvido falar. E dizer que o cara que mostrou o ônibus ou que pagou pelo ônibus não sabe de nada. Bom, então ele é muito inocente, muito inocente! Mas pode ser que o senhor, lendo o processo, me convença, não vou aqui... nem sei quem é, nunca vi, não sei o nome, não quero levantar nenhuma suspeita contra quem não conheço e nem li. Mas, de antemão diria que para me convencer de uma coisa dessas tem que ter muito prova, porque, caso contrário, não me convence não, mesmo com todos os argumentos a favor. Infelizmente não teremos tempo de nos convencer ou não nesse caso, mas, teremos, por meio da Frente Parlamentar, talvez não nas mesmas condições de CPI, mas em condições de encaminhamento, pelo menos de "chiar", como se diz na gíria.

Outra matéria que me preocupou... Pelo que entendi, a Drª Tapajós disse, vocês têm uma investigação, que até agora continua em sigilo – não é a que foi quebrada, a outra – e que a senhora não quer dizer, com razão, também não diria... mas fico imaginando se houver algum elemento que ainda possamos até o final do mês – porque mal ou bem ainda dispomos de dez dias – por meio de requerimento desta Comissão, acelerar, que pudéssemos saber: não precisamos saber de mais nada, precisamos quebrar o sigilo de fulano, saber isso aqui do sicrano, isso aqui vocês podem investigar na Polícia Federal, enfim, que fossem dois ou três itens que pudéssemos, de alguma maneira, agilizar para vocês dessa investigação que a senhora não pode explicar qual é, e com razão.

Ainda que no caso específico desse Sr. Zezinho, que esta CPI possa – e pelo que entendi são três anos de instrução, quer dizer, três anos de processo sem instrução... É isso?

O SR. FRANCISO MAIA GUEDES – Ainda em fase de instrução.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ainda em fase de instrução, com a necessidade de oitiva, enfim. Talvez o ideal fosse a indicação desta Comissão ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre, para que de alguma maneira cobrem – é difícil cobrar de juiz, mas, enfim –, peça ao juiz de direiro encarregado do feito que faça, quer dizer, que promova essas diligências com a velocidade necessária a uma acusação da gravidade como essa, mas claro com indicação da CPMI para que isso aconteça.

Especificamente no caso desse sigilo quebrado, que esta Comissão possa acessar esses autos, porque aí não há investigação nenhuma, é ler e ver, que a Relatora possa examinar, porque eventualmente esse material podemos indicar ao STJ a necessidade de que internamente, por meio da Corregedoria, eles possam investigar o que aconteceu. Eventualmente pode ter acontecido ou não, mas não custa nada pedirmos, e que pudessem informar um pouco...

Pelo que entendi, esse Zezinho é presidente da Federação do Comércio do Estado do Acre. Então podíamos, Senadora, V. Exª podia se comunicar com a Confederação Nacional do Comércio, para que de alguma maneira este Congresso Nacional possa desenvolver alguma ação específica junto à Confederação no sentido de pelo menos se obter informações sobre o caso específico, caso em tela, digamos assim.

Srª Presidente, na verdade são essas as considerações. Não poderia fazer perguntas se não conheço os casos. Talvez se tivesse tido acesso talvez pudesse fazer perguntas mais pontuais, embora penso que foi absolutamente bem explicado ou pelo menos bem resumido. Depois que vi as fotos então ficou simples.

São essas as sugestões, se V. Exªs concordarem é a minha contribuição.

Obrigada.

A SR. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada à Deputada Laura Carneiro.

Queria passar primeiro a palavra à Drª Tapajós, para que faça um esclarecimento, e em seguida retornamos a palavra à Senadora Ana Júlia.

A SRA. MARIA TAPAJÓS SANTANA AREAL – Só para fazer um esclarecimento sobre esse rapaz da Federação. O Vice-Presidente da Federação Nacional esteve comigo pedindo uma audiência, e foi com um outro representante do Acre, inclusive pediu para ver, inclusive como já era público e notório, eu mostrei um pouco dessa fita, desse CD para ele. Ele ficou horrorizado e disse: "Doutora, Zezinho, a partir de hoje, está afastado." E para minha surpresa, até hoje ele permanece. E ele esteve lá comigo, passou mais de duas horas de uma tarde, e saiu de lá **(fora do microfone – inaudível)** eu não pedi nada, não falei nada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Nem nós vamos pedir. Vamos apenas conversar com a Confederação.

A SRA. MARIA TAPAJÓS SANTANA AREAL – E ele prometeu isso mas o rapaz continua da mesma forma. E, segundo informações, ele aproveita porque lá tem muitas adolescentes fazendo cursos, etc. Quando ele vai por lá ainda faz as suas conquistas.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PcdoB – AC) – Srª Presidente, pela ordem...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois não, Deputada Perpétua.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PcdoB – AC) – ...só para deixarmos as coisas mais claras aqui.

A Deputada Laura Carneiro tem contribuído muito com o Estado do Acre, e devemos muito a ela, ao Moroni Torgan o trabalho brilhante da CPI do Narcotráfico. Acredito que essa CPI vai nos ajudar muito. Agora, precisamos também aqui, até porque a Deputada Laura e outros Parlamentares presentes não conhecem, quem é quem um pouco nessa história toda...

O dono da empresa a qual pertence o tal do Busão é um cidadão que nem morava no Acre. Pelas histórias que sabemos, nunca utilizou esse ônibus. Quando começou a perceber que a empresa estava degringolando, por conta de denúncias nesse sentido e outras, tomou providência de se mudar para o Estado e em nenhum momento se recusou a colaborar com as investigações. É uma pessoa de conduta ilibada, tem ajudado muito nas informações... para que essas coisas fiquem bem claras. Aliás, é uma das empresas, a partir da ação dele, mais respeitadas no Estado, nessa relação com os servidores, na relação com o Poder Público, na relação com o usuário e tem tido um esforço muito grande de colaborar com o processo de investigação. Para que deixemos essas coisas um pouco mais claras.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya) – Obrigada Deputada Perpétua Almeida.

Passo palavra o Dr. Josemar para fazer seus esclarecimentos.

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Também dentro disso, Deputada Perpétua, só confirmando o que a senhora disse. Com relação ao que afirmei aqui, talvez tenha me expressado mal, não sei se utilizei a expressão "conhecimento" ou "participação". A cópia integral do inquérito está em poder desta CPI, inicialmente foi instalada a investigação não para investigar "a", "b" ou "c"; investigaram-se as atividades que eram realizadas dentro do ônibus. Chegou-se, através do depoimento de várias vítimas, vários funcionários, de que quem utilizava o ônibus nos abusos de exploração sexual eram "x", "y" e "z", os nomes também estão ali. Em nenhum momento, nenhuma dessas vítimas mencionou a participação do dono da empresa, daí eu afirmar que ele não havia, não me lembro se mencionei "participação" ou "conhecimento"... De fato, todos os depoimentos, tomados em momentos distintos e que não foram dirigidos, obviamente, nos levaram a crer que realmente não havia participação desse cidadão. Daí eu ter afirmado algo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya) – Obrigada.

Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO MAIA GUEDES – Eu queria ratificar essa impressão também porque tivemos, a Drª Tapajós não teve o contato porque estava de férias, mas o Dr. Fábio a substituía... Tive oportunidade, juntamente com ele e o Josemar, de ter esse contato. Realmente, a não ser que exista uma coisa muito, tão bem obscura que não consigamos, quero ratificar essa mesma impressão. Foi essa a impressão que o órgão **(fora do microfone – inaudível)** também teve.

Quero aproveitar também para dizer que, no início de junho, logo após a intervenção do Governo Federal, através do Programa Pair – Rio Branco está sendo contemplado, nas sete cidades –, tivemos uma mobilização, uma injeção de ânimo muito grande e o comparecimento de várias instituições, uma delas o Poder Judiciário esteve presente através do Vice-Presidente, o Desembargador Samoel Evangelista. Qual não foi a surpresa que tivemos, logo após, no início do mês, ele era Relator de um processo para a criação da Vara Especializada e foi favorável. Ele colocou-se à disposição junto ao próprio Pair e relatoriou favoravelmente à criação específica desta Vara, que está no Plenário do Tribunal para a decisão final. Então, graças a

Deus, já estamos avançados. Acredito que talvez ainda se precise de alguma mobilização por parte de todos e de algumas alterações de nomenclatura. Penso que isso precisa ser trabalhado, porque foi colocado como uma Vara específica de abuso sexual.

Vejam bem, abuso é uma espécie da violência. Precisamos tratar da violência genérica à criança e ao adolescente. Queremos essa Vara para isso. Graças a Deus, já tem um grande encaminhamento dado e esperamos que o Pleno do Tribunal possa se sensibilizar e criar a Vara, não somente formalmente, como aconteceu em Roraima. Em Roraima, tem uma Vara de forma formal, mas ela não foi implementada. Precisamos que ela se crie, que ela se instale e que dêem condições a ela. Lá, como o Josemar disse, há um espaço físico fantástico. É o melhor do Brasil. É referência para o Brasil a Delegacia da Mulher. Entretanto, carece-se ainda dos recursos humanos necessários, principalmente na questão da investigação.

Rapidamente, **en passant**, em relação ao que a senhora disse, Deputada, creio que exista realmente uma correlação. Não descarto, de forma nenhuma, essa relação, até porque, no caso...

A SRA. (Oradora não identificada) – (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FRANCISCO MAIA GUEDES – Foi. Exato.

No caso do Zezinho, especificamente, todas são enfáticas...

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PcdoB – AC) – Senadora, permita-me tirar uma dúvida. Eu fiquei em dúvida, Dr. Maia. Houve mesmo um mandato de prisão para o Zezinho?

O SR. FRANCISCO MAIA GUEDES – Houve, sim. No caso específico do Zezinho, não verificamos a droga ilícita, essa mais comum, a maconha, a cocaína, a pasta base, mas a cola de sapateiro e a bebida alcoólica eram correntes. Era bastante sintomático isso, porque era meio complicado o fato de ele ser dono de uma loja de tintas. A cola era muito clara para todas. Aliás, tinha uma delas que era dependente e fazia aquilo para ter a cola.

Temos depoimentos – a Drª Tapajós pode confirmar, o Dr. Josemar também pode confirmar – da relação da droga mais pesada também. São poucos, não é assim...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Dr. Maia, a pergunta era um pouquinho... As quadrilhas... Se bem que hoje não se tem mais a mesma quadrilha organizada na área de narcotráfico que se tinha, é óbvio, até porque o chefe está preso, assim como sessenta deles, até hoje, graças a Deus.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Laura Carneiro, estou recebendo um apelo dos outros Parlamentares, para que possam também...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Senadora, eu tinha de estar às duas e meia, votando na Deputada Maria do Rosário...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É porque os outros Parlamentares estão inscritos também para fazer as perguntas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É só porque eu tenho de... Fiz uma pergunta, que foi essa e ele não me entendeu, na pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Certo. Só estou reproduzindo... Pode repetir, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não estou dizendo que não tenha relação com droga. Estou perguntando se existe relação entre o crime organizado, ou seja, quadrilhas organizadas na área de droga e quadrilhas organizadas na área de exploração sexual no Acre, especificamente. Obviamente, utilizam droga, devem usar tíner, cola etc. Não é isso. A pergunta é se existe, nas quadrilhas organizadas ou em qualquer movimento organizado no Acre, que não seja específico para a prática de crime de exploração sexual de criança, alguma conexão com crimes outros, enfim, com essas quadrilhas. É só essa a pergunta. Não é se usam ou não, porque é óbvio que acabam usando. Eu só queria saber isso, porque, na sua primeira fala, isso ficou meio no ar. Eu somente queria saber se existe ou não essa conexão clara.

O SR. FRANCISCO MAIA GUEDES – Não, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, eu queria apenas ressalvar – e disse isso –: não conheço os autos, não conheço a pessoa, não conheço o inquérito. Vou ouvir todos, mas, sinceramente... A Deputada Perpétua agora complementou, dizendo que o dono da empresa, na verdade, não era administrador da empresa, não conhecia a empresa. Ele só bancou a empresa. Se ele levasse somente os lucros, lá de longe, podia ser que eu acredite, mas, mesmo assim, peço a V. Exª que eu quero ler o processo. Enquanto eu não ler, eu não vou me convencer e vou ficar com esse treco do "ônibus do amor" na cabeça e não vai dar muito certo, porque a senhora sabe que eu sou meio louca. Então, essas coisas vão me fazendo mal. De qualquer jeito, espero que as outras sugestões sejam aceitas.

Peço desculpas, mas tinha de votar na Deputada Maria do Rosário às duas e meia da tarde. São quatro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço a Deputada Laura Carneiro, que tem sido uma grande defensora dessa causa e uma companheira, aliada, muito forte nesta luta, com a sua coragem e sempre com a sua determinação, tem dado uma grande contribuição.

Passo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JULIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Serei muito breve, pedindo desculpas aos nossos convidados, porque vou dizer que não teria perguntas a fazer. Acho que às vezes nos agoniamos vendo tantas situações semelhantes. Eu sempre digo – e o Senador Geraldo Mesquita já fez referência – ou a sociedade encara e retira esse véu de conivência, porque ela o é, ou então será difícil.

Mas quero fazer um registro, pois fiquei muito preocupada.

A CPMI recebeu o processo daquele Vice-Prefeito do Município de Augusto Corrêa, no Estado do Pará. Ele foi preso em flagrante, com uma menina de treze anos, em uma blitz que o Conselho Tutelar da Comarca do Municipal de Bragança, que é próximo, é praticamente conurbado, fez em Bragança em bares etc. Ele, então, foi preso com uma menina de treze anos. Ele está solto.

Eu gostaria de fazer, na verdade, um encaminhamento, Senadora Patrícia Saboya Gomes. São casos que me preocupam muito, porque quando as pessoas exercem, como nesse caso, cargos públicos, ocupam funções importantes, como no caso do Acre, Presidente da Federação do Comércio... Que associados são esses que mantém um cidadão desse como presidente da associação? Que sociedade é essa que mantém um cidadão como esse e não se indigna?

O Vice-Prefeito do Município de Augusto Corrêa foi preso em flagrante e ainda teve o cinismo de dizer que não estava fazendo nada com a menina, que só estava conversando e ouvindo música, em um motel, com uma menina de treze anos. O Vice-Prefeito, Amós Bezerra, continua Vice-Prefeito. Os Vereadores disseram que iam cassá-lo, mas pelo visto não conseguiram. Ele continua solto.

Então, eu gostaria de fazer um encaminhamento, porque vou ter que pedir licença... Aqui a gente... Já brinquei anteriormente, a gente tem que fazer três ou quatro coisas ao mesmo tempo, no mesmo horário. Esse é um problema. São dois pontos. O primeiro, que solicitássemos – eu não sei até se já foi solicitado – aquela situação de Itaituba, no Pará. A CPMI ficou de cobrar do Tribunal de Justiça, porque o processo está pronto para ser julgado e ainda não o foi, até hoje. O crime vai prescrever. A Promotora pública enfrentou quase que a sociedade do Município de Itaituba. Eu já morei lá, eu o conheço. Então, não sei se o ofício foi enviado ao Tribunal de Justiça. O Tribunal de Justiça não julga simplesmente porque não quer julgar. Esse caso já tem anos, esse caso de Itaituba, no Pará.

Eu gostaria também que a CPMI solicitasse ao Tribunal de Justiça do Estado e questionasse porque o Vice-Prefeito Amós Bezerra, do município de Augusto Corrêa, no Pará, preso em flagrante, está solto, quando deveria estar preso.

É um papel nosso fazer essa pressão em todo o Brasil, em todos os tribunais de justiça, em todos os lugares, na Câmara Municipal de Augusto Corrêa. Enfim, é necessário mostrar a indignação, porque eu penso que a CPMI serve muito para mostrar a indignação, porque se não sensibilizarmos a sociedade como um todo, essa é a verdade, acho que esse véu não vai ser descortinado.

Eu gostaria apenas de aproveitar para fazer o registro, mesmo a Deputada Laura Carneiro tendo falado de novo, por coincidência conheço o empresário que é dono, digamos, sócio da empresa, comprou a empresa. Ele é dono de empresas em vários lugares do Brasil. Ele não é dono apenas lá, como vários, aliás, donos de empresa. Imediatamente, inclusive, quando ele soube, tomou providências. Isso pode acontecer. É diferente do caso de um Zezinho, que preside a associação comercial cujos associados não fazem nada. É muito diferente, porque os associados poderiam fazer alguma coisa nesse caso, se também se indignassem, se também tivessem pelo menos... Não sei como olham para suas mulheres, para suas filhas – aqueles que têm – em uma situação como essa. De qualquer jeito, deveriam ter vergonha de ter uma pessoa como essa hoje representando lá um setor, com certeza, importante; e com certeza, a grande maioria não é constituída por esse tipo de gente, pedófilos etc.

Gostaria de fazer esse encaminhamento, Senadora, tanto em relação ao Tribunal de Justiça do Estado quanto com relação a esses dois casos: ao julgamento de Itaituba e também ao processo, como está na polícia, nem chegou ao Tribunal de Justiça, questionando por que o Vice-Prefeito Amós Bezerra, do Município de Augusto Corrêa, está solto. O questionamento é à Câmara Municipal de Augusto Corrêa e à Secretaria do Estado do Pará. Por que esse cidadão está lépido e faceiro... Sabe-se lá se não está concorrência para ganhar imunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Senadora Ana Júlia, consultei a nossa equipe técnica. A Promotora Leslie* esteve em contato, esses dias, com a Promotora de Itaituba, que relatou que tudo estava correndo dentro da conformidade, dentro

das normas, estava, inclusive, otimista em relação ao caso. A CPMI já tomou providências.

Em relação à outra questão, a do Tribunal de Justiça, a CPMI, em suas recomendações, está fazendo para todos os casos que deram entrada à CPMI... Está nas mãos da Senadora Maria do Rosário e está sendo feito de forma muito cuidadosa para tentar corrigir a situação em que vivemos.

A Senadora Ana Júlia tem uma preocupação. Reparto com S. Exª essa preocupação. Estive, inclusive, no meu Estado onde realizamos uma audiência pública da CPMI. Fiz uma visita ao Presidente do Tribunal de Justiça. Inclusive, já divulguei, para orgulho nosso e do Estado do Ceará, que o Tribunal vai baixar um provimento dizendo que os crimes sexuais contra crianças e adolescentes serão uma prioridade naquele Estado. Creio que essa pode ser, também, uma recomendação da CPMI, para que todos os Estados do nosso País possam ter o mesmo comportamento que tive o privilégio de ter com o Desembargador Bringel, do meu Estado. Falo de seu compromisso, de sua afirmação diante da indignação com que via as coisas acontecerem no meu Estado.

Agradeço, também, as ponderações e as sugestões da Senadora Ana Júlia.

Todos estão com muitos compromissos. Sei que todos precisam falar. Na verdade, a Deputada Almeirinda estava prevista para falar. (Pausa.)

Obrigada, Deputada.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIAO VIANA (Bloco/PT – AC) – Quero cumprimentar a nossa Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, e a Deputada Almeirinda.

A Senadora Patrícia Gomes preside uma CPMI que já está nas boas páginas do Legislativo brasileiro, na história da ética na política. Isso orgulha a todos do Parlamento. A maneira com tem sido conduzida esta CPMI é uma bela demonstração da necessária caminhada que tem pela frente o Parlamento para retomar a sua credibilidade junto à sociedade.

Quero cumprimentar todos os representantes do Estado do Acre, das instituições do Estado do Acre: a Drª Maria Tapajós, o Dr. Josemar, o Sr. Petter Lucena, que representa a imprensa – é uma amigo que tenho, também, lá no Estado –, o companheiro Maia, que cumpre com devoção a sua atividade institucional. Quero dar o meu testemunho do rigor, da imparcialidade e da responsabilidade que têm com suas profissões, com suas atividades, na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Acredito que não só a imprensa do Acre tem contribuído, mas os representantes das instituições públicas têm feito um trabalho belíssimo.

Só gostaria de ressaltar uma informação que procurei ter agora com o Secretário de Segurança sobre eventuais privilégios que estaria tendo o preso, hoje, que foi um dirigente do meu Partido, do PT, com quem eu e todos nós tínhamos amizade, o Antonio Manoel, e que foi pegado num ato de pedofilia, sendo prontamente preso, por determinação judicial, e está no presídio. A informação do Secretário Fernando Melo é que ele está num pavilhão de presos que têm curso superior, sem qualquer outro tipo de benefício. Foram as palavras explícitas e claras do Secretário de Segurança. Se há algo mais, gostaria de saber, até para formalizar em documento algum questionamento sobre se há algo mais, porque tinham aventado que poderia estar havendo privilégios para ele. Não é do meu conhecimento qualquer outro tipo de situação.

Quanto ao empresário também da empresa de ônibus que tem um ônibus envolvido, também gostaria de dar um testemunho, porque conheço, tenho amizade pessoal. É uma empresa, um grupo empresarial que tem ônibus no Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, São Paulo, e aí vai Brasil afora. Como pode ser responsabilizado por um caso isolado desse? Se houvesse algum indício, seria o primeiro... E já procurei saber dele diretamente, e disse que, na hora em que tomou conhecimento de que havia aquilo, imediatamente, demitiu a pessoa e pediu total apuração do caso. Então não creio que seja justo se imputar qualquer dúvida ética por parte dessa pessoa.

Gostaria ainda de indagar à Drª Tapajós especificamente e ao Dr. Maia. A Drª Tapajós tenta alcançar ao máximo a proteção das crianças e adolescentes, no que tange à agressão que sofremos pelos meios de comunicação lá, porque temos uma fuso-horário de duas e, às vezes, até três horas, o que fere em muito o direito da criança de ter acesso às imagens, às informações. Elas agridem de maneira verdadeira a consciência e a inocência das crianças com matérias eróticas que são veiculadas. Ela tem uma preocupação grande com isso. O Parlamento tem que sentar mais e tratar com o Conselho de Comunicação Social desse tema, tentando fazer algo mais à proteção da criança e à influência que a mídia possa ter em matérias eróticas. Isso é um fator fundamental. E ela tem um programa, uma disciplina criada na sua jurisprudência, na sua atividade jurisdicional, que é tentar inibir a associação de crianças e ambientes de bebida alcoólica, a partir de uma determinada hora. É um ato digno de registro e que gera, sem dúvida alguma, um grande respeito pela sua atividade dentro do Estado. Polêmica a decisão, mas que encontra um respeito muito grande de muitas pessoas no Estado. Sou um dos que tem advogado muito essa defesa de um ato efetivo de proteção.

Porque um pai embriagado sair com um filho de um restaurante ou um bar para dirigir é muito perigoso. E uma criança ficar até altas horas da noite ao lado da embriaguez também é muito perigoso para o sentido que estamos vendo.

Minha pergunta objetiva se refere ao Sr. Zezinho, da Federação do Comércio. Eu estava domingo, num evento lá, com muitas pessoas esticando a mão para cumprimentos, estiquei a mão e, quando olhei, tinha acabado de pegar na mão desse cidadão. Deu-me um constrangimento mesmo e um choque com essa informação de que continua em liberdade, o que é fato. A minha pergunta: temos um Juiz no Estado do Acre chamado Francisco Djalma, cuja impressão moral sobre o seu comportamento é dramática em vários pontos. Toda a cidade sabe das impressões corriqueiras, muitas pessoas sabem, e falo sem constrangimento algum sobre isso. Porque esse foi o juiz que determinou proteções ou decisões que pudessem trazer benefícios a esse Sr. Zezinho. Gostaria de comentários do Promotor e da Drª Tapajós e ainda indagaria se não haveria pertinência do Sr. Francisco Djalma, Magistrado, vir prestar esclarecimentos à CPI, porque não é a primeira impressão negativa que se tem da conduta desse Magistrado no Estado do Acre. Desvios efetivos são impressões que temos lá. Penso que seja um caso que não possa ser levado, apenas porque há uma blindagem da Justiça brasileira. Há casos que têm que ser colocados à luz do dia e devidamente esclarecidos, até para o bem da imagem da Justiça do nosso País. Creio que situações como essa possam fortalecer a tese da Reforma do Judiciário e da federalização dos crimes contra os direitos humanos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Senador Tião Viana, pelas suas palavras gentis e carinhosas para com esta CPMI e, ao mesmo tempo, pela colaboração de V. Exª, que tem se destacado nesta Casa pela sensibilidade, pelo carinho, pela profundidade com que tem tratado os assuntos relevantes de nosso País. Esta CPMI fica muito feliz em poder contar com a participação de V. Exª nessa audiência pública.

Antes de ouvirmos as respostas, concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, para concluirmos o bloco.

Eu pediria compreensão à nossa relatora **ad hoc**, para que, logo em seguida à Senadora Fátima Cleide, ela possa se pronunciar.

Obrigada.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Obrigada, Presidente. Quero cumprimentar nossos convidados, assim como os Deputados e Senadores aqui presentes, e dizer que sou do Estado de Rondônia, vizinho do Estado do Acre. Há pouco, eu comentava com a Senadora Ana Júlia que,desde o início desta CPMI, apenas mudam os nomes e os endereços dos casos, que, embora horríveis, são todos muito parecidos em todo o Brasil.

Para ser bem objetiva – preciso retirar-me para uma reunião —, gostaria de saber se os senhores e a senhora têm conhecimento do local para onde eram levadas as meninas de Rio Branco, as meninas do Acre, na cidade de Porto Velho. Os senhores têm conhecimento do local em Porto Velho onde essas meninas ficavam? Nós conhecemos o caso e sabemos que muitas meninas paravam na cidade de Porto Velho.

Outra questão que eu gostaria de levantar é se houve colaboração para com a Justiça acreana por parte das autoridades do Estado de Rondônia com relação a esse caso do ônibus.

Gostaria também que os senhores comentassem a respeito do caso do também jornalista Mário Malachias, que foi absolvido pela Justiça acreana. Depois pousou em Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, onde cometeu tantos outros crimes contra meninas, em nossa cidade, utilizando o fato de ser jornalista e pessoa de grande influência na sociedade local. Hoje supostamente se encontra em Minas Gerais, ainda impune.

Gostaria também que os senhores sugerissem a esta Comissão, além do que já disseram aqui, ou mesmo que repetissem, que medidas nós, como Legislativo, como Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, poderíamos levar para o nosso relatório para que casos como esse não tornem a se repetir porque no meu Estado, Rondônia, cada vez que se fala nesse caso do jornalista e de outros – infelizmente a CPMI não pôde ir até lá para conhecer de perto –, as pessoas arrepiam.

Para finalizar, gostaria de dar meu testemunho com relação a um dos sócios majoritários da empresa Real Norte, Sr. Éder, que tive oportunidade de conhecer e com quem tenho uma relação muito boa. Tenho testemunhado principalmente que essa empresa desempenha seu papel com grande responsabilidade social. Acho importante destacar isso aqui.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Gomes) – Obrigada, Senadora Fátima Cleide.

Passo a palavra à Deputada Almerinda de Carvalho.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Srª Presidente, primeiro eu gostaria de parabenizar os representantes do Acre e agradecer-lhes a presença, Drª Maria Tapajós Santana Areal, Dr. Fran-

cisco Maia, Dr. Josemar Moreira Portes e o jornalista Petter Lucena. É uma satisfação tê-los aqui conosco.

Quero também parabenizar nossa Presidente pela persistência nesse trabalho. Sabemos que aqui na Casa é difícil ter constância no trabalho de uma comissão porque temos inúmeras atividades. Acho que tanto V. Exª quanto a relatora, Deputada Maria do Rosário, estão de parabéns por esse trabalho.

Acho que estamos sentindo até certa angústia pelo final da CPMI, porque a gente caminhou por aí, por vários Estados, e o que a gente ainda tem deparado é... Hoje senti aqui uma certa impotência de todo mundo, diante desses casos que a gente visitou. E o que a gente vê, muitas das vezes, quando é uma pessoa comum, uma pessoa da comunidade, uma pessoa simples, que às vezes abusa sexualmente de uma criança ou estupra uma criança, essa pessoa é, rapidamente, ou é linchada pela população ou é presa, e muitas das vezes ela precisa mais de uma atenção, talvez de um tratamento médico, do que de ser jogada numa prisão, o que não acontece com as nossas autoridades.

Temos andado por aí. São juízes, deputados... Temos deputados envolvidos com a exploração sexual de crianças, temos prefeitos, vice-prefeitos, autoridades de um modo geral, e também empresários, que se prevalecem tanto do poder como da situação financeira para abusar das nossas crianças, meninas pobres, muitas das vezes inocentes, e depois passam até a usar essa forma para conseguir recursos para satisfazer as necessidades que toda adolescente gostaria de ter. A televisão também mostra isso para as nossas jovens, que tudo é muito lindo, tudo é muito fácil. Então, a gente sente. Muitas vezes a gente ainda ouve uma pessoa dizer: "Olha, com fulano não vai acontecer nada". Eu me sinto muito mal, tenho certeza que todos da Comissão se sentem muito mal com essa situação.

Eu ia até fazer uma pergunta para a nossa juíza, mas o nosso Senador esteve aqui antes e perguntou justamente a opinião dela, como também do nosso Promotor, sobre essa impunidade em relação às autoridades.

Outra coisa que eu também gostaria de colocar é que nós saímos em diligências da CPMI e levamos, muitas vezes, todo um aparato. Chegamos num local, temos a Polícia Federal, que nos acompanha. Temos essa segurança. Sinto uma certa apreensão daqui para frente, quando realmente a Comissão acabar. Não vamos poder atuar dessa forma em muitos casos. Eu me sinto impotente quando não podemos denunciar determinados casos, porque temos nossas famílias, e hoje o crime tomou uma proporção tão grande em todos os níveis que, se você, hoje, denuncia, você pode ter certeza de que vai ser ameaçado de morte. Senti isso aqui até perante o promotor, o juiz, pessoas que lidam com essa situação e sabem que a nossa vida, diante de muitos casos, ela fica exposta. Nós, que temos famílias, muitas vezes nos sentimos impotentes por não poder denunciar.

No caso, principalmente dessas adolescentes, dessas crianças, a gente vê casos em que a mãe, o pai denuncia e daqui a pouco eles vão lá... Aconteceu um caso desse esta semana – não me lembro bem da reportagem, queria lembrar –, em que a família foi e disse que não aconteceu nada, que foi mentira aquilo que a família havia contado. Foi no Amazonas. Essa é uma situação que nos deixa assim bastante inseguro de a gente poder denunciar esses casos. Muitas vezes essas crianças, esses adolescentes passam a ser, ao invés de vítimas, culpados.

Então, eu só queria demonstrar minha angústia por esses fatos que a gente viu aí em fotografias horríveis, e são fotografias, porque o fato realmente aconteceu, não é nenhuma montagem. E eu gostaria, sim, que a gente pudesse contar com o apoio de vocês, que a CPI realmente não acabasse sem que a gente tivesse algumas, principalmente o nosso relatório constasse de alguns artigos, que a gente possa realmente defender a nossa criança. A gente sabe que é uma situação muito difícil, é um caso muito complexo, mas que a gente possa, amanhã, ter orgulho desta CPMI, da contribuição dos nossos juízes, aqueles que realmente têm um compromisso em defender essa causa.

Então, gostaria de muito de agradecer a presença de cada um dos senhores. Esperamos contar com todos, que não desistamos nunca. Essa é uma causa que, se não nos afeta e a nossos filhos, afeta os nossos semelhantes, filhos dos nossos irmãos, com quem devemos ter essa preocupação e esse cuidado.

Costumo dizer que criança não nasceu para ser infeliz, criança nasceu para ser feliz. Então, ela tem que seguir a trajetória normal, para que possamos nos orgulhar de tê-los felizes junto a suas famílias.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada também à Deputada Almerinda, que tem sido nossa companheira de todas as horas, nos momentos difíceis, nos momentos de vitória e tem sido uma grande companheira.

Passo a palavra à Drª Tapajós, para que possa iniciar já as respostas e perguntas que foram feitas.

Poderíamos estipular cinco minutos, não sei se daria...

A SRA. MARIA TAPAJÓS SANTANA AREAL – Serei até mais rápida.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então pronto.

A SRA. MARIA TAPAJÓS SANTANA AREAL – Obrigada, Tião – eu só o chamo de Tião –, pelos elogios.

Com relação ao que falou do meu colega, vou me abster de tecer qualquer comentário, até por questão de ética profissional e mesmo porque não sei o que acontece numa outra Vara. Posso responder pelos meus atos e pelo que acontece na minha Vara.

Não posso confirmar que está havendo regalias para Antonio Manoel. Recebemos denúncias – não foi só uma, nem duas nem três – inclusive de pessoas presas também, que se achando prejudicadas, teceram alguns comentários, mães, menores que visitam o presídio, salvo engano até um advogado, não é doutor? Foram tantas, em verdade, mas eu não posso afirmar. Ele tem regalia. Porque eu não o visitei e nem tenho coragem de visitá-lo, porque... Só em falar fico indignada de verdade porque eu peguei na menina, logo após a sua cirurgia. Ela não pôde nem andar, eu é que a carreguei para prestar o depoimento. Ela terminou prestando o depoimento dela deitada em um banco que eu mandei colocar dentro da minha sala porque ela não agüentava mais nem ficar sentada, em razão das dores que sentia. Então, tenho uma revolta muito grande. Mas peço sempre perdão a Deus, porque eu acho que ele precisa também de um tratamento. Não pode ser uma coisa normal. Pelo menos para o ser humano, imaginamos que não.

A questão de Porto Velho... Foram essas as suas questões, Senador Tião Viana? Pode ser que o Dr. Maia queira completar alguma coisa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Permita-me uma réplica, Senadora Patrícia Saboya Gomes. Quero apenas dizer que não concordo sequer com o direito a pavilhão especial para quem tem nível superior. Acho que isso é uma injustiça da lei brasileira.

A SRA. MARIA TAPAJÓS SANTANA AREAL – Mas depois de condenado não tem isso não. Isso é antes da condenação. Ele já foi condenado no primeiro.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas não no transitado. Aí o advogado dele entrou. Foi o que o Secretário disse.

Até isso sou contra isso. Pessoalmente, gostaria de sugerir à Presidente da CPI que solicitasse à Polícia Federal uma investigação para saber se há qualquer tipo de regalia a ele. Se houver, seremos os primeiros a pedir que se rompa definitivamente qualquer situação dessa. Tenho confiança no Secretário de Segurança, sei que a Drª Tapajós também tem, mas se há algum tipo de ambiente que possa trazer algum privilégio a um preso dessa natureza, que seja imediatamente apurado, denunciado e decidido.

A SRA. MARIA TAPAJÓS SANTANA AREAL – Ele até fez até vestibular. Não foi freqüentar a faculdade porque houve um grande movimento das mulheres para proibir que ele fizesse faculdade. Ele já tem curso superior. Era mais uma oportunidade para ele.

A questão... Agora as suas, ta? O local em Porto Velho.

Antes de entrar no Juizado, eu tinha conhecimento. Recebi há pouco mais de um mês uma carta da Polícia Federal de lá me pedindo algumas informações, inclusive essa. Mas eu lhe falei que não tinha nada concreto. Quando cheguei ao Juizado, a questão da garimpagem lá em Porto Velho já tinha acabado. Os documentos que havia em Rio Branco – inclusive os jornalistas, existem ainda documentos com fotografias, mas na época de garimpo... Elas iam para o garimpo, muitas foram até mortas e jogadas no rio.

Há duas cidades que vivem em conflito. Uma hora é do Acre, outra hora é de Porto Velho, mas na verdade são de Rondônia. Ali, quando tivemos notícia de um bordel – a mulher que aliciava as meninas chamava-se Russa ou Loura –, no momento foge-me. Era Russa ou Loura, porque ela usava o cabelo bem oxigenado. Mas eu tive notícia, ultimamente, de que ela já não está no local, porque foi embora para outra cidade de Rondônia. Nós ainda mandamos buscar duas adolescentes do Acre que estavam em Extrema e Califórnia, exatamente. Agora, em Porto Velho mesmo temos notícia de que elas continuam indo para Porto Velho, mas o local onde elas ficam, onde trabalham, nós não sabemos. Até uma garota também que pegou um táxi e foi até Porto Velho, antes que ela fosse para qualquer lugar, nós conseguimos trazê-la de volta ao Acre no dia seguinte em que chegou a Porto Velho. Então, não tenho como lhe prestar estas informações no momento.

A colaboração de Rondônia no caso do Busão, eu também deixo com eles. Eu não acompanhei o caso do Busão no início porque eu estava de férias. Eu sei de toda a história, mas não sei de alguns detalhes.

A questão do Mário Malachias, é um problema muito sério, que causou muita revolta. Realmente a pena dele foi muito pequena. Eu participei de todo o interrogatório das meninas. Ele, inclusive, no dia, estava preso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – É o mesmo juiz que deu a sentença favorável.

A SRA. MARIA TAPAJÓS SANTANA AREAL – Ele estava preso na Delegacia do Menor. Ele olhou para mim – estava algemado – e disse-me: "Doutora, me tire porque não sou nenhum bandido." Eu fiquei muito

revoltada na hora e até fugi da minha calma e disse: "O senhor é pior do que qualquer bandido." Naquela época, tinha o Pirulito, aqueles que têm apelido. Eu disse: "O senhor é pior do que fulano, fulano e fulano." Depois, eu pensei: "Meu Deus, sou juíza e não podia dizer isso para ele." Mas na hora eu falei. Ele queria que eu mandasse tirar as algemas dele. Eu disse: "Não, o senhor vai ficar algemado mesmo. Por mim, o senhor estava algemado até os pés, porque, além de tudo, o senhor é uma pessoa formada, de maior esclarecimento, e não era para fazer isso." Perguntei: "O senhor tem filhos?" Ele disse: "Tenho duas gêmeas." Eu até me choquei e sai. Eu vi todo o arsenal que ele usava com as adolescentes. Ele usava chicotes, correntes, uma porção de coisas, umas geléias com sabor de morango. Realmente era um arsenal que ele usava para a orgia com as meninas.

Eu fiquei na Delegacia, lembro-me bem porque foi meu presente de aniversário. Havia um advogado dele. Por ele ter sido desembargador, por ser grandão, falar alto e ser eufórico, as meninas achavam que ele, naquele momento, era a maior autoridade, e não queriam mais prestar depoimento. Não queriam falar do caso Malaquias porque achavam que ele era autoridade. Então, fiquei lá para garantir que as meninas prestassem depoimento sem a presença dele e assisti ao depoimento de todas elas. Eu dizia que a maior autoridade ali não era nem eu, que era Juíza, mas as Delegadas, e eu assistia a tudo. Mas a questão de ele ter sido apenado com tão poucos anos é a avaliação de cada cabeça, de cada juiz.

E a impunidade com relação às autoridades, é a mesma coisa que eu digo: a questão de punir ou prender alguém depende muito da análise de cada julgador, de cada juiz.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PcdoB – AC) – Srª Presidente, pela ordem. Eu não quero atrapalhar, mas penso que isso pode ajudar a CPMI.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PcdoB – AC) – Nesse caso Mario Malaquias, ficou no Acre inteiro o sentimento de que ele recebeu uma pena leve. Depois, ele foi para Porto Velho, como a Senadora Fátima Cleide já relatou. Ele está acusado de diversos crimes, em Porto Velho, e hoje é foragido da Justiça daquele local. Então, já que o caso chegou à CPMI, houve aqui a denúncia do Estado do Acre, houve a denúncia da Senadora, talvez a CPMI pudesse pedir cópia do processo de Porto Velho e pedir à Polícia Federal para encontrá-lo, porque ele já deveria estar preso. Eu acho que devemos convocar a Polícia Federal. Há até indícios de que ele está na terra dele, porque o irmão é médico. Na época, ele alegou que estava muito doente, estava no hospital, e a Polícia não chegou até ele. Então, eu acho que se a CPMI pedir ele talvez seja localizado.

A SRA. MARIA TAPAJÓS SANTANA AREAL – Parece-me que o caso está entregue à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Passo a palavra, agora, ao Dr. Josemar também, para que possa responder.

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Só um detalhe, com relação a Porto Velho. A senhora perguntou se, no inquérito do Busão há alguma relação a Porto Velho. Nos depoimentos – depois, a senhora vai ter acesso – é mencionado pelas vítimas que elas faziam várias viagens a Porto Velho, e elas ficavam hospedadas em um apartamento localizado na Av. Amazonas, de propriedade de uma das pessoas citadas por elas também. Isso está no inquérito.

Minha sugestão final é que...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quero apenas esclarecer que recebemos esse inquérito completo agora, pelas mãos do Dr. Josemar. Pode parecer que já estávamos há algum tempo com ele.

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Não. Foi trazido por mim hoje o inquérito.

Eu acho fundamental aqui... Sobre os demais temas o Dr. Maia vai mencionar. Quero deixar registrado, a título de sugestão – que vocês estão pedindo a nós aqui –, que é fundamental, além do aparelhamento das polícias, especificamente do Acre, mas de todo o Brasil também, o fortalecimento dos programas de apoio psicossocial dessas vítimas. Nós que temos contato direto com as vítimas sentimos que isso é tão importante quanto um aparelho policial eficiente, capacitado para isso.

No Acre, a Prefeitura tem o Programa Sentinela, que funciona não como deveria, mas dentro dos limites que lhe são dados. E seria fundamental o fortalecimento e a capacitação desses profissionais, porque o trabalho deles é muito importante. Uma coisa é a vítima prestando depoimento para a gente e, posteriormente, como é necessário – o nosso sistema processual impõe – que ela preste um novo depoimento várias vezes... até notamos que ela se sente esquecida, abandonada à própria sorte. Sem esse trabalho do Sentinela e também o fortalecimento do Conselho Tutelar, o trabalho das polícias é inócuo.

Só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Dr. Francisco Maia.

O SR. FRANCISCO MAIA GUEDES – Nunca dá cinco minutos, né?

Pegando, então, o gancho naquilo que o Josemar falou, houve uma colaboração – respondendo primeiramente à Senadora –, sim, nesse caso do ônibus, da Polícia Federal. Nós contatamos e pedimos até que eles trouxessem esse ônibus com escolta – ficamos com tanto medo! Só que não precisou. Houve uma intervenção realmente do empresário. O empresário se colocou integralmente à disposição. Fez questão de trazer o ônibus até a gente. A Polícia Federal, então, fez a perícia que necessitava. Logo após, ele foi desmontado, depois de ter feito a perícia e tudo, porque ele queria realmente dar um fim àquela coisa que manchava, era uma nódoa realmente muito grande lá.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Dr. Francisco, permita-me...

Eu gostaria de saber – da Polícia Federal eu sei, acompanhei um pouco – se houve alguma colaboração da Justiça Estadual, em Rondônia, se eles fizeram um trabalho articulado, como é que foi, ou se foi só com a PF?

O SR. FRANCISCO MAIA GUEDES – Não, não houve. Foi só com a PF mesmo.

Em relação à questão do caso Antonio Manoel. Quando viemos, até pedimos para que determinadas coisas pudéssemos estar colocando de forma reservada. Na verdade, no afã e no empolgamento, acabamos colocando coisas que não deveríamos estar colocando, em face até realmente de falta de uma maior necessidade de apuração da situação, e fui até eu que acabei colocando. Mas é verdadeiro realmente que nos chegaram várias informações a respeito disso. Tanto chegou uma informação de natureza grave, que a Drª Tapajós tomou uma medida que está causando um ônus muito grande para nós. Qual foi a medida que ela tomou? Ela proibiu que toda criança e adolescente tenha acesso à penitenciária. Então, todo pai, toda mãe está indo lá: "Doutor, eu preciso ver etal". Aí, tem todo um processo para apurar, realmente, se é aquela pessoa, se é mesmo aquela criança, se aquela adolescente faz parte da família e tal. Trouxe-nos um ônus enorme. Já temos um monte de processos para dar conta! E foi em face de uma denúncia desse tipo. Talvez possamos, depois, com certeza, estar trabalhando melhor isso, para que não possamos estar sendo levianos, cometendo injustiças, enfim, trabalhando a coisa como realmente deve ser trabalhada.

Então...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Permita-me... Entendo que há um juiz responsável pela atividade prisional do Estado, e seria fundamental essa ação articulada para que o juiz pudesse exercer a força da lei, assegurar a proteção dos visitantes e seguramente de um processo limpo e ético. É absurdo que isso possa ficar só na hipótese. Esse tipo de ilação tem que ter um esclarecimento imediato.

O SR. FRANCISCO MAIA GUEDES – Com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – As informações de que o senhor trata é sobre como está hoje o preso?

O SR. FRANCISCO MAIA GUEDES – Exatamente. Trata-se de algo de que falaríamos de forma reservada, para não expor, porque acabamos realmente por fazer isto. É uma situação delicada, mas já foi dito e depois, precisamos trabalhar bem isso.

A outra questão é em relação ao magistrado. Tudo que foi por você exposto, Tião, permeia, mas infelizmente não se está dando o trato necessário e adequado à situação. O fato é esse mesmo que você descreveu. Há quatro Varas Criminais, em três das quais não há absolutamente nenhuma queixa. Alguns murmúrios sempre provêm especificamente dessa Vara em questão. Tendo em vista a falta de elementos de convicção mais contundentes, apresentáveis para a tomada de uma medida mais adequada, temos que trabalhar bem, para não – não diria nem cometer injustiça – dar tiro no escuro, vamos dizer assim. O fato, Tião, é verdadeiro. O que você expôs aqui é preocupante para todos nós. O processo do Zezinho corre há três anos; ficou parado dois anos; e de um ano para cá vem a duras penas. É algo que precisa de uma força.

Porto Velho já foi falado.

O Mário Malachias, ele, na verdade...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Permita-me, Dr. Maia, talvez fosse o caso de a CPMI avocar para o Tribunal de Justiça um posicionamento sobre o caso e indagar se não seria oportuno trazer o caso para outra esfera, diante do relato consistente do Dr. Maia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com certeza, Senador. Após esta reunião, iremos novamente nos reunir para tomar as providências necessárias.

O SR. FRANCISCO MAIA GUEDES – Em relação ao Mário Malachias, é aquilo que a Drª Tapajós mencionou. Na verdade, ele foi condenado, mas, como já dissemos, a uma pena insignificante. É caso patológico. Realmente, ele já vinha fazendo; fez de novo e foi pego em Porto Velho.

A senhora pediu sugestões de melhoria. Eu acredito que possam ser feitas mudanças legislativas para que se determinem prazos cogentes, para cumprimento de forma cogente mesmo. Somente em casos excepcionais e devidamente justificáveis se pode de repente protelar esses prazos.

A questão da ajuda às vítimas é de suma importância. Por quê? Nesse caso específico do Zezinho, por

exemplo, depois de dois anos, as vítimas vão a Juízo prestar depoimento. Depois de dois anos, elas já foram contatadas, já foram cooptadas, já até esqueceram. Então, é preciso haver uma ação imediata de proteção às vítimas, até que elas efetivamente deponham em Juízo. É preciso que haja uma retaguarda nesse sentido. E quero reiterar o que o Josemar falou.

Outra questão é a televisão. Precisamos, como Bancada Federal, mobilizar-nos para que haja adequação de horário da televisão no Acre. É impossível que nós não... Nós temos uma diferença no Horário de Verão de três horas. Realmente não dá! É lógico que a questão é muito mais profunda. Envolve o questionamento da matéria em si. Mas pelo menos a adequação do horário seria importante.

A questão da impunidade passa por vários fatores. Vai desde ao local em que o processo se encontra, já que foi colocada essa situação, até às várias manobras existentes em lei que um advogado de defesa possa estar fazendo para que se protele um processo desses. É preciso, então, que haja um compromisso de quem está à frente, de quem é o **dominus processus**, para que possa, de forma efetiva, fazer valer os prazos judiciais e indeferir diligências meramente protelatórias, que ali estão claras para que o processo siga até mais adiante e prescreva. É preciso que haja firmeza em relação a isso. Aí passa por realmente talvez diligências no sentido da CPI no Brasil inteiro. Em casos focais, especificamente, dizer por que está assim.

Era isso. Eu acho que... Era isso.

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Queria deixar clara uma questão que ficou um pouco duvidosa em relação à polícia de Rondônia. Na frente do inquérito, enquanto estivemos, estamos à frente desse inquérito, não houve participação da Polícia Civil ou Militar de Rondônia porque não foi requisitado e não... Eu só queria deixar esse ponto bem claro. Em nenhum momento se fez necessário, nem fizemos esse contato, porque de fato...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – **(Fora do microfone. Inaudível.)** colaboração.

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Não há omissão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – **(Fora do microfone. Inaudível.)**

O SR. JOSEMAR MOREIRA PORTES – Não temos nada a reclamar com relação ao Governo nem à polícia de Rondônia. Sempre que foi necessário, eles se prontificaram, mas, nesse caso específico, ainda não se fez necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A última será do jornalista Petter Lucena para fazer suas considerações finais, porque já iniciamos a Ordem do Dia e imediatamente temos que encerrar a audiência.

O SR. PETTER LUCENA – Gostaria apenas de falar sobre as regalias que estão acontecendo lá para o Antonio Manoel. No mês passado, uma pessoa que conheço, de conduta ilibada, falou-me: "Petter, o que fazia um carro da polícia militar saindo da casa da mãe do Antonio Manoel às cinco horas da manhã?" Um carro da polícia militar saindo de dentro da casa da mãe do acusado, da mãe do preso às cinco horas da manhã?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Isso foi quando?

O SR. PETTER LUCENA – Isso está com um mês, um mês e meio. Quer dizer, se esse carro foi visto, porque não tem por que este carro estar dentro da casa da mãe dele saindo de manhã, o que se entende é que ele pode estar dormindo em casa. Entendeu? Essas são as regalias a que se chegam todos os dias.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Isso já foi constatado, provado, ou é só uma...

O SR. PETTER LUCENA – Não. É uma pessoa que conheço, que também é jornalista, que passou por lá, ia fazer uma viagem, e viu o carro saindo da garagem da casa da mãe dele, entendeu? Então, o que se entende disso? É que, às vezes, ele pode estar dormindo em casa e a polícia está dando essa cobertura.

A SRª. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Gostaria de agradecer a Drª Maria Tapajós Santana Areal, Juíza de Direito, ao Dr. Francisco Maia, ao Dr. Josemar e ao jornalista Petter Lucena pela participação nesta audiência pública.

Quero registrar a enorme contribuição que as senhoras e os senhores dão neste momento a esta CPMI do Congresso Nacional, que busca justamente investigar essas redes de violência e de exploração sexual contra crianças e adolescentes no nosso País com o firme propósito de ir até o fim nessas investigações.

Na mesma direção da Deputada Almerinda, quero dizer que, como Presidente desta Comissão, muitas vezes, sinto-me impotente quando saímos de um Município, de um determinado Estado, volta para Brasília, aqui para o Congresso, sabendo que aquelas crianças, aqueles adolescentes, aquelas famílias continuam sendo violentadas de alguma forma. As crianças dificilmente voltam para as suas escolas. É preciso realmente um apoio psicológico, e a CPI tem ponderado isso de forma muito forte com o Governo Federal, da ampliação do Projeto Sentinela, do aperfeiçoamento desses projetos, de políticas públicas que possam realmente resgatar e dar uma chance a essas meninas e a esses meninos.

Os casos que ouvimos são drásticos, são problemas gravíssimos, são casos gravíssimos, que precisam ser apurados, que precisam realmente servir como um exemplo para o Brasil.

Sinto aqui, Senador Tião Viana, um sentimento muito positivo, apesar de estarmos ouvindo tantos dramas de tantas crianças e de tantos adolescentes no Estado do Acre. Por outro lado, sinto algo de muito positivo e muito parecido com o que vimos em Porto Ferreira, no interior de São Paulo, onde havia essa parceria, que é fundamental para que possamos chegar... E mesmo com essa união, com esse entendimento que existe claro, explícito pela Juíza, pelo Promotor, pelo Delegado, pelo jornalista... Existe uma parceria, uma solidariedade, uma determinação de ir até o fim nesses casos, como ocorreu em Porto Ferreira. O resultado de Porto Ferreira foi a condenação de cinco Vereadores, cada um com 45 anos de prisão, de um agenciador a 67 anos de prisão e de mais cinco ou seis empresários a 45 anos de prisão cada um.

Portanto, apesar de que tudo o que ouvi ser muito grave, fico muito esperançosa por saber que no Acre existem pessoas de coragem, de fibra, de determinação, como as senhoras e senhores, Juíza, que estão levando adiante, que querem a apuração desses casos, que exigem a punição, que não toleram mais conviver com esse tipo de crimes praticados contra nossas crianças e adolescentes, que acabam muitas vezes ficando expostos.

A Deputada falou do sentimento dela. Nós também sentimos, muitas vezes como Parlamentares, indo a alguns lugares, quando vamos as nossas regiões, aos nossos Estados, a exposição a que ficam submetidas essas meninas e famílias. A pressão que os denunciados fazem sobre as famílias das vítimas, que geralmente são muito pobres, muito vulneráveis pela pobreza... Como o caso que a Deputada acaba de nos relatar: foi publicado numa revista, no Estado do Amazonas, que uma menina e sua família que haviam dado depoimentos de toda natureza, passando por todo esse processo, relatado pela senhora, exaustivo para as crianças, agora, numa CPI, criada do dia para noite no Estado do Amazonas, tinha ido depor. Ela estava em outro Estado, protegida, voltou ao Amazonas, trazida pela mãe, para desmentir tudo o que tinha dito até hoje. O que isso significa? A pressão de muitas pessoas que deveriam estar acima de qualquer suspeita, mas que realmente fazem pressão. Por isso, muitos desses depoimentos acabam sendo perdidos ao serem negados, ante a pressão exercida.

Isso eu vi no Brasil inteiro. Não aconteceu só no Acre, no meu Estado, no Sul, nos lugares mais desenvolvidos, nos Estados mais ricos, nos mais pobre. Não interessa: em todos os locais, a gente sente essa pressão muito forte em cima das famílias e um medo muito grande, não só dos pais, como dessas crianças por estarem expostas. No dia seguinte, estamos aqui em Brasília, e essas crianças continuam em seu Estado, sendo vítimas, continuando expostas, muitas vezes com receio, com medo, com vergonha de voltar para a escola, muitas vezes sem a menor condição de retomar a vida. São crianças que ficam com as almas marcadas, muitas delas para o resto da vida.

Acho que temos aqui uma responsabilidade muito grande. Eu, em nome da CPMI, de todos os Parlamentares, homens e mulheres de muita fé, de boa-fé, que acreditam nesse trabalho, quero agradecer, do fundo do coração, muito emocionada por esses depoimentos que ouvimos aqui, pelo trabalho dos senhores e das senhoras.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a audiência.

(Levanta-se a reunião às 16h e 48min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL"

Ata da 39ª Reunião realizada em 23 de junho de 2004.

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, às 11 horas e seis minutos, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, reúnem-se as Senhoras Parlamentares: Senadora Patrícia Saboya Gomes, Deputada Maria do Rosário, Senador Maria do Carmo, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputada Suely Campos, Deputado Luiz Couto e Deputada Thelma de Oliveira, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil". Havendo número regimental, a Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a presente reunião administrativa de caráter reservado, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente comunica que a presente reunião destina-se a ouvir o depoimento da Delegada de Polícia de Manaus/AM, Dra. Maria das Graças da Silva. Inicialmente a Senhora Presidente concede a palavra para a Dra. Maria das Graças para as suas considerações. Em seguida, a Presidência concede a palavra a Senhora Relatora para questionar a depoente. Fizeram uso da palavra,

a Deputada Sandra Rosado, Deputada Thelma de Oliveira, a Deputada Ann Pontes, o Deputado Luiz Couto, a Deputada Suely Campos e o Senador Eduardo Azeredo. Após, a Presidente agradece Dra. Maria das Graças da Silva pela contribuição dada a esta Comissão. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL"

Ata da 40ª Reunião realizada em 7. de julho de 2004

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e quatro, às vinte horas e trinta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes e, ainda a presença dos Senhores Senadores: Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Serys Slhessarenko, Ana Júlia Carepa, Fátima Cleide, Ney Suassuana, Augusto Botelho, Reginaldo Duarte, Paulo Elifas, Luiz Otávio e, os Deputados: Maria do Rosário, Teresinha Fernandes, Celcita Pinheiro, Laura Carneiro, Ann Pontes, Sandra Rosado, Eduardo Barbosa, Suely Campos, Arnaldo Faria de Sá, Maurício Rabelo, Severiano Alves, João Magno, Luiz Couto, Almerinda de Carvalho e Thelma de Oliveira, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".** Presentes também, os seguintes Parlamentares, não membros: Eduardo Supliciy, Cristóvão Buarque, Maria Helena, Arthur Virgílio, Francisco Garcia, Sérgio Guerra, Humberto Michelis, Giacobo, Jefferson Campos, Paudernei Avelino, Benjamin Maranhão, Alexandre Santos, Pedro Correia, Severino Cavalcanti, Silas Câmara, Damião Feliciano, Ideli Salvati, Iara Bernarde, Raquel Teixeira e Antero Paes de Barros. Havendo número regimental, a Presidente, declara aberta a presente reunião dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente após ser homenageada, juntamente com a Deputada Maria do Rosário, por representantes da juventude brasileira, informa que a presente reunião destina-se a leitura, discussão e votação do Relatório Final da Comissão. A Presidência concede a palavra a Senhora Relatora, para proceder à leitura e apresentação do Relatório. Fizeram uso da palavra, pela ordem, os Senhores Parlamentares: Deputado Severiano Alves, Deputado Luiz Couto, Senadora Lúcia Vânia, Deputada Celcita Pinheiro, Senador Eduardo Azeredo, Deputada Almerinda de Carvalho, Deputado Sandra Rosado, Deputada Thelma de Oliveira, Deputada Ann Pontes, Deputada Suely Campos, Senador Arthur Virgílio e Senadora Fátima Cleide. A Presidente passa a leitura da relação dos Parlamentares que pediram Vistas ao Relatório, Deputados: Thelma de Oliveira, Almerinda de Carvalho, Sandra Rosado, Ann Pontes, Suely Campos e Maurício Rabelo e os Senadores Ney Suassuna, Reginaldo Duarte e Lúcia Vânia e, após, a Presidente informa que, de acordo com artigo 132, § 2º, inciso II e § 3º, combinado com o artigo 353, parágrafo único, fica concedido o pedido de Vista Coletiva, sendo suspensa a presente reunião até às nove horas do dia oito de julho do ano em curso. A Presidência suspende a presente Reunião da Comissão. **Reaberto** os trabalhos da Comissão, às dez horas do dia oito de julho de dois mil e quatro, na sala dois da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, a mesma informa que a presente Reunião destina-se a continuação da discussão e posterior votação do Relatório da Comissão, uma vez que o mesmo já foi apresentado e lido na Reunião anterior, realizada no dia sete de julho do corrente. O Senador Arthur Virgílio pede a palavra pela ordem, sendo-lhe concedida pela Presidência, que questiona sobre a sua indicação para compor a CPMI, como membro Suplente, uma vez que o referido Senador assinou juntamente com a Deputada Celcita Pinheiro, membro titular da Comissão, uma propositura destinada a retirada do nome do Vice-Governador do Estado do Amazonas, Sr. Abdel Aziz, sendo esta proposição, segundo o Senador Arthur Virgílio, um destaque a ser encaminhado à Mesa dos trabalhos. A Presidência concede a palavra pela ordem à Deputada Laura Carneiro e após, ao Deputado Luiz Couto. A Deputada Laura Carneiro usando da palavra solicita à Presidência que proceda a discussão do Relatório e após, à leitura do destaque, sendo acatado pela Presidência. A seguir, a Presidente concede a palavra a Deputada Laura Carneiro para suas observações e sugestões quanto a alterações de partes do Relatório, sendo observado por S. Excia. o que se segue: na página 11, no dia 10.07.2003, a Deputada solicita a inclusão dos nomes de outros Parlamentares que participaram da Diligência na cidade do Rio de Janeiro, como o do Deputado Biscaya, que, embora não fosse membro da Comissão, também participou, como também o fórum de entidades que foram ouvidos

na ocasião; sugere a descrição dos Parlamentares que participaram das reuniões da Comissão no ano de 2003, sendo os mesmos citados, e, no ano de 2004, devendo ser também citados os Senhores Parlamentares que participaram efetivamente dos trabalhos da CPMI, devendo portanto, ser alterado na página 18, relativo aos dias 16, 22, 26, 29, 30, 5; 16, 19, 20, 21, 28, 4;, 20, 26 e 1º do ano de 2004.A Presidente concede a palavra a Deputada Thelma de Oliveira que solicita a seguinte alteração: a questão das rotas, como foi citado, há na Região Centro-Oeste, na página 57, segundo a Deputada, sendo 22 as rotas internacionais, 8 interestaduais, 3 intermunicipais, no total de 33. Já na página 59, houve uma troca, de sigla dos Estados, constando como Minas Gerais, sendo o correto, o estado de Mato Grosso. As rodovias a que se referem: a BR 174 e a BR-070. Observa também a Deputada Thelma que, ficou faltando a menção a uma das principais rodovias muito citada quando, das diligências da Comissão, relativo à BR-364, uma das principais rodovias de tráfego interno do Estado de Mato Grosso, sobre a qual a Comissão recebeu inúmeras denúncias envolvendo postos de gasolina, restaurantes, etc. A Deputada Thelma de Oliveira acredita ser a BR 158, que é exatamente a que vai para o norte do Estado, permitindo o tráfego ali, inclusive em Alta Floresta, Apiacás, não sendo inseridas no referido Relatório. No que concerne às observações da Deputada Thelma de Oliveira, a Relatora observa que o estudo do Relatório da CPMI produzido, foi com base em estudo fornecido pela Polícia Rodoviária Federal, no entanto acata, a partir do final do referido estudo, o destaque à BR-364, à BR-158 e a todas as demais, que os Senhores Parlamentares vierem a suscitar. Ainda de posse da palavra, a Deputada Thelma, observa que na na página 151, faltou o município a que se refere o caso nº 6 chama-se Poxoréu, A Deputada Maria do Rosário acata as sugestões da Deputada Thelma de Oliveira e em seguida, de posse da palavra, o Deputado Luiz Couto observa que: na página 60 do relatório novo, nessa tabela, encontra-se a sigla da Paraíba é PB maiúsculo, e não PA, que é o Pará, que fica na Região Norte. Além disso, existe a BR-230, que corta todo o Estado da Paraíba, que vai de Cabedelo a Cajazeiras. Como também, na página 112, caso Milagres, no Ceará, quando se menciona a modalidade de abuso sexual, no terceiro parágrafo, há a necessidade de se retificar o seguinte: começando em "tanto Geones quanto Francisco, respectivamente, professor de capoeira...", o professor de capoeira é José Antônio, que se encontra preso e que foi torturado, não é o Francisco. Francisco é o motorista; Geones seria o segurança do Prefeito, e não professor de capoeira, que se encontra preso em outra cadeia, o que foi ouvido pela Juíza de Crato. Continua o Deputado Luiz Couto, observando que na página 114, na recomendação para o Conselho Tutelar de Milagres, onde os conselheiros sofrem uma ingerência muito grande do poder municipal, faz-se necessário a adoção de medidas de proteção adequadas para a garantia de atendimento das vítimas. O Senhor Deputado recomenda a mesma proteção para o Pai do Patrício, o adolescente, e para o outro, pois estão sendo ameaçados de morte, sendo importante solicitar ao Programa de Proteção a Testemunhas que tanto o pai do adolescente que foi violentado como o outro, o Damião, tenham proteção, porque estão sob ameaça de morte por parte do Prefeito de Milagres. A Senhora Relatora acata as sugestões feitas pelo Deputado Luiz Couto, ressaltando portanto que se faz necessário que o Ministério Público possa avaliar se o Conselho Tutelar cumpriu a sua função. A seguir, ainda o Deputado Luiz Couto, sugere, também, a observação quanto à página 126, referindo-se ao Estado do Rio Grande do Norte, no caso 4 – relativo ao caso "da adolescente portadora de deficiência que explora sexualmente", alterando a redação, pois a mesma foi explorada, como também, observa-se que na página 94, além dos dois Vereadores que foram citados, foi também ouvido o Pai de uma outra garota que denunciou o nome de outro Vereador em caráter reservado, questionando a Senhora Relatora se a não citação do nome do segundo Vereador, seria devido a falta de indícios? A Deputada Maria do Rosário pondera que, quando tem-se mais de um indício, referem-se a um conjunto de fatos e ações. Eles foram pensados, analisados e trabalhados pelos advogados, pelos técnicos, em conjunto com o Ministério Público dos Estados, com a Polícia para se ter consciência de não se cometer injustiça. O Deputado Luiz Couto sugere a Senhora Relatora que, posteriormente, possa ser apresentado em um anexo reservado, o encaminhamento de alguns casos que chamaram a atenção, e por haver um único depoimento, não puderam ser citados. O Deputado Luiz Couto tem, por parte da Relatora o acatamento de sua sugestão, no sentido de ser incluído no instrumental que consta do Final do Relatório, os casos que não foram suficientemente aprovados, mesmo sem uma convicção firmada. De posse da palavra, continua o Deputado Luiz Couto, a observar quanto a página 103, que ao invés de Monias é Muniz, como também, sugere a alteração de Japiaçu ao invés de Chapiaçu, que se encontra na página 104 e, na mesma página, 4ª linha, a alteração na grafia de .Elifos para Elifas, constando também a identificação da profissão do mesmo. A seguir, a Fátima Cleide solicita à Relatora as seguintes alterações: com

relação à inclusão da BR 364, nas rotas, que liga os Estados do Acre, Rondônia e Mato-Grosso, também é saída para a BR 319 que passa pelo Estado do Amazonas, sendo de fundamental importância a sua referência na página 60 do Relatório, com referência ao Mapa da Região Norte, onde consta o relato dos casos Emblemáticos, há um caso que tem vinculação com o Estado de Rondônia, a suposta rede de pedofilia em Porto Velho e o tráfico de adolescentes e mulheres para a Bolívia a partir da cidade de Guajará-Mirm, já citado no Estado de Rondônia. Dessa forma, a Senadora Fátima Cleide, solicita que esses casos fossem destacados como emblemáticos, assim como, o caso do Elias Quintão, registrado na página 98, em Roraima, o mesmo está indiciado pela situação de tráfico de meninas para Venezuela, apesar de não constar no Estado de Rondônia a sua situação como caso emblemático. A Senadora Fátima Cleide, também observa a questão dos gráficos, os quais, a seu ver, deveriam estar melhor visíveis, principalmente as legendas, identificando melhor as regiões por tipologia. Observa também, as páginas 309 e 310, relativo as recomendações ao Poder Judiciário, indicando a implementação de varas especializadas de proteção à criança e ao adolescente, agilizando os processos, cumprindo dessa maneira o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, da primazia, precedência e preferência na garantia dos direitos infanto-juvenis. Continuando as observações e sugestões, a Senadora Fátima Cleide refere-se à página 396 –sobre denúncias registradas na CPMI sobre situações de prostituição infantil e infanto-juvenil, o Jornalista Bolívar Malaquias é citado como personagem envolvido na modalidade abuso sexual, no Estado do Acre, devendo o mesmo ser citado também no Estado de Rondônia, uma vez que, ao sair do Estado do Acre, onde foi praticamente absolvido, dirigiu-se para o Estado de Rondônia, onde cometeu os mesmos crimes contra doze meninas. Neste mesmo capítulo, no quadro de Rondônia, sugere a unificação dos casos 2 e 5, que tratam do mesmo assunto: tráfico de mulheres e adolescentes em Guajará-Mirim, envolvendo o cabeleireiro Elias Quintão, o mesmo que também atuou em Roraima. Continuando, a Senadora também sugere correção, na página 526, o número de Municípios envolvidos no Estado de Rondônia, são oito, faltando a inclusão o Município de Jaru, no qual também surgiu denúncia. A Relatora da Comissão, acata as sugestões ora formuladas e passa a ouvir a Deputada Sandra Rosado que faz a ressalva relativo a página 127, onde se refere ao caso da menina de Mossoró, onde por vezes, citou, com algumas divergências, o nome da mãe e do pai, dizendo o sobrenome ou complementava com outro nome, sendo portanto, importante que se registre que a vítima chegou a escrever, algumas vezes, nos momentos em que se fazia a apuração, o nome da sua mãe. Em seguida, solicita a palavra pela ordem, a Deputada Suely Campos que sugere a correção na página 98, trocando-se o nome da cidade de Guajará Mirim para Boa Vista, relativo ao caso da Boate Afrodite e , solicita também que se faça constar a sua participação na Audiência Pública realizada na cidade de Goiás. Após, a Deputada Laura Carneiro pede a palavra, sendo-lhe concedida e sugere a Senhora Relatora, com relação à terceira página do Capítulo III, onde as vítimas de Porto Ferreira foram absolutamente abandonadas: "Seis meses após o escândalo envolvendo vereadores, empresários, funcionários públicos e comerciantes de Porto Ferreira, as onze adolescentes supostamente corrompidas pelos acusados seguem desassistidas, sem nenhum acompanhamento terapêutico. Hoje duas adolescentes estão grávidas e uma outra está envolvida com drogas, segundo o Centro Psicológico do Poder Judiciário. O Conselho Tutelar de Porto Real suspeita que algumas estejam se prostituindo". Onde solicita o acompanhamento a essas adolescentes pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, mediantes Programas Estaduais existentes. Também, com relação a página 43, a Deputada Laura Carneiro, referindo-se à fala do Promotor, onde o mesmo diz que foi feito um termo de ajustamento de conduta com o meio ambiente, para, naquele prostíbulo, que é o Sex Apeal, desmanchando piscinas, as cascatas. Eles fizeram isso na beira do Rio Gaspó. Solicitando portanto, um encaminhamento à Secretaria Estadual do Meio Ambiente daquela localidade, assim como ao Ibama, para que tomem providências imediatas nesse sentido..Continuando, a Deputada Laura Carneiro, refere-se à página 45, parágrafo segundo: A Relatora informa à Deputada Laura que as sugestões estão sendo devidamente anotadas e serão acatadas pela Relatoria. A seguir, a Senadora Ana Júlia solicita a Deputada Maria do Rosário, a inclusão do seu nome na Audiência Pública em Belém como também, informa que participou da Diligência naquela Capital. A Relatora agradece a Senadora Ana Júlia, acatando a sua contribuição ao Relatório, a seguir, a Deputada Celcita Pinheiro observa que na página 43, no que se refere ao Estado de Mato-Grosso, encontra-se com a grafia errada, pois o nome correto é Coxipó. Após, a Presidente concede a palavra ao Deputado Silas Câmara que apresenta Requerimento com o apoiamento dos seguintes Parlamentares membros da CPMI: Almerinda Carvalho, Severiano Alves, Arthur Virgílio, e outros, antecipadamente comunicado à Relatora, onde, nos termos regimentais, requer, seja substituído no Relatório desta CPMI, na

página oitenta e seis, caso número sete, o Título de "A Igreja Evangélica Assembléia de Deus, pelos nomes dos suspeitos", o requerimento foi acatado pelos membros da Comissão. Após, o Senador Eduardo Suplicy, sugere a Senhora Relatora em suas recomendações, fazer uma breve menção de que, tendo esta Comissão constatado em tantas ocasiões que a indução ou a forma de as pessoas terem iniciado a sua vida ou de se tornarem vítimas da exploração sexual no Brasil decorreu em grande parte de não haver alternativa econômica para a sobrevivência, recomendar ao Presidente da República, que institua com mais seriedade, dado que resta inteiramente ao Poder Executivo o fazer, em prazo adequado, ao lado de todas as medidas recomendadas, atendendo o objetivo da Comissão. Fizeram uso da palavra pela ordem, a Deputada Thelma de Oliveira, o Deputado Luiz Couto, a Senadora Fátima Cleide, a Deputada Sandra Rosado, a Deputada Suely Campos, Senadora Ana Júlia Carepa, Deputado Severiano Alves e o Senador Eduardo Suplicy. A seguir, a Presidente lê o Ofício do Líder da Minoria, Senador Sérgio Guerra, que indica o Senador Arthur Virgílio Neto, para o cargo de Suplente na CPMI. A Presidência indaga aos presentes se algum Parlamentar deseja apresentar voto em separado. A Senhora Presidente concede a palavra ao Senador Arthur Virgílio que faz o encaminhamento do seu voto em separado, nos seguintes termos: Requer destaque para votação em separado para suprimir o nome do Senhor Omar José Abdel Aziz do parecer apresentado pela Relatora, sendo o mesmo ainda subscrito pela Deputada Celcita Pinheiro. Pela ordem, a Presidência concede a palavra a Senhora Deputada Laura Carneiro que também apresenta destaque para votação em separado para alterar a redação em todo o texto, adaptando-se quando for o caso para: "encaminhamento ao M.P., e sugestão de indiciamento à autoridade competente". Após, a Senhora Presidente suspende os trabalhos da Comissão. Ao reabrir os trabalhos, a Senadora Patrícia Saboya Gomes, informa aos presentes que pelo fato de estar acontecendo a Ordem do Dia no Plenário do Senado Federal, a presente Reunião será novamente suspensa, retornando os trabalhos, após a Ordem do Dia. Sob a Presidência do Senador Eduardo Azeredo que declara reaberto os trabalhos, às dezesseis horas e cinqüenta minutos, no mesmo local, comunica que, a Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes encontra-se ausente dos trabalhos da Comissão, por motivos de saúde. O Presidente, concede a palavra a Deputada Laura Carneiro que faz diversas sugestões de alterações, ao Parecer da Relatora, a seguir relacionados: página 78 – a sugestão é: "A CPMI solicita agilidade e rigor ao Juiz competente para o julgamento desse processo e conseqüente responsabilização dos acusados." Alterando-o para: enviar à Corregedoria, ou seja, "encaminha ao Tribunal de Justiça a indicação". Solicitando que fosse pensado de uma maneira geral para todos os casos; Na página 80, a questão do indiciamento da pessoa conhecida como Sandra, podendo a CPMI iniciar à polícia o pedido de indiciamento, ou pedir ao Ministério Público, já havendo inquérito policial, que proceda à denúncia. Ou ainda, pedir ao Ministério Público a continuação das investigações ao lado da autoridade policial competente. Da mesma maneira, rever na página 85, nos encaminhamentos do Amazonas no "caso 1", a mesma questão do Ministério Público. Quanto ao indiciamento do empresário Djalmo Castelo Branco, seria importante pelo menos qualificá-lo, especificando o crime sob o qual ele foi indiciado. Em todas os locais em se vê a expressão "não há investigação sobre o caso", alterar para, "não há investigação externa", ou, "não há inquérito policial aberto", ou, "não está sob investigação". Da mesma forma, a Deputada Laura Carneiro, refere-se à página 86, nº 1, caso 2, Estado do Amazonas, "sugerindo de imediato o indiciamento de Fernando Salignac.". Assim como, no caso do Sr. Omar Aziz, devendo ser encaminhado a Polícia sugerindo o indiciamento ou ao Ministério Público, da mesma forma, quanto ao caso, constante do inciso b do nº 1, caso Cafetina Darclei, sendo impossível a Comissão sugerir indiciamento, mesmo que fosse a Polícia, de nomes em sigilo, salvo se a CPMI já os tivesse. Sendo em forma de anexo reservado, devendo o mesmo ser votado. Segundo a Deputada Laura Carneiro, o mesmo ocorre no que se refere o caso de Valmir da Costa de Andrade, tendo que ser tipificado. Refere-se também aos quadros de números 14 e 15, devendo os mesmos, serem consolidados como: "acusado de praticar". A Deputada Laura Carneiro, em suas observações, refere-se aos casos do Estado do Acre, quanto ao "Buzão", devendo a quebra de sigilo telefônico da Globalstar, constar nos encaminhamentos. Já na cidade de Campina Grande, quanto ao caso da Cafetina Joseísa e Kátia, deve-se completar os nomes das mesmas. No que concerne ao Estado do Ceará, especificamente ao caso do Hagen Erich, caso 2 de Fortaleza, transcreve-se o seguinte: "proprietário do Hotel submete adolescente à exploração sexual". Alterar a indicação de "submete", para "teria submetido". Nesse caso, indiciou-se o Sr. Hagen., quando, na oportunidade, foi pedido a prisão do indiciado. Deve-se constar a cópia do pedido de indiciamento, como também, ao caso de Cuiabá, do Farmacêutico. A Deputada Laura Carneiro refere-se também ao caso de Cáceres e o encaminhamento número 3 do caso 02, nesses casos a Comissão

deverá indiciar. Relativo ao caso 03, do Taxista de Fortaleza, o Inquérito Policial sobre o caso, foi iniciado em abril e ainda não foi concluído pelo DAT. Sugere também a Deputada a gestão da Comissão junto à Secretaria Nacional de Direitos Humanos e ao Sistema Nacional de Proteção à Testemunha, a devida proteção daquelas testemunhas que depuseram em caráter reservado, devendo também, constar essa solicitação da Comissão em seu Relatório Final. A Deputada Laura Carneiro, recomenda também a Senhora Relatora, a sugestão de investigação nos quiosques das Praias de Fortaleza. Continuando, a Senhora Deputada, refere-se ao Item 4, caso número 1, do Estado do Maranhão, devendo portanto a CPMI encaminhar Ofício à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, solicitando a quebra de imunidade Parlamentar do Deputado Camilo Lellis Carneiro Figueiredo, para que o mesmo seja processado e responsabilizado pela prática de crime já relatado. Da mesma forma, com relação ao caso 4, do Estado do Maranhão, Cidade de Caxias, quanto às trinta e uma indicações de indiciamentos que deverão ser feitos pela Polícia, sendo importante tipificá-los. Com referência à questão da pornografia na Internet, como o do caso Nova Friburgo, alterar o termo: "recebeu" por "teria recebido". A Deputada Laura Carneiro solicita que se faça uma investigação específica da cidade de Búzios, de Caxias e de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro. Dando continuidade às suas sugestões, a Deputada Laura Carneiro refere-se ao caso nº 3, concernente ao Estado do Rio Grande do Sul, "A CPMI encaminha ao Ministério Público Estadual proceder a investigação com relação à denúncia de acobertamento por parte de policiais militares e civis na prática de crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes em Porto Alegre". Sugerindo portanto o encaminhamento ao Ministério Público e à Corregedoria de Polícia. Da mesma forma, a Deputada Laura Carneiro também se refere à cidade de Foz do Iguaçu, quando da realização de Diligência por parte da CPMI, de forma a viabilizar o acesso da Polícia Civil, do Conselho Tutelar e do Ministério Público terem acesso aos trabalhos da Comissão naquela Cidade. A seguir, a Deputada Thelma de Oliveira, assume a Presidência e, abre a discussão aos Senhores Parlamentares: Senador Eduardo Azeredo, Deputada Ann Pontes e a Deputada Ana Júlia Carepa, que emitem opiniões à respeito da ponderação da Deputada Laura Carneiro relativo ao encaminhamento ao Ministério Público referente ao Relatório da CPMI quando recomenda indiciamento, alterando para o encaminhamento às autoridades competentes. A seguir, a Senhora Presidente, concede a palavra a Deputada Terezinha Fernandes e após, coloca em votação o Relatório Final, ressalvados os destaques. Para encaminhar a votação, a Deputada Laura Carneiro, recomenda, pelo PFL, o voto "sim, ressalvados os destaques"; o Senador Arthur Virgílio, recomenda, pelo PSDB, o voto "sim, ressalvados os destaques"; a Senadora Ana Júlia Carepa, recomenda, pelo Bloco (PT – PSB – PTB e PL), o voto "sim, ressalvados os destaques"; a Deputada Ann Pontes, recomenda, pelo PMDB, o voto "sim, ressalvados os destaques". A Senhora Presidente, após as recomendações dos Partidos, coloca em votação o Relatório Final da Comissão, sendo aprovado pela maioria dos seus membros. A seguir, a Presidência passa a leitura dos destaques, lendo o destaque de autoria do Senador Arthur Virgílio que, nos termos do art. 312, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer destaque para votação em separado para suprimir o nome do Sr. Omar José Abdel Aziz do parecer apresentado pela Relatora na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (Requerimento nº 2/03 – CN) destinada a investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.Após, a Presidente concede a palavra pela ordem para discutir o Destaque de Autoria do Senador Arthur Virgílio, inicialmente, fez uso da palavra o Senador Arthur Virgílio, após, o Senador Ney Suassuna, o Deputado Luiz Couto e a Deputada Terezinha Fernandes. A Presidência coloca em votação simbólica o destaque, sendo aprovado. Devido às dúvidas suscitadas pelos membros da Comissão, com relação à votação simbólica, uma vez que se encontra no recinto do Plenário da Comissão, diversos Parlamentares que não são membros, a Presidente, Deputada Laura Carneiro, que assumiu a Presidência, suspende a reunião por alguns minutos. Reaberto os trabalhos, o Senador Arthur Virgílio, de posse da palavra, solicita votação nominal para o seu destaque, o que foi acatado pela Presidente que inicia o processo de votação nominal, que, após a Presidência verificar a falta de quorum qualificado para prosseguir a votação, suspende a reunião por alguns minutos. Reaberto os trabalhos e verificada a falta de quorum, a Presidente, convoca para a próxima terça-feira, dia treze de julho do ano de dois mil e quatro, às dez horas, Reunião da Comissão destinada à votação dos destaques apresentados pelo Deputada Arthur Virgílio e o destaque da Deputada Laura Carneiro. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas que são parte integrantes da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Boa noite a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 02, de 2003-CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la aprovada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Solicito a dispensa, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Sr. Deputado Luiz Couto.

A presente reunião destina-se à apresentação, discussão e votação do relatório final desta Comissão.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois, não, concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, uma representação da juventude queria usar o momento para prestar uma homenagem as Srªs Presidente e Relatora desta CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Elas querem falar um pouco.

(Aplausos.)

A SRA. DANIELE – Boa noite. Meu nome é Daniele. Faço parte do Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua e do Fala Juventude.

Queria agradecer a dedicação e dizer que a Deputada e a Senadora que nos ajudaram muito na questão de levantamento de dados, para trabalharmos com crianças e adolescentes nos nossos núcleos de base, e para mostrar realmente a realidade do Brasil e que a exploração sexual que vem ocorrendo não começou ontem nem vai terminar hoje, mas vem de uma questão de escravidão da criança e do adolescente.

Queria também falar que, independente de cargo ou função, essas pessoas têm de ser punidas e não deixar como o caso da Araceli, que tem 31 anos de impunidade e que até hoje os culpados não foram punidos.

Gostaria também de falar que o Governo tem de implementar as políticas públicas e colocar o Comitê de Enfrentamento de Exploração Sexual como Política Pública e não deixar cair no esquecimento.

Obrigada.

(Aplausos.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Antes de passar a palavra a Deputada Maria do Rosário, Relatora, gostaria de fazer um agradecimento a todas as Srªs e Srs. Parlamentares, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados que têm acompanhado esse trabalho ao longo de mais de um ano, visitando o Brasil inteiro, com audiências públicas, com oitivas e diligências, em que pudemos apurar com muito cuidado, carinho e atenção a situação das redes de violência sexual contra as nossas crianças e adolescentes.

Eu já tive, por diversas ocasiões, a oportunidade de me pronunciar a respeito desse drama tão cruel em que vivem milhares e milhares de crianças e adolescentes de todo o nosso País. Certamente, o que cada um de nós viu, ao longo desse ano, marcou o coração e a alma de cada um de nós. Como disseram tão bem algumas das meninas que se pronunciaram, que, de forma tão corajosa, prestaram os seus depoimentos a esta CPMI.

Portanto, a homenagem que devemos fazer, neste momento, são a todas as meninas e meninos deste País que tiveram a coragem de enfrentar a vergonha, o silêncio, o medo, e de nos ajudar a ajudar outras crianças e adolescentes no Brasil.

Certamente, como tenho dito, desde o início, não apenas a CPI irá resolver esse problema e esse drama tão cruel em que vivem as nossas crianças. É preciso muito mais que isso. É preciso uma mudança cultural. Que homens e mulheres de bem do nosso País não permitam mais conviver com esse tipo de violência, com esse tipo de crime que se pratica contra as nossas crianças e adolescentes.

Tive o privilégio de acompanhar ao longo deste ano a Deputada Maria do Rosário e vi o cuidado com que ela fez este relatório. O carinho, a dedicação, a responsabilidade, e digo muito mais, a dignidade com que ela tem levado adiante este trabalho que certamente irá marcar um novo momento no nosso País. Por tudo que vimos, por tudo que ouvimos, são coisas que realmente nos marcaram.

Cada um de nós que participou desta CPMI certamente sai diferente dela. Sai marcado, sai mais amadurecido, sai com mais vontade de continuar a lutar. Muitas foram as dificuldades, mas também foram muitos os nossos êxitos e as nossas vitórias. Talvez o maior de todos tenha sido justamente dar a mão a essas meninas que por tanto foram desprezadas, por tanto e tanto tempo foram desacreditadas por parte de algumas pessoas da nossa sociedade.

Mas acreditamos que este trabalho definitivamente levou este assunto a uma agenda no nosso País. O Presidente da República se manifestou por diversas

ocasiões com a sua indignação e o seu compromisso de enfrentar a violência contra crianças e adolescentes no nosso País.

Temos, portanto, a certeza de que estaremos aqui dando a nossa contribuição, com a consciência de cada um que aqui está. É importante dizer neste momento que procuramos transformar essa realidade, apresentando modificações na atual legislação que serão capazes de modificar a forma de se enfrentar esses crimes que são cometidos contra as crianças e adolescentes.

Fizemos um trabalho aprofundadíssimo, ouvindo as pessoas da mais alta qualidade, especialistas que nos ajudaram a apontar e a fazer uma análise das políticas públicas hoje desenvolvidas no nosso País. Mas, mais do que isso, sugerindo também algumas modificações que consideramos importantes para que a gente possa vencer essa luta contra o crime, contra as nossas crianças e adolescentes.

Portanto, digo hoje a cada um dos senhores e senhoras parlamentares, que irão ao final do relatório apresentado pela Deputada Maria do Rosário, aqui, com a sua consciência, com a tranqüilidade necessária, votar de acordo com aquilo que viram e de acordo com aquilo que ouviram.

Tenho certeza absoluta e a consciência muito tranqüila de que cada um de nós deu o melhor de si para que hoje pudéssemos chegar aqui. Alguns de nós certamente se abateram muito, e não tenho nenhum constrangimento e nenhuma vergonha em dizer que fui uma dessas pessoas. Em diversos momentos me abalei, em diversos momentos caí, mas tive o companheirismo, a amizade, o respeito das minhas companheiras e dos meus companheiros.

Quero aqui saudar, mais uma vez, em nome de todos vocês que aqui estão, a Deputada Maria do Rosário. Agradecer ao Senador Eduardo Azeredo, Vice-Presidente desta Comissão, que foi atento, que nos prestou toda solidariedade, principalmente nos momentos mais difíceis que atravessamos, talvez em alguns momentos até mal compreendidas, mas a nossa luta tem sido por essas crianças. E é por isso que quero aqui, neste momento, agradecer, certamente não deveria ser eu, mas sim as nossas crianças e adolescentes, agradecer em nome de todos vocês o compromisso, o amor por esta causa que tem a Deputada Maria do Rosário e a confiança de cada um de nós membros desta CPMI, que a acompanharam, que viram o seu dilema, que viram também o seu sofrimento.

Quero passar a palavra à Deputada Maria do Rosário, agradecendo do fundo do coração por todo apoio, por todo carinho, pela força e pela coragem de cada um dos senhores e das senhoras. (Palmas.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Senhora presidente dessa CPMI, Senadora Patrícia Saboya Gomes, senhor vice-presidente, Senador Eduardo Azeredo, prezados colegas, Deputadas e Deputados federais, Srªs e Srs. Senadores da República, me permitam cumprimentar também a todos os que acompanham esta sessão, que representam a sociedade civil, percebo aqui a presença do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Unicef, do Inep, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Abraço, também, o amigo Vanderlino Nogueira Neto, inspirador, também, deste trabalho e um dos coordenadores da Pestraf, fundamento para a realização dessa CPMI, a pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes, coordenada pelo Cecria e realizada em todo o cenário nacional. Cumprimento, também, os representantes do Cecria, assessoria técnica, os assessores e assessoras dessa CPMI. Senhores e Senhoras, especialmente Senadora Patrícia, não é fácil a apresentação deste relatório, deste trabalho. Possivelmente, os colegas que estiveram tão presentes ao longo dessa nossa atividade de um ano, praticamente, de atuação da CPMI, sabem que o desafio de condensarmos em uma peça escrita o sentimento, a vida e o sofrimento das pessoas, é absolutamente difícil de ser cumprido. No entanto, eu também quero, mesmo antes de iniciar esta leitura, dizer que produzimos um texto a partir da fala das crianças e adolescentes com quem dialogamos e aprendemos muito ao longo do trabalho que desenvolvemos. E que fomos, irmãos e irmãs, em uma caminhada muito forte para nossas vidas de aprendizado e dedicação. Quero agradecer, portanto, a todos vocês, de pronto, pelo apoio, pela presença, pelo desafio de todas as horas, de estarmos juntos e juntas e me permitam. Eu quero agradecer a força da senadora Patrícia Saboya Gomes, porque muitas vezes numa imagem que possa inicialmente transparecer alguma fragilidade, até pela dimensão total do feminino que está na sua presença e nas nossas presenças como parlamentares, mulheres, também, nessa CPMI. Em verdade que se percebe, é uma força muito grande. E eu quero, nesse agradecimento, dizer a vocês, que a coordenação dos trabalhos dessa CPMI, é que conseguiu nos fazer chegarmos a este momento. É uma grande honra trabalhar com a Senadora, e eu tenho certeza que esta Senadora assumiu a causa dos direitos da criança com a sua própria vida e todas crianças e adolescentes, como nós desejamos fazê-los, como se fossem nossos próprios filhos e filhas com a mesma dignidade e responsabilidade. Eu agradeço do fundo do meu coração.

Na apresentação desta trabalho V. Exªs tomam contato com a primeira fala e uma das mais desafiadoras dos depoimentos que colhemos.

"Hoje estou recuperado. Voltei para minha casa. Cuido dos meus dois filhos pequenos. Vocês aqui que estão não imaginam a que tivemos que nos submeter nessa vida. Tenho um corpo de 18 anos, mas uma alma velha. Minha alma jamais será completa."

Ao longo do tempo em que realizamos esta CPMI estabelecemos uma relação muito direta com situações perversas que destroem a vida das crianças e adolescentes através da exploração sexual e da violência. É certo que ao solicitarmos que esta comissão fosse instalada estávamos movidos pelo sentido da urgência de que este crime fosse enfrentado e ao mesmo tempo protegermos a quem vive essa condição de degradação absoluta, sem ter condições quaisquer de proteger a si próprio. Mas a realidade supera tudo que imaginávamos e mesmo conhecimento que cada parlamentar produziu, ao longo da sua própria vida, sobre o quanto de violência é possível que seja produzido ou suportado.

A lógica da exploração sexual é a de total desconsideração com sentimentos, necessidades e a própria existência como ser humano da vítima. É um processo pelo qual se desumaniza quem é atingido, destruindo sua identidade, através da transformação desta pessoa em mercadoria, objeto. Não apenas o seu corpo é instrumentalizado, é subjugado, mas todo ser o é a partir da violação do seu corpo.

Nos caminhos percorridos pela CPMI neste nosso País encontramos filhos e filhas para quem não existe uma "pátria mãe gentil", simbolizada pela acolhida de um abraço, pelo conforto de estar de mãos dadas com alguém que objetiva unicamente dedicar-lhe seu cuidado e atenção. São crianças com olhar perdido, mas que tiveram coragem de contarem as suas histórias, substituindo o medo pela confiança que nos dedicaram. Sabemos que não é fácil corresponder-mos a tanta expectativa.

A exploração sexual de crianças e adolescentes é um fenômeno complexo que apresenta espantoso crescimento nos últimos anos; está relacionado, na maioria das vezes, a vulnerabilidade a que são submetidos milhões de brasileiros e brasileiras vítimas da exclusão econômica e social; está relacionada também à cultura hegemônica que, historicamente, estabeleceu desigualdades e considerou a violência como constitutiva naturalmente de todas as relações humanas.

O que se percebe ao vê e ouvir o depoimento dessas vítimas é a maneira como elas são lesadas, carregando para o resto de suas vidas, marcas físicas e psicológicas que são traduzidas nas falas como "seqüelas da alma".

Os trabalhos desta CPMI estão relatados de forma mais fidedigna pelos testemunhos de vítimas, que foram ouvidas em todas as regiões do País; são elas, verdadeiramente, o emblema do nosso trabalho.

Para ilustrarmos, citamos o fato de uma menina que representa a mordaça que estão submetidas as crianças e adolescentes explorados sexualmente. Trata-se de uma jovem prostituída, que ficou conhecida pela sua condição particular de portadora de deficiência auditiva; foi localizada pela Deputada Sandra Rosado – registre-se – no Estado do Rio Grande do Norte. Depois de ter transitado, ao que tudo indica, na companhia de caminhoneiros, por diferentes Estados do País – algumas pessoas passaram a chamá-la: mudinha. Sua dificuldade de comunicar-se não impediu, porém, que fosse explorada, porque a voz dessa criança não importa para o explorador, para esse talvez fosse melhor que todas fossem mudinhas, para que não pudessem gritar no momento em que estão sendo violentadas, nem muito menos denunciar o abuso e sofrimento pessoal, para que não falassem que muitas autoridades recorrem a serviços sexuais de meninos e meninas, para que não deixassem transparecer as marcas da dor, da exploração sexual, fazendo crer que isso possa ser responsabilidade delas próprias. No entanto, a menina localizada no Rio Grande do Norte, no seu modo, com o seu jeito, com as suas possibilidades contou toda a sua história superando os seus próprios limites. Ela escreveu, rabiscou, desenhou, gesticulou. Por todas as formas ela deu ao conhecimento das autoridades, da Juíza da Infância, à Deputada Sandra Rosado, aos integrantes desta CPMI que estiveram no Rio Grande do Norte, ela nos contou com a sua voz que não existe a situação da violência sexual sofrida.

Esta CPMI quer romper o silêncio sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. E o seu principal papel é dar visibilidade a um problema, a um crime que atinge todos os Estados do País. Queremos dar voz a essas meninas e meninos explorados, trazendo a público o sofrimento que lhes é impingido.

Mas para o definitivo rompimento desse silêncio, é necessário acabar com a impunidade. Vamos oferecer sugestão de mudança na legislação que tornam mais adequadas e rigorosas as penas a quem pratica o crime da exploração sexual contra crianças e adolescentes e minimizar as brechas que permitem que aliciadores permaneçam impunes.

Queremos agradecer, inicialmente, às pessoas mais importantes, como disse a Senadora Patrícia Saboya Gomes, motivadoras desse nosso trabalho,

que são todas as crianças e adolescentes brasileiros de todas as raças, classes, etnias; aquelas que foram vítimas dessa forma de degradação humana que é a exploração sexual.

Dedicamos nossas vidas na defesa dos seus direitos como uma clara visão de que vocês não serão o futuro se não lhes forem garantido um presente digno, principalmente com a proteção absoluta que a Constituição lhes assegura.

Obrigado, por mesmo nas situações mais difíceis, terem nos direcionado um olhar de esperança que serviu de apoio para o nosso trabalho e para a nossa luta de vida.

Nós estamos, ainda, nesta apresentação agradecendo às Assembléias Legislativas, às Câmaras Municipais, a todas as instituições que, no Brasil afora, nos acolheram e nos receberam em 22 Estados em que estivemos presentes. Também agradecemos aos órgãos de segurança que demandaram a segurança e que nos ajudaram a enfrentar situações complexas de ameaças, de enfrentamentos velados ou declarados, todos no sentido também de nos fazerem calar como, historicamente, se fez com as vítimas da exploração sexual neste País.

Mas, por último, não menos importante, nós queremos agradecer além dos servidores e servidoras, aos trabalhadores, aos Assessores deste Parlamento pela dignidade, pela dedicação e capacidade técnica, a todos que vieram de outros órgãos – e vejo o rosto de muitos aqui que estiveram conosco. Queremos agradecer o movimento social, a área de defesa dos direitos humanos, a ativistas que estão em outros órgãos do Poder Judiciário que participaram da elaboração, da compilação da proposta de alteração legislativa através de um grupo de trabalho em conjunto com o Governo Federal. À Secretaria Especial de Direitos Humanos, a todos e todas, enfim, ao Conanda.

Este relatório ele está dividido em várias partes. Na primeira, os senhores e as senhoras têm noção da organização e desenvolvimento do trabalho, recuperando a motivação pela qual estabelecemos esta investigação e a tarefa de investigar do Parlamento brasileiro.

Um Parlamento que, em 1993, instituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as circunstâncias da prostituição infanto-juvenil como então caracteriza-se, titulava-se o fenômeno. Naquele momento, a CPI então da Câmara dos Deputados, presidida com muita honra e competência pela Deputada Marilu Guimarães e relatada pelo Deputado, nosso colega ainda, que acompanhou os nossos trabalhos, realizou um trabalho importantíssimo vinculado à sociedade civil, mobilizando a sociedade brasileira, pela primeira vez, para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

E da sociedade brasileira, do movimento social, podemos dizer que, na esteira da aprovação de uma Constituição cidadã, que aprovou os arts. 227 e 228 como princípio da proteção integral das crianças e adolescentes e que desdobrou essa Constituição no Estatuto da Criança e do Adolescente, temos um movimento absolutamente inovador, onde, pela primeira vez, portanto, há dez anos atrás, ouvimos falar do tema e do enfrentamento da então chamada prostituição infanto-juvenil como uma tarefa de Estado dos Poderes da República.

Sai, então, do espaço privado, onde essa violência ocorre, do segredo que é imposto às vítimas, porque sabemos nós que nas diferentes modalidades da exploração sexual sempre nos chama a atenção o quanto no ambiente familiar a violência intrafamiliar, o abuso sexual é marcado pela imposição da violência sobre as vítimas, justamente por aqueles algozes que conhecem a vítima e que agem sobre ela e que fazem chantagem, que a pressionam, este segredo, este silêncio é rompido com o apoio das instituições públicas brasileiras.

É um novo momento para o Brasil e é um momento também de rompimento de tabus, na medida em que começamos a falar de sexualidade e, de um lado, passamos a falar que a sexualidade constitui a dimensão humana, o ser humano, como uma dimensão natural na sua formação individual, na formação da sua personalidade. Começamos a compreender o lugar na formação da personalidade como instituições da personalidade humana e, de outro lado, começamos a compreender o quão complexo era enfrentar-se esse crime.

Dez anos se passaram, esse crime qualificou-se, desdobrou-se. As campanhas nacionais foram desenvolvidas e se percebeu que não bastava estabelecerem-se campanhas de esclarecimento, de denúncias, que elas tinham um papel sim, mas que era preciso políticas públicas, atendimento diferenciado às crianças vítimas, a prevenção da violência e preciso especialmente fazer com que a sociedade confiasse nas instituições como detentoras de um respeito importante e, portanto, não como instituições que demonstrassem fragilidade no momento do enfrentamento desse crime.

Nesses dez anos – e aqui está orientado – produziu-se, no campo internacional, importantes movimentos, encontros, uma nova referência mundial para o enfrentamento da exploração sexual e eu digo às senhoras e aos senhores do Parlamento brasileiro, com muito orgulho, a Senadora Patrícia, coordenadora da Frente Parlamentar dos Direitos da Criança no

Ceará, quantos coordenadores das frentes estaduais, dos Parlamentos Estaduais, hoje estão aqui, que atuavam nas assembléias e câmaras. Naquele período, eu, coordenando a Frente Parlamentar dos Direitos da Criança da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, quero dizer aos senhores e às senhoras que devemos ao movimento social brasileiro, às entidades, às organizações não-governamentais, um importante posicionamento do Brasil no cenário internacional, na defesa dos direitos da criança e do adolescente, como, de resto, não há qualquer dúvida de que o Brasil é, entre todos os países, um dos primeiros signatários dos documentos internacionais dos direitos humanos, orgulho, inclusive, para esse Parlamento, que participa dos processos de ratificação.

Agora, se isso é verdadeiro, certamente do ponto de vista dos documentos internacionais, dos compromissos, e dos nossos compromissos para com o nosso povo, sem dúvida, temos a tarefa de implementarmos esses princípios e volta o Parlamento brasileiro. A partir da Pestraf, da Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes, com seus resultados apresentados em 2002, que indica que o crime organizado no Brasil utiliza 241 rotas terrestres, marítimas e aéreas para levar mulheres, jovens e crianças brasileiras para o exterior e também numa perspectiva de tráfico interno. A pesquisa desenvolvida pelo Cecria, em conjunto com o Ministério da Justiça, apoiada pelo Ministério da Justiça do Governo brasileiro, transforma-se numa referência mundial e transforma-se numa referência desafiadora da nossa própria responsabilidade em tempos de novas tecnologias, de utilização da internet, Senador Ney Suassuna, para a violência e não somente para um destino positivo e para o bem, mas também para a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Novas tecnologias que há dez anos não existiam. Quando, nesses dez anos, as nossas fronteiras se abriram, vivemos outras relações comerciais, temos outras relações de fronteira, o tráfico de seres humanos passa a ser uma realidade pesquisada e investigada pela Interpol, que, inclusive, indica, em documentos internacionais, o Brasil como segundo país do mundo a alimentar o cenário internacional com crianças, adolescentes e mulheres para fins de exploração sexual, perdendo unicamente para a Tailândia. Com base nesses dados, produzimos o requerimento, acolhido pelo Parlamento brasileiro. Os símbolos. Srªs e Srs. Senadores, Srs. e Srªs Parlamentares da Câmara dos Deputados, o símbolo dessa unidade, Senadora Patrícia, do Parlamento brasileiro, do Congresso Nacional e uma CPI de caráter misto, uma CPI que integra o esforço maior da Instituição Parlamentar brasileira, é o símbolo para que a sociedade se una também. O Parlamento deu o seu exemplo, produziu uma forte unidade inquebrantável, onde o que menos presidiu a nossa orientação foi a orientação política ou partidária de qualquer um dos integrantes desta CPMI, mas sempre o princípio da prioridade absoluta e um princípio ético fundamental. Como Parlamentares e como adultos, como pessoas de uma determinada geração e como autoridades deste País, temos uma responsabilidade com as crianças e com os adolescentes brasileiros, porque a nossa geração tem responsabilidade com a geração que está aí crescendo, isso é um imperativo ético que deve perpassar, e nesta CPMI, objetivamente, perpassou todas as siglas partidárias. Portanto, aqui estamos nós com um documento que indica a presença dos Srs. Senadores, Senadoras, a presença dos Srs. Deputados e Deputadas. Todos, indistintamente, participantes como titulares ou como suplentes. Pouco importou, porque estivemos juntos, estivemos, seguramente, juntos, apoiamo-nos uns nos outros. Busco, no depoimento e na abertura desta sessão, no depoimento realizado pela Senadora Patrícia Saboya e da sua fala, Senadora, a declaração de como isso, em alguns momentos, foi difícil, até mesmo penoso. Vimos delegados de polícia, homens acostumados ao trato da violência, chocados e com lágrimas nos olhos ao ouvirem conosco os depoimentos. Não há como desfazer, permitam-me os Senhores, a dimensão também de gênero que nos compõe aqui. Temos uma Presidente, somos, Senador Eduardo, também mães e os Senhores são pais e nos deparamos com crianças que poderiam ser nossas filhas, as nossas crianças, e eram as nossas, porque não há ninguém por elas e estávamos nós ali. Portanto, a Senadora Patrícia é muito feliz quando consegue dizer aos senhores ao seu modo o sofrimento, porque não há como esconder que esse trabalho não é um trabalho objetivo, calculista, ele é onde ele tem que ser; ele é objetivo, firme, adequadamente meticuloso tecnicamente nos capítulos em que ele deve ser, quando da nossa responsabilidade de apresentarmos os nomes a que chegamos e que gostaríamos de não termos de chegar a qualquer um deles. Ao longo do nosso trabalho ampliamos a dimensão dele num nível em que eu gostaria que as senhoras e os senhores que nos acompanharam e que têm uma noção disso muito clara.

Ao longo do nosso trabalho nos dedicamos a transformar a Comissão Parlamentar de inquérito em um instrumento que não se dedicasse unicamente à figura inquérito numa visão clássica da tarefa da CPMI, da ação regimental e das nossas prerrogativas. Nos dedicamos à dimensão humana ao analisarmos as políticas públicas, ao consolidarmos a fragilidade do Estado brasileiro, ao não apresentarmos apenas de-

feitos na implementação das políticas pelos municípios ou pelos Estados e União, mas buscarmos compilar e estabelecermos recomendações, sugestões ou analisarmos casos muito concretos que nos levaram a compreender a necessidade de alteração do Código Penal Brasileiro no sentido de o atualizarmos para a nossa época, uma vez ser ele datado de 1940 e, certamente, não corresponder mais às nossas vivências e necessidades de um Brasil que virou século e que certamente quer olhar o futuro, viver o presente com uma Legislação atualizada e condizente com a nossa época.

Portanto, tenham os senhores a certeza de que se de um lado nós somos movidas e movidos pela paixão, pela sensibilidade, pela atitude de enternecimento frente às crianças, de outro lado somos mulheres e homens que chegamos ao Parlamento brasileiro também com a responsabilidade de atuar com segurança, com rigidez, sem concessões inadequadas, ainda mais porque estamos em nome dos mais vulneráveis, e é isso que nos faz estarmos aqui, em nome dos que não têm voz.

Aqui, Srªs e Srs., encontraram a síntese das atividades realizadas pela CPMI, nos anos de 2003 e 2004, com todos os depoimentos que ouvimos, com as pessoas de notório saber que estiveram conosco, trabalhando temas que vão desde turismo para fins de exploração sexual, a pornografia e a pedofilia na Internet, as rodovias brasileiras e a vulnerabilização que ocorre em torno delas, as circunstâncias dos empreendimentos, grandes empreendimentos do Governo brasileiro ou do governo dos estados e da iniciativa privada, que oferece unicamente a empregabilidade masculina, fazendo com que ao redor dos empreendimentos: hidrelétricas, grandes rodovias, exista uma presença de mulheres e de crianças sem qualquer possibilidade de renda e de proteção.

Os senhores verão aqui casos concretos e situações de estudo, é disso que se trata.

As denúncias que chegaram a esta CPMI pelas mãos dos parlamentares que a compõem e igualmente, diretamente à CPMI e também através do Disque-Denúncia, que estabelecemos em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Portanto, os senhores terão contato aqui com a listagem das diligências técnicas. A cada audiência tivemos uma preocupação de realizarmos diligências técnicas que instruíssem as audiências. Os requerimentos, obviamente, do ponto de vista regimental foram todos aprovados. Tivemos a presença, como referi, de representantes de todos os partidos políticos. E a nossa estrutura de trabalho é uma estrutura talvez que surpreenda não os colegas parlamentares, mas a sociedade brasileira, na medida em que não se tratou de uma estrutura tão avantajada ou tão poderosa para o desenvolvimento da nossa atuação.

Contamos sim, e muito mais, é com a dedicação das pessoas que encontraram a renovação dos seus princípios e de uma causa, e que foram incansáveis. Não tiveram hora, trabalharam em uma sala, certamente, onde muitas vezes os computadores faltaram. Mas quero registrar que tivemos, na construção de um instrumental para o recebimento das denúncias, uma importante lição. Ou seja, asseguro aos senhores e às senhoras que todas as denúncias, Senador Eduardo Azeredo, todas, tudo que chegou a esta CPMI foi devidamente respondido.

Aquilo que não se tratava do objeto da CPMI, destinada à investigação da violência e das redes de exploração sexual, foi devidamente encaminhado para parceiros, especialmente, no que mais nos preocupou, as denúncias sobre o abuso sexual intra-familiar. Talvez, pela precariedade até mesmo de um sistema protetivo na base em termos de conselhos tutelares e conselhos de direitos tivemos um grande número de pessoas que nos procuraram, também talvez por não terem conseguido levar adiante a partir de denúncias feitas a autoridades locais, mas estão aqui processadas e registradas todas essas circunstâncias.

O Capítulo II dedica-se à conceituação. Mas que fenômeno é esse? Como enfrentá-lo? Que complexidade ele tem? Não podemos propor políticas públicas, compreender um processo investigativo, ousarmos, inclusive – como professores, sociólogos, de pessoas de diferentes áreas profissionais que estamos aqui, todos nós no Parlamento brasileiro, mas oriundos de diferentes áreas – propor como devem acontecer as investigações, como elas devem se processar, senão pelo entendimento do fenômeno? E buscarmos em teóricos, enfim,o entendimento de como acontece e do que conceitua a exploração sexual.

Eu me permitiria ler aos senhores aqui o depoimento:

"Só que assim, vou dizer a verdade a vocês. Esse negócio de menor todo mundo sabe que é menor, entendeu? Principalmente os clientes, essas pessoas da sociedade, políticos, e fazem programa porque essas é que são as boas, entendeu? Essas que eles querem, as menores, as novinhas, as bonitinhas. E não estão nem aí não para o sentimentalismo. Não estão nem aí para o sentimento dessas meninas, não. Era muito humilhante. Quando tentei sair, eu sentia nojo de mim, do meu corpo, da minha alma, eu já tentei suicídio porque eu não agüentava mais".

A exploração sexual é esta condição de absoluta violência e integral violência contra a criança e o adolescente. É um problema de múltiplas dimensões, passando pela condição de vulnerabilidade pessoal das crianças que são submetidas a várias formas de exploração do seu corpo, desde a prostituição autônoma, passando pela tradicional realizada em bordéis, pela exploração nas ruas ou por redes criminosas.

A criança e o adolescente são seres em desenvolvimento. A legislação brasileira impõe que recebam proteção integral por parte da família, do Estado e da sociedade, que devem reconhecê-los como sujeito de direito. Esta é, hoje, uma compreensão universal e uma conquista histórica que está aqui registrada no art. 227 da Constituição Federal, que reproduzimos na página 34. A concepção de direitos humanos parte do princípio de que a dignidade é inerente a toda pessoa e seus direitos são iguais e inalienáveis. Entre a idéia e a realização prática deste conceito está a luta pela efetividade dos direitos reconhecidos a todos os seres humanos. Nós, aqui, aprofundamos também que a responsabilidade perante a infância foi concebida de forma diferente ao longo da história. Não é ao acaso que de todas as espécies é o ser humano exatamente aquele em que o seu filho, a sua filha, dependem por mais tempo, da proteção. Essa condição particular de desenvolvimento precisa ser compreendida porque é exatamente nela, na violação dela, que reside o aspecto mais perverso da violência sexual. Não há dúvida, como me referi aqui, de que a criança e o adolescente são portadores de uma sexualidade. No entanto, a abordagem do adulto, com seu o olhar de adulto, com a sua sexualidade de adulto sobre a criança ou o adolescente, são altamente violento e perniciosos, na medida em que quebra qualquer processo de desenvolvimento. É aqui, é uma violência que não é apenas, portanto, marcada no corpo, que não se trata de definir a partir das marcas que ficam no corpo, apesar de termos nós identificados desde bebês até adolescentes, na sua maioria meninas, mas também meninos, destruídos fisicamente pela exploração sexual, incapazes de suportar a violência com a qual são tratados, com corpos ainda não formados, não delineados e explorados, unicamente, com o objetivo torpe, incompreensível do adulto e do seu prazer.

Aqui, portanto, procuramos trabalhar o conceito de infância e do abuso sexual, compreendendo que os avanços que produzimos na doutrina jurídica brasileira são frutos também desses avanços internacionais, na medida em que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente se articula, em termos conceituais, com a Convenção sobre os Direitos da Criança concluída em 1989 e ratificada pelo Brasil em 1990, uma convenção que consolidou universalmente a concepção de criança como sujeitos de direitos, de forma absoluta importante.

Nesta convenção, no seu art. 34, há a determinação e, portanto, não apenas o ordenamento legal brasileiro determina a responsabilidade nossa, mas também a própria Convenção que o Brasil ratifica e que tem força legal, tem força para dentro do nosso próprio País.

A Convenção determina, e o Brasil deve seguila, que os Estados-Partes se comprometem a proteger a criança contra todas formas de exploração e abuso sexual. Nesse sentido, os Estados-Partes trabalharão em especial todas as medidas de caráter nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir o incentivo à coação, para que uma criança se dedique a qualquer atividade sexual ilegal, à exploração de criança na prostituição ou outras práticas sexuais ilegais, à exploração de criança em espetáculos ou materiais pornográficos.

A CPMI entregou ao Sr. Miguel Petit, em novembro do ano passado, um relatório dirigido a ONU. O Sr. Juan Miguel Petit foi escolhido e concluiu os seus trabalhos neste ano de 2004; Relator da ONU para fins de dimensionar as circunstâncias da exploração sexual e o tráfico de seres humanos nos países integrantes do sistema das Nações Unidas.

O trabalho desenvolvido pela CPMI foi incorporado – e muito nos orgulha – no relatório, desenvolvido e apresentado pelo Sr. Juan Miguel Petit em vários aspectos às Nações Unidas, e, aqui, apresentamos uma reflexão de que o Estatuto da Criança e do Adolescente deixou para trás um modelo doutrinário assistencialista, hierárquico e centralizador em torno do Poder Judiciário, baseado na doutrina da proteção, da situação irregular, e adotou um novo paradigma: o da criança e do adolescente como sujeitos centrais e prioritários de direitos, em torno dos quais gravitam as políticas públicas de predominância municipal, elaboradas em co-gestão participativa e democrática.

Aqui está, portanto, o conceito com o qual trabalhamos, de violência e exploração sexual nos seus múltiplos aspectos sendo reproduzidos, tanto pelas circunstâncias econômicas e sociais como pelas circunstâncias da reprodução e da produção da cultura, na qual se baseia esse fenômeno, bem como procuramos apresentar, neste capítulo, o conceito que ensejou a nova, recente, em termos históricos, legislação brasileira, a qual tanto nos orgulhamos e que nos falta, ainda, sem dúvida, colocá-la em prática como um todo, mas ela é desafiadora e a referência fundamental do trabalho que estamos desenvolvendo no Brasil.

Também apresentamos aqui que, em outros momentos, chegou-se ou ousou-se a falar em números de crianças e adolescentes prostituídos ou explorados sexualmente no Brasil.

Falou-se em 500 mil meninas prostituídas; falou-se em milhões de meninas e meninos prostituídos, e, na verdade, o que percebemos é que o nosso trabalho não poderia, porque não há pesquisa social com tal extensão frente a esse fenômeno no Brasil, trabalhar com a referência ou com a busca, Senadora Lúcia Vânia, de números absolutos, que representassem esse fenômeno.

O nosso desafio, portanto, como CPMI foi compreender que onde há a violação de direitos humanos de uma criança ou de uma adolescente, há a violação dos direitos humanos de uma criança ou de um adolescente à violação dos direitos humanos da humanidade, porque cada ser humano enseja em si a própria humanidade.

Agora, refiro-me a isso, porque certamente – e preciso declarar isso aos senhores e às senhoras –, não considero possível quantificar as crianças e adolescentes explorados sexualmente, pela natureza do fenômeno, pela sua condição velada, pelas limitações investigativas, até porque veremos mais adiante que quem tem o dever de investigar nem sempre prioriza e considera esse crime de igual potencial ofensivo às pessoas, aos direitos humanos e à sociedade como outros crimes, mais ainda, senhores e senhoras, porque considero, e tenho certeza, Senador Arthur Virgílio, da solidariedade que essa compreensão perpassou a nossa CPMI.

Considero que vivemos no Brasil uma verdadeira epidemia de violação dos direitos da criança e do adolescente no nosso País. Trata-se de um fenômeno presente em todas as regiões, em todos os Estados, em todos as cidades brasileiras, e não tenho preocupação de estar faltando com a verdade. Não há qualquer temeridade em afirmar isso. É um fenômeno pulverizado, é um fenômeno com múltiplas formas de expressão e é um fenômeno presente em todo tecido social brasileiro e em todas as classes sociais, em todos os gêneros, em todas as etnias. É um fenômeno que nós, durante muito tempo, estabelecemos uma cultura de naturalização acerca dele especialmente quando a vítima reúne diferentes fatores potencialmente vulnerabilizadores, porque aqui a vítima não é apenas criança. Ela é criança e adolescente. A idade, a geração, mas ela é menina preferencialmente, ela é empobrecida preferencialmente, por mais que consideremos e reconheçamos a existência de meninas também das camadas médias e altas, por dimensões diferentes da cultura e do consumo. Estão sendo também sugadas para dentro dessas redes criminosas.

Agora, vejam os senhores e as senhoras: essa série de fatores que são étnicos, que são de empobrecimento, essa série de fatores se coesionam de forma a potencializar num nível superior a cada um deles isoladamente as circunstâncias de violência, que se abatem sobre cada criança e adolescente, que não têm quem lhes proteja.

Portanto, não é secundário conceituarmos e compreendermos esse fenômeno. Aprendemos. Estudamos. Trabalhamos com elementos acadêmicos, aplicados à vida e nos orgulhamos de termos conseguido estabelecer esse viés que analisa, que procurou compreender e que, ao mesmo tempo, procurou vivenciar e checar as nossas compreensões e um processo pedagógico, que somos obrigados a compartilhar e nos orgulha compartilhar. É a nossa obrigação e a nossa alegria, como ensinamentos, compartilhar com a sociedade brasileira, porque é um ensinamento que não pode ficar conosco. É um ensinamento que pertence, para o enfrentamento, ao povo brasileiro.

Há aqui situados documentos importantes, como pacto pela paz, a compreensão da OIT, que incorpora o tema da exploração sexual, considerando-a entre as piores formas de exploração do trabalho infantil, que é uma compreensão que muitos ativistas dos direitos humanos não compreendem da mesma forma, na medida em que não compreendem como trabalho infantil e apenas como exploração, mas a OIT, com importantes trabalhos desenvolvidos também tem uma contribuição no enfrentamento no mundo e na sociedade brasileira e é uma posição respeitável a ser considerada; e há também o protocolo facultativo à convenção sobre o direito da criança, relativo a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil, conhecido como Protocolo de Palermo, que passou pelo processo de ratificação em abril do corrente ano e que fico com orgulho; foi a primeira atuação que tivemos nós, nessa legislatura, como frente parlamentar de defesa dos direitos da criança e dos adolescentes que coordenamos no Congresso Nacional; nós que estamos aqui, a Senadora Patrícia e eu, para fazermos aprovar na Câmara dos Deputados e aqui no Senado o protocolo que hoje está ratificado.

Aqui nos debruçamos sobre as características do mercado, que estão inclusas na exploração sexual comercial, que são diferentes do abuso sexual intrafamiliar, trabalhamos o grau de penetração e as modalidades do turismo para fins de exploração, do tráfico para fins sexuais. O tráfico que pode parecer simples enfrentá-lo e que sequer o nosso Código Penal – e estaremos propondo isso seguida – traz como um crime que ofende,

que atinge as pessoas na medida em que o Código Penal atual trata do tráfico apenas na dimensão das mulheres, desconsiderando as crianças, as pessoas do sexo masculino, mas aqui o tráfico conceituado e considerado como um processo que conta com: o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou recolhimento de pessoa por ameaça de recurso à força, ou a outras formas de coação, por rapto, por fraude, por engano, por abuso de autoridade, por uma situação de vulnerabilidade ou através de oferta, ou aceitação de pagamento, de vantagens. Tráfico é o seguinte: É a criança, o adolescente ser cooptado, ser aliciado, ser-lhe oferecido que vá para um outro lugar, que se submeta à exploração sexual, ou não; porque muitas circunstâncias do tráfico de seres humanos se inicia por situação enganosa, ainda mais quando se trata de criança ou adolescente. Há também, na dimensão do tráfico, sem dúvida, o desaparecimento de crianças e adolescentes em vários Estados brasileiros, como um fenômeno a ser enfrentado, e há também aquela conivência inicial, que foi trabalhada de forma exemplar, no texto da Pestraf, onde, nem por isso, deixa-se de caracterizar como tráfico, na medida em que a exploração sexual depois se processa com elementos do cárcere privado, das ameaças, com aquelas dívidas que as meninas adquirem nos prostíbulos – que são dívidas impagáveis, nós vimos –, tanto no Brasil, nos cantões do Brasil, no Suriname, na Venezuela, na Argentina, no Paraguai, na Colômbia de onde temos relato de para onde vão as adolescentes, as crianças, as mulheres brasileiras também e que lá, adquirindo essas dívidas, os seus documentos, no caso de adolescente, tantas vezes falsificados pela própria rede criminosa do tráfico, são apreendidos e não há um lugar para voltar e as ameaças se perpetuam, e os espancamentos, e a morte, e a droga sempre estão presentes. Daqui passamos da tarefa de investigar e passamos ao trabalho de investigação no capítulo 3º.

Recebemos na CPMI cerca de 800 denúncias e a partir do recebimento dessas denúncias fizemos...

Tivemos alguns problemas técnicos aqui, mas peço aos senhores e às senhoras... Há um anexo que não sei separa todos – tenho impressão que sim – está na página 221/222, onde demonstramos de onde vêm as denúncas, como elas estão. Em verdade, nosso planejamento inicial é que esse consolidado fosse colocado aqui no capítulo de investigação, logo na abertura. Então, depois, posteriormente, eu gostaria de contar com a compreensão dos senhores, porque é um trabalho extensivo também. Os gráficos estão na página 221, portanto, e neles os senhores e senhoras vão encontrar a tipologia das denúncias recebidas pela CPMI em cada Estado brasileiro. É claro – e neste sentido cabe uma ressalva – que estamos trabalhando aqui com um universo de denúncias recebidas pela CPMI diretamente ou através do Disque-Denúncia, que são denúncias que refletem uma série de fatores, inclusive o grau de mobilização da sociedade civil para denunciar, para trazer à tona os processos ao conhecimento da CPMI. Também, por que não dizer, a divulgação dos trabalhos da CPMI através de sua presença nos Estados, então há fatores que implicam aqui e que nos fazem apresentar esses dados como um referencial para conhecimento dos senhores e das senhoras, mas não como um referencial absoluto, que possa ser considerado a ponto de dizermos que um Estado, por ter apresentado mais denúncias, há um número maior de casos de exploração sexual do que outro Estado. Não se trata, objetivamente, disso. Portanto, essa ressalva precisa estar claramente aqui estabelecida. Trata-se tantas vezes do grau de mobilização da sociedade civil ativa, da presença da CPMI, de uma série de fatores, enfim da confiança nas autoridades ou não, mas é ilustrativo daquilo que os Estados conseguiram produzir. Então, esses dados dos gráficos também serão desdobrados depois por gênero – entre homens e mulheres –, para que sejam compreendidos, quanto ao gênero da vítima, que é um dado que nos pareceu importante também e que demonstra a presença dos meninos e a necessária preocupação que devemos ter com eles, a nossa responsabilidade com eles, que não podem ser esquecidos, mas a supremacia numérica, a superioridade numérica da violação sexual das meninas, das adolescentes. Ainda, este capítulo investigativo vai referir-se a casos que estão aqui, e essa é a metodologia que usamos, em um consolidado que chamamos, de um relatório informativo consolidado, por Estado e agrupado por Regiões, que vocês têm no anexo, a partir da última página numerada, a 395. No entanto, realmente por dificuldades técnicas, não foi grampeado, não está aqui junto, o consolidado de todos os Estados. Se não me engano, está aqui unicamente a Região Norte. É a Região Norte, Senadora? (Pausa) É a Região Norte Mas aqui estes casos estão referenciados e os técnicos da Polícia Federal, os agentes da Polícia Federal que nos ajudaram a construir esse instrumental com os técnicos do Senado e da Câmara, que é a nossa referência inicial, eu quero dizer a vocês que isso é um instrumento poderosíssimo. Porque vejam. Chega uma denúncia, ela foi registrada. E ela está aqui registrada, tem um número código que se refere a uma pasta no arquivo da CPMI, no cofre da CPMI, onde estão os documentos comprobatórios daquela denúncia que recebemos. Portanto, é um trabalho de arquivamento que não é apenas burocrático, mas é o

trabalho da burocracia servindo à atuação investigativa que me parece absolutamente importante.

Então, se os senhores têm aqui um caso, este caso está no arquivo da CPMI, cada um deles com documentos, com tudo que foi recebido acerca dele. E isso me parece absolutamente importante ser dito aqui como algo organizado pela nossa secretaria, por todos os que atuaram aqui, a dona Dulcídia aqui conosco, a nossa secretária, a Cleide, os trabalhadores, as pessoas que construíram esse instrumental que nos orgulha. É um trabalho que servirá a outras CPMIs também, a outros trabalhos, e que foi, nesse sentido, pelo que me consta, formulado de forma genuína aqui pela equipe técnica.

Os senhores têm esse relatório informativo das denúncias, portanto é absolutamente transparente. E os senhores e as senhoras têm aqui o capítulo investigativo que trata na sua introdução das relações de poder, das circunstâncias da exploração, com depoimentos absolutamente importantes como os das meninas e dos meninos que falaram conosco, que nos confiaram a sua palavra e a sua voz.

Bem, aqui, a partir dessa introdução, buscamos e apresentamos os casos emblemáticos com os quais a CPMI trabalhou dentre aqueles que foram recebidos por nós, repito, todos com encaminhamento devido aos órgãos responsáveis e capazes de contribuir na investigação e na proteção dos direitos da criança.

Esses casos em muito dizem respeito às falas que estão aqui. Vejam essa aqui: "Minha primeira vez sexual, eu tinha 11 anos com uma pessoa. Ela é muito conhecida essa pessoa. Ele não pagou. O meu pai morava no sítio dele. A gente morava no sítio dele. E todo dia ele me atormentava para fazer. Foi aí que tirou a minha virgindade, que mexeu comigo. Eu era uma criança, 11 anos. E não é só comigo que ele fez isso. Ele fez com várias e várias meninas." Ou, então, um depoimento que os que ouviram, foi em audiência pública aqui na CPMI, as pessoas vão saber ao qual estamo-nos referindo, e depois estará apresentado aqui dentro: "Metade é ônibus e a outra metade foi feito um quarto com uma suíte. Enchiam o ônibus de meninas e iam para a fazenda onde acontecia a exploração." O chamado aqui "busão", que circulava pelas estradas brasileiras transformado em quarto para exploração sexual. Ou então, um caso, um depoimento do Promotor José Antônio Borges Pereira, em audiência pública, em Cuiabá, onde ele fala do ajustamento de conduta com o meio ambiente e ele fala de um prostíbulo chamado *sex appeal* que teve que desmanchar piscinas e cascatas, porque eles fizeram na beira do Rio Guxipó, e terão R$500 mil de prejuízo. Eles aceitaram perfeitamente demolir tudo aquilo e fazer outro espaço. A coisa é milionária – suíte sadomasoquista, suíte africana, suíte não sei do quê. É um negócio violento, em que há muito investimento. Trata-se de uma casa que faz 80 programas por noite, com média de R$300 a R$1.200, envolvendo mais de 80 mulheres. Nesse nível de estrutura, relatado pelo próprio promotor, há dificuldade de se enfrentar o problema, visto também o poder econômico envolvido.

Cito o depoimento de uma menina: "Nessas boates, a dona fala: você tem que beber muito, mesmo que você não vá fazer o programa, você tem de beber, entendeu? E geralmente a gente ganha R$0,50 por uma dose de uísque. Eu já bebi de travar, de não saber o que aconteceu comigo. Eu já bebi demais porque eles lucravam com isso, com a bebida só e com os quartos que pagam." Registro outro depoimento: "Ele passava a navalha nas menores que não quisessem trabalhar para ele e não recebessem os clientes que os taxistas levavam". Essa é a fala de uma das meninas que expressa as circunstâncias da exploração.

No banco de dados, as senhoras e os senhores vão perceber, primeiramente, o registro de 832 denúncias, das quais 543 foram cadastradas e 289 foram consideradas não qualificadas, uma vez que deixaram de reunir informações suficientes para se caracterizarem como notícia-crime. Eram depoimentos sobre os quais não se estabeleceu nexo. Faz-se a apresentação referente às denúncias qualificadas que estão quantificadas e apresentadas nos gráficos. Após isso, as senhoras e os senhores vão perceber a confirmação do trabalho realizado pela Pestraf, em 2002, quanto às rotas do tráfico e, no mapeamento desenvolvido, 241 rotas foram estabelecidas. Além disso, há a interconexão dessas rotas com outras formas por onde o crime organizado se veicula. Aqui há uma apresentação ainda que retoma a Pestraf, apresentando o total de rotas por região.

Em seguida, passamos a indicar as considerações sobre rotas a que a CPMI chegou, valendo-se do trabalho importante desenvolvido nesse sentido pela Polícia Rodoviária Federal, que, por provocação desta CPMI e por uma modificação na estrutura, inclusive do seu trabalho, passou a considerar de sua responsabilidade a presença e a fiscalização da exploração sexual nas rodovias brasileiras.

Professor Vanderlino, lembro-me de um depoimento da Professora Maria Lúcia Leal a esta CPMI, em uma das primeiras audiências que realizamos com a presença da professora – e V. Sª estava inclusive conosco –, em que ela relatou que a Polícia Rodoviária Federal e as Polícias Rodoviárias Estaduais sentiam-se responsáveis – e não poderia ser diferente – por fiscalizarem a carga, a documentação, a regularida-

de ou não do motorista, mas não se sentiam com a obrigação devida de investigarem se, ao lado desse motorista, numa cabine de caminhão ou em um táxi, aquela criança desvalida estava sob responsabilidade legal e efetiva do motorista ou se ela estava sendo traficada. Há, na investigação que realizamos e no contato direto com policiais rodoviários federais, os quais, em depoimentos claros, vivos e cristalino, declararam que as rodovias transformaram-se em um lugar onde é muito difícil identificar e coibir a exploração sexual, porque, em um dado momento, a criança está em um lugar; em outro momento, a criança está em outro lugar. Nas recomendações, fazemos menção à mobilidade alimentada pelas redes informais, mas absolutamente atuantes, de postos de gasolina, de caminhoneiros, de hotéis e restaurantes de beira de estrada e também à precariedade das políticas protetivas dos Conselhos Tutelares. Encaminhamos tais recomendações, por exemplo, para o Estado de Minas Gerais, que é, dentre todos os Estados brasileiros, aquele que tem uma malha rodoviária mais acentuada. Descobrimos isso e trabalhamos em audiência pública, justamente tratando da circunstância da exploração sexual das rodovias na Assembléia Legislativa de Belo Horizonte, em conjunto com aquela Assembléia, à qual esteve presente o Senador Eduardo Azeredo. Recebemos também informações da Secretaria Especial de Direitos Humanos sobre a situação de Minas, na medida em que o Ministro Nilmário Miranda conhece aquela realidade da sua própria vivência, mineiro que é.

Então, percebemos nesses depoimentos que os Conselhos Tutelares das cidades que são cortadas pelas grandes rodovias precisam de uma política diferenciada de apoio, porque ali há uma estrutura de vulnerabilização específica que estamos aqui indicando. E é um grande avanço que a Polícia Rodoviária Federal tenha feito conosco esta pesquisa. Cumprimento a Polícia Rodoviária Federal! Constam neste relatório final, Deputadas Almerinda de Carvalho, nossa companheira do Rio de Janeiro, Ann Pontes, Celcita e Terezinha, as principais BRs por onde perpassa o tráfico de crianças e adolescentes no Brasil. O relatório se baseia em dados concretos, denúncias e monitoramento, para o qual contamos essencialmente com o trabalho da Polícia Rodoviária Federal.

Os senhores, então, entrarão em contato com esta realidade que está aqui e com a situação encontrada em cada uma. Chamo a atenção também para o tráfico internacional de seres humanos que perpassa as nossas rodovias. É impossível que tal tráfico não seja considerado.

Além disso, os senhores e as senhoras têm aqui em primeiríssima mão as rotas que identificamos. E como as identificamos? Investigando, atuando. Deparamo-nos no Rio Grande do Norte com uma menina que tinha sido explorada sexualmente no Rio de Janeiro. Deparamo-nos no Rio de Janeiro com uma denúncia de adolescentes vindas do interior da Bahia. Em Boa Vista, verificamos que parte significativa das meninas era de Manaus. Recebemos denúncias firmes de que para o Rio Grande do Norte partiam vans de cidades-pólo da Paraíba, levando meninas, adolescentes especialmente, para Natal e outras cidades. Verificamos que Foz do Iguaçu é um pólo onde existem meninas não só do Paraná, mas também de Santa Catarina e São Paulo. No Mato Grosso, verificamos meninas do Acre. Traçamos nossa rota por elas, pelos caminhos que elas percorreram. Assim, chegamos a essas rotas que os senhores têm na mão, aqui construídas neste instrumental de regiões, pela via rodoviária especialmente, mas também pelos aeroportos. E a Pestraf, rica em depoimentos de inquéritos da Polícia Federal e processos judiciais que dão conta desta mesma situação.

Há uma particularidade, agora, que gostaria que os senhores considerassem, que são as regiões de fronteira do Brasil. A fronteira seca brasileira tem que ser considerada diferentemente, pois é terra de ninguém. Parte-se de um lugar para outro sem qualquer explicação, e levam-se meninas de um lugar para outro. Em Foz do Iguaçu, meninas são exploradas sexualmente no Paraguai e retornam para o prostíbulo em Foz do Iguaçu. Meninas paraguaias são exploradas sexualmente no Brasil, em um intercâmbio de exploração. Sempre agenciadas, sempre em redes criminosas. Em Corumbá, no Mato Grosso do Sul, em Cáceres, no Mato Grosso, a mesma realidade a indicar a exploração sexual que transcende as fronteiras brasileiras. A partir da identificação – e aqui peço aos senhores que também desconsiderem os pontos de interrogação, que na verdade deveriam ter sido retirados, era parte do nosso instrumental de trabalho anterior, da nossa equipe –, passamos aos casos emblemáticos. Aprofundamos o esforço investigativo em torno desses casos. Eles foram selecionados a partir dos diferentes casos das modalidades de exploração sexual. Eles são, portanto, emblemáticos da realidade brasileira. Não do que gostaríamos de encontrar ou de qualquer facilidade maior para chegarmos a alguma conclusão. Eles retratam a situação da sociedade brasileira.

Constatamos que esse eixo investigativo em muito chamou a atenção, e as pessoas nos perguntam muito sobre a responsabilização. Consideramos que todo o relatório trata da responsabilização. Porque não se trata, e gostaria de dialogar com as senhoras e com os senhores nesse sentido, de uma responsabilização

unicamente do ponto de vista criminal. Há uma responsabilização no âmbito da implementação de políticas, há uma responsabilização no âmbito do atendimento das vítimas. Todo o relatório é de responsabilização. Mas este é um inquérito. Não podemos fugir dele. E é penoso também desenvolver essa parte, que está absolutamente calcada em convicções desta Relatora e, muitas e muitas vezes, em diálogo. Na maior parte das vezes, em diálogo, a partir das audiências públicas com os parlamentares. Não é um relatório. E gostaria de dizer isso aos senhores com absoluta abertura, sobre o que respondo única e isoladamente, a responsabilidade é minha ao apresentá-lo. Mas procurei ao máximo, Senador Eduardo Azeredo, ser cuidadosa pela responsabilidade que nos está aqui estabelecida.

Ouvimos depoimentos, coletamos documentos, produzimos provas periciais que possibilitaram à CPMI obter elementos suficientes para solicitar a abertura de casos judiciais que haviam sido encerrados. Vários casos. Vários casos encerrados por inexistência de provas, estamos aqui sugerindo a reabertura, porque confiamos que há elementos novos, sendo necessário a reabertura de algo que estaria, em princípio, encerrado. Evidenciamos também a necessidade de atuarmos para o Ministério Público no caminho do indiciamento, no caminho da denúncia, cumprindo, de nossa parte, nossa responsabilidade aqui, e confiando nas estruturas de justiça brasileira. Como todos sabem, se temos poderes, não temos aqui, e não nos arvoramos nem queremos ter, o poder do julgamento. As indicações que estamos realizando passarão pelo Ministério Público, óbvio, e passarão inclusive pelo Poder Judiciário, que dará a sua palavra em todas as suas instâncias até a finalização de processos, dentro de um estado democrático de direito, onde todos têm direito à defesa. No entanto, numa sociedade marcada pela impunidade, não poderíamos nos furtar da nossa própria responsabilidade aqui, com as convicções que temos. E estamos, Parlamento brasileiro, apresentando esse arrazoado unicamente com base em convicções. Sobre aquilo que não tínhamos convicções, não consta no Relatório, não está no Relatório. Aquilo que esta Relatora não considerou com indícios suficientes, aquilo que esta Relatora não considerou seguro no sentido de propor medidas não está proposto neste Relatório.

Portanto, tendo como ponto de partida a escuta e a fé conferida ao pronunciamento, ao depoimento das meninas, escutadas, respeitada por nós, nesta instância, voltada justamente para a proteção delas antes de tudo, passamos a ler, então, perdoem-me, os casos como foi consolidado, como é necessário que o entendimento seja feito aqui na parte que aponta as responsabilizações. (Pausa.)

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Pela ordem, Srª Presidente, para uma explicação da Relatora. Se esse Relatório está pronto e acabado; se, a partir da conclusão do término da leitura, ele entra em discussão hoje, ou se iríamos ainda nos reunir amanhã para concluir. Porque parece-me que o relatório não está concluso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado Severiano, perdão, ausentei-me por uns minutos. V. Exª poderia reformular as perguntas?

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Pois não. Perguntei à Srª Relatora se o Relatório estava pronto e acabado. Se S. Exª vai concluir hoje a leitura, porque parece-me que ainda falta muita coisa. Temos também votação na Câmara, estamos em Ordem do Dia lá na Câmara, com matérias importantes, inclusive a PEC paralela.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado, só para me antecipar. A Mesa recebeu um pedido de vista assinado por vários Parlamentares. Portanto, vamos decidir ao final do Relatório da Deputada Maria do Rosário. Irei evidentemente conceder vista, mas só vou determinar a hora que iremos retomar o trabalho, após a leitura do Relatório da Deputada Maria do Rosário. Até porque o pedido de vista só pode ser lido em seguida ao término do Relatório.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Senadora, então, pondera que o pedido de vista, que reconheço justo, é regimental, para que os Parlamentares possam inclusive se aprofundar na leitura, é absolutamente adequado e me associo a ele. No entanto faria a seguinte ponderação a V. Exªs.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – A pergunta não foi respondida, Relatora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se pretendo concluir a apresentação hoje?

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Se está pronto e acabado, se pretende concluir e se iria para votação. Como está?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Considero que estou entregando o relatório à CPMI. Este é o relatório, e o estou apresentando como algo consolidado, certamente, mas que isso não signifique o fechamento do diálogo, mas, sim, o cumprimento da minha tarefa como Relatora.

Perguntaria, Senadora, para que pudesse compreender, se devo proceder à leitura do relatório. O Senador Eduardo Azeredo fez uma ponderação que considero no sentido de que não necessariamente seja lido todo, não foi a minha intenção desde o início, mas preciso apresentar o relatório, é um ano de trabalho e nos faltam aqui todas as alterações legislativas, que considero mais significativas para o conhecimento

dos parlamentares do que as apresentações de responsabilidade.

Gostaria que V. Exªs me apresentassem alguma sugestão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Maria do Rosário, no meu entendimento penso que é necessário que possamos concluir a leitura do relatório, e a Deputada evidentemente compreende que alguns dos Srs. Parlamentares neste momento precisam se ausentar, e estamos vendo esse movimento, o tempo inteiro, de S. Exªs; mas, acredito, e é meu convencimento, de que é necessária a leitura desse relatório, que a Deputada pode tentar objetivar um pouco mais, em seguida, regimentalmente, irei conceder vista.

Então sugiro, Deputada Maria do Rosário, mais objetividade, já que compreendo a necessidade das Srªs e Srs. Parlamentares de terem de se ausentar por alguns momentos, mas pediria também a compreensão para um trabalho que foi tão cuidadosamente elaborado por tantas pessoas, por tantos mãos, por tantos olhares, que V. Exªs pudessem acompanhar a leitura do relatório, evidentemente com essa objetividade sugerida à Deputada Maria do Rosário, e em seguida poderei conceder o pedido de vista.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado Luiz Couto, pela ordem.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, a própria Relatora afirmou que em alguns casos não fez a leitura total, mas uma síntese. Em primeiro lugar faço a proposta de que seja considerado como lido todo o relatório, o que é um procedimento utilizado no Parlamento, e a Deputada Maria do Rosário faria agora a síntese das questões mais importantes, mas na sua composição teríamos a leitura total do relatório.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Reconheço inteiramente o esforço da Relatora, da presidência, acompanhei de perto quanto elas sofreram nessa trajetória para chegar até aqui, sugeriria à Relatora, em função do nosso cansaço, hoje estamos com uma sobrecarga de trabalho, e está praticamente difícil nos aprofundarmos, é um relatório rico, com muitas informações, e precisaríamos, e falo isso apenas como sugestão, de que a Relatora pinçasse o que entendesse de mais importante e nos deixasse levar o relatório, para que possamos ler com mais tranqüilidade e nos aprofundarmos melhor neste trabalho.

A SRA. CELCITA PINHEIRO (PFL – MT) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Celcita Pinheiro.

A SRA. CELCITA PINHEIRO (PFL – MT) – Gostaria de sugerir à Deputada Maria do Rosário, já que realmente o cansaço é muito grande, poderia fazer algo bem sintetizado, pincelado e apresentar o que V. Exªs estão propondo para ajudar a resolver esse problema.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada, consultei a Relatora, a Deputada Maria do Rosário, que concorda, evidentemente, com o cansaço de todos e a necessidade de alguns de se ausentarem e acredito que agora iria passar parte das alterações legislativas de forma sucinta, mais objetiva possível. Só quero essa compreensão das senhoras e dos senhores pelo esforço que feito ao longo deste ano de trabalho. É evidente que amanhã teremos a oportunidade, a própria Deputada disse que tem a sua conclusão mas está aberta a discussão que se procederá a partir de amanhã. Logo que ela terminar, comunicarei às senhoras e aos senhores a partir de que horas iremos reabrir a sessão. Ela será suspensa pelo pedido de vista e amanhã retomaríamos a sessão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Olha, meus caros colegas, acato as preocupações. Farei um grande esforço e uma confissão. Quero confessar a vocês que esta noite fiquei na Câmara dos Deputados e, portanto, desde ontem, desde anteontem, quando cheguei aqui, não fui a minha casa. Pouco ir e voltar e nunca pensei que fosse dormir na Câmara dos Deputados. Aliás, não dormi, fiquei trabalhando. Talvez e me perdoem, creditem o fato de estar sendo extensiva ao cansaço também desta Parlamentar. Os nossos Gabinetes não são tão confortáveis assim, mas são razoáveis para o nosso trabalho e nos sentimos todos muito integrados.

Senhoras e Senhores, aqui se encontram os relatos dos casos emblemáticos, região por região, Estado por Estado, para suas considerações. Volto a dizer, consolidados a partir de posicionamentos claros e de indícios tomados na nossa investigações.

Não vou proceder à leitura desses casos. Adiante, cabe referir aqui que temos todas as regiões do País. Supere-se o estereótipo de que a exploração sexual comercial e um fenômeno do Nordeste ou do Norte do Brasil. Todas as regiões brasileiras são marcadas, como eu já disse.

Chamaria a atenção dos senhores para um caso entre todos que, talvez, não esteja relatado com a excelência que mereceria: o caso de Porto Ferreira, no interior de São Paulo pela rede de exploração sexual

que ali se estabeleceu, porque, Senadora Patrícia Saboya, estivemos em Porto Ferreira no início dos nossos trabalhos como CPMI e sentimo-nos partícipes de resultados positivos tomados em oito meses, um tempo recorde no qual Polícia Civil, Ministério Público e Judiciário julgaram e condenaram, com direito a apelação, os acusados, alguns com 45 anos de prisão pela exploração sexual de crianças e adolescentes. Participamos dessa história, que consideramos vitoriosa.

Para mim esse caso é emblemático porque vitorioso, em nome das meninas.

Passando adiante, em Goiás, a região Sudeste, Santa Catarina, Uruguaiana, Rio Grande do Sul, há um inquérito na Polícia Federal há dez anos, mais de 160 adolescentes teriam sido traficadas por essa pessoa. Então são exemplos também das dificuldades e das ineficiências do Estado brasileiro.

Senhores, chamo atenção para o capítulo 4, Deputada Celcita Pinheiro. Políticas públicas – desafios para a construção de um novo paradigma. Firmado em quatro eixos: direitos humanos, cidadania, ética da vida, democracia. Aqui, Deputado Severiano Alves, talvez um ajuste ou outro ainda vá ser necessário que seja feito por esta relatora, mas, no geral, está tudo aqui, com base naqueles três "P"s, primazia, precedência e preferência, que a criança e o adolescente têm direito pelo Estatuto.

A análise das políticas de educação no Brasil e as recomendações para política de educação no Brasil. Senhoras e senhores, temos aqui cerca de quinze recomendações ao Ministério da Educação e ao Ministério da Cultura, em articulação com as redes estaduais e municipais de ensino público e privado, começando pela implementação do Fundeb indo até ações concretas e reais de integração das escolas com os Conselhos Tutelares e atuação transversal da política de educação dentro da rede de atendimento. Educação mais saúde mais assistência social mais esporte. Então, essa é a interação. São propostas concretas, que sentimos ser necessárias e que estão ao alcance.

Em geral, nas políticas públicas, Senadores e Deputados, não temos unicamente a necessidade de criarmos novas políticas. É preciso ampliar serviços, e avaliá-los. É preciso também – não tenho qualquer dúvida sobre isso – fazer com que as políticas que existam sejam voltadas a consolidar uma transversalidade entre elas. Ou seja, é preciso que elas se integrem no combate à exploração sexual.

É da mesma forma na área da saúde. Há a fala de uma jovem aqui, a qual sugiro a todos que leiam. O Ministério da Saúde tem uma das políticas mais eficientes de abordagem dos direitos humanos, que é o Programa Saúde da Família. Há uma proposta que é absolutamente simples, minha cara Elizabeth Leitão, já em curso, pelo que conhecemos da disposição do Ministro Humberto Costa. A proposta é que os agentes do Programa Saúde da Família sejam capacitados para que, quando um agente esteja dentro de uma casa, ele não apenas faça pesagem, mas verifique as circunstâncias de violência que possam estar sendo vividas. Isso é possível e está ao nosso alcance, potencializando, orientando e formando melhor os profissionais.

Vamos adiante: preocupação com as doenças sexualmente transmissíveis que cresceram enormemente na juventude brasileira com acesso a drogas. Aqui, fala-se em programas que devem enfrentar desde gravidez na adolescência até as DSTs, Aids. Aliás, isso é uma preocupação da Deputada Thelma de Oliveira, com projetos de lei de sua autoria, sobre a gravidez na adolescência, aprovado na Comissão de Educação. É um belo trabalho da Deputada Thelma de Oliveira.

A política da assistência social.

Há uma análise do Programa Bolsa Família, do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do Programa Sentinela. Já adianto que o Programa Sentinela não está ainda conectado suficientemente com os casos de exploração sexual comercial. Ele está conectado mais com os casos de abuso sexual intrafamiliar. Portanto, estamos percebendo que o Programa Sentinela que é o programa voltado para isso não consegue dar conta da exploração sexual comercial, por uma série de fatores, até porque, muitas vezes, os aliciadores sexuais agem sobre o Programa Sentinela, como vimos num depoimento no Rio de Janeiro, tentando desconstituir o Programa Sentinela na comunidade onde ele está. Então, aqui, estamos analisando a realidade do Programa Sentinela e a sua importância, no sentido da ampliação.

O sistema de abrigos, considerando a necessidade do reordenamento.

O reordenamento não foi concluído no Brasil. O Estatuto da Criança e do Adolescente não está valendo ainda em todos os abrigos. Aqueles grandes orfanatos, Deputada Celcita Pinheiro, que nunca vão se parecer com uma família, são a negação objetiva do direito à família. Há, aliás, agora, instituída, na Câmara dos Deputados, uma comissão especial para analisar o tema da adoção e da prevenção do abandono, com propostas de modificações. Vários dos colegas que estão aqui presentes são participantes

daquela Comissão Especial que está sendo agora implementada, para verificar a agilização dos processos de inserção em família substituta, porque o tempo durante o qual as crianças permanecem dentro da abrigagem, onde há um poder judiciário mais

estruturado, é, em média, três e meio, o que nega o direito a uma família substituta.

V. Exªs me perdoem, pois não quero ser extensiva, mas gostaria que soubessem disso. Aliás, nem tudo está escrito, porque é difícil falar de tantas políticas que estamos estudando, como o Programa Brasil Jovem Cidadão, o Programa de Atenção à Criança e ao Adolescente de zero a seis anos, a educação infantil como prioridade no cumprimento dos dispositivos constitucionais. Considero particularmente que a educação infantil é talvez o principal esforço que devemos ter no enfrentamento de todas as formas de violência que atingem a criança no ambiente familiar e na sociedade, pois garante a formação de uma geração com direitos básicos assegurados, até porque a escola infantil orienta a família, é uma escola de pais. Fazemos uma abordagem sobre a política de cultura e recomendações sobre cultura, esporte, lazer e turismo e queremos que sejam implementadas em todo o Brasil as iniciativas tomadas pela sociedade civil no Rio Grande do Norte, pelo Governo do Ceará e pela sociedade civil.

Em Foz do Iguaçu, existem pactos que reúnem todo o setor hoteleiro com as autoridades para o enfrentamento da exploração sexual. O Brasil precisa ter um pacto nacional de combate à exploração sexual no meio do turismo. O Brasil precisa romper completamente os estereótipos. Um dos casos que V. Exªs verão aqui ocorre em Fortaleza. Trata-se de um alemão, e não há nenhum preconceito nesse sentido, que, sendo proprietário de uma pousada em Fortaleza, tem um *site* de divulgação de sua pousada para o mundo inteiro, onde aparece uma menina brasileira seminua nas fotografias da pousada dele, Senador Arthur Virgílio. Eu, a Senadora Patrícia Saboya Gomes, a Deputada Laura Carneiro e o Deputado Severiano perguntamos a ele por que havia optado por esta imagem, e ele nos respondeu: "Essa é a imagem do Brasil". Convenhamos! O Brasil não pode mais aceitar estereótipos. As mulheres brasileiras são as que estão trabalhando, que estão sustentando como chefes de família suas casas, são as mulheres Parlamentares que estão aqui com seus filhos pequenos, são as esposas, as mães, são as mulheres que, muitas vezes, sofrem violência doméstica. A mulher brasileira não é isto. Tal fato nos revolta. Portanto, constam aqui, no tocante ao turismo, as indicações ao Ministério do Turismo, a fim de que esta política enfrente este estereótipo construído ao longo de séculos sobre a negra, a mulata, a indígena como mulheres sexualizadas antes de serem mulheres com alma, cérebro e identidade.

Eu pediria que V. Exªs lessem – sou Parlamentar, mas sou Professora – as nossas propostas sobre o sistema de garantias de direito, a nossa análise do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Segurança Pública no Brasil, do combate ao crime de pornografia infantil na internet, dos Conselhos de Direito e dos Conselhos Tutelares e também do orçamento público. Todavia, ainda estamos concluindo esta parte do relatório atinente a políticas públicas em relação a orçamento, porque, sem dúvida alguma, precisamos de recursos federais, estaduais, municipais, de recursos da inversão de prioridades. Prioridade absoluta também se faz no orçamento e alguns dizem que lugar de criança é na escola, mas lugar de criança também é no orçamento.

Análise Legislativa.

Neste item, não há nenhuma preocupação em campos políticos: ser Governo ou ser Oposição. Temos uma tarefa comum. Portanto, falo, sem nenhum preocupação com relação às questões que trago, no relatório, que é o nosso instrumento de trabalho.

Chegamos, então, ao capítulo V da análise legislativa. Em primeiro lugar, o capítulo fala da necessidade de avanço legislativo do Código Penal. Faz uma avaliação conceitual. Os crimes contra os costumes, inscritos no Código Penal da década de 40, foram estabelecidos com um entendimento de que eram contra os costumes, contra os costumes da sociedade e não contra as pessoas. Isso tem que mudar em favor das mulheres, dos homens e, em especial, das crianças e dos adolescentes. Essa é a base do trabalho que estamos apresentando com mais de vinte proposições de alterações legislativas. Espero, sinceramente, que o Congresso Nacional as aprove. Não se trata de um trabalho somente da CPMI. É um trabalho da assessora técnica da Câmara e do Senado. É um trabalho do Ministério Público Federal, do Poder Judiciário e da própria sociedade civil. Trata-se de um trabalho denso que retrata uma necessidade, uma possibilidade real.

O que, objetivamente, está estabelecido?

A primeira questão, na página 324 da tabela, é enfrentarmos a vergonha que é a extinção da punibilidade frente ao casamento do agente contra a vítima nos crimes contra os costumes. Todos lembramos, e serei obrigada a retomar, de um caso emblemático que está relatado. O Tribunal de Justiça de Goiás condenou o Prefeito Boadir Veloso, da Cidade de Goiás, um patrimônio da humanidade. O próprio Tribunal de Justiça de Goiás, por meio de um **habeas corpus**, fez cessar a punibilidade porque as vítimas casaram-se. Casaram-se em dois dias, acompanhados pelo advogado do Sr. Boadir Veloso. Realizamos um belíssima audiência na catedral de Goiás Velho, com a acolhida da comunidade. No caso, estamos apoiando a decisão do Ministério Público Federal, a forma como está

agindo, para suspender a medida do Tribunal de Justiça de Goiás. No caso, a medida é essa. V. Exªs vão encontrá-la lá na página investigativa. A medida aqui, no Código Penal, que não vale para o caso, mas para o futuro, é revogar os incisos. É preciso retirar, do Código Penal, esses dispositivos que não são úteis, que são perniciosos. Enfim, aqui o remédio é a revogação pura e simples.

Sugerimos, e estamos solicitando, que o crime previsto nos §§ 1º e 2º do art. 110, do Código Penal, passe a ser constituído como tráfico de seres humanos. Que seja imprescritível. É essa a proposição que temos na página 325. Nos baseamos em normas construídas no Direito Internacional absolutamente inovadoras, em procedimentos legais que o Brasil adota por ser signatário dessas normas e que pode, portanto, adotar na sua própria legislação, quando o crime é ofensivo à humanidade.

E, aqui, estamos considerando tráfico de seres humanos como um crime ofensivo à humanidade, pela sua extensão, pela sua dimensão. Então essa imprescritibilidade seria um salvo-conduto, por exemplo, para a situação que ela tem de Uruguaiana, de onde, há 10 anos, não há resposta para o inquérito da Polícia Federal, que, certamente, não isenta a Polícia Federal de ser mais ágil em relação a casos como esses, mas não significando a prescritibilidade, a possibilidade de que alguém se safe, fique impune, por conseguir estar no cenário internacional, fugir, enfim.

Na pág. 326, passamos justamente ao título VI dos crimes contra os costumes. Que, pelo próprio título, passe a se chamar "Dos crimes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual", considerando aqui liberdade, no caso de adultos, e, desenvolvimento sexual, como parte do entendimento e do desenvolvimento integral das crianças e adolescentes. Portanto desenvolvimento vai-se referir a adulto, crianças e adolescentes.

Então, aqui, unificamos os dois tipos penais, do 213 e 214, referentes ao estupro e ao atentado violento ao pudor, construindo na figura, no tipo de estupro, portanto no art. 213, e compreendendo o estupro com maior amplitude do que hoje é indicado no Código Penal, unicamente igual à conjunção carnal.

Então, ampliando o conceito de estupro, passamos a considerá-lo para os casos em que a vítima é do sexo masculino ou feminino, o que hoje não o é. Hoje, os meninos são vítimas de atentado violento ao pudor, figura que é socialmente constituída, socialmente, por mais que a pena seja idêntica, de menor importância, como se fosse menos grave. Então, agora, essa unidade dará uma igualdade jurídica de proteção aos direitos da sexualidade também dos meninos.

Além disso, estamos estabelecendo agravantes. Mantemos a pena básica, Srs. Deputados, Srs. Senadores, de 6 a 10 anos. Não estamos aqui com a sede unicamente de ampliar ao Direito Penal máximo, como se o nosso negócio, como se a nossa tarefa aqui fosse mais penas, mais penas, mais penas. Não é isso! Mas nos dedicamos a manter a pena básica, de 6 a 10 anos, agravando nos casos que consideramos graves, como, por exemplo, aqui, se, da conduta, resulta lesão corporal de natureza grave, ou se a vítima é menor de 18 anos e maior de 14 anos: reclusão de 8 a 12. Salta de 6 a 10 para 8 a 12.

Vejam que, hoje, não há essa distinção, alerto os senhores e as senhoras! Hoje, o estupro de um bebê, de uma menina de 12 anos, de uma mulher adulta é de 6 a 10. Todos são iguais. Atentado violento ao pudor de uma criança, de um adulto, de 6 a 10. Estamos, agora, incorporando a distinção, pela qual consideramos mais grave, agravante, portanto, e estabelecendo pena diferenciada para o caso da criança e do adolescente. E esse é o objeto desta CPI. Essa é a nossa tarefa, a nossa missão!

Então, senhores e senhoras, os agravantes vêm neste sentido: lesão corporal, menor de 18 anos e maior de 14 e se da conduta resultar morte.

Vamos adiante aqui. Modificamos o 215, de posse sexual mediante fraude, para o sentido da violação sexual mediante fraude, obviamente, e nós já nos debruçamos sobre isso aqui no parlamento do ano passado para cá, retirando a figura da mulher honesta, já é uma medida que a Bancada feminina defendeu. Lembro-me dos colegas defendendo o plenário e todas brilhantemente e os colegas também todos votando, nossos parlamentares. Mas veja bem, nós também avançamos aqui com um sentido de ampliarmos a pena de reclusão que aqui é de 1 a 3 anos e que passa de 2 a 6 anos e definimos aqui a conjunção carnal ou o ato libidinoso, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima. Aqui entram inclusive aquelas promessas que muitos nós vimos, a promessa de uma casa que é o que mais se viu. É impressionante! Este é o sonho. Esta é a segurança. As meninas querem ter onde viver, um tênis de marca. Então, aqui está contemplada. Nós nos perguntamos muito mas mantivemos porque a fraude existe.

Unificamos também aqui trazendo o atentado violento ao pudor, mediante fraude para o mesmo tipo penal incluindo meninos e meninas.

No assédio sexual os senhores e senhoras que estão há mais tempo nesta Casa e que são legisladores, a mim parece esqueceram de agravar, aqui, no caso do assédio, dirigir-se à adolescente. No Brasil nós temos uma legislação trabalhista que inclui os adoles-

centes a partir dos 16 anos, nos parece que é mais grave, inclusive existindo os estágios é mais grave. Isso deve ser trabalhado, aumentando-se a pena, pois – e aí trabalhamos no Código Penal com assédio sexual –, em outros países está em verdade no Código Civil, registra-se, mas trabalhamos aqui para ampliar, no sentido do adolescente, o assédio sexual no mesmo lugar em que os legisladores que nos antecederam trataram no Código Penal como crime sexual.

No capítulo segundo do título, aqui existia: Da sedução e da corrupção de menores. Passamos a ter o seguinte título do capítulo: Dos crimes contra o desenvolvimento sexual de vulnerável. Quem é o vulnerável? É aqui no 217, no tipo penal constituído, novo aqui, estupro de vulnerável é a criança ou o adolescente menor de 14 anos. E aqui eu quero fazer uma reflexão com os senhores. Muitos juízes e desembargadores atuam sobre o tema da violência presumida que todos conhecemos como aquela que depreende-se da vítima ser menor de 14 anos, nos casos onde há estupro, muitos juízes e desembargadores passaram a julgar tendo em vista o tipo físico das vítimas. A entender que ela já era maior, ou ela usava um salto alto, ou como eu li, e aqui – senhores e senhoras – há uma parte sobre cultura jurídica onde nós reproduzimos falas de diferentes sentenças judiciais de juízes e desembargadores que diziam "ela não era nenhuma neófita em sexo, aos treze anos. Porque ela não gritou e não esperneou". Desconsiderando que esta moça foi cortada com uma navalha no seu rosto.

Então, nós temos estes casos aqui retratando uma judiciário que tem o seu valor na sociedade brasileira, mas que também como reflexo da sociedade julga a partir da visão de menor ofensividade desse crime, de que a menina provoca, de que agora aos 14 anos já se é adulta, de que há a sexualização precoce, julgando a vítima. E é assim que acontece. Então, o juiz e o desembargador, deparando-se com esse art. 217, terão um instrumento pelo qual não mais terão a prerrogativa de decidir. E, na minha interpretação do Código Penal, ele não teria mesmo. Eu entendo que, com relação aos menores de 14 anos, a violência deveria sempre ser considerada presumida. Mas, considerando as dificuldades que temos tido, estamos criando aqui a figura do vulnerável, que é menor de 14 anos. Portanto, propomos a reclusão de 8 a 15 anos, que é agravada, incorrem na mesma pena, se a vítima não for menor de 14 anos, mas tiver deficiência mental. Portanto, estamos abraçando aqui o enfrentamento da violência sexual contra pessoas que também não podem proteger-se e que devem estar aqui. Então, o vulnerável é a criança, o adolescente até 14 anos e o portador de deficiência mental.

E aqui estamos agravando, chamo a atenção dos senhores, em metade. Portanto, se condenado a 8, passará a ser 12, e assim por diante, a pena se houver o concurso de quem tem o dever de cuidado, proteção ou vigilância. Pai e mãe, padrastro e tio, tem que ser mais grave, por uma simples razão, é muito difícil dizer o que é mais grave, mas há uma traição absoluta em ser violado sexualmente por quem deveria e tinha a missão do cuidado. Então é mais grave e a lei tem que responder a isso. A lei precisa dizer isso, no sentido de que as pessoas saibam da sua responsabilidade na paternagem, na maternagem, do cuidado, inclusive do ponto de vista criminal.

Vamos adiante. Aqui, se resultar conduta de natureza grave, lesão corporal, mediação para servir à lascívia de outrem, compreendemos induzir pessoa menor de 14 anos a satisfazer a lascívia de outrem, no sentido do agenciamento, do aliciamento, para levar para alguém, aqui está o aliciador, a aliciadora, aquele que vai cooptar uma menina em um *shopping* ou na porta de uma escola, que também será condenado, por uma série de questões aqui previstas, inclusive por esta.

E se o crime é cometido com o objetivo de obter vantagem econômica, aplica-se também multa. Por quê? Por que multa aqui? Porque não há, eu tenho consciência, como reparar esse dano. Mas, convenhamos, nós lidamos permanentemente com casos, como vimos aqui, em que as pessoas podiam fazer uma contribuição, e contribuiriam se estivessem numa situação de responsabilidade, e tem que ser assim mesmo, se atropelado alguém na rua e incapacitado, e ninguém considera a incapacitação psicológica, os tratamentos que precisam advir... Então, eu acredito e defendo aqui que essa é uma medida a ser tomada, sem prejuízo das sanções penais e outras cabíveis, obviamente.

Adiante. Esse tipo penal não consta, são aquelas pessoas que fazem, que praticam, que realizam, sexo, com crianças e adolescentes presentes, obrigadas a se submeterem a isso. E, olha, vocês vão ver os casos que estão relatados, não é um, nem dois, mas é o modo de operar dos exploradores sexuais que normalmente levam grupos de meninas para motéis, umas esperam as outras, e há uma situação absurda de violação, em todos os sentidos, como em um caso, em Campo Grande, onde a mãe e, vejam, dentro desse contexto de tipos penais que estamos estabelecendo, a mãe oferece a filha ao seu amante e, ao mesmo tempo, isso é a pedido dele como prova de seu amor por ele. A menina participa dos atos sexuais com a mãe e a menina é estuprada com as mãos seguradas pela mãe.

Favorecimento da prostituição é outra forma de exploração sexual de vulnerável não consta. É a prostituição em si agravante, em todos os sentido, aqui tratando as figuras do agenciador.

Optamos por revogar esses títulos que falam do rapto consensual, do rapto da diminuição da pena se houver casamento. Aqui avaliamos que essa não é mais a nossa realidade e que se o rapto foi para o casamento então não é tão grave e se teve conjunção carnal é grave e se não teve então é menos. Então, esse nós resolvemos estabelecer uma revogação direta.

Revogamos a presunção de violência, porque criamos o estupro de vulnerável. Aqui há uma indicação importante no art. 225, a da ação penal. Todos sabem – não há um caso – que a vítima denuncie e depois não seja pressionada a voltar atrás, seja pelo poder financeiro, pela pressão física e ameaças, porque quem explora sexualmente tem poder sobre a vítima. Sempre a exploração sexual é uma relação de poder, que seja o poder físico da força física, que seja o poder do dinheiro, do prestígio social, do envolvimento sedutor, o poder religioso, em toda e qualquer religiosidade, que é o poder espiritual. Aqui, então, estamos procurando proteger a vítima e dar poderes ao Ministério Público.

No art. 225, portanto, estamos dizendo que nos crimes definidos nos capítulos anteriores se procede, mediante ação penal pública, condicionada à representação, procede-se mediante ação penal pública incondicionada se a vítima é pessoa menor de 18 anos ou mentalmente enferma ou deficiente mental.

Portanto, todo o poder ao Ministério Público no sentido de que ele, em nome da criança ou do adolescente, independendo da denúncia ser formalizada ou não, tomando conhecimento, aja, com representação ou sem representação. No caso dos maiores de 18 anos, deixamos para a vítima a primeira iniciativa, que aqui se trata da ação penal pública condicionada. Ação penal pública condicionada é aquela em que a primeira iniciativa é da vítima. Ela tem que fazer o registro. Agora, feito o registro, não há poder que faça retirar essa denúncia, porque ela já é de domínio público, estando no Ministério Público.

Então, com isso, quem sabe essas meninas e meninos, mesmo as mulheres que apanham dentro de casa, sofrem violência e denunciam o marido na delegacia e, em seguida são obrigadas a retirar a queixa, porque não tem para onde voltar, mesmo aqui no caso da mulher adulta, o Ministério Público recebeu a denúncia passa a ser pública, pertence e deve ser apurada pela sociedade representada por ele.

Então, aqui estamos trabalhando com a idéia de aumentar a pena e se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, perceptor ou empregado, empregador da vítima ou se assumiu por lei obrigação de cuidar e proteger com o mesmo sentido da responsabilidade familiar ou pessoa que tem a guarda, estamos ampliando a pena se do crime resultar gravidez. Peço a atenção dos Srs. porque vimos tantas crianças nascidas de situações de violação sexual que é mais grave sim essa figura, porque as conseqüências permanecem sim, em outra pessoa, em um terceiro, que é a própria criança gerada. Agora, atentem que estamos colocando aqui se o agente transmite à vítima doença venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado. Estamos agravando, no sentido da responsabilidade diferenciada para esses casos.

Do lenocínio e do tráfico de pessoa para o fim de exploração sexual, estamos indicando algumas modificações no art. 228, incluindo esse tema do parentesco, cuidado, estamos trabalhando o tema do rufianismo, incluindo aqui se a pessoa é menor de 18 e maior de 14 anos, porque para os menores de 14 anos há outro tipo penal.

Estamos estabelecendo uma mudança que é constituindo o tipo de tráfico internacional de pessoa para fins de exploração sexual, que hoje não existe. Só falamos em tráfico de mulheres, como havia referido. Então, está aqui registrado, estabelecendo a mesma pena não apenas para o que trafica para o estrangeiro, mas para aquele que agencia, para todas as tipologias já citadas.

Estamos indicando também como crime o tráfico interno de pessoas para fins de exploração sexual. Com os mesmos tipos. Estamos incluindo na lei dos crimes hediondos não aqui por convicção, faço questão em meu nome de me referir a isso, porque, como ativista de direitos humanos, considero que a questão da lei dos crimes hediondos não contribuiu no sentido de debelá-los, que ela assim caracterizou. Mas não há como ter na lei de crimes hediondos a figura do estupro contra mulheres e homens adultos, e não considerar a figura do estupro de vulneráveis, que estamos acrescentando aqui. Então, para criar um regramento ordenado e lógico na legislação, estamos dando o mesmo tratamento ao estupro de vulnerável.

Estamos com algumas propostas no sentido do ECA, frente a incompreensões estudadas pela CPMI no decorrer da nossa investigação e sentença judiciais, estamos propondo uma modificação, pelo menos uma modificação, no Código de Processo Penal, dizendo que no processo penal o crime contra a liberdade e o desenvolvimento sexual que envolva adolescente como vítima nesse crime, o exame pericial deverá ser realizado em local separado, preservando a sua imagem,

num sentido de atendimento da perícia criminal necessária que é feita hoje sem critério, então, os Governos estaduais, nos seus institutos de perícia, devem estar equipados para um tratamento diferenciado, porque o exame ginecológico em mulher adulta é diferente do de uma criança, que passou por uma violência, então é necessário e óbvio, e estamos incluindo esta legislação no Código de Processo Penal, que terá desdobramento em todos os Estados. Portanto, será cumprida.

Estamos estabelecendo uma lei sobre a divulgação de materiais sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. Estamos promovendo aqui uma série de propostas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, além das fronteiras, propondo com bases reais nas nossas investigações medidas a serem tomadas nas regiões de fronteira em conjunto com todos os países que o Brasil faz fronteira. O Brasil tem que ter acordos bilaterais. O Brasil tem acordo de turismo com todos. São inúmeros acordos sobre o turismo sob o ponto de vista do comércio, e os acordos de cooperação para coibir a exploração sexual e o tráfico de crianças e adolescentes não estão desenvolvidos.

Estamos citando o Mercosul como uma realidade que nos exige. Ao final deste bloco, deste capítulo, estamos estabelecendo recomendações. Fui consultada rapidamente pela necessidade de estabelecer essa numeração, mas também fico à disposição no sentido de podermos conversar e ajustar.

Nos termos regimentais, estamos solicitando à Mesa do Congresso Nacional a criação de uma comissão temporária, composta por três Deputados e três Senadores, para acompanhamento, pelo prazo de um ano, das providências solicitadas pelo relatório final da CPMI, prevista essa comissão no disposto da Lei nº 10.001. O que é isso? Temos um instrumento, que raramente foi usado nas nossas casas, de monitoramento das matérias que estamos aqui indicando como importantes. Ora, será que o nosso trabalho está concluído mesmo numa leitura, numa discussão, numa votação? Mas e essas medidas que estão aqui sobre políticas públicas, sobre avanços legislativos? Estamos propondo, objetivamente, que formemos uma comissão de monitoramento que tenha a capacidade de receber relatórios periódicos dos órgãos para quem estamos enviando as nossas recomendações.

Também estamos propondo aqui – destaco –, como medida democrática, uma moção, um apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, da reforma do Judiciário, que diz respeito à possibilidade de deslocar a competência para a Justiça Federal de crimes contra os direitos humanos. Por quê? Porque são crimes que não dizem respeito a uma justiça estadual. Eles perpassam os Estados. Então, sinceramente, eu o colocaria no rol dos crimes a serem federalizados na abordagem da responsabilização.

Os senhores têm, em seguida, no primeiro anexo, os projetos de lei referentes. Por último, agradeço às senhoras e senhores pela paciência e pela disposição de militância. Há textos que considero principais: um, sobre mídia – que, como temos dito tantas vezes, produz e reproduz a cultura da violação dos direitos humanos – e, outro, sobre o Poder Judiciário. Como referi às senhoras e senhores, a base do capítulo sobre a mídia e as recomendações é trabalho da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), que premia jornalistas como jornalistas amigos da criança e faz um importante trabalho.

Por último, a nossa análise da cultura que perpassa as sentenças do Poder Judiciário nas suas diferentes instâncias.

Quero agradecer a atenção das senhoras e senhores. Espero não ter sido tão longa na leitura. Dediquei-me mais ao avanço legislativo, que considero a peça até mais importante, mas também peço a compreensão dos senhores. Trabalhamos, estivemos lá, falamos com as pessoas e queremos que a sociedade brasileira receba um instrumento que é fruto da nossa convicção e da nossa responsabilidade. Essencialmente é isso. Confio e peço aos nobres pais que possamos discutir, analisar e aprovar um trabalho que diz respeito às nossas vidas e aos nossos compromissos. Muito obrigada.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Quero cumprimentar a Deputada Maria do Rosário e V. Exª, Srª Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes. Sem dúvida alguma, esse foi um trabalho exaustivo. Como um homem que sempre acompanha números, anotei que foram 64 reuniões e audiências realizadas no período de um ano. Portanto, é um número que mostra, por si só, como foi um trabalho difícil. Sem dúvida alguma, este ponto, Deputada Maria do Rosário, das mudanças legislativas, é o ponto mais importante dessa CPMI, porque o objetivo maior de uma CPI é exatamente melhorar o que vem pela frente. Daí, quero realmente enaltecer essa parte, em especial – evidentemente, de enaltecer todo o trabalho – mas, especialmente, essa parte me parece que, por si, justifica plenamente toda a realização da CPMI.

O assunto foi discutido durante um ano, trazendo toda uma conscientização, toda uma nova visão sobre o que é a exploração de crianças e adolescentes, no

Brasil, de maneira que quero cumprimentar todas as participantes, em especial, as Deputadas mais presentes, bem como o Deputado Luiz Couto, que também estava sempre presente todas as vezes em que vim aqui, não é Deputado?

Cumprimento todos que aqui estão presentes, mas meus cumprimentos, em especial, são para a Srª. Presidente, Patrícia, e A SRA. Maria do Rosário.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pela ordem, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Senadora Patrícia, Deputada Maria do Rosário, Relatora, demais Parlamentares, em primeiro lugar, digo que esse é um trabalho resultado de muita investigação, de muitas vezes ficarmos até, em alguns momentos, até às três horas da manhã e saímos da audiência para o aeroporto, mostrando a importância desta investigação.

Registro que isso dependeu muito da vontade e, às vezes, também da força da nossa Presidente, Senadora Patrícia, e da nossa Relatora. Em alguns momentos, elas tiveram de ser fortes mesmo, até com o Governo Federal, exigindo compromissos que foram assumidos pela Polícia Federal e pelo Ministério Público e que não estavam sendo levados em conta. E, de forma firme, houve todo esse trabalho.

Em nenhum momento faltaram, ou seja, em qualquer momento que houvesse uma audiência se faltava condições, estavam lá as Srªs Presidente e Relatora, preocupadas com isso aqui. Quero dizer também que, para isso, teve importância a equipe de assessoria, toda ela. Todos eles contribuíram de forma significativa. Foram mais do que assessores. Estavam presentes também nas diligências, nas investigações.

(Aplausos.)

Quero registrar que, se tivermos uma outra CPMI, que os homens venham para as reuniões, que participem delas. Talvez, porque eles sejam os grandes exploradores, eles coloquem uma carapuça e fiquem com receio de que algo possa saltar sob os seus olhos. Mas, é importante a presença deles. Às vezes, como dizem, eu era "O Bendito no meio das mulheres", porque somente havia mulheres. Algumas vezes, alguns Deputados estiveram presentes, principalmente, em Fortaleza, onde tivemos a presença do Deputado Severiano; e em outros locais também.

Mas, parabenizo as Srªs Deputadas e Senadoras, principalmente, as Srªs Deputadas que estiveram presentes em quase todos os momentos. Eu queria dizer, para todos, que este trabalho não vai parar, porque a proposta feita por essa equipe de acompanhamento e monitoramento é fundamental para nós, porque somos acusados, depois que finalizamos e aprovamos o relatório, de termos produzido não aquilo que a sociedade esperava, uma "pizza", como dizem. E normalmente a gente entrega tudo para o Ministério Público, para o Judiciário, para o Executivo, para o Legislativo e aí sim é que acontece a "pizza", porque não há continuidade.

Acho que esta Comissão vai monitorar e vai impedir que o esquecimento nos leve a daqui um ano estar convocando uma outra CPMI com muito mais ocorrências. Espero que isso não aconteça, porque se ocorrer é um atestado de que a impunidade também tomou conta do Parlamento e não podemos aceitar isso.

Já que temos um pedido de vista, eu queria fazer uma consulta à Presidenta. Primeiro, não há no Regimento da Casa o pedido coletivo de vista. Tem que ser um pedido individual que pode ser por vários parlamentares. Mas o pedido tem que ser individualizado, não há uma coletividade na Casa, então cada Parlamentar... Se existe esse procedimento do pedido de vista coletivo. Porque, no dia-a-dia, o pedido de vista, como no Judiciário também, quando é feito por desembargador ou por juiz, e depois pode ser de forma que vários peçam, mas cada um do seu modo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado Luiz Couto, a resposta da assessoria é que V. Exª tem razão. Vou ler o pedido individual de cada um dos Parlamentares que assinaram o pedido de vista. Agradeço a V. Exª, mais uma vez, não só pela ponderação, mas evidentemente pelo trabalho, pelo companheirismo, por ter sido durante este ano de trabalho um grande companheiro de todos nós.

Deputada Almerinda de Carvalho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, desculpe-me Deputada, apenas uma ponderação. Quer dizer que os pedidos de vista são para cada Parlamentar. Neste sentido, ainda assim poderá ser possível dar-se vista coletiva se todos concordarem.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PSB – RJ) – Srª Presidente, acredito que aqui a maioria vá usar a palavra e vá pedindo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Inclusive quando mais de um Parlamentar solicita, ou seja, na realidade nem o processo vai para cada um, o processo fica na Comissão e cada um dá as suas vistas na própria Comissão.

Na realidade, apenas o procedimento para que depois ninguém nos acuse de estar descumprindo algum dispositivo regimental.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Almerinda de Carvalho.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PSB – RJ) – Srª Presidente, Srª Relatora, eu gostaria de manifestar a minha satisfação em ter participado da CPMI juntamente com todos os nossos funcionários e toda a assessoria aqui da Câmara, que foi muito importante para o nosso trabalho.

Principalmente quero dizer da minha satisfação em tê-las conhecido, porque tanto V. Exª como a nossa Colega Maria do Rosário chegaram a esta Casa há pouco tempo, eu já estou há dois mandatos. Então eu queria dizer da satisfação de tê-las conhecido, de poder ter participado, e, mais que isso, de perceber em vocês duas a importância que deram a esta CPMI, principalmente pela competência, pela garra. E, mais que isso, pelo instinto de mãe que a gente percebe em cada uma de nós. Quando a gente trata dessas questões, e acho que isso é muito importante, a gente coloca o nosso lado humano nesta CPMI.

Percebi na Deputada Maria do Rosário até o seu desejo de ler o relatório, foi um ano realmente. É como se fosse um filho que você espera ver nascer. A gente percebe toda a sua dedicação neste relatório, noites sem dormir, como foi esta noite. E também eu gostaria de dizer que a gente percebia em cada saída nesses Estados a satisfação que tínhamos, principalmente de saber que estamos contribuindo para, se Deus quiser, que possamos ver um resultado nesse relatório e também da angústia, muitas das vezes da gente tentar. Tem casos que, eu, pelo menos, me senti assim, com uma vontade de ir lá, pegar o cara e enfiar ele na cadeia. E ficamos com muita angústia, pois a nossa justiça é tão morosa e, muitas vezes, o poder do dinheiro, o local onde o caso ocorre, muitas vezes, essa pessoa que se acha com o poder acima de tudo, do bem e do mau, ele manipula todos e isso, realmente, é algo que tem que acabar. Nós temos que mudar esse Código Penal. Nós temos que dar uma resposta para essas crianças que, hoje, como aquela menina que veio aqui trazendo esse buquê de flores, o quanto que essas crianças hoje esperam de nós, esperam dessa CPI. Então que nós possamos dar seqüência, acho que nós temos que fazer como o estatuto do idoso, que nós fizemos o estatuto e eu tenho pregado isso nas ruas, dizendo que o idoso tem que conhecer o estatuto, ele tem que cobrar para que realmente aquilo funcione, senão não vai adiantar de nada. Então nós temos que fazer nosso relatório da CPI. É cobrar, a quem tem direito e que realmente a gente possa dar uma resposta e que daqui para frente, possamos ficar mais aliviadas. Como mães, principalmente, vemos em cada criança, um filho. Então não queremos para o filho dos outros aquilo que não queremos para os nossos filhos. Parabéns. Fiquei muito feliz de tê-las conhecido, principalmente nessas circunstâncias. Vocês mostraram para nós e nós todas aqui, todas as nossas colegas, também mostramos o quanto é importante lutar principalmente por essas crianças que vivem desprotegidas, sem ter realmente, alguém com quem contar. Então, parabéns e que a gente possa ter o melhor resultado possível dessa CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Almerinda. Certamente, eu e a Deputada Maria do Rosário, nós é que temos muito a agradecer a participação de V. Exª., o compromisso e a sensibilidade em todos os momentos desse nosso trabalho.

Muito obrigada.

Passo a palavra à deputada Maria do Rosário e em seguida, à senadora Lúcia Vânia.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Bom, eu quero, em primeiro lugar, Senadora Patrícia, Presidente dessa comissão e deputada Maria do Rosário, parabenizar muito especialmente às duas. E dizer que nós tiramos desse trabalho, dois aspectos que eu destaco como de muita importância. A primeira é a conscientização que houve da população brasileira. No mais longínquo município do meu Estado, lá no sertão do Rio Grande do Norte, quando eu chegava e conversava, sempre havia alguém falando a respeito da CPMI e eu acredito que isso aconteceu em todos os recantos do País. Acredito que nós contribuímos para que essa conscientização tenha se tornado uma realidade. E que as pessoas comecem a despertar, como já estão despertando, para a importância da denúncia, ao repúdio a esse tipo de crime que se é praticado. Depois uma coisa interessante. Nós chegamos ao final dessa CPMI como um trabalho feminino. E eu quero, aqui, registrar o padre, companheiro Luís Couto que foi uma presença marcante nas nossas viagens, nas nossas investigações. Ele foi quase que uma exceção. Eu quero, para complementar, Luís Couto, dizer que antes tarde do que nunca. Os homens apareceram. Na última hora, mas apareceram para dar apoio às mulheres. Porque nós queremos que esta luta não seja apenas nossa, de mulher, mas que tenha o apoio dos homens, de mãos dadas, na igualdade que nós buscamos, para que as mulheres e os homens caminhem em pé de igualdade para a superação desses problemas. Quero, também, reafirmar que o meu reconhecimento, como acredito que seja de todos os parlamentares que participaram, e das parlamentares, com relação à assessoria. Brilhante assessoria. Merece o aplauso, não somente nosso, mas do Brasil. Os assessores e assessoras, que estiveram em todos os momentos varando as madrugadas,

buscando a apreensão dos criminosos que exploram as nossas crianças. É um reconhecimento público que eu quero fazer, a essas mulheres e a esses homens que fizeram parte da assessoria.

No mais, depois de concluirmos esse trabalho, cobrarmos as providências. É muito bom que o Brasil tome conhecimento que essas providências, a nossa parte foi feita. A parte da CPMI foi feita, foi concluída, mas nós ainda precisamos fazer a cobrança para que os poderes constituídos, que têm a responsabilidade de combater esse crime de exploração sexual, eles sejam realizados com vigor, como muito bem demonstra aqui esse final de relatório.

Gostaria, para terminar, dizer e repetir o que a nossa Relatora disse: Que as crianças não fiquem mudas, como a menina lá de Mossoró, no Rio Grande do Norte, que pelo sofrimento e pela dor exploração que foi vítima, ela ficou silente, e à Deus querer não seja para sempre, mas até hoje permanece no silêncio.

Que as crianças do Brasil não tenham, além da pobreza, de ficar caladas diante de um crime tão pavoroso que é exploração sexual.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Muito obrigado Deputada Sandra Rosado, também quero, eu e a Deputada Maria do Rosário, agradecermos por todo seu trabalho, por essa convicção, pela força, pela bravura, como V. Exª durante todo esse ano de trabalho, foi solidária, realizando um trabalho extraordinário, não só por todo o Brasil, mas certamente no seu Estado o Rio Grande do Norte; que nos serve, inclusive, como referência. Portanto, nós é que agradecemos mais uma vez por esse carinho, por essa solidariedade, pelo seu compromisso.

Concedo a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Gostaria de cumprimentar a Senadora Patrícia e dizer que sou testemunha da sua determinação, da sua luta e do seu carinho por esse trabalho. A Senadora Patrícia dedicou esse ano e meio da legislatura da passada e meio ano desta legislatura, a esse trabalho, sacrificando até mesmo a sua própria saúde; mas ela fez isso acreditando na causa e talvez essa crença da Senadora Patrícia fez com que esse trabalho pudesse ser divulgado no País inteiro, como colocou aqui a Deputada, em qualquer recanto deste País se falava na CPMI.

Portanto,cumprimento-a, desejo que V. Exª tenha êxito com esse trabalho, futuramente. E quero dizer a nossa Relatora, que fiquei encantada com o resultado desse trabalho, não pude ler o relatório na íntegra, mesmo porque V. Exª também não o pôde, mas amanhã vamos nos aprofundar mais no assunto. Eu, o Senador Arthur Virgílio, o Senador Azeredo, estávamos conversando sobre a importância da legislação que V. Exª conseguiu sugerir que fosse realizada por esta Casa.

Ao mesmo tempo eu, particularmente, entendi que há sugestões nos programas e projetos existentes, como: o Projeto Sentinela – Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil –, a intensificação da educação infantil, a universalização da educação infantil, que é uma luta nossa, antiga e que os prefeitos resistem em implantar. Então esses programas e projetos sugeridos por V. Exª são, sem dúvida nenhuma, projetos que vão prevenir para que não tenhamos, como colocou aqui o Deputado Couto, uma nova CPI com mais ocorrências do que essa que pudemos levantar aqui. Acredito muito na prevenção e creio que este ano, cumprida essa etapa da CPMI, o nosso desafio aqui nesta Casa e na Câmara seria trabalhar intensamente no orçamento, como V. Exª colocou, fazendo com que esses projetos sejam realmente efetivados, sejam consolidados e que tenha reais recursos. Não podemos, por exemplo, ter o programa de erradicação ao trabalho infantil com uma meta,

praticamente, paralisada por três anos. Nós estamos atendendo apenas a 800 mil crianças no País, enquanto temos 5 milhões de crianças trabalhando. Crianças na rua, vendendo picolé, enfim, tudo isso que foi levantado aqui.

Pelo que pude depreender da leitura deste trabalho, constatei que é um relatório de extrema profundidade e que nós precisamos realmente levá-lo a sério, não apenas em relação às denúncias que V.Exª coloca com muita emoção de mãe e de mulher, que fica indignada de ver a impunidade neste País, mas ao lado disso, nós temos que continuar a tarefa.

Quero cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo,Vice-Presidente desta Comissão, que representa o nosso Partido, o PSDB. É uma honra para nós termos uma pessoa acompanhando esta CPI, como S.Exª , que é uma pessoa que tem toda uma formação humanista, é uma pessoa que me ajuda muito também na Comissão de Assuntos Sociais, está sempre presente.

Portanto, a cada dia que passa, Senador Azeredo, eu consigo entender como V.Exª desenvolveu a sensibilidade. Eu poderia dizer que o lado feminino de V.Exª está muito bem desenvolvido, felizmente. Tomara que todos pudessem ser assim, ter a sensibilidade que V.Exª tem com os projetos sociais, com os problemas que afligem a mulher, a criança, o trabalhador.

V.Exª tem sido, na Comissão de Assuntos Sociais, um intransigente defensor do trabalhador brasileiro, utilizando o FGTS, insistindo. Eu costumo dizer que é o Parlamentar que consegue aprovar todos os

projetos quase que impossíveis na Comissão de Assuntos Sociais. Portanto, os meus cumprimentos pela sua colaboração.

E, por fim, eu gostaria de sugerir à Senadora Patrícia Saboya Gomes, que um projeto dessa natureza, como disse aqui o Deputado Luiz Couto, nós precisamos estar muito atentos ao Regimento. Pelo menos, uma sugestão que eu daria neste momento é que a reunião não fosse suspensa, mas que ela fosse encerrada e, amanhã, buscássemos com todo nosso esforço – e eu, aqui, me comprometo a ajudar – a ter um **quorum** qualificado para que nós possamos votar esse projeto, mostrando ao Brasil que grande parte dos Parlamentares desta Casa estão comprometidos com este relatório.

Esta é a sugestão que eu gostaria de dar, esperando que V.Exª possa dar alguma resposta em relação a isso.

No mais, muito obrigada e desculpe-me pelo tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Senadora Lúcia Vânia, eu que quero agradecer a V.Exª que nunca nos faltou, nesta Comissão, nos momentos difíceis quando pedi a V.Exª a sua presença, o seu trabalho e a sua firmeza, V.Exª realmente cumpriu com essa missão nos ajudando, colaborando. Tem o reconhecimento de todos nós, Parlamentares desta Casa, pelo trabalho exemplar que vem executando à frente da Comissão de Assuntos Sociais. Eu sou testemunha por ser membro, com muito orgulho, desta Comissão, onde passam certamente projetos dessa natureza que buscam aperfeiçoar a nossa sociedade, dar mais qualidade e oportunidade de vida a milhares e milhões de brasileiros – homens e mulheres, crianças, jovens, adultos, idosos – que, certamente, têm em V.Exª a certeza do seu compromisso, dessa luta, que não é de hoje, mas uma luta de vida pessoal dedicada a essa causa.

Portanto, eu, a Deputada Maria do Rosário e o Senador Eduardo Azeredo que temos de lhe agradecer por esse compromisso, pela sua presença, hoje, neste momento tão importante para todos nós.

Quero passar a palavra a Deputada Thelma de Oliveira.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Srª Presidente, Srª Relatora, meu caro Vice-Presidente, Senador Eduardo Azeredo, companheiros, companheiras, Deputadas e Deputados, Senadores e Senadoras, devo dizer que estou extremamente emocionada de estarmos chegando nesse ponto hoje, até porque quando iniciamos essa nossa trajetória, até como disse o Deputado Luís Couto, muita gente pensava que o nosso trabalho ia acabar em pizza, até porque muitas das pessoas, quando íamos aos Estados para ouvi-los, eram autoridades, autoridades muitas vezes conhecidas e de uma grande influência em toda a sociedade.

Hoje, fico extremamente feliz, porque estamos de posse de um relatório muito bem estruturado, muito bem elaborado, feito com muita seriedade e responsabilidade, da parte de todos os que participaram diretamente, e quero ressaltar aqui, mais uma vez, a presença da comissão técnica, que enfrentou de tudo, ia de avião nas madrugadas, para chegar nos Estados, nas cidades, viajava de carro nas piores condições, duzentos, trezentos quilômetros para chegar até lá e passar o dia inteiro ouvindo os depoimentos, sem almoço, sem nada. Então, foi uma Comissão que realmente nos animava a que continuássemos esse trabalho.

Então, para todos nós é motivo de muito orgulho ter, na nossa Relatora, na nossa presidente, a disciplina, porque teve que ter muita disciplina essa Comissão, para cumprir com a nossa agenda. Muitas vezes, por exemplo, o Deputado Luiz Couto, saía da Paraíba e ia para Manaus, ficando a noite inteira praticamente sem dormir. Demos a nossa simples e singela contribuição, mas procuramos trabalhar nesse sentido.

Quero também ressaltar que a nossa tarefa não terminou. Penso que temos uma rede de exploração das nossas crianças, dos nossos adolescentes. Mas hoje temos uma rede de solidariedade, de unidade, que vai continuar esse trabalho nos Estados. É assim que eu me sinto. E um aqui aqui será uma militante a continuar esse trabalho, porque é a única forma de conseguirmos realmente resolver, minorar essa situação, sob pena disso que já foi dito pela Senadora Lúcia Vânia: daqui a alguns anos, uma nova CPI, porque os casos ampliaram e tudo o mais.

Então, a nossa responsabilidade não termina nesta noite nem no dia de amanhã, quando aprovarmos esse relatório, ela vai continuar, porque teremos que trabalhar para que este nosso relatório, todas as medidas sejam aprovadas. E vamos ter que trabalhar cada parlamentar dentro desta Casa, convencê-lo a que venha realmente a assumir, dentro da sua alma, essa luta.

Fiquei muito feliz de, na abertura, na apresentação, ao ouvir a Deputada Maria do Rosário, companheira, citar um dos depoimentos mais fortes que presenciamos lá em Cuiabá, e que, nesse dia, pudemos sentir o quanto somos importantes para cada uma daquelas crianças e adolescentes, que nos olhavam e diziam: olha, só temos vocês agora, não temos mais ninguém. Não podemos recorrer a nenhuma autoridade dentro do Estado. E vemos vocês lá em Brasília e ficamos aguar-

dando que vocês que façam as coisas para melhorar a situação dessas meninas e adolescentes.

Quero mais uma vez dizer que, como parlamentar que está iniciando o seu mandato, em todos os sentidos, sou Deputada pela primeira vez na vida, mais dizer que foi uma escola, uma experiência de vida que me marcou e que vou carregar pelo resto da minha vida, seja política, seja pessoal.

E que a participação de todas as nossas companheiras aqui, sofremos juntas, choramos juntas, sonhamos juntas com tudo aquilo que ouvíamos, mas que isso fez com que pudéssemos amadurecer e crescer. Com certeza, iremos transmitir toda essa energia para o restante do Brasil.

Orgulho-me de ter participado desta Comissão, de ter vocês duas e também o nosso vice-presidente, Senador Eduardo Azeredo, dessa participação que foi de fundamental importância para o nosso país e, principalmente, para as nossas crianças, para os nossos adolescentes.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes.) – Obrigada, Deputada Thelma. Às vezes, faltam-me palavras para agradecer a cada um dos Senhores e Senhoras, à Deputada Thelma que foi essa companheira que, como se diz lá no meu Ceará, não tinha tempo ruim, a qualquer hora estava pronta, disposta. Quantas e quantas vezes, quando ela se refere à nossa assessoria técnica, que foi excepcional, fundamental nesse trabalho, como V. Exª lembra tão bem, nas viagens corridas, de madrugada, às vezes até faltando segurança para eles próprios, mas que, de forma tão corajosa, ajudaram-nos. V. Exª teve esse exemplo e deu esse exemplo a cada um de nós. Inclusive, tive o privilégio de ser substituída, em alguns momentos, por V. Exª. que pude lhe ouvir como presidente e acabava de dizer agora há pouco ao Senador Eduardo Azeredo do seu compromisso, do seu talento, da sua firmeza e da sua sensibilidade. Para nós, foi fundamental. Tenho certeza de que certamente também ganhei uma amiga.

Muito obrigada.

Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigada, Srª Presidente. De forma bem objetiva, vou tentar também fazer algumas colocações. Como foi muito bem colocado, consigo elencar dois grandes méritos desta CPMI: colocar a questão da exploração sexual em discussão neste País e esta CPMI, que deu voz às meninas, deu credibilidade ao depoimento delas, para que continuemos a sensibilizar a sociedade, principalmente aos operadores do Direito, para que dêem credibilidade às meninas e adolescentes, às crianças e adolescentes que são vítimas de exploração sexual, é que sugiro que, tão logo votemos esse relatório, demos publicidade a esse relatório. A sociedade civil organizada precisa ter acesso a ele, as Assembléias Legislativas, as Câmaras Municipais. Dois mil e cinco está chegando, tem como colocarmos nos municípios, nos estados, no orçamento de cada Ente Federativo deste país orçamento para a implementação das políticas públicas aqui preconizadas. Os candidatos a vereador, a prefeito deste País, assumir publicamente o compromisso de colocar a defesa da criança e do adolescente como prioridade, para que a sociedade nos cobre, Deputado Luiz Couto, que nós, desta Casa, agilizemos a tramitação das alterações legislativas, muito bem colocadas e, principalmente, muito necessárias. Esse relatório final é o início de uma longa caminhada que temos para que este país respeite nossas crianças e adolescentes, para que este país respeite os direitos humanos. Muito obrigada. Ganhei aqui muito mais que Parlamentares, ganhei amigos. Tenho certeza de que vamos sair completamente diferentes de como iniciamos essa caminhada. Estamos mais fortes, mais fortalecidos.

A luta continua.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Ann Pontes, talvez alguns não tenham visto a Deputada Ann Pontes e hoje talvez seja uma das vezes em que a vi falando mais braba pela voz carinhosa, pelo jeito meigo. Arrisco-me a dizer uma coisa que disse hoje baixinho só para ela, mas quero dizer isso aqui: V. Exª tem sido um anjo da guarda para todos nós pelo seu compromisso, pelo seu carinho, pela sua sensibilidade.

Muito obrigada, do fundo do coração.

Deputada Suely Campos. Em seguida, o Senador Arthur Virgílio e a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. SUELY CAMPOS (PFL – RR) – Cara amiga presidente, Senadora Patrícia, nosso vice-Presidente, Senador Eduardo Azeredo, nossa brava Deputada Maria do Rosário. Aqui no capítulo 3 ela coloca, no trabalho de investigação, que mais que casos encontramos pessoas. Isso é muito profundo, pessoas que hoje estão adultas, mas encontramos também crianças, adolescentes, crianças que nem tiveram o direito de ser criança, de brincar normalmente, de ser feliz como criança. E que nessa confusão de identidade, como está colocado aqui, acabam perdendo a referência de vida na sociedade, não sabem nem o que são e nem o que serão.

Acho que todo esse trabalho, essa união da CPI, esse trabalho que foi visto pelo Brasil inteiro, como muitos que aqui me antecederam falaram, um trabalho de alta credibilidade, acho que nunca foi visto. Estou

falando igual a Deputada Thelma, como marinheira de primeira viagem, mas trabalhei também com ela como esposa de governador, no social e temos também essa afinidade. Tivemos essa experiência de trabalhar no social. Para nós foi uma grande escola, como ela falou. Realmente eu me orgulho muito de ter participado desse grupo.

Hoje eu creio que estamos todos emocionados, porque nós já estamos sentindo saudade dessa convivência que foi linda. Mas também vamos manter o compromisso de que isso não acabe aqui, não acaba mesmo aqui. Vamos ter que, na radiografia escrita aqui, fazer valer, fazer acontecer.

Estou me propondo a continuarmos unidas, unidos, fazendo valer tudo o que está aqui.

Um abraço a vocês duas que foram heroínas. À nossa Presidente que fez um esforço sobre-humano, está com problemas de saúde, mas está aqui até agora buscando força e mais força para continuar. E à Maria do Rosário, que deu exemplo de dedicação, de luta, aprendemos muito aqui, com certeza.

Quero dizer que a equipe trabalhou muito, mas também teve suas vantagens, por exemplo, a Neide está com uns dez quilos a menos, está bonita, está mais bonita. Quero abraçar também toda essa equipe maravilhosa, dedicada, competente, que nos deixou com a garantia de que o nosso trabalho tinha o respaldo de uma boa equipe técnica.

Muito obrigada a todos vocês.

Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Sueli Campos, nós também queremos agradecer a V. Exª por esse compromisso. Perdoem-me os que possam estar achando que eu estou sendo repetitiva nas minhas palavras, mas realmente é o que penso, essa convivência e a Deputada Sueli foi também uma mulher brava e companheira, de todos os momentos, passou conosco as dificuldades e as vitórias, como a gente ressaltou aqui no início. V. Exª tem a dar esse grande exemplo do seu compromisso, da sua seriedade e certamente o respeito que todos nós, membros desta CPI temos por V. Exª.

Muito obrigada por tudo.

Passo a palavra ao Senador Arthur Virgilio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Presidente Patrícia Saboya, eu tomo um dos pontos relevantes da fala da jovem Deputada Ann Pontes, e digo que V. Exª tem me passado exatamente essa impressão ao longo dessa convivência mais recente, a idéia de que mudou muita coisa em V. Exª a partir desse exercício da CPMI. Ainda hoje conversamos longamente sobre isso e percebi que talvez até mais hoje, não digo que só hoje, o quão marcante tem sido para V. Exª essa experiência, o contato com essas aberrações, os choques, uma realidade demasiadamente dura, que por mais dura que seja para qualquer pessoa que tenha participado dessa vivencia recente

da CPMI não se comparará com as vítimas dos abusos.

Vejo o relatório da Deputada Maria do Rosário como uma peça densa, respeitável, que, no fundo, é um livro bastante triste, mas com uma parte perto do final muito alvissareira, que é a proposta de se modernizar, de se adequar a legislação penal brasileira às necessidades dessa sociedade que adquiriu ela própria seus ares diversos, diferentes.

Essa reforma na legislação proposta pela Deputada Maria do Rosário servirá de debates por muito tempo neste País, para que as condições cheguem perto do ótimo, do ponto de vista da proteção ao menor, ao adolescente. Vi ali o toque da modernização. Vi o toque da sensibilidade da justiça, basicamente a vontade de fazer justiça.

O relatório da Deputada estará amanhã aqui à disposição para o debate. E creio é dever de todos nós fazermos o debate, corrigirmos eventuais equívocos, corrigirmos ou preenchermos eventuais lacunas, mas basicamente registrarmos que o trabalho foi de fôlego e que merece muito apoio, muito respeito por quem quer de boa-fé que tenha tomado conhecimento dele.

O Senador Eduardo Azeredo, mineiro, sabe como é a história. S. Exª acabou de dizer que, nas vezes em que esteve aqui... Sei que veio de maneira qualitativa. Todas as vezes que esteve aqui veio de maneira qualitativa, colaborando com a CPMI. Mas vou contar um detalhe do Senador Eduardo Azeredo bem simples, que me ensinou como é que se come salada. Salada é depois, o prato quente – essa vem de Minas – vem primeiro, porque o prato quente esfria, a salada a qualquer hora porque ela já vem fria.

Enfim, o Senador sempre com muita sabedoria se impõe à Casa como um parlamentar à altura do grande governador que foi e dá muito orgulho ao PSDB de tê-lo como representante seu nesta CPMI e, claro, no Senado da República.

Srª Presidente, devo dizer que não é segredo para V. Exª o carinho que tenho pela sua pessoa, pela sua atuação pública. Eu a vejo ponderada, correta. Eu a vejo muito estimada na Casa, com aquilo tudo que a figura pública precisa ter: trânsito, capacidade de ampliar, capacidade de compreender e, portanto, acabando por ter o direito de ser muito bem compreendida por todos os seus pares. A Casa a respeita e a preza. A Casa aprendeu a ver em V. Exª muito mais do que a promessa de uma grande Senadora, mas a

realidade de uma Senadora de expressão nacional e de muito peso no Senador da República.

Amanhã, estaremos aqui para exatamente debater o relatório, que haverá de ser devorado por todos nós. V. Exª vai marcar a hora ainda, mas a hora que for, acredito que tenha razão a Senadora Lúcia Vânia, deve haver Casa cheia, o debate merece. Não há nada que justifique, nem viagem, nem nada mais que justifique se sobrepor a algo tão relevante quanto esse tema.

Esse tema é algo que a mim choca de maneira muito tocante, por que é onde eu vejo a negação da condição humana de forma mais abjeta. Entendo que todas as sociedades do mundo, inclusive a sociedade socialista, a que tentou ser socialista, sempre teve alguns tipos característicos. Toda sociedade da humanidade sempre tiveram alguns tipos característicos: o rei, os príncipes, o sumo sacerdote, os sacerdotes, bobo da Corte, que jamais faltou em nenhuma sociedade de nenhuma época da história da humanidade, o escriba, o general centurião, o soldado, a cortesã. Não conheço nenhuma sociedade sem a figura da cortesã. Isso, portanto, é milenarmente deplorável. O gladiador, não há nenhuma sociedade sem a figura do gladiador, pode ser a arena romana, pode ser a arena neomoderna.

Mas o fato é que a sociedade se debate com a exploração sexual há muito tempo, desde que o mundo é mundo, desde que o ser humano revelou-se com as suas imperfeições, revelou-se com as suas contradições, com as suas grandezas e com as suas contradições, com as suas grandezas e com as suas misérias. O ser humano é cheio de grandezas e cheio de misérias. Mas esse tema da prostituição é um que sei que toca a muitos, a mim me toca muito particularmente. Faz- me muito mal ver a cena. Outro dia eu estava em Manaus e . o meu filho de 12 anos chegou em casa e disse que tinha visto aquela cena de prostituição de travestis, a exposição de jovens, certamente menores, nas ruas, e ele veio com um português que me deixou feliz e triste pelo que ele viu, ele me disse: – Pai, acabei de ver uma cena, acabei de ver algumas cenas deploráveis, ele usou exatamente essa expressão deploráveis. E me descreveu o que ele tinha visto. Olhei para ele e imaginei que diferentemente até da minha geração, que foi uma geração tão condicionada, tão reprimida, com tantas complicações no chamado processo de desenvolvimento sexual, olhei para ele e falei: Puxa, tomara que meu filho a vida inteira passe ao largo disso, que ele consiga passar ao largo disso, que ele consiga se realizar afetivamente, que consiga se realizar, ser um ser humano feliz, sem a necessidade de fazer, numa falsa felicidade dele, fazer alguém a sua volta infeliz. E achei que ele estava no caminho certo, que ele estava se manifestando de maneira crítica em relação a algo que é tão velho, é tão ancião, é tão avoengo, é tão milenarmente duro de se conviver que tenho impressão que aqui se fez, de um certo ponto, se fez aqui o encontro do Sancho Pança com o Dom Quixote, a vontade de fazer justiça e ao mesmo tempo a tentativa de descobrir mecanismos que levem à consecução desse desejo de justiça.

Portanto, queria parabenizar V. Exªs, o Senador Eduardo Azeredo, com a sua ponderação, com a sua sabedoria, a Deputada Maria do Rosário, com a sua vontade de acertar, com a sua combatividade, e V. Exª, com todos os títulos que a fazem uma das Senadoras mais estimadas de todos nós. Parabenizar a todos pelo trabalho que, sem dúvida alguma, imagino eu, aprovado esse relatório, corrigidas as eventuais distorções, estaremos diante de um senhor instrumento para conscientizar a sociedade brasileira e dar um grande salto, que seja o salto explicando a nossa inconformidade, que pode ser milenar, mas algo que não pode de jeito algum ter a nossa anuência, sob pena de sermos também aquelas aberrações, figuras aberrantes, pela omissão, pelo silêncio ou pelo comprometimento passivo com algo que tem que funcionar como uma veia agastada, como uma eterna chicotada na consciência das pessoas que não podem abrir mão de ter consciência na sociedade brasileira.

Muito obrigada a V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Senador Arthur Virgílio, antes de mais nada, quero agradecer a V. Exª, que sempre é tão generoso nas suas palavras em relação a minha pessoa. V. Exª que já me demonstrou, em várias ocasiões, não só a mim, evidentemente, mas a esta Casa o seu compromisso, o seu desejo também de ver esse país cada vez melhor, em que as pessoas realmente possam deixar de ser tão injustiçadas, que aqueles que são pobres, miseráveis, que ainda, infelizmente, vivem à margem da nossa sociedade possam ser incluídos. Sou testemunha desse seu esforço, dessa sua vontade e desse seu desejo. E sempre tão delicado e generoso comigo, em momentos difíceis que vivi, inclusive naquele momento em que aqui mesmo tivemos uma dificuldade, em uma das audiências públicas, em que fui praticamente obrigada a dar ordem de prisão a uma pessoa que tumultuava a sessão. E V. Exª foi, nesse momento, muito solidário a minha pessoa, se manifestou. E certamente guardo isso com muito carinho aqui no meu coração. Muito obrigada pelas suas palavras, muito obrigada pela sua sensibilidade.

Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Srª Presidente, Srª Relatora, Sr. Vice-Presidente desta

Comissão, Srs. Deputados e Senadores, Srªs Deputadas, não vou ser repetitiva porque muitos já falaram aquilo que gostaria de dizer. Mas quero parabenizar o trabalho da Senadora Patrícia, da Deputada Maria do Rosário, de cada um, de cada uma que colaborou com esta CPMI,sempre presente e com coragem, sobretudo.

Gostaria também de repetir – acho muito importante – a nossa satisfação com o trabalho da equipe técnica do Senado, dos diversos órgãos governamentais e, principalmente, da nossa militância voluntária do movimento social, que foi de extrema importância – tenho certeza de que todos e todas aqui concordam – para a realização e o êxito. Para mim este já é um trabalho exitoso desta CPMI.

Quero parabenizar também, especialmente, dois homens, que estiveram conosco: Deputado Luiz Couto e Deputado Eduardo, por essa presença corajosa em quase todas as reuniões, em quase todos os trabalhos desta Comissão; parabenizar os homens que, hoje, vieram aqui. Acho que vimos passar por esta Comissão diversos Líderes, como o Senador Arthur Virgílio, e isso, de certa forma, encoraja-nos e mostra que estamos no caminho correto.

Penso, como falou a Deputada Ann Pontes, e acho que a fala dela ressalta principalmente a importância do papel da mulher no exercício do Poder Público, porque esta Comissão foi levada nas costas, praticamente, por mulheres. Concordo plenamente, Deputada, com o que você falou, que esse relatório deve ser peça do programa eleitoral, do compromisso eleitoral de todos aqueles que forem candidatos e candidatas ao Poder Público.

Essa sensibilidade, essa emoção que moveu a indignação e a revolta com a injustiça praticada contra crianças e adolescentes neste País não pode ficar restrita ao Congresso Nacional. Ela tem tomar lares, corações, mentes e, principalmente, os espaços de Poder Público deste País.

Também quero reafirmar que, para quem pensava que ia dar em pizza este trabalho, penso que o relatório é uma peça extremamente positiva, no sentido de dar visibilidade a essa ferida que macula a nossa sociedade.

Quero parabenizar a vocês duas em particular, pela coragem e, principalmente, pela resistência às pressões. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Senadora Fátima Cleide. V. Exª que tem sido também tão presente, tão companheira nesta Comissão, com um mandato como o meu, chegando a esta Casa, aprendendo, precisando aprender, para que pudéssemos aqui fazer e realizar o nosso trabalho. Quantas e quantas vezes tive a oportunidade de desabafar com V. Exª, de trocar idéias, e V. Exª foi essa pessoa que, certamente, é reconhecida por todos nós que, aqui, fizemos este trabalho; a sua presença, a sua segurança também, nos momentos importantes, decisivos, em que V. Exª teve uma palavra tão firme também, encorajando cada uma de nós.

Portanto, nós que agradecemos por tudo.

Muito obrigado.

Deputado Luiz Couto, pela ordem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Cumprindo o Regimento, solicito vista do relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Onde estão os nomes?

É esse aqui.

Recebo, nesta Mesa, uma relação de Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas que pedem vista do relatório. Senador Ney Suassuna, Reginaldo Duarte, Senadora Lúcia Vânia, Deputada Thelma, Deputada Almerinda Carvalho, Deputada Sandra Rosado, Deputada Ann Pontes, Deputado Suely Campos,

Deputado Maurício Rabelo, acho que disse todos, e aqueles que se manifestam neste momento, e o Deputado Luís Couto e a Senadora Fátima Cleide.

Portanto, de acordo com o art. 132, § 2º, inciso II e III, combinado com o art. 353, parágrafo único, a concessão de vista será até amanhã, às 9 horas, improrrogáveis, uma vez que esta CPMI está esgotando o prazo para o seu término.

Assim, agradeço as ponderações e sugestões da Senadora Lúcia Vânia e compreendo as suas preocupações, mas, ao mesmo tempo, como amanhã teremos um dia bem atribulado, era importante garantir que os Parlamentares que hoje estão presentes, que acompanharam de forma bastante cuidadosa e atenciosa este relatório, que possamos suspender a presente reunião até às 9 horas de amanhã, para a continuidade dos trabalhos desta Comissão.

Praticamente já é amanhã, pois são 23h58min, portanto declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 23h59min.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Bom-dia a todos. Declaro reaberta a 40ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de inquérito, criada através do Requerimento nº 02, de 2003 – CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

A presente reunião destina-se à discussão e votação do relatório final desta Comissão.

O relatório foi lido na reunião realizada no dia de ontem, 7 de julho do corrente, portanto, antes de passarmos à discussão, pergunto aos Srs. Parlamentares se querem apresentar algum voto em separado, de acordo com o art. 132, § 6º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não sei se a comunicação da Mesa quanto à minha indicação para integrar esta Comissão já está efetivada, mas é questão de minutos mesmo.

De qualquer maneira, assinei, junto com a Deputada Celsita Pinheiro, portanto seria regimental a minha propositura, algo que quero discutir muito às claras, que é o pedido de retirada do indiciamento do Vice-Governador do Amazonas, Dr. Omar Aziz, pelas razões que pretendo expor no momento certo, as quais julgo contundentes e que só reforçarão o peso e a força desse relatório tão bem feito, que precisa ser escoimado de eventuais injustiças que possam, quem sabe, deturpar o objetivo desta Comissão, que é fazer justiça; procurar e punir os verdadeiros culpados.

Então o objetivo está claramente posto. Daqui a alguns minutos, serei membro formal da Comissão. Por enquanto fica valendo o que foi assinado comigo, pela Deputada Celcita Pinheiro, mas temos, sim, que apresentar não um voto em separado, mas um destaque.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Laura, quero ler apenas o destaque do Senador Arthur Virgílio e da Deputada Celcita Pinheiro...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra, pela ordem, à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pediria a V. Exª que ainda não lesse, porque V. Exª sabe que ontem... Eu represento a Bancada do PFL na Comissão de Orçamento, na qual, há dois dias, estamos em esforço concentradíssimo, a fim de votar vários créditos complementares e a LDO.

Terminamos ontem à noite; agora de manhã, vamos iniciar a votação dos destaques, para que seja possível, ainda hoje, na sessão do Congresso, a votação da LDO.

V. Exª, ontem, à meia-noite, encontrava a Deputada Rosário saindo daqui. Foi a hora em que levei o relatório. Sinceramente, consegui até um determinado momento. Hoje de manhã, mais um pouquinho, mas não pude ler todo o relatório.

Porém verifiquei, nobre Presidente, alguns caminhos que foram tomados por nós, e quero me penitenciar porque não pude auxiliar, com a experiência que tive, como gostaria, na elaboração do relatório final, em função dessa semana complicada que tivemos no Orçamento. Especialmente quanto aos indiciamentos ou à forma como estamos indiciando ou aos encaminhamentos que estamos fazendo, tenho algumas observações.

Não sei se esse destaque, da forma como está escrito, será votado, então o destaque deve ser lido quando da sua votação. Neste momento, estamos na fase de apresentação de destaques. Este foi apresentado; eventualmente, poderá vir outro, ser votado ou não, ser ou não retirado na hora.

Então talvez fosse melhor V. Exª não ler cada destaque que será enviado. A Secretaria vai recebendo todos os destaques apresentados e, posteriormente, depois da discussão, quando terminar a fase de destaques, portanto, passaremos à leitura e votação de cada um deles, ou à leitura e votação em bloco de muitos e em separado de alguns.

Este é o procedimento que sugiro a V. Exª, nos termos do nosso Regimento.

Obrigada a V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Laura. Não há problema por parte da Presidência desta Comissão em começar a discussão. Temos um destaque que é público, precisa ser apenas lido, mas acato a sugestão de V. Exª...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, V. Exª pode ler, sem problema algum, mas regimentalmente não é o momento de se lerem os destaques, senão vou apresentar dez aqui, e V. Exª os lerá também para a discussão? É só o precedente, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Deputada Laura tem razão. Está acatada a sugestão de S. Exª.

Passamos, agora, à discussão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Para discutir, Deputada Laura Carneiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pela ordem.

Antes da discussão, há alguns erros que... por exemplo...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na discussão apontam-se todos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas é erro apenas de... Apontaram a Paraíba como Pará. Botaram o Pará no Nordeste, nas rodovias. A sigla do Pará nas rodovias.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputado Luiz Couto, V. Exª faz uma ponderação sobre a parte do relatório relativa às rodovias.

De imediato, se V. Exªs me permitem, até como uma declaração, muitas questões serão apresentadas, além daquelas de conteúdo; acataremos todas as dimensões, no sentido de fazer um trabalho efetivamente coletivo.

Então já vou anotando, e vamos trabalhar juntos até a votação.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro; em seguida, a Deputada Thelma de Oliveira, para discutir, e o Deputado Luiz Couto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, nobre Deputada Maria do Rosário, inicialmente, queria parabenizar a nobre Presidente pela condução dos trabalhos desta Comissão. Foram 18 Estados...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Para ordenar os trabalhos e porque hoje teremos também um dia atribulado e cheio de afazeres, sugiro fixar o prazo de cinco minutos para cada Parlamentar. É evidente que, se for necessário, ampliaremos esse prazo. É só para termos uma média e para que todos possam se pronunciar.

Obrigada, Deputada Laura.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É essa eficiência da nossa Senadora que faz com que a Comissão tenha chegado a esse momento com esse brilho. Então queria, antes de tudo, agradecer a oportunidade de ter trabalhado sob a direção da Senadora Patrícia Gomes e do Senador Eduardo Azeredo, com quem aprendemos a conviver e a respeitar não só pelo prazer pessoal, mas especialmente pela competência que ambos provaram na condução dos trabalhos.

Parabenizo a Deputada Maria do Rosário pela sua dedicação durante todo esse período, de um ano, em relação a essa matéria, embora eu saiba que essa é a dedicação de toda uma vida.

Aliás, fiquei feliz quando verifiquei, no relatório que me foi entregue ontem, no Capítulo II, quando menciona a violência, a exploração sexual e a violação dos direitos humanos, que S. Exª tece um histórico que deve ser lido por todos nós – tive a oportunidade de passar parte da madrugada lendo. S. Exª começa citando o movimento social e todos os caminhos levados pelo movimento até chegarmos a esta CPI, passa pelo trabalho desenvolvido por esta Casa, sob a presidência da Deputada Marilu e relatado pelo Deputado Moroni Torgan, do nosso Partido.

Já naquela época – creio que vale a referência, Srª Presidente –, a CPI dizia: "As autoridades não se mostram adequadamente preocupadas com a análise, o controle e o combate à prostituição infanto-juvenil" – que era o termo usado.

Então fico feliz porque S. Exª conseguiu fazer um relato que vai da época daquela CPI, mesmo antes, até os dias de hoje.

Ainda no Capítulo II, S. Exª tem a sabedoria de explicar cada legislação multilateral desenvolvida pelas Nações Unidas, pela OEA, pelas grandes conferências, seja de Palermo, sobre narcotráfico, seja a Conferência dos Direitos Humanos das Nações Unidas. S. Exª trata de informar, de alguma maneira, à nação brasileira todos os prejuízos que têm sido causados pela falta de cultura nesse ponto, mas especialmente pela necessidade de informação.

Vamos a algumas sugestões que eu gostaria de fazer, em função muito mais da experiência já vivida em algumas CPIs das quais participei do que propriamente porque discorde do conteúdo do texto.

Diria à nobre Deputada Maria do Rosário que, na página 11, no dia 10.07.2003, na diligência do Rio de Janeiro, incluísse, primeiro, os Srs. Parlamentares que trabalharam nessa diligência, que foi como uma audiência pública...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Página 11, Deputada?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Página 11, no dia 10.07.2003. Solicito incluir não apenas os nomes dos Parlamentares que participaram desse trabalho, até mesmo o Deputado Biscaya, que, embora não fosse da Comissão, também participou, mas também o fórum de entidades que foi por nós ouvido...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Fórum de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Rio de Janeiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Até porque, a partir daquela nossa visita e do nosso esforço, eles fizeram uma grande conferência, com resultados positivos, inclusive com a formação, no Município do Rio de Janeiro, de um programa novo, que se chama Programa Damas, específico para meninos que são submetidos a abuso sexual.

Na página 18, nos dias 16, 22, 26, 29, 30 e 5; passando para outra folha, 16, 19, 20, 21, 28, 4; passando para outra folha, 20, 26 e 1º, para que seja conexo com a outra parte desse mesmo tipo de relatório, que sejam descritos aqui os Srs. Parlamentares que participaram dessas sessões, porque não seria justo que, no ano de 2003, eles sejam citados, e, no ano de

2004, não. Por exemplo: imaginem a visita a Cuiabá. Se não estivesse a nossa querida Deputada Thelma, não teria sido uma grande visita nem um grande trabalho desenvolvido, portanto há que haver referência, como houve no ano de 2003. É apenas uma tentativa de fazer a mesma coisa.

Da mesma maneira – não sei se isso consta do texto novo –, das páginas 21 do relatório que eu tenho, que não sei se é o novo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse é o texto que foi distribuído ontem. Até perguntaria, Srª Presidente, se se manteve tudo como estava. Se a Secretaria pode esclarecer isso aos Parlamentares. Eu tenho o relatório antigo também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vou falar do antigo, que é o que eu tenho.

Da página 21 à página 31, nobre Relatora, sugiro, aliás o faço como questão de ordem, que essas dez páginas sejam retiradas do relatório e feitas como anexo reservado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Laura, já foram retiradas, e a Secretaria já providenciou a distribuição do novo relatório e o recolhimento dos antigos. Peço, então, que a Secretaria providencie.

Obrigada, Deputada Laura, por essa preocupação.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – No item 2...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então houve uma renumeração. V. Exª tem em mãos o relatório que foi distribuído agora? Gostaria que a Secretaria entregasse à Deputada Laura, para que eu pudesse anotar nas páginas que S. Exª está citando, porque há uma diferença aqui.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. Exª tem que anotar no antigo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu quero lhe entregar o novo, para todos trabalharmos no mesmo instrumento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas eu marquei no antigo, pois recebi o novo agora. Vamos tentando; eu vou dizendo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então vamos guardar um antigo, que é de ontem. Se houver alguma dúvida...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Capítulo III, Do Trabalho de Investigação, antiga página 52, portanto a terceira página do Capítulo III.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Laura, informo que já se encontra sobre a Mesa a indicação do Senador Arthur Virgílio Neto para o cargo de suplente na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, na vaga destinada à liderança das minorias.

Então gostaria de informar que o documento acaba de chegar às nossas mãos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª nos honra muito, se me permite, Senador, com a sua presença. Particularmente, fico muito feliz que V. Exª, Líder da Oposição nesta Casa, tenha a dedicação de participar desta sessão – e já esteve conosco ontem – de leitura do relatório final, de definição, porque os líderes com maior projeção pública que atuam nesta Casa, ao darem atenção a este tema, com toda a sua vontade e sinceridade, inseridos no conjunto da obra que estamos definindo, contribuem para a nação brasileira.

Então eu o cumprimento, mesmo que V. Exª esteja apenas neste momento. V. Exª é importante aqui, mesmo que seja somente para votar o relatório final conosco. Obrigada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senadora, o trabalho que V. Exª fez foi tão bem feito que a minha presença se tornou mesmo desnecessária. Tenho muita honra por estar aqui, ao seu lado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Laura Carneiro, com a palavra.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, tenho um problema real: há vários deputados para discutir. Estão me convocando com urgência na Comissão de Orçamento, porque... Não sei o que fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Laura, se V. Exª concordar, passarei a palavra para a Deputada Thelma de Oliveira, para fazer a discussão, e aguardaremos a sua volta, certamente, para que possa nos ajudar na conclusão deste trabalho.

Deputada Thelma de Oliveira, com a palavra.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Srª Presidente, Sr. Vice-Presidente, Relatora, Deputada Maria do Rosário, eu gostaria de dizer que, na questão das rotas, como foi citado aqui, há a Região Centro-Oeste, na página 57. São 22 rotas internacionais, 8 interestaduais, 3 intermunicipais, no total de 33.

Na página 59, houve uma troca. Embora eu tenha muita admiração pelo Estado do meu querido Vice-Presidente, Eduardo Azeredo, trocaram a sigla dos Estados. Consta Minas Gerais, e é Mato Grosso. As rodovias a que se referem: a 174 e a BR-070.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª tem toda razão.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Eu queria também alertar – e gostaria de encaminhar de uma forma mais detalhada posteriormente – que ficou faltando aqui uma das principais rodovias que foi muito citada quando, com a equipe técnica, fizemos as diligências, que é a BR-364, uma das principais rodovias de tráfego interno do Estado de Mato Grosso, sobre a qual recebemos inúmeras denúncias envolvendo postos de gasolina, restaurantes, etc. Creio que ela não pode restar ausente deste relatório. E a BR – se não me falha a memória – 158, que é exatamente a que vai para o norte do Estado, permitindo o tráfego ali, inclusive em Alta Floresta, Piacás e tudo mais, a qual também ficou fora do relatório.

Estou aguardando a minha Assessora para preparar com detalhes e encaminhar um...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Essa é uma escolha da Comissão. A Deputada sugere interagir com o Parlamentar que tenha alguma sugestão, para responder. Creio que isso poderia agilizar os trabalhos. Se algum Parlamentar precisar sair, já terá a sua resposta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada Thelma, a solução que poderíamos encontrar para o que V. Exª apresenta seria não incluir neste estudo... Este é o estudo produzido pela Polícia Rodoviária Federal, no entanto acataríamos, a partir do final do estudo, o destaque à BR-364, à BR-158 e a todas as demais que as senhoras e os senhores tiverem na sua memória e nos trabalhos desenvolvidos. Então não incluiremos na tabela, porque foi produzida com a Polícia Rodoviária Federal.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Não estou entendendo, porque, na diligência que foi feita, este foi um dos assuntos que a Polícia Rodoviária Federal levantou: a BR-364.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então solicito à Assessoria a tabela original.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Eu gostaria.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas acato a sua sugestão para colocarmos aqui.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Para encerrar, porque sei que há diversos Parlamentares que querem se pronunciar, na página 151, faltou o município a que se refere o caso nº 6 – não sei se posso citá-lo aqui...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por favor.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Poxoréu. Se não ficaremos confusos, sem saber qual é o município que está aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª tem razão. Esse esquecimento até... Não com o intuito de justificar, mas o caso anterior era de Poxoréu. Então as pessoas...

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – É bom identificar...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está anotado.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Por enquanto, é isso, Srª Relatora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acatado também, Srª Presidente.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Srª Presidente, obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Thelma.

Com a palavra, o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, Srª Relatora, Sr. Vice-Presidente, demais membros desta CPI, em primeiro lugar, com relação ao conteúdo e àquilo que está no relatório, temos que recomendar a aprovação, porque ele é resultado das investigações, das diligências, dos depoimentos e dos documentos que foram recebidos por esta CPMI. Então, se os nomes estão citados aqui, é porque há indícios, elementos, testemunhas que depuseram sob a condição de dizer a verdade. Essas pessoas foram ouvidas, e, se estivessem mentindo, seriam processadas por isso. Elas falaram aquilo que sabiam. Então não vejo razão alguma para a retirada de nome algum, porque esses nomes foram resultado de um trabalho profundo, criterioso, que foi feito não apenas com base nos depoimentos e nas denúncias que foram recebidas, mas também na documentação que recebemos. Estou, inclusive, pedindo a minha Assessoria que informe outras rodovias da Paraíba que deveriam estar aqui.

Chamo a atenção para o fato de que, na página 60 do relatório novo, nessa tabela, colocaram... A sigla da Paraíba é PB maiúsculo, e não PA, que é o Pará, que fica na Região Norte.

Além dessas duas, existe a BR-230, que corta todo o Estado da Paraíba, que vai de Cabedelo a Cajazeiras. Estamos vendo outras.

Na página 112, caso Milagres, no Ceará, quando se menciona a modalidade de abuso sexual, no terceiro parágrafo, começando em "tanto Geones quanto Francisco, respectivamente, professor de capoeira...", o professor de capoeira é José Antônio, que se encontra preso e que foi torturado, não é o Francisco. Francisco é o motorista; Geones seria o segurança do Prefeito, e não professor de capoeira, que se encontra preso em outra cadeia, foi ouvido pela Juíza de Crato e disse que uma fita que foi gravada, em que ele desdizia tudo

aquilo que tinh afirmado na Justiça, depois, numa outra fita, ele confirma que tudo que ele disse lá foi sob tortura praticada pelo delegado e por seguranças do Prefeito. Então seria para mudar isso.

Quanto à página 114, na recomendação para o Conselho Tutelar de Milagres, sabemos que, infelizmente, na sua grande maioria, os conselheiros sofrem uma ingerência muito grande do poder municipal.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª pode repetir o número da página?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Página 114.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esclareço aos colegas que eu estava anotando... Às vezes perco a página nova, porque estou anotando a recomendação na anterior.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Com relação ao Conselho Tutelar de Milagres, para que adote medidas de proteção adequadas para a garantia de atendimento das vítimas.

Não sei se o Conselho Tutelar de Milagres existe. Se existir, está sob o comando do Prefeito. Então não é a instituição que poderá dar essa proteção.

Queremos que seja recomendada mesmo a proteção para o pai do Patrício, aquele adolescente, e para o outro, porque eles são ameaçados de morte. Então deve haver uma referência, solicitando ao Programa de Proteção a Testemunhas que tanto o pai daquele adolescente que foi violentado como o outro, o Damião, tenham proteção, porque estão sob ameaça de morte por parte do Prefeito de Milagres.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acato as sugestões do Deputado Luiz Couto.

Não gostaria, no entanto, de retirar, Deputado Luiz Couto, a solicitação ao Conselho Tutelar, para não fazer juízo, em princípio, daquele órgão, retirando a sua função institucional. Então devemos manter; posteriormente, o Ministério Público poderá avaliar se o Conselho cumpriu ou não a sua função.

Sugerimos que seja disponibilizada ao jovem e ao seu pai a participação no Programa de Proteção a Testemunhas.

Também acatamos a retirada do termo "professor de capoeira", porque o Francisco, realmente, é o motorista; V. Exª tem razão.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o outro é segurança, o primeiro.

Na página...

O SR. (Não Identificado) – Deputado...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois não.

O SR. (Não Identificado) – Na página 126, ainda referente ao Ceará, no caso 4, aquele da mudinha: "da adolescente portadora de deficiência que explora sexualmente"... Seria explorada – está faltando somente a terminação. Seria uma emenda de redação no título.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com certeza. V. Exª tem toda razão.

O SR. (Não Identificado) – Da forma como consta do título, ela passa de vítima a autora. Ela seria explorada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso se refere ao Rio Grande do Norte, não é?

O SR. (Não Identificado) – Sim, ao Rio Grande do Norte, Natal.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Na página 94, além desses dois vereadores que foram citados aqui, V. Exª também ouviu o pai de uma outra garota que denunciou o nome de outro vereador em caráter reservado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cabedelo?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Cabedelo.

E não consta esse outro. É porque não havia indícios?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª gostaria que eu já respondesse?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Deputado Luiz Couto me dá oportunidade de informar às senhoras e aos senhores uma ponderação relativa aos critérios que utilizamos.

Diante de um indício, de um depoimento, por mais que eu pudesse dar fé à indignação daquele pai, não havia como estabelecer a recuperação dos fatos. Nesse caso, não houve possibilidade alguma.

Então o Deputado Luiz Couto me oferece a oportunidade de dizer aos senhores que os casos que temos aqui dizem respeito a mais de um indício; referem-se a um conjunto de fatos e ações. Eles foram pensados, analisados e trabalhados pelos advogados, pelos técnicos, em conjunto com o Ministério Público dos Estados, com a Polícia e com a nossa consciência de que não estaríamos cometendo qualquer injustiça.

Este é um caso sério: o pai senta-se na nossa frente, um homem forte e grande, e chora; um homem trabalhador do porto que chora, Senador Eduardo Azeredo, porque – sem citar os nomes, que não constam do relatório, mas faço questão de dizer – o pai procura o professor e vereador daquela cidade, segundo ele, para pedir que atendesse a situação da filha que estava mal na escola. E, depois, o pai fica sabendo que ela se transformou numa pessoa explorada sexualmente por ele. Só que isso já ocorreu há alguns anos, e o pai procura um advogado que não age. E tudo fica por isso mesmo.

Mas temos o caso e apenas o depoimento do pai.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nesse caso, mesmo sem constar do relatório, a Relatora encaminhará, em caráter reservado, esse caso para que seja investigado pela Curadoria da Infância e da Juventude, para que de fato haja uma investigação no sentido de trazer mais elementos?

Na minha opinião, embora haja somente um depoimento, deve haver um anexo de alguns casos que foram denunciados e merecem melhor investigação, para que aquelas pessoas não fiquem na expectativa de que alguma coisa seja feita pela CPMI, sem ter uma resposta.

Nesse sentido, sugiro à Relatora que, depois, num anexo reservado, encaminhe alguns casos que chamaram a atenção, mas, como havia um único depoimento, não puderam ser citados aqui. É nesse sentido que estou sugerindo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acato a sua sugestão, para que seja incluído no instrumental que consta do final, daqueles casos que não foram suficientemente provados, o que V. Exª propõe, mesmo sem uma convicção firmada.

O SR. (Não Identificado) – Dando notícia, para que possa continuar a investigação.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Outra observação se refere à página 103/104.

No documento que eu tenho – talvez haja algum erro –, nos encaminhamentos consta Otto Monias, mas é Muniz, na relação...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Página 104, Deputado?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Página 103. Ao invés de Monias é Muniz.

E não sei se é essa figura, mas, pelo que conheço, é Japiaçu ao invés de Chapiaçu, na página 104. É importante verificar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com "j"?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Também conheço por Japiaçu, como V. Exª. Deve ter sido o chiado paraibano registrado nos nossos MDs.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas existe a agenda que poderá esclarecer.

Ainda nessa página, onde está escrito "Elifos", na quarta linha, é Elifas.

Será interessante, Relatora, como em todos há o primeiro nome e a identificação, como médico, empresário... Em alguns não há identificação.

Na agenda que a menor entregou, há identificação. É importante constar alguma identificação...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nem sempre, Deputado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pelo menos eu vi na agenda que há algumas identificações.

Era isso mesmo que eu gostaria de dizer, ressaltando a importância deste relatório, que espelha o resultado do trabalho criterioso, profundo, que merece a nossa aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Passo a palavra à Senadora Fátima Cleide; em seguida, à Deputada Sandra Rosado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Eu também quero reafirmar a minha posição pela aprovação deste relatório. Gostaria de dizer que os destaques que farei são de pura inserção ou correção. Também os trouxe digitados, de forma que a Relatora não precisa ficar muito preocupada com as nossas sugestões, a não ser algumas que acabamos de fazer, com base no relatório novo.

A primeira consideração é de reforço ao que disse a Deputada Thelma, com relação à inclusão da BR-364 nas rotas. Essa BR faz a ligação entre os Estados do Acre, Rondônia e Mato Grosso. Também é uma saída para a BR-319, que vai para o Amazonas. Então é um ponto importantíssimo, que precisa constar da página 60 do relatório novo.

No mapa da Região Norte, no relatório novo, onde consta o relato dos casos emblemáticos, temos um caso que também tem vinculação com o Estado de Rondônia, que é a suposta rede de pedofilia em Porto Velho e o tráfico de adolescentes e mulheres para a Bolívia a partir da cidade de Guajará-Mirim. Esse caso está citado em Roraima.

Qual é a inclusão que eu gostaria que fosse feita no relatório? Que pelo menos dois ou três casos que inclusive já enviamos em ofício, recentemente, para a Relatora, o Ofício nº 91, do dia 29 de junho, fossem destacados também como emblemáticos, constando do relatório.

Esse caso do Elias Quintão está registrado na página 98 do antigo relatório, que ainda não corrigi aqui, lá em Roraima. Ele está indiciado pela situação do tráfico de meninas para a Venezuela, mas, no caso de Rondônia, ele não vem com indiciamento. Por isso mesmo, merece ser citado como caso emblemático no Estado de Rondônia.

A segunda consideração que eu gostaria de fazer se refere aos dados gráficos. Não está bem visível para nós – não sei se é porque ainda não está colorido. A minha sugestão é que o relatório aumente aqueles quadrinhos para que possamos ter uma visibilidade maior, mesmo sendo em preto e branco. Refiro-me aos quadrinhos da legenda, para que possamos de-

tectar os casos nas regiões por tipologia com melhor visibilidade.

A terceira consideração se refere às páginas 309 a 310 do antigo relatório: as recomendações ao Poder Judiciário.

Na proposta de se indicar ao Judiciário a implementação de varas especializadas de proteção à criança e ao adolescente, o relatório diz que enquanto não for possível, o Judiciário deve dar prioridade aos casos judiciais que envolvem a criança e o adolescente para agilizar processos. Estará se cumprindo o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, da primazia, precedência e preferência na garantia dos direitos infanto-juvenis.

A nossa sugestão é de que o Judiciário, o Ministério Público e a Polícia, na fase do inquérito policial, quando tiverem contato com os processos que tratarem de exploração sexual, violência sexual, prostituição infanto-juvenil, pedofilia, tráfico, enfim, todos esses casos relacionados com os que investigamos, eles sejam identificados ou com um selo ou com uma tarja, para que as pessoas saibam que é um processo que não pode parar, pela sua importância. E que também haja uma preparação das pessoas para lidarem com esse assunto.

A nossa quarta consideração: na página 396 – volto a esclarecer que as nossas sugestões foram feitas com base no relatório que recebemos ontem à noite; não foi possível verificar a nova numeração –, o relatório informativo sobre denúncias registradas na CPMI sobre situações de prostituição infantil e infanto-juvenil, o Jornalista Bolívar Malaquias é citado como personagem envolvido na modalidade abuso sexual, no Estado do Acre. Considero interessante que ele seja citado também no Estado de Rondônia, uma vez que, ao sair do Estado do Acre, onde foi praticamente absolvido, ele foi para o Estado de Rondônia, onde cometeu os mesmos crimes contra doze meninas. Esse caso não foi citado nas denúncias do Estado de Rondônia.

Neste mesmo capítulo, no quadro de Rondônia, creio que se possam unificar os casos 2 e 5, que tratam do mesmo assunto: tráfico de mulheres e adolescentes em Guajará-Mirim, envolvendo o cabeleireiro Elias Quintão. É o mesmo que também atuou em Roraima.

O SR. (Não Identificado) – Senadora, V. Exª poderia repetir, por favor, a questão do deputado que saiu de um estado para outro?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Não é deputado; é o Jornalista Bolívar Malaquias...

O SR. (Não Identificado) – É só para ela poder anotar.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – ...que também em Rondônia...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Senadora Fátima Cleide, na verdade, está descrevendo a rota do tráfico que envolve o Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Não, no caso da BR; o reforço ao que a Deputada Thelma falou.

No caso do Jornalista Bolívar Malaquias, é crime de abuso sexual. Ele foi absolvido no Acre, depois foi para o Estado de Rondônia e cometeu o mesmo crime contra doze meninas. E hoje ele se encontra em Belo Horizonte, supostamente em tratamento de doença. Não existe nada de concreto com relação a essa pessoa. Quero que ele seja incluído também no Estado de Rondônia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele está incluído agora...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – No Estado do Acre somente.

E algumas correções que acredito serem necessárias, relativas a nomes de pessoas, no caso do Elinei e da moça que faz a denúncia, que é Isabel Raiden.

Outra correção, na página 526 do relatório novo: o número de municípios envolvidos no Estado de Rondônia. São oito. Falta incluir o Município de Jaru, no qual também apareceu denúncia.

Reafirmo o que disse o Deputado Luiz Couto: este relatório é fruto do trabalho desta CPMI. Penso que foi um dos trabalhos mais sérios que este Congresso Nacional já produziu. Por isso sou pela aprovação deste relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Senadora Fátima Cleide, tanto pelas sugestões como pelas palavras tão carinhosas e elogiosas de V. Exª, que foi uma árdua batalhadora e aliada em todo esse processo.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Só um adendo: com relação aos nomes que são citados aqui, eu gostaria de testemunhar, inclusive, que muitos nomes de autoridades não foram citados no relatório porque não tínhamos mais do que um depoimento em que apareciam esses nomes. Então isso mostra a seriedade da Comissão Parlamentar de Inquérito na hora de citar os nomes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço e quero, como V. Exª, Senadora Fátima Cleide, dar o meu testemunho sobre a forma cuidadosa como a Deputada Maria do Rosário procedeu na construção deste relatório. V. Exª acaba de dar o exemplo de que aquelas pessoas que foram citadas somente uma vez no depoimento não constaram daqui

com uma recomendação dessa natureza. Esse foi o cuidado da Deputada Maria do Rosário que deve ser ressaltado a todos os membros desta Comissão que acompanharam, durante um ano, esse trabalho.

Muito obrigada, Senadora Fátima Cleide.

Passo a palavra...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, de imediato, acato as sugestões acerca da situação de Rondônia e de outros casos que foram citados pela Senadora. São propostas de inclusão, considerações sobre redação, mas também relatos que demonstram a atitude criminosa em vários estados, pelos agentes citados aqui. É claro que a nossa CPMI não conseguiu trazê-los todos à tona, então a contribuição da Senadora é muito importante, porque comprova a ineficiência do Poder Judiciário ao liberar, permitindo, agora, que haja outras situações em outros estados.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Sandra Rosado.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Srª Presidente, gostaria de fazer um rápido comentário.

Estamos ouvindo algumas ponderações. Entendo que a posição da CPMI foi, em primeiro lugar, a de evitar que esse crime continue a ser cometido contra as nossas crianças em todo o Brasil.

Ontem eu falava a respeito da conscientização e, graças a Deus, isso vem acontecendo em nosso País, mas também precisamos chamar a atenção para um aspecto: esta CPMI está indicando o caminho para que as autoridades competentes façam a sua parte. O nosso papel de apuração foi apresentado no nosso relatório, tão bem elaborado pela Deputada Maria do Rosário, a quem damos total apoio.

Evidentemente, sabemos que é elementar o direito de defesa das pessoas, o que ocorrerá em outra instância. Certamente, vamos torcer para que isso aconteça.

Ao defender esse direito de defesa que todas as pessoas têm, fui procurada pelo nosso companheiro Deputado Benjamim para que, como membro da CPI, solicitasse à Presidente Patrícia Saboya as notas taquigráficas de depoimentos que aconteceram no Estado da Paraíba, a fim de que determinadas pessoas que foram citadas tenham esse direito assegurado.

Nós, que fizemos esse trabalho durante um ano, enfrentando tantos sacrifícios muitas vezes, não vamos abdicar desse direito de fazer os encaminhamentos, mas também não poderemos nunca evitar o direito elementar de defesa das pessoas. Queremos dizer que continuamos firmes no nosso propósito de pedir a apuração de todos os casos citados na CPMI e no relatório de V. Exª, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Sandra Rosado, estamos analisando o seu pleito, mas devemos ter cuidado dependendo de que caso estamos tratando, porque alguns casos são sigilosos, para proteger as vítimas e as testemunhas.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Estou inteiramente de acordo com V. Exª. Longe de mim fazer essa ponderação para expor, porque em primeiro lugar, nesta CPI, o nosso papel é a defesa intransigente das nossas crianças. Então vou verificar e só encaminharei se nesse caso preciso não houver o envolvimento e a exposição das nossas vítimas, que são as crianças do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço mais uma vez a compreensão de V. Exª.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Outra questão que gostaria de mencionar é que na página 127, onde se refere ao caso da menina de Mossoró, ela chegou, algumas vezes, Deputada Maria do Rosário, a citar, com algumas divergências, o nome da mãe e do pai. Ora ela dizia o sobrenome, ora ela complementava com outro, mas é importante que se registre que ela chegou a escrever, algumas vezes, naqueles momentos em que fazíamos a apuração, o nome da sua mãe.

Então era isso. E parabenizo, mais uma vez, a condução deste trabalho. Vamos apurar e encaminhar esse trabalho. Já fizemos a investigação e vamos solicitar que os setores competentes dêem continuidade ao nosso trabalho.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Passo a palavra à Deputada Suely Campos; em seguida, à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. SUELY CAMPOS (PPB – RR) – Presidente, na página 98 do relatório anterior, há um erro quanto à cidade de Roraima.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – V. Exª se refere ao relatório anterior ou ao relatório que chegou em suas mãos hoje?

A SRA. SUELY CAMPOS (PPB – RR) – Ao relatório anterior.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – V. Exª tem em mãos o relatório atual? É apenas para facilitar, porque estamos trabalhando com esse relatório de hoje.

A SRA. SUELY CAMPOS (PPB – RR) – É somente a correção da cidade de Guajará-Mirim por Boa Vista.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual é a página, Deputada?

A SRA. SUELY CAMPOS (PPB – RR) – Página 98.

Basta modificar a cidade: Guajará-Mirim por Boa Vista.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois não.

A SRA. SUELY CAMPOS (PPB – RR) – O caso, por exemplo, foi citado na Boate Afrodite.

E gostaria que constasse também o meu nome na audiência pública de Goiás, porque não está constando.

Obrigada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Até porque V. Exª fez um encaminhamento na audiência pública de Goiás, no sentido de solicitar ao seu Partido, o que consideramos absolutamente honrado, que não houvesse a guarida do nome no Partido, para que o Prefeito Boadir Veloso concorresse novamente à prefeitura.

Então faço este resgate aqui. O seu nome merece constar da audiência de Goiás, onde V. Exª teve um destaque muito importante.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Passo a palavra à Deputada Laura...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pela ordem, Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Informo a V. Exª que não estamos conseguindo prestar atenção, porque há murmúrios aqui. Solicitaria a quem quisesse conversar que saísse e o fizesse, deixando-nos ouvir e trabalhar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputado Luiz Couto.

Peço a gentileza às senhoras e aos senhores Parlamentares aqui presentes, no sentido de que façam silêncio, porque é um assunto bastante denso, complexo, que merece a nossa atenção total. Então peço aos Srs. Parlamentares que, por favor, dêem a oportunidade de outros Parlamentares se manifestarem e que ouçamos com atenção as conclusões da Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, solicito que a Assessoria contribua com esta Relatora mais uma vez, anotando as sugestões, para que não me falta alguma delas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Já solicitei à Secretaria e fui informada de que a Assessoria também está anotando, junto com a Deputada Maria do Rosário, para que S. Exª possa realmente fazer as alterações e transformações necessárias dentro do relatório, inclusive aquelas que já foram acatadas por S. Exª.

Ofereço à Deputada Maria do Rosário, se necessário, o acompanhamento de algum assessor aqui de perto, ao lado da Deputada, para fazer essas anotações. Então pediria à Secretaria que destacasse um assessor que pudesse acompanhar, ao lado da Deputada Maria do Rosário, as anotações que S. Exª precisa fazer. A Deputada poderá escolher a assessoria.

Passo a palavra à Deputada Laura Carneiro, para que colabore também com este relatório.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, queria continuar os trabalhos, dizendo que consegui ler mais um pedacinho, mas ainda estou no Ceará, embora já tenha lido o final. Ainda não consegui analisar todos os estados.

Estávamos na terceira página do Capítulo III, que, no relatório novo, corresponde à página 42.

V. Exª diz que as vítimas de Porto Ferreira estão absolutamente abandonadas: "Seis meses após o escândalo envolvendo vereadores, empresários, funcionários públicos e comerciantes de Porto Ferreira, as onze adolescentes supostamente corrompidas pelos acusados seguem desassistidas, sem nenhum acompanhamento terapêutico. Hoje duas adolescentes estão grávidas e uma outra está envolvida com drogas, segundo o Centro Psicológico do Poder Judiciário. O Conselho Tutelar de Porto Real suspeita que algumas estejam se prostituindo".

Então é óbvio que essas adolescentes foram simplesmente abandonadas.

Peço a V. Exª que, nos encaminhamentos, sugira o acompanhamento direto pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos dessas crianças, através dos seus programas nos estados.

Da página 44 consta: "Agora mesmo, teve um termo de ajustamento de conduta do meio ambiente, onde foi feito..."

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Página, Deputada?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A nova página é a 43.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª se refere à fala do promotor?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na fala do promotor, ele diz que foi feito um termo de ajustamento de conduta com o meio ambiente, para, naquele prostíbulo, que é o Sex Apeal, desmanchar as piscinas, as cascatas. Eles fizeram isso na beira do Rio Gaspó.

Estamos denunciando um fato grave, então talvez V. Exª pudesse fazer um encaminhamento à Secretaria Estadual do Meio Ambiente daquela localidade,

assim como ao Ibama, para que tomem providências imediatas no sentido...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Presidente, sinceramente não consigo ouvir a Deputada Laura.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Novamente, faço um apelo aos Srs. Parlamentares...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tenho que anotar as sugestões.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – ...para que façam silêncio, a fim de que a Deputada possa estar bastante atenta. São sugestões importantes e significativas para este relatório. Então mais uma vez faço este apelo às senhoras e aos senhores Parlamentares, para que possam, com atenção, ouvir a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pelo que me lembro, existe esse termo de ajustamento de conduta. É o que está escrito pelo menos aqui. Existe um termo de ajustamento de conduta, mas nada foi feito. Na prática, só há o termo; ação, que é bom, não existe. Então, que indiquemos ou encaminhemos...

A SRA. (Não Identificada) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Da Sex Apeal, não. Então não está escrito aqui. Na minha memória... Se já foi feita a ação...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tenho essa mesma informação. Tanto é, Deputada Laura, que o promotor diz que foi obrigado a agir no sentido de refazer a obra toda, visando à preservação do meio ambiente. Pareceu claro, na manifestação do promotor, que já havia até a determinação de que se refizesse toda a obra.

Nós, que já fomos vereadores, atuamos nos municípios, sabemos muito bem que quando acontece isso é porque já há uma determinação.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, mas é exatamente o contrário. O próprio promotor disse que eles aceitaram perfeitamente demolir tudo aquilo, mas ele continua: "É impressionante a estrutura que aquela casa tem", no presente. Ele disse: "Mais de 80 mulheres nesse nível de estrutura; aliás, são duas casas".

Então ele disse que as casas existem. Pode ser até que não existam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas eu acato a sugestão de V. Exª.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Seja o que for. Se já resolveu, melhor. Se não resolveu, que a Secretaria e o Ibama tomem a frente e resolvam.

Na página 45, quanto àquela questão da prova de amor, V. Exª me disse que já foi feita a indicação de investigação ou indiciamento, nobre Deputado? No caso daquela mãe da criança de 13 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª pode repetir o número da página?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É claro. Nova página 45, parágrafo segundo: "Enquanto encontramos mães que lutam e se arriscam para tirar a filha da prostituição...", neste ponto, gostaria que a palavra "prostituição" fosse trocada por exploração, "...há casos como o de uma mãe que entregou a filha de dez anos..."

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É que V. Exª vai encontrar o caso depois; aqui se trata apenas de uma referência, buscando conceituar o trabalho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então esse caso específico da prova de amor da amante e do pai está lá do outro lado?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como não consegui chegar...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos localizar aqui para que V. Exª possa...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Seria importante fazer a remissão, como vocês fizeram lá atrás. No final, fizemos remissão a tudo. Vamos dizer: constante do encaminhamento do Capítulo III. Então não fiquei sem saber se tinha resolvido o problema ou não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso ocorre, Deputada Laura, porque V. Exª, ontem, estava no Orçamento. Fiz uma explicação, ontem, para apresentar o primeiro texto como introdutório, passando à segunda parte, na qual os casos são trabalhados um por um. Então realmente não me preocupei em fazer referência, até porque essa paginação, esse ordenamento foi a última parte a ser feita.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu sei. De madrugada, nós nos falamos; V. Exª estava aqui, com a Márcia, trabalhando.

Houve modificação desse texto para este?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. Não houve modificação de texto; somente as folhas foram reordenadas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Desculpe, mas há algo errado então.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sabe por que há modificação da numeração?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, não é a numeração.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na numeração há, porque tiramos aquelas folhas iniciais...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É claro; verifique a página 59 do velho e a página 51 do novo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não tenho mais o velho aqui.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É simples. No 1.2, começa: "Quando a CPMI foi instalada..." Em cima, não há o fim da exploração sexual de crianças. No outro está assim: "...de outra maneira, as organizações da sociedade civil...", então foi alterado.

Página 59 do velho e 51 do novo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu enviei o mesmo arquivo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está alterado, não é?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Comece do 1.2 para cima. São completamente diferentes. Estou procurando o parágrafo que está no outro e não está nesse, então há modificação. Aonde vou encontrar este parágrafo: "Embora o tal veículo fosse conhecido, como muitas pessoas da cidade, se livrou do flagrante..."? Este parágrafo consta da antiga página 59.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu queria que as pessoas da própria Assessoria, que é tão competente, me ajudassem a responder à Deputada Laura, porque eu fiz a apresentação do relatório ontem, e não promovi qualquer modificação.

É claro que existem arquivos diferenciados, porque, na hora de entregar...

A SRA. (Não Identificada) – A Deputada tem razão. É que no velho não tinha que vir do arquivo o papel da sociedade civil.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas esse trecho sobre o qual eu queria falar não consta de lugar algum: "...uma certa época, eles vinham de Porto Velho, no 'buzão'...", aquela história do ônibus que não entrou muito na minha cabeça.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, Deputada, o caso está descrito lá dentro. Aqui no texto...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas havia antes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estou procurando agora, porque trabalhei no mesmo relatório que V. Exª. Então vejamos aqui.

Apresentação dos casos. É esse o texto, não é?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – No meu antigo, eu queria falar sobre o começo da página 59: "...uma certa época, eles vinham de Porto Velho, no 'buzão'...", aquele tal ônibus do sexo. Esse texto estava aqui, porque fiz alguma...

A SRA. (Não Identificada) – Na página 47: "... uma certa época, eles vinham de Porto Velho..."

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não é isso. Então foi incluída alguma coisa aqui, porque da página 47 para a 59... Então eu não li esse trecho.

A SRA. (Não Identificada) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* Esse papel da sociedade civil...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, então o papel da sociedade civil não existia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Presidente, a Deputada Laura Carneiro tem absoluta razão. Então eu me penitencio. Houve uma falha no arquivo. Vocês estão fazendo adendos, e eu estou acatando e acrescentando.

O arquivo apresentado ontem não tinha um pequeno texto chamado "O Papel da Sociedade Civil", que me parece muito inofensivo diante dos temas sobre os quais estamos trabalhando de verdade e das preocupações que constato em algumas pessoas deste plenário. Ninguém vai se preocupar aqui...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, não é isso. Eu gostaria de achar o texto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então que V. Exªs compreendessem isso como uma proposta de inclusão, na medida em que não constava daqui ontem, da mesma forma que estou acatando as de vocês. Então está sanado, mas me penitencio, porque deveria constar, porque eu já havia escrito isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não há problema algum, mas vamos ao que interessa: "... uma certa época, eles vinham de Porto Velho, no 'buzão'. E, no Posto Tucandeiro, onde há uma fiscalização da Polícia, eles deram sinal para parar esse 'buzão', e o César mandou o motorista tocar direto, não parar. Então os PMs correram atrás da viatura, com escopetas, e cercaram ele no Km 15 da Bahia. Chegando ao local, o César usou a influência que tinha e, pegando um telefone Global Star...", e a minha pergunta é esta: eu não me lembro mais se nesse Global Star podemos grampear ou não, se tem ou não registro. Não sei porque é um outro tipo de telefone. Vejam: "Ligou para uma autoridade aqui em Rio Branco, não sei para quem foi, e essa autoridade falou com um dos PMs e a PM liberaram o ônibus. Nesse dia, se não houvessem atrapalhado o serviço da Polícia, ter-se-ia pegado elas com o ônibus cheio de meninas...", aqui está caracterizado, nobre Relatora, um primeiro impedimento ao trabalho da Polícia, ao trabalho de investigação. Provavelmente, uma simples quebra de sigilo desse telefone... Para o cara saber que é Global Star, ele deve conhecer o telefone. Ele deve saber o número, senão não saberia nem que é Global Star. Se pudermos quebrar o sigilo ou indicar a sua quebra ao Poder Judiciário, facilita-

remos a investigação da Polícia. Sugeriríamos ao Poder Judiciário a quebra de sigilo desse telefone, para verificar quem é essa autoridade que impediu a ação do "buzão", entendeu?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª poderá, depois, encontrar nos casos o detalhamento. E V. Exª também me dá oportunidade de enfatizar o quanto o tema dos partidos não deve presidir, na medida em que aqui inserimos uma citação que faz um questionamento a uma autoridade policial na situação...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não sei se é autoridade policial também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...de um determinado governo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, não sei se é policial. Pode não ser policial.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pode não ser, mas está aqui.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Trata-se de uma autoridade de Rio Branco. Pode ser qualquer um.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Exatamente, V. Exª tem toda razão. Esta Parlamentar teve o cuidado de não ser orientada pelo posicionamento de grupos ou campos partidários, no entanto está no depoimento da testemunha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não sei por que V. Exª está dizendo isso, mas quero deixar claro que não é só V. Exª, ao contrário. Nesta Comissão, sob a sua coordenação e a presidência da Senadora Patrícia, desde o seu primeiro dia, não existe partido político, senão eu estaria perdida, não poderia ter cobrado, como o fiz, o depoimento do Zequinha Barbosa. Não existe partido político aqui; o partido que existe nesta Comissão é o da criança e do adolescente.

Vou continuar.

Pode ser um retardo mental, mas devo mencionar, porque não entendi. Talvez seja uma besteira...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, eu gostaria que V. Exª suspendesse por dez minutos, pelo seguinte motivo: eu queria me sentar com a Deputada Laura e localizar tudo no relatório, para podermos ir mais rápido. Noto que a Deputada tem sugestões muito importantes, então eu marcaria tudo aqui, porque a dificuldade de encontrar é muito grande, até porque estou trabalhando com as duas versões. É uma solicitação para o trabalho poder andar. Por favor, conceda-me esses dez minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Acato o pedido da Deputada Maria do Rosário, para que S. Exª realmente possa, com um pouco mais de tranqüilidade, analisar as sugestões da Deputada Laura Carneiro, que são importantes, significativas, como disse anteriormente. Talvez seja necessário um momento para que possam discutir o assunto e apresentar o resultado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Posso fazer isso, mas há um problema: ou faremos isso com todos os Parlamentares ou estaremos, nós duas, alterando o relatório sem ciência da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, a Comissão tomará ciência.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A minha proposta não é de que V. Exª não apresente as suas ponderações, mas apenas que V. Exª me passe antes...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Pela ordem.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Pela ordem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...para eu marcar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Presidência desta Comissão suspende a reunião, deixando claro que a Relatora está apenas pedindo o auxílio da Deputada Laura Carneiro, até pela sua experiência nos trabalhos das CPIs da Câmara e do Congresso Nacional, para que S. Exª a ajude nesse encaminhamento. Em seguida, evidentemente, aqui serão tratadas publicamente as sugestões que a Deputada Laura está fazendo neste momento.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Eu gostaria de fazer uma ponderação, Presidente. É um minuto apenas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pela ordem, a Deputada Sandra Rosado.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Eu gostaria de ponderar à nossa Relatora que não há sentido na suspensão dos nossos trabalhos, até porque acredito que essas contribuições que todos estamos dando, no caso específico, a Deputada Laura Carneiro, têm que ser públicas. Caso contrário, vamos retardar mais, porque vamos suspender, depois voltaremos para a discussão pública, como é natural. Então por que não fazê-lo agora, com rapidez, objetivamente? Está tudo escrito. Depois a Deputada Laura poderá apresentar; não vejo motivo para a suspensão, porque continuamos querendo participar e ouvir.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A ponderação da Deputada Sandra me sensibiliza. Então peço aos colegas tranqüilidade ao nos apresentarem, sem a necessidade do retorno imediato, ou seja, eu vou escutar a Deputada Laura e, nesse caso... Quanto a algumas questões, eu pude respondê-las, Deputada, porque eram pontuais e fáceis de localizar; outras não são, especialmente quando há citações. Então não te-

rei a preocupação de responder de imediato. Naquelas questões que não houver ainda localizado no texto, não vou ficar procurando, mas anotar, dizendo que ao final responderei. Podemos combinar assim.

A SRA. (Não Identificada) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pela ordem, Deputado Severiano.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Srª Presidente...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu havia pedido antes, Senadora Patrícia, e só precisaria de 30 segundos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Desculpe.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Srª Presidente, o relatório foi lido ontem. Qualquer correção ou mudança deveria ter sido sugerida ontem. Hoje estamos discutindo o mérito. Se implica mudança do relatório a pedido da Relatora, abre-se a discussão.

Creio que não é o momento de se pedir mudança do relatório, mas sim de ser contra ou a favor do que já foi lido e relatado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Estamos discutindo, Deputado, e acatando sugestões para que este seja um relatório de todos os membros da CPI.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Mas seria ontem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É uma atenção à Deputada Maria do Rosário, que teve esse trabalho.

Hoje já recebemos significativas sugestões que vão compor esse relatório, corrigindo, talvez, algumas distorções ou erros que eventualmente possa haver. Então peço a compreensão de V. Exª, que sempre tem agido nesse sentido, para que possamos continuar normalmente os trabalhos, para que a Deputada Laura Carneiro possa retomar as suas sugestões, para que a Deputada Maria do Rosário esteja atenta a essas sugestões e anotá-las.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Não sou contra a mudança, até porque, para melhorar ou aperfeiçoar o trabalho, isso teria que ocorrer, mas na medida em que S. Exª pára para admitir sugestões de redação ou de mérito, isso altera, então teremos que rediscutir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual é a sugestão de V. Exª?

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Que S. Exª acate, mude e depois leia o que foi mudado, para que voltemos a discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois não. Creio que isso já foi acordado.

Pela ordem, Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quero apenas elogiar o relatório da Deputada Rosário e o trabalho da Senadora Patrícia. Já fiz isso diversas vezes. E quero concordar.

Ontem e hoje, estamos sendo chamados novamente para a Comissão de Orçamento, onde está havendo votação. Por isso ontem não pude permanecer aqui e aprofundar as discussões.

Como todos sabem, a Comissão de Orçamento é fundamental, está votando a LDO e só poderemos ter recesso após a votação da LDO, mas não é só isso. Vários créditos importantes não só para obras, mas também para os trabalhadores, como da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, os professores das universidades, técnicos da Receita, enfim.

Eu queria registrar apenas uma correção mínima, assim como a Deputada já fez, dizendo que o nome dela não constava da audiência pública que houve em Belém. Eu estive presente numa primeira diligência em Belém e também na audiência pública no mesmo local.

Este registro é muito breve. Tenho certeza de que houve um engano.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Assessoria está anotando. Agradeço a Senadora Ana Júlia e peço-lhe desculpas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Senadora Ana Júlia, V. Exª vai verificar, no começo do relatório, quando se menciona a tramitação da matéria, que até o ano 2003 foram citados todos os Parlamentares; no ano 2004, não foram, mas já pedimos, logo no começo, para que isso ocorra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Estou me referindo à Região Norte, ao Pará, que começa na página 68 do relatório já atualizado: "No Estado, a CPMI realizou duas diligências: na primeira, nos dias 28 e 29, visitou o Município de Belém..."

Na primeira diligência eu estava, participei inclusive de entrevistas que foram sigilosas; na segunda diligência apenas eu não estava. E participei da audiência pública em Belém.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tudo isso está aqui.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sei que isso é detalhe, mas só fiz o registro, Deputada Laura, e sei que houve um engano. Não tenho a menor dúvida disso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Peço novamente desculpas à Senadora Ana Júlia, que nos recebeu na sua terra, na diligência, na audi-

ência pública, que ficou conosco até o fim, deu uma grande contribuição e mobilizou a sociedade civil do seu Estado para essa audiência públicas.

Peço-lhe desculpas. Certamente foi um equívoco cometido que será imediatamente corrigido. Muito obrigada. Quero, mais uma vez, agradecer pelo trabalho e a sensibilidade de V. Exª.

Com a palavra a Deputada Laura Carneiro, comunicando que a Deputada Maria do Rosário teve que se ausentar por alguns minutos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A Assessoria poderá me explicar, porque é uma besteira. Na verdade, creio que se trata de um erro de datilografia. Naquela página das rotas... E esse monte de interrogação? O que quer dizer a interrogação?

A SRA. (Não Identificada) – É porque o asterisco, na Gráfica, aparece como interrogação.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está vendo? Não é interrogação; é asterisco. Quando eu li, falei: Meu Deus! Campo Grande? Corumbá? Não é isso; é Campo Grande, Corumbá, Tucuru, Bolívia e Paraguai. Mas há um ponto de interrogação, então fica parecendo o seguinte: será que é essa a rota? Então é só um erro...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O problema de digitação também será corrigido. Obrigada mais uma vez.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Região Norte, Pará. Senadora, peço desculpas, mas não consegui analisar tudo. Ainda não cheguei a minha região, o que é uma maldade. Não houve tempo para ler.

Na página 71 do novo relatório, há algo que pode ser usado para todos.

Toda vez que nos dirigimos ao Tribunal de Justiça, é importante que o façamos sob a forma de indicação, não de encaminhamento. Seria uma indicação legislativa. É outro poder, então seria de bom tom encaminhar sob a forma de indicação.

Ao invés de: "A CPMI encaminha ao Tribunal de Justiça, para que verifique junto à Comarca de Itaibuna a motivação da demora para o deslinde do processo", para que fique mais formal e incisivo, digamos assim, poderíamos fazer a indicação ao Tribunal de Justiça. Da mesma maneira, no item 2.

Eu percebi esse caso, mas algum outro pode ter passado, porque li muito rapidamente.

Aqui está dito: "A CPMI solicita agilidade e rigor ao juiz competente pelo julgamento desse processo e a conseqüente responsabilização dos acusados, ante o princípio da prioridade absoluta das crianças e adolescentes. Tal agilidade se impõe na medida em que o processo tramita há mais de cinco anos na Justiça, causando enormes prejuízos".

Não podemos pedir ao juiz que julgue rápido, mas podemos pedir à corregedoria que apure por que não está sendo julgado na velocidade com que deveria. Não é nossa atribuição nem nosso direito pedir a um juiz para julgar rápido...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Permite-me um aparte, Deputada Laura?

Inclusive eu fiz essa proposta lá em Belém ainda, para encaminharmos à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Cobrei esse encaminhamento numa reunião, porque, nesse caso, eles estão postergando para que prescreva o crime.

Então solicitei que se fizesse um documento da CPMI à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para saber por que não foi julgado esse caso de Itaituba. Eu o fiz na hora da audiência pública em Belém.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sou testemunha dessa consideração da Senadora Ana Júlia. Inclusive encaminhei, na presença de V. Exª, à Assessoria, para fazer a solicitação prevista por V. Exª.

Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, no item 2, concordando com a Senadora Ana Júlia...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Peço mais uma vez a atenção dos Srs. Parlamentares. A Deputada Laura Carneiro está tentando prestar uma grande colaboração a este relatório, então peço aos Srs. Parlamentares a atenção à Deputada Laura Carneiro. Obrigada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, nesse item 2, ao invés de solicitar rigor ao juiz, que em princípio já tem rigor na sua determinação, que é o cumprimento da lei, pode-se, eventualmente, pedir à corregedoria, mas nunca ao juiz.

E, no item 3, indicação legislativa, nos termos do Regimento da Câmara, porque a indicação legislativa do Senado é diferente. O que estamos propondo é na forma da indicação legislativa prevista no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Vamos agora ao Amazonas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Thelma, peço a V. Exª, por favor, que assuma a Presidência por alguns minutos, para que eu possa tomar outras providências.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ainda na cidade de Belém...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É a mesma situação em relação a outro caso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, não. É o encaminhamento de Belém.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Há outro caso – o caso 3, do Pará – que é o mesmo problema: encaminhar ao juiz uma solicitação. Tudo deve ser para a Corregedoria do Tribunal de Justiça, a Corregedoria do Ministério Público, enfim...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, para a Corregedoria do Ministério Público, não.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O Ministério Público é diferente; pode ser ao Ministério Público mesmo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na verdade, a CPMI... Vamos dar um exemplo, na página 80 do antigo, que agora deve ser 70.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Página 74, caso 3, Augusto Correia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas se trata de sugestão, então vou usar essa como exemplo. Está no começo, então é mais fácil.

"A CPMI encaminha cópia das notas taquigráficas ao Ministério Público Estadual, solicitando que proceda à investigação do caso noticiado, bem como à identificação e ao indiciamento da pessoa conhecida como Sandra, apontada como uma das responsáveis pelo tráfico internacional dos adolescentes da região."

Ali há dois grandes problemas: primeiro, os autos... A CPI produz um inquérito, portanto, autos de um inquérito, que são formados por esse texto e todos os seus anexos. Quais são os seus anexos? As notas taquigráficas mais os 958 documentos que a nobre Relatora examinou. Isso corresponde aos autos do inquérito, aos autos dessa investigação.

O Ministério Público Federal recebe toda a documentação e é obrigado a dividir por competência e sede. Então ele vai dizer: essa matéria é de competência estadual, portanto deve ser examinada pelo Ministério Público Estadual. Então vai para lá. Essa matéria é de competência federal – vamos dizer, pedofilia na Internet –, então vai para o Ministério Público Federal daquele estado. Por exemplo: sabemos que, no Rio de Janeiro, V. Exª fez um belo trabalho na área de investigação de pedofilia.

Então a sugestão seria tratarmos não de especificar notas taquigráficas ao Ministério Público, mas dizer: a CPMI encaminha ao Ministério Público esse caso. As notas taquigráficas são necessariamente encaminhadas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª propõe esse ordenamento extensivo, portanto... Onde diz notas taquigráficas, passe a ser... encaminha esse caso. Não apenas notas, mas toda a documentação pertinente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É claro, senão estaremos dizendo que estamos encaminhando somente uma parte da documentação...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª tem razão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – ...que nem sempre é o total para a investigação.

Da mesma maneira, solicitando proceder a investigação. Pela lei, não existe – pelo menos é o que se está discutindo no Supremo Tribunal Federal, e não podemos prejulgar antes do Supremo decidir... O Ministério Público não tem poder investigativo. Então encaminhamos ao Ministério Público não para investigar, mas para proceder, junto aos órgãos competentes, no caso, a Polícia, toda a investigação necessária ao caso. Entendeu a diferença?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Entendi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E também não podemos pedir indiciamento ao Ministério Público, porque este órgão não indicia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou ouvi-la, depois poderemos...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas há vários casos. O Ministério Público denuncia; quem indicia é a Polícia ou nós, CPMI. Se decidirmos indiciar alguém, deveremos pegar aquele nome, qualificar aquele cidadão, especificar quais são os crimes e, mais do que isso, naquela parte do indiciamento, citar os indícios que nos levaram a essa possibilidade, conforme os três requisitos de indiciamento. Caso contrário, poderemos indicar ou requerer à Polícia que proceda ao indiciamento ou, quando já estiver indiciado no inquérito policial, podemos pedir ao Ministério Público que proceda à denúncia. Mas isso não ocorre num caso ou em outro, e sim como vamos encaminhar.

Agora vamos ao Amazonas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada, sobre a questão que V. Exª mencionou, se os outros Parlamentares puderem contribuir, porque essa questão que a Deputada Laura apresenta é de estrutura da nossa tarefa constitucional, do que o Regimento Comum determina, permite, o qual seguimos, sem abuso qualquer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, abuso algum, pelo contrário. V. Exª não abusou de nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agradeço o seu reconhecimento nesse sentido, porque, de fato, o pior que poderia acontecer seria a injustiça. Esta Parlamentar é uma defensora dos direitos humanos. Sou uma militante de direitos humanos. Eu me bato contra a injustiça. É por isso...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É uma questão muito técnica. Na verdade, nós falhamos: eu, por ter alguma experiência na área, e os técnicos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quero fazer um alerta sobre essa proposta da Deputada Laura Carneiro, porque o acatamento dessa proposta indicaria... Não quero responder agora sobre isso, vou pensar, mas quero alertar os Parlamentares que tive a preocupação, nos casos de indiciamento, de, ainda assim, sugerir.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não há problema em sugerir, mas deve ser sugerido para a pessoa certa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª propõe ocuparmos todo o nosso lugar e autoridade para promovermos, nós, o indiciamento, o que não estou fazendo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, é diferente. Não foi isso que falei. O que estou dizendo é o seguinte... Eu queria manter a minha palavra. Vocês estão interpretando mal...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Deputada Laura, vamos ouvir a Relatora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas S. Exª está interpretando mal o que estou dizendo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Tudo bem. S. Exª fará a sua ponderação e será a sua vez, Deputada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está bem. Não é isso, Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se V. Exª quiser esclarecer, não vejo problema.

Faço um alerta justamente para que saibamos todos do que estamos aqui debatendo, porque a Relatora foi cuidadosa ao fazer, no nosso texto, a sugestão.

Eu teria, inclusive, mais facilidade de acatar ou por eventual dificuldade. Eu propus indiciamento direto como sugestão, entenderam? Pela minha vontade, o meu desejo, eu acataria dos senhores, no sentido de sugerir em todos. É assim que estruturei o trabalho, por considerar que a sugestão é a melhor medida, porque será acatada ou não.

Não temos aqui, Deputada Laura...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas V. Exª está ao telefone. V. Exª tem que decidir se vai falar com a CPMI ou com o telefone. Eu ia lhe passar a palavra, e voltei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deputada Rosário, eu poderia simplesmente pedir vista, mas não vou fazê-lo, porque acredito que devemos votar a matéria hoje. Agora, efetivamente, sou Líder da Bancada do PFL no Orçamento. Estão votando a LDO, e tenho um destaque que é vital, relativo ao choque social. Então, infelizmente, terei que atender ao telefone sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, tenho a melhor ponderação aqui, mas teremos que... Srª Presidente, gostaria de fazer, então...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deixe-me continuar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só um minuto, Deputada Laura.

Precisamos nos concentrar sobre cada coisa. Eu sei, somos Parlamentares, precisamos atender ao telefone. Não há qualquer crítica contra a colega, mas S. Exª está trabalhando... Se S. Exª tiver que se inscrever novamente, deixaremos isso para depois.

Guardo as minhas ponderações em respeito à sua participação.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Preciso ir para lá, devido ao destaque, mas voltarei já. Se eu não estiver presente, cairá o destaque do choque social, que é um destaque nominal que o PSDB e o PFL estão encaminhando.

O que estou dizendo é que não pode acontecer... Pode acontecer tudo, mas, no meu entendimento, estaremos errando.

Vou citar outro exemplo, da página 109 antiga, que lerei rapidamente, a respeito do Município de Campina Grande.

Diz assim: "A CPMI encaminha ao Ministério Público Estadual cópia da documentação recebida por ocasião da audiência pública, bem como cópia das notas taquigráficas, solicitando a identificação..."

Isso não existe. Nós encaminhamos ao Ministério Público Federal, que se encarrega de distribuir. E a CPMI está solicitando o indiciamento das pessoas por submeterem à exploração sexual. Perdão, mas não tenho capacidade de pedir o indiciamento de 57 pessoas sem saber o que elas fizeram. Perdão, eu não tenho condições de votar isso. Eu, Laura Carneiro, não tenho capacidade para votar o indiciamento de 57 pessoas numa tacada. Posso indicar a investigação, mas indicar o indiciamento significa dizer que tenho indícios fortes, comprobatórios do cometimento de crime. Crime é cadeia! Não tenho coragem de fazer isso se não tiver certeza. Perdão, mas não tenho coragem. Se eu tiver certeza de que eles cometeram os crimes, serei a primeira a estar ao seu lado.

Hoje um deputado me perguntou: "Vocês estão indiciando um deputado federal?" Eu disse: estamos, porque ouvi de uma menina que ele fez sexo oral; estamos, porque nós pegamos a agenda telefônica dessa menina; estamos, porque essa criança o identificou

entre várias fotos; estamos, porque nós quebramos o sigilo e verificamos. Então dispomos de quatro indícios fortes da existência do crime.

Agora, não tenho coragem de fazer isso em relação a 57 pessoas que não conheço. Então essa é a diferença que quero mostrar.

Uma CPI indicia ou não, ou indica que se ampliem as investigações para o possível indiciamento, mas este nunca poderá ser feito pelo Ministério Público, e sim pela Polícia. Então é esse o sentido. Não estou brigando aqui para indiciar todo mundo; é o contrário. Eu quero ter a capacidade e a tranqüilidade, nem que seja para permanecer aqui até de noite – não tenho preocupação; fico sentada aqui com vocês, leio junto –, mas é a vida das pessoas, o que me complica muito.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Só um minutinho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Presidente, eu queria pedir...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Deputada Laura...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Presidente, se não votarem o choque social, a culpa será minha. Eu vou lá, votarei o choque social e voltarei depois.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Por gentileza, Deputada Sandra Rosado.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – É com essa preocupação que a Deputada Laura expressou há pouco que eu solicitei as notas taquigráficas, exatamente porque não consegui identificar os motivos do indiciamento desse número que S. Exª contou – não quero contar novamente. Esperamos que esta Comissão, que tão bem encaminhou esses trabalhos, não cometa erros nessa solicitação de encaminhamento ou de indiciamento. Por esse motivo é que solicitei isso, porque não está muito claro aqui, Deputada Maria do Rosário, o porquê dessa relação. Já li e reli essa questão que está identificada na cópia nova, na página 103, o pedido de indiciamento de mais de 40 pessoas.

Eu havia solicitado as notas taquigráficas, mas foi mencionado que algumas são sigilosas, o que respeito inteiramente. A minha preocupação é que haja, como sempre houve, esse cuidado que eu sei que V. Exª também defende.

Era somente isso.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Posso apenas comunicar uma questão...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Pela ordem, Senadora?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Com todo respeito, eu também estou sendo chamada para votar essa proposta, que consta do anexo e da LDO, foi inicialmente feita pelo Senador Cristovam Buarque, assumida inclusive pelo Governo, de choque social. Então quero dizer que vou votar favoravelmente a essa proposta que foi feita inicialmente pelo Senador Cristovam Buarque.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se eu votasse, o faria favoravelmente também à proposta, mas me permitam. Confio que poderemos ter os colegas em breve, aqui, conosco, novamente.

Sobre a proposta da Deputada Sandra...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Vamos analisar e chegar a uma conclusão sobre isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Senhoras e senhores, esse caso...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Esses casos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estamos vivenciando, talvez, de todos os prejuízos o menor por não ter apresentado caso a caso a leitura. Todos sabem que foi impossível. Eu não pude fazer a leitura de caso a caso, para apresentá-los.

Os Parlamentares que acompanharam a CPMI ouviram os depoimentos. A Deputada Sandra estava presente também, se não me engano, quando ouvimos a adolescente.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Sim, mas a audiência de que V. Exª está falando é na Paraíba?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aquela audiência que nós realizamos aqui, em que houve a identificação de algumas pessoas. Ela identificou particularmente uma pessoa aqui, conosco, a partir de um processo de identificação cientificamente estabelecido, com o acompanhamento do Delegado Glorivam, da Polícia Federal, com várias fotografias. E ela indicou aquela pessoa.

Além disso, conforme orientação da Polícia Federal, adotamos outros procedimentos, e ela tem uma agenda telefônica, ela anotou na sua agenda com quem ela se relacionava, a data e os telefones. Era um diário. E o carro da pessoa.

Então aquilo que ela depôs, confirmado na agenda, nós estabelecemos como indício, porque esse caso já faz mais tempo, pessoal. Se não me falha a memória, é um caso de 2001, e ela, Srs. Parlamentares, se encontra no Programa de Proteção à Testemunha.

O que nós ouvimos, além dela, que é uma pessoa com quem temos alguma dificuldade para fazer com que transite de um lugar para outro, em conseqüência das ameaças que tem sofrido...

Essa menina fez o seu depoimento aqui, e nós ouvimos, Deputada Sandra, lá em João Pessoa, os seus pais. Sua mãe, inclusive... Eu ia dizer a profissão da mãe, mas resolvi não dizer. Desculpe-me. Porque estamos citando a adolescente pelas iniciais, com outro nome.

Então o caso é esse. O cruzamento de informações vem do telefone, da agenda e do reconhecimento.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Srª Relatora, só um momento. Quero explicar, para que fique bem entendida a minha posição.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, mas a senhora nem precisa explicar, porque estamos reconhecendo o seu direito.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Como existem algumas pessoas, inclusive citei o nosso companheiro de Câmara, Deputado Benjamin Maranhão, que solicitou apenas as notas taquigráficas, quero que fique bem claro que não estou questionando, em momento algum, nem a nossa posição de investigar nem o depoimento. O que eu solicitei, apenas atendendo a um pedido de um companheiro que não faz parte da CPI, foi somente as notas taquigráficas. Não estou entrando no mérito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está certo, então me desculpe, Deputada.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – É bom que isso fique claro. Não estou entrando no mérito nem do depoimento nem do direito que considero, sobre o qual mencionei há pouco, de defesa, que é um direito líquido e certo de qualquer pessoa. Nosso papel aqui – quero que fique bem claro e vou repetir – é em defesa das crianças e dos adolescentes do Brasil. Apenas informei a solicitação feita com relação às notas taquigráficas, sem entrar no mérito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa definição é da Presidência, com base...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Exatamente. Eu queria apenas ressaltar essa minha posição. Não estou entrando no mérito de nenhum depoimento, de nenhum pedido de defesa. Não estou entrando no mérito. Eu defendo a investigação, a apuração de todas as denúncias, quer seja citado uma vez, duas, dez, o que for.

Era só isso, Srª Relatora.

O SR. (Não Identificado) – Srª Presidente, pela ordem, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Pois não, pela ordem.

O SR (Não Identificado) – Eu estive conversando com a Relatora e encaminho um requerimento a essa Relatora, embora não seja membro desta Comissão, já de comum acordo com a Relatora, que pede, na página 84, no caso 7, do Estado do Amazonas, que está intitulado como caso Igreja Evangélica Assembléia de Deus, que seja acolhida a solicitação para substituir o nome da instituição pelo nome do suspeito, uma vez que a instituição não é suspeita. Essa instituição tem 94 anos no Brasil sem nunca ter envolvimento com cartel ou com qualquer questão que cita inclusive o texto.

Aqui está sendo formalizada uma denúncia de que pode estar havendo tráfico ou influência na prostituição de crianças. Então a minha solicitação – e já tenho aqui a assinatura de vários Deputados e Senadores – é de que seja retirado o nome da Igreja Evangélica Assembléia de Deus e inserido o nome...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – São membros da CPI, Deputado?

O SR. (Não Identificado) – ...no caso, do suspeito, e não da instituição.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – São membros da CPMI que...

O SR. (Não Identificado) – Eu não sou membro da CPI, mas colhi a assinatura de membros da CPI e já estou encaminhando à Mesa. Agradeço, de antemão, o contato prévio com a Relatora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada Thelma, se me permite, quero acatar a sua sugestão e me penitenciar. A responsabilidade é minha. Foi a dificuldade de refazer o título, que vamos modificar.

Quero, por intermédio de V. Exª, pedir desculpas à Igreja Assembléia de Deus. Sou cristã, tenho carinho por essa Igreja, é uma instituição séria, e V. Exª tem toda razão. Não se trata da instituição, mas de uma pessoa sobre a qual seguirão as investigações.

Da mesma forma que não tratamos, em outros casos, da Igreja Católica ou de qualquer outra, V. Exª guarda toda a razão. Leve este depoimento a sua Igreja, no olhar cristão que compartilho com V. Exª, de respeito.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – A próxima inscrita é a Deputada Almerinda Carvalho.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PSB – RJ) – Srª Presidente, Srª Relatora, eu poderia ter feito uma questão de ordem, mas é justamente sobre esse caso da Assembléia de Deus.

Precisamos mudar a redação. Há religiosos e padres envolvidos, então seria o mesmo que citar a Igreja Católica ou o Judiciário, porque também há juízes envolvidos.

Realmente, aqui está dizendo como se fosse a Igreja. Aqui, na redação, que a Igreja, situada e tal, está envolvida. Não é a Igreja que está envolvida, mas o pastor. Refiro-me à página 91.

Então que fosse corrigida essa redação. Seria esta a minha questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – A próxima inscrita seria a Deputada Terezinha Fernandes, mas S. Exª teve que se ausentar, acredito, em função da votação que está ocorrendo.

Dentre os Parlamentares, alguém gostaria...

Deputada Celcita Pinheiro.

A SRA. CELCITA PINHEIRO (PFL – MT) – Na página 43 do relatório novo, vocês colocaram, em Mato Grosso: "...à beira do Rio Guaxupá...", nem sei o que está aqui, mas é Coxipó. São as observações a respeito do meio ambiente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Deputado Luiz Couto?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No caso das rodovias da Paraíba, são as de número 101 e 230.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então V. Exª complementa ainda aquelas que...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, não existe a 428, que é de Pernambuco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É a 101, Deputado?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, a 101, a 230 e a 110. São as três rodovias.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então solicito à Assessoria, porque ainda não tive acesso ao relatório original da Polícia Rodoviária Federal, que procure o nome dessa outra rodovia, para verificar se ela não traspassa outro estado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela passa, mas a 428 é em Pernambuco, nem chega à Paraíba. A Paraíba tem a 427 e a 426, mas as BRs onde há maior circulação em termos de prostituição nas estradas são a 101 e a 230, que corta toda a Paraíba. Ela vai de Cabedelo até Cachoeira dos Índios, que é lá perto do Ceará, onde é renomeada como 116.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputado Luiz Couto, é o mesmo encaminhamento. Eu gostaria de solicitar o documento original da Polícia Rodoviária Federal e de sugerir, como já fiz à Deputada Thelma, não modificar o relatório da Polícia Rodoviária Federal, e sim acrescentar as rodovias sobre as quais há preocupação. Então manteremos o documento acrescido das preocupações dos Parlamentares, todas elas acatadas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está certo. Então são a 101, 230 e 110.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não há mais inscritos para discutir o relatório.

Com prazer, cedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que nos honra com a sua presença.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, Deputada Thelma de Oliveira, ontem acompanhei a Comissão Mista do Orçamento, depois tive um compromisso na Embaixada da China, mas, ainda que chegando tarde em casa, fiquei impressionado com os trabalhos que se desenvolviam aqui, os quais acompanhei pela televisão. Já eram mais de onze horas da noite, quase meia-noite, e as senhoras e os senhores Parlamentares estavam aqui.

Fiz questão de vir aqui para cumprimentar o trabalho da CPMI. Embora não esteja presente, quero também cumprimentar a sua Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, a Deputada Maria do Rosário, Relatora deste parecer, e todas as pessoas aqui presentes, senhoras e senhores Deputados, Senadoras e Senadores, o Vice-Presidente, Deputado Eduardo Azeredo.

Pude acompanhar, inclusive pelo testemunho de V. Exª, que ouvi no rádio e, depois, na televisão, a maneira como todos aqui se conduziram, a maneira como a oitiva de depoimentos pelo Brasil inteiro mexeu muito com V. Exªs, especialmente com a Deputada Maria do Rosário, que produziu uma peça de grande valor para todos nós.

Permita-me, Deputada Maria do Rosário, fazer ainda uma reflexão, quem sabe de acréscimo às suas sugestões.

É possível que, no relatório, esteja sendo considerado melhor do que pude fazer numa primeira avaliação. Como nas recomendações não cheguei a verificar uma conclusão no sentido do que falarei, se porventura o que eu disser já estiver contemplado, tudo bem.

Quando o Economista Martin Assen, no seu livro "Desenvolvimento como Liberdade", menciona que se o desenvolvimento for para valer ele precisa significar que há de fato uma ampliação das opções ou da liberdade do ser humano e que isso seja válido para todos numa sociedade, ele ilustra isso de uma maneira muito interessante, que guarda relação com aquilo que V. Exª e todos aqui testemunharam, pois tantas vezes aqui ouviram pessoas que, justamente por falta de alternativas de viabilidade econômica, até para o sustento, para a alimentação, às vezes os próprios pais, instam as suas crianças e adolescentes a seguir um caminho que não seguiriam se tivessem uma alternativa econômica mais adequada, ou uma oportunidade de educação, de aprendizado ou mesmo de subsistência mais adequada, para que o caminho não seja como o que está ilustrado no filme "Cidade de Deus", de crianças e jovens que seguem o cami-

nho de se tornarem "aviõezinhos" do narcotráfico ou de venderem o seu corpo.

Nesse livro, "Desenvolvimento como Liberdade", Martin Assen menciona um episódio que ocorreu com ele quando tinha dez anos de idade e vivia em Daka, na residência de seus pais, num bairro onde havia contínuos conflitos entre mulçumanos e indus.

Eis que um dia, em 1943, entra um homem gritando por socorro portão adentro. Ele estava no jardim, brincando; oferece água para o homem e chama por seu pai, que logo vem e leva aquele senhor para o hospital. No caminho, aquele trabalhador mulçumano diz: "Bem que a minha mulher tinha me avisado para não vir a este lugar tão perigoso, mas não tive outra alternativa senão a de encontrar um trabalho aqui na vizinhança que pudesse prover o sustento de minha família".

E o que impressiona Martin Assen é que, ao chegar ao hospital, aquele homem tem uma forte hemorragia e vem a falecer. Então diz Martin Assen que tipicamente aquele trabalhador não tinha liberdade real, econômica, política ou social. Ele não teve outra alternativa, senão colocar a sua vida em risco para prover o sustento de sua família.

Esse foi o caso de dezenas de pessoas que V. Exªs puderam ouvir, com as quais se comoveram, conforme pude testemunhar pelo relato de todos que falaram ontem.

Ora, o que poderia contribuir para isso?

No livro "Liberdade Real para Todos", se é que algo pode até justificar o capitalismo, o Economista e Filósofo Felipe Vampares diz que se se quiser liberdade de real para todos há que se prover uma renda básica de cidadania para todos.

Felizmente, o Congresso Nacional aprovou, em dezembro último, e o Presidente Lula sancionou o projeto que cria uma renda básica como direito à cidadania para todos.

Como não se poderia instituir isso de uma hora para outra, coube até o diálogo e a sabedoria da interação entre Parlamentares de todos os partidos. E o Relator no Senado, Senador Francelino Pereira, falou para mim: "Olhe, Eduardo, a idéia é muito boa, mas há que se instituir gradualmente, começando pelos mais necessitados, até que todos, um dia, venhamos a ter isso no Brasil".

E assim foi aprovado.

Então, Deputada Maria do Rosário, a Renda Básica de Cidadania foi aprovada pelas duas Casas do Congresso e sancionada pelo Presidente, para ser instituída gradualmente, a partir de 2005. E a compreensão de pessoas responsáveis pelo Bolsa-Família, por exemplo, é de que aquele programa, que resulta da unificação do Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação, é o passo na direção da Renda Básica de Cidadania.

Portanto a minha sugestão, Deputada Maria do Rosário, é que, quem sabe, nas suas recomendações, possa V. Exª fazer uma breve menção de que, tendo esta Comissão constatado em tantas ocasiões que a indução ou a forma de as pessoas terem iniciado a sua vida ou de se tornarem vítimas da exploração sexual no Brasil decorreu em grande parte de não haver alternativa econômica para a sobrevivência, possa o seu relatório fazer uma menção de recomendação ao Presidente, porque agora caberá ao Poder Executivo, de instituir com muita seriedade, dado que resta inteiramente que o Poder Executivo o faça – o Poder Legislativo atribuiu ao Executivo –, instituindo no prazo adequado, porque isso também poderá contribuir, ao lado de todas as medidas recomendadas, para o objetivo que têm em mente.

Cumprimento a todos pelo trabalho tão positivo realizado.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Agradecemos a participação e a contribuição do Senador Eduardo Suplicy.

Iremos suspender os trabalhos...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, gostaria de dar uma resposta ao Senador, se me permite.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Com essa informação que é passada para a Deputada Maria do Rosário...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Só um instante, Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É só uma informação.

A Cafetina Joseísa, que estava solta, foragida, se entregou à Polícia...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora? Já estamos produzindo efeitos?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela se entregou porque estava sendo ameaçada de morte pelos empresários e políticos citados no envolvimento. Ela disse que teria muito mais certeza de que estaria guardada na prisão do que solta.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Obrigada, Deputado Luiz Couto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Presidente Thelma, quero dizer da alegria de tê-lo aqui, participando neste momento, com uma proposta que é a bandeira da sua vida, a qual S. Exª transformou na bandeira de um povo.

Temos a obrigação de constituir isso. A sua proposta é aquela que poderá romper grilhões. É abso-

lutamente emancipatória, porque, através da renda básica, prevê a recomposição de valores familiares e de comunidades, na medida, Senador, em que o que vimos e relatamos aqui são casas sustentadas pela exploração sexual de meninas e meninos ou até mesmo pelo trabalho infantil, onde não há mais a figura da autoridade paterna ou materna, devido aos valores do mercado e do capital aplicados às relações pessoais, pelo dinheiro que chega, orientado pela mais profunda tristeza. Certamente estaríamos salvando vidas se aplicássemos essa lei.

Vou incluir e fazer pelo menos uma reflexão que me veio a partir da frase que V. Exª citou, ao dizer que a pessoa que não tem outra saída precisa trabalhar num lugar onde é vítima e chega à morte.

E V. Exª fez essa afirmação para estabelecer uma relação com essas meninas e meninos.

Senador, na sua fala, percebo o nosso próprio lugar, porque me alertaram também sobre onde nós estaríamos, em que terreno nós, Parlamentares, estaríamos atuando ao tratar da exploração sexual. Muitos nos alertaram. Certamente nossos familiares, colegas do Congresso.

E agora, pela sua fala, eu me dou conta de algo que não havia percebido: se essas meninas são impingidas como esse personagem a estarem ali pelas necessidades objetivas da sua vida, foi-nos imposto também estarmos aqui por motivos que não são de sobrevivência material, mas de sobrevivência ética, psíquica, psicológica, moral, por princípios que temos; um terreno difícil também.

Espero, Senador, que, com as palavras que V. Exª trouxe, que são como benção, ao acatar a sua proposição, tenhamos, nós e as meninas, uma melhor solução do que o personagem. Que as meninas saiam vivas e protegidas pela renda básica, pelas políticas públicas, pelo trabalho do Congresso Nacional e que, pelos nossos princípios, saiamos altivos, ao concluir um trabalho que está sendo elogiado com altivez da análise das contribuições, mas também da coerente avaliação de que os fatos dizem respeito a pessoas de diferentes classes sociais.

Isso é difícil, mas é a nossa tarefa, e não podemos fugir dela.

Obrigada, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

Se V. Exª quiser que eu coopere com uma breve menção ao que acaba de falar como um item de adendo – não sei se há tempo ainda...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há tempo, porque acato a sua sugestão, que será redigida e incorporada ao relatório, como fizemos com os colegas aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então vou tentar fazê-la em cinco minutos e encaminhar a V. Exª.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado. Honram-me muito as suas palavras.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Obrigada mais uma vez, nobre Senador.

Vamos suspender os trabalhos por dez minutos. Em breve retornaremos.

Muito obrigada.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Srª Presidente, V. Exª decretou a suspensão, mas eu queria que me ouvisse por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Pois não, Deputado.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Estamos notando que há falta de objetividade na conclusão desses trabalhos. Ontem saímos daqui bem tarde; hoje não discutimos praticamente o relatório. Apenas fizemos emendas, alterações. Não se discutiu basicamente o mérito.

Eu queria que a Mesa definisse que hora vamos votar esse projeto, se ainda vai ser alterado, porque, pelo que acabo de ouvir da Relatora, o projeto ainda vai sofrer emendas, alterações de redação, etc.

Creio que não podemos votar esse projeto sem que haja uma conclusão ou um desfecho desse relatório.

Então, Deputada Maria do Rosário, com toda a admiração pelo seu esforço, pelo seu trabalho, pela sua competência, está faltando objetividade. Gostaria que houvesse maior produtividade, porque à tarde não vai haver quase ninguém aqui. E muitos Parlamentares já viajaram. Vamos votar esse relatório hoje? Vamos acabar? Não vejo nenhuma perspectiva.

Daqui a pouco a Deputada Laura vai chegar aqui e fazer outras alterações, outras emendas. Afinal, também temos sugestões. Se é para discutir o mérito ou para sugerir mudança de redação, eu também terei.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Deputado Severiano, a nossa intenção é exatamente a de votar o relatório hoje, mas, diante de todo esse trabalho de mais de um ano, naturalmente há necessidade de que sejam feitas algumas correções e ajustes. Até V. Exª, que participa conosco desde o início, percebeu que foram sugestões que precisavam realmente ser feitas e acatadas pela nossa Relatora, mas a nossa intenção é tornar o trabalho mais objetivo. Pretendemos votar o relatório hoje, ainda há o

destaque do Senador Arthur Virgílio, que aqui está, e pretendemos agilizar o mais rapidamente. Por isso pedimos para fazer essa interrupção por dez minutos e retornaremos brevemente.

Obrigada.

(Suspende-se a reunião)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Declaro reaberta a reaberta a 40ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 02, de 2003 – CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

A presente reunião destina-se à discussão e votação do relatório final desta Comissão, porém, tendo em vista que está havendo Ordem do Dia no Plenário, a Comissão se reunirá após a sua realização.

Obrigada.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Declaro reaberta a 40ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Concedo a palavra ao Deputada Laura Carneiro para dar continuidade às sugestões para a Relatora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sr. Presidente, primeiramente, desculpo-me por ter saído naquele momento da reunião, da votação, mas havia votação da LDO e, como eu previa, cheguei atrasada para votar o destaque que tentava garantir na Lei de Diretrizes Orçamentárias a execução orçamentária obrigatória na área social. Infelizmente, fomos derrotados.

Eu queria continuar as sugestões. Trabalhei só com o relatório, não sou capaz de trabalhar com os dois. Continuando, na região Norte, ainda no Pará, nos encaminhamentos – no meu relatório, antigo, ainda é página 78– a sugestão é: "A CPMI solicita agilidade e rigor ao Juiz competente para o julgamento desse processo e conseqüente responsabilização dos acusados." É aquele mesmo sentido de enviar à Corregedoria, ou seja, "encaminha ao Tribunal de Justiça a indicação". Eu pediria que isso fosse pensado de uma maneira geral para todos os casos.

Na página 80, a questão do indiciamento da pessoa conhecida como Sandra, ainda há aquela mesma ideia de que poderíamos ou indicar à polícia o pedido de indiciamento, ou pedir ao Ministério Público, já havendo inquérito policial, que proceda à denúncia. Ou ainda podemos pedir ao Ministério Público a continuação das investigações ao lado da autoridade policial competente.

Da mesma maneira, temos que rever na página 85, antiga, portanto, nos encaminhamentos do Amazonas no "caso um" a mesma coisa: a questão do Ministério Público, as notas taquigráficas, tudo que eu já disse. Como aqui estamos pedindo indiciamento do empresário Djalmo Castelo Branco, seria importante pelo menos qualificá-lo, especificando o crime sob o qual ele foi indiciado.

Em todas os locais em que podemos ver a expressão "não há investigação sobre o caso", devíamos mudar para "não há investigação externa" ou "não há inquérito policial aberto" ou "não está sob investigação".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acato de pronto sua sugestão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Enfim, em todos, e há vários.

Na página 86, nº 1, caso 2, ainda no Amazonas, "sugerindo de imediato o indiciamento de Fernando Salignac." Trata-se do mesmo tema. Da mesma maneira, no caso do Sr. Omar Aziz, é necessário que haja, se se estender pelo.... Eu vou falar pelo geral, depois você fala do particular, está bem?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O caso não se chama Omar Aziz.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL RJ) – Sim, o caso se chama caso Cafetina Darclei. Nesse caso Cafetina Darclei, a sugestão é de indiciamento. Ou se encaminha à polícia sugerindo o indiciamento, mas ao Ministério Público não existe. E não há tese nem doutrina que diga isso. Enfim, uma das assessoras me disse: "Não, Deputada, mas existe uma doutrina." Não existe. E aqui peço a dois profissionais da área que possam me ajudar, embora tenha feito Direito de Família e sei que não existe.

Outra coisa que me preocupa no inciso b do nº 1, Caso Cafetina Darclei, é que não podemos nem sugerir indiciamento, mesmo que fosse à Polícia, de nomes em sigilo, salvo se soubéssemos. Se fosse um anexo reservado, votaríamos, porque o indiciamento tem de ser votado por um número de Parlamentares especificado pelo Regimento – não sei mais qual é esse número. Isso também vale para pedido de prisão. Então, é importante que tenhamos os nomes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com certeza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Acontece a mesma coisa no caso de Valmir da Costa de Andrade. Também não há problemas, mas tem de tipificar.

Deixe-me pegar o número do caso. No Caso Oito da Boate Rêmulos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Existe um erro de numeração, Deputada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É o caso que vem depois do da Boate Rêmulos. Temos de mudar isso. Temos de numerar tudo novamente.

"Proprietário de hotel submete adolescente à exploração sexual". Fui verificar esse caso e vi que não há procedimento investigativo. Então, não posso dizer "submete". Não há inquérito, muito menos processo, muito menos julgamento. Portanto, não está decidido. Portanto, devemos dizer "teria submetido". Somente o juiz pode dizer "submeteu". Só ele decide. Não temos esse poder decisório.

A título de exemplificação, da mesma maneira que esse caso, para adiantar, onde há esses quadros, seria importante rever os verbos. Alguns estão certíssimos. Vou dar um exemplo. É o mesmo caso, então, falamos logo deles.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Deputada, V. Exª se refere aos quadros de consolidação dos dados? São esses os quadros?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso.

No 14, por exemplo, tem "acusado de praticar". Perfeito.

No 15, tem "praticou o crime". Dizer que praticou o crime significa dizer que eu tenho certeza de que ele praticou. Foi julgado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Devemos consolidar como "acusado de praticar".

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Exatamente.

Consolidar "acusado de", "denunciado por" pela prática do crime tal. Se ele estiver denunciado, ele está "denunciado pela prática do crime tal". Se ele estiver indiciado pelo Supremo Tribunal Federal, por exemplo, é apenas um indicativo, não é uma investigação ainda. Se ele estiver indiciado pela Polícia estadual ou pela Polícia Federal, aí, sim, está respondendo a um inquérito como indiciado. Portanto, ele tem indícios de culpa, o que já é diferente no Supremo Tribunal Federal. Indiciado no Supremo Tribunal Federal não é nada ainda.

Isso é somente para tentarmos encontrar o texto certo, para não se confundir tudo, porque, depois, acaba-se com a vida das pessoas e não se sabe por quê.

No caso do Acre, eu já falei que aquela história do Buzão valia a quebra do sigilo telefônico do telefone daquele Globalstar, que não está nos Encaminhamentos. Então, deveriam ser completados os Encaminhamentos do caso Buzão com a sugestão da quebra de sigilo telefônico para verificar quem foi a autoridade que teria trabalhado na interceptação. Isso não está aqui.

Na cidade de Campina Grande, caso cafetinas Joseísa e Kátia. Nesse caso, é aquela questão que eu já tinha citado, mas a Deputada Maria do Rosário, no intervalo, me disse que teria acatado uma sugestão do Senador Ney Suassuna de pegar os nomes que não estão completos e passar para um anexo.

Eu só pediria que, nessa passagem, como V. Exª terá mais tempo, fosse possível dar uma indicação de quem é, por exemplo, a pessoa indicada por Nelson. Então, onde houver esse "Nelson" tem de constar: "vide depoimento de Fulano de Tal". Só para ter algum tipo de referência, para não ser qualquer Nelson. Então, essa observação corrobora com o que a Deputada Maria do Rosário já resolveu.

No Ceará, onde eu participei mais amiúde, há que haver modificação. No caso específico do Hagen Erich, portanto, o caso 02 de Fortaleza, está dito que "proprietário do Hotel submete adolescente à exploração sexual". Novamente, chamo a atenção para o "submete". Seria melhor "teria submetido". Nesse caso, nós indiciamos o Hagen. Votamos pelo indiciamento em Fortaleza e pedimos a prisão dele. Assim como esse caso tem de estar descrito aqui, com cópia do nosso pedido de indiciamento, temos de ter a mesma coisa naquele outro caso de Cuiabá, daquele menino que fabricava...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Do farmacêutico.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Do farmacêutico, o do aborto. Também o caso de Cáceres é necessário que esteja lá: "Foi votado o indiciamento nos crimes tais e tais, do Fulano de Tal e a Comissão votou pelo pedido de prisão preventiva ao Excelentíssimo Juiz da Comarca, que foi negado ou foi concedida – cada um dos casos é diferente, há casos em que foi negada e outros em que foi concedida.

Da mesma maneira, não temos que solicitar nada ao Prefeito Municipal de Fortaleza. É o Encaminhamento nº 03 do caso 02. Nós indicamos, por indicação legislativa, o que é a nossa função. Nós não temos de pedir nada a ninguém.

No caso 03 do taxista, de Fortaleza, ainda no Ceará – esse eu conheço bem, por isso fica mais fácil – o inquérito policial sobre esse caso foi iniciado em abril e ainda não concluído pela DAT.

Se eu não estou errada, no Ceará ouvimos algumas testemunhas em caráter reservado. Não foi só no Ceará. Várias foram as testemunhas que ouvimos em caráter reservado, com a promessa desta Comissão de requerer junto à Secretaria Nacional de Direitos Humanos o Sistema Nacional de Proteção à Testemunha. Isso não consta do relatório em nenhum dos casos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já foram solicitadas anteriormente. Por isso, não constam do relatório. Formalmente, foi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, mas do relatório formalmente tem de constar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu acato a sua sugestão e vou trazer – inclusive já solicitei à Secretaria – todos aqueles casos anteriores ao Relatório. Em relação a esses casos, já foram tomadas medidas pela Senadora Patrícia Saboya Gomes, por sugestão de membros da CPMI, em audiências públicas. Como a Deputada Laura Carneiro muito bem lembra, por exemplo, de solicitação do Programa Nacional de Proteção à Testemunha, vamos incluir aqui na referência a cada caso. A Deputada lembra, já está tomada...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na caso específico do taxista, ele depôs para nós. Talvez fosse interessante V. Exª verificar, em função do que ele prestou de informação à CPMI, se é justo cobrar o oferecimento de denúncia ou se a negociação feita foi diferenciada.

No item 03, é a mesma coisa, ou seja, a questão da indicação. Falta no Encaminhamento Geral de Fortaleza que indiquemos ao Prefeito da cidade de Fortaleza que retome para Nacionais Cadastrados a questão dos quiosques da orla marítima de Fortaleza. Ao lado da Senadora Patrícia Gomes e da Deputada Sandra Rosado, ficamos dez minutos na orla de Fortaleza, e, nesses dez minutos, foi simples verificar a existência de meninas sendo aliciadas. Os quiosques são de noruegueses, de italianos, e não de brasileiros. Se algo pode ser feito pela prefeitura da cidade de Fortaleza, é imediatamente retomá-los para Nacionais com Cadastramento e verificação, com alguma responsabilidade pela concessão de um serviço público. Trata-se, portanto, de uma autorização precária. É necessário uma investigação dos quiosques das praias da orla de Fortaleza.

Confesso que não me detive na questão do Rio Grande do Sul, até em homenagem ao trabalho desempenhado por V. Exª.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por favor, ajude-me. V. Exª é sempre bem-vinda com suas posições.

A SR. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não tive tempo de ler tudo. Estou tão cansada!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aprendemos a trabalhar juntas. Cada uma tem seu estilo, mas o mesmo objetivo.

A SR. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Claro. Item nº 4 do Maranhão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual item?

A SR. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Item nº 4. Caso nº 1 do Maranhão.

A CPMI encaminhou ofício à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão solicitando a quebra de imunidade parlamentar do Deputado Camilo Lellis Carneiro Figueiredo para que seja processado e responsabilizado pela prática de crime já relatado.

Posso estar errada. Não conheço muito a legislação estadual. No entanto, creio que não podemos solicitar quebra de imunidade. Temos que solicitar o processamento, à Assembléia Legislativa, do pedido de quebra de decoro ou, eventualmente, do pedido de investigação. A gente não pede quebra de decoro. Ninguém pode tirar-lhe a imunidade, só a própria assembléia legislativa. A gente pede à assembléia legislativa que abra o devido processo legal para proceder à investigação sobre aquele parlamentar. É a mesma coisa, só muda a redação. Não peço a quebra de imunidade porque não adianta nada. Quebra-se a imunidade e daí? Tenho que pedir o processamento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas V. Exª pode deixar esse tema para nossa análise.

A SR. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Tudo bem. Pode haver outros. Estou pensando junto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De qualquer forma, creio que a solicitação de quebra de decoro diz respeito ao Regimento da Casa, ao Código de Ética daquela Casa, da Assembléia Legislativa. Pareceu-me que essa solicitação deveria ser oriunda de algum parlamentar da Casa.

A SR. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – O Congresso Nacional requer à Assembléia Legislativa. Se V. Exª entender o espírito, depois a gente pode até verificar. Fizemos no Maranhão com o Deputado José Gerardo, por exemplo. Fizemos em Pernambuco com o Deputado Eldo, para não cometer nenhum erro. O Deputado Eldo, depois de cassado, conseguiu voltar por um erro regimental da CPI do Narcotráfico. Faço questão de dizê-lo porque ele era do meu Partido. Era importante que a gente chegasse ao termo exato. Não é quebra de imunidade, com certeza. É pedido de processamento do Deputado pelas razões expostas. Tem que ser feito o indiciamento do Deputado. Nós temos que indiciar o Deputado e dar os crimes e os tipos penais pelos quais está indiciado, bem como as provas necessárias e especificadas no relatório. É o espírito. Se V. Exª concordar com o espírito, vai depois dar a redação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quero fazer-lhe uma pergunta, Deputada Laura Carneiro. Poderíamos, no item 4, apenas oferecer a denúncia, e, aí, o procedimento da Assembléia Legislativa é dela,

porque ela será instada a fazer a quebra da imunidade ou não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas é frágil! Não estará!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aí a Assembléia fará, porque ela vai ser instada pelo Poder Judiciário depois, para ver se segue o processo ou não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Se esse for o consenso da Casa, aceito, mas o ideal não é isso!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª me compreendeu?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Porque não conheço o caso, não fui ao Maranhão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª me compreendeu? Há a convicção sobre o caso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. Exª tem?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Faço questão. Então, se V. Exª me der esta oportunidade, digo que o caso aqui diz respeito a duas irmãs, que chamamos de Raíssa e Larissa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso. A e B.

A SRA. A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A primeira, com 14 anos de idade, à época, e a segunda, com 15 anos.

São dois casos. V. Exª vai ver que ele está tratado aqui, o Camilo Figueiredo,....

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Duas vezes, em dois casos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Duas vezes. A adolescente Vitória também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, codinome Vitória.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Codinome Vitória. São três adolescentes, portanto.

O depoimento da primeira delas que temos feito à CPMI é de uma pessoa que esteve presente no momento em que ela foi levada a realizar um aborto no qual o próprio acusado ministrou, com o apoio de um médico, os medicamentos e, não satisfeito, porque o aborto não se consumava, ele colocou, dentro da menina, através da sua vagina, o mesmo medicamento Citotek.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que provoca o aborto – só para explicar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Provoca o aborto por meio da ingestão desse medicamento e da colocação também dentro da vagina.

Esse mesmo acusado, em seguida, passa a se relacionar com a irmã da menina, com quem tem um relacionamento: dá presentes, entrega os presentes, a menina sai de casa e vai morar na casa de outra adolescente que estão chamando de Vitória.

Na casa da adolescente Vitória, busca-se ele, o acusado, busca-se a adolescente com quem ele tinha um relacionamento e mais a adolescente Vitória. E, então, no dia da audiência da CPMI, a adolescente Vitória, acompanhada da sua mãe, viaja de Codó até a Cidade de São Luiz do Maranhão, e faz o depoimento de que ele a havia estuprado, na medida em que consideramos como violência presumida. Ela tinha 13 anos. A vida dessas meninas ficou destruída. Então, tenho absoluta convicção pelos depoimentos e pelos fatos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. Exª e os membros desta Comissão têm convicção, pelos elementos, pelos depoimentos, pelas provas, tanto que V. Exª está pedindo a quebra da imunidade. Só estou pedindo a V. Exª mudar de "quebra da imunidade" para "processamento". Mas, com o indiciamento, V. Exª tem que citar os artigos, e aí é fácil o artigo do estupro, e eventualmente pode ter concurso, formação de quadrilha, porque são mais de quatro. Não sei, não me lembro do caso especialmente, mas eventualmente pode haver um outro crime conexo, e V. Exª pode citar essas frases que V. Exª colocou: "Em função dos seguintes indícios, tais, tais e tais, em linhas gerais".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acato a sua sugestão completamente e vou complementar aqui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Um aparte, Deputada Laura.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro, nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A partir do momento em que foi aprovada a emenda, não há mais a necessidade de se pedir a quebra da imunidade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não precisa escrever agora!

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Agora, V. Exª encaminha ao Ministério Público, à Justiça, a quem cabe abrir o processo. Não há necessidade mais de se pedir quebra de imunidade, não! Você pede que se abra o processo de cassação, no caso, e encaminha à Justiça para que seja processado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A Assembléia vai decidir se concorda ou não. É como aqui na Câmara.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, mas, no caso, Deputada, eu não quis, na verdade, direcionar-me à Assembléia pedindo que seja cassado. Porque não é, por mais que me pareça aqui, a juízo meu, um crime....

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vou contar uma história para V. Exª. Vou contar uma história para V. Exª.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas veja bem, Deputada Laura, não quero extrapolar a minha função, porque o mandato dele é um mandato político, e cabe aos seus pares na Assembléia Legislativa decidir se ele será cassado ou não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas serão eles que vão decidir mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas de toda a forma eu ponderaria a V. Exª: vamos trocar esse item pelo "processamento", para ficar no plano do crime cometido.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pois bem. O meu Presidente está pedindo nos olhos isso. Esse é o consenso da Comissão, e eu aceito a sugestão de V. Exª e acato essa sugestão. Mas que tenhamos isso como meta, porque não podemos fazer isso para um caso e não fazer para outro, sob pena de virar uma confusão. Ou se faz isso como regra ou não se faz. Eu vou acabar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Deputada, apesar de realmente ser muito extenso o relatório, eu pediria que fôssemos o mais rápido possível.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Oh, Senador. Eu vou tentar. Vocês me mandaram ler? Eu li.

Vamos lá: Cidade de Caxias, Maranhão, caso nº 4.

Da mesma maneira, temos a preocupação com trinta e uma indicações de indiciamentos que devem ser feitos tem por parte da Polícia. Mas é importante tipificar. É o mesmo conceito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E há a ponderação do Senador Ney Suassuna que nós já inserimos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, fora a ponderação do Senador Ney Suassuna, é claro.

Na Região Centro-Oeste, temos aqui Cuiabá. Só há aqui dois indiciamentos, um dos quais é de Ivete. Quem é Ivete? Ivete e nada é a mesma coisa. Eu até sei quem é. Eu até sei...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Srª Deputada, eu pediria a todos que estão no plenário silêncio para que possam continuar ouvindo a Deputada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Esperem aí, deixe-me falar. Mato Grosso eu até sei porque fui lá. Mas aqui, especificamente, talvez fosse importante...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na Região Sudeste V. Exª falou da Ivete Porto Ferreira.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sudeste não, eu já estou no Mato Grosso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Centro-Oeste.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Centro-Oeste. Item 1, caso 1, Boate Sex Appeal.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois bem, de toda forma, eu vou catar para este caso a proposta do...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, não estou dizendo para não fazer, mas temos que usar...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, vamos usar. Inclusive eu já separei aqui todas as páginas onde pessoas estão citadas sem identificação completamente precisa. Vou ler as páginas depois V. Exªs podem encaminhar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Temos agora o caso de Poxoréo. É aquela mesma coisa: Ministério Público, indiciamento imediato. Esse "imediato" já estava errado, nem para a Polícia você pode pedir isso. Mas, enfim, é o mesmo conceito de todos que li.

Caso Cáceres: mesma coisa. Indicia o dono da Boate Holiday. Aqui, da mesma maneira, o caso é pornografia.

Vamos ao Rio de Janeiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Me dê a página.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só tenho a página antiga. A página antiga é a 179, essa aí deve ser outra.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu não sei porque, mas só tenho Minas Gerais aqui na minha frente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deve ser 169.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É pouca coisa Minas Gerais. Mas é que eu folheio e folheio...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Esse eu li com vagar porque, afinal, é o meu Estado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos lá, Deputada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Bem, especificamente na questão da pornografia na Internet, há o caso Nova Friburgo. Os nomes já foram citados, o ideal é que isso não tivesse acontecido, mas, enfim, podemos trocar o "recebeu" por "teria recebido". Se bem que este caso já tem julgamento, até poderíamos deixar o "recebeu", pode deixar como está, pode deixar o "recebeu" porque você já tem prova.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nova Friburgo? Esse já foi julgado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. Exª podia nos auxiliar. A Deputada Almerinda concorda comigo, e isto ocorre também no nosso Estado: existem outras investigações, V. Exª as conhece, algumas delas não podem ser citadas publicamente porque ainda estão em fase de andamento, mas seria importante, pelo menos, que elas constassem de um anexo reservado, como uma investigação específica da cidade de Búzios, da cidade de Caxias e da cidade de Angra dos Reis.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O que V. Exª pedir eu faço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se V. Exª pedir isso, eu faço.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas não agora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora, tive, e compartilho com as colegas do Rio de Janeiro e com todas as outras, a impressão e a certeza de que o Rio de Janeiro foi o Estado onde encontramos maior dificuldade no sentido de chegarmos aos casos.

Tivemos uma colaboração inicial muito importante do Ministério Público do Rio de Janeiro. Estivemos com o Procurador-Geral, estivemos com a sociedade civil, através do fórum, levantamos os casos com a Polícia Federal, mas eu diria a vocês que, há quatro anos, a Abrapia – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência, coordenava o programa de disque-denúncia. As mesmas denúncias que a Abrapia levou ao conhecimento das autoridades há quatro, cinco anos, nos foram apresentadas, quando fomos ao Rio de Janeiro, a mim e à Deputada Laura, em 2003, como uma investigação em que nada estava apurado.

Passado um ano, a Deputada Laura Carneiro, em conjunto com a Deputada Almerinda e mais a assessoria técnica, voltaram ao Rio de Janeiro para verificar o andamento daquelas investigações. E digo aos senhores, com muita dor, que, na verdade, nada andou, não há qualquer investigação.

E o Rio de Janeiro tem uma particularidade que é a seguinte: Se nós temos, de um lado, sexo a R$1,99 ...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Em Nova Sepetiba.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – . em Nova Sepetiba, um grande conjunto habitacional, empobrecido, na zona Oeste da cidade, de outro lado, temos uma modalidade de exploração também em torno da classe média alta, dos grandes hotéis, do turismo para fins de exploração sexual, das áreas mais ricas do Rio, que são as áreas mais valorizadas do Brasil. E aqui não contamos com a Polícia.

Eu concluo dizendo o seguinte, Deputada Laura, é do Rio de Janeiro o depoimento de que um ponto do Programa Sentinela foi invadido por pessoas que aliciavam crianças e adolescentes para impedir o Programa Sentinela. É do Rio de Janeiro a denúncia de infiltração de meninas que faziam também o agenciamento dentro do próprio programa. É do Rio de Janeiro a denúncia no Ministério Público da presença de policiais civis cuidando das casas de exploração sexual, como seguranças das casas onde acontece exploração sexual. Quanto ao envolvimento do tráfico de drogas, nos foi orientado que não fizéssemos abordagem direta no Rio de Janeiro e em nenhuma das suas comunidades.

Então, estamos aqui com o relatório que faz algumas dessas considerações. E a Deputada Laura tem razão, através da pedofilia na Internet e da pornografia, nós temos muitos outros casos, mas optei, Deputada Laura, por não colocá-los, porque atrapalharia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É por isso que estou pedindo a V. Exª que não coloque aqui, mas coloque, até para termos a chance de cobrar, no anexo reservado. Não pedi a V. Exª para colocar aqui no corpo, não. Vai colocar no corpo do anexo reservado, que não é divulgado. Da mesma maneira, pedi a V. Exª para que troque os verbos, que são muito a gentis: "solicita" ao Governo do Estado! Não dá mais para ficar só solicitando, porque já solicitamos, há um ano, e não aconteceu nada.

Bom, agora já estou em outro Estado: Rio Grande do Sul – Porto Alegre.

Caso nº 3. Acabei mexendo. Foi só uma sugestão que a Deputada vai gostar. "A CPMI encaminha ao Ministério Público Estadual proceder a investigação com relação à denúncia de acobertamento por parte de policiais militares e civis na prática de crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes em Porto Alegre". Não adianta encaminhar apenas ao Ministério Público, é importante que se mande à Corregedoria de Polícia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Até porque eu defendo o controle externo, porque o Ministério Público deve fazer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você manda aos dois. Defendemos isso juntas.

No Paraná, entendi que V. Exª, talvez pelo mesmo critério, não citou alguns nomes, até por falta de elementos para isso. Era importante que nas sugestões finais fosse indicado para a polícia a oitiva das pessoas do prostíbulo que eu e a Senadora Patrícia visitamos...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª poderia me dizer o nome do prostíbulo? Não estamos mais na fase do inquérito.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Já está escrito. Está tudo na diligência. Quando fomos em audiência pública para Foz do Iguaçu, em determinado momento da sessão, a Senadora Patrícia e eu fomos, em nome da Comissão, fazer uma oitiva informal, porque não foi gravada, da dona de um prostíbulo, uma prostituta maior, adulta, que deu algumas informações importantes, e ficamos de voltar. Como não foi possível voltar a Foz do Iguaçu, era importante que a Polícia Civil ou o próprio Conselho Tutelar, juntamente com o Ministério Público, pudessem ter acesso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª quer incluir como recomendação?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu incluirei para que sejam ouvidos, até porque V. Exª faz um reconhecimento desta Relatora que considero importante: é o fato de que alguns nomes não estão aqui, porque sobre eles não firmamos convicções, como nos casos de Foz do Iguaçu que, como V. Exª sabe, poderíamos ter nomes que teriam também neste plenário uma situação bastante complexa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Complicadíssima eu diria. Enfim, conversamos na semana passada, acompanhamos o caso e efetivamente não se tinha certeza absoluta da obrigatoriedade de colocar. Eventualmente, V. Exª pode completar no anexo reservado, no caso específico de Foz do Iguaçu, que é o que também conheço, V. Exª poderia pedir, no anexo reservado, a continuação das investigações do que diz respeito aos nomes que V. Exª entender.

Sr. Presidente, já falei a parte final, e essas são as considerações que coloco à deliberação da nobre Relatora, esperando que ela possa acatar. Desde já, Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª que considere, porque é impossível fazer destaque disso tudo. Sou a última inscrita para discutir, e, ao ser encerrada a discussão, não há mais possibilidade de apresentação de destaque. Peço então que considere como destaque todas as matérias que eventualmente a nossa querida Relatora não acatar por divergência e não por acordo, como foi o caso do Deputado Estadual. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Consulto o Senador Arthur Virgílio se vai fazer os comentários agora, ainda dentro da fase de discussão ou se os fará depois. A Relatora prefere ouvir o Senador ou já responderá a Deputada?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na verdade, há uma questão sobre a qual tenho divergência com a Deputada Laura Carneiro, que é sobre a possibilidade de a CPMI indiciar e também solicitar indiciamento. É a única divergência que tenho em relação às ponderações da Deputada, ponderação que não acato. Se V. Exª quiser que eu faça o meu arrazoado, poderei fazer depois, uma vez que tentaria um acordo com a Deputada sobre isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. Exª pode falar que eu estou ouvindo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se o Presidente me autorizar, eu faria para que tentemos uma formulação comum aqui. A ponderação da Deputada Laura Carneiro é bastante respeitável, até pela sua trajetória e sua contribuição nas CPIs. De fato, a CPI, segundo jurisprudência e formulação teórica, tem a possibilidade, e está entre as prerrogativas, do indiciamento, ocupando a CPMI o lugar do inquérito, o lugar de Polícia. No entanto, esta Relatora, optou, em alguns casos, pela expressão "sugerimos o indiciamento". Porque se podemos ir além, indiciando diretamente, podemos também ser mais brandas como fui.

A Deputada Laura Carneiro traz uma outra sugestão: a quem se indica uma sugestão de indiciamento? E esta Relatora tratou e formulou uma posição na qual nós, a CPMI, não nos dirigimos ao delegado de Polícia, nem ao Secretário de Segurança. Dirigimo-nos ou ao poder constituído, a um Governador de Estado, a um Presidente da República ou nos dirigimos, como constitucionalmente está estabelecido, a quem tem poder em si, que é o promotor de Justiça, que é Ministério Público. O Ministério Público é diferenciado. Por mais que tentamos estabelecer equivalências entre carreiras – o que defendemos em todos os sentidos – há uma diferença da posição constitucional do Ministério Público e da posição do delegado, que é subordinado ao Secretário de Segurança, subordinado ao Governador. O Promotor em si é autoridade. Ele que atua como titular. É por isso que optamos pelo "sugerimos", unicamente com o objetivo de ser mais branda. Não gostaria de retornar aqui a posição inicial que tinha formalizado: indiciamos. Gostaria de permanecer como está agora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não tem problema nenhum sugerir indiciamento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E formei a posição de que não nos dirigíssemos aos delegados, nos dirigíssemos ao Ministério Público.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Olha, vou... até porque não teria coragem, salvo se eu puder votar com ressalva. Não existe. O Ministério Público não pode indiciar. Ele pode denunciar. É acatar ou não um indiciamento. Não estou pedindo para indiciarmos todo mundo, só estou dizendo que mudem o verbo.

Se quisermos falar em indiciamento e não quisermos falar em Ministério Público, podemos usar "autoridade competente". Pronto, concordo com "autoridade competente", porque quem vai decidir quem é a autoridade competente é o Presidente da Câmara, o Presidente do Congresso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Com a palavra, Deputada Ann Pontes

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigado, Sr. Presidente. Até a título de ajudar na elucidação, sugiro a leitura do art. 58, se não me falha a memória, § 5º, da Constituição Federal, que acredito tira qualquer dúvida sobre para quem se deve encaminhar. Na Constituição está claramente colocado qual o encaminhamento que a Comissão Parlamentar de Inquérito deve proceder a quem encaminhar as suas investigações.

Sugiro a leitura, por gentileza, do art. 58, § 5º. (Pausa.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vou dizer a Deputada Ann Pontes que se tivermos de encaminhar tudo ao Ministério Público, então, por favor, todas as nossas sugestões de encaminhamento ao Prefeito, ao Tribunal de Justiça, joga tudo fora. Se só pode ser para o Ministério Público, então, tira tudo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Art. 58. Se V. Exª puder.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Se só puder ser para o Ministério Publico, vocês têm que retirar tudo, porque estamos encaminhando para as Corregedorias, para os Tribunais de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Deputada Laura Carneiro, deixe-me somente ler o art. 58, que trata das comissões, em seu §3º:

"As comissões parlamentares de inquérito, que terão poder de investigação próprio das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores".

Parece-me que está claro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. Exª vai me auxiliar, Deputada Ann: fato determinado é efetivamente isso. Só que não temos indiciamento. Se nós tivéssemos indiciamento como as CPIs normalmente têm, ele seria encaminhado ao Ministério Público, porque de um inquérito sai o indiciamento. Mas optamos por não indiciar. Se não indiciamos, alguém tem que fazer o indiciamento. Essa é a diferença. Vocês podem optar por encaminhar tudo ao Ministério Público, mas não vão poder falar em indiciamento, não vão poder mandar para as Prefeituras, não vão poder mandar indicação. Aí vamos estar retrocedendo em tudo o que discutimos. Se só pode mandar para o Ministério Público, não podemos mandar nada para a corregedoria, para as Prefeituras nem para ninguém.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Apenas quero ponderar sobre essa palavra "sugerindo", que não formulei sozinha, mas produzimos com vários colegas. De fato, poderia ter conversado mais com a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por isso eu disse: se vocês querem sugerir, devem pôr autoridade competente. Senão, realmente, vou fazer destaque para a matéria.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada Laura Carneiro, quando estamos aqui trabalhando com a palavra "sugerindo", esta Relatora também formulou uma posição, absolutamente legal, dentro da lei, de que não temos, por mais que sejamos uma CPI, uma atitude de determinar aos outros órgãos tudo o que eles podem fazer. Então, respondendo à necessária independência e ao juízo que aquele órgão poderá fazer, optamos pela palavra "sugerindo" e cumprimos o nosso papel. Em verdade, a CPMI, aprovando essa formulação, tem o juízo de que deve ser indiciado, mas o órgão também poderá ter um juízo distinto pelo desenvolvimento da matéria que ele tiver. É de não-ingerência naquele poder. Não podemos ingerir em outro poder. Podemos formar nossa convicção, o que estamos fazendo aqui.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pelo amor de Deus, vou fazer um apelo à sensatez!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois não. Deputada, Deputada...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para mim, é uma questão... Estou tentando achar uma sensatez. Podemos colocar "autoridade competente", mas, pelo amor de Deus, não vamos cometer esse erro, porque é um erro. Uma coisa é encaminhar o relatório **latu sensu**, mas um inquérito parlamentar se dá por meio de indiciamentos. Não tem indiciamento. E se não tem indiciamento, não posso mandar para o Ministério Público o que não existe. Tenho que mandar... Eventualmente, posso mandar para a Presidência da Casa para redistribuição, posso mandar ao Ministério Público pedindo investigação, mas não posso mandar para ser indiciado porque o Ministério Público não pode indiciar. Estaremos dando uma atribuição que a Constituição não lhe dá, porque a atribuição de indiciar é nossa e

resolvemos não usar. Tudo bem. Não estou contra não usarmos a nossa prerrogativa. Não estamos usando a nossa prerrogativa de indiciar. Tecnicamente, deveríamos ter indiciado. Já que não indiciamos, sugerimos indiciamento. Sugerimos indiciamento para quem, tecnicamente, pode indiciar e as investigações para quem pode fazer ou, então, vamos rasgar a Constituição do mesmo jeito. Essa não é a minha primeira CPI. Deve ser a quinta da minha vida. Em todas elas, foram feitas indicações para diversos órgãos. Quando há indiciamento, como na CPI do Narcotráfico, todos os indiciamentos são encaminhados ao Ministério Público, que está certo. O Ministério Público vai aceitar ou não aquilo e, por meio de denúncia, ele vai proceder à continuação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, Deputada Laura Carneiro, vamos pelo caminho do indiciamento direto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. Exª tem que refazer o relatório.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não tem que refazer não. Neste momento, como V. Exªs estão me apresentando sugestões que estou acatando, faço novas sugestões, como Relatora, acatando o que V. Exª está me dizendo e encaminho pelo indiciamento direto. Esta Parlamentar trabalhou para uma mediação, para constituir uma formulação que pode ser diferenciada pela delicadeza da matéria. Ora, é disso que se trata aqui. Se V. Exªs acham que esta Parlamentar, como Relatora, e esta Comissão têm que retirar a palavra "sugerindo" e não dar essa possibilidade ao Ministério Público...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não falei nada disso, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...e encaminhar direito indiciamento, será feito. Acho que essa disputa é secundária. Ela é diversa, trabalha com uma questão...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por isso que estou lhe falando: V. Exª coloca: sugerindo indiciamento à autoridade competente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma formulação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Um momento, por favor.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Se V. Exª quer fazer um destaque, eu também faço um destaque fazendo indiciamento. Acho que poderíamos mediar. Ora, esta Parlamentar buscou a mediação. Pondero a V. Exª. V. Exª me obriga a um posicionamento que acho que não é de interesse da CPMI, porque formulamos a idéia da sugestão, e ela é legal. O que não seria legal é indicar para delegados, com todo o respeito que temos a eles. Relacionamo-nos – a Constituição está aqui – com o Ministério Público quando há crime. E é falso o argumento da Deputada Laura Carneiro que diz que então não poderemos fazer indicações aos Governos, porque, do ponto de vista criminal, não podemos, nem estamos fazendo este relatório nenhuma indicação aos Governos. As indicações aos Governos e as sugestões aos Governos Federal, Estaduais e Municipais são no âmbito das políticas públicas e das atribuições aos Estados e dos Municípios. Não há, no que tange à imputabilidade criminal, nenhum fato aqui indicado por um Governador para o Presidente Lula ou para o Prefeito de cidade no tocante a crime.

Então, ponderaria aos colegas com tranqüilidade – desculpem-me pela exaltação – que solicitar e possibilitar ao Ministério Público para fazer uma parte, analisar, acatar ou não me parece absolutamente legítimo. Se podemos extrapolar e indiciar diretamente, por que não podemos fazer menos que isso? Se se pode fazer mais, pode-se fazer menos. Solicitar é menos. V. Exªs, então, preferem o indiciamento direto, porque só há estas duas teses.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Deputada, permita-me fazer uma questão de moderação. Vou fazer uma proposta, tentando fazer uma mediação: que nós façamos exatamente o indiciamento a todas as autoridades competentes, incluindo o Ministério Público e os documentos que poderemos fazer à Corregedoria de Justiça. Citei aqueles dois casos do Estado do Pará. Então, que se faça o indiciamento aos órgãos legalmente competentes, especialmente ao Ministério Público. Deputado Laura Carneiro, pergunto a V. Exª se, ao estipularmos o Ministério Público e órgãos competentes, não estaríamos exatamente contemplando todas as possibilidades.

Acredito que assim poderemos fazer, porque passamos tantos meses com esta Comissão – principalmente quem participou desta CPMI – e já temos a convicção de que aqueles para os quais estamos sugerindo indiciamento devem realmente ser indiciados.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Gostaria de responder à Senadora Ana Júlia Carepa, dizendo que foi isso exatamente o que eu sugeri. Vou só ler o destaque que eu estava fazendo, para que fique claro:

"Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado para alterar a redação em todo o texto para encaminhamento ao Ministério Público e/ou indiciamento à autoridade competente".

A autoridade competente pode ou não ser o Ministério Público. Creio que não, mas, se alguém pensa que é, encaminhe que quero ver a resposta.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pela ordem, Srª Deputada.

A título de esclarecimento e contribuição, vou fazer a leitura apenas de um trecho de uma decisão histórica do Pleno do STF:

A Comissão Parlamentar de Inquérito se destina a apurar fatos relacionados com a administração (Constituição, art. 49, inciso X), com a finalidade de conhecer situações que possam ou devam ser disciplinadas em lei ou ainda para verificar os efeitos de determinada legislação, sua excelência, inocuidade ou novidade. Não se destina a apurar crimes, nem a puni-los, da competência dos Poderes Executivo e Judiciário. Entretanto, se, no curso de uma investigação, venha a deparar fato criminoso, dele dará ciência ao Ministério Público, para os fins de direito, como qualquer autoridade e mesmo como qualquer do povo.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Muito obrigada, Deputada Ann Pontes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deputada, gostaria de tecer considerações sobre a questão suscitada pela Deputada Ann Pontes. Acredito que estamos perdendo tempo aqui e em todos os lugares.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Também penso assim. A Deputada Laura Carneiro já encaminhou o destaque. Há dois destaques.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foi o que disse a Senadora. Aceitaria o que a Senadora disse, que foi exatamente o que mencionei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada Thelma, Presidente, me permita. V. Exª aceita o que disse a Senadora, e eu estou disposta a acatar as suas sugestões.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está escrito no despacho. Foi o que eu disse antes, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já acatei todas as sugestões até agora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu disse antes isso. V. Exª...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Vamos respeitar a palavra. Deputada Laura Carneiro, primeiramente, falará a Deputada Maria do Rosário e, em seguida, V. Exª fará uso da palavra. Por favor!

Está bom. Pronto. Já falou. Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. Exª deve dar bronca nela e não em mim.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Está bom. Darei bronca nela também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ninguém dá bronca em ninguém aqui, Deputada.

Sugestão da Deputada Laura: "Requeiro, nos termos regimentais..." Estou lendo, para tentar elaborar, se V. Exª me permite. Não vou ler, só vou dizer.

A Deputada Laura Carneiro propõe encaminhamento ao Ministério Público e indiciamento à autoridade competente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro. Cada texto é um.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tudo bem, mas V. Exª está propondo... Eu fiz uma emenda global.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Esse é o conceito. Emenda global, porque cada... Eu não poderia fazê-lo agora, a essa altura do campeonato, porque recebi o relatório ontem à meia-noite e o li hoje à tarde. Não sou capaz, e ninguém seria capaz, visto que são mais de 200 páginas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deixe-me continuar, por favor, Deputada.

Sr. Presidente, quero que V. Exª resguarde a minha palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Certo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tenho que fazer um texto que seja, mais ou menos, global. Na maioria das vezes, diz-se assim: "Solicito ao Ministério Público que..." Deixe-me pegar um caso para poder... No Rio, não há. Vamos pegar um caso qualquer.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Deputada Laura Carneiro, creio que já existe algo mais encaminhado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Destaco apenas a idéia que apresentei à Senadora. É mais ou menos assim: "Encaminha..." A Senadora considerou como o mais prudente, digamos.

"Solicito ao Ministério Público..." Esse caso também não dá, porque a Justiça Federal está envolvida. Basta pegar um caso daqueles.

Na página 109 há um caso, já sei – decorei essa página. Está aqui: "...solicitando a identificação e o indiciamento das pessoas. Encaminha ao Ministério Público e autoridades..." Vamos supor como seria esse texto especificamente: "A CPI encaminha ao Ministério Público Estadual cópia das documentações recebidas por ocasião da audiência pública, bem como cópia das notas taquigráficas, solicitando a identificação e o indiciamento das seguintes pessoas que se submeteram à exploração sexual". Como eu disse antes, já havíamos acordado, a CPI deve encaminhar a documentação ao

Ministério Público Federal, que fará a distribuição. Sugiro: "A CPI encaminha ao Ministério Público – não é preciso escrever estadual ou federal, porque só pode ser o nosso – e às autoridades competentes cópia da documentação recebida – esquece notas taquigráficas –, solicitando a identificação e o indiciamento das seguintes pessoas".

Isso é o geral. Porém, poderá haver um caso ou outro em que seja necessário separar o indiciamento do Ministério Público, para não parecer apenas o Ministério Público. Seria uma redação um a um. É só o conceito que eu quero...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É o conceito. Só o conceito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada Laura Carneiro, compreendido aqui. V. Exª, na sua proposta, coerentemente com seu argumento anterior, está oferecendo uma proposição, que já é um destaque, mas uma proposição para acordo em princípio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – (Inaudível)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Calma, Deputada. Onde está escrito "sugerindo", adotaríamos outro conceito.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não. Continua a expressão "sugerindo", mas V. Exª não vai sugerir a fulano.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acato a sua sugestão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. Exª sugere à autoridade, ponto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estou retirando. Por sua sugestão, quero acatar. Estou retirando as palavras "sugerindo" e adotando o seu destaque.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não foi essa a minha sugestão, Deputada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª me propôs isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não. Ah, meu Deus do céu. Creio que V. Exª não entendeu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Entendi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu digo que V. Exª não pode sugerir... Pode pegar as notas taquigráficas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. Eu posso fazer uma modificação no relatório, assim como V. Exªs podem fazê-lo, certo?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro que pode.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Regimento nos permite isso, tanto pelo voto quanto pelo acatamento e pelo acordo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só pelo acordo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A proposta de V. Exª me sensibiliza, porque não quero errar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. Exª não vai pôr palavras na minha boca. Estou dizendo... Já falei isso cedo, mas vou repetir isso agora. Não vai conseguir mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada Laura Carneiro,...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Se V. Exª disser para mim que está falando algo que eu não falei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada Laura Carneiro, eu não pretendo colocar palavras na sua boca. Eu pretendo dialogar em um processo que V. Exª possa falar e eu também. Eu a escuto, e V. Exª me escuta sob a coordenação da Presidência.

A SRª – (Inaudível). Vou perguntar fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Quero ressaltar que há dois destaques. Está aqui o da Deputada Laura Carneiro. Creio que há algo mais importante aqui a fazer, que é votar esse nosso relatório, para depois a gente discutir essa questão do destaque.

Gostaria de saber dos parlamentares se nós podemos fazer este encaminhamento. Alguém mais tem ainda alguma sugestão?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu acho que deveríamos votar a matéria toda e ressalvar os destaques hoje à tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Tá certo?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senhora Presidente, eu entendo que seria mais justo votarmos a matéria principal e os destaques no mesmo momento. Ou nenhuma das duas matérias ou as duas, para que não haja dúvidas no final das contas. Essa é a posição do PSDB no Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – A posição do Senador é que a gente vote a matéria toda e os destaques?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso, isso. Nos comprometemos a votar. Vota essa matéria, depois discutem-se os destaques ou discutem-se os destaques agora. Mas eu não queria que, porventura, os destaques fossem relegados ao mês de agosto.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Não, não, Senador. Não tem nenhuma possibilidade. Nós vamos votar hoje. Nós não queremos deixar nenhuma discussão para o mês de agosto, nós queremos encerrar hoje. Então, eu gostaria de saber se alguém ainda, Deputada Laura, deputada Terezinha, para encerrar a discussão. É a última inscrita. Deputada Terezinha.

A SRA. TEREZINA FERNANDES (PT – MA) – Senhora Presidenta, Senhora Relatora, eu acho que a gente deve, de fato, fazer a votação do relatório e depois discutir e votar os destaques. Eu só gostaria de destacar, neste um ano de trabalho em que esta comissão esteve acompanhando denúncias e uma série de informações que chegaram aqui, duas coisas. Uma é apresentar como sugestão para o relatório que seja incluído uma parte das medidas "protetivas". A segunda coisa que eu quero destacar é o empenho que a Presidenta, Senadora Patrícia Saboya e a Relatora, Deputada Maria do Rosário, tiveram ao longo deste ano de trabalho, em que todos participamos, uns mais outros menos. Faço questão de destacar, neste momento, esse esforço, para fazer justiça, reconhecendo o mérito, o compromisso, o empenho que tiveram na realização dessa missão, que eu acho é uma missão grandiosa, importantíssima não só para o Brasil de hoje, mas para o Brasil do futuro. Todos falam neste Brasil do futuro, e a gente não consegue vê-lo chegar. Então, acho que estamos apostando nisso, com este trabalho, que é um trabalho delicado, difícil de ser realizado, porque a função de investigar, a função de apontar, de denunciar pessoas não agrada a ninguém, muito menos a nós, que compomos esta comissão. Mas, consciente da responsabilidade que tem, esta comissão está apresentando este relatório que, com certeza, vai incomodar muita gente neste país. Mas não temos escolha. Foi um trabalho importante.

Parabenizo as duas colegas, a Senadora Patrícia e a Deputada Maria do Rosário, parabenizo toda a comissão pelo trabalho desenvolvido, considerando que ele não termina aqui. Temos que começar, então, uma outra etapa, junto com a sociedade, para que este trabalho tenha andamento. Que ele não acabe aqui com a apresentação deste relatório. Parabenizando a todos, sugiro que passemos à votação deste relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Bem, eu gostaria de dizer, Deputada Terezinha, que se a Senadora estivesse aqui – e S. Exª não está por motivos perfeitamente compreensíveis – ela iria elogiar muito a sua atuação e o seu trabalho dentro da comissão. Então, pode ter certeza de que ela estaria, realmente, em acordo com tudo que a Deputada disse.

Em votação o relatório final, ressalvados os destaques.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quero encaminhar. Srª Presidente, pelo PFL.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Para encaminhar, concedo a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, o PFL indica o voto "sim" a seus membros, com o aplauso de um partido, que nesta comissão, tentou desenvolver da melhor maneira o seu trabalho. Com certeza, parabeniza a todos membros da comissão, em especial a Relatora, por este trabalho, como disse no início das discussões, árduo, complicado, difícil. Muito embora tenhamos posições divergentes em uma ou outra matéria, não há como não dizer que esta CPMI trouxe ao Brasil uma grande contribuição. Se nada tivéssemos feito, pelo menos uma coisa esta Comissão teria feito: levou a todos os lares brasileiros a convicção e a cultura de que, efetivamente, há que se transformar a utilização das crianças e adolescentes, seja na área da Internet, seja na área da exploração sexual propriamente dita, na área do turismo sexual, ou na área do aliciamento. Enfim, nesses vinte e um Estados visitados, ou por nós Parlamentares, ou pela assessoria da Comissão, ficou muito claro que isso já faz parte da nossa cultura, o que é muito triste.

Então, nós do PFL, votamos "sim" ao relatório, ressalvado os destaques, e temos certeza que todos os Srs. Parlamentares assim procederão.

Muito obrigado a V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pelo PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Srª Presidenta, o PSDB recomenda aos seus Parlamentares o voto "sim", ressalvado os destaques, entendendo que há alguns pontos inarredáveis. Um deles é que de fato esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem tudo para se tornar um grande avanço civilizatório neste País, pelo despertar de consciências, pela perspectiva que, para mim, talvez seja a curto prazo a mais alvissareira, que é da reforma da legislação penal no tocante à exploração sexual de menores, pela certeza de que a consciência dos brasileiros será bem outra após a apresentação desse relatório, num processo que vai maturando, e vai maturando, e vai maturando até se ter um País que aprenda a dignificar e respeitar os seus menores, um País que precisaria aprender a dignificar e respeitar também os seus maiores.

De minha parte, pessoalmente, tudo que desejo é que saiam vitoriosos aqueles que acreditam nesta causa. E que saia vitorioso o entendimento de que a Promotoria não é feita apenas para condenar, é feita para reconhecer uma perspectiva eventual de injustiça.

É um gesto de grandeza se focar no relevante desta CPI, que são os casos comprovados escabrosos que ela relata, com a abertura que tenho visto na ilustre relatora de acatar sugestões.

Meu destaque visa precisamente reparar o que a mim se me afigura como uma injustiça, portanto vou, movido pelo único combustível que rege a minha vida, que é o combustível da crença, exercitar mais do que o meu direito de manifestar a minha opinião, o meu dever de fazê-lo. Opinião não é para se guardar no fundo do peito – aí contrario a música, contrario o poeta –, opinião é para se externar. E é nesse sentido que aqui ressalto, repito, o grande passo civilizatório em potencial que pode estar representando para o País esta CPI. Eventuais excessos são menores do que o ganho para a cidadania brasileira. Eventuais omissões, eventuais equívocos técnicos são menores, Srª Relatora, seguramente do que possa ser aproveitado pelo País no seu caminho para o melhor casamento entre o seu povo e os direitos do seu povo. Se há um direito que, se vilipendiado, se afigura como mais vilipendiado ainda, é precisamente esse do campo da exploração sexual de menores. Entendo que exploração sexual, em qualquer idade, é, de fato aviltante, repelente, repulsiva.

Convencido de que temos uma curta jornada pela frente, ainda que se prolongue pela madrugada, o PSDB assume um compromisso de ir ao cabo dessa votação e de apreciar os dois destaques. O PSDB, de maneira convicta e entusiasmada recomenda, aos seus Parlamentares, o voto "sim" ao relatório da Deputada Maria do Rosário.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Muito obrigada, Senador.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Vou encaminhar pelo Bloco. Vou ser breve – eu que participei de muitas reuniões – e parabenizar o relatório. Os ajustes e as contribuições feitas são extremamente importantes. Quero encaminhar o meu voto "sim" ao relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mais algum Parlamentar?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pelo PMDB, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Pelo PMDB, a Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Encaminho o voto "sim", ressalvados os destaques.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Vamos, agora, apresentar os destaques. O Destaque será apresentado pelo Senador Arthur Virgílio Neto.

Tenho que ler.

Sr. Presidente, nos termos do art. 312, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado para suprimir o nome do Sr. Omar José Abdel Aziz do parecer apresentado pela Relatora na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (Requerimento nº 2/03 – CN) destinada a investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Justificativa.

O Nome do Sr. José Abdel Aziz foi incluído no relatório final desta CPMI com base em indícios minimamente confiáveis, o que justifica a retirada do seu nome até que aconteça uma investigação mais aprofundada para que o fato possa ser devidamente esclarecido. Além disso, a inexistência de provas consistentes justifica a supressão solicitada.

Sala das sessão, 07 de julho de 2004.

Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Srª Presidente, Srª Relatora, Srªs e Srs. Parlamentares, o que eu tinha a dizer sobre o corpo principal da matéria já foi dito.

Registro, aqui, minha simpatia pessoal pela Relatora, Deputada Maria do Rosário, o que não a faz infalível. Ainda pela manhã concedi uma entrevista retardatária, depois de ter falado com a imprensa por alguns momentos, e pude ouvir a lúcida explanação, o arrazoado combativo e sempre competente da Relatora. Quero posicionar-me. S. Exª dizia: "O Senador Arthur Virgílio apareceu nas duas últimas reuniões." Quero dizer que compareci a todas as reuniões desta Comissão por meio dos meus liderados. Compareci a todas as reuniões por meio da Deputada Thelma, do meu Partido na Câmara, e por meio dos Senadores que, por mim, foram indicados para compor esta Comissão Mista de Orçamento. Não dá nem para fazer uma estatística. O meu querido amigo, Senador Aloizio Mercadante, ainda há pouco, pediu para arrebanhar para uma votação importante, do interesse do País. Não cederia à ilustre Relatora esse arbítrio, esse juízo de dizer se exerço o meu mandato, minha posição de Líder partidário melhor aqui ou acolá. Tenho absoluta certeza de que meu Partido ajudou a Relatora a cumprir com o seu dever. Portanto, eu queria que S. Exª incorporasse que eu me fiz presente em todas as reuniões todas as vezes em que seu talento e seu espírito público foram socorridos, por exemplo, pelA

SRA. Presidente ou por qualquer Parlamentar do Bloco/PSDB, PFL, com membros cuja indicação passou pelo meu crivo.

Digo isso, porque noto uma peça tão relevante, tão importante, que não suponho possa ser, de alguma forma, chamuscada por qualquer fato que pareça o travo da injustiça.

Lerei o relatório, que, se não me engano, é a versão nova, página 80. Está escrito: "Entre os denunciados – diz o relatório – como clientes do esquema de aliciamento de adolescentes por Darclei, tanto nos procedimentos investigatórios da DPCA como nos depoimentos colhidos pela CPMI, está o nome do Sr. Omar Aziz".

Não conheço todos esses depoimentos. Conheço, por exemplo, um deles, prestado à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, que faz referências vagas a um tal Omar, a certo Omar. "Cris fez algumas ligações – aqui leio – telefônicas e, em seguida, saiu com a declarante, levando-a ao Parque das Laranjeiras, onde apresentou-a a um homem de nome Omar, que é dono do Laranjinha – o Vice-Governador do Estado do Amazonas não é dono de empresa alguma com esse nome. Que o Omar é branco, narigudo e usa o cabelo cortado baixo. Que a declarante ficou sozinha com o Omar, no andar de cima do prédio, onde fica o escritório. Enfim, que o Omar trancou a porta". E são arroladas aqui cenas deprimentes.

Não percebo a clara identificação do Vice-Governador do Estado do Amazonas nessa peça, mas, ao contrário, noto depoimentos contraditórios, um deles colhido no Rio Grande do Sul, talvez sem a devida assistência da Curadoria, e, portanto, parece-me que com algum foro, alguma eiva de ilegalidade.

Na Comissão Parlamentar de Inquérito, que funciona na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, um Deputado, por sinal adversário político no Estado do Vice-Governador Omar Aziz, fez à menor que sofreu abuso sexual, a menor LFF, as perguntas que se seguem. O Sr. Deputado Arnoldo Andrade pergunta: "Essa pessoa é fácil de identificação? Se fosse possível, a senhora o identificaria entre nós? Se ele estivesse aqui, teria alguma dificuldade para você identificar essa pessoa?" Responde a menor LFF: "Vendo na minha frente dá para identificar". O Sr. Deputado Arnoldo Andrade volta a perguntar: "E se eu lhe mostrar uma foto para você tentar reconhecer se foi essa pessoa com quem você passou algumas horas nesse andar desse prédio, você seria capaz de me confirmar?" E diz a menor LFF: "Sim". Volta o Deputado Arnoldo Andrade: "Essa foto aqui é essa pessoa que estava com a senhorita?" A menor LFF diz: "Não é essa pessoa, com certeza absoluta. Primeiro, ele era mais forte e não era tão calvo assim." E vem o Deputado Arnoldo Andrade, com nova pergunta: "E se eu lhe mostrar outra foto, porque essa pode ser uma foto mais distante, mas – quero lhe perguntar – uma foto mais de *close*, essa pessoa aqui é essa pessoa?" Responde a menor LFF: "Não é. Primeiro, ele era mais novo também". Ou seja, a menor diz que o cidadão com quem ela manteve esse reprovável conluio – reprovável da parte do maior que com ela estava – seria mais baixo, mais forte, mais novo, menos calvo.

Volto eu ao relatório escrito com amor, com destemor, nem por isso perfeito. É preciso que saibamos proteger este relatório de eventuais imperfeições que possam descaracterizá-lo e tirar-lhe a credibilidade fora dos limites deste Congresso. E diz aqui: "Sobre a pressão, a Delegada Graça Silva..." E eu esperaria que Delegados de Polícia, neste País tão falto de segurança, em primeiro lugar, não se deixassem impressionar, e, em segundo lugar, não passassem mal em nenhuma hipótese, até porque bandidos e os que abusam de menores precisam passar mal neste País, não delegados, pessoas afeitas ao combate e a momentos duros da vida.

Mas aqui está dito: "tal pressão levou a referida delegada, que assistia à audiência, a passar mal e a ter que ser medicada, fato que inclusive provocou a suspensão da audiência pública por algumas horas".

Abro parêntese. O Sr. Omar Aziz – e essa é a versão dele; esse é o ponto de vista dele; ele tem direito de ver o seu ponto de vista expendido de maneira democrática – diz que, sabedor de que haveria envolvimento de um certo Omar, num ímpeto, telefona para a Delegada e pergunta a ela se se referiam a ele quando se referia a um certo Omar. E a delegada teria dito que não, que a pessoa era outra. E ele perguntou: "Então, quem é esse Omar?" E ela disse: "Eu não sei". Ele disse: Bom, você tinha a obrigação de estar investigando" E vejam que falava, de qualquer maneira, alguém com autoridade de Vice-Governador do Estado, muitas vezes Governador em exercício e uma delegada que teria que se reportar a ele. Evidentemente, não vi, até aí, nada de anormal – esse Secretário de Segurança que trabalhou muito ao lado da Drª Graça Silva.

Mas, aqui, eu vejo, no jornal **A Crítica**, da minha cidade de Manaus, entrevista com a Drª Graça Silva, Srª Presidenta, Srª Relatora. Ela diz: "Não houve pressão nenhuma". Isso em 29 de maio de 2004. Então, aqui está. Ela diz: "Não houve pressão nenhuma". Essa é a única peça que, eu creio, terei que endereçar aos Anais junto com as perguntas formuladas pelo Deputado Arnoldo Andrade.

Mas muito bem. Finalmente, nesta primeira etapa desta minha fala, eu aguardei aqui com uma paciência

chinesa; e cada vez admiro mais os chineses. A paciência é uma virtude revolucionária já dizia alguém que acreditava nos valores da Revolução. Aqui está dito: "ao final das investigações realizadas pela CPMI sobre este caso, colheram-se fortes indícios do envolvimento do Sr. Omar Aziz – peço atenção da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – ou seja, o tal Omar já virou Omar Aziz, embora não ter sido citado como Omar Aziz, em nenhum momento, com a exploração sexual de adolescentes. Trata-se aqui de uma adolescente que virou plural no relatório. Eu chamo a atenção para o fato de que é fundamental, na ânsia de fazer o melhor para o País, pelo povo brasileiro, nós não nos equivocarmos na hora de respeitar o que é pura e simplesmente a verdade dos fatos. Então, o certo Omar, que tem tamanho, largura e contextura física diferente, virou, de repente, Omar Aziz, explorando adolescentes e não uma adolescente, o que é fato já lamentável por si só."

Agora, o que me chamou mais a atenção, vou repetir: "ao final das investigações realizadas pela CPMI sobre este caso, colheram-se fortes indícios de envolvimento do Sr. Omar Aziz com a exploração sexual de adolescentes – no plural – bem como de outras pessoas, cujos nomes serão mantidos em sigilo para garantir a continuidade de êxito das investigações". Aí vem o meu apelo para que saibamos proteger esta peça, este momento, esta conquista civilizatória, que é a CPMI mista contra o abuso sexual de menores.

Eu pergunto: sigilo para ajudar na investigação? O Vice-Governador do Estado não tinha direito ao sigilo? Outras pessoas teriam? O Vice-Governador do Estado teria que ter o seu nome ventilado, como eu vi hoje, num dos principais jornais do País, como alguém ligado a uma rede de lenocínio nacional. Teria que ter a sua carreira política arruinada. Se isso acontecer, eu nada perco com isso, no meu Estado, porque ele é um figadal e tradicional adversário meu. Eu quero em votos, nas minhas eleições, as vezes em que ele praticou injustiças verbais contra mim na televisão. Ele se inclina mais por ser aliado, na próxima eleição, do Partido da lustre Relatora, sem dúvida alguma.

E vejam a minha isenção: eu quero apenas a verdade. E a verdade não é a verdade minha, não é a sua, muitas vezes, é a verdade chinesa, a verdade que leva à síntese dialética entre as duas verdades em choque, resultando isso aí em algo que possa significar o aproveitamento do pensamento na inteligência de todo um coletivo.

Mas, muito bem, pergunto que pessoas são essas que não podem ter os seus nomes citados e, ao mesmo tempo, se cita com tanta facilidade o nome de uma autoridade pública que tem, a meu ver, nesse momento, a sua carreira pública ameaçada, passa por momentos familiares graves e é conhecido hoje, no Brasil inteiro, como alguém que explorou um menor, e eu não vi nada que me convencesse do contrário? Continuo o meu arrazoado.

Sigilo para alguns, não para o Vice-Governador. Tudo o que eu não quereria acreditar, tudo em que eu não gostaria de crer era que essa CPI, Srª Relatora – e eu falarei com a sinceridade de quem a respeita, de quem a admira uma determinada atitude que V. Exª tomou e eu já cheguei a lhe dizer isso pessoalmente – é que esta CPI sucumba à tentação de dizer: à falta de peixe maior, eu pego o Vice-Governador do Estado do Amazonas. Se tivesse um Ministro, eu dispensaria o Vice-Governador do Estado do Amazonas. À falta de peixe maior, não dispenso o peixe mais graduado que está à minha frente, ainda que protegendo, sob o manto do sigilo, pessoas certamente até de hierarquia inferior a ele no rol das coisas no Estado.

Mas eu diria, Srª Presidenta, Srª Relatora, que se processe uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Estado, a pedido do Sr. Omar Aziz. Poderia uma pessoa incrédula dizer: é uma farsa! Não iria a tanto. Tenho profundo respeito por quem preside a Assembléia Legislativa, o Deputado do PPS, Lino Chíxaro, os partidos que compõem a Assembléia estão ali representados, há o acompanhamento da Ordem dos Advogados do Brasil, há o acompanhamento do Ministério Público e esta Comissão Parlamentar de Inquérito acabou de entrar para os Anais desta Comissão, através do curto diálogo entre o Deputado Arnold Andrade e a menor LFF, que nega.

E aí poderíamos dizer à ilustre Relatora: "mas tem outro depoimento que ela diz não sei o quê"! Eu digo, no mínimo, se estabeleceria uma senhora confusão, no mínimo, uma senhora dúvida, e eu aprendi, lutando contra a ditadura para que fosse estabelecida a liberdade neste País, contra um tempo em que bastava alguém ser indicado à auditoria militar, denunciado à auditoria militar pela Promotoria, para esse alguém deixar de ser candidato, esse era o tempo obscuro da ditadura, que tantos de nós enfrentamos, tudo que eu entendo, no mínimo, é que **in dubio pro reo***. Na dúvida, não se condena, na dúvida se aprofundam as investigações, com todo o cuidado que mereceria a Relatora, se fosse seu nome um dia envolvido em algo parecido, que mereceria o Deputado Paudemey Avelino, que mereceria essa nova brilhante Deputada, Ann Pontes, que eu gostaria de merecer se porventura algum mal-entendido se fizesse comigo; Ou seja: o cuidado com a reputação, o cuidado com a acusação e sempre a preocupação com a consistência, consistência que faltou em alguns momentos quando eu vi

quase que um indiciamento da Assembléia de Deus, quando, na verdade, um pastor da Assembléia de Deus e uma pastora da Assembléia de Deus são acusados de exploração sexual. Aliás, nem era da Assembléia de Deus, ainda que fosse. Mas um determinado pastor de uma entidade que tem cerca de um século no meu Estado, determinado pastor é acusado de exploração sexual de menores. Comprovado, trata-se de um cidadão abjeto pastor ou não. Poderia ser pastor, poderia ser dobermann, poderia ser fila, poderia ser o que fosse, não mereceria respeito se isso fosse comprovado.

Mas aqui, do jeito que foi colocado, e a Relatora, com muita grandeza reconheceu isso, arranharia a reputação da Assembléia de Deus como instituição religiosa. Este é um fato.

O outro fato, Srª Relatora, Srª Presidenta, Srªs e Srs. Parlamentares, é que tenho algumas colocações a fazer. A primeira é que o Sr. Omar Aziz, instado por alguns dos ilustres membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que esteve em Manaus para ouvi-lo – e essa foi uma deferência que se teve com ele, talvez a mesma que não se tenha tido ao tão apressadamente se ter lançado o seu nome à exposição pública do jeito negativo com que foi feita essa exposição – alguém lhe perguntou: "sua esposa se chama como"? Aí ele disse: "chama-se fulana". "Ah, porque se fosse beltrana... beltrana foi o nome citado pela menor e não é o nome da sua esposa. O senhor aceitaria quebrar o seu sigilo telefônico no prazo tal? E ele disse: "aceito quebrar o sigilo telefônico num prazo maior do que esse, porque quero com isso provar a minha inocência". Ai disse, sobre aquela história de ter ou não cicatriz: "eu me submeto a qualquer exame de corpo de delito, para me expor a tudo o que possa ter sido dito pela menor LFF".

Antes de relatar o porquê da minha crença na inocência desse cidadão, digo que a Deputada Laura Carneiro hoje fez uma bela peça. Ela diz assim de determinado parlamentar, ela acusou, segundo a convicção dela, eu não tenho meios para dizer a mesma coisa do parlamentar fulano de tal. Mas ela se preocupava com a perspectiva de estar negando tratamento condigno quanto ao direito de defesa algumas pessoas.

O Sr. Omar Aziz tinha uma filha falecida no dia 29 de janeiro, uma filha que padecia de males neurológicos incuráveis, em progressão verdadeiramente degenerativa. O Vice-governador Omar Aziz interna sua filha na UTI, se não me engano no Hospital Santa Júlia de Manaus no dia 2 de janeiro de 2003. No dia 13 de janeiro de 2003 os médicos, a junta médica que assistia a sua menina diz a ele que ela estava desenganada, que ela poderia durar horas ou até algumas poucas semanas. O Vice-governador –cheguei a pensar que ela havia ficado na UTI esse tempo todo – retirou a sua filha para que ela morresse em casa, quando Deus dissesse que era chegada a hora.

Ele teve esse colóquio com ao junta médica no dia 13, esse fato delituoso lhe é imputado como tendo ocorrido no dia 14. Quando eu o ouvi para de, depois de ouvi-lo, discernir se deveria ou não abraçar essa causa... tenho uma filha que está viajando agora, vai viajar sozinha com a mãe, eu não sairia daqui, negligenciei de todos os meus compromissos de Líder, negligenciei de todos os meus compromissos de Senador, e disse: vou, como costumo fazer com as minhas causas, ficar até o final nessa causa. Alguém me prove que estou errado, só me movo pelo combustível da crença, alguém critique a minha posição, eu só me movo pela crença. Aprendi, ao longo da minha luta, que é uma luta dura, como sei que é de todos aqui, a respeitar esse patrimônio que cada um deve ter intocado até a prova provada, esse direito a ter a sua honra vista como um valor de cada pessoa, até que se prove, provadamente, que não é assim. A inquisição leva àquilo que dizia um antigo Senador, hoje Governador de Estado.... Diziam os advogados de defesa aqui em Brasília que esse Parlamentar era a alegria dos advogados de defesa: cerceava o direito de defesa, viciava os depoimentos, o resultado era a derrota certa na Justiça da tese que ele defendia e vitória certa dos defendidos por esses advogados que achavam que ele contribuiu e muito para o gordo Imposto de Renda que recolhiam ao final do ano.

Eu digo com muita sensibilidade eu olhei nos olhos do Vice-Governador Omar Aziz e eu lhe disse: Omar você é um monstro, e eu não te perdoarei se o que você está me dizendo porventura for falso. Por outro lado, eu me convencendo, darei a você, nessa jornada, o apoio que sei que é muito fácil te negarem, é muito fácil, é tão fácil ir a favor da corrente, é tão fácil considerar todo mundo culpado, Deputada Sandra Rosado, é tão fácil se fazer o jogo da inquisição, é tão mais fácil explicar, até porque não tem que explicar muita coisa, é tão mais fácil não se ter que explicar. O que não se explica pode parecer uma verdade à la Pacheco, do Eça de Queiroz, que é a verdade obvia, por mais medíocre que possa ser, a verdade obvia do Pacheco do Eça de Queiroz. Eu prefiro a verdade lutada, a verdade surrada, a verdade brigada, prefiro a verdade que vem da crença, eu prefiro lutar até morrer para convencer alguém, dando a essa pessoa o direito de me convencer se porventura, num choque dialético, eu perceber de maneira limpa que meus argumentos foram batidos. Eu disse: "Omar esse dado da sua filha me remete a duas conclusões, ou não era você e se pratica contra você uma justiça gritante, ou

você é um monstro. Você não poderia estar envolvido com quem quer que seja, nem maior e nem menor, e muito menos menor, um dia após saber que sua filha estava desenganada".

Eu, então, Srª Presidente, resolvi, depois de manter com V. Exª conversas, conversas com a minha querida amiga Senadora Patrícia Saboya, figura séria e sensível como ela só, abraçar essa causa. Não tive a honra de conversar com a Relatora, figura séria e sensível como ela só também, mas nada me afasta dessa convicção. Eu disse que o melhor caminho para mim era esse.

Devo dizer mais uma coisa ao final dessa fala: eu poderia perfeitamente ter designado um Senador da minha Bancada para me substituir nessa missão, eu poderia estar supervisionando com ares de estadista essa Comissão Parlamentar de Inquérito, fugindo ao meu estilo e fugindo ao meu compromisso com a minha verdade, porque a minha verdade é a minha verdade enquanto ela for a minha verdade. Eu resolvi eu próprio, eu me auto-indiquei para fazer parte desta Comissão, porque eu quero assumir até o final a responsabilidade do que eu estou dizendo, do que eu estou fazendo e do gesto que estou esboçando. Eu poderia ter obtido que outras pessoas assinassem por mim o requerimento. Enfim, eu poderia ter feito um certo jogo de negaça que não é estranho à política brasileira, talvez por isso tão indigitada a política brasileira. Não fiz. Eu fui o primeiro assinar e tive a honra de ver vários Senadores e Senadoras assinando comigo o requerimento. Não fiz. Ou seja, eu estou aqui inteiro, como eu gosto de viver, inteiro, como eu espero um dia morrer, inteiro. Inteiro com os meus compromissos intactos, com as verdades que defendo, com as crenças que cultivo e com a preocupação que jamais haverá de me abandonar com a idéia de fazer justiça.

Eu era muito pequeno, e meu pai havia feito acusações muito duras a um ex-governador do Estado do Amazonas, e eu cresci achando que esse ex-governador era um homem desonesto. Um dia, estou passando de bicicleta na Praça São Sebastião, em Manaus, e passa aquele velhinho, que tinha sido tudo no Estado Novo, tinha sido tudo no Estado do Amazonas e descobri que ele morava com sua esposa no porão da casa de um amigo. Eu devia ter doze anos talvez, treze no máximo. Eu fiz meu pai sentar e disse: "meu pai, esse homem pode ser tudo, se você me disser que o governo dele não foi competente, talvez seja verdade, mas ladrão esse homem não é, porque fui à casa dele. Ladrão ele não é porque eu vi como ele vive. Daí me tornei um grande amigo desse homem, fui responsável por meu pai ter feito as pazes com ele, quando os dois se encontraram antes de meu pai ser cassado, aqui no Senado Federal, quando o povo fez justiça ao então, ao ex-governador, ex-Senador Álvaro Maia, reconduzindo-o ao Senado da República mais uma vez.

O que eu gostaria mesmo, Srª Presidente Thelma de Oliveira, o que eu gostaria mesmo, minha prezada Deputada Maria do Rosário, é que, seja qual for o entendimento da Comissão a respeito do que aqui estou a arrazoar, que isso signifique nenhum arranhão ao belo trabalho que significou o esforço das Srªs e Srs. Deputados que compuseram essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Que isso aqui signifique a derrota ou a vitória de um ponto de vista, mas que não signifique o descrédito para uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tem tanto a oferecer ao Brasil, que tem tanto a resgatar do ponto de vista daqueles que mais precisariam da assistência cidadã que não tiveram.

Portanto, imaginando que respeitei o trabalho da Comissão, que acatei e divulgarei com muito amor o trabalho da Comissão, dizendo que reverenciarei qualquer que seja o resultado da votação sobre o meu pedido de destaque, chamo a atenção para duas coisas finais, dois pontos finais: primeiro, que protejamos esse relatório, fazendo desse relatório um patrimônio de todos nós, procurando alertar uns aos outros para eventuais equívocos. A peça não tem obrigação de ser infalível, mas tem obrigação de ser de boa-fé. Não duvido da boa-fé, ao contrário, eu a proclamo. Mas que não cedamos à tentação de deixar que qualquer nuvem de fumaça proteja os verdadeiros culpados da exploração sexual de menor neste País. E a segunda preocupação, o segundo ponto tão singelo, é que nós, no lugar mais recôndito das nossas consciências, saibamos, cada um a sua moda, cada um com o seu arbítrio, com a sua capacidade de ser discricionário no que pode ser discricionário, fazer justiça.

Hoje, não tenho outro motivo a não ser dizer que me sentiria mal se eu faltasse a um adversário, que, justo ou injusto na sua caminhada, foi injustiçado no processo até aqui decorrido. E que, portanto, se lhe devolvam as condições legítimas de enfrentar-me na arena da política do Estado.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Muito obrigada, Senador.

Passo imediatamente a palavra para a relatora, a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cumprimento então o líder e autor do destaque, o Senador Arthur Virgílio, dizendo a V. Exª e aos integrantes desta CPMI, primeiro, do meu agradecimento pela aprovação da matéria como um todo, do nosso relatório. Nosso, porque já há um relatório desta CPMI. Dedicamo-nos, caminhamos o Brasil, ouvimos, ponderamos e conclu-

ímos um trabalho. Sem mais medidas protelatórias, não fomos adiante no tempo, mas fomos muito longe na formulação.

E destaco, inclusive – permitam-me, mesmo que dentro do tempo de debate do destaque – o tema do avanço legislativo e das políticas públicas como centralidade do enfrentamento da exploração sexual.

Agora, Srs. e Srªs, estamos aqui frente a um crime que caracterizei ontem na apresentação do relatório como um crime que se constitui como uma verdadeira epidemia possivelmente não só na sociedade brasileira, mas no mundo. E há indicadores seguros, internacionais, para se afirmar isso, fruto do empobrecimento e também de uma cultura de permissividade, de uma cultura de impunidade no qual a vítima, sofrendo a exploração sexual entre quatro paredes, tem contra si todos e todas, inclusive a histórica situação de dominação e a não consideração da sua palavra.

Escuto o Senador Arthur Virgílio e digo a V. Exª, antes até, que V. Exª foi excelentemente representado aqui. Certamente, acato a sua ponderação, aceito. A Deputada Thelma, nossa presidente **ad hoc**, o Senador Eduardo Azeredo, o Deputado Eduardo Barbosa, elogio todos que o representaram. O Deputado Eduardo Barbosa enfrentou a situações em Minas Gerais, **in loco**, corajoso, debatendo conosco. O Senador, nosso vice-Presidente. A Deputada Thelma que foi ao interior do Rio Grande enfrentar empresários do setor de pedras.

Não sou do Amazonas, sou do Brasil. V. Exª traz uma ponderação sentida, sua convicção. Apresenta-se, e eu confio nessa sua apresentação que seria desnecessária inclusive a todos nós, porque nós o conhecemos. É um homem de idéias e de convicções. Não há um embate pessoal aqui. O Parlamento ensina-nos a conviver com posições diferentes e respeitá-las. Mas quando eu afirmo que não sou do Amazonas, quero dizer que aqui não tenho qualquer conhecimento pessoal, qualquer trato, nunca conversei com o Sr. Omar Aziz. Não estive na oitiva dele. Estiveram na oitiva, justamente com o sentido de permitir a convicção diferenciada da que eu tinha para a CPMI, os Deputados Thelma de Oliveira, Ann Pontes e Luiz Couto, para um distanciamento desta relatora que já formava um posicionamento e para poder ouvir os meus colegas acerca do que eles poderiam pensar diferentemente de mim numa instrução.

Fui ao Amazonas sem saber que encontraríamos essa situação. Chegamos lá, instalamos a CPMI e fomos muito bem atendidos naquela Assembléia Legislativa. Tive o cuidado, sob a presidência da Deputada Thelma de Oliveira, de nos depoimentos que foram feitos por pessoas envolvidas no crime, cafetinas, mas também por adolescentes, pela mãe da adolescente citada, de, primeiro, colocar em reservado o depoimento da mãe para que esse depoimento não fosse exposto, para que pudéssemos analisar melhor os fatos, somarmos os fatos. Se V. Exª observar, Senador Arthur Virgílio, o VT da audiência, vai ver que pedi que escrevessem e não dissessem no microfone o nome dos que estavam sendo acusados pelos depoentes, com o cuidado de que ninguém fosse exposto por alguém, adversário político, ou quem quer que seja.

Esta Deputada procedeu assim em praticamente todas as audiências do País para que pudéssemos formar uma convicção antes – até por observar outras CPIs – dos nomes serem jogados às ruas e enxovalhados, que é não a nossa missão.

Então, pedia eu, Relatora, às depoentes: "escrevam, não digam no microfone. Dêem-me por escrito e assinado. Agora, a depoente vai escrever os nomes que ela tem para relatar, vai me entregar por escrito e assinar o depoimento de seu próprio punho". Essa parte está escrita. O cuidado e o zelo não faltaram.

O nome do Vice-Governador – V. Exª me pergunta por que alguns não foram citados – foi ele próprio que apresentou à sociedade. Agora, V. Exª, Senador Arthur Virgílio... E eu sou uma mulher também que me movo unicamente por convicção e pelos princípios. Eu debato a política, a estratégia, o governo, mas não debato, não discuto e não abro mão de princípios. Portanto, estou movida aqui por convicção.

A Delegada Graça, que não estava arrolada para depoimento na CPMI, assistia. V. Exª até pode ter razão, quando diz que delegado não pode passar mal. Mas a Delegada Graça passou mal. Possa ou não, é um ser humano. Na nossa frente, ela teve uma crise hipertensiva, a Delegada da DPCA, foi atendida pelo serviço médico e nós ouvimos, a assessoria técnica e eu, quando alguém no telefone lhe dizia impropérios do tipo: "a senhora é uma vagabunda como aquelas que atende na sua delegacia". Quem é esse, Delegada Graça?

Então, a CPMI teve que parar os seus trabalhos. Paramos por horas os trabalhos. A Delegada, depois de se recuperar, voltou à delegacia, e nós perguntamos a ela: Delegada, por que isso? Por que isso tudo? No dia, nós não conseguimos ouvir a delegada.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre relatora, apenas para perguntar: estava no viva-voz o telefone?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Colocou, aqui. Ela nos colocou.

A Drª Leslie Toledo, que está aqui, que é Promotora de Justiça, também ouviu. Não sabíamos quem estava do outro lado do telefone. A dizer que era o Sr.

Omar Aziz é o depoimento da delegada. Nós não sabíamos quem era. Como é que nós vamos saber quem está do outro lado do telefone? Nós não sabíamos.

Mas, efetivamente, houve, posteriormente, na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas e em depoimento público a aceitação, eu diria, o reconhecimento, melhor dizendo, de que ele teria ligado a ela por ele próprio. Ele disse que ligou para ela várias vezes, publicamente, nos jornais. Aqui está então o depoimento da Delegada Graça. Convocamos a Delegada Graça para que ela prestasse os seus esclarecimentos e a ouvimos aqui sobre as pressões que recebeu. Então, está aqui.

Houve lá no Amazonas uma situação, depois disso tudo, em que a delegada foi chamada a um lugar onde havia uma outra jovem que estaria extorquindo o Vice-Governador. Essa jovem estaria, segundo a delegada, instruída no sentido de prejudicá-la, numa combinação geral de prejuízo a ela. Então, a Delegada Graça foi a esse local, e aí ela teve um contato com o Vice-Governador. Porque tínhamos saído naquele momento da delegacia, estávamos chegando à zona norte, e aí ela foi chamada pelo delegado geral para ir falar com o Vice-Governador. E ela disse o seguinte: "mas o que ele quer comigo"? Ela perguntou, e o delegado geral disse: "É um problema relacionado ao Vice-Governador". Então, foram lá para atender, e ela teve então esse contato com o Vice-Governador. Assim como teve outro, em que ela comprova a pressão sofrida.

Perguntamos a ela – V. Exª só me dê um minuto porque nos meus papéis, que são muitos, eu já tinha marcado o depoimento da Delegada Graça – que reconhece a pressão. Já não tenho à mão aqui, mas faço questão de ler ao senhor. Ela reconhece a pressão. Então, aquilo que foi dito pelo senhor no jornal do dia 29, ela nos disse outra coisa. Então, quero fazer essa ponderação a V. Exª. É esse aqui mesmo, marquei esse aqui e já achei. Faço questão de ler para V. Exª. "O Deputado Luiz Couto inquiriu a Delegada Graça: A senhora disse que após a audiência que aconteceu em Manaus a senhora passou a sofrer pressões" Aí ela se refere também a sua própria situação e à pressão arterial e ela disse o seguinte: "E não foi mentira o que sofri. E depois, quando fui chamada, com a proposta de falar para a imprensa" – ela foi chamada com a proposta de falar para imprensa que não era nada verdade –, ela diz assim: "E não foi mentira, porque eu, que sofri a pressão, não tenho curso de atriz para representar tão bem a ponto de a minha pressão subir. A minha pressão normal é onze por sete, dez por sete, a minha pressão subia a quinze por oito. Então não seria capaz de ser atriz a esse ponto". E essas pressões que a senhora recebeu a senhora pode nominar por parte de quem"? Ela disse: "Sim. O telefonema que recebi do Vice-Governador. Vice-governador é...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Srs. Parlamentares, só um minutinho, Deputada, gostaria de, por gentileza, vamos ouvir a Relatora da mesma forma como ouvimos o Senador na sua defesa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então ela diz o seguinte, veja bem, Senador Arthur Virgílio, ela diz o seguinte: "É os telefonemas – ela mesma corrige, ela tinha dito o telefonema. E aí o Deputado Luiz Couto disse: – É o vice-governador? Ela disse: – "É, os telefonemas". "Mas a senhora sofria algum tipo de ameaça"? E ela disse que sim, que sofria, que ela recebeu uma série de ameaças.

Então ela diz o seguinte: ela foi encontrar o Vice-Governador chamada pelo delegado-geral. Foi perguntado a ela: "a senhora iria lá porque ele iria lhe pedir desculpas"? Ela disse: "foi isso, eu fui lá por isso", que foi a forma como ela foi chamada. E o Deputado pergunta: "mas quando a senhora chegou lá, era uma outra situação"? Ela responde: "não. Ele pediu desculpas. Ele disse que, se tinha me ofendido, pedia desculpas. "Mas ao mesmo tempo ele pedia que a senhora fizesse uma coletiva"? "Sim, que ele ia dar uma coletiva e que queria que eu concordasse com o que ele fosse falar". E eu não assisti à coletiva. Então, ela afirma que foi pressionada para participar de uma coletiva para desmentir aquilo que ela tinha dito.

Mas eu quero dizer ao senhor que a delegada Graça é apenas mais uma das pessoas, é por onde foi desvelado. Eu, em verdade, estou apresentando esse arrazoado ao senhor e à CPMI para dizer que não fomos nós que dissemos o nome do Vice-Governador Omar Aziz à imprensa e aos meios de comunicação. Foi ele próprio numa tentativa de impedir os trabalhos da CPMI, que atuou, declarando-se sobre sua condição quanto aos inquéritos policiais e às imputações que sofria.

Agora vamos aos fatos em si, porque V. Exª já compreendeu que não foi essa relatora que escolheu o Sr. Omar Aziz para ter o seu nome em público, que foram os fatos daquela madrugada que determinaram que o seu nome tenha se tornado público. Não tivesse isso acontecido, talvez tivéssemos encaminhado por outra forma. Mas eu confesso a V. Exª que eu me detive mesmo nos depoimentos que indicam o Vice-Governador. Detive-me na fé do que indica.

Há um depoimento aqui que diz o seguinte, é da jovem à qual o senhor se referiu. E é verdade, Senador Arthur Virgílio, eu a ouvi no Rio Grande do Sul, não por qualquer predileção, eu a ouvi no Rio Grande do Sul naquela noite, naquela madrugada, cerca de duas da manhã, eu ouvi uma mãe, a mãe em depoimento

à Deputada Thelma, Deputada Ann Pontes, Deputado Luiz Couto e a esta Parlamentar. Ela esperou cerca de dez horas para fazer esse depoimento e relatou que tinha enviado a filha ao Rio Grande do Sul para ficar com parentes e amigos por medo e ameaças que estava sofrendo e na tentativa de livrar a filha dos esquemas de exploração sexual.

A mãe é que indica aqui. "A senhora chegou a ouvir que nomes"? Eu não vou ler todos os nomes que a mãe indicou porque sobre os demais eu só tenho o depoimento dela. Nós perguntamos: "Omar Aziz"? Ela disse: "Este, sim". Perguntamos sobre vários outros nomes que haviam sido citados nos outros depoimentos, e ela não confirmou. Portanto, eu não vou citar aqui porque não há confirmações outras, mas Omar Aziz, este sim, este é o depoimento da mãe dizendo que a agenciadora Darclei levou sua filha para o Sr. Omar Aziz.

Então, fui ao Rio Grande do Sul, minha terra, e lá estava essa menina com parentes. Ouvi essa menina em uma circunstância insuspeita. V. Exª me permita, mas creio que não se deve lançar areia aos olhos pela forma como ela foi ouvida. Ela foi ouvida na sede do Ministério Público, na presença de pessoa a quem a mãe tinha confiado ficar em sua casa e na presença do Procurador da República, com equipamento de gravação do Ministério Público Federal. Esse foi o procedimento desta Relatora. Colhi o depoimento na sede do Ministério Público Federal. Essa menina não tinha coerção, ninguém ao redor. Não havia imprensa porque não era um *show*, não tinha ninguém para lhe acusar ou para pressionar naquela situação. Ela não me conhecia e fez um depoimento claro. Aliás, ela repete o que tinha dito à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e que não tinha sido levado adiante porque o inquérito havia sido puxado para a Secretaria de Segurança e sabe-se lá onde ele está uma vez que não foi desenvolvido. Mas ela repete o que tinha dito no inquérito, segundo o depoimento dA SRA. Maria da Graça.

Ela diz o seguinte...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Enquanto o Senador...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu tenho muita dificuldade porque é um barulho grande

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Peço que seja respeitada a palavra da Relatora, uma vez que ouvimos com muito silêncio a justificativa do Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Esta Presidência pede a todos os presentes, à assessoria, Deputados e Senadores que ouçam com atenção as palavras da Relatora para que possamos agilizar os trabalhos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vejam o que a adolescente disse. Essa adolescente é do Estado do Amazonas, cidadã daquele Estado, merece ser protegida e ter fé em sua palavra. Lá onde não tinha ninguém que lhe pressionasse – e obviamente estão à disposição de todos os senhores Parlamentares as cópias, as notas e as gravações para que os senhores percebam o grau de cuidado com que fizemos as perguntas, até por se tratar de uma pessoa em situação peculiar de desenvolvimento.

Perguntamos a ela, que foi agenciada por Darclei, que passou por Tatiana, que ficou como agenciadora, que ficou em cárcere privado e que foi levada a hotéis, motéis e bordéis, sobre o pagamento. Ela disse o seguinte: "Foi num posto, se não me engano. O cara me mandou sair do carro, eu saí. E mandou entrar no carro dele e me levou para um hotel. Eu tive que fazer, não tinha como. Eu fiquei com medo e fiz. Depois ele me disse 'ah, me dá não sei o quê', e ela ligava para os caras. Então ela ligou pro Omar, e o Omar pegou..." E eu perguntei "você pode me dizer qual é o nome do Omar"?. Ela respondeu "Eu sei o nome dele assim: Omar Aziz". Era como ela o chamava, a Darclei, agenciadora. Perguntei novamente: "Omar Aziz"? Devia ser. Ela ligou para ele e disse "eu tenho uma". Ela se chamava Gauchinha. Ela disse "estou com uma gauchinha não sei o quê. O nome dela é Carol, tem o cabelo assim. Então, eram mais ou menos sete horas da noite, não me lembro direito a hora, eu apareci na câmera para ele, era no Parque das Laranjeiras, no Laranjinha, onde ele ficava sempre". Perguntei: "Então você foi ao encontro do Omar Aziz? O local é Parque das Laranjeiras, Laranjinho? O que que é Laranjinho? Não era um hotel?"

Ela disse: "É um negócio caro, eu não me lembro. Não era um hotel, não era um hotel. Era lá neste parque, embaixo era loja, em cima tinha um galpão cheio de caixas, tinha uma vidraça bem grande, era um escritório, ele ficava no escritório, tinha uma mesa grande, com um banheiro bem grande, bonito até, ele estava sentado e começou a falar muita besteira, dizendo que era para eu falar umas besteiras para ele, e mandou, falou até na minha mãe, perguntou pela minha mãe, eu falei que não, a minha mãe não sabia de nada, que eu estava ali porque ganhava dinheiro. Disse depois que a minha mãe tinha sumido, e ele gosta muito que a gente fale sacanagem para ele, essas coisas, teve um dia que ele me fez fazer sexo oral nele. E ele disse que queria, aí eu não fui para casa. Ele mandou a Darclei arrumar uma menina de 13 anos para ele, uma colega minha". Perguntei: "Como é que era o nome dela"? E ela cita aqui o nome. Perguntei: "A idade dela era 13 anos?" Ela respondeu: "Treze anos,

na época que eu a conhecia. Eu tinha para mim, ela ficou com o cara, e o Omar estava lá no apartamento dela". Perguntei: "Por que você lembra disso?" Ela responde: "Porque ele estava conversando que tinha brigado com a mulher, e aí estava num carro escuro, aquele grandão, ele saiu do carro e saiu com a gente, a menina saiu, ele disse que não gostou dela, entrou no carro, foi embora".

Perguntei: "Na primeira vez que você esteve com Omar Aziz, fez sexo oral, na segunda ele pediu à Darclei, uma menina de 13 anos". Ela confirma: "Isso, e a Darclei levou a menina de 13 anos".

Aí eu perguntei à menina, eu olhei para ela e perguntei – aqui não tem referências a cicatrizes, porque, segundo o depoimento dela, ele não tirou a roupa toda, nunca tirou a roupa toda, que permanecia com uma parte da roupa –sobre dinheiro pago, e ela disse – voltando um pouco para a Darclei: "O Omar Aziz, ele pagou?"

"Pagou". Ela responde: "pagou. Ele deu 150, eu tinha de dar 50 para a Darclei, sempre dava 50 para a Darclei".

Perguntei: "E foi só o Omar Aziz o seu cliente na época?" Ela disse: "Não" Então, há um momento em que eu pergunto para ela se ela tem certeza. E eu quero dizer para vocês que eu perguntei isto com vontade que ela me dissesse que não. E ela me respondeu que sim. A menina me disse que tinha certeza. Eu perguntei a ela se podia ser outra pessoa. Eu perguntei à menina se podia ser o irmão dele, eu perguntei, porque alguns boatos chegaram a esta Relatora, algumas pessoas me falavam. Eu não tenho nada a oferecer sobre o irmão dele, não tenho, porque eu perguntei a ela, e no depoimento ela me disse textualmente (pausa) V. Exª me desculpe por estar procurando ainda, mas eu registrei, anotei, e quero ler nas palavras da menina, a minha convicção vem daí. Ela disse o seguinte:

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Srª Relatora, eu queria fazer um registro bem curto, se me permite.

A SRA. IRELATORA (Maria do Rosário) – Perguntei: "Você sabe o nome do irmão dele"? Ela responde para mim: "Eu não sei. Eu não sei, não conheço o irmão dele, nunca nem o vi." E pergunto para ela:"não era o irmão dele, era ele"? "Não era, era ele, eu afirmo na cara dele que era ele, e falo até do jeito que eu estava para ele." E de que jeito você estava? Então ela segue relatando.

Essa menina olhou nos meus olhos, a mãe dela olhou nos meus olhos. Essa menina olhou para mim e disse que era ele. Eu dei oportunidade de ela dizer qualquer coisa, dizer que era outra pessoa, de desfazer o depoimento. Agora, essa menina sai do Rio Grande do Sul, em seguida, não se sabe como, quem pagou a passagem dela e da família inteira. Eu não tive qualquer contato com essa família no Rio Grande do Sul, não tive qualquer contato com essa família depois no Amazonas, até para preservar um trabalho que não tivesse qualquer pressão. Continuando, sai do Rio Grande do Sul, vai à Assembléia Legislativa com um capuz e nega tudo o que falou a esta Parlamentar, que torno público, e que é a minha convicção, o que me move a fazer este relatório, o que falou na presença do Procurador Federal, ou seja, do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Então, quero dizer aos senhores que esta CPMI foi feita, o Sr. Omar Aziz foi citado por outros dois depoimentos também, com o objetivo de, independentemente de quem seja, darmos exemplo. Não tornei público o nome do Sr. Omar Aziz, sei do sofrimento e me solidarizo com a sua família. V. Exª sabe que eu sei o que é o sofrimento de uma família. Mas V. Exª sabe que não poderia, ao ouvir este depoimento, esta verdade apresentada, esta convicção quando diz: "Eu falo na cara dele, não era outro, era ele, eu afirmo na cara dele que era ele e falo até do jeito que eu estava para ele". Essa menina disse isso, a sua mãe disse isso, a delegada Graça nos seus depoimentos disse isso! As pressões em torno desse caso são absurdas! São terríveis! Os líderes nos procuram, o Sr. Omar Aziz, que queríamos ouvir, e com as prerrogativas que gostaria de lhe garantir pela função que ocupa, procuramos ajustar para que pudéssemos ouvi-lo, e ele disse que não poderia vir a Brasília. Nós mandamos três parlamentares para Manaus para ouvi-lo reservadamente, cuidadosamente, mas, então, o Sr. Omar Azis está aqui nos nossos corredores. Ele não podia ser ouvido aqui em Brasília pela CPMI, mas veio a Brasília andar pelos corredores, sentar-se nas lideranças e estabelecer uma pressão. E eu sinceramente, Senador Arthur Virgílio, penso que todas as pessoas devem ter o direito a defesa e que a pressão é sempre legítima, mas ela é sobremaneira forte neste caso!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Qual foi o Líder que pressionou V. Exª, foi o do PT, por acaso?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. É um clima de pressão. O PT não fez qualquer contato comigo e eu não sou pressionável. V. Exª já percebeu.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas V. Exª diz que sofreu uma pressão terrível. Eu não pressionei V. Exª.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª não me pressionou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Líderes...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Situação composta. V. Exª, como um Líder justo, inclusive, ingressa na CPMI... Em que pese essas composições de coligações têm aparecido aqui também como algo menor, mas importante.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Srª Relatora, eu queria um segundo porque infelizmente tenho compromissos inadiáveis no Estado e eu realmente preciso me retirar porque meu horário de vôo já está chegando. Mas passo a Presidência para a Deputada Laura Carneiro, senão ficarei numa situação muito complicada e sairei só amanhã de manhã.

A SRª TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu gostaria de retomar a palavra, porque não concluí a minha fala.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – V. Exª terá a oportunidade de falar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem alguém pedindo a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pressão legítima do Parlamento brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Concedo a palavra, pela ordem, à Deputada Terezinha Fernandes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Somos pressionados? Tem pressão? Tem pressão.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Srª Presidente, eu gostaria de solicitar à nossa Relatora que caminhasse para a conclusão da sua fala e que pudéssemos proceder à votação, porque, daqui a pouco, visto que muitos têm compromissos e outros estão com viagem marcada, o **quorum** ficará reduzido.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Tenho certeza de que manteremos o **quorum**. Como V. Exª deve saber, a LDO ainda não foi votada. Portanto, se eventualmente ocorrer algo, ainda não estamos de recesso e poderemos continuar os trabalhos amanhã.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se V. Exª permitir, quero apenas concluir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Desculpe-me.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quero apenas concluir.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Concedo a palavra, para a conclusão da matéria, à nobre Relatora, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que citamos adolescentes? Porque estou-me baseando também em um inquérito, de 2002, em que são citadas outras adolescentes. Portanto, não se trata de uma. Formulei a convicção sobre uma, mas havia outro inquérito. Há mais de um inquérito em que ele é citado na mesma situação de exploração sexual. Não trabalhamos com um indício. Portanto, respondo a essa questão, a essa ponderação do Senador Arthur Virgílio, que é pertinente, de se explicar o porquê.

Concluo, dizendo que realizamos um trabalho sobre o qual recolho o reconhecimento de V. Exªs no sentido da aprovação, caracterizado na própria aprovação do relatório que já fizemos. No entanto, esse caso não está destacado dos demais como se em relação a ele tivéssemos tido uma atitude discricionária. Se V. Exªs concordam com o trabalho desenvolvido pelo relatório, eu colherei, sinceramente, respeitando as posições de todos, independentemente das posições futuras, que a coerência disso é compreendermos que esse caso foi tratado aqui da mesma maneira.

Por último, digo a V. Exªs que é absolutamente duro tratar desse assunto. Sou sensível às ponderações do Senador Arthur Virgílio acerca da situação pessoal do acusado em relação à sua família e à situação de sua filha. Nem sempre soube disso, pois é recente a informação. Porém, vou dizer-lhes uma coisa. Todos nós carregamos as nossas dores e com isso também me solidarizo. No entanto, não modifico a minha posição a partir desse argumento e dessa informação, porque há, em torno dela, uma tentativa de se usar algo muito triste como argumento. Evidentemente, essa situação nos choca e nos sensibiliza, mas o olhar daquela menina me sensibilizaria também, aquela menina que é do Amazonas.

Portanto, agradeço aos colegas e mantenho um posicionamento que estabeleci na certeza de que estamos fazendo o que é justo para a sociedade brasileira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – O parecer da Relatora é contrário ao destaque.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Virgílio Guimarães – desculpe-me – ao Senador Arthur Virgílio

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Seria uma grande honra. Tenho muito respeito pelo meu xará. Seria uma grande honra ser homônimo dele por inteiro.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Estou com muita coisa na cabeça. Senador, perdão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A impressão que tenho é que estamos indo para uma decisão. Ouvi o depoimento comovido da Deputada

Maria do Rosário, assim como foi o meu. Percebi como é delicado o que estamos a julgar. Estamos de acordo no restante. Estamos julgando algo profundamente delicado.

A Deputada Maria do Rosário diz que a Delegada tinha pouca importância ali e recebe um telefonema de alguém indignado. As pessoas indignadas são frias ou não são. Ele demonstrou que não era frio, pois reagiu com indignação. De repente, a delegada passava a ser vital para a continuidade ou não do funcionamento da CPI. Fiquei em dúvida se ela era importante ou não ao juízo da Relatora.

Faço uma pergunta de todo o coração à Relatora Maria do Rosário, pois está em jogo a reputação de uma pessoa. O depoimento lá é válido, legítimo; o outro, nem tanto aos olhos da ilustre Relatora, a qual diz algo que certamente expressa a sua juventude, o que não é necessariamente um defeito, pois pode ser uma qualidade relativa, exprime, sem dúvida, a sua honestidade, mas pode expressar um equívoco. S. Exª diz "livre de qualquer pressão". É uma auto-estima enorme. Ou seja, fora de S. Exª, pode haver pressão, mas S. Exª não poderia pressionar.

Tenho absoluta convicção de que Laranjinho não pertence ao Sr. Omar Aziz, mas a outra pessoa. Não é lugar que ele freqüente. "Falo na cara dele". Mas foi à Assembléia e desdisse o relatório, o que havia afirmado no depoimento sem a Curadoria ao lado, no Rio Grande do Sul.

A pergunta que faço à Relatora Maria do Rosário é muito simples e tenho certeza absoluta que saio daqui com relação estreitada com S. Exª. O que nos faltava de contato pessoal vai sobrar se depender de mim. Observo S. Exª atrapalhada com as folhas e diria: "Atrapalha-se com as folhas e tem tanta certeza da culpa de alguém?!". Ao mesmo tempo, S. Exª diz: "Quem pressionou...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Senador, solicitaria a V. Exª que formulasse a questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já vou concluir meu raciocínio. A Relatora Maria do Rosário disse: "Isso foi o que mais me intrigou. Fui pressionada por Líderes". Eu nominei: "Foi o Líder José Carlos Aleluia, da Oposição?" S. Exª respondeu: "Não". Perguntei: "Fui eu?" S. Exª respondeu: "Não". Indaguei: "Foi o Líder Jose Agripino, do PFL?" S. Exª disse: "Não". Perguntei: "Foi o Líder Jefferson Péres, do PDT no Senado?" S. Exª respondeu: "Não". Indaguei: "Foi o Líder Dr. Hélio, do PDT na Câmara?" S. Exª disse: "Não". Por fim, perguntei: "Por acaso, foram os Líderes do seu Partido, do Governo ou de outro Partido?" S. Exª disse: "Não". Ou seja, não houve pressão de Líderes sobre a Relatora Maria do Rosário. Não houve pressão de Líderes.

Em outras palavras, gostaria de verificar se temos efetiva condição de fazer esta votação. O voto teria que ser nominal, para todos assumirem a responsabilidade dos seus atos.

Srª Presidente, Deputada Laura Carneiro, economizei o que V. Exª aqui esbanjou em brilhantismo e em tempo. V. Exª tem toda a autoridade, menos no dia de hoje, para dizer que eu estaria exorbitando ao ouvir a Relatora com tanta paciência. Estou aqui a falar da reputação de alguém. Depoimentos contraditórios não fazem pensar?! Olhei nos olhos. Não tive a felicidade ou infelicidade de olhar nos olhos da – não conheço a menor. Olhei nos olhos do acusado e lhe perguntei se alguém, em um estado depressivo de saber que sua filha morreria dentro de horas, dias ou, no máximo, poucas semanas, poderia dedicar-se a essa esbórnia. Ele não teria alternativa: ou seria um monstro e não mereceria ser tratado até com a condescendência com que poderia ser tratado um monstro no relatório, ou é alguém que está para ser injustiçado se o voto desta Casa for no sentido de aqui criarmos um dogma. Ou seja: "Quem concorda com o trabalho da Deputada Maria do Rosário vota com S. Exª neste episódio". Eu concordo com o trabalho da Deputada Maria do Rosário, que enalteço. Respeito a Deputada Maria do Rosário, e voto contra S. Exª neste episódio, movido pela minha própria convicção. Portanto, esta é a fala com a qual me dirijo, antes do encaminhamento, aos meus pares do Congresso Nacional neste momento, insistindo que mantenho a minha convicção de que me espanta não haver dúvida porque a certeza, se tomada na pressa, na incerteza e no açodamento, pode não ser a melhor companheira para uma decisão desta monta, que custará muito pouco a mim, pessoalmente, à Deputada Maria do Rosário e a V. Exª, Srª Presidente, Deputada Laura Carneiro, mas poderá custar muito a uma pessoa porventura injustiçada. E é por isso que legisladores que nos antecederam estabeleceram a figura do **in dubio pro reo**. Sequer considero que deva ser réu o Sr. Omar Aziz de processo tão cheio de contradições e que não permitiria tanta certeza para apontar o caminho da condenação.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Nobre Senador, V. Exª não formulou questão de ordem. Por essa razão, vou considerar que V. Exª exorbitou. Autorizei porque entendo ser uma matéria de votação difícil para todos. Da mesma maneira, vou dar o direito de tréplica, diria, à Relatora, que será a última a falar sobre o assunto...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É mais do que justo.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – ...antes das indicações por Bancada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É mais do que justo.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Assim sendo, com a palavra a nobre Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Caro Senador Arthur Virgílio, em verdade, considerei interessante a presença de V. Exª aqui. Por essa razão, fiz a declaração que fiz. Que V. Exª buscou e trouxe a este plenário. V. Exª estava, de fato, representado. E acato, compreendo a sua posição, pelo seu partido. V. Exª é um homem de partido. E somos todos, homens e mulheres de partido. Agora, me chamou muito a atenção, e até houve alguma estranheza de minha parte, que V. Exª tenha ocupado esse espaço, vindo à CPMI neste momento, para essa defesa, para essa posição. Ora, trata-se do Líder da Oposição, um líder importante. Por que eu me refiro a isso? Porque não apenas se trata de um amazonense, independentemente de ser vice-governador, porque não é a posição que ocupa que colocamos aqui em juízo ou sob questionamento. Poderia ser qualquer coisa. Qualquer situação de vida. Mas a menina também é amazonense. E nós ouvimos a menina. A menina é uma adolescente da Amazônia também. Do Amazonas. E que merece atenção. Há aqui uma posição diferente minha e de V. Exª. V. Exª acredita no acusado. V. Exª acredita nele. Dá fé às suas palavras. E eu acredito no pronunciamento da adolescente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em um dos pronunciamentos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. Porque na CPMI, Senador Arthur Virgílio, em nossos documentos, não há da adolescente depoimento contraditório. E nós estamos unicamente em fase, autorizados pelo Congresso Nacional, de concluir os trabalhos e votar o relatório. Não posso acatar um posicionamento diverso dos autos, da documentação, porque já terminamos o inquérito. Estamos agora em um novo momento. Mas todos os depoimentos que a menina prestou na Delegacia de Polícia e à CPMI, foi indicando, e disse não ter qualquer dúvida. Além da palavra da mãe da menina, que não estava com ela porque, como disse a menina, foi mandada para outro Estado para se proteger dos esquemas de exploração sexual da cafetina Darclei. Além disso, há o depoimento do Conselheiro Tutelar da cidade. Além disso, há o depoimento da cafetina. Além disso, há o depoimento da Delegada Graça. Além disso, existem inquéritos outros tratando o Sr. Omar Aziz pelo crime de exploração sexual, inquéritos que não andaram, que ficaram trancados, porque foram puxados pela Secretaria de Segurança, e ficaram parados, portanto, em uma posição questionável também. Então, quero dizer a V. Exª que para mim é absolutamente tranqüilo isso. V. Exª tem uma posição, eu tenho outra. V. Exª seguiu com suas convicções, eu sigo com as minhas. É democrático isso. De minha parte, eu... V. Exª trouxe aqui o tema da consciência. Tenho a consciência tranqüila. Não imputei responsabilização indevida a ninguém. Não foi esta Relatora que colocou nos depoimentos, que citou nos depoimentos, primeiro, a posição do Sr. Omar Aziz.

Esta Relatora não tem conhecimento, não conhece, não sabe da vida pessoal do Sr. Omar Aziz, não é aliado e nem meu adversário. Estou absolutamente isenta nas posições que tomei ao longo dos trabalhos desta CPMI, inclusive na indicação de responsabilidades, para dizer que não me movi por paixões quaisquer que sejam. E peço a V. Exª, nessa compreensão amistosa que cada um de nós tenhamos, que compreenda que, quando disse que o tema da pressão sobre a delegada era menos importante, quis dizer isto: porque o Sr. Omar Aziz não está aqui sendo acusado de pressionar a delegada e quem quer que seja, parlamentares ou quem quer que ele queira pressionar. O Sr. Omar Aziz está sendo acusado de exploração sexual. Por isso que considero menos importante sobre a delegada, por isso. Mas, no conjunto dos fatos, conta. Paramos nossos trabalhos, Deputada Laura Carneiro, por três horas, porque uma autoridade pública, uma delegada, passou mal e relatou que o Vice-Governador estava no telefone com ela, chamava-a de vagabunda, queria os documentos e depois a seguiu pressionando. Então, não é esse o motivo. Não estou fazendo nada aqui no sentido de imputar qualquer responsabilidade a ele por ter xingado a delegada. Por isso considerei, Senador Arthur Virgílio, no seu brilhantismo, no seu brilhantismo, que ele não tem que ser condenado por ter tido essa atitude indevida, descortês com a delegada. Por isso considerei menos importante o caso delegada, mas, no cenário total, passa a ser relevante. Ôpa, o que há atrás disso, que situação é essa? Estivemos, eu e a Deputada Ann, na delegacia, para verificarmos, enfim.

Por último, quero dizer que, desde meu tempo de sala de aula, como professora, eu tinha muitos papéis sempre. E talvez não seja meu forte ter conseguido manusear os *laptops,* a tecnologia da nossa época. Mas quero lhe dizer que isso não me impediu de ser Vereadora, Deputada Estadual, Deputada Federal, de ter a confiança do povo. V. Exª sabe – e não reduza,

por favor – que talvez a nossa dificuldade aqui com os papéis se deva muito mais até pela apreensão, num mandato novo que exerço nesta Casa, de debater com V. Exª, que é uma pessoa conhecida, o Líder da Oposição aqui, para defender o Sr. Omar Aziz. Então, perdoe-me por me perder nos papéis, enfim. Mas temos uma assessoria tão vasta do Senado da República, tão competente, temos uma assessoria de Promotores de Justiça, temos a direção de entidades não-governamentais que prestaram assessoria e há também alguma contribuição de convicção e de talento, mesmo que mínimo, aqui de minha parte. Então, por favor, eu gostaria de lhe pedir que não considerasse meu atrapalho com os papéis qualquer argumento no sentido de dizer que posso ter me atrapalhado. Posso ter me atrapalhado com muitas coisas, mas com aquilo que é essencial, com aquilo que importa, com aquilo que é princípio, obviamente que não!

Acerca da questão das Lideranças, se V. Exª compreendeu, eu não queria exorbitar também nessa fala, nenhum Líder dirigiu-se a mim com qualquer pressão. Quis me referir, V. Exª me permita, ao conjunto de pressões. V. Exª sabe. Talvez eu não tenha sido pressionada, mas talvez outros o tenham sido por aqui ou por ali. Aí as pessoas têm a sua consciência, sua convicção. E a pressão também é legítima, este é o Parlamento brasileiro. O dia em que não houver pressão aqui dentro, não escutamos o contraditório, o povo. Então, há pressão. A pressão é normal, é natural, e pessoas que têm as tarefas que temos devem saber trabalhar com pressões com tranqüilidade. Por isso, mantive minha convicção, apesar, reitero, do ambiente de pressão, não sobre o relatório todo, mas sobre este caso, que está sendo tratado diferentemente de todos os demais.

Obrigada.

A SRA. A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Continuamos a discussão?

V. Exª vai se inscrever para discutir? (Pausa.)

Com a palavra, por três minutos, o nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, Srª Relatora, demais Senadores e Deputados presentes, em primeiro lugar, verificamos que o caso da solicitação de indiciamento do Vice-Governador traz para este plenário um número de Parlamentares que nunca tínhamos visto aqui nem durante audiências. isso é prova de que há uma pressão que é democrática, mas há pressão. Isso ninguém pode negar.

A Deputada Maria do Rosário, quando colocou esse fato no relatório, não criou, não inventou, S. Exª trabalhou sobre os depoimentos, documentos. Inclusive na própria audiência que tivemos lá com o Vice-Governador, no momento em que foi perguntado se ele dizia que não era ele e quem era, ele disse que sabia quem era mas não dizia o nome. Ou seja, ele dizia que sabia quem era a pessoa, mas não revelava o nome. Ou seja, não é somente o depoimento da menor, é o depoimento da mãe, do Conselho Tutelar, de uma cafetina, são vários depoimentos, não é um único depoimento. Estão falando aqui sobre apenas o depoimento da menor, da adolescente, mas não é. Essa Adolescente, depois de ser ouvida, teve – e saiu uma matéria na revista **Época** – de uma hora para outra, veio para Manaus, para prestar um depoimento, encapuzada, lá na assembléia legislativa do Amazonas.

De fato, foi o próprio Vice-Governador que se auto-acusou no sentido da conversa que teve com a delegada.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – V. Exª dispõe de mais um minuto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quero dizer que estou de acordo com o relatório, acredito que esta CPMI tem trabalhado de forma correta e por isso sou contrário ao destaque, votando pelo relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não havendo mais quem queira discutir, passamos, portanto, à votação.

Em votação o destaque...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Votação nominal, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Perdão, para encaminhar a matéria...

Não, V. Exª só pode pedir votação nominal depois do resultado. Antes, algum dos senhores representantes partidários querem encaminhar a matéria? (Pausa)

Não havendo quem queira encaminhar, vamos ao processo de votação.

Em votação o destaque do nobre Senador Arthur Virgílio.

Os senhores que aprovam o destaque permaneçam como se encontram, os senhores que rejeitam levantem as mãos. (Pausa)

Quem rejeita levanta a mão, quem aprova permanece como está.

Repetindo: os senhores que aprovam o destaque permaneçam como se encontram, os senhores que rejeitam se manifestem. (Pausa)

Aprovado o destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – V. Exª deseja que seja feita votação nominal?

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Não, eu apenas gostaria de saber, porque na contagem constam pessoas que estão aqui mas não pertencem à Comissão. É só para saber.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dê-me um minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Um minuto concedido à nobre Deputada Maria do Rosário. para que possa conversar com o Senador Arthur Virgílio. (Pausa)

Vou considerar a sessão suspensa por cinco minutos. (Pausa)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Srª Presidenta, estabeleceu-se uma confusão. O resultado que V. Exª proclamou não bate com...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não proclamei resultado nenhum...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas V. Exª disse...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Eu proclamei que...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Votação nominal é o melhor caminho.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Está bom. Vamos para a votação nominal.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A votação, na verdade, foi de 6 a 5, pró relatório.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não foi esse o entendimento da...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, desculpe...

A SRª. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então, é pior. Então, não temos **quorum**, pois precisamos de treze.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Paramos a votação, procurando estabelecer...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Paramos, porque eu suspendi em homenagem a vocês dois. Se quiserem....

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) –... procurando estabelecer o resultado mais legítimo possível. É exatamente o resultado legítimo que quero que daqui saia...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – É importante que tenhamos mais que a votação: o **quorum.**

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não. Então, parece-me que o caminho mais justo, com **quorum** ou sem **quorum**, é procedermos à votação nominal.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Reabertos os trabalhos, em função das dificuldades encontradas no plenário, vou proceder à votação nominal, **ex officio**.

Inicio pelos Srs. Senadores.

Senador Marco Maciel. (Pausa.)

Senadora Maria do Carmo Alves. (Pausa.)

Senador Eduardo Azeredo. (Pausa.)

Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.) Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Destaque. Vota com destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Bloco PT/PSB/PTB/PL.

Senadora Serys Slhessarenko. (Pausa.) Não.

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Está completo o Bloco PT/PSB/PTB/PL no Senado Federal.

PMDB no Senado Federal.

Senador Ney Suassuna. (Pausa.) Ausente.

Senador Augusto Botelho, titular do PDT. (Pausa.) Ausente.

Senadora Patícia Saboya Gomes, que somente não está presente em função de um problema de saúde. Senão, S. Exª estaria entre nós.

Vamos proceder à votação dos suplentes no Senado Federal.

Senadora Roseana Sarney. (Pausa.)

Senador Arthur Virgílio. (Pausa.) Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – .... com destaque.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com o destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Com destaque, claro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para ver minha boa intenção.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para ver como eu não sou tão atrapalhada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É verdade. Eu me atrapalhei agora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu acabei ajudando-lhe agora a votar na sua convicção.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Foi a vontade de prestigiar o seu trabalho e mostrar que quero apenas fazer justiça no episódio do Vice-Governador Omar Aziz.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tudo bem, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Senador Teotônio Vilela Filho. (Pausa.)

Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Senador Flávio Arns. (Pausa.)

Senador Aloizio Mercadante. (Pausa.)

(Interferências fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Desculpe-me. Três vagas no PMDB. Senadores Paulo Elifas e Luiz Octávio. (Pausa.)

Não existe suplente no PDT.

Suplente, Senador João Batista Motta. (Pausa.)

Agora, é a Câmara dos Deputados.

Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então, não.

Não, quatro.

Deputada Terezinha Fernandes.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não, cinco.

Eu não voto.

Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não, Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Seis.

Deputada Sandra Rosado, que não está presente.

Deputada Celcita Pinheiro, que não está presente.

Deputado Eduardo Barbosa, que não está presente.

Deputada Suely Campos, que não está presente.

Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Maurício Rabelo.

O SR. MAURÍCIO RABELO (PL – TO) – Sim, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Sim, três.

PSB vaga do titular da Câmara. Deputado Severino Alves...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Severiano.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Sim, Severiano. Perdão. Severiano Alves, em representação do PDT.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Srª Presidente, eu gostaria de fazer uma declaração de voto.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – V. Exª, por favor...

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Depois, não. Depois que o Regimento já foi atropelado, eu também vou fazer a declaração. Porque o resultado já foi proclamado...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – O Regimento, Deputado Severiano, não foi atropelado.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Foi.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – V. Exª me perdoe.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Foi porque o resultado foi proclamado.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mas eu, **ex oficio**, como Presidente desta reunião, tenho o direito...

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Desconheço esse **ex oficio**.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Infelizmente, pelo Regimento Comum, sim.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Eu gostaria de dizer que quero elogiar o relatório em todos os seus termos, mas o Senador Arthur Virgílio me convenceu, com o seu destaque, de que não devemos manter na lista de acusados o Sr. Omar Aziz. O próprio...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – O Deputado Severiano Alves...

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT - BA) – Estou proferindo o meu voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – V. Exª está cometendo uma irregularidade e eu não posso mantê-la. V. Exª me perdoe.

O seu voto é "sim", nobre Deputado?

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Com o protesto, V. Exª atropelou o Regimento, eu voto "sim". Agora, quero dizer que V. Exª atropelou o Regimento. E está atropelando, não me dando a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Com o protesto contra a Mesa, V. Exª vota "sim". Quatro.

Existe vaga no PFL. Deputada Kátia Abreu; Deputado Adelino Novaes (Pausa). Uma vaga no PMDB.

Deputado Dr. Pinotti (Pausa.);

Deputada Sandra Rosado, que não está presente (Pausa.);

Deputada Almerinda de Carvalho (Pausa.);

Deputada Thelma de Oliveira (Pausa.); Deputado José Lima (Pausa.);

Deputado Roberto Jefferson (Pausa.).

Deputada Luiza Erundina, pelo PSB (Pausa.).

Há alguém mais que seja membro da Comissão e que esteja presente?

(Pausa.)

Não.

Não existe **quorum** para deliberar, na medida que votaram apenas onze Srs. Parlamentares, enquanto o **quorum** necessário são treze.

Total de votantes: 11.

Sim: 4.

Não: 6.

Abstenção: 1.

O Presidente tem de se abster ou eu posso votar? (Pausa.)

Então, não temos **quorum** para continuar o nosso trabalho...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mesmo contando com V. Exª?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mesmo contando..

Verificada a falta de **quorum,** a Presidente suspenderá a reunião fazendo soar as campainhas durantes dez minutos. Após, a reunião será reaberta e proceder-se-á a uma nova votação.

O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone – Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Estou usando o Regimento. Pelo amor de Deus! O Regimento diz isso. Vou suspender por dez minutos e fazer soar a campainha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Há uma diferença. A reunião caiu.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – São 19h43min. Às 19h53min eu terminarei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A reunião caiu. Deve haver uma nova lista...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Aqui é diferente. Não é igual à Câmara.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas deve haver uma outra lista. A reunião caiu.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não há outra lista. A reunião não caiu. Posso suspendê-la. V. Exª quer que eu leia novamente o Regimento?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Creio que a Deputada Laura Carneiro está contribuindo, com sua decisão legítima de Presidente, para resolver essa votação hoje, o que é o objetivo de todos. O Regimento traz essa possibilidade. Vamos chamar os colegas, independentemente das posições que tenham. Queremos que daqui saia uma posição. Creio que a Deputada tem razão.

(Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Está reaberta a reunião, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal. Constatada novamente a ausência do **quorum** necessário para a votação do destaque do Senador Arthur Virgílio, declaro encerrada esta reunião.

Convoco reunião deliberativa desta CPMI, terça-feira, às 10h, para votação nominal do destaque nº 1, apresentado pelo Senador Arthur Virgilio, e do destaque apresentado pela Deputada Laura Carneiro. Considero encerrada a reunião. Em nome de todos os Parlamentares e da Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, transmito os meus parabéns à Deputada Maria do Rosário que, com certeza, contribuiu com as crianças e adolescentes deste País, dando seu sangue, sua alma, sua vida, seu tempo, juntamente com sua assessoria, para, de alguma forma, contribuir para a transformação desse **status quo** de exploração de crianças e adolescentes. Meus parabéns a V. Exª.

Está encerrada a presente reunião.

(Suspende-se a reunião às 19h54min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL"

Ata da 41ª Reunião realizada em 13 de julho de 2004.

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e quatro, às treze horas e vinte e um minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Deputada Laura Carneiro e, ainda a presença dos Senhores Senadores: Lúcia Vânia, Serys Slhessarenko, Ideli Salvati, Fátima Cleide, Ney Suassuana, Augusto Botelho, Artur Virgílio e Paulo Elifas e, os Deputados: Maria do Rosário, Teresinha Fernandes, Laura Carneiro, Ann Pontes, Suely Campos, Arnaldo Faria de Sá, Maurício Rabelo, Luiz Couto e Reginaldo Lopes, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".** Havendo número regimental, a Presidente, declara aberta a presente reunião dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente comunica que a presente reunião destina-se à votação dos destaques que foram apresentados na reunião desta Comissão, do dia oito de julho do ano em curso, sendo um de autoria do Senador Arthur Virgílio e outro da Deputada Laura Carneiro. Tendo em vista a ausência de quorum regimental para a votação da matéria, a Presidência suspende a reunião por alguns minutos até que o quorum seja alcançado. Reiniciada a reunião, agora, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, concedendo a palavra à Deputada Maria do Rosário, que se manifesta a favor do acatamento do destaque da Deputada Laura Carneiro, já discutido na reunião passada, quando se debateu, acerca dos termos a serem utilizados no encaminhamento dos acusados para as autoridades competentes e para o Ministério Público. A Relatora passa a leitura do

conteúdo do destaque da Deputada Laura Carneiro: "Requeiro, nos termos regimentais, destaque para a votação em separado, para alterar a redação em todo o texto, adaptando-se, quando for o caso, para o "encaminhamento ao Ministério Público e sugestão de indiciamento à autoridade competente", apresentado em 8 de julho de 2004." A Relatora declara que, acatado o destaque, será feito a substituição da frase no capítulo que trata das responsabilizações, onde couber justamente o encaminhamento ao Ministério Público e sugestão de indiciamento à autoridade competente. O Senhor Presidente, coloca em votação simbólica o destaque de autoria da Deputada Laura Carneiro, sendo aprovado por unanimidade. Após, a Presidência concede a palavra pela ordem ao Senador Arthur Virgílio e ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, lendo em seguida as indicações oficiais, a saber: Senadora Ideli Salvatti como membro titular, em substituição à Senadora Ana Júlia Carepa", e do Senador Sérgio Guerra em substituição ao Senador Reginaldo Duarte, como membro suplente. A seguir, o Presidente pergunta se há algum Parlamentar que ainda queira discutir o destaque do Senador Arthur Virgílio, não havendo quem queira discutir, passa ao processo de votação nominal, iniciando pelo Senador Eduardo Azeredo que recomenda, pelo Bloco da Minoria o voto "sim" e como resultado da votação nominal, tem-se o seguinte resultado: Como voto "sim", a favor do destaque, os Senhores Parlamentares: Senadora Lúcia Vânia, Senador Arthur Virgílio, Senador Paulo Elifas, Deputada Laura Carneiro, Deputada Suely Campos, Deputado Arnaldo Farias de Sá e o Deputado Maurício Rabelo,como voto "não", contra o destaque, os Senhores Parlamentares: Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Ideli Salvati, Senadora Fátima Cleide, Deputada Maria do Rosário, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Ann Pontes e Deputado Reginaldo Lopes, como "abstenção" o Senador Augusto Botelho. O Presidente comunica que o total de votos "sim" são sete Parlamentares, o total dos votos "não", também são sete Parlamentares e, uma vez que houve empate, o Presidente declara o seu voto de Minerva, sendo "sim", a favor do destaque, passando portanto ao total de oito votos "sim". A Presidência declara aprovado o destaque do Senador Arthur Virgílio. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Duicidia Ramos Caihão. Secretária da Comissão. lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas que são parte integrantes da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Nos termos regimentais, declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 02, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Solicito a dispensa da leitura da ata.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Tendo em vista o requerimento do nobre Deputado Luiz Couto, considero lida a ata e submeto-a à discussão.(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam sentados.(Pausa)

A presente reunião destina-se à votação dos destaques que estão em fase de votação na reunião desta Comissão realizada no dia 8 de julho do ano em curso, sendo uma de autoria do Senador Arthur Virgílio e outra da Deputada Laura Carneiro.

Tendo em vista a ausência de quorum regimental para a votação da matéria, suspendo a reunião por alguns minutos até que o quorum seja alcançado.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa às 13h22min e reaberta às 14h)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental. Declaro reaberta a presente reunião.

Concedo a palavra à Relatora, Deputada Maria do Rosário, para proceder à votação dos destaques. Há dois destaques, não é isso?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, cumprimento-o, bem como a todos os integrantes da CPMI.

Temos dois destaques. O primeiro é de autoria do Senador Arthur Virgílio e o segundo é de autoria da Deputada Laura Carneiro.

Sr. Presidente, declarar acatado o destaque da Deputada Laura Carneiro, que foi formulado na reunião passada, quando travamos um debate acerca dos termos a serem utilizados no encaminhamento dos acusados para as autoridades competentes e para o Ministério Público. Vou ler para que fique absolutamente claro o conteúdo do destaque e aquilo que esta Relatora está acatando. Pela contribuição que, como concluímos, está dando a Deputada Laura Carneiro no sentido da melhor formulação, de pronto o acato, com o sentido de melhor redação.

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para a votação em separado, para alterar a redação em

todo o texto, adaptando-se, quando for o caso, para o "encaminhamento ao Ministério Público e sugestão de indiciamento à autoridade competente", apresentado em 8 de julho de 2004.

Deputada Laura Carneiro."

Então, está acatado o destaque e será substituída essa pequena frase no capítulo que trata das responsabilizações, onde couber justamente o encaminhamento ao Ministério Público e sugestão de indiciamento à autoridade competente, restando, portanto, unicamente o texto apresentado pelo Senador Arthur Virgílio, cujo objetivo V. Exªs conhecem: suprimir o nome do Sr. Omar José Abdel Aziz do parecer apresentado por esta Relatora.

V. Exª, então, encaminhará como julgar procedente, nos termos regimentais. Resta apenas esse destaque, que é do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, mesmo que o relator acolha o destaque da Deputada Laura Carneiro, regimentalmente, V. Exª tem que submeter à votação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos colocar a votos, porque é regimental.

Queria dar algumas explicações antes de colocar a votos os dois requerimentos. A primeira é de que estou presidindo na condição de mais idoso, o que não é nada agradável, uma vez que faltaram as demais pessoas.

A segunda explicação é de que temos quorum suficiente. Então, mesmo com a saída de alguns Senadores ou Deputados, o quorum seria suficiente. Por isso, vamos dar prosseguimento.

Terceiro, fizemos uma reunião entre os Parlamentares, na qual foram levantados alguns outros casos. Eles são matéria vencida, porque já foram votados. Só remanescem nesse processo esses dois casos.

Diante dessas três colocações, submeto à votação o primeiro destaque, com relatório favorável da Relatora, que é o requerimento da Deputada Laura Carneiro.

Em discussão.(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamantares que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Vamos para o Destaque nº 2.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pela ordem, V. Exª tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, na vez passada, fizemos uma votação muito límpida, muito transparente, interrompendo a sessão e contando efetivamente os votos, reabrindo a votação e procurando ver a verdade que o plenário estampava. O que quero dizer neste momento a V. Exª e à Comissão é que algumas indicações estão vindo. A Senadora Ideli Salvatti acabou de ter a sua indicação reafirmada, junto com a do Senador Sérgio Guerra. São duas pessoas que participam da sessão, além do Deputado Pauderney Avelino, que está a caminho.

O que eu queria propor é que concedêssemos a oportunidade para que esses três Parlamentares votassem, no mesmo espírito da reunião passada, quando paramos tudo, num acordo que fizemos com a Relatora Maria do Rosário, para verificar quem tinha mais voto mesmo. E o que aconteceu foi a vitória da falta de quorum àquela altura. Mas não houve nenhuma vontade, a não ser a de se ver espelhada no plenário a maioria.

Como eu vejo, é essa a determinação seja de quem, como é o meu caso, pretende sustentar a tese e a crença na inocência nesse episódio do Vice-Governador do Amazonas, seja, por exemplo, da Relatora Maria do Rosário, que tem opinião diversa, mas estamos de acordo quanto a um ponto: não devemos deixar cair o relatório, não devemos atrapalhar. A CPI deve encerrar os seus trabalhos de maneira brilhante, com um relatório aprovado. E o dia da aprovação do relatório deve ser hoje.

Portanto, faço um apelo, de maneira bem clara, para que a Senadora Ideli Salvatti, o Deputado Pauderney Avelino e o Senador Sérgio Guerra possam participar da votação, para que tenhamos mesmo a expressão máxima dos Senadores e Deputados pertencentes à Comissão presentes na Casa neste momento.

É esta a questão de ordem que formulo a V. Exª.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Só para dar uma informação. A Mesa precisa ler os requerimentos que acaba de receber da Mesa do Senado, dois deles:

"Nos termos regimentais, indico A SRA. Ideli Salvatti como membro titular da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Exploração Sexual, em substituição à Senadora Ana Júlia Carepa."

Então, esta está credenciada junto à Comissão.

E também do Sr. Presidente do Senado, que indica o Sr. Senador Sérgio Guerra em substituição ao Senador Reginaldo Duarte, para compor, como suplente, a Comissão.

Então, essas duas indicações estão feitas.

V. Exª está com a palavra, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, só queria lembrar aos companheiros que precisamos apreciar o destaque com a maior rapidez possível, porque se começar a sessão do Congresso estará prejudicada qualquer apreciação aqui. Então, ou votamos logo ou não vamos votar. Se ficarmos aguardando, vai voltar a sessão do Congresso e não haverá votação aqui.

O SR. ARHTUR VIRGÍL IO (PSDB – AM) – Concordo, Sr. Presidente. Já podemos fazer a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos submeter à votação o segundo requerimento, de autoria do nobre Senador Arthur Virgílio.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores e Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estamos em processo de votação nominal?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Aliás, teremos que fazer apoiamento para proceder à votação nominal.

Muito bem, vamos à votação nominal. A relação, por gentileza.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, na verdade, já estava estabelecido que seria votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então vamos tomar votos.

Senador Marco Maciel.(Pausa)

Senadora Maria do Carmo Alves.(Pausa)

Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A Minoria recomenda o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senadora LúciaVânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Com o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com o destaque. Quem vota com o destaque vota "sim"; quem vota contra o destaque vota "não".

Senadora Serys.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT –SC) – Contra o destaque, "não".

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – "Não", contra o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não poderei votar, porque estou presidindo.

Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu me abstenho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Abstenção.

A Senadora Patrícia não está presente, senão estaria presidindo.

Vamos chamar os suplentes nesse caso.

Senador Sérgio Guerra.(Pausa)

Senador Teotônio Vilela.(Pausa)

Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senadora Roseana Sarney.

PT, PSB, PTB e PL já votaram, não têm vices.

Paulo Elifas.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Contra o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com ou Sim?

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – A favor do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, é "sim".

Como vota o Senador Luiz Otávio? (Pausa)

Como vota o Senador João Batista Motta? (Pausa)

Deputados.

Como vota a Deputada Maria do Rosário? Já é conhecido

Como vota a Deputada Terezinha Fernandes?(Pausa)

Como vota a Deputada Celcita Pinheiro?(Pausa)

Como vota a Deputada Laura Carneiro?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Como vota a Deputada Ann Pontes?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Como vota a Deputada Sandra Rosado? (Pausa)

Como vota o Deputado Eduardo Barbosa?(Pausa)

Como vota a Deputada Suely Campos?(Pausa)

Como vota o Deputado Arnaldo Faria de Sá?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Como vota o Deputado Maurício Rabelo?

O SR. MAURÍCIO RABELO (PSD – TO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Como vota o Deputado Severiano Alves?(Pausa)

Como vota a Deputada Kátia Abreu?(Pausa)

Como vota a Deputada Almerinda de Carvalho?(Pausa)

Como vota a Deputada Thelma de Oliveira?(Pausa)

Como vota a Deputada Luiza Erundina?(Pausa)

Como vota o Deputado Reginaldo Lopes?

O SR. REGINALDO LOPES (PT – MG) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então tenho que votar. O meu voto é conhecido, já declarei na reunião secreta.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O resultado é sete a sete. V. Exª tem que votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se está empatado por sete a sete, o Presidente terá de votar. O Presidente vota "sim".

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. Exª deve proclamar o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu estou gostando, porque o Presidente está sendo pilotado. Até parece que não sou Presidente há oito anos.

Então ganha o destaque do Senador Arthur Virgílio.

Está promulgado o resultado e está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 14h)



EDIÇÃO DE HOJE: 922 PÁGINAS